



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVII – SUP. “C” AO Nº 177 – SEXTA-FEIRA, 02 DE NOVEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Anibal Diniz- (PT-AC) ^(8,9)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Anibal Diniz (24) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (27) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (31) Paulo Bauer (5,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27) PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PPL - 1 João Costa		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência	
Ata da 18ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2012.....	002
Ata da 19ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2012.....	008
Ata da 20ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2012.....	044
Ata da 21ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2012.....	055
Ata da 22ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2012.....	097
Ata da 23ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2012.....	142
Ata da 24ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2012.....	165
Ata da 25ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2012.....	204
Ata da 26ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2012	214
1.1.2 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal	
Ata da 29ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2012.....	262
Ata da 30ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2012	346
Ata da 31ª Reunião, realizada em 9 de outubro de 2012	354
1.1.3 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil	
Ata da 28ª Reunião, realizada em 27 de junho de 2012.....	392
1.1.4 – Comissão de Especialistas com o Objetivo de Analisar Questões Federativas	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2012.....	398
Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2012.....	402
Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2012.....	416
Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2012.....	416
Ata da 5ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2012.....	416
Ata da 6ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2012.....	418
Ata da 7ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2012.....	418
Ata da 8ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2012.....	418
Ata da 9ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2012.....	418
Ata da 10ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2012.....	419
Ata da 11ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2012	419

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 18ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião realizada em 29 de maio de 2012, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, na Sala 16 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, **Keiko Ota (PSB/SP)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**, **Lídice da Mata (PSB/BA)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Ana Amélia (PP/RS)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; do Senhor Senador: **Sérgio Souza (PMDB/PR)** e **José Agripino (DEM/RN)**; das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Jô Moraes (PCdoB/MG)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC)**, **Dalva Figueiredo (PT/AP)**, **Luci Choinacki (PT/SC)**, **Nilda Gondim (PMDB/PB)**, **Rosinha da Adefal (PT do B/AL)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**; e do Senhor Deputado: **Dr. Rosinha (PT/PR)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)** e **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**; e o Senhor Deputado: **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Boa tarde a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva dos seguintes convidados: Sr. Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina; e Sr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Antes que a Senadora utilize da palavra, nós queríamos informar que, em uma discussão com os membros presentes da Comissão, consideramos que o convite desse processo de construção sobre as au-

toridades do Estado de Santa Catarina respondia aos problemas de uma ausência significativa das autoridades responsáveis quando da audiência no Estado de Santa Catarina. Por essas razões, pelas limitações que ocorreram na presença dessas autoridades na audiência pública, nós encaminhamos o convite aos dois Secretários responsáveis pelo tema. Nós não fomos avisadas em tempo hábil se haveria algum problema em relação à data, se seria adequada ou não. Apenas ontem, nós recebemos a informação de que seria enviada uma substituição em relação às duas autoridades, através do Ofício 1240.19 do Gabinete do Estado de Santa Catarina.

Consideramos então que, em que pese a capacidade das autoridades presentes, do Estado de Santa Catarina, da experiência, da responsabilidade que têm, inclusive do acúmulo de informação, nós não podemos quebrar a institucionalidade do processo da CPMI. Assim, estaremos aguardando dar o quórum para que possam ser convocados os dois Secretários e, pessoalmente, aqui compareçam e prestem as suas informações. Nós estaremos apenas aguardando o número regimental para a deliberação.

Enquanto esperamos, vou ter que me ausentar, porque eu tenho uma audiência com o Ministro da Defesa sobre o programa Antártica, na qual estarão os três cientistas coordenadores lá da Antártica, marcada há três meses e, portanto, eu não posso faltar.

Passarei a presidência dos trabalhos à nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko, e quero, desde já, reafirmar a minha compreensão de que a convocação é uma afirmação da institucionalidade da CPMI, que tem como objetivo não o enfrentamento das autoridades, muito pelo contrário, mas a necessidade de reforçar a estrutura do Estado nas instituições. Logo, isso exige parcerias entre a CPMI e as entidades, mas exige também compromisso e resposta. Por isso que nós entendemos que deverão ser convocados os dois Secretários.

Quero, pessoalmente, agradecer desde já o Secretário Adjunto de Saúde, que já esteve conosco duas vezes, os dois delegados, o Delegado-Geral da Polícia de Santa Catarina. Desculpe-me por não ter os seus nomes aqui.

Quero agradecer aos senhores a atenção que tiveram com a CPMI, mas precisamos contar com a presença institucional do Estado de Santa Catarina. Exatamente por isso, vamos aprovar a convocação.

Antes de passar a Presidência à Deputada Keiko, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A partir de agora, Deputada Keiko, devemos passar a palavra às Deputadas aqui presentes, enquanto aguardamos que haja quórum para deliberação. Só

houve quórum para abrir a sessão, não para deliberar. Podemos ter a oportunidade de definir aqui a palavra.

Passo a Presidência à Deputada Keiko.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero, aqui, passar a palavra...

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Deputada Keiko, quero reafirmar a minha posição de encaminhamento, porque vou ter de me retirar: voto pela convocação dos dois Secretários.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero, aqui, passar a palavra, agora, para a Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde a todas as Deputadas, aos Senadores e às Senadoras aqui presentes!

Antes de darmos prosseguimento, para que possamos aguardar, inclusive, a formação do quórum, eu gostaria de dizer duas coisas.

Ratificamos aqui a posição da nossa Presidenta no sentido de garantirmos a convocação dos dois Secretários do Estado de Santa Catarina, o Secretário de Saúde e o Secretário de Segurança.

Agradecemos às duas representações que aqui estão: o Subsecretário de Saúde e o Delegado-Geral do Estado de Santa Catarina. Agradecemos a presença de vocês, mas, na discussão que fazemos, é importante que aqui estejam os Secretários, para que os procedimentos adotados por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não trilhem outros caminhos, para que possa haver os mesmos procedimentos em todos os Estados e para que possamos proceder da mesma forma nas audiências públicas em Brasília.

Então, agradecemos a presença de vocês.

Já estamos apresentando um requerimento para a convocação dos dois Secretários.

Também quero dizer a todos os parlamentares aqui presentes que, na terça-feira passada, fizemos uma reunião de avaliação dos trabalhos da CPMI. Foi uma reunião bastante positiva, em que tivemos a oportunidade de ouvir todas as parlamentares e os parlamentares que compõem esta Comissão, que fizeram um balanço das audiências públicas realizadas nos Estados, das audiências públicas que realizamos aqui. Foi importante essa reunião de avaliação, porque definimos procedimentos de forma mais clara no sentido de darmos andamento daqui para frente com base também nos trabalhos já realizados até agora.

Hoje, à noite, haverá uma nova reunião. O nosso compromisso é o de que possamos nos reunir pelo menos uma vez por semana, para avaliar o trabalho da semana anterior e para programar as próximas au-

diências públicas. Como a próxima audiência pública será realizada no Estado de Alagoas, na sexta-feira, dia 1º, hoje, à noite, vamos nos reunir para nivelar as informações do processo de preparação da audiência pública em Alagoas e para definir o que falta ser definido, a fim de que a audiência pública possa transcorrer da melhor forma possível.

Reforçamos aqui o convite, Deputada Keiko, que está presidindo esta reunião, a todos os parlamentares e a todas as parlamentares para que estejam presentes na reunião de hoje, à noite, às 19 horas, na Sala de Reuniões da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Também na reunião passada, constituímos, de fato, as três comissões de acordo com o nosso plano de trabalho.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Senadora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim, Deputada.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Nossa reunião é hoje?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Hoje, às 19h, na sala de reuniões da liderança do Partido dos Trabalhadores, no mesmo espaço que nós utilizamos terça-feira passada.

Também quero aproveitar a oportunidade para dizer que nós constituímos os três grupos de trabalho previstos no nosso plano de trabalho.

O grupo de trabalho do orçamento, que vai levantar toda a questão orçamentária. A Senadora Angela está nesse grupo de trabalho, com a tarefa de coordená-lo, com mais dois ou duas parlamentares.

O grupo de trabalho que vai levantar toda a questão de legislação, que envolve a questão da violência contra a mulher, terá como responsável a Deputada Marina Sant’Anna, que o coordenará.

E o outro grupo de trabalho será sobre políticas públicas, que terá o Deputado Dr. Rosinha como responsável para coordenar esse trabalho.

Reforçamos aqui a importância dessas três comissões, que deverão funcionar no sentido de contribuir no levantamento de informações, que irão subsidiar a elaboração do relatório. Só para nivelar aqui, para todas as parlamentares presentes, que esses três grupos de trabalho têm um papel tão importante como o da Comissão.

Nós gostaríamos muito que os três grupos de trabalho funcionassem, e com certeza irão funcionar, dentro do prazo regimental, dentro do prazo previsto, trazendo as informações de que nós necessitamos.

Era isso, Srª Presidenta.

Vamos aguardar um pouco o quórum.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Gostaria de saber se alguma parlamentar deseja fazer uso da palavra.

Por favor.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Eu queria me manifestar sobre o assunto, antes mesmo do processo de votação. Posso?

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Sim, claro.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Primeiro, eu queria agradecer à Senadora Ana Rita, como Relatora da nossa Comissão, e à Deputada Jô, nossa Presidente, junto com a Keiko, que acataram, na última reunião, um pedido nosso de transformar um requerimento de convocação em convite.

Agradeço a presença do Secretário Adjunto de Estado da Saúde de Santa Catarina, o Secretário Acélio, que ocupa o cargo que ocupei por praticamente sete anos frente à Secretaria de Estado da Saúde, como também do Dr. Aldo Pinheiro D’Ávila, que é o nosso Delegado-Geral de Polícia do Estado de Santa Catarina, e do Dr. Valério Alves de Brito, que é o nosso Delegado-Geral Adjunto do Estado de Santa Catarina.

Queria dizer que, conforme a reunião que a gente realizou, acato a decisão do nosso Colegiado com relação às convocações. Entendo que eles teriam todas as condições técnicas de dar todos os dados para esta Comissão, uma vez que quando, junto com a Deputada Luci Choinacki, assinamos o requerimento, Santa Catarina, em 2011, ocupou a 24ª posição pelo mapa nacional da violência. No ano de 2012, os primeiros dados são de 23º. Isso me dá muita tranquilidade, por entender que nós estamos entre os Estados brasileiros com o menor índice de violência, que é o termo específico da nossa CPMI.

Lamento, em especial, o ocorrido e peço licença aos meus pares, com todo o respeito que tenho a esta Comissão, mas eu preciso votar contra o requerimento de convocação, respeitando e dizendo que continuo aqui na luta, com certeza absoluta. Tenho clareza de que esta nossa Comissão Parlamentar terá excelentes frutos e vamos, com esta CPMI, conseguir avançar nas políticas públicas. E queira Deus que consigamos, com o esforço conjunto das Deputadas e dos Deputados, das nossas Senadoras e dos Senadores, fazer com que este tema, a violência contra a mulher, passe a ser pauta não apenas dos protocolos, não apenas dos pactos, mas que seja uma pauta permanente, dentro das políticas públicas, com este olhar que a Comissão tanto defende, tanto deseja, que seja o olhar intersetorial, que seja um olhar para que a população brasileira, em especial todos os representantes de governo, quer

seja federal, estadual ou municipal, não descansem enquanto no País tenhamos sequer uma vítima.

Vale a pena continuarmos lutando para que tenhamos a felicidade de – talvez não nós, por conta já da nossa faixa etária, mas os filhos, netos e netas – ter uma outra formação e a gente não precise mais discutir essa questão da violência, em especial a violência doméstica e o tipo de crime que ainda vemos.

Não é diferente em meu Estado; nós também tivemos crimes bárbaros que homens ainda cometem em relação às mulheres.

Independente do porte, de ser um crime mais ou menos violento, de ser uma violência física ou verbal, que continuemos lutando para que no País não tenhamos mais esse tipo de situação, independentemente de Estado brasileiro.

Quero aqui, Senadora Ana Rita, agradecer sempre o seu apoio, as suas orientações como nossa relatora; a Deputada Keiko, que preside, junto com a Deputada Jô, a compreensão do conjunto de parlamentares pela minha posição, mas em hipótese alguma a minha posição é para denegrir a imagem da nossa Comissão. Jamais. É sim entendendo a posição do colegiado de que precisamos fortalecer a nossa Comissão, que já considero forte, porque ela tem um poder que a gente está usando a favor da nossa população vítima de violência, mas que entendam a minha posição, por favor.

Obrigada.

A SRª ANGELA PORTELA (PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta. Eu gostaria de sugerir o início da votação, uma vez que nós já temos quórum.

Falta um ainda? Eu não acredito. Eu achei que, pela quantidade de Senadores que já assinaram, haveria quórum já.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Senadora, eu queria aqui expressar meu sentimento em relação ao que aconteceu no meu Estado. Estou meio triste e é com muito pesar que trago essa notícia do meu Estado de São Paulo, embora não se trate de uma notícia sobre violência doméstica. Trata-se de um brutal homicídio cometido contra uma mulher.

Na manhã de quinta-feira, 24 de maio, moradores da região de Bragança Paulista anunciaram à Polícia a existência de uma mala que boiava no Lago do Orfeu, no Jardim Europa, área nobre da cidade de Bragança Paulista, São Paulo. Ao chegar ao local, a Polícia encontrou apenas braços, pernas e uma cabeça dentro da mala. Em outra mala, achada posteriormente em um matagal próximo, foi encontrado o tórax de uma mulher.

O corpo encontrado era da adolescente Renata Silva Medeiros, de 15 anos, que havia sido brutalmente esquartejada e já se encontrava em avançado estado de decomposição.

Segundo a Polícia Civil, a jovem foi morta por asfixia e, posteriormente, esquartejada. Todos os indícios levam a polícia a acreditar que o fator motivador do assassinato da jovem teria sido seu filho recém-nascido, que foi encontrado sob a guarda de sua amiga Jéssica Ferreira, que, juntamente com seu namorado Marcelo Pires, são os principais causadores do assassinato da jovem.

Jéssica teria convidado Renata para uma festa de despedida, pois estava viajando para o Rio Grande Norte, usando dessa situação para atrair a vítima, assassiná-la e raptar seu filho.

Segundo relato da Polícia, Jéssica teria sofrido um aborto espontâneo no mês de fevereiro deste ano, o que lhe causou sérios abalos psicológicos, levando-a a ter ciúme e inveja da amiga. Uma das principais provas do crime é uma certidão de nascimento forjada, na qual foram colocados os nomes dos suspeitos como pais da criança raptada.

O crime está sendo divulgado nos meios de comunicação como o “crime da mala”. Esse é mais um indício de que atos de violência como este demonstram total desprezo pela vida humana, que são cometidos pelos motivos mais fúteis e torpes. E é para tentar evitar situação como essa que eu acredito no nosso trabalho da CPMI. Acredito que nossa atuação poderá salvar inúmeras mulheres em situação de violência.

A nossa obrigação como Parlamentar e como mulher, esposa, mãe é zelar pelo bem-estar da nossa sociedade. Eu não medirei esforços para isso.

Muito obrigada.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Deputada Keiko, enquanto V. Exª citava esse caso tão triste e dramático, nós sabemos que casos como esse acontecem com muita frequência. A assessoria me informou, há pouco, que também em São Paulo uma mulher foi queimada, esta semana. Situações como essa têm acontecido com muita frequência, o que demonstra a importância do nosso trabalho para a proteção de mulheres como essas, e de tantas outras que muitas vezes não chegam a ter os casos conhecidos. É para que casos como esses não aconteçam mais.

É importante que as autoridades públicas do nosso País tenham a clareza suficiente de saber que têm um papel importante a cumprir no sentido de fazer com que pessoas que cometem isso sejam rigorosamente punidas, para que o sentimento de impunidade acabe de vez no nosso País.

Hoje, matar uma mulher, uma pessoa, uma criança está se tornando muito banal. Até que ponto nós chegamos? Uma mulher foi toda esquartejada, parte do corpo colocado numa mala, outra parte em outra mala. Os índices de crueldade são muito grandes. Si-

tuações como essa precisam ser realmente investigadas. A polícia precisa investigar. O autor desse crime precisa ser rigorosamente punido, de acordo com o que prevê a nossa legislação. E que não haja impunidade nesses casos, porque a impunidade faz com que outros casos aconteçam e fique tudo por isso mesmo.

Então é importante que os poderes públicos, o Ministério Público, o Poder Executivo, por meio da Polícia Civil e Militar, possam de fato cumprir o seu papel de investigar situações como essa e punir as pessoas que cometem esse tipo de crime. É um crime diante do qual não podemos jamais ficar calados.

Sabemos que casos como esse trazido pela Deputada Keiko acontecem com frequência, infelizmente, e temos que dar um basta nisso. A violência no nosso País precisa acabar. Não podemos mais conviver com essa situação.

Os nossos sentimentos para a família dessa moça, para os seus amigos e parentes, a nossa solidariedade.

Esta CPMI está trabalhando no sentido de evitar que essas coisas aconteçam e esperamos que haja, por parte de todos os poderes constituídos deste País, o real comprometimento com essa realidade, com essa situação, no sentido de evitar que casos como esse aconteçam.

Deputada Keiko, era isso o que eu gostaria de dizer neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Alguma Parlamentar quer dirigir aqui algumas palavras? Por favor, Marina.

A SRª MARINA SANT’ANNA (PT – GO) – Deputada Keiko, nossa Presidenta em exercício desta reunião; nossa Senadora Ana Rita, relatora desse importante trabalho que está sendo realizado pela CPMI da Violência contra a Mulher; e todos os colegas, eu acredito de fato que a nossa tarefa exige persistência e que nós não tenhamos o menor desânimo diante de coisas monstruosas que acontecem a todo tempo. Se nós formos nos deter na crueldade, passaremos a observar sob a ótica do agressor e pára na ótica do agressor, porque é praticamente incompreensível olharmos o absurdo que aparentemente é realizado por uma pessoa com uma marca doentia, um sociopata, uma pessoa que não tem a possibilidade até de responder por seus atos. Mas nós sabemos que pessoas aparentemente comuns, com responsabilidades familiares, que trabalham nos lugares, que convivem com crianças, convivem com sua família, convivem em vários lugares, muitas vezes são capazes desse tipo de ato.

Voltando a esse exemplo que V. Exª deu, é muito importante que nós observemos o conjunto, que nós possamos dar a oportunidade de, digamos, um acom-

panhamento profissional aos agressores, mas, sem dúvida nenhuma, nós precisamos do devido processo legal, precisamos que a legislação seja, de fato, colocada em aplicação, e que a nossa CPMI dê possibilidade de compreensão do quadro de hoje, relacionado à omissão do Estado, em cada uma das esferas da Federação, a respeito desse tema.

Então, de fato, é importante que casos concretos sejam colocados aqui à nossa mostra. Nós estávamos esperando a finalização das presenças necessárias, e me parece que já ocorreram com a vinda da Senadora Lídice da Mata, é isso?

Então, eu deixo aqui essas considerações.

Minha solidariedade à família e aos amigos dessa pessoa que morreu de forma trágica. Outra chamando a atenção sobre a importância da nossa CPMI, tratando de assuntos como estes. Qualquer tipo de agressão à mulher é agressão também aos direitos humanos. Por outro lado, há a necessidade de as autoridades públicas colocarem a mão na massa e organizarem suas estruturas de Estado para que respondam firmemente e corretamente a essa demanda, que é uma demanda que ganhou visibilidade, que ganhou registro e que era subnotificada como tal e que agora tem legislação completa para oferecer punição a quem comete esse tipo de ato.

Então, muito obrigada. Eu queria fazer essas considerações.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Já atingimos o quórum; agora vamos colocar, em bloco, todos os requerimentos: a convocação dos dois Secretários e diligências nos Estados em que a CPMI vai se encontrar.

Requerimentos nºs 528 a 552.

As senhoras e os senhores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DR. ROSIINHA (PT – PR) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Pois não, Deputado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Na questão dos requerimentos de diligência nos Estados, eu queria saber do Estado do Paraná, como é que está marcada a data.

A SRª TERESA SURITA (PMDB – RR) – Eu também gostaria de saber...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É porque nós tínhamos proposto. Foi naquela data proposta?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Deputado Rosinha, a audiência pública no Estado do Paraná está confirmada para o dia 25 do mês de junho.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Era isso mesmo que eu gostaria de saber.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Conforme V. Exª havia solicitado, foi aprovado na reunião passada o requerimento. Já está confirmado para o dia 25 do mês de junho.

A SRª TERESA SURITA (PMDB – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Relatora, Senadora Ana Rita, eu gostaria de saber para que dia está marcada a audiência pública lá em Roraima.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A audiência pública em Roraima ainda não está marcada. Nós precisamos acertar essa data. Nós temos audiências públicas marcadas até o final da primeira quinzena do mês de julho. Então, nós temos mais ou menos seis ou sete Estados já confirmados até o final da primeira quinzena do mês de julho. No caso de Roraima, nós precisamos conversar e definir a melhor data para a CPMI e para o Estado. Vamos acertar essa data.

A SRª TERESA SURITA (PMDB – RR) – Está bom. Então, vamos conversar, porque nós temos todo o interesse de já realizarmos essa audiência pública no Estado.

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Srª Relatora Ana Rita, Senadora, e a Paraíba? Eu gostaria de saber se a da Paraíba já foi marcada.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A da Paraíba já está confirmada. Nós já aprovamos anteriormente. Está marcada para os dias 14 e 15 do mês de junho. Nós vamos dia 14; teremos trabalho lá no dia 14 e também no dia 15.

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Atendendo ao pedido da Senadora Ana Amélia, vou ler os requerimentos.

REQUERIMENTO Nº

(Da Srª Jô Moraes)

Srª Presidente, com base no art. 89, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidada a Srª Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, para contribuir com os trabalhos da CPMI.

REQUERIMENTO

(Da Srª Jô Moraes)

Srª Presidente, com base no art. 89, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidada a Srª Liene Paes Leme, especialista em políticas públicas e gestão governamental, Secretaria de Políticas para as Mulheres, SPM, para contribuir com os trabalhos da CPMI.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher requer que seja realizada diligência no Município de São Paulo:

Sr^a Presidente, requeremos a V. Ex^a, nos termos regimentais, a realização de diligências nas seguintes regiões: Guarulhos, São Paulo, região do Alto Tietê, 04/06/2012; Registro, São Paulo, região do Vale do Paraíba, 11/06/2012; Sorocaba, São Paulo, a região, 15/06/2012; São Paulo, 15/06/2012; Embu das Artes, São Paulo, e região, 18/06/2012; São Bernardo do Campo, São Paulo, região do ABCD, 22/06/2012; Campinas, São Paulo, 25/06/2012; Santos, São Paulo, região da Baixada Santista, 25/06/2012.

REQUERIMENTO Nº 531, DE 2012

Com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro que seja convocado o Secretário da Saúde do Estado de Santa Catarina, Dalmo Claro de Oliveira, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Santa Catarina, e apresentar as ações da Pasta para esse fim.

REQUERIMENTO Nº 532, DE 2012

Com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro que seja convocado o Secretário da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, César Augusto Grubba, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Santa Catarina, e apresentar as ações da Pasta para esse fim.

REQUERIMENTO Nº 533, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de São Paulo.

REQUERIMENTO Nº 534, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Roraima.

REQUERIMENTO Nº 535, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Amapá.

REQUERIMENTO Nº 536, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Pará.

REQUERIMENTO Nº 537, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 538, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Sergipe.

REQUERIMENTO Nº 539, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado da Paraíba.

REQUERIMENTO Nº 540, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado da Bahia.

REQUERIMENTO Nº 541, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes

serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Mato Grosso do Sul.

REQUERIMENTO Nº 542, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado da Paraíba.

REQUERIMENTO Nº 543, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Goiás.

REQUERIMENTO Nº 544, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Alagoas.

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu lhe agradeço muito. Como é a primeira reunião de que estou participando, da CPMI, eu estava em dúvida sobre o conteúdo dos requerimentos. Como a maior parte deles são pedidos de diligências, e apenas um tinha uma polêmica, que era o relacionado a Santa Catarina, eu dispensei a leitura, porque são muitos os requerimentos de procedimentos, eu diria, burocráticos de solicitações de diligências.

Agradeço-lhe muito a atenção, isso para que ganhem tempo na aprovação dos requerimentos em suas mãos e da Presidência da CPMI.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.)

Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 19ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião realizada em 01 de junho de 2012, às catorze horas e quarenta e seis minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES)**, e das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Célia Rocha (PTB/AL)** e **Rosinha da Adelfa (PTdoB/AL)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e os Senhores Senadores: **Sérgio Souza (PMDB/PR)** e **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)** e **Carmem Zanotto (PPS/SC)**; e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Sra. Sandra Canuto, representando o Secretário de Saúde, Sr. Alexandre de Melo Toledo; Sr. Dário César Barros Cavalcante, Secretário de Defesa Social; Sr. Paulo Zacarias da Silva, Juiz Titular da Vara da Violência Doméstica, representando o Sr. Des. Sebastião Costa Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas; Sra. Kátia Born, Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos; Sr. Eduardo Antônio de Campos Lopes, Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas; Sra. Andrea Malta, representante da Marcha Mundial de Mulheres e Sr. Sérgio Juca, subprocurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos.

Queremos agradecer a acolhida das instituições, dos órgãos que visitamos, aos funcionários, aos movimentos sociais, à sociedade organizada, aos gestores que participam desse processo, também responsáveis por essa temática.

Queria dizer que, diferentemente de outras audiências públicas, este evento tem o objetivo de escutar as autoridades acerca dos temas. Evidentemente,

junto com as autoridades, também estará presente a representação dos movimentos sociais.

Diferentemente de outras audiências públicas, quando regimentalmente é possível haver o debate, nesta audiência, não haverá debate com outros setores.

Após a abertura, passaremos a palavra à Relatora, Senadora Ana Rita, que fará suas perguntas a cada autoridade que prestará seus esclarecimentos, um por vez.

Em seguida, os demais Parlamentares Federais presentes também poderão usar da palavra para fazer seus questionamentos, e a palavra será retomada pelas autoridades e pelos representantes do movimento sociais.

Dentro dessa dinâmica, declaro aberta a 19ª da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão, por parte do Poder Público, em relação à aplicação de instrumentos instruídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Estão presentes, já aqui à mesa, a Presidente desta CPMI – esta que vos fala –, Deputada Jô Moraes; a Relatora da CPMI, Senadora do PT Ana Rita; uma das autoras do requerimento, Deputada Rosinha Da Adefal, que juntamente com a Deputada Federal Célia Rocha assinaram o requerimento e fizeram todo esforço para que realizássemos esta audiência; a Secretária da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos, Kátia Born, que conheço desde os tempos desse processo, dessa luta; o Secretário de Saúde Alexandre Toledo, que se encontra averiguando a situação de saúde no interior, viajando, e que enviou, para representá-lo, profissionais que responderão a todas as questões que forem a eles apresentadas; o Secretário de Defesa Social, Dr. Dário César, que, sem dúvida nenhuma, está saindo de uma reunião com o Ministério da Justiça, na construção de um projeto, está aqui presente, mas terá de se retirar logo depois, mas deixará uma pessoa à altura para responder todas as questões; o Ministério Público Estadual, o Dr. Sérgio Jucá, Subprocurador, a quem agradecemos; a Defensora Pública do Estado, Dra. Luciana Vieira Carmelo, a quem agradecemos, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Paulo Zacarias. Também temos a presença do Deputado Estadual Judson Cabral, da Deputada Estadual Patrícia Sampaio. Contamos também com a presença do Defensor Público Geral do Estado de Alagoas, Dr. Eduardo Antônio de Campos Lopes.

As autoridades estão sentadas no auditório, já que aqui não caberia o conjunto das autoridades e seria indelicada qualquer diferenciação.

Neste momento, conforme convocação, a presente reunião destina-se a realização de audiência pública na cidade de Maceió, com os convidados já assinalados.

Nós queremos, antes de passar a palavra para a Relatora, informar que os convidados ou instituições terão o tempo de até 20 minutos para sua exposição. Logo, o que não puder ser realizado nesse período será entregue por escrito para que a CPMI possa anexar às informações.

No caso da instituição que representa da sociedade civil será a única a dividir o tempo e cada representante terá o direito a 10 minutos, para que o tempo seja dividido de forma isonômica.

O registro das presenças – são muitas –, não só de gestoras, gestores, profissionais, parlamentares, mas também da sociedade civil e do movimento social será feito ao longo desse período.

Neste momento, passo a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRA ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde a todos.

Inicialmente, quero aqui fazer um agradecimento à Assembléia Legislativa, por nos ceder este espaço, para que possamos realizar esta audiência pública, também agradeço às Parlamentares deste Estado, Deputadas e Vereadoras, aos Deputados Estaduais, às Deputadas Federais, às Senadoras.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, desculpe-me interrompê-la, mas estão presentes duas pessoas fundamentais na nossa CPMI, a nossa Vice-Presidente, Deputado Keiko Ota, de São Paulo, e a nossa Deputada, membro permanente, integrante, Marina Santanna, do Estado de Goiás, que vem acompanhando e que eu – desculpe-me – cometi a indelicadeza de não citar.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então, queremos também agradecer às Parlamentares deste Estado, Deputadas Estaduais, às Vereadoras que ajudaram a fazer a mobilização para esta atividade, aos mais variados movimentos sociais deste Estado que aqui estão. Mais cedo, tivemos oportunidade de ter alguns momentos com vocês. Também queremos agradecer às mulheres que passam por situações de violência, que estiveram conosco mais cedo – algumas se encontram aqui -, quando trouxeram suas angústias, seus sofrimentos, fazendo a suas denúncias. Também queremos agradecer às autoridades deste Estado, ao Governo do Estado, do Governo do Estado, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, enfim, agradecer a todos pela presença.

Particularmente, quero fazer um registro para o Ministério Público. Nós tivemos um contratempo, o convite não chegou, mas eu estou sabendo que o Ministério

Público está presente e se colocou à disposição para vir e responder as questões. Portanto, quero agradecer muito pela presença e também a da imprensa, que tem um papel fundamental no sentido de divulgar os trabalhos desta CPMI, mas, mais do que isso, também de mostrar para toda a sociedade a importância de as mulheres realizarem suas queixas, suas denúncias, e procurarem os espaços adequados para fazer suas denúncias, enfim, para buscar a proteção necessária, de acordo com o que prevê a nossa legislação.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi instalada no início deste ano, conforme a Deputada Jô já informou, e tem como objetivo investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e também apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Hoje, esta é a sexta audiência pública que faz parte de um plano de trabalho apresentado por mim, como Relatora, aprovado por toda a Comissão. Estamos realizando não só audiências públicas nos Estados, mas também fizemos e continuamos a fazer audiências públicas, no Congresso Nacional, com autoridades federais. Também estamos fazendo diligências não só aos equipamentos públicos, mas também naqueles Estados onde há a presença de casos emblemática, como é o caso de Sergipe, onde faremos, em breve, uma diligência.

Os Estados que estamos visitando foram escolhidos a partir de critérios, como o mapa da violência do Instituto Sangari, que apresenta quais Estados são os mais violentos do País. Selecionamos os dez primeiros. O Espírito Santo está em primeiro e Alagoas vem em segundo lugar. Além disso, também selecionamos os Estados mais populosos, como é o caso de São Paulo, que também merece a visita da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Alguns dados do Estado de Alagoas nos assustam. Alagoas, como disse, é o segundo Estado de maior incidência de homicídios femininos, com uma média de 8,3 homicídios para 100 mil mulheres. Praticamente mais do que duas vezes a média nacional, que é de 4,4 homicídios para 100 mil mulheres. Aqui em Alagoas, é percentual é de 8,3. Essa taxa é inaceitável. Por isso, consideramos que diminuir o número de homicídios de mulheres deve ser uma prioridade de todos os Poderes constituídos do nosso País, mas também uma prioridade da nossa sociedade.

Então, enfrentar a violência contra a mulher é uma tarefa de todos, não só das autoridades públicas, mas também da sociedade.

As mortes de mulheres, estamos vendo, são mortes anunciadas. As mulheres assassinadas, mui-

tas delas, boa parte, são daquelas que já procuraram apoio do Poder Público. Esse apoio, muitas vezes, chega com muito atraso e com muitas dificuldades, e as mulheres acabam sendo assassinadas, porque não encontram a proteção necessária no tempo certo, no momento certo e na hora certa.

Estamos percebendo outra característica nos homicídios de mulheres: a interiorização, ou seja, os homicídios estão chegando também ao interior, na área rural. Esse não é apenas um “privilégio” da região metropolitana, mas também, infelizmente, está chegando ao interior.

Arapiraca, uma cidade deste Estado, é a quarta cidade mais violenta do País, de acordo com o mapa da violência – isso não é pouco – e Maceió é a 14ª capital, onde mais morrem mulheres.

Portanto, este Estado tem um enorme desafio, que é de todos que estão aqui, de todas as autoridades, de toda a sociedade, de todos nós Parlamentares, de enfrentar essa situação com a devida prioridade que ela merece e colocar isso como uma de nossas metas. Reduzir os índices de violência contra a mulher deve ser uma prioridade de todos nós. Se não for possível eliminar a violência contra a mulher, é muito importante reduzi-la, pelo menos.

Esse é um desafio que está posto. Nós conclamamos todos vocês que estão aqui representando o Governo do Estado, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público, as entidades representativas da sociedade, o Parlamento, as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas, além dos órgãos e das instituições federais assumir o enfrentamento da violência como uma prioridade para os próximos anos, para que esse índice possa ser reduzido e o Estado de Alagoas não seja mais o segundo em homicídios de mulheres. É preciso, com urgência, reduzir esse índice.

Eu quero aqui fazer um destaque a algumas iniciativas positivas que encontramos aqui. A CPMI não está aqui só para realizar uma caça às bruxas, para puxar as orelhas de todos, mas também para identificar aquilo que acontece de positivo.

Alagoas foi o primeiro Estado a criar uma Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, tendo como Secretária a Sra. Vanda Menezes, que, me disseram, está chegando. Também devo dizer que na visita que fizemos ontem ao Governador, às 18 horas, S. Exa. anunciou a existência de um trabalho de construção de um projeto piloto de enfrentamento da violência no Estado, com capítulo tratando da violência contra as mulheres. Possivelmente, o Secretário que aqui está deverá falar um pouco sobre isso, o Ministério da Justiça, que está aqui representado, em conversa com os

profissionais do Estado, com o Governador e com o próprio Secretário. Essa é uma notícia positiva, boa.

Também devo dizer que o Secretário, ontem, informou-nos que, dentro de 15 dias, a delegacia da Mulher de Maceió não mais integrará o regime de plantão, conforme está sendo feito aqui. (*Palmas.*)

Fizemos apelo nesse sentido ao Secretário, ao Governador, porque – vou relatar posteriormente –, no dia de ontem, encontramos a Delegacia fechada, justamente porque ela faz parte de um cronograma de plantão para que dê assistência à Delegacia que atende a todos os casos. A Delegacia da Mulher, para cumprir esse cronograma, precisa fechar, porque os seus profissionais não dão conta de atuar nas duas coisas ao mesmo tempo. O Secretário assumiu o compromisso de tirar a Delegacia da Mulher desse cronograma.

No entanto, precisamos avançar para retirar o Estado de Alagoas dessa incomoda possível de ocupar o segundo lugar em número de homicídios de mulher.

Agora, darei início à minha inquirição. Esse é o meu papel como Relatora.

Para esclarecer os presentes, inclusive contamos com muitas pessoas acompanhando, esta audiência pública não será nos moldes das audiências que estamos acostumados a acompanhar. Uma audiência em que todos falam e, depois, é aberta para debate. Não é isso que vamos fazer aqui hoje.

Esta audiência pública tem como objetivo inquirir as autoridades. Ou seja, vamos questionar as autoridades presentes, que já sabem disso. Todos vieram preparados para responder às questões que vamos perguntar. Se, por ventura, alguma questão levantada aqui não for respondida na tarde hoje, as autoridades o prazo máximo de uma semana para encaminhar, por escrito, à secretaria da CPMI.

Uma boa parte das questões já é de conhecimento de todos vocês, porque quem é gestor sabe o que está fazendo e, portanto, poderá responder.

Farei três perguntas gerais, para todos vocês que aqui estão com a tarefa de nos responder. Depois, vou fazer algumas perguntas específicas para o Secretário de Defesa Social, que será ouvido em primeiro lugar, porque ontem nos fez o pedido de que o liberasse, porque ele está com o Ministério da Justiça aqui e precisa dar uma atenção ao Ministério, em função desse projeto piloto que está sendo construído para o Estado de Alagoas e não queremos que o projeto seja prejudicado. Ele é importante para o Estado, para a população e para as mulheres.

Iniciando as nossas perguntas:

Que políticas públicas destinadas às mulheres estão sendo executadas pelas Secretarias de Defesa Social, Saúde, Políticas para as Mulheres, Poder Ju-

diciário, Ministério Público e Defensoria Pública? Isso é, como a instituição incluir em seu plano de trabalho a transversalidade de gênero, raça e etnia, idade e deficiências?

Qual o orçamento que cada pasta ou instituição tem para implementação das políticas de gênero? Por exemplo, para a ampliação da rede, de toda a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, delegacias, centros de referências, casa abrigo. Queremos saber qual o orçamento destinado para cada instituição, para que dê conta dessa rede de atendimento. Para contratação e capacitação de pessoal, enfim, todo esse aparato que dá sustentação ao atendimento.

Nessa questão específica do orçamento, vou fazer uma pergunta específica para o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Com relação ao Poder Judiciário, qual o plano de expansão dos juzizados para a capital e interior? E dotação de equipe técnica para dar conta dos inúmeros processos de violência doméstica que tramitam na Vara Especializada e nas Varas adaptadas?

Ao Ministério Público, Dr. Sérgio:

Por que a Promotoria Especializada não funciona no espaço do juzizado especializado? Há proposta de criação de promotorias especializadas nos demais Municípios?

À Defensoria Pública, Dr. Eduardo:

Quantos núcleos especializados existem no interior? Qual a política e orçamento para a sua expansão? A terceira pergunta é dirigida a todos vocês:

Como é feita a articulação entre a Secretaria da Mulher e as demais instituições para a execução do pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra a mulher?

Essas perguntas estão direcionadas a todos vocês, em particular; algumas para o Ministério Público, Defensoria e o Juzizado. Para as demais secretarias, vou perguntar depois.

Agora, passo para a Secretaria de Defesa Social, ao Dr. Dário César, porque vamos ouvi-lo primeiro. Depois, ouviremos as demais pessoas.

Dr. Dário, o pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra mulher prevê uma série de ações a serem coordenadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, entre elas a capacitação de agentes públicos das áreas de Justiça, Segurança Pública, Assistência Social, Educação e Saúde, de todos os 120 Municípios do Estado. Como está o processo de capacitação? Quantos profissionais de cada área já foram capacitados?

A segunda pergunta: a realização de duas ações integradas no Presídio Feminino Santa Luzia, elas foram realizadas? Quantas mulheres em situação de prisão

foram beneficiadas? Essas ações estão previstas no Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulher, então, são duas ações a serem realizadas no presídio.

Terceira pergunta para o Dr. Dário, como é o processo de escolha dos profissionais que vão atuar da DEAM? São analisadas a aptidão e as características pessoais do candidato ou candidata, como o envolvimento com a causa, a falta de preconceito de gênero, o conhecimento da Lei Maria da Pena, a sensibilidade e a capacidade para ouvir as mulheres? Qual a estrutura do IML para o atendimento às mulheres? Os profissionais foram capacitados para atendê-las? Há protocolo de atendimento nas Delegacias da Mulher?

Como mencionado, estivemos em visita, ontem à tarde, à Delegacia da Mulher de Maceió, que estava fechado, como disse, em virtude do plantão do dia anterior. Observamos que o espaço não está adequado ao atendimento humanizado e acolhedor às mulheres. Não há número de policiais nem delegadas suficientes e a capacitação dos servidores está aquém do que é esperado para uma delegacia dessa natureza. Quem for lá, quem conhece sabe como funciona.

Quero aqui, brevemente, fazer um relato do que houve ontem. Quando chegamos, a irmã de uma vítima estava lá para ser atendida e não havia nenhum profissional para ouvi-la. A Delegada estava lá porque estava nos esperando, mas se encontrava em uma sala, e o policial, que, na verdade é o vigia, quem toma conta do prédio, que a recebeu e disse que não poderia acolher a sua denúncia, porque não havia ninguém para receber e estava encaminhando, tentando a ir a outra delegacia.

É importante fazer esse registro porque essa mulher disse que a irmã dela estava sendo ameaçada de morte pelo ex-marido e também a mãe dela estava sendo ameaçada de morte. As duas estavam escondidas, foragidas em um dos bairros da cidade de Maceió. Então, é importante levantar esse caso porque, se essa mulher não encontrasse conosco ontem, se nós tivéssemos chegado naquela hora, ela não teria feito o registro da sua queixa. Ela só foi encaminhada porque pedimos à delegada que a atendesse que aguardaríamos, que era para atendê-la e orientá-la. Ela teve de ir de táxi, porque a delegada pagou um táxi para que ela fosse até a outra delegacia, uma vez que não havia carro para levá-la. Não havia ninguém para levá-la. Havia um carro da delegacia estacionado em frente, mas não havia ninguém para guiar o carro.

É importante observar o mal que faz às mulheres o fato de a delegacia estar fechada durante o dia.

Diante disso, Secretário, quero fazer as seguintes perguntas: em que prazos serão destinados mais profissionais à delegacia? Pelo que me consta, a delegada

também está grávida. Daqui a pouco, ela ganha bebê, entra de licença maternidade e quem vai substituí-la?

Outras perguntas: por que houve uma diminuição no quadro da Delegacia, que antes contava com duas delegadas e equipes com maior número de profissionais? Quando serão destinados mais profissionais às Delegacias da Mulher? Considerando que Arapiraca é o Município mais violento do Estado, em que prazo a Delegacia da Mulher desse Município passará a funcionar 24 horas? No Plano de Enfrentamento à Violência que está sendo gestado neste momento e contará com o capítulo sobre a violência contra a mulher, existe a previsão de ampliação das delegacias ou núcleos especializados no interior do Estado?

São essas as perguntas sobre as quais gostaria que o Secretário se manifestasse.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, gostaríamos de registrar que já se encontra entre nós a outra autora do requerimento, a Deputada Célia.

Também queremos informar àquelas pessoas que queriam denunciar casos individuais que a equipe já está a postos, inclusive já iniciou a escuta de uma senhora que deseja denunciar o desaparecimento de seu filho.

Devo dizer ao Dr. Dário que ele disporá de até 20 minutos para os seus esclarecimentos. Desde já agradecemos a ginástica que o senhor fez para atender ao Ministério da Justiça e à CPMI.

O SR. DÁRIO CÉSAR BARROS CAVALCANTE – Exma. Sra. Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes, Exma. Sra. Vice-Presidente, Deputada Federal Keiko, Relatora, Senadora Ana Rita, Deputada Rosinha Da Adefal, Deputada Célia Rocha, Deputado Marina Santanna, Deputado Judson Cabral, Deputada Patrícia Sampaio, Vereadora Tereza Nelma, senhoras, senhores, jornalistas aqui presentes, eu queria saudar a todas as senhoras em nome da Secretária da Superintendência da Mulher, da Secretaria da Mulher, a nossa amiga, Sra. Solange Viegas, que estou está aniversariamente, acho que este não haveria momento mais propício para o aniversário, Superintendente da Mulher, do que hoje, neste momento, estando com todos nós.

Eu também quero aproveitar, Sra. Presidente, Sra. Relatora, para agradecer a oportunidade de ser o primeiro, porque estamos reunidos estamos reunidos no Palácio do Governo com técnicos do Ministério da Justiça desde oito horas. Sai de lá agora. Não tivemos tempo para almoçar e vamos voltar para lá daqui a pouco para dar continuidade a esse trabalho.

Como foi explicado, temos que dar continuidade ao projeto do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência, que terá Alagoas como modelo para o Brasil.

Para não me alongar mais, em razão do tempo, eu vou direito ao assunto e às respostas das perguntas que me foram apresentadas.

Inicialmente, Sra. Relatora, temos, em Alagoas, uma situação que é conhecida no Brasil. V. Exa. citou, por vezes, o Instituto Sangari, aquele que coleta os números do Datasus, do SIM, para fazer o *ranking* dos homicídios no Brasil.

Se V. Exa. consultar a página 89 do relatório de 2012 – já publica de forma digital, não há ainda impresso –, desde 2006 ocupamos a primeira colocação no Brasil em número de homicídios. Nós, infelizmente, em 1999, segundo, também, esse mesmo instituto, ocupávamos a 11ª posição no Brasil em número de homicídios. Eram 20,3 homicídios por cem mil, como aqui foi colocado, na média nacional. Depois de sete anos, nós elevamos, triplicamos, chegamos a quase 60 homicídios por cem mil e de lá para cá, não mais perdemos o primeiro lugar nesse *ranking*.

Isso aconteceu de 2007 para cá. Estamos assim desde chegamos, em 2006, a essa posição.

Não vou entrar em detalhes, quanto ao por que e quais as razões levaram a isso, de modo algum, porque também é sabido por todos, mas nós temos, dentro desse universo, infelizmente, também, de um número alto de mulheres assassinadas, vítimas dessa violência. Assim, esse número gigantesco nos preocupa. Quem anda – tenho dito sempre – pelas ruas de Maceió não percebe a violência que lá está relacionada e elencada nesses estudos, nesses relatórios.

Recentemente – isso desde o ano passado –, assumimos a Secretaria de Assistência Social, o Governador, junto a Brasília, conseguiu que trouxéssemos para Alagoas o primeiro Colóquio Nacional de Experiências Exitosas no Combate à Criminalidade. Vieram para cá o Ministro da Justiça e diversas autoridades do assunto, para mostrar alguns exemplos que estavam sendo bem sucedidos no Brasil nesse enfrentamento.

Naquele instante, em março do ano passado, acordamos todos fazer um dever de casa em Alagoas. Esse dever de casa leva em conta algumas metas, alguns temas estruturantes e necessários para a mudança desse quadro.

Estamos trabalhando e construímos essa meta. Contudo, os números do dia a dia exigem ação imediata, para que possamos diminuir, de forma abrupta esse quadro. Tanto que, naturalmente, em contato direto com Brasília, já por várias vezes essas reuniões com o Ministério da Justiça... Na semana passada, a Presidente Dilma autorizou que o Governador do Estado e eu fôssemos a Brasília e sentássemos com a Ministra Gleisi Hoffmann e com o Ministro da Justiça Eduardo para que nós pudéssemos construir juntos um

plano de impacto para o enfrentamento da violência em Alagoas, para vencer esse momento gravoso. Assim foi feito, passamos dois dias em Brasília e é isso que nós estamos construindo aqui para segunda-feira voltarmos lá e fecharmos esse plano.

Mas, no que pertine às perguntas que foram aqui elencadas, eu queria ir diretamente a elas.

A capacitação de agentes públicos na área de Justiça e segurança pública de todos os 102 municípios – são 102 Municípios, só faço essa observação... Como está o processo de capacitação? Nós temos capacitação continuada com apoio de uma secretaria que é pioneira no Brasil, a Secretaria da Mulher, que está aqui representada pela Secretária Kátia Born e pela Superintendente Solange Viegas. Elas podem, inclusive, detalhar quantas pessoas estão sendo capacitadas, quantos servidores nossos, funcionários da Polícia Militar, da Polícia Civil, agentes penitenciários já têm participado e terminado esse curso.

Cito a realização de duas ações integradas no presídio feminino de Santa Luzia – aqui em Alagoas, o presídio também está no nosso cabide, está no cabide da Defesa Social. Então, quantas mulheres em situação de prisão foram beneficiadas? Nós temos hoje no sistema prisional 149 ou 150 mulheres presas em Alagoas. Nosso presídio é, ainda... Nesse sistema prisional, nós temos, desse número – e aí nos preocupa –, nós temos só vinte e poucas mulheres, 23 ou 24, que estão cumprindo pena, porque as demais ainda são presas provisórias, e há muitas que estão há muito tempo no presídio, ainda sem julgamento definitivo. Essa é uma preocupação, porque nesse local, nesse ambiente, há uma rotatividade muito grande, porque são presas provisórias em sua grande maioria. Mesmo assim, com agentes penitenciárias femininas e com as reeducandas, nós estamos trabalhando nessas ações integradas.

Queria pedir à senhora aqui neste momento, como não há um representante do sistema prisional, o chefe, para responder exatamente com os números com relação a essa segunda indagação, remeter para a senhora nesse prazo de uma semana. Aliás, não vai ser preciso, porque hoje mesmo eu tenho, daqui a pouco, esses números.

Com relação ao processo de escolha de profissionais, que é o terceiro item, para a delegacia das mulheres. Esse processo... Primeiro: nós escolhemos pessoas, obviamente, que tenham a possibilidade de fazer esse atendimento com os cuidados e com o zelo que a necessidade impõe. Temos sempre recaído no caso de mulheres delegadas. Nós hoje temos três delegacias de mulheres aqui em Maceió. Nós temos

duas delegadas na capital, duas delegacias e também uma em Arapiraca.

Eu recebi aqui a informação pronta da Secretaria da Mulher – não vou precisar pedir o prazo –: são 160 profissionais de segurança no item 2, capacitados pela Secretaria da Mulher, profissionais nossos capacitados pela Secretaria da Mulher. São profissionais nossos, porque é uma parceria, e quem coordena essa capacitação é exatamente a Secretaria da Mulher.

Bom, com relação a esse perfil, o que é pedido e o que é exigido é que sejam profissionais preferencialmente do sexo feminino e que tenham essa condição de atuar nessa área. Por incrível que pareça – é importante colocar isso, as pessoas não têm essa leitura fora –, nós tivemos uma delegada nossa, delegada da mulher, que foi premiada com uma viagem aos Estados Unidos como prêmio pelo melhor desempenho entre todos os delegados do Estado de Alagoas no ano passado. Temos hoje aqui em Maceió duas delegacias que estão mais bem ranqueadas no número de envios de inquéritos para a Justiça, exatamente as delegacias de mulheres da capital.

Está aqui presente a delegada Tereza e a delegada Paula Mercês, que está gestante – está chegando, porque tinha de tomar uma medicação, está vindo. Ah, está ali a delegada Paula Mercês. Então, quero parabenizá-las, porque essas delegadas são as primeiras colocadas no *ranking* de envio de inquéritos para o Ministério Público e para o Judiciário hoje, o que mostra a capacidade que elas têm para ocupar tal função.

Com relação aos profissionais na delegacia. Estou sendo rápido, mas peço que fiquem à vontade para depois inquirem. Estou agindo assim para poder respeitar o tempo, Deputada.

Houve uma diminuição no quadro da delegacia da mulher – é a primeira pergunta da outra página. Essa pergunta eu respondo de forma pronta, objetiva: é em razão de em onze anos não termos tido concurso para delegados, escrivães ou agentes policiais na Polícia Civil. Durante onze anos não tivemos o concurso, e não foi por falta de vontade, foi exatamente por tudo aquilo que o Sr. Governador explicou às senhoras ontem: nossa limitação orçamentária. Mas este ano o Sr. Governador determinou que nós tivéssemos concurso prioritariamente para a segurança pública e para a Polícia Civil. Nós estaremos agora, com a fundação Cespe – o processo se encerrou esta semana –, neste mês de junho, lançando o edital para o concurso para delegadas, agentes e escrivães para a delegacia da mulher, para a delegacia em geral. E faço um apelo aqui às senhoras: que aproveitem esse momento aquelas que quiserem engrossar nossos quadros. Além da capacidade das senhoras, a sensibilidade das senhoras

muito ajudará a gente nesse processo. A sociedade contribuirá muito se nós tivermos mais policiais femininas, na Polícia Militar, na Polícia Judiciária. E como teremos concurso para a Polícia Militar e para Polícia Judiciária agora – neste mês de junho será lançado o edital –, eu conclamo aquelas que quiserem ajudar. Então, Vereadora, por favor, faça campanha em prol dessas inscrições.

Nós tivemos aqui também uma pergunta...

Então, por isso, Sra. Deputada, nós tivemos que... Nós tínhamos anteriormente uma delegada e mais uma delegada adjunta. Aí, o que acontece? Com essa diminuição... Nós temos 102 municípios e, com o quadro pequeno de delegados, nós tivemos de diminuir, só deixando a delegada titular. Com relação à delegada Paula Mercês, que fará muita falta no período em que vai ter a criança: nós iremos substituí-la para que seu belo trabalho possa ter continuidade – fiquem tranquilas com relação a isso – à altura do trabalho que ela vem bem desempenhando.

Arapiraca, como está aqui escrito, é o município mais violento no que diz respeito à violência contra a mulher. Eu quero dizer às senhoras o seguinte. Está aqui a nossa Deputada Célia Rocha, que já foi prefeita de Arapiraca, conhece como poucos a realidade do município do agreste alagoano de nosso Estado. Arapiraca hoje ocupa o 11º lugar no Brasil em número de homicídios no geral. Maceió ocupa o 9º lugar. Ou seja, nós temos ações concentradas em Maceió e em Arapiraca para que isso seja revertido. Arapiraca é uma preocupação por causa disso.

Mas já que o assunto aqui é delegacia, eu quero retificar uma fala da Senadora Ana Rita feita agora há pouco. Eu quero retificar uma fala da senhora, mas não foi a senhora que se equivocou, fui eu que me equivoquei ontem quando falei na reunião que iniciamos com o Governador que em quinze dias nós teríamos as delegacias da mulher em Maceió fora dessa escala de plantão, para que se possibilitasse a essas delegacias ficarem trabalhando no expediente normal. Eu quero fazer uma retificação: não só a delegacia de Maceió, mas também a de Arapiraca ficará fora desse plantão, isso nós já acertamos hoje. Então, é importante retificarmos isso, porque nós queremos deixar as delegadas que tratam dos crimes violentos contra as mulheres livres para que possam fazer investigações. Então, peço desculpas, porque eu errei e a senhora reproduziu o meu erro, Senadora. Quero pedir desculpas à senhora, eu tinha de fazer essa correção aqui.

Bom, também nós queremos dizer que nós temos hoje –, estamos em fase de instalação – três espaços em três delegacias municipais do interior, Maragogi, São Miguel dos Campos e Delmiro Gouveia, três espa-

ços onde serão instalados três núcleos de atendimento à mulher. São locais com ar refrigerado, com espaço reservado ao atendimento à mulher. Estamos já trabalhando nesses espaços e, neste segundo semestre, esses espaços estarão prontos. Nós teremos também um veículo em cada um desses locais destinados só ao atendimento às mulheres vítimas da violência. Além disso, quando esse concurso chegar ao seu fim, essa formação desses profissionais for concluída, nós iremos implantar as delegacias da mulher em União dos Palmares e na cidade de São Miguel dos Campos, porque são duas das cidades onde temos maiores problemas de violência contra a mulher.

Além disso, Sra. Deputada, Sras. Senadoras, Srs. Membros da CPI, nós entendemos que nós temos de virar essa página, porque Alagoas tem uma história machista, tem uma história coronelista, e isso se reflete nessas ações que são apontadas, que são feitas diariamente contra a mulher. Por isso que nossas forças policiais... Nós capacitamos e estamos empenhados em capacitar para que nós possamos fazer com que essas forças policiais estejam à altura dessa necessidade.

Recebi também a informação agora de que os profissionais do sistema prisional... As 149 presas que lá tínhamos até agora há pouco... E como eu disse, também agora há pouco, que há uma rotatividade muito grande em razão de só 1/3 serem presos definitivos e os demais provisórios, essas 149 presas, das quais 135 condenadas, nós já capacitamos essas pessoas para que elas pudessem lidar com aquilo que... Se as senhoras aqui são vítimas, são passíveis de serem vítimas de violência, imaginem alguém que já está presa por ter um relacionamento muitas vezes, ou por ter sido vítima, ou por ter se colocado no mundo do crime. Então, é importante dizer que hoje todas aquelas senhoras que lá estão também já foram capacitadas pela Secretaria da Mulher, estou aqui com essa informação. Agradeço mais uma vez à aniversariante do dia pela informação.

Por fim, nesse plano de enfrentamento ao crime que se está fazendo, ao crime violento no Brasil, e tendo Alagoas como piloto, como foi colocado ontem pelo Sr. Governador, haverá, sim, um capítulo à parte para que possam ser tratados os crimes violentos contra as mulheres, e esse capítulo está sendo construído, como foi hoje de manhã, e vamos continuar hoje à tarde porque, como disse a senhora ontem e hoje ficou aqui claro, eu tenho de voltar lá para continuar esse trabalho de construção conjunta. Está previsto, por sugestão do Sr. Governador, um capítulo destinado à questão da violência contra a mulher nesse programa nosso que vamos lançar.

Quanto aos quinze dias, Sra. Senadora, eu também quero fazer uma retificação. O projeto, que inicialmente era quinze dias, deve ser uns dezoito dias. Então, nesse momento do lançamento, é que a delegacia vai ficar, está certo. É só para fazer a retificação, porque nós iremos... As delegadas irão deixar de concorrer à escala comum no momento em que houver o lançamento desse programa, porque nós iremos lançar também um departamento de homicídios e iremos fazer um remanejamento e, por conta disso, nós teremos mais uns três dias além daquele prazo de quinze dias, que é a data do Governo Federal, que vem lançar o PAS aqui, para se adequar a um problema que está havendo. No Brasil, daqui a uns dias, teremos a Rio+20, e o Ministério da Justiça está todo envolvido com a Rio+20 e eles só podem vir lançar esse plano após a Rio+20.

Bom, dizendo isso, eu me coloco à disposição e agradeço a oportunidade de estar aqui junto com as senhoras. Quero também dizer que a nossa delegada Kátia Emanuelle, aquela linda gestante que está ali, é diretora adjunta nossa de políticas de segurança pública. Ela ficará aqui à tarde pelo tempo necessário e responderá tudo o que for necessário, porque ela tem autoridade para isso. Ela é esse elo entre a Secretaria da Mulher e as demais secretarias, nessas ações vinculadas para o enfrentamento dos crimes violentos contra as mulheres.

Era isso.

Estou aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós queremos agradecer ao Secretário de Defesa Social por ter estado presente, sobretudo cumprindo aquilo que a Constituição indica aos servidores públicos. Nós fazemos esse reconhecimento porque muitos não reconhecem esse dever constitucional. Desde já liberamos o senhor, porque o desafio de enfrentar a violência como um todo no Estado de Alagoas é fundamental. Sabemos que a nossa Delegada Adjunta ficará e a Senadora. Algumas outras questões que ficaram pendentes, também das demais Parlamentares, serão registradas pela Delegada Kátia Emanuelle para que o senhor, em sete dias, possa responder. Mais uma vez, nós agradecemos.

Passaremos agora a inquirir outra autoridade.

O SR. DÁRIO CÉSAR BARROS CAVALCANTE

– Eu que agradeço a oportunidade de estar próximo, contribuindo com esse brilhante trabalho. Estamos à disposição em Alagoas. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada, Secretário.

Neste momento, vamos voltar a palavra para a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, que colocará as

questões para nossa Secretária de Direitos Humanos e de Mulheres, querida Kátia Born, que será inquirida pela nossa Senadora agora e depois ocupará o espaço da fala.

Senadora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretária Kátia, lembro-a das perguntas que nós fizemos inicialmente, que são mais gerais. O Secretário não as abordou, mas elas são gerais e acho que é importante o Governo se manifestar. Se a senhora puder também fazer menção àquelas perguntas iniciais, é importante.

Vou fazer agora algumas perguntas mais específicas à Secretaria da Mulher. Em 2010, o Estado recebeu mais de R\$1,3 milhão da SPM, da Presidência da República, para implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Em que fase se encontra a execução das ações previstas no pacto? Seria uma abordagem de como está o andamento do pacto aqui no Estado, se as ações previstas estão em andamento e em que fase estão.

Entre essas ações, está prevista a criação de centros de referência no interior. Alguns desses centros já estão em funcionamento?

Como está a campanha de divulgação das ações do pacto?

Como se dá a articulação entre a Secretaria e as demais instituições e serviços da rede?

Qual o orçamento anual da Secretaria da Mulher e, deste, quanto provém do Estado? O orçamento-geral, anual, o que vem do Governo do Estado e do Governo Federal, e especificamente quanto vem do Governo do Estado.

Como são articuladas as ações do projeto integral base com os Municípios polo?

A Câmara Técnica estadual está em funcionamento? Quantas reuniões foram realizadas em 2011? Se possível, de 2012 também.

É isso, Sra. Secretária. Gostaríamos de ouvi-la.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Sra. Secretária Kátia Born disporá de até 20 minutos.

Enquanto ela se dirige, eu queria registrar a presença da Sra. Albani Silva, do Sinteat; de Maria Edvânia, do Cesmac; Claudia Petuba, da União Brasileira de Mulheres; Adriana Alves, do Cesmac; Alda Maria Toledo, da Unidade de Saúde Catarina Porto; Letícia Celina, do Cesmac; Daiane Faria, do Cesmac; Maria Caetano da Silva, do Cesmac; Andréa Pacheco, da Organização Maria Maria; Dra. Luciana Vieira, Defensora Pública; Celiane de Figueiredo Cavalcanti, psicóloga do Centro de Referência da Violência Doméstica, que tão bem nos recebeu hoje, e nós continuaremos os registros.

Kátia Born.

A SRA. KÁTIA BORN – Primeiro, eu queria saudar todas as mulheres aqui, estudantes, professores, Vereadora Tereza Nelma, Dr. Paulo, Dr. Sérgio, Solange, as delegadas, os homens aqui presentes, na pessoa do nosso querido Presidente do PT, Joaquim Brito, nossa querida Vanda, e agora vou saudar a Mesa, a Jô Moraes, que continua na sua luta incansável. Há mais de 30 anos que a gente briga pelas mulheres, e agora, que bom que está você aí, e eu aqui, tendo que lhe obedecer, e obedeço com todo o prazer. Então, seja bem-vinda ao nosso Estado. O seu partido, que sempre militou... Aliás, Solange era militante do seu partido, o PCdoB, quando eu a conheci, há 30 anos. Então, hoje nós temos essa luta incansável.

Senadora Ana Rita, é uma honra, um prazer tê-la em nosso Estado, assim como a Deputada Marina, a Deputada Keiko, nossas duas maravilhosas Deputadas Rosinha e essa danada dessa Celia, que é uma incansável sertaneja, e a Deputada Patrícia.

A Senadora fez algumas perguntas. Nós fizemos uma apresentação ali, Senadora, e depois eu vou entregar já essa apresentação a V. Exa.. Então, nessa apresentação... Muita gente aqui não conhece toda a rede que nós estamos montando, e a gente vai apresentar porque você toca em alguns pontos aqui. Temos outros pontos. Temos um projeto que nós aprovamos em seis Municípios e mais 92 Municípios, que vai ser uma rede de informações do Estado de Alagoas, e agora nós estamos preparando 1.100 mulheres com um projeto do Governo Federal, junto com o Governo estadual; estamos preparando a rede e já conseguimos recursos para montar isso. Estamos preparando as pessoas e vamos montar essa rede. E estamos conseguindo também US\$1,5 milhão agora para montar o observatório em Alagoas. Então, com essa rede, com esse observatório e essas pessoas que nós estamos preparando, se uma mulher for agredida lá do outro lado do Estado, em Delmiro Gouveia, que é o mais longínquo, toda a rede pode se preparar com ações no Twitter, porque eu não acredito que nós vamos resolver a questão da mulher só com a questão da delegacia, do centro, não. Ou a gente faz uma grande mobilização nacional, com campanhas educativas...

Uma coisa que está surpreendendo a gente, Deputada Keiko: nós estamos fazendo um mutirão contra a violência. Fizemos em São Miguel dos Campos, que é uma cidade de violência, e esta semana fizemos em Benedito Bentes. Eu cheguei 8h e nada, não havia ninguém. Eu disse: “Solange, que coisa mais fraca.” Aí começamos com carro de som no ponto de ônibus, localizando as mulheres. Daqui a pouco, estava uma multidão, as mulheres dizendo, estava Alessandro lá: “Eu desliguei o meu feijão e vim dizer que com essa

tal de Lei Maria da Penha que vocês criaram, o marido da minha filha deixou de bater nela, e se ele bater nós vamos para a delegacia.” Então, que lhe parece, Senadora?

A gente tem que botar mais recurso no orçamento do Estado, do Município e do Governo Federal, nas campanhas, para, em qualquer lugar deste País, numa região rural, estar lá a mulher com a Lei Maria da Penha. Do ano passado para cá, com recursos próprios, Jô, já fizemos 60 mil cópias da Lei Maria da Penha, já mandei pedir mais 10 mil cópias da Lei Maria da Penha à Petrobras, chegaram umas três, mandamos fazer esse panfleto que vou lhe entregar aqui, mais 20 mil panfletos desses, e o material está acabando. Eu acho que essa mobilização, essa conscientização de homens e de mulheres... E aí é preciso que a Delegacia da Mulher... Eu acho que o Secretário Dário, ontem, junto com o Governador... E vocês duas fizeram belas provocações ao Governo do Estado. O Governo, tão preocupado com a questão da violência de uma forma geral, e a vinda de vocês ajuda a gente. E aqui é independente de partido político. Eu sou do PSB, Tereza é do PSDB. Quem está do PT aqui? Edna é do PT. Quem está do PCdoB? Tem uma estudante ali. A Claudia está aqui. Deve ter gente do DEM. Então, eu acho que essa luta não é só do Governo do Estado, nem da Prefeitura. Essa é uma luta da sociedade. Os movimentos sociais... Muitos dos partidos nossos chegaram ao poder e os movimentos sociais de mulheres se afastaram da luta política, se afastaram. Cada um está cuidando das suas coisas. E a gente não está conseguindo fazer aquilo que a gente deveria fazer na prática, que é a mobilização social. Então, eu queria que a Solange apresentasse...

Eu tenho dez minutos ainda. É isso?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – É. Eu gostaria...

A SRA. KÁTIA BORN – Eu queria que a Solange apresentasse...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretária, como nós fizemos algumas perguntas, é bom que a fala de vocês se detenha nas respostas das perguntas, porque senão o tempo passa e as respostas não vêm.

A SRA. KÁTIA BORN – A resposta vem porque nós vamos apresentar a rede. As perguntas que V. Exa. fez são várias ações, uma ação depende da outra.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Nós queremos ouvir.

A SRA. KÁTIA BORN – Então, eu queria que a Solange Viegas fizesse a apresentação da nossa rede porque, dentro dessa rede, se houver alguma observação que não foi respondida, nós estamos encaminhando o nosso documento a V. Exa., e aí a gente complementa.

Solange.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para que seja registrado o uso da palavra: Sra. Solange...

A SRA. SOLANGE VIEGAS – Solange Viegas, Superintendente de Políticas e Promoção dos Direitos da Mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

A SRA. SOLANGE VIEGAS – A gente vai responder, Senadora, dentro do trabalho que estamos fazendo, o passo a passo do trabalho que estamos fazendo.

Boa tarde a todas e a todos, Presidente Jô Moraes, Senadora Ana Rita e demais componentes da Mesa.

Eu queria colocar só alguns dados demográficos do Estado, a população do Estado. Nós somos, as mulheres, 51% da população do Estado e 5,9% do Nordeste.

Pode passar.

Aquele é o dado que a SPM nos apresentou. A evolução do nosso crescimento no Disque 180 vem de uma evolução. Até 2011, de 2007 a 2011, tivemos 33 denúncias pelo 180.

Pode passar.

Isso aí é o gráfico do crescimento de Alagoas, aquele azul mais escuro. A gente só teve um breve... Caiu um pouco de 2010 para 2011.

Pode passar.

Quanto à taxa de homicídios no Brasil, a média é 4,4%, e, como a Senadora Ana Rita disse, o Estado de Alagoas, para cada 100 mil alagoanos, teve uma taxa, em 2011, de 8,3%.

Pode passar.

Ali está mostrando, Espírito Santo com 9,4%, Alagoas com 8,3% e o Piauí, que é o menor, com 2,5%, e a média do Brasil, 4,4%. Então, nós estamos acima da média nacional nos homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes.

Pode passar.

E o que nos preocupa aí é que em Alagoas, o segundo ali, o crescimento é de 59%, e no Espírito Santo, que é o maior, é menos 13%. Então, isso nos inquieta, porque a gente tem de ter um trabalho mais efetivo para a gente não ficar com esse gráfico tão cruel para o Estado de Alagoas na questão da violência contra a mulher.

Esses são os dados que a Secretaria de Defesa Social nos passou, o número de ocorrência nas delegacias, nas três DEAMs, 2008, 2010, 2011, 2008 a 2011, e os homicídios em números absolutos, que tem um crescimento grande. Em 2008, nós tínhamos 86 homicídios, mulheres vítimas de homicídios; em 2011, 142. Isso bate direitinho com os 8,3% de mulheres para

cada 100 mil habitantes, de homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes.

O que estamos fazendo? Senadora Ana Rita, as nossas respostas: o Estado assinou o pacto nacional, assinou o termo de cooperação em 2009; foram 20 Municípios que assinaram o pacto, sendo cinco Municípios polo: Maceió, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia, Maragogi e Arapiraca.

A Câmara Técnica somente foi instituída no dia 28 de abril de 2011. Nós não temos muita diferença dos outros Estados, e a instalamos no início deste ano, em março de 2012, porque 2010, nós passamos o ano todo nos trabalhos da conferência estadual para levarmos as delegadas para a conferência nacional. Então, foi um ano de poucos recursos, nós não recebemos recursos para executar os trabalhos da conferência estadual, equipe pequena, e nossa atenção toda foi para trabalharmos na execução de todos os trabalhos, passo a passo, para a conferência nacional.

Pode passar.

O que estamos fazendo, então, Dr. Pedro Montenegro? Primeiro, os projetos em que trabalhamos e que negociamos com a SPM em 2010, e os recursos chegaram em 2011. Capacitação dos profissionais do Presídio Santa Luzia. São cem profissionais que, neste momento – o projeto começou semana passada – estão sendo capacitados na questão de ter um trabalho tanto para eles, na sua cidadania, como num acompanhamento e num tratamento mais humanizado com as nossas reeducandas do Presídio Feminino Santa Luzia. O projeto começou na semana passada.

Eu estou num trabalho de contratação de equipe, contratação de capacitadores. É complicado o trabalho de contratação de capacitadores porque uma portaria interministerial, acho que o número é 27, se não me engano, proíbe que, no Estado, os projetos contratem professores de universidade, qualquer pessoa que tenha vínculo com o Estado, com o Município e com a União. Então, buscar esses capacitadores é um processo que demora, mas começamos o curso.

Outro projeto: capacitação de mulheres quilombola. Estamos com um processo de contratação da equipe, o edital para contratação da equipe chegou da PGE semana passada, e semana que vem estaremos lançando o edital para a contratação da equipe de capacitação das mulheres quilombola. São cem mulheres quilombola que serão capacitadas em gênero, raça, violência e enfrentamento da feminilização da AIDS.

Esse é um projeto extremamente interessante. Tivemos a ajuda da Profa. Cida, da Universidade Federal de Alagoas, que nos ajudou na elaboração desse projeto.

Capacitação dos profissionais do serviço especializado da rede de atendimento à mulher do Estado de Alagoas. Nesse projeto, nós iremos capacitar 950 profissionais. Começamos na rede de atendimento, onde nós estamos trabalhando com cem pessoas sendo capacitadas, começamos semana passada. Ontem e hoje... Terça e quarta foi em Arapiraca, quinta e sexta em Maceió. São cem profissionais que estão sendo capacitados em Maceió da rede de atendimento e 80 profissionais estão sendo capacitados em Arapiraca, pegando toda a região do agreste do sertão. Em Maceió, pegando litoral norte, zona da mata e a metropolitana de Maceió.

Em Agosto, nós temos uma capacitação para 800 profissionais da rede de enfrentamento. Aí vamos pegar toda a rede de enfrentamento, a cultura, a educação, a saúde, a assistência. Então, em agosto e setembro trabalharemos todos os profissionais, e a meta que a gente tem é de atingir 900 profissionais da rede para esse projeto com a SPM.

Pode passar.

Instalação dos três Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, também do convênio de 2010. Com uma parte dos recursos, liberados em 2011, nós estamos com todos os equipamentos de Maceió e de Arapiraca já comprados, e o problema está na questão do aluguel das casas. E o de Maragogi, os recursos ainda não foram liberados.

Informatização da rede de atendimento à mulher vítima de violência. Esse é um projeto já de 2011. Os recursos para esse projeto não foram liberados ainda. Convênios assinados, o convênio chegou, mas os recursos ainda não foram liberados.

Nesse projeto, vamos trabalhar, em princípio, com os cinco Municípios polo, Maceió, Arapiraca, Delmiro, Maragogi e São Miguel dos Campos, e ele será complementado, como a Secretária Kátia falou, com um projeto que conseguimos colocar num financiamento do Estado com o Banco Mundial, uma luta nossa, da Secretaria da Mulher, junto ao Governador do Estado e Secretaria de Planejamento. Vai ser em torno de US\$1,7 milhão. Aí sim, a gente vai complementar e informatizar todos os Municípios, toda a nossa rede de atendimento dos Municípios alagoanos.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Solange, você fez uma fala, e eu teria duas questões para fazer antes que você prossiga.

Na sua fala, você mencionou que são poucas pessoas na Secretaria. Eu queria que você dissesse quantos profissionais tem a Secretaria.

E outra pergunta, porque agora você está falando sobre os recursos, que os recursos não foram liberados, então, minha pergunta é: qual é o problema? O

problema é na SPM ou o problema foi aqui? E qual foi o problema?

A SRA. SOLANGE VIEGAS – Não, não tem nada daqui; o problema é da SPM na liberação dos recursos. Ela está liberando... Desde quando ela vai recebendo, ela tem orçamento, ela vai liberando para os Estados. A gente não tem problema com a SPM.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Está faltando alguma coisa daqui para lá em termos de documento, alguma coisa?

A SRA. SOLANGE VIEGAS – Não, nada, nenhuma documentação. Nem uma documentação. E a nossa equipe é uma equipe que está aqui, é uma equipe de oito pessoas. Nós estamos trabalhando especificamente na Superintendência da Mulher.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Isso na Superintendência da Mulher.

A SRA. SOLANGE VIEGAS – Na Superintendência da Mulher. São oito. A superintendente, duas diretoras e quatro gerentes, mais três profissionais... Sete pessoas, mais duas pessoas que são do quadro do Estado. Isso é a equipe que está o tempo todo, mas temos a contratação de equipe via convênios. Então, convênio de capacitação da rede de atendimento...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Cinco minutos.

A SRA. SOLANGE VIEGAS – ... da rede de atendimento, temos uma equipe de dez pessoas trabalhando especificamente nesse projeto.

Pode passar.

Posso continuar, Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Sim.

A SRA. SOLANGE VIEGAS – Também ainda negociados, os núcleos de atendimento de que o Secretário Dário César falou. Esse é um projeto nosso com a SPM, a que a Secretaria de Defesa Social está dando todo o apoio.

O recurso desse núcleo este ano já foi liberado e nós já estamos com todos os processos para compra, para licitar a compra de equipamento, para compra de material permanente, para a instalação desse núcleo.

Pode passar.

Campanhas educativas no... Não, pode voltar.

Implantação de duas casas abrigos para mulheres em situação de violência com risco iminente de morte. Essa casa abrigo, vai ser uma em Maceió e outra em Arapiraca. Para esse projeto, também os recursos já foram liberados pela SPM este mês – aliás, em abril.

O mutirão sobre... E temos agora os projetos com recursos próprios, nossos. O mutirão sobre a Lei Maria da Penha nos Municípios alagoanos. Nós estamos trabalhando, fizemos São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Benedito Bentes, em Maceió, mas este

ano vamos para mais 12 Municípios. Isso é um trabalho de conscientização da população de cada um desses Municípios sobre a importância da Lei Maria da Penha.

Articulação e mobilização para implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher dos Municípios alagoanos. É um trabalho que estamos fazendo, primeiramente, com os Municípios polos do pacto, que assinaram o pacto, e depois vamos estender para os outros vinte Municípios do pacto, essa é nossa meta. Este ano nós temos uma meta de trabalhar para a implantação de mais seis conselhos e vamos, aos poucos... Este ano é um ano difícil, por ser um ano eleitoral, para emplacarmos todos os Conselhos Municipais. Pode passar.

Complementando os projetos do Governo do Estado, da SPM, nós temos campanhas... Nós ainda também realizamos, em 2011 e 2012, campanhas educativas no enfrentamento da violência contra a mulher com recursos próprios do Estado. Esse trabalho a gente faz no mês de maio e nos dezesseis dias de ativismo em novembro e dezembro. Confecção de todo material, reprodução da Lei Maria da Penha, panfletos, cartazes e camisetas, com que nós trabalhamos. Dá em torno de R\$ 100 mil por ano o que gastamos nesse trabalho.

Passe.

Complementando, porque não adianta só trabalharmos com as mulheres alagoanas na área do enfrentamento à violência, temos de trabalhar também na área da autonomia econômica. Então, temos esse projeto de construção civil e autonomia econômica e financeira da mulher alagoana. Esse é um projeto em que conseguimos recursos para capacitar 900 mulheres, com recursos da SPM e do Fundo de Combate à Pobreza do Estado.

O saber tradicional das mulheres quilombolas. Também vamos trabalhar com 120 mulheres quilombolas de três comunidades quilombolas do Estado de Alagoas. Vamos trabalhar o saber delas para dar toda uma capacitação, para incluir todos os seus produtos no mercado.

Passe.

Inclusão sociocultural e produtiva de mulheres rurais do Estado de Alagoas. Isso é um trabalho com o MDA, um convênio que discutimos com o MDA, com um repasse do Banco do Brasil. Vamos trabalhar com 1.300 mulheres, numa parceria com o MDA daqui, de Alagoas, e o Incra. Então, esse trabalho é todo aquele trabalho de documentação, de capacitação para o associativismo e o cooperativismo das mulheres rurais alagoanas e principalmente trabalhar a documentação dessas mulheres rurais alagoanas.

Pronto.

Complementando, os recursos da SPM e do Estado. Estamos em negociação, com os projetos já aprovados, com o Banco Mundial a complementação da informatização da rede contra a violação dos direitos da mulher, da criança e do adolescente.

A identificação na população vulnerável de aptidões e habilidades de mulheres e jovens para atividades de inclusão produtiva, também com o Banco Mundial.

Passe.

E o projeto das campanhas educativas. Nessas campanhas educativas, vamos falar da Lei Maria da Penha, vamos jogar na mídia falada, escrita, no rádio, no jornal e na televisão, divulgando essa campanha e divulgando todos os nossos equipamentos especializados no Estado de Alagoas.

Pode fechar aí.

Então, nós encontramos um Estado...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Concluindo.

A SRA. SOLANGE VIEGAS – ...com poucos equipamentos, Deputada Jô Moraes. Um Estado que só tem dois IMLs, três Delegacias, a unidade do Hospital-Escola Santa Mônica, onde se faz o tratamento quando a mulher é estuprada, o HGE, a unidade de emergência de Arapiraca. Então, a nossa rede de atendimento é uma rede pequena. O que foi que a Secretaria da Mulher, a Secretária Kátia Born, trabalhou junto com a SPM?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu pediria que a senhora concluísse.

A SRA. SOLANGE VIEGAS – A ampliação dessa rede de atendimento.

Então, é todo o nosso trabalho ampliar essa rede e capacitar os profissionais.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Muito obrigada.

Receberemos o restante das informações por escrito.

Passaremos, agora, a escutar o representante do Poder Judiciário, o Dr. Paulo Zacarias, mas, antes que ele possa se pronunciar, a Senadora Ana Rita e a Deputada Carmen Zanotto farão algumas questões ao senhor.

Eu gostaria apenas de registrar – eu não registrei – a presença, desde a manhã, da Vereadora Silvana Barbosa e da Vereadora Tereza Nelma, que, durante todo o dia, estiveram acompanhando a CPMI.

A Deputada Marina Santanna é quem fará algumas questões, posteriormente...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Antes de a Deputada falar, eu quero...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – ...posteriormente à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Eu só queria fazer aqui uma observação. Acho que é importante a apresentação que a Secretaria de Estado faz sobre os recursos captados e os projetos previstos dentro do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Esperamos que isso tudo se traduza, de fato, em ações concretas, porque o que nós visualizamos na delegacia não corresponde a isso. Então, é preciso que esses recursos realmente se efetivem (*Palmas.*), para que esse quadro possa mudar.

É só essa observação que eu gostaria de fazer, viu, Solange? Mas parablenzo vocês pelo esforço, pelo trabalho.

Sabemos que vocês estão com uma consultoria que está ajudando. A Ministra esteve aqui. Há um esforço, há um empenho por parte de vocês. No entanto, fazemos esta observação: vocês estão com uma equipe pequena, poucas pessoas para ajudar, a delegacia, o centro de referência, enfim. Estamos percebendo que ainda as coisas não estão se traduzindo, mas há um esforço. Então, parablenzo pelo esforço, mas torço para que tudo isso se efetive.

Antes de passarmos para o nosso juiz, eu quero apenas, Dr. Paulo Zacarias, recuperar a pergunta que fiz inicialmente. Depois, a Deputada Marina vai fazer as perguntas para o senhor. Então, só para recuperar: qual o plano de expansão do juizado para a capital e interior e dotação de equipe técnica para dar conta dos inúmeros processos de violência doméstica que tramitam nas varas especializadas e nas varas adaptadas? O senhor mesmo disse hoje, mais cedo, da dificuldade por falta de...

O SR. PAULO ZACARIAS – Material humano.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – De material humano, para dar conta do andamento dos processos.

Além das nossas perguntas, sinta-se à vontade para colocar também outras questões que o senhor julgar necessárias.

Mas a Deputada Marina também vai fazer algumas perguntas agora.

O SR. PAULO ZACARIAS – Agora?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Vai.

O SR. PAULO ZACARIAS – Pois não.

Eu, inicialmente, gostaria só de fazer uma saudação à mesa...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Dr. Paulo Zacarias, desculpe-me. É apenas para que a Deputada Marina já coloque as perguntas, para que o senhor tenha a oportunidade de responder.

Por gentileza...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O setor aqui vai liberar.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – O.k.

Estivemos, hoje, pela manhã, Dr. Paulo Zacarias, com V. Exa. e com os servidores que compõem o trabalho do Juizado especial. Então, acumulamos algumas perguntas que poderão, junto com a iniciada pela Senadora Ana Rita, facilitar a resposta do que mais nos chama atenção.

Então, qual a articulação que o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público têm com a rede de atendimento, o conjunto da rede instalada para atender à violência contra a mulher? Como o tribunal faz o planejamento, a supervisão e a orientação do funcionamento do Juizado de Violência Doméstica e das varas adaptada? O Poder Judiciário busca integração com outros órgãos governamentais para implantar e promover a Lei Maria da Penha? Quais ações já foram realizadas? Como se dá, e com que periodicidade, a capacitação dos magistrados e magistradas e servidores em geral sobre a Lei Maria da Penha? Ainda gostaria de reiterar a pergunta realizada hoje, ainda na visita, que diz respeito aos prazos, em média, entre o pedido, a solicitação da vítima de medida protetiva e a execução da medida protetiva, quando autorizada por V. Exa..

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Aproveito, Dr. Paulo Zacarias, para perguntar se o Tribunal de Justiça, além da vara do juizado criado, criou alguma instância superior que coordena as ações relativas à questão da Lei Maria da Penha.

O SR. PAULO ZACARIAS – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes e a todas e dizer à Deputada Jô Moraes, à Senadora Ana Rita e aos demais membros desta Comissão que é uma satisfação enorme o Judiciário alagoano recebê-las aqui, em nosso Estado. Os nossos votos são que o trabalho de V. Exas. possam redundar em melhor execução e em melhor aplicação da Lei Maria da Penha.

No que toca ao nosso Judiciário de Alagoas, eu já repeti isto várias vezes. A lei, como todos sabem, é de 2006. Logo após a edição da lei, houve aquele movimento nacional para que lei fosse transformada do papel para a realidade.

São vários os desafios para que uma lei se torne realidade – sabemos disso –, não basta só boa vontade; é preciso haver recursos para isso e onde buscar esses recursos. Então, qual foi a resposta do Judiciário alagoano para a implementação dessa política pública, no que toca ao Judiciário, da Lei Maria da Penha? Foi justamente contemplar a capital do nosso Estado, Maceió, com a instalação do primeiro e único, no momento, juizado especial para enfrentar essa questão. Então,

nós só temos na capital o juizado, cujo titular sou eu. Apesar de constar lá 4º Juizado, mas eu sempre faço esta ressalva: não é o 4º Juizado, é o único juizado, porque houve uma engenharia do Tribunal de Alagoas. Na época, quando houve o pleito das mulheres para a implantação do juizado, o Tribunal não tinha – como não tem ainda hoje – recursos suficientes para criar uma unidade nova. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, uma unidade nova no Judiciário alagoano custa, por mês, para a sua manutenção, R\$90 mil, multiplique por 12, dá mais de R\$1 milhão cada unidade nova, ou seja, juntando prédio, funcionários, energia, tudo. Os custos que foram levantados: R\$90 mil por mês, e o Tribunal não tem essa verba. Qual foi a solução? Transformou o 4º Juizado Especial Cível e Criminal da capital – nossa capital tinha 12 juzados especiais, o meu era o 4º Juizado, que funcionava no Cesmac, uma faculdade particular – no Juizado Maria da Penha, aí houve apenas a mudança de competência. Eu saí do juizado especial com a minha equipe de funcionários, que já era reduzida – como continua reduzida até hoje – e fui apenas ocupar o espaço que as Sras Deputadas e Senadoras viram hoje.

Fisicamente, nós estamos até bem instalados: no centro da capital, fácil acesso. Agora, o desafio permanente nosso é estruturar o Juizado; essa é a grande questão. Estruturar como? Mão de obra qualificada. Infelizmente, Senadoras, Deputadas e presentes, nosso Tribunal – quem acompanhou as notícias recentes – lançou o edital para concurso antontem. Coincidentemente, nós recebemos hoje a visita das parlamentares, mas o Tribunal lançou o edital antontem para contemplar alguns cargos que vão ser direcionados para o nosso Juizado. Quais são os cargos? Quatro psicólogas e quatro assistentes sociais. Vai abrir, pela primeira vez, concurso, a pedido nosso, um pedido antigo nosso, para formar a minha equipe técnica e profissional que eu não tenho hoje. Eu não tenho hoje psicólogo; eu tenho apenas uma assistente social, que foi cedida por uma prefeitura do interior, via Tribunal de Justiça. Então, a mulher que está lá agredida pelo marido, companheiro, irmão, pai, sobrinho; enfim, aquele que forma o núcleo familiar, eu não tenho hoje para quem mandar para fazer um estudo psicológico naquele conflito.

Eu tinha, como expliquei às Deputadas, até o mês de março deste ano, uma equipe formada por duas psicólogas e duas assistentes sociais, que vieram por conta de um convênio que o Tribunal celebrou com a Secretaria da Reforma do Poder Judiciário. No ano de 2008, quando instalamos o Juizado – o Juizado nosso foi instalado no dia 30 de maio de 2008 –, foi celebrado um convênio, e esse convênio teve uma dificuldade

imensa para colocá-lo em prática. Nós recebemos essa equipe técnica, fruto desse convênio, no ano passado. O convênio foi encerrado agora, em março, e não foi renovado por questões as mais diversas, e a equipe foi desfeita. Então, entrou a equipe no ano passado, mais ou menos em agosto – não me lembro a data, foi agosto ou setembro –, e saiu agora, em março. Então, eu passei esse tempo todinho sem a equipe e, quando veio, já saiu. Então, eu não tenho hoje uma equipe de apoio para o encaminhamento desses conflitos que aparecem lá diariamente.

Objetivamente, essa primeira pergunta: qual a articulação que o Poder Judiciário e a Defensoria Pública realizam em prol da execução da Lei Maria da Penha? Nós temos uma articulação permanente com o Ministério Público, com a Defensoria Pública. As mulheres lá, no meu Juizado, têm acesso livre, fora de pauta. A qualquer hora, elas sabem que, indo lá, os movimentos feministas são recebidos por mim e pelo Presidente do Tribunal, quando solicitado. Então, nós temos essa articulação.

Eu, recentemente, tive uma conversa muito proveitosa com a Secretária da Mulher, na pessoa da Secretária Kátia Born, que me está ajudando com dois estagiários e vai mandar mais um – eu soube hoje que ela vai mandar mais um. Eu pedi cinco, porque eu precisaria lá de pessoal de apoio de umas 20 pessoas para dar vazão aos processos. Eu tenho só três servidores do quadro do Tribunal, três analistas, e dois oficiais de Justiça – eu precisaria do dobro –, porque nós temos uma capital com um milhão de habitantes, e, como eu sou o único Juizado, eu pego processos de todos os bairros de Maceió, do Benedito Bentes até o Pontal da Barra; zona norte, zona sul, tudo vai para lá. Então, eu tendo dois oficiais, uma mulher e um homem – a mulher, coitada, engravida, adocece, vive muito de licença –, resultado: eu praticamente tenho um oficial para cumprir os mandados. Eu precisaria de pelo menos quatro oficiais de Justiça, porque eles estão abarrotados de processos nas suas pastas para cumprirem e não podem porque, como há prioridade nas medidas protetivas – e já é uma resposta que eu dou em relação à pergunta da Deputada...

Deputada, a medida protetiva é requerida hoje, amanhã eu já a concedo, não passam mais de 48 horas. Hoje, teve uma pessoa da equipe da senhora que constatou que tinha lá uma mulher, quando ela foi lá e disse: “Olhe, eu fiz um pedido de medida protetiva e, só um ano depois, foi concedida”. Eu fiquei estupefato com isso: “Como é? Um ano depois? Eu quero ver o processo.” Aí, eu peguei o processo. Ela tinha requerido a medida no dia 20 de janeiro; no dia 21, eu

tinha concedido a medida. Houve equívoco, porque isso não acontece.

Todos aqui me conhecem. Eu chego, diariamente, a meu Juizado às sete e meia da manhã, diariamente, e só saio quando atendo a última pessoa. Ninguém sai de lá sem eu atender.

O gabinete nosso fica de portas abertas, sem burocracia nenhuma. Atendo advogado, vítimas, agressores. A todas as mulheres lá eu digo: “Olha, o acesso à Justiça é amplo. Eu não serei óbice nenhum para que qualquer cidadão ou cidadã tenha acesso à Justiça”. Lá é amplo, a qualquer hora do dia e da noite. Comigo é assim. O telefone é ligado 24 horas. Então, eu fiquei, procurei o processo e mostrei: foi concedida a medida no dia 21. No dia 20, ela requereu e, no dia 21, foi concedida a medida.

Agora, a audiência, ela hoje foi para uma audiência hoje, um ano depois, mais de um ano depois. É verdade, porque eu tenho inúmeros processos para marcar audiência.

Eu já fiz dois mutirões, praticamente sozinho lá, com essa pequena equipe que tenho, só para as mulheres renunciarem às representações.

Olhe, só um parêntese aqui, Senadora: o Supremo Tribunal Federal, como as senhoras sabem, decidiu, agora, em fevereiro, que, nas lesões corporais leves, as mulheres não podem mais renunciar; as ações serão públicas incondicionadas. Isso vai causar problema seriíssimo na prática para a gente, o porquê não vou dizer agora porque a gente teria que marcar uma conferência só para isso. Entendeu?

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Dr. Paulo, perdão. Se quiser concluir a frase, eu precisaria apartear V. Exa..

O SR. PAULO ZACARIAS – Pois não.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – É a respeito... O senhor colocou aqui os dados relacionados à insuficiência de servidores e as dificuldades que isso traz. Qual é o planejamento do Poder Judiciário de Alagoas para suprir todas essas deficiências encontradas nesse Juizado que V. Exa. está e também demais juizados que precisam ser criados em todo o Estado de Alagoas?

A segunda questão é com relação ao Funjus. O Fundo...

O SR. PAULO ZACARIAS – Funjuris.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Funjuris?

O SR. PAULO ZACARIAS – É.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – ... que tem, de acordo com a informação que nós temos aqui, em torno de R\$20 milhões em disponibilidade e quando ele vai ser, qual vai ser o recurso que vai ser

adotado para essa área do atendimento à violência contra a mulher?

O SR. PAULO ZACARIAS – Deputada, eu confesso que não sei se são R\$20 milhões.

Quem deveria estar aqui era o Presidente do Tribunal, mas ele não pôde vir porque está inaugurando um fórum no Município de Olho d'Água das Flores e me pediu, ontem à noite. Eu estava de férias, retornei ao trabalho hoje com essa missão difícil de vir representá-lo aqui. Então, ele me telefonou ontem, à tarde, convidou-me lá, no Tribunal, e pediu-me para vir aqui representá-lo.

A questão de orçamento, Deputada, eu não sei de nada. Entendeu? Eu não sei nem se há esses R\$20 milhões no Funjuris; eu acho difícil esse dinheiro estar lá. Eu não administro isso, mas acho difícil porque as carências são enormes e acho difícil haver R\$20 milhões parados.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – O.k. Se V. Exa. não tem essa resposta...

O SR. PAULO ZACARIAS – Sim, não a tenho.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – ... qual é o planejamento que o Tribunal de Justiça tem para suprir as demandas relacionadas à legislação?

O SR. PAULO ZACARIAS – Olha, o planejamento, Deputada, é o seguinte: o Tribunal já tem uma resposta para pergunta que a senhora fez sobre qual a instância que o Tribunal criou.

O Tribunal criou, no ano passado, uma comissão – eu faço parte dessa comissão – chamada Coordenação de Aplicação e Execução da Lei Maria da Penha. Essa comissão é formada pelo Presidente do Tribunal, por mim, pelo corregedor e por outro juiz auxiliar da corregedoria. Essa comissão não se reuniu ainda. Então, nós não traçamos ainda nenhum planejamento para melhorar a estrutura física, material e humana do nosso juizado. Entendeu? Não há ainda, o que existe são pedidos meus – e muitos pedidos – para melhorar, e só esclarecendo que as senhoras hoje presenciaram lá uma reforma.

Nós estamos lá concluindo uma melhoria nas instalações físicas. Aquilo ali foi fruto de muitos pedidos meus e também de um convênio, aquele convênio a que me referi, que existia com a Secretaria do Poder Judiciário do Ministério da Justiça, daquele recurso. Foram R\$300 mil que a Secretaria mandou para o Tribunal, e nós utilizamos uma parte desse dinheiro para adquirir um veículo. O veículo foi adquirido e não está rodando porque não tem motorista. Parece uma ironia: o motorista se aposentou e não foi nomeado outro. Está parado o carro. Compramos equipamentos eletrônicos para o juizado – computadores, impressoras etc., – e construímos uma cela lá, no juizado, no anexo.

Uma cela por quê? Nós, quando vamos ouvir os agressores, eles chegam algemados e ficam lá na sala de recepção, com aqueles olhares ameaçadores para a vítima, e aquilo causa um constrangimento enorme para as mulheres e para as testemunhas. Eu presenciei, às vezes, até a mulher levar o filho para a audiência e, chegar lá, o filho chora com o pai, abraça o pai, fica chorando ali. Então, aquilo fica um ambiente assim muito constrangedor ver um cidadão algemado, e o filho chorando em cima dele. Então, a gente pediu – pedi há muito tempo, mas está cumprindo agora – a construção de uma cela, que está sendo construída lá. Então, o cidadão vem agora em um veículo da polícia direto para a cela, e, depois, eu o convido para ser ouvido na sala de audiência. Ele é ouvido e o devolvo para a mesma sala. Foi aberta uma porta de acesso à sala de audiência. Então, ele não vai ter mais contato com as pessoas, com as testemunhas e com as vítimas. Pois bem, esse material está sendo feito fruto desse convênio. Entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – GO) – Dr. Paulo, ficaria então sob a responsabilidade do senhor de transmitir ao Desembargador Presidente essa preocupação nossa em relação ao Fundo, e, em segundo lugar, em vez de criar a coordenadoria, ele fez uma proposta, que é a orientação – inclusive existe –, da criação de uma comissão. Nós, então, deixaríamos com o senhor para que, no prazo regimental, nos fosse dado.

Quanto ao convênio, nós sabemos a natureza dele, do Pronasci. Nós nos vamos informar em relação, junto ao Ministério da Justiça...

O SR. PAULO ZACARIAS – Se é possível reativá-lo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – GO) – ... o que está ocorrendo.

O SR. PAULO ZACARIAS – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – GO) – Queria que o senhor concluísse essas informações que foram encaminhadas antes pela Senadora; as da Senadora já foram respondidas.

O SR. PAULO ZACARIAS – Eu só quero, para concluir, dizer o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – GO) – Isso, o senhor pode concluir, sabendo que fica devendo a informação.

O SR. PAULO ZACARIAS – ... veja bem, antes de o juizado ser instalado, nós tínhamos, em tramitação nas varas criminais da capital, 913 processos envolvendo violência doméstica. Temos cinco varas criminais na capital – Joaquim, agora que o vi. Tudo bem? – e existiam 913 processos em tramitação nessas varas. Depois da instalação do juizado, nós já somamos, até

hoje – recebi a incumbência ontem e pedi a minha assessoria que providenciasse logo o total de processos. Nós recebemos, de 30 de maio de 2008 até hoje, com esses 913 processos que estavam em tramitação nas varas criminais, 6.208 processos até hoje no nosso juizado. Em tramitação – porque desses 6.208, muitos foram julgados –, nós temos 4.976 processos.

Pelo número de processos, Senadora e Deputadas, nós temos que ter em Maceió duas varas específicas. O CNJ já disse que uma vara com mais de dois mil processos já reclama mais de um juiz. Então, se temos 4.976 processos, nós temos que ter aqui duas varas ou, pelo menos, dois juízes trabalhando no mesmo espaço físico, com equipe de funcionários suficiente, porque o que nós temos hoje é insuficiente. Eu inúmeros processos parados porque não tem ninguém para dar andamento a esses processos.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Dr. Paulo, se me permite a Presidenta Jô Moraes, eu gostaria de perguntar, porque é uma situação bastante delicada. Nós estamos perguntando a V. Exa porque representa aqui a Presidência do Tribunal.

O SR. PAULO ZACARIAS – Pode perguntar.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – As nós, realmente, precisamos de uma informação que é relacionada ao tempo que o Tribunal de Justiça julga necessário para dotar o Estado de Alagoas, inclusive o Juizado especial que V. Exa. preside, das condições necessárias para o atendimento, de fato, dessa demanda.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer, como sendo a última, Senadora e Deputadas, é relacionada à conciliação. Hoje, pela manhã, conversávamos a respeito da impossibilidade e continuidade de algumas práticas, tanto relacionadas ao Ministério Público quanto à Magistratura, de utilização das conciliações a partir da votação. O voto do Ministro Fux, no dia 9 de fevereiro deste ano, é muito claro, acompanhado por todo o movimento, pelo Congresso Nacional com muito interesse, de que a conciliação não interessa ao combate à violência contra a mulher e não interessa, especialmente, a condição da vítima, que pode, como disse a Senadora Ana Rita em momento anterior, voltar para casa após uma conciliação. Na verdade, se há agressão, uma pessoa se sobrepõe à outra. A pessoa volta para casa na condição de, talvez, ser morta, ser assassinada. Então, não havendo essa possibilidade de conciliação, se, especialmente, a vara dirigida por V. Exa. está em condições de fazer todos os procedimentos, já sem utilizar da conciliação como um método, talvez, até de diminuição de processos que, infelizmente, V. Exa. ainda tem sobre a sua mesa.

O SR. PAULO ZACARIAS – Deputada, na verdade, conciliação, nos termos da Lei 2.099, não existe.

Nós não praticamos essa conciliação da Lei 2.099. O que existe lá e com muita frequência – e hoje a senhora presenciou lá, por coincidência, uma vítima – é que as mulheres, nas hipóteses de crime de ameaça e nas lesões corporais leves que foram praticadas antes da decisão do Supremo Tribunal Federal – porque a decisão do Supremo foi agora em fevereiro e não pode retroagir para prejudicar ninguém, isso é princípio constitucional –, as mulheres estão indo lá pedir a retratação. Não há conciliação. Elas vão lá sozinhas, ou com a Defensoria Pública. É outro parêntese aqui que gostaria de aproveitar. Já conversei com o Dr. Eduardo. Lá, eu só tenho uma defensora pública para defender e acompanhar as vítimas. Uma! Essa está de licença e está grávida. Então, significa que vai passar um bom tempo ausente, não é?

Hoje eu soube, através do Dr. Eduardo, que já foi designada uma pessoa para lá. Está aqui? Então, é um prazer conhecê-la, doutora. Apareça lá segunda-feira, doutora.

Eu fiz audiência hoje sem promotor e sem defensor público. Quanto ao Ministério Público, que está aqui, o Dr. Sérgio, meu amigo de longa data, eu não tenho uma promotora ou um promotor titular atuando lá no juizado. A titular que trabalhava comigo no antigo juizado, não sei se se aposentou ou se está de licença. Eu sei que faz anos que não vejo essa criatura lá. O Ministério Público mandou uma promotora, que não é da capital, trabalha em Arapiraca. É promotora de lá. Então, ela fica acumulando com o meu juizado e com o juizado de Arapiraca. É impossível ela ficar dividida entre aqui e Arapiraca. Não tem como porque, ainda que fique dois ou três lá, é muito pouco. Ela tem que está lá diariamente, porque os problemas lá são diários, é para resolver de ontem para ontem, entendeu? Então, faço lá muitas audiências, infelizmente, porque se eu fosse esperar a presença física do Ministério Público, muita coisa ficaria parada. Eu não faria quase nada.

O que é que eu faço hoje? Eu colho as representações quando elas vão ratificar, naquelas hipóteses, e colho as renúncias, as representações e, depois, mando para o Ministério Público, quando o ideal seria ela presente ali mesmo, daria o parecer, concordando ou não, e dali mesmo daria a sentença e saía o processo na hora. Por conta disso, temos muitos processos parados, e quando é que eles vão ser detonados, só Deus sabe.

Então, essa é a realidade, Deputadas e Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdOB – MG) – Dr. Paulo, lamentavelmente, chegamos ao final do tempo do senhor. Nós ainda teremos várias autoridades. Deixaríamos só a lembrança da solicitação que o senhor fizesse ao presidente do tribunal, para

que nos enviasse, no prazo que a relatora pediu, essas questões relativas ao Fundo, ao planejamento da implementação, relativas à coordenadoria. Foi criada uma comissão para que a gente pudesse discutir com o conjunto dos outros órgãos que ainda vão falar. Sei que o senhor fez uma ginástica hoje, e agradecemos desde já, e, como soube muito rapidamente, não pôde trazer por escrito para nos entregar. Temos o prazo de sete dias para receber a informação a mais.

Agradecemos, desde já, a contribuição que o senhor nos deu nesta audiência.

O SR. PAULO ZACARIAS – Eu prometo a V. Exa. que vou encaminhar as respostas para a Secretaria.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Dr. Paulo, nós vamos encaminhar ao senhor, por escrito, o pedido de informação, porque facilita para o senhor dar as respostas.

O SR. PAULO ZACARIAS – Eu aguardarei. Muito obrigado. Receba, mais uma vez, um abraço do nosso Presidente Sebastião da Costa Filho.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Dr. Paulo, nós vamos encaminhar ao Presidente do Tribunal. As questões que não estão ao alcance do senhor para serem respondidas, os pedidos de informação, porque são de competência do Presidente, nós vamos encaminhar diretamente ao Presidente.

O SR. PAULO ZACARIAS DA SILVA – Pois não. Estaremos à disposição. Muito obrigado.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – E obrigada pela presença.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Paulo Francisco. Lamentavelmente, há um conjunto de autoridades aqui presentes a que eu não pude, até agora, fazer referência: da Ufal, da União de Mulheres, da Marcha Mundial de Mulheres, do Conselho. Vou ver, na oportunidade, se posso fazer aqui um cumprimento especial aos alunos do Cesmact, que vieram em número muito grande. Isso é fundamental para a construção de uma nova consciência.

Vamos passar a palavra à Senadora, para colocar as questões relativas ao Ministério Público.

Agradecemos, desde já, ao Dr. Sérgio, e também já poderá fazer à Defensoria, para que os dois sucessivamente possam levantar as questões.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Deputada Jô, nós vamos fazer as perguntas, por intermédio da Deputada Rosinha, ao Ministério Público aqui, hoje. Em seguida, faremos para a Defensoria Pública.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde Dr. Sérgio, do Ministério Público do Estado de Alagoas.

A nossa Comissão não teve tempo hábil para fazer visita ao MP, conversar anteriormente com V.

Exa., mas recebemos também algumas informações anteriores, que nos foram encaminhadas, mas temos ainda algumas questões específicas.

Quais são os principais obstáculos para a aplicação da Lei Maria da Penha no âmbito do MP estadual?

A Promotoria tem conseguido acompanhar e fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência?

Quais são as irregularidades mais frequentes e que as medidas adotadas para melhorar esses serviços?

Também com relação à capacitação, a Promotoria mantém atividades relacionadas à capacitação e conscientização dos promotores para a aplicação da Lei Maria da Penha e para as questões de gênero, de uma forma geral? Se a resposta for sim, quais foram essas capacitações, quantos promotores foram capacitados, e essas capacitações só foram com os promotores? Os servidores do MP também tiveram essa capacitação?

O Ministério Público tem cadastrado os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher? Se a resposta também for sim, como é feito esse cadastramento e que informações contém?

Eu sei que a Dra. Estela é a responsável por essa área da violência contra a mulher e ela está em licença-maternidade. Vez por outra, temos contato com ela. Sabemos do empenho dela, que inclusive tem livros editados nessa área, algumas considerações aqui do Estado.

O Ministério Público também realizou capacitações com relação à questão de raça e etnia? Em caso positivo, como a capacitação tem sido feita? Os servidores também participam dessa capacitação ou é só voltada aos promotores?

Essas seriam as principais indagações da CPML com relação ao MP, Sr. Sérgio.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Sérgio, apenas um instante, para a gente pegar um ritmo maior. A Senadora já encaminharia, Dr. Eduardo, as perguntas também, para que a gente possa agilizar.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – A Deputada Célia vai fazer as interrogações para a Defensoria Pública. São duas questões, Dr. Eduardo, e ela vai fazer para o senhor.

A SRA. CÉLIA ROCHA (PTB – AL) – Meus cumprimentos a todos, Senadora, Deputada Jô, Presidenta, minha amiga Keiko, Rosinha, demais autoridades da Mesa, amigos, companheiros, autoridades do Executivo, Legislativo Judiciário. Vou dirigir, então, as minhas perguntas à Defensoria Pública.

Primeiro, por que não há defensores públicos, em número suficiente, na vara especializada de violência doméstica?

A defensora pública está em licença médica e não foi substituída?

Segundo, o núcleo da mulher, da Defensoria Pública, atende em outro lugar que não o juizado, para ampliar o acesso das mulheres à Justiça?

Por enquanto, são essas as perguntas da Defensoria.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quer fazer mais alguma questão?

Dr. Sérgio, o senhor terá até vinte minutos para as questões.

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Boa tarde. Representando o bravo Ministério Público de Alagoas, saúdo as habitantes deste Estado e saúdo, especialmente, as integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Serei breve e objetivo.

Quanto às indagações da estimada Deputada Federal Rosinha Da Adefal, são muitos os obstáculos quanto à efetividade dessa lei, que é uma lei copernicana, que introduziu no cenário jurídico uma revolução.

O Ministério Público, ao lado do Poder Judiciário e da Defensoria Pública, lutam incessantemente para a efetividade da norma jurídica de proteção às destituições da lei.

Mas, enfim, quais são os obstáculos? São muitos. Eu falei que o Ministério Público de Alagoas é uma brava instituição que tem 151 membros, dos quais 49 valorosas promotoras públicas. Temos uma carência de 28 promotores. Há dezesseis anos, não realizamos concurso público. O motivo é que o nosso orçamento é liliputiano. No entanto, mercê da exímia gestão do procurador-geral de Justiça titular – eu sou o procurador-geral de Justiça substituto –, Dr. Eduardo Tavares, que está em palmas, no Tocantins, na reunião mensal do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, vamos realizar, no final do ano, o almejado do concurso e provimento inicial de todos estes cargos: 28 promotores.

Mas destaco que, se o número é reduzido, nós temos promotores sensíveis, promotores vocacionados, máxime as promotoras de Justiça do Estado de Alagoas. E vamos encarando as dificuldades e vencendo os obstáculos, embora alguns dos obstáculos sejam intransponíveis, diante da anemia orçamentária.

A fiscalização dos estabelecimentos tem ocorrido com frequência. Nós temos, em Alagoas, ícones nessa luta. E são promotoras de Justiça, uma delas a chefe do Núcleo de Violência contra a Mulher, na estrutura do Ministério Público, a Dra. Stela Valéria Cavalcanti, uma referência nacional, citada, inclusive, no julgamento de

uma ação direta de inconstitucionalidade que ocorreu no Supremo Tribunal Federal, pelo eminente ministro relator daquela Adir, que invocou uma obra da Dra. Stela Valéria Cavalcanti. Essa obra consta do voto do eminente ministro relator na excelsa Corte.

A fiscalização é diuturna, ao lado do Poder Judiciário e da Defensoria Pública, porque o mais importante na implantação da justiça é a integração operacional. Dizem que existe no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, uma luta atávica entre juízes e promotores. Em Alagoas, não existe. Em Alagoas, marchamos unidos com o escopo de Ulpiano: dar a cada um o que é seu.

Nós zelamos com este mister: o de distribuir justiça, conquanto as dificuldades, algumas delas, intransponíveis.

No que tange à capacitação, o quadro é pequeno. Além de procurador-geral substituto, eu sou diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público. Eu é que me encarrego da capacitação de promotores e procuradores de justiça e de servidores da instituição. É sabido, porquanto notório, que a nossa produção nessa área é admirável, e isso ao labor da Dra. Stela Valéria Cavalcanti, sem falar nas outras promotoras.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Mas eu gostaria de saber se a Dra. Stela atua exclusivamente na questão da mulher ou acumula função com outra?

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Acumula, ilustre Deputada Rosinha Da Adefal. A Dra. Stela Valéria Cavalcanti é a chefe desse núcleo na estrutura do Ministério Público, mas ela também é a promotora natural na Comarca de São José dos Campos, distante de Maceió cinquenta quilômetros.

Em Alagoas, todos os órgãos de execução, promotores e procuradores de justiça, exercem mais de uma atribuição. Eu, por exemplo, como disse sou procurador-geral de Justiça substituto, sou o diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público e, também, exerço uma atuação judicial perante o Tribunal de Justiça. Se faltam promotores, sobra entusiasmo e dedicação.

Em relação à capacitação, vários cursos são ministrados. A Dra. Stela Valéria Cavalcanti sempre é quem está à frente desses cursos. Mas tem uma falha. Aliás, não é falha. Esses cursos estão sendo direcionados aos membros, a promotores e a procuradores de Justiça. Ainda não houve curso específico direcionado a servidores do Ministério Público, mas uma grande maioria dos servidores participa dos cursos, embora não exista o direcionamento, porque os cursos são abertos e gratuitos.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Dr. Sérgio Jucá, e peço a permissão da Presidenta da Mesa, eu gostaria...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra a Deputada Marina Santanna.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) –Peço licença para apartear-lo. Nós estivemos no Juizado especial, hoje pela manhã, e também ouvimos aqui do juiz da Pasta a respeito da promotoria que atua dentro do prédio do Juizado especial da cidade. Nós perguntamos onde estaria a promotora, Dra. Maria das Graças, e ele não soube nos dizer e disse que há uma ausência, pelo que pude entender, em grande escala da promotoria naquele lugar para exercer o seu trabalho, exercer a sua função.

Gostaria de pedir a V. Exa. que tratasse desse assunto referente a essa promotora, se ela atua nessa área, se existem outros promotores destinados ou promotoras. Enfim, o atendimento na 1ª Vara.

A segunda questão, que já foi perguntada, em parte, ao juiz também, ao Dr. Paulo, é a respeito do trato dessa postura do Supremo Tribunal Federal, que não admite a conciliação e que vê como uma ação direta incondicionada todas as solicitações que caminham a partir da informação de que está havendo uma situação de violência, naturalmente pela precedência que há dos casos em que a mulher é ameaçada, é ameaçada e é ameaçada novamente, vai dizer que perdeu ou que se equivocou.

Então, gostaria de saber a posição do Ministério Público a respeito do tema.

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Sim, ilustre Deputada, é com a maior alegria que eu respondo.

Quanto ao órgão de execução em atuação nessa unidade do Poder Judiciário, existe uma titular, a Dra. Maria das Graças Oliveira, que goza de licença médica há muito tempo com lastro, com lastro em autorização da junta médica do Estado.

A promotora que atua naquela Vara, o Juizado especial, é minha amiga e estimada colega, Dra. Delma Pantaleão, que é titular da Comarca de Arapiraca, a 130km de Maceió. Só que ela é titular da Comarca de Arapiraca, em uma Vara que não exige tanto, de modo que, de fato, talvez, a Dra. Delma Pantaleão, exemplo de Promotora de Justiça, não seja encontrada todos os dias nessa unidade do Poder Judiciário, mas ela cumpre, zelosamente, suas atribuições instituídas. Dr. Paulo Zacarias falou quanto à presença diuturna.

É sabido que o Ministério Público tem de ser intimado para todos os atos processuais a que tem de comparecer, mas é preciso que ele esteja em todo o horário. Naquele juizado, nós temos uma estrutura do Ministério Público: nós temos uma promotora – essa substituta: Dra. Delma Pantaleão – e temos dois estagiários. Recentemente, houve um concurso de servidores e estamos disponibilizando um analista do Mi-

nistério Público, área jurídica, para atuar ao lado da Dra. Delma Pantaleão.

Não se pode acusar o Ministério Público de qualquer culpa no que tange à morosidade processual. São quatro mil processos e, nesses quatro mil processos, em sua maioria, existe a intervenção do Ministério Público – e uma intervenção satisfatória.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Mas o senhor reconhece ou não que há ausência e falta do Ministério Público na necessidade cotidiana de atendimento às mulheres, dado que Dr. Paulo apresentou o conjunto de cinco mil processos, dizendo que, ainda e além do mais, há dificuldades, porque neste momento não há defensoria atuando naquele momento.

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Não, Deputada. Não, como a senhora falou, são cinco mil processos, são quatro mil processos. E a Dra. Delma tem a obrigação de intervir nas relações jurídicas processuais. Essa intervenção é satisfatória e sem haver qualquer lesão ao seu dever funcional. O Ministério Público tem prazo para se manifestar nos autos. Não se pode transformar o promotor de Justiça em um servil do Poder Judiciário. O promotor de Justiça recebe os autos, e a lei fixa um prazo no qual ele vai oferecer suas alegações, exceto nos casos de processos orais. Nesse caso, a presença é obrigatória.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Eu queria propor, Dr. Sérgio, me parece que algumas questões já ficaram postas... Nós ainda não recebemos o relatório das informações completas dos procedimentos que o Ministério Público aqui de Alagoas toma com relação a todos os casos que a ele chegam ou que, se não chegam, eles tomam a iniciativa que tenham de tomar.

Então, nós já estamos propondo aqui, dentro do prazo regimental previsto pela Senadora Ana Rita, que, em sete dias, nos fossem dadas todas as informações dos procedimentos e das iniciativas que o Ministério Público tomou com relação a todos os encaminhamentos, que vão desde a porta de entrada das DEAMs, do Centro de Referência, mas, também, dos processos para que nós pudéssemos ter não apenas relatos formais, mas a informação institucional dos dados e dos procedimentos.

A gente solicitaria...

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Ilustre Deputada Jô Moraes, esclareço que a chefia do Ministério Público vai cumprir, com a maior alegria e satisfação, essa determinação. Mas também esclareço que o Ministério Público não recebeu convite para esta audiência Pública. Hoje, ao meio-dia, a Secretária Kátia Born ligou para mim, eu tinha uma reunião na Polícia Federal com os integrantes do Gecoc, mas eu priorizei as senhoras. Eu

disse à Secretária Kátia Born, ao chegar: “Presidente, presente não o Sérgio Jucá, mas o Ministério Público”. Por quê? O Ministério Público é testemunha da luta titânica da mulher brasileira para conseguir essas conquistas. É testemunha do sofrimento, mas também do êxito nessa luta, porque nós contribuímos desde a época do Estatuto da Mulher Casada, de 1962, a carta de alforria da mulher que era submissa ao cônjuge e, com o avançar dos anos, até culminar na edição da Constituição Federal de 1988, que eu participei e era Presidente da Associação do Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quero informar a V. Exa. que tem inteira razão. Acabo de me informar aqui, pela assessoria, que o requerimento, dirigido ao Ministério Público do Estado de Alagoas, não foi encaminhado. Logo, V. Exa. tem razão e o agradeço, desde já, sua vinda voluntária, já que, institucionalmente, o senhor não foi convidado. Mesmo assim, nós sabemos... Mesmo assim, nós solicitamos as informações.

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Mas eu vim para reverenciar as senhoras, porque o Ministério Público prioriza, em sua luta em defesa da cidadania, a mulher. E quanto a isso, eu tenho de esclarecer, nós temos em Alagoas 49 promotoras de Justiça. São pessoas vocacionadas e dedicadas a essa luta. É uma luta difícil e ingente, porque é lutar e, muitas vezes, em situações desfavoráveis contra a improbidade administrativa e a corrupção que campeia a administração pública brasileira.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr. Sérgio, vou fazer um apelo ao senhor, então: se há 49 promotoras de Justiça, o senhor vai designar uma promotora para ajudar o juiz a resolver o problema dos processos, porque ele está trabalhando sozinho! (*Palmas.*) Não tem promotor, não tem defensor... Então, das 49, o senhor vai escolher uma que possa ajudá-lo lá na Vara que está sem ninguém.

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Senadora Ana Rita, eu gostaria imensamente de atender a senhora. Eu não tenho culpa... E isso foi uma criação de um homem que está em tumba (Montesquieu), na célebre tripartição dos Poderes: o que é do Ministério Público é do Ministério Público, o que é do Poder Judiciário é do Poder Judiciário. O promotor não pode fazer as vezes de magistrado. Asseguro à senhora e a todos os parlamentares federais, principalmente a Deputada Rosinha Da Adefal, a Deputada Célia Rocha, que existe Ministério Público naquela unidade do Poder Judiciário. E existe diuturnamente! Espero que alguém aponte um feito atrasado e a culpa seja do Ministério Público. O impulso processual não é do Ministério Público, mas do Magistrado. O Ministério Público intervém na relação jurídico-processual; o Ministério Público não pode

despachar, ele emite uma opinião. Agora, o Ministério Público, não é à toa que a sigla da instituição é MP... O que é MP? Melhor parceiro do Poder Judiciário, o grande amigo do Magistrado. Nós estamos empenhados nessa luta, compreendeu? E a Dra. Delma Pantaleão, que não está aqui presente... Eu gostaria imensamente de trazer a Dra. Delma Pantaleão. Ela explicaria às senhoras, com muita excelência, a sua atuação funcional naquele Juizado especial.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Eu queria agradecer, Dr. Sérgio, pelo tempo. Nós vamos verificar como fazer essa questão que o Dr. Paulo Zacarias está solicitando informação. Mas nós vamos passar de imediato ao defensor público e nós vamos fazer essa...

O SR. SÉRGIO JUCÁ – Deputada, existe uma informação que é relevante, objeto de indagação da Deputada Rosinha da Adefal, é sobre raça e etnia.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um minuto.

O SR. SÉRGIO JUCÁ – No Brasil, o primeiro órgão de execução sobre essa temática é uma promotoria de Salvador. Nós estamos implantando em Alagoas, em Maceió, também essa promotoria. É a Promotoria de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa. Então, dentro de, no máximo, 30 dias, nós vamos ter em Alagoas, seguindo o exemplo da Bahia, uma Promotoria de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa.

Eu gostaria de dar mais informações, o tempo é limitado, mas eu digo que fiquei alegre e satisfeito de prestar estes esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Nós vamos formalizar a solicitação de informações, pedindo desculpas.

Passamos, desde já, a palavra ao defensor, mas informando que foi colocada aqui a dúvida sobre a publicação do acórdão da decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu liguei agora para Brasília, e a informação é a de que já foi publicado o acórdão. Logo, está vigendo a absoluta incondicionalidade para se abrir processos em relação a lesões corporais, a ameaças, porque está em vigor uma deliberação referendada pelo Superior Tribunal de Justiça, que deve ser acatada.

Com a palavra, o Defensor, Dr. Eduardo. Lembro que nós temos de escutar as duas representantes do Movimento Social. Por isso, nós (Andreia e a Andréa), temos de levar em consideração para que a fala delas não fique para o fim. Por isso, a Deputada Célia já fez as perguntas. Nós vamos passar para o defensor e, imediatamente, vamos passar a palavra para as duas representantes da sociedade civil para que possam falar dentro deste contexto em um horário compatível.

O SR. EDUARDO ANTÔNIO DE CAMPOS LOPES – Boa tarde a todos e a todas; Sra. Presidente; Deputada Jô Moraes; Sra. Relatora, Senadora Ana Rita; demais integrantes da Mesa, gostaria de saudá-los nas figuras das Deputadas alagoanas Célia Rocha, Rosinha da Adefal, e da Deputada Estadual Patrícia Sampaio.

A todos da plateia peço permissão, por espírito de corpo, saudar minha querida defensora, Dra. Luciana Vieira, que está aqui presente. É tarefa hercúlea suceder a eloquência do Dr. Sérgio. Eu, que em razão de minha timidez, subo a este púlpito, da mesma forma que comecei a estudar literalmente à força, por obrigação do dever. Mas peço à Sra. Senadora, se eu estiver errado... Existem três perguntas genéricas e duas específicas... Não é isso? Se eu estiver errado nas perguntas genéricas, porque anotei de forma bastante rápida, espero que me retifique.

A primeira pergunta seria: quais as políticas públicas para as mulheres que a Defensoria implementou?

Nós criamos na Defensoria, além do núcleo de Combate à Violência Doméstica, que aqui nós estamos tratando especificamente, o Núcleo do Idoso, o Núcleo da Criança e do Adolescente, o Núcleo de Direitos Humanos, o Núcleo da Saúde, e temos um programa chamado A Defensoria mais Perto de Você que leva a cidadania às periferias de Maceió e do interior do Estado. São esses os programas da Defensoria Pública.

O Orçamento... Acho que é a segunda pergunta. Eu não tenho esses dados precisos, mas posso passá-los, de forma oficial, em momento posterior. Mas digo que há previsão orçamentária para a reestruturação do Núcleo da Mulher, assim que nós chamamos, através de um convênio que estamos firmando com a Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria da Presidência da República, e também estamos criando, na Defensoria, o Núcleo do Homem Agressor, para tentar limitar ou reduzir a reincidência da violência doméstica, oferecendo palestras e atendimento psicológico ao homem agressor também.

A terceira pergunta é se haveria Núcleo da Defensoria e Atuação Específica no interior?

Não há. Fora da capital, não há núcleo no interior, mas as defensoras estão sendo capacitadas e os defensores estão sendo capacitados para atender a mulher. Essa capacitação está sendo feita pela Secretaria da Mulher. Existem vários Defensores e várias Defensoras que estão sendo capacitados para atender à mulher nas respectivas comarcas. Há também na Defensoria um projeto de resolução para que nas Coordenadorias sejam criados os Núcleos de Atendimento à Mulher nas Coordenadorias Regionais do Estado. Infelizmente, essa resolução passa, necessariamente, pelo Conselho Superior da Defensoria

Pública e está sob análise do Conselho, mas o que eu posso adiantar é que nós queremos, em razão da urgência e desse dado mais alarmante sobre Arapiraca, poderíamos criar esse Núcleo, de forma urgente, em Arapiraca – e eu pediria também essa atenção, à Secretaria da Mulher, de dispor de um psicólogo e de uma assistente social –, para já na semana que vem ou daqui a 15 dias, esse Núcleo estar funcionando na cidade de Arapiraca. (Palmas.)

A grande dificuldade da Defensoria, Sras. Deputadas; Sra. Senadora, é o quadro. Nós temos 72 defensores públicos para o Estado todo. Esse quadro já foi mais alarmante, pois tínhamos somente 30 até abril do ano passado. Conseguimos mais que dobrar, mas não é suficiente, porquanto em comparação ao MP e ao Judiciário, se não me engano, são 150 Magistrados e cerca de 150 membros do Ministério Público no Estado de Alagoas e somente 72 defensores públicos, ou seja, menos que a metade do quadro do Ministério Público e do quadro do Poder Judiciário.

Então, isso já responde, ainda que parcialmente à segunda pergunta específica, da Deputada Célia Rocha: “Por que não há defensores públicos em número suficiente da vara especializada de Violência Doméstica?”. Em razão do quadro reduzido; mas, mesmo em razão desse quadro reduzido, conseguimos colocar uma defensora pública que atua exclusivamente no juizado, Dr. Paulo Zacarias e, em contrapartida, estamos criando também o Núcleo do Homem Agressor, de tal sorte a possibilitar que dois defensores atuem naquele juizado.

Já foi designado, como falei anteriormente, a Defensora Pública Luciana Vieira para atuar lá no Núcleo de Defesa da Mulher, na Praça Sinimbu, com Dr. Paulo Zacarias, Dra. Luciana está aqui... Por favor, Luciana, apresente-se. Luciana Vieira irá substituir a Dra. Daniella Times. (Palmas.)

A segunda pergunta: O Núcleo da Mulher da Defensoria Pública atende em outro lugar que não o juizado, para ampliar o acesso das mulheres à Justiça?

Não em um local físico, aqui na capital. Mas dispõe de um carro, de um automóvel, em que uma equipe multidisciplinar se dirige às comunidades periféricas comum projeto chamado Violência de Gênero: Informar é Prevenir, em parceria com os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social –, com as comunidades que têm maior índice de violência, com os líderes comunitários... E estão começando também nas escolas para evitar que as crianças cresçam com essa ideia da violência de gênero, tão repugnante ainda em nosso País e em nosso Estado.

Queria dar um aplauso público à Comissão por ter vindo a Alagoas ouvir a Defensoria, especificamente.

Gostaria de agradecer imensamente, permitam-me, à Defensora Daniela Times. Eu digo que ela está efetuando as mais nobres das missões do ser humano, que é a tarefa de gestar um outro ser humano. Infelizmente, ela não está aqui, mas queria, de público, aplaudi-la por seu trabalho frente ao Núcleo de Defesa da Mulher, juntamente com suas psicólogas e assistentes sociais, peço permissão para citá-las nominalmente: Ana Maria Verçosa, Gerusa Gonçalves de Lemos, Adriane Gusmão e Leônia Karla Tenório.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada. Só um esclarecimento. Dr. Eduardo, o senhor está indicando o restante do seu tempo à Dra. Luciana ou já deu a informação? Faltam oito minutos, correspondente ao tempo da Defensoria. Dra. Luciana gostaria? (*Pausa.*)

Ela está vindo.

Nós ainda escutaremos, logo em seguida, a sociedade civil, a Andreia e a Andréa; a Secretaria de Saúde, e o Dr. Paulo Zacarias, que solicitou uma intervenção.

Até oito minutos...

A SRA. LUCIANA VIEIRA CARMELO – Boa tarde, Parlamentares; todas as mulheres presentes. Não vou usar os oito minutos, não os quero cansar ainda mais. Só vim cumprimentar o Sr. Paulo Zacarias.

Na verdade, o juizado nunca vai permanecer sem defensoria, porque nós, defensores, encaramos a função como a de nos aproximar das famílias, porque não é só das mulheres, mas, às vezes, das crianças também, junto com assistentes sociais e psicólogos. Fazemos visitas às escolas, aos hospitais, às maternidades, porque também é uma função preventiva à atuação contra a violência contra a mulher.

Nós temos até um outro defensor público no juizado, mas eles preferiram deixar uma mulher – eu – para as mulheres terem mais acesso e se sentirem mais à vontade no acesso à defensoria.

A maior importância de nossa missão é a de chegar às mulheres mesmo, para que elas se sintam no direito e à vontade de chegar a nós e expor um problema que ela não tem coragem de fazer para mais ninguém. Então, talvez se abra com outra mulher.

Lá nós temos o Fábio, que é um colega defensor, e eu própria para assumirmos essa função lá no juizado. Na verdade, o filho é de minha colega Daniela – digo assim porque o projeto é dela –, mas, como está de licença, não quero tomar seu filho para mim. Mas confesso que gosto muito do tema e que nos dedicamos muito a essa função na defensoria.

É isso. Quero agradecer a presença das senhoras e dizer que é muito importante levantar esse tema

no Estado, trazer essa luz para cá – para o que está precisando mesmo –, e aprovo a iniciativa.

Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só queria lembrar aqui de agradecer à Dra. Luciana que, sem dúvida nenhuma, o ventre fértil das mulheres permeia a vida da rede de enfrentamento à violência, e o próprio útero das mulheres que dá início a tudo. (*Palmas.*)

Queria lembrar aqui que já citei, mas citarei outra vez, as duas Vereadoras que estão aqui presentes: Vereadora Silvana e a Vereadora Tereza Nelma que estiveram pela manhã – e eu citei também – nos acompanhando, desde a Câmara, até este processo, além de toda sua equipe.

Com a palavra, a Sra. Andréa Pacheco de Mesquita, da Organização das Mulheres Maria Maria, que terá até 10 minutos, porque dividirá os outros 10 minutos com o outro movimento.

Há um questionamento à Secretária de Direitos Humanos, que depois faremos, sobre o orçamento das condições de cronograma do concurso para preenchimento das dificuldades. Nós, depois, passaremos para a Deputada Rosinha formular o questionamento.

Sra. Andréa.

A SRA. ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA – Boa tarde a todas e a todos. Quero dizer que é muito desafiador vir aqui falar em nome do Movimento de Mulheres e apresentar um documento que nós construímos coletivamente durante estes últimos dias para poder entregar à CPMI. Fizemos a entrega oficial hoje pela manhã na Câmara e temos outra cópia para entregar à relatoria, pois já entregamos uma à Presidência, em que consta um pouco essa discussão dos problemas que a gente vivencia aqui em Alagoas.

Queria eu – queria o Movimento de Mulheres – que a gente pudesse ter uma CPMI da saúde, da educação e de várias porque, nós mulheres alagoanas, além da violência, a do machismo, do patriarcado, nós vivenciamos uma violência institucional enorme nas filas dos hospitais, nas filas das escolas para matricular nossos filhos e em vários outros campos das políticas públicas.

Parabenizo a Comissão e quero dizer que para todos nós, essa pergunta que vocês fazem, a gente dorme e acorda todos os dias pensando e buscando essas respostas. Em vez de respostas, nós vemos, cada dia mais, o número de homicídio de mulheres por seus companheiros e ex-companheiros todos os dias. E a gente se pergunta sobre essas questões que vocês levantam.

Que bom que vocês vieram aqui! Sejam bem-vindos à nossa cidade, cidade maravilhosa, com belezas

esplêndidas, mas com esse problema da violência gritante, sendo o segundo Estado mais violento do Brasil.

Nesta apresentação, vou mostrar um pouco do que o Movimento de Mulheres está colocando em termos de problema e em termos de propostas. Claro que há muitas outras questões que não foram abordadas, mas, devido ao pouco tempo, foi o que a gente conseguiu construir.

Aqui em Alagoas, a Lei Maria da Penha entra em vigência em setembro, porque, mesmo aprovada em agosto, teve o tempo de sua implementação.

Pode passar porque esses dados já foram colocados.

Então, a grande questão é um pouco... Isso foi em cima de algumas pesquisas, inclusive por pesquisa feita por mim, porque também sou professora da Ufal e pesquiso sobre a violência contra a mulher e também as feitas por outras professoras como a Profa. Cida e a Profa. Elvira que estão aqui e conseguimos esses dados.

Essa violência acontece na casa da vítima e não se diferencia da pesquisa nacional. E quem é essa mulher? Sua maioria é de mulheres pobres, com ocupação profissional como donas de casa, domésticas, estudantes, autônomas e comerciantes, cabeleireiras, vendedoras, professoras, servidoras públicas. Um dado também relevante são as mulheres desempregadas que sofrem essa violência, o que mostra que essa violência tem classe também.

A faixa etária fica entre 26 e 40 anos. A maioria não se diz casada, porque elas só convivem com o marido. Assim, quando elas respondem o quesito quanto a serem casadas nem todas respondem.

Bem, nesse perfil visto um pouco rápido, porque aqui não se pode fazer tanto discurso, mas temos de colocar questões objetivas, concretas e reais e também exigir resoluções a essas questões para o Poder Público.

Falarei dos problemas estruturais.

As delegacias não funcionam nos finais de semana e no período da noite. A gente gostaria de dizer que a violência não tem hora marcada para acontecer. Ao contrário da delegacia que só funciona no horário comercial de 8h às 18h, a violência acontece muito mais nos finais de semana e à noite.

Dos 102 Municípios de Alagoas, só existe delegacia na capital, Maceió, e são apenas duas, e uma em Arapiraca;

Não existem equipamentos institucionais suficientes para atender: casa abrigo, centro de referência.

A gente só tem uma casa abrigo, um centro de referência. Os próprios hospitais... Temos aqui o Santa Mônica, que atende em caso de violência sexual e que

protege a vítima de violência. Em outros Municípios, nem isso existe, ainda é um grande problema. Nós temos aqui precariamente, mas, nos outros Municípios, em grande maioria, ainda não existe. Não existe estrutura física, espaço adequado com privacidade para o atendimento. Um grande problema, porque a mulher está lá na delegacia, mas todo mundo que está passando na rua está vendo. Então, o próprio marido, o próprio agressor, pode passar por lá, ver e pode haver até novas agressões.

A questão de equipamentos, transportes para mulheres. Muitas vezes, as mulheres precisam ir em casa tirar as coisas, tirar os filhos, e não há transporte na delegacia para levar essas mulheres.

A violência institucional no atendimento às mulheres que buscam acesso aos programas e serviço social, educação, saúde, segurança, assistência social, geração de renda. O Estado – e aí é uma denúncia mesmo que a gente faz –, assim como o Estado brasileiro, acaba sendo omissos nessas questões da violência contra a mulher.

Outro problema também estrutural é a violência no campo, nos interiores, nos Municípios, e a falta de equipamentos sociais de políticas públicas para as mulheres. A violência vai aumentando e há ausência desses equipamentos.

Ausência de um sistema de monitoramento para acompanhar os casos de violência denunciados, se são julgados, quantos chegam até o final, quantos conseguem a punição dos agressores.

Ausência de dados sobre a violência contra a mulher. Como só existem duas delegacias em Maceió e uma em Arapiraca, que são as portas de entrada das denúncias, das nossas informações, fica difícil precisar os dados, além de haver inúmeros dados que são subnotificados.

Demora nos atendimentos nos encaminhamentos das denúncias, ineficiência, inoperância, causando grande descredibilidade da lei. É um problema que a gente tem. A mulher denuncia hoje, é caso grave, mas passam-se semanas até conseguir uma intervenção. Isso foi denunciado por várias mulheres do Movimento, que precisaram ou que estiveram acompanhando mulheres que foram denunciar. O atendimento é de péssima qualidade na delegacia, onde não são informados os direitos das mulheres, os encaminhamentos possíveis e uma cultura de tentar resolver sem ser via processo.

Há também a denúncia de que lá na delegacia se diz: você quer continuar com o processo ou você só quer que a delegada só converse com ele para dar um susto?

Minha gente, é um absurdo você chegar à delegacia..

A gente tem a denúncia. Se vocês quiserem, a gente pode convocar as mulheres para quem foi colocado isto, que pode só dar um susto e que o processo é muito complicado. Isso dado toda uma perspectiva para a mulher de renunciar. Já é tão difícil estar ali, já é tão doloroso, e aí tem toda essa coisa para esse lado.

Há poucas instituições de apoio às mulheres vítimas de violência. Vocês, em uma tarde e hoje pela manhã, conseguiram visitar todas, para ver a quantidade que nós temos aqui. E viram também a qualidade, as estruturas.

Poucas são as realizações das informações Lei Maria da Penha nas comunidades, Municípios, diversos espaços. Nós já avançamos muito.

Tanto o Estado quanto os movimentos sociais estão nas comunidades, mas ainda é pouco. A nossa luta tem que ser cotidiana porque a cultura machista que está no corpo administrativo de funcionários, delegados, juízes, médicos, promotores, defensores públicos, ainda é a mesma que é reproduzida na sociedade, naquele cotidiano da casa.

Baixo número de profissionais nas defensorias, delegacias, juizados, hospitais, impossibilitando a realização de um trabalho multidisciplinar; falta de tratamento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual; ausência de transparência e publicização dos dados sobre a violência contra a mulher; não prioridade na execução das ações do pacto de enfrentamento à violência; ausência de dotação orçamentária para o trabalho na área da violência; estrutura precária para a realização dos trabalhos de fiscalização pelos conselhos; falta de estrutura física, material de trabalho, transporte etc.; não valorização e efetivação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; reprodução da desigualdade de gênero e banalizações/naturalização da violência contra a mulher na família, nas escolas, nos partidos políticos, nas instituições religiosas; os boletins de ocorrência não são respondidas de forma séria e respeitando todos os quesitos; concepção de gênero em toda a sociedade, que naturaliza as desigualdades a partir das diferenças físicas biológicas, uma presença muito forte do etnocentrismo. Cultura de impunidade no Brasil e em Alagoas faz com que a sociedade não acredite na força da lei. Os homens violentam porque acham que nada vai acontecer a eles. As mulheres não denunciam porque acham que não vai dar em nada. Essa ideia leva à perpetuação da violência.

Desmobilização do corpo administrativo, que não participa das capacitações sobre mulher, gênero e violência (Lei Maria da Penha), por acreditar que os anos

de prática são suficientes para realizar o seu trabalho, caindo no pragmatismo.

Ausência de secretarias – a gente não concorda com as coordenadorias – de política para as mulheres em Maceió e nos demais Municípios de Alagoas.

Um ponto muito negativo para a gente que, apesar de aqui ter sido a primeira secretaria da mulher no Estado, ela foi extinta e transformada numa superintendência da mulher, pertencente a uma secretaria do Estado da Mulher da Cidadania e dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Ausência de incorporação da luta pelo fim da violência pelos homens.

Então, quais são as nossas propostas que, para nós, são urgentes, emergenciais, das quais não abrimos mão um segundo mais?

Funcionamento das delegacias no período de 24 horas; criação de delegacias em todos os Municípios de Alagoas; emergencialmente, a criação das delegacias nas cidades polo de Alagoas; criação dos equipamentos institucionais, casas abrigo, centros de referência, hospitais para atendimento especializado à vítima de violência sexual, de proteção à mulher, emergencialmente, em todo o Município, mas, emergencialmente, nas cinco regionais do Estado de Alagoas; aparelhamento da estrutura física, espaço adequado, com privacidade para o atendimento e equipamento; transporte para levar as mulheres, quando precisar; tratamento digno no atendimento às mulheres que buscam acesso aos programas sociais; campanha pelo fim da violência no campo, nos interiores, Municípios e aparelhamento de equipamentos sociais e políticas públicas para mulheres; criação de um sistema de monitoramento para acompanhar os casos de violência que são denunciados, se são julgados, aquelas informações; criação de um banco de dados sobre violência contra a mulher no Estado; agilidade e mutirões para julgar os casos de violência contra a mulher; fiscalização no atendimento prestado nas delegacias, IML, Santa Mônica, juizados, centros de referência, casas abrigo; dotação orçamentária para realização dos trabalhos para erradicar a violência, no Executivo e no Judiciário; criação de instituições de apoio às mulheres vítimas de violência; divulgação da Lei Maria da Penha; campanha para erradicar o machismo, o sexismo e o racismo no corpo administrativo e nas instituições de atendimento à mulher; concurso público para profissionais nas defensorias, delegacias, juizados, hospitais, Ministério Público etc; fiscalização do tratamento dos dados às mulheres vítimas de violência (IML e Santa Mônica); fiscalização dos BOs, para que sejam respondidos na íntegra, respeitando todos os quesitos; cursos e oficinas pra trabalhar a concepção de gênero; mobili-

zação e determinação, pelo Poder Público, do corpo administrativo para participar das capacitações sobre a mulher, gênero, violência etc; criação da Secretaria de Política para as mulheres em Maceió e nos demais Municípios de Alagoas; retorno da Secretaria Estadual da Mulher; (*Palmas.*) fortalecimento da campanha Homens pelo Fim da Violência.

Que a superintendência volte a ser uma secretaria estadual, com dotação orçamentária para desenvolver políticas públicas para as mulheres alagoanas; criação de Varas da mulher e da família para atender as mulheres de forma rápida e eficiente; criação – é uma inovação que a gente traz – de um painel eletrônico a ser colocado no centro de Maceió, contabilizando o número de casos de violência contra a mulher no Estado de Alagoas, para que a população seja informada, cotidianamente, sobre o número de violência. Isso aí seria, para a gente, emergencial ou mesmo dizer: olha, esses são os dados, e ver se estão baixando ou não.

Por fim, a gente gostaria de citar Clarice Lispector:

Sonhe com o que você quiser. Vá para onde você queira ir. Seja o que você quer ser, porque você possui apenas uma vida e nela só temos uma chance de fazer aquilo que queremos. Tenha felicidade bastante para fazê-la doce. Dificuldades para fazê-la forte. Tristeza para fazê-la humana. E esperança suficiente para fazê-la feliz.

E Flora Tristan: “As mulheres representam o proletariado do proletariado”.

Então, queremos dizer que só queremos ter o direito de ser livres. Nós, mulheres, não aceitamos nenhum dia mais de violência contra as mulheres.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada. Sem dúvida, Andréa, o Movimento de Mulheres apresentou uma síntese muito boa.

Passamos a palavra para Andréia Malta, lembrando que reduziu um pouco o seu tempo, que será de sete minutos, com uma certa flexibilidade.

A SRA. ANDRÉIA MALTA – Vou ser breve. Para mim, ficou a questão política. Exatamente, a gente quer colocar aqui, deixar claro, que, para que implementemos todas essas políticas públicas, existem duas condições essenciais básicas: a vontade política de fazê-las e a consciência política de cobrá-las.

E isso é que é responsabilidade do Movimento de Mulheres. Nós podemos ser responsabilizados ou responsabilizadas de sermos omissos ou omissas porque não estamos cobrando suficientemente das instituições públicas, de sermos responsabilizadas pela omissão total do Governo acerca de políticas públicas, principalmente para as mulheres. E é muito claro que a gente tem que deixar também aqui qual é essa origem

da violência. É necessário que a gente se pergunte de onde vem essa violência. A violência sexista vem simplesmente porque nós somos mulheres, porque tem um componente socioeconômico, de raça, de etnia, de orientação inclusive sexual? Porque a gente sabe que, infelizmente, mulheres e homens são também aqui, no Estado de Alagoas, mortos pela sua orientação sexual diferenciada da orientação da maioria.

Então, sobre essas questões a gente tem que se perguntar. E, para que a gente possa efetivamente levar consciência às mulheres e que o Governo do Estado se proponha a isso através das capacitações, é necessário também que a gente entenda a origem da opressão da mulher. Ela foi do nada? Ela caiu assim? Sempre foi assim e sempre será? São perguntas que a gente tem que fazer na hora em que a gente estiver conscientizando as nossas mulheres.

A gente tem que impor, retroagir rapidinho, há milhares de anos, nas relações sociais que havia entre homens e mulheres. Eram relações de casamentos diferenciadas das de hoje. Viviam em grupos, eram nômades, não se fixavam à terra. Então, as relações sociais entre mulheres e homens não tinham o conteúdo sexista que hoje temos.

A sociedade foi avançando. Vamos chegar mais rapidamente, porque só temos sete minutos, ao período feudal. Vamos pular milhares e milhares de anos para chegarmos ao período feudal, em que praticamente se institucionalizou a violência contra a mulher, porque, a partir daí, também surgiram leis, instituições que disseram que a mulher não tem direito a nada. Os homens – estou dizendo em palavras claras e objetivas – são os donos da vontade, da alma e do corpo das mulheres.

Para rompermos essa condição, levaram muitos séculos. E hoje estamos, em nossa contemporaneidade, no ano 2012, em que todo esse movimento aqui presente também tem um passado. A gente tem que entender que a história tem uma continuidade. Mulheres que, na década de 60, mesmo com a ditadura militar, sem que a gente tivesse a condição de estar aqui livremente, falando sobre política, propondo políticas públicas, denunciando as omissões etc., se fizéssemos isso naquela época, com certeza, estaríamos aqui presas. Mesmo assim, na clandestinidade, o movimento de mulheres continuou. E, quando começou a haver abertura política no Brasil e também na América Latina, esses movimentos ressurgiram de forma mais organizada. E hoje temos, consequência de todo esse movimento, uma lei extremamente importante para nós, que é a Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, que vai completar agora seis anos. Uma lei que está sendo inclusive copiada por muitos países. Porque é uma lei completa, não pensa apenas

em denunciar e punir o agressor; ela pensa em todo o núcleo familiar.

A violência que não é só contra a mulher; é contra a criança, o adolescente. É familiar. E vai mais além, dá proteção, através das casas abrigo. E, agora em fevereiro, o Supremo Tribunal de Justiça fechou algumas polêmicas que havia em relação à lei. Não podemos mais retirar as denúncias, isso é importantíssimo. Isso, para mim, foi o fechamento de todo esse processo de luta que iniciou, digamos assim, de 200 anos para cá, mais próximo da nossa realidade, com as mulheres trabalhadoras em fábricas, que foram para as ruas, faziam greves para diminuição da jornada de trabalho, que chegava a 16 horas. Tem casos em que, como a gente vê na literatura em relação a essa questão, chegava a 20 horas de trabalho. E não eram só mulheres, mas também crianças. Num dado momento, houve uma junção das mulheres trabalhadoras e as mulheres chamadas de sufragistas, que eram mulheres da classe média que, num dado momento da história, se uniram e reivindicaram coisas importantes, como, por exemplo, o direito ao voto.

Esse movimento continuou, com todas as deficiências, sim; com todas as dificuldades, sim; porque é muito difícil fazer com que nós, mulheres, que temos tripla jornada de trabalho muitas vezes, porque quem é mulher trabalhadora e militante, só chega em casa às 9 horas, 10 horas da noite. Essa é a realidade. Nós temos tripla jornada de trabalho.

E a gente estar, em uma hora desta – são 5h35 –, desde a manhã no plenário da Câmara, discutindo assuntos relacionados a nós, mulheres, é para mim um fato histórico do Estado de Alagoas. Acho que este dia, 1º de junho de 2012, tem que ser um dia em que a gente tem que tornar... Como a gente celebra o 8 de março, mas que não é um dia apenas de celebração, mas de reivindicação, acho que a gente deveria tirar o tirar dia 1º de junho de 2012 como um dia importante no movimento de mulheres de Alagoas.

Era isso que gostaria de falar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos. Acho que as duas representações do Movimento de Mulheres deram a dimensão necessária, com propostas incisivas, concretas, avaliações. Acredito que enriqueceram demais.

Nós passaríamos agora para a Dra. Sandra Canuto, Superintendente de Vigilância e Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, mas, antes que ela se dirija à Mesa, a Deputada Keiko fará alguns questionamentos.

A Dra. Sandra já pode se dirigir à Mesa.

Aproveitamos este momento, Deputada Keiko, só para fazer uma das homenagens, que são inúmeras, à Dra. Maria Tereza Ramos de Albuquerque, titular da

2ª DDM, e à Profa Aparecida Batista de Oliveira, da Associação dos Docentes da Ufal, que está em luta pelos seus direitos.

Com a palavra a Deputada Keiko.

A SRA. KEIKO OTA (PSB – SP) – Boa tarde a todos. Na condição de Vice-Presidente desta conceituada CPMI de Violência contra a Mulher, da qual eu me orgulho muito, com a seriedade com que está tratando essa causa, que é salvar as nossas mulheres, quero dizer que a mulher tem um papel fundamental na sociedade. Quero também agradecer aqui a grande contribuição que Alagoas está dando no dia de hoje a esta CPMI, para que possamos juntos tirar o nosso País desse *ranking* mundial de violência contra as mulheres, que ocupa o 7º lugar entre 80 países.

Quero dirigir algumas palavras perguntas à Secretária de Saúde.

Os hospitais seguem um protocolo de atendimento à mulher em situação de violência sexual ou doméstica?

Há estrutura física adequada para o atendimento às mulheres vítimas de violência, inclusive estupros?

Como os hospitais e os postos de saúde existentes no Estado interagem com as delegacias, em relação aos casos de violência contra as mulheres?

Qual é o quantitativo de notificações compulsórias por tipo de notificação?

Qual é a participação da Secretaria de Saúde junto à Câmara Técnica Estadual?

Quais os hospitais que realizam abortamento legal na capital e no interior?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para efeito de registro taquigráfico, com a palavra a Dra. Sandra Canuto, Superintendente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

A SRA. SANDRA CANUTO – Boa tarde a todos, quase boa noite. Gostaria de cumprimentar principalmente as mulheres que compõem esta plenária. As mulheres estão hoje tomando seus lugares e sempre presentes em massa nessas discussões, sejam elas voltadas ao gênero feminino também ao gênero masculino também. Isso já é um grande ganho na nossa sociedade.

Gostaria de cumprimentar todos da Mesa, nas pessoas da Senadora Ana Rita e da Deputada Jô Moraes, parabenizando-as pela atitude. Sabemos que nós, sozinhos, falando institucionalmente, não conseguimos desenvolver muitas ações se não tivermos o apoio dos governos, da Câmara Federal, do Senado. A gente realmente precisa desse apoio. Acho que isso vem para alavancar nossas ações.

Respondendo primeiramente as perguntas, temos um único hospital no Estado que atende as vítimas de violência, como já foi colocado aqui, que é a

Maternidade Santa Mônica. Segue, sim, um protocolo de atendimento a essas vítimas, com uma equipe multiprofissional, psicólogos, assistentes sociais, médicos obstetras, e também encaminham para o tratamento dessas vítimas ao Hospital Helvio Auto, que é nosso hospital de referência para a questão da prevenção.

Quanto à estrutura física, a nossa ainda é muito incipiente, não é adequada para o atendimento a essas vítimas, embora tenhamos uma reforma prevista que vai contemplar também a área física e ambiência dessa maternidade, para receber as vítimas da violência.

Os hospitais e postos de saúde não têm uma relação direta com as delegacias. Eles encaminham apenas essas vítimas e recomendam para que seja feito um boletim de ocorrência, para que elas procurem as delegacias e denunciem, mas as informações que tivemos do pessoal que trabalha na maternidade é que não há uma interação com as delegacias, uma interação direta.

Quanto ao quantitativo de notificações compulsórias...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dra. Sandra, só uma informação. Mas a pílula do dia seguinte, todas as prevenções são tomadas?

A SRA. SANDRA CANUTO – Sim. Todas. A pílula do dia seguinte; também o aborto legal é feito nessa maternidade. Os medicamentos antirretroviral são também feitos. Os antirretrovirais são feitos no Hospital Helvio Auto, que é o hospital de referência. A pílula do dia seguinte é feita lá mesmo na Maternidade de Santa Mônica.

Quantitativo de notificações. Quanto à implantação da ficha de notificação, a componente da ONG que falou anteriormente disse que nós precisávamos construir um banco de dados. Alagoas já começou a construir esse banco de dados. Infelizmente, como a maioria dos nossos sistemas de informação, os dados de notificação, na maioria dos nossos sistemas, não se falam, a gente não tem comunicação do Sinan, que é o sistema da saúde, com o sistema da Polícia. A gente necessitava ter essas informações para planejarmos melhor as nossas ações. Já discutimos isso com a Secretaria de Defesa Social, mas, por enquanto, não temos esses dados, os dados de violência.

Então, começamos a implantar o banco de dados, decorrente de portaria, em 2008, pelo qual só era obrigado a haver notificação sobre violência, notificação compulsória, em dois Municípios; no nosso caso aqui, na capital e no Município de Arapiraca. Naquele ano, notificamos 75 casos... Vou pegar apenas os casos contra mulheres. No ano de 2008, tínhamos só 75 casos de violência notificados, dos quais parece-me que só 35 eram relacionados a mulheres. Em 2009, já

notificamos 650 casos de violência, sendo 56 de violência sexual; 315, violência física; e psicomoral, 18. Em 2010, notificamos 887 casos de violência, sendo 62 de violência sexual; 528, violência física; 34, psicomoral. Em 2011, nós notificamos 1.470 casos de violência; desses – está divergindo um pouco, porque a gente tirou do banco de dados mais atualizado –, específico contra a mulher, 125, sexual; 995, por agressão física, violência física; e psicomoral, 79. Em 2012, já temos notificados no Sinan 306 casos de violência, dos quais 31 são de caráter sexual; 218, física; e 20, psicomoral.

Esses são os casos que estão aí notificados. A gente só tem 39 Municípios notificantes hoje. A portaria obrigava só dois Municípios notificarem, no caso do Estado de Alagoas. Nós ampliamos em 2010 essa notificação para os Municípios que possuíam núcleo de promoção da saúde no Estado e, em 25 de janeiro de 2011, foi divulgada a portaria do Sinan que obriga todas as unidades de saúde a notificarem compulsoriamente esses casos de violência. Nós já capacitamos os 112 Municípios para notificação, mas, até agora, no sistema, só temos 39 notificantes.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Só para tirar uma dúvida, Dra. Sandra, porque a senhora está dizendo, voltando um pouquinho na informação do abortamento legal, não há uma articulação entre os órgãos. As demandas que chegam ao hospital são espontâneas, de abortamento legal, ou são encaminhadas por algum outro órgão, por exemplo, pela Delegacia de Mulheres? Há alguma demanda que vai da delegacia? De onde vêm as demandas?

A SRA. SANDRA CANUTO – A maioria é demanda dos Municípios, encaminhada pelos Municípios, ou demanda espontânea dessas mulheres.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – A delegacia não encaminha?

A SRA. SANDRA CANUTO – Não. Não tem...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Não tem nada das delegacias?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A origem deveria ser também dos juízes. Tem alguma indicação dos juízes?

A SRA. SANDRA CANUTO – Eu não sei dar essa resposta. O pessoal lá da saúde da mulher conhece mais, mas disseram que não há indicação de juiz, mas demanda dos Municípios, encaminhamento dos Municípios e demanda espontânea.

Essas mulheres que sofrem abortamento legal lá são atendidas na unidade e é aplicado todo o protocolo para poder ser feito; tem aquela parte do aconselhamento. Elas são aconselhadas ou a ficarem com o filho ou a doarem, antes de ser aconselhado o abortamento.

Qual a participação da Secretaria (de Saúde junto à Câmara Técnica Estadual. Tem representantes da saúde nessa câmara técnica, que participam das discussões. Tem representantes da secretaria.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Essa Câmara Técnica está funcionando? Porque, na sua fala não ficou claro. Na sua fala, lá atrás, no início da audiência, não ficou claro se a Câmara Técnica já estava funcionando. Ela está funcionando e já fez duas reuniões?

A SRA. SANDRA CANUTO – Quanto às unidades, já respondi que realiza abortamento legal somente a Maternidade Santa Mônica, que está realizando o abortamento legal.

Aqui há perguntas gerais também. Que políticas públicas destinadas às mulheres estão sendo executadas pelas secretarias? No caso, a nossa, especificamente.

Antes disso, quero dizer que a gente trabalhou muito aqui nesses dias a questão da violência física e sexual contra a mulher. Nós temos uma visão, como secretaria, um pouco mais ampla dessa violência. Foi citado pela colega que falou há pouco. Há violência institucional, outros tipos de violência: moral, psicomoral, e aí a Secretaria de Estado da Saúde trabalha muito para minimizar a questão da violência institucional. Esse trabalho que temos feito e temos também trabalhos voltados para os outros tipos de violência que foram citados aqui. Então, já há alguns programas que a gente vem desenvolvendo, como a implantação da rede de atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Os Municípios já foram capacitados para implantarem essa rede. Nesses 16 Municípios, foram capacitados técnicos municipais. Aliás, foram propostos 16 Municípios; 12 foram capacitados; 4 faltaram e estão programados agora no planejamento de 2012 para essa programação.

Temos também a implantação e implementação da ficha de notificação, como dissemos, outra coisa que a gente tem corrido atrás para ver se melhoramos essa notificação – cremos que existe uma subnotificação muito grande –, voltada à violência em geral, mas contempla também a violência contra a mulher, em um trabalho especificamente. Mas a implantação dos núcleos de promoção da saúde e prevenção da violência nos Municípios alagoanos. A gente tem hoje 82 Municípios com núcleos de promoção da saúde implantados. Nesses núcleos, trabalha-se a violência, inclusive a violência na escola. Também implantamos Cipaves, que são as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, onde a gente trabalha a sexualidade, a questão do *bullying*, a violência dentro da escola e no entorno dessas escolas. Então,

o Estado de Alagoas hoje tem 28 escolas com Cipaves implantadas e fazendo um trabalho contra a violência.

Temos implantados em 32 Municípios projetos de cultura da paz, fomentados pela Secretaria Estadual de Saúde, com recursos de portaria do Ministério da Saúde. Então, esses 32 têm projeto voltado à cultura da paz.

Temos também, como programa do nosso Estado, a adesão, o governo aderiu em 2009 ao Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materno-Infantil, com a proposta de redução dessa mortalidade materno-infantil, a infantil que também é uma violência contra a criança e contra a mulher. O Governo Federal propôs uma redução de 5% na mortalidade infantil. O Governador disse que, como éramos campeões em mortalidade infantil no Brasil, propunha uma redução de 10%. E, no primeiro ano, reduzimos 11%; no segundo ano, reduzimos mais de 10% novamente. Então, Alagoas está tendo essa redução.

Quanto à mortalidade materna, também houve de 2010 para 2011 uma redução de 25% nesse tipo de mortalidade. De 32 óbitos, passamos para 24, em 2011. Essa questão da redução da mortalidade materna está ligada a um programa que o Governo de Alagoas repassa hoje, com recursos próprios, através do Promater, que é um programa de governo para estruturação das maternidades, para melhor acolhimento a essas mulheres. Repassa também a 100 Municípios do Estado um recurso para fortalecimento da atenção primária, que está contemplado dentro da portaria.

Alguns indicadores para melhoria do atendimento a essas gestantes, como realização de sete consultas ou mais, garantidas dentro desse recurso; a realização de citologias – no mínimo, sete consultas – nessas mulheres, e o Governo tem acompanhado, através da Secretaria de Estado da Saúde, o desenvolvimento e o alcance desses indicadores e está suspendendo os recursos quando esses Municípios não atingem, para que eles corram atrás desse grande prejuízo que a gente tem.

Próximo.

Dentro ainda da questão da gestação, estamos trabalhando no Hospital Regional de Arapiraca e na Maternidade Santa Mônica a humanização do atendimento ao parto, o acolhimento dessas mulheres, com a garantia ao acompanhante, trabalhando com a Secretaria Municipal de Maceió a questão do vínculo do pré-natal com o parto. Isso é lei. Estamos trabalhando isso, mas muitos Estados não atendem, não contemplam isso aí. Mas aqui, em Alagoas, começamos pelo Hospital Regional de Arapiraca e pela Maternidade Santa Mônica, inclusive com dois projetos de ambiên-

cia na Maternidade Santa Mônica para o acolhimento dessas mulheres.

Criamos também, elaboramos e publicamos cartilha que aborda os vários tipos de violência, inclusive a violência contra a mulher, através dos recursos da promoção da saúde.

Próximo.

A cartilha para gestantes trabalhadoras acabou de sair. A gente também, dentro desse pacto de redução da mortalidade materno-infantil, cada área teve sua atribuição, e a Saúde do Trabalhador ficou com essa atribuição de trabalhar a cartilha para as gestantes trabalhadoras, em que há todas as orientações sobre o que elas devem fazer durante a gestação.

Essa outra atribuição aí não é nossa, mas, como a Secretaria de Assistência não está aqui, esse é um trabalho em parceria com a Saúde: é a distribuição de cestas nutricionais. São 160 mil cestas distribuídas por ano para as gestantes em risco nutricional. Essa cesta foi estudada por nutricionistas que viram qual seria a necessidade de nutrição dessas mulheres durante toda a gestação. E, em parceria com os Municípios, o Estado entrega essas cestas mensalmente para os Municípios, que as distribuem. E, numa parceria entre as secretarias municipais de saúde e as secretarias de assistência dos Municípios, essas mulheres são avaliadas, são obrigadas a fazer o pré-natal e recebem essas cestas, que têm 100% dos nutrientes necessários para uma mulher durante o período de gestação. Não são cestas básicas, são cestas nutricionais.

São coisas demais...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só esclarecendo, Dra. Sandra, que as coisas demais deverão ir por escrito, pois faltam três minutos para o encerramento do seu tempo. Pegue concisão e disponibilizaremos no site do Senado o conjunto das informações que nos chegarão por escrito.

A SRA. SANDRA CANUTO – A gente vai fazer um relatório. Não tivemos tempo, era algo que eu iria dizer no início e terminei não dizendo. Estou nervosa, só teve secretário aqui até agora, e eu vim com essa função de falar por uma secretaria, que é uma das maiores ou talvez a maior do Estado. Acho que a segunda. Então, é um compromisso muito sério.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Fique tranquila. Você se saiu muito bem.

A SRA. SANDRA CANUTO – Muito obrigada.

Então, recebemos esse ofício, Deputada. No dia 29, ele foi protocolado no Gabinete do Secretário. No dia 30, nós recebemos esse ofício e a Solange falou conosco que tínhamos que ir para essa reunião. Então, foi tudo muito rápido. Não tivemos tempo realmente de nos preparar.

Nós também, através da Secretaria de Estado da Saúde, implantamos o transporte sanitário, com a distribuição de ambulâncias para 102 Municípios do Estado, para que eles garantissem o transporte mais seguro não só das gestantes, ele é amplo, para todos os pacientes, mas pedimos que todos os Municípios fizessem o transporte adequado dessas gestantes, como também descentralizamos o Samu. As gestantes em situação de risco devem... Os Municípios são obrigados a acionarem o Samu para transportar essas gestantes para as unidades de referência.

Entre outras coisas, também estamos realizando capacitação voltada à diversidade de gênero, através de recursos da promoção da saúde. Temos portarias específicas que trabalham os quilombolas; temos portarias que trabalham a diversidade; e temos feito anualmente capacitação sobre diversidade de gênero e outras diversidades que a gente tem contemplando com esses recursos.

Além das ações de DST/Aids, com descentralização do teste rápido, capacitação para vários profissionais, com teste rápido da Aids e da sífilis. Alguns Municípios já estão realizando e a gente está expandindo agora, em 2012, até para atender o Rede Cegonha. Além disso, estamos discutindo a primeira rede que Alagoas...

Está um barulho tão grande; quem está aqui fica meio agoniado.

Estou terminando...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Estamos concluindo; é o último minuto da Dra. Sandra. E eu queria uma concentração no plenário para que ela possa chegar ao final.

A SRA. SANDRA CANUTO – Nessa discussão de rede, a primeira rede que Alagoas está discutindo desde 2011 é a Rede Materno-Infantil. Nós decidimos por essa rede, já que éramos campeões em mortalidade infantil e também somos um dos que têm uma das maiores mortalidades maternas no Brasil. Decidimos por essa rede e estamos trabalhando alguns projetos para a Rede Materno-Infantil.

Aí, já vou falar um pouco do orçamento.

Para a Rede Materno-Infantil, temos previstos US\$27 milhões, para três anos, para composição e formação dessa Rede Materno-Infantil no Estado. Temos em torno de um milhão anual da promoção da saúde, que trabalha algumas ações dessas de que já falei aqui. Para o Promater, que é o incentivo para estruturação das maternidades que atendem essas mulheres, R\$9,050 milhões por ano; contempla as maternidades, conforme consta ali, são vinte e poucas maternidades. Temos também o Pró-Saúde, R\$12 milhões por ano, para 100 Municípios. O Rede Cegonha,

primeira etapa: esse recurso já está em vias de sair, são R\$28.995.546,00, que serão usados para reforma, equipamentos e custeio dessas maternidades que vão ser implantadas no Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dra. Sandra, nós estamos já ultrapassando o tempo. Só lembrando que, depois, quando for fazer o relatório, nós não queremos o relatório da política de saúde para a mulher; nós queremos o relatório das ações que se referem ao combate à violência de gênero.

Então, quando a senhora for fazer, e a senhora domina a estrutura, demonstra sua ligação, mas não estão dentro da nossa preocupação os demais programas da saúde da mulher, relativos ao conjunto, que são múltiplos. Interessam-nos aquelas perguntas e questões específicas.

Peço que a senhora conclua. Os outros dados virão por escrito.

A SRA. SANDRA CANUTO – Encerrando, a gente entende tudo isso como? Que o nosso Estado é o primeiro em mortalidade infantil, é um dos piores em mortalidade materna. A gente entende isso como violência.

Então, é violência contra a mulher. O Estado tem, dentro do seu orçamento hoje, com todas as secretarias de Estado, em torno de R\$122.166.732,00, para trabalhar essas questões voltadas à violência contra a mulher, violência física; e a institucional, o Estado está trabalhando com esse orçamento.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos. Consideramos que a Dra. Sandra Canuto colocou muito bem toda a questão da saúde da mulher. Vamos encaminhar por escrito as questões concretas que dizem respeito às políticas de enfrentamento à violência doméstica e sexual.

Esse é o foco, porque, se nós o ampliarmos muito, não teremos uma resposta adequada do Estado. Por isso que a assessoria encaminhará. E eu a cumprimento, desde já, por ter respondido.

Antes de encerrarmos com a palavra da Senadora Ana Rita, nossa Relatora, duas questões a serem colocadas com o inquirimento final da Deputada Rosinha e da Deputada Célia. Logo em seguida, para o seu encerramento, a Relatora fará os encaminhamentos necessários para a continuidade.

Deputada Rosinha.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Solange e Kátia fizeram uma explanação sobre as questões de recursos, e eu não entendi direito porque vi que foram apresentados muitos projetos da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mas, dentro do orçamento do Estado, qual é o que cabe à Secretaria

da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos, que eu costumo chamar de super secretaria? Qual é o recurso, dentro do orçamento, que cabe à Secretaria? E, dentro do recurso que cabe à Secretaria, qual é o destinado às ações das questões das mulheres, especificamente da violência?

Outra questão para a qual eu queria chamar a atenção ou questionar é que o Secretário Dario falou, e já foi veiculado esta semana inteira, graças a Deus, com relação aos concursos, que vai haver concurso para a área de segurança. Mas, nas visitas que fizemos estes dias, foi detectado ou ficou bem claro que a maioria dos funcionários são funcionários comissionados, pouco se tem do quadro permanente. Há previsão também para concurso na área administrativa? Porque necessidade eu acho que já está bem claro que há também.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Ainda tem pergunta?

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Última pergunta, Deputada Jô. Com relação à capacitação também, se não me engano, foram 150. Não foi, Solange? Conforme você disse.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Isso. E ainda tem previsão de... Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É que não adianta falar fora do microfone. Você repete depois.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Tem que ser no microfone. Depois, vão ter o tempo... Se não tiver como falar agora, manda por escrito. Mas a pergunta voltada à capacitação era a seguinte: dentro dessa capacitação, também está sendo capacitada a rede de saúde, de atendimento à mulher. Por que essa pergunta? Justificando, para quando das respostas. Hoje estivemos no centro de referência e elas nos falaram que só foram encaminhados dois casos da unidade de emergência e sabemos que a unidade de emergência é a porta de entrada, a principal ou uma das principais portas de entrada da violência contra a mulher. E lá não é feita a notificação. O que a gente sabe também é que, pelos centros de referência, por exemplo, nesses anos todos, parece que poucos casos, três ou quatro, foram encaminhados do HGE para o centro de referência. Então que capacitação? Se já tem planejado. Senão não tem, é uma sugestão, principalmente para o atendimento de urgência e emergência, aos profissionais da área de saúde.

Então, seriam essas perguntas, Deputada Jô.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Rosinha. A Deputada Célia disse que não é uma pergunta. Nesse caso específico, normalmente o uso da palavra diz respeito ao questionamento, mas damos a palavra à Secretaria das Mulheres, para dar rapidamente as informações. Caso não as tenham, pode ser encaminhada por escrito a orientação. Muitas questões não estão disponíveis. Vamos recebê-las por escrito para que as senhoras tenham um tempo de pegar o conjunto das informações. Podem usar da palavra para responder as questões possíveis. As outras serão por escrito para nós, para dar tempo às senhoras.

A SRA. KÁTIA BORN – Nós entregamos o orçamento que foi discutido no ano passado, inclusive em todas as regiões do Estado. Então, o orçamento já está com a Senadora Ana Rita, e só para a Superintendência; não é para a Secretaria. Nós separamos. Para a Superintendência, este ano, conseguimos projeto da ordem de quatro milhões e tem dois milhões em investimentos do Estado, não só contrapartida, mas tem o Fecoe, tem as campanhas. Esse projeto com a saúde, dos 16 Municípios, nós fizemos, dentro do pacto, 12 Municípios, em todos os postos de saúde, dos CREs, capacitando na Lei Maria da Penha e contra a violência.

Então, já há um elo entre essas quatro secretarias.

A outra questão foi concurso. Para a área administrativa, não vai ter, na Secretaria de Defesa Social. Está previsto só na parte de policiamento.

A outra pergunta qual foi? A capacitação. Na capacitação, nós vamos capacitar nesse projeto quase mil pessoas. Foram capacitadas agora 160 e, até agosto, vamos chegar a quase 1,1 mil pessoas. Área de saúde, defesa social, IML, unidades de emergência, os CRAs, os CREs, somente estes são 101 no Estado inteiro. Todo esse pessoal está sendo capacitado na linha da Secretaria da Mulher e Combate à Violência. Quero também colocar, o que o Secretário da Defesa não citou, o IML, inclusive, no início, o projeto era da Secretaria da Mulher junto com eles. Eles fizeram um grande projeto do IML. Toda a área já está sendo... Já foi dada a ordem de serviço, que é uma coisa terrível o IML de Alagoas. É uma coisa que chega a cortar o coração da gente. Como é que se consegue um lugar daquele... Então, o recurso, o dinheiro federal já está na conta; já há ordem de pagamento. Achemos que, no máximo, em um ano, esse IML, graças a Deus, estará pronto aqui no Estado de Alagoas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Secretária Kátia.

Passamos a palavra, para esta fase final, à Deputada Célia, à Deputada Patrícia, em homenagem e

agradecimento ao espaço que a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas nos cedeu, e para a Relatora, para o seu encerramento.

Deputada Célia.

A SRA. CELIA ROCHA (PTB – AL) – Prometo ser bem rápida nas minhas colocações. Inicialmente, eu gostaria, Presidenta, Deputada Jô; companheira e relatora desta CPMI, Senadora Ana Rita; Keiko, Vice-Presidenta; Rosinha, de me desculpar por não ter podido recebê-las e acompanhá-las ao longo de sua permanência em Alagoas. Perdi um filho, não um filho de sangue, mas um filho do coração, muito querido. E isso realmente me tirou totalmente a possibilidade de ter o prazer de acompanhar a caminhada de vocês aqui em Alagoas, apesar do sentimento muito forte de que não veríamos e de que vocês não viram coisas muito boas em relação ao que a gente se propõe a fazer.

Além da dor da perda, eu tenho tido a violência, é uma coisa tão forte no cotidiano do povo alagoano; a violência de maneira geral é tão forte, é tão presente, é tão marcante na vida do povo alagoano que hoje já se fala da morte, assim, levou dois tiros, levou uma facada... Já se fala disso sem dor, sem indignação, sem revolta. E, em relação à violência contra a mulher, a violência doméstica e familiar contra a mulher, a gente não vê também ser diferente. A gente ainda ouve a mulher dizer que não procura porque não acredita. Por que não acredita?

A impunidade é grande demais e dói demais. Então, as mulheres ainda não procuram porque não acreditam numa resposta. Infelizmente, é muito difícil a gente colocar as nossas mazelas para fora, a gente mostrar as nossas entranhas, mas a ausência do Estado é uma coisa gritante. Isso tudo, ao longo desses últimos 10 anos, vem crescendo assustadoramente e é por conta da ausência do Estado. E isso é visível.

A gente, as vezes em que está num círculo, quem faz o Executivo no Estado de Alagoas, ouve determinadas pessoas, cerca-se daquele grupo. Enfim, e não se dá conta do grito lá fora, do que a sociedade civil mostrou aqui. O movimento social mostrou aqui, através da fala da Andréa, porque essa fala da Andréa é a fala do sentimento da mulher alagoana. Essa é a realidade do nosso Estado. Infelizmente, essa é a realidade. *(Palmas.)*

Não estou aqui, em momento algum, tirando nem o crédito nem o mérito do Governador Teotônio Vilela, que eu amo de paixão, que é uma pessoa por quem tenho uma grande admiração e uma grande afeição, mas o nosso Estado devia aproveitar este momento desta CPMI aqui... E, como disse a Senadora Ana Rita, não é caça às bruxas. É para que a gente se mostre, para que as mazelas sejam vistas e sejam ditas, para

que o Governo mostre que está faltando tudo. Ficou claro aqui, falta integração entre os próprios órgãos do Estado! Dos próprios órgãos, da saúde com a... A cobrança da Secretaria de Estado da Mulher é uma realidade, mas a gente percebe que não existe integração entre os próprios órgãos, nem em relação à informação.

Então, eu queria que este momento tivesse sido a oportunidade do grito das mulheres alagoanas, que têm ainda que ter a capacidade de se indignarem, de cobrarem, de mostrarem a dor, de mostrarem a desilusão, a decepção... Enfim, mostrar a indignação diante de tanta crueldade, diante desse crescimento tão radical da violência contra a mulher alagoana, particularmente a alagoana, que é o caso de hoje. E que vem crescendo.

Que medidas urgentes... Meu Deus, é um Estado que deve, paga 50 milhões por mês ao Governo Federal. De uma dívida de dois bi, hoje ainda deve sete, e tira dos cofres públicos todo mês 50 milhões.

A gente olha assim, o que está bom? O que está bom no Estado de Alagoas? Faltam recursos, falta recurso humano, falta tudo. A anemia orçamentária é cruel! Enfim, e os recursos humanos...

Todos disseram parabéns à Defensoria, ao Ministério Público. A Defensoria e o Ministério Público da minha cidade Arapiraca fazem um trabalho realmente fantástico.

A Andréa, o movimento social que retratou a realidade é o sentimento da mulher alagoana. E eu queria deixar o registro da minha capacidade ainda, apesar de um tema estar se tornando tão banalizado, a nossa revolta diante dessa realidade tão dura, tão gritante, tão cruel contra a mulher alagoana. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Deputada Rosinha.

Passamos a palavra à Deputada Estadual Patrícia Sampaio, minha conterrânea, quase conterrânea, da Paraíba, deixando neste momento todos os agradecimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa, às Deputadas e Deputados aqui presentes, a todos os servidores que ainda estão trabalhando até agora, ao cerimonial, que nos assessorou, a todos os que se colocaram a serviço do êxito desta audiência. Agradecendo na pessoa da Deputada Patrícia e do Deputado Judson Cabral.

Por gentileza, o Deputado Judson, que também esteve todo o tempo conosco.

Deputada Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA SAMPAIO – Eu gostaria de parabenizar esta CPMI pela vinda, que foi muito oportuna diante do caos em que está toda a segurança pública no Estado. Tenho certeza de que nós, mulheres,

seremos ouvidas, com esta CPMI, porque temos na nossa Presidência uma mulher forte, uma mulher que é sensível às causas femininas.

Gostaria de enfatizar a importância do interior. Eu, que sou de Palmeira dos Índios, onde não há delegacia da mulher, sei da importância dessas ações que são pleiteadas nesta CPMI, a fim de ir até o interior, haver delegacia da mulher no interior, pois, se a gente sabe que é muito difícil à mulher ir, em sua cidade, na capital principalmente, fazer denúncia, imaginem numa cidade do interior deste Brasil enorme como é difícil. Então, quero aqui chamar a atenção para esse quesito. Na minha cidade, Palmeira dos Índios, não existe delegacia da mulher. Acho que, além de ser uma atitude que vai reprimir, é também pedagógica, porque muitas mulheres no interior pensam que podem e devem apanhar de seus maridos.

Eu gostaria de dizer isso e também que estou muito feliz por ter tido a oportunidade de escutar tudo que se falou aqui, o que vocês disseram principalmente e pessoas como a Andréa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Antes de ouvirmos a Senadora Ana Rita, passamos a palavra ao Deputado Judson Cabral.

O SR. JUDSON CABRAL – Primeiro quero cumprimentar todos os presentes, desejar boa noite, porque já estamos além das seis. Quero cumprimentar a Mesa aqui, a Presidente desta Comissão, a Deputada Jô Moraes, a Keiko Ota, a nossa Senadora Ana Rita, a nossa Deputada Rosinha e a Deputada Marina; a Deputada Célia Rocha ainda se encontra, minha amiga Célia Rocha.

Quero destacar a importância desta CPMI aqui para o Estado de Alagoas. Acho que todos perceberam o quanto nós precisamos ter muito mais ações além da CPMI. Nesse sentido, é preciso dizer que a Comissão passa, mas a responsabilidade da Assembleia de Alagoas continua. A Assembleia não pode se omitir, e os demais parlamentos, a Câmara Municipal, e, com certeza, o controle social, as instituições aqui presentes devem realmente tomar isso como uma das prioridades. Alagoas, que vive um clima de violência hoje quase que insustentável, não pode estar aqui sendo exaltado como campeão de violência, principalmente quando essa violência se dirige para a figura da mulher. Então, nós temos que ter essa clareza e, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, eu me sinto numa responsabilidade muito maior, não só de repercutir a importância e objetivo desta CPMI, mas de me colocar como, eu diria, um elemento de articulação com os demais par-

lamentares, primeiro fazendo ver àqueles que, talvez, não tomaram nem conhecimento da importância do tema e da responsabilidade de cada um. Segundo, de forma que a Assembleia também possa produzir as suas ações através de suas próprias comissões.

Parabenizo todos e todas que aqui compareceram. Agradeço à Comissão Mista, às Deputadas que se fizerem presentes, à Senadora. Alagoas não só tem violência, mas tem muita coisa bonita e é essa beleza também que nos motiva.

Então, obrigado pela presença e parabéns pelo trabalho. Tenham a certeza de que aqui na Assembleia tem Deputadas e Deputados comprometidos com a causa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos ao Deputado Judson, assim como à Deputada Patrícia.

Antes de ouvirmos a Senadora, a Deputada Marina solicitou a palavra, mas quero reiterar o nosso agradecimento a todas as autoridades que estiveram aqui presentes, a todos os movimentos sociais, a toda a representação da sociedade civil, aos gestores, que estiveram aqui presentes, e foram inúmeros. Não podemos relatar a atitude dos senhores e das senhoras, é a expressão de um respeito não à CPMI como instituto do Congresso Nacional, mas, sobretudo, a luta da mulher para superar a violência cotidiana que enfrenta.

Agradecendo a todas as autoridades, aguardaremos as informações num prazo de até sete dias, para que a Relatora as receba.

Passamos a palavra, neste momento, à Deputada Marina Santanna, que a solicitou. Em seguida, falará a Relatora para os seus encaminhamentos finais.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT – GO) – Sra. Presidenta desta reunião e desta CPMI, Sra. Relatora, aos colegas e às colegas Deputados e a todas as pessoas que estão aqui presentes.

Nós nos deslocamos daqui ao IML da cidade para fazermos uma inspeção, juntamente com a assessoria da CPMI. E eu pedi a palavra para, em apenas um ou dois minutos, relatar o que nós vimos no IML, inclusive com uma mulher reclamando porque estava chegando para atendimento em função de estupro e aguardava ali para que pudesse ser atendida. O Dr. Gerson Odilon nos recebeu, com muita atenção, com toda a sua equipe. Nós agradecemos por isso. Ele abriu as portas e mostrou o que é o IML daqui, constando que existem dois IMLs no Estado, e esse é o IML que atende o maior número de ocorrências levados a ele.

Então, Sra. Presidenta, realmente nós entendemos o IML como numa situação deplorável, inadmissível, incapaz de receber mulheres ou crianças ou qualquer pessoa que chegue com uma lesão ou com um resultado de violência qualquer. É inadmissível até que profissionais estejam expostos àquela condição para exercerem seu trabalho. Existem centenas – o que já estão sendo relatados, a pedido do Ministério da Justiça, senhor do Ministério Público, Procurador –, centenas de DNAs perdidos em função de câmara que deveria alojar os DNAs e que não comportam, estão quebrados, abertos. Isso é um dano irreversível, porque se trata, provavelmente, de provas que não têm recuperação, provas de crimes de toda espécie.

O número de servidores é muito aquém do que é necessário. Existe uma situação que afeta absurdamente a área de meio ambiente, digamos assim, com todos os cuidados que isso me permite dizer, na área sanitária, porque é possível ali, e é constatado que há sangue de corpos chegando e esse sangue, digamos, no dia a dia, corre e pode estar indo para o serviço de saneamento, o que é absurdamente danoso e realmente causa uma situação incontornável ao longo dos anos.

Recebemos muitas informações; recebemos, inclusive – o que eu tenho a agradecer; estivemos lá junto com o Deputado Judson –, a cópia de um diagnóstico que o próprio IML acabou de montar e está encaminhando também, já encaminhou, ao Ministério da Justiça, com os dados todos relacionados à situação.

O prédio, aparentemente, quando você chega, é bonito e dá a aparência de ser bem-cuidado por dentro. Quando você entra nas dependências, é realmente um absurdo.

Eu penso que o Estado de Alagoas não pode deixar essa situação continuar. Além de pessoas, além de cadáveres, cujas famílias vão para lá, existe uma situação gravíssima de quem vai; situação de vulnerabilidade para ser atendido.

Então, nós já viemos conversando no caminho, Sra. Relatora, Deputada Keiko, Deputada Rosinha, Deputada Jô e todas as colegas aqui, trazendo uma recomendação para que possa ser ouvida, atendida do modo possível. Também me dirijo aos senhores e senhoras representantes do Estado de Alagoas, representantes do Ministério Público, no sentido de solicitar que imediatamente seja colocado um outro ambiente, um outro lugar para o atendimento das mulheres e também das crianças que chegam como vítimas vulneráveis e que precisam de um modo decente de ser atendidas. Mesmo que queiram os profissionais,

ali não há porta, condições para receber as pessoas. É uma indignidade.

O Procurador se encontra ali ao lado, certamente recebendo algum relato do Deputado Judson, mas eu gostaria de pedir a V. Exa. que procure imediatamente fiscalizar. Um processo de fiscalização lá não tem Raios X, não tem possibilidade de receber as pessoas e não tem possibilidade real de trabalho, o que me parece estar sendo objeto de relato cotidiano ao governo do Estado.

Então, eu gostaria de pedir aqui, formalmente, se a CPMI concordar, o seguinte: que o Procurador ou a Procuradoria de Justiça do Estado proceda a uma investigação direta e que recomende ao Estado de Alagoas essa impossibilidade. Recomende que o Estado de Alagoas se utilize de outro espaço e que coloque equipamentos adequados, para que sejam realmente feitas as perícias e guardados também o DNA, guardado tudo que é necessário, que é obtido como prova.

Então, feita a solicitação ao Ministério Público, solicito à CPMI que nós não deixemos... Já foi entregue à Relatora o diagnóstico que foi repassado também ao Ministério da Justiça.

Eu penso que nós não devemos esquecer isso que nós vimos, porque cada pessoa que chega ali oferece parte do seu corpo, a sua vulnerabilidade, a sua situação de sofrimento, de dor pela violência sofrida. E, independentemente do desejo dos profissionais que estão ali, sofrem ali outra violência.

Então, está feita a solicitação para a CPMI e para o Ministério Público de Alagoas.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Deputada.

Passamos imediatamente a palavra, para os seus encaminhamentos de encerramento da CPMI, à Senadora Ana Rita, Relatora desta Comissão.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Deputada Jô, antes de fazer o encerramento, nós vamos olhar as fotos, porque as fotos mostram a realidade. Estou aqui indignada com aquilo que eu vi. Alguém ali relata; alguém que foi na visita relata cada foto. *(Pausa.)*

Vocês estão vendo aí as duas câmaras frias do IML. Só são duas câmaras, o que significa que o IML teria condições de colocar sete corpos na geladeira. Mas uma das câmaras, essa que tem três gavetas, está quebrada. O registro é que ela está fora de uso há mais de dois anos. Então, só há uma câmara fria funcionando. Isso aí é porque queimou um transformador. Eles estão esperando há dois anos a licitação para trocar o transformador.

Próxima.

Aí é a câmara de novo. Vejam a iluminação do lugar. A iluminação vai dizer muito também.

Próxima.

Aí é a câmara fria.

Próxima.

Esse é um dos *freezers*. É onde ficam os exames de DNA. Então, claro que todo o material já está estragado.

O *freezer* também.

O *freezer* de outro ângulo.

Vamos lá, a próxima.

Esse é o alojamento onde ficam equipamentos de trabalho do pessoal do IML.

Bom, essa daí a gente tinha que ver direitinho, invertida. Está de cabeça para baixo, mas, nesse balcão, são colocados os corpos. Vocês estão vendo um canto preto ali, depois do pano. Embaixo do pano mais amarelo, há um balde preto. Ali tem um ralo. É por esse ralo que descem as secreções de todos os corpos, porque não há esgoto, não há sistema de esgotamento sanitário no IML.

Essa é a mesma sala onde ficam os corpos.

Aí é a estrutura de trás do IML. Os corpos que chegam lá já em estado avançado de putrefação são colocados do lado de fora do IML, porque não há estrutura para colocá-los. Eles ficam ao ar livre. Há uma maca ali que mostra onde eles são colocados.

Sim, são as seis viaturas hoje do IML, mas só uma viatura está funcionando. As outras cinco estão quebradas, para Maceió e para mais 45 Municípios.

Vejam, aí é o material de trabalho dos legistas. Vocês estão vendo ali a faca. Esse é o material de trabalho.

Essa é a iluminação máxima do IML. A única luz que existe onde realmente é feito o exame, a necropsia.

Aí é o ralo que eu falei para vocês.

Aí está falando que o lugar é insalubre.

Esse daí é um lugar muito interessante. É o Protocolo. É o lugar de recepção do IML. Vejam o mobiliário. Na próxima foto, eu acho, a gente vai ver que a mesa – é porque não dá para ver –, lá no cantinho, está escorada com uma pedra.

O pessoal está sem caneta para trabalhar.

Essa é a porta de entrada para o acesso aos corpos, na verdade. Quando os corpos chegam, é por ali que se faz o registro.

Aí nós subimos para conhecer as dependências de cima.

Essa é a sala de recepção do IML. Nós ficamos sabendo que crianças, mulheres, homens, idosos, presos, todos ficam naquele mesmo ambiente.

Aí é o refeitório, que fica também junto do dormitório no IML.

Esse é dormitório, então.

Essa é a sala da chefia.

A cozinha. Há um fogão mais ou menos novo que foi doação.

Essa sala que vocês estão vendo é a sala de repouso dos médicos. É a sala dos médicos. Colocaram ali uma divisória, porque há médicas e médicos. Só há um espaço. Colocaram a divisória para que eles possam ficar ali, no repouso. E aí vocês estão vendo os colchões.

Essa é a condição da sala de repouso dos médicos.

O Arquivo, de 2006 para cá, porque todo o resto do Arquivo está estocado numa sala que nem se abre.

A anterior, por favor.

A condição elétrica. Só há um ar-condicionado funcionando no IML em uma das salas, que não é a do diretor.

O prédio por fora, bem bonito.

Aí é a recepção do IML. Vejam lá, as mulheres ficam... É tudo vazado. Você está na rua e está vendo quem está ali, esperando atendimento.

Entramos na sala de exame. Nenhuma segurança, na verdade, ou privacidade existe ali dentro.

Essa daí é a entrada do IML.

Essa daí é a sala de exame no caso dos crimes sexuais.

Então, eu acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos e passamos de imediato a palavra à Senadora Ana Rita para os seus encaminhamentos finais e para pormos fim à audiência pública realizada pela CPMI.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Bom, eu quero, aqui, pontuar algumas coisas.

Primeiro, quero dizer que essas informações que nós estamos recebendo do IML, essas denúncias que estamos recebendo aqui vão constar do nosso relatório. Então, nós vamos apresentar isso posteriormente através do relatório.

Menciono a proposta apresentada pela Deputada Marina, no sentido de que as mulheres e as crianças deverão ser atendidas em outros espaços, porque aquele lugar, realmente, não oferece a menor condição de atender crianças e adolescentes. O espaço é desumano, insalubre e não oferece a mínima condição

para qualquer ser humano, inclusive para os profissionais que lá trabalham.

Uma outra questão: eu quero propor às autoridades daqui, aos Parlamentares, às Parlamentares, enfim, que realmente façam uma ação incisiva em relação a essas questões apresentadas. Eu acho que o IML daqui não pode ficar apenas constando do relatório da CPMI e depender da CPMI para fazer a denúncia. Acho que as pessoas deste lugar, deste Estado devem abraçar isso aqui e modificar essa realidade. Acho que não dá para conviver com isso por muito tempo.

A partir daquilo que nós ouvimos dos secretários e das autoridades daqui, creio que fica uma questão muito importante: deu para perceber, e a Deputada também relatou isto, que as ações feitas aqui dialogam muito pouco. Acho que é preciso, é necessário haver um diálogo maior entre as secretarias do Estado e do Estado com os demais órgãos do Estado de Alagoas. É preciso que haja, de fato, uma articulação maior, que haja um tratamento preferencial a esse tema da violência contra a mulher. A violência contra a mulher precisa ser trabalhada de forma transversal entre as várias secretarias. Não dá para ficar achando que é só a Secretaria da Mulher, mas é necessário que a Secretaria da Mulher dialogue com todas as outras, que construa um procedimento integrado, articulado, para tratar do tema da violência contra a mulher. Que haja, de fato, integração entre todas as ações. Não é a saúde trabalhando sozinha, a Secretaria da Mulher atuando sozinha, porque esse problema é muito profundo. Então, é preciso que haja, de fato, integração maior.

Quero dizer também que, além de articular toda essa rede de atendimento, é preciso que haja, de fato, um comprometimento de todos aqui, embora a gente perceba que há iniciativas importantes, que há uma disposição de acertar, de fazer com que as coisas melhorem. Há um esforço com relação a isso, mas é preciso haver o compromisso de reduzir a violência contra a mulher, de reduzir a violência institucional. Isso que nós acabamos de ver aqui é uma violência institucional.

É preciso, de fato, assegurar um atendimento mais adequado. É preciso direcionar recursos para essa área. Não é suficiente apenas mostrar que temos x recursos para isso, mas a realidade mostra que não está havendo investimento, gente! Há uma distância muito grande entre a fala de vocês e a realidade que nós vimos aqui. Há um distanciamento. Alguma coisa não está funcionando. Existe alguma coisa errada.

Então, é preciso, de fato, destinar recursos, agilizar as coisas e tornar a violência realmente uma prioridade de Estado, uma prioridade do governo, uma prioridade do Ministério Público, uma prioridade do Poder Judiciário, enfim, que todos, realmente, façam a sua parte de forma integrada, articulada. Acho que é isso que está precisando acontecer.

Por último, Sra. Presidenta, eu quero novamente reforçar um pedido que nós fizemos aqui: apesar das tentativas, do esforço do Procurador, que não sei se ainda se encontra – acho que está aqui ainda –, o Dr. Sérgio, em garantir a presença de uma promotora na Vara especializada, é preciso que haja esse compromisso de designar urgentemente uma promotora que esteja na Defensoria Pública, que esteja na Vara especializada para fazer o atendimento que o Juiz aqui colocou. É preciso realmente reforçar o trabalho da Vara. A Vara tem procurado fazer um trabalho, mas, com aquela equipe, na sua grande maioria, de estagiários, não vai conseguir dar conta da sua tarefa. Então, designar urgentemente uma promotora para que, de fato, possa integrar aquela equipe para que dê conta da tarefa que tem pela frente.

Quero aqui agradecer, em nome da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em nome de todas as Parlamentares que aqui estão e que compõem a CPMI, a todas as pessoas que aqui compareceram, aos representantes das instituições públicas, mas também aos representantes da sociedade civil, que vieram com muita disposição não só para apresentar o trabalho que tem sido feito, mas também tiveram a capacidade de ouvir tudo aquilo que foi dito aqui.

A gente acredita que vocês, daqui para frente, com certeza, vão ter outro olhar sobre essa questão. Farão uma força-tarefa no sentido de reverter esses índices, de mudar essa realidade.

Nós nos colocamos inteiramente à disposição. A CPMI está à disposição, através do seu *site*, através do seu *e-mail*, para receber novas informações, para receber as denúncias que porventura vocês ainda tenham a colocar.

O nosso relatório será um grande instrumento de mobilização das mulheres brasileiras, para que posamos, de fato, contribuir para reduzir os índices de violência no País e, em particular, naqueles Estados onde os índices são muito altos.

Então, seremos ardorosas cobradoras das providências que deverão ser adotadas em todos os Estados por onde nós estamos passando. Nós vamos continuar acompanhando e vamos continuar cobrando

aquilo que nos cabe para que essa realidade possa mudar.

É isso.

Muito obrigada e um abraço para vocês.

Estamos à disposição para aquilo que for necessário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Mais uma vez, reitero que nós estamos abertos para receber atividade complementar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião solene.

Boa noite e obrigada a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 46, a reunião é encerrada às 18 horas e 49 minutos.*)

Deputada **Jô Moraes**(PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 20ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião realizada em 14 de junho de 2012, às dez horas e vinte minutos, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**; **Marta Suplicy (PT/SP)**; **Ana Amélia (PPI/RR)**; **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; **Lídice da Mata (PSB/BA)**; dos Senhores Senadores: **Sérgio Souza (PMDB/PR)** e **Humberto Costa (PT/PE)**; e das Senhoras Deputadas: **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**; **Gorete Pereira (PR/CE)**; **Keiko Ota (PSB/SP)**; **Carmem Zanotto (PPS/SC)**; **Nilda Gondim (PMDB/PB)**; **Bruna Furlan (PSBD/SP)**; **Flávia Moraes (PDT/GO)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)** e dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Ângela Portela (PT/RR)** e **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; e o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**; **Teresa Surita (PMDB/RR)**; **Rebecca Garcia (PP/AM)**; **Sueli Vidigal (PDT/ES)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**.

Na oportunidade foi realizada reunião administração com a aprovação dos seguintes requerimentos:

551/12	Requer seja convidada a Senhora Ana Cristina Melo Santiago, Delegada-Chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM do Distrito Federal, para informar sobre as ações do Poder Público, no que concerne a atuação policial, na repressão aos crimes praticados contra a mulher e na proteção às mulheres.	Deputada Sueli Vidigal
552/12	Requer seja realizada Audiência Pública no Estado de Tocantins.	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende
553/12	Requer seja convidada a Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Sra. Maria Tereza Uille Gomes.	Deputado Dr. Rosinha
554/12	Requer seja convidado o Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Dr. Gilberto Giacoia, para a Audiência Pública nas dependências da Assembleia Legislativa do Paraná.	Deputado Dr. Rosinha
555/12	Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Miguel Kfourri Neto, para a Audiência Pública nas dependências da Assembleia Legislativa do Paraná.	Deputado Dr. Rosinha
556/12	Requer sejam convidadas para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, as senhoras: • Elza Maria Campos, União Brasileira de Mulheres; • Daraci Rosa dos Santos, Marcha Mundial de Mulheres; • Heliana Hemérito dos Santos, Rede de Mulheres Negras – CANDACES; • Nitiananda Falvo Fuganti, Movimento contra a Violência Obstétrica.	Deputado Dr. Rosinha
557/12	Requer seja convidada para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, a Presidente da Comissão da Mulher da OAB/PR, Dra. Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski.	Deputado Dr. Rosinha
558/12	Requer sejam convidados para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, os(as) senhores(as): • Michele Caputo Neto, Secretário de Saúde do Estado do Paraná; • Fernanda Bernardi Vieira Richa, Secretária da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná; • Reinaldo de Almeida César, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.	Deputada Rosane Ferreira
559/12	Requer sejam convidadas para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, as senhoras: • Elza Maria Campos, Coordenadora da União Brasileira de Mulheres; • Daraci Rosa dos Santos, Marcha Mundial de Mulheres; • Nitiananda Falvo Fuganti, Movimento contra a Violência Obstétrica; • Heliana Hemérito dos Santos, Rede de Mulheres Negras – CANDACES.	Deputada Rosane Ferreira
560/12	Requer sejam convidados para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, a Sra. Maria Tereza Uille Gomes, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; a Sra. Rose Litro, Deputada Estadual pelo Estado do Paraná; o Desembargador Miguel Kfourri Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.	Deputada Rosane Ferreira
561/12	Requer ao Supremo Tribunal Federal informações sobre o julgamento do	Senadora Ana

	Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 103.078.	Rita
562/12	Solicita a inclusão do Processo Criminal nº 0018410-66.1997.8.17.0001, em curso na 1ª Vara do Júri da Comarca de Recife, no Programa Justiça Plena da Corregedoria Nacional de Justiça, para que seja monitorado o andamento do referido processo até o seu julgamento pelo Tribunal do Júri.	Senadora Ana Rita
563/12	Requer seja convidado o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Claret Campos Filho, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
564/12	Requer seja convidado o Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro, Nilson Bruno Filho, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da Defensoria para este propósito.	Senadora Ana Rita
565/12	Requer seja convidado o Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações do Ministério Público para este propósito.	Senadora Ana Rita
566/12	Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
567/12	Requer seja convidado o Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, César Rubens Monteiro de Carvalho, para responder a questionamentos a respeito da situação dos presídios femininos no estado e a prestação do atendimento às mulheres apenadas.	Senadora Ana Rita
568/12	Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
569/12	Requer seja convidado o Defensor Público Geral do Estado do Amapá, Ivanci Magno de Oliveira, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Amapá e as ações da Defensoria para este propósito.	Senadora Ana Rita
570/12	Requer seja convidado o Secretário de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba, Washington França, para responder a questionamentos a respeito da situação dos presídios femininos no estado e a prestação do atendimento às mulheres apenadas.	Senadora Ana Rita
571/12	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA.	Senadora Ana Rita
572/12	Requer seja convidada representante da Articulação Brasileira de Mulheres/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA.	Senadora Ana Rita
573/12	Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA.	Senadora Ana Rita
574/12	Requer seja convidada representante do Coletivo Feminista Marias, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA.	Senadora Ana Rita
575/12	Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA.	Senadora Ana Rita

576/12	Requer seja convidada representante do Fórum Estadual de Mulheres Negras/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita
577/12	Requer seja convidada representante do Fórum de Combate à Violência contra a Mulher/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita
578/12	Requer seja convidada representante do Fórum de Permanente de Mulheres do Rio de Janeiro e Mulheres Integrados, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita
579/12	Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita
580/12	Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita
581/12	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita
582/12	Requer seja convidada representante da Secretaria de Mulheres da CUT-PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB.	Senadora Ana Rita
583/12	Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres da UFPB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB.	Senadora Ana Rita
584/12	Requer seja convidada representante da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB.	Senadora Ana Rita
585/12	Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres da Paraíba, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB.	Senadora Ana Rita
586/12	Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB.	Senadora Ana Rita
587/12	Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB.	Senadora Ana Rita
588/12	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB.	Senadora Ana Rita
589/12	Requer seja convidada a Sra. Josiane Fruet Bettini Lupion, Defensora Pública do Estado do Paraná, para participar de Audiência Pública a ser realizada na cidade de Curitiba/PR.	Senadora Ana Rita
590/12	Requer seja convidado o Secretário de Estado Chefe de Gabinete do Governador do Estado do Ceará, Danilo Serpa, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
591/12	Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Ceará, Arruda Bastos, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita

592/12	Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Francisco José Bezerra Rodrigues, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
593/12	Requer seja convidado o Procurador Geral de Justiça do Estado do Ceará, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações do Ministério Público para este propósito.	Senadora Ana Rita
594/12	Requer seja convidada a Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, Andréa Coelho, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da Defensoria para este propósito.	Senadora Ana Rita
595/12	Requer seja convidada a Secretária de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, Mariana Lobo Botelho Albuquerque, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
596/12	Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Rio de Janeiro e apresentar as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito.	Senadora Ana Rita
597/12	Requer seja convidado o Secretário de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Osmar Domingues Jeronymo, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
598/12	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS.	Senadora Ana Rita
599/12	Requer seja convidada representante do Coletivo de Mulheres Negras/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS.	Senadora Ana Rita
600/12	Requer seja convidada representante Articulação de Mulheres/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS.	Senadora Ana Rita
601/12	Requer seja convidada representante do Comitê Estadual em Defesa da Lei Maria da Penha/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS.	Senadora Ana Rita
602/12	Requer seja convidada representante do Fórum Cearense de Mulheres, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE.	Senadora Ana Rita
603/12	Requer seja convidada representante da Associação dos Parentes e Amigos de Vítimas de Violência, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE.	Senadora Ana Rita
604/12	Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/CE, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE.	Senadora Ana Rita
605/12	Requer seja convidada representante da Articulação de Mulheres Brasileiras/CE, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE.	Senadora Ana Rita

606/12	Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/CE, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE.	Senadora Ana Rita
607/12	Requer seja convidada representante da Associação de Mulheres Indígenas de Oiapoque, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP.	Senadora Ana Rita
608/12	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres do Amapá, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP.	Senadora Ana Rita
609/12	Requer seja convidada representante da Articulação de Mulheres do Amapá, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP.	Senadora Ana Rita
610/12	Requer seja convidada representante do Instituto de Mulheres Negras do Amapá, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP.	Senadora Ana Rita
611/12	Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Desembargador Mário Gurtyev de Queiroz, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Amapá e apresentar as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito.	Senadora Ana Rita
612/12	Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Amapá, Lineu da Silva Fagundes, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Amapá e apresentar as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
613/12	Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá, Marcos Roberto Marques da Silva, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Amapá e apresentar as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
614/12	Requer seja convidado o Secretário Extraordinário dos Povos Indígenas do Estado do Amapá, Coaracy Maciel Gabriel, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas no Estado do Amapá e apresentar as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
615/12	Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Paraná: • Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; • Delegacia de Polícia; • Vara Especializada de Atendimento à Mulher; • Casa Abrigo; • Centro de Referência; • Penitenciária Feminina; • Instituto Médico Legal ou semelhante; • Hospital; • Defensoria Pública.	Senadora Ana Rita
616/12	Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Tocantins: • Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; • Delegacia de Polícia; • Vara Especializada de Atendimento à Mulher; • Casa Abrigo; • Centro de Referência; • Penitenciária Feminina;	Senadora Ana Rita

	• Instituto Médico Legal ou semelhante; • Hospital; • Defensoria Pública.	
617/12	Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Acre: • Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; • Delegacia de Polícia; • Vara Especializada de Atendimento à Mulher; • Casa Abrigo; • Centro de Referência; • Penitenciária Feminina; • Instituto Médico Legal ou semelhante; • Hospital; • Defensoria Pública.	Senadora Ana Rita
618/12	Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado de Rondônia: • Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; • Delegacia de Polícia; • Vara Especializada de Atendimento à Mulher; • Casa Abrigo; • Centro de Referência; • Penitenciária Feminina; • Instituto Médico Legal ou semelhante; • Hospital; • Defensoria Pública.	Senadora Ana Rita
619/12	Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Amazonas: • Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; • Delegacia de Polícia; • Vara Especializada de Atendimento à Mulher; • Casa Abrigo; • Centro de Referência; • Penitenciária Feminina; • Instituto Médico Legal ou semelhante; • Hospital; • Defensoria Pública.	Senadora Ana Rita
620/12	Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Maranhão: • Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; • Delegacia de Polícia; • Vara Especializada de Atendimento à Mulher; • Casa Abrigo; • Centro de Referência; • Penitenciária Feminina; • Instituto Médico Legal ou semelhante; • Hospital; • Defensoria Pública.	Senadora Ana Rita
621/12	Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no	Senadora Ana Rita

	Estado do Piauí: • Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; • Delegacia de Polícia; • Vara Especializada de Atendimento à Mulher; • Casa Abrigo; • Centro de Referência; • Penitenciária Feminina; • Instituto Médico Legal ou semelhante; • Hospital; • Defensoria Pública	
622/12	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres do Piauí, para discutir a violência contra mulheres no Estado do Piauí, em reunião a realizar-se na cidade de Teresina/PI.	Senadora Ana Rita
623/12	Requer seja convidada a Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Piauí, Desembargadora Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro, para responder a questionamentos desta CPMI sobre a situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito.	Senadora Ana Rita
624/12	Requer seja convidada a Procuradora Geral de Justiça do estado do Piauí, Zélia Saraiva Lima, para responder a questionamentos desta CPMI sobre a situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
625/12	Requer seja convidada a Defensora Pública Geral do estado do Piauí, Norma Brandão de Lavanere Dantas, para responder a questionamentos desta CPMI sobre a situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
626/12	Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Piauí, Ernani Maia, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
627/12	Requer seja convidado o Secretário de Justiça do Estado do Piauí, João Henrique Ferreira Alencar, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
628/12	Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí, Robert Rios Magalhães, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita
629/12	Requer seja convidada representante do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, para discutir a violência contra mulheres no estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se na cidade de Campo Grande/MS.	Senadora Ana Rita

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN, com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Coloco em votação a Ata da 17ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Nós queríamos dizer que os requerimentos se referem aos convites a todas as autoridades e representantes da sociedade civil das próximas audiências públicas que se realizarão, particularmente no Estado do Paraná, no Estado do Mato Grosso do Sul, no Estado da Bahia, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo. A maioria dos seus convites já está aprovada.

Nós estamos propondo, então, que sejam aprovados em bloco os requerimentos, já que há consenso entre os integrantes da Comissão para a sua aprovação.

Colocamos em votação os Requerimentos de nºs 551 a 629.

Os Srs. Deputados, as Srªs Deputadas, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos, nós queríamos passar a palavra para a Senadora Ana Rita, para informar a visita que nós fizemos ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, antes, porém, passando a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, Deputada Jô Moraes, eu queria só dar uma analisada se não seria o caso de fazermos uma redução, porque o número de pessoas convidadas é muito elevado, senão, nós não vamos conseguir ouvir todas as pessoas.

Não seria o caso de exatamente a Mesa – a Presidente, a Relatora, a Vice-Presidente – tentar fazer contanto, evidentemente, com quem propôs, também, para que nós pudéssemos reduzir um pouco o número de audiências? Porque está muito grande, não é?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputado Eduardo Azeredo, nosso sempre Senador, nós estamos propondo, e vamos iniciar a coleta

de assinaturas, a prorrogação do prazo de audiência pública, porque a pressão dos Estados que ainda não foram visitados é muito grande.

Praticamente todos esses requerimentos se referem não a audiências aqui. Existe apenas uma audiência pública prevista para cá, que já foi aprovada.

Eu queria informar aos integrantes da CPMI que nós já temos uma audiência de visita, já articulada, já prevista, ao Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres, em que nós vamos fazer a discussão e o debate em torno dos maiores desafios que nós temos colhido nas audiências públicas nos Estados.

Nós temos tentado reduzir as autoridades, Deputado. Em geral, o padrão é: nós escutamos o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e, sob o ponto de vista do Executivo, nós escutamos as Secretarias de Segurança Pública ou de Defesa Social, de Justiça, da Saúde, porque tem o programa de notificação compulsória, a Secretaria da Mulher ou gestora do Pacto, e sempre abrimos espaço para as representações das entidades da sociedade civil, num tempo reduzido, único, para elas.

Temos feito o maior esforço, mas nós não conseguimos, porque não há uma articulação, não há uma rede. Então, nós temos de escutar a Defensoria, e, sob o ponto de vista do Executivo, não há um órgão, também, que seja centralizador. É um dos desafios que nós temos.

Então, a prorrogação e o número de requerimentos de convidados... Como para cada um é um requerimento e em cada Estado, praticamente, nós aprovamos em torno de oito a 10 requerimentos, é por isso que dá essa dimensão nesse processo que nós vivemos.

Nós vamos ter esse desafio de fazer uma prorrogação para poder concluir nos Estados, sobretudo naqueles em que o índice é mais elevado. Essa é a nossa preocupação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Permite-me, Srª Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita. Em seguida, o Deputado Rosinha.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Apenas para complementar algumas informações para o Deputado Eduardo Azeredo, esse volume grande também de requerimentos é porque nós estamos nos antecipando e agilizando os requerimentos das audiências que vão acontecer já no segundo semestre.

Então, nós temos uma série de audiências, ainda, para serem feitas, de acordo com o nosso plano de trabalho. Também em função das demandas que chegaram aqui, por parte de parlamentares que desejam que a CPMI vá até os seus Estados, nós estamos

aprovando requerimentos de audiências que irão acontecer lá pelo mês de agosto, mês de setembro ainda.

Acho que é importante, também, informar, aproveitar o momento para informar que nas reuniões que nós fizemos, de trabalho, chegamos à conclusão de que é necessário, também, pedir a prorrogação desta Comissão.

Então, nós já estamos colhendo assinaturas dos parlamentares, para que possamos prorrogar o prazo, porque o prazo inicial era para que os trabalhos fossem concluídos no mês de agosto, quando se encerram os 180 dias, mas, diante das demandas e diante da necessidade que nós estamos tendo de ouvir mais Estados e de ouvir, também, outras autoridades, achamos por bem prorrogar por mais um período, para que possamos, num tempo mais ampliado, ouvir as autoridades e os Estados em que ainda não tivemos oportunidade de ir.

Além disso, nós também estamos nos antecipando, porque, nos Estados, são várias as entidades da sociedade civil que se colocam à disposição para serem ouvidas nas audiências públicas. Como não é possível ouvir nenhuma entidade sem que tenhamos requerimento aprovado, então, nós aprovamos os requerimentos para que, ao chegar ao Estado, não tenhamos nenhuma dificuldade para ouvir as entidades.

Então, é um pouco em função disso o volume maior de requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Rosinha. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Srª Presidenta e Srª Relatora, acho que, desde o início, eu já tinha feito alguns comentários com alguns membros e algumas outras parlamentares da nossa Comissão de que não daria para nós concluirmos dentro do prazo do requerimento.

Então, para mim, é muito tranquilo saber que tem de prorrogar e é muito tranquilo trabalhar pela coleta de assinaturas, até porque o trabalho que nós nos dispusemos a fazer é diferenciado do de qualquer outra CPMI.

O nosso não é um trabalho centrado, basicamente, dentro do Congresso Nacional, com análise de documentos, de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal. O nosso é, basicamente, o de ouvir os órgãos públicos, as administrações públicas, principalmente estaduais, podendo até, às vezes, ser ouvido algum Município, dependendo da demanda que chegue, e principalmente ouvir a sociedade. Nós sabemos que, para ouvir a sociedade, somos nós que temos de ir até lá, então, não é centrado aqui, convidando as pessoas.

Então, para mim, é muito tranquila essa proposta de prorrogação e para fazer a defesa dela, faço-o com tranquilidade.

Sobre a questão levantada pelo Deputado Azevedo, eu acho que a explicação foi dada e o Deputado até concordou.

Eu estava vendo, aqui, os requerimentos aprovados, agora, para a audiência no Paraná. São cerca de uma dezena, mas repetem, porque foram feitos por dois parlamentares, as mesmas autoridades, então, não prejudicam. *(Pausa.)*

Mais de 10 pessoas serão ouvidas no dia 25, numa única visita que faremos ao Estado. Mesmo que a audiência dure três, quatro, cinco ou mais horas, nós vamos ouvir todos.

Como não são audiências de interrogatório, mas, sim, de obtenção de dados e de informações, elas não se tornam cansativas para os depoentes. Talvez sejam cansativas para os membros da Comissão, que têm de ficar lá, sentados, mas nós temos de ouvir, porque a nossa Comissão tem um objetivo, eu acho, fundamental: fazer a sugestão para a superação da impunidade. Eu acho que esse é o nosso objetivo fundamental.

A impunidade, eu não preciso investigar. Ela está a olhos vistos, nós só temos de procurar ver onde tem maior impunidade, as razões da maior impunidade nessa questão de violência e propor essa superação. Acho que esse é o grande mérito desta CPMI.

A ida ao Paraná, aproveitando, e daí eu encerro... Os movimentos sociais ligados à questão das mulheres conseguiram organizar uma série de reuniões, e eu até participei somente da primeira, propositalmente. Eu não quis continuar indo para as reuniões, para poder, como eu disse, ter toda a liberdade de organização e toda a liberdade de atuação, no sentido de obtenção de dados e de trazer a informação, mas eu sei como estão ocorrendo, porque duas assessoras minhas continuam participando. Assim que terminou a reunião, eu falei com o Presidente da OAB do Paraná, o Dr. Glomb, e ele forneceu uma sala e toda a infraestrutura da OAB para que fossem feitas essas reuniões.

Então, hoje, eu quero aproveitar para agradecer a todas as que têm trabalhado e à Drª Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, que é uma das que coloquei como convidada e que fala em nome da OAB.

Eu vejo que é muito importante isso, porque a Ordem dos Advogados do Brasil atua muito na defesa do Estado de direito, muito na defesa dos direitos humanos e ela atua, também, na questão da violência contra a mulher, mas eu tenho a impressão de que com mais dificuldades do que nos outros setores, e acho que, no Paraná, nós vamos conseguir superar isso, valorizando as advogadas que lutam contra a violência contra a mulher e militam nessa área.

Então, aproveito e agradeço a OAB por ter disposto desse espaço e à Dr^a Sandra, que tem se dedicado muito – eu tenho as informações.

Fico feliz, porque os movimentos todos, ligados sejam a que ideologia for, todos eles conseguiram se aglutinar em torno desse trabalho da CPMI, porque a causa é a mesma: o fim da violência contra a mulher e o fim da impunidade.

Então, essa causa unificou muito os movimentos, pelo menos, eu dou o testemunho, no meu Estado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passo a palavra para a Senadora Ana Rita, para suas palavras finais, mas antes eu queria, em primeiro lugar, lembrar que a nossa visita ao Ministro Carlos Ayres se dará no início de julho, e nós vamos pedir que os senhores e as senhoras coloquem na agenda, para que toda a CPMI possa estar presente.

Nós estamos na torcida para que, quando nós visitarmos o Presidente do Supremo Tribunal Federal, já tenha sido publicado o acórdão da decisão brilhante do Supremo em torno da derrota da inconstitucionalidade sobre a temática de que a mulher poderia abrir mão ou não, decidir a abertura de processo.

A incondicionalidade da instauração do processo foi a maior vitória que nós tivemos nesse período da Lei Maria da Penha.

Nos debates, Deputado Eduardo Azeredo, já houve juízes, nas audiências públicas, que arguíram que, como o acórdão não tinha sido publicado, eles não tinham obrigação de cumprir o texto previsto da inconstitucionalidade.

Evidentemente, a Ata já foi publicada e independe da publicação da Ata, porque foi uma decisão de fé pública, mas nós estamos na torcida para que o Supremo Tribunal Federal, até a nossa visita, tenha publicado o acórdão, para que não paire dúvida sobre essa questão.

Eu queria, em segundo lugar, dizer também que o Ministro da Justiça comemorou a aprovação, pela Câmara, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, que, sob o ponto de vista das mulheres, é fundamental. Se sob o ponto de vista da segurança pública é muito importante, sob o ponto de vista das mulheres é fundamental, porque as informações são absolutamente controvertidas.

O conteúdo da pauta, eu gostaria que a Senadora...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr^a Presidente, só uma questão rápida, de ordem, se a Senadora permitir.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Para a nossa audiência pública do Paraná, no dia 25, nós aprovamos, em sessões anteriores, uma série de requerimentos, entre os quais tinha alguns que eram solicitação de informação do Governo do Estado do Paraná, e nós demos um prazo de 20 dias. Que eu saiba, nem todas as informações chegaram.

Eu solicito à Presidência que faça a cobrança do Governo, dizendo que o prazo já venceu, até porque nós precisamos desses dados para a nossa audiência pública.

Seria muito importante, então, esta solicitação que eu faço: que cobre do Governo que cumpra o requerimento, com o prazo dado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Ok. Com a palavra, a Senadora Ana Rita, para dar as informações sobre a nossa conversa com o Ministro da Justiça e encerrar os nossos trabalhos.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Antes, eu quero ratificar o que o Deputado Rosinha está dizendo, porque, muitas vezes, as informações nos chegam com muito atraso e o objetivo de buscarmos as informações antes das audiências públicas é justamente para nos ajudar, nos instruir para a audiência pública.

Se as informações não chegam a tempo, só chegam no dia da audiência pública e, em alguns casos, pós-audiência pública, isso traz dificuldades para a CPMI e também cria um problema para o próprio Estado, porque nós temos de, depois, refazer o pedido de informação, enfim, e isso traz mais dificuldades. Então, a gente faz, aqui, um apelo, realmente, para que os Estados cumpram o seu papel.

Com relação à visita que nós fizemos, ontem, ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi uma reunião bastante proveitosa.

Toda a Mesa diretora da CPMI estava presente, mais a Deputada Rosinha, do Estado de Alagoas – além de mim, como Relatora, a Deputada Jô, como Presidente, a Deputada Keiko, como Vice-Presidente, e a Deputada Rosinha–, então, foi uma reunião bastante proveitosa.

O Ministro nos atendeu com muita disposição, fez um apanhado do que o Ministério está construindo e fazendo no sentido de enfrentar a violência no País. Ele falou de toda a situação de segurança, em nível mais geral, mas focou, também, nessa questão da violência contra a mulher. Disse que a violência contra a mulher também é uma prioridade do Ministério, falou do Sistema Nacional de Segurança, enfim, fez uma fala bem geral do que o Ministério está fazendo e se colocou inteiramente à disposição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para vir aqui, numa audiência pública específica, para poder dialogar com todos

os membros da CPMI sobre as políticas de segurança que o Ministério está desenvolvendo.

Nós tivemos a oportunidade de conversar sobre a situação da mulher nos presídios femininos, de colocar para ele quais foram os problemas com que nós já nos deparamos nos Estados, com relação às Varas especializadas e a compreensão que alguns juízes têm da legislação, que é uma concepção diferenciada do que a lei prevê e isso tem trazido algumas dificuldades, inclusive na aplicação de medidas protetoras. Ele nos ouviu atentamente e se colocou à disposição para vir aqui.

Então, nós vamos acertar uma data que possa ser possível, de acordo com a agenda dele e com a nossa agenda, para que ele venha e possa fazer uma exposição das políticas que o Ministério está desenvolvendo.

Também nos falou, acho que é importante colocar aqui, Deputado Rosinha e Deputado Eduardo Azeredo, da experiência piloto que o Ministério fará no Estado de Alagoas – e, por ocasião de nossa visita ao Estado de Alagoas, o governador estava recebendo, naquele dia, a visita do Ministro –, que é uma experiência de enfrentar toda a situação de violência por que aquele Estado passa, não só com relação às mulheres, mas de um modo geral, porque, realmente, os índices de violência no Estado são muito altos. São altos com relação à mulher, mas também são altos com relação ao restante da população, então, o Governo federal fará todo um trabalho, naquele Estado, de enfrentamento à situação de violência, que poderá ser replicado em outros Estados.

Então, será uma experiência importante, uma experiência piloto, num Estado que é estratégico, porque é um Estado que tem índices muito altos de violência, mas também é um Estado que não é tão grande e tem todas as condições para que essa experiência, realmente, dê certo.

Ele também nos disse isso e ficamos satisfeitas, no sentido de poder ver que o Ministro está disposto a enfrentar essa realidade.

Nós queremos ouvi-lo, com certeza. Vamos convidá-lo para estar aqui, numa agenda que não seja tão longa, num espaço tão longo, o mais rapidamente possível, para que possamos também dialogar com ele, assim como todos os membros desta Comissão, desta CPMI.

Então, era isso, Sr^a Presidente, que eu gostaria de informar aos colegas parlamentares aqui presentes.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e de todas, convidando-os e convidando-as para a próxima reunião, a realizar-se no dia 22 de junho, em Campo Grande.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

Deputada **Jô Moraes**(PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 21ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião realizada em 25 de junho de 2012, às quatorze horas e trinta e oito minutos, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES)**; da Senhora Deputada: **Rosane Ferreira (PV/PR)**; do Senhor Deputado: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e da Deputada Federal, não membro da Comissão, **Cida Borghetti (PP/PR)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**; **Ângela Portela (PT/RR)**; **Ana Amélia (PP/RR)**; **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; e o Senhores Senadores: **Sérgio Souza (PMDB/PR)** e **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**; **Teresa Surita (PMDB/RR)**; **Rebecca Garcia (PP/AM)**; **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**; **Gorete Pereira (PR/CE)**; **Keiko Ota (PSB/SP)**; **Sueli Vidigal (PDT/ES)**; **Carmem Zanotto (PPS/SC)** e **Célia Rocha (PTB/AL)** e do Senhor Deputado: **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a participação das seguintes autoridades: **Desembargadora Denise Krugner**, Representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; **Dra. Josiane Fruet Lupion**, Defensora Pública-Geral do Paraná; **Dra. Cláudia Martins**, Promotora de Justiça da Violência Doméstica, Representando a Procuradoria-Geral de Justiça; **Dr. Fabio Lourenço Bruzamin**, Promotor de Justiça; **Sr. Reinaldo de Almeida César**, Secretário de Segurança Pública do Paraná; **Sra. Maria Tereza Gomes**, Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná; **Sra. Maria Huçulck**, Superintendente da Secretaria de Estado de Saúde; **Sra. Maria Cristina Ferreira**, Coordenadora de Proteção Social e Especial, Representando a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas!

Queria, em primeiro lugar, agradecer a presença de todas as que estão aqui, reforçando as iniciativas da CPMI.

Em segundo lugar, queria agradecer especialmente ao Presidente da Assembleia Legislativa, juntamente com o Deputado José Lemos, que está aqui, a Deputada Luciana e Deputada Marla Tureck que esteve presente deste o começo, apoiando essa iniciativa.

Queríamos apenas informar, antes de estabelecer o roteiro do trabalho, que esta é uma Comissão especial que realiza audiência pública sob o Regimento das duas Casas. Nesta audiência pública, nós escutaremos as autoridades responsáveis, que serão inquiridas pelos Parlamentares federais aqui presentes.

Nós teremos também oportunidade de escutar a representação da sociedade civil. Logo, nós queremos informar que a dinâmica não comporta intervenções outras que não aquelas questões que nós vamos passar aos convidados presentes a esta audiência pública.

Este é o sétimo Estado visitado pela CPMI e, sem dúvida nenhuma – temos certeza – que, a partir da visita ao Governador do Estado em exercício, Flávio Arns, junto com seu secretariado e das visitas e diligências que realizamos nas diversas instituições que integram o sistema de proteção, prevenção e punição à violência contra a mulher, teremos uma audiência pública produtiva.

Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criado pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Curitiba com os seguintes convidados. Vamos nominar todos, mas na hora da audiência nós convidaremos cada um para que possa se colocar, já que não cabe na mesa o conjunto das autoridades que serão escutadas.

São os seguintes os convidados: Dr. Reinaldo de Almeida Cesar, Secretário de Segurança Pública do Paraná; representando o Presidente do TJ do Paraná a Desembargadora Denise Krüger; representando o Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Procurador Flávio Bruzamolín Lourenço e a Procuradora Cláudia Martins; representando a Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social do Paraná a Drª Mara Cristina; representando o Secretário de Saúde do Paraná, que esteve conosco pela manhã, Drª Márcia Huçulak; a Secretária de Justiça e Cidadania e Direitos Huma-

nos do Paraná, Srª Maria Tereza Gomes, e a Defensora Pública Geral do Paraná, Drª Josiane Fruet Lupion.

Antes de passar a palavra à relatora, informo que os convidados terão até 20 minutos para sua exposição, em que colocarão as questões centrais. O desenvolvimento do relatório será entregue por escrito, para que possa constar nos Anais da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, que é a relatora da CPMI.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero, inicialmente, agradecer a presença de todos vocês, de todas as autoridades de todos os Poderes constituídos aqui no Estado do Paraná, agradecer também a presença de representantes da sociedade civil, dos movimentos de mulheres e de todas as entidades que aqui estão.

Antes de iniciarmos propriamente nosso processo de inquirição, porque essa é uma audiência pública e nós vamos inquirir as autoridades públicas desse Estado, quero aqui mencionar que ontem à tarde fizemos uma reunião com as entidades da sociedade civil. Tivemos, mais ou menos, de duas a três horas de conversa. Ouvimos atentamente todas as entidades, as questões que foram colocadas, para que pudéssemos também ter mais subsídios para esta reunião de hoje.

Hoje cedo tivemos uma audiência com o Governador em exercício, Sr. Flávio Arns, que reuniu toda a sua equipe de trabalho, os principais Secretários de Estado, que têm interface com a questão de violência contra a mulher. O Governador assumiu o compromisso de tomar a violência contra as mulheres como uma prioridade do Estado. Essa prioridade será refletida, com certeza, com maior investimento em recursos financeiros para que possa dar conta das demandas que este Estado tem.

Conforme já foi dito pela nossa Presidenta, o objetivo desta Comissão é investigar a situação da violência contra a mulher no País, mas também o de apurar se está havendo omissão por parte do Estado brasileiro na aplicação do conjunto de leis que nós temos no País e, em particular, da Lei Maria da Penha. Nós queremos saber por que as mulheres brasileiras continuam sendo mortas, apesar de o Estado brasileiro ter uma legislação que nós consideramos eficiente e reconhecida internacionalmente. Então, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem este foco: apurar a omissão, ou não, do Estado brasileiro.

Esta audiência pública que nós estamos realizando no Estado do Paraná é a sétima audiência pública realizada nos Estados. Já passamos pelo Estado de Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande

do Sul, Espírito Santo, Alagoas, hoje estamos aqui e na próxima sexta-feira estaremos Estado de São Paulo.

Os critérios que utilizamos para fazer visitas são os Estados que, pelo Mapa da Violência do Instituto Sangari, apresentam os maiores índices de violência e também os Estados que têm uma população mais numerosa.

É importante destacar que o Estado do Paraná tem um dado assustador: é o terceiro Estado de maior incidência de homicídios femininos, com uma média de 6,3 homicídios para cada 100 mil mulheres, 100 mil habitantes, perdendo para o Estado do Espírito Santo, que está em primeiro lugar, e para o Estado de Alagoas, que está em segundo lugar. Essa taxa de homicídio é inaceitável. Por isso, consideramos que diminuir os homicídios de mulheres deve ser uma prioridade de todos os Poderes constituídos. Portanto, é uma prioridade do Poder Executivo, deve ser uma prioridade do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas.

Consideramos que as mortes de mulheres são mortes anunciadas, porque as mulheres vítimas de violência, ao procurar a proteção do Estado, nem sempre essa proteção chega a tempo. Por isso elas são mortas, são assassinadas.

Outra característica importante é que os homicídios de mulheres não acontecem apenas nas grandes cidades, ou nas regiões metropolitanas. Os homicídios também estão sendo interiorizados; estão chegando ao interior dos Estados.

Então, entre os cem Municípios mais violentos para as mulheres, dez estão no Paraná, e Piraquara é o segundo Município onde mais morrem mulheres no Brasil. Portanto, aqui há um enorme desafio para o Estado do Paraná: investir para que esse Município saia dessa posição.

Quero aqui também fazer um destaque que considero muito importante, de uma iniciativa positiva deste Estado: o Instituto Médico Legal realiza as perícias, no caso de violência sexual, nos hospitais, sem a necessidade de as vítimas se deslocarem para o Instituto Médico Legal. Essa é uma iniciativa importante, porque não expõe as vítimas e facilita, inclusive, o recolhimento do material.

Nós instamos as autoridades aqui presentes a considerarem a expansão dessa iniciativa para todo o Estado, através de convênio com as universidades. Então, fazemos esse apelo, esse pedido, como Relatora desta Comissão, para que essa iniciativa realmente possa ser ampliada para todo o Estado do Paraná e, com certeza, sendo uma iniciativa positiva, constará do nosso relatório como uma sugestão a ser apreciada pelos demais Estados brasileiros.

Tento em vista o fato já mencionado de que o Paraná ocupa a constrangedora posição de terceiro Estado onde mais morrem mulheres, quero aqui já fazer três perguntas aos nossos convidados, às autoridades aqui presentes, para que, ao fazerem as suas falas, expondo quais são as políticas que estão sendo implementadas ou que estão em vias de serem implementadas aqui para superação deste problema da violência contra a mulher, para enfrentar essa realidade tão dura, que também possam já nos responder essas três questões.

Faço as seguintes perguntas para todas as autoridades, do Poder Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, além de outras questões que vocês, com certeza, irão colocar, a fim de obter as seguintes informações: o que as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, de forma individual ou de forma conjunta entre esses Poderes, estão fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e tirar o Estado do Paraná dessa incômoda situação de terceiro Estado em homicídio contra as mulheres?

Outra questão: quais as maiores dificuldades para a efetividade das ações de enfrentamento às violências contra as mulheres? Quando falo nas violências contra as mulheres, não é somente a violência física; é a violência sexual, é a violência psicológica, é a violência patrimonial, é a violência moral, enfim, todo tipo de violência já prevista na nossa legislação.

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento à violência contra as mulheres em 2012 e 2013? Então, esta informação para nós é fundamental: saber se existem recursos já previstos, já programados, para este ano e para o próximo ano.

Posteriormente, à medida que vocês forem se posicionando e falando, nós vamos fazer novas perguntas, não só eu, como todos os Parlamentares aqui que compõem a nossa Comissão.

Em princípio, essas são as três perguntas que eu faço como Relatora para todos os Poderes aqui representados.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós queremos chamar, em primeiro lugar, para dar o seu depoimento, o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Sr. Reinaldo de Almeida Cesar, já passando a palavra para a Senadora que fará especificamente para ele...*(Pausa.)*

Queria apenas completar, Dr. Reinaldo, solicitando ao senhor duas questões. Em primeiro lugar, se não estou informada equivocadamente, nós temos uma conquista, que é o funcionamento da delegacia de Curitiba durante 24 horas. Isso é muito importante

comparando com outras iniciativas. Mas também me parece que as delegacias do interior integram o plantão geral. Em alguns Estados, nós vimos que isso dificulta porque reduz o tempo disponível para a atenção especializada no atendimento à mulher. Deixamos registrada a possibilidade de retirar as delegacias especializadas do interior do plantão geral. Em segundo lugar, em relação ao boletim unificado, que significa agilização, informatização dos registros policiais, mas que, para o caso da violência doméstica, tem um componente que traz a dificuldade de detectar quais os casos de violência doméstica, de violência sexual, de lesões graves, de tentativas de homicídio, e qual a possibilidade de se adequarem os boletins unificados para atender às necessidades de registro de violência doméstica.

O senhor tem a palavra por até 15 minutos para se colocar, agradecendo desde já a presença de toda a equipe de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, que com certeza poderá dar as informações especializadas que nos queremos durante a audiência.

O senhor dispõe de até 15 minutos.

O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR – Quero cumprimentar inicialmente a Deputada Jô Moraes, Presidente desta CPMI, cumprimentar a Senadora Ana Rita, Relatora desta CPMI, cumprimentar os Deputados Federais, Rosane Ferreira, Cida Borghetti, Dr. Rosinha, as Deputadas estaduais Marla Tureck, Luciana Rafagnin, o Deputado Estadual Tadeu Veneri, o Deputado Estadual Professor Lemos, que aqui avistei. Quero dizer da minha honra pessoal em poder contribuir, trazendo alguns elementos de reflexão sobre tema tão importante para todos nós como o enfrentamento da violência que vitima as mulheres no Paraná e no Brasil.

Eu me faço acompanhar, para que tenhamos uma dinâmica e um resultado produtivo do ponto de vista do que aqui foi discutido, debatido, do Comandante-Geral em exercício da Polícia Militar do Paraná, Coronel Cesar Alberto Souza, do Diretor-Geral do Instituto Médico Legal do Paraná, Dr. Porcício Vilani, do Diretor-Geral do Instituto de Criminalística do Paraná, Dr. Antônio Siqueira. Igualmente integram esta comitiva da Secretaria de Segurança Pública o Chefe da Divisão de Polícia Especializada do Paraná, Delegado Marco Lagana, a chefe da Delegacia da Mulher em Curitiba, Dr^a Maritza, e o Delegado de Polícia Federal, Elcio Fuscolim, que é o Diretor da Coordenação de Análise e Planejamento Estratégico de Segurança Pública, a Cape, que trabalha com muita metodologia no estabelecimento da estatística criminal da violência urbana e rural no estado do Paraná.

Quero dizer desde logo, Deputada Jô Moraes, que me desvanece muito o fato de poder vir aqui e aportar algumas contribuições, alguns elementos à re-

flexão, como disse e insisto. Tão logo recebi o convite, na última quinta-feira, de pronto me deparei com um problema de agenda, porque tenho um compromisso em São Paulo no início da noite, mas alterei meu voo para que pudesse pessoalmente aqui comparecer.

Eu poderia, como é óbvio, a exemplo do que fizeram outros colegas de Governo que não puderam aqui comparecer, encaminhar representações, mas eu fiz questão de aqui comparecer não só para que eu pudesse, de viva voz, transmitir algumas sensações, alguns sentimentos, mas, sobretudo, para que também a minha presença materializasse o respeito, a admiração que eu tenho pela atividade parlamentar e pela importante contribuição que esta CPMI certamente trará ao País. Além disso, trata-se de um tema que deve merecer de todos nós todo tipo de análise, de atenção, de ação de Governo. Eu tenho comigo uma convicção, uma profissão de fé, que está estampada no art. 144 da Constituição, que diz que a segurança pública é um dever do Estado, mas é uma responsabilidade de todos.

O tema da violência contra a mulher, já iniciando um pouco a análise que rapidamente, numa breve locução, eu gostaria de fazer aqui, não é um tema diretamente relacionado com a segurança pública, porque, como diz o próprio relatório da Comissão, na sua versão inicial, logo no preâmbulo, na página inicial, a violência cotidiana sofrida pelas mulheres é estrutural e é resultante de uma sociedade patriarcal, onde a banalização da violência permite que os homens maltratem as suas companheiras. Então, como todos nós sabemos, há uma série de questões que estão no entorno do problema da violência contra a mulher, seja no que se refere à violência doméstica, seja na violência seletiva contra as mulheres. Há questões com matiz cultural, às vezes de formação étnica, o que explica peculiaridades regionais deste imenso país continente, que é o Brasil, e questões certamente do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social.

Mas, como é óbvio, a segurança pública trata desse tema seja no que se refere a situações pontuais – eu me refiro, por exemplo, às medidas protetivas da Lei Maria da Penha, que, no mês de agosto, completa sete anos de vigência –, seja porque a segurança pública trabalha na consequência dos problemas graves da distorção social e trabalha, como é óbvio, as estruturas de segurança pública, as instâncias formais de controle do Estado na área da segurança pública, sob a ótica da preservação da ordem pública, da manutenção da paz social e da garantia do império da lei. Então, é nessa perspectiva que eu venho aqui, como titular circunstancial, por um período, da Secretaria de

Segurança Pública do Paraná, para, como disse, trazer alguma contribuição a esse debate tão importante.

E, desde já, quero também dizer que, hoje, há um indexador clássico na área da segurança pública, que é a taxa de homicídios por grupos de cem mil habitantes. Nós debatemos exaustivamente esse tema, no presente instante, no Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública. Pela generosidade dos meus pares, dos meus colegas Secretários de Segurança Pública, eu presido uma câmara temática que se dedica, neste momento, exatamente a definir um modelo, um molde, um registro único para aferir as estatísticas da violência e da criminalidade.

A CPMI está se debruçando sobre um tema importante e certamente deparou com um problema gravíssimo, crônico e histórico no Brasil: a falta de índices oficiais confiáveis em relação ao tema da violência e da criminalidade. No dia 16 de julho, em nome do Colégio dos Secretários de Segurança Pública, eu vou me avistar com a Secretária Nacional de Segurança Pública, Dr^a Regina Miki, que vai, em nome do Ministério da Justiça, trabalhar na regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Pública, que, em boa hora, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República há poucos dias.

Isso ilustra um pouco uma certa angústia que todos nós temos quando nos deparamos com essas taxas de homicídios por grupo de cem mil habitantes, como foi tão bem acentuado, de forma muito oportuna, pela nossa Senadora Ana Rita.

Ocorre que, se analisarmos os dados do Instituto Sangari, que são de 2002, esses dados referem-se à questão do evento morte, vitimando mulheres. Eu não vou desqualificar os dados nem vou contradizê-los, porque entendo que todo o trabalho acadêmico de prospecção científica, que é feito e que, com muita metodologia, ajuda a entender o fenômeno criminal do Brasil, é muito válido. Então, não vou jamais fazer isso, não vou dizer aqui para vocês: olha, esses dados são de 2010, porque pouco importa para mim se eles subiram ou desceram. O mesmo Instituto Sangari mostrou que, na década de 90, do ano de 1997 a 2007, enquanto o Brasil cresceu 17% a taxa de homicídios, o Paraná cresceu 96%. E devo dizer a todos aqui, compartilhar um sentimento que tenho desde o primeiro dia de governo que, em que pese nascido no Paraná, eu sou natural de Ponta Grossa, eu passei os últimos 13, 14 anos fora do Estado. Eu sou servidor público do Ministério da Justiça, sou da Polícia Federal, sou delegado da Polícia Federal, e estava trabalhando fora do Estado nos últimos anos. E me assustei, confesso a vocês, fiquei muito impactado, quando recebi o convite honroso do Governador, aceitei esse desafio – e

entendi assim, como um desafio profissional – e comecei a me situar em relação aos dados do Paraná.

O Paraná tem uma taxa de homicídios, Deputada Jô Moraes, que poucos, talvez, no Brasil – que consideram, todos os brasileiros assim o consideram, o Paraná um Estado tranquilo, pacífico, ordeiro, de gente boa, trabalhadora – conhecem: o Paraná, de 2010 a 2011, tinha uma taxa de homicídios, para cada grupo de 100 mil habitantes, de 32,6; Curitiba, 40; região metropolitana de Curitiba, 62 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Graças aos esforços dos profissionais de segurança pública do Paraná, os policiais, e apenas e tão somente isso deve ser creditado a eles – o Secretário de segurança Pública e o Governador não têm nada a ver com isso –, houve uma redução na virada de 2011 para 2012, nós já chegamos a 28, e a nossa meta projetada, como indicador no PPA, é de que possamos chegar, em 2015, no final do período de governo, com 21,5, que é uma média compatível com a Região Sul do Brasil e inferior à média nacional, que é 25, 26.

Mas trago, desde logo, esse tema em relação ao índice não para contradizer, como disse, mas para mostrar como é importante que nós tenhamos assegurada a informação em relação à área da segurança pública. E não sem razão, exatamente por conta disso, tive agora, há alguns dias, a oportunidade de lavrar uma resolução – eu vou deixar a cópia com a Comissão –, a Resolução nº 22, de 2012, que prevê exatamente a obrigatoriedade da Secretaria de Segurança Pública de trabalhar, como trabalha, com tanta dedicação, de forma técnica e metodológica pela Cape – Coordenação de Análise e Planejamento Estratégico, mas de divulgar os índices. Um banco de dados, um trabalho estatístico só tem valor, só tem validade se ele for difundido. De nada adianta sonegar a informação.

Acho que esse é um dever ético que eu tenho como Secretário de Segurança Pública e, por essa razão, isso gerou, para o Estado do Paraná, uma obrigatoriedade da mensuração dos índices, aproveitando inclusive uma iniciativa pioneira do Paraná, que é fazer o Boletim de Ocorrência Unificado da Polícia Militar e da Polícia Civil.

De outra parte, já agora falando um pouco sobre as ações que a Secretaria de Segurança Pública pode ter, ao lado de tantas áreas do Governo – eu vejo aqui a Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, a Dr^a Josiane, Defensora Pública-Geral, chefe da Defensoria Pública, os colegas da Secretaria de Saúde, da Secretaria da Família e do Desenvolvimento –, enfim, ao lado de tantas iniciativas que possam ser vistas pelo governo, é evidente que a Secretaria de Segurança Pública pode e deve

ter um papel de protagonismo no tema da violência contra a mulher.

Quero dizer, desde logo, vou ao final da minha breve locução reiterar uma vez mais este compromisso de que nós estamos profundamente abertos a qualquer sugestão, orientação, consideração, avaliação crítica desta importante Comissão Parlamentar de Mista de Inquérito. Ninguém tem a verdade absoluta no tema da segurança pública, não existe a figura do super-homem. E é importante que nós tenhamos a capacidade de ouvir a sociedade civil organizada, ouvir as entidades que possam representar a sociedade, ouvir a elevada representação parlamentar, que serve, como se deseja do Parlamento, como um papel de interface entre as manifestações legítimas da sociedade e o Poder Público, e que isso tudo seja de nossa parte, desde já, um compromisso pleno. Porque esta CPMI, eu entendo assim, pelo menos, como paranaense do Brasil ou como brasileiro do Paraná, esta CPMI não é contra ninguém, esta CPMI é a favor do Brasil. Então, todas as iniciativas que forem trazidas pela CPMI como sugestão, como implementação de políticas públicas na área da segurança pública, terão de mim plena acolhida e terão de mim uma resposta pública seja em que momento temporal for, ainda durante o curso da CPMI ou ao final dos seus trabalhos.

Mas eu quero dizer rapidamente que a Secretaria de Segurança Pública pode exercer, e deve exercer, um papel de protagonismo nesse cenário. E eu aqui me refiro a áreas da Secretaria de Segurança Pública que notadamente tem um ponto de contato, um ponto de toque com a questão da violência contra a mulher, a começar pela Polícia Militar do Paraná. A Polícia Militar do Paraná tem uma série de ações, uma série de iniciativas e está representada na rede integrada aqui no Paraná, no que diz respeito à política em relação às mulheres, pela Tenente Luci, uma oficial valorosa, dedicada, comprometida com essa questão (*Palmas.*). A partir do trabalho extraordinário feito pela Tenente Luci, que coordena o Núcleo de Direitos Humanos da Polícia Militar, nós estamos agora, no mês de agosto, que é o mês de aniversário da Polícia Militar, com, espero, a aprovação rápida da Assembleia Legislativa ou, pelo menos, com o envio da mensagem para esta Casa, fazendo um novo desenho organizacional da Polícia Militar do Paraná, com a criação, iniciativa pioneira certamente do Paraná também, da Diretoria, na Polícia Militar, de Direitos Humanos e da Diretoria de Polícia Comunitária. Ao lado disso, é evidente que a Polícia Militar tem um papel de relevo nessa questão, porque ela pode fomentar, garantir essa cultura de trabalho em rede, articulando-se com parceiros da

saúde, da educação, da ação social, com representações da sociedade civil no tema que aqui é tratado.

Mas ainda em relação à Polícia Militar, permitam-me dizer, rapidamente, que nós vivemos um fenômeno interessante no Paraná hoje. O Governo do Estado, numa ação de Governo para recompor a área de segurança pública profundamente desmantelada neste Estado, e eu falo isso com muita tranquilidade, porque não “fulanizo” o debate, mas a grande verdade é que, quando assumimos a Secretaria de Segurança Pública, em janeiro do ano passado, havia menos policial civil no Paraná do que há 10, 12 anos, menos policial militar no Paraná do que há 10, 12 anos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública fez uma pesquisa recente mostrando que, se nós compararmos todos os Estados do Brasil – e fizemos um cotejo do investimento em segurança pública na última década em relação a todas as unidades da Federação, vamos fazer uma comparação do investimento em segurança pública em relação à população, investimento em segurança pública em relação às demais áreas de Governo, aos demais elementos de despesa do Governo e uma comparação do investimento em segurança pública em relação ao PIB – o Paraná, estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma instituição idônea não governamental, chancelada pelo Ministério da Justiça, numa matéria reproduzida por um jornal de extraordinária credibilidade, que é a *Gazeta do Povo*, mostrou que, no Paraná, na última década, investimento em segurança pública comparativamente à população do Estado, o Paraná ficou em 24º, 25º Estado da Federação, ficou à frente do Maranhão e do Piauí. Se nós fizermos essa comparação, diz o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do investimento em segurança pública em relação às outras áreas, elementos de despesas do Estado, educação, saúde, infraestrutura, esporte, lazer e cultura, igualmente nós ficamos em 24º, 25º ao longo da década. E, se nós fizermos, como fez o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma análise do investimento em segurança pública no Paraná na última década comparativamente ao PIB, o Paraná foi o último Estado da Federação a investir em segurança pública. É evidente que isso gerou um quadro de desmantelo na área da segurança pública do Estado. Quando nós assumimos a Secretaria de Segurança Pública, o IML de Curitiba tinha 119 corpos putrefatos, putrefeitos desde 2008, esperando os atos de exumação. Isso materializa, fotografa a realidade que assumimos a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Agora, dentro do conjunto das ações do Governo para reverter esse quadro, o Governador acabou de nomear a maior contratação de policiais da história do Paraná, mais de três mil policiais, fizemos o concurso

emergencial para médicos-legistas no IML do Paraná, reestruturamos, em caráter emergencial, a área de perícia do Estado, absolutamente sucateada, e o Governador lançou um programa chamado Paraná Seguro, que tem eixos de atuação e uma série de metas a serem cumpridas – não vou ficar, obviamente, aqui me alongando em relação a isso, mas quero dizer a vocês que o carro-chefe desse programa Paraná Seguro são as unidades do Paraná Seguro, as chamadas UPS, que são coordenadas com muito sucesso pela Polícia Militar e que tem um fenômeno a que aqui me referia. As UPSs implantadas no Uberaba e no Parolin fizeram despencar todos os índices da região: crimes patrimoniais, homicídios, quase a zero, perturbação do sossego, constrangimentos, crimes de ameaça. Só um índice explodiu: foram as denúncias em relação aos crimes de violência contra a mulher, porque isso mostra que a Polícia Militar tem um papel fundamental no conceito de polícia de proximidade, de polícia amiga, de polícia comunitária, que é permitir que a população, identificando na Polícia Militar parceira um órgão de interação, possa deixar fluir essas suas observações em relação à situação de quem vive no local.

A Deputada Jô Moraes me alerta para terminar, e vou rapidamente dizer a vocês sobre algumas ações que nós estamos renunciando já como ações factíveis que serão feitas em cada uma dessas unidades.

Na Polícia Militar, já falei em relação a algumas coisas. A nossa meta é capacitar 100% do efetivo policial militar, aproveitando a estrutura de Faxinal do Céu – e o Paraná sabe o que estou dizendo –, para capacitar com conceitos de mediação, resolução de conflitos e também de policiamento comunitário.

Em relação ao Instituto de Criminalística, algumas observações importantes. Todos sabem da importância da perícia criminal e, como delegado da Polícia Federal, eu posso dar um testemunho de como é relevante, como é importante, para a elucidação do crime, para a investigação, o que isso pesa do ponto de vista da impunidade, do ciclo da violência, a perícia criminal.

Nós temos lá o laboratório de informática, de perícia audiovisual, de química legal, de DNA, de hipnose forense. É evidente que os exames de DNA têm uma certa complexidade, mas eles não duram, ao contrário do que se informou, eles não duram dois anos. Pode ter um caso, como, por exemplo, o caso daquelas meninas de Campo Mourão, onde havia os ossos queimados, onde havia incineração dos ossos, que demorou um pouco mais. Também não há apenas um tomatógrafo, são cinco tomatógrafos, e os outros que chegarão pela gentileza do Secretário de Saúde, que disponibilizou um convênio nessa área; há um atendimento prioritário na preferência no que se refere

aos crimes que vitimam mulheres; em 2011, nós começamos a reduzir um passivo volumoso dos laudos periciais por conta do dismantelo da área de perícia do Estado; nós temos 160 peritos, hoje, no quadro e a nossa meta é chegarmos, no fim do Governo, com 600 peritos – o quadro hoje é de 300, nós temos que ampliar esse quadro aqui, na Assembleia Legislativa. Como meta, vamos aplicar – o Estado está contraindo, Senadora Ana Rita, um empréstimo junto ao BNDES de R\$100 milhões. Todo esse recurso será alocado para a revitalização da área de perícia do Estado. Os 100 milhões serão empregados no Instituto de Criminalística, no Instituto Médico Legal e no Instituto de Identificação. Fazer inclusive as projeções no Estado: o IML tem 18 unidades no Paraná, terá 21; o Instituto de Criminalística tem apenas sete unidades, terá 21, para quem tem uma projeção plena, eficaz em relação ao IML. Porque não é possível que Londrina tenha uma sede do Instituto de Criminalística que atenda 88 Municípios. É evidente que isso tem um impacto do ponto de vista de eficiência na prestação dos serviços prestados pelo Instituto de Criminalística.

Igualmente, já falei aqui e, rapidamente, vou falar sobre o IML. O IML passou por um processo, Deputada Jô Moraes, de intervenção. O IML ficou três anos sob intervenção no Paraná. Nós cessamos essa intervenção e devolvemos a direção do IML para os médicos-legistas do Paraná. A direção do IML, hoje, como deve ser, obviamente, é conduzida com muita competência e dedicação pelo Dr. Porcício Vilani, um médico-legista altamente comprometido com o Instituto Médico Legal. Nós temos lá 62 médicos-legistas, o quadro é de 160, e a nossa meta, até o final do governo, é contratar todo o restante; no ano passado, contratamos 38 médicos-legistas.

Como disse V. Ex^a – e eu agradeço a gentileza do registro, a justiça do registro –, o IML no Paraná tem uma iniciativa pioneira aqui, em Curitiba, que é atender no Hospital de Clínicas, no Hospital Pequeno Príncipe, no Hospital Evangélico, nas 72 horas, as mulheres vítimas de constrangimento sexual. Nós, já desde o ano passado, estamos trabalhando com o Secretário de Saúde para que possamos atingir essa meta em todo o Estado. Inclusive, eu quero pedir apoio à Comissão, Presidente, porque, no dia 31 de abril, agora, eu protocolei na Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, com a Ministra Eleonora Menicucci, o projeto para expandir isso para todo o Estado. Então, certamente, a CPMI poderá oferecer um belo trabalho em relação a isso.

Em relação à Polícia Civil – não vou me alongar mais, mas quero 30 segundos apenas para dizer isto –, a Polícia Civil passa por um processo de moder-

nização necessária. A Polícia Civil é a mais antiga instituição do Estado. A nossa meta é chegar ao final deste período de Governo com um projeto consistente das chamadas Delegacias Cidadãs, que têm foco no atendimento ao cidadão e no não constrangimento à vítima, com capacidade de ter a linha de frente de atendimento com psicólogas, assistentes sociais. Isso vai impactar, como é óbvio, positivamente a questão da violência contra a mulher, até porque cada Delegacia Cidadã a ser construída terá um setor específico, um espaço físico específico para se atender a mulher. É um anúncio importante do ponto de vista das ações do Governo na área da segurança pública, na temática da violência contra a mulher.

Mais que isso. Hoje, temos as regiões administrativas do Estado e a nossa meta de Governo, até 2014, é que todas as sedes de microrregiões do Estado tenham funcionando uma Delegacia da Mulher 24 horas, nos mesmos moldes do que funciona aqui em Curitiba. Aqui, em Curitiba, a precariedade da Delegacia da Mulher – certamente, pelo testemunho da Comissão, não preciso me alongar nisto que aqui estou dizendo – será resolvida, porque já estamos com uma nova edificação para a Delegacia da Mulher. Não sei se a Dr^a Maritza teve oportunidade de antecipar isso para a Comissão. Ela será na Rua Carlos de Carvalho, no Centro de Curitiba, um imóvel com mais de 1.000 metros quadrados com 40 salas, com toda a condição de fazer o atendimento.

É muito pouco pelo tema de que estamos tratando, mas eu tenho certeza de que são compromissos que a Comissão – de forma coletiva ou, individualmente, pelos parlamentares – ou a sociedade aqui, tão bem representada, poderá cobrar até o final do Governo, além de outras tantas iniciativas que, como disse, vou acolher com toda atenção e com todo cuidado.

Quero agradecer imensamente a oportunidade que me deram. Eu sou um servidor público. Eu não tenho filiação partidária, eu não tenho projeto político, nem pessoal, não tenho qualquer outro tipo de motivação que não seja isto que estamos fazendo aqui: discutir as coisas no maior interesse público.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Reinaldo, apenas um momento que a Senadora vai necessitar fazer algumas questões ao senhor. E nós aguardamos um relatório mais minucioso com o conjunto das informações que a Secretaria dará.

A Senadora gostaria de fazer um questionamento.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr. Reinaldo, primeiro, quero agradecer as respostas do senhor e as informações que o senhor nos traz.

Eu quero aqui apenas fazer uma observação com relação ao mapa da violência do Instituto Sangari.

Realmente, ele é de 2002 a 2012, porque, em 2012, foi feito um caderno complementar, atualizando algumas informações. Inclusive, em relação aos dados de homicídios com os quais trabalhamos, a fonte desses dados é o Sistema de Informações de Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde que, embora não seja talvez tão completo assim, é o que é mais confiável, é o que temos.

Quero até aproveitar a oportunidade, porque, de acordo com esses dados, nos últimos 30 anos, foram assassinadas mais de 91 mil mulheres. Só na última década, mais de 43 mil mulheres foram assassinadas no nosso País. Então, esses dados são realmente alarmantes. Então, é só para passar essa informação aqui, que considero importante.

Eu gostaria ainda, Dr. Reinaldo, de fazer duas perguntas para o senhor, se for possível responder dentro do nosso tempo. Depois, vamos passar para outros Secretários e estamos nos organizando aqui para que cada um...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um pouco além do tempo, porque o Secretário excedeu um pouco...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Pois é.

Mas nós sabemos que o Estado do Paraná assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Então, diante disso, eu gostaria de perguntar ao senhor em relação ao pacto assinado pelo Estado, que prevê ainda a construção e a implementação de mais 12 Delegacias da Mulher – parece-me que o senhor até já falou um pouco sobre isso – vinculadas aos Centros de Referência. Como está o andamento desses convênios, tanto no que se refere à criação das DEAMs, quanto aos Centros de Referência? Gostaríamos que o senhor pudesse falar um pouco sobre isso.

Outra pergunta é fruto da diligência que foi feita hoje pela manhã na delegacia. Conforme os dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça, chama atenção a ausência de crimes de tentativa de homicídios contra as mulheres. Aí a pergunta: as mulheres aqui não sofrem tentativas de homicídio? Ou sofrem lesão corporal ou morrem diretamente? Ou as tentativas são sempre desclassificadas? (*Palmas.*) Como explicar a ausência de um tipo criminal tão comum em casos de violência doméstica?

Uma última pergunta: como o Boletim de Ocorrência Unificado não possui campo específico para identificar casos de violência doméstica, há alguma iniciativa para que esse boletim contemple esse campo específico?

São as três perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, aproveito a oportunidade com a boa notícia de que a Secretaria de Curitiba terá um espaço maior: incluirão a ampliação de número de funcionários?

Uma segunda preocupação nossa, quando o senhor falou em capacitação e mediação de resolução dos conflitos, será que isso não estaria em contradição com o espírito da Lei Maria da Penha, que é menos mediação dos conflitos e mais busca de inibição e punição dos conflitos? (*Palmas.*)

O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR – Em relação ao questionamento da Senadora Ana Rita, se me permitir, por início, falar um pouco sobre isso, em relação aos dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça, melhor que eu, pode falar a chefe da Delegacia ou o chefe da Divisão Especializada, mas penso que esteja havendo uma incorreção, inclusive no âmbito interno da Polícia Civil, que talvez entenda esse tipo de capitulação desses tipos penais na Delegacia de Homicídios e não na Delegacia da Mulher. De qualquer forma, eu não quero antecipar. São os técnicos que podem falar melhor sobre isso.

Estamos agora fazendo um decreto e atualizando, porque a Delegacia da Mulher no Paraná é uma iniciativa de 1985, quando era então Governador do Paraná o saudoso José Richa. É evidente que ela precisa ser readequada não só pela Lei Maria da Penha, mas por interpretações jurisprudenciais recentes, como foi essa do Supremo.

Aqui, quero também pegar um gancho para poder responder à Deputada Jô Moraes, no que se refere à mediação. É evidente que precisamos ter, efetivamente, aquelas medidas protetivas, aquelas medidas que possam dar eficácia à questão do tratamento do ponto de vista da lei penal, mas a mediação e a resolução de conflitos podem ter, sim, um papel importante em relação a isso. Não estou dizendo que o fato de trabalharmos na capacitação de policiais, em policiamento comunitário, em mediação e resolução de conflitos seja o que a Polícia Militar tem a fazer, mas é alguma coisa a mais que pode ter a fazer em relação a esse tema.

Em relação ao pacto, penso – não sei, talvez me falhe a memória aqui – que foi lavrado, foi assinado em 2010. Eu acho...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Foi, sim.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Foi em novembro de 2010, Secretário.

O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR – No final do ano de 2010.

E ele tem, de nossa parte, evidentemente, a atenção no que se refere à área da segurança pública, mas, hoje, pela manhã, eu ainda conversava

com a Secretária da Justiça sobre a necessidade de revermos o que foi pactuado – revermos no interesse público, obviamente.

Em relação à implantação dessas 12 Delegacias da Mulher, ocorrerá em todo o Estado do Paraná. Mais ainda: quero ainda assumir aqui um compromisso público de que implantaremos as 12 Delegacias da Mulher, todas que faltarem nas microrregiões do Paraná, obedecendo às normas técnicas emanadas da Secretaria Nacional de Políticas das Mulheres da Presidência da República.

V. Ex^a me perguntou, Senadora, uma terceira questão que agora me fugiu...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Quanto aos Boletins de Ocorrência Unificados, porque ainda falta um campo.

O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR – Ah, sim, os boletins de ocorrência.

Tem toda a razão V. Ex^a. Conversei com o Delegado Federal Elcio Fuscolim e com o Capitão Perim que, com toda a equipe da Cape, devem fazer, de forma, digamos, agora, metodológica, a inclusão desse campo específico, em relação à violência doméstica. Como eu disse, a estatística, a metodologia, um bom trabalho de inteligência que permita entender o fenômeno criminal é fundamental, inclusive como instrumento, ferramenta de gestão. Fica aqui também o compromisso de que nós faremos isso.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos. Sabemos que o senhor tem de pegar um avião, mas sua equipe está aí e responderá...

Só um instante, Secretário. Tem só uma pequena questão, Secretário Reinaldo, para o senhor responder, do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não. É tanto uma constatação como um pedido, Secretário.

Na hora em que fizemos esse levantamento... O senhor falou que a questão da tentativa de homicídio talvez esteja na Delegacia de Homicídios. É que os dados demonstram que não tem a tentativa.

O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR – Ah, entendi.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Então, temos de criar um campo que demonstre a tentativa, porque a mulher vai à delegacia, não importa a qual ela vai, que faz o registro de que ela foi agredida. Foi uma tentativa de homicídio, mas vai se analisar a parte do corpo que foi atingido e essas coisas; como o crime em si, ele não está constando nos dados que recolhemos. Se ele existe, hoje, nas delegacias e chega aos tribunais, falhou para chegar para nós. Então, é um caso.

A outra questão é pedir uma revisão do decreto que criou a Delegacia da Mulher para que ele atenda

amplamente a todos os crimes da mulher que entram nessa fase. O decreto é de 1985. A Lei Maria da Penha é de 2006. Então, há um descompasso legal e ele tem de ser compatível. Então, esse decreto tem de ser revisto, porque, senão, toda Delegacia da Mulher vai pautar seu funcionamento no decreto de 1985 e a lei é posterior. Então, é necessária essa revisão.

O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR – V. Ex^a tem toda a razão. O decreto está sendo revisto. Agora, ainda mais, com o apelo legítimo de V. Ex^a, ele será editado nos próximos dias.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É da CPI o apelo.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos, Dr. Reinaldo. (*Palmas.*)

Nós queríamos registrar que consideramos muito importante a presença dos alunos e alunas da Escola Estadual Dom Pedro II, cumprimentando o professor responsável, Luiz Senesi, por trazer essa juventude para compreender que também a violência contra a mulher pode atingir inclusive as crianças.

Agradecemos também e registramos a presença da Dr^a Luciane Bortoleto, nossa Juíza Especial da Violência Contra a Mulher, ex-Presidente do Fórum Nacional de Violência Doméstica.

Algumas outras autoridades estão presentes: a Sr^a Marlei Fernandes de Carvalho, Presidente da APP; a Eliane Chomatas, Secretária Municipal de Saúde de Curitiba; Eliane Behring, Rede das Mulheres Negras do Paraná; a Célia Gaertner, do Hospital Erasto Gaertner; a Maria Meire Cleve, Vice-Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina; a Elza Maria Campos, da União Brasileira de Mulheres; a Malu Gomes, coordenadora da Câmara Setorial de Segurança; a Vanessa de Andrade, representando a Fundação de Ação Social de Curitiba.

Passamos, de imediato, à palavra à Desembargadora Denise Krüger, representando aqui o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Miguel Kfoury Neto, que disporá de até 15 minutos, para apresentar.

Lembro a todos e todas que estão depondo que o conjunto das suas informações nos será enviado por escrito, para que nós possamos, nesta audiência, apenas destacar aquilo que é mais relevante no depoimento.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero desculpar a ausência do nosso Presidente, o Desembargador Miguel Kfoury, que, por compromisso anteriormente assumido, não pôde comparecer. Fui designada, então, para tentar representá-lo junto a esta CPMI tão importante.

O Tribunal de Justiça do Paraná tem consciência da importância do aperfeiçoamento do atendimento à

mulher vítima de violência. Não nos foge, em nenhum momento, que é muito importante que o nosso Estado, junto com o Poder Judiciário, esteja atento a essa questão.

Está sendo feito um levantamento pelo nosso tribunal, para uma implantação mais que imediata, de Juizados Especiais da Violência contra a Mulher em todo o nosso Estado. Não só a instalação dos Juizados, como também instalação com pessoas já comprometidas contra a violência contra a mulher. A capacitação dessas pessoas, porque, com o levantamento efetuado, nos foi dito que, muitas vezes, as mulheres, quando chegam ao juizado ou até as delegacias, não têm o atendimento esperado, o que as tornam mais vítimas ainda. E isso não nos foge em nenhum momento. O Tribunal já está ciente disso, já está investindo nessa questão de aperfeiçoar, de capacitar pessoas para esse atendimento.

Todos têm conhecimento de que temos dois juizados. A Dr^a Luciana Bortoleto, aqui do Paraná, com muita competência, tem levado esse juizado. E também em Londrina. E o Tribunal, atento a isso, também está fazendo investimentos.

Uma das perguntas que foi feita é em relação à verba destinada. O tribunal não tem uma verba específica ainda destinada à violência contra a mulher. Contudo, já está sendo feito um levantamento em nosso Tribunal para que tenha essa verba. O que tem sido feito é que estamos reaparelhando os juizados, com levantamento de novos juizados, com nosso Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, que é Funjus. Mas não foge também a necessidade premente de fazer uma verba, um valor específico para isso.

O Tribunal de Justiça do Paraná, ciente disso, está também fazendo levantamento em relação aos agressores. Nós achamos que precisamos fazer um tratamento diretamente com os agressores. Como falei, a própria lei prevê os centros de reabilitação do agressor. Acredito que o tratamento com a vítima junto com o agressor é muito importante. Se não tratado, o agressor volta a praticar seus delitos.

Foi feito um levantamento junto ao CNJ, se não me falha a memória, sobre os tipos de agressores que nós temos. Começa com o alcoólatra, com o dependente químico, com o que tem depressão. Nesse sentido, tem-se que fazer esse tratamento com eles, para que não voltem a agredir as vítimas. Então o nosso Tribunal, ciente disso, está fazendo o levantamento. Faz apenas três meses que fui designada para substituir a nossa Desembargadora Rosana Fachin, em nossa coordenação.

Estou empenhada a dar o máximo possível no nosso Tribunal, com as demais autoridades aqui pre-

sententes, juntamente com a Secretaria de Justiça, a Defensoria Pública. Estamos agendando reuniões para colocar em prática. Por isso eu acho que é um esforço conjunto de todos os Poderes de nosso Estado para que as estatísticas não passem despercebidas por nós e que nós, em face disso, tentemos melhorar não só a questão da mulher agredida, como a questão familiar da mulher agredida. Vejo que é muito importante o trabalho com a família da mulher agredida, porque a vítima, muitas vezes, deixa de mencionar a sua agressão junto às autoridades competentes, por medo de reprimenda.

Então, eu acho que esses centros de reabilitação são muito importantes. Eu acho que o mais importante hoje – e estou levando ao conhecimento do nosso Presidente do Tribunal, através de um levantamento feito – é que, se nós tratarmos os agressores, juntamente com a família dos agressores, nós podemos reabilitá-los, porque com a falta de orientação nesse sentido, eles voltam a agredir.

Vejo que o Tribunal de Justiça do Paraná está fazendo um levantamento em todo o Estado com todas as delegacias, para fazermos, em conjunto com a Secretaria de Segurança, capacitação das pessoas que atendem as mulheres vítimas de agressão, não só dentro dos tribunais como dentro das delegacias, para ter pessoal especializado, pessoal multidisciplinarizado, psicólogas, atendentes, médicos, para que recepcionem a vítima com total apoio a ela e que ela possa ser ouvida. Eu acho que o mais importante é ser ouvida e orientada. Muitas vezes, ela está desorientada.

O Tribunal do Paraná já tem consciência disso, já tem consciência da necessidade emergente de instituir novos juizados em todo o Estado. Estamos fazendo o levantamento junto à 2ª Vice-Presidência, que é o órgão responsável pelos juizados do Estado, para, o quanto antes. O que, às vezes, nos impede de complementar essas questões, é a questão orçamentária. Sabemos que o Poder Judiciário depende do orçamento que é lhe é repassado. Então, muitas vezes não é previsto aquele orçamento dentro daquele ano, mas nós temos feito o possível para que o Tribunal possa implementar. As pessoas não sabem por que não é feito, mas nós, do Poder Judiciário, temos uma verba, que nos é dada em início de ano. Quando queremos implementar uma questão maior, uma questão de especialização, uma questão de atendimento, mais funcionário, mais aparelhamento, nós estamos impedidos em face do orçamento que nos é destinado e isso teremos que passar para o ano que vem e às vezes demora um pouco mais. Mas quero que vocês tenham consciência de que o nosso Tribunal de Justiça, o nosso Presidente do Tri-

bunal está consciente e estamos aptos a melhorarmos essa questão, juntamente com a violência da mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desembargadora Denise, a nossa Relatora gostaria de ter algumas questões.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Pois não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Drª Denise, nós vamos encaminhar para a senhora as perguntas, que são muitas. À medida que vou lendo, a senhora vai acompanhando. Se a senhora tiver condição de responder todas hoje, será muito bom; se não tiver, solicitamos que encaminhe depois para nós por escrito.

Mas a primeira pergunta que eu gostaria de fazer para a senhora, que eu não entendi bem porque acabamos conversando aqui. Veja bem, quando foi instalada a Coordenaria da Mulher... A senhora, na verdade, é a titular dessa Coordenadoria?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Quem é a titular.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – A titular é a Drª Rosana Fachin, que está afastada agora por licença do Tribunal de Justiça e fui designada sua suplente.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – A senhora está como suplente.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Sim, vou passar apenas dois meses e meio.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Desculpe-me, acredito que a senhora falou no início, mas é que eu estava vendo outra coisa e não observei bem.

Então, qual o plano de expansão do Juizado Especializado em Violência Doméstica?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – O Tribunal de Justiça, como disse, está empenhado em instalar em todas as comarcas, em todas. Contudo, estamos fazendo um levantamento orçamentário sobre essa questão, a 2ª Vice-Presidência. Até já conversei com algumas coordenadoras no sentido de fazermos uma reunião já na outra semana para fazermos levantamentos estatísticos dos crimes que estão sendo cometidos nas comarcas do interior. É lento, infelizmente, mas estamos tentando agilizar o máximo possível. Às vezes, como disse, nos falta a questão orçamentária, mas o Tribunal está empenhado a, no máximo, acredito eu...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Há um prazo mais ou menos.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Eu não posso, seria leviano da minha parte fixar um prazo.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Sim.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Digamos, em um ano ou dois. Seria leviano, nem posso em face da questão. Mas tenho certeza de que a intenção é de que todas as comarcas tenham Juizados da Violência contra a Mulher e, o mais importante, não só o juiza-

do, como pessoas capacitadas para atender junto aos juizados. Como sou advinda dos Juizados Especiais, pelos quais tenho verdadeira adoração, acho que as pessoas que estejam nesses locais têm que ser pessoas capacitadas para essa função.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, eu aproveito e solicito – como isso deve ser uma decisão do Colegiado – que a Desembargadora pudesse nos enviar, após a discussão do Colegiado esta previsão de cronograma de trabalho para que nós possamos acompanhar. Não é uma decisão solitária, é uma decisão do Colegiado, mas eu acredito que a senhora retornando poderá solicitar do Colegiado esse cronograma de trabalho.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Eu quero me pendenciar perante as autoridades aqui presentes que às vezes não tenho dados suficientes para responder todas as perguntas, mas me comprometo a responder todas elas, encaminhando um relatório preciso de todos os questionamentos feitos por V. Ex^{as}.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Outra pergunta que eu gostaria de fazer: por que a 6ª Vara Criminal acumula as competências para o julgamento dos crimes de violência doméstica e familiar e crimes contra criança? Por que essa...

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Isso eu não poderia lhe responder. Eu não tenho conhecimento dessa questão. Acho que é até melhor a Dr^a Luciane Bortoleto, que está aqui presente, que atua nessa ordem, se ela tiver condições de responder essa pergunta.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Ela está aqui presente?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – A Dr^a Luciane está presente. Eu acredito eu ela esteja no...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Mas é melhor responder depois por escrito.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Eu mando por escrito todas as questões.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Certo, acho que é melhor. Porque, para poder ser ouvido aqui é preciso ter requerimento e não há requerimento para outras pessoas serem ouvidas. Então, é importante a senhora depois nos responder.

É orientação do Tribunal acumular as competências das Varas de Violência Doméstica com Crimes contra Crianças? Certamente, o Tribunal está atento de que não é essa a orientação da Lei Maria da Penha e nem do CNJ.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – É aí que cabe a questão do que vamos modificar com a instalação desses Juizados Especializados.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Qual a estrutura do Juizado de Violência Doméstica para lidar com seus mais de 12 mil processos?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Acredito que ainda está precário em face disso. Contudo, estamos cientes dessas questões, estamos aparelhando novamente, não só por questões de funcionários, como de profissionais habilitados.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Tomamos conhecimento de que a Corregedoria de Justiça determinou que fossem designados mais de quatro profissionais para a equipe técnica do Juizado e três oficiais de Justiça. Essa determinação já foi cumprida? Caso ainda não tenha sido, quantos profissionais serão designados?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Eu teria que consultar o nosso Corregedor-Geral, o Desembargador Noeval, o qual poderá dizer especificamente essa questão do cumprimento dessa.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Qual a orientação do Tribunal de Justiça sobre a necessidade de representação nos crimes de lesão corporal de natureza leve?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Eu acredito que o Tribunal de Justiça tenha encaminhado juntamente à Vara da Violência da Mulher e, quando nos outros, há um pedido diretamente pelo Magistrado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queremos lembrar aqui que existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal de que em alguns lugares alguns juizados não estão sendo respeitados. Por isso que eu deixarei alerta. É muito importante a resposta a essa questão que a Senadora coloca.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Como o Tribunal fiscaliza o cumprimento da Lei Maria da Penha no que se refere à representação de algumas propostas de transação penal ou suspensão condicional do processo que contrariam a decisão do Supremo Tribunal Federal?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Essa fiscalização do Tribunal de Justiça é feita junto à 2ª Vice-Presidenta através dos juízes auxiliares do nosso 2º Vice-Presidente, que é o responsável por esta fiscalização.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Tomamos conhecimento também de que praticamente inexistem casos de tentativa de homicídio de mulheres no Paraná porque todas as denúncias são desclassificadas no juízo ou no Tribunal. Como a Coordenadoria está acompanhando isso? Que providências irá tomar para a correta aplicação da lei?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – A Coordenadoria está tomando conhecimento disso agora. Tenho certeza de que nós vamos estar atentos a essa questão e vamos tomar todas as medidas necessárias para aplicar a lei corretamente.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Que esforços está fazendo a Coordenadoria para viabilizar o serviço de atendimento às mulheres em situação de violência?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – A Coordenadoria está agora entrando em contato com todas as autoridades, como disse já no início da minha fala, para que juntos façamos um Conselho Estadual em relação à violência da mulher, para que apliquemos as questões práticas em relação a ela. Vejo que, como disse no início da minha fala, o principal é tentar fazer um trabalho juntamente com o agressor. A Coordenadoria está atenta a isso para que, quando aplicado, juntamente aos nossos novos juizados, tenha esse atendimento não só a vítima, como também o agressor.

É o caso do Juizado de Londrina, em que agora, em 30 novembro, foi assinado junto à Secretaria de Segurança um trabalho junto com o agressor e junto com a faculdade também, é feito um trabalho junto com o agressor. O pessoal aqui de Londrina está concordando, é um trabalho que está sendo desenvolvido e que está dando ótimos resultados porque, como disse, o que temos em mente? É como o câncer, todo câncer tem uma célula que começou mal, que se desenvolve e temos que cuidar da célula cancerígena, que é o agressor. Então, esse atendimento ao agressor é prioritário, não estamos longe dessa questão. *(Manifestação da plateia.)*

Também. Quanto ao apoio à mulher agredida, nós temos também essa questão levada ao Tribunal. Vejam, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como os demais, temos limitações para atuar. Nós precisamos ter conjunto, nós temos que ter pactos, nós temos que ter pessoas, outros órgãos que nos auxiliem para instituir a casa abrigo, o centro de reabilitação ao agressor. Todas essas leis, como disseram as nossas Deputadas e autoridades presentes, são maravilhosas, mas, para colocar em prática, precisamos urgentemente colocar em prática os seus artigos dentro das limitações, dentro das condições possíveis.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr^a Denise, ainda tenho algumas perguntas, mas estou sendo solicitada aqui. É claro que nem todas as perguntas talvez a senhora vá conseguir responder com mais informações. Essas perguntas deverão ser encaminhadas à CPMI, a gente dá aqui um prazo de até uma semana, no mais tardar, no final da semana que vem, mas que as respostas realmente possam ser com mais conteúdo.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Eu me comprometo, como disse, a encaminhar todas as respostas.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Eu vou ler. É importante que façamos aqui as perguntas para que

as pessoas presentes possam tomar conhecimento dessas perguntas.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Pois não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Depois, ao resultado das respostas nós daremos publicidade também através do site da CPMI.

Segundo os dados encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em 2011, foram julgados mais de 7 mil processos relativos a crimes contra as mulheres, sendo 60% amparados pela Lei Maria da Penha. Entretanto, apenas 5,5% desses processos da Lei 11.340 tiveram sentenças condenatórias. A que se atribui esse número baixo de condenações? Sessenta por cento dos crimes, apenas 5,5%, de acordo com a Lei Maria da Penha, foram condenatórios.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Veja, como sou coordenadora, não sou juíza sentenciante desses processos, eu não poderia lhe dar esses dados com precisão; apenas aleatoriamente. Então eu teria que consultar o magistrado designado para esse caso, pedir informações a ele, e ele me repassando eu poderia passar para a CPMI, porque eu não poderia falar em nome dele o porquê dessa questão porque ele é o juiz vinculado aqueles processos.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Possivelmente, deve ser o número insuficiente de profissionais, poucas varas... Deve ser isso.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Vai se feito o levantamento e com certeza tudo lhe será passado. Porque estamos com poucas varas, estamos com apenas uma, como foi dito anteriormente.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (DEM – SP) – Pelo levantamento apresentado pelo Tribunal de Justiça, 25% dos processos foram encerrados com prescrição ou decadência. Por que um percentual tão elevado de prescrição e decadência?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Será que não foi com a própria resposta que V. Ex^a deu agora, por falta de profissionais, de magistrados?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Pode ser, mas essa resposta nós queremos ouvir depois do Tribunal.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Pois não.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Em 2011, seis processos da Lei Maria da Penha foram concluídos utilizando a Lei 9.099, de 1995. Essa prática continua? Qual a orientação do Tribunal de Justiça sobre isso?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Acredito que não, acredito que não. É uma lei específica, não teria porque ser lei de juizados especiais, mas também vamos lhe informar. Todas essas questões, tenho certeza de que vamos responder satisfatoriamente. Peço perdão por não estar apta a responder a todas essas

questões, porque não estão afeitas a minha pessoa, mas sim aos juizados especiais.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Está bem.

Segundo levantamento do movimento de mulheres, são aproximadamente 2.222 casos de estupro registrados por ano no Estado, ou cerca de 30% de todas as ocorrências. Porém, apenas dez processos foram concluídos com apenas duas condenações. Esses dados estão corretos? Em caso afirmativo, qual o motivo desta discrepância entre o número de boletins de ocorrência registrados e processos concluídos? Há como apontar onde estão os entraves para resolução e condenação dos acusados?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Acredito que, com certeza, há como apontar onde estão os entraves e as soluções. A questão principal, se esses dados estão corretos, também não me foi passado para poder lhe afirmar. Farei o levantamento e lhe passarei com certeza.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Então, Dr^a Denise, quero aproveitar aqui que solicitamos que o Tribunal nos responda, porque os questionamentos iniciais que fizemos, os pedidos de informação, pelas informações que tenho, também não chegaram para nós... (Pausa.) Chegaram?

As perguntas, há um mês, nós encaminhamos alguns pedidos de informação, então essas informações já chegaram. Além dessas informações, se for possível, nos respondam a essas perguntas no prazo de uma semana, além daquelas perguntas iniciais que eu fiz com relação ao orçamento, com relação às maiores dificuldades que vocês enfrentam aqui para que a gente possa ter essas respostas completas.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Eu me comprometo, em nome do Tribunal de Justiça, a lhe enviar todas essas respostas até sexta-feira desta semana ainda.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Com certeza?

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos.

A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA – Obrigada, e, desculpe, só mais um detalhe: agora, no dia 10 de julho nós teremos uma reunião no CNJ quando será ouvido o Tribunal de Justiça nas questões referentes à violência contra a mulher, e já em mãos levarei a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Desembargadora Denise Krüger.

Queria justificar a ausência do Senador Sérgio Souza, que, durante toda a manhã e desde ontem esteve conosco. S. Ex^a foi convocado porque está se

reunindo agora à tarde o Conselho de Ética para a apreciação do processo contra o Senador Demóstenes, e ele não poderia estar ausente diante de uma decisão tão importante para o processo brasileiro, evidentemente, porque ele agora é membro titular do Conselho de Ética e o voto dele pode ser definitivo.

Queremos também agradecer à Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB, Dr^a Denise Krüger; anunciar a presença da Vânia Queiroz, da Associação Nós do Poder Rosa de Londrina; da Vereadora de Curitiba Noemia Rocha; e da Vereadora de Fazenda Rio Grande, Lirani Franco.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, queria lembrar aos representantes do Procurador-Geral da Justiça do Paraná que dividirão o seu tempo. Para cada instituição é determinado o mesmo tempo e deverão dividir o seu tempo de exposição. Parece-me que falará em primeiro lugar o Procurador Fábio Bruzamolín e em seguida a Dr^a Cláudia Martins, que disporão, juntos, de até 15 minutos, distribuindo o seu tempo, correspondendo a suas compreensões?

Peço que Dr^a Cláudia fique mais próxima para, em seguida, ocupar o seu tempo.

O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO – Exma. Sr^a Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, Deputada Jô Moraes, pessoa pela qual cumprimento os demais integrantes da Mesa, demais autoridades, senhoras e senhores, como já anunciado, farei uma introdução em relação a esta questão no Ministério Público e depois a Dr^a Cláudia fará suas breves considerações e estaremos a disposição para responder as perguntas que forem formuladas.

Esta área de gênero e de enfrentamento da violência contra a mulher já vem sendo trabalhada pelo Ministério Público há algum tempo no Centro de Apoio aos Direitos Constitucionais do Ministério Público do Estado do Paraná. Com o avanço dessas discussões, análise de uma série de questões envolvendo a temática, participação inclusive das técnicas do Centro de Apoio no auxílio aos trabalhos da CPMI, na integração na Rede de Defesa da Mulher, foram feitos vários estudos de avaliação da política no Estado do Paraná. A partir disso e da crescente discussão em relação à temática da violência contra a mulher e das questões de gênero como um todo, foi institucionalizado, no Ministério Público do Paraná, um Núcleo de Gênero e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que será o órgão responsável pela gestão do cadastro dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, por promover os cursos de capacitação e organizar dos próprios integrantes do Ministério Público do Estado do Paraná e por fazer a

gestão dos estudos necessários dessa área para garantir esse direito naquilo que compete às atribuições do Ministério Público do Estado do Paraná.

O Dr. Gilberto Giacoia, nosso Procurador-Geral de Justiça, participou hoje pela manhã da reunião com o vice-governador e não pode, infelizmente, comparecer aqui hoje em função de compromisso inadiável que ele já tinha no colégio de procuradores, mas, como os senhores se recordam, ele já deixou consignada a disposição do Ministério Público do Estado do Paraná em fazer as atividades e ações necessárias em parceria com seja o Governo do Estado ou com movimento social em relação a este grave problema da violência contra a mulher.

Então, a criação desse núcleo vai permitir, nos próximos dias, a organização desse cadastro previsto no artigo 26, inciso III, da Lei Maria da Penha, o *software* que é do Mato Grosso que desenvolveu a partir dos trabalhos da Copervideo, da Comissão Permanente da Violência Doméstica do GNDH – Grupo Nacional de Procuradores Gerais, um órgão do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais, já está disponibilizado no Ministério Público. Agora vai ser feita a coleta de dados e efetivação do cadastro. Acredito que no próximo mês isso já vai estar a disposição da sociedade paranaense.

Dr^a Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Cumprimento a Sr^a Presidente desta CPMI, como o meu ilustre colega já fez, e os demais Deputados presentes.

É uma honra e, na verdade, uma grande oportunidade estar aqui para divulgar vários atos que o Ministério Público do Paraná já vem envidando há mais de dois anos em busca da melhor efetividade ou em busca da efetividade da Lei Maria da Penha.

Eu gostaria de fazer uma retificação. Eu fui chamada de procuradora, não sou ainda, mas sou Promotora titular da Vara da Violência Doméstica em Curitiba há pouco mais de quatro anos.

O Dr. Olimpio, Procurador-Geral anterior, sensível à questão da Lei Maria da Penha, tão logo a vaga foi titularizada, imediatamente envidou esforços no sentido de que nós pudéssemos implementar aquilo que estava ao nosso alcance em termos de orçamento. Dessa iniciativa redundou que o Paraná participou, desde as primeiras reuniões, do desenvolvimento desse *software*, que redundou nesse material que o Mato Grosso do Sul licitou em primeiro lugar e passou, graciosamente, para os Estados atendendo a uma taxonomia. Explico: como o cadastro nacional está previsto de forma genérica no art. 26, tivemos a preocupação de unificar essa estatística do cadastro para que, efetivamente,

pudéssemos interferir em termos de propositura concreta de políticas públicas.

Então esse *software* demorou mais de um ano para ser desenvolvido porque ele contempla dados que não são só jurídicos, ele contempla dados de ordem antropológica, vale dizer que nos permite identificar no âmbito do Estado onde estão os focos de violência e quais as razões para que possamos, então, municiar o Poder Federal com dados aptos a serem utilizados de forma organizada. Então esse trabalho não foi feito no último mês; ele é um trabalho de mais de dois anos e, envolvendo dinheiro público, demanda licitação. O Paraná está nessa iniciativa desde seu nascedouro. Estamos com a expectativa de que ele seja implementado, o mais tardar, no mês que vem porque também houve a criação de um núcleo que vai chamar para si esse trabalho ante a dificuldade dos colegas que estão na execução, como eu na Promotoria, como os demais colegas que acumulam função, de alimentar esse cadastro, haja vista que é um cadastro bastante denso, bastante complexo, prevendo, como disse, dados que nos possibilitam interferir junto ao Poder Público federal e estadual.

Afora isso, o Ministério público do Paraná também tomou a iniciativa – eu sou o membro efetivo da Copevid e tive apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, tanto da anterior quanto dessa – para que nós imprimíssemos cartilhas que fazem parte da Campanha Nacional de Combate à Violência Doméstica. Essa cartilha é uma iniciativa também de todos os Estados e não só do Ministério Público do Paraná. Eu me sinto autorizada a dizer isso de público para os senhores porque nós temos reuniões bimestrais nos diversos Estados. A Copevid hoje tem vários enunciados e é ela que orienta, no âmbito dos Estados, a partir da iniciativa dos órgãos de execução dessa área especializada, ações mais concretas, porque a legislação, como os senhores sabem, é maravilhosa, mas entre implementar tudo que ela prevê e o nosso momento presente, há necessidade de iniciativa concretas que precisam ser fracionadas.

Então, nós temos esses encontros bimestrais, que redundaram nessa campanha nacional. O Ministério Público do Paraná já tem uma quantidade que é bastante tímida frente às nossas necessidades, mas já envidou esforços junto à Secretaria de Justiça, eu tenho a promessa da doutora de que nós muito em breve imprimiremos muito rapidamente isso. A nossa previsão, no primeiro momento, é a de que essas cartilhas estejam distribuídas nos colégios da rede estadual até o final do ano. Concretamente, fora do âmbito da Promotoria, em termos de trabalho processual, são essas

as duas iniciativas mais significativas que estão sendo realizadas no último ano e meio aproximadamente.

De concreto, ainda em prol da efetivação da legislação, nós temos o cuidado de manter um diálogo muito afinado com a Delegacia da Mulher. Cabe aqui, inclusive, um elogio público – a oportunidade não poderia ser desperdiçada –, que se faça o registro do esforço pessoal, em especial, da Dr^a Sâmia, lotada na Delegacia da Mulher há algum tempo.

Explico aos senhores o seguinte: já foi dito aqui que precisamos de capacitação para os profissionais da Maria da Penha. A fala parece óbvia, mas entre ser óbvia e nós conseguirmos efetivamente a manutenção dos profissionais que atuam na linha de frente – quando digo linha de frente estou dizendo literalmente de linha de frente, estou falando daquele profissional que recebe a mulher com o ânimo completamente alterado, muitas vezes lesionada, no plantão da delegacia de polícia –, assim como nós no Juizado que estamos fazendo com que a mulher reviva a história dela, muitas vezes testemunhando contra o ente querido, precisamos de capacitação e preparo e a capacitação e o preparo passam por estar familiarizado com o discurso de gênero. Isso para o operador jurídico não é muito fácil. Nós temos que ter esse grau de consciência. Embora o trabalho deságue em nós, nós não temos a ótica, muitas vezes, nem e a sensibilidade, não por má vontade, mas por pura falta de conhecimento, por estarmos familiarizados com a questão de gênero.

Atendendo a isso, eu gostaria de fazer o registro de que também há dois anos nós fizemos, em conjunto o Ministério Público e o Poder Judiciário – cabe o registro do elogio à pessoa da Dr^a Luciane Bortoleto, que muito se animou com a iniciativa, e tivemos integral apoio do Procurador-Geral – fizemos – repito –, dois anos atrás, um encontro para capacitação. Alguns operadores jurídicos participaram, mas muito menos do que nós esperávamos. Isso é o retrato da falta de familiaridade dos colegas.

Por favor, não entendam isso como uma acusação. Eu costumo ser repetitiva para aquelas pessoas que já me conhecem das reuniões, insistindo na necessidade de se afastar um pouco do discurso jurídico e se atentar para a peculiaridade do fenômeno da violência doméstica. Então, nesses termos, na questão da capacitação, também tivemos um encontro estadual dois anos atrás. Nesses encontros, nessas visitas à delegacia, a cada dois meses, nós temos a preocupação de identificar sempre o que está acontecendo, embora muitas vezes nós tenhamos repetição das queixas, das reclamações, da problemática de não termos pessoal que fique naquele espaço tempo suficiente para se familiarizar com a matéria. Embora muitas vezes nós não

tenhamos uma solução de imediato, nós estamos lá tentando isso e sempre nos propondo a fazer reuniões que algum tipo de luz traga para essa problemática.

Por fim, nós fizemos uma inspeção no Centro de Apoio pouco antes da criação do Núcleo, porque já era o Centro de Apoio dos Direitos Constitucionais, que vinha abarcando essa matéria pela afinidade da tratativa dos direitos humanos, nós fizemos uma visita ao Centro de Referência da Mulher, sempre com esse viés de achar soluções. O Ministério Público, a despeito de ter a incumbência maior de oferecer denúncias e fazer alegações finais e acompanhar toda a questão da persecução criminal em juízo, por vocação constitucional, tem essa destinação e esse olhar mais cuidadoso para a questão extrajudicial. Então, eu gostaria de fazer o registro do que foi feito, por força e iniciativa e ideal do Ministério Público, em especial, na Promotoria de Curitiba.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós pediríamos que aguardassem um pouquinho, Dr^a Cláudia e Dr. Fábio.

Fica mais fácil. A Deputada Rosane gostaria de levantar algumas preocupações.

A SRA. ROSANE FERREIRA – Rapidamente.

Uma das questões aqui levantadas, no meu modo de ver, é a ausência da tipificação da tentativa de homicídio contra mulheres. Não tipificar a tentativa de homicídio pode ser a diferença entre prever que o crime se concretize. Pode ser a diferença. Então, eu tenho três perguntas para lhe fazer.

Eu gostaria de proferir as três e aguardaria as respostas.

O que o Ministério Público pensa das desclassificações das denúncias de tentativa de homicídio para lesões graves?

Que providências o Ministério Público toma quando isso ocorre?

Qual a orientação do Ministério Público sobre a necessidade de representação nos crimes de lesão corporal de natureza leve e como o Ministério Público fiscaliza o cumprimento da Lei Maria da Penha no que se refere à representação e algumas propostas de transação penal ou suspensão condicional do processo, que contrariam a decisão do STF?

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Deputada Rosane, eu gostaria, primeiro, de situar os presentes no seguinte sentido; eu posso falar com toda clareza daquilo que fazemos na Promotoria e do que o Centro de Apoio do Ministério Público do Paraná tem como posicionamento claro, assertivo, a respeito disso.

Nós temos um problema, que é a questão legal de uma resolução que determina que a competência

no âmbito de Curitiba é fracionada. Então, na Promotoria e no Juizado da Violência Doméstica, nós fazemos todos os tipos de delito de violência doméstica contra a mulher, ressaltados os crimes contra a vida, consumados ou tentados.

Então, o que acontece? Nós temos essa tipificação do inquérito, mas eu não tenho a atribuição legal. O que eu faço? Eu encaminho para o colega do Tribunal do Júri. Por sua vez, o colega do Tribunal do Júri, o juiz do Tribunal do Júri, tem independência funcional e constitucional para decidir.

Eu gostaria de fazer um parêntese importante no seguinte sentido: nós temos uma questão que ultrapassa o ideológico, mas ultrapassa a familiaridade com a questão do gênero – vou insistir nisso – e o colega que, muitas vezes, está acostumado com o homicídio triplamente qualificado entre desconhecidos, não vai ter a mesma percepção do círculo da violência. Ele não vai entender que aquela tentativa branca, em que a mulher não chegou a ser machucada, efetivamente tinha dolo de homicídio.

Então, nós temos, efetivamente, esse nó, que é prático; ele nem é processual; ele é prático. Nós temos uma resolução hoje que separa a competência dos delitos contra a vida na forma consumada ou tentada. A partir do momento que o meu colega que atua na face dos crimes contra a vida tem o seu entendimento, eu não posso discordar do entendimento dele. Eu tenho autonomia dentro das minhas atribuições.

O que eu gostaria de colocar é que no nosso encontro, há um ano e meio atrás, essa foi uma coisa contra a qual nós nos insurgimos. A colega de Londrina, muito emocionada, levantou no plenário e disse: “Colegas, vocês precisam entender que os homens matam”.

Em Londrina se faz homicídio, se vai até o final do homicídio. Então, você consegue acompanhar com clareza, lastimavelmente, o início da ameaça e a escalada da violência até chegar ao final, enfim, que é aquilo contra o que a gente trabalha, que é a segurança da vida.

Em Curitiba, nós temos essa questão do nó e há muito pouco a ser feito quando nós temos divergência de entendimento, mas se explica porque nós não temos essa rubrica, essa tipificação jurídica no âmbito do Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher em Curitiba.

Eu espero ter respondido dentro do possível. Eu só gostaria de ressaltar que o centro de apoio ao criminal orienta os colegas, mas não pode se imiscuir na independência funcional de cada promotor tem esse posicionamento também.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Esse nó é desatável, Promotora? Nós precisamos que ele seja desatável.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Eu diria que toda resolução pode ser revista, mas seria muita ousadia da minha parte, Promotora de Justiça de primeiro grau, dizer que essa resolução vai ou não ser revista. Eu posso – insisto nisso – defender aquilo que nós pensamos. Essa matéria deveria estar conosco, mas neste momento ela não está.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PC DO B – MG) – O Deputado Dr. Rosinha também gostaria de fazer um questionamento.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Pois não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Serei bastante rápido.

Nós estivemos, pela manhã, visitando a Delegacia da Mulher. A delegada disse que 90% das mulheres que vão até lá pedem medidas protetivas, que devem ser dadas em 48 horas e acaba levando dois meses, em média, para serem atendidas. Bom, em dois meses, ou por um lado, ou por outro, geralmente já está resolvido.

Qual é a posição, o que tem feito o Ministério Público, que é a proteção constitucional da cidadania e dos direitos humanos? Como tem agido nessa situação o Ministério Público?

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Deputado, eu gostaria de esclarecer o seguinte: quando nós falamos dois meses, esse dado existe em termos de cumprimento da medida, mas ele não é regra. Quando a mulher vai à delegacia e pede medidas protetivas, normalmente é feito um termo da oitiva e um boletim de ocorrência. Isso vai, normalmente, no dia seguinte ou dois dias depois para o Juizado e é bastante comum que nós tenhamos despacho de concessão de medidas protetivas em 48 horas. Pelo volume que nós temos, eu gostaria que isso fosse visto com clareza. É um esforço sobre-humano que os colegas da magistratura que estão lotados lá fazem. Nós temos os despachos em 48 horas, no máximo, a partir do recebimento do boletim de ocorrência.

O que nós temos, que se traduz nesse número divulgado em dois meses, é o cumprimento do mandado de citação do ofensor. Aí nós temos um problema que esbarra na falta de oficial de justiça. Não é uma questão operacional nossa, operacional.

Então, o senhor pergunta: o que o Ministério Público faz concretamente? Eu vivo pedindo reuniões e fazendo reuniões com o Procurador-Geral alertando-o a sobre a necessidade que nós temos de gestionar junto ao Poder Judiciário, que é quem tem atribuição de

lotar oficial de justiça, para que aquela parte que não depende de nós possa ser cumprida. Não depende de nós nesse sentido, não podemos pegar o mandado e ir cumpri-lo. Ele não teria validade legal. A parte da rapidez do atendimento, isso posso dizer ao senhor que está sendo feito. E eu me orgulho de dizer isso porque é bastante esforço para o número que nós temos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A outra pergunta é: quantas denúncias a senhora apresentou em 2011 na Vara de Violência Doméstica

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Eu não sei dizer ao senhor o número de 2011, mas a média de denúncias mensais oscila entre 80 e 120 mensais. Eu não sabedoria responder ao senhor. Hoje nós temos perto de 1200 ações penais em andamento.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu perguntaria ao Procurador Fábio se ele gostaria de fazer algum comentário e só pediria um esclarecimento – me fugiu nos depoimentos: diante dessa resolução que cria essa dicotomia estranha no processo judiciário. Fugiu-me da cabeça.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Só uma observação. Quando a Doutora respondeu, a nossa Presidente interrompeu. Ela deu um número que é menor que 10% dos registros, dos processos.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – O senhor está se referindo a que processos? Eu gostaria...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Violência doméstica.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Na verdade, nós temos a questão técnico-jurídica propriamente. Há uma diferença entre o número de boletins de ocorrência registrados e o que vira inquérito, entre inquéritos concluídos aptos para a denúncia e o que efetivamente é denunciado ou será arquivado. Então, há números no meio disso. Nós não pegamos o boletim de ocorrência e o transformamos em ações penais.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Só quero dizer o seguinte: esses números foram solicitados pela CPMI a todos os Estados brasileiros, mas o Paraná não mandou. É justamente isso que nós queremos saber. Qual é a impunidade?

A Delegacia da Mulher hoje trabalha com 50% do quadro necessário de funcionários. Quando a Desembargadora esteve aqui, ela também disse que há necessidade de mais gente, agora com números oficiais.

O que ocorre? Registra-se o boletim de ocorrência – a própria Delegacia nos informou isso –, e é marcado o dia do primeiro depoimento, que nunca ocorre no momento, por falta de funcionário; só dez

dias depois. Imagine voltar dez dias depois para dar o depoimento do boletim de ocorrência que eu fiz hoje! Então, já não vai haver o mesmo número de depoimentos em relação aos boletins de ocorrência registrados. Está faltando funcionário. A mulher pode chegar a casa e dizer: “Eu registrei a queixa, porque você me bateu”. Pronto! Ele bate outra vez, e ela não volta mais nem dá seu depoimento.

Então, nós vamos fazer conclusões aqui, mas eu acho que o Estado brasileiro tem que resolver essa questão específica, pois é uma tragédia essa violência. Têm que responder tanto o Tribunal de Justiça como o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Legislativo menos, mas o Judiciário e o Executivo têm que responder imediatamente, apesar da falta de funcionário. Quando comparamos os boletins de ocorrência com as denúncias que chegam lá na frente, é muito pouco. Alguns se perderam pelo medo de voltar; outros se perderam pela pressão própria; e outros se perderam por falta de funcionário para investigar, e assim por diante.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Eu posso responder?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sim.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Eu gostaria de agregar mais um elemento que eu não trouxe ainda.

Apesar de haver um limitador de tempo, eu gostaria só de insistir nisto: o prazo não costuma ser de dez dias; o prazo é inferior a isso. Não é no mesmo dia – realmente não é –, mas é uma questão, normalmente, de dois, três dias. Há agendamentos para a mesma semana, no máximo para o início da semana seguinte, e, 48 horas depois, ela está com a medida protetiva, que é o que hoje o nosso contingente humano nos permite.

Eu gostaria de trazer alguns dados no seguinte sentido: a violência doméstica é um fenômeno bastante complexo, e nós estamos tratando de algo que está mexendo com o âmago da alma da mulher.

É muito comum que uma parte dessas mulheres, independentemente da obsolescência do nosso sistema, das nossas falhas, reveja a situação por diversas razões, desde a econômica até o medo, a pressão da família, a mudança pessoal, uma vez que há um problema grave de se ver como sujeito de direitos. Ela retira aquilo que nós chamamos comumente de queixa, mas que é a notícia crime e a representação, nos casos de ameaça, porque, no Paraná, nós não processamos lesão corporal leve mediante representação; nós tratamos dela como ação penal pública incondicionada. Esse foi um dos questionamentos que foram feitos. Então, no interregno entre lavrar o boletim e fazer o

agendamento, não é incomum – muito pelo contrário, é bastante comum – que, no dia da audiência, ela vá lá para dizer que não quer o processo. Portanto, as nossas audiências costumam ser muito longas porque nós ainda temos um trabalho de convencimento para falar da necessidade de ela nos autorizar a processar o infrator, principalmente na ameaça.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Procurador Fábio.

O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO – Deputada, também gostaria de fazer uma correção: sou promotor de justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Está bem. Promotor.

O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO – Rosinha tem toda a razão. O Estado brasileiro tem muito a avançar nessa área, sim. Essa é uma avaliação crítica feita inclusive pelo Ministério Público, com muita força e participação, porque temos que avançar muito nessa área. Precisamos reconhecer o que está sendo feito, mas temos que buscar os avanços, porque, entre a letra da lei e a realidade concreta que cada um vivencia ainda há uma distância muito grande.

Por exemplo, em relação a esta questão da necessidade de representação dos crimes de lesão corporal de natureza leve, a orientação do Centro de Apoio, antes da decisão do Supremo, antes daquela malfadada decisão do CNJ, era de que isso não fosse exigido, porque a interpretação mais consentânea com a Lei Maria da Penha é a desnecessidade dessa representação. Porém, cada promotor de justiça, na sua comarca, tem a sua independência funcional. Então, não quer dizer que, porque há essa orientação, há uma vinculação funcional para que assim ele proceda.

É claro que, se num mecanismo de recurso isso chega ao Procurador-Geral, se um promotor arquiva um inquérito policial e depois há um recurso, pode ser designado outro promotor. No entanto, o que eu posso dizer é que, por via de regra, isso não é feito no Ministério Público do Paraná. A grande maioria dos promotores não exige essa representação da vítima em caso de crime de lesão corporal de natureza leve.

Afora isso,...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– E quanto à resolução?

O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO – Antes disso, em relação à questão do núcleo, um dos objetivos é justamente fazer essa capacitação interna, para que esse assunto e outros dessa natureza possam ser melhor debatidos e compreendidos pela própria classe.

Em relação à resolução, que faz essa divisão de atribuições, a princípio não há nenhum óbice para que

seja alterada, dependendo do entendimento do Procurador-Geral de Justiça em relação à matéria. A única questão que tem que ser verificada é que os crimes dolosos contra a vida têm competência constitucional de julgamento pelo Tribunal do Júri.

Então, haveria dois modelos a serem seguidos: o promotor que já atua no Tribunal do Júri também atuaria nesses casos de crime dolosos contra a vida, em casos de violência doméstica que resultam em tentativa ou homicídio, ou seria o promotor vinculado aos juizados. Haveria até uma questão operacional de como seria feita essa alteração, mas isso pode ser discutido perfeitamente, conversado e totalmente modificado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– O.k. Essa é uma resolução da Procuradoria-Geral do Estado. Essa é uma questão, por ser um nó, importante...

O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO – O Procurador-Geral de Justiça pode fazer isso. Na verdade, o promotor da violência doméstica pode eventualmente atuar perante o Tribunal do Júri, se, entre as suas atribuições, isso for modificado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– O.k. Nós agradecemos.

Quer um esclarecimento?

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Eu gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É preciso ficar muito clara essa dicotomia, ao se transferir a responsabilização da tentativa de homicídio contra a mulher da Delegacia da Mulher para as delegacias de homicídios.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Eu vou tentar esclarecer algo. Há hoje uma resolução do Tribunal que impede que os crimes tentados ou consumados contra a vida sejam processados no juizado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Do Tribunal de Justiça do Paraná?

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Isso. O que o Procurador-Geral de Justiça pode fazer, como o Dr. Fábio explicou? Ele pode designar-me ou o colega titular do Tribunal do Júri para atuar nas duas varas – isso ele pode fazer –, mas ele não pode, por si só, decidir que aquilo que hoje o juizado da violência doméstica não tem competência para fazer, que é o crime tentado ou consumado contra a vida, que hoje é do Tribunal do Júri, seja de nossa responsabilidade. Isso ele não pode fazer. Ele pode designar os promotores, mas não pode alterar a competência da vara.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– O.k. Nós agradecemos e solicitaremos, com certeza,

a alteração dessa resolução, para que nós possamos, efetivamente, ... (*Palmas.*)

Agradecemos a contribuição dos promotores.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Deputada Jô, quero apenas solicitar aqui aos nossos representantes do Ministério Público que as respostas que nós não obtivemos dos pedidos de informação possam chegar dentro de, no máximo, uma semana, para que possamos analisa-las e finalizar o nosso relatório. Então, nós pedimos que vocês...

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Nós levaremos ao conhecimento do Procurador-Geral a necessidade da resposta dentro do prazo. Estará na mão de V. Ex^{as}.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Inclusive o número de processos da vara de violência doméstica.

A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS – Perfeito.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Certo?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos agora a palavra, com satisfação, à Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Sr^a Maria Tereza Uille Gomes, que disporá de até 15 minutos. Dr^a Tereza, isso poderá entrar nas polêmicas que até agora foram processadas nesta audiência.

Nossa Secretária de Justiça, eu gostaria antes, Dr^a Tereza, de registrar a presença da Vereadora Professora Josete, da Câmara de Curitiba, (*Palmas.*) da vereadora, Presidente da Câmara Municipal de Pinhais, Ivone Carvalho dos Santos, (*Palmas.*) do Vice-Presidente Márcio Kieller, da CUT, da Central Única dos Trabalhadores, e da Secretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Pinhais, Vilma Serra.

Com a palavra a nossa Secretária de Justiça, que disporá de até 15 minutos.

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Obrigada, quero inicialmente saudar a Presidente, Deputada Jô Soares, a Relatora, ...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG) – Quase Jô Soares, mas é Jô Moraes.

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Jô Moraes, desculpe-me, a Relatora, Senadora Ana Rita, e os membros da CPMI, Deputado Rosinha, Deputada Rosane Ferreira, Deputado Sérgio Souza, destacar também a honrosa presença da Deputada, que nos honra com a presença, Cida Borghetti, e ao cumprimentar os integrantes da CPI, que nos prestigiam com a presença, quero saudar cada uma das pessoas que aqui está e que nos distingue com essa honrosa presença, para tratar de um tema que é de absoluta relevância, as senhoras e os senhores, destacar também a presença da nossa equipe de trabalho, essa matéria no

âmbito da Secretaria é coordenada pelo Prof. Gediel, e tem na Vice-Coordenação a Regina Bley, quero agradecer todo o trabalho e empenho da nossa equipe e da Secretaria e de suas pessoas.

Muito do que poderia dizer já foi dito pelos nossos antecessores, em razão do tempo, tentarei ser absolutamente breve e objetiva.

Fiz aqui alguns rápidos apontamentos. Enfrentando a violência contra a mulher, nada mais estamos falando do que o sinônimo de violação aos direitos humanos da mulher. E a pergunta: Por que apesar da legislação vigente as mulheres continuam sendo vítimas de violência? Temos aqui o Paraná como um dos Estados que tem um elevado número de casos de violência contras as mulheres, mulheres que morrem, especialmente no Município de Piraquara e em alguns Municípios da região metropolitana. É o terceiro Estado brasileiro onde mais morrem mulheres.

E as três perguntas que nos foram colocadas pela CPMI: quais são as políticas que estão sendo implementadas? Primeiro, o que as autoridades aqui presentes, de forma individual ou conjunta, estão fazendo para reduzir a letalidade das mulheres? Quais as maiores dificuldades para o enfrentamento das violências contra as mulheres? Qual o orçamento para 2012/2013?

Falo pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos. É uma Secretaria que tem sob sua responsabilidade a interação direta com o Conselho Estadual da Mulher e muitas conselheiras estão presentes, tanto dos conselhos estaduais quanto dos conselhos municipais.

Entendo que a questão da violência vai tratar de duas frentes, uma delas é o acesso das mulheres às políticas públicas, isso é fundamental para a redução da violência, e, segundo, a necessidade de políticas públicas também em relação aos homens autores de violência, para que seja feita uma reeducação. (*Palmas.*)

Então, tratando dessa forma, eu gostaria de destacar que, no que diz respeito ao acesso das mulheres às políticas públicas, aqui no Brasil nós temos mais de 500 anos de história, e a história mostra que o descaso com o sistema educacional e principalmente com o acesso das mulheres ao sistema educacional, aos níveis mais elevados de ensino, fez com que as mulheres, por muitos e muitos anos, acabassem ficando dentro de casa, como donas de casa, naquela cultura de que deveriam servir ao marido e à família e, muitas vezes, não tiveram acesso à escolarização e ao trabalho em época própria. Essa é uma das grandes causas de exclusão das mulheres do mercado de trabalho e uma das grandes causas que faz com que a violência tenha altos índices. Portanto, nós podemos enfrentar a temática de políticas públicas mulheres,

primeiro, falando do sistema de Justiça, e, aí sim, a falta de estrutura própria em delegacias de polícia ou a ausência de casas abrigo, dada a necessidade de uma melhor estruturação. Nós podemos falar da atuação do Ministério Público, como já foi dito aqui pelos meus colegas antecessores de Ministério Público, e também em relação à estrutura do Poder Judiciário, em relação à necessidade de uma estrutura de equipe técnica. Ainda no sistema de Justiça, nós podemos e devemos falar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e aqui está presente a sua Defensora Pública Geral, Dr^a Josiane Fruet Lupion.

Eu diria que o Paraná é o Estado tem 20 anos de atraso na implementação da Defensoria Pública do Estado e que uma das maiores metas que nos foram colocadas para este quadriênio, no Governo, foi a regulamentação da Defensoria Pública do Estado do Paraná. E nos primeiros meses, frente à Secretaria, penso que um dos eixos estruturantes mais importantes foi o da discussão pública e aprovação nesta Casa de leis sancionadas pelo Governador, a Lei Orgânica que regulamenta a Defensoria Pública do Paraná.

Se hoje são apenas cerca de 30 pessoas que trabalham na Defensoria, com a abertura de concurso público, já em andamento, já aberto para 198 defensores, e mais de 300 pessoas da equipe técnica, nós vamos sair de uma estrutura quase inexistente de 30 pessoas abnegadas que vêm lutando pela Defensoria para mais de 700 pessoas que serão concursadas, com um orçamento de R\$46 milhões. Isso, sim, é uma forma de acesso às políticas públicas, que são destinadas às mulheres que são excluídas e que precisam ter acesso à Justiça.

Poderíamos ingressar no sistema de saúde, poderíamos ingressar na necessidade de acesso das mulheres às políticas públicas junto ao sistema educacional, junto ao trabalho, junto à área de desenvolvimento social. Em relação a isso, cada secretaria de Estado, seja secretaria de educação, de desenvolvimento social, de saúde, tem feito o seu papel.

Mas entendemos que é fundamental, na nossa Secretaria, ancorar dois eixos, um deles, violência contra a mulher encarcerada, isso não pode ser esquecido, porque a violência contra a mulher encarcerada, nós sabemos que a maior violação que temos de direitos humanos no Brasil é a violação dos direitos humanos da pessoa encarcerada. Isso reconhecido no âmbito do Ministério da Justiça, no âmbito da ONU. Por quê? Delegacias superlotadas, seja em relação a homens, seja em relação a mulheres, é violação, sim, flagrante de direitos humanos.

Em relação a essa temática, nós vamos pontuar muito rapidamente as ações que estamos fazendo e a

outra, que entendemos fundamental, que é a criação de cooperativas sociais para que as mulheres menos favorecidas tenham condições de trabalhar em sistema cooperativo no ano que é considerado o Ano Internacional das Cooperativas pela ONU, cuja legislação no Brasil, das cooperativas sociais, embora aprovada ainda carece de regulamentação, carece de implementação. E o Brasil, dentre noventa e poucos países, é um dos piores países em cooperativas sociais, que é uma das formas de garantia de renda e é um das formas de autonomia da mulher, para ficar independente, na questão econômica, do companheiro, do marido.

Por isso entendemos que são eixos estruturais, já estamos trabalhando, e esta semana ainda com uma reunião nesse sentido, para a criação regular da primeira cooperativa social para pessoas que estão encarceradas no sistema penitenciário. Mas estamos também, e até porque a Ocepar ainda não tem o registro de nenhuma cooperativa social formalmente aprovada pela Ocepar, então essa será a primeira cooperativa social.

Vamos também, juntamente com o Judiciário, a Defensoria, a OAB e todos os órgãos, criar cooperativas sociais de trabalho no Município de Piraquara, para mulheres. Por que para mulheres? Porque as mulheres são aquelas vitimizadas em razão da carência, morando em favelas, morando no Município de Piraquara que tem quase sete mil pessoas encarceradas. É o maior complexo penitenciário que nós temos no Estado. Talvez por isso os alarmantes índices de mortalidade de mulheres no Município de Piraquara.

Logo, o que queremos é aproveitar a passagem da CPMI para, juntos, construirmos um modelo de cooperativa social para regulamentar aquilo que falta no âmbito da legislação federal e da legislação estadual, e até mesmo destacar do orçamento, seja federal ou estadual, verbas. Até mesmo na Lei de Responsabilidade Fiscal, que destina verbas vinculadas à saúde e à educação, que nós tenhamos verbas vinculadas, sim, ao enfrentamento à violência contra a mulher, com percentuais para escolarização, para o trabalho, através de cooperativas sociais, e para a saúde da mulher, que acaba sempre tendo suas necessidades.

Acho que esses são realmente eixos estruturantes para além da questão de simplesmente denunciar na delegacia. É muito importante, mas muito além da denúncia feita na delegacia, nós precisamos trabalhar com eixos estruturantes que enfrentem a questão da violência em relação à mulher.

Mais do que isso, homens autores de violência. Talvez ainda não existam dados em relação à questão do número de homens que praticam infrações contra as mulheres no Brasil, porque cada Estado tem sua

peculiaridade, mas que são usuários de álcool, *crack* e outras drogas. Mas, pelo senso comum, nós temos absoluta certeza de que grande parte da violência doméstica que acontece dentro de casa, e quase 70% das violências que ocorrem contra a mulher são violências domésticas, em razão do uso do álcool, *crack* e outras drogas.

Então, nós precisamos enfrentar essa questão da política em relação às drogas para homens usuários, como forma de prevenção. E eu digo prevenir para não encarcerar, porque se não prevenirmos o uso do *crack* e do álcool, futuramente esses homens serão os nossos clientes no sistema penitenciário.

Razão pela qual a proposta que fazemos e trazemos aqui à CPMI é que já aprovamos, na Assembleia Legislativa, e por unanimidade, duas leis estaduais. Uma lei que permite a parceria do Estado, dos Municípios e de consórcios municipais com APADs, que são Associações de Proteção e Amparo à Drogadição, entidade sem fins lucrativos que, de certa forma, regulamenta essas comunidades terapêuticas que são importantes para suprir uma lacuna quando você não tem como encaminhar esse homem, porque na casa ele não pode ficar, perdeu o emprego, perdeu os laços familiares, mas precisa ter uma referência por seis meses, um ano, até que ele tenha condições de voltar ao convívio social. Então, para suprir essa lacuna, aprovamos uma lei estadual que nos permite essa parceria com as APADs.

O papel da Secretaria de Justiça seria o de definir a metodologia. Já estamos definindo a metodologia, discutindo junto com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, e, através desse conselho estadual, que é governamental e não governamental, junto com o comitê de saúde mental, que envolve várias secretarias de Governo, junto com o Governo Federal, que também tem um programa de enfrentamento ao *crack*, para que nós possamos, realmente, ir à causa desse problema.

A violência em relação às mulheres, ou contra as mulheres, é a consequência da ausência de uma política pública nesse segmento. E, além disso, cursos também de conscientização para homens, inclusive os homens encarcerados, como foi dito aqui pela Desembargadora Denise Krüger, homens encarcerados que precisam também ter cursos de reeducação para saber os malefícios que essa violência causa na destruição do lar.

E aí já estamos preparando cursos em CD para que eles sejam reproduzidos, não só esses cursos de reeducação, mas também os cursos de qualificação profissional e os cursos de educação formal, para que eles sejam produzidos e reproduzidos dentro dos presídios. E digo mais, Deputado, dentro das celas.

Se o problema é a mobilidade dos presos, então vamos identificar aqueles que cometeram violência contra a mulher e vamos dar cursos dentro das celas, com DVD, com TV, 90% das celas já têm TV, para que isso seja contado como remissão da pena pelo estudo.

Isso, sim, eu acredito que são ações integradas que nós podemos perfeitamente desenvolver, e desenvolver junto ao Centro de Referência da Mulher e tudo o mais.

Eu pediria um minutinho para que volte só a tela aqui

Algumas ações então.

Criação e estruturação da Defensoria Pública do Estado do Paraná como uma das medidas de enfrentamento à violência contra mulheres. Está em fase, agora, por conta da defensora pública a tramitação desse concurso.

Realização da conferência temática, o que fizemos o ano passado, junto com o Conselho Estadual da Mulher. Essa conferência apresentou, com a participação de quase 600 pessoas, governamental e não governamental, 142 propostas, com cinco eixos: autonomia econômica, educação inclusiva, saúde das mulheres, participação das mulheres em espaço de poder e decisão, e enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Em relação a cada uma dessas propostas, no relatório que encaminhamos hoje à CPMI, detalhamos ali de que forma nós as estamos trabalhando.

Mais do que isso, a realização da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres acabou levando a Brasília 113 representantes paranaenses, para participar da conferência nacional.

Implantação de serviço de educação e responsabilização para homens autores de violência. Nós firmamos um convênio com o Ministério da Justiça, para que funcione em Londrina, na 6ª Vara Criminal e Juizado Especial, com valor de 249 mil, em parceria com a Universidade de Londrina e também com o Município daquela comarca.

O trabalho do Centro de Referência da Mulher, que é um trabalho da Secretaria de Justiça e da Secretaria de Saúde, em parceria; todas as terças-feiras se reúnem junto ao Juizado Especial de Violência Doméstica de Curitiba, atendendo mulheres que foram vítimas de violência. Hoje tivemos oportunidade de apresentar o centro de referência à Senadora que nos acompanhou, Senadora Ana Rita.

Implantação de APADs, como disse, com aprovação da lei estadual para implantação desses espaços para enfrentamento à questão do álcool, *crack* e outras drogas, isso para os homens, como forma de prevenção.

Construção de casas abrigo para mulheres. É fundamental que elas tenham espaço digno. E aqui em Curitiba já existe um terreno, ali em Santa Felicidade, com uma área de 7,095 mil metros quadrados, onde é perfeitamente possível e queremos, vamos executar a construção de mais uma casa abrigo para mulheres. Não apenas a casa como espaço para refúgio, mas a casa como espaço de escolarização e qualificação profissional, e a casa com funcionamento de uma cooperativa social de trabalho para mulheres.

Assinatura de termo de cooperação técnica para funcionamento do Centro de Referência da Mulher e também a ampliação desse centro de referência, que é uma parceria com o Governo Federal da ordem de R\$227 mil.

A implantação do núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Esse também é um caso muito sério que temos aqui no Paraná, porque é região de fronteira, e nós temos, em razão de ser região de fronteira, a questão do tráfico de mulheres para prostituição. Então, o convênio com o Governo Federal para implantação do núcleo de enfrentamento, da ordem de R\$308 mil.

Oferta de curso de defensoras de direitos humanos. É um trabalho da Secretaria de Justiça com o Codih – Conselho Municipal de Direitos Humanos. São 50 vagas de capacitação para líderes comunitárias mulheres, para que elas possam propagar a questão dos direitos humanos dos Municípios.

Além do que, o trabalho do patronato, que atende os egressos do sistema e seus familiares, como forma de apoio.

Pode passar.

E, por último, política para mulheres encarceradas. Nós fizemos o levantamento de 2,5 mil pessoas encarceradas no Estado do Paraná. Nós chegamos ao número de 300 pessoas encarceradas condenadas por tráfico de drogas, mas que estavam com três ou quatro gramas de *crack*, e isso não deve ser considerado tráfico. E aí muitas mulheres nessa situação. Muitas mulheres com filhos pequenos que estão longe da família, por determinados crimes que, se bem fôssemos verificar a legislação, que é o Código Penal, a sua Parte Especial, que está em vigor há 70 anos, muitas não deveriam estar. Em razão disso, fizemos propostas via Conselho Nacional de Secretários de Justiça, colegiado esse que preside atualmente, levando ao Ministério da Justiça, através da Secretaria de Assuntos Legislativos, levando a alguns líderes, a alguns parlamentares, levando ao Presidente do Supremo Tribunal um elenco de medidas necessárias, entre as quais, as propostas de alteração legislativa.

Neste País, é muito mais grave a pena de quem furta do que a pena daquele que lesiona corporalmente

uma vítima; é muito mais grave a pena de quem comete um roubo do que a pena de quem comete lesão grave, em que a vítima fica mais de 30 dias impossibilitada de desenvolver qualquer atividade. Então, esse descompasso e essa desproporção precisam ser corrigidos, como também a questão da pequena quantidade das drogas. E mais, um lugar digno para que as mulheres encarceradas que estão em delegacias de polícia, no interior do Estado, superlotadas, tenham condições de ter um espaço digno.

Estivemos, agora, em Londrina, discutindo com vários juízes e promotores daquela região a implementação de um pacto que firmamos no nosso Estado, entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e as três instituições essenciais à Justiça – OAB, Ministério Público e Defensoria Pública –, que é a criação de uma metodologia diferente: a Apac.

A Apac é um modelo que existe em Minas Gerais, por meio do qual não existe policial militar armado dentro do presídio e cujo índice de reincidência final é de apenas 9%. É um modelo de gestão diferente em execução penal, mas que dá certo e que dá resultados, e muito mais digno do que aquilo que estamos vendo por aí.

Então, nessa linha, o que estamos fazendo com as mulheres encarceradas? Educação e profissionalização, investimento maciço, saúde, todas as mulheres que estão em delegacias de polícia do interior...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr^a Tereza!

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Já encerro, já encerro.

... foram visitadas, nas delegacias, numa parceria com a Secretaria de Saúde, para verificar as questões de saúde. Isso é fundamental.

Então, a implantação das APACs, o levantamento da situação jurídica das mulheres... Enfim, encerro, dizendo que, para nós, é extremamente importante a vinda da CPMI da Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, por entendermos que a solução para um problema dessa magnitude – que é tão complexo, que transcende o Governo, que transcende as instituições – está, sim, na união e na colaboração de todos, independente da coloração partidária, mas por uma causa muito importante, que é a causa da defesa dos direitos humanos, é a causa da defesa à dignidade da mulher. E as ações conjuntas têm condições de implementação, com o apoio da CPMI.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Aguarde só um pouquinho, porque a Deputada Cida Borghetti gostaria de fazer uma pergunta.

Pediríamos certa rapidez, pois temos de escutar, ainda, duas instituições do Estado e as representantes da sociedade civil, em número de quatro. E temos de encerrar às 18 horas.

Pediríamos, então, uma resposta, com rapidez, já que a senhora...

Está bom. Bem rapidinho.

A Deputada Cida Borghetti...

Não, Deputada pode fazer as suas loas, com toda certeza.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP – PR) – Inicialmente, quero cumprimentar esta CPMI, na pessoa da nossa Presidente, a Deputada, minha colega, Jô Moraes, que julgo ser uma das mulheres mais sofridas e mais sábias da Câmara Federal; cumprimento a Senadora Ana Rita, minha colega – estivemos há meses, em Genebra, representando o Brasil, na conferência mundial sobre política para as mulheres – e que tenho certeza de que fará um relatório importante para a sociedade brasileira e importante para a defesa de todas as mulheres brasileiras; cumprimento o meu colega Deputado Dr. Rosinha, que, assim como eu e como a Deputada Rosane Ferreira, estivemos nesta Casa – eu, oito anos; a Rosane, quatro; e o Rosinha também. Fomos Deputados Estaduais e, aqui, pudemos ajudar o Estado do Paraná a promover o bem comum –; e gostaria de saudar a Secretária de Estado, Dr^a Maria Tereza Uille Gomes, mulher pela qual tenho amizade, respeito e admiração. Tenho certeza, Dr^a Maria Tereza, de que a senhora nos deu, aqui, uma aula de como o Paraná trata as mulheres, através da Secretaria da Justiça.

A senhora nos colocou muito bem. Apenas gostaria de fazer uma pergunta, a título de contribuição, uma vez que a senhora já a tenha colocado, na sua explanação.

Assim como muitas mulheres que aqui estão – vejo voluntárias e ativistas, como a Elza Campos e a Deputada Elza Correia, que esteve conosco e que brigou muito para isso –, participei para que as casas abrigos de Curitiba, de Londrina, de Maringá, de Foz do Iguaçu, de Cascavel fossem uma realidade. Pude inaugurar estas casas, Curitiba, Maringá, Londrina; não pude ir a Foz e nem a Cascavel, mas pude participar e sei da importância dessas casas para atender às mulheres e às famílias vítimas de agressão.

Nesse sentido, gostaria de, aqui, fazer uma pergunta.

Hoje, o Paraná conta com 399 Municípios, e temos apenas cinco casas abrigos. O Paraná assinou um pacto que prevê a construção de mais 19 casas. A senhora fala da construção em Curitiba, no bairro de Santa Felicidade, que é oportuna e própria. Mas

gostaria de lembrar que, para Ponta Grossa, em 2008 – se não me falha a memória –, já houve a destinação de uma verba para a construção de uma casa abrigo, porém, essa casa abrigo de Ponta Grossa não está no cadastro das casas abrigos do Paraná. Queria saber se foi inaugurada, se funciona, quantas mulheres foram atendidas e como está o planejamento dessas 19 novas casas de proteção e atenção às mulheres e também às suas famílias.

Concordo com o que a Dr^a Denise Krüger muito bem colocou, aqui, no início. Aliás, discutimos sobre o tratamento para o agressor. O agressor precisa de ser cuidado. Não adianta nós cuidarmos das mulheres, e tão somente; é preciso cuidar também do agressor, por meio do que a senhora falou, da saúde mental, que acredito que seja um programa eficiente.

Também quero lembrar, Dr^a Maria Tereza, que a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem uma nova normativa de abrigamento para essas mulheres vítimas. Seria oportuno que esta Comissão, ou a senhora mesma, fizesse uma visita a essa Secretaria, ou à sua assessoria, para saber qual é essa nova tratativa do modelo novo de abrigamento para as mulheres vítimas, o que não sei e que acho que nem a Deputada Rosane sabe ainda.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só aguardar. Para ser mais rápido, a Deputada Rosane fará a pergunta, e aí a senhora responde.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Muito rapidamente.

Dr^a Maria Tereza, será efetivamente criado o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher na Defensoria Pública, recentemente implantado? Será criado o Núcleo de Defesa?

Também gostaria de ver o seu posicionamento com relação à necessidade de criarmos o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher por lei, e não por decreto, como hoje é feito. *(Palmas.)*

E eu falo isso, rapidamente, porque estava nesta Casa e enfrentei inúmeras dificuldades para que, na legislatura passada, o Conselho efetivamente funcionasse. Então, é nesse sentido que eu quero sentir a sua sinceridade com relação a essa questão, para que seja uma política de Estado, e não uma política de Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu só queria lembrar, Dr^a Tereza, que a Defensora Pública é a próxima a ocupar esse lugar aí. Então, relativa à questão da Defensoria Pública, ela poderá falar. O Deputado Dr. Rosinha também vai levantar algumas questões.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – São duas coisas bastante rápidas: uma delas é que foi dito, da Defensoria Pública, que vai ser realizado concurso. Quando serão chamados? Isso é importante, porque, senão, o candidato passa, o prazo de dois anos para chamar expira, e aí depois não adianta; a outra questão, Dr^a Maria Tereza, diz respeito à sua secretaria, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Quando que a Secretaria da Justiça, junto com o Ministério e com a Secretaria de Saúde, vai criar um centro de referência para o aborto legal, o que no Estado do Paraná não há? Isso é importante. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Dr^a Tereza.

Eu solicitaria que seja sucinta, para que nós possamos dar continuidade.

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Pois não. Inicialmente, respondendo às indagações da Deputada Cida Borghetti, que também é uma entusiasta desta matéria – nós temos tido várias conversas a respeito, em relação à casa abrigo, o Projeto da Casa Abrigo é um projeto não só da Secretaria de Justiça, mas também uma parceria com a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social, que demanda uma parceria com os Municípios. Vários Municípios já nos procuraram, sim, inclusive com a formação de consórcio municipais.

A Presidente do Conselho Estadual das Mulheres, que é a Teresinha, na última reunião do Conselho Estadual, inclusive, ela disse que tem um mapeamento que quer trazer esse mapeamento das cidades que deveriam ser priorizadas, em razão de um diagnóstico que foi feito.

A nossa preocupação com a Secretaria de Justiça é com a metodologia a ser adotada na construção, usando construção de casas populares de 61 m² que podem ser feitas via companhia habitacional com custo muito mais simples e execução muito mais rápida. A grande dificuldade na construção das casas abrigo, às vezes, está na questão da arquitetura e da engenharia. Então, estamos com um projeto simples – até o trouxemos aqui, mas, em razão do tempo, não é possível mostrar –, casas com alojamento coletivo e espaço para a escolarização e atendimento à saúde e cooperativa social. Já temos o custo e a programação para a sua efetivação. Até o próximo mês, já estamos com convênio fechado com a Companhia Habitacional do Paraná para essa execução. Aí sim atenderemos à demanda de casas abrigo.

No que diz respeito ao Conselho ser criado por lei, eu acho que a Deputada tem toda a razão. Não só esse, mas todos os conselhos estaduais deveriam ser criados por lei. Na última reunião que tivemos do

Conselho Estadual das Mulheres, nós discutimos isso. Inclusive, discutimos a composição para que o número fosse um número adequado para que as reuniões efetivamente se realizassem. Houve uma aprovação unânime em relação ao número de componentes, de integrantes, de ser governamental e não governamental, de ser através de projeto de lei. Já foi constituída comissão e já estamos praticamente com o anteprojeto pronto para referendar no Conselho Estadual e encaminhar, via Governador, para a Assembleia Legislativa. Não apenas do conselho Estadual da Mulher, mas todos os conselhos estaduais que são vinculados à Secretaria de Justiça e que foram criados por decreto e não por lei. Já estamos terminando de fazer a revisão de toda essa legislação.

No que diz respeito à questão da Defensoria, ao Núcleo de Atendimento e à finalização do concurso, início e término, eu deixo por conta da Dr^a Josiane, que é a Defensora Pública Geral, que tem independência e autonomia para tanto.

No que diz respeito ao centro de referência para o aborto legal, também há uma tratativa junto à Secretaria de Justiça, mas junto à Secretaria de Saúde para que essas linhas possam ser implementadas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Secretária.

Nós passamos agora a palavra, sem antes deixar de anunciar Sandra Dolores, Presidente da Fênix – Ações pela Vida, e Sueli Galhardi, Secretária Municipal da Mulher da Prefeitura de Londrina.

Passamos a palavra agora à Defensora Pública Dr^a Josiane Fruet Lupion.

A SRA. JOSIANE FRUET BETTINI LUPION – Boa tarde a todos. Boa tarde. Cumprimento as autoridades da Mesa. Quero deixar, desde logo, registrado que eu não recebi esse requerimento de informações que o Secretário Antonio me passou agora, solicitando informações referentes ao número de mulheres atendidas em causa relativa à violência doméstica familiar, violência sexual, assédio moral e outras formas de crime de gênero, datada do dia 14 de março.

Eu só recebi realmente a convocação, no dia 12 de junho, para estar aqui hoje. Então, ele me passou uma cópia, vai dizer quem recebeu, porque qualquer documento que chega na Defensoria Pública, recebido na portaria, é entregue na minha sala. Então, eu abro todas as correspondências. E essa aqui, efetivamente, não chegou para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos verificar o que houve e para onde foi encaminhado, porque essa é uma questão que fazemos. E a senhora viu com que prazo enviamos...

A SRA. JOSIANE FRUET BETTINI LUPION –

Vi sim.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– ...exatamente para que desse tempo de as instituições poderem se preparar. Nós vamos verificar, mas tomamos a palavra da senhora como a verdade aqui estabelecida.

A SRA. JOSIANE FRUET BETTINI LUPION –

Muito obrigada.

A Defensoria Pública foi regulamentada no ano passado, no dia 11 de maio, pelo Governador Beto Richa. Estou na Defensoria Pública há mais de 28 anos, antiga Procuradoria de Assistência Judiciária; e depois Assistência Judiciária da Secretaria de Justiça; depois Defensoria Pública. E agora, a estruturação dela, no ano passado.

Nós estamos já com as inscrições do concurso abertas. A prova será no dia 5 de agosto. E nós já temos, Deputado, a data da nomeação desses defensores – inclusive espaço reservado. Amanhã, vamos verificá-lo –, no dia 22 de maio do ano que vem. Eles estarão sendo nomeados e nós já estamos reservando espaço para receber os 197 defensores públicos que realmente vão atuar na violência doméstica contra a mulher.

Hoje a Defensoria Pública conta com dez defensores públicos que tiveram sua opção homologada pelo Governador. Nós temos uma defensora que atua na área de família; duas defensoras que atendem a área civil; um subdefensor; o corregedor atende o júri; e os outros atendem a área criminal. Temos 150 assessores de estabelecimento penal, atuando nas penitenciárias estaduais, não em todos os distritos policiais do Estado, mas na capital, a maioria deles. Na região metropolitana, estamos fazendo um mutirão com alguns assessores, indo às delegacias, tentando fazer o trabalho junto aos encarcerados daquela região metropolitana.

Com relação à violência contra a mulher, posso dizer assim: eu tenho, há muito tempo, desde que sou com essa Defensoria regulamentada e estruturada e com uma Defensoria não apenas para ajuizar ação, mas efetivamente para levar cidadania a essas pessoas que não têm condição alguma de constituir advogado e sequer têm condição nem de saber quais são seus direitos; tenho cartilhas prontas para serem impressas. Então, logo teremos o número suficiente de defensores para atuar nos núcleos de atendimento à mulher, vítima de violência, já previsto na nossa lei complementar.

Temos uma cartilha sendo elaborada para ser distribuída no Dia da Não Violência contra a Mulher, que é no dia 26 de novembro. Já estamos elaborando um grande movimento com relação a isso. Nós participa-

mos, fizemos um trabalho junto às ruas da cidadania de Curitiba e levantamos alguns dados que realmente não tínhamos.

Por exemplo, nós terminamos o trabalho nas dez regionais na semana passada. Levantamos uma situação que não tinha chegado na Defensoria, ao longo desses 28 anos em que trabalho lá: são os filhos dessas mães, dessas mulheres vitimizadas nos procurando nas regionais, pedindo pelo amor de Deus para sair daquela mãe, daquele pai, porque o pai bate na mãe; a mãe bate no pai; é uma briga entre eles. Existe situação em que o pai chega em casa e pergunta para a mãe: “Você trouxe a droga que eu pedi para você buscar naquela região tal, na rua tal?”, e, como ela não foi buscar, ele espanca a mulher. O filho corre para o vizinho. Então, recebemos isso de duas regionais aqui, que foi a Cajuru e a CIC. São regionais pesadas. Nós já tivemos um grande número de atendimento na área criminal nessas duas regionais.

Estamos atendendo esses filhos que estão nos procurando com esta situação nova, porque não tínhamos recebido este tipo de informação ao longo desses anos todos: as crianças reclamando dos seus pais, pedindo para ir morar com o vizinho, pedindo para ir morar com os avós, pedindo para ir morar com estranhos, porque não querem ficar mais naquela situação com o pai e a mãe. E pensei, eu aqui comigo: se essas crianças não saírem desses pais, elas vão se tornar violentas, elas vão ser os futuros agressores.

Primeiro, pensei num trabalho de enfrentamento da violência contra a mulher, porque o filho homem vê o pai bater na mãe e pensa: “Ah, deve ser normal isso aí”. Eu vou bater na minha mulher. A filha vê a mãe ficar quieta, por motivos que ela não sabe quais são, e diz, na sua fase adulta, quando está como o seu companheiro, com o seu marido: “Bom, se a minha mãe apanhava e ficava quieta, então é para eu apanhar e ficar quieta também”.

Então, nós estamos imaginando fazer um trabalho de atendimento iniciando nas escolas públicas, mostrando a essas crianças qual é a realidade que as espera daqui a uns anos se elas começarem a praticar porque o pai pratica. Acho que o agressor deve ser tratado, mas, em primeiro lugar, a mulher vítima de violência tem que se prevenir dessa agressão. Temos que fazer este tipo de política: ela tem que saber como ela vai fazer para não ser agredida, porque isso não é normal. Para o agressor tem a cadeia, minha gente, ele tem que ir preso; ele agride, ele tem que ir preso. A mulher fica sequelada aqui fora. Ela fica sequelada fisicamente, mentalmente, psicologicamente e ela transmite isso para os filhos. E é isso que temos que combater.

A ideia da Defensoria, além do atendimento à mulher vítima de violência, é atender esses filhos dessas mulheres vítimas de violência. Nós não temos previsão de núcleo de atendimento à criança vitimada neste sentido. Nós temos da criança, do adolescente infrator, mas não esse tipo de núcleo. Tão logo haja a nomeação dos 197 defensores, nós estamos já criando esse núcleo, sem deixar de esclarecer que a Defensoria já faz um atendimento, apesar de muito precário, um atendimento tímido, ela faz esse atendimento à mulher vítima de violência ao longo desses anos. Elas não chegaram a nós através do Juizado da Violência Doméstica, elas chegaram esparsamente. Elas vêm até a Defensoria e, quando contam por que estão se divorciando dos seus maridos, contam quantos estupros elas sofreram daquele companheiro ou daquele marido, quantas agressões elas sofreram e quanta vontade tiveram de matar, esquartejar esses maridos. Aí eu pergunto assim: por que as senhoras não vieram antes aqui? Por que, no primeiro tapa, não procuraram a Defensoria Pública? “Ah, nós não sabíamos que tinha”. Então, a Defensoria Pública só vai realmente mostrar a essa população do Paraná por que ela existe no ano que vem, Senadora, quando tivermos os 197 defensores, porque hoje nós não temos condição, com 10 defensores, de fazer esse trabalho.

Estou juntando toda essa documentação, toda essa informação. Preciso de defensores, Senadora, que tenham perfil para esse tipo de atendimento. Porque eu tenho defensores que atendem área cível, minha gente, e não atendem a área criminal, não atendem a área de família, eles não têm paciência para ouvir a mulher reclamar. Então precisamos de defensores que sejam voltados a essa área. E só com um número suficiente de defensores é que vamos poder criar um núcleo de atendimento, porque teremos condição de separar qual é o defensor que é voltado ao atendimento da mulher vitimada, qual é o defensor que se enquadra neste perfil. Não é qualquer um. Eu, por exemplo, gosto desse atendimento, eu ouço, dou a maior atenção.

Senadora, é um desafio. Mas é um desafio pelo qual já esperei tanto tempo. É muito bom, é muito bom. A Defensoria não veio, como eu disse, só para a propositura de ação. Ela veio para muito mais, para além disso. Nós nos sentamos, atendemos o cliente e dizemos: olha, daqui a um mês é a sua audiência, então nos procure aqui. Nós não fazemos só isso. A partir do momento em que a mulher, a criança ou o homem chega com algum problema jurídico, nós vamos muito mais, além disso. É esse o trabalho que a Defensoria faz.

Espero, no ano que vem, vocês estarem aqui, nessa época já, e eu já mostrando o trabalho brilhante que a Defensoria vai fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, defensora. Como a senhora está iniciando o trabalho, todos os outros questionamentos, os que foram enviados com antecedência, nós vamos reenviar para a senhora e aguardaremos o bom trabalho que a senhora tem vontade de realizar ali. *(Palmas.)*

Passamos a palavra, neste momento, para a representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná, Sr^a Mara Cristina, que terá até 15 minutos.

A SRA. MARA CRISTINA FERREIRA – Boa tarde a todos. Trago aqui um abraço da nossa Secretária Fernanda Richa. Venho representando esta Secretaria para falar um pouquinho do que a assistência social aqui no Estado do Paraná pode contribuir para o atendimento desta mulher vítima de violência.

Antes de iniciar o processo da apresentação, gostaríamos de fazer uma apresentação da nossa Secretaria, por quê? A nossa Secretaria está fazendo nesta semana um ano de existência. A Assistência Social no Estado do Paraná não tinha um comando único e este Governo, ao implantar a Secretaria, retorna ao trabalho de organização e de consolidação do Suas – Sistema Único de Assistência Social no Estado do Paraná. Sabemos do relevante trabalho das equipes técnicas deste Estado, até então, neste trabalho de consolidação, mas sabemos também que a gestão numa secretaria própria da Assistência Social vai trazer e vai reverter em um quadro de maior sucesso desses nossos trabalhos no âmbito do Estado.

A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social é composta por quatro coordenações: a Coordenação de Gestão do Suas, a Coordenação da Renda e Cidadania, a Coordenação da Proteção Social Básica e a Coordenação da Proteção Social e Especial, da qual sou coordenadora neste momento.

Os nossos trabalhos envolvem atualmente a consolidação do Suas, no Estado do Paraná, no assessoramento aos Municípios na gestão dos programas dos serviços e dos benefícios socioassistenciais no Estado. Além dessa política de assistência social, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social também é responsável pela política de defesa da criança e do adolescente.

Os nossos trabalhos dentro da Coordenação da Proteção Social e Especial, que têm uma rede de serviços que vem ao encontro ao trabalho de atendimento às mulheres vítimas de violência, têm dois âmbitos de complexidade. A primeira é a complexidade média. A média complexidade é o serviço da assistência so-

cial que é extremamente necessário no momento da identificação de uma violação de direitos. É um equipamento a que chamamos de Centro de Referência Especializado da Assistência Social, que trabalha no sentido de garantir acesso a outras políticas e garantir direitos a pessoas e famílias com direitos violados.

Vamos ver a rede que temos no Estado do Paraná desses equipamentos. E nós, da Coordenação da Proteção Social e Especial, temos como uma das diretrizes o fortalecimento desta rede no Estado do Paraná. Nós sabemos que esses Centros de Referência de Assistência Social especializados podem ser a porta de entrada para as denúncias de violação contra as mulheres e podem trazer, além desse acolhimento, também os serviços necessários de prevenção a essas violações nas comunidades e Municípios onde estão sendo desenvolvidos. Além da média complexidade, nós temos a alta complexidade, que são serviços relacionados ao abrigo, abrigo também de mulheres em situação de violação.

Agora vamos apresentar um pouco para vocês como está referenciada a nossa rede no Estado do Paraná. Esse mapa vem mostrar – ficou um pouco pequeno –, que são os pontos em vermelho, as unidades de Centro de Referência de Assistência Social no Estado. São em número de 122, abrangendo 110 Municípios.

Pode passar, por favor.

E aqui o rol de atendimento que este centro realiza. Identifica as violações, encaminha para os abrigos apropriados, presta atendimento social, psicológico e jurídico, porque a equipe desses centros de referência é composta por assistentes sociais, psicólogos e o advogado, para fazer o encaminhamento das questões de violação de direitos.

Também essa equipe tem a atribuição de desenvolver programas de orientação em acompanhamento familiar. Então, no sentido da prevenção dessas violações onde estão colocados esses equipamentos.

Desenvolver programas voltados para o atendimento aos agressores. Eu vi que essa foi uma das temáticas mais explicitadas hoje nessa nossa plenária. E esse equipamento tem essa função também de realizar o atendimento aos agressores.

Desenvolver programas voltados para a prevenção, como já falamos, e notificar os casos de violência também contra as mulheres.

Nós temos grandes desafios nesta rede aqui no Estado do Paraná. Depois falaremos também um pouco das nossas ações para enfrentar esses desafios com relação a essa rede de Creas.

São equipamentos geridos pelos Municípios e são equipes com alta rotatividade no atendimento.

Então, esse é um dos desafios para implementar essa rede, uma rede que seja segura e eficiente no trabalho das violações de direito.

Aqui trazemos um pouco do panorama desses equipamentos no Estado do Paraná, lembrando que todo Município que não possui Creas, hoje, deve possuir uma equipe de referência em atendimento de proteção social especial. Além disso, essas violações, muitas vezes, chegam a partir dos nossos Cras, que são os Centros de Referência de Assistência Social no Município, que hoje são em número de 541.

O que as equipes dos Cras nesse momento podem realizar, em termos de atendimento? Vão acolher essa família, fazer a notificação também dessa violação e encaminhar para a rede de serviços que podem dar o suporte que o Creas, nesse momento em que não existe, poderia estar dando.

São 541 Cras; temos uma abrangência hoje de 395 Municípios; 122 Creas em 110 Municípios e 5 abrigos em 4 Municípios.

Colocamos lá embaixo também os Centros de Referência da Mulher por quê? Nós temos uma característica no Estado em que alguns desses Centros funcionam junto com algum Creas ou com algum serviço especializado da assistência social. Então, nós colocamos ali também.

Pode passar, por favor.

Essas são metas evidenciadas já em um plano de governo e elas não dizem respeito somente à nossa Secretaria, mas a uma ação intersetorial do Governo Beto Richa. A primeira delas é estruturar e potencializar as redes de proteção intersetoriais voltadas às mulheres em situação de violência doméstica, nos âmbitos regional, estadual e municipal.

Somente nos próximos dois meses, nós teremos duas capacitações que estão sendo realizadas: uma pela saúde; outra, pela educação, no sentido de organizar essa rede de proteção local e regional com profissionais de Municípios, com profissionais dos nossos escritórios regionais, que também são as nossas equipes de base próximas aos Municípios para esse assessoramento.

A segunda meta é estabelecer parceria com os Municípios para a estruturação das unidades de acolhimento. Essa necessidade é uma das necessidades que também ficaram muito evidentes aqui na plenária e, para nós, também é muito claro. Estamos, em conjunto com a Assejur, organizando como iremos implementar esses abrigos com todas as prerrogativas próprias do atendimento em abrigos para mulheres, mas também prevendo quais são as principais áreas do Estado que necessitam disso. Depois vamos falar um pouco sobre o que está em andamento... *(falha na*

gravação.) ...tem o principal objetivo de reorganização de acolhimento dessa rede no Estado que hoje, como todos bem sabem, está extremamente centralizado em Curitiba e região metropolitana. Então, uma das metas deste trabalho de acolhimento desta Comissão é a gente reordenar os serviços de acolhimento no Estado descentralizando essas unidades.

Desenvolver ações interministeriais. Como nós já falamos, uma mulher em situação de violência não precisa somente de abrigo, ela precisa primeiro de abrigo, mas ela também precisa de políticas públicas que tragam a segurança para ela sair dessa situação de violência doméstica e possa enfrentar o seu cotidiano criando os seus filhos e construindo um projeto de vida para ela.

Pode passar.

Ações em andamento.

Nós temos o Programa Família Paranaense, falamos um pouquinho dele hoje pela manhã, o objetivo desta ação é uma ação intersetorial de acesso a políticas públicas. Já temos, neste ano, cinco mil famílias sendo atendidas neste processo com 30 Municípios em convênio com o Estado e mais o dobro, pelo menos, desses Municípios aderindo à metodologia do Família Paranaense, que é uma metodologia de trabalho intersetorial.

Capacitação da Cras e Creas a partir da segunda semana de agosto, nós estamos prevendo atingir 1.500 atores. Essa capacitação prevê não só das equipes de Creas, mas também da rede de proteção para essas violações, as visitas técnicas das nossas equipes da PSE nos escritórios regionais para fazer o fortalecimento dessas ações, dar proteção social especial no Estado no âmbito regional.

Nós temos também a capacitação para Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência, que é um projeto em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres e que nós temos a perspectiva de estar iniciando este trabalho a partir de novembro deste ano.

A capacitação será de 400 atores envolvidos nesta rede de atendimento.

Já estou finalizando, mais duas lâminas.

A próxima lâmina nos traz duas estratégias, como Secretaria, que para nós é de fundamental relevância para iniciarmos um trabalho e continuarmos um trabalho de fortalecimento dessa rede no Estado.

Primeiro a implantação do fundo a fundo, que é um mecanismo de repasse de recursos aos Municípios e o Estado ainda não tem e não permite, pela legislação, esse mecanismo, com a previsão de pisos, inclusive pisos diferenciados de alta complexidade. E o segundo desta tela para nós também é de extrema

relevância para o planejamento das nossas ações, que é a criação de um índice de violação de direitos.

Nós estamos fazendo um mapeamento no Estado das principais violências das principais violações e estamos estabelecendo um índice estadual por Municípios, de acordo com indicadores relacionados a homicídios, relacionados a trabalho infantil, relacionados a todo e qualquer tipo de violação de direitos. Esse índice vai nos trazer a segurança para planejarmos as novas ações que precisamos empreender como Secretaria.

Quero agradecer a atenção de vocês e nos colocamos à disposição para as dúvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós que agradecemos.

A Senadora Ana Rita e o Dr. Rosinha farão questões, mas as respostas deverão ser bem sucintas, porque todo esse material deveria ter sido por escrito e terem sido colocadas apenas algumas questões, para que o tempo permitisse escutar as demais.

Com a palavra a Senadora; depois, o Deputado Rosinha.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Mara Cristina, primeiro quero agradecer a sua presença, o seu esforço de fazer toda uma apresentação da política de assistência social que particularmente nós conhecemos, mas é importante saber que o Estado do Paraná está se organizando, está organizado, criando os Cras, os Creas e tudo o mais.

Eu teria algumas perguntas específicas, mas eu penso que as perguntas que eu gostaria de fazer teria que fazer diretamente para a secretária, e a secretária não está aqui. Então, o que eu vou fazer? Eu vou mandar por escrito para que a secretária possa responder posteriormente. Seria importante que a secretária estivesse aqui, seja qual for a razão, o motivo, possivelmente ela tem um motivo importante, mas a CPMI vai fazer mais algumas perguntas, porque nós entendemos que é preciso que tenha neste Estado um organismo específico para as mulheres.

Não dá para tratar a questão da mulher apenas no ponto de vista da assistência social. É claro que a assistência social cumpre um papel fundamental, que também uma porta de entrada, é um espaço em que a mulher chega e muitas vezes também em situação de violência e precisa ser encaminhada. Entendemos que os profissionais da área de assistência social também precisam ser capacitados para poder melhor orientar essas mulheres, mas também entendemos que é preciso ter organismo específico para atender as mulheres em situação de violência.

Entendemos também... Uma questão que gostaria de saber, e que depois a secretária pode responder – perdi a oportunidade de perguntar isso para a secretária

de justiça, mas eu acho que cabe também à secretária de assistência social –, é que tratada essa questão da violência contra a mulher, você tem a saúde, tem a justiça, tem assistência social, tem a segurança pública, se existe na estrutura do Governo algum organismo específico que articula essas secretarias para debater a questão da violência contra a mulher, porque, senão, fica cada secretária tentando fazer a sua parte – eu estou falando assim sem conhecer, com certeza –, fazendo a sua parte, tentando fazer da melhor maneira a sua parte, mas é preciso que haja uma integração e que haja diálogos entre as secretarias. Então, se na estrutura do Governo, existe algum núcleo, algum comitê, algo onde os secretários possam periodicamente sentar, discutir, essa realidade da violência contra a mulher e buscar resolver conjuntamente determinadas questões. Porque as questões elas não são isoladas, elas se entrelaçam, elas se articulam, elas dependem uma da outra.

Então, agradecemos muito, Mara, a sua contribuição, o seu esforço, pareceu-me uma pessoa muito competente na política de assistência social, mas, no que se refere à violência contra a mulher, nós vamos encaminhar diretamente para a secretária, para que ela possa nos responder. Agradecemos muitíssimo a sua presença, mas vamos encaminhar para ela, está bem? Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quero só fazer um comentário, ia fazer algumas perguntas, mas eu também vou tomar o mesmo rumo já definido aqui, porque, na nossa análise, perguntado ao nosso Secretário de Segurança sobre o convênio do Pacto. Em 2007 até 2011, foram repassados para cá mais de R\$2 milhões. E o que nós sabemos, nós da CPMI podemos estar desinformados, o Paraná é o único Estado que não possui gestora do Pacto, que nós sabemos. Então, ela é a Secretária que tem que responder, já que ela é de família, porque que o Paraná não tem gestora do Pacto.

A outra questão: quando apresenta uma série de *slides* mostrando toda uma política, nós sabemos, Mara, que as ações são transversais, envolvem as várias secretarias, por isso tem que ter um gestor ou uma gestora do Pacto e também por isso tem que ter alguém que coordena todas as ações. Seria interessante, em suas respostas, nos informar – até eu vou usar uma frase do governador em exercício, que diz que “quando se fala em política a gente vê o tamanho da política vendo o orçamento” –, que nos mande qual é o orçamento para a Política de Atendimento à

Mulher, fazendo uso da palavra do Governador Flávio Arns hoje pela manhã.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Mara, mas lamentamos muito que logo a Secretária da Família sequer tenha justificado para a Comissão a ausência. Nós gostaríamos que ela estivesse presente, mas vamos encaminhar todas as questões aqui à Secretária responsável pela pasta.

Passamos a palavra neste momento...

A SRA. MARA CRISTINA FERREIRA – Por favor. Eu só gostaria de justificar a ausência da nossa Secretária: ela está em outro evento e não pôde estar aqui conosco hoje. Eu gostaria de entregar o relatório, que foi solicitado agora.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada. A atitude do Secretário de Segurança se ressalta, porque ele ia para outro evento, esteve aqui, respeitando a importância que ele dá, no cotidiano, à temática.

Chamamos agora a representação da Secretaria de Saúde. O Secretário, que esteve conosco de manhã, acompanhou, opinou, fez algumas considerações, acrescentando ao desenvolvimento do trabalho e nos mandou a sua representação, a Dr^a Márcia Huçulak, que terá até 15 minutos para que a sociedade civil possa ser escutada.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Boa tarde a todas e a todos, cumprimento a Mesa, cumprimentando a nossa Deputada Federal Cida Borghetti, Deputado Rosinha, Senadora Ana Rita e a Deputada Jô Moraes.

O Secretário Michele Caputo esteve, pela manhã, com os membros da CPI. Infelizmente ele tinha uma agenda que não pôde cancelar e me pediu que viesse representar a Secretaria de Saúde tratar das questões relativas às ações que a Secretária de Estado da Saúde vem realizando na questão do enfrentamento da violência à mulher.

A primeira questão que eu queria colocar é que nós tratamos muito, dentro da Secretaria, desde 2009, de um trabalho na área de vigilância que dá incentivo à notificação, porque nós estamos tratando aqui nesta Casa hoje de dados, e o relatório que a Comissão dos nobres Parlamentares e Senadores apresenta para nós é em cima de dados. Eu queria chamar atenção dos nobres Deputados e da Senadora Ana Rita – não estou com isso querendo desclassificar nenhum dado – para o fato de que o Estado do Paraná, e eu posso dizer a Secretaria de Saúde, tem trabalhado muito na qualidade do dado – e nós sabemos que há Estados e há Municípios que não codificam a morte e por isso têm, talvez, indicadores menores. Nós codificamos 100%. Nós temos registros, e acho que vocês podem

trabalhar isso com a área de vigilância do Ministério, de Estados e Municípios que, quando a gente compara, em que não há codificação desse óbito. Ele foi um homicídio, mas ele não codificado como tal. E aí apresenta números menores.

Não estou dizendo que não é grave a situação do Paraná. Eu estou dizendo que nós temos um trabalho sério da área da Secretaria de Saúde de buscar todo óbito. É feita a identificação e a codificação desse óbito. Isso é importante ressaltar, inclusive chamar a atenção no relatório do Instituto Sangari, que ele mesmo coloca que 30% das BOs não constam na codificação no local do incidente. Ele fez o levantamento pelo local da ocorrência do óbito e nem sempre a ocorrência significa que aquele Município, no caso do Paraná, tem... Porque ele tem o serviço de referência que acaba atendendo a vítima.

Então eu só queria fazer essas observações. É meu dever de ofício, da área de saúde, colocar essa questão que é extremamente importante quando se analisa o dado, da importância de a gente trabalhar. A gente tem certeza de que, no Paraná, a nossa equipe de vigilância está aí, trabalhando na codificação. As nossas BOs são codificadas, 100% delas, mas nós sabemos que nem todo mundo trabalha com a codificação. Há uma subnotificação. O próprio relatório Sangari coloca que em torno de 30% não são codificados, mesmo aqueles que não trabalham com óbito no local onde ocorreu o óbito, não onde a vítima é residente, porque a ocorrência pode ser em um hospital de referência naquele Município.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Tem que ser da origem da vítima.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Da origem da vítima.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Não do local da ocorrência.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Então, eu queria fazer esses dois... Claro, não estou dizendo que esse relatório não merece toda atenção e a importância que ele tem, mas me sinto no dever, como técnica da área de saúde – porque essa é uma questão bastante técnica – de dizer que a gente tem que olhar isso com muito cuidado. Às vezes a notificação de quem tem uma alta notificação é vista como quem tem o alto, e nem sempre é verdade. Quem não notifica, fica com o indicador baixo.

O Paraná tem um compromisso com a transparência, Senadora, e nós temos buscado isso na saúde. Todos os nossos dados estão disponíveis e são discutidos. Nós temos as câmaras técnicas, todos os nossos óbitos são... Nós trabalhamos muito a investigação. Dito isso, além dessas ações, obviamente a

saúde tem buscado estruturar a atenção a essa vítima de violência, que é o que acaba vindo para o serviço de saúde, a questão do atendimento da mulher vítima de violência.

Nós trabalhamos, além de todas as questões da investigação dos óbitos, do monitoramento e da capacitação das equipes para essa codificação para o registro, nós implantamos, desde 2009, na Secretaria de Estado de Saúde, dentro do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), a violência doméstica ou violência sexual, enfim, qualquer tipo de violência, é como um agravo de notificação no Paraná. Então isso tem aumentado muito, a gente percebe, a gente trabalhou muito as capacitações com as nossas equipes para notificar, justamente para isso, para se eu tenho já a notificação de uma agressão, eu posso trabalhar na ação intersetorial.

Por isso, no ano passado, nós montamos, no Governo, um comitê intersecretarial, que acabou não tendo divulgação. Ele tem um trabalho muito interno que envolve área de educação, saúde, família e área de saúde, onde procuramos trabalhar alguns dados no sentido de trabalhar as políticas públicas, onde devemos atuar tanto na prevenção dessas ações, com ações de promoção e prevenção e com ações de atenção à saúde. Nesse sentido, também, o Secretário Michele relatou pela manhã, nós fizemos, no Paraná, entre 2011 – desde que assumimos o Governo – e 2012, até o momento, fizemos capacitações em 10 regiões de saúde, que envolvem cerca de 294 participantes, 147 Municípios para trabalhar ações na linha tanto da promoção/prevenção, mas também na organização da atenção para a mulher vítima da violência.

Nesse sentido, nós trabalhamos muito junto com o Conselho Estadual de Saúde, com a Comissão de Saúde da Mulher e com a Comissão que trabalha as questões da violência e a mulher no Paraná na implantação de uma linha guia de atenção à mulher vítima de violência. Nós fizemos um trabalho que, na verdade, foi uma contribuição muito mais da sociedade. Nós fomos apenas os articuladores, a Secretaria de Saúde, já que essa é uma ação de abrangência intersetorial, mas trabalhando as ações que a saúde deve organizar em todos os Municípios do Paraná.

Eu já queria fazer um reparo aqui, talvez a Dr^a Maria Tereza não tenha conhecimento, mas já temos hoje dois centros que fazem aborto legal no Paraná, que o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná e o Hospital Evangélico. Hoje, nós já atendemos 70 mandatos de aborto legal, que foram já executados por esse serviço. Precisamos estruturar, sim, no interior do Paraná. Temos deficiência. Isso não

está organizado ainda em todas as regiões. É o que pretendemos agora.

Vou passar à mão da Comissão. Essa linha guia é uma versão preliminar. Ela ficou em consulta pública por 60 dias, para a gente ouvir a sociedade. Todas as pessoas puderam participar e contribuir para a organização desse trabalho. Nós temos pautado em uma discussão com o nosso colegiado de gestores municipais e estadual, que é a Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, uma discussão para a implementação dessas ações. Nós precisamos ter um documento, e estamos levando à discussão para os gestores municipais junto com a Secretaria de Estado da Saúde.

Da mesma forma, nós trabalhamos, este ano, repassando, com recursos da fonte do Tesouro do Estado, R\$570 mil – ele não é muito significativo. Nós repassamos R\$30 mil para 19 Municípios com população acima de 50 mil habitantes e com indicadores, desses nossos dados controlados pela área de vigilância, que mostravam maior incidência de violência, para implantar núcleos de prevenção e monitoramento da violência. Então, além dos recursos federais, nós temos aí 20 Municípios que receberam do recurso federal, mas nós ampliamos essa ação do Paraná para mais 19 Municípios – uma ação de implementação de núcleos de notificação e da qualidade também da informação e ações de prevenção para trabalhar ações com a sociedade, articulando a sociedade civil, enfim, as entidades de mulheres, movimentos que possam trabalhar no sentido também da prevenção da violência no Estado do Paraná.

Essa ação permanece o ano que vem no nosso orçamento com a ampliação desses recursos para implantação desses núcleos, da mesma forma que, já respondendo às questões colocadas aí pela Senadora, do ponto de vista orçamentário. Nós montamos uma rubrica na Secretaria de Saúde para as ações. Elas estão na rede a urgência/emergência, nós temos lá toda a organização para colher a vítima junto à nossa rede, então nós temos ações dentro da rede da atenção urgência/emergência, que atende, nós temos dentro da atenção à mulher ações também de trabalhar as questões do acompanhamento da mulher. Então ele está colocado dentro do orçamento em várias rubricas orçamentárias.

Mas nós também temos prevista a implantação dessa linha de atenção, a mulher de violência em todo o Paraná, não só na região metropolitana. O que senhoras viram hoje pela manhã e o Deputado, com relação que o Michele relatou, dessa estruturação junto com o IML, que nós já temos lá desde 2002 uma parceria, onde a Secretaria de Estado da Saúde disponibiliza um corpo médico que vai ao local no hospital, a víti-

ma não se desloca, assim como a Delegacia da Mulher também vai então. Essa vítima procura o serviço de saúde e recebe então o atendimento tanto do IML quanto da delegacia no sentido de ela não precisar ficar percorrendo caminhos e sofrer mais violência do que ela já sofreu naquele momento. Essa ação também ela tem uma previsão de ampliação para as demais regiões do estado, como o Secretário de Segurança, Reinaldo, já relatou, e a Dr^a Maria Tereza também na exposição dela.

Eu acho que tentei ser sucinta devido ao tempo, vou deixar os documentos, mas nós estamos à disposição para qualquer dúvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Eu vou passar, Dr^a Márcia, a palavra para o Deputado Dr. Rosinha, mas quero cumprimentá-la desde já, não só pela sua exposição sucinta como pela presença antecipada do relatório, porque os atos positivos também importam para nós, demonstrando o respeito à política pública sobre a questão da mulher.

O Deputado Dr. Rosinha gostaria de fazer alguns questionamentos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Dr^a Márcia, facilita as perguntas quando o relatório chega antes. A Secretaria de Saúde foi, de todo o Governo, a única que cumpriu a Constituição remetendo dentro do prazo constitucional. Então nos permite fazer uma análise e aí as perguntas também são mais fáceis, porque que, quando nós analisamos o documento enviado, o ofício que foi encaminhado para a nossa Comissão menciona que alguns Municípios possuem um protocolo específico de atendimento à mulher em situação de violência e outros utilizam como referência a norma técnica do Ministério da Saúde sobre prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual.

A partir daí eu faço três perguntas seguidas:

Qual é a orientação da Secretaria de Saúde? Elaborar procedimentos específicos ou seguir a norma técnica?

A Secretaria de Saúde possui algum protocolo desses Municípios que possa repassar à CPMI ou eles ficam retidos nos Municípios?

Quanto Municípios seguem a norma técnica do Ministério da Saúde e quantos possuem protocolos específicos, e no que os protocolos específicos divergem da norma técnica? Porque aí facilita, porque vocês forneceram essas informações antes.

Bom, depois eu faço mais duas.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Todos seguem as normas técnica, nenhum um Município que tem protocolo específico – vou citar o caso de Curitiba, como tem Londrina e como tem em outros Municípios –, e não vou citar todos porque vou cometer o equívoco de

esquecer algum, porque são trezentos e noventa e nove Municípios. Mas todos seguem a norma do Ministério. O que acontece, por exemplo, com alguns Municípios que tem especificidades e eles aprimoraram algumas questões de atendimento ou, por questões de fluxos que eles organizam, eles definem um protocolo, mas todos seguem o protocolo padrão do Ministério, nenhum deles está fora. O que eles fazem é acrescentar elementos do ponto de vista de fluxo do atendimento ou de informações complementares que muitas vezes uma ficha de notificação de agravos não contemple e o Município precisa trabalhar aquela ação, e ele põe informação a mais. Mas todos atendem à norma técnica.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eles atendem e repassam para a Secretaria...

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Sim, a notificação é repassada... O Estado acaba concentrando todos os dados, só que têm dados que às vezes o Município coleta... Eu vou citar o exemplo de Curitiba que não está, inclusive, na ficha de notificação, mas ele coleta esse dado para poder implementar ações...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Todos foram repassados para nós num relatório independente de qual é.

A segunda questão: analisando o documento enviado, verifica-se que a faixa etária predominante de caso é dos 15 aos 39 anos em plena saúde reprodutiva, embora não seja desprezível o percentual de meninas que sofrem abuso sexual. Ai eu pergunto: Essas jovens e mulheres recebem todo o atendimento previsto na norma técnica do Ministério da Saúde, inclusive nos Municípios que tem protocolo específico?

E a segunda pergunta: quais e quantos são os serviços de atendimento ao abortamento legal no Estado? Há divulgação desses serviços? Como as mulheres tomam conhecimento da existência dos serviços? E nas zonas rurais, como o serviço é disponibilizado às mulheres ou a informação disponibilizada às mulheres, vamos dizer, além do serviço?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Aproveitaríamos, Deputado Dr. Rosinha, a Deputada Rosane também quer fazer – poderia fazer o conjunto das perguntas – ou V. Ex^a ainda tem...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Por mim, pode fazer. Eu querida depois fazer mais uma ainda, que está feito por bloco para facilitar o processo.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – O protocolo todos seguem. Obviamente tem uma questão que a gente tem que fazer muita capacitação, porque o profissional muda e nós temos que trabalhar a capacitação profissional e às vezes, nem sempre, a gente tem problemas de aplicação do protocolo, mas a gente tem trabalhado a capacitação. Esta é uma ação que a gente vai

intensificar, a da capacitação com relação à anticoncepção, antirretrovirais, enfim, todas as ações que tem que se fazer, principalmente na violência sexual, além da violência física.

Então, com relação ao protocolo, ele está sendo atendido e a gente tem acompanhado isso via nossos serviços, inclusive os nossos dados aí que a gente acompanha de notificação de agravos, a gente também tem condição de acompanhar essa situação.

Com relação ainda – desculpe, agora me fugiu...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Serviço de abortamento legal.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Do abortamento eu já citei. Nós temos dois serviços na capital, que é o Hospital de Clínicas e Hospital Evangélico, nós precisamos sim...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – No interior...

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – No interior, o Deputado tem razão. Nós não temos ainda estruturado, temos algumas deficiências, mas a nossa proposta é trabalhar para que nossos hospitais universitários, que nós temos em Cascavel, Londrina e Maringá, que são estaduais, já têm uma tratativa nesse sentido com esse serviço, assumam essa função também para fazer o abortamento legal nessas regiões, que hoje ela acaba concentrando na capital. Não é uniforme no Estado ainda.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Dr^a Marta, eu já concluo.

É que quando a gente faz todo um debate, me veio agora uma outra pergunta que não estava nem... Que diz respeito ao seguinte: a verificação de óbito. Em que regiões são feitas as verificações de óbitos no nosso Estado? Porque a gente sabe que às vezes a causa morte e a verificação do óbito é extremamente importante para identificar a prevenção da violência.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Eu estava até conversando, cochichando ali uma questão assim. Muitas vezes o que é que acontece Deputado, o senhor tem toda a razão. Ela por exemplo, foi esfaqueada e não vai a óbito no momento. Ela fica trinta dias numa UTI, faz várias cirurgias e vai a óbito.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E a *causa mortis* é outra. Não é essa

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Sim. Então, se não houver um sistema, se o profissional de saúde, não encaminha-la ao IML, porque é uma morte violenta, e der um atestado de óbito, ela vai falecer por septicemia, por infecção generalizada, e não consta nas estatísticas. Por isso fiz o meu alerta no início da minha fala.

A Secretaria de Segurança Pública é que faz a parte do serviço de verificação de óbito. Não é um informe no Paraná, da mesma forma. Mas temos um

trabalhado dentro da Secretaria, com a equipe de vigilância, de investigação desses casos, porque aí a gente tem como levantar o prontuário. Por isso é que eu falo da codificação. Só quem pode fazer a codificação correta é a Secretaria de Saúde. Eu posso fazer essa investigação e codificar diferentemente, como nós fazemos com o óbito materno. Nem sempre vem declarado o óbito materno. Quando investigo, eu codifico como uma morte violenta. Embora tenha vindo septicemia, por exemplo, nesse caso que eu citei, mas eu vou investigar, pela história de prontuário, que ela foi vítima de uma violência, e eu posso recodificar esse atestado, porque a Secretaria tem essa condição, desde que ela faça esse trabalho. Quem não o faz, o dado fica prejudicado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigada, Dr^a Márcia.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Última pergunta, Deputada Rosane.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Muito rapidamente. Uma das questões que levantou polêmica na nossa plenária foi a questão do tratamento dos agressores. Mas dados são colocados claramente. Um percentual muito grande de agressores têm a sua saúde física e mental comprometida, seja pelo alcoolismo, seja pela dependência química, seja pelos transtornos de saúde mental propriamente ditos, as esquizofrenias, as bipolaridades clássicas.

Eu, como Deputada, fui autora de um projeto de lei que, além de penalizar, quando detectado um problema de saúde, esse agressor também teria que ser condicionado, como uma medida sociopreventiva, socioeducativa, que hoje a gente faz com o adolescente, isso além de criminalizar. Porque nada justifica e nada o exime de culpa, e nada faz com que a mulher continue sendo vitimizada. Isso seria um dos condicionantes, até porque ele pode até deixar essa mulher, ele pode até ser criminalizado, ele pode voltar a constituir nova família e voltar a agredir. E é isso que nós não queremos.

Nós discutimos isso. Aprovei um projeto de lei nesta Casa, nesse sentido, e depois foi vetado com vício de iniciativa.

Então, eu pergunto se há uma sensibilidade na Secretaria com relação a essa situação. E quero ir lá na ponta, Dr^a Márcia. Nós sabemos, hoje, que quem pode detectar o problema lá no começo são os agentes comunitários de saúde, que saem da comunidade, que conhecem a realidade e, muitas vezes, sabem até por que aquelas mulheres voltam e voltam e voltam para as unidades de saúde, somatizando problemas físicos, em razão do estresse e do problema de violência vivido dentro de casa. Existe um programa, em

nível de Estado, para sensibilizar e mostrar a importância de atuarmos preventivamente na questão da violência doméstica?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Trinta segundos, Dr^a Márcia.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Trinta segundos. Vou tentar sem bem breve.

Nós temos, no Paraná, cerca de onze mil agentes comunitários de saúde. Está na nossa pauta – acho que a CPMI impulsiona mais o nosso trabalho – trabalhar toda uma ação com esses agentes. A gente começou a trabalhar agora com mãe paranaense porque a gente acredita que tem toda uma questão também do nascimento, que envolve, que não vou me detalhar, mas toda uma discussão com os agentes comunitários. Sem dúvida, a nobre Deputada é da área de saúde, conhece bem, para nós é fundamental trabalhar o agente, porque ele é a nossa anteninha para dizer que alguma coisa não está bem naquela comunidade ou naquela casa, naquele domicílio. Então está na nossa discussão trabalhar isso com atenção primária, inclusive focando nessa questão. Nós temos oficinas com 35 mil profissionais da área de saúde, que estamos trabalhando em todas as nossas redes. Com certeza, isso vai estar no cardápio de 2013 das oficinas, que vamos trabalhar com atenção primária.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr^a Márcia.

A SRA. MÁRCIA HUÇULAK – Eu só queria fazer um comentário que fiz à boca pequena. Nós temos um levantamento que, das mortes violentas, tanto acidente de trânsito como os homicídios que envolvem a violência contra a mulher, cerca de quase 70% tem, por trás, o uso abusivo de álcool ou drogas. Quando você também vai investigar aquela citação de violência interpessoal, e aí entram as violências que estão corroborando o seu dado, Deputada Rosane, nós precisamos trabalhar muito nessa frente, porque senão a gente vai continuar gerando uma sociedade violenta, e a gente precisa mudar isso radicalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr^a Márcia, pela precisão das informações. (Palmas.)

Nós passaremos, agora, para a representação da sociedade civil. Nós queremos explicar por que passamos à sociedade civil para as falas finais: porque elas terão de oportunidade de, ao escutar as autoridades, questionar não apenas da sua visão anterior, mas também das palavras que são colocadas aqui.

Em geral, a gente divide o tempo igualmente para a sociedade civil. Em alguns lugares, é uma pessoa que fala; em outros, são duas. Aqui falarão cinco pessoas: Elza Maria Campos, da União Brasileira de Mulheres;

Daraci Rosa, da Marcha Mundial de Mulheres; Heliana Hemetério, da Rede de Mulheres Negras do Paraná; Nitiananda Falvo, do Grupo Doula; e Sandra Lia Bazzo, Presidente da Comissão da Mulher Advogada.

Nós vamos ampliar o prazo para não ser tão restrito, embora eu e Deputado Rosinha tenhamos que sair daqui agora para o voo. Tenho que estar lá às 8 horas para outra CPI. Nós passaremos a Presidência dos trabalhos à Deputada Rosane. E a Senadora vai ter a oportunidade de acompanhar o conjunto das intervenções aqui. Nós recebemos as notas taquigráficas. Pedimos, tanto eu como o Deputado Rosinha, desculpas por termos que nos retirar, porque foi muito mais rica, muito mais ampla do que previmos.

Com a palavra o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu só quero também pedir desculpa por não ficar. Mas uma coisa que é muito interessante – queria só fazer um comentário: eu e a Ana Rita estávamos comentando que a realidade do Paraná é a realidade de todos os outros Estados – com pouca institucionalidade no atendimento da questão da mulher. Não é uma coisa do nosso Estado. É realidade nacional. E, como todos os Estados, eles apresentam um programa para o futuro. Esperamos que esse futuro seja já o próximo ano, porque o Orçamento ainda não foi votado. Há tempo de corrigir esse Orçamento. E a CPMI tem esse papel.

O movimento de mulheres que se organizou para esta CPMI está de parabéns por tudo o que organizou e pelo documento. Eu e a Jô saímos agora, mas a CPI vai continuar até o final do ano, e o movimento tem que continuar agora, junto aos órgãos do Governo, disputando o Orçamento, porque se apresentou um projeto e vários programas aqui e, se não tiver dinheiro, não será executado absolutamente nada. Desculpa por sair, mas tenho ainda que ir a São Paulo porque amanhã tem Mercosul e o Paraguai. Vamos ter que discutir isso ainda. Então, tenho que ir para lá.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Parabéns pelo excelente documento que o movimento de mulheres apresentou à CPMI.

Quero ter a satisfação de passar a palavra à Presidente, Deputada Rosane, que vai se dirigir às presentes aqui. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Desde o início, nós sabíamos que a nossa CPMI teria das 14h às 18h para concluir o trabalho, mas os depoimentos foram tão ricos que nós resolvemos postergar. O importante é que a nossa Relatora, a nossa Senadora Ana Rita, aqui está e vai um pouco mais tarde. Mas nós teríamos que finalizar às 18h45min. Nós temos aqui para fazer uso da palavra cinco pessoas ainda. Cinco vezes cinco são 25. É tempo suficiente.

Se conseguirmos dar cinco minutos e avisar no final do quinto para que conclua, nós vamos poder otimizar o uso de todo esse horário até para que possamos encerrar às 18h45min. Ok, gente? Está certo?

Convido, agora, para fazer uso da palavra, a Sr^a Elza Maria Campos, da União Brasileira de Mulheres.

A SRA. ELZA MARIA CAMPOS – Boa tarde a todas e a todos. Queremos, inicialmente, destacar que o movimento feminista, o movimento de mulheres tem enorme satisfação de receber aqui, no Paraná, a CPMI; saudar a presença da Jô Moraes, Presidente da CPMI, da Senadora Ana Rita, secretária, da Rosane, Deputada aqui pelo Estado; e dizer, inicialmente, que o movimento social, o movimento feminista reivindica e solicita, já que as demandas do movimento ficaram para o final, que as questões aqui colocadas por nós sejam dirigidas, de forma taquigráfica, para os representantes do Governo para que sejam respondidas também as demandas do nosso movimento. Essa é a primeira questão que a gente reivindica.

A segunda questão que a gente quer colocar é que esse movimento, através do Ria Mulher, a Rede Interinstitucional à Atenção à Mulher em Situação de Violência, construiu um documento de quase 80 páginas – ainda em construção – para demonstrar a realidade que aqui já foi colocada, questionada pelos nossos Deputados, Deputadas acerca da situação da violência contra a mulher, acerca da ineficiência dos serviços aqui colocados.

Entendendo também que a violência contra a mulher é resultado de um Estado patriarcal e machista, que tem historicamente colocado – e algumas falas aqui representadas pareceram também assim –, muitas vezes, a responsabilização pela violência nas mulheres.

Gostaria, ainda, de colocar que essa situação, ainda muito presente na família, no nosso cotidiano, revela, reiteradamente, as mulheres como objetos ou mercadorias, desconsidera as suas habilidades, desconsidera a sua capacidade intelectual e as encara como instrumento de prazer, seres sem direito à autonomia e à liberdade, agravada a situação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, as mulheres de população de rua e outras situações.

Nós queríamos aqui dizer, em cima das falas colocadas, que uma das questões que dificultou também a construção do documento, apesar de que, na área da saúde aqui colocada, há um registro bastante significativo... E esse registro e o próprio serviço construído em Curitiba e no Estado também são resultados da luta desse movimento social, desse movimento feminista no Paraná e aqui, em Curitiba.

Queria também dizer que, por outro lado, nós sentimos muito a falta de informações da Secretaria

de Segurança Pública. Não há um sistema unificado nessa Secretaria. E aqui ficou muito claro que isso dificulta, muitas vezes, a realização e a implementação de políticas públicas. Não é possível você implementar políticas públicas se não tem informações concretas do cotidiano da vida das mulheres.

Queria aqui, em cima da primeira fala, da Secretaria de Segurança Pública, destacar que, quando ele fala que o combate à violência é um dever do Estado e uma responsabilidade de todos, está embutido, na nossa avaliação, o sentimento de que as mulheres são culpadas pela violência, que a violência deve ser tratada somente no âmbito doméstico e que em briga de marido e mulher não se mete a colher, luta essa combatida, historicamente, pelo movimento feminista de mulheres.

Por outro lado, parece-nos que, na fala do TJ, há um problema: vê seu agressor não como um opressor ou um criminoso, mas como alguém doente e que precisa ser tratado. É claro que precisa ser tratado, mas, em primeiro momento, é preciso que a gente atenda as mulheres em situação de violência. (*Palmas.*) Não podemos relegar o atendimento, a situação de violência. A mulher é violentada, é subjugada, é submetida ao longo do tempo. E isso pode também explicar o baixo número aqui, no Paraná, de condenações.

Outra questão que queria aqui registrar rapidamente é que, no caso da ingerência de bebida alcoólica, o movimento social feminista questiona essa questão. Nós sabemos que isso é um agravo, mas o central é, como a gente disse no início, a cultura patriarcal e machista presente, que naturaliza a violência contra a mulher. Então, acho que esse é um ponto fundamental. Esse é um problema, sim, de doença, mas a questão da violência contra a mulher perpassa todas as classes, todos os segmentos, todas as áreas, as raças, as etnias.

Queríamos aqui dizer, para finalizar, porque temos pouco tempo e eu trouxe companheiras para falar, que ainda permanece na sociedade brasileira uma visão míope de que os crimes cometidos contra as mulheres são crimes passionais, ou seja, justificáveis pelas ações do amor monogâmico opressivo. Para nós, é urgente que o Estado paranaense se volte para maior efetivação das políticas públicas de forma transversal.

O movimento social feminista e de mulheres tem reivindicado a implantação de uma secretaria de política para mulheres. Isso é histórico. (*Palmas.*) E nós sabemos que esse pedido foi engavetado no início deste Governo e precisamos que essa luta seja reaberta.

Para o enfrentamento da violência contra a mulher nós precisamos de orçamento, de fundos públicos e verbas direcionadas para essa questão. E acho que

aqui a Senadora levantou muito bem, com prioridade, a questão do pacto. Várias questões colocadas aqui pelas representantes da CPMI atendem à reivindicação do nosso movimento.

Para encerrar a nossa fala, já que temos pouquíssimo tempo, queríamos dizer o seguinte: não entraram aqui dados com relação à violência contra a criança e adolescente, mas, no Paraná, agora, já foram registrados sete casos de violência sexual com mortes, estrangulamentos. É um caso sério. E nós, da União Brasileira de Mulheres, assumimos, junto com o movimento todo, a denúncia.

E queríamos aqui reiterar o bárbaro assassinato da menina Raquel. Já entregamos para a Deputada Jô Moraes e estamos aqui também solicitando à Rosane, que também já encampou essa luta, e à Senadora Ana Rita que essa questão seja colocada como prioridade. Não é possível. Aqui, esse inquérito teve vários problemas. E a gente denunciou essa questão. Há quatro anos a menina Raquel foi assassinada e encontrada numa mala.

E, finalmente, a gente queria dizer que enfrentar e superar a dominação ainda presente nas estruturas do Estado e na sociedade é tarefa central para a pavimentação de um caminho de justiça, de liberdade para as mulheres, que somente poderá ser conquistada com uma emancipação das mulheres, emancipação humana. Para tanto, é necessário políticas públicas, orçamento, atendimento e respeito às nossas mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Rapidamente, Sr^a Daraci Rosa, da Marcha Mundial das Mulheres.

A SRA. DARACI ROSA DOS SANTOS – Boa tarde a todas e todos. Quero também cumprimentar a Rosane, que, neste momento, preside a Mesa, e a Ana Rita; agradecer, embora não estejam presentes, ao Rosinha e à Jô Moraes, que estiveram conosco até o momento; e dizer que, embora a gente esteja agradecida por este momento histórico ímpar e de grande relevância para nós, do Paraná, e para o Movimento de Mulheres.

Estamos tristes por, mais uma vez, ter de fazer uma mobilização para tratar de uma questão que vem sendo, todo ano, tratada aqui no Estado. Todo ano, o Movimento de Mulheres, o movimento feminista, realiza mobilização, vai para a rua, faz marcha, faz audiência, cobra pauta, desta Casa, para audiência pública, e faz as mesmas reivindicações acerca das mesmas questões que, hoje, foram colocadas aqui.

Acho que nós, como movimento, conseguimos fazer um diagnóstico preliminar, porque não conseguimos acessar os dados em tempo. Reivindicamos,

cobramos dos órgãos do Governo e não conseguimos ter acesso aos dados oficiais. Então, a gente teve um trabalho bastante intenso para fazer a pesquisa em outros espaços que não só o do Governo.

Então, quero dizer que estamos aqui, mais uma vez, para dizer que não concordamos com a forma como o Estado do Paraná vem tratando as mulheres e, hoje, evidenciou-se, aqui, uma concepção de políticas para as mulheres que não é a concepção que nós, do Movimento de Mulheres, defendemos.

Colocar a questão do agressor num primeiro plano, atenuando com a questão da drogadição, da dependência química, isso nos coloca ... E a questão da responsabilização.

Então, independentemente dessas questões, porque elas atingem todas nós, também as mulheres, as questões das doenças mentais afetam também as mulheres, mas nós não saímos matando.

O machismo mata, e mata todos os dias. É isso que nós queremos combater neste Estado e é por isso que nós estamos, aqui, denunciando a ausência de políticas públicas.

Não implementar políticas públicas para as mulheres, no Estado do Paraná, significa perpetuar o machismo e toda forma de violência contra as mulheres.

Então, evidenciou-se ausência de serviços públicos, a precariedade dos serviços públicos, a desqualificação dos agentes políticos que operam essas políticas.

Então, o não dado, a não... Por exemplo, em relação ao Tribunal de Justiça, com todo respeito à companheira que veio aqui, representando o Tribunal, isso revela exatamente o quê? A forma como o Tribunal de Justiça tem tratado a questão de gênero no Estado do Paraná: traz a companheira sem instrumentalizá-la, sem dar os dados, sem condições de fazer o debate e isso nos constrange como movimento de mulheres, e nos coloca numa situação vergonhosa.

Então, eu gostaria de dizer, em relação ao fato, Secretário de Segurança Pública, que nós, mulheres, sofremos constrangimento sexual todos os dias, por conta de sermos mulheres. Apenas pelo fato de sermos mulheres, somos constrangidas no acesso às políticas públicas, por preconceito, por discriminação. Isso é constrangimento sexual.

O que ele veio falar, aqui, em relação ao atendimento às mulheres que sofrem violência, em 72 horas, é estupro. É esse o nome que se dá, o que nós sofremos cotidianamente. Talvez, o Secretário tenha ficado envergonhado de usar a palavra, mas esse é o crime, e nós queremos que as coisas se evidenciem, que elas não sejam tratadas de forma escamoteada.

Então, quero dizer, também, que embora tenha sido assinado o termo de cooperação técnica em re-

lação à adequação do centro de apoio às mulheres em situação de violência, isso não resolveu. O centro continua precário, ele continua sucateado, nós continuamos não tendo atendimento adequado, continuamos sem equipe qualificada.

Por fim, quero referendar a fala da companheira Elsa e dizer que nós queremos, sim, a Secretaria de Políticas para as Mulheres; que nós não queremos ser tratadas na pulverização das demandas da política de assistência social, que, como já foi destacado aqui, é uma política que tem relevância, tem importância, tem centralidade na família, mas nós queremos o recorte de gênero em todas as políticas orientadas pela Secretaria de Política para as Mulheres e com financiamento público.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Concedo a palavra a Sr^a Heliana Hemetério, da Rede de Mulheres Negras do Paraná.

A SRA. HELIANA HEMETÉRIO – Eu quero cumprimentar o público e a Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita, aos demais participantes e as companheiras do Movimento de Mulheres do Estado do Paraná.

Eu aproveito este momento ímpar para dizer que as mulheres negras estão no topo das estatísticas relativas à violência sofrida pelas mulheres.

De acordo com o registro do Ligue 180, sejam domésticas, sexuais, geracionais, essas violências são referendadas pelo racismo estruturante, que as coloca em posição de inferioridade, subordinação por toda uma vida, não permitindo o acesso a direitos como cidadãs.

O mito da sexualidade negra que, por décadas, definiu e a inda define mulheres negras como as mais *calientes* e sempre prontas para o sexo, as culpabiliza ainda mais quando são vítimas de estupro. Jovens negras são criadas sob a égide desses valores, e, sem elaboração desses papéis impostos, desconhecem essa representação simbólica quanto ao erotismo e à construção desse corpo sexualizado.

Viver em uma sociedade que não dá conta desse racismo, que divide as pessoas como melhores e piores, colocando essas mulheres e jovens no lugar de indiferença, dificulta a apuração das agressões sofridas e a punição desses agressores. O racismo é considerado o eixo de saúde.

Outro item importante é o relativo às mulheres indígenas. Culturalmente, essas mulheres não possuem fortes relações familiares. Além do marido, o cacique tem o poder de decisão quanto à organização dos grupos. Exemplo disso passamos, durante a Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, quando algumas mulheres indígenas solicitaram ajuda para interferir junto a esses caciques quanto ao uso de

anticoncepcionais, que somente pode fazê-lo com a permissão dos mesmos. Temos de perceber essas dificuldades que essas mulheres passam, e as instituições que trabalham com essa população precisam buscar estratégias para efetivar o direito dessas mulheres.

Outro dado que chamo a atenção são para as vítimas de violência da comunidade LGBT. Nós últimos anos aumentou o número de lésbicas, gays, travestis e transexuais agredidos e assassinados.

As pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo Dr. Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia, da Dr^a Silva Ramos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pelo Centro Latino Americano da UERJ e da Fundação Perseu Abramo mostram que a razão dessa violência está ligada diretamente à orientação sexual e identidade de gênero das vítimas.

Chamo a atenção para o estupro corretivo de mulheres lésbicas e jovens lésbicas, que está cada vez mais acontecendo, principalmente nas cidades do interior, e o que é pior, a mando de familiares: pais, mães e irmãos. E sem respostas, porque como é a mando de familiares, não há investigação, não há punição, fica tudo por isso mesmo.

Vivemos em uma sociedade machista-racista heteronormativa que considera tudo que não seja dessa lógica errado e menos importante.

Quero dizer que, assim como o racismo, a homofobia também é um eixo determinante de saúde. É impossível se ter saúde, ter a sua sexualidade, que é o caminho para o afeto, negado o tempo todo.

Para encerrar, quero chamar a atenção para as mulheres rurais, para as mulheres quilombolas que vivem em locais distantes, não têm informação e não têm acesso, e que o uso do álcool pelos companheiros agrava ainda mais o quadro de agressões.

As mulheres que vivem nas ruas sem assistência quanto à saúde, e muitas delas têm o vírus do HIV/ Aids, sem contar o uso, novamente, de drogas e de álcool, em companhia dos filhos, dando continuidade a uma família que nasce e cresce nas ruas com a inexistência totalmente digna.

E quero chamar atenção para um pequeno detalhe: as companheiras dos policiais civis e militares que têm os agressores acobertados pelo corporativismo dessas instituições. *(Palmas.)*

É preciso que as notificações de atendimento a essas mulheres, boletins de ocorrência, dados de pesquisa, enfim, todo e qualquer instrumento a ser utilizado para coleta de dados tenha cor, etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e religião. Religião é um dado importantíssimo para constar nessas pesquisas e para que possamos construir políticas públicas sem violações.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Nós gostaríamos de ter acesso aos seus apontamentos, D^a Heliane Hemetério.

Parabéns pelo depoimento.

A SRA. HELIANE HEMETÉRIO – Está no relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Está no relatório? Ótimo.

Eu chamo agora – estou meio traumatizada aqui para falar os nomes. mas vamos lá – a Sr^a Nitiananda Falvo, do Grupo Doula.

A SRA. NITIANANDA FALVO FUGANTI – Boa noite.

Eu estou aqui representando o Grupo Doula Curitiba e as mulheres vítimas ou não de violência obstétrica.

Início minha fala ressaltando que a melhoria da saúde das gestantes é um dos objetivos do milênio, afirmado pela ONU em 2000. É também preconizada através das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Entretanto, o modelo atual de atendimento obstétrico se distancia no cumprimento da meta do desafio global, que prevê essa melhoria na qualidade da saúde da mulher até 2015.

A violência obstétrica faz parte daquele tipo de violência sutil e simbólica que se esconde dentro das instituições. Por essa razão, a violência obstétrica é vista, na maioria das vezes, como rotina, e não como violência. Mas práticas que produzem sofrimento em outro ser humano não podem ser consideradas rotinas, mas, sim, violência.

A diferença em relação às outras formas de violência tratadas aqui é que, com certeza, quase cem por cento do público feminino presente nesta sala já foi vítima de violência obstétrica sem saber.

Cabe aqui dizer que violência obstétrica caracteriza-se pela violência física, moral e emocional que profissionais da saúde exercem contra a mulher em processo de parto dentro das instituições de saúde, seja durante a gestação, trabalho de parto, no próprio parto e também no pós-parto. Alguns exemplos são: agressões morais e físicas, como xingamentos, humilhações, piadas de mal gosto, escárnio, descaso, procedimentos dolorosos, exposição física, contenção, impedimento de ser acompanhada, ser impedida de se movimentar, ser ameaçada, ter seu períneo cortado, receber muitos toques feitos de maneira dolorosa e por pessoas diferentes, abuso sexual, cesáreas que são feitas sem qualquer indicação real, ainda que o médico leve a mulher a acreditar que houve necessidade, ser impedida de ficar com o filho logo após o nascimento e outras tantas formas de violência ainda não citadas.

A despeito das falas dos que insistem em descreditar essas práticas violentas, o dano causado existe e é muito grave. Ele fere, mutila, tortura, traumatiza e mata.

Não é uma ou outra mulher que passa por isso, são muitas. São muitas e milhares. Uma grande pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo realizada em 2011 chegou a um número espantoso: uma em cada quatro mulheres brasileiras sofre violência no parto. Não há qualquer predominância de classe ou hospital. Pobres ou ricos, nas maternidades particulares ou no SUS, as mulheres estão vulneráveis em um dos momentos mais especiais e importantes da sua vida. Muitas carregam essas marcas para sempre.

Outros relatos extraoficiais de violência no pré-parto, parto e pós-parto podem atingir até 70% de violência obstétrica, e ainda assim a violência obstétrica continua invisível, ironicamente perpetrada por quem deveria cuidar e proteger e facilmente ignorada por quem não sofre com ela.

A falta de preparo e capacitação humana dos profissionais da saúde, o desconhecimento específico da fisiologia do parto e nascimento e a negligência das necessidades da mulher em trabalho de parto levam a tratamentos desumanos, comportamentos absolutamente desrespeitosos e traumáticos. A falta de fiscalização sistemática da qualidade da assistência obstétrica e a falta de identificação da violência que existe de maneira endêmica nos hospitais públicos e privados, assim como o não cumprimento e fiscalização da lei do acompanhante, representam uma violação brutal dos direitos humanos, assim como uma ameaça à saúde materna e neonatal.

Sendo assim, o grupo Doula Curitiba se une à OAB Paraná e a outros movimentos sociais do Estado para mostrar a esta CPMI da Violência contra a Mulher os abusos aos direitos da mulher cometidos sob a forma de violência obstétrica.

Atentamos para a necessidade de realização imediata de campanhas de amplo alcance que abordem o tema da violência obstétrica, a fim de que essa temática se torne pública e passe a ser discutida em nossa sociedade, promovendo, assim, o primeiro passo para a conscientização e mudança dessa cultura opressora, possibilitando, ainda, que a violência obstétrica deixe de ser invisível aos olhos da nossa sociedade e que as mulheres possam romper o silêncio por falta de informação.

Fica, então, a nossa pergunta: Para quais dos órgãos ou entidades aqui presentes – já não mais presentes – devemos reclamar a violência obstétrica que sofremos dentro de nossas instituições hospitalares todos os dias?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Está aqui presente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Está presente aqui, olha, até agora. A Secretaria de Saúde está presente desde o início.

A SRA. NITIANANDA FALVO FUGANTI – Mas não só a Secretaria de Saúde, quando a gente trata de violência da mulher, a gente fala de todos os segmentos. Porque, se nós mulheres estamos parindo com dor e sofrimento, não é porque somos condenadas pela natureza ou por Deus, mas sim por termos sido violentadas. O parto com prazer é possível, basta que a mulher tenha esse acompanhamento e esse respeito durante todo processo de gravidez, durante o parto e durante o pós-parto. As mulheres precisam ter o apoio de toda sociedade, de todas as entidades públicas aqui presentes, principalmente, e é isso que a gente quer colocar aqui: que as mulheres realmente sejam respeitadas em todo seu processo de vida.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Na sequência, agora, convido para fazer uso da palavra a Dr^a Sandra Lia Bazzo, Presidente da Comissão da Mulher Advogada.

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINSKI – Exm^a Sr^a Deputada Rosane Ferreira, que ora preside a Mesa e Exm^a Sr^a Senadora Ana Rita, ilustre Relatora desta CPI. Recebemos com muita satisfação a notícia de que esta CPI estaria no Paraná e envidamos, junto ao Movimento de Mulheres, todos os esforços para que ela fosse organizada da melhor forma possível.

A OAB tem um longo histórico de acompanhamento da situação da violência baseada em gênero no Paraná. Logo após a promulgação da Lei 11.340, a Comissão da Mulher Advogada criou na OAB um grupo de trabalho e estudo para implementação da lei no Paraná. Foi graças a esse grupo, que gestionou junto ao Tribunal de Justiça, que nós temos hoje a Vara de Violência Doméstica em Curitiba e, também pela atuação das nossas colegas em Londrina e pelo grupo Nós do Poder Rosa, que o juizado lá também foi criado. E, junto a isso, ainda tivemos outras ações na área da saúde e na área do Orçamento. Conseguimos inserir na época no Orçamento algumas rubricas, mas nada disso – depois vou mostrar – foi efetivamente implementado, além dos juizados, algumas melhorias nas delegacias.

Nós trazemos hoje o relatório do Movimento de Mulheres e o relatório institucional da OAB, que logo após vou entregar, dando conta de todos esses problemas que já foram apontados pelas colegas que nos antecederam e que talvez justifiquem as falas dos nossos secretários.

Em nosso relatório nós apontamos amplitude, a complexidade do fenômeno da violência de gênero, a questão conceitual – que agora não vem ao caso, até porque todas estamos cansadas – mas a impossibilidade também – e eu acho que aí é um dos pontos mais críticos que nós temos no Estado – a impossibilidade de formular políticas públicas na área da violência de gênero adequadas e eficazes, quando o próprio Governo – não só o estadual, mas o próprio Governo Federal – não tem estatísticas, reconhecem a inexistência de dados oficiais, de estatísticas sistemáticas sobre a violência contra a mulher, de dados confiáveis que permitam conhecer as dimensões da violência de gênero numa determinada sociedade, tanto na sua magnitude quanto nas suas formas de expressão, e os meios empregados em que ela ocorre, em que é praticada.

Denunciamos a ausência de estrutura eficaz de Estado para promover políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Paraná. O enfrentamento da violência baseada no gênero requer uma ação intersetorial, interinstitucional, dada a complexidade do problema e o caráter setorizado da estrutura governamental. Então, é imprescindível a existência de um organismo, o Conselho Estadual e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com a principal tarefa de articulação das políticas setoriais e a defesa dos direitos da mulher, para que as ações possam impactar de fato o problema.

O que nós temos no Estado – todos nós sabemos, e isso se repete não sei por quê – é que cada secretaria, cada Poder executa algumas políticas isoladamente, e os serviços não se comunicam. Mais – e isso foi uma surpresa inclusive para mim: nós não temos planejamento no Estado que possa aferir de forma consistente e permanente o resultado dessas políticas, se é que podemos falar em resultado diante dos dados que nos assombram com o mapa da violência.

Além disso, vemos isso tanto na área da segurança pública como na saúde. Fazemos aqui um relatório pormenorizado de que vou poupá-las neste momento.

Nós também trouxemos nesse nosso relatório da OAB alguns dados que complementam o relatório do Movimento de Mulheres, como a questão das privadas de liberdade. O Estado do Paraná só possui uma penitenciária feminina, localizada em Piraquara, que é região metropolitana de Curitiba. Possui também dois estabelecimentos prisionais menores, o Centro de Regime Semiaberto de Curitiba e o Centro de Triagem da Polícia Civil, também em Curitiba.

Isso viola a normativa internacional mais recente sobre o tema. São as Regras de Bangkok, aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, em 6 de outubro de 2010. Essas regras são bem claras a respeito do im-

pacto negativo do distanciamento das mulheres encarceradas de suas famílias, recomendando, em duas oportunidades, que os Estados as enviem a locais perto de seus lares ou centros de reabilitação social e que facilitem o contato com seus familiares.

A inexistência de outras penitenciárias no Estado também implica o uso deliberado das delegacias de polícia. Trazemos aqui o relatório da Comissão de Direitos Humanos da OAB tratando da questão das delegacias. Tanto o CNJ quanto a Comissão de Direitos Humanos da OAB verificaram *in loco* a gravidade da situação dessas mulheres, que também está comprovada aqui.

Junto a isso, há a superlotação. Aí, temos também outra violação. Os princípios e boas práticas sobre a proteção das pessoas privadas de liberdade nas Américas, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, estabelece que a ocupação acima daquela prevista deve ser proibida por lei e que, quando violar direitos humanos, deverá ser considerada uma pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante para efeitos legais. Nós temos superlotação e insalubridade em pelo menos três ou quatro delegacias no Estado.

Outra questão é que não há separação das presas entre aquelas condenadas e não condenadas, as provisórias, ou por idade e periculosidade. É também uma violação às regras mínimas definidas pela ONU e aos princípios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Temos a questão da idosa. De acordo com o Ligue 180, central de atendimento à mulher, houve um aumento no maltrato às idosas. No ano de 2011, o ligue 180 registrou 10.704 denúncias e só nos primeiros 3 meses de 2012, esse número chegou a 4.199.

O Disque Idoso, no Paraná, recebeu 22.000 chamadas, no período de outubro de 2003 a junho de 2010, dos quais 9.000 são denúncias de maus tratos, o que significa 40%. As denúncias mais recorrentes foram de negligência e abandono, agressões verbais e psicológicas, apropriação indébita e agressões físicas.

Existe uma outra questão – e estou saltando o meu texto para poupá-las – além de competente para apreciar os casos da violência contra mulher com mais de 60 anos, temos a questão da competência do nosso juizado de violência contra mulher. Além de competente para apreciar os casos contra mulher com mais de 60 anos, o juizado, por sua competência cível e criminal, passa a ter um papel fundamental uma vez que por vezes há uma relação direta de violação física e psicológica sofrida pela vítima idosa, com violências patrimoniais, ou seja, aquela violência é o meio pelo qual se busca obter algum tipo de vantagem ilícita quando o patrimônio é o objetivo final da vítima idosa.

Trazemos junto ao nosso relatório a denúncia de um caso de uma senhora idosa paranaense, que acabou falecendo, sabe-se lá em que circunstâncias, nos Estados Unidos. Houve completo abandono desta mulher por parte do poder público.

A questão da criança e adolescente. A vítima de violência sexual nós trazemos aqui alguns dados do hospital Pequeno Príncipe, que foi onde conseguimos obtê-los, que dão conta de que o número de casos, por gênero, no hospital Pequeno Príncipe, de 2007 a 2011, tivemos 1.036 casos contra criança ou adolescente do sexo feminino e 561 do sexo masculino.

Os principais tipos de agressão, de 2007 a 2011: sexual, 1.079; física, 293; negligência, 234; violência doméstica intrafamiliar, 58% dos casos em 2007 e 66% dos casos em 2008.

Suposto agressor: em 2007, 19% eram os pais; 26% parentes; 17% vizinhos e 11% desconhecidos. Em 2011, 37% são os pais; 21% parentes; 12% vizinhos e 7% padrasto.

Local da agressão: 64% dos casos na casa dos pais – e isso me emociona – em 2011, 55% a casa dos pais. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Temos que bater palmas porque é disso que somos feitos, da emoção e da indignação que sentimos. Parabéns Sandra!

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINKI – Não vejo mérito nisso. Os percentuais trazidos pela instituição hospitalar são de suma importância e apontam que as meninas são as maiores vítimas e que a violência é sexual, perpetrada por seus pais, dentro de seu lar, onde deveriam estar abrigadas, protegidas de qualquer espécie de perigo à sua saúde física e mental.

A rede de atendimento à mulher em situação de violência. Aí reside uma dúvida que não consegui esclarecer: segundo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, estamos em processo de pactuação e para a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres nosso pacto não está assinado. Esta é a informação que nós temos do *site* da Secretaria Especial da Mulher. A gente discutiu a pouco isto e confirmamos no site, então existe essa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINKI – O que aconteceu é que quando fomos chamadas aqui, neste plenário, pelo Dr. Rosinha, pela Deputada Rosane Ferreira e demais parlamentares estaduais, confesso para vocês que fiquei pensando se realmente nós mulheres falávamos da realidade das nossas mulheres.

Propus para o nosso presidente a realização de uma consulta à advocacia, porque não teria legitimidade para falar aqui pela Ordem se não tivesse ouvido

os meus pares. Fizemos uma consulta muito rápida – sete dias –, tivemos 579 respostas e essa consulta tem dados muito semelhantes a todos aqueles que falamos inclusive aos dados do Mapa da Violência: 65% das mulheres são agredidas na residência – o Mapa da Violência fala em 68% – e assim vai, confirma tudo aquilo que sempre falamos todas as estatísticas que nós temos aí de organismos nacionais. Mas o que me surpreendeu também é que a advocacia ou não conhece ou entende que Rede de Atendimento a Mulher em Situação de Violência é aquela rede judicializada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Dr^a Sandra, é com bastante constrangimento, que faço – eu vou para Brasília só amanhã cedo. Mas a Senadora segue...

Infelizmente, eu lamento muito colocar dessa forma.

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINKI – Só vou falar da questão do orçamento e encerro.

Esses dados estão aqui e depois eu disponibilizo esse relatório para quem quiser.

Só quero falar, além de tudo que foi falado, nós fizemos também uma consulta à Comissão de Gestão Pública da OAB e eu pedi que fizessem uma análise do orçamento do Estado e do Município de Curitiba.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E do Tribunal de Contas do Estado, também, fazer uma análise.

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINKI – Essa análise é da Comissão de Gestão Pública da Ordem, tomaram o orçamento; para nossa maior surpresa e talvez isso justifique. Eu vou ler o final da análise que diz o seguinte: “A análise realizada pela Comissão de Gestão Pública, Assuntos da Administração da OAB Paraná, da lei orçamentária do Estado do Paraná de 2012 evidencia um descompasso do Estado com o enfrentamento contra a mulher”.

A única rubrica que menciona a proteção aos direitos das mulheres é genérica e não específica temática, englobando diversas outras políticas públicas de proteção e garantias aos direitos fundamentais, inclusive criança, idoso, tudo que nós conhecemos. E a lei orçamentária do Município de Curitiba não possui nenhuma rubrica específica para enfrentamento da violência contra a mulher.

A gente faz uma série de recomendações, mas é assim que termino.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Quero agradecer e passar, rapidamente, a palavra para Senadora que, se porventura, tiver algum questionamento a ser feito que possa fazê-lo, ou então que encerre...

Senadora, se a senhora tiver algum questionamento para os movimentos terá que ser feito brevemente, bem como suas colações finais.

(Entrega de documentos e foto.)

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Eu quero aqui fazer um agradecimento, em nome de toda a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pelo acolhimento que tivemos aqui no Município do Paraná. Quero agradecer à Assembléia Legislativa, que nos acolheu aqui. Quero agradecer muito à OAB, na pessoa da Dr^a Sandra, que esteve conosco desde ontem, nos acompanhando, nos ajudando na infraestrutura. Ela cedeu uma van para que pudesse nos buscar no aeroporto, levar para o aeroporto, levar ao hotel, fazer as diligências. (*Palmas.*)

Dr^a Sandra, muito obrigada não só pelo esforço que a senhora fez de construir o documento, mas também de oferecer as condições para que nós pudessemos transitar aqui na cidade, no dia de ontem e de hoje. Muito obrigada por tudo.

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINKI – Senadora, não foi à toa.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Sim.

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINKI – Não foi à toa, graças a Deus. Eu gostaria de ter o compromisso da CPI de retorno para essas mulheres.

Nós estamos estudando, dentro da Ordem, uma maneira de garantir, não só através do Observatório, mas através de organismos internacionais, que o resultado desta CPI seja levado a sério não só no Paraná, mas principalmente aqui que é o nosso Estado.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Muito bem. Muito obrigada.

A SRA. SANDRA LIA BAZZO BARCOINKI – Não foi à toa. É isto que a Ordem tem a dizer.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Obrigada.

Quero também agradecer a todos os assessores dos Parlamentares deste Estado, do Dr. Rosinha, do Senador Sérgio Souza, da nossa querida Deputada Rosane, enfim, todas as pessoas que colaboraram conosco. Quero agradecer às autoridades que aqui estiveram durante praticamente todo o dia. Algumas permanecem aqui hoje: a Secretaria de Saúde, o Tribunal de Justiça. Enfim, a todas as pessoas, como a nossa companheira lá da Polícia Militar, a Tenente Luci.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – A Delegada da Mulher também, viu, Senadora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Quem? A Delegada da Mulher, que está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – A Dr^a Maritza.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Quero agradecer a todos vocês sem distinção, um agradecimento especial.

Mas, antes, eu quero dizer algumas coisas que eu acho importantes. Primeiro, todos os documentos que vocês estão nos entregando, que entregaram agora, que foram entregues durante a audiência pública, eles estarão disponibilizados no *site* da CPMI.

É claro que vai precisar aí de uns dias, não é isso, Oscar? O Oscar é o secretário responsável para justamente organizar todo este material e colocar no *site* da CPMI, para que vocês possam...

Ele está me dizendo aqui que na quarta-feira já estarão disponibilizados no *site*. Para vocês acessarem, entrem no *site* do Senado do Senado (www.senado.gov.br). Há um *link* que leva vocês para o *site* da CPMI. E aí todos os documentos, inclusive esses que foram entregues agora, estarão lá à disposição de vocês e de todas as pessoas interessadas do Brasil inteiro, para pesquisa, para conhecimento e tudo mais.

Outra coisa que quero afirmar aqui: além dos objetivos pelos quais a CPMI foi criada, que nós informamos aqui no início desta reunião, desta audiência pública, também há outros grandes objetivos. Primeiro, a CPMI quer ser, com certeza, sem a menor dúvida – e vocês deram essa demonstração aqui –, motivadora, de mobilização permanente da sociedade. Vocês se mobilizaram para estar aqui hoje. É importante que essa mobilização permaneça, para que aquilo que foi assumido como compromisso por parte dos poderes públicos aqui possa, de fato, se efetivar no dia a dia.

Então, é importante que a sociedade continue acompanhando, cobrando, sendo parceira, porque a cobrança é uma forma de ser parceira. Se a gente é cobrada, a gente faz as coisas acontecerem de fato. A CPMI tem como objetivo também motivar essa mobilização e, além disso, ser estimuladora, provocadora dos Poderes Públicos.

Olha, gente, por todos os Estados por onde nós estamos passando, acho que o que fica de... A nossa satisfação, além de fazer com que o Estado realmente se movimente para nos dar as respostas, as informações, é porque a gente percebe que o Estado acaba se comprometendo muito mais. Isso a gente já percebeu nos outros Estados e percebemos aqui hoje. Então, é ser de fato estimuladora e provocadora dos Poderes Públicos.

As informações que aqui nós buscamos obter e as respostas necessárias que nós não obtivemos, nós vamos reiterar esses pedidos com prazo determinado para que essas respostas cheguem até nós. Vamos também fazer alguns pedidos de informação. Em função das diligências que foram feitas hoje, algumas coisas nós precisamos saber melhor. Então, serão feitos alguns pedidos de informação pela nossa assessoria para que possamos obter mais dados, mais informa-

ções. Então, os órgãos públicos que receberam a visita da CPMI vão receber posteriormente alguns pedidos de informação.

Com relação à fala da nossa companheira aqui sobre a Violência Obstétrica, também encaminharemos alguns pedidos de informação para a Secretaria de Saúde, para que a Secretaria de Saúde também possa nos esclarecer, nos informar sobre esses dados e essas questões aqui colocadas.

É isso por enquanto. É claro que a partir da análise de toda a documentação, se houver necessidade, encaminharemos novos pedidos de informação.

E o caso da Raquel, que eu estava me esquecendo aqui agora... A Raquel é a denúncia que vocês fizeram aqui e por se tratar de uma criança de nove anos, nós vamos encaminhar o caso para a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Câmara Federal, para que acompanhe de perto esse caso. *(Palmas.)*

Era isso que nós gostaríamos de informar.

A CPMI está à disposição, caso vocês precisem de mais alguma informação ou mesmo nos cobrar algum retorno, vocês poderão acessar o *site*. Lá tem um campo onde vocês poderão preencher com informações, com denúncias, com perguntas. Enfim, estamos à disposição de vocês naquilo que for necessário para poder ajudar e contribuir com o trabalho. Se Deus quiser, um dia poderemos fazer novas audiências públicas, não para denunciar, mas para comemorar a redução dos índices de violência contra as mulheres.

É isso.

Muito obrigada a vocês pelo acolhimento.

Um abraço e que Deus continue nos abençoando. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Você devolve a palavra a mim?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Passo a palavra agora...

Só um minuto, gente, porque nós precisamos encerrar formalmente esta audiência pública.

Passo a palavra, então, para a Deputada Rosane, que está no exercício da Presidência desta audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Ferreira. PV – PR) – Eu quero rapidamente fazer dos agradecimentos feitos pela Senadora Ana Rita os meus agradecimentos e deixar claro uma questão aqui. Nós somos 12 Deputados titulares e 12 Senadores titulares desta CPMI. São 24 Parlamentares, Congressistas envolvidos com essa causa. Podem ter a certeza absoluta que para muitos deles é a causa principal de luta naquela Casa.

Eu quero agradecer também formalmente à OAB e mais do que agradecer pela logística, pela infraestrutura,

pelo delicioso coquetel de ontem, eu quero agradecer à senhora pela emoção que a senhora mostrou aqui nesta tribuna. É essa indignação que vai fazer as mudanças que este País precisa com relação à violência contra a mulher.

Muito obrigada.

Declaro encerrada a presente audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 58 minutos)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 22ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 22ª Reunião realizada em 29 de junho de 2012, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, no Auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a presidência da Deputada **Keiko Ota** (PSB/SP) e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita** (PT/ES) e **Marta Suplicy** (PT/SP); da Senhora Deputada: **Aline Corrêa** (PP/SP); e da Deputada Federal, não membro da Comissão, **Janete Rocha Pietá** (PT/SP). Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Ângela Portela** (PT/RR); **Ana Amélia** (PP/RR); **Lúcia Vânia** (PSDB/GO); **Maria do Carmo Alves** (DEM/SE) e o Senhores Senadores: **Sérgio Souza** (PMDB/PR) e **Armando Monteiro** (PTB/PE); as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna** (PT/GO); **Teresa Surita** (PMDB/RR); **Jô Moraes** (PCdoB/MG); **Rebecca Garcia** (PP/AM); **Prof. Dorinha Seabra Rezende** (DEM/TO); **Gorete Pereira** (PR/CE); **Sueli Vidigal** (PDT/ES); **Carmem Zanotto** (PPS/SC) e **Célia Rocha** (PTB/AL) e dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha** (PT/PR) e **Eduardo Azeredo** (PSDB/MG). Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a participação das seguintes autoridades: **Desembargadora Angélica de Maria Mello do Almeida**, Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Ivan Ricardo Sartori; **Dr. Arnaldo Hossepian Júnior**, Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Márcio Fernandes Elias Rosa; **Dr. Fabiano Marques de**

Paula, Secretário Adjunto da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, representando a Secretária Dra. Eloísa de Souza Arruda; **Dra. Gislaine Doraide Ribeiro Pato**, Delegada de Polícia dirigente do Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo, representando o Secretário de Segurança Pública, Dr. Antônio Ferreira Pinto; **Dra. Karina Barros Cafife Batista**, Assessora em Saúde da Mulher, representando a Secretário de Saúde, Dr. Giovanni Guido Cerri; **Dra. Rosemary Corrêa**, Gestora Executiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher; **Dr. Renato Campos Pinto e Vitto**, Defensor Público, representando a Defensora Pública-Geral, Dra. Daniela Sollberg Cembranelli.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Em 29 de junho de 2012, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4/2011-CN, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Agora, passo a palavra à Senadora Marta Suplicy, Vice-Presidente do Senado Federal. (*Palmas.*)

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Obrigada, Deputada Keiko Ota.

Boa tarde a todos e a todas presentes!

A CPI da Violência contra as Mulheres está aqui hoje fazendo visita ao Estado de São Paulo, como irá relatar depois a Senadora Ana Rita, relatora da CPMI, um pouco sobre o panorama geral em outros Estados. Acho que, com este, são sete os Estados em que estão se realizando estas audiências públicas, com um público presente e com lideranças como as que temos aqui hoje.

Aqui, sou a responsável por apresentar o quadro da situação em São Paulo.

Quero também dizer que a Deputada Janete Pietá, a Deputada Keiko e a Deputada Aline, todas têm sido parceiras nestas diligências aqui no Estado de São Paulo, para que pudéssemos ter um quadro e, quando a audiência pública fosse instalada, já houvesse um diagnóstico bastante crítico para podermos fazer as perguntas para as autoridades que estarão aqui presentes.

Os números apontam para 663 mulheres assassinadas em 2010, praticamente duas mortes por dia. Entre janeiro e maio de 2012, tivemos 28.193 mulheres vítimas de lesão corporal dolosa – isso é muito interessante em relação à violência em São Paulo, que tem aumentado –, mas, desses 28 mil casos, 17.490 são

no interior do Estado de São Paulo, onde os casos são mais numerosos do que na capital, e a possibilidade de atendimento é muito mais frágil do que na capital. Quer dizer, nós constatamos que a mulher sofre mais e é mais assassinada, mais espancada, mais humilhada, no interior e onde há menos recursos para que possa ser assistida.

O estudo do mapa da violência, elaborado pelo Instituto Sangari, mostra também, com clareza, que os homens assassinados morrem na rua e que as mulheres morrem em suas casas. Só isso já justifica o que temos tido de trabalho e empenho na Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha teve sua constitucionalidade questionada. O Supremo se pronunciou a favor da constitucionalidade. Hoje, nós não podemos – já não podíamos antes, mas agora temos ainda uma posição do Supremo – aceitar cesta básica ou diminuição de pena, porque isso é crime. E temos hoje o direito de exigir o cumprimento da Lei Maria da Penha na sua totalidade.

Eu considero a Lei Maria da Penha o segundo fato mais importante para nós, mulheres. O primeiro é o nosso direito ao voto, e o segundo é este. Pela importância que damos a essa lei, temos de lutar para que ela seja realmente aplicada. É uma lei novinha – tem seis anos –, é muito conhecida pela população – isso é muito bom –, mas uma lei não existe no abstrato. Ela tem de ter estrutura para poder ser cumprida. E o que percebemos aqui no Estado de São Paulo é que não existem essas estruturas.

Então, as audiências regionais foram no Alto Tietê, no Vale do Paraíba, no litoral norte, na capital, em Osasco, na região ao lado de Osasco, no ABC paulista e em Campinas. E com a presença de governos municipais, consórcios, Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacia de Defesa da Mulher, Juízo de Direito e representantes da sociedade civil.

Bom, eu não vou me deter no que a lei obriga a fazer porque a maioria das pessoas aqui presentes conhece a lei. Mas então vamos ver um pouco de dados sobre São Paulo. Foi feito um pacto nacional pelo Governo Federal em 2006 com o objetivo de desenvolver políticas públicas, amplas e articuladas direcionadas prioritariamente às mulheres em situação de violência. Depois que a lei foi feita, se não me engano, em 2003, em 2006, para ajudar exatamente que a lei tivesse mais estrutura, foi feito esse pacto.

Vamos ver os dados sobre esse pacto, como ele está em São Paulo.

A data de adesão do pacto foi 25 de novembro de 2008. O Estado de São Paulo foi o penúltimo Estado a aderir à lei. O acordo de cooperação federativo

foi assinado pela Ministra Nilcéa Freire e o governador de então, José Serra. A câmara técnica do pacto teve como representantes: Gestora Executiva, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Secretaria de Administração Penitenciária. Estou lendo tudo isso porque é um pacto, há um acordo. E vejam as instituições que fizeram esse acordo: Secretaria de Justiça, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, entidades não governamentais e Ministério Público, a convite.

O objetivo desse pacto e dessa câmara técnica é traçar plano de ação e investimento para o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado.

Municípios polos: Bauru, Campinas, São Carlos, Marília, Piracicaba, Limeira, Araraquara, Ourinhos, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba, Embu, Poá, São Paulo, Jundiaí, Botucatu, Itapetininga, Guarulhos, Osasco, Santo André.

Bom, uma coisa que chama a atenção é que traçar plano de ação e de investimentos para o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, para traçar qualquer plano, temos que ter uma secretaria, ou uma coordenadoria, ou alguém que tome conta, mas que não seja uma pessoa só. Tem que ter uma estrutura. São Paulo não tem secretaria, nem coordenadoria, nem conselho. Tem uma pessoa que responde. (Palmas) Uma pessoa não tem condição de colocar à frente qualquer política, principalmente se essa política não tem rubrica no Orçamento. Qualquer pessoa que trabalha em qualquer instituição sabe que sem uma rubrica no Orçamento você não tem poder de ação. Não existe rubrica no Orçamento do Estado de São Paulo para o combate à violência contra a mulher.

O Governo Federal, para o quadriênio 2008-2011, tinha um valor, um recurso de R\$36.288.722,65. O que aconteceu foi que o Governo Federal mandou já parte desse recurso, um pouco mais da metade, e o governo estadual não compareceu com nenhum recurso.

Então, nós temos o Governo Federal que repassou. E esse recurso foi distribuído como? Não sabemos os critérios. Acontece que o recurso não passa pelo Estado; ele vai diretamente para o Município. Os critérios de escolha do Município não estão claros porque não são os Municípios que têm maior índice de violência, não são os Municípios regionais, porque nós temos Guarulhos e temos Poá. Então não dá para entender. É a mesma região. Por que vai para lá? Então são perguntas que ficam. São Paulo, hoje, em números absolutos, tem o maior número de mulheres assassinadas.

O Estado de São Paulo tem uma história bonita na questão da mulher: foi o Estado precursor, quando o então Governador Franco Montoro criou a primeira

Delegacia da Mulher. E isso nos colocou na vanguarda. Daí para frente, as delegacias foram meio desestruturadas, não aumentadas. Não tiveram o que se esperava de um Estado que foi proa nessa questão. Foram realizadas três conferências estaduais de políticas para as mulheres, nas quais foi aprovada uma série de propostas para combater a violência doméstica. As propostas caíram no vazio, e as conferências ficaram no papel.

Apesar dessas iniciativas, até o momento, não existe um programa de atendimento integrado às mulheres vítimas de violência no Estado de São Paulo. E uma coisa séria, que vou repetir: no PPA do Estado de 2012 a 2015, não existe nenhum programa destinado ao combate à violência contra a mulher. O mesmo acontece na LDO de 2012.

Bom, nós temos 125 Delegacias de Defesa da Mulher, e apenas uma tem atendimento 24 horas. Agora, conversando com as delegadas, indo às delegacias, eu poderia dizer que as delegacias de mulher do nosso Estado são consideradas delegacias de terceira categoria, porque são destinadas a profissionais no início de carreira, com salários muito menores, o tamanho da equipe policial é mínimo. E, a partir dessa remuneração, o status da delegacia da mulher acaba sendo considerado uma coisa qualquer, irrelevante, sem peso e sem prestígio para o atendimento das mulheres.

O papel da Defensoria Pública. Na lei, em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado (ou de advogada), ressalvado o previsto no art. 19 dessa lei. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei.

Bom, o que vimos é que o Estado tem 494 defensores, no geral, distribuídos em 28 cidades. Existe um núcleo especializado em violência doméstica e um serviço no Tribunal Criminal da capital, com dois defensores: um, destinado a atender a vítima e, outro, para atender o agressor. Na prática, o que percebemos, o que eles colocam é: o defensor do agressor desiste; o defensor da mulher ninguém quer ser; e os advogados dizem: “Mas eu não vim aqui para defender mulher”. Essa é a situação.

Então, percebemos que há uma deficiência na capacitação das pessoas que vão ajudar a defender as mulheres, que estarão lá para defender as mulheres. Isso também está junto com algo desprezado, não prestigiado. Então, a cultura machista, acoplada ao desprezo como são tratadas as mulheres espancadas, gera essa questão dos advogados, que é um problema sério. Temos que ter propostas, primeiro, de ampliação

do número dos defensores das vítimas e designação de defensores para atuar especificamente na defesa das vítimas, na qual a mulher seja acompanhada do começo ao fim do processo. Estou falando de algo que está a anos-luz de acontecer.

Agora, temos aqui uma proposta concreta para o Governo do Estado. Vão ser criados, agora, 400 novos cargos de defensores. E é necessário saber da Defensora Pública Geral quantos dos cargos criados vão ser destinados para atender a Lei Maria da Penha, as mulheres vítimas de violência. Nós temos uma oportunidade importante agora. *(Palmas.)*

Em relação ao Ministério Público, está prevista a sua atuação na Lei Maria da Penha: quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher, ele vai intervir; e caberá ao Ministério, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário: requisitar força policial, fiscalizar os estabelecimentos públicos de atendimento à mulher que está sendo espancada, medidas administrativas, judiciais, cadastrar os casos de violência doméstica.

Bom, tudo isso está bonito, é o que ele tem que fazer, mas não existe núcleo especializado no âmbito estadual do Ministério Público, conforme previsto na lei. A lei manda, mas não é cumprida. O que existe é um serviço no Tribunal Criminal, com três promotores e duas assistentes sociais. Isso para o Estado inteiro.

Proposta: criação de núcleo especializado no Ministério Público e nas regiões do Estado; capacitar e sensibilizar os promotores de Justiça para atuar nos casos previstos na Lei Maria da Penha, porque os promotores, também, incidem nessa mesma dificuldade de tratar a mulher espancada.

Na Secretaria Estadual da Saúde, em parceria com a Secretaria da Segurança Pública, foi implantado o programa Bem-me-Quer, cujo objetivo é dar atendimento diferenciado às vítimas de estupro, atentado violento ao pudor, sedução e outros crimes relacionados a todo tipo de violência. E é por meio de integração entre a polícia, o serviço médico e psicológico e jurídico. O programa funciona no Hospital Pérola Byington. O problema é que não existem outros pontos de atendimento, inclusive várias cidades da região metropolitana acabam enviando as mulheres para cá, para o serviço.

O atendimento no Pérola Byington é bom, mas não dá conta. É o único. *(Palmas.)*

Proposta: criação de novos núcleos especializados na área da saúde da mulher para atendimento nos casos da Lei Maria da Penha.

Está previsto no programa Rede Cegonha, do Governo Federal, com adesão dos Municípios – quer

dizer, tem recurso aí –, o atendimento às vítimas de violência. Portanto, os hospitais que aderiram ao programa poderão atender as vítimas de violência. Isso é muito importante que ocorra, porque hoje inexistente.

Sobre a notificação compulsória de violência doméstica.

Não está implantado pela Secretaria Estadual da Saúde o serviço de notificação compulsória de violência doméstica, no qual o posto de saúde tem que preencher uma ficha, e, nos casos suspeitos de violência, a notificação deve ser encaminhada às autoridades competentes. No caso das mulheres, as DDMs e os centros de referência e outros.

No Judiciário, a Lei da Maria da Penha prevê a criação de varas especializadas e juizados especializados de violência doméstica. Em São Paulo, existem sete varas especializadas da violência doméstica, sendo uma vara central. As seis demais são adaptadas, conveniadas. Só existem porque têm recursos do Governo Federal e só existem na Capital. São mantidas com recursos do Pronasci. Tenho aqui o nome e onde estão essas varas.

Para dar um exemplo, no mês de maio, a Vara Especializada da região central da cidade de São Paulo recebeu 189 inquéritos policiais e se tornaram processos somente 49. Então, isso nós achamos esquisito. Se há 189 inquéritos, como é que só dão 49 processos? E aí tem a ver com a capacitação nas delegacias. A delegacia faz um inquérito tão ruim, tão mal elaborado, tão mal respondido, que chega ao Ministério Público e volta, porque ele não pode atuar. Então, vocês podem imaginar uma mulher que consegue chegar a uma delegacia, o que não é fácil, por outras questões, não da delegacia, e aí fazem o inquérito absolutamente irregular, e, quando chega ao Ministério, que também demora, ela é mandada de volta para a delegacia. Quer dizer, nesse momento, ela já morreu, ou ela já separou, ou continua apanhando. É inacreditável a falta de capacitação.

O que fomos vendo em todas as diligências é que é irrelevante para o Estado. Irrelevante. Tanto faz que dê certo, que chegue ao termo, que ela seja ajudada. É tratado com o maior desprezo e não importância. O que está ficando nas apurações aqui, Senadora relatora Ana Rita, é a desimportância, a não importância que o Estado de São Paulo dá às mulheres que estão sofrendo a violência.

Para vocês terem uma ideia, nessa Vara Central, está acumulada uma pauta para daqui três meses. Além de chegar pouco, o que chega encontra uma pauta de três meses para ser resolvida.

A proposta, obviamente, é a ampliação do número de varas especializadas para várias regiões do

Estado, respeitando o mapa dos crimes de violência contra a mulher. A nossa sugestão é que cada região administrativa do Estado – são 15 – tenha uma vara especializada, num primeiro momento, para depois podermos ampliá-la. Mas, num primeiro momento, cada região do Estado de São Paulo tinha que ter uma vara especializada.

Bom, em relação à equipe multidisciplinar, reconheço que isso é extremamente importante. Nós sabemos que o art. 29 da Lei Maria da Penha estabelece:

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica [...] contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Eu sei que, ao se fazer uma lei, é muito difícil implantá-la diretamente com toda a infraestrutura. Agora, o que chama a atenção no Estado de São Paulo é que não há uma meta. Como eu estava falando, não há essa preocupação. Não há uma meta a curto prazo. “Nós vamos fazer tantas varas em tanto tempo. Nós vamos criar uma assistência psicológica.” Não há meta nem a curto nem a médio nem a longo prazo. Inexiste! Essa é a palavra. Não há plano para nada. (*Palmas.*)

O art. 30 da Lei prevê que compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer o atendimento da vítima, que é realizado pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher, com equipamentos para todo o Estado de São Paulo, e pela Assistência Social.

Hoje, em São Paulo, há dois lugares que fazem esse atendimento: o Centro de Referência e a Assistência Social. É a maior confusão, porque, se a mulher é atendida pela Assistência Social, não existe uma capacitação do pessoal de lá para atendê-la e, muitas vezes, nas diligências, nós ouvimos as pessoas dizerem: “Olha, deixa para lá essa denúncia, porque você vai prejudicar a sua família”. Isso ocorre na Assistência Social. (*Palmas.*)

Não sei se no Centro de Referência ou na Assistência Social, mas a pessoa tem direito a um aluguel em apenas um desses locais. Então, não se integram, não conversam. Funcionam assim, soltos.

A nossa proposta é que haja uma articulação dos serviços realizados pelas coordenadorias de mulheres dos Municípios, pelas secretarias de assistência do Estado, com a capacitação dos profissionais que atuam nos CRAS e nos CREAS, garantindo recurso orçamentário à coordenação de mulheres, o que hoje não existe.

Na audiência pública de hoje de manhã, uma audiência com as ONGs, foram definidos quatro pontos fundamentais que têm que ser implementados – nós passamos essa informação para o relatório da Senadora Ana Rita, porque sabemos que há problemas semelhantes em outros Estados –: Centro de Referência, para a mulher poder chegar a uma delegacia mais amparada (*Palmas.*); Defensoria, com advogados presentes para defenderem as mulheres; capacitação em todos os órgãos que atendem as mulheres; e, principalmente, orçamento, porque só com ideia e boa vontade ninguém trabalha. (*Palmas.*)

Esse é o relatório.

Quero agradecer a contribuição das Deputadas Janete Pietá, Telma de Souza, que está aqui presente, Aline Corrêa e da Vice-Presidente da Comissão, Keiko. Isso que eu estou aqui colocando é uma contribuição de todas as nossas equipes que formularam o diagnóstico para a CPI poder atuar regionalmente pelo Estado de São Paulo, tendo como parâmetro o que acontece no nosso Estado. Infelizmente, essa é uma situação extremamente dramática. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Passo a palavra à Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar também todas as autoridades aqui presentes, representando todos os Poderes deste Estado: o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública. Cumprimento também todos os movimentos sociais, os movimentos de mulheres que estão aqui representados, enfim, todas as pessoas que estão hoje aqui acompanhando esta audiência pública.

Inicialmente, quero informar que o formato da vinda da CPMI para os Estados é o mesmo formato que temos utilizado em todos os Estados por onde estamos passando. O Estado de São Paulo é o sétimo Estado em que estamos realizando audiência pública, sempre precedida de diligências aos equipamentos e precedida também de reunião com os movimentos sociais, para que possamos obter os subsídios necessários para a realização da audiência pública.

Também sempre precede visita às autoridades. No Estado de São Paulo, realizamos, no dia de ontem, visita ao Governador do Estado, Geraldo Alckmin, que assumiu o compromisso de ampliar as delegacias da mulher, de capacitar os profissionais, de constituir equipes multidisciplinares nas Delegacias de Defesa das Mulheres e de estudar a viabilidade do plantão 24 horas. Esses foram os compromissos assumidos pelo Governador do Estado.

Além disso, o Governador informou que solicitará à Fundação Estadual de Análise de Dados monitoramento dos crimes e das políticas específicas para as mulheres. Então, vou fazer, como Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, um requerimento solicitando as informações a serem obtidas pela Fundação. Na reunião realizada hoje pela manhã com o movimento de mulheres, não pude estar presente em função do voo, mas soube que a reunião foi muito proveitosa, uma reunião altamente participativa, representativa, em que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito colheu importantes informações sobre a estrutura ainda deficitária da rede de atendimento.

Quero dizer para os movimentos aqui presentes e para todas as autoridades que todas as informações colhidas nas diligências, na reunião com os movimentos de mulheres e nesta audiência pública constarão do nosso relatório – e eu sou Relatora. É importante que vocês saibam que tudo o que vai ser dito e que já foi dito durante a presença da CPMI aqui será aproveitado, será valorizado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Esta Comissão tem como objetivo investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil, mas também de apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público, com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Como eu disse, o Estado de São Paulo é o oitavo a realizar audiência pública – também foi lembrado aqui pela Senadora Marta Suplicy. Os critérios de visita aos Estados que foram definidos ao propor o nosso plano de trabalho foram os Estados mais violentos, de acordo com o mapa da violência do Instituto Sangari. Então, selecionamos os dez Estados que apresentam os maiores índices de violência e também selecionamos os Estados mais populosos, como é caso do Estado de São Paulo,

É importante dizer também que o Estado de São Paulo é pioneiro nas políticas para mulheres. Foi o primeiro a criar as Delegacias de Defesa da Mulher. Também foi o primeiro a instalar um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, presidido por Eva Blay, que me parece estar presente aqui, já esteve mais cedo, não sei se está agora. São Paulo também criou o primeiro serviço de abortamento legal do País e o primeiro Centro de Referência no Atendimento à Mulher...

(Manifestação da plateia.)

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Que está fechado...

Não, eu estou dizendo que o Estado de São Paulo foi pioneiro. Eu não estou dizendo que tudo isso está funcionando. É só para lembrar que o Estado de São Paulo foi pioneiro.

A SRA. MARTA SUP LIC Y (PT – SP) – E foi na minha gestão, Ana.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E foi na gestão, inclusive, da Senadora Marta Suplicy.

Eu peço a atenção de vocês porque o Estado de São Paulo tem uma responsabilidade muito maior do que os demais Estados porque ele foi pioneiro em muitas políticas públicas e que, em vez de avançar, retrocedeu.

É esse o destaque que eu quero fazer. *(Palmas.)*

É esse o destaque que eu quero fazer.

Então, foi o primeiro também a criar o Centro de Referência no Atendimento à Mulher, a Casa Eliane de Grammont – são conquistas importantes...

(Manifestação da plateia.)

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – São conquistas importantes do movimento de mulheres e da institucionalização das políticas; portanto, São Paulo esteve na vanguarda da defesa dos direitos das mulheres e gostaríamos de ver São Paulo avançando ainda mais, porque o que acontece em São Paulo repercute nos demais Estados brasileiros. Se aqui se avança, com certeza teremos a possibilidade de ter avanços também em outros Estados. Se aqui retrocede, com certeza isso repercute negativamente também em outros Estados.

É esse o destaque que eu quero fazer.

O Estado de São Paulo, pelo que eu sei, foi um dos últimos a assinar o pacto nacional... Foi o último a assinar o pacto nacional de enfrentamento da violência contra a mulher. Ele assinou o pacto somente em novembro de 2008. No entanto, apesar de todas...

Eu gostaria de pedir, por gentileza, para compreendermos aqui a importância da presença do movimento de mulheres... Mas esta aqui é uma audiência pública diferente das demais que vocês estão acostumadas a participar, que nós estamos acostumadas a participar.

Esta é uma audiência que não é para fazer grandes manifestações. Esta é uma audiência para fazer inquirição a autoridades. *(Palmas.)*

Então, vamos aguardar o momento adequado para que possamos ouvir as autoridades. Senão, vamos sair daqui sem o nosso objetivo atendido.

Eu quero fazer esse preâmbulo justamente porque vou começar a questionar a Secretaria de Segurança deste Estado. Então, peço, por favor, que vocês nos ouçam com atenção e que não interrompam os trabalhos, para que possamos concluir no tempo determinado e sair daqui com um resultado que realmente possa se reverter em benefício deste Estado e, particular, em benefício das mulheres brasileiras e paulistas.

Apesar dessas iniciativas pioneiras do Estado de São Paulo, dentre os 100 Municípios acima de 26 mil

mulheres, de acordo com o Instituto Sangari, onde mais morrem mulheres, dez deles estão no Estado de São Paulo. Além disso, os homicídios da Mércia Nakashima, Eloá Cristina e Sandra Gomide, que ocorreram neste Estado, foram fundamento para a instalação desta CPMI. É importante fazer esse destaque.

Além desses três casos, outros casos emblemáticos nos estimularam a realmente criar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Senado e na Câmara dos Deputados. É para dar um basta a esse estado de banalização da violência, da omissão dos poderes públicos e da impunidade dos crimes cometidos contra as mulheres que esta CPMI foi criada. Nosso relatório terá o grande desafio de apresentar não apenas um diagnóstico da violência contra as mulheres no País — porque isso não é suficiente, mas é necessário —, mas, fundamentalmente, sugerir mudanças legais e políticas institucionais, para mudar o machismo enraizado no nosso País, que, no entendimento da CPMI, esta é, não só, mas uma das principais causas da violência contra a mulher.

A partir desse momento, como relatora desta Comissão, vou passar a convidar as autoridades e vamos ouvir atentamente essas autoridades, sem que haja, por parte da plenária, interrupção. As únicas pessoas que poderão interromper para fazer inquirição são as parlamentares e os parlamentares aqui presentes, que fazem parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quero fazer este pacto com vocês, porque, senão, esta audiência pública não irá cumprir o seu papel. Então, quero fazer este pacto, para que as autoridades possam expor o que estão fazendo. Vocês, concordando ou não, quem irá fazer as perguntas somos nós. Caso vocês tenham alguma pergunta a ser feita que, porventura, esta Mesa ainda não tenha feito, vocês poderão encaminhar por escrito que nós a faremos. Combinado assim? Podemos encaminhar dessa forma? *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – A dinâmica da CPMI vai ser desta forma: na primeira parte, vão ser ouvidas as autoridades do Poder Executivo, depois os movimentos sociais e, por fim, o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria.

A Gislaíne Doraide Ribeiro Pato, Delgada de Polícia Dirigente do Serviço Técnico de Apoio às Delegacias da Defesa da Mulher do Estado de São Paulo, representando o Secretário de Segurança Antônio Ferreira Pinto.

Por favor. *(Palmas.)*

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Olha, quero aqui... Antes de começar a fazer a inquirição à Dra. Gislaíne, eu preciso fazer um esclarecimento. Penso que tenho concordância da Mesa e de todas as nossas compa-

neiras que fazem parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Em todas as audiências públicas que realizamos nos Estados, conversamos com o governador. Encaminhamos, previamente, requerimento solicitando informações. Essas informações, inclusive, do Estado de São Paulo, pelo que eu sei, não chegaram para a CPMI. Não chegaram. E nós solicitamos que sejam os titulares das pastas. Onde não tivemos o titular da pasta, que tivemos que ouvir no segundo escalão, que não estava em condições de responder, interrompemos as perguntas e vamos convocar o titular para responder as perguntas em Brasília. Então, já quero dizer isso aqui agora. *(Palmas.)*

Estou dizendo isto porque estou sabendo agora que o Secretário de Segurança do Estado não está presente, o Dr. Antônio Ferreira Pinto. Nós não fomos informados previamente de que ele não estaria. Porque, se tivéssemos sido informados, diríamos que não precisaria encaminhar substituto. Mas, respeitando a presença da Dra. Gislaíne, vamos ouvi-la primeiro.

Tenho uma série de perguntas para fazer à Dra. Gislaíne. Se, nas primeiras perguntas, a Dra. Gislaíne não tiver condições de responder – eu sinto muito, Dra. Gislaíne –, vamos ter que dispensá-la e convidaremos o Secretário de Segurança para ser ouvido em São Paulo. *(Palmas.)*

Estou dizendo isso já no início, para não criar nenhum constrangimento. Quero dizer isto também: não é uma postura que está sendo utilizada apenas aqui no Estado de São Paulo. Estou dizendo que essa é uma postura que estamos utilizando em todos os Estados. Só para citar um exemplo, porque alguns poderão dizer que existem questões políticas. Aqui não tem questão política. Aqui é questão de políticas públicas para as mulheres. *(Palmas.)*

No Estado de Santa Catarina, o Secretário de Saúde e o Secretário de Segurança Pública não estiveram presentes na audiência pública, e nós os convocamos para depor em Brasília. E nos próximos dias, eles estarão lá, para responder às nossas perguntas.

Então, esse é o procedimento que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está adotando em todos os lugares, inclusive no meu Estado. Então, não tem aqui diferenciação político-partidária. Aqui é isenção partidária. Não tem esse problema. Então, quero deixar isso claro para os movimentos de mulheres que aqui estão. Por isso, peço a compreensão de vocês para que não interrompam os trabalhos, e que possamos conduzi-los da melhor maneira possível e sair daqui com o resultado favorável para o Poder Público e para a sociedade brasileira.

Dra. Gislaíne, a palavra está com a senhora. Vou esperar primeiro a senhora se manifestar. Acredito que a senhora tenha vindo preparada para já dar uma opinião, um relato, sobre o que a Secretaria vem fazendo. Em seguida, vou fazer algumas perguntas. Pode ser assim?

A SRA. GISLAÍNE DORAIDE RIBEIRO PATO –

Boa tarde a todos. Boa tarde à Comissão.

Primeiramente, eu gostaria de aqui empenhar meu compromisso de esclarecer, no que eu puder, todas as questões.

Estou à frente do serviço técnico de apoio às delegacias da mulher, desde setembro, quando a minha antecessora se aposentou. E fui para lá nesse novo desafio. Comecei a carreira em 1986, no auge das delegacias da mulher, mas naquela ocasião não trabalhei em delegacia da mulher. Logo, alguns anos depois, sim. Trabalhei na 1ª Delegacia; depois, trabalhei como titular da 5ª Delegacia da Mulher. Até o ano de 1996 trabalhei em DDMs, que vocês conhecem como DEAMs. Nós gostamos de chamar de DDM porque, como fomos os pioneiros, nós chamamos de Delegacia de Defesa da Mulher. Por isso, DDM; e não DEAM. E agora, depois de ter trabalhado em homicídios de outros departamentos, como o Departamento de Inteligência, retornei para esse novo desafio.

E, de alguma forma, vejo como se comportou, nesses 20 anos, a questão do enfrentamento da violência contra a mulher. E houve realmente avanços e retrocessos. Avanços com a Lei Maria da Penha, sem dúvida qualquer; retrocesso, na época da Lei nº 9.099, pois realmente os termos circunstanciados representaram um retrocesso, porque, como já foi falado aqui, o marido, muitas vezes, o agressor, acabava pagando uma cesta básica, e isso não é algo que pode ser admitido.

Depois, houve um tempo em que, embora a Lei Maria da Penha sempre contemplasse como crime de lesão corporal por ação pública incondicionada, fazia-se a representação. E agora, em fevereiro deste ano, no dia 9 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não mais se colha representação. Hoje, os inquéritos policiais de lesão corporal são instaurados de plano.

Como é feito o atendimento? A mulher chega à delegacia, registra, noticia a sua queixa; e, a rigor, é registrado o Boletim de Ocorrência, expedida a requisição de exame de corpo de delito, se for o caso de lesão corporal, e cientificada dos direitos, das medidas protetivas elencadas na Lei Maria da Penha. É dada também uma relação da rede de apoio na região em que ela reside. E ou colhe-se o depoimento dela no momento, para a instauração de inquérito ou marca-se, em curto espaço de prazo, dependendo do volume da

demanda. E depois, então, prossegue-se na oitiva de testemunhas, na juntada dos laudos... São feitas reuniões constantes com o Juizado Especial da Família, por violência contra a família. Nós tivemos recentemente reuniões em que foram acordadas dinâmicas de trabalho para corroborar as provas, porque é muito difícil colher prova quando se cuida de violência doméstica, violência que ocorre entre quatro paredes.

O depoimento da vítima deve, sim, ter o valor reforçado, porque antigamente dizia-se: “Não, o valor da vítima é relativo”. Não; deve, sim, prestar o valor real que as declarações da vítima têm, corroborado com cópias de boletins anteriores, se houver, depoimentos de testemunhas que ouviram, presenciaram ou souberam dizer. Então, a importância do inquérito policial reside em colher essas provas e que elas sejam cada vez mais robustecidas, para que haja o convencimento do promotor de oferecer a denúncia e, posteriormente, uma condenação, depois da ação penal, e o processo em andamento.

A dificuldade muito grande verifica-se porque a mulher muitas vezes... Graças a Deus, verificamos que a mulher não tem mais medo ou vergonha de denunciar. Isso era algo que havia anteriormente. Ela não tem vergonha, é a experiência que nós temos, de denunciar. Ela está mais sabedora dos seus direitos e procurando por eles, procurando as delegacias e todos os serviços para fazer a denúncia.

É natural que isso é algo que, para ela, é difícil reunir essas condições, mas ela não tem mais essa vergonha que tinha há 20 anos. É isto que estamos colocando: é um avanço na conscientização dos direitos que ela tem, até em função das campanhas que são feitas, dos movimentos de mulheres que passam para elas, como formiguinhas também, que ela deve denunciar. E esse é um trabalho que tem que ser feito mesmo. As pessoas têm que ser... Tem que ser reforçada a ideia, o ânimo de registrar a ocorrência. O que ocorre muitas vezes é que, no curso da apuração do inquérito policial, a mulher também, às vezes, perdoa o marido, por um motivo ou outro, ou por um motivo qualquer, porque há elementos internos e externos que levam uma mulher a prosseguir ou recuar na denúncia. Isso dificulta, muitas vezes, a apuração, porque muitas vezes ela deixa de fazer o exame de corpo de delito, também não passou por um hospital, não tem a papeleta que comprove as lesões corporais e, às vezes, ela também muda de local, de endereço, não é mais localizada, ela não informa para onde mudou. Enfim, há uma série de complicadores na apuração tanto da infração penal, que é o nosso mister, como depois da ação penal, quando já há a denúncia e o processo penal.

Aqui em São Paulo nós...

A senhora gostaria de perguntar algo?

Pois não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Gislaine, veja bem, foram feitas algumas diligências e nós ouvimos profissionais dos equipamentos que atendem as mulheres aqui. Eu gostaria já de iniciar fazendo algumas perguntas para a senhora.

De acordo com as informações que obtivemos, São Paulo possui hoje 129 delegacias da mulher em todo o Estado. Considerando a dimensão e a importância deste Estado, podemos dizer que esse é um número bastante reduzido. Não bastasse isso, sabemos que algumas delegacias da mulher, estão sendo fechadas.

A Lei Maria da Penha aumentou consideravelmente o número de ocorrências relativas à violência contra as mulheres e com isso fez crescer o trabalho policial. Nesse sentido, ao invés de fechar delegacias, não deveria a Secretaria estar criando novas e aumentando o número de servidores nelas lotados?

Por que as Delegacias de Defesa da Mulher estão entrando na política de reengenharia da polícia? A reengenharia não deveria dotar e capacitar os profissionais das Delegacias de Defesa das Mulheres?

São essas as primeiras perguntas. Eu tenho uma série de outras para que a senhora responda.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Pois não. Quanto à reengenharia, foi feito um projeto piloto na região do Deinter de Piracicaba, e lá foi feito um estudo com a demanda, o número de funcionários, o número populacional, enfim, foi feito todo um estudo das estatísticas criminais e verificou-se que, nos 20 anos anteriores, houve muita abertura de delegacias de forma indiscriminada. Isso em geral. Porque deve haver uma visão macro. E com a abertura de delegacias de forma indiscriminada e o número reduzido de funcionários, muitas delegacias ficavam praticamente ociosas; abertas, mas sem recursos humanos para atendê-las e muitas vezes também sem a demanda.

Há uma delegacia da mulher, por exemplo, que eu peguei aleatoriamente, que está nesse projeto de reengenharia, que foram oito no Deinter de Piracicaba. Oito delegacias da mulher entraram nesse projeto de reengenharia, que, diga-se de passagem, é experimental. Caso não surta o efeito necessário, pode ser revisto.

As delegacias tinham o registro... Por exemplo, uma delas foi a delegacia de São José do Rio Pardo. Ela tinha dois funcionários e registrou 78 ocorrências no último mês, que tenho aqui, – que foi a estatística de junho de 2010, quando ela entrou na reengenharia. Não são 2,6 ocorrências por dia. Isso se considerarmos os 30 dias; se considerarmos 20 dias úteis, é lógico, vai dar um pouco mais. Mas não se justifica, perante

a Administração Pública, manter uma delegacia que fica praticamente ociosa.

Esse foi um exemplo. Acontecia com outras unidades, mas não só delegacia da mulher. Acontecia isso com a Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes, a Delegacia de Investigações Gerais, a Delegacia da Cidadania. Várias delegacias foram criadas e todas estavam praticamente ociosas.

Então, o que foi feito? Essa reengenharia, justamente para usar o mesmo imóvel. Elas foram agrupadas e com isso busca-se otimizar os recursos humanos. Isso porque, em cada delegacia também, além do atendimento para o público, do registro do boletim e da instauração do inquérito, você tem a atividade meio também, que é a escrituração de livros. Enfim, você, na verdade, precisaria de dois funcionários para fazer o serviço de um.

Então, otimizando, reunindo todos e, fazendo com que todos trabalhassem no mesmo espaço físico, pensou-se nessa forma de otimizar o recurso, porque desde 94 não são criados cargos novos. Então, a defasagem desses servidores, policiais civis, no Estado é preocupante, é muito grande. Os cargos que existem não estão completamente preenchidos, em que pesem os esforços nos certames, nos concursos públicos. Muitos se habilitam a concorrer aos concursos, mas muitas vezes não preenchem nem as vagas existentes porque ou são concurseiros que não estão preparados... Por exemplo, criam-se cinco vagas para delegado de polícia na região de Ribeirão Preto, instala-se concurso. Só passam três. Então, se a necessidade era de cinco, mas só foram habilitados três, não será suprida a necessidade da região. Estamos com uma deficiência, atualmente, de cargos vagos de delegado de 392 ou 396. Não sei, posso depois tentar ver o número redondo para a senhora. Recentemente, terminou um concurso. Inicialmente, eram 140 vagas. Depois, houve tratativas com o Governo e aumentou-se em mais 60. Então, são 200 novos delegados que já foram aprovados, estão agora na fase de apresentação de documentação, e vão iniciar o curso na Academia de Polícia. Esse curso dura, praticamente, três meses. Então, a formação do profissional... Isso porque está sendo feito um horário bem puxado, com a grade disciplinar para agilizar o preenchimento desses cargos que estão vagos. Mas sem contar esses vagos ainda temos falta de cargos novos. Criar uma unidade policial é fácil. Você pode criar por decreto simples, mas criar um cargo de policial, de servidor público, exige lei. Então, até conclamamos os senhores para que se solidarizem com a nossa situação, se for o caso, para que tenhamos mais servidores para suprir as deficiências existentes.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Aproveito para perguntar: a senhora tem como informar quantos funcionários, em média, atuam nas Delegacias de Defesa das Mulheres.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Esse número...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Só para eu concluir. Isso em todo o Estado. Em média, quantos funcionários atuam nas delegacias em todo o Estado? Quantos escrivães e investigadores, em média, atuam em cada DEAM, em cada Delegacia de Defesa da Mulher? Há equipes multidisciplinares atuando nas delegacias? Em uma delegacia comum, quantos funcionários atuam? Quero saber a diferença. Em uma Delegacia de Defesa da Mulher, quantos funcionários estão atuando? E em uma delegacia comum, quantos funcionários?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Olha, tudo isso é em função da demanda também. Existe... O trabalho não é...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Gente, silêncio. Isso dificulta a Dra. Gislaïne responder.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – A alocação de funcionários tem a ver com a gestão da unidade policial, sua seccional, seu departamento. A lotação é feita levando-se em conta essa estatística de demanda e de funcionários existentes. Então, não existe um padrão... Não se pode dizer, por exemplo, que na Delegacia da Mulher há cinco, no outro distrito dez, porque as atribuições também... As atribuições não, o volume de serviço é levado também em consideração, daí é feita a distribuição e a alocação dos funcionários.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E qual é a média de ocorrência nas Delegacias de Defesa da Mulher e a média de ocorrência nas delegacias comuns?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Depende da região. Temos, por exemplo, a Delegacia da Mulher da 8ª Seccional, da 7ª Seccional... Ela tem um número muito grande de ocorrências, mas que não ultrapassa o número de ocorrências de distrito. Pode ser que ultrapasse a de um, mas não ultrapassa o outro. São várias delegacias.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Quando ocorreu o último concurso para servidores? A senhora disse que há delegados, em torno de 200, que vão ser treinados, capacitados, agora, brevemente deverão estar assumindo, mas, no geral, quando ocorreu o último concurso para a Polícia Civil? E das pessoas selecionadas em concurso, quantas foram lotadas nas delegacias das mulheres?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Os dados em números eu não tenho para fornecer à senhora, porque, como eu disse, essa não é a minha atribuição, é por seccional, por delegacia, dependendo

da região, o que falta. Mas este ano houve concurso para várias carreiras: escrivães, investigadores, agentes policiais e...

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Quantos desses concursados estão planejados para ir para as delegacias que vão atender as mulheres.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Depois que eles passam no concurso, são direcionados para os vários departamentos, dependendo justamente do número de funcionários que faltam naquele departamento. E aí, o gestor daquele departamento vai repassar os funcionários para as suas unidades, as que demandarem mais.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Desculpe, mas, em relação à grande São Paulo, que tem o maior número de violências, quantas mulheres vão ser direcionadas para essas seccionais?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Esse número eu não sei dizer a senhora.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Então, eu não sei o que a senhora veio fazer aqui.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Silêncio, por favor. Por favor, silêncio.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Gislaïne, outra questão. Recebemos também informações de que não há capacitação permanente dos profissionais nas delegacias, e com isso ocorre problemas no atendimento, que a Deputada Janete relatou no início, que foi uma constatação feita através das diligências.

Daí eu pergunto: quais e quantos cursos foram oferecidos aos servidores das delegacias da mulher e delegacias comuns sobre violência contra mulheres e Lei Maria da Penha?

A Deputada ainda quer acrescentar.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Só uma adendo, Dra. Gislaïne.

A senhora colocou que 200 delegados foram aprovados e que eles farão curso de três meses. Correto?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Correto.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Eu gostaria de saber: dentro deste curso, existe uma capacitação e discussão sobre a Lei Maria da Penha?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Sim, senhora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E eu quero continuar ainda porque o assunto está relacionado. A CPMI também recebeu denúncias referentes a maus-tratos na Delegacia da Mulher de Mogi das Cruzes, que, além de estar corriqueiramente com o sistema fora do ar e de atender mal, desestimula o registro das ocorrên-

cias. Esse tipo de procedimento, além de desumano, é frontalmente contrário à lei, e requer inclusive providências da Corregedoria da Polícia, pois significa descumprimento da função pública.

Solicito que essa Secretaria, na pessoa da senhora aqui hoje, tome as devidas providências para averiguar as denúncias que nos foram relatadas e para corrigir as distorções no atendimento, porque isso está muito relacionado inclusive à capacitação dos profissionais.

Então, gostaria que a senhora respondesse sobre a capacitação e comentasse sobre esse fato.

Além disso, há outros fatos aqui. O mesmo tipo de denúncia de maus-tratos e revitimação parece estar acontecendo também na Delegacia da Mulher de Taboão da Serra e do ABC paulista, por parte das titulares das Delegacias de Defesa das Mulheres.

Eu, particularmente, claro, aprovado pela Comissão... Vamos encaminhar um expediente solicitando providências da secretaria da qual a senhora faz parte e da Corregedoria de Polícia, para apurar as denúncias quanto à atuação dessas delegadas.

Nós vamos apresentar os requerimentos, esses requerimentos serão aprovados em reunião ordinária da CPML, e brevemente vocês estarão recebendo, para que vocês nós possam dar as devidas respostas.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Perfeitamente. No serviço por que respondo, do serviço técnico de apoio, todas as denúncias formalizadas que chegarem até o meu setor, serão feitos expedientes e encaminhados para apuração. O que falta é isso mesmo, que formalizem as queixas para que nós tenhamos condições de tomar as providências, porque, caso contrário, palavras o vento leva, e nós precisamos formalizar. Toda acusação tem que ser formalizada de alguma forma, ou assinando, ou por Disque-Denúncia. De alguma forma tem que chegar até nós para que tomemos as providências e encaminhemos, se for o caso, para a Corregedoria também.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Gislane, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito existe justamente para ouvir as autoridades e a sociedade. As informações que recebemos já são a formalização.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Sim, por isso que eu aguardo...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então, nós vamos encaminhar os requerimentos solicitando informações. Da minha parte, acho que não tem como avançar mais naquilo que eu gostaria de saber. Da minha parte. Não sei se as demais, apenas a Deputada...

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Dra. Gislane, eu gostaria de saber, é uma pergunta muito simples. Dessas 129 delegacias, quantas são na capital

e quantas são na Grande São Paulo, no interior? Se você tem esse número.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Nove na capital, 13 na Grande São Paulo, 99 no interior, sendo que 8 fazem parte dessa reengenharia atual.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Outra coisa, eu tenho informação de que são 121. São 121 ou são 129?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Não, porque, quando houve... Para fazer o novo endereço, que mudou a delegacia que foi agrupada, então houve essa falha, mas são 129 criadas e apenas mudou de local físico, e está agrupada agora.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Então, essas outras foram colocadas nas secretarias comuns, é isso?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – No mesmo prédio, no mesmo local físico, que vai atuar junto com as outras delegacias, DJU, que é Delegacia de Juventude. Aquelas que foram agrupadas. Pois não.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Outra coisa que eu queria perguntar, Janete, só para eu acabar. Dentro da Secretaria de Segurança Pública, existe alguma coordenação, de repente, pode ser até a sua coordenação, em que você administra esse excesso, essa falta, porque, segundo os dados estatísticos da Secretaria, existe um maior conteúdo de violência no interior. Existe alguma administração rápida, onde você possa deslocar imediatamente um serviço ou outro? Como é feito isso na Secretaria? Sua coordenadoria faz exatamente o quê? É isso que eu queria saber.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Na verdade, onde eu trabalho, nós não podemos dispor de funcionários para lá e para cá. Não existe nenhum liame nosso. Nós damos um apoio administrativo com relação a supervisionar Boletins de Ocorrência. Então, todos os Boletins de Ocorrência registrados nas delegacias do Estado eu tenho acesso. Esses dias mesmo, eu li um Boletim de Ocorrência que dizia que era estupro e o histórico do Boletim de Ocorrência descrevia outro fato que não estupro. Isso vai gerar uma estatística errada. Então, esse tipo de trabalho eu faço. Agora, eu não tenho como obrigar um seccional de polícia a mandar x funcionários para essa delegacia ou aquilo. Isso não é da minha atribuição.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – E essa articulação...

A SRA. MARTA SUPLCY (PT – SP) – Eu gostaria, também... Desculpe Aline. Não, Aline Corrêa.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Essa articulação existe? As delegadas se reportam a quem? Existe uma articulação que articula essas delegacias, que faz uma coordenação? É isso que eu quero saber,

porque o Estado está dizendo que vai criar uma coordenação. Já nos foi dito, através da nossa Secretária Elisa, que vai criar uma coordenação na Secretaria de Justiça e Cidadania. Então, eu fico perguntando como vai ser, já que, na própria Secretaria de Justiça, não se consegue articular isso, como a Secretaria de Justiça e Cidadania vai conseguir. Então, essa é minha dúvida. Quem faz essa articulação? Quantas secretarias, quantas delegacias faltam? É isso que eu queria saber, se você tem essa condição.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO

– As delegadas das Delegacias da Mulher, comunidades de polícia territorial, assim como as delegacias comuns da região se reportam ao seu delegado seccional. Então, esse delegado seccional comanda as delegacias daquela região. É ele que vai verificar, através dos pedidos, das reuniões que são feitas, das queixas que os seus delegados titulares fazem, a necessidade, os recursos necessários, tanto materiais quanto de pessoal, e ele, com base no que foi dado e no que foi realmente estudado com relação às estatísticas, a demanda e a oferta, ele vai repassar para o seu diretor. Aliás, antes disso, a seccional de polícia é uma unidade gestora. Então, ela recebe verba e ela também faz o planejamento do número de funcionários e de material, enfim, necessários para suprir as faltas tanto da delegacia da mulher como as outras. Ele tem que ver como um todo. Elas sempre se reportam ao seu seccional.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Então, não existe essa coordenação? Não existe essa coordenação?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO

– Não, é feito cada um na sua seccional, da seccional para o diretor.

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Ana, eu vou pedir para ela mandar os inquéritos.

Gostaria de pedir à senhora para enviar alguns dos inquéritos que são feitos nas delegacias e que voltam, porque não são feitos adequadamente. Porque nós tivemos uma denúncia, na Vara Central, que nos espantou: 189 inquéritos policiais e só 49 processos. Então, nós não estávamos entendendo o que acontecia. Na averiguação, verificamos que os inquéritos são tão mal formulados, que o Ministério Público tem que devolvê-los; e isso mostra que as delegacias não estão preparadas para atender as mulheres. Então, nós gostaríamos de ter, porque esse é um trabalho que para nós ajuda, porque isso não ocorre só aqui em São Paulo, ocorre em todos os Estados. Nós gostaríamos de ter exemplos disso, para que possamos, na nossa gestão da CPMI, relatar com exemplos con-

cretos do que volta. Porque a falta de capacitação não está sendo eficaz para as mulheres.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Eu posso fazer um aparte aqui? Veja bem, há casos e casos. Lidar com violência, com relações humanas, não é simples como um mais um é igual a dois.

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Mas por isso que precisa de capacitação especial.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Mas ocorre capacitação tanto nos cursos de formação como nos de aperfeiçoamento, e a grade dos núcleos da Academia de Polícia Civil e dos núcleos que existem nos departamentos de polícia, os Deinters, também sempre disponibiliza esses cursos de violência doméstica...

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Então, isso é mais sério ainda. Quer dizer, ou os cursos não funcionam ou há um relaxamento e um desprezo absoluto pela mulher espancada.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Eu vou selecionar alguns casos que a senhora pediu, de inquéritos que voltaram. No entanto, eu gostaria só de fazer um aparte. Não é necessariamente a falta de qualidade do inquérito, às vezes é a falta de conseguir colher as provas. Então, lidar com a questão jurídica é difícil. A pessoa faz uma faculdade de Direito, ela é treinada na sua Academia de Polícia, ela dispõe de um aparelho e, muitas vezes, na verdade, o Promotor de Justiça quer reforçar a prova, não porque a prova esteja ruim, ou ele não se convence necessariamente.

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – É muito interessante isso que a senhora está falando, porque pode nos dar uma ideia, se for repetido isso em outros Estados, que nós temos que ter outros instrumentos, porque isso que a senhora falou pode ser verdade. Eu acho que às vezes é difícil fazer a pessoa falar, é difícil ter as provas, mas não é impossível. Então, talvez falem instrumentos ou talvez falem outros tipos de acessórios que nós temos. O que temos que entender é que nós não estamos aqui para perseguir o Estado, estamos aqui para ajudar a construir, para que elas sejam atendidas. E o que nós vemos é um desprezo pela questão. Se fosse uma CPI de qualquer outro tipo estaria aqui o Secretário, não estaria a senhora, com todo o devido respeito. Eles não respeitam as mulheres. (*Palmas.*)

Então, esta CPMI tem enorme dificuldade, porque esse é um assunto, o assunto “mulher”, que não é prioritário. E quando a gente se esforça para fazê-lo prioritário, ele é desprezado.

Então, não se ofenda com os nossos questionamentos, porque, a partir dessas informações, que são muito parecidas com as dos outros Estados, é que nós

vamos poder fazer uma luta que vai até beneficiar a senhora, no exercício da sua função.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO

– Eu agradeço a atenção, até por nós, que também trabalhamos nisso e somos mulheres.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) –

Exatamente.

Dra. Gislaíne, eu gostaria de fazer umas perguntas, que eu não posso calar, vindas de relatórios de regiões de cujas diligências participei.

Segundo a senhora nos colocou, está havendo uma reengenharia e, dentro dessa reengenharia, a tendência é aglutinar todas no mesmo prédio. Isso foi o que a senhora me falou. Agora, segundo pesquisas, a violência contra a mulher ocorre muitas vezes à noite, de quinta-feira à segunda-feira. É o período em que ocorre o maior número de violências.

Aí eu queria perguntar à senhora o seguinte: dentro dessa reengenharia, existe algum projeto no sentido de que as delegacias das mulheres funcionem 24 horas, diuturnamente, inclusive nos feriados?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO

– Essas delegacias, normalmente, de reengenharia, estão nos Deinters, justamente por serem os locais que foram constatados em que há maior deficiência. A Senadora Ana leu isso, e eu prestei bem atenção. Essa reengenharia foi justamente no sentido de otimizar.

A delegacia que estiver aglutinada, que tiver essas outras especializadas, essas outras unidades aglutinadas, ela normalmente é a delegacia que funciona 24 horas. Então, a mulher que acorrer até a delegacia, independentemente do horário, do dia da semana, vai ser atendida nessa unidade.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) –

Mas existe, naquela unidade, um setor especializado que se chama DDM?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO

– Não. Todos os funcionários que trabalham com as delegacias aglutinadas recebem constantemente uma capacitação em violência doméstica por núcleos da Academia de Polícia que existem lá nos Deinters. Todos eles são conclamados a isso, e, segundo pude apurar, existe uma comissão que foi constituída para monitorar esse trabalho, porque ele é experimental. Então, a cada três meses, seis meses...

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) –

Doutora, mas eu fiz uma pergunta mais ampla, que é a seguinte: a senhora nos disse que está havendo um reestudo das delegacias. O que eu perguntei é se nesse reestudo está uma planificação para atender, onde existe delegacia das mulheres, 24 horas todos os dias, por exemplo, tirando onde já exista essa reengenharia. Há um projeto, tendo em vista que a violência

contra a mulher ocorre muito mais à noite e de quinta à segunda? Foi uma pergunta muito concreta, doutora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Gislaíne, olha bem...

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Desculpe-me se eu não entendi. Eu entendi que fosse na reengenharia.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Eu disse também. Mas não só.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Está bem. Com relação...

Pois não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Veja bem, eu já estou querendo encerrar esta fala porque eu não entendi a resposta, se, realmente, na reengenharia, as delegacias irão funcionar, de fato, 24 horas. Nós poderíamos encaminhar da seguinte forma: às perguntas que não foram respondidas o suficiente para a CPMI, nós vamos convidar o Secretário para que ele vá a Brasília dar as respostas. *(Palmas.)*

Agradecemos à senhora o que foi possível responder. Agradecemos a presença da senhora, o esforço que a senhora fez para responder, mas nós vamos apresentar requerimento convocando o Secretário para que ele vá a Brasília responder aquilo que não foi possível responder ou cuja resposta tenha sido insuficiente.

Apenas quero informar o seguinte: o Governo do Estado, assim como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública receberam, alguns meses atrás, uma série de pedidos de informações. Quem nos respondeu foram apenas: a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Do Poder Executivo, a Secretaria de Segurança, a Secretaria de Saúde e o órgão responsável pelas políticas das mulheres não nos responderam. O ofício encaminhado para o Governador está aqui, com a data da AR do dia 19 de março. Caberia ao Governo repassar isso para as secretarias, a tempo para responder. Não recebemos as respostas.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Eu posso...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – À Secretaria de Segurança encaminhamos, e foi protocolado NO dia 23 de abril. Abril, maio, junho, portanto, faz mais de dois meses. A CPMI também não recebeu as respostas.

Diante disso, a CPMI está dando uma semana para que essas respostas cheguem ao Congresso Nacional. *(Palmas.)*

A senhora queria dizer mais alguma coisa?

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Eu tenho, aqui, em mãos, a cópia de uma resposta que foi enviada. Se a senhora quiser ficar... Porque, se não chegou até suas mãos, deve estar a caminho.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então, se a senhora puder nos entregar, agradecemos.

A SRA. GISLAINE DORAIDE RIBEIRO PATO – Não sei se é essa a do seu questionamento.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Recebemos agora. Pode ser, Dra. Gislaïne.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Por uma questão de informação, fui informada de que o Secretário de Segurança Pública está recebendo o Ministro da Justiça neste momento.

Silêncio!

Agora, gostaria de chamar o Dr. Fabiano Marques de Paula, Secretário Adjunto da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, representando a Secretária, Dra. Eloísa Arruda.

Por favor, a sua fala.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento os Srs. Parlamentares, a Deputada Leci Brandão, a Deputada Janete Pietá, a Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI, a Deputada Keiko Ota, Vice-Presidente da CPMI, a Senadora Marta Suplicy, a Deputada Aline Corrêa, a Deputada Ana Perugini, o Deputado Adriano Diogo, e, em nome da Dra. Eloísa Arruda, Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, quero agradecer o convite que lhe foi formulado para a participação da Secretaria da Justiça nesta audiência pública.

Se V. Exa. permitir, peço que chegue às mãos de S. Exa. a Senadora Ana Rita, Relatora desta CPMI, um documento que a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania preparou para prestar informações a esta CPMI.

Antes de mais nada, quero justificar a ausência da Dra. Eloísa Arruda, nossa Secretária, que, em razão de compromissos assumidos muito anteriormente, não teve sua presença aqui possibilitada. Entretanto, pediu-me que a representasse e trouxesse as informações da alçada da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Nós elaboramos um documento que traz à CPMI algumas informações de projetos, de políticas públicas que são coordenadas pela Secretaria da Justiça e que têm uma interface predominante com a questão da violência contra a mulher.

Eu gostaria de destacar que, dessas políticas públicas, nós apresentamos, num primeiro momento, o trabalho realizado pelos Centros de Referência e Apoio às Vítimas de Violência, os Cravis. Os Cravis atendem prioritariamente os casos de homicídio tentado e homicídio consumado, latrocínio, ameaça, violência sexual, violência doméstica, tráfico de pessoas e condição análoga à de escravidão.

Interessante é que, do atendimento oferecido pelo Cravi, que é interdisciplinar, através de equipes multidisciplinares compostas por assistentes sociais, psicólogos, defensores públicos e também pela equipe administrativa, nós temos – acho que isto é bastante relevante – um corte de gênero, em que 78% dos atendimentos de vítimas diretas e indiretas pelas equipes interdisciplinares dos Cravis se referem a mulheres, e apenas 22% ao sexo masculino. Então, essa me parece uma informação relevante. No ano de 2010. E no ano de 2011, houve uma ligeira queda, mas, ainda assim, um número muito expressivo: 76% dos atendimentos de vítimas diretas e indiretas realizados pelos Cravis eram de mulheres, e 24% do sexo masculino.

Muito bem, dessas estatísticas de atendimento dos nossos Centros de Referência e Apoio às Vítimas da Violência, eu também gostaria de destacar um número que eu acho bastante expressivo, para conhecimento da CPMI. No ano de 2010, 25% dos casos atendidos foram referentes a casos de violência doméstica. Vinte e cinco por cento. E também 25% dos casos atendidos em 2010 pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (Cravi) eram casos de violência sexual. No ano de 2011, os casos de violência doméstica subiram de 25% para 27%, e os casos de violência sexual, no ano de 2011, reduziram para 12% nos atendimentos registrados no Cravi.

O Cravi, hoje, tem três unidades em funcionamento: uma na capital, no Fórum Criminal da Barra Funda; uma unidade recentemente inaugurada em Santos, que vai atender a região da Baixada Santista; e também uma unidade de funcionamento em Campinas. Estamos em tratativas, em negociações para a expansão do trabalho do Cravi para as regiões de São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba.

Quero também apresentar a esta CPMI a informação de que, desde a sua criação, em 1998, até maio deste ano de 2012, foram registrados 18.275 atendimentos. Desses 18.275 atendimentos, mulheres atendidas, 74%; homens atendidos, 26%.

Também tomo a liberdade de apresentar à CPMI, ainda dentro do trabalho realizado pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (Cravi), que nós tivemos um destaque nos dados que apresentamos agora à Senadora Relatora sobre o problema da violência doméstica.

No ano de 2010, pegando os meses de agosto a dezembro, 25% dos atendimentos se referiam à violência doméstica; de janeiro a dezembro de 2011, essa porcentagem subiu pra 27%; e, de janeiro a maio deste ano de 2012, até aqui, nós atendemos, neste ano de 2012, até maio, 137 casos, sendo 30 desses casos de violência doméstica, o que corresponde a 22%.

Além do trabalho interdisciplinar de atendimento realizado pelo Cravi, também gostaria de destacar um importante trabalho, que tem uma interface muito significativa com a grave questão da violência contra a mulher, que é o trabalho realizado pelos núcleos de prevenção e de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Nós sabemos que o problema do tráfico de pessoas se concentra no gênero feminino principalmente para fins de exploração sexual, majoritariamente, e depois também, uma segunda possibilidade, é para fins de exploração do trabalho escravo.

O Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi criado na Secretaria de Justiça, em março de 2009. Ele foi constituído no mesmo ano. Em 2011, acho muito importante consignar aqui, houve uma CPI que se dedicou, se debruçou sobre essa problemática do tráfico de pessoas. CPI essa que identificou mais de 500 rotas nacionais e internacionais do tráfico de pessoas no Brasil. Especificamente aqui no Estado de São Paulo, nós providenciamos uma informação à CPMI dos dados de atendimento de mulheres vítimas pelo crime do tráfico de pessoas.

Entre os anos de 2010 e 2011, foram atendidas 55 mulheres. Cinquenta e cinco mulheres foram vítimas de uma situação de tráfico de pessoas, seja no caso, majoritariamente, de exploração sexual, e depois, em menor escala, exploração do trabalho escravo.

Esses atendimentos ocorreram em situações diversas, que compreendiam o envio, o destino dessas mulheres a países tão diferentes, como Espanha, Grécia, Suécia, Turquia, sempre com o propósito... Nessas países que eu citei (Suécia, Grécia e Espanha), mulheres que foram atendidas, vítimas de tráfico de pessoas, estavam sendo direcionadas, fora do Brasil, para finalidade de exploração sexual.

E aqui, particularmente na região de Carapicuíba e na capital, é que se concentraram os atendimentos de denúncias de tráfico de pessoas, de mulheres, que foram encontradas em condição análoga à de escravidão.

Também, além da capital e Carapicuíba, que eu citei, temos também aqui, na nossa apresentação, um histórico de outros atendimentos que foram realizados em São José dos Campos e também no Município de Guarulhos.

Dos casos do ano de 2012 atendidos pelo nosso Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nós temos, numa estatística generalizada, numa estatística aberta desses casos atendidos, que 19% se referem à problemática da exploração sexual e 81% dos casos se referem a trabalho análogo à condição de escravo.

Também gostaria de apresentar a informação a esta CPMI de um outro programa muito importante,

uma política pública realizada pela Secretaria da Justiça, em parceria com o Governo Federal e a Secretaria de Segurança Pública, que é o Programa de Proteção a Testemunhas, o Provita.

O Provita constitui um mecanismo bastante interessante, bastante eficaz, de combate à impunidade, de combate à criminalidade organizada, porque oferece, dentro do permitido pela legislação federal, proteção a réus, colaboradores e testemunhas que colaboram com a Justiça Criminal. No ano de 2011, o programa, aqui em São Paulo, protegeu 179 pessoas entre vítimas e testemunhas e seus familiares, oriundas de 63 casos diferentes. Além disso, também foram realizadas 35 apresentações em procedimentos, em atendimentos que envolveram escoltas policiais, audiências, oitivas, júris e perícias médicas.

Acho importante trazer ao conhecimento da CPMI que o Provita em São Paulo foi criado também no ano de 1999. Desde então, já ofereceu proteção a 1.899 pessoas entre testemunhas e familiares, tornando esse programa um elemento fundamental para a investigação de 1.433 fatos criminosos, destacadamente: homicídio, formação de quadrilha, tráfico de drogas, extorsão, improbidade administrativa, adulteração de combustível, lavagem de dinheiro, exploração sexual, estupro, latrocínio e outros crimes hediondos e muito graves.

Como eu falei, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas é o resultado de uma parceria do Governo Federal com o Governo do Estado. Ele é implementado por meio da união de esforços da Secretaria de Justiça com a Secretaria de Segurança Pública.

Eu gostaria também de trazer ao conhecimento das Sras. Parlamentares desta CPMI, e já foi dito aqui há pouco pela Deputada Aline Correa, a Dra. Secretária de Justiça Eloisa Arruda já anunciou e eu quero reafirmar aqui publicamente que haverá, suprimindo uma lacuna que a Senadora Ana Rita já detectou no Estado de São Paulo, a criação no Estado de uma Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres. Coordenadoria essa que ficará vinculada à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. A minuta do decreto que fará a criação dessa coordenadoria já foi elaborada e entregue ao Governador. O Governador deve estar submetendo à sua assessoria técnica e jurídica. Assim, creio que em breve, dentro de alguns dias, teremos o anúncio oficial da criação da coordenadoria estadual de políticas para mulheres no Estado de São Paulo.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr. Fabiano, apenas uma pergunta. Acho que a Senadora Marta também gostaria de questioná-lo, mas antes eu gostaria de saber o seguinte. Há intenção de criar uma coordenadoria ligada à Secretaria de Justiça. A minha pergunta é se na LDO deste ano isso já está previsto.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Já está previsto. A LDO tem um campo específico que trata das coordenadorias e já havia a previsão, desde o início do ano, de se trabalhar com essa nova coordenadoria de políticas para mulheres. Então, já houve...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E previsão de recursos?

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Também. Há um campo específico. Não há um campo específico para as coordenadorias; há um campo único para todas as coordenadorias. Para as políticas públicas, para os negros e indígenas, quilombolas e mulheres.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Porque o ideal seria ter um campo específico para a coordenadoria, porque aí fica mais fácil, inclusive, o acompanhamento por parte da sociedade e até mesmo na articulação com outras secretarias. Saber qual o valor, pelo menos o percentual de recursos destinados a essa área.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Sim. Como eu falei para a senhora, para o ano de 2013, ainda o Orçamento ficará nessa sistemática de apenas uma rubrica para todas as coordenadorias.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Mas há tempo para acertar isso, porque a LDO não foi votada ainda.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – A LDO foi aprovada ontem aqui na Assembleia Legislativa.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Foi aprovada ontem?

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – A Deputada Leci Brandão pode até nos ajudar. Salvo engano, a LDO foi aprovada na sessão de ontem à noite.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Ontem à noite.

A SRA. LECI BRANDÃO (PCdoB – SP) – Foi. Houve, inclusive, uma série de acordos e a LDO foi aprovada.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Eu gostaria de fazer a minha pergunta, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – A Senadora Marta gostaria questioná-lo, a Deputada Janete Pietá...

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Eu gostaria de dizer do depoimento do senhor que ficou muito claro que, infelizmente, não existe no Estado de São Paulo nenhum órgão, nada, constituído para cuidar da mulher especificamente. Então, nós temos... O senhor citou primeiro o Provita, que cuida de testemunhas e de pessoas que apanham. A mulher está dentro disso, mas todo o restante do mundo está dentro disso.

Depois, o senhor disse que “vai ter”... E esse “vai ter, vai existir, vai acontecer”, para nós que trabalhamos com a questão da mulher, pela existência da Lei Maria da Penha há seis anos, é um espanto que vá

ser criada, só agora, uma coordenadoria e que não tem rubrica específica para ela como mencionou a Senadora Ana Rita.

Depois, e essa é uma questão que eu vou colocar especificamente. Esses argumentos, essas questões que estamos colocando e que o senhor está escutando desde o começo mostram que não há prioridade para a mulher. Principalmente, e a questão específica agora é essa, não seria mais adequado, em vez de colocar essa coordenadoria, que agora vai ter um nome, dentro da Secretaria da Justiça, ela ficar junto ao Gabinete do Governador? (*Palmas.*) Isso para integrar. Afinal, é muito mais difícil... A importância de se colocar junto ao Governador é que, primeiro, está direto com uma ligação com o Governador, e isso faz a integração, porque, senão, vai ficar de novo pinçado em um lugar, onde sabemos, pela experiência prática, que não acontece. Essa é a pergunta que faço.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Passo a palavra para a Deputada Janete para depois o senhor responder.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Pois não.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Dr. Fabiano, em primeiro lugar, gostaria de saber sobre... O senhor mencionou o Cravi, que é o Centro de Referência de Apoio à Vítiima. Nas suas estatísticas – e eu anotei – houve um crescimento da violência doméstica: em 2010, 25%; em 2011, 27%. E uma redução da violência sexual. O senhor disse que existe, no Estado, um plano de expansão desses Centros de Referência e Apoio à Vítiima.

Perguntas diretas: quantos centros de referência existem em todo o Estado? Quais são as regiões? Qual é, dentro das 15 regiões, o processo de expansão desses centros de atendimento a vítimas? E mais, quais são as relações dos Centros de Referência e Apoio à Vítiima de violência com as casas das mulheres que existem aqui? Por exemplo, a tradicional, que foi a primeira, Eliane de Grammont. Como existem? Qual é o nível de investimento nesses centros específicos de casas das mulheres?

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Respondendo à Senadora Marta Suplicy, creio que como ainda não houve a publicação do decreto do Governador que vai criar, oficialmente, a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, creio que ainda há tempo para que sejam encaminhadas à assessoria do Governador as sugestões para que essa coordenadoria seja vinculada diretamente ao gabinete dele e não a uma secretaria de Estado específica.

Atendo agora as indagações da Deputada Janete Pietá, apresentei, Deputada, que atualmente há três

centros de atendimento às vítimas em funcionamento. Aqui na capital, na Barra Funda, em Campinas e em Santos, que atende à Baixada Santista. Disse, ainda, que para este ano de 2012, nós trabalhamos com uma expansão para mais três regiões: São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba.

Também respondendo às questões que V. Exa. formulou, quero dizer que, salvo engano, não há uma relação do trabalho multidisciplinar prestado pelos Cravis, pelas unidades dos Cravis, com as casas a que V. Exa. se referiu. Por exemplo, a casa Eliane de Grammont. Não há, na Secretaria de Justiça... A Secretaria não se responsabiliza pela gestão, pelas parcerias, pelo apoio a essas casas. Estamos aqui hoje com a presença da Coordenadora dos Cravi, a Dra. Cristiane. E a Dra. Cristiane, inclusive, se os parlamentares concordarem, pode até me ajudar, complementando, mas não há uma interface do trabalho do Cravi com as casas. Essas casas não são, digamos assim, parcerias da alçada, da responsabilidade da Secretaria de Justiça.

A SRA. ROCHA JANETE PIETÁ (PT – SP) – Mas como é, então, tratada a questão da violência contra a mulher, se não há inter-relação?

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Há um dado muito importante. Trouxemos aqui o recorte de gênero. Dos atendimentos prestados pelo Cravi – e aqui trouxe, são mais de 18 mil atendimentos nesses anos, 18.275 –, há uma predominância de atendimento de mulheres como vítimas diretas e indiretas desses crimes aos quais me referi. Muitas vezes, quando se trata de homicídio consumado, as mulheres, em geral, são mães ou companheiras das vítimas fatais. Então, há uma predominância muito significativa, nesses 14 anos de funcionamento do Cravi, 74% dos atendimentos interdisciplinares realizados são de mulheres e apenas 26% de homens.

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Eu gostaria de fazer um reparo. V. Exa. diz que vai levar a possibilidade para análise ao Sr. Governador para que seja inserido junto a ele. Eu gostaria de ter aqui um... O Plenário me colocou que essa secretaria ligada ao Governador foi aprovada nas três conferências feita pela mulher em relação ao combate à violência em São Paulo. Então, é uma sugestão que já deve ter chegado lá, mas o seu empenho seria muito bom.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Nós podemos então reafirmar nesses termos. Inclusive aqui também está presente a Delegada Rosemary Correa, que é Subsecretaria da Casa Civil, que certamente também está sensível e vai nos ajudar com o reforço dessa proposição.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr. Fabiano, para encerrar, então, a participação do senhor, eu quero ratificar o que a Senadora Marta disse, e queremos receber, a CPMI quer receber todas as informações dos procedimentos a serem adotados para a criação da coordenadoria.

Então, as providências que o Governo de Estado adotar neste período é importante informar à CPMI. E eu quero reforçar mais ainda. Todas as respostas dadas, não só aqui agora com o senhor, mas também com relação à inquirição que fizemos anteriormente, nós vamos encaminhar pedidos de informação, para que obtenhamos todos os dados necessários para a elaboração do nosso relatório. Então, diante disso, da minha parte, eu agradeço a participação do senhor.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Muito obrigado.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Eu queria só fazer uma pergunta, Senadora.

Dr. Fabiano, eu ia perguntar quantos Cravis, mas a Deputada Janete já perguntou. Eu queria saber o seguinte: em quanto tempo, em quantos anos, esses 18 dezoito atendimentos, e quantos atendimentos por ano, eu quero saber. Porque um Cravi... Eu gosto muito da Secretária Eloísa, gosto muito do seu trabalho, é um excelente tipo de serviço, conheço o Cravi de Campinas, mas eu queria saber por que não dá conta. Então, eu queria saber se você tem essa informação.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Tenho. Esse número absoluto, de 18.275 atendimentos, é um número que se refere... Inclusive está descrito aqui no documento que preparamos e entregamos à Senadora Ana Rita. É um número que abrange o período de 1998 até maio deste ano de 2012. E nós temos também...

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – De 1998?

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – De 1998 a maio de 2012. Agora, nós temos um dado mais específico, informações mais minudentes, que nós trouxemos aqui para ilustrar a nossa informação à CPMI, referentes aos anos de 2010 e 2011, mas aí traçando um corte de faixa etária, que eu não apresentei aqui em razão da temática da violência contra a mulher, para não abusar do tempo, de gênero, que eu apresentei, e também pelo tipo de ocorrência. Homicídio, latrocínio, violência doméstica, violência sexual, ameaça, suicídio, e outros crimes.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Quantos, anual?

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Então, aqui, Deputada, nós temos as seguintes situações. Ai eu vou me referir apenas aos anos de 2010 e 2011, que estão descritos aqui.

Por exemplo, o caso de violência doméstica, no ano de 2010, representou 25% dos atendimentos; em 2011, 27%. Já a violência sexual, nos três postos do Cravi em funcionamento, no ano de 2010, representou 25% dos atendimentos; e no ano de 2012, até maio, 12%.

A SRA. ANA PERUGINI – Senadora Ana Rita, por gentileza, eu tenho uma pergunta em relação à Coordenadoria da Mulher.

No requerimento datado de 14 de fevereiro, quando indaguei da criação da Secretaria, me foi informado que no dia 29 de fevereiro de 2012, por meio de um processo, o número do processo foi encaminhado à Casa Civil, a minuta de decreto, com o escopo de criar a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres.

A pergunta é: qual o prazo da criação?

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – De fato, Deputada Ana Perugini, eu trouxe a informação de que a Secretaria da Justiça já elaborou a minuta que prevê a criação da coordenadoria de políticas, encaminhou à Casa Civil, porque, dentro do organograma administrativo do Estado, quem elabora os decretos e os atos regulamentares do Governador é a Casa Civil. Eu não sei se a própria Subsecretária, a Delegada Rose, quando da sua exposição aqui, poderá apresentar um prazo exato para essa criação. Mas, como eu disse, creio que será até dentro do próximo mês de julho, creio e espero que assim seja, haja a oficialização da criação da Coordenadoria de Políticas para Mulheres em São Paulo.

A SRA. ANA PERUGINI – Então, permanece a informação do requerimento ainda.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Olha, só pode fazer inquirição se for de Deputada Federal e tem que ser membro da CPMI.

A SRA. ANA PERUGINI – Desculpa, Senadora Ana Rita e Deputada Federal Keiko. Eu perguntei à Deputada Aline se eu poderia formular, mas eu tornei a fazer por escrito.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Por favor.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – De qualquer modo, acho que já respondi a pergunta da Deputada Ana Perugini.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada pela presença.

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Há mais uma questão, feita por uma ONG. Essa senhora deu o testemunho hoje pela manhã, muito importante, e vou ser a transmissora da questão dela.

Por que os juízes indeferem a medida protetiva para as crianças filhas das vítimas de violência doméstica? Porque, muitas vezes, ocorre a vingança nos filhos. Então, gostaria de saber se foi considerado e por que isso não é feito, porque hoje não é feito.

O SR. FABIANO MARQUES DE PAULA – Senadora, de fato, eu acho que é uma questão muito relevante, mas, tratando-se de uma indagação a juízes, entendo que é uma questão que deva ser formulada ao representante do Tribunal de Justiça, que eu acho que vai se pronunciar aqui também oportunamente.

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Segundo a representante do movimento, eles acusam a mulher de alienação parental e não a ouvem. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Agradeço a participação do Dr. Fabiano Marques.

Agora, quero passar a palavra a Eva Teresa Skazufka, representando a Secretaria da Saúde. *(Pausa.)*

Quem nós vamos ouvir das três?

Dra. Karina Barros Calife Batista, Assessora da Saúde da Mulher.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Karina, eu já gostaria de levantar algumas perguntas para que a fala da senhora já vá sendo orientada por estas questões. Depois, os demais parlamentares que compõem a CPMI, com certeza, deverão fazer novas perguntas.

Vou deixar uma folha com a senhora para facilitar, mas eu faço todas elas de uma única vez.

A notificação compulsória da violência doméstica e sexual contra mulheres é uma importante fonte de informação para a elaboração de políticas públicas e confrontação de dados sobre violência contra mulheres. Considerando isso, pergunto: quantas notificações compulsórias foram realizadas em 2011?

Quantos e qual o percentual de hospitais realizam a notificação compulsória?

A experiência do Hospital Pérola Byington tem se mostrado muito exitosa e trabalha justamente para a redução do trauma da mulher, especialmente daquelas vítimas de violência sexual. Há estudos para a ampliação desse serviço para outros Municípios? O que falta para essa expansão?

Recebemos denúncias de que as mulheres estão sendo maltratadas durante o parto. Isso é confirmado pela pesquisa da Fundação Perseu Abramo. Diante disso, pergunto: que políticas a Secretaria de Saúde tem desenvolvido para evitar os maus-tratos no parto e qualificar os profissionais para que isso não mais ocorra?

Então, essas são as minhas perguntas iniciais.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – O.k. Bom, primeiro, boa tarde à Mesa. Eu quero só clarear, eu sou da área técnica de saúde da mulher e

nós três que estamos aqui, eu, a Eva e o Marco Antônio, somos técnicos de carreira da Secretaria Estadual, concursados. Estamos aqui tentando representar e ajudar nos questionamentos de vocês, e espero que consigamos fazer isso.

Começando pelo pedido das notificações compulsórias, 2011, ainda não foi finalizado o banco; o banco tem um tempo de finalização. Mas temos finalizado o banco de 2010, que tem um total de 21.680 notificações compulsórias de violência.

Há uma mudança grande de 2005 para cá, e isso vem crescendo, essa possibilidade de notificação da violência contra a mulher.

A partir de 2009, em parceria com o Ministério da Saúde, foi implantada uma ficha, que é a mesma ficha que nacionalmente se utiliza para a violência contra a mulher e, a partir daí, essa notificação foi muito qualificada. Foi possível, ainda alguém, provavelmente, do que de verdade existe, porque, como mulher, médica sanitária e feminista, sei da importância dessa questão, dessa notificação, e que ainda existem, lógico, falhas dentro desse sistema; porém, fizemos uma capacitação dos 28 GVEs, que são os Grupos de Vigilância Epidemiológica que existem distribuídos no Estado. Esses 28 núcleos têm capacitado os Municípios para isso.

Além disso, em 2008, agora, nós que somos da área técnica de saúde da mulher fizemos um seminário de que algumas pessoas do Movimento de Mulheres aqui participaram; um seminário para tentar sensibilizar quanto às questões da violência contra a mulher. Então, vieram, em 2008, 500 inscritos de 91 Municípios para fazer isso.

Vou tentar me ater aqui às perguntas, e vou voltar, se for o caso.

Qual o percentual de hospitais que realizam a notificação compulsória? Hoje, é considerada obrigatória essa notificação compulsória. Essa é a orientação da área da vigilância para essa notificação.

Podem existir notificações que não aconteçam? Podem, porque dependemos dos técnicos de cada área. E essa notificação não é feita só pelos hospitais, mas por todas, no nosso entendimento, por todas as unidades básicas de saúde que estão nos Municípios, que estão nas regionais, nos centros de atenção especializada, e nos hospitais.

Essa é uma questão muito sensível. Nós que estudamos a questão da violência contra a mulher sabemos que trabalhar, lidar e ter profissionais preparados para isso é muito difícil. Então, temos investido, como técnica da saúde da mulher, quanto a esse conhecimento, nessa formação. Só para dar um exemplo, nós estamos iniciando um curso para profissionais para assistência pré-natal. Tradicionalmente, a assistência

pré-natal – eu até trouxe dados e trouxe o material com que temos trabalhado agora –, para a assistência pré-natal, não se trata, por exemplo, da questão do abortamento legal e da contracepção de emergência. E nós incluímos isso agora nesse curso, um curso para médicos e enfermeiros, e nós incluímos a questão da contracepção de emergência, para que todos aprendam e saibam e não fique uma coisa de: “Ah! Não sei. Não posso fazer”. E para a norma técnica do Ministério da Saúde e abortamento legal.

Quanto à questão da Rede Cegonha, que a Senadora Marta colocou aqui no início, nesses dados, primeiro, uma coisa importante falar. Nesses dados que nós temos, técnicos, da área de vigilância, nós confirmamos tudo que já foi dito aqui, ou seja, as mulheres são vítimas da violência dentro das suas casas. A maioria dessas notificações de violência acontece entre 10 e 49 anos. Elas são vítimas dentro da sua casa, depois, pelo passeio público, mas quase 90% dentro das suas residências por cônjuges, por parceiros ou ex-parceiros. Então, tudo que vocês colocaram aqui em termos de qualificação, entendimento desses dados de violência é exatamente o que nós temos visto com nossos dados aqui.

Quanto à experiência do Hospital Pérola Byington. O Hospital Pérola Byington é uma das referências e que consideramos, um hospital público, em termos de atenção à saúde da mulher, que faz assistência não só no Estado, mas para os Municípios. Mas ele sozinho não dá conta de fazer tudo que precisa. Então, nesse sentido, eu também trouxe aqui, posso deixar com os membros da CPI, um mapeamento que nós da área técnica de saúde da mulher fizemos. Chama-se Mapeamento das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual no Sul e São Paulo.

Como é que funcionou isso? Nós abrimos o site da Secretaria, negociamos isso com todos os 17 DRSSs que existem hoje no Estado e com o Cosems-São Paulo, que é o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, e nós abrimos uma possibilidade de cadastramento dos serviços, onde eles colocavam o que faziam, qual a origem, de que forma que isso acontecia e como as mulheres poderiam ter acesso a isso. Fechamos esse primeiro mapeamento em 2011, ele já está pronto e estamos fazendo uma parceria com a Faculdade de Medicina da USP, medicina preventiva. Qual é a minha ideia? Hoje, ele é um dado que a mulher chega lá e vai... Ele ainda não está no sistema, porque estamos finalizando essa parceria com a USP. Vou explicar o porquê. O Departamento de Medicina Preventiva conseguiu fazer isso mais ampliado que para a área da saúde. Ele conseguiu fazer isso com a área jurídica, com abrigos, enfim, com algumas outras

questões. Nós estamos fazendo uma parceria para que o nosso mapeamento se funda com esse outro e que as mulheres possam colocar o CEP e plotar no mapa. Então, do total que temos hoje de serviços cadastrados, temos 288 serviços que se autorreferenciaram. Veja só. Isso é pouco. Devem ter mais serviços que façam isso. Qual o problema? Desses 288, muitos são unidades básicas. Quando se pergunta, dos 288, quantos fazem contracepção de emergência, isso já cai um pouco; quando se pergunta quantos fazem a quimioprofilaxia para o HIV/Aids, também tem uma diminuição; quando chega à questão do aborto previsto por lei, da interrupção da gravidez, isso cai bastante: temos 24 serviços cadastrados. Porém, não nos foi suficiente, enquanto área técnica, só ver esses 24. Fomos olhar quem fez aborto previsto por lei no último ano e isso significou apenas 12.

É claro que temos uma necessidade de investimento nessa questão. Então, temos, desses 288, 24 serviços, que estão distribuídos – é lógico que existe uma concentração na Grande São Paulo, isso é verdade – pelo Estado. Eu tenho aqui a distribuição por cada DRS: Araraquara, Barretos... Então, temos uma concentração em algumas regiões, como a região de Barretos, e uma diminuição em outras regiões, em que seria fundamental que existissem. Inclusive, esse é um dos estudos que estamos fazendo agora, junto com o pessoal do Nepo, para saúde sexual e reprodutiva das mulheres no Estado de São Paulo. A ideia é entender por que a política pública...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA –

Pois não. Quer perguntar?

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Quero.

Eu gostaria de saber algumas coisas. Primeiro, qual é a intenção, se existe a intenção de ampliar os núcleos de atendimento, além do Pérola Byington?

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA –

Sim.

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – E, depois,

eu queria que colocasse onde vai ser, quais os critérios etc.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA –

Então, hoje...

A SRA. MARTA SUPLICY (PT – SP) – Não. Tenho

três perguntas. Essa é uma delas.

Depois, algo que é muito importante para nós, mulheres, para termos os dados, que é o preenchimento das notificações compulsórias. Eu queria que a senhora respondesse sobre os cuidados que se está tendo sobre isso e o número de pessoas treinadas, capacitadas para fazê-lo.

Terceiro, saiu muito no jornal, mas hoje vimos um filme que foi feito pela *Folha de S. Paulo*, de um minuto, mostrando as mulheres dando à luz algemadas. Qual foi a postura da Secretaria de Saúde, como encaminhou esse procedimento, se ele já foi interrompido e o que aconteceu com as pessoas que fizeram isso? *(Palmas.)*

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA

– Pois não. Vou começar respondendo pela última, porque, na Secretaria, como eu falei, somos técnicos concursados da Secretaria e não respondemos pela política pública mais alta, vamos dizer assim.

Eu queria dizer que, nesse sentido, existe uma área de saúde prisional que acompanhou isso. Foi feita uma nota técnica repudiando isso e há uma diligência feita por essa área. É a Maria Luiza que coordena essa área. É uma diligência a todos os hospitais. Além disso, repudiando, enquanto todas as áreas técnicas da Secretaria, esse tipo de ação, para que isso não aconteça.

Outra questão que tem sido feita em parceria é o que estamos chamando de assistência ao parto seguro e confortável, ou seja, garantir as boas práticas.

A senhora não perguntou, mas eu digo que um dos nossos problemas aqui – quando eu falo Estado, eu estou falando de Estado, Municípios, todos os hospitais que prestam assistência ao parto – é uma lei que temos de garantia de um acompanhante na sala de parto que não é seguida em alguns hospitais. Nós achamos isso um absurdo. Nós fizemos uma nota técnica contra isso, para todos os hospitais estaduais. Negociamos com o Cosems, que é o Conselho de Secretários Municipais de Saúde. Isso foi feito.

Na Rede Cegonha, hoje, eu coordeno um grupo que se chama Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha, em que trabalhamos junto com o Ministério da Saúde, então, com o Daniel Carvalho Rocha, com a própria Esther, no dia a dia desse trabalho. Para todos esses hospitais da Rede Cegonha, estamos fazendo uma espécie de contratualização – lógico, isso não aconteceu ainda, porque os recursos da Rede Cegonha ainda não chegaram todos. Dos dezesseis planos de ação do Estado de São Paulo – quando falo Estado, eu estou articulando Municípios, Estado e Ministério da Saúde, estou falando de forma tripartite –, já aprovamos, em bipartite, nove desses planos de ação. Dentro dos planos de ação, para que se recebam os recursos de melhoria, de aumento de leito de UTI neonatal, de assistência à mulher, existem alguns pedidos mínimos na contratualização – não é pedido, são algumas esperas, entregas, embora eu não gosto muito desse nome, mas é mais ou menos isso – de boas práticas, ou seja, garantir que a mulher tenha a possibilidade de seu acompanhante em sala de parto, garantir que não seja feita oxitocina para todas elas,

que não seja feita episiotomia, enfim, algumas dessas boas práticas. Tem sido demonstrado que, onde existe o acompanhante em sala de parto, esses maus-tratos são muito diminuídos. Não é possível que isso exista com as mulheres e eu concordo com a senhora.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – E a expansão...?

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Em relação à expansão dos serviços, qual é a nossa ideia? Esse mapeamento já está realizado, junto com essa parceria. Qual é a nossa ideia? Esses 28 serviços que hoje dizem que estão habilitados a prestar, por exemplo, a interrupção da gravidez, que eles sejam centros treinados pelo Pérola Byington. Inclusive, o Jefferson Drezett, que é nosso parceiro na assessoria técnica da saúde da mulher, tem feito isso. Então, a nossa ideia é garantir que esses 28... Estamos buscando... Enfim, não sei se isso... Eu não tenho ainda para dizer para a senhora assim: “existe um recurso garantido que isso vai sair”. Não tenho isso, mas existe um projeto da área técnica que garante, além desse mapeamento, que esse mapeamento signifique investimento nesses serviços autorreferidos, que são 28. Eu tenho aqui quais são. Eu posso dizer para a senhora...

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Não, não precisa dizer.

Eu queria só dar uma sugestão para cuidados.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Pois não.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Porque o Pérola Byington é um hospital e um bom hospital. Tem uma entrada separada para esses casos de mulher espancada e vítima de violência. Eu gostaria que esse cuidado fosse tomado para os hospitais que forem conveniados ou que forem ter esse serviço.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Perfeitamente.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Eu acho vantajoso colocar dentro de um hospital, porque o equipamento todo já está lá.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Claro.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Inclusive a equipe. Ela não vai ficar ociosa, mas, se ficar ociosa, ela tem utilidade.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Não.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Então, parece-me adequado o cuidado da entrada ser separada. Eu acho que isso deve ser tomado.

Vou aproveitar também uma colaboração do Plenário. Os DDMs, São Paulo, atendem crianças, adolescentes, mulheres espancadas. O que foi bem lembrado

aqui é que você vê mulher inteirinha sangrando entrar junto com criança que está ali sendo esperada. Consideramos isso absolutamente equivocado.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Eu concordo com todas as sugestões, que levarei para a organização desses serviços.

Em relação à entrada do hospital, sabemos que não acontece isso em todos. A Pérola faz isso; o Seavidas, em Ribeirão Preto, também tem uma entrada diferenciada. Então, a ideia é que trabalhemos esses espaços de capacitação e que possamos ter as boas práticas repetidas e com incentivo financeiro – essa é a ideia do projeto – para esse serviço. Sabemos que precisamos muito mais, mas, enfim, pelo menos começar com esses especificamente.

Está faltando responder alguma coisa?

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Dra. Karina, eu gostaria de fazer uma comparação. A senhora nos colocou que, na notificação compulsória, em 2010, foram 21.600 casos, pelo que eu anotei. Não existe interface entre a saúde e o relato apresentado pelo Dr. Fabiano... Porque o Dr. Fabiano nos coloca um dado de 18.275 casos de 1998 a 2012 e a saúde apresenta violência num ano só – porque não foi feito ainda de 2011 – 21.600. Então, a minha pergunta clara é: Não existe, pelo visto, uma *interface* entre a saúde com os outros órgãos de atuação? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta – e aí a senhora talvez não tenha, não seria isso, porque como técnica feminista e tudo mais anotei – essa é uma questão, mas eu estou aqui num olhar crítico, comparando outras falas com a sua. Eu gostaria de saber: na apresentação feita pelo Dr. Fabiano, ele colocou seis regiões com possibilidade de expansão do Centro de Referência de Atendimento à Vítima e a senhora colocou, doutora, 28. O Estado, o anterior é... Centra-se: capital, litoral, que é Santos, Campinas, que é início do interior, depois interior, São José, Presidente Prudente e Araçatuba. Dentro desses quadros de expansão não existe nenhuma prioridade na Grande de São Paulo, região do ABC, região de Guarulhos, a grande São Paulo.

Eu queria saber... Eu sei que é uma pergunta muito específica, mas poderá não ser respondida agora, poderá ser por escrito: qual é o nível de atendimento do Pérola Byington nas regiões de todas as regiões do Estado? Porque eu acho que só há essa como referência. Porque, a partir disso, nós poderemos fazer uma inquirição a respeito de qual critério em que o Estado está atuando na implantação tanto das DDMs, quanto do Centro de Referência às Vítimas e da futura implantação do próprio crescimento da política utiliza-

da Pérola Byington, que tem um nome que eu acho que é bem viver.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA

– Bem viver.

A SRA. JANETE PIETÁ (PT – SP) – Eu gostaria de saber essas questões. É Bem-Me-Quer.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA –

É Bem-Me-Quer.

A SRA. JANETE PIETÁ (PT – SP) – E, por último, eu queria reforçar – já foi colocada essa questão pela Senadora Marta – mas eu gostaria de dizer que na Cedau nós levamos o caso das mulheres que estão em situação prisional e que deram à luz algemadas.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA –

Um absurdo!

A SRA. JANETE PIETÁ (PT – SP) – Essa é uma questão muito grave, que já está também no âmbito internacional. Gostaríamos de receber essas moções, esses ofícios encaminhados pela rede de saúde para as questões prisionais.

Muito obrigada.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Só aproveitan-

do, porque as duas últimas questões que eu fiz para a senhora acho que ainda não foram respondidas, mas pode responder com tranquilidade, com relação ao parto, ao próprio parto. São as duas últimas questões que a senhora ainda não respondeu, que são...

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA –

Posso só fazer o seguinte, tentar responder só para eu não me perder...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Responde, de-

pois a senhora pega.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA –

...e não deixar de responder alguma coisa.

Então, vamos lá.

Em relação à articulação dos números entre a saúde e as outras áreas, eu imagino que, inclusive, essa seja uma das funções de uma coordenação das mulheres, que articule as várias áreas. Acho que isso vai ser possível. Existe uma diferença entre dados específicos da violência que são feitos... Porque essa notificação compulsória é feita em cada unidade básica de saúde, em cada PSF. Então, talvez precise haver uma relação. Eu acho que essa é uma boa sugestão, podemos fazer isso.

Existe um número aqui – o Marco Antônio, como eu falei para vocês, a área técnica da vigilância está aqui conosco –, que dos 21.680, parte desses casos são crianças, então, 15.200 são mulheres, mas que foram notificações. Mas, de qualquer jeito, é maior do que... E essa articulação, de fato, é muito bem-vinda, precisa ser feita.

Em relação ao Pérola e às outras regiões do Estado, o Pérola é nossa grande referência, é um serviço de grande orgulho nosso, não só pelo serviço. Eu falo nosso como cidadã mesmo, brasileira, que apesar de morar 23 anos aqui, vocês estão percebendo meu sotaque.

Enfim, é um grande orgulho nosso mesmo.

Existem outros serviços que fazem isso também.

Então, em 2009 nós acrescentamos mais dois serviços que nós negociamos, que fazem pouco, mas que começaram a fazer, que é o Hospital Geral de Itapeceira da Serra, que passou a fazer aborto previsto por lei. Fez muito pouco, precisa estar naquela entrada do estímulo, na entrada diferenciada, e o Hospital Geral de Cotia também. Como pudemos contratualizar, solicitamos que, para que eles garantissem recursos para aumentarem leitos, eles garantissem a interrupção da gravidez prevista por lei.

A outra questão. Em relação a essa questão, o Pérola atende Barretos, uma região que tem muito serviço que atende, mas a maioria unidade básica de saúde, não tem serviço hospitalar. Então, dos 288 serviços, 45 mais ou menos são serviços hospitalares que são 24 horas. Então, há muito aquele serviço que faz aquela assistência do acolhimento dessa mulher.

Outra coisa que nós temos feito – isso é muito difícil e aí eu falo isso como médica, como profissional de saúde –, que os profissionais de saúde entendam a questão da violência contra a mulher como tecnologicamente possível. Essa é uma militância quase de investimento, porque muitas vezes se acha: “Ah, isso é da delegacia, isso é de outro lugar” e não é. É comprovado pelas nossas pesquisas, pelo que nós fazemos, que uma das primeiras portas de entrada dessas mulheres são os serviços de saúde. Então, essa é outra questão. (Palmas.)

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – Eu queria pedir desculpas à Comissão e à expositora...

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA

– Pois não.

A SRA. MARTA SUPPLY (PT – SP) – ...e aos membros da Comissão e ao Plenário que, infelizmente, vou ter que me retirar.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Prazer. (Palmas.)

Só as duas últimas perguntas que ela me pediu.

Aqui, a questão dos partos também das mulheres em situação prisional. Eu vou pedir à Maria Luísa, que é a pessoa que cuida disso especificamente, para passar todos esses documentos para encaminharmos para a CPMI. Está certo? Nós nos colocamos contrários, brigamos por isso dentro da Secretaria, é um absurdo que uma mulher passe por essa situação.

Em relação à questão do que se tem desenvolvido para melhorar o parto, o atendimento, é aquela história que eu falei do parto seguro e confortável. Nós temos tentado investir não só na questão da humanização do atendimento ao parto, mas discutir um pouco como é a questão da humanização da mulher em situação de abortamento, porque é outra questão importante, que vai inferir ali. Abortamento que eu falo, qualquer, porque é muito difícil também entrar junto, do mesmo jeito que entra a mulher que aí ter nenê, enfim, há algumas questões a serem vistas.

A ideia é que se garantam aquelas boas práticas de que eu falei. Acho que respondi isso aqui nesse sentido. Dentro da Rede Cegonha, essa parceria com o Ministério da Saúde, nós elencamos as boas práticas a serem exercidas para as mulheres, que é garantir 100% de vaga para ela não peregrinar, 100% de acompanhantes na hora do parto e as boas práticas que são oferecer alívio da dor farmacológico e não farmacológico, outras possibilidades em termos desse alívio da dor, o farmacológico, no caso, a possibilidade de anestesia, enfim, e acabar com essa cultura de ficar dizendo coisas para a mulher na hora do seu parto que não são adequadas a uma postura de profissional de saúde.

Eu acho que é isso.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Viu, Karina, eu queria fazer mais uma pergunta, Senadora.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Pois não.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Para a gente acabar e encerrar.

Como já disse a Janete, a questão das mulheres encarceradas é um problema muito sério, e levamos isso para a Cedau. Mas eu queria saber quais são as ações e as políticas, se existem algumas políticas vinculadas à Secretaria de Saúde com as penitenciárias femininas, com exatamente as mulheres encarceradas. E a questão do repúdio, infelizmente, ao ver, é um repúdio, é um fato que todas nós repudiamos, mas eu quero saber de ações permanentes em relação à Secretaria.

Queria perguntar também, Karina, em relação às campanhas. Quais são as campanhas feitas pela Secretaria de Saúde com relação à violência contra a mulher, falando da sua saúde, mas especificamente da violência? E como é que são vinculadas?

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Pois não. Vamos ver se eu consigo responder tudo.

Como falei, em relação à situação prisional, existe uma área específica para isso, que é a Sra. Maria Luiza que faz. Existem, por exemplo, dentro do prisional, algumas campanhas já articuladas. Na questão

do câncer de mama, por exemplo, busca-se garantir a mamografia para todas as mulheres nessa situação. Sei que essa foi uma das políticas feitas e desenhadas. Não vou saber todas, porque, realmente, é uma área que não está junto com a minha. Ela está articulada. Sei que discutimos isso.

O Inca – Instituto Nacional de Câncer – diz que o exame deve ser feito a partir dos 50 anos de idade. Mas um recorte que fizemos para as prisionais, nessa situação, no Estado de São Paulo, é o de que o exame fosse feito em todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, porque elas estão em situação prisional, porque não conseguem passar em consulta quando querem. Então, essa foi uma atividade.

A outra questão foi repudiar e proibir, com punição – vou ver como ela fez isto –, todos os serviços que deixarem a mulher algemada na hora do seu parto. Isso não tem o menor sentido. Então, ela fez com que os hospitais passassem a olhar para isso. Mesmo que isso fosse pedido pela outra área, isso não deveria ser aceito pelo hospital, sob nenhuma justificativa.

Mas vou pedir para a Maria Luiza dar essa resposta. Como eu já tinha dito aqui, eu não vou saber responder a todas as questões.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Karina, para finalizar a participação da senhora, primeiro, quero dizer que recebi a informação, pelo Deputado, de que, realmente, existe uma nota técnica por parte da Secretaria de Saúde com relação a esses partos em que as mulheres da penitenciária ficam algemadas durante o parto. O Governo do Estado se pronunciou sobre isso. No entanto, a Secretaria de Administração Penal continua encaminhando as mulheres algemadas para darem à luz.

Então, a CPMI vai fazer duas coisas. Primeiro, vai fazer um pedido de informação à Secretaria de Administração, porque queremos que essa informação seja posta também no papel. Vamos pedir todo o procedimento.

Mas, como Relatora, quero dizer ao Ministério Público para considerar essa informação dada aqui hoje como uma denúncia a ser apurada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. *(Palmas.)*

O Ministério Público não pode ficar omissos diante desse quadro. A CPMI vai fazer a sua parte, mas é necessário que o Ministério Público também cumpra o seu papel de apurar, de denunciar e de exigir que essa postura seja mudada, seja alterada.

Da minha parte, Dra. Denise, eu me dou por satisfeita quanto às perguntas que fiz. Quero agradecer a presença da senhora. Imagino que a Mesa já tenha concluído as perguntas. Se houver necessidade de alguma outra informação a mais, nós a solicitaremos.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Estou à disposição.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – A única coisa, Dra. Denise, que ainda falta...

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Karina!

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Desculpe-me! Dra. Karina, encaminhamos também o pedido de informação para vocês, e, no dia 4 de junho, ele foi protocolado. Não sei por que razão foi para o dia 4 de junho. Nós não recebemos essas informações ainda. Se a senhora nos trouxe, a gente as recebe hoje. Senão, vamos cobrar do Secretário que providencie isso. São respostas não muito longas. Nós poderemos receber, com certeza, no prazo de uma semana.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – O.k.! Eu me comprometo a repassar esses dados todos que vocês pediram.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Deixo com a senhora, inclusive, esta cópia, para que a senhora a tenha em mão.

A SRA. KARINA BARROS CALIFE BATISTA – Muito obrigada. Espero ter ajudado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Agora, passo a palavra à Dra. Rosemary Corrêa, Gestora Executiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Enquanto a Delegada Rose está chegando, eu gostaria de dizer que chegou às minhas mãos uma mensagem da Promotora Legal de Embu-Guaçu, Meirice Quadros, que tem uma atuação junto às vítimas de violência. O Município dela não tem DDM. Embu-Guaçu está em primeiro lugar no mapa da violência do Estado e no 26º lugar no mapa da violência do País. Ela quer saber como vamos enfrentar e combater a violência, atendendo dignamente essas mulheres. Muitas vezes, ela as abriga em sua própria casa. Estou reescrevendo o bilhete, para dar como uma denúncia para a CPMI. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Antes da fala da Dra. Rosemary, a Senadora gostaria de se manifestar.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Rosemary, é esse mesmo o seu nome, não é?

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – Rose, Delegada Rose.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Já quero levantar algumas questões, porque isso já direciona as respostas, e, com isso, ganhamos tempo e atendemos à expectativa da CPMI.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um acordo federativo pelo qual os

entes federados se comprometem a trabalhar conjuntamente no enfrentamento à violência.

Pergunto: como o Governo estadual se articula para mapear, implementar, monitorar e avaliar as ações do Pacto Nacional nos 645 Municípios paulistas? Como o Estado de São Paulo auxilia os Municípios na busca por financiamento para a criação e manutenção dos serviços? Os Municípios-polo indicados pelo Governo estadual na assinatura do Pacto são priorizados pelas ações do Governo estadual? De que modo? Eles contam com todos os serviços da rede?

Ontem, em diligência ao Grupo Especializado do Ministério Público, obtivemos a informação de que sua atuação restringe-se à Capital. Como elemento crucial integrante da rede, não é fundamental a presença do Ministério Público nos outros 19 Municípios-polo? Não deveria o Estado articular essa participação?

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – Boa tarde à Mesa, à Senadora Ana Rita, à Presidente Keiko, à Deputada Janete, à Deputada Leci Brandão, à Deputada Aline Corrêa, à Deputada Ana Perugini, ao Deputado Adriano Diogo!

Eu gostaria de, rapidamente, já respondendo às suas perguntas, informar que o Estado de São Paulo assinou a adesão ao Pacto em novembro de 2008, realmente sob muita pressão dos movimentos de mulheres, que, há muito, vinham demandando que São Paulo assinasse esse Pacto. Logo em seguida, a gestão do Pacto passou para a Secretaria da Justiça, e foi nomeada também a gestora, que seria eu.

Em seguida, já por decreto, por uma resolução da Secretaria da Justiça, foi constituída a Câmara Técnica. Não vou ler aqui, porque a Senadora Marta Suplicy declinou as entidades que dela fazem parte. Essa Câmara Técnica reuniu-se por várias vezes, mas o mais importante é que, assim que o Pacto foi assinado, nós nos reunimos e convocamos, convidamos todas as instituições, os órgãos institucionais de atendimento à mulher existentes nos vários Municípios, bem como os conselhos municipais e entidades do Movimento de Mulheres, porque estava aberto o Siconv, que é o sistema pelo qual os projetos podem ser mandados para Brasília, para receber projetos de financiamento para ações no Estado de São Paulo, não na Capital.

Foram encaminhados para Brasília 146 projetos, oriundos da Secretaria da Justiça, da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Ministério Público, de ONGs, de universidades, de governos municipais, da Fundação Itesp e de entidades sociais. Fazendo a gestão, mantivemos contato com todos esses Municípios, entidades governamentais e ONGs que mandaram seus projetos para Brasília, porque passava pela coordenação, passava pela Câmara Técnica a avaliação desses projetos, e

nós procuramos orientar todos esses órgãos nesses 144 projetos que foram encaminhados.

Dos 144 projetos que foram encaminhados, foram conveniados 21 projetos no total. De 144 projetos, foram conveniados 21, dos quais 18 já estão concluídos, com prestação de contas já levada para a SPM em Brasília.

O único projeto estadual que foi aprovado foi a construção da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de São Paulo. Esse projeto está em processo de licitação na Secretaria da Justiça, para que possamos fazer um trabalho em todo o Estado de São Paulo justamente no sentido de integrar todas as ações existentes em prol da mulher, todos os mecanismos existentes numa rede para que haja de certa forma um controle de tudo isso, para que a gente tenha notícia sobre o que está acontecendo. Então, o pacto, na realidade, na capital de São Paulo só teve um projeto para o estado. A maior parte dos projetos que foram aprovados é proveniente do interior, e não da capital, dos quais, eu disse, 18 já estão concluídos.

Os projetos que foram aprovados:

I – criação, estruturação e integração de rede – então, vejam que todos os Municípios que mandaram seus projetos tiveram a preocupação da construção da rede –;

II – capacitação de profissionais que foram aprovados – então, vejam, também que há uma preocupação no sentido da capacitação, inclusive a Polícia Militar não foi conveniada, passou para o Pronasci, mandou um projeto belíssimo de capacitação de todos os policiais militares, mas, principalmente, aqueles que atendem na ponta –;

III – aquisição de materiais para as delegacias e tudo mais, equipamentos para a Casa Abrigo;

IV – aparelhamento de Centros de Referência;

V – ampliação de Centros de Referência; e

VI – criação de Centros de Atendimento do Agressor – nós temos dois, que foram oriundos de convênio com a Secretaria de Política para a Mulher e estão funcionando.

É importante dizer que todos os projetos tiveram contrapartida do Governo de São Paulo. Vem um x do Governo Federal e São Paulo dá a contrapartida, que não me recordo agora qual é o x da contrapartida que o Governo de São Paulo dá.

Então, respondendo a sua primeira pergunta: como é que nós nos articulamos para mapear?

Nós fizemos já duas reuniões de todos os órgãos institucionais e conselhos municipais do Estado de São Paulo, pedindo que nos trouxessem como está sendo feito na sua cidade e nos colocamos à disposição, a

equipe com que nós trabalhamos, a Câmara Técnica que faz parte do pacto, para orientar esse Municípios ou essas ONGs que queiram mandar projetos. Nós auxiliamos os Municípios dessa maneira e estimulamos a criação de organismos institucionais.

Logo após a criação do pacto, havia apenas cinco organismos institucionais em 645 Municípios do Estado de São Paulo. Hoje, não é um número expressivo, mas nós temos 67. Quer dizer, houve, na realidade, com o pacto, um aumento desses organismos institucionais em todo o Estado de São Paulo.

Conselhos municipais, nós éramos 35; hoje, nós somos 86 conselhos municipais. Tudo isso oriundo do estímulo que, por meio do trabalho, da gestora, da secretaria e do próprio governo, se faz com os Municípios do Estado de São Paulo.

É importante colocar que toda vez que nós temos, e é anual, um Congresso de Municípios no Estado de São Paulo, há um espaço na Mesa oficial para o Conselho Estadual para a Condição Feminina, justamente para que ele possa estimular os prefeitos dos Municípios a fazerem, vamos dizer, implantarem esses organismos institucionais.

Os Municípios-polos, que foram indicados aqui e que, na realidade, são 19, esses Municípios, o Governo do Estado de São Paulo não é que ele vai fazer alguma coisa diferente em relação ao Município-polo. A Câmara Técnica e a gestora do pacto têm contato com as pessoas, a coordenadora do Município-polo.... Por exemplo, nós tínhamos, até pouco tempo, a Berenice, em Campinas, uma excelente coordenadora, e ela coordenava 92 Municípios da região e conversava conosco nas reuniões da Câmara Técnica para a gente trocar ideias sobre como devíamos fazer. Foi mudada agora, e nós já estamos fazendo contato com a outra.

Bom, no tocante a que se restrinja à capital, eu já respondi que não se restringe à capital. Acho que muito mais é voltado para o interior do que na capital. Nós temos muito mais organismos no interior, muito mais projetos aprovados no interior do que na própria capital. Então, não se restringe à capital.

Eu queria, também, informar que nós praticamente trabalhamos um pouco com as Delegacias de Defesa da Mulher – um pouco não, acho que trabalhamos muito com as Delegacias de Defesa da Mulher –, e a Dra. Gislaire fez a colocação aqui sobre as delegacias, inclusive, no material que vou entregar à CPMI com todos esses dados, consta aqui como 121, porque não considere as oito da reengenharia como efetivas Delegacias de Defesa da Mulher funcionando. Então, eu coloquei aqui como 121 delegacias.

Coloquei todos os serviços que estamos levantando que existe em São Paulo, e é importante que a

gente possa colocar as nossas metas para o que vamos fazer agora. Primeira coisa é a repactuação do pacto nacional, que vai acontecer, esperamos, em novembro, quando for a semana dos 16 dias de ativismo, porque Brasília nos pediu para repactuar, está fazendo isso com todos os Estados.

Para essa repactuação, é necessário que nós atualizemos o projeto integral básico do Estado, que foi feito em 2009, e, de lá para cá, muitos serviços aumentaram. Então, nós já estamos trabalhando com os Municípios-polos, levantando as informações, prefeito por prefeito, dos 645 Municípios, para saber o que ele tem na cidade dele, se ele tem conselho, se ele tem organismo, se ele tem centro de referência, enfim, que serviços de atendimento à mulher existem.

É um sonho nosso e uma grande esperança nossa a criação da Coordenadoria Estadual da Mulher, é uma luta de muito tempo. Essa coordenadoria, eu acho que, quase que com certeza, o decreto será assinado na segunda semana de julho; ele será assinado na segunda semana de julho. O objetivo da coordenadoria, mesmo que nesse momento ela esteja subordinada à Secretaria da Justiça e que não tenha uma rubrica específica para o atendimento dela, mas nós temos na pessoa da Secretária Eloísa uma parceira de primeira hora. Então, mesmo que isso não tenha, o que nós pretendemos na coordenadoria? É justamente fazer essa integração entre todas as Secretarias de Estado. Então, a coordenadoria vai contar com o Conselho Estadual da Condição Feminina, o qual eu presido, porque o Conselho pode fazer essa articulação nas secretarias, e fará junto com a coordenadoria, para levantar toda essa rede e propor – a missão do conselho, na realidade, é propor políticas, e a coordenadoria executar. Mas nós vamos trabalhar juntas para levantar e melhorar aquilo que já tem e questionar para que tenhamos mais, porque com certeza nós ainda estamos muito aquém da necessidade que nós temos para o atendimento principalmente das nossas mulheres vítimas de violência.

Então, é uma meta que temos e nós estamos tentando avançar.

E trabalhar também, já conversamos com a Secretária Eloísa, junto com a coordenadoria no trabalho de capacitação da porta de entrada do atendimento da mulher vítima de violência, que são: delegacias, independente de Delegacias de Defesa da Mulher, todas as delegacias, porque nós temos 645 Municípios, só 121 Delegacias de Defesa da Mulher, quando a mulher é vítima num Município onde não há delegacia, ela tem o direito e o Estado tem a obrigação de que ela seja bem atendida. Então, a gente vai trabalhar numa capacitação não só das funcionárias das Delegacias de

Defesa da Mulher, mas de toda a porta de entrada: do delegado de plantão, investigador, escrivão e na Polícia Militar; do policial que atende pelo 190 e que vai no local onde está acontecendo o fato. Porque, normalmente, o que temos visto? O policial militar tenta fazer a mediação no local e não leva a vítima para a delegacia; e o que a gente quer mostrar é que ele tem que atender e conduzir à delegacia e não tentar fazer a mediação no local. *(Palmas.)*

Então, essas são as metas que temos, essas são as metas que pretendemos alcançar.

E, para terminar, eu coloquei aqui, Senadora, que, desde novembro do ano passado, por força da Lei Maria da Penha também, mas por meio de um projeto que se transformou em lei de uma deputada nossa, Analice Fernandes, a estatística dos crimes...

(Falha na gravação.)

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – ...do Estado de São Paulo, que saem todo mês, antigamente, quando nós tínhamos um problema de violência doméstica, que era lesão corporal, e ela constava na estatística, somente as Delegacias de Defesa da Mulher é que davam os números no tocante à mulher. Mas o atendimento de mulheres que eram vítimas dessa violência em outras delegacias acabava se aglutinando com os outros casos de lesão corporal existentes. Então, a partir de 25 de novembro, com essa lei da Deputada Analice, na estatística, se vocês entrarem no www.sp.gov.br, vocês vão encontrar a estatística, mês a mês, de toda a Secretaria de Segurança e, em separado, estatísticas de violência contra a mulher, Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha.

Eu trouxe inclusive, copiei do *site*, para que a senhora pudesse colocar. Lá está marcado: quantas lesões corporais de mulheres vítimas de violência doméstica, quantos homicídios e outros tantos crimes referentes à Lei Maria da Penha. Portanto, hoje, esses dados são abertos. Qualquer pessoa pode acessar o *site* e vai encontrar toda a estatística da violência contra a mulher no Estado de São Paulo. *(Palmas.)*

A SRA. ALINE CORRÊA (PP – SP) – Dra. Rose, Rosemary, tudo bem? É o seguinte: eu queria primeiro falar que, se tem alguém que luta neste Estado de São Paulo em defesa da mulher é a Dra. Rosemary Corrêa. É a primeira delegada da defesa, da DDM... *(Palmas.)* Eu não poderia deixar de dizer isto: é a primeira delegada do Brasil, delegada da mulher, e eu não poderia deixar de falar.

Mas minha pergunta é no sentido do seguinte: eu tenho certeza que a senhora já conhece e reconhece que os números são aquém do que o Estado pode fazer. Eu até vou sugerir ao Governador que essa co-

ordenadoria fique, no Palácio, em suas mãos, ao lado do Governador. *(Palmas.)* Porque a Dra. Rosemary está ao lado, está no Palácio. Nossa Rosemary está no Palácio. Então, eu até vou sugerir isso.

Porque, o que acontece? Tem que existir uma força-tarefa, Rosemary, muito grande para que, dentro dos próximos anos, essa realidade mude.

Eu tenho aqui algumas perguntas de ONGs, de terceiro setor, que não são reconhecidas pelo Estado como capacitadoras também. Existe um trabalho, o SOS Mulher e Família, e o que eu queria perguntar é o seguinte: como o Estado vê o trabalho desse terceiro setor? Como é o reconhecimento? As delegacias aceitam? Como você enxerga essa parceria?

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – No tocante...

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Dra. Rose, já que a Deputada Aline fez perguntas sobre o terceiro setor, eu tenho duas aqui que já vou incluir. Primeiro, qual é o valor e o percentual do orçamento público do Governo do Estado de São Paulo para o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado? *(Palmas.)* E qual tem sido o investimento do Governo estadual nos Municípios com maior índice de violência contra a mulher? E aí, lembre-se daquela outra leitura que eu fiz, que Embu-Guaçu não tem DDM, e a senhora, como a primeira, deve saber disso. A outra questão de Embu-Guaçu é a seguinte: em 2012, a Secretaria de Política para as Mulheres abriu para receber projetos. Embu-Guaçu solicitou auxílio ao Conselho Estadual em março, no sentido de escrever os projetos e capacitar profissionais da rede. Não houve respostas. Apenas o pedido para aguardar um contato. O Centro de Referência de Embu-Guaçu tem um ano de funcionamento, e quem inscreve é a Elza Barbosa, que participa do Centro de Referência de Mulher de Embu-Guaçu.

Essas são perguntas dos movimentos. Depois, vou fazer as minhas.

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – Bom, no tocante à parceria com o terceiro setor, através do Conselho, nós procuramos estar sempre em contato com todas as entidades que trabalham com políticas de mulheres, entidades do terceiro setor. Eu mesma estou no Conselho Estadual da Condição Feminina através de uma ONG, do terceiro setor, e não como governo. Então, nós sempre procuramos nos aproximar. Nós temos um relacionamento muito bom com várias delas. Inclusive no nosso Conselho nós temos a União Brasileira de Mulheres, nós temos o Elas por Elas, nós temos várias, na realidade, e contato. O próprio Conselho tem 21 entidades da sociedade civil. Então, há todo um interesse do Conselho, e como Conselho também posso falar pelo Estado, de que façamos essa aproximação.

Nós não temos rubrica, Deputada, no orçamento do Estado. A Deputada Leci, a Deputada Ana Perugini e o Deputado Adriano Diogo sabem disto, não existe no orçamento do Estado uma rubrica específica para a violência contra a mulher, para projetos de violência contra a mulher. Precisa ser corrigido? Precisa. Nossas Deputadas estão aqui para tentar fazer isso.

No tocante a capacitar as pessoas do Embu, eu quero dizer o seguinte: o Conselho não tem uma equipe técnica para fazer a capacitação. Nós contamos, durante algum tempo, com uma assessora, que foi contratada pela SPM, que foi a Wânia Pasinato, que esteve conosco nos ajudando na elaboração do projeto integral básico e, ao mesmo tempo, ajudando a fazer os projetos e orientar os Municípios com referência a projetos a serem apresentados. O que acontece é que, muitas vezes, como os próprios Municípios têm a sua senha do Siconv, eles próprios fazem seus projetos e encaminham. Sequer encaminham para, vamos dizer, a câmara técnica do pacto.

Eu vou verificar realmente, junto ao Conselho, a solicitação que veio, mas, de pronto, devo dizer que, mesmo que tenha vindo, o máximo que poderíamos ter feito é tentar encaminhar para alguma consultora nossa amiga que pudesse fazer o projeto, porque dentro do Conselho nós não teríamos nenhuma condição de fazer nenhum trabalho de capacitação para as pessoas encaminharem projetos para Brasília.

E quanto ao pedido da delegacia, eu aqui posso falar com muita liberdade, eu acho que as nossas Delegacias da Mulher são em número insuficiente para o atendimento. Eu acho que existem locais – Itapevi, Embu-Guaçu, Itaquaquecetuba –, daqueles poucos de que estou me lembrando agora, que têm absoluta necessidade de ter uma Delegacia de Defesa da Mulher. Porque o índice de violência é muito grande. Precisa ter.

Infelizmente, a Dra. Gislaíne mais ou menos deixou colocado aqui, nós temos falta de pessoal, não só para as Delegacias de Defesa da Mulher. Não é um problema relativo a: “Olha, não tem gente para mandar para a Delegacia da Mulher”. Não é isso. Vários distritos policiais nossos, hoje, ao invés de ter cinco plantões, como seria o caso, têm quatro, têm quatro delegados de plantão, ou três delegados de plantão, por insuficiência de pessoal. Não por falta de concurso, porque os concursos ficam permanentemente abertos. Só que eu vou dar um exemplo. Houve um concurso para delegado de polícia de 160 vagas. Passaram 160. Na ida para a Academia, de 160, já eram 140, porque 20 já tinham feito outros concursos e abandonaram. Foram para a Academia. Três meses na Academia, de 140 que tinham ficado, 40 foram embora, porque não aguentaram, não era aquilo que queriam, são pessoas

que fazem concurso, mas não são vocacionadas para isso. Quando elas começam na Academia, elas percebem que não é aquilo que querem ou então, também, fizeram outros concursos e passaram. Sobraram 100. Vão para suas delegacias respectivas quando são designados. Na hora em que chegam a uma delegacia do Itaim Paulista, lá na Zona Leste, do Capão Redondo, lá na Zona Sul, uma boa parte desiste, pede exoneração e vai embora. Então, das 160 vagas de um concurso, sobram o quê? Oitenta delegados trabalhando e outros oitenta já foram embora. Quer dizer, ficamos com um claro de mais oitenta.

Então, não é o fato de que o Estado não faz concurso. Não existe, por mais concurso que se faça, nós não conseguimos preencher os claros por esses motivos.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Passo a palavra agora à Senadora...

Janete, por favor.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Olha, eu gostaria de fazer três perguntas e, depois, passar para outras perguntas que eu quero fazer.

Em primeiro lugar... Delegada Rose, com todo respeito, a senhora é a primeira mulher delegada, mas sabe da precariedade do atendimento às mulheres nas delegacias, e as mulheres gostariam de ser respeitadas, Delegada Rose. (*Palmas.*) A senhora, que está próxima do Governador, tem de colocar, Delegada.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Sra. Rose, pode ser o mais breve possível?

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Posso...

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – Deputada Janete, para ser bem breve, quero só dizer uma coisa para a senhora. Dra. Gislaine, quando falou aqui e vieram as denúncias feitas por algumas pessoas quanto ao atendimento, eu sou muito procurada com denúncias de atendimento. Eu mesma sei que existe esse problema do atendimento. Às vezes, eu vejo um delegado de polícia que atende muito melhor que uma delegada de Delegacia da Mulher. Só que, quando eu vou reclamar ao Delegado-Geral de Polícia para dizer a ele: “Você precisa fazer alguma coisa porque estão atendendo mal, nós não estamos tendo retorno; as mulheres vão e estão sendo desestimuladas a registrar”, o que acontece? Ele olha para mim e diz assim: “Rose, mas eu não tenho nenhuma denúncia aqui. Não chegou nada para mim. Onde estão falando com você que ninguém me escreve nada?”. E aí a gente fica em uma situação que a gente sabe que é verdade o que as mulheres estão trazendo. Mas, como não existe uma denúncia por escrito, nós ficamos com as mãos atadas sem ter

o que fazer. Mas eu quero lhe dizer que nós sabemos disso e temos conversado muito com ele.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Delegada, eu concluo que há uma subnotificação dos casos.

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – Por parte das vítimas...

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – É, mas eu gostaria de fazer, deixei até por escrito para a Dra. Gislaine. Em Guarulhos, uma delegada foi morta, Dra. Denise Queiroga, foi morta no 1º DP por um policial. E, quando fomos à seccional, na diligência da nossa região, não constava como morte, na cidade, da Dra. Denise Queiroga, que foi brutalmente assassinada, com 14 tiros, no 1º DP de minha cidade. O seccional nos deu... O Dr. Marcos nos deu a orientação de que isso foi para a Corregedoria.

Eu pergunto à senhora e às outras delegadas, como está o caso da Dra. Denise Queiroga e em que lugar das estatísticas ela se encontra?

Irei às outras duas questões.

Esta é muito pessoal, porque para nós é um absurdo que qualquer mulher seja morta, mas ela tinha feito denúncia, foi morta, e o caso dela sumiu das estatísticas em minha cidade. Quantas casas abrigo são mantidas pelo Governo do Estado? Quantos centros de referência para a mulher são mantidos pelo Governo do Estado? Finalmente, volto a perguntar, pelo seu engajamento na questão, quais são esses 19 polos? Por que as Delegacias da Mulher não atendem 24 horas, nem no feriado, nem no fim de semana? (*Palmas.*)

A SRA. ROSEMARY CORRÊA – Caso da Denise. Alguma coisa está muito errada, Deputada, e a senhora já a colocou: porque, se há um crime, um homicídio com 14 tiros, não é a Corregedoria que vai apurar, mas a delegacia da área onde aconteceu o fato que vai instaurar o inquérito que vai se transformar em processo e que vai para o Poder Judiciário. Então, algo muito errado está aí, a menos que, amanhã – aliás, segunda-feira –, eu me prontifique a verificar onde está e lhe passo a informação por escrito. Mas, se por acaso apareceu; aí, sim, tem de ir para a Corregedoria o delegado da área que não registrou o fato. Para começo de conversa.

A senhora perguntou sobre quantos abrigos são mantidos pelo Estado.

O primeiro Abrigo para Mulheres Espancadas foi instalado, aqui no Estado de São Paulo, em 1986. A Delegacia começou em 85, e o Comvida, que funciona até hoje, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, foi o primeiro abrigo que continua funcionando e é mantido totalmente pelo Estado.

Os outros abrigos, nós temos no Estado de São Paulo... Coloquei aqui e agora não estou achando... Mas os outros não são mantidos pelo Governo do Estado. Esse eu posso garantir que é apenas ele que é mantido pelo Estado de São Paulo: só o Comvida. E que há todo um trabalho que está sendo feito, inclusive pela SPM, para trabalhar melhor esse problema de abrigamento, porque a maior parte das mulheres não tem interesse de ficar no abrigo. Então, o ideal é se trabalhar abrigos regionalizados, como há no ABCD, e casas de passagem, onde a mulher pode ficar por alguns dias. Mas, respondendo objetivamente sua pergunta, o Estado só mantém um abrigo.

O centro de referência mantido pelo Estado é o que fica junto à 1ª Delegacia de Defesa da Mulher. Este é mantido totalmente pelo Estado, os outros são municipais. E nós temos um problema muito sério: na SPM, quando se abre para entrar projetos, a grande maioria dos Municípios, as entidades pedem dinheiro para a construção do centro de referência. Quando o dinheiro chega, o prefeito não aprova, mas devolve o dinheiro. Por quê? Porque construir e mobiliar, tudo bem. Mas os prefeitos acham que a manutenção é muito cara. Então, eles preferem investir nos Creas, que têm um atendimento para a população vulnerável e na qual se inclui a mulher vítima de violência, mas que ele não tem muito gasto, não se gasta muito.

Então, vários Centros de Referência da Mulher e várias solicitações que vieram para a construção, o dinheiro foi devolvido para a SPM porque os prefeitos não quiseram assumir a manutenção do centro. Então, o Estado faz um só... Há pedidos para os Municípios fazerem, mas os prefeitos são recalcitrantes em atender esse pedido, porque eles acham que a manutenção é muito cara, preferem dirigir a verba para os Creas.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada, Dra. Rose.

Vamos agora dar a palavras aos movimentos. Olha, nós vamos ser bastante rigorosas com a questão do tempo.

Cada expositora disporá de cinco minutos. Eu gostaria de chamar agora Marisa Araújo Silva, Coordenadora de Gênero e Raça do Embu-Guaçu.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Se me permite, companheira, antes de você iniciar sua fala... Eu recebi aqui duas denúncias. Eu quero fazer registro, apenas, sem tomar muito tempo.

Primeiro, acho que é justo e necessário que a gente dê visibilidade as informações que vêm da Plenária. É o seguinte: “Sou Meirici Quadros, de Embu-Guaçu”. Está aqui. “Promotora Legal Popular. Atendo mulheres vítimas de violência. Muitas vezes, temos de levar a outros Municípios. Não temos Delegacia de

Defesa da Mulher. Estamos em primeiro lugar no mapa de violência do Estado e em vigésimo sexto lugar no País. Quero saber como vamos enfrentar e combater a violência e atender dignamente essas mulheres. Muitas vezes, as abrigamos em nossas casas. O último caso ocorreu nesse fim de semana.”

Uma das razões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é esta: contribuir para que possamos melhorar o atendimento e que essa realidade aqui possa mudar, viu Meirici.

Outra informação veio de nosso querido Deputado Adriano. Como ele não pode usar da palavra, porque não é membro da CPMI, eu estou sendo porta-voz. Deputado, caso minha informação não seja totalmente exata, o senhor, por favor, me corrija.

O que diz o Deputado? Diz que o Governador baixou dois Decretos: os de nº 15 e de nº 16, de 2011, em 18 de outubro de 2011, intervindo no Condepe, que é o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, acabando com a possibilidade de indicar a Ouvidoria da Polícia, principal órgão, no Estado, da violência contra a mulher. O Governo não admite a Ouvidoria do sistema penitenciário, em que a revista íntima é o principal constrangimento das mulheres, fora as condições das mulheres encarceradas; ou seja, o que ele está denunciando aqui é a violação aos direitos humanos das mulheres que, ao irem ao sistema penitenciário, passam por um processo de revista completamente constrangedor.

Então eu acho que é muito importante dar dois encaminhamentos. Primeiro, o Ministério Público tem que estar atento a isso. Segundo, nós vamos realizar uma audiência pública em Brasília para discutir essa questão do sistema penitenciário aqui de São Paulo e da revista íntima. É o encaminhamento que a CPMI faz, mas nada impede que também se faça uma audiência pública aqui no Estado de São Paulo. Porém a CPMI vai solicitar uma audiência pública no Estado de São Paulo para discutir essa realidade, Deputado Adriano.

Na verdade, estou sendo até... A gente está construindo a ideia, a proposta conjuntamente: não vamos discutir apenas do Estado de São Paulo, vamos discutir de todo o País, porque, recordo-me, o Estado do Espírito Santo também tem problemas, outros Estado, com certeza, têm problemas, alguns de forma muito mais graves, outros menos graves, mas essa do Estado de São Paulo que o Deputado Adriano me relatou aqui – eu não vou expor tudo aqui – realmente é extremamente grave. Então é preciso realmente ser debatido e se tirar encaminhamentos com relação a isso.

Era o que eu gostaria de informar.

Agora a nossa companheira Marisa está com a palavra.

A SRA. MARISA ARAÚJO SILVA – Boa tarde à Mesa, a toda a Plenária, a todas as mulheres e a todos os presentes.

Vou falar em nome dos organismos municipais de governo do Estado de São Paulo. Na verdade, várias coisas já foram ditas aqui, vou acabar sendo um pouco repetitiva.

Nós dos organismos municipais nos quais os Centros de Referências estão vinculados temos uma grande dificuldade: quando as mulheres procuram o serviço, não temos o respaldo e onde abrigá-las. Essa é uma grande dificuldade. Quando a Meirice, de Embu Guaçu, trouxe essa dificuldade, realmente é uma dificuldade que emperra no atendimento no enfrentamento de violência contra as mulheres. Como a Dra. Rose já havia dito, o Estado de São Paulo só tem uma Casa Abrigo, que é o Convida, que está enfrentando várias dificuldades. Quando temos acessá-la, encontramos várias dificuldades no abrigamento, porque elas estão sem estrutura para atender aos seiscentos e poucos Municípios do Estado de São Paulo. Uma Casa Abrigo para atender seiscentos e poucos Municípios é muito difícil.

Outra questão – e eu não sei se o Ministério Público e a Defensoria se encontram presentes – é a falta de defensores; a gente não tem defensores nos Municípios. Nos Municípios onde não há defensores no Estado de São Paulo existe um convênio com a OAB, mas não se atende à Lei Maria da Penha nem às mulheres em situação de violência doméstica, que ficam à mercê do Fórum, do Ministério Público para poder entrar com um processo; elas não têm o respaldo, como diz a lei, que é o acompanhamento de todos os atos processuais, de serem informadas em todas as ações do que for determinado pelo Fórum. A gente encontra essa dificuldade.

Os Municípios acabam negando as medidas protetivas e as mulheres não são informadas. Quando, em pouquíssimos casos, é pedida a prisão preventiva do agressor e quando ele é preso, ele é solto e ela também não fica sabendo – a gente encontra essa grande dificuldade –, às vezes elas são surpreendidas em suas casas com o agressor batendo na porta, procurando retornar a casa. As mulheres ficam à mercê. É no Centro de Referência que elas vêm pedir respaldo, é no Centro de Referência que elas têm essa referência, para que a gente possa encaminhar essas questões.

Para nós, do Executivo, dos organismos e dos Centros de Referência é muito difícil, porque a gente não consegue esse diálogo nem com o Fórum nem com o Ministério Público. A OAB, não tendo essa rubrica para atender as mulheres, as mulheres ficam à mercê da sorte.

As delegacias realmente estão sem formação, estão sucateadas, estão sem funcionárias para atender. Em muitas delegacias, há homens atendendo. As mulheres chegam lá, sofrem violência doméstica à noite, chegam na delegacia para registrar a ocorrência e se deparam com homens para serem atendidas. Muitas vezes, homens que não têm sensibilidade para atender a essas mulheres, que acabam até retornando, sendo desmotivadas no registro de suas ocorrências. Isso está acontecendo muito. Existem Municípios onde o número de ocorrência diminuiu, mas não pelo fato de que as mulheres pararam de procurar, mas, na verdade, porque elas estão sendo incentivadas ao não registro.

Outra questão, que eu acho que também já disse, é a falta de juizado especial. Isso também é muito complicado. E outra questão: nós estamos em um Estado que têm seiscentos e poucos Municípios e o número de coordenadorias e de Centros de Referência vêm aumentando de acordo com o incentivo do Governo Federal, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Só que, dentro do Estado, se nós criarmos uma coordenadoria isso muito preocupa os Municípios, porque com a falta de autonomia e de empoderamento de uma coordenadoria, é muito difícil conseguir fazer esse trabalho com os Municípios.

Na verdade, o que vai contemplar, o que vai dar resposta para o Estado de São Paulo é a criação de uma secretaria de política para as mulheres estadual com recurso, com uma equipe, em que se consiga estimular, potencializar, formar os Municípios para que possamos realmente criar uma rede de fato para o enfrentamento de violência contra as mulheres. Então acho que coordenadoria já não mais nos contempla. Esta é uma proposta que as coordenadorias municipais estão fazendo para a CPMI e para o Governo do Estado: que se possa rever esse decreto, que seja criada uma secretaria. (Palmas.)

Não sei se as outras coordenadoras têm mais alguma coisa para colocar, mas acho que neste momento...

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Por favor, o tempo já está esgotado.

A SRA. MARISA ARAÚJO SILVA – Ah, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Agora, Sônia Coelho, da Marcha Mundial de Mulheres. Disporá de cinco minutos.

A SRA. SÔNIA COELHO GOMES ORELLANA – Boa tarde.

Eu quero começar colocando o nosso profundo repúdio, como movimento feminista e de mulheres, pelo fato de as chamadas autoridades, Secretários, Secretárias, que deveriam estar aqui e não comparecerem (Palmas.). Mais uma vez, trataram com desca-

so a violência contra a mulher, não levaram em conta todo esse trabalho que está sendo feito no Brasil. Esse descaso tem repercussão, depois, nas nossas vidas, na forma como a política é implantada. E não é por desconhecimento, não.

Se você pegar aí o *site* da Secretaria de Segurança, você vai ver que, no trimestre de dezembro de 2011 a março de 2012, foram 50 mulheres assassinadas. Você olha lá e vê que a violência está cada vez mais interiorizando-se no Estado de São Paulo. Aí as pessoas vêm aqui falar em reengenharia, que não tem funcionário, que está... (*Palmas.*) Reengenharia é a gente ter equipamento suficiente, em condições para trabalhar. Não é novidade dizer que o 180 sempre tem São Paulo como primeiro nas denúncias. A Secretaria de Segurança Pública também já mostrou que o 190, a maioria, o *ranking* do 190 é de denúncia da violência contra a mulher. Então este Estado conhece a extensão, a dimensão do que é essa violência contra a mulher aqui.

Mas a gente está denunciando que nada tem sido feito. As companheiras de registro acabaram de levantar aquela faixa. Elas estão aqui porque esta é uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo, onde tem uma população negra, quilombola, indígena, uma população pobre. E nesta região toda só tem uma delegacia, que não tem delegada, que é reivindicada há cinco anos para ter uma delegada. Uma mulher recentemente levou machadadas na cabeça e o hospital público lá não fez notificação, porque a notificação compulsória não é dizer os números, é assegurar a vida daquela mulher que chegou no hospital. (*Palmas.*)

É muito mais profundo do que estamos trabalhando. E quando falamos em números estamos falando nas pessoas que estão atrás disso. E também estamos falando aqui dessa precariedade que tem sido, o que já foi falado aqui, em quantidade. Nós queremos que aumente a quantidade de equipamentos. Estamos falando da precariedade da qualidade do atendimento, o que já foi falado aqui exaustivamente, das delegacias, do desestímulo e dos poucos centros de referência que nós temos no Estado, que são 29. E o que a Delegada Rose acabou de falar aqui, que os Municípios não têm verba. Nós esperamos que o mais rico Estado desta Nação tenha recursos para fazer a manutenção desses centros de referência... (*Palmas.*) ...que são fundamentais para prevenir a violência contra a mulher. Não há a desculpa de que não tem recursos. As mulheres não podem continuar morrendo do jeito que estão, sofrendo tanta violência, com essa desculpa de que não há recurso para isso.

Além do que, nós queremos também pegar firme aqui no pé do Judiciário. Muitos movimentos, os movi-

mentos que estão aqui, têm lutado... (*Palmas.*) ...têm feito abraço solidário no Tribunal de Justiça. Porque a forma como o Judiciário tem tratado a questão da violência contra a mulher continua... Como nós já falamos, tratando como uma coisa de menor potencial ofensivo, com uma forma irrelevante de tratar a violência contra a mulher. Nós queremos cobrar aqui, sim, o papel do Ministério Público para fazer implementar a Lei Maria da Penha aqui no Município de São Paulo. (*Palmas.*) E nós queremos que a CPMI também inquirir o Ministério Público. Nós queremos também que nós tenhamos os juizados especiais. Sabemos que São Paulo tem condições para isso, tem recursos para isso, e as mulheres continuam tendo que tratar a causa cível aqui, a criminal ali. A Lei Maria da Penha é clara nisso. E falta vontade política. O Judiciário tem recursos. Não faltam recursos. Falta vontade, falta compromisso...

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Sônia, esgotou o seu tempo.

A SRA. SÔNIA COELHO GOMES ORELLANA – Já estou encerrando.

E quero dizer aqui que temos que nos preocupar profundamente com o acesso das mulheres à Justiça, principalmente as mulheres negras, que não têm acesso à Justiça. As mulheres não acreditam na Justiça. (*Palmas.*) Nós queremos que as mulheres possam acreditar na Justiça. Nós queremos o fortalecimento da Defensoria Pública aqui no Estado de São Paulo e que todas as mulheres tenham acesso à Defensoria Pública. (*Palmas.*)

E, por último, para terminar, eu quero dizer que para nós não basta criar delegacias...

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada, Sônia.

A SRA. SÔNIA COELHO GOMES ORELLANA – Já terminando. Nós queremos que tenham campanhas exaustivas, educativas, para que os homens sejam constrangidos, para que não continuem agredindo as mulheres. Para nós não interessa ter delegacia...

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada, Sônia.

A SRA. SÔNIA COELHO GOMES ORELLANA – Nós queremos ter escola, ter cultura. Nós queremos prevenção. E isto não existe no Estado de São Paulo: prevenção à violência contra a mulher. Nós queremos que toda a sociedade se envolva no combate à violência contra a mulher.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (keiko Ota. PSB – SP) – Agora vamos ouvir Sônia Auxiliadora, da CUT.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Por favor, silêncio.

Obrigada.

Por favor, Sônia Auxiliadora, da CUT, que disporá de cinco minutos.

A SRA. SÔNIA AUXILIADORA VASCONCELOS SILVA – Boa tarde a todos do plenário, à Mesa e à CPMI.

Com toda essa falha, até sucedendo todo movimento social, e enquanto trabalhadoras, nós vivemos aí a ineficiência do Estado, do Governo de São Paulo, que acaba não tendo as políticas que viabilizem às mulheres trabalhadoras... E essas mulheres trabalhadoras são aquelas que mais necessitam dos serviços públicos, do serviço do Estado, do papel do Estado presente. E nelas está a maior parte das trabalhadoras pobres, das trabalhadoras negras. E o que encontramos são “maquiamentos” dos dados. Então, na hora em que vamos buscar esses dados, como está esse atendimento, não encontramos esses atendimentos claros, de forma transparente, que, enquanto cidadãs, enquanto entidades organizadas, nós possamos realmente acompanhar.

E aí, as entidades nossas, sindicatos, federações, confederações e centrais, acabam tendo que agir junto às suas trabalhadoras, que, novamente, são punidas, penalizadas pela própria violência. Porque, além de sofrerem a violência doméstica, na hora em que vão aos recortes desses serviços públicos, elas não encontram um atendimento adequado, ágil, rápido, e com isso acabam ocasionando faltas, atestados e até mesmo demissões, que acabam prejudicando. E volta essa mulher ao seu lar, em situação de violência. Torna a mulher... A ineficiência do governo e a ineficiência do Estado acabam tornando nossas mulheres ainda mais vulneráveis economicamente.

E sabemos muito bem que se não tiver uma política inclusive para melhorar as condições econômicas dessas mulheres que passam pela violência, que estão nas periferias, que estão nos bairros, que estão nos subempregos, nos trabalhos precarizados, nós não conseguimos acabar com a violência. Passa por esse processo de autonomia econômica. Isso é importante para o Estado. E a CPMI acompanha. Porque o Estado de São Paulo não tem tido políticas para isso, não tem tido políticas que tentem erradicar a pobreza, voltadas às mulheres. E como nós vimos, não adianta ter prioridade se não tem orçamento, se não tem verba. Se não tem verba é porque não há prioridade.

E dizer que, apesar de todas as conferências que foram realizadas, de todas as manifestações, das resoluções que saíram, até hoje, dizer aqui que ainda vai ser implementado, para depois de 2013, porque até 2013 não está ainda previsto, e isso é brincar com a

vida das mulheres brancas, negras e pobres do nosso País. *(Palmas.)*

Porque as mais vitimadas são essas mulheres, que dependem do serviço do Estado. E o Estado não tem cumprido o seu papel.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada.

Agora ouviremos a palavra da Desembargadora...

(Manifestação da plateia.)

A SR^a PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Silêncio, por favor. Temos que ouvir ainda o Poder Judiciário...

Por favor. Temos que ouvir ainda o Poder Judiciário, o Procurador-Geral da Justiça do Estado de São Paulo e a Defensoria Pública. Por isso que é importante estarmos em silêncio e que fiquem aqui, está bom?

Agora ouviremos a Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Poder Judiciário de São Paulo, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. Ivan Ricardo Sartori.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Angélica, permita-me, antes de a senhora iniciar a sua fala, eu gostaria, por gentileza, que a senhora tentasse explicar a tabela fornecida pelo Tribunal de Justiça, porque nós não conseguimos entender os dados ali mencionados. Foram as informações repassadas pelo Tribunal. Infelizmente, nós não conseguimos entender as informações repassadas. Gostaríamos, se possível, que a senhora tentasse explicar isso para nós agora.

E, além disso, saber, desde 2006, quantos processos tramitaram no Juizado.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Quantos processos?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Quantos processos, desde 2006, tramitaram no Juizado.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Pois não.

Eu cumprimento as Sras. Parlamentares integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência Doméstica. Venho aqui com a incumbência de representar o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo que, por motivo de força maior, não pôde comparecer, mas digo da minha alegria em participar deste momento por uma questão que me é tão cara, que é a violência contra a mulher.

Começo dizendo que o Tribunal de Justiça tem um sistema de classificação dos feitos num critério diferenciado, e esta tabela reflete momentos diferentes. É preciso entender que a questão da violência do-

méstica passa por um momento de uma contradição, na medida em que existe uma lei que é matriz inédita: ela trata da violência contra a mulher de uma forma completa e, na verdade, criou um impacto, a Lei Maria da Penha, na própria sociedade brasileira. Por quê? É uma sociedade em que as relações de gênero são desiguais e, portanto, gera uma situação de assimetria entre as pessoas e entre os direitos fundamentais. Essa matriz, trazida pela Lei Maria da Penha, criou esse impacto ainda mais, dentro do Poder Judiciário e dentro do mundo jurídico, na medida em que – isto é preciso ser dito – toda formação de bacharel em Direito, toda formação nossa – e todos sabem disso – é de um Direito compartimentado. Quer dizer o seguinte, que há gavetas no Direito: Direito Penal, Direito Trabalhista e Direito de Família. E a Lei Maria da Penha vem, ao contrário...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Angélica, só um minuto... Quero pedir silêncio, pois está muita conversa lateral e isso é muito ruim. A fala da Desembargadora é de fundamental importância. Ela está aqui falando em nome do Tribunal de Justiça. É importante, se possível, fazer silêncio para que possamos ouvir atentamente e ela também tenha a tranquilidade de poder passar as informações.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Eu dizia, então, que esse universo do mundo jurídico é compartimentado. Pela tradição ibérica e europeia, o Direito brasileiro é compartimentado, estanque e em cortes diferenciados. A Lei Maria da Penha vem e traz outra visão que – eu diria – é uma matriz inédita no Brasil e no Direito brasileiro, na medida em que ela contempla uma jurisdição penal e uma jurisdição de família – pode-se dizer assim. Então, esse impacto foi sentido por nós da área jurídica. Não pensem que é uma tranquilidade termos de aplicar uma lei que traz esse amplo espectro de tutela da mulher em risco de violência. É um desafio mesmo, eu diria.

Essa condição toda encontra um sistema, no Tribunal de Justiça de São Paulo, dividido em setores também compartimentados e em que a posição e o perfil da vítima não eram contemplados e não são contemplados.

Então, o que nós temos? A partir de 2009, o Tribunal de Justiça, em convênio com o Ministério da Justiça, o Pronasci, criou, instituiu e instalou um Juizado de Violência Doméstica e, assim mesmo, anexo à 8ª Vara Criminal. Por quê? Aqui eu preciso dizer com todas as letras que, na verdade, o Tribunal de Justiça é integrado por pessoas, por juízes e juízas, que fazem parte dessa sociedade desigual e que não tem relações sociais igualitárias. Então, esse impacto se sentiu... Não pensem que é uma situação em que

essas estruturas se rompem de uma hora para outra, mas isso não justifica, eu acho, uma inércia. A partir de 2008, o Tribunal de Justiça, por intermédio do Desembargador Eduardo Pereira e uma equipe de juízes, como a Dra. Maria Domitila que, desde lá, participa, instalou esse anexo.

Eu preciso dizer que, na discussão da criação do juizado, dentro do Tribunal de Justiça, a reação era de resistência. Por quê? Não há casos de violência doméstica, não se justifica a criação de um juizado de violência doméstica no Estado de São Paulo nem na capital. Dentro... Essa é uma questão real e não a podemos esconder, pois seria uma deslealdade escondê-la.

O que aconteceu? Esse juizado começou a funcionar com a Defensoria Pública, com o Ministério Público já envolvido nessa questão da violência contra a mulher e demonstrou, pelos casos atendidos e pela forma como atendeu e com todo o encargo, até simbólico, desse peso, de mostrar que ele poderia e deveria funcionar, fez com que essa Vara, esse anexo da 8ª Vara Criminal, passasse a ser, em 2011, uma Vara Central de Violência Doméstica. E, ao lado disso, a criação de mais seis Varas, que foi outro esforço desse grupo que, de vez em quando, era integrado por um e outro juiz ou por um e outro desembargador, entre eles o Desembargador Ciro Campos e o Dr. Tristão Ribeiro, atual Presidente da Seção Criminal, que se empenharam para que esse atendimento fosse descentralizado, exatamente para que a mulher tivesse o acesso mais próximo do Judiciário.

Então, nós temos hoje a Zona Oeste com um juizado; a Zona Norte, com um juizado; a Zona Leste, com uma população maior e com a necessidade de um atendimento mais intensificado, com dois juzizados; e a Zona Sul também com dois juzizados.

Então, mais ou menos... Tenho aqui os bairros que são atendidos por esses juzizados. Podemos, depois, passar à Comissão. Recentemente, foi criado, agora em março, pelo Tribunal de Justiça, a Coordenadoria da qual faço parte. Sou coordenadora, a Dra. Maria Dormitila também, a Desembargadora Maria Isabel Amaral e a Dra. Elaine Cavalcante, que é a juíza titular da Vara Central de Violência Doméstica.

Essa comissão de quatro magistradas tomou posse agora em março, e vem tentando dar pelo menos uma estrutura inicial.

Então esse ponto perguntado pela Senadora, com relação ao levantamento diferenciado dos dados, foi a primeira providência que se tomou e que se desencadeou junto ao setor de informática para que eles tivessem a possibilidade de levantar, primeiro, todos os tipos de crimes cometidos em situação de violência doméstica, as medidas protetivas, especificando cada

uma delas, em cada um dos juizados, em cada uma das Varas Criminais.

E aqui preciso dizer, acho que todos sabem, mas acho que seria bom, além desses sete juizados no Estado de São Paulo, até por determinação da Lei Maria da Penha, os juízes criminais de São Paulo atendem, julgam e apreciam os casos de violência doméstica de uma forma precária, que não é a ideal, e que, portanto, a ideia que foi dada agora cedo, da criação de juizados nas regiões, pelo menos, parece-me que é uma situação de premência mesmo, porque há Municípios e cidades que já vêm pedindo a instalação desses juizados.

Essa questão do levantamento, embora tenha sido dado esse levantamento, eu acredito que não se presta para o dado existente dos juizados. Eu trouxe aqui...

Então o que nós estamos fazendo? Olhe bem, eu disse que foi criado em 2009 o primeiro anexo. E todo o levantamento nosso, dos juizados, é feito manualmente, contado nos cartórios, embora com poucos funcionários, e transmitido anualmente ao Conselho Nacional de Justiça. Então, nós temos todos esses dados feitos pelos próprios juízes e levantados. Então, eu tenho e posso passar à Comissão, esses dados que...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Maria Angélica, se eu entendi, pela fala da senhora, todo trabalho que vocês fazem é manualmente, não existe um sistema informatizado desses dados, é isso?

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Ainda não. Está em processo de estudo e de levantamento.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – De informatização. Porque a razão da nossa pergunta... Realmente, o Tribunal nos passou as informações, mas elas são muito genéricas e não estão desagregadas por crimes, por tipo de sentença... Então a gente precisaria disso.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Olhe bem, há uma identificação, por exemplo, do crime de ameaça. Agora, o crime de ameaça pode ter como ofendido uma mulher, e uma mulher em situação de violência doméstica, ou um homem.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E não especifica isso.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Não está especificado no nosso sistema de dados. O que nós estamos trabalhando... E o sistema e a SPI do Tribunal já está em estudo, já está desencadeada, determinada, pelo Conselho do Tribunal essa possibilidade de levantamento de dados.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Eu faria uma pergunta: há condições de o Tribunal nos fornecer, mesmo de forma manual, desagregando essas informações, porque os dados, do jeito que estão aqui, serão pouco

úteis à CPMI. É possível fazer, mesmo de forma manual, desagregando?

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Eu diria não de 2006.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Desculpe, eu falei 2006, mas eu me equivoquei. De 2009 para cá, quando foi criado.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Sim. De 2009, há possibilidade, inclusive porque esses dados foram levantados, manualmente, e encaminhados até o Conselho Nacional de Justiça.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Eu queria dar um prazo para a senhora, mas eu quero aqui combinar esse prazo, porque normalmente nós temos dado prazo, em todas as audiências públicas, de sete dias para prestar essas informações, considerando que os dados da senhora são de forma manual, é possível em sete dias oferecer?

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – É suficiente. Sete dias. É sim.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então eu faço essa solicitação, para que esses dados possam vir num prazo máximo de sete dias, para que a CPMI possa recebê-los em Brasília.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Sete dias. Eu agradeço. Está ótimo.

Se quiser, Senadora, eu tenho alguma condição de apresentar agora, até o mês de maio, dos regionais e do central. Mas eu prefiro fazer um levantamento de 2009 para cá. Inclusive até o mês de maio, até junho.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então a senhora já faz tudo de uma vez e nos envia.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Isso, já mando, está ótimo.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – A Deputada Janete também tem uma pergunta a fazer.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Desembargadora, eu considere muito importante a sua análise de como funciona tudo, como gavetinhas separadas, tanto na universidade como no funcionamento. Mas eu gostaria de questionar uma coisa.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Claro.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – A senhora colocou que existem sete juizados no Estado de São Paulo. Na verdade, não são sete juizados no Estado de São Paulo, são sete juizados na cidade de São Paulo.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – É verdade.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – E aí eu queria dizer, por exemplo, que a Grande São Paulo, o ABC, a região de Guarulhos, o interior, como é que

as quatro magistradas que tomaram posse em março estão trabalhando? Eu fico feliz em ver essa disposição. Mas esse dado é alarmante, porque a cidade de São Paulo tem um número de habitantes muito grande, mas a Grande São Paulo tem outra e o interior tem outra.

Existe algum plano para desmembrar os juizados por outras regiões do Estado? Primeira pergunta. Segunda: falta verba do Governo Estadual ao Tribunal de Justiça para a criação de vagas especializadas? Ou é uma questão de vontade política? Terceiro: o Poder Judiciário poderia pactuar ou contextualizar de forma hierárquica – Tribunal de Justiça, Fórum – a aplicação da Lei Maria da Penha sem considerar qualquer outra vertente de transação penal? E a última: tendo em vista essa concepção que a senhora apresentou, mostrando que a cultura machista também permeia os tribunais; tendo em vista a sua visão de que tudo no direito é compartimentado, como é que as quatro magistradas estão trabalhando para vencer esses desafios apresentados pela senhora, Desembargadora?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Desembargadora, deixe-me aproveitar para fazer já um *link* com a fala da Deputada Janete: se a senhora tem condição de nos informar qual é o plano e o orçamento da coordenaria para ampliação do Juizado da Violência Doméstica no Interior do Estado. Porque pode ser que haja disposição. Mas há plano, planejamento, orçamento para isso?

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Ontem, nós fomos informadas, a coordenadoria foi informada de que, no orçamento do Tribunal, apresentado e aprovado ontem, os sete juizados estão contemplados dentro do orçamento. Eu não saberia dizer o valor, mas a informação é de que, no orçamento para o ano... Porque o nosso convênio com o Ministério da Justiça está terminando e é possível que se estique por alguns meses, até que nós tenhamos o orçamento aprovado. E a informação é que já constam do orçamento do Tribunal pelo menos as sete Varas de Violência Doméstica.

Agora, a outra questão da ampliação...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Junto com essas informações que a senhora está passando, principalmente com relação à questão orçamentária, da ampliação, por favor, também nos responda, juntamente com os demais pedidos de informação que irão.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Do orçamento, não é?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Complemente aqueles dados com essas informações que a senhora está passando. Está bem? Para facilitar inclusive a elaboração do nosso relatório.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Claro. Os juizados.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Embora eu queira aqui fazer um registro: tudo que está sendo dito aqui está sendo gravado, mas é importante receber os documentos.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – E a outra questão é que durante este ano, mesmo antes da Coordenadoria, eu fazia parte dessas comissões e outras colegas também. Recebemos muitos pedidos de instalação de Vara: do ABC, de Guarulhos, de Santos, Itanhaém, de vários, vários Municípios. E isso está em andamento junto à presidência e ao conselho do Tribunal, que é o vice-presidente, o presidente e o corregedor.

Desculpem-me, mas quero fazer um adendo aqui. Eu tenho uma informação que eu gostaria de dar. É essa questão da encarcerada que foi levada com algemas para o parto, eu tenho uma informação a dar à Comissão. É que a Corregedoria do Tribunal de Justiça já instalou um expediente de apuração desse fato, e está em andamento. Há um juiz especializado em execução criminal, o Dr. Jayme, que, aliás é juiz em Guarulhos, da Vara de Execuções Criminais de Guarulhos. E mais ainda, há uma providência já desencadeada pela Juíza da 2ª Vara de Execuções Criminais, Dra. Nidea Coltro. Então, já há um expediente para apurar essa condição dessa mulher encarcerada levada para o parto.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Eu quero fazer duas perguntas, Desembargadora Angélica.

O Tribunal de Justiça tem proposta para criar o Juizado de Violência Doméstica em todo o Estado?

Segunda pergunta: Qual é o posicionamento do Tribunal em relação a uma juíza ou a um juiz que continua aplicando a Lei 9.099/95, ou que declara a inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha?

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Pois não. Eu vou responder. Essa proposta para a criação me parece que é uma das atribuições que a Coordenadoria toma a si, porque é preciso sensibilizar a direção do Tribunal da necessidade dos juizados instalados de uma forma descentralizada nas cidades do Estado de São Paulo. Então, eu acho que essa é uma atribuição que a Coordenadoria toma para si.

Com relação à Lei 9.099, eu digo o seguinte: há uma prerrogativa do juiz que se caracteriza pela independência. E essa prerrogativa do juiz é extremamente importante à medida que assegura a imparcialidade do juiz. E há mecanismos de impugnação das decisões daquele juiz. Vamos imaginar, a não ser uma sentença teratológica, vamos dizer, sem nenhuma fundamentação, o Ministério Público pode impugnar, e faz essa impugnação; a Defensoria Pública recorre e...

E aqui eu preciso fazer um registro que eu sempre faço, e a Dra. Nader sabe disso. A questão do direito

no Brasil, quando se fala que uma lei foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, eu percebo que não há uma visibilidade, que aquela alegação de inconstitucionalidade e aqueles argumentos foram debatidos em pequenas cidades por promotores de justiça, por defensores públicos, por juízes de Mirandópolis, por exemplo. Essa sistemática brasileira, na realidade, faz com que essas questões vão se avolumando, esses argumentos vão se avolumando, e cheguem ao Supremo. Então, é preciso dizer que essa construção do Direito é importante na medida em que o juiz necessita motivar a sua decisão. Então, se é uma motivação inadequada, uma motivação inconstitucional, ao reconhecer a constitucionalidade de uma lei que já foi declarada constitucional, na realidade, há mecanismos do Direito para rebater. Claro, que se chega ao ponto de ser uma decisão teratológica, que não tem nenhum fundamento, a Corregedoria do Tribunal deve ser notificada. Se for o caso de violência, a Coordenadoria também.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Angélica, nós temos aqui uma denúncia.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Sim.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – A 1ª Vara da Comarca de Embu está indeferindo os pedidos de medidas protetivas postuladas, alegando inconstitucionalidade da lei. Embu das Artes, não é? Embu das Artes. A nossa pergunta é: que medidas o Tribunal tem adotado para poder fiscalizar esse tipo de procedimento? Não se está adotando a Lei Maria da Penha. Mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade da Lei Maria da Penha, alguns juízes se negam a aplicar as medidas protetivas sob esse argumento, contrariando, com certeza, toda a legislação. Então, que medidas o Tribunal tem adotado para fiscalizar esse procedimento? Nós vamos encaminhar oficialmente para a senhora essa informação, com o objetivo de que o Tribunal possa tomar as devidas providências.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – E essa é uma questão atinente à Corregedoria do Tribunal.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então vamos encaminhá-la para a senhora.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Daremos um encaminhamento à Corregedoria registrando.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E corrigir, cobrar do juiz que realmente tenha uma postura correta e que atue de acordo com a legislação.

Outra questão sobre a qual gostaria de saber. Recebemos denúncias de que o Juiz da Vara Criminal que acumula a competência da Lei Maria da Penha em

Mogi das Cruzes está exigindo representação nos crimes de lesão corporal de natureza leve, contrariando expressamente a decisão do Supremo Tribunal Federal. Gostaria de saber que tipo de fiscalização – e tem a ver com a outra pergunta – a Coordenadoria está tomando para o pleno cumprimento da lei e para que esse tipo de atuação contrária à lei não mais ocorra. Então, são duas situações, a situação de Mogi das Cruzes e a situação da Comarca de Embu das Artes.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – É a mesma coisa. Se há um caso específico é necessário encaminhar à Corregedoria do Tribunal.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Vamos encaminhar para a senhora oficialmente, para que a senhora possa tomar as devidas providências.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Muito obrigada.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Por último, gostaria também de saber por que, dos juizados criados, apenas o de Barra Funda, pelas informações que nós temos, tem servidores do Estado. Nós demais, os servidores são terceirizados. Isso, com certeza, precariza os serviços, os juizados, e os coloca em uma situação de muita vulnerabilidade. Inclusive, se os convênios não forem renovados, eles poderão até ser desconstituídos. Então, eu gostaria de saber se após o encerramento desses convênios os juizados serão mantidos com recursos próprios do Estado.

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Esta é a meta: que o juizado seja mantido pelo Tribunal de Justiça, após o encerramento do convênio, desde que haja tempo para que isso aconteça, porque, no orçamento de 2013... O de 2012 não foi enviado e não há essa previsão orçamentária. O de 2013 tem essa previsão, e que seja acolhido esse orçamento pelos órgãos competentes.

Agora, com relação à questão feita aqui pela Deputada Pietá, com relação à Lei nº 9.099...

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – A minha foi a questão do Judiciário e a questão da aplicação da Lei Maria da Penha, como isso funciona dentro do Tribunal, dos fóruns...

A SRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Então, acho que, respondendo as duas indagações, há uma previsão nossa, já a caminho, de dois trabalhos a serem desenvolvidos a partir do segundo semestre. Um deles são as mesas de reflexão e estudo da Lei Maria da Penha e da aplicação da Lei Maria da Penha pelos juízes, se quiserem, com a participação ampla também de Defensores Públicos, do Ministério Público, de todos os operadores do Direito. Uma situação sistemática, pelo menos uma vez por mês, dessa

discussão de problemáticas de aplicação da Lei Maria da Penha, numa sessão de trabalho mesmo, não é?

E ainda há a previsão de um encontro, e, aí sim, um encontro multidisciplinar, também estabelecido em vários dias, com uma manhã inteira de discussão com todas as áreas da equipe multidisciplinar e também da área do Direito. Então seria essa troca. Seria um tipo de capacitação mesmo dos profissionais. E isso é preciso ser feito pela premissa que eu coloquei. Há necessidade de uma sensibilização de todos os integrantes, os juízes, os desembargadores, os promotores de Justiça, procuradores, defensores públicos... Não há como negar.

Eu só gostaria de reforçar aqui a necessidade... Nós tínhamos já a intenção de marcar um encontro com a Defensoria Pública e com a Ordem dos Advogados do Brasil, porque entendemos a necessidade do advogado acompanhando a mulher em risco de violência, desde o início, sem desfazer... *(Palmas.)*

Sem desfazer... Esse não é o papel do Ministério Público. O Ministério Público tem um papel relevante, mas não é o papel do Ministério Público. E a mulher precisa daquele aconselhamento inicial, porque esse aconselhamento inicial vai depender de todo o caminho desse inquérito.

E talvez uma última questão. Não sei se estou passando do tempo, mas eu acho muito importante. É a seguinte: nós participamos das jornadas da Lei Maria da Penha no Conselho Nacional de Justiça, a partir de 2009. Uma ou outra, mas sempre uma de nós desse grupo que tentou instalar esses juizados. E no último encontro, a VI Jornada da Lei Maria da Penha, os juízes de São Paulo ofereceram a sugestão de um protocolo, que se estabelecesse um registro de circunstâncias fundamentais e importantes para a possibilidade das medidas protetivas.

O que quero dizer com isso? Muitas vezes, os juízes se sentem sem condições mínimas, de circunstâncias pequenas. Por isso é importante o advogado também. Mas onde essa pessoa vive? Em que bairro vive? Com quem vive? Em que casa? Com um companheiro, sem um companheiro? Trabalha? Não trabalha? A ofendida tem filhos? Não tem filhos? Qual é o perfil de vida e dessa pessoa que está pedindo uma medida protetiva? Então, esse protocolo é até uma sugestão. Parece-me que, na legislação espanhola...

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Uma coisa, Desembargadora, o perfil não impede o juiz de fazer cumprir a lei das medidas protetivas, porque o Estado tem menos de 10% de atendimento de medidas protetivas.

A DRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Não, olhe bem, as circunstâncias são impor-

tantes, não o perfil no sentido de que condição tem, mas são importantes para a escolha dessas medidas, não só... São coisas muito circunstanciais, simples mesmo. Não há... E, na legislação espanhola, este é...

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Dra. Angélica, eu acho que temos que encerrar, devido ao tempo, há mais duas pessoas para... Está concluindo?

A DRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Então, essa posição foi aceita e, mais do que isso, aqui, em São Paulo, só para terminar, a Juíza do Foro Central apresentou essa proposta à Polícia de São Paulo e foi baixado um provimento, um ato da delegacia, pedindo essa indicação de que constassem essas circunstâncias.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Maria Angélica, quero, particularmente, fazer uma solicitação à senhora.

A DRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Pois não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Acho que a senhora tem muito a contribuir com a CPMI, em função da sua experiência também. Então, além das informações que a senhora vai nos repassar, do atendimento feito aqui no Estado de São Paulo, se a senhora tiver alguma sugestão para melhorar o atendimento, para que o sistema de Justiça possa funcionar de forma mais adequada, a CPMI também acolhe sugestões. Então, a senhora poderá passar para nós, por escrito, e receberemos com o maior prazer as informações que a senhora tenha e as sugestões também. Está certo? Muito obrigada.

A DRA. ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA – Está certo. Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada, Dra. Angélica.

Agora, ouviremos a palavra do Arnaldo Hossepian Júnior, Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas, que vem representando o Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Boa noite, boa noite a todos. Quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, a Deputada Ota, a Deputada Aline, não sei se ainda se encontra, Deputado Leci Brandão, Deputada Pietá, demais parlamentares aqui presentes, saudar a Desembargadora Angélica pela ala serena e esclarecedora que acabou de prestar a todos nós, o nosso Deputado Diogo, também sempre presente nas questões que envolvem o Ministério Público, as minhas colegas aqui presentes, a Sílvia e a Valéria Scarance.

Sou Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo há 25 anos. Atualmente, integro o gabinete

do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Márcio Fernando Elias Rosa. Exercito as atribuições de Subprocurador-Geral, portanto, cabe à minha Subprocuradoria representar o Ministério Público de São Paulo, nos impedimentos do Sr. Procurador-Geral, nas questões afetas às relações institucionais, o nosso Ministério Público com os Poderes constituídos e com a sociedade civil. O Procurador-Geral de Justiça hoje se encontra em Manaus, pois há reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. É uma agenda marcada sempre no início de cada ano, e o Dr. Márcio está investido no cargo não tem três meses, era necessário, portanto, o comparecimento dele perante aquele Colegiado.

Mas quero dar um panorama aos senhores da atuação do Ministério Público nas questões afetas à defesa dos interesses da mulher nas questões relacionadas à violência doméstica. Apenas resgatar um pouco na história que, quando da vigência da Lei 9.099/95, que instituiu a transação penal nos ilícitos de menor potencial ofensivo, o Ministério Público de São Paulo, juntamente com o Ministério Público brasileiro, já enxergava a necessidade de que se implementasse algum tipo de medida nas hipóteses em que, diante da violência doméstica resultante em lesão corporal de natureza leve, tivesse o Juiz de Direito algum instrumento que possibilitasse a ele exercer um poder mais agudo, uma medida cautelar mais atuante e pudesse, portanto, afastar o agressor do lar conjugal.

Por conta disso, no ano de 2002, a Lei nº 9.099 sofre a primeira alteração legislativa e o Congresso Nacional aprova um instituto que possibilitava ao promotor de Justiça requerer o afastamento do agressor do lar conjugal nos casos de violência doméstica, e o magistrado assim proceder. Então, é importante a gente resgatar esse aspecto da história legislativa porque a preocupação é um pouco anterior a 2006, quanto o diploma legal que nós estamos tratando hoje entra em vigor.

Pois muito bem. Com o advento da Lei Maria da Penha, e a desembargadora deixou isso muito claro, a questão da violência doméstica passou a ser abordada de uma forma muito mais ampla. Não é só violência que resulta em agressão ou morte, é a violência patrimonial, é a violência sexual, é a violência contra a honra, é a violência contra o direito a ter uma vida tranquila, enfim, é o art. 7 da Lei nº 11.340 na sua plenitude.

E aqui, falava a Senadora sobre as sugestões que a CPMI permite que façamos. E eu aqui me antecipo e já faço uma delas, Senadora. O Congresso Nacional acaba de receber o Projeto de Reforma do Código Penal. Tem uma questão fundamental, e o Ministério Público sempre se preocupou quanto a isso, não é difícil encontrarmos aquela mulher casada, mãe de

filhos que tem o patrimônio da família dilapidado pelo marido. E nós temos em vigor até hoje, no Código Penal Brasileiro, um instituto, lá no art. 182, que impede o Judiciário e o Ministério Público de tomarem qualquer providência; é uma imunidade absoluta, que impede qualquer resultado positivo no sentido de retirar das mãos desse cidadão que atua com total irresponsabilidade, praticando estelionato, apropriação indébita, contra o patrimônio do casal, o Judiciário está impedido porque há lá uma causa negativa de punibilidade. Então, essa é a primeira sugestão. Há necessidade de se introduzir essa mudança legislativa sob pena de a Lei Maria da Penha se restringir, única e exclusivamente, à agressão física; e ela é muito mais do que isso; o espírito do legislador é muito maior, ele não ficou adstrito a essa questão. Quando se fala em Lei Maria da Penha, a primeira idéia que surge é a de que a Lei Maria da Penha positivou tipos penais, ou seja, ela criou crime. Ela não criou crime algum! O máximo que ela fez foi ter criado algumas circunstâncias agravantes e majorou a pena da lesão corporal leve nos casos de violência doméstica; majorou a pena mínima, diga-se de passagem, porque a pena máxima continua sendo um ano de detenção, o que faz com que esse inconformismo do auditório realmente se cristalize. Por quê? Porque é quase impossível, minhas senhoras e meus senhores, qualquer magistrado, por mais conservador que seja, fixar um regime de cumprimento de pena fechado para quem venha a ser condenado por uma lesão corporal de natureza leve, ainda que seja qualificada pela violência doméstica...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr. Arnaldo, desculpe-me interrompê-lo, mas é porque estamos preocupados em relação ao tempo, porque todos nós temos voos hoje e estamos tentando jogar para frente, mas não há horários. E eu teria várias perguntas para fazer.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JUNIOR – Eu vou, rapidamente, dizer à senhora do nosso panorama atual. Falarei do presente apenas; não falarei do futuro...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Está bom.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JUNIOR – ...apenas qual é o quadro do Ministério Público hoje...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E receberemos com o maior prazer as sugestões, inclusive por escrito.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JUNIOR – Então, dizer aos senhores que hoje, no Estado de São Paulo, o Ministério Público tem um núcleo de combate à violência doméstica, um núcleo central, no fórum da Barra Funda, no Fórum Ministro Mário Guimarães. Nós temos seis núcleos de combate à violência doméstica espalhados por toda a capital de São Paulo, e o Ministério Público de São Paulo conseguiu criar, de 2008 pra cá, porque a ação efetiva de combate à violência

doméstica é estabelecida em novembro de 2008. Ele conseguiu criar três núcleos no interior – Ribeirão Preto, Itapeverica da Serra e Sorocaba –, claro que um núcleo um pouco mais abrangente. Abrangente por quê? Porque além da violência doméstica, ele cuida dos direitos humanos de uma forma um pouco mais ampla, então, envolve o interesse do idoso, envolve o interesse do menor, possibilitando dispor, nesses núcleos, de quadro técnico especializado, quadro técnico concursado. Aqui, cabe um registro: o Ministério Público, nos últimos quatro anos, começou a se preocupar com equipar os promotores de justiça com servidores, porque isso era de uma carência muito significativa.

É um trabalho difícil, é um trabalho complexo, é um trabalho que fez com que o Procurador-Geral de Justiça caminhasse no sentido de negociar o nosso orçamento. Os Parlamentares sabem que o Ministério Público tem direito de até 2% do orçamento.

Trabalhamos sempre e temos sido, de certo modo, compreendidos pelo Governo do Estado, para que a gente possa prestar cada vez mais um serviço melhor à população.

Nas demais cidades do Estado: São Paulo tem 313 comarcas, fora a comarca da capital. Nos demais pontos desse Estado, como é que o Ministério Público atua? Atua perante as varas criminais, contando com o quadro técnico concursado espalhado pelas 14 unidades administrativas que nós temos nesse Estado.

Conseguimos criar 14 unidades administrativas equipadas com o quê? Com assistente social, com psicólogo, com assistente de promotoria, enfim, com o nosso quadro de servidores, que é um quadro de servidores que cresce, que cresceu significativamente nos últimos quatro anos, mas, por óbvio, os senhores devem compreender, é um obra sempre por acabar.

É sempre necessária a busca de uma melhor qualificação, de um melhor equipamento para que possamos exercitar aquilo que é o nosso mister, que é a promoção de justiça.

Não somos promotores da justiça, da máquina judiciária, somos promotores de justiça. O conceito de justiça é de justiça ampla, o conceito filosófico, ou seja, preocupar em resgatar os direitos perdidos do cidadão e preservar aqueles que ele ainda consegue conservar. Essa é a missão que nos inspira, essa é a missão que inspira o Procurador-Geral de Justiça.

Então, o panorama, para ser objetivo, Sra. Senadora, hoje, é esse.

Estou à disposição para responder algum outro questionamento e, se necessário for, pedirei à senhora vênica para que eu possa introduzir as minhas colegas

que estão aqui presentes, que estão na parte operacional, que poderão, se necessário, fornecer informações daquilo que, efetivamente, o dia a dia tem-nos exigido.

Muito obrigado.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então, Dr. Arnaldo, o que nós recebemos, as informações por parte do Ministério Público aqui de São Paulo... Esses números foram apresentados pela Corregedoria do Ministério Público.

Talvez não estejamos fazendo uma leitura muito correta dessas informações e, aí, gostaríamos de solicitar alguns esclarecimentos.

Em março de 2012, no juizado da região Norte, foram recebidos 826 inquéritos policiais e foram oferecidas apenas 19 denúncias.

Poderia, por favor, explicar essa diferença tão grande que se observa em todo o Estado: 826 inquéritos e apenas 19 denúncias.

Eu vou fazer todas as perguntas...

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Pois não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Eu já pedi que passassem às mãos do senhor todas elas.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Estou com elas aqui.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Para facilitar as respostas.

Quantos pedidos de prisão preventiva foram realizados pelo Ministério Público em 2011?

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Olha, a colega, Dra. Scarance, está na linha...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Deixe eu só terminar aqui.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Ah, pois não. Perdão. Pois não.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Enquanto isso, porque...

Quantas promotoras e promotores atuam nas varas de violência contra a mulher?

Desse quantitativo, quantos atuam na capital e quantos atuam no interior?

Aqui, há uma denúncia que a gente recebeu também.

Essa denúncia é de que, em Taboão da Serra, a representante do Ministério Público solicitou o arquivamento do processo contra o Sr. José Maria Bento da Silva, porque a palavra da vítima era a única prova. O Sr. Juiz de Direito acolheu o pedido e arquivou o processo em abril de 2010. Um mês depois, o Sr.

José Maria atentou contra a vida da Sra. Elizabeth Amorim dos Santos.

A minha pergunta: não sabe o Ministério Público que a palavra da vítima, a última, há muito tem sido considerada relevante para os crimes de violência doméstica, incluindo estupro?

Que tipo de qualificação os integrantes do Ministério Público recebem sobre violência contra as mulheres?

Há uma política de capacitação permanente sobre gênero e violência aos membros do Ministério Público?

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Então, começo pela primeira indagação, Sra. Senadora, a questão relacionada com as informações fornecidas, essa discrepância de número de denúncias e número de inquéritos.

O que a Dra. Scarance me informa, neste instante, é o seguinte: quando da criação formal dos juzizados, todos os inquéritos policiais que ingressaram no sistema, necessariamente, tiveram de ser redistribuídos, de modo que todos retornaram, salvo aqueles que a denúncia já havia sido ofertada, para que, então, fossem novamente redistribuídos para cada um dos juzizados criados na capital do Estado de São Paulo.

Por isso esse número que, de fato, causa um impacto à primeira vista, porque, puxa vida, ou o Ministério Público não teria trabalhado, ou a polícia teria trabalhado muito mal, e, de fato, não é isso.

Essa é uma questão que, a partir do momento em que foi criado o juzizado de violência contra a mulher, foi necessário que todos os inquéritos retornassem para a distribuição e fossem, posteriormente, redistribuídos para cada um deles na capital do Estado de São Paulo.

Segunda questão que foi formulada a nós, aqui, questão relacionada com pedidos de prisão preventiva.

Seria esse, Sra. Senadora?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Sim, quantos foram realizados em 2011?

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Olha, pelas informações que a Corregedoria nos passa, e aí me cabe fazer um esclarecimento à senhora: a administração anterior, do Procurador-Geral anterior, Dr. Fernando Grella Vieira, estabeleceu, e isso é público, está publicado no *site* do Ministério Público, para simples consulta, o sistema integrado de informação sobre inquéritos e processos, ou seja, para que nós pudéssemos ter um quadro absolutamente do que fazemos e do que produzimos, porque aquela máxima vale no Ministério Público – não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se conhece –, partimos, então, para um trabalho de fôlego, em que foi

necessário disponibilizar mão de obra de funcionários para alimentar um sistema podendo dizer quantas denúncias foram elaboradas por tráfico de entorpecentes, quantas prisões preventivas foram pedidas numa determinada espécie de crime.

Então, essa informação, para que eu possa passar para a senhora com algum grau de precisão, será necessário que a senhora nos confira algum tempo, porque o trabalho está em andamento e não é um trabalho singelo. É um trabalho que está em fase final, mas ainda exige algum ajuste para que possamos, não apenas nós, mas toda a sociedade civil ter a exata dimensão do que estamos produzindo.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Sete dias são suficientes?

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Olha, eu posso dizer para a senhora que alguma coisa eu lhe fornecerei em sete dias, sem dúvida nenhuma. Se não lhe fornecer o quadro, o montante total, parte dele, certamente, eu fornecerei.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Está bem. Muito obrigada.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Eu gostaria de fazer algumas perguntas.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Parece que eu teria só de terminar aqui.

Quantos promotores atuam nas varas? Bom, com a criação do juzizado especial na capital, então, nós temos o central e nós temos seis espalhados pela capital, nós temos 15 promotores, que têm a atribuição única e exclusiva de atuar perante o juzizado de violência doméstica.

Nas cidades em que nós temos o núcleo dos direitos humanos, são os promotores que atuam com aquelas atribuições. Repito: não são atribuições específicas de violência doméstica, porque não há juzizado específico criado em nenhuma outra localidade que não a comarca da capital. Nas demais comarcas – eu disse, aqui, que são 313 –, o promotor de justiça com atribuição criminal na divisão de trabalho dentro daquela promotoria criminal terá a incumbência de se desencilhar dos feitos relacionados com violência doméstica.

Então, portanto, na ausência de juzizado especial, eu não tenho e nem terei condições de dizer à Sra. Senadora quantos promotores atuam em juzizado especial, por quê? Porque as atribuições ficam afetas às varas criminais, então, não há como eu dizer à senhora que na violência doméstica na cidade de Catanduva é um promotor ou são dois promotores. Essa informação eu

não terei como dar, porque não há um juizado especial de violência doméstica naquela localidade.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Com relação à denúncia de Taboão da Serra, que informação o senhor tem para nos dar?

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Seria simples eu aqui, até de forma leviana, proclamar que o promotor errou. Seria simples e iria ao encontro do anseio dos senhores que estão no auditório. Mas isso passa, sem dúvida alguma, pela análise do caso concreto. O que eu posso dizer à Sra. Senadora – repito – é que eu sou Promotor de Justiça, com 25 anos de trabalho, e já vivi situações que muito me angustiaram em que a minha interpretação se revelou equivocada em determinado momento, e eu procurei reconsiderar. Agora, se houve erro grosso do promotor, se ele de fato ignorou, não cotejou a prova, ou seja, eu posso ter uma situação em que a minha versão é absolutamente inverossímil, mas ela é descaracterizada por alguns outros argumentos que venham aos autos e que fizeram com que o promotor, que tem independência funcional, que exercita o seu convencimento, entendesse que naquele caso era caso de arquivamento. Se não for isso, ele, naturalmente, poderá se ver com o inconformismo do juiz de Direito, que aplica o art. 28 do Código de Processo Penal e encaminha ao Sr. Procurador-Geral de Justiça a deliberação a esse respeito.

Vou dar um exemplo, para regatar a memória das senhoras: em priscas épocas, quando do primeiro acidente da TAM, o promotor de Justiça pediu o arquivamento. O juiz de Direito não se conformou – veja que estamos falando de algo que teve uma repercussão internacional – e encaminhou ao procurador-geral de Justiça, que se debruçou sobre aquela investigação bastante significativa, e entendeu que, de fato, por mais angustia que ele tivesse, ele não tinha como entender que havia indícios mínimos para desencadear a persecução penal. Este é um dado técnico que pode não convencer e pode angustiar os senhores, mas é uma realidade que o operador do Direito vive. Como o médico também vive quando se depara com o paciente em que ele não consegue exercitar aquilo que ele se preparou para fazer.

Seria simples – repito – fazer aqui o discurso mais fácil, mas seria leviandade da minha parte e eu não estaria agindo de forma correta perante as Sras. Parlamentares.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr. Arnaldo, vamos encaminhar formalmente esta denúncia. Nós a recebemos hoje pela manhã, então, vamos encaminhá-la

formalmente porque a consideramos extremamente séria e por se tratar de um caso grave.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Concordo com a senhora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Na verdade, há uma tentativa de homicídio. Quer dizer, a omissão do juiz leva...

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Do promotor e do juiz.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Do promotor e do juiz leva a mulher à morte.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Sem dúvida. Não tenho dúvida.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – É um caso que realmente precisa ser verificado, averiguado.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Só peço que a senhora compreenda que eu dar uma resposta de um caso concreto, de um caso específico, eu estaria avançando o sinal, porque eu não tenho elementos concretos sobre aqueles fatos. Mas devemos prestar à senhora todas as informações que a senhora julgar necessárias.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – E é preciso que este caso seja tratado porque é a palavra da mulher que não foi considerada. Se isso não for apurado e não for realmente dada uma resposta, outras situações, se não já aconteceram outras, poderão continuar a acontecer situações semelhantes.

Então, precisa ser apurado e precisa haver correção por parte de quem cometeu essa falta de respeito à lei.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Não tem dúvida.

E a senhora fala da capacitação, o promotor de Justiça, quando aprovado em concurso público, estão aqui os nossos Deputados Estaduais sabem quão difícil é o concurso para o ingresso no Ministério Público, ele permanece 30, quase 40 dias à disposição da Escola Superior do Ministério Público, tendo uma visão multidisciplinar e real daquilo que ele vai enfrentar. E o tópico violência doméstica, eu posso lhe afiançar que tem feito parte do que a nossa escola prepara para que o promotor de Justiça venha a tomar conhecimento durante aquele período em que ele lá permanece.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Para finalizar a minha intervenção, eu só quero também fazer o mesmo procedimento que nós fizemos com a desembargadora: nós recebemos as informações do Ministério Público, mas têm alguns dados que não ficaram claros, na avaliação da nossa assessoria. Possivelmente vamos

encaminhar novos pedidos de informação para que vocês possam esclarecer alguns números e algumas informações aqui colocadas.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Se a senhora me permite, apenas para ilustrar um tópico. Discutia-se, aqui, a questão da inconstitucionalidade da exigência do instituto da representação que, em um linguajar menos formal, ou seja, a necessidade que a mulher manifestasse o desejo que o Judiciário e o Ministério Público atuassem é inconstitucional, o Ministério Público de São Paulo, nisso, fica muito tranquilo, porque o Procurador-Geral de Justiça, que encerrou a administração de quatro anos agora no mês de março, já defendia isso quando do advento da lei.

Então, o Ministério Público paulista não botou o ovo de Colombo não, mas atuava dessa forma; atuava no que diz respeito ao entendimento da Procuradoria-Geral. Mas como todos sabem aqui, o Ministério Público tem como um dos seus princípios a independência funcional, e é uma das garantias. Alguns promotores entendiam de forma diversa. Hoje, como a decisão do Supremo Tribunal Federal isso não se aplica mais. A própria desembargadora deixou claro aqui. Se assim proceder, dever responder perante as respectivas corregedorias.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Dr. Arnaldo, Subprocurador-Geral da Justiça, o senhor tratou, na Lei Maria da Penha, do art. 7º. Mas eu gostaria de lhe colocar algumas questões sobre o capítulo III, que trata das medidas protetivas em que claramente se diz que o juiz terá de tomar medidas em 48 horas e deverá também comunicar ao Ministério Público.

Então, eu gostaria de saber como estão sendo feitos esses encaminhamentos. Porque, na verdade, pelo entendimento e o histórico que o senhor começou a apresentar aqui demonstrou que o senhor tem conhecimento da lei, não só tem conhecimento, mas acha que a lei deve atuar muito mais do que a violência física, mais do que a violência patrimonial, etc. Aí eu gostaria de saber como é que o Ministério Público está tratando essas questões.

Também no capítulo III trata exclusivamente da questão da atuação do Ministério Público, em que diz, no art. 26:

Caberá ao Ministério Público... [etc.] requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros.

Item IV: Fiscalizar estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência.

A lei é tão clara em relação ao Ministério Público que eu gostaria de saber quais têm sido concretamente os encaminhamentos sob o ponto de vista estatístico. E como é que o Ministério Público está se portando frente às questões de não dar – a maior parte dos juízes não dá – medidas protetivas, e como estão acompanhando concretamente as casas e todas as questões de atendimento à violência contra a mulher que, a meu ver, é muito grave. E o senhor mostrou-se bastante acessível e julgando que nós temos de tomar todas as medidas em relação ao art. 7º.

Portanto, eu gostaria de solicitar os esclarecimentos em relação ao próprio Ministério Público.

Muito obrigada.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Quero dizer à senhora que a questão das medidas protetivas, a Desembargadora que me antecedeu deixou bem claro o quanto pertinente e o quanto essa disposição legal veio ao encontro dos anseios dos promotores de Justiça comprometidos com a causa. Por que razão? Porque sabemos da dificuldade da maior parte da população recorrer a um advogado, contratar um advogado, se valer do serviço público para ter acesso ao Judiciário. Claro, hoje, essa realidade tem sofrido significativa mudança, sobretudo no Estado de São Paulo, em que temos uma Defensoria Pública absolutamente atuante. Mas, voltando um pouco no tempo, a mãe de família quando se via afastada do marido agressor, do marido estelionatário, do marido que pratica coação moral, ela precisava se socorrer imediatamente de um advogado para poder conseguir uma medida cautelar na Vara de Família e, portanto, conseguir algum grau de tranquilidade. Hoje, essa questão só existirá se o promotor de Justiça não atuar, se o juiz de Direito for absolutamente recalcitrante, porque a legislação facultativa, possibilita – claro que de forma fundamentada – a fixação de pensão alimentícia, algo até então inimaginável determinar a não aproximação do cônjuge na distância de 100 metros, 200 metros. E eu posso dizer, Sra. Deputada, que já vi situações em que isso foi, de fato, aplicado e evitou, como disse a Sra. Senadora, que um mal maior pudesse acontecer.

Essas medidas protetivas, o Ministério Público tem-se movimentado no sentido de dar cada vez mais efetividade a esse instrumento que, sem dúvida alguma, vem ao encontro da população menos assistida.

A segunda pergunta que a senhora me fazia, sobre a questão das fiscalizações que são atribuição,...

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – As fiscalizações são atribuição dos estabelecimentos públicos.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – ...que são dever do Ministério Público.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – E também saber se há alguma estatística de que o Ministério Público requisitou força policial, esses serviços, e também a fiscalização, porque é muito claro na lei, no art. 26.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN JÚNIOR – Quero dizer à senhora que, quando o magistrado determina o afastamento do lar conjugal, não é incomum a utilização quer da força policial militar, quer da força policial civil para retirar o cidadão de dentro da casa. Ora, se isso não é cumprido, é uma outra questão. Vejam que aí é uma outra questão que demandará o quê? Se o magistrado dá a ordem, e a ordem não é cumprida, ou nós estamos diante do crime de desobediência ou do crime de prevaricação. Sem perder de vista a improbidade administrativa, que eu posso garantir aos senhores que intimida muito mais o servidor público, o gestor público, qualquer um vinculado ao Poder Público, do que ser responsabilizado por improbidade administrativa.

Indagava-me a senhora sobre a questão dos estabelecimentos que não têm condições de atender à população.

Ora, este eu fico muito à vontade para dizer: o Ministério da Justiça publicou recentemente uma pesquisa sobre a Lei de Improbidade Administrativa, que está completando 20 anos. Está lá na Secretaria de Assuntos Legislativos, salvo engano. A nossa Escola Superior do Ministério Público, comandada pelo Procurador, Dr. Mário Sabburro, tem uma assessora, promotora de Justiça, Dr^a Susana, que participou dessa pesquisa.

O Estado de São Paulo é o que mais faz com que a Lei de Improbidade Administrativa tenha efetividade e inclusive neste tipo de situação: cobrar do Poder Público uma condição digna no atendimento da sociedade e nos equipamentos públicos que não funcionam.

Ora, recentemente, os senhores que minimamente se informaram com o jornal viram que, nessa questão envolvendo esse cancro social do cidadão viciado em *crack*, o Ministério Público atuou e fez aquilo que lhe competia fazer: judicializou a questão. Quando chegamos a esse ponto, resta recorrer ao Judiciário.

Se não é possível um ajustamento de conduta que – estou convencido de que é a melhor solução, porque é célere, dá a resposta à sociedade com rapidez –, resta a judicialização. Temos feito.

Se é o suficiente? Certamente não é o suficiente. O Brasil, São Paulo, todos os 27 Estados da Federação necessitam muito de um Poder Público cada vez melhor, cada vez prestando um serviço público de melhor qualidade. Enfim, é construir o conceito de cidadania que ainda é muito incipiente no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Dr. Arnaldo, muito obrigada.

Agora, ouviremos o Dr. Renato Campos Pinto de Vito, representando a Dra. Daniela Cembranelli, Defensora Pública-Geral de São Paulo. (*Palmas.*)

Pois não. Com a palavra.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Boa noite, Senadora Ana Rita, Deputada Keiko, Deputada Janete, Deputada Lecl, Deputado Adriano Diogo. Boa noite às senhoras e aos senhores presentes, representantes do Poder Judiciário, Desembargadora Angélica, cuja presença e luta reforçam muito a bandeira de que as mulheres têm de estar nos postos de chefia e de comando das instituições públicas e privadas. Conhecemos a importância do trabalho da Desembargadora Angélica nessa luta pela afirmação dos direitos da mulher dentro do Poder Judiciário paulista. Saúdo também os representantes do Ministério Público, minhas colegas defensoras públicas, batalhadoras pela afirmação dos direitos da mulher, aqui presentes. E um cumprimento especial a cada uma das lideranças do movimento de mulheres, que entregam e emprestam suas vidas para uma luta que é fonte de inspiração, minhas senhoras, para a atuação dos defensores e defensoras públicas do Estado de São Paulo.

Eu não sei se todos têm esta informação, Senadora, mas é importante sempre reforçar: a Defensoria Pública no Estado de São Paulo nasceu em 2006 e é fruto de uma construção coletiva, que nasceu de uma articulação com movimentos sociais e com segmentos importantes do movimento de mulheres, que entendiam que o modelo de prestação de assistência jurídica no Estado de São Paulo não atendia às necessidades de um órgão público que, num país desigual, possa de fato buscar e estar de forma intransigente pela afirmação dos direitos humanos. (*Palmas.*)

A Defensoria tem, portanto, no seu DNA, na sua herança genética, um compromisso com os direitos humanos e, por consequência, com os direitos das mulheres; a luta pelo combate à violência contra a mulher

e, mais do que isso, pela afirmação dos direitos reprodutivos e sexuais em todas as suas vertentes. *(Palmas.)*

A Defensoria – e aí vou tentar ser bastante objetivo e já puxando as questões que a Senadora Marta Suplicy trouxe – tem de fato uma limitação de cobertura: um Estado de 42 milhões de habitantes conta apenas com 500 defensores públicos. Na verdade, 500 cargos. O dado que foi trazido aqui tem uma pequena imprecisão. Falou-se em 494. Hoje, talvez em razão de vacâncias recentes de cargos, somos 492 defensores em 29 – e não 28 – Municípios, como foi trazido aqui pela relatoria.

Esse crescimento foi gradativo, na medida em que, em 2006, aprovado o projeto de criação da Defensoria Pública aqui nesta Casa – o Deputado Adriano Diogo é testemunha dessa história, dessa articulação –, dos 351 procuradores da assistência judiciária que prestavam esses serviços no Estado, apenas 87 – eu e a Dra. Daniela somos dois deles – optaram por continuar prestando serviços à Defensoria. Na ocasião, implicava inclusive perdas remuneratórias. Esses 87 defensores, portanto, a partir de 2006, tinham uma missão hercúlea, de começar uma instituição com toda a expectativa social e com todas as questões candentes e urgentes de violação de direitos humanos contra a população pobre do nosso Estado. Esse trabalho de aumento e expansão institucional está em curso, é verdade. Nós, de 87, passamos a 350, e não havia, naquele momento, condição de uma opção estratégica: “Nós vamos deixar de atender aquelas regiões, aquelas comunidades carentes onde já atendemos”. Não era possível, em termos de planejamento institucional, fecharmos postos de atendimento que já existiam na PAJ. Portanto, esse crescimento, até os 350, que se deu até 2008, foi apenas para suprir a substituição dos procuradores do Estado.

Havia necessidade ainda de criação de órgãos de administração da defensoria e órgãos de atuação estratégica. E aí sobreleva a figura do nosso Nudem (Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher), cuja coordenadora é nossa valorosa colega Thaís Nader. *(Palmas.)*

A Defensoria, portanto, até os seus 400 cargos, simplesmente tentou estruturar minimamente os órgãos que deveriam atender aquela demanda. Obviamente, a demanda por justiça, a demanda por acesso ao Judiciário é enorme e crescente. Portanto, os únicos 100 cargos que de fato se criaram, da criação da Defensoria Pública até hoje, que foram acrescentados àquela realidade da PAJ antes de 2006, foram alocados em

postos de atendimentos existentes, porque a demanda já era muito maior do que quando da instalação da Defensoria, e também em algumas comarcas, como o exemplo de Embu-Guaçu, que é trazido por aquela senhora. Havia uma necessidade premente de instalar um órgão em Itaquá, em Barueri, em Carapicuíba. Conseguimos crescer em alguns poucos Municípios, sim.

Portanto, o que se coloca é a expansão da Defensoria daqui por diante.

E já respondendo à questão que talvez seja a questão central que o Movimento de Mulheres, com toda legitimidade e razão, cobra da instituição, a prioridade, a primazia na afirmação dos direitos da mulher, nós não temos condição de dizer, desde logo, qual o número de defensores que serão destinados a essa atuação, por algumas razões: uma, esperamos que o nosso projeto aqui, Deputada Leci e Deputado Adriano, seja aprovado logo. Os cargos hoje não existem.

Tão logo aprovados, o Conselho Superior, dentro do organograma da Defensoria, é o órgão que vai destinar esses cargos. Perfeito? Então, essa é uma discussão que, infelizmente, ainda que a Dra. Daniela falasse: “A minha vontade política é estruturar, criar em todos os JVDs da capital, estruturar polos regionais de atendimento específico a essa temática”, essa é uma questão cuja definição é do Conselho Superior.

O que eu posso trazer, Senadora e Deputadas, como representante da Administração Superior da Defensoria e pessoa que acompanhou todo esse trajeto, é que esse compromisso em priorizar a defesa da mulher existe e as propostas todas serão construídas a partir dessa premissa. A Defensoria, buscando evitar o isolamento institucional, que marca, muitas vezes, as instituições públicas do nosso País, criou um sistema de conferências. Essas conferências buscam ouvir segmentos da população para nos trazer as demandas efetivas pelos serviços da Defensoria. E há, aprovado neste ano e já no Plano Anual de Atuação, uma série de ações estratégicas da Defensoria que envolvem a Administração Superior e o próprio núcleo para se pensar qual o modelo de estruturação que transcenda o juiz especializado, mas que contamine de forma positiva cada defensor público no Estado, sabendo que esse tema é da maior relevância, esse é um tema sensível. Na verdade, o que nós queremos é que todos os defensores tenham esse olhar, estejam atuando na área criminal, estejam atuando especificamente na vara especializada do juizado, esteja, atuando na área cível de família, onde uma boa demanda aporta hoje, em

que a nossa estrutura de organização judiciária não tem juizados específicos em todo o Estado.

O nosso compromisso – eu poderia trazer alguns dados e aprofundar alguns pontos e, por isso, já caminho para finalizar, Senadora – é tentar, desde o processo de seleção – eu posso arriscar que a Defensoria Pública de São Paulo foi a primeira a cobrar em concurso público os protocolos e tratados internacionais relativos à afirmação dos direitos da mulher... E há inclusive, parceiras, como a Amelinha Teles, que estão, desde o primeiro curso de formação de defensor público, buscando incutir na mentalidade do operador do Direito a importância e a prioridade desse tema.

Queremos, portanto, prosseguir nessa parceria com a sociedade civil, sobretudo, mas, sem dúvida, com o Poder Legislativo e posso dizer que todas as recomendações, Senadora e Deputadas, que vierem da CPMI serão avaliadas com muito carinho e cuidado e juntamente com o Movimento de Mulheres no sentido de a gente buscar dentro desse cobertor curto, que hoje é a realidade da Defensoria, um atendimento de qualidade, um atendimento de excelência para cada mulher pobre no Estado de São Paulo. *(Palmas.)*

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dr. Renato, obrigada pelas informações.

Queremos pedir desculpa ao senhor, mas, em função do nosso horário, não poderemos continuar muito tempo aqui.

Eu tenho uma série de perguntas e, para nós que temos a responsabilidade de fazer o relatório, é importante que tenhamos essas respostas. Eu gostaria de fazer a leitura das perguntas que o senhor está recebendo em mãos. Se o senhor puder nos encaminhar por escrito, nos ajudará bastante. Eu vou fazer as perguntas para que os presentes possam saber o que nós estamos perguntando, mas nós não teríamos tempo suficiente para ouvi-lo aqui hoje. É uma pena e pedimos desculpas por isso. Começamos com um pouco de atraso a audiência pública no início da tarde, em função das demandas da parte da manhã, e acabou que ficamos com certo prejuízo agora no final.

Mas a pergunta é: conforme os dados enviados pela Defensoria, que nós já recebemos as informações de vocês, referentes a 2011, foram realizados 3.196 atendimentos, entre eles, 788 petições iniciais. Poderia, por favor, desagregar esses dados informando tipo e quantidade de petições e quantas delas se referem à Lei Maria da Penha? Então, se o senhor puder nos responder isso posteriormente...

Poderia, também, informar a que se referem essas 320 mediações? Elas se dão no âmbito da Lei Maria da Penha? E quem realiza as mediações e em que casos? Porque a Lei Maria da Penha não prevê que se façam mediações, não é?

Nos dados enviados, não há menção de medidas protetivas solicitadas pela Defensoria. Poderia, por favor, explicar essa omissão?

Nos dados enviados referentes à atuação da Defensoria no Juizado da Violência Doméstica, na unidade central, há menção da realização, entre abril de 2011 e março de 2012, de 95 casos de suspensão condicional do processo. Poderia, por favor, explicar essas suspensões tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal de 9 de fevereiro?

Está claro até aí?

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Perfeito.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Poderia, também, informar que tipos e ações civis são propostas nos juizados especializados de violência doméstica?

A Defensoria Pública tem alguma política ou já pensou, por exemplo, em colocar defensora pública nas delegacias da mulher para diminuir a vitimização institucional, bem como agilizar os processos criminais e cíveis?

E eu faria aqui, por último, porque recebemos outra denúncia e gostaríamos de contar com a participação da Defensoria Pública no acompanhamento desse caso... Maria dos Anjos Moreira de Oliveira – o número do processo está aqui; nós podemos passar para o senhor tudo direitinho – sofreu violência doméstica e agora está sendo processada pelo delegado titular da Delegacia de Defesa da Mulher de Pindamonhangaba. Solicito que a Defensoria Pública do Estado atue na defesa da Sra. Maria dos Anjos Moreira de Oliveira e preste informações à CPMI, dentro de 30 dias, das providências tomadas. Essas informações nós recebemos da Sra. Maria Elisabete Bassi. Não?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Ah, sim. A delegada que está processando é a Sra. Maria Elisabete Bassi. Estou com o número do processo. A assessoria vai passar para o senhor, para que...

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Tem os dados de contato da denunciante?

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Tem.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Ótimo.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Tem aí e a gente passa para o senhor.

Da minha parte, Dr. Renato...

Acho que tem uma pergunta da Deputada. Eu orientaria, Deputada, da mesma forma, que ele possa ouvi-la e responder por escrito posteriormente.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Sim.

Dr. Renato, são, atualmente, 492 defensores públicos em 29 Municípios.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Perfeito.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – O senhor colocou – talvez EU me engane – que existe só um núcleo de defesa da mulher, que é aqui em São Paulo. Eu gostaria de saber se existe um plano de, pelo menos, ampliar esses núcleos de defensorias das mulheres em todos os outros 28 Municípios.

Obrigada.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Perfeito.

Senadora, nós encaminharemos por escrito o mais breve possível. Checarei o prazo com a assessoria.

Só respondendo a uma liderança que falou aqui sobre a questão de onde não há Defensoria Pública. O Município não tem Defensoria Pública e aí a mulher tem uma dificuldade de ter o atendimento seja na DDM, seja ali pela OAB local. Há um convênio, em vigor, da Defensoria com a OAB que abrange a necessidade de ajuizamento de ações com os pedidos urgentes, e o não atendimento desse convênio configura infração para esses advogados. Então, peço que também esses casos, ainda que nos Municípios em que a Defensoria não esteja instalada, sejam encaminhados por escrito para que a gente possa adotar providências em relação à subseção da OAB ou à conduta do advogado.

Agradeço a atenção de todas. Boa noite.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, doutor.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada.

Na condição de Vice-Presidente da CPMI da Violência contra as Mulheres, quero agradecer a presença e a participação da Senadora Ana Rita, da Deputada Janete Pietá e do Deputado Estadual Adriano Diogo, que nos auxiliou nesta audiência.

Agradeço também à Deputada Leci Brandão e aos demais parlamentares que passaram pela audiência.

Agradeço a participação da Senadora Marta Suplicy e da Deputada Aline Corrêa, que integram a CPMI.

Obrigada, também, aos movimentos e às autoridades que estiveram aqui.

Por fim, reforço que o trabalho que esta CPMI tem feito precisa ter uma continuidade, no sentido de que, de fato, os direitos das mulheres sejam respeitados.

Chega de violência!

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Agora, informalmente, um grande abraço a todos vocês. Força na luta, para que a gente possa sair e mudar essa realidade.

Obrigada pela acolhida, obrigada pela presença. Um grande abraço a todos vocês. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 36 minutos)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 23ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 23ª Reunião realizada em 03 de julho de 2012, às quatorze horas e vinte e sete minutos, na sala 09 da Ala Alexandre Costa, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**, **Marta Suplicy (PT/SP)**; **Ângela Portela (PT/RR)**, **Sérgio Souza (PMDB/PR)**, **Armando Monteiro (PTB/PE)** e das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**; **Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**; **Carmem Zanotto (PPS/SC)**; **Dalva Figueiredo (PT/AP)**; **Luci Choinacki (PT/SC)**; **Nilda Gondim (PMDB/PB)**; **Bruna Furlan (PSBD/SP)**; **Neilton Mulim (PR/RJ)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Ana Amélia (PP/RR)**; **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados: **Teresa Surita (PMDB/RR)**; **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**; **Rebecca Garcia (PP/AM)**; **Gorete Pereira (PR/CE)**; **Sueli Vidigal (PDT/ES)** e **Célia Rocha. (PTB/AL)**. Na oportunidade foram ouvidas autoridades do Estado de Santa Catarina: o senhor César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública e o senhor Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Saúde. TAM

Nº	Ementa	Autoria
424/12	Requer a convocação de Eloisa de Sousa Arruda, Secretária de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.	Senadora Suplicy Marta
425/12	Requer a convocação de Antonio Ferreira Pinto, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.	Senadora Suplicy Marta
630/12	Requer seja encaminhada a esta Comissão, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cópia dos autos do processo referente ao homicídio de Mércia Mikie Nakashima.	Deputada Sant’anna Marina
631/12	Requer a realização de Audiência Pública no Estado do Maranhão por esta Comissão.	Deputados Domingos Dutra e Luci Choinacki
632/12	Requer que seja convidada representante do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas para discutir a violência contra mulheres no Estado do Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se na cidade de Campo Grande-MS.	Senadora Ana Rita
633/12	Requer que seja convidada a Defensora Pública do Estado de São Paulo, Juliana Garcia Belloque, membro do Comitê Latino-Americano e do Caribe de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), para contribuir com os trabalhos da CPML.	Senadora Ana Rita
634/12	Requer seja convidada a Defensora pública-Geral do Estado da Bahia, Maria Célia Nery Padilha, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
635/12	Requer seja convidada Iáris Ramalho Cortês, Advogada e assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFEMEA, para contribuir com os trabalhos da CPML.	Senadora Ana Rita
636/12	Requer seja convidada a Coordenadora Executiva do Cepia, Leila Linhares Barsted, para contribuir com os trabalhos da CPML.	Senadora Ana Rita
637/12	Requer seja convidada Fabiane Simioni, Advogada e assessora jurídica da ONG Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, para contribuir com os trabalhos da CPML.	Senadora Ana Rita
638/12	Requer seja convidada Analba Brazão Coordenadora da área de violência na Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB – para contribuir com os trabalhos da CPML.	Senadora Ana Rita
639/12	Requer à Juíza da Vara de Violência Doméstica da Comarca de Curitiba, Luciane Bortoleto, cópia do processo de violência doméstica de Angelita Amaral Paz.	Senadora Ana Rita
640/12	Requer à Juíza da Vara de Violência Doméstica da Comarca de Curitiba, Luciane Bortoleto, cópia do processo de violência doméstica de Taís Oliveira.	Senadora Ana Rita
641/12	Requer à Juíza da Vara de Violência Doméstica da Comarca de Curitiba, Luciane Bortoleto, cópia do processo de violência doméstica de Amanda Cristina Pereira.	Senadora Ana Rita
642/12	Requer que seja convidada a Secretária de nPolíticas para as Mulheres da Bahia, Vera Lúcia Barbosa, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
643/12	Requer seja convidado o Defensor pública-Geral do Estado de Sergipe, Raimundo Veiga, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
644/12	Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Desembargador José Alves, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
645/12	Requer que seja convidado o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, Orlando Rochadel Moreira, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
646/12	Requer seja convidada a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres se Sergipe, Maria Teles, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
647/12	Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado de Sergipe, Antônio Carlos Guimarães, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
648/12	Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe, João Eloy de Menezes, para responder a questionamentos desta CPML.	Senadora Ana Rita
649/12	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres em Sergipe para discutir a violência contra mulheres no Estado de Sergipe.	Senadora Ana Rita
650/12	Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres de Sergipe para discutir a violência contra mulheres no Estado de Sergipe.	Senadora Ana Rita
652/12	Requer seja encaminhada a esta CPML, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cópia dos autos do processo referente ao desaparecimento de Eliza Silva Samúdio.	Deputada Sant’anna Marina
653/12	Requer seja encaminhada a esta CPML, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cópia dos autos do processo referente ao homicídio de Maria Islaine de Moraes.	Deputada Sant’anna Marina
654/12	Requer seja encaminhada a esta CPML, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cópia dos autos do processo referente ao homicídio de Marina Sanches Garnerio.	Deputada Sant’anna Marina

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os seguintes participantes – aproveito a oportunidade para convidá-los à mesa: Dr. Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina; e Dr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra para a Senadora, nós queríamos dar duas informações. Em primeiro lugar, informar esta comissão de que nós estivemos ontem com o Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Carlos Ayres, que, numa atitude muito especial, já deixou sinalizada uma nova reunião com a CPMI para que se possam discutir algumas propostas.

Ele demonstrou e reforçou a importância da CPMI, destacou, particularmente, que o grande desafio da nossa comissão é que nós enfrentamos uma questão cultural que impregna a sociedade e as instituições e que é muito desafiadora a própria implementação da legislação vigente.

Tivemos a satisfação também de saber dele que ele vai incluir a Lei Maria da Penha, pela sua relevância, no Pacto Republicano, que ele está constituindo, o Supremo Tribunal Federal está constituindo. E dá uma visibilidade e uma dimensão muito importante para nós a decisão que o Ministro Carlos Ayres tomou. Evidentemente ele também teve a preocupação de saber quais eram as nossas primeiras impressões e, de pronto, apontou uma nova conversa para receber a CPMI, com algumas questões muito concretas.

Considero o ato do Ministro um ato de relevância, porque reforça o grande desafio que nós temos de transformar o enfrentamento à violência contra a mulher em uma responsabilidade do Estado, com o respaldo das principais instituições, particularmente do Supremo Tribunal Federal, que tomou a decisão sobre a questão da incondicionalidade nos casos de lesão leve, uma contribuição decisiva para nossa luta.

Essa era a primeira informação.

A segunda: a Deputada Keiko, nossa Vice-Presidente, gostaria de dar uma informação também acerca da audiência em São Paulo, para que nós possamos,

em seguida, passar à Senadora Ana Rita, nossa Relatora, e depois aos nossos convidados.

A SRª KEIKO OTA (PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas, Srª Presidente, Deputada Jô Moraes, Srª Relatora, Senadora Ana Rita, em nome de quem cumprimento as demais integrantes desta CPMI. Quero aproveitar esta oitiva de hoje, com os secretários do Estado de Santa Catarina, para parabenizar o importante trabalho que tem sido feito por esta Comissão.

Faço questão de saudar aqui a Presidente Jô Moraes, Deputada, e a Relatora, Senadora Ana Rita, pela maneira como ambas vêm conduzindo essa árdua tarefa, que é dispor de um painel nacional da violência que infelizmente ainda é cometida contra nós mulheres. Falo isso na condição de Vice-Presidente da CPMI, que, por isso mesmo, acaba tendo uma visão privilegiada dos trabalhos por presenciar o esforço que tem sido realizado por esta Comissão.

Na semana passada, estivemos lá no meu Estado, o Estado de São Paulo, levantando as dificuldades existentes por parte do Poder Público em relação ao atendimento oferecido às mulheres vítimas de violência.

A passagem da CPMI por São Paulo teve um importante efeito, que foi reunir movimentos, sociedades, entidades voltadas a essa causa, ONGs, o Governo do Estado e o Poder Judiciário, no sentido de combatermos, de fato, a violência que é praticada contra as mulheres paulistas.

O Governador Geraldo Alckmin, que nos recebeu em encontro na Sede do Governo, comprometeu-se com as solicitações feitas por esta CPMI, inclusive com a possibilidade de ampliar a quantidade e o período de funcionamento das delegacias da mulher e, principalmente, na criação de uma coordenadoria específica no Estado.

Aproveito aqui para saudar as minhas colegas Parlamentares por São Paulo: a Senadora Marta Suplicy e as Deputadas Janete Pietá e Aline Corrêa. O apoio dessas Parlamentares foi decisivo para as diligências e as audiências públicas que realizamos na Assembleia Legislativa.

Pelo trabalho que fizemos, pudemos constatar que o Estado de São Paulo, apesar de todo o pioneirismo no enfrentamento da violência contra a mulher, ressentia-se ainda de uma melhor estruturação para dar conta das demandas relacionadas a essa questão. São Paulo não é exceção ao que temos encontrado nos outros Estados pelos quais passamos.

É importante destacar que esta CPMI não quer prender nenhuma autoridade pública. Nosso objetivo é fazer com que as mulheres se transformem, efetivamente, em prioridade para o Estado brasileiro e que a

violência e impunidade contra as mulheres deixem de ser algo corrente, comum em nosso País.

O Brasil avançou muito nos últimos tempos. É preciso fazer com que esse avanço seja conquistado também para nós mulheres.

Quando convocamos os representantes do Governo para comparecer a essa oitiva, fazemos isso no sentido de dispor de dados, de informações, que possam auxiliar o próprio Poder Público local e enfrentar melhor essa questão, oferecendo serviços que, realmente, atendam com toda propriedade as mulheres vítimas. Isso é o que nós, que integramos esta Comissão, queremos contribuir com os Poderes Públicos locais, para darmos um basta à violência que ainda acomete as mulheres em pleno século XXI.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Nós cumprimentamos a Deputada Keiko. Inclusive, um enorme esforço das demais Deputadas e de sua equipe na mobilização para a audiência no Estado de São Paulo, na intermediação da nossa audiência com o governador. Isso é fundamental, porque queremos reforçar essa parceria.

Informamos a dinâmica aqui: a Senadora colocará as questões e passaremos, em seguida, aos nossos convidados que disporão de até 20 minutos para expor as questões centrais das suas políticas. Lembrando que os relatórios são mais completos, por isso que tem um limite a exposição.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, Presidenta.

Quero dar uma boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimentar os nossos convidados. Agradecer a presença dos Secretários do Estado de Santa Catarina, o Sr. Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina; também o Sr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança do Estado de Santa Catarina.

Mas antes de iniciarmos propriamente os nossos questionamentos, quero também dar aqui um depoimento com relação à audiência pública realizada no Estado de São Paulo. Acho que foi bastante proveitosa, bastante participativa, com uma presença importante por parte dos poderes públicos, embora, no Estado também de São Paulo, o Secretário de Segurança não se fez representar. Nós o convocaremos para estar aqui, prestando as informações.

Entendemos que a CPMI precisa realmente ter o respeito por parte das autoridades estaduais, para que possamos, de fato, colher todas as informações que entendemos necessárias, porque o nosso objetivo com a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nada mais é do que oferecer ao Estado

brasileiro uma contribuição de como o Estado está atendendo às mulheres em situação de violência. É uma análise, é uma avaliação e é um levantamento se o Estado está sendo omissos ou não no atendimento às mulheres em situação de violência.

Deu para perceber que, as pessoas presentes, as autoridades presentes, na sua grande maioria, realmente cumpriram esse papel, mas é importante que a Secretaria de Segurança, que tem um papel fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher, também se posicione de forma bastante clara. Embora tenha mandado um representante que se esforçou para responder às questões, não era da sua competência responder às questões por nós levantadas naquele momento.

Então, nós agradecemos, naquele momento, a presença da delegada que esteve lá, mas iremos também convocar o Secretário de Segurança. Estou dizendo isso, porque o Estado de São Paulo é um Estado que tem, na Federação brasileira, um papel fundamental, diante dos demais Estados da Federação. Então, o que acontece de positivo ou de negativo naquele Estado repercute nos demais Estados brasileiros.

Considerando que São Paulo tem uma visibilidade muito grande, sem desmerecer os demais Estados da Federação, com certeza, porque todos são importantes dentro de um pacto federativo, mas São Paulo tem um papel fundamental, e é preciso realmente dar o exemplo, para que outros Estados possam cumprir realmente o seu papel.

São nessas condições que nós nos colocamos lá.

Faço também esse registro porque temos aqui hoje o Secretário de Segurança de Santa Catarina, a quem agradecemos muito a presença. No momento em que realizamos a audiência pública em Santa Catarina, que foi no início do mês de maio, no dia 4 de maio, não pode estar presente, encaminhou uma pessoa que pudesse representá-lo, uma delegada, que nos atendeu muito bem. Inclusive, estivemos na delegacia para fazer a diligência. Ela nos acolheu prontamente, foi muito solícita, mas infelizmente é uma delegada de uma delegacia, e a CPMI precisa das informações do que acontece no Estado como um todo.

Então, exigir da delegada informações amplas, com relação a todo o sistema de segurança do Estado era exigir muito da nossa parte. Por isso, nós a ouvimos atentamente, agradecemos todas as informações que ela nos prestou naquele momento, mas consideramos importante manter o nosso propósito, que era ouvir o Secretário de Segurança.

Que bom que o Secretário está aqui hoje. Esperamos que possamos fazer esse diálogo de forma que a CPMI tenha todas as informações necessárias.

Cabe-me a tarefa de construir um relatório que seja o mais completo possível; um relatório que possa apresentar não só um diagnóstico da realidade brasileira no atendimento à situação de violência contra as mulheres, mas principalmente apontar possibilidades, alternativas, soluções, fazer recomendações a todos os poderes públicos constituídos do nosso País, para que possamos realmente resolver essa questão da violência contra as mulheres.

Tudo bem, Senador? Como é que vai o senhor?

Por isso que as informações das autoridades são importantes, porque é uma maneira de contribuir com o Estado brasileiro, com o Governo Federal, com os governos estaduais, com os governos municipais, na execução de políticas públicas para que possamos, se não eliminar, mas pelo menos reduzir os índices de violência contra a mulher.

É com esse propósito que estamos trabalhando arduamente, com o esforço de todo um conjunto de Parlamentares, tanto de Deputados e Deputadas federais, de Senadores e Senadoras, que, em conjunto, em parceria, de forma bastante coesa, estão desenvolvendo esse trabalho.

Então, mais uma vez, nós nos colocamos aqui dessa forma apenas para informar aos nossos Secretários esse nosso propósito, ratificar esse nosso propósito, no sentido de convocá-los para que estivessem aqui hoje.

Sr^a Presidenta, eu quero começar, se assim for possível, e gostaria de iniciar pela Secretaria de Segurança, porque a Secretaria de Segurança, em minha opinião, ela cumpre um papel estratégico e relevante no enfrentamento à violência contra a mulher. Também a Secretaria de Saúde, com certeza. Aqui é o nosso Secretário de Saúde e aqui está o nosso Secretário de Segurança, não é?

Não menos importante a Secretaria de Saúde, com certeza, mas cabe à Secretaria de Segurança uma atribuição um pouco mais ampla, mais complexa, talvez até mais difícil. Por isso ela é mais cobrada por parte da sociedade e também por parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Dr. César Augusto, que é o Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, eu vou fazer o seguinte: eu vou já encaminhar para o senhor a cópia das perguntas. Eu vou fazer a leitura e o meu inquérito aqui vai se dar em dois momentos, Sr. Secretário. Um primeiro momento no que se refere às ocorrências de homicídios. Depois vamos ouvi-lo. E, num segundo momento, com relação às informações que vieram para nós através de documentos encaminhados pelo próprio Governo do Estado, pelas Secretarias, as quais os senhores representam.

Então nós vamos trabalhar em dois momentos aqui, com relação à Secretaria de Segurança. Concluído o nosso inquérito aqui com relação à Secretaria de Segurança, nós vamos solicitar as informações ao Secretário de Saúde.

Então, iniciando, segundo o Mapa da Violência do Instituto Sangari, de 2012, cinco cidades do Estado de Santa Catarina figuram dentre os 100 Municípios onde mais morrem mulheres no Brasil. Chama a atenção o Município de Lages, que ocupa a 12^a posição, mas figuram ainda os Municípios de Mafra, Criciúma, Balneário Camboriú e Chapecó. Diante dessa realidade, pergunto: Qual a análise da Secretaria sobre as altas taxas de ocorrência de homicídios nesses Municípios? Observa-se que são Municípios de médio e grande porte, inclusive o Balneário de Camboriú, bastante turístico.

Chama a atenção também a diferença de dados de homicídios entre os publicados pelo Instituto Sangari e os fornecidos pela Secretaria. Por exemplo, conforme diz o Instituto Sangari, em 2010, ocorreram doze homicídios em Lages, três em Mafra, nove em Criciúma, cinco no Balneário Camboriú e oito em Chapecó, totalizando 37 casos. Isso em 2010. No entanto, os dados do Sistema Integrado de Segurança Pública apresentam apenas doze homicídios dolosos em 2010. O senhor saberia informar por que essa diferença?

Outra pergunta. Considerando esses dados, quais são as políticas de segurança especialmente desenhadas para enfrentar as taxas de homicídios nesses Municípios?

Ainda, dentro desse tema, qual o grau de resolutividade desses crimes? E quem os comete? Isto é, qual a relação entre vítima e agressor? O senhor tem condições de nos informar? Há delegacias da mulher nesses cinco Municípios? Gostaria também de saber se há correspondência entre os registros de violência doméstica nesses Municípios e as taxas de homicídios? Isto é, esses Municípios registraram também os maiores índices de violência doméstica?

Então eu gostaria, por favor, que o senhor nos respondesse esses primeiros questionamentos e depois eu farei os demais com relação às informações obtidas através dos relatórios para nós encaminhados.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra o Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Peço pela ordem, se for possível, só para me justificar.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com toda a certeza.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Deputada Jô Moraes, Presidente desta CPMI da Violência contra a Mulher; Senadora Ana Rita, Relatora; Deputada Keiko, eu quero cumprimentá-las.

Não sou Membro da Comissão, mas gostaria de registrar a presença de dois Secretários de Estado: o Dr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança de Santa Catarina, do nosso Governo, e também do Secretário de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira. Quero cumprimentá-los, se assim for permitido. Há uma comissão da Rússia, Presidente Jô Moraes, Senadora Ana Rita, chegando agora às 15h. Eles vão tratar da questão das carnes do Brasil com a Rússia e vão à Comissão de Agricultura do Senado. E o Senador Moka pediu que fôssemos, já que Santa Catarina tem um nicho de mercado muito expressivo. Eles vão para a nossa Comissão de Agricultura às 15h. Eu gostaria de ficar aqui prestigiando este encontro de secretários para declarar como é que está a situação da mulher, a violência, em Santa Catarina, como é que vão os tratamentos, mas vai ficar aqui quem faz parte da Comissão. É uma ilustre catarinense, a Deputada Federal Carmen Zanotto, que é muito ligada principalmente à saúde. S. Ex^a representará, com certeza, nós todos.

Então eu peço escusa. Quero cumprimentá-los e desejar sucesso aos dois secretários perante esta Comissão, aqui no Senado. Quero registrar, também, que tem mais um catarinense aqui, um grande médico, um cientista, com projetos de inovação que levamos, hoje, ao Ministério de Minas e Energia, no campo do Betanol. Vai dar encaminhamento, também, no Ministério da Inovação. Está aqui conosco, no plenário. É o Dr. Ademar Paes. Ele ficará prestigiando também os catarinenses.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com toda a certeza, Senador Maldaner, os dois secretários preferirão que V. Ex^a vá lá estimular o desenvolvimento econômico e os negócios de Santa Catarina, que ajudarão na saúde e, com certeza, na segurança pública.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Passamos a palavra, agora, para o Dr. Grubba. Quero registrar que está acompanhando o Secretário de Segurança o Dr. Aldo Pinheiro D’Ávila, Delegado Geral da Polícia Civil. Caso o Secretário considere que são necessários alguns dados que foram solicitados e que fazem parte da sua exposição, ele poderá dividir as palavras com S. S^a, caso o senhor considere importante mais informações.

Com a palavra o Dr. Grubba, Secretário de Segurança de Santa Catarina.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Senador Casildo Maldaner, obrigado por sua presença e por suas palavras. É sempre uma satisfação revê-lo.

Boa tarde a todos e a todas!

Quero, inicialmente, cumprimentar a Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher à mulher, Deputada Jô Moraes. Quero dizer-lhe, Deputada, que é uma satisfação muito grande estar aqui presente nesta oportunidade. Quero cumprimentar, também, a Vice-Presidente da CPMI, Deputada Keiko Ota, e a Relatora da Comissão, Senadora Ana Rita. Quero dizer à Mesa que é um motivo de muita alegria e grande satisfação me fazer presente. Quero cumprimentar também – e não poderia deixar de cumprimentá-la, fazendo-lhe um cumprimento todo especial – a nossa Deputada Federal Carmen Zanotto, de Santa Catarina, da região de Lages. Foi, inclusive, Secretária de Saúde do nosso Estado. Cumprimento, também, meu colega de Secretaria, o Secretário de Saúde do Estado, Dalmo Claro de Oliveira. Quero dizer que é uma satisfação encontrar aqui em Brasília um médico de Florianópolis, o Ademar. Cumprimento todos os demais integrantes desta Comissão Parlamentar Mista.

Quero registrar, também, Deputada – e não sei se poderia, mas gostaria que ele se sentasse mais próximo –, a presença do Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Aldo Pinheiro D’Ávila, que me acompanha. Até peço que ele se sente mais próximo porque há, às vezes, alguma questão de números estatísticos. O delegado pode socorrer-me nessa oportunidade.

Eu queria colocar, Senadora Ana Rita, que é uma satisfação estar aqui. Até queria me desculpar porque, no dia 4 de maio, efetivamente, eu não pude me fazer presente na Assembléia Legislativa de Santa Catarina e o deputado – não estou lhe lançando candidato a nada, delegado –, o Delegado Geraldo também não pôde se fazer comparecer e acabou pedindo para nos representar a delegada da Delegacia de Proteção à Mulher, de Florianópolis.

Depois, no dia 20 de junho, também, quando fui convidado para comparecer aqui na CPMI, que era em uma terça-feira, às 14 horas, eu acabei recebendo o convite, em uma sexta-feira; até lhe fiz um contato com a Deputada Carmen Zanotto, quando recebi o convite, e disse a ela que eu ia encaminhar uma justificativa da minha impossibilidade de comparecimento já naquela terça-feira seguinte, porque nós temos uma das ações da Segurança Pública de Santa Catarina. Trata-se de um Projeto chamado Bem te vi, que é um sistema de vídeo monitoramento urbano no maior número de cidades possível no nosso Estado. Naquela semana, já

havíamos agendado inauguração, em vários Municípios de Santa Catarina, dessas centrais regionais de vídeo monitoramento urbano, que ficam nas centrais regionais de emergência da Polícia Militar naqueles Municípios.

Não é nenhum descaso com a CPMI; pelo contrário, enalteço os trabalhos da CPMI e digo que, efetivamente, é um trabalho primordial e salutar para que a gente chegue a uma solução ou próximo de uma solução para o enfrentamento da questão da violência contra a mulher no Brasil, Brasil esse em que dados estatísticos demonstram que, como falei para a Deputada Jô Moraes ainda há pouco em uma conversa informal, 12 mulheres são assassinadas todos os dias no Brasil; 72 mulheres são violentadas todos os dias no Brasil. O que impressiona é que 40% desses casos ocorrem dentro do próprio lar da vítima e, em mais de 50% dos casos, o autor dos fatos é o próprio marido ou companheiro dessa mulher, dessa vítima. Em mais da metade dos casos, também, o autor do fato está sob o efeito de álcool ou de outra substância entorpecente.

Como disse o Presidente do Supremo Tribunal Federal, é uma questão até cultural, e nós temos que mudar a cultura. Por melhor que seja a Lei nº 11.340, que cria mecanismos de controle para a violência doméstica, altera o Código de Processo Penal, altera o Código Penal, altera a Lei de Execução Penal, mas nós temos que mudar junto com a legislação porque ela é bem recente, de 2006, visto que, na verdade, o ser humano é muito reticente a mudanças. Essa é uma questão comportamental. Está muito arraigado no ser humano.

Eu queria fazer umas colocações até para fazer uma contextualização na questão da violência contra a mulher em Santa Catarina. Primeiro, eu queria responder que, em 2010, eu assumi o cargo de Secretário de Segurança Pública em Santa Catarina, em 1º de janeiro de 2011, mas, no ano de 2010, nesses questionamentos feitos, não fechou um número... Primeiro que, dificilmente, no crime de homicídio até a polícia pega como taxa referencial o crime de homicídio que não tem como subnotificar a morte, o crime de homicídio. Mas, em 2010, os inquéritos policiais, em Santa Catarina, não estavam integralizados no Sisp – Sistema Integrado de Segurança Pública de Santa Catarina. Essa integração só foi total a partir de meados do ano passado, de 2011. Então hoje, todos os dados são criticados em Santa Catarina, no setor de inteligência e na Diretoria de Inteligência (Dini), que é vinculada à Secretaria de Segurança Pública, através de análises estatísticas. Então, eu não sei essa diferença.

Eu vi que havia uma diferença, também. Eu fiz uma anotação dos dados, o mapa da violência 2012, do Instituto Sangari. A taxa de homicídios totais por

grupos de 100 mil habitantes, em 2010, em Santa Catarina, dava como 12,9 por grupo de 100 mil habitantes, quando, na verdade, os nossos dados revelam um índice um pouco acima, ainda em 2010, como 14,11 por grupo de 100 mil habitantes, com decréscimo nos índices de violência com relação ao homicídio em Santa Catarina. Já no ano de 2011 decresceu para 13,97% por grupo de 100 mil habitantes, incluído aí todos os crimes de homicídio.

Agora, no ano de 2012, fechamos o primeiro semestre de 2012, de 1º de janeiro a 30 de junho, com uma taxa hoje proporcional a 5,82%. Essa mesma taxa, que nos crimes de homicídio por grupo de 100 mil habitantes, aí todos incluídos em 2010, de 14,11%, a taxa de homicídios femininos em Santa Catarina, por grupo de 100 mil mulheres, é de apenas 3,6% por grupo de 100 mil, quando a taxa média no Brasil é mais alta: ela é de 4,5%.

A população em Santa Catarina, em 2010, era de 6 milhões e 249 mil habitantes e nós tínhamos uma população maior de mulheres do que de homens. Eu não sei qual é esse dado no dia de hoje, mas em 2010, há um ano e meio atrás, o total de mulheres em Santa Catarina era de 3.148.595 habitantes, contra 3.102.087 de homens em Santa Catarina.

Sobre a questão dos homicídios, só para se ter uma ideia, Senadoras e Deputadas, nós temos em Santa Catarina 295 Municípios e fechamos o dia de hoje em Santa Catarina com 202 Municípios sem nenhum homicídio. E nós temos 51 Municípios com apenas um único homicídio. Somando isso aí nós temos 263 Municípios de Santa Catarina sem homicídio e com apenas um homicídio, que descontando do total de Municípios em Santa Catarina, 295, nós ficamos então com uma concentração maior de homicídios em apenas 32 Municípios de Santa Catarina. Esses Municípios nós estamos fazendo uma gestão firme, trabalhando em política de resultado, de cobrança por resultado; o delegado já estabeleceu em Santa Catarina nesses Municípios, principalmente onde há uma taxa maior de homicídios, uma norma para a resolutividade, e não só na resolutividade desses crimes de homicídio, pois a taxa em Santa Catarina é extremamente alta. No Estado de Santa Catarina a taxa de resolutividade de homicídios ultrapassa 50%, e em Florianópolis ultrapassa 70% a taxa de resolutividade dos homicídios em Santa Catarina.

Santa Catarina, na taxa de homicídio feminino, por grupo de 100 mil mulheres, fica no Brasil na 23ª posição. Quando a taxa média no Brasil é de 4,5% por grupo de 100 mil mulheres, Santa Catarina fica com 3,6%, ocupando a 23ª posição no *ranking* brasileiro.

Quando nós passamos para a taxa de homicídio feminino, na mesma taxa de 100 mil mulheres, mas aí não por Estado, mas por capital, também Santa Catarina perde apenas uma posição. A taxa média no Brasil é de 5,1% por grupo de 100 mil mulheres, Florianópolis fica em 22º lugar, com apenas 3,5%.

Eu já tinha anotado a pergunta que a Senadora Ana Rita tinha colocado. Eu tinha colocado aqui nos Municípios brasileiros que o estudo contemplou somente Municípios com mais de 26 mil mulheres, ele restringiu com mais de 26 mil mulheres na população. Desses, somente aqueles com taxa de violência homicida feminina acima de oito mulheres. Foram selecionados então 97 Municípios com taxa acima de oito e, realmente, Santa Catarina possui cinco Municípios na lista, que é Lajes com uma taxa de 14,9%; Mafra, com uma taxa de 11,3%; Criciúma, com uma taxa de 9,2%; Balneário Camboriú, com uma taxa de 8,8%; e Chapecó, com uma taxa de 8,6%.

Efetivamente, nesses Municípios, nós temos um reforço nas delegacias de polícia, pois estávamos com um problema de demanda de pessoal em Santa Catarina, uma defasagem muito grande de pessoal – pessoal que eu digo são os componentes da nossa força pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil –, e nós ainda estamos, na verdade, trabalhando com metade do efetivo da Polícia Civil em Santa Catarina, que é de 6.000 policiais, em números arredondados, entre delegados de polícia, escrivães, agentes de polícia e psicólogos.

Há a notícia que o delegado geral me deu ontem, pois eu trabalhava com um número de 3.100 policiais, aproximadamente. Ontem, o delegado me deu a informação de que, com as novas aposentadorias e pedidos de exoneração, nós estamos trabalhando com o número de 2.940. Ou seja, menos da metade do contingente de policiais civis do Estado. Nós temos uma política de recomposição do efetivo e, com a boa vontade do nosso Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, que tem autorizado a realização de concursos públicos para a área de segurança pública. Tanto é que foi feito um concurso para Polícia Civil; foram aprovados, foram homologados e, desses policiais aprovados em concurso, ainda este ano o Governador nomeou 512 novos policiais, entre delegados, escrivães, agentes de polícia e psicólogos.

Ocorre que muitas vezes nos foge a capacidade de manter esses policiais no quadro. Só para se ter uma ideia, no ano passado, 2011, eu exonerei, a pedido, 47 escrivães, três delegados e vários agentes – eu não me lembro o número agora – que passaram em outros concursos; a maioria deles, quase 90%, passou no concurso de técnico do Tribunal de Justiça em San-

ta Catarina e estão pedindo exoneração do cargo de escrivão, de agentes de polícia e acabaram assumindo como técnicos do Poder Judiciário em Santa Catarina. Estamos fazendo a recomposição desses efetivos.

Agora, no mês de julho, nós vamos ter uma formatura de novos policiais; foram nomeados, também, 42 delegados de polícia, remanescentes de um concurso de 2008, mas acabaram comparecendo para a posse apenas 21 desses delegados. Nós temos que abrir um novo concurso agora, porque esses eram remanescentes do último concurso de 2008. Então, vão se formar agora na academia novos delegados, novos escrivães, novos agentes de polícia e novos psicólogos; serão formados 28 novos psicólogos. No total passaram acho que 56 novos psicólogos; o Governador nomeou 28 desses novos psicólogos.

Nós temos, hoje, em Santa Catarina 30 delegacias regionais de polícia e, à exceção de duas, na cidade de Joaçaba e na cidade de Palhoça, na Grande Florianópolis, 28 delegacias regionais que também são sede de delegacias especializadas no combate à violência doméstica contra a mulher. Então, nessa da Palhoça, que são 28 em 30 sedes regionais, agora, ainda, no mês que vem, mais tardar em 60 dias, com a formatura de novos policiais e a conclusão de uma residência já alugada no Município de Palhoça, que tem também um índice de homicídios bastante elevado, não chega dentro dessa taxa no Brasil, mas é um índice elevado, nós instalaremos agora em Palhoça, no máximo de 60 dias, uma delegacia especializada no combate à violência doméstica contra a mulher, ao idoso e a infância e juventude.

Deputada e Senadora, nós temos convênios celebrados com a Secretaria de Segurança Pública, eu tenho ampliado o número de convênios da Secretaria de Segurança Pública com organizações não-governamentais, no sentido de dar maior efetividade à rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Eu posso citar, por exemplo, ações do Provita, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado de Santa Catarina. Hoje, inclusive, temos 23 mulheres sob a salvaguarda do Provita em Santa Catarina, que atualmente atende a 38 pessoas, entre vítimas, testemunhas e familiares, sendo 15 homens e 23 mulheres. Nós temos um caso que é de Maria da Penha, também; nós temos um caso de tortura; e um caso de prostituição infantil internacional com tráfico de órgãos.

Temos também convênio, eu assinei, estou renovando agora o convênio com valores mais elevados, no Ceav – Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica. Nós temos três Ceav, que são centros de referência em direitos humanos, do Centro Cultural

Escrava Anastácia, que é um programa extremamente conhecido em Santa Catarina, que tem à frente o Padre Vilson Groh, nas cidades de Lages, Joinville e Florianópolis, com recursos próprios da Secretaria de Segurança Pública, autorizados pelo Governador do Estado. Já no ano passado firmei convênios com o Ceav de Lages e Joinville no valor de R\$616.807,00. Estamos renovando agora o convênio 2012/2013, em valores atualizados, de R\$769.364,00. Esses dois centros de Lages e Joinville têm um total de atendimentos de 2.189 pessoas, sendo 86% dos atendimentos de violência doméstica.

No Ceav/Florianópolis também há uma contrapartida da Secretaria de Segurança e da Secretaria de Justiça e Cidadania, que, em maio do ano passado, foi desmembrada da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, criada uma secretaria própria. Então, hoje, a dotação orçamentária ficou na Secretaria e o programa ficou na Secretaria de Justiça e Cidadania. Estamos já resolvendo essa situação para que a gente possa também assinar este convênio, com uma contrapartida de recursos da União, nesse convênio de Florianópolis, no valor de R\$341 mil, e numa contrapartida do Governo do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$89 mil, totalizando um valor de R\$430 mil reais no convênio do Escrava Anastácia.

Nós temos aí uma campanha de conscientização em Santa Catarina sobre a questão da violência doméstica, com *folders* – o delegado Aldo trouxe alguns *folders* que a gente pode deixar aqui para apreciação da Comissão Mista – e divulgação dos números de denúncia, que é o 180 e o 181, próprios lá de Santa Catarina, sem necessidade de identificação. As delegacias especializadas, já coloquei que a gente tem essas 28, vamos ter 29 delegacias nos grandes centros de Santa Catarina, com reforço cada vez maior de policiais nessas delegacias, com atendimento primordial de delegadas de polícia para atendimento. Ainda temos alguma delegacia dessas em que o atendimento é por delegado de polícia, mas com titularidade na delegacia. A tendência do nosso projeto é colocar apenas delegadas para a titularidade dessas delegacias de polícia.

Sobre o concurso público eu já coloquei. É importante ressaltar que esses 27 psicólogos que estão se formando agora, serão todos encaminhados para essas delegacias especializadas. Ou seja, todas as delegacias especializadas em Santa Catarina contarão com atendimento de um psicólogo que estará presente, 24 horas, nessas especializadas.

Uma determinação também na Delegacia Geral de Polícia Civil é de que para cada medida protetiva deferida pelo Judiciário de Santa Catarina, a abertura correspondente de um inquérito policial para apuração

desses fatos. E um trabalho muito integrado numa ação, numa política de integração com a Secretaria de Segurança Pública, o Ministério Público de Santa Catarina e o Poder Judiciário. O Poder Judiciário por meio da Coordenadoria de Violência Doméstica Contra a Mulher, que é o Cepevid, que é coordenado pela Desembargadora Salete Sommariva, e tem lá também o trabalho do Juiz Auxiliar Júlio César Machado Ferreira de Melo.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu vou dar o tempo. É que a gente entrou aqui automático, Secretário. Inclusive para nós.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Ah, está O.K., Deputada.

Então, com relação à questão dos homicídios em Santa Catarina, de forma geral, em 2010, nós tínhamos uma taxa de 14,11 – isso nos homicídios de forma geral, genérica –; em 2011, 13,97; e em 2012, no primeiro semestre, 5,82. E no que tange a homicídio de mulheres, em Santa Catarina, especificamente falando, nós tínhamos, em 2010, em 112 homicídios, numa taxa por grupo de 100 mil mulheres, 3,6; em 2011, no ano passado, esse número caiu para 54 e a taxa caiu para 2,3 por grupo de 100 mil mulheres. Agora, no ano de 2012, houve uma nova redução em Santa Catarina. No primeiro semestre nós temos 47 homicídios, uma taxa de 1,4 por grupo de 100 mil mulheres.

Nós temos também um trabalho integrado, Deputada e Senadora, com a Secretaria de Estado de Assistência Social, com o Secretário João Cândido, no que tange a questão da proteção e atendimento especializado à família e indivíduos. Essa coordenação é da Secretaria de Assistência Social e tem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, desenvolvido em 85 Creas, sediados em 81 Municípios de Santa Catarina, com acolhimento e abrigo institucional para mulheres, 96 vagas.

Em 2011 foram repassados em convênios para instituições diversas R\$4 milhões e 018 mil; abrigados/mês – não vou falar aqui em número de crianças, moradores de rua, deficientes, mas só em questão de mulheres –, 73 mulheres foram abrigadas nesses abrigos, em 2011, nos 81 Municípios de Santa Catarina; nos 85 Creas, a cada ano, são atendidos em média 2.524 casos de mulheres adultas, de 18 a 59 anos, vítimas de violência intrafamiliar. (*Pausa.*)

Pois não, Senadora.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Só uma pergunta que não ficou muito clara para mim. Eu gostaria que o senhor repetisse. O senhor disse que reduziu o índice de homicídios para 1%?! É isso?

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – No primeiro semestre de 2012 houve uma redução para 1,4 por taxa de 100 mil mulheres. Em 2010, 3,6; em 2011, 2,3; e no primeiro semestre de 2012, 1,4.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas isso em quais Municípios? Porque pelo Instituto Sangari o índice é de 8,3 homicídios...

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Naqueles cinco Municípios do Estado de Santa Catarina...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O senhor está se referindo aos cinco Municípios?

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Não, eu estou me referindo ao Estado de Santa Catarina. O índice de homicídios...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O senhor está se referindo ao Estado como um todo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – O Estado como um todo; homicídios contra mulheres no Estado de Santa Catarina. A redução, no Estado, em 2010, 2011 e 2012. O Delegado Aldo deve ter... Não sei se ele tem o número específico de eventuais homicídios nesses cinco Municípios, que são Balneário Camboriú, Mafra, Lages e Chapecó.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, estou aproveitando a oportunidade. Então, para esses Municípios que apresentam uma taxa elevada de homicídios, quais são as políticas específicas para enfrentar essa realidade?

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – A questão da resolutividade dos homicídios, a entrega dos inquéritos policiais no fórum, com a resolutividade dos autores dos homicídios. Nesse caso das mulheres, nós vamos reforçar as delegacias de atendimento especializado no Município. Dos cinco Municípios, nós temos delegacias especializadas em Mafra, em Criciúma e Chapecó. Eu acho que Balneário Camboriú é que não tem, não é Delegado Aldo?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA – Da delegacia especializada? Falta Palhoça e Joaçaba.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – É. Balneário Camboriú não tem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Só um instantinho, somente para anunciar para registro das notas taquigráficas, o Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Aldo Pinheiro D'Ávila vai acrescentar algumas informações complementares às perguntas da Senadora.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Então, se me permitirem, Deputada e Senadora, eu passo ao Delegado Aldo a apresentação de alguns dados estatísticos, para esclarecimento da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – O Delegado Aldo com a palavra.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA – Só retornando, se a Senadora me permite. Aquela questão da diferença dos dados estatísticos; aquilo me parece que é um ponto bastante importante, essa discrepância dos dados estatísticos, porque, em Santa Catarina, no ano de 2010, Senadora, eu acho que o instituto lhe passou um dado de crimes contra a vida, de homicídios?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA – Nós temos, em Santa Catarina, homicídios dolosos relativos à violência de gênero: em 2008, 18; em 2009, 22; em 2010, 24; em 2011, 21; e, em 2012, 10.

Esses são os dados estatísticos da Polícia Civil de Santa Catarina. Então, aquele número de 36 eu não saberia informar, não sei qual foi a fonte de onde foi obtido. Por vezes, a fonte inicial não é a mais correta, pois, às vezes, tanto o policial civil, quanto o policial militar, quando faz um registro de ocorrência...

Santa Catarina hoje tem todo o sistema de segurança pública informatizado, isso há 12 anos, mais ou menos, e foi onde obtivemos a inserção dos dados dos inquéritos policiais, porque todo o procedimento policial hoje também está informatizado; há o físico no papel, mas todos os depoimentos, portarias, relatórios, tudo é informatizado. O que pode acontecer é que, no registro inicial, conste como sendo violência de gênero, mas, na análise da autoridade policial que deflagra o procedimento, descaracteriza-se essa natureza, porque pode ser um vizinho, e aquele policial que presta o primeiro atendimento coloca violência doméstica. Às vezes confunde, porque foi um homem que agrediu uma mulher. Então, esse problema em relação aos dados pode ocorrer, mas eu tenho certeza de que estes dados que lhes trago são dados criticados individualmente e são os dados que são extraídos das portarias feitas pelos delegados de polícia em relação a cada uma das ocorrências. E nós temos, por crime, toda a demanda do Estado hoje inserida nesse sistema integrado de segurança pública.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só uma pergunta: nos Boletins de Ocorrência há um campo específico para identificar se é violência doméstica ou não?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA – Temos. Nós temos 12 tipos penais que são violência de gênero.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – O próprio Sisp também tem.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA – São os 12 principais, dentro do Sisp.

Então, hoje, quando o policial civil ou militar insere um dado no Sisp, ele vai inserir, dentre os tipos penais, 240 tipos penais e mais as leis especiais; nós temos 12 tipos penais especificamente com um ícone

de violência de gênero. Então, nós sabemos exatamente os dados em relação à violência de gênero.

Esses dados não são definitivos. Eles sofrem a crítica da autoridade policial, que vai deflagrar o procedimento. Então, eles estão sujeitos à mudança. Só que essa mudança, essa possibilidade de mudança pela autoridade policial não havia ainda em 2010, porque o sistema ainda não tinha chegado a esse nível.

Hoje, em 2011, todo o procedimento policial é criticado pelo delegado de polícia. Todo boletim de ocorrência. Então, pode ocorrer a mudança de captação. Talvez isso explique essa discrepância dos dados do Instituto com os dados da Secretaria de Segurança Pública.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só outra pergunta, para ficar mais claro: no boletim se registra se há relação entre a vítima e o agressor? Qual é a relação entre a vítima e o agressor?

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Há um espaço, que é violência de gênero. Essa relação entre a vítima e o agressor normalmente fica no histórico da ocorrência, ou no curso da apuração. Mas não há...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas, no depoimento da vítima, quem...

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Ou no histórico do Boletim de Ocorrência. Não há um ícone no nosso sistema, e isso pode ser aperfeiçoado, para que se diga se foi marido com mulher, pai com filha. Esse ícone não há. Só há o tipo penal.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – A relação entre o autor e a vítima, não é?

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Só há o tipo penal e a violência de gênero.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Sem estabelecer a relação entre autor e vítima no boletim.

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Sem estabelecer a relação de parentesco ou de subordinação.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Mas é uma providência que pode ser interessante.

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Seria um *plus* estatístico para a Secretaria.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Acabou de falar o Delegado Dr. Adão. Estava fazendo comentários o Dr. Grubba.

Retorno a palavra ao Dr. Adão...

Um comentário do Grubba. Retorno a palavra ao Dr. Adão. Isso são exigências do registro taquigráfico.

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – OK.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – E uma pergunta, Dr. Adão.

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Aldo, excelência.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Dr. Aldo, desculpe-me. Nós temos visto, no conjunto dos Estados que temos visitado, que o Boletim de Ocorrência não tem campo específico para o registro de violência de gênero. O que é que, na maioria dos casos, é orientado? Que se coloque ao lado da ocorrência, Lesão Corporal 11.340. Na maioria dos Estados enfrentamos isso, o que fragiliza profundamente o registro do que caracteriza a violência de gênero.

Volto à pergunta da Senadora, mas para que fique claro – não é um acréscimo: há um campo específico onde se registra a violência de gênero?

Com a palavra o Dr. Aldo.

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Eu agradeço a pergunta, Deputada.

Não só há um campo específico para a violência de gênero, mas para todo tipo, a violência contra homossexuais, por exemplo. Temos toda essa separação. Então, sabemos, estatística e exatamente, qual o tipo.

Por exemplo, hoje se eu estivesse – não tenho porque é Intranet, então não tenho acesso direto – em um computador da minha sala ou de qualquer sala de delegacia ou de um quartel da PM eu faria a pesquisa.

Violência doméstica, e isso eu então já compartilho, violência doméstica, que é gênero, e aí eu vou para a espécie. Então, separo violência doméstica. Tenho toda a violência doméstica. E clico, por exemplo, homicídio doloso, que vai me apresentar todas as inserções de Boletins de Ocorrência, que seja violência de gênero, homicídio doloso.

Posso até citar, se me permitem: homicídio doloso, lesão corporal, tentativa de homicídio, injúria, ameaça, calúnia, difamação, dano, incêndio, outros, estupro e tentativa de estupro. Então, são 12 opções dentro do gênero violência de gênero.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Dr. Aldo, também essa questão que o senhor falou, registra-se a tentativa de homicídio de gênero?

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – Perfeito. Tentativa de homicídio e de gênero.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Porque uma das dificuldades que temos enfrentado no levantamento das informações é que, em alguns casos, a descaracterização de tentativa de homicídio se transforma em registro de lesão grave...

O SR. ALDO PINHEIRO D’AVILA – É possível.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – ...como prática. E nos casos terminam um hiato, nos casos de homicídio de mulheres encaminhados para as delegacias de homicídio. Então, também não são apurados, como os crimes de gênero.

São essas duas questões que eu gostaria que o Dr. Aldo respondesse.

Depois retorno à Senadora Ana Rita.

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Obrigado.

A tentativa de homicídio é um dos itens que são assinalados pelo policial quando registra a ocorrência.

Para a senhora ter uma ideia, só a título de ilustração, em 2011 nós tivemos 34 tentativas de homicídios – perdão, 2012, este ano, até o dia 06 de junho.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Contra a mulher?

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Contra a mulher. Somente violência de gênero. Isso está no compartimento violência de gênero: 34%. E tivemos 10 homicídios. Então, existe essa compartimentação, essa separação. Hoje a gente tem muita facilidade de obter dados estatísticos com o Sistema Integrado de Segurança Pública, que inclusive é um sistema que vale a pena ser conhecido.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só para uma questão de violência doméstica. Quando o senhor fala da violência doméstica, o senhor está se referindo a que tipo de violência? É a violência que está prevista na Lei Maria da Penha ou é todo tipo de violência entre casais, por exemplo?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Com a palavra o Dr. Aldo.

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Não. Somente aqueles afetos à Lei nº 11.440.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Exclusivamente com relação à Lei Maria da Penha?

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Somente em relação à Maria da Penha. Relação de co-habitação, que tenha havido ou que há. Enfim, somente nessa questão.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Teria mais algumas perguntas a fazer.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Com a palavra a Senadora Ana Rita, nossa Relatora.

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Isso, inclusive, Senadora, se me permite acrescentar, talvez seja um dos motivos da discrepância dos dados. O nosso sistema é especificamente para a Lei Maria da Penha. Quando cito violência de gênero é somente em relação à Lei Maria da Penha. Às vezes, como disse, o policial que dá o primeiro atendimento pode fazer uma confusão. Até 2010, entrava como estatística, hoje não entra mais porque é criticado pela autoridade que deflagra o procedimento. Então, há a correção do dado feita pelo delegado de polícia.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Falou o Dr. Aldo.

Retorno a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Vou solicitar, então, ao secretário que possa, então, nos ajudar a responder, talvez fazendo até já um gancho na resposta do Dr. Aldo. Há capacitação desses profissionais, realmente, para que eles possam preencher corretamente os formulários, de acordo com o que prevê a Lei Maria da Penha? Esses profissionais são capacitados? Quando foi última capacitação realizada? Tem algumas perguntas, ainda, em função das falas anteriores.

Com relação aos Municípios que apresentam taxas acima da média do Estado – acho que essa pergunta ainda não foi respondida pelo Secretário – há políticas específicas para fazer um enfrentamento à violência? Já foi dito que o concurso público foi realizado, que os psicólogos serão encaminhados para as delegacias especializadas. Foi o que entendi da resposta. Mas dos policiais, de um modo geral, quantos serão destinados para as Delegacias da Mulher? Outra questão. O senhor disse que a resolutividade é de 50%. O senhor não acha que ainda é baixo? Não poderia melhorar? São essas três ou quatro perguntas que faria agora ao senhor. Tem também aqui outra pergunta. As 28 delegacias atendem exclusivamente as mulheres ou atendem, também, mulheres, crianças, adolescentes, idosos? Vimos isso em alguns Estados por onde passamos, inclusive, em Santa Catarina. Então, quando vocês falam em delegacias especializadas de atendimento à mulher é atendimento exclusivo ou acumulam, também, essa atribuição de atender criança, adolescente, idoso. Gostaria que o senhor se posicionasse com relação a isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Com a palavra o Dr. Aldo, Diretor-Geral da Polícia Civil.

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Muito obrigado.

Bom, Excelência, em Santa Catarina o atendimento é compartilhado. Então, é Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, Criança, ao Adolescente e Idoso. A demanda de Santa Catarina autoriza esse procedimento.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Tem alguma que é só para a mulher?

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Ainda não, mas já iniciamos, inclusive, a construção, na 6ª DP, onde acredito que a senhora lá esteve, de uma ala separada. É uma construção de 220 metros² separando o adolescente infrator. Isso também vai ser feito em Joinville. São as duas maiores demandas, são pólos. Em relação ao idoso, a demanda é pequena. Então, não há um comprometimento do atendimento em relação às mulheres vítimas e a concomitância com o idoso em função da demanda, que é muito pequena. Mas o

idoso também merece essa atenção, que é especial e que nós temos nas delegacias de proteção à mulher.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Vamos, agora, perguntar se a Senadora tem alguma questão para o Secretário de Segurança e para o Diretor-Geral da Polícia Civil. Depois, se algum dos Deputados. Faremos em bloco e vamos, ainda, escutar o Secretário de Saúde antes que a Ordem do Dia se inicie.

Com a palavra o Dr. Grubba para as questões. Os Deputados que queiram se inscrever, Secretário, verifique para a gente concluir as questões relativas à Secretaria de Segurança.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sr^a Presidenta, mais um minuto só, porque eu fiz algumas perguntas, a partir da primeira fala que o Secretário fez, agora eu tenho algumas perguntas a serem feitas a partir dos documentos que nós recebemos. Então ainda tem uma segunda fase que a gente precisa dar conta dela.

A SR^a PRESIDENTA (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Está bem.

Dr. Grubba.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Com relação a essas delegacias, esses novos policiais, à exceção dos psicólogos que têm uma destinação específica para as delegacias especializadas, os demais policiais, porque nós temos que ter um critério que, no meu entender, não pode ser político, não é, na distribuição de policiais civis e militares, nas duas corporações.

Então eu determinei ao Comandante-Geral, nós temos novos policiais militares e ao Delegado Geral da Polícia Civil que estabelecessem critérios eminentemente técnicos, baseados em dados estatísticos dentro das Delegacias de Polícia, de relatórios do sistema colocados no Sisp, para a distribuição desses policiais. Então, hoje o Delegado Geral da Polícia Civil ele tem os dados todos para onde esses policiais estão sendo encaminhados. Foi feita uma separação de 70% dos policiais civis, que se formam na Academia. Esses 70 policiais foram distribuídos dessa forma, de forma técnica e ficou um excedente de 30% dos policiais, mas então não vai ser de forma técnica? Não, também vai ser, mas para as especializadas. Então 30%, do universo de 100%, o delegado vai encaminhar para as especializadas: Delegacia de Proteção à Mulher, a Infância e Juventude, que nós vamos criar uma específica na cidade de Joinville, que é o maior Município de Santa Catarina; vamos estabelecer, por exemplo, a criação de DICs nas regionais. Nós temos regionais que não têm DIC, que é uma Divisão de Investigação Criminal para crimes específicos, inclusive daí os crimes de homicídio.

Então, esses 30% serão encaminhados para essas especializadas em Santa Catarina.

E o delegado, se precisar dos números, não sei se o delegado tem o número de policiais que iriam para as delegacias especializadas. Tem um universo reservado de policiais para isso. E essas delegacias, onde o número de homicídios salta um pouco maior do que aquele da taxa aceitável – não digo a nível até de Brasil, mas em nível de Santa Catarina –, nós temos feito uma política de cobrança de resultado.

A resolutividade, eu concordo até com a Senadora Ana Rita, eu não tenho número certo, eu digo que passa de 50 no Estado de Santa Catarina, mas o delegado tem o número aí, é sessenta ponto alguma coisa. É isso? E em Florianópolis ele ultrapassa 70%, não é? Porque em Florianópolis nós temos uma especializada, uma Delegacia Especializada de Homicídios em Florianópolis. Então, em razão dessa especializada de homicídios, a resolutividade dos homicídios em Florianópolis é muito mais elevada do que no resto do Estado de Santa Catarina, mas no resto do Estado ela ultrapassa, com certeza, 50%, chegando a mais de 60% de resolutividade.

A SR^a PRESIDENTA (Jô Moraes. PC do B – MG) – Eu pediria para o secretário agora registrar as questões, porque aí a Senadora Ana Rita colocaria o conjunto dos seus questionamentos e os Deputados que já devem estar inscritos também, nós faríamos o conjunto dos questionamentos e eu pediria ao senhor que pudesse anotar para que a gente pudesse agilizar o processo.

Com a palavra a Senadora Ana Rita. Algumas perguntas, algumas informações solicitadas que não estejam disponíveis neste momento os senhores poderiam enviar depois para a Relatora, particularmente esse dado de distribuição de pessoal, porque passa a ser uma necessidade importante do acompanhamento.

Caso não estejam disponíveis, algumas informações poderão vir por escrito, sob a forma de relatório, para a Senadora.

Agora, o conjunto das questões que a Senadora tem acerca das informações e, imediatamente, passaremos para os Deputados, as Deputadas, Senadores e Senadoras inscritos. Mas eu solicitaria a anotação e a memória.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Secretário, no documento da Secretaria de Segurança encaminhado, sobre a violência doméstica praticada contra mulheres no Estado de Santa Catarina, temos que no ano de 2011 foram registradas 46.161 ocorrências, sendo 20 homicídios, 12.056 agressões físicas, e 27.883 casos de violência moral. O número é bastante elevado, no

entanto, chama a atenção que, nos dados fornecidos pelo Poder Judiciário, no ano de 2011, houve o recebimento de apenas 127 inquéritos policiais.

O senhor poderia, por favor, informar quantos inquéritos policiais foram instaurados em 2011? E qual o motivo dessa divergência de informações, que é bastante diferente? Perguntando ainda, essas perguntas já estão com o senhor. Nas informações prestadas pela Secretaria de Segurança não há registro de pedidos de medidas protetivas. O senhor poderia informar quantas medidas protetivas foram solicitadas em 2011? O Tribunal de Justiça informa apenas 57 medidas protetivas. No que se refere ao sistema de informações, pergunto se há possibilidade de desagregar os dados referentes à cor, idade, relação com agressor e escolaridade. Essas informações vieram, mas elas não estão desagregadas.

Então nós solicitaríamos, se possível, desagregar, para que possamos ter dados com relação à cor, idade e relação com agressor e escolaridade. O senhor disse que, com relação ao agressor, no conteúdo do boletim de ocorrência, isso aparece em algum lugar. Mas...

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA (*Fora do microfone. Inaudível.*) – ...teria que ter um campo próprio.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – É, teria que ter um campo próprio.

A pergunta com relação a delegacias especializadas, o secretário já respondeu. Qual o efetivo dessas delegacias e que tipo de formação esses profissionais tiveram? Já fiz essa pergunta, mas acho que ela não foi respondida ainda. Como é o curso de capacitação? Quem é que leciona? Qual a periodicidade dos cursos, carga horária e quais os conteúdos são ofertados?

No que se refere à violência sexual, os policiais recebem capacitação específica para isso? Recebem informações sobre o serviço de atendimento ao aborto legal e encaminham as mulheres a esses serviços? Essa pergunta nós faremos, também, para o Secretário de Saúde.

Têm outras perguntas aqui sobre a mesa, mas acho que essas são as principais, depois, dependendo das respostas, voltaremos a elas.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

Secretário, nós faremos em bloco o conjunto das questões relativas ao Secretário de Segurança. Faremos, agora, em bloco, para que possamos passar, depois, para o Secretário de Saúde.

Deputada Carmen Zanotto. Em seguida, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Presidenta Deputada Jô, nobre Relatora Senadora Ana Rita, quero especialmente cumprimentar os dois Secretários

de Saúde, Secretário Dalmo, nosso Secretário de Estado da Saúde, e o nosso Secretário de Segurança, Dr. Grubba, com o Dr. Aldo, que é o nosso Delegado Geral.

A gente olhando um pouquinho o mapa da violência, percebe-se, talvez esse seja um dos pontos que podemos aprimorar, que os Municípios violentos mudam de um ano para o outro. Quando a gente olha, e aí, o Município pelo mapa da violência de 2012, por coincidência, é o meu Município de origem, é a minha Cidade de nascimento, onde resido, Lages estava, em 2008, com 3, 2009, 2, e 2010, 12. Então, se olharmos o mapa de 2011, não é a região serrana, nem o planalto norte do Estado; é a região de Itajaí.

Então, as ações e as delegacias especializadas no Estado, precisam realmente estar em cada região. E quando o senhor coloca para nós, que, em especial, a 6ª DP, porque foi a delegacia que visitamos, tinha uma demanda do corpo técnico que houvesse a separação mesmo dos adolescentes infratores com relação aos idosos e às mulheres.

Então, acho que temos um avanço, se já estamos em obras lá, pelo volume de atendimento. Segundo a delegada, com muita responsabilidade, com muito cuidado e zelo, eu poderia assim dizer, procurou nos mostrar a dificuldade por que o adolescente infrator traz uma série de dificuldades ao atendimento, porque ele pode estar sob efeito da droga em muitos dos casos, e o seu estado, naquele momento em que ele está lá para ser ouvido, compromete o atendimento das mulheres e dos idosos, em especial, em função dos gritos e do seu desespero por ter sido conduzido à DP e não aceitar. E é próprio, inclusive, não só dos efeitos das drogas, mas também da própria rebeldia da idade.

Então isso já me deixa, como catarinense – eu e a Deputada Luci somos Membros desta Comissão –, bastante feliz em função de que já tem, por parte do Governo do Estado e por parte da Segurança Pública, essa alteração.

Por outro lado, em Santa Catarina, a gente olha que mudaram os Municípios, mas a gente está mantendo, praticamente, a nossa posição. Nós éramos 23º; estamos em 24º. Se, agora, no semestre, já caíram os índices, provavelmente, nós retornamos como 24º na posição nacional. É uma posição que, se fôssemos olhar de maneira geral, mostra que somos um Estado privilegiado sim, o que também nos levou a fazer a indicação da audiência pública em Santa Catarina para a gente ver o que se está fazendo em Santa Catarina.

Mas tem uma coisa que me chamou muito a atenção – e quero reforçar aquilo que a Deputada Jô dizia para a gente: na minha região, em especial, tem uma coisa cultural muito forte de que o homem não leva desaforo para casa. Chama-se, inclusive, limpar

a honra, lavar a honra quando um homem, por algum fato, descobre que a sua esposa, a sua companheira, enfim, teve outro tipo de relação que não fosse só domiciliar. Isso é muito cruel, mas isso é muito cultural. E isso me leva a ter mais convicção de que nós precisamos trabalhar, dentro de todas as políticas públicas, uma questão da cultura da paz; que violência leva violência e que não é assim que se procede, mesmo com toda a evolução.

Se eu comparar, 2010, Lages com Mafra, e com os outros Municípios, nós somos campeões mesmo com relação aos cinco Municípios do Estado. Mais pontual em 2010 – repito –, tínhamos 3, 2 e 12. Então, a gente teve um volume muito grande e saltamos de um número para outro, que é praticamente dez homicídios a mais naquele ano com relação ao ano anterior. Então, realmente é a busca de uma cultura de paz, a busca de informação para o nosso conjunto de cidadãos, homens e mulheres, de que a gente precisa, efetivamente, conseguir combater a violência.

Eu queria agradecer a presença e parabenizar por essa tomada de decisão de separar o adolescente infrator. Eu acho que nós já ganhamos com isso. E, talvez, Senadora Ana Rita, os dados informatizados e o sistema que Santa Catarina tem que discrimina e traz claramente, no sistema informatizado... Se os senhores puderem disponibilizar para nós uma planilha que a gente pudesse visualizar, ela seria importante até para subsidiar o Relatório da Senadora Ana Rita e para a gente propor o melhor sistema que tenha no País, porque a gente tem também os dados de que as informações não comunicam. As secretarias – e isso eu já passei por uma secretaria –, os dados de uma secretaria não são os dados da outra secretaria ou, conforme a gente pega a informação, os dados nunca vão bater.

Então a gente tem percebido, na caminhada da CPMI, que precisamos também ter bases de dados sólidas para buscar os melhores exemplos que a gente tem no País. Talvez o sistema que está sendo adotado em Santa Catarina possa ajudar a gente com relação ao aprimoramento em outros Estados como um indicativo, como uma sugestão, porque a gente precisa, efetivamente – esse é o papel da Comissão –, fazer com que a lei seja cumprida, toda a dinâmica da lei, inclusive com as medidas protetivas, mas também uniformizar os dados nos Estados com relação às demais secretarias e com relação aos outros Estados brasileiros.

Então, eu gostaria de sugerir à nossa Presidente e à nossa Relatora, se fosse possível, a gente acolher, por parte da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, um espelho do boletim informatizado

do sistema, até para que a gente possa enriquecer e sugerir nos próximos relatórios.

Mas eu reafirmo que, além de a gente ter as delegacias nas regiões, é complexo. Como é que você vai dimensionar que naquele determinado Município vai haver mais homicídios naquele ano? Então, a coisa tem que ser realmente através da informação, do Disque Denúncia, do estímulo ao conjunto de mulheres para que efetuem a denúncia, para que ela não chegue ao limite, que é quando a gente não tem mais o que fazer a não ser fazer os boletins e seguir o processo.

Quero agradecer a presença dos senhores e dizer que, com certeza, esta Comissão, a cada audiência pública e a cada visita aos Estados, ouvindo e vendo, vai conseguir, sim, Senadora Ana Rita. Tenho a convicção de termos um mapa atualizado da situação de todos os Estados brasileiros.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Nós poderemos aprovar um requerimento com o teor que a Deputada Carmen Zanotto propõe.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, para a gente encerrar, passando a palavra para a Secretaria de Segurança em relação a essa parte.

A SR^a MARTA SUPLICY (PT – SP) – Obrigada, Sr^a Presidente da Comissão, Jô Moraes.

Quero relatar um pouquinho como foi a reunião da Comissão no meu Estado de São Paulo, para onde V. Ex^a, infelizmente, naquele dia, não pôde ir, mas compareceu na véspera, para fazer as diligências e fazer a visita ao governador. A reunião foi então presidida pela Vice-Presidente, Deputada Keiko, e pela nossa Relatora, Ana Rita.

Quero dizer que foi muito impactante o que nós vimos. Foi o resultado conclusivo, numa palavra só. Não existe combate à violência contra a mulher no Estado de São Paulo. O que tem é tão pouco, é tão pouca capacitação, é tão irrelevante e tão pouco correspondente à necessidade!

O Estado foi pioneiro no Brasil. Na época, era Secretário de Segurança o atual Vice-Presidente do Brasil, Michel Temer, e Governador, Franco Montoro. Foi criada a primeira Delegacia da Mulher, e hoje nós temos uma só delegacia que abre 24 horas em São Paulo. Um número exíguo.

Ficou muito patente. Foi muito desconfortável para nós, mulheres, observar a irrelevância com que o tema foi tratado. E o desprezo mesmo, porque as mulheres, maltratadas, mal-atendidas, e todos ali tentando justificar, mas era sempre o que vai acontecer, e nunca o que de fato existe, e o tempo todo que tiveram para fazer esse serviço melhorar.

Em relação ao Secretário de Santa Catarina – hoje nós estamos em outro Estado –, eu gostaria de fazer só uma pergunta muito simples.

Quero saber sobre o número de secretarias que existe no Estado, de delegacias no Estado, e também quais delas abrem durante 24 horas, porque essa é outra característica que temos observado em quase todos os lugares. Parece que o problema das mulheres só existe no horário comercial, porque são raras as que realmente abrem.

Eu gostaria também de perguntar em relação à segurança pública, se existem equipes multidisciplinares atuando nas delegacias especializadas; se a Secretaria de Segurança Pública participa da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e quantos inquéritos policiais se transformaram em ação penal, porque isso, em São Paulo, foi um susto. Porque nós vimos grande número de processos, numa região central, que não virava inquérito. Por quê? Porque eles são tão malfeitos por pessoas tão despreparadas que o Ministério Público tem que mandar tudo de volta.

Então, nós gostaríamos de saber os índices de V. Ex^a no seu Estado; se ocorre a mesma coisa. Até fazem um processo, mas o processo não consegue caminhar, porque ele tem que voltar para a delegacia, enquanto isso, a mulher pode ter sido morta, ou mudou de ideia, ou aconteceram milhares de coisas.

Também eu gostaria de saber em relação à saúde, se está implantada a notificação compulsória – porque isso para nós é muito importante – e qual o número de notificações desde a implantação dessa notificação? Quantos equipamentos específicos para o atendimento às mulheres vítimas da violência na área da saúde existem? Se os hospitais credenciados, preparados para fazer esses atendimentos, e se o Estado aderiram ao Programa Rede Cegonha? Em caso positivo, nós gostaríamos de saber se está previsto que esses equipamentos possam atender às mulheres vítimas de violência.

Também gostaríamos de saber como está estruturada a Defensoria Pública, porque temos a notícia de que, como no meu Estado – e é muito triste porque a gente vê em todos os Estados a mesmíssima coisa –, na Defensoria Pública, os advogados são, na sua maioria, homens e até as mulheres, ninguém quer defender as mulheres que apanham. Então, isso é uma questão que deixa as mulheres absolutamente sem o direito de cidadania principal, que é o direito de defesa.

Nós gostaríamos de saber como está estruturada a Defensoria nos seus Estados.

Se eu não ficar, Senadora, é porque eu tenho que presidir a sessão do Senado e só vim aqui porque esta

realmente é uma Comissão que me toca muito fundo no coração e não poderia deixar de vir.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – É da sua própria história, Senadora.

Nós vamos passar, agora, para as falas finais do Secretário de Segurança, provável do Dr. Aldo também. Registro aqui que os senhores colocaram duas questões que consideram relevantes.

Primeiro, o sistema de informações – sem dúvida, esse é o grande desafio do Brasil: não é para nós, é para a segurança pública. Há 15 dias, nós aprovamos o sistema nacional de informações de segurança pública. Estivemos com o Ministro da Justiça. A própria estruturação do sistema nacional vai se iniciar agora. E para a violência doméstica, essa é uma questão fundamental.

Então, referendo as palavras da Deputada Carmen no sentido de que a gente possa se apropriar desse grau de registro de especialização, que é um dos desafios que nós temos.

Em segundo lugar, essa decisão de, a cada medida protetiva, ser instaurado um inquérito. Porque também nós consideramos nesses registros, nessas passagens que nós fazemos pelos Estados de que o problema é que a medida protetiva vai e não há acompanhamento e nós não temos o retorno do que ocorre a partir da tomada de decisão.

Eu passaria a palavra, de imediato, ao Secretário Dr. Grubba; em seguida, ao Dr. Aldo, para que dessem as informações e, caso não as disponham, assumirem o compromisso de enviar à Senadora por escrito o relatório das informações que não puderem ser dadas agora, a fim de que a gente possa passar para o Secretário de Saúde antes da nossa Ordem do Dia – são três medidas provisórias do Senado aqui.

Com a palavra o Dr. Grubba.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Com relação à colocação da Senadora Marta Suplicy, se não me valha a memória, são 329 delegacias de polícia em Santa Catarina. E estão incluídas todas as especializadas, centrais de plantão policial, as três grandes diretorias – Diretoria de Polícia do Litoral, Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis e Diretoria de Polícia do Interior.

Queria também colocar a questão das 24 horas. Quando a delegacia não abre 24 horas, nós temos um plantão, um policial de plantão, até porque nós temos – voltando àquela colocação inicial – hoje o efetivo suficiente para fazer a escala de plantão de todas as delegacias de polícia, mas nós temos um plantão dentro da delegacia, em que se toca a campainha e a pessoa atende; e, em determinados locais, nós temos Centrais de Plantão Policial (CPP), que, a partir das

18 horas, por exemplo, qualquer flagrante, em vez de encaminhar para a delegacia de polícia, encaminhava-se para a CPP, onde há toda uma equipe de atendimento de delegados, agentes, escrivães, para lavar os flagrantes.

Com relação àquela questão, só fazendo uma retificação... A Senadora esteve lá na 6ª DP na capital, Florianópolis, embora a entrada seja única ali, mas há efetivamente a separação das duas delegacias – à direita a Delegacia da Infância e Juventude; e, à esquerda, a Delegacia de Proteção à Mulher.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Sim, sim.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Aproveitando que o senhor mencionou essa questão, a minha pergunta é: São os mesmos profissionais que atendem as mulheres, crianças e adolescentes, ou são equipes diferentes?

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – Equipes diferentes. O prédio é o mesmo, separado... Ah, desculpa, Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra o Secretário, Dr. Grubba.

O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA – O prédio é o mesmo, mas são delegados diferentes, são escrivães diferentes, são psicólogos diferentes, tudo é diferente. Por exemplo, cito o exemplo da 6ª DP: é o mesmo prédio, mas, no corredor, um é à direita e outro, à esquerda, com equipes totalmente diferentes. O que atende a um não atende ao outro.

E, agora, até nós estamos verificando com o Setor de Patrimônio do Estado, que é da Secretaria de Administração, porque encaminhei para a Promotoria da Infância e Juventude da capital, Promotor Marcílio, e ao Desembargador Sérgio Heil, que é o Coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, o projeto, esse que o Delegado Aldo falou, de que íamos iniciar a construção na parte debaixo para separar as duas delegacias e houve, vamos dizer assim, uma pequena provocação. O Desembargador Sérgio disse: “Mas, Secretário, por que, em vez de reformar ali, a gente – tem um terreno grande no lado ali – não constrói? O Tribunal entra com a sua parte e faz a Vara da Infância da Juventude; o Ministério Público entra com a Promotoria da Infância da Juventude; e a Secretaria de Segurança entra com a Delegacia da Infância e Juventude. Aí se constrói um próprio para a Infância e a Juventude, e aquela delegacia hoje, que é repartida, ficaria só para a mulher, no caso.” Aí suspendi o início da obra para que a gente viabilize se aquele terreno, efetivamente, é ainda do Estado,

que está anexo à 6ª DP, para a gente viabilizar essa construção mais ampla, especializando a Infância e a Juventude, deixando, então, aquela delegacia que hoje atende duas especialidades somente para atendimento à mulher ali na capital, em Florianópolis.

Com relação àqueles dados, Senadora, realmente, estranhou-me muito o número. E passo, com a permissão da Deputada Jô Moraes, ao Delegado Regional, que tem os dados das medidas protetivas, dos inquéritos policiais instaurados, dos BOs, tudo, que realmente não condizem com esses dados repassados.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra o delegado, Dr. Aldo.

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – Eu até anotei aqui quais as delegacias de atendimento, que foram questionadas. São 28 delegacias de polícia, delegacias especializadas. Não sei se V. Exª gostaria que se declinassem quais as cidades.

A SRª ANA RITA (PT – ES. *Intervenção fora do microfone.*) – Se for possível, sim.

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – É. Claro que é, sem dúvida. Florianópolis, São José, Joinville, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Criciúma, Rio do Sul, Lages, Mafra, Caçador, Chapecó, São Miguel do Oeste, Concórdia, Jaraguá do Sul, Brusque, Araranguá, Ituporanga, São Bento do Sul, Canoinhas, Porto União, Curitiba, Videira, Campos Novos, São Joaquim, Balneário Camboriú e, dentro de mais 60 dias, Palhoça, se não houver nenhum imprevisto em relação à construção, à reforma e ao cabeamento de informática. Então, são 29 cidades de Santa Catarina que têm atendimento especializado à mulher.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Nós agradecemos pelos dados...

O SR. ALDO PINHEIRO D’ÁVILA – O número de inquéritos... *(Pausa.)* Está funcionando? Agora está. Desculpe. Em 2008, nós tivemos... Nós separamos inquérito policial de auto de prisão em flagrante, mas só para fins de referência. Então, em 2008, tivemos 8.519 inquéritos policiais e 1.409 autos de prisão em flagrante; em 2009, 11.331 inquéritos policiais e 1.959 autos de prisão em flagrante; em 2010, 10.594 inquéritos policiais e 1.955 autos de prisão em flagrante; em 2011, 9.396 inquéritos policiais e 2.124 autos de prisão em flagrante; e em 2012, 4.869 inquéritos policiais e 1.095 autos de prisão em flagrante; isso, especificamente, violência doméstica.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Tem algumas questões que ainda não foram respondidas, e a Senadora vai lembrar, e nós solicitamos que os senhores as enviem por escrito para que a gente possa passar.

Eu passo a palavra para a Senadora, que vai lembrar as questões ainda não respondidas e vai já, de imediato, passar ao questionamento do Secretário de Saúde, que, inclusive, já escutou da Senadora Marta algumas preocupações.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Inicialmente, eu quero agradecer a presença do Dr. Aldo, do Dr. César Augusto, dos Secretários.

Acho que há algumas questões que poderíamos aprofundar mais, porém em função do nosso tempo – já começou a sessão no plenário e, quando ela começa, nós temos que interromper – e falta ainda ouvir o Secretário de Saúde, mas as questões relacionadas à violência sexual e à capacitação dos profissionais que, em minha opinião, ainda não foram devidamente esclarecidas.

Solicitamos que vocês possam nos enviar por escrito. Inclusive, caso queiram propor alguma sugestão, algo que possa melhorar e qualificar o atendimento no contexto nacional, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está completamente disponível para receber essas informações também, para que possamos enriquecer o nosso relatório a partir da experiência de vocês. Na elaboração do relatório, se sentirmos necessidade ainda de termos alguma questão com mais informações, nós iremos solicitar de V. S^{as} que nos respondam.

Em princípio, nos damos por satisfeitas e agradecemos a presença de vocês.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Agora a Senadora Ana Rita vai passar a levantar as preocupações ao Secretário de Saúde, Dr. Dalmo, que, em seguida, disporá de até 20 minutos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu acredito que algumas das perguntas que eu tenho aqui para serem feitas a própria Senadora Marta já as levantou. Eu solicitei ao Secretário que se preparasse, já passei previamente as perguntas, para que possamos ganhar tempo.

Como e quantos hospitais fazem o registro das notificações compulsórias da violência doméstica e sexual? Quantas foram realizadas nos últimos anos?

Qual o procedimento é tomado quando uma mulher dá entrada em emergências hospitalares após sofrer violência doméstica? Quem é notificado? Onde estão esses dados?

A violência doméstica contra a mulher é considerada uma questão de saúde pública? Que recursos orçamentários foram previstos para os programas na área da saúde e quais ações foram realizadas diante disso?

Santa Catarina foi um dos últimos Estados a assinar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Quais as políticas de saúde para o enfrentamento à violência contras as mulheres indígenas, quilombolas do campo e da cidade? Qual a relação da Secretaria de Saúde com os Centros de Referência e Casas Abrigo?

De que forma o Estado age nos casos de estupro? Como são orientados os serviços especializados de saúde? Os funcionários do IML recebem capacitação para esse atendimento? As mulheres recebem *kit* de emergência? Que hospitais no Estado fazem um abortamento legal? Quantos procedimentos foram realizados em 2010 e 2011? As mulheres recebem informação para o abortamento legal? Como acessam os serviços?

São essas as perguntas que eu gostaria de ter as respostas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra o Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina, Dr. Dalmo Claro de Oliveira.

O SR. DALMO CLARO DE OLIVEIRA – Bem, eu vou tentar ser sintético, entendendo a premência de horário, mas quero cumprimentar os componentes da Mesa, Deputada Jô Moraes, Deputada Keiko, Senadora Ana Rita, o colega Secretário Grubba, as Deputadas do meu Estado – a Deputada Carmen teve que se ausentar temporariamente –, a Deputada Luci, colega médico Deputado Dr. Rosinha – não sei se lembra de mim, fomos contemporâneos no movimento sindical quando eu era médico-residente em Curitiba, em 79, 80 –, demais Parlamentares que compõem a Comissão.

Nós recebemos a solicitação das informações, que já foram enviadas antecipadamente com quantitativo de notificações compulsórias por tipo de notificação dos últimos cinco anos e o Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Essa área merece atenção da Secretaria de Estado da Saúde desde antes.

E quero registrar que a Deputada Carmen Zanotto ocupou, de 2003 a 2010, os cargos de Secretária Adjunta da Saúde por vários períodos, o cargo de titular, substituindo o então secretário. E já naquela época, inclusive no momento em que era secretária interina, a própria Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde emitiu uma nota técnica de orientação, datada de 3 de outubro de 2006, em que descrevia, normatizava o atendimento às vítimas de violência sexual em unidades de saúde da rede do Sistema Único de Saúde do Estado de Santa Catarina – aí são todos os serviços –, não só os próprios do Estado como todos aqueles contratualizados e credenciados a atenderem pelo SUS no Estado de Santa Catarina, em que colocava todas as etapas, a

necessidade e a obrigatoriedade de acolhimento, de atendimento, a obedecer aos fundamentos éticos e legais, sigilo e segredo profissional.

Nessa própria Nota Técnica colocava que é de competência do serviço de saúde: acolhimento; registro em prontuário; orientação sobre a importância de efetuar Boletim de Ocorrência em vítimas menores de 18 anos, em que é obrigatório; assim como estimular a notificação naqueles casos das vítimas maiores de 18 anos; realização de exame clínico e ginecológico; coleta de material para identificação do agressor; coleta de amostras para exames laboratoriais; realização de profilaxia para anticoncepção de emergência, Doenças Sexualmente Transmissíveis não virais, hepatites virais e HIV e Aids para as vítimas de violência sexual aguda ou recente; e o preenchimento da ficha de notificação e investigação individual compulsória.

Então, esses todos são da competência... E está regulamentado que os serviços de saúde do Estado devam cumprir e agir dentro do que está estimulado.

A notificação, ainda que datasse de mais tempo, começou efetivamente no Estado com um volume consistente em 2009, quando foram notificados 721 casos de violência contra a mulher. E aqui ela está discriminada. Por exemplo, em 2009, lesão autoprovocada, 94; lesão física, 319; agressão psicológica ou moral, 147; sexual, 70; tortura, 31; financeira e econômica, 13; intervenção por agente legal, 1; e outras violências, 46. Então, somando-se dá 721, naquele ano de 2009. Em 2010, passou para 2.553. Não acreditamos que tenha havido um aumento tão significativo da violência, mas sim do nível de notificação. Da mesma forma, em 2011, passou para 4.922 casos relatados. E este ano, em 2012 – infelizmente tenho dados só até o dia 13 de maio –, já foram 2.068 notificações, que, se analisadas, vai dar um pouquinho mais de 5 mil notificações. Aí já é uma diferença muito pequena em relação ao ano de 2011. Eu acredito que vamos atingir agora um platô de plenitude, eu diria, talvez, ou muito próximo disso, da notificação dos casos, até por ser compulsória.

E nós temos uma coordenação... Dentro da Secretaria de Estado da Saúde, nós temos a Superintendência de Vigilância, melhor dizendo, de Planejamento do SUS, Planejamento e Gestão do SUS, e existe uma Gerência de Atenção Básica. E, dentro da Gerência de Atenção Básica, a coordenadoria que cuida dos gêneros, das políticas especiais de gêneros e de grupos. Então existe, dentro dessa coordenação, um pessoal que cuida exclusivamente da violência contra a mulher. Aí já respondendo, inclusive, é o mesmo grupo que cuida da violência contra mulheres indígenas do campo e da cidade. Na verdade, especificamente em relação à mulher, não existe um tratamento específico

diferenciado entre, se é do campo, indígena ou quilombola. Mas existe essa coordenação muito específica em relação à violência contra a mulher.

Então, esses seriam os números. Existe sim a notificação, como eu disse, de forma mais maciça, de 2009 para cá. Então, nos últimos quatro anos. Mas existem registros desde 2007.

Eu só queria citar, então, rapidamente, e isso talvez já responda algumas das questões, as ações que estão sendo adotadas ou já adotadas ou em andamento na Secretaria de Estado da Saúde, no momento, por esse grupo e essa coordenação da violência contra a mulher: identificação e cadastramento com fornecimento de testes rápidos de HIV; medicação para HIV e imunobiológicos, que são aquelas... É a profilaxia, inclusive, para hepatites para 99 instituições ambulatoriais e hospitalares no Estado. Então, dá uma cobertura bastante ampla.

Consideramos que Santa Catarina tem, no momento, 293 Municípios; terá, a partir de janeiro, 295, ou seja, a ampliação de mais dois Municípios. Muitos deles, mais da metade, têm menos de cinco mil habitantes. Então, com frequência, esses pequenos Municípios se referem a algum Município que seja polo, microrregional ou regional.

Implantação de serviços de vigilância e notificação de violência no serviço de saúde do Estado com capacitação dos profissionais para a atuação. Existem capacitações periódicas. Atualização da identificação, em 2012, dos serviços cadastrados em 2009. Então, está sendo feita uma atualização dessa identificação desses serviços que já foram cadastrados em 2009, reunião técnica na Secretaria para discutir medidas necessárias para garantir atenção às vítimas de violência sexual, incluindo o abortamento legal – foi realizado agora no dia 22 de maio.

Contratos com os hospitais pela Secretaria, incluindo no rol de ações contratadas, a atenção às vítimas de violência sexual e abortamento legal. Existem 180 hospitais no Estado que são credenciados, boa parte deles contratados, inclusive, e que têm obrigações com a Secretaria de Estado da Saúde de prestação de serviços. Nós, nesses contratos, temos estímulos econômicos no hospital para realização de determinadas tarefas contratadas. A partir deste ano, nós estamos incluindo, em um novo protocolo (em um novo modelo de contrato), a obrigação de as ações para as vítimas de violência sexual e abortamento legal nos hospitais do Estado contratados.

A articulação para disponibilizar o ligamento da contracepção de emergência, no levonorgestrel. Disponibilização, pelo Ministério da Saúde, a medicação do misoprostol, para indução do abortamento nos casos

previstos e regulamentados pelo Ministério da Saúde. Diagnóstico realizado pela área técnica que, no momento está em relação às nossas redes de vítimas de violência – Rede de Atenção às Vítimas da Violência.

Nós temos dois hospitais que realizam o aborto legal apenas com o protocolo instituído, de acordo com a legislação vigente: Hospital Universitário de Florianópolis e a Maternidade Darcy Vargas, em Joinville. São os dois maiores Municípios de Santa Catarina em população. E hospitais que informam realizar abortamento quando há determinação judicial: Joaçaba, Santa Terezinha; Geral, de Teresa Ramos, de Lages, e o Hospital Regional de São Paulo.

Ainda outras medidas: programação, para o segundo semestre de 2012, de um seminário estadual sobre a Atenção às Vítimas de Violência Sexual, programado e inicialmente realizado em Joinville, envolvendo instituições hospitalares e Ministério Público Federal. Avaliação e redistribuição dos métodos contraceptivos disponibilizados pelo Ministério da Saúde; parceria – e essa é uma medida importante – com a Universidade Federal de Santa Catarina, sediada em Florianópolis; o Grupo de Pesquisa em Violência, no Departamento de Saúde Coletiva, Coordenado pela Dr^a Elza Coelho, que está realizando o mapeamento do Serviço de Atenção à Violência Doméstica, no Estado de Santa Catarina, e a construção de um Guia de Orientação sobre Violência Doméstica, voltado para a população e profissionais de saúde; a inclusão do tema Violência no Conteúdo do Curso de Especialização à Distância, em saúde da família, voltado para os profissionais das Equipes de Saúde da Família e Núcleos de Apoio à Saúde da Família por intermédio do Unasus – esse curso de especialização é mantido pela Secretaria de Estado da Saúde –; construção de diretrizes voltadas para a atenção à violência doméstica, atenção básica, e está em discussão a referência para assistência hospitalar com contratação de assistentes dos hospitais em serviços nas macrorregiões.

Por último, a realização de um fórum para discutir a rede de atenção, em Florianópolis e no Estado, nos dias 21 a 23 de agosto, em parceria com o Município de Florianópolis.

Só para citar também o avanço, nós temos, em Florianópolis, uma organização muito boa, porque o Município... A Secretaria Municipal de Saúde tomou a iniciativa de agregar profissionais das Secretarias de Saúde, Assistência Social do próprio Município, junto com a Secretaria de Estado de Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi realizado um trabalho e, depois, consolidado neste manual que é de 2010, onde se tentou formalizar e avançar o Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Município

de Florianópolis. Muito bem estruturado e organizado. É um belo modelo que se pretende estender, se possível, para o resto do Estado.

Deixe-me ver se sobraram mais algumas perguntas que não estavam contempladas aqui...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – A Senadora terá a palavra e fará mais perguntas ao Secretário.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Deixe-me aproveitar...

O SR. DALMO CLARO DE OLIVEIRA – Procurei sintetizar, mas talvez tenha sido um pouco rápido.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – A partir da fala do senhor, Dr. Dalmo, eu gostaria de ver o seguinte: Os dados que o senhor traz aqui referentes à notificação, referem-se a todo o sistema de saúde, ou seja, é todo o sistema que realiza a notificação? A notificação atende a todo o Estado? A notificação compulsória. Ela atende a todo o Estado, é todo o sistema que faz isso ou apenas parte desse sistema? Se o senhor puder, esclareça isso para nós.

Também o seguinte: Explicar o que significa essa determinação judicial. É estupro ou é outro caso, quando há determinação judicial? No caso de abortamento legal.

O SR. DALMO CLARO DE OLIVEIRA – É abortamento legal.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Por que só se realiza em caso de determinação judicial, em Joaçaba e outro Município, em caso de abortamento legal? Pelo que nós entendemos – a nossa assessoria está nos orientando aqui –, é em Joaçaba apenas. Mas é isso mesmo ou acontece em outro Município? Só se realiza em caso de determinação judicial, ou a Secretaria da Saúde, o hospital que faz, faz isso independentemente de determinação judicial?

O SR. DALMO CLARO DE OLIVEIRA – A notificação é em todo o serviço de saúde, porque ela se faz através de um sistema, o Sinam, o sistema do Ministério da Saúde, para notificação da violência contra a mulher. Então, todo o serviço de saúde, ao atender a mulher, tem obrigação de fazer uma notificação.

Os serviços de saúde são bastante habituados a notificações de todas as outras notificações de caráter epidemiológico. Então, já são bastante organizados em relação a isso. Isso é cultural, inclusive. São dois serviços de saúde, públicos e privados, inclusive, que têm a obrigação de notificar. E a notificação da violência também entra nesse rol.

Eu acredito que, hoje, já está bastante aculturado entre as pessoas que trabalham no serviço de saúde a necessidade da notificação. Mas é todo o serviço de

saúde, inclusive não só o público; o privado também, porque ele tem da mesma forma obrigação de notificar.

Em relação ao serviço especializado, o que existe é que, no Hospital Universitário e na Maternidade Darcy Vargas, de Joinville, a partir da última regulamentação, esses hospitais têm equipe preparada com psicólogos, assistentes sociais e equipe médica, preparada para acolher esses casos, e não necessariamente com ação, com uma determinação judicial de fazer. Os demais, por não terem esse preparo, obedecem. E, na verdade, não são somente aqueles três, porque se o juiz determinar hoje a execução de um aborto, ele provavelmente também seria feito em algumas outras unidades hospitalares do Estado. Mas aqueles dois serviços já têm toda uma preparação para isso.

Eu tenho notícia de que, no ano passado, no Hospital Universitário, que é o que tem o relato – vou tentar levantar mais adequadamente isso, mas se não me falha a memória –, são seis casos de abortamento de caráter legal, realizados no Hospital Universitário de Florianópolis.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha para seu questionamento.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Olá, Dr. Dalmo, prazer revê-lo! Já não me lembrava mais, mas é que as lutas sindicais já foram... (*Risos.*) Na época de médico e residente. É que nós não tínhamos carteiras assinadas e entramos em luta sindical para obter o direito trabalhista, no final de década de 70, início da década de 80. Fomos do movimento.

A compreensão que a gente queria aqui é a seguinte, porque, por duas vezes, o doutor falou de decisão judicial. É que há abortamento legal sem decisão judicial. Então, quais são os serviços que fazem e se há número de casos desses sem haver decisão judicial. Essa é uma pergunta.

A outra diz respeito ao Sinam. O Sinam é o Sistema Nacional de Comunicação de Compulsória. Ocorre que há Municípios – nós que estamos aqui na CPMI –, há Estados em que só têm na capital. Não existe todo o sistema para o interior. Por isso a pergunta da Senadora...

Santa Catarina. Já está ramificado no interior todo, entre todas as cidades, ou de repente só nas maiores cidades? A nossa preocupação é que isso é algo que nós temos que expandir para todos. Nós sabemos que coqueluche não importa. Se houver um Município, por mais distante que seja, com 500 habitantes, a coqueluche ou o sarampo é comunicado.

Agora, a cultura da violência contra a mulher, por ser algo recente e que começou a se expandir dos grandes para os pequenos Municípios, há Estado em

que não tem nele todinho. Por exemplo, Santa Catarina tem. Isso obedece às mesmas regras nacionais, às mesmas exigências nacionais.

No caso do Paraná, eles têm outra norma técnica. Por acaso, eles só criaram uma norma técnica, mas ela obedece às exigências nacionais no Paraná. E nos informaram na CPMI isto, que era uma norma técnica local, mas idêntica ou semelhante à nacional.

São essas as duas questões. Só para clarear.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Retorno a palavra ao Dr. Dalmo, Secretário de Saúde de Santa Catarina.

O SR. DALMO CLARO DE OLIVEIRA – Em relação ao abortamento legal, agora mesmo não judicial – nós o temos há poucos meses, na verdade –, está regulamentado que não há necessidade... Aí é no caso da anencefalia. Desculpe!

Essas duas unidades, que são o Hospital Universitário de Florianópolis e a Darcy Vargas, de Joinville, têm uma equipe apropriada hoje. Por exemplo, fazendo um paralelo com a anencefalia, porque nós tratamos disso recentemente, há equipe com psicólogo, com assistente social. Então, são esses dois serviços apenas.

Tivemos uma reunião ontem para discutir esses dados. O que o pessoal da equipe fala é que a demanda dos abortamentos após a violência sexual é muito rara ainda no Estado. Então, eu receio que o que exista ainda seja ou a ignorância, ou a vergonha, ou motivos vários que fazem com que a mulher não recorra a isso. Mas a busca por abortamentos dos nossos serviços após violência sexual tem sido, segundo eles, muito rara.

Em relação ao Sinam, eu terei que verificar, Deputado, como é que está essa notificação em todos os nossos Municípios. Como disse, 293 Municípios é um número não tão pequeno, mas há – e eu frequento mensalmente o nosso Comitê Intergestores Bipartite – uma participação muito grande dos Municípios, das Secretarias Municipais da Saúde, do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, e esse pessoal é realmente muito bem preparado e treinado. Eles são agregados em Comissões Intergestores Regionais, em parceria o Estado com o Conselho dos Secretários Municipais. Nós mantemos apoiadores que orientam os Secretários Municipais de cada Município. Então, a gente procura fazer com que esse nível de informação, de atuação e de cumprimento de exigências legais e das portarias dos ministérios sejam feitos por todos os Municípios.

Mas essa é uma tarefa que eu tenho que levar para casa para verificar realmente em que pé que anda isso aí, porque também não posso colocar a mão no fogo por isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Deputado Dr. Rosinha. Em seguida, a Deputada Luci Choinacki.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É que, Dr. Dalmo, nós estamos querendo concluir um relatório de CPMI com um bom diagnóstico e com boas sugestões nessa questão da violência, que é uma tragédia nacional. Então, nós temos que buscar todos os aspectos dessa tragédia para buscar a solução coletiva.

Pergunto em relação a outra questão, como desdobramento. Há algum registro na Secretaria – porque essa não é compulsória; é por iniciativa, às vezes, da Secretaria – do número de internamentos pós-abortamento? Porque é aquilo que o senhor disse: às vezes a pessoa tem vergonha, mas faz o aborto ilegal, faz em domicílio, e tem a complicação.

Há algum tipo de registro desses por acaso?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – O Deputado... Quem sabe, não é?! O Secretário já indicou o Delegado Aldo para Deputado. Eu também indiquei.

O SR. DALMO CLARO DE OLIVEIRA – A senhora não está de toda errada, porque eu fui candidato e sou suplente no Estado. Mas não assumi nenhuma vez.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Então, Dr. Dalmo, só aguarde um pouquinho um instantinho para nós ouvirmos a Deputada Luci Choinacki e o senhor responde.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Primeiro, quero cumprimentar a nossa Presidente Jô e a nossa Relatora Ana Rita e os nossos dois Secretários de Santa Catarina, o Dalmo e o César, que compareceram aqui à Comissão para trazer a questão do Governo do Estado, como está. Isso é importante, como é importante para a Comissão ter esse levantamento.

Eu ia fazer duas perguntas que o Dr. Rosinha já falou sobre a questão dos abortos. Eu queria perguntar uma coisa e depois dar uma opinião.

Essa questão dos registros tem... Como a gente sabe como funciona por mais que vá para o interior, esses dados são importantes para nós, onde mais as mulheres têm acesso à informação e a fazer as denúncias e registros, porque me parece, pelo que a gente escuta, as mulheres que moram nos Municípios do interior, nas ribeirinhas, têm todas as dificuldades de acesso à denúncia de violência, como a forma como são tratadas – há uma diferença enorme se tu pegares Florianópolis e pegar um Município do interior em relação ao tratamento que têm na questão da violência, tanto na denúncia como na saúde.

Eu gostaria de saber se há essa informação, que para nós é muito importante, porque vimos recebendo reclamação das mulheres do interior de que esse tra-

to é totalmente diferenciado. Alguém diz que só ouviu falar da Lei Maria da Penha. Que ela não chegou a vários lugares. Ela está parada em alguns lugares e nós temos que ver como a gente tira a lei do discurso e a leva para todos.

Acho que este é um pouco o objetivo desta CPMI: fazer um diagnóstico para ver quais são as medidas que a gente vai tomar para que a gente dê proteção e segurança para as mulheres nesse sentido.

A outra é dizer que as mulheres sempre passaram por violência; agora que a gente está tendo coragem de denunciar. Eu estou dizendo às mulheres: Se o homem não leva desaforo para casa, a gente também não deve levar. A gente vai ter que trabalhar um pouco isso como uma questão que hoje, diante de todo o movimento, todas as denúncias, as mulheres estão tendo coragem de se manifestar. Não que elas não passavam violência dentro de casa, mas estão em silêncio. E ela continua. Mesmo a questão do pedido, a questão do aborto, é medo, medo da perseguição, do que os outros vão falar, do preconceito, tem toda uma carga histórica e cultural de repressão, de violência contra as mulheres que é um horror. Até haver uma superação.

Por isso se não houver, cada vez mais, a lei é um instrumento, o serviço público, para que a gente tire esse medo, dê segurança, dê proteção para que as mulheres recuperem a autoestima e saiam de situação de vítimas e sejam sujeitas cidadãs de fato na sua plenitude.

Por isso essas perguntas são feitas, e a presença dos dois Secretários de Santa Catarina, para nossa CPI é muito importante, no sentido de como aperfeiçoar a partir daquilo que já foi feito.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – O senhor poderia aproveitar para responder, além das questões do Deputado Dr. Rosinha e da Deputada Luci Choinacki, também as questões que a Relatora colocou e que o senhor ia dar uma olhada sobre o que ainda falta responder, porque, a qualquer hora, a gente pode ser interrompida pela Ordem do Dia.

O SR. DALMO CLARO DE OLIVEIRA – Rapidamente, Dr. Rosinha, o registro dos abortamentos nós temos, inclusive, de curetagem, pacientes que já vêm de abortamento domiciliar – acho que hoje não há distinção, o nosso serviço não está identificando o que é fruto de alguma outra coisa, talvez até porque precisasse cruzar os dados. Muitas vezes, o hospital, pelo menos as nossas maternidades que atendem, provavelmente, não têm esse cruzamento de dados para saber se aquela pessoa que vem com abortamento doméstico tenha tido alguma notificação por violência anterior se ela não relatar isso.

Então, é uma coisa para a gente avaliar.

Deputada Luci, realmente, eu acredito que a dificuldade é maior do acesso da mulher e até da informação aos serviços que acolhem e atendem à mulher vítima de violência quanto mais longe for o local de residência ou mais distantes de centros de referência. É um problema nosso, não só na violência, mas, de um modo geral, no acesso aos serviços de saúde do SUS, essa questão da distância e dos locais de baixa densidade populacional e até de alguns vazios assistenciais que nós, no nosso Estado de Santa Catarina, temos.

Hoje o nosso Estado atinge um bom nível de desenvolvimento, eu diria, mas existem muitas desigualdades ainda. A região do planalto serrano, da Deputada Carmen, é uma delas; a região do planalto norte, cuja sede maior é Caçador, Canoinhas, também é uma região de pouco desenvolvimento. E nós temos uma região de baixo desenvolvimento econômico também no extremo sul do Estado de Santa Catarina. Essas regiões talvez tenham um pouco mais de dificuldade, como dificuldades no restante do acesso.

Senadora, eu só diria que talvez – a senhora, depois, me corrija se houver algum outro item a mais – a pergunta sobre os recursos orçamentários que foram previstos para os programas na área da saúde, acredito que em relação à violência doméstica, eu não saberia responder agora; fico devendo e posso informar depois à Comissão.

Sobre as ações eu já citei algumas que estão sendo realizadas, estão em andamento e algumas planejadas. Qual é a relação da Secretaria de Saúde com centros de referência e casas-abrigo, nós não temos notícia de relacionamento nosso com esses centros de referência ou de abrigo para mulheres vítimas de violência.

Eu acredito até que a gente talvez tenha algum nível de necessidade disso na capital. Florianópolis tem realmente moradores de rua – não temos tanto, mas já tem alguma coisa... De modo geral, não tenho visto relato de mulheres, lá no nosso Estado, no interior pelo menos, de agressão e que não tenham acolhimento familiar ou algo desse tipo. Pelo menos não é uma demanda que tem chegado para nós.

De que forma o Estado age nos casos de estupro, como são orientados os serviços especializados de saúde, funcionários do IML recebem capacitação para esse atendimento, as mulheres recebem kits de emergência.

Esse conjunto de perguntas: na verdade, no caso de estupro, se a mulher vai primeiro fazer o Boletim de Ocorrência policial, de lá é encaminhada ao serviço de saúde; se ela chega ao serviço de saúde, é orientada a fazer o Boletim de Ocorrência depois; e, se for

menor de 18 anos, é obrigatória essa comunicação, esse boletim.

Os serviços são orientados através da nossa coordenação, da gerência de atenção básica, dentro dos demais treinamentos e orientações que são feitas dentro da Secretaria e com os Municípios, as Secretarias municipais e os serviços especializados. Funcionários do IML e capacitação para esse atendimento, aí basicamente do próprio IML e da Secretaria de Segurança Pública a que está afeito o IML.

Mas, como disse, em Florianópolis e isso repercute na Grande Florianópolis, há um serviço de entrosamento muito forte por conta até desse trabalho que foi realizado recentemente aqui e que envolveu também os órgãos de segurança. E as mulheres recebem o kit de emergência, porque, como disse, em 99 locais do Estado, existem os kits de emergência – que estão em fase de revisão, de confirmação –, para profilaxia da doença sexualmente transmissível não viral, da Aids e da hepatite.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra a Senadora Ana Rita, nossa Relatora, para seus encaminhamentos finais, para que nós possamos...

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Presidencial!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Deputada Carmen Zanotto, antes da Senadora Ana Rita.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Rapidamente para agradecer ao Dr. Dalmo, como fiz ao Dr. Grubba. E justificar que estive ausente porque fui para a reunião de Líderes representando a nossa bancada na Comissão como Vice-Líder do PPS.

Dizer ao Dr. Dalmo que tenho certeza de que a saúde pública no Brasil tem avançado muito. Mas a gente tem exatamente os vazios assistenciais, a dificuldade de acesso, em especial aos serviços especializados, em função do próprio desenho do Sistema Único de Saúde. Alegou-me muito, Dr. Dalmo, saber que uma portaria ministerial que determinava a implantação dos serviços conforme o número de habitantes foi revogada.

Acho que vamos ter um grande avanço no sistema público de saúde, porque você poderia ter as maternidades de referência, os serviços de referência, conforme o conjunto de habitantes daquela região, e agora dá autonomia ao conjunto de Estados e Municípios, Senadora, para implantar os serviços conforme o desenho e a realidade daquela região. Então, não limitar mais a implantação dos serviços com base no parâmetro populacional isso é fundamental para que a gente possa disseminar mais os serviços de saúde pública.

Quero justificar a minha ausência e agradecer a presença do nosso Secretário de Estado de Saúde de Santa Catarina.

Temos melhores indicadores, Senadora Ana Rita e Deputada Jô. Mas, com certeza absoluta, não é aquilo que a nossa população quer – a gente sempre diz isso. A gente pode ter bons indicadores de mortalidade infantil, de longevidade, mas, enquanto houver mulher sendo vítima de violência e haja, por ventura, dentro de um Estado, de um Município, dificuldade de acesso para ela, ainda, eu acho que vale a pena o nosso trabalho aqui, como o trabalho do conjunto de Estados e Municípios, para que a gente possa fazer esse enfrentamento. Porque nada é pior do que a violência – e a silenciosa é muito mais dolorosa do que a física – que vai à porta das delegacias ou aos serviços de saúde, porque houve um sofrimento físico com lesão. E a gente tem também aquela violência silenciosa cujas consequências psicológicas são muito maiores do que aquela física, em que se pode até recuperar o trauma de um braço fraturado; mas àquela em que, todos os dias, se violenta a mulher é ainda maior.

Então, todos os serviços de saúde – e acredito que seja em todo o País – numa inter-relação entre serviços. Quando a gente vê que, na Presidência da República, a Secretaria de Políticas para as Mulheres está diretamente ligada ao Gabinete da Presidência, isso por quê? Para dizer que não tem uma hierarquia. Os demais ministérios têm que acompanhar, e isso talvez um dia a gente consiga também no conjunto de Estados, para ter esse atendimento horizontal das ações integradas para as políticas públicas, em especial, de enfrentamento da violência.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Senadora Ana Rita, para seus encaminhamentos finais.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Inicialmente, quero agradecer também ao Dr. Dalmo, que esteve aqui, prestando todas as informações.

Talvez uma síntese que eu faria aqui, ou melhor, uma conclusão de uma das questões, parece-me, corrijam-me se eu estiver enganada, mas, com relação às políticas públicas direcionadas para as populações mais específicas, negros, indígenas, quilombolas, parece-me que não tem isso muito definido, não existem políticas específicas para essas populações, inclusive a população ribeirinha, conforme foi lembrado pela Deputada Luci, só para registro nosso, para constatação. Se houver alguma política direcionada para essas populações, posteriormente a Secretaria poderá também nos informar.

A mesma sugestão, a mesma solicitação que fiz para o Secretário de Segurança, caso a Secretaria de Saúde também, em função de seu trabalho e da

experiência que realiza no seu Estado, se tiver alguma sugestão para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no sentido de melhorar o atendimento ou de que possamos adotar alguma medida no sentido de que possamos avançar no País, no atendimento à mulher em situação de violência, esta Comissão está inteiramente disponível para receber também as sugestões.

No mais é isso. Quero agradecer aos dois Secretários, agradecer também ao Dr. Aldo, que prontamente também assessorou o Secretário aqui, prestando as informações. Se houver necessidade, procuraremos por vocês posteriormente, para solicitar mais algumas informações. Por enquanto, acho que o que foi repassado aqui hoje é suficiente para que possamos fazer bem o nosso relatório e apresentá-lo como uma importante contribuição para a sociedade brasileira.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Nós agradecemos a presença do Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina, Dr. Dalmo Claro de Oliveira; do Dr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina; do Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Aldo Pinheiro D'Ávila, que também contribuiu no enriquecimento do debate. Sem dúvida alguma, o que foi um esforço maior, o deslocamento serviu para uma contribuição mais geral. Essa experiência, particularmente de registro de informações, de providências em relação à instauração de inquérito toda vez que houver medidas protetivas, são algumas experiências que ajudarão nessa construção de uma rede de atendimento à mulher, que deve se instalar em cada Estado e que tem que incorporar o Executivo, Judiciário e Legislativo, para que possamos avançar nesse processo.

Por isso, agradeço, mais uma vez.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião.

(Iniciada a reunião às 14 horas e 27 minutos e encerrada às 16 horas e 58 minutos)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 24ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 24ª Reunião realizada em 13 de julho de 2012, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador/BA, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG) e com a presença das

Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)** e **Lídice da Mata (PSB/BA)** e da Deputada Federal não membro da Comissão: **Alice Portugal (PCdoB/BA)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras e o Senhor Senador: **Marta Suplicy (PT/SP)**; **Ângela Portela (PT/RR)**; **Ana Amélia (PP/RR)**; **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados: **Marina Santanna (PT/GO)**; **Teresa Surita (PMDB/RR)**; **Rebecca Garcia (PP/AM)**; **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**; **Gorete Pereira (PR/CE)**; **Keiko Ota (PSB/SP)**; **Sueli Vidigal (PDT/ES)**; **Carmem Zanotto (PPS/SC)**; **Célia Rocha (PTB/AL)**; **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a participação das seguintes autoridades: **Dr. Maurício Teles Barbosa**, Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia; **Sr. Jorge Santos Pereira Solla**, Secretário de Saúde do Estado da Bahia; **Sra. Vera Lúcia Barbosa**, Secretária de Políticas Para as Mulheres do Estado da Bahia; **Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira**, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher, representando o Ministério Público do Estado da Bahia; **Dra. Mara Moraes**, Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; **Dr. Almiro Sena**, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; **Sulle Nascimento**, Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas, nossos agradecimentos pela presença, os que comparecem vêm com o compromisso de enfrentar essa dramática situação que se transformou em epidemia social, que é a violência contra a mulher.

Antes de iniciar os trabalhos, nós queríamos, em primeiro lugar, agradecer à Câmara Municipal, através da Vereadora Aladilce Souza, do PCdoB, da Vereadora Marta Rodrigues, do PT, que estão aqui presentes e que, embora estejam acompanhando a Presidente Dilma, a Vereadora Olívia Santana, Ouvidora desta Casa, que deu importantes contribuições.

Em segundo lugar, nós queríamos informar que a Senadora Lídice da Mata e a Deputada Alice Portugal que foram as requerentes desta audiência pública estarão presentes, mas hoje estão acompanhando a nossa Presidente Dilma, que comparece à Bahia, numa atividade importante.

Em terceiro lugar, eu queria dar algumas informações sobre a dinâmica. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, integrada por Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, tem como objetivo escutar, especificamente esta, autoridades que têm

a responsabilidade de levar adiante a política pública de combate à violência contra a mulher. Logo, ela não tem, como algumas outras CPMIs, características de abrir o debate para a comunidade, a comunidade virá representada por uma fala. E ontem nós tivemos a oportunidade, a Senadora Ana Rita, sobretudo, de se encontrar com o movimento de mulheres para fazer essa discussão. Isso integra o Regimento das duas Casas. Daí porque nós estaremos aqui escutando as autoridades e as parlamentares federais farão as suas oitivas, estarão aqui presentes com seus depoimentos.

O Dr. Maurício Teles Barbosa, Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, ao qual, desde já, agradeço a presença, sobretudo porque fez um esforço especial para comparecer aqui, não só ele como importantes membros da sua equipe; ao Dr. Jorge Santos Pereira Soles, Secretário de Saúde do Estado da Bahia; à Sra. Vera Lúcia Barbosa, Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, do Estado da Bahia;

O Desembargador Mário Alberto Simões Hirs, Presidente do Tribunal de Justiça nos enviou uma correspondência dizendo que não poderia comparecer, que foi criada uma Coordenadoria da Mulher no Tribunal, mas que a Desembargadora Najla estava de férias. Então, o Tribunal de Justiça não comparece a esta audiência com alguma representação.

Nós escutaremos também, representando o Dr. Wellington César Lima e Silva, a nossa Promotora de Justiça, a Dra. Márcia Ribeiro Teixeira. E estamos aguardando a Dra. Maria Célia Nery Padilha, Defensora Pública Geral do Estado da Bahia. Escutaremos ainda o Secretário de Justiça, Dr. Almiro Sena. Nós estamos aguardando a informação da representação da sociedade civil.

Nós vamos passar para os trabalhos agora.

Antes de chamar o primeiro convidado, declaro aberta a 24ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 04, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Nós vamos passar a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Rita, que colocará as questões a serem apreciadas pelas diferentes autoridades. Em seguida, nós convidaremos o primeiro a falar, que é o Secretário de Segurança.

Com a palavra a nossa Relatora, a Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde, inicialmente, queremos cumprimentar todas as autoridades

que foram convidadas, tanto do Poder Executivo, do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública. Antecipadamente, agradecer a presença de vocês. Também agradecer muito o movimento de mulheres aqui do Estado da Bahia, que está aqui presente. Posteriormente, farei uma menção a isso. Agradecer também a esta Casa Legislativa, que cedeu este espaço para que pudéssemos realizar esta audiência hoje.

Início a minha fala passando para vocês algumas informações. Nós chegamos aqui ao Estado ontem à tarde, tivemos a oportunidade de ter uma audiência com o Vice-Governador, o Sr. Otto Alencar, a pedido do Governador, ele nos atendeu – o Governador, em função da visita da nossa Presidenta, da Presidenta Dilma, estava com outra agenda –, então o Dr. Otto nos atendeu prontamente, inclusive reforçou o convite aos Secretários, para que pudessem estar aqui hoje à tarde, nos recebendo e nos prestando as informações. Então, nessa oportunidade também, queremos aqui agradecer ao Governo do Estado, ao Vice-Governador por nos ter recebido.

Fizemos ontem também uma diligência, fomos à Vara da Violência Doméstica, onde tivemos a oportunidade de ter uma boa conversa com a Juíza, a Dra. Eliene Simone Oliveira, também com outros profissionais do Ministério Público, da Defensoria Pública, ouvindo como está o atendimento na Vara.

Também fizemos, no dia de hoje, uma diligência na Delegacia da Mulher, onde conversamos muito com a Delegada, a Dra. Marilda Marcela da Luz, que expôs como é feito o atendimento, a metodologia utilizada, todos os procedimentos, as principais dificuldades que tem enfrentado.

Realizamos também, na tarde de ontem, início da noite, uma importante reunião com os movimentos de mulheres, aqui do Estado da Bahia, em particular de Salvador, bastante representativo, com uma presença bastante positiva de diversos movimentos e de vários lugares aqui do Estado, trazendo importantes reflexões, importantes observações, denúncias também, muitas denúncias de situações de atendimento que não são feitos a contento, relatando inclusive fatos já ocorridos aqui no Estado, de mulheres que foram assassinadas em função dos problemas que têm no atendimento.

Eu quero dizer para vocês que, diante disso, o objetivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é justamente investigar a situação de violência em que vivem as mulheres no nosso País, mas também, principalmente, apurar se está havendo omissão ou não por parte do Estado brasileiro no atendimento às mulheres em situação de violência.

Quando eu estou falando do Estado brasileiro, eu estou falando de todos os Poderes constituídos: do

Poder Executivo, do Poder Judiciário, todo o sistema do Poder Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias Públicas, se estão, de fato, cumprindo com seu papel no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Consideramos que o Brasil tem uma importante legislação, um conjunto de leis, entre elas, a Lei Maria da Penha, que precisa ser implementada em sua plenitude. Então vimos que índices de violência no País estão muito altos, mesmo tendo uma legislação que protege as mulheres. Diante dessa reflexão do porquê o Brasil, que tem uma importante legislação, reconhecida inclusive internacionalmente, por vários países do mundo, as mulheres brasileiras continuam sendo assassinadas pelos seus maridos, pelos seus ex-companheiros, tem alguma coisa errada. Se há leis que as protegem e essas leis estão sendo aplicadas, alguma coisa está acontecendo. Então é isso que a CPMI se propôs a investigar, saber por que isso acontece, quais são as razões, quais são as causas, quais são os problemas que nós estamos enfrentando, para que as mulheres não continuem morrendo do que jeito que estão.

Foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ela foi instalada em fevereiro deste ano, definimos uma metodologia de trabalho, eu, como Relatora, apresentei um plano de trabalho que prevê oitivas, que prevê audiências públicas, tanto no Congresso, quanto nos Estados e diligências aos equipamentos. E é isso que nós temos feito. Já realizamos 18 audiências públicas em Brasília, no Senado Federal, e aqui, no Estado da Bahia, é o nono Estado onde estamos realizando audiências públicas, dialogando, conversando, inquirindo as autoridades públicas de todos esses Estados.

No caso específico, acho que é importante dizer por que nós estamos aqui na Bahia, porque dentro da nossa metodologia, definimos visitar os Estados que apresentam os maiores índices de violência contra as mulheres, mas também selecionamos alguns Estados que são os mais populosos. Num primeiro momento, nós definimos 14 Estados a serem visitados e mais alguns que foram sugeridos pelos próprios parlamentares que compõem a CPMI. No caso aqui da Bahia, que é o nono Estado que nós estamos visitando, ele é o oitavo Estado em maior incidência de homicídios femininos. De acordo com os dados do Instituto Sangari, o mapa da violência – são os dados que nós temos, os mais disponíveis e mais confiáveis –, o Estado da Bahia está entre os dez Estados que apresentam os maiores índices, ou seja, está em oitavo lugar. Em primeiro lugar é o Estado do Espírito Santo, e o Estado do Espírito Santo está bem acima da média nacional de homicídios contra as mulheres. A média nacional é de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. O Es-

pírito Santo está com 9,4 homicídios para cada 100 mil mulheres, seguidos de Alagoas, com 8,3; Paraná, com 6,3; e o Estado da Bahia, com 5,6 homicídios para cada 100 mil mulheres.

Esses são os dados que nós temos, que estão disponíveis. Sabemos que há uma insuficiência no sistema, de um modo geral, de fazer todo o apanhado dessas informações. Mas esses são os dados do Instituto Sangari, baseados nos dados do sistema de saúde, e são os mais confiáveis. Essa taxa, na verdade, nós avaliamos como inaceitável 5,6 homicídios para cada 100 mil mulheres, e é preciso realmente que se tenha prioridade, aqui no Estado da Bahia, e que se defina como um grande objetivo de todos os poderes daqui a redução desses índices. É preciso então que todos os poderes se comprometam e tenham como prioridade a redução da violência contra as mulheres porque muitas dessas mulheres são mortes já anunciadas. Elas sabem que vão morrer, elas sabem. Chegam à delegacia, chegam até onde precisam de ajuda e muitas vezes a demora na aplicação da medida protetiva faz com que essas mulheres venham a ser assassinadas. Nós ouvimos isso aqui diretamente de mulheres ameaçadas.

Outra característica que temos observado, não só na Bahia, mas no país como um todo, é a interiorização dos assassinatos, dos homicídios. E, infelizmente, a maior parte dos equipamentos, a grande maioria dos equipamentos existentes estão, na maioria dos Estados, localizados nas regiões metropolitanas ou somente na capital, enquanto as mulheres que moram nos interiores, nos lugares mais distantes, nos sertões, nas florestas, elas ficam muito distantes dos equipamentos para poder receber ajuda.

No caso da Bahia, Porto Seguro é a terceira cidade mais violenta do país, cidades que têm acima de 26 mulheres, Porto Seguro é a terceira cidade que apresenta as maiores taxas de homicídios com mais de 26 mil mulheres. Além de Porto Seguro, figuram as cidades de Teixeira de Freitas, em 8º lugar; Lauro de Freitas, em 13º lugar; Eunápolis, em 15º lugar; Simões Filho, em 16º lugar; Santo Amaro, em 24º; Ilhéus, em 27º; Itamaraju, 28º. Ao todo, são 15 municípios baianos que figuram dentre os 100 onde mais morrem mulheres.

O Estado da Bahia já assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, este pacto foi assinado em 30 de junho de 2008, por conta do pacto, a Secretaria de Política para as Mulheres, da Presidência da República, repassou ao Estado, entre 2007 e 2011, o valor de R\$9,1 milhões para execução de políticas de prevenção, assistência e repressão à violência contra as mulheres. Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito quer saber de todos os poderes

aqui presentes, o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público e Defensoria Pública que ações estão sendo tomadas para prevenir a violência contra mulheres e tirar o Estado da Bahia da condição de oitavo Estado mais violento para as mulheres.

Agora, após essa minha fala inicial, eu vou começar a fazer algumas perguntas. Podemos prosseguir, Sra. Presidenta ou a senhora gostaria de fazer...?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Apenas agradecer a presença do Dr. Hélio Jorge Paixão, Delegado-Geral da Polícia Civil; do Major Ramalho Neto, Superintendente de Prevenção à Violência, da Secretaria de Segurança Pública; da Dra. Marilda Marcela, Delegada da DEAM de Brotas, à qual nós comparecemos; Dra. Gisele Santana, Superintendente da Atenção Integral à Saúde; da Dra. Ana Angélica Araújo, Secretária Municipal de Políticas de Mulheres; do Dr. Ailton Ferreira, Secretário Municipal da Reparação, e Ebomenice representante do Terreiro da Casa Branca.

Falará também aqui nesta oitiva, a representante do Movimento de Mulheres, Sulie Nascimento, Coordenadora da Regional da Articulação de Mulheres Brasileiras. Agradecemos também a presença da Dra. Ana Virgínia, Delegada da DEAM de Feira de Santana, e da Sra. Deise Oliveira, Coordenadora da Casa Abrigo, e um abraço especial a nossa Capitã Denise Santiago, que ajuda no trabalho da SPM.

Com a palavra a Senadora para colocar suas questões iniciais. O primeiro que será ouvido é o Secretário de Segurança, mas pode aguardar as colocações da Senadora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Só para reforçar novamente a nossa metodologia, nós vamos questionar, porque este é o papel da CPMI, os nossos convidados aqui hoje, eles virão à frente para responder as perguntas que iremos fazer, mas também terão a possibilidade, a oportunidade, dentro do tempo estipulado, de passar outras informações que acharem mais convenientes, agregando mais elementos para que possamos ter mais dados aqui na CPMI.

Há três questões que vou fazer para todos respondam. São três questões básicas para todos os nossos convidados e, depois, entro nas questões específicas para cada um

As três primeiras questões: o que as autoridades aqui presentes, tanto do Poder Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violência contra as mulheres?; qual o orçamento para as ações específicas de cada Instituição para o enfrentamento à violência contra as mulheres em 2012 e 2013? [Nós queremos saber qual o orçamento destinado para cada

poder e o dos poderes, nessa área de enfrentamento à violência contra as mulheres.]; quais as maiores dificuldades para a efetividade das ações de enfrentamento às violências contra as mulheres enfrentadas pelas instituições? Se as Instituições aqui presentes enfrentam alguma dificuldade, quais são?

Então essas são as três perguntas básicas: o que estão fazendo, qual o orçamento destinado e quais são as maiores dificuldades enfrentadas. Nós gostaríamos de ouvir de todos vocês.

Agora, gostaríamos de chamar o Secretário de Segurança, o Dr. Maurício Teles Barbosa, para que possa ocupar a tribuna. Dr. Maurício, são várias perguntas que eu quero fazer para o senhor, mas vamos deixar por escrito nas suas mãos, para facilitar ao senhor as respostas.

Já foram providenciadas para ele as perguntas? *(Pausa.)*

Conforme informação que recebemos, existem no Estado apenas 15 delegacias da mulher, em um universo de 417 municípios. A Delegacia da Mulher de Salvador foi a segunda delegacia instalada no país e sua estrutura física é das melhores. No entanto, o seu reduzido número de pessoal, impede a correta aplicação da lei e que se faça justiça nos casos de violência. É inexplicável que após mais de 20 anos este Estado não demonstre a mesma preocupação com o enfrentamento às diversas formas de violências contra as mulheres.

Em uma escala de um a dez, qual o grau de prioridade ao enfrentamento à violência contra as mulheres por parte da Secretaria? Qual o plano de ação previsto pela Secretaria de Segurança, para enfrentar os altos índices de homicídios de mulheres no Estado? Qual é o grau de resolutividade dos homicídios de mulheres pela polícia? Como a Secretaria de Segurança pretende superar o alto índice de violência praticado contra as mulheres com o reduzido número de delegacias especializadas da mulher e com profissionais pouco capacitados? Qual o orçamento da Secretaria para a ampliação das delegacias da mulher e capacitação dos servidores?

No PIB, que é o Plano Integral Básico, está prevista a capacitação das 15 delegacias da mulher. Gostaria de saber se as capacitações foram realizadas, quando e quantos profissionais foram capacitados? Quantos atendimentos foram feitos pelo Serviço de Atenção à Pessoa em Situação de Violência Sexual? Como é feita a articulação com a Secretaria da Saúde? As mulheres recebem todas as informações e medicação conforme a norma técnica do Ministério da Saúde? Há informação de que apenas 6% a 8% dos inquéritos chegam ao Ministério Público para denúncia. Em 2011,

são apenas 8,2% que chegam para oferecimento de denúncias. Como o senhor explica isso?

Essas são as perguntas que nós inicialmente faremos ao senhor, Dr. Maurício,

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Maurício, o senhor dispõe de até 20 minutos para responder a essas questões e outros comentários que queira realizar.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Boa tarde a todos, ilustríssima e excelentíssima Deputada Jô Moraes, Presidente da CPI Mista, Senadora Ana Rita, nossa Relatora, em nome de quem saúdo a todos aqui presentes, meus colegas Secretários, Parlamentares, e demais pessoas que vieram a esta audiência pública para ouvir o trabalho que o Governo do Estado, especificamente a Secretaria de Segurança Pública, vem fazendo com a questão tão importante que é a defesa da integridade física, do direito à vida, do direito à liberdade das mulheres do nosso Estado.

Primeiramente, é importante ressaltar, Sras. Parlamentares, que há aproximadamente um ano nós lançamos no Estado um programa Pacto Pela Vida, que visa ter como objetivo central e principal a proteção do direito à vida; direito à vida das mulheres, direito à vida dos homens, das crianças, dos adolescentes, dos idosos e de todos aqueles que merecem pela nossa Constituição Federal o tão sagrado direito de viver.

Em cima desse programa de estado, que assim consideramos não só um programa de governo, nós fizemos um chamamento de diversas instituições que têm participação direta e indireta na defesa da vida. São essas instituições o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB, instituições religiosas, organizações não governamentais como também 13 secretarias de estado, secretarias essas que eram excluídas dos planos de segurança pela velha prática de tratar a questão da violência somente pensando que a polícia tem esse condão.

Sabemos que a polícia precisa melhorar seus métodos, temos a convicção que precisamos avançar na infraestrutura do trabalho policial, mas temos que também abrir esse debate para que todas as pessoas e todas as instituições participem com a polícia na defesa da vida humana. E para isso nós criamos o Pacto pela Vida em cima do qual nós estamos realizando uma série de projetos, projetos esses que visam não só a contratação de novos servidores, mas a aplicação desses servidores em causas importantes ao direito a vida e uma delas é reequipar as nossas delegacias de atendimento a mulheres. Sabemos que muitas delas não têm a infraestrutura necessária para poder fazer a defesa das mulheres, até no que se refere nos períodos mais críticos que são nos finais de semana, onde

recebemos diversas reclamações e estamos cientes de que nós temos uma missão muito grande.

E às cima da contratação de novos servidores é importante ressaltar às Sras. Parlamentares que esse ano o governo do estado autorizou a contratação de 400 policiais civis, ano que vem também autorizou a contratação de mais 400 policiais. Esses policiais serão empregados necessariamente nas áreas que visam a proteção do direito à vida – aí vai Departamento de Homicídios, Departamento de Narcóticos, Departamento de Proteção a Mulheres, Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente – e algumas outras unidades específicas, por acreditarmos que a violência contra a mulher parte de inúmeros fatores não necessariamente do motivo da violência doméstica.

Sabemos e temos a constatação e o número cada vez maior de mulheres participando de atividades criminosas como narcotráfico que, infelizmente, nos últimos 10 anos, vem assolando todos os estados do Brasil e pegou de uma maneira muito contundente os estados da região Nordeste despreparados para o enfrentamento dessa dissolução de valores morais e sociais. O *crack* invadiu numa velocidade muito grande e numa velocidade maior do que os estados estavam preparados para fazer esse enfrentamento. Então sabemos que a desestruturação familiar faz parte do primeiro passo da entrada da criminalidade e da violência praticada não só contra as mulheres, mas como todas as pessoas indistintamente.

Então vamos passar aqui as respostas às perguntas, sabendo que a delegacia, a nossa DEAM, em Salvador, tem uma boa estrutura física que carece sim um efetivo policial maior, e como já foi falado, nós tivemos a autorização por parte do governo do estado da contratação de 400 novos policiais civis. Gostaríamos que fosse muito mais porque o efetivo da polícia civil no nosso Estado sofre de uma carência de décadas e que, infelizmente, não temos a capacidade de recomposição desse efetivo em detrimento das condições orçamentárias e financeiras do Estado.

Estamos passando por situações muito críticas no ano de 2012 no que se refere a remuneração de servidores e temos a expectativa de que todas as discussões salariais não impeçam a contratação maior de policiais, porque temos esse número, precisamos... É um número que para nossa expectativa é o básico do que nós precisamos, precisamos muito mais, mas foi isso que nos foi disponibilizado em cima de todas as demandas do Estado. É importante dizer que temos aqui secretarias de extrema importância como a Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, outras secretarias que aqui se fazem presentes e gostaríamos também

que todas essas secretarias tivessem a mesma oportunidade que a Secretaria de Segurança está tendo.

Falo aqui que é fato e é constatável o déficit de efetivo, e que com certeza, isso reflete na condução dessas investigações e na resolução desses inquéritos. Mas também não podemos imputar tudo somente ao trabalho policial. Temos algumas outras dificuldades que passam também pela capacidade de conscientização das mulheres em fazer valer o direito que elas têm de fazer a sua denúncia e de levar o processo até o final para que essas situações não voltem a ocorrer dentro do seio familiar. Então sabemos que isso é um processo de conscientização, é um processo de maturidade cultural que estamos passando, estamos vivendo – a Bahia e o Brasil vêm amadurecendo muito nas últimas décadas – nós estamos correndo contra o tempo em comparação aos países mais, por assim dizer, evoluídos socialmente, como os países de natureza inglesa, europeia e americana que têm na luta dos seus direitos para mais de 50 anos, mas estamos conquistando isso exatamente nessa década. Então nós vamos passar aí por uma década de preparação para que todos esses direitos que estão previstos na Constituição sejam de fato assegurados por todos os órgãos do Estado e por todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas.

É importante ressaltar que a primeira DEAM foi inaugurada em 1986, nós temos em torno de 15 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher e nos cinco últimos anos de governo inauguramos cinco delegacias nas cidades principais do Estado da Bahia. O que é que nós estamos evitando e segurando muito, Sra. Presidente, Sra. Relatora, é a inauguração de novas unidades sem que tenhamos condições de fato de fazer uma boa prestação de serviços. Nós não queremos que a população, que já é vítima dessa violência, seja mal atendida por parte de prepostos do Estado. Sabemos que a necessidade seria praticamente de instalar uma DEAM em cada um dos 417 Municípios, mas também temos a necessidade de fazer valer uma boa prestação de serviços. Eu tenho a certeza de que tem pessoas nessa plateia e de outras, que tem uma série de reclamações e que nós recebemos essas reclamações através da Ouvidora, através do Disque Denúncia e, é em cima dessas declarações e dessas reclamações, que estamos aperfeiçoando a execução do nosso trabalho.

Antecipando a questão dos cursos e preparação, nós estamos fazendo nesse um ano a reestruturação do nosso sistema de ensino da área de segurança. Nós vamos criar o sistema integrado de ensino na área de segurança que visa a adequar o nosso policial a fazer o atendimento a população, não necessariamente

dos mesmos moldes como vem fazendo nos últimos 50 anos, tendo a sociedade como seu inimigo, tendo a sociedade como elemento que não deve ser tratado com o devido respeito. Lógico que isso não é a regra. Nós temos casos e casos extremamente desagradáveis, mas temos que colocar e incutir isso na cabeça de toda a nossa força policial: que a partir de um bom recrutamento policial, a partir de um bom treinamento nas nossas academias e a partir de bons cursos de capacitação esses policiais tenham condições de fazer um bom enfrentamento à criminalidade, e daí fazer, sim, a composição de delitos.

Senadora, boa parte dos crimes sequer são registrados nas unidades, boa parte dos delitos são resolvidos pelo esforço dos nossos próprios policiais, sejam eles policiais militares ou civis, na composição direta desses litígios. E esse é o trabalho, é um trabalho invisível feito pela polícia, porque muitas vezes culpam a polícia pelo cometimento do crime, mas também às vezes não elogiam por evitar que outros crimes aconteçam.

Então nós estamos nesse processo, temos que reconhecer o esforço desse efetivo policial, que mesmo com déficit, tem feito o possível e o impossível para prestar um serviço público de qualidade àquelas pessoas que mais precisam e que estão numa situação de maior vulnerabilidade. Botando numa escala de um a dez, qual o grau de prioridade de enfrentamento à violência contra as mulheres na Secretaria, eu digo que é uma prioridade máxima juntamente com todas as mais importantes questões relacionadas à violência contra a pessoa. Isso se refere à violência contra todas as formas e com toda a situação de violência contra seres humanos. Daí termos também a necessidade de apoiarmos políticas que visem assegurar a integridade de crianças e adolescentes, aos idosos e todas as pessoas que também estão em situação de vulnerabilidade.

Temos um plano estadual de segurança pública, que dentro do Pacto pela Vida temos a Câmara de Prevenção Social, que tem dentro de suas ações questões relacionadas à rede de proteção às mulheres. A nossa Secretária vai falar sobre isso, mais necessariamente de outras ações que não ações policiais que envolvem a proteção às mulheres e a outras formas de violência a grupos vulneráveis.

O grau de resolutividade de homicídios não só contra mulheres, mas contra todas as pessoas que foram vítimas de homicídios, com certeza continua muito baixa. Segundo os nossos estudos, antes de criarmos o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa, o número de elucidação não passava de 10%. Mas não passava por uma série de falta, primeiramente de

coordenação de trabalho e de preparo de equipes policiais para apuração do delito de homicídio. Criamos no último ano, depois da criação do Pacto pela Vida, o Departamento de Homicídio e de Proteção à Pessoa, localizado na Pituba, colocando nesse departamento um efetivo superior a 250 policiais. Tiramos, com certeza de outras unidades, mas colocamos isso em cima de um programa que prioriza o direito à vida. Em cima da criação desse departamento de homicídios criamos 10 delegacias de homicídios. Essas delegacias vêm trabalhando num processo inicial, temos um ano de criação, conseguimos aumentar nosso índice de elucidação entre *(falha na gravação)* 20%. Com certeza é muito baixo. Queremos aumentar cada vez mais a resolubilidade dos nossos delitos, principalmente do delito contra a vida, para que nós possamos evitar e aumentar o número de homicídios no nosso Estado.

Mas é importante dizer, Sr^a Senadora, Sr^a Deputada, que nós temos hoje uma política de transparência dos dados de segurança pública em que fazemos a publicidade desses dados. Com toda a dificuldade que ainda temos de recolher esses dados nas unidades do interior, e algumas delas não estão informatizadas, por problemas até técnicos, fazemos questão de fazer a divulgação desses dados para trazer maior transparência às nossas políticas.

Então, em cima dessa transparência, temos constatado alguns dados. Diferentemente de alguns outros Estados que não têm exatamente essa transparência ou a mesma metodologia de contagem de homicídios, nós ficamos, com certeza, em uma posição desfavorável. Daí vem o Instituto Sangari, como a senhora falou, para falar dos nossos índices de homicídios praticados em diferentes Estados.

Não estou aqui para contestar a metodologia aplicada pelo Instituto, até porque temos vários institutos fazendo o mesmo papel de divulgação de informações relacionadas à segurança pública, mas que, graças a Deus, o Ministério da Justiça avocou esse trabalho de fazer um banco nacional de informações de segurança pública, porque cada um desses institutos usa uma metodologia diferente, que não necessariamente corresponde à verdadeira causa desses homicídios. Porque uma coisa é a senhora pegar dados relacionados às secretarias de saúde. Hoje nós temos pessoas que chegam ou baleadas ou mortas por uma violência que não necessariamente se refere a um homicídio juridicamente falando. Lógico que é um crime contra a vida, mas nós aqui na Bahia consideramos, antes mesmo da elucidação como homicídio. Outros Estados consideram como causa a investigar, porque não necessariamente, apesar do evento morte estar presente, não foi um homicídio. Pode ter sido uma lesão

corporal seguida de morte, pode ter sido uma legítima defesa praticada por algum criminoso...

Em suma, estamos atentos a isso e, graças a Deus, vamos unificar os bancos de dados nacionais que se refiram à violência e à violência em geral. A violência em geral, para trazermos dados mais bem elaborados de violências contra as mulheres, mas violência contra a mulher e apurar exatamente as causas contra essa violência, que vão desde um problema doméstico, um problema que vem sendo enfrentado no seio familiar, como boa parte das ocorrências que chegam às DE-AMs, mas também como violências praticadas contra as mulheres num contexto de criminalidade em geral.

Como a Secretaria de Segurança Pública pretende... O alto índice de violência praticado com mulheres, reduzindo o número de delegacias especializadas da mulher e com profissionais pouco capacitados. Exatamente isso. Fazer a recomposição do nosso efetivo por intermédio do cronograma de concursos – e concursos já previstos para 2012 – e, através da finalização desse sistema integrado de segurança pública, colocar as nossas academias de polícia, seja Polícia Militar e Polícia Civil, com capacitação e matérias específicas à proteção à mulher e toda a sua forma.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretário, permita-me só interromper o senhor um pouquinho?

O senhor disse inicialmente que seriam contratados, agora em 2012, 400 policiais. Desses 400, qual é o percentual destinado às delegacias de mulheres?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Senadora...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Só um minuto, gente. Eu queria, por favor, Secretário...

É muito justo que vocês se manifestem, mas nós não queremos transformar essa audiência pública em uma audiência comum como todas as demais. Então, gostaríamos de pedir a vocês, como todo o respeito, que ouçam apenas. Se alguém tiver alguma pergunta para fazer, que vocês considerem fundamental e que a Mesa por ventura não tenha feito, nós aceitamos as perguntas por escrito e faremos em nome de vocês. Mas não gostaríamos que fosse interferido, para não criar nenhum mal-estar aqui com os convidados, porque não queremos constrangimento; queremos obter o máximo de informações possíveis aqui, para que o nosso relatório possa ser melhor subsidiado.

Gostaria de fazer essa observação, com todo o respeito à manifestação, que é importante e necessária. Mas, nesse momento, queremos ouvir e queremos que os nossos convidados sintam-se extremamente à vontade para passar todas as informações.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Bom, então, através do cronograma de concursos, como já

foi falado, a nossa previsão em dois anos é a contratação de 800 policiais.

Temos um déficit de aposentadoria, uma previsão de aposentadoria muito grande na Polícia Civil, pela ausência de concurso nós últimos 10 anos. O último concurso para investigador foi em 1997 e o último concurso para delegado foi no ano de 2002.

Não tenho aqui a resposta para dar à senhora com relação ao número de policiais que integrarão as unidades de proteção às mulheres. Falar qualquer número agora aqui seria precipitado da nossa parte e não viemos aqui fazer promessas, viemos, sim, dizer que temos um plano de Estado, um plano de defesa ao direito à vida em toda a sua extensão, e que temos, sim, a previsão de colocar esses policiais nas DEAMs.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, só para esclarecer, teremos a oportunidade de dar um prazo para que o senhor possa nos enviar esses dados e essas informações que estamos solicitando.

Evidentemente, algumas definições o senhor pode nem ter tomado, mas esse dado concreto para nós, que vamos ter um período prorrogado por mais 180 dias, é fundamental para que nós possamos ver como é que está se desenvolvendo o controle do plano.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Claro. Inclusive, há algumas outras respostas que nós ficaremos, dentro desse prazo que foi dado pela nobre Deputada, de fazer uma resposta mais direta. Como no caso da questão do orçamento que é gasto especificamente nas ações de segurança pública com relação à defesa e à proteção das mulheres. Falo para senhora que nós temos um orçamento geral hoje da Secretaria de Segurança Pública de R\$ 2.600 bilhões. Crescemos quase R\$1 bilhão nos últimos 4 anos e é importante dizer que consideramos como investimento o que alguns classificam como custeio e até gastos com pessoal, porque não podemos desconsiderar que a contratação de policiais não seja um investimento para a área de segurança pública. Nós últimos anos foram contratados 9.500 policiais militares e quase 900 policiais civis. Foi um esforço muito grande que o Governo fez, com toda a dificuldade, com certeza, se não contratou mais é porque não tinha condições de fazer essa contratação, mas estamos correndo contra o tempo.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretário, só para que esse tema realmente possa ficar bem esclarecido, embora o senhor não tenha condições aqui de definir número, quantidade de profissionais que serão destinados para fortalecer as delegacias de atendimento às mulheres, é importante que o senhor o assuma um compromisso com a CPMI e com a sociedade aqui presente de que realmente vai dar um tratamento

de prioridade, porque quando perguntamos qual era a prioridade, de um a dez, o senhor disse que seria prioridade mesmo. Então, ao definir os profissionais é importante que tenha essa prioridade. Por que estou dizendo isso? E temos o testemunho de que nos acompanhou na diligência. Conversando na reunião que tivemos na diligência que nós fizemos hoje pela manhã na delegacia aqui de Salvador, de Brotas, a delegada nos relatou que, embora tenha ali quatro delegadas – corrija-me se eu estiver equivocada –, cinco, tem duas que estão trabalhando extremamente doentes, elas estão doentes. E a que está respondendo hoje já esteve doente, afastada por vários dias.

Então, é um acúmulo muito grande de trabalho para poucos profissionais. E ela está perdendo um profissional que ajuda muito para a delegacia de furtos e roubos de veículos. Quer dizer, além de ter poucos profissionais, ela está perdendo um que está sendo direcionado para outra delegacia de roubos de veículo. Então, qual é de fato a prioridade? A defesa da vida, realmente? Esta é a indagação.

Então, gostaríamos que a Secretaria de Segurança realmente assumisse esse compromisso de que, ao contratar os profissionais – nós entendemos perfeitamente as dificuldades que os Estados passam, financeiras e tudo mais –, é preciso redirecionar aquilo que é possível para atender realmente as necessidades que são prioridades. Neste caso, a defesa da vida.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, aproveito a oportunidade em que a Deputada Alice está aqui entre nós, é uma das requerentes, fará as outras questões também, e o senhor já responderia em bloco.

Deputada Alice.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Boa tarde a todas e a todos; Senadora Ana Rita, grandioso trabalho da CPMI; Deputada Jô Moraes, minha colega de Câmara, grandioso trabalho da CPMI; Secretário de Segurança Pública e demais Secretários presentes, representantes de Secretarias, entidades; justificamos, eu e a Senadora Lídice, essa chegada *a posteriori* no dia de hoje, mas temos acompanhado esse trabalho.

Secretário, essa pergunta, de fato, será recorrente, é o motivo, sem dúvida, dessa manifestação das emoções em função dos índices. Não tome como um constrangimento, porque de fato é uma manifestação daquilo que temos conversado.

Quero, em tempo, perguntar e testemunhar, quando acionamos diretamente tivemos respostas. Quero agradecer, de público, a prisão do assassino de Rita e Priscila Medina, respectivamente mãe e filha, que foram assassinadas cruelmente pelo marido e pai, no Município de Maragogipe. Reunimo-nos, fomos até o

senhor, as diligências foram intensificadas e o assassino está preso; assim como o policial no ano passado, que também nos manifestamos, e que foi preso pela morte de sua esposa, após o terceiro dia de contração do matrimônio.

Então, nós sabemos que o esforço está sendo feito, mas nós sabemos que herdamos uma estrutura precária. A Constituição baiana talvez seja uma das únicas do País que diz: “Em cada município com mais de 50 mil habitantes deve haver uma delegacia”. Nós temos mais de 50 municípios com 50 mil habitantes, e apenas 15 delegacias.

Talvez – e aí perguntaria a V.S^a –, fosse o caso de se estabelecer um plano de metas para o cumprimento constitucional, porque na verdade é uma decisão constitucional – nossa Secretária Lúcia, em seu nome cumprimento a todos os outros –, na verdade essa é uma expectativa: o cumprimento constitucional em forma de plano de metas.

Segundo, Secretário, conversamos, quando da busca desse assassino recém citado, que sabemos que o Estado é do tamanho da França, que temos esses problemas relacionados com contingente, com problemas sinalizando...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Apenas para convidar a Senadora Lídice da Mata para se colocar aqui à nossa mesa, já tendo sido justificada a sua demora. Porque, sem dúvida, nós escalamos a Senadora para acompanhar em nosso nome a vinda da Presidenta.

Devolvo a palavra à Deputada Alice.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Finalizando, além de um plano de metas, ouvir do senhor a possibilidade dessa constituição de um plano de metas para cumprir a constituição estadual.

A segunda questão: em mecanismo provisório – e faço uma provocação na verdade para raciocínio coletivo –, sabemos que, com tanta dificuldade de contingente, talvez não tenhamos imediatamente as delegacias instaladas nos grandes, nos maiores municípios baianos. Mas seria o caso de pelo menos uma carteira com uma policial treinada em cada delegacia. Então, na medida, de forma provisória, em que não há ainda condição do atendimento à expectativa que faz jus o índice de violência contra mulheres na Bahia, talvez iniciar o processo com a garantia de uma carteira com uma policial treinada, porque as mulheres continuam – ontem ouvimos relatos da região do Sisal, da região do Baixo Sul, e os relatos seguirão –, nos pequenos e médios municípios, sem ter uma pessoa a recorrer e, muitas vezes, até delegadas mulheres se negam a compor a queixa crime, a aceitar a queixa, a realizar o boletim de ocorrência, por falta de treinamento. Então,

pelo menos um agente treinado poderia ser mecanismo de socorro e garantia do registro da queixa.

Faço isso como um raciocínio primário, que poderá ser até não considerado, mas que poderia ser mecanismo provisório e um degrau para alcançar a formação das delegacias, inicialmente num plano de metas para cumprir a Constituição baiana.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós perguntamos: não é possível fazer um inquérito?

Eu queria aproveitar, porque ainda faltam algumas perguntas feitas pela Senadora para serem respondidas, e já colocar aqui as questões que o senhor responderia em bloco.

Em primeiro lugar, os boletins de ocorrência não têm espaço para o registro da violência específica, só no aditivo que é registrado. Isso dificulta detectar nas estatísticas os casos de lesão grave ou outros que possam detectar que aquela é uma violência doméstica.

Em segundo lugar, pelas informações que temos, a Academia da Polícia dá aquele curso, só trata da Lei Maria da Penha quando dá os cursos de toda a legislação que se refere ao conjunto da criminalidade. E, pelas nossas exigências e nossas experiências, é preciso que seja reforçado e retreinado, como bem nos deu a indicação a Delegada que realiza o bom trabalho e tem essa experiência, para que possa cada vez mais aperfeiçoar, não apenas nas DEAMs, mas em toda a estrutura do Estado, a atenção, porque as delegacias especializadas podem já ter um tratamento específico, mas as mulheres se dirigem a outras delegacias. Houve um caso aqui em que uma mulher que tinha registrado numa DEAM dirigiu-se a uma comum, e a comum a mandou à DEAM. Como ela não foi no dia, no outro dia estava assassinada. Então, essa é uma das preocupações que a gente tinha.

Por último, a política de valorização das DEAMs. Em certa medida, não é só aqui, mas em vários Estados brasileiros, vai para as DEAMs, não é uma projeção dentro da estrutura da Segurança Pública e para uma delegacia de mulheres é quase como se fosse um castigo. Que política seria possível para reforçar e agilizar o deslocamento dos profissionais que vão para uma situação de grande dificuldade, que é a situação da violência doméstica.

Essas são as questões e queríamos que o senhor retomasse as da Senadora e respondesse essas outras.

A proposta, inclusive, que surgiu lá é cursos de formação e convocação no edital de pessoas com direcionamento para as DEAMs. Não concurso geral, mas que houvesse a possibilidade de incluir esse direcionamento.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Primeiramente responder a pergunta da Senadora, quando questionado se de fato é uma prioridade a questão do incentivo e reestruturação das delegacias das mulheres. Isso é um compromisso de Estado, um compromisso de Governo. Nós temos a responsabilidade pela preservação da vida em todas as suas concepções, estando aí inserida a vida da mulher em todas as causas de violência, como já foi falado, seja a violência doméstica ou a violência propriamente dita com relação à criminalidade em geral.

Temos a mesma prioridade com relação às delegacias de apoio à criança e adolescente, visando à proteção também dessa parcela da população que é extremamente vulnerável à violência em geral. Temos a mesma prioridade em dar especial atenção à delegacia do idoso, que são pessoas desprotegidas e que sofrem também muito, desde uma violência doméstica até a violência comum propriamente dita.

E para deixar registrado como isso é uma prioridade de Estado, vou deixar nas mãos da senhora o nosso Plano Estadual de Segurança Pública, estão aqui as diretrizes e os planos de ação para os próximos cinco anos que visam dentro desse plano à reestruturação da infraestrutura de segurança pública e o respeito e a proteção ao direito à vida, estando aí inseridas as delegacias especiais de atendimento à mulher.

Voltando também à pergunta da nossa querida Deputada, uma pessoa do meu maior apreço, com relação ao plano de metas para a criação de novas unidades. Temos, sim, através do plano estadual de segurança pública, metas a serem alcançadas nos próximos cinco anos, e todas as ações contidas no Planesp estão inseridas já no plano plurianual e, se Deus quiser, nos planos orçamentários anuais. Mas uma coisa é você ter projetos, expectativas, outra coisa é de fato conseguir implementar essas ações com relação às mais diversas variações que podem passar o orçamento do Estado. Por mais que façamos a projeção de criarmos duas ou três unidades policiais da Polícia Civil, isso vai depender de quanto o Estado arrecadará de impostos e quanto desses impostos serão disponibilizados à segurança pública.

Então, temos o caminho a seguir, temos o que queremos alcançar, mas vamos precisar contar também com a questão orçamentária para fazer com que essas políticas sejam de fato implementadas.

Temos essas metas, temos a projeção de criação dessas unidades – não só das DEAMs necessárias, mas também de outras unidades –, mas também temos, no que a senhora disse, um plano específico de treinamento de servidores naqueles locais onde não teremos condições de abrir delegacias especializadas.

E isso já está sendo feito pela Polícia Civil, um plano de ensino para esses policiais, para que eles possam receber o treinamento necessário para tratar a causa da violência contra a mulher com toda a importância que esse assunto merece.

A questão do espaço para preenchimento dos boletins de ocorrência, isso nós já vamos passar aqui, Sr^a Deputada, para o nosso delegado geral, e dentro de um prazo de 120 dias vamos ver se temos condições de implementar essa mudança nos nossos BOs, nos nossos sistemas informatizados, para quanto melhor for a informação prestada nesses registros de ocorrência, melhor será a formulação de políticas públicas para diminuição desses crimes.

Tenho informação, pelo meu conhecimento – e *a priori*, se houver alguma referência nesse sentido outras medidas serão adotadas por mim –, de que pessoas que são castigadas pela administração pública são lotadas na DEAM. Não tenho essa informação, porque tenho contato com titulares e policiais que amam o trabalho que fazem, e amam e fazem esse trabalho não querendo fazer nenhum outro trabalho dentro da polícia. Sei que às vezes o trabalho se torna muito ingrato, pelas carências que as senhoras mesmo já observaram. Então, o que nós buscamos dentro da Secretaria de Segurança Pública é adaptar o servidor àquele trabalho onde ele tenha maior afinidade. Então, não podemos castigar o servidor, porque com certeza estaremos castigando a sociedade, porque ele vai fazer um mau atendimento, ele vai tratar mal a sociedade e nem a administração e nem sociedade vai sair ganhando. Então, se tivermos notícias de que isso possa estar ocorrendo, com certeza não só retiraremos esse servidor de lá como colocaremos outros servidores que tenham o dom ou que tenham vocação para fazer um bom atendimento às mulheres.

A questão da Acadepol, é uma questão que já falamos dos cursos de formação, para que isso não fique somente na formação do policial e isso passe a ser um curso de presença obrigatória que vise também ter matérias específicas à violência contra a mulher. Já temos esse programa sendo elaborado, através da criação desse sistema de ensino de segurança pública, que visa dar atendimento especial a todas as formas de violência aos grupos mais vulneráveis. Como já foi falado, não só a mulher como também outras pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.

Nós temos algumas outras perguntas.

Quantos atendimentos foram feitos pelo Serviço de Atenção à Pessoa em Situação de Violência Sexual?

É bom tocar nesse assunto, a Secretaria de Segurança Pública já tem aproximadamente 10 anos. O Viver, que é um programa que visa dar um atendi-

mento às mulheres e às pessoas que são vítimas de violência sexual, aí inseridas também as crianças e os adolescentes. Isso faz parte dessa rede de proteção à mulher, não só a violência física propriamente dita, mas a violência sexual. Nesse grupo nós dispomos de médicos, psicólogos, de uma série de profissionais que dão apoio a essas pessoas que vão para lá em busca de ajuda. Já foram, nos últimos quatro anos, feitos quatro mil atendimentos. É um trabalho que não podemos desconsiderar; temos que olhar para o futuro, saber que precisamos melhorar, mas não podemos desconsiderar o trabalho que já está sendo feito pela Secretaria de Segurança Pública, através de suas unidades policiais, através também do Viver.

A Polícia Militar tem um grupo que visa a também trazer proteção às policiais femininas, dar cursos, palestras e orientações para aquelas mulheres que são não só vítimas de violência dentro de casa, como fora de casa. É um programa específico da nossa Polícia Militar. Não sei se as senhoras conhecem, mas seria muito importante passarmos os resultados desse programa às senhoras de uma forma mais detalhada, e também trazer, no caso, através do resultado desta CPI, outras sugestões para serem implementadas no nosso Estado.

Como é feita a articulação com a Secretaria de Saúde? As mulheres recebem todas as informações e medicações, conforme norma técnica do Ministério da Saúde.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Aproveito, Sr. Secretário, para além de falar da saúde, eu gostaria de saber como é feita a articulação com a Secretaria de Mulheres? Considero importante também essa integração. E se as políticas de segurança realmente são discutidas com a Secretaria de Mulheres.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Respondendo a pergunta, nós temos, sim, grupos que são formados de caráter interinstitucional de diversas secretarias, não só no âmbito do pacto pela vida, mas também políticas específicas adotadas pela nova Secretaria, criada pelo Governo, ano passado, que visa a dar uma proteção especial aos direitos da mulher. A nossa secretária está presente e com certeza terá oportunidade de detalhar. Temos, sim, através de diversos encontros, reuniões e debates, feitos de forma conjunta, ouvindo a população, tentando alinhar as nossas políticas para que essas políticas sigam orientações únicas, vistas através dessas pastas específicas.

O tratamento com a Secretaria de Saúde também é feito de uma forma muito conjugada, através do encaminhamento não só ao Instituto de Perícia, para averiguação de todas as lesões praticadas às mulheres, a condução às unidades de saúde também

é feita de uma maneira muito satisfatória, apesar de todas as dificuldades que o nosso sistema de saúde também enfrenta.

Temos uma parceria muito grande com o Secretário Solla, um parceiro em todas as nossas políticas, que também poderá detalhar melhor como é a assistência à mulher, relacionada à área de saúde.

Voltando, há informação de que apenas de 6 a 8% dos inquéritos chegam ao Ministério Público para denúncia; em 2011 foram apenas 8,2%. Como já foi falado, pegamos esse da criação do DHPP a um pouco mais que isso, 10%, e já estamos avançando de 15 a 20%. É um número muito baixo. Tivemos aí um esforço, junto com o Ministério Público, de retirar quase dez mil inquéritos, dos últimos dez anos, que estavam parados e quase três mil inquéritos foram encaminhados à Justiça, com a sua autoria definida. Esse é um problema de estrutura da investigação de homicídios – eu garanto à senhora – do Brasil inteiro. Temos, com raras exceções, Estados que têm um índice de elucidação de homicídios acima de 20 a 30%. E o que é mais crítico? Não é só a elucidação desses crimes, é também o processo e a condenação desses autores.

Quando vamos falar de segurança pública no Brasil, às vezes só focamos o problema em cima da polícia. Temos que avaliar, apesar de todo o esforço do Poder Legislativo na criação de leis altamente atuais, como a Lei Maria da Penha, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, mas encontram uma estrutura judiciária ainda muito atrofiada no Brasil inteiro, com déficit de profissionais no Ministério Público, no Poder Judiciário, na Defensoria, que afeta toda a rede de proteção social, não necessariamente só a infraestrutura de segurança e das polícias. Isso também é uma coisa que merece andar *pari passu*, para que a situação se reverta o mais breve possível.

Estou aberto a outras informações específicas em relação ao orçamento. Não tenho esses dados aqui para informar à senhora e passarei dentro do prazo que a senhora conseguir disponibilizar essas respostas.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Só para reforçar o que a nossa Presidenta disse, seria muito importante se o senhor pudesse disponibilizar essas informações, inclusive de orçamento, até o início do mês de agosto, considerando que agora vamos entrar em recesso, temos dado um prazo de sete dias. A Secretaria da CPMI continuará funcionando, mas é possível encaminhar até o início do mês de agosto.

Só faria uma última pergunta, olhando aqui rapidamente o plano, está previsto, tem aqui um quadro atual de quantos delegados, escrivães, investigadores,

o que está previsto para ser contratado, o déficit que vocês têm aqui, mas eu queria fazer a seguinte pergunta: nesse plano há a perspectiva de gênero? Está contemplada a perspectiva de gênero no plano? Além das delegacias especializadas, além da capacitação de profissionais, que outras políticas a Secretaria de Segurança pensa em desenvolver e que esteja, talvez, previstas nesse plano?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – É importante dizer que são metas...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, para efeito de notas taquigráficas, o Secretário de Segurança, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Pois não. Respondendo a pergunta da senhora, nós temos uma série de iniciativas, como já foi falado, em conjunto com outras secretarias. Temos, dentro da Polícia Militar, um plano de proteção e atendimento às nossas policiais femininas; nós temos dentro da Polícia Civil também programas, dentro da área de saúde, que visam a dar uma atenção melhor a todos os problemas enfrentados pelas policiais femininas; então, em suma, nós temos uma série de iniciativas que já estão sendo adotadas em parceria com outras secretarias, que não estão detalhadas nesse plano específico, e outras ações que já foram elaboradas nos últimos anos. Temos aqui uma relação de diversas ações, feitas em parceria com as mais diversas instituições, e vamos também passar isso às senhoras parlamentares constatarem isso em seus accertamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Secretário, uma pergunta vindo da plenária: há informações de que a DEAM de Periperi funciona no mesmo espaço ocupado por uma central de flagrantes. Segundo essa informação, isso não nós parece adequado, porque se misturam encaminhamentos e situações diferentes. Há possibilidade de revisão dessa situação?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Desculpa, Deputada, a senhora poderia repetir o início da pergunta?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – É que há uma informação, passada por alguém do plenário, de que a DEAM de Periperi funciona no mesmo espaço ocupado por uma central de flagrantes. A observação é de que isso não parece adequado, porque se misturam encaminhamentos e situações diferentes. Há possibilidade de revisão dessa situação? É uma pergunta vinda do plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário de Segurança, Dr. Maurício, com a

palavra. Se quiser pegar informação de um assessor, pode fazer.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Não, *a priori* me soou estranho, não querendo desconsiderar a pergunta feita, mas temos, dentro da unidade de Periperi, espaços distintos para as diversas unidades. No mesmo complexo funciona a unidade circunscricional e no andar de cima funciona a DEAM, junto com o núcleo do Projeto Viver. Pela informação que eu estou tendo do nosso delegado chefe, o atendimento é feito de maneira diversa, os encaminhamentos feitos à unidade circunscricional são feitos de um lado desse complexo e o atendimento feito às ações e às ocorrências específicas às mulheres é feito na unidade específica.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – São duas perguntas que me encaminharam.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Nós estamos pedindo à assessoria para ir dando uma olhada e observando aqui ...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Avisando, Senadora Ana Rita, sobre o prazo, porque temos mais cinco pessoas, seis pessoas a serem escutadas. Vamos ler essa e outras que vierem vamos encaminhar para que o Secretário possa nos informar depois.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Vamos fazer todas as perguntas ao Secretário de Segurança para podermos encerrar com essa rodada de perguntas.

Solicito as duas que foram encaminhadas agora, se é possível fazer a leitura delas.

Mas aqui gostaria de saber como a Secretaria de Segurança pode agir a respeito da violência contra a mulher dentro do Quilombo Rio dos Macacos, já que esse também faz parte do nosso Estado? *(Palmas.)*

Tem mais duas perguntas, Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Estas serão as últimas a serem encaminhadas agora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Pode, por favor, Secretário, responder a essas daqui, enquanto fazemos revisão das demais.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Agora, temos uma delegacia em Periperi, que é o local mais próximo dessa comunidade. Nós podemos fazer, como fazemos a toda a população do subúrbio ferroviário, tendo a unidade específica para atendimento dessas ocorrências.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pediria ...

(Manifestação da plateia.)

(Palmas.)

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos encaminhar o seguinte: a CPMI não é o momento em que pegaremos depoimentos individuais. Nós temos, no caso, a assessoria, a consultoria que vai se dirigir a ela, para que possa pegar o depoimento. Quero que a consultora Cleide, para se dirigir ...

(Manifestação da plateia.)

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós estamos aqui pedindo à nossa assessora Cleide para que possa se dirigir, pediria que você entregasse o documento que está registrado, para que a CPMI possa encaminhar esse processo, em seguida... Estamos recebendo aqui o Dossiê de Violação de Direitos da Comunidade de Quilombolas do Rio dos Macacos. *(Palmas.)*

Vamos encaminhar não apenas à CPMI no aspecto que diga respeito à questão da mulher, mas também a outras autoridades, já que são questões levantadas no âmbito mais amplo. *(Palmas.)*

Aproveitamos para nos comprometer a encaminhar à Comissão de Direitos Humanos, tanto do Senado como da Câmara, ao Ministério dos Direitos Humanos e à Ministra Maria do Rosário. *(Palmas.)*

A Senadora Lídice da Mata vai dar a informação, as providências que foram tomadas, no caso, logo em seguida, a nossa consultora Cleide vai levar tanto você como a senhora ali para tomar o depoimento, mas a Senadora Lídice da Mata tem uma informação exatamente a respeito dessa questão dos quilombos.

A SRA. LIDICE DA MATA (PSB – BA) – É claro que nós temos toda a solidariedade com a questão dos quilombos, compreendemos, pegamos a documentação e vamos encaminhá-la. O que tenho de informação, não sei se é confirmada, mas o que tenho de informação até ontem é que vai haver uma reunião com seis Ministérios, seis Ministros do Governo da Presidente Dilma, para se chegar a uma proposta de encaminhamento da questão do Quilombo do Rio dos Macacos. Essa comunidade, está aqui a Vilma, que tem acompanhado essa luta, e muitos outros companheiros. Nós temos também alguns Parlamentares que estão acompanhando. Temos a Secretária Nacional, a Ministra, da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Social – SEPPIR –, que também tem tido uma participação e um acompanhamento permanente e que tem compromisso total com essa luta.

Quero ver se a gente poderia, não é menosprezar a luta de ninguém, ter um acompanhamento individu-

al. Esse é o sistema, é a metodologia que toda a CPI adota. A CPI do Tráfico de Pessoas esteve aqui, na Bahia. Discutimos caso a caso, individual, até porque alguns requerem uma atenção especial de encaminhamento, e as questões coletivas no público. Por isso, sugerimos que a agressão específica, individual, que atinge a violência sobre a mulher, mesmo que sejam algumas, possa ser dirigida à assessoria, consultoria.

Dando continuidade ao rito que está previsto, tratamos agora de ouvir outros Secretários e outras entidades, para que a gente possa ter um relatório final do que é a situação da violência e das políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher aqui na Bahia. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As providências tomadas pedimos... O Dossiê constará do relatório da CPMI da Violência contra a Mulher, além dessas questões que serão tratadas pela nossa consultoria.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pedimos. O Secretário de Segurança está aqui. A nossa consultora Cleide encaminhará depois ao Diretor-Geral, inclusive, que também está aqui, no sentido de verificar proteção à vida, já que ela se expôs aqui publicamente, contribuindo com essa denúncia. *(Palmas.)*

Queríamos passar de imediato, e temos sempre o Secretário de Segurança, que tem um tempo maior, aos demais Secretários – da Saúde, da Justiça, Defensoria –, para que a gente possa escutá-los também. Como tão bem disse o Dr. Maurício, é uma rede articulada e interligada.

Para as respostas finais, o Secretário, Dr. Maurício. A gente encaminha, Dr. Maurício, logo na retomada do recesso, as perguntas que vierem do público, para que a gente possa devolver a eles.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Ok, muito obrigado.

Nossa Senadora e Deputada, Senadoras e Deputadas, para qualquer informação que necessitar maiores esclarecimentos, com certeza, prestaremos. Temos, através do pacto pela vida do nosso Governador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pediríamos... Já foram lidas as perguntas? Chegou mais alguma, Senadora? *(Pausa.)*

A Senadora vai ler rapidamente as duas perguntas e, em um minuto, o Secretário responderia e depois nós vamos dizer, senão ficamos comprometendo o conjunto das opiniões dos demais Secretários, e isso é uma rede interligada.

Senadora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – As duas perguntas estão sendo... Nem todas as perguntas que chegam aqui precisam ser reformuladas para melhor compreensão também do Secretário.

Tem outra pergunta.

Muitos policiais militares figuram como agressores contra as mulheres. Muitos procedimentos administrativos são instaurados por comissões formadas por policiais homens. Nos casos envolvendo vítimas mulheres, policiais mulheres, essas comissões poderiam ter sempre uma policial militar mulher? A Secretaria pode assumir esse compromisso? Ou seja, resumindo, muitos policiais militares figuram como agressores de mulheres e se cria uma comissão, que é normalmente composta por homens, para investigar o caso. Homem investigando homem é mais complicado. É possível colocar mulheres nessas comissões também, pelo menos uma, para fazer o processo de investigação nesses casos?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Sim. É possível e podemos adotar, a partir de hoje, juntamente com o nosso comando, a participação de mulheres nesse tipo de procedimento. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos ao Secretário a sua presença. Nós sabemos, ele já nos tinha informado... Se, dentro de algum tempo, precisar sair, Secretário, deixe, por favor, alguém da sua equipe para que possa representá-lo.

Estamos dando um prazo de até o final do recesso para que as informações sobre orçamento, sobre os profissionais, os 400 que vão para as DEANs, possam nos ser colocadas. Até lá, provavelmente, o senhor já deve ter um planejamento desse processo.

Queria, por fim, dar um depoimento de que os profissionais que tiveram na diligência de Brotas são profissionais dedicados e ansiosos e buscaram alternativas, inclusive usando, em vez de viaturas só padronizadas, viaturas despadronizadas para fazer diligências para que pudessem socorrer, sobretudo, em áreas de risco. Passaram uma série de sugestões, de propostas, de projetos, que, depois, passaremos ao sistema.

Agradecer também ao senhor por ter trazido a sua equipe aqui.

Com certeza vamos continuar cobrando, porque é um dever e uma responsabilidade nossa garantir a vida dessas mulheres e é com isso que eu tenho certeza que o senhor vai se comprometer.

Obrigada.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Boa tarde. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Queríamos agradecer – sempre toda presença é um compromisso – à Dr. Julieta Palmeira, do Con-

selho Estadual da Mulher; à Cristina Ulm, Defensora Pública, com atuação na Vara de Violência Doméstica; à Firmiane Venâncio, que é Defensora Pública e coordenadora do Núcleo de Defensoria da Mulher; à Vânia Galvão, Vereadora de Salvador; à Tânia Palma, ouvidora; à Vilma Reis, coordenadora de Encruzilhada de Direitos e Presidente do CDM; à assistente social Taís Sacramento, da DEAM de Periperi; à Deputada Maria Del Carmo, Deputada Estadual do PT; à Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Sr^a Mara Moraes; à representante da União Brasileira de Mulheres, Fátima Almeida; à Sr^a Tânia Palma, ouvidora da Defensoria Pública; à Sr^a Vereadora Vânia Galvão; e à Sr^a Mirian, do Centro de Referência; Leila Gonzales; à Vilma Reis, da CDM; à Sr^a Lídia Lasserre, do Centro de Referências Loreta Valadares. A todos e todas, nosso agradecimento por estarem aqui.

Passamos de imediato ao próximo convidado, que fará sua exposição em até vinte minutos. Antes dele, passamos à Relatora para fazer os questionamentos. As perguntas serão ao final.

Convidamos o Dr. Jorge Santos Pereira Solla, Secretário de Saúde do Estado da Bahia. *(Pausa.)*

Agradecemos a sua presença. *(Palmas.)*

Antes da sua exposição, a Senadora fará alguns questionamentos.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Dr. Jorge, acho que o senhor estava aqui no início quando fiz três perguntas que são mais gerais. *(Pausa.)*

Estava. Então, não preciso repetir.

Gostaria de primeiro dizer que encaminhamos para cada Secretaria de Estado alguns pedidos de informações, mas a Secretaria de Saúde, até o presente momento, não repassou as informações solicitadas pela CPMI. Se por ventura o senhor trouxe hoje, nós gostaríamos de receber. *(Pausa.)*

Muito bem. Muito obrigada. São as respostas às perguntas que nós fizemos anteriormente.

Diante disso, também quero perguntar sobre a notificação compulsória da violência doméstica e sexual contra mulheres, que é uma importante fonte de informação para a elaboração de políticas públicas sobre violência contra mulheres. Considerando isso, pergunto: quantas notificações compulsórias foram realizadas em 2011? Quantos e qual o percentual de hospitais que realizam a notificação compulsória? Há estudos para a ampliação desse serviço para outros Municípios? O que falta para essa expansão?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, o senhor terá, para responder as questões anteriores, uma síntese a essas questões, até vinte minutos. Em seguida, voltaremos a inquirir.

O SR. JORGE SANTOS PEREIRA SOLLA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar e agradecer o convite feito pela CPMI para participarmos aqui deste importante debate, à Senadora Ana Rita, à Deputada Jô Moraes. Quero saudar também as nossas companheiras aqui do Estado, a Deputada Alice Portugal, a Senadora Lídice, e todos os participantes aqui presentes neste evento, Vereadoras, companheiras, Secretárias de Estado, companheiros e companheiras da Secretária da Saúde do Estado e secretarias municipais.

Primeiro, quero registrar que a questão da violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e tem que ser encarada de forma mais ampla, enquanto tal. Obviamente, os esforços da segurança são fundamentais, mas a violência extrapola, e muito, e necessita uma abordagem, com certeza, intersetorial, em especial porque o impacto da violência contra a mulher se reflete nos serviços de saúde, tanto do ponto de vista físico quanto mental. Para essas mulheres que frequentemente são identificadas como sofrendo de violência a partir dos serviços de saúde, à medida que a situação de violência não se extingue, há repercussões sobre o adoecimento, sobre o sofrimento que elas passam.

O primeiro aspecto, portanto, que acho que vale a pena registrar é que, como todas as formas de violência, a violência contra a mulher é produto da sociedade em que vivemos, é produzida socialmente e cabe, portanto, ao Poder Público e à sociedade buscar políticas públicas nas mais diversas áreas, do ponto de vista da inclusão social, do ponto de vista da geração de emprego e renda, do ponto de vista da educação, da saúde, da assistência social, das políticas que qualifiquem a vida e reduzam os riscos à população.

No que diz respeito a enfrentamento no âmbito da Secretaria de Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, e é até melhor afirmar isso, já que o SUS não é só a Secretaria Estadual, quero dizer que ele é resultado do esforço das três esferas de Governo associadas: Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde dos Estados e dos Municípios. Queria destacar que temos avançado de forma importante na incorporação no SUS de ações de promoção, prevenção e atenção, nos diversos níveis de complexidade, e no apoio à iniciativa de articulação intersetorial.

Na estrutura da Secretaria de Saúde do Estado, Senadora Ana Rita, foi constituída em 2010 uma área técnica, violência e saúde. A partir dela, temos buscado ampliar e potencializar os esforços e as ações a serem desenvolvidas.

Vou até aproveitar para trazer alguns dados que só reforçam o que todos vocês sabem, mas acho que são importantes de serem mais conhecidos.

Nos dados do Sistema de Informação Hospitalar e do Sistema de Modificação de Agravos, no ano de 2011, foram internadas pelo SUS, na Bahia, 745.883 mil pessoas; desses, quase 62% mulheres, 61,77% – claro que tem um peso grande as internações obstétricas. No que diz respeito aos internamentos por causas externas, tivemos, desse total, 54.216, ou seja, mais de 7% dos internamentos, devidos às chamadas causas externas, que reúnem agressões e violências, entre os quais, 15.521 internações foram de mulheres, vítimas de violências e acidentes. Desse total, 9.891 foram mulheres vítimas de agressões e tentativas de homicídios. Quase 10 mil internações no ano, no Estado da Bahia, foram de mulheres que sofreram o impacto da violência. Se somarmos aos acidentes, passam de 15.500 casos.

O Sistema de Agravos Modificáveis, notificação compulsória, entre 2009 e 2012, identificou 7.322 casos de violência sofrida por mulheres. A maior parte dessas notificações aconteceu no grupo de mulheres jovens, mulheres de 20 a 34 anos – quase 41% dos casos –, seguido do grupo de 35 a 49 anos. Apesar de proporcionalmente menor, entre 15 e 19 anos, adolescentes, tivemos 15% das ocorrências. Dos tipos de agressões, dos meios utilizados para agressão, 48% deles são agressões físicas com espancamentos, mas cabe também destacar que mais de 12% são agressões com objetos perfurocortantes e 8,5%, por arma de fogo.

Um dado interessante também é que, sem menosprezar a importância e o drama da violência sexual, 76% foram casos de violência física sem estar associada à violência sexual; 23,67%, violência moral; e 12,43%, violência sexual. Trinta e cinco por cento das vítimas afirmavam serem solteiras, sem nenhum vínculo estável na ocasião; enquanto 15,1% eram casadas ou viviam em união estável.

Trouxemos sinteticamente esses dados aqui. Se houver necessidade, Senadora, podemos inclusive detalhar mais essas informações, mas tentamos trazer de forma sintética os dados mais precisos. Eles só foram possíveis pelo investimento que o Sistema Único de Saúde tem feito nos últimos anos, especialmente a partir do ano de 2009, quando, através do Sistema de Notificação de Agravos, foi implantada a vigilância da violência doméstica e sexual, que não existia anteriormente. Por isso, os dados são de notificações a partir do ano de 2009.

Esse Sistema implantado permite que, progressivamente, possamos conhecer mais detalhadamente a situação epidemiológica da violência doméstica, da

violência sexual, da violência contra as mulheres. Na Bahia, desde 2009, quando começou a implantação desse Sistema, até junho deste ano, junho de 2012, já foram registrados 13.304 ocorrências, sendo que 62% das ocorrências registradas de violência doméstica e/ou sexual ocorreram com mulheres.

Em relação à rede de serviços, acho que têm alguns aspectos importantes que merecem destaque.

Temos tido, Senadora Ana Rita, Deputada Jô, um investimento muito grande, especialmente por parte do Governador do Estado, Governador Wagner, que tem priorizado recursos para a ampliação da rede. De 2007 para cá, ampliamos mais de 500 novas unidades básicas de saúde. Já foram mais de 1.300 novos leitos hospitalares apenas na rede pública estadual, sem contar com a ampliação nas redes municipais e filantrópicas. Já dobramos o número de leitos em UTI, triplicamos os serviços na área de odontologia, dobramos o Centro de Atenção Psicossocial, que é fundamental para o enfrentamento inclusive da violência em várias situações.

Esses serviços, muitos deles, têm sido provocados a trabalhar com a questão da violência. Na verdade, eu diria que todos os serviços de saúde necessariamente se envolvem com a questão da violência contra a mulher, porque a maior parte dessas situações, em muitos casos, são ocultadas e o serviço de saúde termina sendo aquele que desnuda essa situação.

As dificuldades são grandes. Eu destacaria ainda um receio dos profissionais da saúde em lidar com o tema da violência, a dificuldade dos profissionais em fazer esse tipo de abordagem. Não se aprende, nas escolas que formam os profissionais da saúde, a lidar com essa questão. Geralmente, profissionais de saúde dizem que é algo com o serviço social ou é com a Secretaria de Segurança, quando não é. É, sim, um tema e um problema com que todos os setores e todos os profissionais de saúde precisam se envolver.

A falta de experiência e a falta de conhecimento técnico em lidar com essas situações é um dificultador muito grande, tanto que, apesar da Lei nº 10.778, que estabelece notificação compulsória, e apesar de avanços importantes nos registros e informações, temos certeza, não dá para dimensionar, que ainda existe um sub-registro importante. Não temos, voltando a sua questão, serviços que notificam e serviços que não notificam. Desde 2009, todos os serviços de saúde são obrigados a utilizar o Sistema de Notificação de Agravos, e a vigilância da violência doméstica e/ou sexual é parte do Sistema. É obrigatória a notificação de todo serviço. Mas queria deixar claro que, obviamente, o sub-registro ainda existe. Não é possível dimensionar o quanto isso representa, mas todos os

hospitais, postos de saúde e serviços especializados devem fazer a notificação e o esforço é feito no sentido de ampliar a notificação e reduzir a ocorrência de sub-registro.

Queria registrar também, do ponto de vista da rede de serviços de saúde, que todos os hospitais regionais que têm emergências de referência são instados não só a notificar, mas também a colher esses casos e buscar essas iniciativas.

No Plano Estadual de Saúde, que está em avaliação no Conselho Estadual, constituído a partir do PPA, onde foi incluído o Programa Bahia Saudável, um compromisso voltado para as questões relacionadas ao cuidado integral ao ser humano, temos um compromisso específico relacionado à abordagem da questão da violência e da proposta de implantação de rede de atenção a mulheres em situação de violência sexual e/ou doméstica. Nesse PPA temos uma meta de 12 serviços no Estado, especializados na abordagem de mulheres vítimas de violência.

A implantação dessa rede já teve alguns passos importantes de dados: tivemos o 2º Encontro Estadual para sensibilização de gestores e profissionais de saúde para a implantação da atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual; tivemos já um treinamento para profissionais de saúde voltado para a atenção a mulheres e adolescentes em situações de violência doméstica e sexual, do qual participaram dez dos maiores Municípios do Estado, com profissionais dos serviços de referência; está em elaboração o Plano de Ação Integração em atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica ou sexual e um instrumento para diagnóstico situacional dessa atenção. Temos tido esforço em especial nos principais pólos regionais do Estado.

No que diz respeito à questão da violência sexual, vale a pena também destacar a implantação de serviços especializados em Salvador, em quatro unidades de referência: que é o Hospital Batista Caribe, Maternidade Albert Sabin, Maternidade Tsyla Balbino e Instituto de Perinatologia – Iperba. Nesse último, inclusive, temos dois serviços que fazem abortamento legal aqui no Estado: o Iperba, em Salvador, e o Hospital Esaú Matos, em Vitória da Conquista. Pretendemos ampliar essa rede. Dos dez serviços de saúde que estão mais preparados com referência à atenção às mulheres vítimas de violência, dois deles fazem abortamento legal, que foram os que já citei. Essa rede têm unidades em Salvador, Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista.

Buscando acelerar um pouquinho o passo, para permitir mais tempo para alguns debates, Senadora, o

orçamento é um tema que eu queria deixar muito claro. Eu acho que é uma abordagem um tanto complicada, e eu já trabalhei como gestor de saúde nas três esferas: fui Secretário de Saúde, em Vitória da Conquista; depois, fui Secretário em Atenção à Saúde, no Ministério da Saúde, cargo que hoje é ocupado pelo conterrâneo da Deputada Jô Moraes, companheiro Helvécio; e estou como Secretário de Saúde do Estado.

Há um dilema muito grande e uma polêmica grande de duas formas de orçamentariamente tratar a questão. Sempre houve – quando eu estava no Ministério, tivemos várias reuniões com representações do Movimento de Mulheres – uma tendência de buscar, como a gente chama, carimbar um orçamento específico para cada política, como forma de dar mais visibilidade, como os defensores dessa estratégia argumentam, e dá mais visibilidade, compromisso e aplicação, no entanto, quanto mais se carimba e fragmenta o orçamento, mais difícil é traduzir isso em políticas transversais, integrais e mais efetivas. O que acontece com isso?

Vou pegar a questão até mais ampla, para sair do ponto específico da violência contra a mulher: se eu busco no orçamento de qualquer instituição do SUS quanto está para a saúde da mulher, a tendência é subestimar o gasto com a saúde da mulher. Vou dar um exemplo disso. Temos, no PPA, R\$5,08 milhões para abordagem das situações de violência; para o ano de 2012, R\$1,27. Só o que a gente gasta no Hospital-Geral do Estado com assistência a mulheres vítimas de violência é pelo menos 10 vezes mais do que aparece carimbado no orçamento.

Confesso que sou defensor de reduzir a fragmentação orçamentária, porque eu acho que isso não ajuda – esse carimbo, pelo contrário, dificulta, e muito, para quem tem que executar a política pública –, apesar de entender que do ponto de vista de dar visibilidade pode ser uma expressão.

Outro aspecto importante que eu queria registrar é que há interseção muito forte – e aqui na Bahia, pela presença da população negra, isso se torna mais evidente – no que diz respeito à violência contra a mulher e ao racismo. A grande maioria das situações de violência contra a mulher se dá em mulheres negras, que são inclusive, obviamente, parte da população mais excluída da nossa sociedade. Então, a constituição de políticas voltadas para combater a violência contra a mulher precisa também fazer essa interlocução com o enfrentamento do racismo, inclusive do racismo institucional, que passa muitas vezes despercebido, até negado ou mesmo ocultado, especialmente na abordagem por parte dos profissionais de saúde.

O tempo está concluindo, mas não posso deixar, Deputada Jô e Senadora Ana Rita, de registrar aqui a nossa limitação e a nossa maior dificuldade hoje em dia, no SUS: a completa insuficiência de recursos financeiros.

O Sistema Único de Saúde, eu brinco muito que ele vai desde matar mosquito a fazer transplante de órgãos. Temos desde o maior programa de vacinação do mundo ao maior programa de transplante de órgãos, que só perde para os Estados Unidos, mas, se tirarmos os transplantes privados, ganha. Temos que prevenir e reduzir os riscos da sociedade, desde ações de vigilância sanitária, até elaborar planos que perpassam o setor saúde, como o enfrentamento da violência contra mulher. Nós temos que fazer internações aos milhares, centenas de milhares. A Bahia fez, em um ano, quase um milhão de internações. Para todos esses procedimentos – prevenção, promoção, tratamento e reabilitação –, Senadora, sabe quanto o Sistema de Saúde tem? Se somarmos todos os recursos Federais, estaduais e municipais, tivemos, no ano de 2010, R\$1,98 por habitante por dia para fazer isso tudo.

Há esforço dos Estados. Especialmente no nosso caso, têm três anos que gastamos bem mais do que o estabelecido na Emenda nº 29 com saúde – batemos na casa de 14% –, no entanto, o Governo Federal precisa fazer sua parte e o Congresso Nacional precisa se redimir daquela negativa da manutenção da CPMF para a saúde. Eu acho que já passou o momento de o Congresso Nacional dar uma resposta efetiva à sociedade, ampliando o financiamento para a saúde. Dizer que precisamos enfrentar a violência contra a mulher é o óbvio; dizer que precisamos fazer políticas públicas, não tenho a menor dúvida disso; dizer que precisamos aumentar o efetivo de profissionais de saúde, de policiais, de educadores, de assistentes sociais é claro; mas precisamos é de dinheiro para pagar a folha salarial. (*Palmas.*)

E não vão ser os Estados e os Municípios sozinhos que vão conseguir isso, porque o grande “largo da dor” é o Governo Federal. Cito a reforma tributária. Se não há distribuição de recursos com Estados e Municípios e se o Governo Federal não amplia o financiamento com a saúde, passa a ser uma coisa demagógica dizer que temos que aumentar, que temos que fazer, que temos que ampliar. E quem paga a conta? Para se ter uma ideia, Senadora, a rede de hospitais estaduais aqui na Bahia recebe apenas 23% de financiamento Federal – 77% são bancados com recursos do Estado. Em Salvador, quase todos os partos são feitos em maternidades estaduais. Cem por cento da assistência de emergência hospitalar à mulher vítima de violência é feita nos hospitais da rede estadual.

Ou temos um financiamento digno para a saúde neste País ou estamos chegando ao limite da possibilidade das políticas públicas, que ampliam o acesso da população e melhoram a qualidade de vida da nossa população.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Passaremos a palavra para que a Senadora faça os seus questionamentos, em seguida a Senadora Lídice também fará seus questionamentos, para que possamos ser mais ágeis na escuta das demais pessoas.

Aproveito para registrar a presença da Eliete Gonçalves da Silva, da UFBA e da OBM estadual.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Antes de questionar o Secretário, estamos recebendo muitas perguntas aqui, não será possível fazê-las todas, porque o tempo não nos permite. Estão sendo todas encaminhadas à assessoria, que está fazendo uma compilação. Aquilo que for possível a gente pergunta ainda hoje, mas não podemos garantir responder que o Secretário possa responder a todas as perguntas, porque senão o tempo vai estourar.

Secretário, no documento que o senhor passou, está faltando – acho que houve um problema na hora de tirar a cópia – uma página. Ele está incompleto. De qualquer maneira, se o senhor não tiver outro, pode encaminhar para nós, posteriormente. Está faltando a última página. (*Pausa.*)

Já foi encaminhado oficialmente? Porque nós não recebemos ainda. Deve ter tido algum problema.

O documento aponta uma série de dificuldades no serviço de abortamento legal – e o Secretário já falou um pouco sobre isso – e apresenta aqui várias questões: falta de prontuário, inexistência de sistema de referência e contrarreferência, não-realização pelas unidades de saúde de coleta para identificação do agressor e uma série de coisas. Que providências a Secretaria de Saúde está tomando para suprir essas deficiências?

Se não for possível, Secretário, o senhor responder aqui tudo agora, poderia nos encaminhar posteriormente respostas a essas questões que vocês mesmos identificam como problemas. Como superar essas dificuldades? O que a Secretaria está planejando para enfrentar esses problemas? Se vocês puderem nos encaminhar, ficaremos agradecidas pelas informações. É importante, porque o serviço precisa realmente cada vez mais melhorar. Como exemplo temos a ampliação de quadro de acompanhamento, ambulatorial, enfim, são todas as deficiências que vocês apontaram.

Outra questão que gostaríamos de saber é: como a Secretaria lida com a objeção de consciência, que é, com certeza um direito do profissional, mas não

é do serviço público, ou seja, do abortamento legal. O profissional não quer fazer, é um direito dele, mas não cabe ao serviço público dizer não. O serviço público precisa cumprir o seu papel. Como a secretaria enfrenta este problema do abortamento legal, caso o profissional não queira fazer.

Terceiro ponto: um documento aqui apresentado revela também que muitos profissionais não fazem a notificação por medo de retaliação. Como enfrentam isso? Há capacitação para notificação?

Essas são as três perguntas que faço para encerrar nossos questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Lídice, para os seus questionamentos, a fim de que o secretário possa responder.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu recebi aqui uma pergunta e queria perguntar à presidente e à relatora se pode ser lida a pergunta da plateia. *(Pausa.)*

Passo à assessoria primeiro? Então, a assessoria, por favor, pode encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O problema de passar para a assessoria é apenas para registrar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Para registrar, porque nós vamos fazer um relatório. Essas perguntas serão incorporadas ao relatório final. Mesmo que não sejam respondidas agora, secretário, suas respostas também farão parte do relatório final.

É uma pergunta que me vem – enquanto falava, a moça encaminhou – sobre a Copa de 2014: o que está previsto de prevenção e proteção à mulher, principalmente adolescentes, contra a exploração e a violência sexual. Eu queria também perguntar, porque é importante para nós... Eu queria primeiro ressaltar que a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, pela figura do secretário e de sua equipe, eu compreendo como um parceiro importante na luta contra a violência e o enfrentamento à violência contra a mulher no nosso Estado. Os esforços da secretaria nesse sentido estão registrados nesses relatórios, nessas respostas do secretário e nas respostas por escrito e são um exemplo disso. Nós temos um conjunto de quadros de feministas que foram incorporadas à secretaria com compromisso de políticas públicas que creio registrará, no final deste trabalho, um papel de destaque da Secretaria de Saúde da Bahia no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher a partir da compreensão de que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública.

Mas eu queria, secretário, saber se há uma articulação mais permanente, porque isso é importante para nós, do ponto de vista da gestão, daquilo que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher,

de uma gestão coletiva que a Secretaria de Saúde participe como parte da elaboração de uma política pública que tenha como detonadora a própria Secretaria de Defesa dos Direitos da Mulher no nosso Estado. Ou seja, nós ouvimos aqui o depoimento do Secretário de Segurança e o seu planejamento, estamos ouvindo o da Secretaria de Saúde, vamos ouvir a da Justiça, mas em que a Secretaria da Mulher participa do planejamento dessas ações na Secretaria de Saúde. De que maneira ela se dá? É o que eu gostaria de saber.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Parece-me que são essas as perguntas ao secretário. Passamos a palavra...

Deputada Alice. Passaremos a uma rodada final.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Há uma série de perguntas sendo resumidas e registradas, mas eu queria centrar em uma que foi encaminhada pela Vereadora Ladilce, muito interessada na questão da mão de obra, que eu acho interessante o secretário colocar porque, de fato, é algo muito importante. É acerca de um plano de capacitação com este viés de gênero em relação à conduta dos profissionais de saúde nas situações de violência. Sabemos que muitas mulheres dão entrada no hospital, mas esse registro não é feito de maneira correta, às vezes, por omissão da própria mulher, às vezes, o próprio agressor a leva – em geral, não leva –, e é necessário que o profissional de saúde tenha preparo para identificar, porque são identificáveis muitas situações de violência. Então há um plano de capacitação ou há previsão para tal?

Outra pergunta: V. Sa. reconhece a violência moral, a tortura psicológica como uma situação grave na saúde da mulher com consequências irreversíveis. Admite-se ou compreende-se que dentro do contexto de ameaça e tortura psicológica matam e causam problemas relacionados ao trabalho. Essa questão é crucial segundo a indagadora, que conclui dizendo – não entendo bem a letra – que violência nesse contexto não é só morte. Se há esta compreensão acerca do objeto violência moral e tortura psicológica, como é compreendido pelo secretário e como isso pode ser reproduzido em termos de políticas no sistema de atenção à saúde da mulher. Espero ter sido razoavelmente fiel à solicitação na pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos passar a palavra à...

A Senadora Lídice quer alguma questão?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu gostaria que o secretário também ao falar tentasse nos dar a ideia de como a secretaria vem apoiando as ações de enfrentamento à população drogadita nas ruas e, nessa dimensão, se há alguma questão específica ou

destacada dentro da pesquisa realizada em relação à população feminina.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O senhor tem até cinco minutos para concluir. Temos mais cinco pessoas depoentes...

O SR. JORGE SANTOS PEREIRA SOLLA –

Para todas essas perguntas, eu precisaria de pelo menos mais 20...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Mas o senhor faça um resumo apontando e depois nos envie por escrito para constar do nosso relatório.

O SR. JORGE SANTOS PEREIRA SOLLA – Pri-

meiro, quero deixar claro que os dados que eu trouxe aqui não são dados do sistema de mortalidade; são dados do sistema de internação hospitalar e do sistema de vigilância da violência doméstica e/ou sexual. Portanto, são ocorrências que podem ter levado ao óbito, mas a maioria delas, obviamente, não se relaciona a óbito; portanto, são ocorrências dos mais diversos tipos e de diversos níveis de gravidade.

Quando apresentei os dados, vou registrar novamente, 23,67% foram de violência moral, sem lesão física. Vejam que essa é uma preocupação de que o sistema de vigilância dá conta e que tem expressão significativa. Quase 24% dos registros foram de violência moral, portanto, sem lesão física. Isso já é preocupação.

A questão da drogadição, Senadora Lídice, com certeza, foi importante terem lembrado disso. Há uma intersecção muito forte entre a drogadição e a violência contra a mulher. Recentemente, o Governador Wagner inaugurou junto com o Ministro da Saúde o Capes Gregório de Matos, voltado para a atenção à dependência química, no Terreiro de Jesus, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, e os dados mostram a presença significativa de problemas com interface entre drogadição, violência contra a mulher e racismo. Tudo isso interage no processo da exclusão social.

No que diz respeito ao abortamento legal, eu comentei aqui anteriormente, nós só temos hoje dois serviços, Senadora, um em Salvador e outro em Vitória da Conquista. O plano estadual prevê o aumento desse número de serviços, mas, obviamente, e a sua pergunta já antecipou em grande parte a resposta, um dos grandes limitadores é a disponibilidade de profissionais que tenham o compromisso e aceitem esse tipo de missão dentro do serviço de saúde. São raros os profissionais. E a questão não é de capacitação técnica; porque todos os profissionais que tenham se disponibilizado nós temos como treinar, se não tiverem experiência técnica. Agora, claro que o preconceito, a barreira cultural, religiosa, ideológica, tudo isso limita, mas vamos continuar buscando criar no Estado, especialmente, em pólos regionais, ofertas desta natureza.

A articulação com a Secretaria das Mulheres, obviamente, precisa ser ampliada e em todos os espaços de interlocução temos buscado fazê-lo no que diz respeito a saúde da mulher de forma mais ampla e também nas políticas mais específicas.

A capacitação de recursos humanos é imprescindível. Comentei isto aqui na minha fala inicial, que as faculdades, as universidades, os currículos dos profissionais de saúde não lidam com a questão da violência, não abordam a temática e não preparam os profissionais de saúde. Nós fizemos aqui nos últimos dois anos uma universidade aberta do SUS, um grande guarda-chuva para uma série de ações de especializações, capacitação de desde agentes comunitários de saúde até profissionais de nível superior, e temos buscado nessas ações trazer temáticas como essa para a preparação dos recursos humanos para capacitação.

Eu queria destacar, Senadora, outro ponto que é importante e que vale a pena também, Presidente Jô Moraes, deixar registrado e que obviamente também não é só na questão da violência contra a mulher. Mas uma série de ações de saúde cruciais no Brasil hoje que dependem de profissionais especializados esbarra no grande problema: carência de profissionais médicos. O Brasil tem menos que a metade do número de médicos por habitante de Argentina, Uruguai, Chile, nossos vizinhos. O Brasil tem menos de um terço que os países da Europa – que têm sistemas universais – têm de médicos por habitante. Isso significa um limitador muito forte para a ampliação de determinados serviços.

Nós temos em Salvador, não estou falando de pequenos Municípios distantes das capitais, não, em Salvador, capital do Estado da Bahia, terceira maior cidade do Brasil, nós temos um terço das unidades básicas de saúde sem médicos. Um terço! E aqui se concentram 75% dos profissionais médicos do Estado.

O Município do Rio de Janeiro, que tem a maior concentração de médicos por habitante do Brasil, para levar atenção básica a apenas um terço da sua população, teve que importar médicos de quase todos os Estados brasileiros, atraindo com salários mais elevados e contratações que não dependam de concursos públicos, para conseguir chegar a um terço da sua população. Portanto, Estado brasileiro, e temos certeza e confiança de que a Presidente Dilma, que pela primeira vez coloca essa pauta na mesa, enfrenta corajosamente a corporação, mas precisa constituir políticas públicas. Acredito que, até o final do ano, o Congresso Nacional vai ser provocado nesta direção de tomar medidas corajosas para ampliar a oferta de profissionais médicos em nosso País. Além da criação de novos cursos que permitirão infraestrutura e investimentos para daqui a seis ou oito anos, precisamos de novos profissionais.

Nós precisamos, de imediato, de outras medidas que permitam o acesso.

Queria registrar dois aspectos. Foi falado sobre o medo da retaliação. Quando o profissional que notifica está na unidade hospitalar, na unidade de emergência, ele está mais protegido, ele se sente mais confiante e seguro em registrar, identificar primeiro, tirar de debaixo do tapete a violência contra a mulher e notificar. Mas quando ele é o único médico num Município pequeno, quando ele é o único médico numa unidade básica de saúde, quando ele é o único enfermeiro naquela comunidade, o medo de retaliação é sim um problema importante, porque a identificação, a partir daquele serviço, do carimbo do profissional, é feita imediatamente; não dá para ele se ocultar entre dois mil, três mil trabalhadores de saúde de um hospital, ele é o profissional, e a proximidade direta com o agressor e com a comunidade expõe esse profissional de saúde. Então essa é uma questão importante que precisa ser enfrentada.

Agora, os demais pontos da lista de dificuldades que colocamos nesse documento, a maior parte são problemas de ordem ou de estrutura do sistema de saúde, as condições físicas, a insuficiência de unidades e principalmente a carência de recursos humanos. E olhem que no nosso caso aqui, Senadora, já contratamos mais de cinco mil profissionais concursados em apenas cinco anos, somente na rede estadual; mas ainda é insuficiente para dar conta de todas as políticas imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Eu queria parabenizar a iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos colocar à disposição para complementar qualquer informação necessária e esperar que possamos, com esse trabalho, contribuir para melhorar o Sistema Único de Saúde, melhorar as políticas públicas e a capacidade para podermos fazer mais e melhor para a nossa população. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos a contribuição do Dr. Jorge, estamos juntos na campanha do projeto de lei de 10% dos recursos da União para a saúde, com a sua experiência. Algumas informações ainda não encaminhadas, sobretudo aquela parte que falta, o senhor nos envie, pedimos assim.

O SR. JORGE SANTOS PEREIRA SOLLÁ – Eu queria pedir licença porque eu tinha uma reunião com outra secretária às 16 horas no Centro Administrativo e vou tentar pegar o finalzinho lá. A Gisele, nossa Superintendente de Atenção à Saúde vai ficar aqui representando a secretária para a necessidade de mais algum esclarecimento. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigado.

Vamos passar a palavra à nossa secretária Vera Lucia Barbosa, da Secretaria de Políticas para o Estado da Bahia, para a qual, a Senadora fará as perguntas gerais. Já registrei, mas queremos registrar de novo, a secretária Mara Moraes, de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, que está entre nós.

A Secretária Lídice, que... Já estou promovendo a Senadora a Secretaria de Estado aqui, mas por enquanto ela está trabalhando pela Bahia lá no Senado Federal.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Certo. Boa tarde a todos e a todas as companheiras aqui presentes.

Vamos passar a palavra à nossa secretária querida Lucinha, mas antes eu tenho aqui uma série de perguntas para que a senhora possa dirigir o seu pronunciamento em cima das perguntas feitas pela relatora da nossa comissão.

A Secretaria de Políticas para Mulher é responsável pela articulação da implementação do pacto e também do PIB. Pergunto, que equipe e que orçamento a senhora dispõe para efetuar essa tarefa? Como está a implementação do pacto no Estado? Como é feita a articulação com outras instituições, como o Poder Judiciário e o Ministério Público?

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só para esclarecer, porque a gente falou rápido, quando a senadora fala do PIB é o Plano Integrado Básico que é um convênio da Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres em Brasília em parceria com o Governo do Estado. Antes de irmos para cá, nós conversamos com a secretária para ver como estão esses convênios, qual o grau de desenvolvimento e de pactuação. Por isso que a gente queria só esclarecer isso.

Passamos a palavra agora para a Secretária de Políticas para as Mulheres da Bahia, Vera Lucia Barbosa.

A SRA. VERA LUCIA BARBOSA – Então, boa tarde a todos. Gostaria de saudar a Mesa, nossa Deputada Jô Moraes, saudar nossa Senadora Ana Rita. É um grande prazer tê-las aqui. Hoje, antes de vir para cá, comentando sobre a vinda da CPMI, uma das nossas coordenadoras da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Maria Alice, dizia para mim que trabalhos como esse são plantios de sementes. O fruto virá mais para frente. Pode ser que a gente nem esteja aqui, mas isto aqui é uma semeadura, e vocês da CPMI estão fazendo um trabalho determinante e muito importante na política de enfrentamento à violência contra a mulher nesses dez Estados emblemáticos, mas sobretudo no

Brasil como um todo. Quero saudar a nossa Deputada Federal, grande companheira não só na luta e na batalha contra o enfrentamento da violência contra as mulheres, mas em todos os campos e âmbitos da nossa Bahia. É um prazer também tê-la aqui. E saúdo também a nossa grande Senadora Lídice da Mata. Em nome das duas espero saudar todas as mulheres que se encontram aqui neste plenário.

Início a minha fala afirmando minha convicção sobre a importância desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito como instrumento capaz de apontar avanços, dificuldades e demandas no processo de institucionalização da política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Como militante do movimento de mulheres que vivenciou a construção dessa política que, apesar de árdua, resultou em conquistas que se deram tanto no plano das políticas públicas, tanto na criação e na consolidação do mais eficaz instrumento de combate à violência sexista, a rede de enfrentamento da violência contra a mulher, quanto no plano legal, com a criação da Lei Maria da Penha. Posso afirmar que a criação desta CPMI significa a possibilidade de discutirmos coletivamente alternativas para enfrentar as barreiras que distanciam as conquistas alcançadas da vida cotidiana das mulheres.

Como Secretária de Estado de nossa recém-criada Secretaria de Políticas para as Mulheres, me coloco e a toda a nossa equipe que está aqui neste plenário à disposição para prestar qualquer esclarecimento que esta Comissão julgue pertinente. Como SPM queremos fazer um debate fraterno capaz de expor nossos limites, mas também nossos esforços e conquistas neste apenas um ano de existência; nesse intuito, dar todo o suporte para que o trabalho desta comissão tenha sucesso.

Quero fazer uma justa e importante referência aqui às gestoras que me antecederam nesse trabalho que à frente da extinta Superintendência de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial firmaram e estruturaram o pacto de enfrentamento da violência contra a mulher no nosso Estado, as companheiras Ana Castelo e Valdeci Nascimento.

O Governo do Estado aderiu ao pacto nacional em junho de 2008; desde então, por meio de ações do pacto, estruturamos a rede de enfrentamento da violência contra a mulher, como a implantação de serviços e atenção à mulher em situação de violência em 23 Municípios, integrando os 22 territórios de identidade. As ações de sensibilização dos Municípios que envolveram diversas rodas de conversas, visitas técnicas, audiências públicas e sessões especiais construíram as condições para o estabelecimento dos pactos territoriais nos territórios de identidade do Portal do Sertão,

no Baixo Sul, no Cisal, Bacia de Jacuípe, Piemonte, Norte de Itapicuru, Chapada Diamantina, região metropolitana de Salvador e Irecê. Desde a decisão ao pacto até a presente data, as ações do nosso governo buscaram colaborar com o processo de reestruturação da rede de atendimento, especialmente no que se refere a planejamento integrado, definições de fluxos e competências nos serviços prestados por órgãos estaduais e municipais no que diz respeito às mulheres.

No que se refere aos centros de referências, realizamos nesse período convênios do governo do Estado com prefeituras municipais, como as de Salvador, Feira de Santana, Cruz das Almas, Lauro de Freitas, Vitória da Conquista, Serrinha, Senhor do Bonfim, Capela do Alto Alegre e Camaçari, visando ao apoio técnico e financeiro e ao funcionamento dos centros de capacitação de servidoras. O conjunto desses esforços resultou a implantação de 19 centros de referência.

Diga-se, de passagem, Senadoras, Deputadas, antes de o nosso governo assumir, quando o Governador Jacques Wagner ganhou a eleição aqui na Bahia, nós tínhamos em todo o território baiano dois centros de referência; no nosso governo nós temos atualmente 19 centros de referência e 4 núcleos de atendimento espalhados pela Bahia afora.

Realizamos diversas campanhas publicitárias pelo enfrentamento da violência contra a mulher com distribuição do material informativo e veiculação de peças educativas por rádio e TV que atingiram os Municípios de 27 territórios de identidade na Bahia, com destaque para a campanha: “Violência contra a mulher, a Bahia diz não”, lançada em 2008 e reeditada em outros anos, que contou com a participação do Conselho de Defesa da Mulher em todas as fases, assim como a campanha “Eu assumo esta ideia: homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”, que na sua última edição contou com apoio do tradicional bloco Filhos de Gandhi, que desfilou com mais de 15 mil integrantes associados pela avenida, usando o laço branco, símbolo da campanha.

Ressalto, por fim, a última campanha lançada nas comemorações do mês de março intitulada “Não esconda, denuncie”, que traz como mote a recente mudança na Lei Maria da Penha, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, que atribui a qualquer cidadão a responsabilidade por denunciar casos de violência contra as mulheres.

Tenho convicção de que não estamos trabalhando nas condições ideais, mas posso afirmar a todos que temos feito o que podemos fazer. Nesse sentido, garanto que estamos realizando esta audiência pública em momento diferente na institucionalização da política pública para as mulheres na Bahia, com a criação

da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Tenho convicção de que a vida pública é sempre resultante do processo das lutas sociais, por isso, a criação da SPM é resultado da ação do movimento feminista e do movimento das mulheres que elaborou e reivindicou a demanda de uma secretaria de Estado. Mas ela é também resultado da ação governamental, pois cabe aos governos a decisão de colocar o aparato de Estado, sob o seu comando, a serviço de promover, proteger e garantir direitos. E nosso governo decidiu garantir os direitos das mulheres com a criação da SPM.

Confesso que tem sido desafiadora a tarefa de estruturar e consolidar um organismo de políticas públicas para as mulheres, por isso, agradeço o esforço das 25 profissionais que estão aqui neste plenário, que compõem a nossa equipe, comprometidas até a alma com o sucesso da nossa secretaria.

A SPM foi criada em 5 de maio de 2011 e possuímos um orçamento de 14 milhões. Desses 14 milhões, 5.677.000,00 são destinados ao programa de enfrentamento da violência contra a mulher. A política de enfrentamento à violência é um dos eixos estruturantes da nossa secretaria. Nesse primeiro ano de existência, buscamos parcerias que possibilitassem capilaridade a essa política, como a parceria firmada com a bancada federal, que garantiu a destinação de quase dois milhões de reais em emendas parlamentares que possibilitarão a estruturação de novos centros de referência. Com esse recurso vamos possibilitar a construção e equipagem de mais nove centros de referência pelo Estado afora. Teremos então de 19, 27 centros de referência no Estado todo.

Por meio de parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, firmamos um programa de inclusão produtiva que prevê a realização de oficinas sobre a Lei Maria da Pena com mulheres trabalhadoras rurais nos 27 territórios de identidade envolvendo mais de 20 mil participantes mulheres trabalhadoras rurais. Dentre todas essas ações em curso destaque especial sobre a criação do fundo estadual pelo enfrentamento da violência contra a mulher, cuja proposta de criação já foi aprovada pelo nosso Governador, e sua estruturação encontra-se em debate por meio de grupo de trabalho composto por sete secretarias que compõem a rede de atendimento. Não quero me alongar, pois, compreendo que nosso papel hoje aqui como membros do Executivo é responder às questões abordadas pelos representantes do Legislativo que compõem esta CPMI. Concluo afirmando que estou consciente de que os compromissos e metas governamentais que assumimos à frente desta Secretaria são sempre reduzidos aos nossos próprios limites como governo e que, por mais que nos esforcemos, estaremos sempre

alguém das demandas que o movimento das mulheres e o movimento feminista exigem, mas garanto a todas vocês que mesmo conhecedora dos limites e possibilidades do nosso governo impostos pelas próprias condições históricas, marcadas pela hegemonia do poder patriarcal e racista, estamos nos esforçando para consolidar na Bahia uma política de enfrentamento da violência contra a mulher em que o Estado seja capaz de proteger as nossas mulheres e impedir que o ciclo da violência sexista continue a vitimá-las.

Agradeço a todos e a todas, espero ter respondido parte das perguntas. Aqui no papel há outras que eu poderia agora no final reafirmar.

A primeira pergunta: se somos responsáveis pela articulação do pacto. É a SPM; antes de nós, era a superintendência, mas hoje, como secretaria, somos responsáveis pelo pacto no Estado. Nosso orçamento, eu já falei. A situação da implementação do pacto no nosso Estado para além desse compromisso do governo do Estado, temos 37 municípios que aderiram ao pacto, mas a nossa pactuação findou em junho e estamos agora no exercício de fazer a repactuação. Estamos negociando com a SPM nacional, temos prazo limite até o final do ano, em novembro. A gente precisa fazer a repactuação, mas há dois critérios fundamentais que estamos ainda construindo. Um deles é o PIB. No último edital da SPM nacional nós participamos com um projeto e um dos produtos desse recurso federal é a elaboração do PIB. Mas como estamos vendo que vai demorar um pouco mais, vamos destinar parte do nosso recurso orçamentário para esta construção do PIB. Outro critério determinante para a repactuação é a construção da câmara temática, uma das demandas colocadas aqui para segurança pública e saúde, que é um dos espaços em que nós temos que trabalhar para transversalizar a política de enfrentamento da violência contra a mulher, a câmara técnica. Já estamos em fase de construção. Esse GT que construímos com a SEPLAN foi posteriormente a nossa conversa com o governador em que sinalizamos a importância de o Estado, de a gente construir um fundo específico para trabalharmos esta questão da violência. O governador sinalizou que é possível construirmos esse fundo e que a SPM tinha que dialogar com a Seplan e a Fazenda. Nós já estamos fazendo isso, já tivemos três reuniões com a Seplan, Secretaria de Planejamento, o Secretário José Sergio Gabrieli topou a ideia, gostou, e a gente precisa trabalhar esta política de abrigamento e os centros de referência dentro...

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Quantos abrigos?

A SRA. VERA LUCIA BARBOSA – Nós temos uma casa abrigo no Estado, que fica aqui em Salvador,

e precisamos ampliar. A gente espera que a construção do fundo nos ajudará nesta ampliação da política de abrigamento e na construção e na melhoria de qualidade aos centros de referência. Já construímos um GT, o primeiro grupo foi SPM e Seplan, nós agora já temos um GT montado com sete secretarias, as mesmas que estão dentro da rede de enfrentamento da violência conta a mulher, para nos firmarmos; posteriormente a esse trabalho de construção do fundo, esse mesmo grupo será a nossa câmara técnica que possibilitará a gente repactuar até novembro aqui no Estado.

Nossa articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria, quando a gente assinou o pacto em 2008/2009, o governo de Estado, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público também faz um acordo de cooperação técnica, posteriormente à assinatura do pacto, pactuando entre esses órgãos que a gente cumpriria o acordo firmado. Posteriormente à nossa pactuação, a gente volta a conversar sobre esse acordo de cooperação entre Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e governo de Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputada Alice, para suas perguntas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Um minutinho, Alice, eu só queria pedir licença porque estou com um problema urgente do Projeto Axé para eu resolver, eles estão me ligando desde cedo, e o telefone lá não estava sintonizando bem, em Maragogipe. Então quero pedir licença à Mesa para me retirar. Estou recebendo já o terceiro aviso de contato urgente e peço licença então a vocês para me retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos à Senadora Lídice, que propiciou, ajudou e é requerente desta audiência pública.

Deputada Alice.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – É uma pergunta oriunda do Plenário traduzida neste contexto das articulações transversais. A secretária já falou muito bem da relação e da tentativa de aprimoramento desta relação transversal com o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria, mas há uma ansiedade muito grande para saber como está a articulação da secretaria com as gestoras municipais. A articulação é importante para o implemento do pacto nacional pelo enfrentamento da violência conta a mulher e é determinante para o estímulo aos senhores prefeitos para a instalação de secretarias municipais nesta grande Bahia. Então essa expectativa está colocada. É a pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Então, com a palavra...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Deputada Jô, eu queria aproveitar para a gente concluir a seção de perguntas.

Secretária, no início desta audiência pública, nós afirmamos que, por conta do pacto nacional pelo enfrentamento da violência conta a mulher, o Estado da Bahia recebeu mais de 9 milhões de reais para a execução de políticas de prevenção, assistência e repressão da violência contra as mulheres. Nós gostaríamos de saber da senhora se esses recursos foram utilizados e como.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra, a secretária Vera.

A SRA. VERA LUCIA BARBOSA – Com relação aos organismos, Deputada Alice, nós temos no nosso calendário de atividades... Nós tínhamos feito um calendário para a repactuação. Condição interna para nós também era reunir nossos equipamentos, centros de referência, casa abrigo e outro seminário que seria dos organismos no Estado. Antes de repactuarmos nós temos que fazer isso até porque as gestoras precisam nos subsidiar sobre a repactuação. Qual é a repactuação que faremos. Nós tínhamos um problema que resolvemos na semana passada, não tínhamos uma empresa ainda para a realização dos nossos eventos, mas a gente conseguiu a licitação, uma empresa ganhou só na semana passada. Então a partir de agora nós vamos fazer esses nossos encontros. Mas já está no nosso calendário fazer três seminários, dos organismos primeiro, para debatermos a repactuação; segundo, dos equipamentos, centros de referência, enfim, e, terceiro, das Deans e os conselhos. Então temos este calendário de seminários para fazer até a nossa repactuação.

Qual foi a segunda? O orçamento. Do Orçamento Geral a gente tem 14 milhões do orçamento da SPM que veio para o Estado. O governo de Estado, seis milhões dos recursos da SPM nacional, e desses seis milhões, um milhão foi especificamente para capacitação e formação dos centros de referência. Agora há alguns projetos que ainda estão em curso. Seis projetos foram herdados da superintendência antiga. Nesse espaço de tempo em que a gente passa de superintendência para secretaria, não pudemos tocar os projetos por conta da problemática de que os projetos estavam vinculados ao CNPJ da Sepromi e, portanto, a SPM não poderia executar, e ficamos nesta interlocução junto à SPM nacional e a PGE para possibilitar que a gente, SPM, fizesse a execução desses convênios. Portanto, só a partir de agora vamos começar a execução porque foi liberado pela PGE e a SPM nacional. Esses projetos também fazem parte do pacto nacional e vamos começar a implementá-los a partir de agora.

E a Sepromi também não podia fazer a execução dos projetos, porque na lei de criação da nossa secretaria há alguns artigos que impedem qualquer secretaria de executar políticas para as mulheres, desde que há uma secretaria composta. Então ficamos com seis projetos parados, porque a Sepromi não podia executar, nem nós da SPM por um procedimento legal que nós já resolvemos. Mas temos que começar daqui para frente.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Queria solicitar, secretária, que a senhora nos mandasse as seguintes informações. Primeiros, se o convênio previsto, se o recurso previsto foi integralmente liberado para execução. Essa é a primeira pergunta. Em seguida, por que o plano de construção do conjunto do número de delegacias não foi possível ser integrado plenamente, conforme o projeto básico integral, isso que a gente está chamando PIB. Mas é um hábito a gente falar siglas e fica difícil. Você falou SPM, Secretaria de Políticas para as Mulheres. PGE é a Procuradoria Geral do Estado. Falo isso para que a gente possa entender como as dificuldades de execução orçamentária foram uma decisão da Procuradoria Geral do Estado que não autorizava.

Terceiro, por que só uma casa abrigo e não as três que estavam previstas no plano? Quarta, por que só 19 centros e não os 27 que estavam no projeto básico integral?

Pergunto isso porque nós devemos cobrar lá do Orçamento da União se foi liberado aqui, por que não foi liberado se não foi liberado, e por que as dificuldades de implementação. Não é resposta para agora, mas para nós termos essas informações que passam a ser componente fundamental para sabermos em que atacar, se na burocracia, se nos recursos que ficam em Brasília ou se no processo de execução. A Senadora Ana Rita fará a sua sugestão para que nós possamos passar para o próximo que será o Secretário de Justiça.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – A gente acabou de receber uma questão que passei para a assessoria. Alguém sugere que seja incluída na equipe profissional, secretária, uma pessoa da área da igualdade racial, a exemplo do que ocorre com as Defensorias e Ministério Público. Gostaríamos que a senhora se pronunciasse sobre isso.

Deixe-me ver a pergunta novamente. Não entendi bem a pergunta. Está difícil responder a todas as perguntas em função do tempo.

Gostaria de registrar a importância de inserir uma profissional na área de gênero e diversidade na equipe multidisciplinar nos núcleos de atendimento e combate à violência contra mulheres – mas eu acho que é para o Poder Judiciário, não é para a senhora

–, pois observamos as lacunas existentes nos locais de atendimento por meio do trabalho de estágio que desenvolvemos na Defensoria e no Ministério Público da Bahia. Enfim, acho que é mais voltado ao Poder Judiciário.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, secretária. Vemos a importância da articulação que a senhora desenvolve, e só pedimos que mande o relatório no comparativo do que foi o Projeto Básico integral, que é o PBI, e a execução e as dificuldades para viabilização.

Boa noite e obrigada.

Registramos a presença de Luíza Câmara, Presidente da Associação Baiana de Deficientes Físicos, a assessora Cristina Lima da Deputada Luiza Maia, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Mulher Legislativa, Ubiraci Matildes, do Fórum Nacional de Mulheres Negras, a Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Lauro de Freitas, Dra. Monica Elbacha, e convidamos o Secretário de Justiça Dr. Almiro Sena Soares Filho.

Com a palavra, a Senadora para suas perguntas.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretário, obrigado pela sua presença, o senhor está aqui desde cedo, foi um dos primeiros a chegar. Temos aqui quatro perguntas que gostaríamos de fazer para o senhor.

Primeiro, quero dizer que as mulheres não recebem tratamento adequado no sistema prisional; faltam medicamentos, não há médicos suficientes e não há encaminhamento para o sistema de saúde. Exemplo disso pode ser mencionado o fato de que uma mulher encarcerada ficou um mês com um feto morto na barriga e não foi encaminhada ao sistema de saúde para o parto induzido. Que medidas concretas estão sendo tomadas para reduzir a violência institucional no sistema prisional? Qual é a política para o caso da mulher grávida? As crianças permanecem com a mãe até que idade? Há lugares específicos para amamentação e para os filhos menores? E sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres? Como é feito o cuidado médico? Quantos médicos atendem e quando eles atendem?

Essas são questões, secretário, que ouvimos muito ontem durante a reunião que fizemos com os movimentos de mulheres. Essa situação foi bastante enfatizada e abordada pelas mulheres. Então, eu gostaria de ouvir as informações da Secretaria de Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Da Secretaria de Justiça. Secretário, o senhor dispõe de até 15, incluindo as perguntas anteriores e estas.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretário de Justiça.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – Deputado Gil Morais, Presidenta da Comissão Mista Parlamentar,

meus cumprimentos e homenagem. Da mesma forma, eminente Senadora Ana Rita, Relatora desta Comissão. Igualmente, as nossas homenagens à insigne Deputada Alice Portugal, aqui presente.

Quero cumprimentar a todos e a todas do Plenário na pessoa de uma mulher que também pelo seu valor, sua luta. O seu exemplo se tornou um símbolo admirável a todos nós, homens e mulheres desse Estado, Abominici de Oya. Permita-me cumprimentá-la na pessoa de Abominici, por favor.

Eminente integrante da Comissão, todos e todas, para responder a essas perguntas, preciso esclarecer, ou melhor, dizer até porque não posso responder, começando por essas: é que não foi dada uma informação importante à CPMI. Desde maio de 2011, Senadores, que a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, da qual sou titular... eu assumi a Secretaria em 28 de janeiro de 2011. Em maio de 2011, todo o sistema prisional foi retirado da nossa responsabilidade e criada uma secretaria específica, que é a de Administração Prisional e Ressocialização. Então, há uma secretaria específica que trata desse tema. Obviamente, esse também é um tema de direitos humanos e eu vou acompanhar, encampar, officiar ao colega secretário. Mas não tomei conhecimento antes, enquanto titular da Secretaria de Direitos Humanos. Por isso não tenho como informar.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então, Secretário, quanto a essas questões, vamos fazer pedidos de informação específico para a Secretaria que cuida dessa área...

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – ...de administração prisional.

A SRA. ANA RITA – ...para que possa nos responder dentro do prazo regimental da CPMI.

Então, se o senhor puder informar o Secretário da Pasta....

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – Informo informalmente.

A SRA. ANA RITA – ...que a CPMI encaminhará um pedido de informações.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – E já informo até adiantando o pedido.

Quanto às perguntas gerais feitas a todos, o que ocorre? Em maio de 2011, nessa mesma lei estadual, Deputadas e Senadoras, que criou a Secretaria de Administração Prisional, criou também a Secretaria de Proteção à Mulher, cuja titular é a Secretária Vera Lúcia. Isso fez com que na órbita do Estado da Bahia a política para mulheres, a articulação – o papel da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos é principalmente de articulação, semelhante à Secretaria de Proteção à Mulher. Mas essa parte da política para mulheres ficou

especificamente na SPM. O que não retira obviamente a condição de sermos parceiros, e temos sido.

Por conta disso, Senadora e Deputadas, nós não temos no orçamento da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos nenhum corte específico para a questão da mulher, apesar de termos ações, e vou mostrar quais.

O orçamento da Secretaria, de qualquer forma, respondendo também a outra pergunta, é de 73 milhões de reais, da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o orçamento total. Para investimentos, especificamente vinte e um milhões de reais. E esses 21 milhões de reais são para quatro superintendências de direitos. Quais são? Superintendência de Defesa das Pessoas com Deficiência; Superintendência de Atendimento a Usuários de Crack e Outras Drogas; Superintendência de Defesa do Consumidor.

Como essas são específicas, obviamente a questão da mulher, obviamente não está em nenhuma delas.

A questão da mulher, em parceria com a SPM, sempre em parceria, vai estar dentro da superintendência de Direitos Humanos, que tem um orçamento específico de 7,1 milhões de reais – agora, não tem, como falei nada previsto.

Qual são as ações que nós temos, a despeito de não termos, a despeito de não termos essa missão legal, não só não temos, como somos impedidos por uma questão de atribuição legal? Obviamente há uma divisão orgânica que precisa ser seguida.

Então, nós podemos e queremos atuar em defesa dos direitos da mulher sistemicamente, mas para isso temos de fazer em parceria com a SPM. Mas a despeito disso, Senadora e Deputadas, nós temos algumas ações importantes. Uma delas, até mencionando o que a Senadora Lídice da Mata perguntou ao Secretário Jorge Solla sobre a questão de drogadição.

Nós estamos agora... o governo da Bahia, através da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, lançou no início deste ano o plano Viver Sem Drogas, voltado para o atendimento ao usuário de crack e outras drogas. Um dos eixos desse plano está na parceria do Governo do Estado com comunidades terapêuticas. E, aí, a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos lançou um edital selecionando dez entidades em todo o Estado para... ou melhor lançou um edital em todo o Estado e selecionou dez entidades para receber cerca de 4,460 milhões do governo da Bahia, através de nossa Secretaria, dividido igualmente entre as dez.

E entre essas dez foram selecionadas duas entidades duas entidades específicas para atendimento de usuárias de crack e outras drogas, só mulheres. Uma

entidade no interior da Bahia, em Feira de Santana, e outra, em Salvador.

O edital foi lançado, a seleção foi concluída, já foram selecionados e o governador... já foi submetido à agenda dele. Já está tudo pronto para ele autorizar a ideia que, na primeira quinze de agosto, esse recurso já esteja sendo disponibilizado.

Então, entre essas duas entidades, duas especificamente para o atendimento de mulheres. Cada entidade dessa vai atender trinta mulheres semestralmente. Sendo que é importante, Senadoras e Deputadas, que essas entidades foram selecionadas sob critérios rigorosos do que preconiza o sistema o sistema nacional de saúde na política para tratamento de sanidade mental, onde está localizada a questão do atendimento ao usuário de crack e outras drogas.

Então, uma entidade no interior só para mulheres; trinta mulheres semestralmente para internamento, por no máximo um semestre. O que dá sessenta mulheres/ano. E outra unidade em Salvador.

Além disso, nós temos na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, no âmbito da Superintendência de Direitos Humanos, a questão da parceria com o Governo Federal do enfrentamento ao tráfico de pessoas. E, por conta disso, eu tive agora, em alguns países da Europa, com o Ministério da Justiça e outras autoridades, de outros Estados, discutindo com autoridades locais e líderes de outros locais a questão do tráfico do Brasil para a Europa, e se detectou que é, claramente, um recorte de gênero. Inclusive, quando eu voltei falei com a Secretária Lucinha. Essa é uma das ações que espero fazermos juntos com a SPM.

O que acontece? Oitenta por cento das pessoas traficadas do Brasil para a Europa – e o Brasil é um dos países origem no tráfico de pessoas – são mulheres ou para o uso no trabalho escravo, semelhante ao trabalho escravo, ou para exploração sexual, ou para as duas coisas, predominando a questão de abuso sexual.

Lá com as autoridades, concretamente, o que eu consegui foi o seguinte: dizer que quando se tratar de mulher baiana... e a grande dificuldade, Senadora e Deputadas, é que essas mulheres não querem denunciar ou porque não têm consciência suficiente da sua situação absurda, porque acham que onde estavam era pior, ou por medo da repressão, de serem encaminhadas ao Brasil.

Mas há uma mudança de mentalidade na Europa. Estão criando unidades especializadas, voltando esse atendimento, dando um tratamento diferenciado.

Lá, eu pude colocar e fazer uma interlocução, fazer uma interlocução, deixar e pegar contatos, e quando se tratar de mulher brasileira, de origem da Bahia, o que coloquei aqui, que além dos caminhos legais do

Consulado, do Itamaraty, que eles acionem a Secretaria de Justiça da Bahia. Qual é um dos problema no retorno? Eles garantem a passagem até São Paulo, normalmente.

Ora, se você mora na Bahia e você tem passagem até São Paulo... e de São Paulo para cá? E quem vai lhe buscar em São Paulo? Muitas vezes você vai com um rompimento familiar. Então, o que eu já me propus e já estabeleci o contato lá, inclusive com líderes de ONGs locais, é que quando se tratar de mulher de origem da Bahia – mulher e homem, mas 80% são mulheres –, nós mandamos, se for necessário, uma pessoa ou receber em São Paulo ou até mesmo lá no País para acompanhar, e fazer a interlocução local aqui. Assumi a responsabilidade de tentar a inclusão na rede social, tanto de assistência social como de assistência de saúde, porque muitas dessas pessoas chegam com muitas cicatrizes e várias agregações.

Essa foi uma outra ação.

Outra, mais pontual, é que temos um equipamento, Senadora e Deputadas, chamado Casa da Cidadania, situado em um bairro muito populoso em Salvador, que é um bairro chamado Beiru/Tancredo Neves. É um bairro cuja população, grande parte dela, é pobre, que precisa de serviços.

Lá nessa casa, nós abrimos um espaço. Inclusive, quem não conhece, é a Casa da Cidadania, no Beiru/Tancredo Neves. Havia um trabalho lá muito bonito das Mulheres da Paz, um programa com o Governo Federal, do Pronasci antigo, que deixou de ter continuidade. Mas se não podemos manter a equipe como gostaríamos – uma delas, inclusive, está aqui. É a Jaciara, a quem eu quero também citar e homenagear. Mas a filosofia do Mulheres da Paz nós incorporamos e nos reunimos com as mulheres do local. É um espaço para ela, para discussões. Um evento como, por exemplo, o Dia das Mães, com um seminário para discussão de direitos, com café da manhã, envolvendo cerca de 200 mulheres. E o espaço é permanente, aberto no bairro de Beiru/Tancredo Neves.

Então, o que temos, efetivamente, pontualmente, são esses em relação à mulher.

Eu gostaria apenas, antes de ouvir as perguntas de V. Ex^a, de corroborar o que a Deputada Alice Portugal falou, e eu acho, Secretária Lúcia, e todos os que me ouvem, que é algo com que a Secretaria de Justiça pode colaborar muito: na qualificação.

Um problema que eu vejo, Senadora e Deputadas, é essa questão cultural. Eu acho que a qualificação... Eu estava conversando com a Dr^a Márcia Teixeira, Promotora de Justiça, e ela falava que um dos grandes problemas é a violência institucional.

Eu acho que nós podemos ajudar muito fazendo cursos para os nossos colegas servidores, tanto do Estado quanto do Município e para a área jurídica também – do Estado como um todo –, focando na questão do absurdo que é a violência contra a mulher, buscando mudar esse modelo.

Eu acho que isso é algo... E a Secretária de Justiça, com certeza, Secretária Lúcia, é parceira nisso. Desse nosso gigantesco orçamento que nós temos podemos retirar um pedaço. Eu acho que podemos construir algo. Agora, eu acho que pode ser algo grande, entendeu, Deputada Alice? Eu acho que vale a pena nós pensarmos a respeito. Inclusive, envolvendo outras secretarias se for o caso, como a de saúde, se a sociedade civil for parceira.

Além desse, para a questão institucional, eu acho que uma campanha – e aí eu penso envolvendo a Secretaria de Comunicação do Estado –, para a sociedade como um todo, Deputadas e Senadora. É um absurdo, mas ainda verificamos que há uma coisa cultural, de não se ter percebida devidamente pela sociedade a peculiar covardia, a torpeza de um crime que vitima a mulher.

É algo extremamente absurdo, e eu acho que a sociedade ainda não entendeu muito bem. Eu acho que é preciso se refletir, é preciso que se diga: “qualquer que tenha sido a razão pela qual você agrediu uma mulher, você é acima de tudo um covarde, um perverso, um imbecil, um estúpido.” Não há razão moral que explique ou que justifique ou que explique...

Eu digo isso pelo discurso comum que a gente ouve: “Ah, não! Veja bem, ela também é perturbada!”

Perturbada, uma conversa! Perturbado é você, que é um covarde antes de tudo. Então, precisamos de outro foco.

Essa é uma sugestão que eu deixo e acho que a Secretaria de Justiça pode ser parceira.

Estou à disposição de V. Ex^a. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Deputada Alice tem um questionamento.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Secretário, primeiro, parabéns. Obrigada por estar aqui dando o seu depoimento, apesar de termos conhecimento do reduzido orçamento da Secretaria, da pulverização das ações.

Mas, sem dúvida, a estatura que o senhor empresta à Secretaria é indiscutível. A nossa expectativa é de que, de fato, tanto na formação como em outras áreas atinentes à questão dos direitos humanos, nas relações internacionais, nessa discussão sobre o tráfico de mulheres, esses aspectos relacionados à questão migratória eles todos passam, sem dúvida, pela Secretária.

Mas há um tema que eu queria problematizar. Ontem, na reunião informal com as entidades, eu me lembrei de um caso antigo de uma garota que foi estuprada com requintes de crueldade na praça do Município de Pedro Alexandre. A delegada não registrou a queixa; os meliantes estão soltos até hoje; ganharam prêmios do gestor, à época; ganharam motos do gestor à época. Entramos com uma ação no fórum de Geremoaba, e toda vez que vamos lá estamos sendo ameaçadas, porque o processo não se finaliza.

A grande questão que salvou a vida dessa moça, que está na clandestinidade até hoje, foi o convênio da Secretaria de Justiça com o Provita, com o antigo Provita.

Eu gostaria de saber de V. S^a se existem ainda hoje na Secretaria de Justiça convênios ou ações para a proteção de vítimas e testemunhas. De fato, isso é fundamental. Nós temos apenas um centro de referência, que já mudou de nome algumas vezes. É muito pouco.

Temos, nós, Parlamentares, colocado emendas para a Secretaria, mas elas não são impactantes para que a secretaria possa crescer em quantidade de casas de proteção, porque os centros de referência estão acontecendo no Estado, mas as casas de proteção não.

Então, pergunto ao senhor: será que com esse orçamento é possível? Ou incluiríamos em um relatório até um apelo institucional para recursos para os programas de proteção de vítimas de violência e testemunhas com um corte de gênero?

Para nós, isso é muito importante porque salva vidas não somente da mulher, mas da sua família, quando o agressor é impertinente, ele é preso, mas é solto pela flexão da lei; essa mudança do Código Penal brasileiro é fundamental porque o cidadão que mata com requintes de crueldade ou tortura, ele pega trinta anos, cumpre um terço da pena e volta para fazer de novo.

Então, essa questão, para nós, tem uma relevância especial e muito bom que esteja sob a sua batuta. Eu queria a sua opinião sobre a proteção às vítimas de violência e/ou testemunhas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor aproveite nas suas conclusões finais para informar sobre o convênio com as Mulheres da Paz.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – Pois não.

Deputada, obrigado pelas suas referências generosas. Esse convênio existe, ainda; o programa existe; está em pleno vigor. É importante destacar que é um dos programas mais vitoriosos da Secretaria de Justiça da Bahia, um programa de proteção às vítimas e testemunhas.

Não tivemos, nem haveremos de ter, com fé em Deus, apesar de o programa já ter cerca de dez anos, um caso de exposição do segurado a qualquer situação de agressão, e está em pleno funcionamento.

Agora, realmente, eu concordo e...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Agora, como acionar, Secretário, hoje?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – Pronto. Como acionar o programa? Ou você se dirige diretamente à própria Secretaria de Justiça, à Superintendência de Direitos Humanos, ou você pode ir ao Ministério Público também, ou através de qualquer delegacia de polícia.

Quando, muitas vezes, a questão envolve situação policial, então pode ir direto ao Ministério Público, qualquer promotoria; você chega embaixo do Ministério Público e diz: Olhe, eu quero falar aqui com o responsável pelo Programa de Proteção à Testemunha.

Ou, então, na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, você pode ir diretamente e buscar: Onde é que se trata aqui o Programa de Proteção à Testemunha?

Tem alguns requisitos. Um deles é de que você não seja processado, não esteja respondendo a inquérito. É algo que nós achamos que precisa mudar, sabe Deputada Alice; não mudou ainda, precisa ser modificado, porque se a pessoa que procurar o programa estiver sendo processada ou respondendo a inquérito não poderá entrar no programa.

Mas, a despeito disso, muitas pessoas têm procurado e têm sido beneficiadas.

Uma coisa muito importante é que você tem que querer aderir ao programa. Qual a situação, deputada? Às vezes há esse problema. Você vai mudar a sua vida, você vai sofrer restrições de hábitos; a depender da gravidade, você vai ter que mudar de local. Isso não é fácil, é um ônus, mas é um ônus que pode fazer a diferença entre salvar ou não a sua vida. E se você não se submeter a esse rigor, você não vai ser incluído, e se for incluído você vai sair, porque não é somente a sua vida, mas a dos outros. Se você não segue, você expõe todo o programa, toda a rede. O programa funciona dessa forma.

Agora, aceito sim deputada, acho importante, esse programa é com o Governo Federal; o recurso maior, noventa por cento do aporte é do Governo Federal, e seria muito importante para nós da Secretaria para melhorarmos, aperfeiçoarmos ainda mais o programa, que houvesse o aporte de recursos e com o recorte de gênero já direcionado no orçamento, para o programa de proteção no aporte de gênero, que nós podemos ampliar para várias situações dessas da mulher indefesa.

Uma das coisas que nos deixa especialmente indignados na agressão à mulher, é como falou a senadora no início, é que muitas vezes é uma morte anunciada. Isso é algo... Eu não tenho palavras; você saber, procurar o Estado e, muitas vezes, não ser respondido. Então, talvez com essa ajuda maior do programa, a gente pudesse dar um suporte e essa morte anunciada não acontecer porque você estaria protegida pelo programa; coisa que ainda hoje o recurso não dá, não seria suficiente. Mas isso não quer dizer que nós não vamos buscar acolher e atender. Nos procure que vamos buscar acolher sim.

Quanto à questão do Mulheres da Paz, não houve continuidade porque o convênio foi encerrado e nós não tivemos o recurso, a força financeira para dar continuidade. Mas a filosofia é considerada e está dando frutos, como disse a Secretária Vera Lúcia. Às vezes, nós fazemos algo no presente que nós nem vamos alcançar, ou nem sabemos que está acontecendo. Mas, o Mulheres da Paz já está dando frutos em decorrência do ótimo trabalho das guerreiras que lançaram a sua semente.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos ao Secretário Almiro Sena, e lamentamos a interrupção do Mulheres da Paz, e vamos discutir com o Ministério da Justiça como é que fica essa continuidade.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – Pois não.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós ainda escutaremos mais três pessoas.

Registramos a Rede de Mulheres pelo Controle Social das Políticas Públicas da Bahia, e chamamos a última representante do Executivo, a Secretária Estadual do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, a Sra. Mara Moraes, que disporá de até dez minutos.

Para informar, nós temos para escutar a nossa Promotora de Justiça Márcia Ribeiro Teixeira, que representa aqui o Procurador-Geral de Justiça, e a nossa representante da sociedade civil, Suly, que informará sobre o balanço do Movimento de Mulheres.

Nós temos aqui o registro de que a Defensora Pública Geral Célia Padilha não poderá comparecer a esta audiência porque se encontra em um trabalho institucional no Rio de Janeiro. Se encontra entre nós a Defensora Eliane Venâncio, mas a escuta deveria ter sido oficializada pela Defensora Pública, no período anterior, para que nós pudéssemos ter a institucionalidade da sua escuta.

A Defensora Célia se dispõe a ir a Brasília, como informa, para que nós possamos acolher o seu depoimento.

A Senadora colocará as perguntas para a Secretária de Desenvolvimento...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretária, rapidamente também.

Nós conseguimos colher algumas informações a respeito do trabalho realizado aqui na Bahia e sabemos que existem 414 CRAS em 414 Municípios. Ou seja, todos os Municípios têm um CRAS; e 183 CREAS em 181 Municípios. Os CREAS são os serviços especializados de atendimento e assistência social, mas têm como objetivo a preservação da família. No entanto, o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres tem como função a preservação do direito das mulheres.

Aí, as perguntas da CPMI:

Os servidores dos CREAS e dos CRAS recebem capacitação específica para tratar da violência contra as mulheres?

Mas precisamente, quantas capacitações foram realizadas, especificamente sobre violência contra as mulheres, para os servidores dos CREAS e dos CRAS?

Quantas casas-abrigo existem hoje no Estado e qual a sua abrangência?

Que ações a secretaria desenvolve para beneficiar as mulheres em situação de violência doméstica?

No PAC de Enfrentamento da Violência contra Mulheres, assinado pelo Estado, está previsto a construção e o aparelhamento de cinco centros de referência, dentre os quais Camaçari, Alagoinhas e Jequié, em 2008. Esses centros não constam da relação que recebemos da Secretaria de Políticas da Mulher do Governo Federal.

Gostaria de saber da senhora se esses centros existem; se foram construídos e equipados; e se estão à disposição das Mulheres.

Também consta no Plano Integral Básico a construção de uma casa-abrigo em Feira de Santana. Pela informação da Secretaria de Políticas para Mulheres, da Presidência da República, só existe uma casa-abrigo no Estado.

Gostaria de saber se a casa-abrigo de Feira de Santana foi construída, equipada, provida de profissionais capacitados e se está à disposição das mulheres.

Também gostaria que a senhora nos informasse sobre os cursos de capacitação previstos no Plano Integral Básico.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Secretária Mara Moraes. V. Sa. tem até 20 para...

A SRA. MARA MORAES – Boa tarde a todos e todas. Saudar a eminente Deputada Jô Moraes, que preside aqui esta Comissão, à nossa Senadora Ana Rita; à nossa Deputada, que também representa este Estado na Câmara Federal, Alice Portugal; saudar to-

das as colegas da SEDS; a Dayse, que coordena a casa-abrigo; à Juliana.

Dizer, Deputada e Senadora, da valiosa contribuição desta CPMI para nós, que estando na gestão pública, procuramos cada vez mais implementar políticas responsivas e aderentes às necessidades da nossa população. Então, à medida em que eventos como este vão qualificando essas demandas, dando a direcionalidade da nossa intervenção e o desenho dessas políticas, em muito nos favorecem.

Vou começar pelas questões gerais postas para todos nós e até fazendo uma pequena correção. Nós aqui na Bahia já temos 552 CRAS. Eles, hoje, estão em 414 Municípios, e apenas 13 Municípios deste Estado não têm esses CRAS.

E como sabemos, os CRAS, através do Programa de Atenção Integral à Família, onde buscando o fortalecimento de vínculo, identificando o acesso ao direito de todos os indivíduos e das famílias, é um grande construtor para uma ambiência sem violência.

Então, nesse sentido, hoje, nós já referenciamos um milhão, setecentos e cinquenta mil famílias na Bahia através desses programas.

Nos CREAS também, à medida em que vai tratar das pessoas e famílias já com a violação de direitos, vem sendo sim feita essa capacitação; ainda não de uma forma integral. Então, hoje, nós fazemos a capacitação regional. No ano de 2011 foram cinco capacitações regionais, envolvendo 950 operadores da política em CREAS e CRAS. Essa é uma capacitação mais geral acerca da assistência social, LOAS e também do SUAS, e conta com a participação de representantes da casa-abrigo aqui da Bahia; um psicólogo, um assistente social, um advogado, sempre um profissional que vai fazer essa capacitação.

Agora, nós estamos num diálogo com o IAT para fazer videoconferência, no sentido de alcançar o maior número possível dos operadores da política de proteção social, básica e social.

Então, nós já temos agendado um calendário de videoconferência com relação ao trabalho infantil, com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes, com relação à violência contra as mulheres, e a gente pretende alcançar um maior número possível de operadores.

Falando ainda sobre o orçamento específico colocado em 2012 e 2013. Em 2012, se a gente pensar com relação às ações mais gerais, como CRAS e CREAS, o orçamento da Bahia para esse item, qual o funcionamento de CRAS e CREAS, foi da ordem de doze milhões, cento e oito mil para os CRAS, e dez milhões, quinhentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta para os CREAS.

Nós também fazemos a gestão da casa-abrigo, que é a casa de acolhimento das mulheres em situação de violência, e, para a casa-abrigo específica, o orçamento foi de R\$239 mil para a questão de manutenção, porque aí não está incluído o custo com o pessoal.

Pinçando quais as maiores dificuldades no enfrentamento, nos parece que a questão da violência contra mulheres, por envolver diferentes signos, símbolos e significados, uma das principais dificuldades é como encorajar ou empoderar essa vítima da violência para que ele possa falar e declarar a violência.

Uma outra questão que nós encontramos aqui no Estado é a capacidade de gestão municipal, sobretudo na implementação do benefício eventual.

Então, hoje, dos 417 Municípios, apenas 291 têm instituído o benefício eventual. E nesses 291 têm-se uma dificuldade dos operadores em pagar o benefício da mulher, em reconhecer a violência e pagar o benefício devido. Então, esse é um grande desafio, que inclusive a gente pensa que nessas videoconferências a gente pode mobilizar e sensibilizar para superá-lo ou mitigá-lo, já que para superar a gente sabe da dificuldade.

Vindo para a questão específica colocada para a nossa secretaria, com relação aos servidores de CREAS e CRAS, se eles são capacitados. São. Nessa capacitação geral, que é regional, tem um turno para tratar somente da violência contra a mulher por esses profissionais.

A quantidade eu já disse, em 2011 foram cinco capacitações envolvendo 950 pessoas; em 2012 já foram feitas duas capacitações regionais envolvendo 240 pessoas. Tem uma programação de fazer mais 12 até o final do ano. *In loco*, a equipe se desloca até um território. Há um processo de mobilização. Antes, a equipe da superintendência da assistência social vai, mobiliza nos municípios os diferentes atores, CRAS, CREAS, conselhos, e aí a gente fala do conselho da assistência social, do conselho de educação, do conselho de segurança alimentar – quando tem –, do conselho (?) – quando tem, porque a violência, como a gente viu, ela também é notadamente rural – para que esteja mobilizando esses atores para que participem dessa capacitação.

Quantas casas-abrigo existem hoje no Estado? Existe uma casa-abrigo, e, como nós sabemos, a execução da política da assistência social é municipal. Então, os diferentes entes da Federação cofinanciam. O Estado da Bahia já iniciou uma conversa, nós temos uma reunião – não é Secretária Lúcia –, marcada para quinta-feira, onde vai se buscar alternativas para como envolver os diversos Municípios, para a partir daí ver a possibilidade da construção e implementação das ca-

sas-abrigo regionais de forma que ela responda à real necessidade e capacidade operativa desses Municípios.

Que ações a secretaria tem? A secretaria, como a gente sabe, as políticas voltadas diretamente para beneficiar mulheres em situação de violência está dentro da política de atenção à mulher que está dentro da SPM municipal, estadual e nacional. O que nós estamos fazendo nas SEDES, por entender que uma das maiores violências imposta às mulheres, por exemplo, é a não condição de alimentar os seus filhos, é a dificuldade de acesso aos direitos dela e de sua família.

Então, em todos os programas desenvolvidos pela secretaria, a gente cria, entre critérios de acesso a esse programa, privilegiando as mulheres, as políticas são voltadas para as integrantes do CADE único, que, pela sua própria constituição, é na sua maioria de mulheres. Então, a gente tem o programa de aquisição de alimentos; a gente prioriza tanto na seleção dos fornecedores desses alimentos, como dos que vão recebê-los, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, os empreendimentos de mulheres. Também na política do PAA-Leite, que é uma aquisição de leite de pequeno agricultor para entrega às famílias em situação de insegurança alimentar; e também o mesmo critério de priorização, tem que estar em um cadastro único; prioriza as famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

O Governo da Bahia acaba de lançar o Programa Vida Melhor, que é uma estratégia de inclusão sócio-produtiva para os pobres, priorizando os extremamente pobres. A maior parte dos arranjos que são apoiados pela secretaria são arranjos de grupos de mulheres, como a questão da alimentação, a questão dos ambulantes, a questão dos catadores.

Temos ainda um programa de acesso à água, tanto para consumo humano, porque vocês sabem que o nosso Estado tem 68% do seu território no semi-árido; que há chuvas, mas elas são escassas; a capacidade de armazenamento dessa água para utilização pelas famílias é pequena. Então, a gente tem esse programa que também prioriza as mulheres; programa de água para a produção também prioriza as mulheres. Então, a gente não tem uma linha somente para as mulheres, tem os diversos programas da secretaria, sobretudo voltados para a proteção social e para a segurança alimentar nutricional, e dentre esses programas a gente vem sempre fazendo um recorte para garantir o atendimento privilegiado às mulheres.

Com relação ao PAC do Enfrentamento à Violência, assinado por Estados, a pergunta... Sim, os centros de referência. Os centros de referência a nossa companheira, Secretária Lúcia, já falou. Como nós sabemos, o centro de referência não é da política da

assistência social, ele é da política de atenção à mulher. Então, não está no âmbito das políticas executadas pela nossa secretaria, mas, independente disso e na impossibilidade da estrutura competente, ou por ainda não estar constituída, ou por não ter ainda os recursos necessários para implementar esse centro, a gente contribui. Então, nós temos o Centro de Referência Loreta Valadares, aqui na Bahia, que quando foi implementado, por não ter ainda a SPM, e também não tinha recurso disponível na prefeitura, o Estado paga o aluguel da casa, o Estado disponibilizou recursos humanos para garantir o funcionamento e a parte de manutenção.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Secretária, só para corrigir um pouco. Eu talvez não tenha sido clara na minha fala, e a assessoria está me informando aqui: nós estamos falando de centros de referência, não centros de referência de atendimento à mulher; é centro de referência da assistência social mesmo!

Então, as informações que nós temos é de que no PAC de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres estava previsto a construção de cinco centros de referência de assistência social – os CRAS – nesses municípios – Camaçari, Alagoinhas e Jequié – em 2008. E, na verdade, as informações que nós obtivemos da Secretaria de Política da Presidência da República é de que esses equipamentos não constam, eles não existem. Então, a nossa pergunta é no sentido de saber se eles foram construídos, equipados, ou não?

A SRA. MARA MORAES – Olha, todos esses municípios têm Centros de Referência da Assistência Social. Esses Municípios – Camaçari, Alagoinhas e Jequié – contam com Centros de Referência da Assistência Social. Se era mais um centro, eu preciso verificar isso e informar se nesse PAC de 2008 era para que fosse construído mais um centro de referência, e aí, sim, informar se foi construído ou não. Posso afirmar com tranquilidade que eles hoje dispõem do Centro de Referência da Assistência Social.

A construção da casa-abrigo de Feira de Santana, como nós falamos, não foi feita. Nós estamos neste exercício de fazer o diálogo com o Município, visto que é uma responsabilidade do Município. Temos muita dificuldade no Estado e uma clara posição tanto do Tribunal de Contas quanto da Procuradoria Geral. Como a gente cofinancia o serviço, temos dificuldade em assumi-lo na sua integralidade. Haveria duplicidade de gastos. Então, o diálogo é com os Municípios no sentido de fazermos o cofinanciamento.

Os cursos, como eu falei, estão dentro dessas programações até o final do ano, nessa forma regional, em que vai falar da proteção social no seu todo, com um turno específico para tratar da questão do enfren-

tamento da violência contra as mulheres. Há também esta outra estratégia que a gente está utilizando agora: as videoconferências através do IAT.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O total de CRAS no Estado da Bahia?

A SRA. MARA MORAES – Quinhentos e cinquenta e dois CRAS em 414 Municípios.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Alguma questão, Senadora e Deputada?

Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Para nos ajudar na elaboração do relatório, a minha pergunta é: Qual o CRAS... Na verdade, teria que ser o CREAS, se tem algum específico para atender a mulher em situação de violência? Porque, na verdade, os CRAS e os CREAS existem para atender as mulheres em situação de vulnerabilidade social. A minha pergunta inicial foi se os profissionais da área de assistência, todos os profissionais que compõem a estrutura de pessoal dos CRAS e dos CREAS foram capacitados para atender as mulheres em situação de violência. Isso que eu queria saber.

A SRA. MARA MORAES – Foram capacitados nessas cinco capacitações regionais acontecidas em 2011 e nas duas capacitações regionais acontecidas em 2012. Durante a capacitação para os operadores da política dos CRAS, tem um turno específico para capacitar no atendimento às mulheres em situação de violência.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Isso para os CRAS e para os CREAS?

A SRA. MARA MORAES – Isso! Para os CRAS e para os CREAS...

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Muito obrigada.

A SRA. MARA MORAES – ...porque nós consideramos muito importante o trabalho de prevenção na construção da autoestima, da autonomia, do empoderamento dessas mulheres, até para que elas contribuam para não incidir na questão da violência. Nós sabemos como esse processo é sutil e como ele é tecido ao longo dessas relações; e como de certa forma, até por desconhecer como ele se caracteriza, é como se houvesse um tipo de permissão. Então, o trabalho dos CRAS – para a gente – é fundamental no sentido de que a mulher não seja violentada, para que a gente não tenha que atendê-la no CREAS, quando ela foi violentada nos seus direitos.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Secretária Mara Moraes; concluímos o ciclo das instituições vinculadas ao Poder Executivo. Vocês todos e todas viram como é fundamental essa intersectorialidade no tratamento. (*Palmas.*)

Convidamos, agora, a Promotora de Justiça Dra. Márcia Ribeiro Teixeira, que aqui representa o Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia Dr. Wellington César Lima e Silva.

Registrando, mais uma vez, que este é o primeiro Estado visitado pela CPMI em que o Tribunal de Justiça não se faz representar. Compreendemos que a Coordenadora, Desembargadora Nágila, estando de férias, não pode comparecer, mas nós queremos registrar, mais uma vez, que é o primeiro Estado que a CPMI visita, dos nove Estados, em que o Tribunal de Justiça não se faz representar. Evidentemente, será convocado a Brasília para o seu depoimento, pela importância fundamental que damos ao papel do Judiciário na implementação da Lei Maria da Penha. É isso o que nós vamos fazer. *(Palmas.)*

Com a palavra a Senadora Ana Rita, que fará os questionamentos para a nossa Promotora Márcia Ribeiro.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Dra. Márcia, também temos dados aqui, encaminhados para a CPMI, em que observamos que apesar do elevado número de procedimentos relativos à violência sexual, precisamente 6.471, de 2007 a maio de 2012, não foi oferecida apenas uma denúncia. A senhora poderia explicar por quê?

No que se refere à violência doméstica foram realizados 4.546 procedimentos e apenas 1.681 denúncias em 2011. Também gostaríamos de saber se a senhora pode nos explicar porque isso aconteceu. E em quantas dessas denúncias houve condenação? Consta na informação do GEDEM, no Termo de Informação lavrado em 02 de agosto de 2010, número de atendimento... “a reclamante informa que compareceu à Delegacia da Mulher, não orientada sobre a possibilidade de solicitar medida protetiva. O profissional que lavrou o termo de informação a orientou a procurar a Defensoria Pública para solicitar a medida protetiva de urgência.”

Pergunto: por que o Ministério Público não solicitou a medida protetiva, conforme o previsto no art. 19 da Lei Maria da Penha? Que providências o Ministério Público tomou em relação à delegacia? Relatos semelhantes a esse estão no relatório do GEDEM. São atendimentos inadequados nas delegacias de polícia e também nas delegacias especializadas. Que providências foram tomadas pelo Ministério Público em relação a esse tipo de atuação?

Eram essas as perguntas iniciais que gostaríamos de fazer à senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos passar a palavra para Dra. Márcia Ribeiro, para uma pergunta da Deputada Alice Portu-

gal, informando que acabamos de ser informados de que esse espaço só estará disponível para a nossa atividade até às 18 horas, pois haverá um evento logo a seguir. Por isso, vamos agilizar e acelerar as questões. Algumas das perguntas poderão, inclusive, ser respondidas por escrito.

Deputada Alice Portugal. Depois da Dra. Márcia, nós escutaremos a nossa representante da sociedade civil, a Suly.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Dra. Márcia, primeiro nós temos que fazer um registro na presença das dirigentes da CPMI, o registro de que o Ministério Público foi um organismo determinante para o processo de defesa da Lei Maria da Penha, lei que esteve ameaçada, que teve que ser reafirmada no Supremo Tribunal, o Congresso vota uma lei, nós somos testemunhas desse processo de luta para aprovação dessa lei e tivemos que ir ao Supremo para reafirmar, porque, infelizmente, alguns magistrados, na contramão do texto legal, continuavam insistindo que a Lei Maria da Penha não poderia ser aplicada. Então, em seu nome, eu quero colocar o agradecimento, e a bancada feminina na Câmara dos Deputados tem a exata clareza da importância dessa parceria com o Ministério Público.

Há perguntas do plenário. Há núcleos da mulher no interior? Núcleos do Ministério Público? Em caso afirmativo, quantos são e qual a sua abrangência? E qual o orçamento que o Ministério Público destina para a ampliação de equipamento desses núcleos?

Por último, a seguinte pergunta, Dra. Márcia. Nós aqui falamos sobre a Constituição do Estado da Bahia; lutamos durante anos para implementação das delegacias. Quase apanho do Delegado Magalhães, ex-deputado estadual.

Nos primórdios, as mais experientes – antigas jamais! – sabem disso, para implantar delegacias da mulher na Bahia houve muita luta. Temos aqui pessoas dessa geração, e só temos essas 15. O Ministério Público é o fiscal da lei, e a lei maior é a Constituição. Podemos ou não podemos, através do Ministério Público, instar o governo do Estado a implantar as delegacias no território baiano, conforme reza a Constituição Estadual?

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Dra. Márcia Ribeiro.

A SRA. MÁRCIA RIBEIRO TEIXEIRA – Quero saudar a Mesa nas pessoas da Senadora Ana Rita, da Deputada Jô Moraes, da Deputada Alice Portugal, e aproveitar para saudar a plenária em nome de uma das nossas representantes da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, a Lena Souza, que

foi uma das responsáveis pelo dossiê que foi entregue ontem e é uma das nossas cápsulas incentivadoras das dificuldades que nós temos enfrentado nesses últimos quase seis anos da Lei Maria da Penha.

Só uma questão de ordem. Eu queria saber se eu começo por essas perguntas ou pelas três primeiras? (*Pausa.*)

Pelas três primeiras. Então, em relação ao que o Ministério Público vem fazendo. O Ministério Público cria o GEDEM no ano de 2006, e durante o período de 2006 a 2008 nós enfrentamos muitas dificuldades institucionais por conta orçamentária e por conta, também, de sensibilizar colegas para atuarem no enfrentamento à violência doméstica.

Em 2008 nós conseguimos fazer um convênio com o Pronasci e aí recebemos uma verba de aproximadamente R\$350 mil, que foi com que equipamos esse núcleo, esse grupo de atuação, não somente em Salvador. E, já respondendo a uma das perguntas da Deputada Alice Portugal, nós temos um núcleo que funciona em Feira de Santana e um outro que funciona em Vitória da Conquista. Os promotores com atuação criminal têm designação específica, a partir de atos próprios do Procurador-Geral de Justiça, para atuarem no enfrentamento à violência doméstica. Entretanto, como todas as instituições que discutamos nesta tarde e ontem também, temos as dificuldades normais de instituições formadas a partir dessa orientação cultural, patriarcal, centrada nessa formação mais masculina. Essas instituições da Justiça não são diferentes.

Estamos fazendo um trabalho desde 2006, ainda que precariamente durante esses dois anos, de capacitações permanentes dos Promotores e Procuradores de Justiça, dos servidores que, desde o momento em que entram no Ministério Público por concurso, os colegas novos que entram no Ministério Público também, têm um curso de Direitos Humanos, oferecido a cada dois anos para Promotores, para Delegados, para Policiais Militares. Então, o Ministério Público vem numa luta incessante no sentido de capacitar os seus profissionais.

Em Salvador são designadas duas promotoras, que atuam na vara especializada. Sou a coordenadora do grupo, quem dá essa orientação e esse suporte aos colegas do interior, que trabalham também com uma equipe técnica nessa itinerância de orientação de cursos, mini-cursos, não só por nós mesmas, mas também convidando colegas de outros Estados, profissionais de outros Estados, não só na questão da perspectiva de gênero, mas também na nossa capacidade de investigação.

Recentemente, aprovamos um convênio no valor de R\$ 628.000,00 junto à Secretaria de Política Nacio-

nal para as Mulheres. Vamos fazer treze cursos a partir desses territórios de identidade. Estamos firmando convênio com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), que é vinculado à Universidade Federal da Bahia, e, a partir deste segundo semestre, vamos começar esses cursos, que são de trinta horas, nesses municípios onde já tem alguns equipamentos, sobretudo as delegacias - nós escolhemos os municípios que têm DEAM -, e vamos fazer essa parceria com os territórios de identidade, que estão vinculados àquela regional, para que a gente leve esse conhecimento de direitos humanos, de gênero, de feminismo, de empoderamento, de articulação política, a partir desse convênio que foi firmado com a UNEI e com a UFBA.

Em relação ao Orçamento a gente tem essa mesma dificuldade, mencionada aqui, porque o Orçamento não é carimbado, direcionado para as mulheres. Nós temos um orçamento para o GEDEM. Então, o Orçamento que tivemos, em 2012, foi no valor de 1 milhão e 100 mil reais. Dentro da lógica institucional esse recurso é bastante interessante porque adquirimos veículos, nós temos veículos aqui em Salvador, em Feira de Santana e em Vitória da Conquista para transportar as mulheres, para levar as mulheres para a delegacia. Então, quando elas nos procuram no GEDEM, nós acompanhamos toda essa trajetória.

Nós também desenvolvemos a campanha *A Paz no Mundo Começa em Casa*. Já distribuímos 100 mil peças dessa campanha nos últimos anos. Refizemos agora 100 mil peças para distribuir para os municípios, e temos algumas questões de enfrentamento de dificuldades.

Primeiro essa questão de enfrentar o patriarcado, essa cultura machista que ainda vemos na nossa instituição. Algumas resistências, alguns discursos no sentido de que as mulheres não seguem até o fim com os seus processos, que as mulheres desistem no meio do caminho, que temos questões de crime organizado, de tráfico de entorpecentes, de tráfico de pessoas. Portanto, há uma resistência em priorizar essa atenção às mulheres em situação de violência. Mas, o que temos observado nesses cinco anos à frente desse grupo de atuação, é que isso tem mudado a partir de dados observados quando nós, em 2006, saímos de 147 denúncias oferecidas por crimes com violência doméstica e tivemos, em 2011, quase 2 mil denúncias oferecidas. Então, a gente observa os colegas se dedicando, se inscrevendo nos cursos. Os cursos sempre superam o número de pretendentes às vagas oferecidas. Então, nós observamos que tem um andamento. Além disso, fazemos esse trabalho internamente.

Acho que o Ministério Público anda a par e passo, com a rede de mulheres. Nós fazemos parte dessa rede

de atenção a mulheres e nós estamos, ou por mim ou através de Cíntia, do Rafael, representados na Rede. Temos contato com várias mulheres que estão nesses núcleos no interior do Estado e acho que o GEDEM tem se visibilizado a cada dia, assim como o Ministério Público, se disponibilizando, inclusive, o GEDEM para atuar quando os colegas nesses municípios, de alguma forma, falham, quando esses colegas não atuam atendendo às expectativas dessas mulheres. Nós estamos sempre, nos momentos em que temos espaço de fala, colocando que o GEDEM está aqui para acolher também essas denúncias de eventuais falhas dos colegas nas suas diversas Comarcas.

Nós temos 277 Comarcas e nós temos 131 Comarcas vagas, sem Promotores de Justiça, o que é um fator difícil, porque temos hoje Colegas substituindo em quatro, cinco, seis, Comarcas. Então, fizemos, nesses últimos quatro anos, três concursos, e continuamos com 131 Comarcas sem Promotores de Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Doutora, traduza o que é GEDEM, para que as pessoas...

A SRª MÁRCIA RIBEIRO TEIXEIRA – O GEDEM é o grupo de atuação em defesa da mulher. Eu falo GEDEM porque ele é meio pop em Salvador, mas, desculpem-me.

Conforme dados encaminhados pelo GEDEM, observamos que, apesar do número elevado de procedimentos relativos à violência sexual, precisamente 6.471, de 2007 a maio de 2012 foi oferecida apenas uma denúncia. Existem algumas questões que a gente precisa observar. Nessas Comarcas, não temos acesso de banda larga para o armazenamento de todos os dados. Então, não acredito que tenha sido esse número. Tenho uma informação de que seria, em média, de 10 a 12%, o que também é um dado lamentável, mas muitas dessas notícias vêm pelo Disque 100. Nós recebemos as denúncias pelo Disque 100, no que diz respeito à população LGBT, e 90% delas - estivemos, inclusive, este ano em Brasília – vêm com falta de informações, com informações incompletas, com dados de endereço incompletos, com identificações que não nos levam até aquele lugar, mas, de fato, existem muitas dessas denúncias que retornam para as delegacias para as informações complementares. Aí, a gente tem de fato tanto uma sub-notificação, um sub-registro disso, temos muitas dificuldades em relação à complementação desses inquéritos, mas posso ver diretamente, como se trata de violência sexual, onde a maioria são crianças e adolescentes... Seria interessante que a gente procurasse saber isso da coordenadora da Infância e da Adolescência. Eu me comprometo a encaminhar

para a CPMI, com maiores detalhes, o que acontece em relação a esse baixo número de denúncias.

No que se refere à violência doméstica, foram realizados 4.546 procedimentos e apenas 1.680 denúncias oferecidas em 2011. Muitas dessas queixas registradas não chegam ao Ministério Público, nós recebemos apenas de 8 a 9% do número de inquéritos instaurados.

Em 2007, por exemplo, foram 14.515 registros, e nós recebemos 401 inquéritos. Em 2011, as DEAMs registraram 9.134 e, até o momento em que fizemos a apuração, deu esse número de 1.681 denúncias. Muitos desses inquéritos vêm com falta de laudo do Instituto Médico Legal, com uma questão que nos debatemos muito com os nossos colegas, que é a cobrança da oitiva de testemunhas, a Lei Maria da Penha, inclusive, dá um reforço no sentido de que não é necessário, desde que exista o laudo que comprove a lesão corporal, mas a maioria desses inquéritos se refere à ameaça e, por isso, muitas vezes eles retornam e vêm de novo para a nossa instituição para que ofereçamos as denúncias. Então, essas são as justificativas em relação ao número de denúncias oferecidas, que não bate, realmente, com o número de inquéritos instaurados, e em quantas denúncias houve condenação...

Srª Senadora e nobres Deputadas, essa questão da condenação, a falta do Tribunal de Justiça nesse espaço, são uma sinalização de uma grande dificuldade nossa, o que já foi relatado aqui ontem. (*Palmas.*)

Nós não temos conhecimento de sentenças de mérito, talvez a Firmiane, posteriormente, possa subsidiar a Drª Célia Padilha, mas não temos notícias de sentenças condenatórias. Nós temos notícias de sentenças por prescrição, nós temos notícias de não sentenças e nós temos notícias do não funcionamento da Vara especializada, por mais que essas militantes e essas guerreiras, defensoras, que estão aqui, como a Firmiane, a Cristina, as minhas colegas Promotoras de Justiça, mas não conseguimos, infelizmente, durante esse período em que a Vara foi instalada, avançar no que diz respeito ao final desse tempo de justiça.

Se depender de sentenças julgadas, esse tempo de justiça, parece-me, é interminável, nós temos muitas desilusões. Na verdade, o que garante muitas vezes a vida dessas mulheres é o trabalho que é feito, sobretudo pela Defensoria Pública, no que diz respeito às medidas protetivas. E aí já respondo à próxima pergunta. Nós temos uma atuação fundada em muita parceria e, por conta de as colegas da Defensoria Pública terem a habilidade de proporem determinadas ações, como alimentos, como separação de corpos, há um pacto entre nós de que as medidas protetivas sejam requeridas pela Defensoria Pública - não obstante, na

ausência delas ou em algum momento, porque quase nunca a Defensoria fica sozinha, quando uma está ocupada a outra está lá... Mas temos, em Salvador, um pacto de que essas medidas protetivas sejam encaminhadas por elas, porque elas têm uma habilidade para essa proposição de várias ações. Inclusive, para essas ações que vinham sendo propostas para além das medidas protetivas... Recentemente, a Defensoria Pública perdeu um recurso porque, para proteger as mulheres, elas faziam todas as ações necessárias na Vara especializada. A presidência do Tribunal de Justiça baixou uma resolução onde elas agora estão aprisionadas a apenas as medidas protetivas, as chamadas medidas urgentes, cautelares, de alimentos, de afastamento do lar, o que provavelmente vai resultar em vários problemas para as mulheres. Acho que já respondi.

Em relação à delegacia, instauramos um procedimento, um inquérito civil, e também, em relação às delegacias, nós participamos, junto com a Defensoria Pública, na formação de delegados e delegadas de polícia durante todo o ano de 2011. Procuramos não somente a perseguição criminal ou o denunciamento, simplesmente, mas tratar nessa causa a raiz.

Participamos, junto com a Acadepol, de um treinamento que foi acessível a todas as delegadas de DEAMs e também das circunscrições e das plantonistas, mas existe o inquérito civil instaurado, nós estamos fazendo visitas técnicas em todas as delegacias e estamos em contato permanente em relação a essa questão da orientação. Agora, justiça se lhe faça. Eu gostaria de fazer o registro de que, mesmo com todas as dificuldades que a DEAM de Brotas e a DEAM de Piripiri enfrentam, nos últimos cinco anos passamos de 1,6% - isso está no relatório que já encaminhei, posso até estar enganada nesse percentual, mas era um percentual bem baixo -, em 2011, aumentamos para 16,8% o número de remessas de inquéritos policiais pelas DEAMs, um número superior na Bahia às outras delegacias, como a Delegacia da Criança e do Adolescente, como a Delegacia do Idoso, como a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes. Elas conseguem, com todas essas dificuldades nesses últimos cinco anos, aumentar significativamente o número de inquéritos remetidos para que possamos iniciar a ação penal. Acho que respondi a todas as perguntas.

Concluindo, mais uma vez quero colocar esse grupo de atuação e defesa da mulher à disposição das Senhoras e dos Senhores. Sei que há vários representantes aqui da encruzilhada de direitos, dos territórios de identidade. Estamos à disposição para receber não só essas informações dos crimes acontecidos como eventuais desídias praticadas por colegas ou por servi-

dores do Ministério Público, que muitas vezes pode ser por deliberação ou não, porque nós, realmente, temos muitas atribuições e muitas vezes não conseguimos dar conta com tantas Comarcas vagas por conta dessa dificuldade dos concursos públicos preencherem todas as vagas de Promotores de Justiça no Estado da Bahia. Coloco-me à disposição para qualquer...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Márcia, nós estamos aqui há 40 minutos depois do prazo de entrega. Nós recebemos uma reclamação do Ministério Público, que passarei à Senhora, tem o nome da pessoa, para que a Senhora possa fazer um contato direto. Nós agradecemos muito. Consideramos que as demais informações e sugestões a Senhora pode nos enviar para que anexemos ao relatório. Sem dúvida nenhuma, cumprimentá-la pelo excelente trabalho, não só que o Ministério Público faz, mas pela interlocução, sobretudo com as delegacias.

A SRª MÁRCIA RIBEIRO TEIXEIRA – Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos agora passar a escutar o último depoimento, que é da sociedade civil, com um esclarecimento.

Somos cobrados aqui pelo fato de a sociedade civil ser ouvida por último. Não, a sociedade civil foi escutada em primeiro lugar. Ontem, a CPMI veio, com a presença da Deputada Alice, da Senadora Lídice e da Senadora Ana Rita, antecipadamente, para escutar um movimento de mulheres e a sociedade civil. Isso porque o Regimento não permite essa troca que ontem a reunião permitiu. Em segundo lugar, é com base no depoimento dos movimentos de mulheres ontem escutados, parece-me que estavam presentes em torno de cinquenta pessoas de diferentes movimentos, oitenta pessoas presentes... Eu não vim porque tive de ficar lá para votar o Código Florestal, por um voto a gente não perdeu, foi aprovada a medida provisória, depois serão os destaques. Mas, são as primeiras a serem escutadas. Nós trazemos aqui para institucionalizar a entrega do relatório, porque nós viemos aqui – não é cobrando o movimento social – para cobrar dos secretários do Ministério, do Tribunal de Justiça. Eles têm de responder pelas tarefas deles. Os movimentos sociais são escutados antes para nos ajudar na cobrança. Por isso que neste momento, para regulamentar a entrega do depoimento e do dossiê, chamamos Sulie Nascimento, coordenadora da Regional da Articulação de Mulheres do Brasil que, inclusive, foi um dos primeiros movimentos, junto com os outros, a serem escutados por esta CPMI. Antes de escutar as autoridades, a CPMI escutou as representantes dos diferentes movimentos, coisa que fazemos quando chegamos ao Estado.

A Senhora tem até 20 minutos para que a gente possa entregar com até uma hora de atraso o espaço.

A SR^a SULIE NASCIMENTO – Boa noite a todas e a todos os que estão presentes. Saúdo as Exmas. Senadoras e faço a entrega oficial do dossiê que a Rede de Articulação de Movimento de Mulheres, que possui organizações governamentais e não governamentais. Entrego em mãos às Senadoras este dossiê da Bahia, construído por muitas mãos e com muitas dores (palmas). Está entregue oficialmente o dossiê da Bahia, da violência contra a mulher nesse Estado.

Antes de iniciar a minha fala, tenho uma solicitação a ser feita, que a companheira de Rio dos Macacos, cuja oitiva seria feita, infelizmente, teve de voltar correndo para Rio dos Macacos porque está tendo problemas por lá. Queríamos solicitar que a CPMI venha ouvir as mulheres de Rio dos Macacos antes que as coisas piorem. É uma solicitação do Movimento que a CPMI venha ouvir as mulheres de Rio dos Macacos.

É uma tarefa muito difícil estar aqui trazendo a voz do movimento de mulheres desse Estado. Eu sou Sulie Nascimento, estou coordenadora da Associação de Mulheres Amigas de Itinga, da Regional da Articulação de Mulheres Brasileiras e estou Presidente do Conselho de Mulheres em Lauro de Freitas.

Diante de tantas falas que nos antecedem, do nosso Poder Público, é estranho para nós concluir, depois de tantas falas, que a Bahia é o oitavo Estado que mais mata mulheres, porque muitas falas aqui, Senadoras e Deputada, dão a impressão de que não estamos nesse ranking porque parece que está tudo bem, porque parece que as políticas para as mulheres são prioridade nesse Estado, e as políticas para as mulheres, o enfrentamento à violência contra a mulher não são prioridade.

A Senadora perguntou ao Secretário em que escala estaria, de prioridade, o enfrentamento à violência contra a mulher. Nós, do movimento de mulheres e feministas, que atuamos diretamente com as mulheres que sofrem violência nesse Estado, dizemos, Senadoras, que não estão incluídos nessa escala de prioridades, porque não há prioridade. Se houvesse prioridade nesse Estado não teríamos quinze DEAMs somente nesse Estado, nós não teríamos somente dezenove Centros de Referência, nós não teríamos, em cinco anos, instalados nesse Estado uma DEAM por ano. Um Estado de um tamanho e muita diversidade. Então, nós, Senadoras, não podemos aqui compactuar. Que haja, realmente, prioridade no enfrentamento à violência contra as mulheres desse Estado (palmas). Não podemos acordar com isso, não podemos com tudo aquilo que alguns Secretários nos trouxeram.

Eu fiz uma pesquisa para não me esquecer de nada. Preciso resgatar, Senadoras, a luta de mais de trinta anos dos movimentos de mulheres e feministas no enfrentamento à violência contra a mulher. Preciso resgatar que nesse período houve avanços, sim, mas esses avanços não chegam aonde precisam chegar, porque esses avanços são mínimos, esses avanços não têm chegado às mulheres que a gente tem acompanhado, às mulheres que estão morrendo todos os dias, todas as horas, nesse Estado.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Estado Brasileiro... Fiz questão de colocar aqui que o Estado brasileiro reconhece a violência de gênero, raça e etnia, como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública. Isso está no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Governo brasileiro reconhece isso. Mas, o que tem sido feito com esse reconhecimento? O que acontece, como que ele reconhece a violência? Em uma década temos mais de 42 mil mulheres assassinadas. Onde está o reconhecimento disso? Nas mortes, nas violações? É aí que está o reconhecimento da violência?

Outra fala nos chamou a atenção, a fala da Secretária de Políticas para as Mulheres, quando ela disse que a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres só tem 25 funcionários. Isso é muito desrespeitoso! É essa a prioridade das políticas para as mulheres nesse Estado? Uma Secretaria que tem um papel extremamente importante para as mulheres desse Estado, deste país, ter no seu quadro 25 funcionários para atender mais de 400 municípios? Nós não podemos mais nos calar! Nós nunca nos calamos e continuaremos não nos calando!

Nós temos aqui vários pontos que, para nós, são extremamente emblemáticos. A ausência do Tribunal de Justiça nesta audiência, para nós, significa a prioridade que esse Estado está nos dando no enfrentamento da violência contra a mulher. (Palmas.)

Essa ausência significa, se desenha, porque a maior dificuldade das nossas mulheres é o acesso à Justiça, a maior dificuldade das nossas mulheres, e a Promotora Márcia Teixeira, nossa parceira nessa luta, falou antes aqui que o acesso à Justiça para as nossas mulheres, Dr^a Márcia, é sonho, ainda não é realidade nesse Estado, porque, se fosse realidade, não seríamos o oitavo Estado que mais mata mulheres, não estaríamos nesse ranking. Não é esse o lugar em que queremos estar, nós queremos que as nossas mulheres sejam respeitadas, nós queremos que as nossas mulheres tenham garantia de vida nesse Estado. Nós estamos na ponta, enquanto organizações de mulhe-

res, e na maioria das vezes somos nós que fazemos o primeiro acolhimento dessas mulheres sem recursos, sem dinheiro. Fazemos um acolhimento humanizado, um acolhimento respeitoso. Não podemos admitir que servidores e servidoras que recebem os seus salários para fazer um acolhimento humanizado dessas mulheres não o façam! Não podemos admitir que os nossos impostos não estejam garantindo a nossa segurança! Não podemos admitir que os nossos impostos não estejam garantindo a vida das mulheres nesse Estado.

Temos muitas dificuldades, mas, sem dinheiro se trata com respeito. Sem dinheiro se trata com dignidade; sem dinheiro se atende com decência mulheres que vão buscar o serviço, as mulheres que acessam os serviços. Nós temos um recorde absurdo de queixas do atendimento nas delegacias comuns. Infelizmente, só temos quinze delegacias. Queria até - queria que o Secretário de Segurança estivesse aqui - fazer um reforço, pois há mais de dez anos Lauro de Freitas solicita uma Delegacia de Mulheres que, até hoje, não chegou. Foi promessa de campanha dentro da nossa cidade uma delegacia de mulheres. Vai chegar a Lauro de Freitas, a gente só não sabe quando. Quase 200 mil habitantes, Deputada, e nos foi prometido que essa delegacia chegaria, mas, até hoje, não chegou.

Infelizmente, o nosso maior recorde de queixas está nas Delegacias comuns, que têm tratado as mulheres com muita violência, com muita agressividade, têm induzido as mulheres à reconciliação, não estão registrando queixas. Nós temos casos de mulheres que acessaram as delegacias mais de uma vez e, quando se foi fazer a busca do boletim, do BO, não havia nenhum registro, nenhuma queixa. Isso é brincar de fazer política com a gente, é brincar de dar segurança para as mulheres nesse Estado! Não podemos aceitar, Senadoras, Deputada, que esse Estado continue agindo assim com as mulheres, que têm morrido diariamente, que têm sofrido diariamente!

Não podemos aceitar esse descaso de gestores e gestoras, que tem sido muito perigoso para nós, tem sido perigoso porque nós, que estamos colocando essas mulheres dentro de nossas casas, infelizmente, estamos colocando as nossas vidas também em jogo, porque não tem serviços de abrigo, porque não tem política de habitação para essas mulheres, que estão sendo condenadas ao desterro, Senadoras. Elas sofrem a violência e são obrigadas a sair de seus municípios para não morrer, elas são obrigadas a cortar vínculos preciosos, os vínculos com a família, com os amigos, com os filhos delas. E, mesmo indo para outros municípios, elas estão jogadas, elas não estão tendo o apoio do Estado, porque o que alegam é que o município não pode garantir a vida delas em outro

município. Nós temos casos de mulheres que estão com a morte decretada e que precisaram ser retiradas do município, estão passando fome, Senadoras, estão morando em abrigos com filhos pequenos.

Não dá para falar sem se emocionar, companheiras, porque nós sentimos essas dores, nós vivenciamos essas dores. Não dá para chegar aqui e ficar ouvindo o que ouvimos aqui, o que passam para nós o tempo todo e que a gente sabe que é mentira. *(Palmas.)*

Essas mentiras a gente não quer ouvir mais. Chega de tantas mentiras! Chega de tantas mentiras, porque as mulheres estão morrendo e vão continuar morrendo dessa forma se não houver uma mudança drástica nisso. Se não houver uma mudança drástica as mulheres vão continuar morrendo, passando necessidade.

Coloquei aqui que os representantes desse Estado, fazendo uma ironia, até certo ponto, ainda estão deitados em berço esplêndido. Só podem estar deitados em berço esplêndido! Acredito que essa história só vai mudar, Senadoras, Deputada, Exas..., quando - meu Deus, o meu tempo está indo embora - começar a doer no bolso desse Estado, quando essas famílias entrarem com uma ação de indenização pela morte de suas mulheres, quando os filhos pedirem indenização pela morte de suas mães, porque o que dói no sistema capitalista é o dinheiro (palmas). Só assim a gente pode até pensar numa mudança, quando o Estado começar a indenizar essas famílias, esses filhos que presenciam suas mães morrendo ao lado deles. Para aonde vão essas crianças depois? Eu só tenho três minutos, gente, preciso correr um pouco.

Não posso esquecer a rede de serviços, um instrumento extremamente importante que não tem tido investimentos, não tem tido capacitação profissional. Há uma total desarticulação entre os serviços! A gente percebeu claramente aqui, na fala dos secretários, que não há transversalidade, Senadoras, o que a gente percebe claramente no depoimento deles aqui. Não há transversalidade dentro dessas secretarias, muitas nem sabem o que uma tem, o que a outra está fazendo. Então, essa rede de serviços vai continuar inoperante porque os serviços não estão articulados. O serviço de defesa, de atendimento à mulher, não está articulado, o que está articulado, companheiras, é o movimento de mulheres, o que está articulado são as companheiras que fazem parte de serviços, que são comprometidas, que construíram esse dossiê, não têm recursos para esses serviços.

Os Centros de Referência, falando de Salvador, que só tem um Centro de Referência, mas centenas de municípios aqui não têm nenhum, nós só temos dezenove. Então, como pensar em proteção às mulhe-

res se os atendimentos básicos não têm acontecido nesse Estado?

Não posso me esquecer, Senadoras, de falar que sem orçamento para o enfrentamento à violência contra a mulher, sem orçamento para as políticas para as mulheres, vamos continuar no ranking em que estamos, porque é brincadeira pensar em política sem ter orçamento para os equipamentos, sem ter orçamento. Como uma Secretaria Estadual pode atender a um Estado com um quadro mínimo desses, com um orçamento de quase nada? Então, para nós, do movimento, é brincar de fazer política com a população, é brincar de fazer política com as mulheres (palmas), é não respeitar as nossas mulheres, é olhar as nossas mulheres sendo violentadas, estupradas e assassinadas e continuar no berço esplêndido.

Nós temos outros problemas, os agentes que têm negligenciado a lei. São coisas que muitos falaram por aqui. A Lei Maria da Penha não tem sido respeitada nesse Estado, não tem sido aplicada nesse Estado. Agressores, assassinos, continuam sem julgamento, continuam sem condenação, continuam soltos para assassinar novamente, para matar outras mulheres. Os depoimentos que as Senadoras ouviram ontem ainda não representam o mínimo da dor que as nossas mulheres têm sofrido.

Ali foi um percentual muito pequeno comparado ao que as mulheres deste Estado têm sofrido.

Vou finalizar porque o tempo já foi... tinha muita coisa aqui ainda para a gente falar. Eu só espero uma coisa. que a CPMI... agradecer, porque me esqueci de fazer esse agradecimento, a esse momento histórico, que é a CPMI de Violência contra Mulher. Isso é histórico, nós agradecemos, nós apoiamos e nós estaremos nessas trincheiras de luta, porque nós queremos resultado. Nós queremos a cassação da violência, nós queremos a cassação dos negligentes, nós queremos a cassação dos homicidas, nós queremos a cassação, Senadoras, nós queremos a cassação dos Poderes Públicos que têm sido coniventes e que têm sido omissos com tanta violência que tem acontecido neste Estado para as nossas mulheres.

E, para fechar, quero dizer que a frieza dos dados não reflete as dores silenciadas, os gritos silenciados, as marcas cravadas nos corpos e almas mutilados, que clamam por justiça, por proteção e pela garantia do direito mais fundamental das mulheres, que é o direito de viver.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos a Suli Nascimento, que deu aqui o depoimento com a emoção e a indignação dos movimentos de mulheres, que enfrentam essa questão.

Antes do encerramento, primeiro gostaria de fazer um grande agradecimento a todas vocês que de maneira muito corajosa, firme, passaram-nos as informações na tarde de ontem, na reunião com os movimentos sociais. Agradecer a presença aqui da companheira. Dizer que este momento realmente é um momento histórico, importante, mas que não se esgota aqui, porque é importante que o processo de mobilização, de articulação da sociedade e dos Poderes Públicos permaneça. Então, a luta continua. A CPMI está oferecendo uma contribuição a este processo de enfrentamento à violência contra a mulher, mas luta continua. A CPMI sozinha não vai resolver os problemas. É apenas uma contribuição. Esperamos que seja importante no enfrentamento, na solução desse grave problema.

Quero também agradecer a presença dos secretários e das secretárias que se mantiveram aqui até o final. Isso é muito importante. Isso mostra o compromisso dos profissionais e automaticamente dos poderes que estão aqui representando com esta causa. Então, agradecer muito quem permaneceu aqui até o final, inclusive o Ministério Público na pessoa da Drª Márcia, que aqui esteve nos falando.

Duas coisas que quero fazer encaminhamento agora: primeiro, com relação à Defensoria Pública, nós tivemos... A Drª Firmiane está aí? Está aqui, é porque você estava sentada aqui. Primeiro agradecer muito a vocês duas, que ontem estiveram conosco conversando na Vara especializada. Foi importante aquele momento. As contribuições que vocês nos trouxeram foram valiosíssimas. Isso mostra que temos profissionais sérios, compromissados com a causa, que querem fazer a diferença, que querem contribuir. Então, agradecer muitíssimo a Drª Firmiane, como também a Drª Cristina. (Pausa.)

Desculpe, Drª Cristina.

A SRª CRISTINA HULME – Cristina Hulme.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada pela participação de vocês.

Mas na audiência pública de hoje, nós convidamos a Defensora Pública Geral. No máximo, para substituí-la aqui, para CPMI, seria o Subdefensor-Geral. Sabemos que a Drª Firmiane foi delegada para falar aqui, mas nós achamos por bem convocar a Defensora Pública Geral para que vá a Brasília prestar as informações que a CPMI deseja.

Por favor, agradeçam a ela a indicação, mas, diante dos procedimentos que temos adotado inclusive nos outros Estados que é o mesmo, na ausência do titular no máximo quem está logo abaixo. Sabemos da competência, da seriedade com que as senhoras têm conduzido o trabalho, mas é importante para CPMI

ouvir o subdenfensor. Neste caso, vamos fazer um requerimento para Defensora Pública-Geral.

E dizer também que a Defensoria Pública não encaminhou, pelo menos nós não recebemos, os pedidos de informação.

(Manifestação da plateia, fora do microfone)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Só o núcleo, mas não referente ao Estado.

Então, nós vamos cobrar também da Defensora Pública-Geral as informações de que CPMI precisa. Então, vamos dar um prazo para que ela possa nos passar essas informações.

Com relação ao Tribunal de Justiça, é importante também afirmar e dizer aqui que não nos repassou as informações que nós solicitamos há mais de um mês. Inclusive a CPMI recebeu um ofício do Juiz Assessor da Presidência, Dr. Ricardo Schmitt, informando da impossibilidade de o Presidente estar presente aqui, mas que também teria delegado à Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica a Dr^a Nágila para estar aqui, mas que ela também não pode estar, e que ele solicita, de acordo como documento que recebemos, se pudéssemos fazer a audiência pública em outra data.

Claro que não iríamos adiar e nem mexer na data da audiência pública. Então, o encaminhamento dado por esta CPMI é que vamos também convocar o Presidente do Tribunal de Justiça para que ele possa prestar as informações em Brasília. Este é um procedimento... *(Interrupção do som)*

Fui boicotada aqui, eu acho.

Esse é um procedimento que estamos adotando em todos os Estados por onde estamos passando.

Recentemente, nós convocamos dois Secretários de Santa Catarina, porque eles também não estiveram presentes na audiência pública realizada no Estado de Santa Catarina.

Então, não será diferente aqui no Estado da Bahia e também não será diferente com o Tribunal de Justiça.

O procedimento é mesmo, o tratamento é igual. É assim que nós estamos nos colocando.

Então, no mais, da minha parte, como relatora desta Comissão, quero agradecer muito a todos vocês, Secretários e Secretárias aqui presentes, agradecer aos movimentos sociais de mulheres, pela importante contribuição que vocês ofereceram, todas as informações que nós recebemos – isso é importante ficar claro para vocês – possivelmente durante toda esta tarde, muitos depoimentos foram colhidos, talvez nem todos saibam disso, mas muitos depoimentos foram colhidos, em sala segura, reservada, as pessoas também serão preservadas.

Tudo isso que nós recebemos será dado encaminhamento. Nada ficará sem encaminhamento. Nada

ficará. O que depender da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a Presidenta Jô está aqui, a nossa companheira, a Deputada Alice Portugal, que é membro da Comissão também, nada ficará sem encaminhamento. Então, todas as informações que recebemos, inclusive as escritas nos papezinhos, tudo o que a gente recebeu que é de relevância para a CPMI será assegurado, constará do nosso relatório, preservando com certeza as vítimas, preservando os nomes para que não haja nenhum problema.

Então, queremos agradecer muito a todas vocês e desejar força, coragem nessa caminhada que não é fácil, sabemos que não é fácil, mas é necessário enfrentar os problemas e as dificuldades.

Desejar a vocês tudo de bom.

A CPMI está à disposição de vocês.

Quem quiser e puder acompanhar os trabalhos da CPMI é só acessar o site do Senado Federal: www.senado.gov.br

Tem um link que leva aos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Todos os documentos entregues aqui que são públicos serão colocados no site. Então, os documentos que vocês entregaram aqui estarão disponibilizados também no site da CPMI.

Então, muito obrigada. Um abraço para vocês e sucesso nessa caminhada difícil, mas necessária. *(Palmas)*

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Mais uma vez agradecendo a Câmara Municipal nas pessoas da Vereadora Aladilce, da Vereadora Marta, da auditora desta Casa, da Vereadora Olívia, em nome da Élvia, todos os que nos apoiaram nesse encontro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada a reunião às 14 horas e 46 minutos e encerrada às 19 horas e 13 minutos)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 25ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2012, às 15 horas e 07 minutos, na Sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG) e com a presença dos Senadores: **Ana**

Rita (PT/ES), Marta Suplicy (PT/SP), Ana Amélia (PP/RS), Armando Monteiro (PTB/PE), Lídice da Mata (PSB/BA) e Sérgio Souza (PMDB/PR); e dos Deputados: Marina Santanna (PT/GO), Eduardo Azevedo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Keiko Ota (PSB/SP), Carmem Zanotto (PPS/SC), Dalva Figueiredo (PT/AP), Luci Choinacki (PT/SC), Nilda Gondim (PMDB/AP), Aline Corrêa (PP/SP) e Rosane Ferreira (PV/PR). Deixam de comparecer as Senho-

ras Senadoras: Ângela Portela (PT/RR); Lúcia Vânia (PSDB/GO) e Maria do Carmo Alves (DEM/SE); e os Senhores Deputados: Dr. Rosinha (PT/RR); Teresa Surita (PMDB/RR); Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE); Sueli Vidigal (PDT/ES); Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG). Na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria
656/12	Requer seja convocado o Representante do Ministério Público da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sumaré/SP, Dr. Gaspar Pereira da Silva, para prestar esclarecimentos sobre o Processo-crime 604.01.2006.010997-5/000.	Deputada Aline Corrêa
657/12	Requer a realização de Diligência da Comissão em São Felix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.	Deputada Marina Sant'Anna
658/12	Requer a realização de Diligência da Comissão em Luziânia, Valparaíso, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás; e, ao Instituto Médico Legal - IML, Juizado Especial da Cinelândia e ao Centro de Referência da Rodoferroviária, no Distrito Federal.	Deputada Marina Sant'Anna
659/12	Requer a realização de Diligência da Comissão em Goiânia, no Estado de Goiás.	Deputada Marina Sant'Anna
660/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
661/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
662/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Acre informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
663/12	Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo a remessa dos autos do processo referente à acusação de crime de estupro cometido pelo Deputado Estadual Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.	Senadora Ana Rita
664/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
665/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Espírito Santo informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
666/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Distrito Federal informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
667/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
668/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
669/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
670/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
671/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
672/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita

673/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Pará informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
674/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
675/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
676/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
677/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
678/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
679/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
680/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
681/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
682/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
683/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
684/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
685/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
686/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
687/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Rita	Ana
688/12	Requer à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco informações referentes aos compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Recife, no dia 16 de abril do corrente ano.	Senadora Rita	Ana
689/12	Requer à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco informações a respeito do funcionamento do Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros – CISAM.	Senadora Rita	Ana
690/12	Requer informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.	Senadora Rita	Ana
691/12	Requer a realização de diligência ao Complexo Portuário de SUAPE no Estado	Senadora	Ana

	de Pernambuco, para verificar denúncias, apresentadas a esta CPMI durante a Audiência Pública realizada no dia 16/04 do corrente ano na cidade de Recife.	Rita	
692/12	Requer informações à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, complementares àquelas apresentadas durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano.	Senadora Rita	Ana
693/12	Requer à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais informações referentes aos compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano.	Senadora Rita	Ana
694/12	Requer à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais informações referentes a compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano.	Senadora Rita	Ana
695/12	Requer ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais informações sobre a criação de nova Vara de Violência Doméstica naquela Capital, bem como no tocante aos Funcionários a ela destinados e equipe multiprofissional.	Senadora Rita	Ana
696/12	Requer a realização de oitiva da Dra. Flávia Batista Rocha, juíza responsável pelo processo referente ao caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre a tramitação do processo.	Senadora Rita	Ana
697/12	Requer a realização de oitiva da Dra. Cassandra Maria Duarte, delegada responsável pelas investigações do caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre as investigações efetuadas.	Senadora Rita	Ana
698/12	Requer sejam convidados para audiência pública representantes da Comissão de Juristas com a Finalidade de Elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP, constituída pelo Senado Federal.	Deputada Moraes	Jô
699/12	Requer seja aprovado Grupo de Trabalho da CPMI para a formulação do Fundo Orçamentário para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher.	Deputada Moraes	Jô
700/12	Requer a convocação do Sr. Eder Pontes da Silva, Procurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.	Senadora Rita, Deputada Keiko Ota e Deputada Jô Moraes	Ana
701/12	Requer a convocação do Sr. Josemar Moreira, Subprocurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.	Senadora Rita, Deputada Keiko Ota e Deputada Jô Moraes	Ana
702/12	Requer a realização de diligência ao município de Queimadas, Estado da Paraíba, no dia 13 de setembro de 2012, para colher informações in loco sobre o caso do estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012 e para verificar as condições de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social e da unidade de Saúde da Família, equipamentos do município que devem atender às mulheres em situação de violência.	Senadora Rita	Ana
703/12	Requer a realização de oitiva da Dr. Márcio Teixeira, promotor de justiça responsável pelo caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre o caso.	Deputada Moraes	Jô
704/12	Requer ao Governador do Estado de Alagoas informações e cópias relativas ao Programa Brasil Mais Seguro.	Senadora Rita	Ana

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Esta reunião da comissão foi convocada, também, com o objetivo de deliberar acerca de audiências e procedimentos que nós deveremos realizar nesse período. Ainda não temos o quórum para deliberação, mas nós temos o quórum para a abertura da reunião.

Eu queria propor que a nossa Senadora Ana Rita desse uma breve informação sobre a dinâmica dos trabalhos que estão previstos pela relatoria e, em seguida, cada Deputada ou Deputado, Senador ou Senadora presente poderia, também, dar uma breve informação acerca da dinâmica dos trabalhos nos Estados onde já se realizaram as audiências públicas e nos Estados em que vão se realizar os preparativos, particularmente no Estado de Goiás e no Estado da Paraíba, aqui presentes, que ainda não se realizou.

Então, enquanto aguardamos para atingir o número regimental, vamos utilizar esse tempo.

Com a palavra a Senadora Ana Rita para suas informações.

Eu queria dizer a vocês que, no Estado de Minas Gerais, completamos, ontem, o número de 60 assassinatos de gênero nesses meses todos. Só em agosto, até este dia, foram 9 mulheres assassinadas; dessas 60, 4 estavam grávidas. Há um clima de comoção e de determinação das instituições que nós deveremos, depois, tratar...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Boa tarde para todas as companheiras, também ao Senador Eduardo Azeredo e a todos que nos acompanham.

Eu acredito que nós poderíamos, Deputada Jô, fazer uma reflexão sobre o nosso cronograma para este segundo semestre. Pelo nosso plano de trabalho, ainda faltam alguns Estados para que possamos realizar as audiências públicas, conforme nós vínhamos fazendo até então.

Só para informar aos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nós já realizamos audiências públicas em nove Estados. Então, fizemos, primeiro, em Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, São

Paulo e Bahia – nessa mesma ordem em que foram realizadas audiências públicas. Podemos fazer aqui um balanço de que essas audiências públicas foram bastante positivas, considerando que tivemos a presença de todos os órgãos públicos na grande maioria dessas audiências e, também, a presença forte, marcante, da sociedade civil organizada.

O resultado é bastante proveitoso, podemos afirmar que o quadro que nós estamos percebendo nos Estados se repete na maioria deles. É claro que, em alguns Estados, os problemas se concentram mais nos serviços prestados pelo Poder Executivo; em outros Estados, os problemas, as dificuldades se concentram muito mais no sistema de justiça. Mas, de um modo geral, vimos que as situações são muito semelhantes nos Estados por onde nós passamos. Há algumas iniciativas positivas, interessantes.

Também podemos afirmar que, com a passagem da CPMI, algumas providências já foram adotadas por boa parte dos Estados, como é o caso, por exemplo, do Estado do Paraná, que criou, recentemente, mais cinco novas varas. Isso é fruto da passagem da CPMI no Estado do Paraná. Isso é muito bom. Em outros Estados, têm acontecido situações semelhantes de criação de varas. Isso mostra que a CPMI tem tido um efeito positivo e sensibilizado as autoridades públicas por onde estamos passando, mas isso não é suficiente. Sabemos que muita coisa ainda precisa ser feita e o objetivo da apresentação do nosso relatório é justamente fazer esse balanço e apresentar quais são as principais dificuldades e propor as medidas para que essas dificuldades possam ser sanadas em todos os Estados e com relação a todos os poderes constituídos.

O que gostaria, como Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é de fazer uma reflexão com o nosso colegiado a respeito das audiências públicas que faltam.

Conforme vocês já sabem, foi apresentado um requerimento solicitando a prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Esse requerimento já foi aprovado pelas duas Casas, na sessão do Congresso, não é isso Oscar? Já foi aprovado e, portanto, temos um tempo maior para concluir nossos trabalhos.

Penso que é muito bom concluirmos antes do prazo que temos pela frente. Com a prorrogação teremos mais 180 dias de prazo, o que significa que entraremos em 2013. Particularmente acho que deveríamos concluir os trabalhos ainda este ano. Acho que o tempo que temos é suficiente para que façamos aqui pelo menos quase tudo previsto no nosso plano de trabalho. Por que acho importante concluir este ano? Porque depois vamos entrar no recesso de dezembro

e janeiro, o mês de fevereiro é um período não muito produtivo, vem carnaval do ano que vem, enfim, as coisas acabam demorando muito.

Penso que, diante do que temos de informações já colhidas não só nas audiências públicas que realizamos nos Estados, mas também das audiências públicas realizadas aqui, já nos dá condições de apresentar um bom relatório. Penso que poderíamos tentar construir esse cronograma do segundo semestre de tal modo que possamos apresentar o nosso relatório final no mais tardar no início do mês de dezembro, para que possamos aprovar nesta Comissão e fazer os devidos encaminhamentos para as autoridades públicas. Já tive essa conversa com a nossa assessoria, que está nos ajudando a fazer o relatório e, na nossa avaliação, é possível concluir os trabalhos ainda este ano, embora não seja possível – e isso eu quero refletir com vocês – para atender todas as demandas de audiências públicas.

Então, vejam bem, vocês poderão ter em mãos – e peço ao Pena para entregar a vocês – no nosso cronograma de trabalho quais os Estados que já realizamos as audiências públicas, os Estados onde já há audiências marcadas, combinadas com autoridades locais e os Estados que ainda faltam ser contemplados com as audiências públicas. Tenho uma proposta a fazer, se vocês assim concordarem já fiz uma pré-conversa com a nossa Presidenta Deputada Jô. Vocês estão com o cronograma? Os Estados de 1 a 9 são os Estados em que já realizamos audiências públicas. Os Itens 10 e 11, que são os Estados da Paraíba e do Amazonas, estão com essas datas programadas: na Paraíba 13 e 14 de agosto, digo, de setembro e, no Amazonas, dia 9 de novembro.

Agora, consta ainda no nosso plano de trabalho os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Pará e Tocantins. Outros Estados que foram solicitados por parlamentares da Comissão e que não estavam no nosso plano de trabalho: os Estados do Ceará, Amapá e Sergipe e também os Estados do Acre, Piauí e Maranhão que foram solicitados por outros parlamentares que não são membros desta Comissão.

A nossa proposta é de que, na medida do possível, possamos atender todas as regiões do nosso País. A Região Sul já foi 100% contemplada e, portanto, já estivemos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; na Região Sudeste só ficou faltando o Estado do Rio de Janeiro, mas já estivemos no Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais; no Nordeste já estivemos em vários Estados como Pernambuco, Alagoas, Bahia e, agora, iremos à Paraíba. Então, portanto, da Região

Nordeste, quatro Estados serão visitados. Faltaria irmos à Região Centro-Oeste e à Região Norte.

A minha sugestão, e me parece que a Deputada Jô também tem esse entendimento, é que nós possamos ir ao Estado de Mato Grosso do Sul, porque nós já tínhamos uma audiência pública agendada em Mato Grosso do Sul, que tinha sido mobilizada, inclusive, pelo pelos nossos parceiros locais, movimentos sociais e parlamentares locais, mas não foi possível na data programada, e tivemos de fazer o adiamento.

Então, a minha sugestão é de que possamos manter Mato Grosso do Sul.

A Região Norte, nós teríamos de ver – estamos com o Amazonas agendado, já, para o dia 09 de novembro – se nós vamos a mais algum Estado da Região Norte ou não, se ficaremos só com o Estado do Amazonas.

A princípio, a ideia é que a gente possa fazer pelo menos mais dois Estados além dos que já estão programados – Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste, e tem Goiás. A Deputada Marina já está mobilizando para que possamos fazer aqui em Goiás. Goiás é próximo, é mais fácil de os parlamentares estarem presentes e é um período, também, que é menos demandado, em Goiás, em função do processo eleitoral também, que aqui no DF não tem nesse período. Então, isso facilitaria bastante, para não haver, inclusive, conflitos de agendas e tudo mais.

Então, a nossa sugestão seria esta: na medida do possível, a gente tentar pactuar os Estados, de tal modo que a gente possa concluir esse cronograma ainda neste segundo semestre, de tal modo que a gente possa fazer o nosso relatório e apresentar, o mais tardar, no início do mês de dezembro.

Então, era essa a reflexão que eu gostaria de fazer com o Colegiado, para ouvir a opinião de vocês também, para que possamos deliberar sobre isso.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora.

Com a palavra, para esta discussão, além de uma avaliação dos trabalhos, o balanço sobre a proposta apresentada por nossa relatora, a Deputada Rosane Ferreira.

A SR^a ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Obrigada.

Primeiro, boa tarde a todas e a todos.

Bem rapidamente, Senadora Ana Rita, eu acho, com relação à CPMI e aos trabalhos no meu Estado, que o melhor que nós tivemos lá foi poder ter pautado a imprensa no período que antecedeu a CPMI propriamente dita.

Então, nós conseguimos colocar nos meios de comunicação o diagnóstico da violência que lá se dá,

números, dados, pesquisas, e isso foi muito interessante e uma prévia muito importante para a CPMI. A CPMI teve uma visibilidade muito boa e nós, como a senhora colocou agora há pouco, conseguimos já colher os primeiros frutos: a criação de varas em cinco cidades importantíssimas no nosso Estado, geograficamente muito bem localizadas – uma na região metropolitana, sudoeste, Campos Gerais. Quer dizer, a localização dessas varas foi de suma importância, mas tudo isso por todo o cenário que foi criado.

Quando eu falo de meios de comunicação, eu não estou falando de publicidade para mandatos e para os parlamentares. Eu não estou falando disso. Eu estou falando do tema, da causa.

Nesse momento, tudo é pautado no meio da imprensa com relação às eleições. Não se fala em outra coisa, não se tem outro foco. Então, eu acho pertinente que a gente... Concordo com a senhora que o que se tem de instrumento já daria um grande trabalho, um grande relatório. Pode haver algumas situações muito particulares de outros Estados, que talvez tenham de ser vistas, mas acho que o período eleitoral prejudica um pouco a gente, no sentido da sensibilização da sociedade para o problema.

Nesse sentido, eu sugiro que a gente retome os trabalhos em outubro. Nesse sentido.

É óbvio que a gente tem pressa, a gente não quer continuar com essas coisas, continuar citando casos de violência, continuar trazendo números, engordando essa estatística tão lamentável, mas eu acho importante que a sociedade se atenha a isso, sabe? Eu acho importante que as pessoas falem disso. Eu acho importante que a gente discuta esse tipo de coisa na sociedade.

Para finalizar, vou falar uma coisa rapidamente. Durante muito tempo, antes de ser Deputada Estadual, antes de estar nesta Casa, eu trabalhava como técnica na área de saúde e era chamada para fazer as tais Sipats, não sei se a senhora se familiariza com essa situação, mas trata-se de semanas de prevenção de acidentes de trabalho em empresas. Muitas vezes eu era chamada para falar sobre DSTs, sobre AIDS com empregados, na grande maioria, trabalhadores homens. Na grande maioria homens que têm acesso tão difícil à informação, à educação, a tudo. As mulheres acabam indo mais para as unidades de saúde, até por conta da gravidez, por conta dos seus filhos, por conta de tudo. E, nesse programa do Sipat, via de regra, fala-se das mesmas coisas: DSTs...

Eu acho que em algum momento a gente tem de interagir para que a gente possa falar da Lei Maria da Penha para trabalhadores. Eu estou falando trabalhadores referindo-me a grande maioria dos brasileiros. Sabe

aquele que sai às 6 horas da manhã para o trabalho, e que fica pendurado no ônibus, e que volta às 6 horas da tarde, e não tem acesso à comunicação, que não escuta o jornal, que às 6 horas da tarde, quando volta, às vezes, para no boteco e bebe um monte antes de chegar em casa... Em algum momento essas pessoas têm de saber que existem leis; as mulheres precisam saber que existem leis que as protegem. Essas pessoas que não têm acesso, ainda, aos meios de comunicação formal, à educação formal, essa coisa toda.

Então, lá na frente, quando a gente vai trabalhando uma série de coisas, as casas, nós temos de ter outros meios de divulgação da Lei Maria da Penha, dos problemas que nós temos com a violência doméstica para toda a sociedade. Mas isso é lá na frente. Eu só estou discutindo uma forma de fazer com que as pessoas conheçam o nosso trabalho.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Rosane.

Nós pedimos aos assessores dos Deputados, àqueles que ainda não assinaram, a Deputada Aline, se for possível, para agilizar a informação, que ela possa comparecer, para que a gente possa entrar em um período de deliberação.

Deputada Marina Santanna.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT– GO) – A respeito do nosso trabalho, eu cumprimento, aqui, a Senadora, o Senador que saiu ali, as Senadoras que também passaram por aqui, as Deputadas e toda a assessoria aqui presente.

Eu penso que já tem um trabalho posto. Concordo, Senadora Ana Rita. Já tem um trabalho posto. Praticamente metade dos lugares em que se planejava anteriormente ir já teve a presença da CPMI, com grande mobilização com a sociedade, com segmentos, com o setor público. Então, penso que, para esse curto tempo, em meio a tantas agendas importantes, essa agenda foi mais importante e a CPMI puxou a atenção.

A gente, para poucos meses que temos de agora para o final do ano, e tendo em vista essa lista aqui, com esses pontos em vermelho de lugares não visitados ainda, como foi mencionado, a exemplo do Centro-Oeste que ainda não está colocado aqui, e alguns outros lugares que talvez ainda não tenhamos aprovado, assim como a Região Norte, e tudo o mais.

Em todo caso, penso que a gente, nesta reunião, tem a possibilidade de dar o trato para colocar, vamos dizer, uma compreensão mediana do que acontece no País. Porque, de fato, não tem como ir a todas as cidades. São 5.600 Municípios. Então, não tem como ir. Mas é nossa tarefa. Esse foi o esforço inicial para buscar os Municípios, as capitais, os lugares, mas eu

acho que a gente precisa ter uma média nacional do que está acontecendo, sabe?

Anteontem, à noite, me encontrei com uma amiga, faço esse relato em um minuto, e fiquei muito impressionada, porque ela era do movimento estudantil, começou no movimento secundarista, aquela pessoa com muita garra, muito desejo, tem duas filhas, e ela estava chorando compulsivamente na minha frente, pelos maus-tratos do marido. E ela, chorando e eu falando para ela: “Escuta, nós precisamos dar um jeito nisso. Nós não podemos deixar desse modo”. E ela sem a menor confiança de que, se fosse à polícia, não acabaria morta. Eu acho que o nosso desafio é compreender o que nós vamos fazer com relação a tudo isso, como é que protegemos uma mulher que, quando fala o nome do marido, chora na sua frente. Ela, na verdade, sabe da Lei Maria da Penha, está se formando agora, é uma pessoa com discernimento político, conhece o papel do Estado, sabe tudo, mas ela acha que, se ela fizer alguma coisa, ela vai ser morta ou suas filhas. E ela está lá sofrendo ameaças o tempo todo. Nós tínhamos menos de uma hora de conversa e ela falou cinco vezes a palavra “burra”: “Eu não sou burra”. Aí eu perguntei para ela: “Você está ouvindo isso daí no seu cotidiano?”. Ela disse: “Estou ouvindo, falando que eu sou burra, que eu sou gorda, que eu sou isso, que eu sou aquilo”. Então, a mulher sabe o que ela está sofrendo e ainda não tem o amparo das esferas de Estado, dos lugares, para chegar e falar assim: “Eu vou ser protegida”. Não tem ali a Casa Abrigo, não tem ali a assistência toda. O cara vai lá e pode matar mesmo, pode matar a mulher e as crianças.

Eu penso que precisamos ter essa média para poder saber direitinho, porque podemos, às vezes, dialogar com o setor público, dialogar com os movimentos e achar que estamos tendo uma pretensa média. Eu acho que precisamos fazer esse esforço para, até o final de dezembro, se for acatada a pretensão de concluir o relatório e os relatórios paralelos dos três GTs, que consigamos realmente ter certeza de que sabemos o que está acontecendo no Brasil sobre essa pauta.

Reiterando os requerimentos aprovados anteriormente, sobre lugares a se estarem presentes, eu gostaria de sugerir que os três requerimentos que encaminhamos nesta semana possam ser aprovados de modo a dar um pouquinho de folga no trabalho da Comissão. Primeiro, são três requerimentos em que eu me disponho, mas que eu gostaria muito que outras pessoas pudessem se dispor também, juntamente com a assessoria da Comissão, a fazer diligências em alguns lugares. Audiências públicas é uma coisa, as diligências não precisam estar coladas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Aqui, no DF e no Entorno - eu até conversava com os procuradores que estão aqui presentes –, não porque compõem a mesma realidade de esforço de Estado totalmente, mas porque estão muito próximos, têm população que vai e volta, e podemos ter uma média dos acontecimentos aqui. Então, eu sugeri aqui que façamos algumas diligências – a mesa tem em mãos –, umas seis ou sete diligências entre o Entorno e o DF, diligências ao Poder Judiciário, diligências às delegacias e assim por diante.

Eu sugeri também que possamos ir a São Félix do Araguaia, que é uma história antiga. Como aqui não está Cuiabá, eu vou reforçar aqui São Félix, também se tratando de diligências, para que possamos apurar entre camponesas e índias, que, de fato, não têm acesso nem ao telefone para ligar naqueles lugares mais distantes, ali, na prelaia de São Félix. Que possamos fazer em São Félix do Araguaia essas diligências.

Eu também sugeri que, mais adiante, caso possamos fazer audiência pública também, tanto a audiência daqui, do DF e Entorno, quanto audiências e diligências ali, na cidade de Goiânia.

Então, são essas três solicitações.

De fato, no caso de Goiânia, precisa-se marcar uma mesma data talvez para diligências e audiências. No caso do DF, pode ser antes das eleições, porque eu acho também, como a Rosana falou aqui, caberia um pouco melhor. Pode ser, porque o DF não tem eleições e eu acho que o que tem de eleição no Entorno não atrapalharia a mobilização para esse evento, porque cobre muitas cidades e tudo mais. Então, é essa a sugestão. Agora, na segunda metade de setembro, DF e Entorno, tanto diligências quanto audiências, e, posteriormente, no período pós-eleitoral, Goiânia. São Félix do Araguaia poderia ser tanto agora quanto depois porque também não há implicações de ordem política ou algo assim. Não vai acontecer nada de excepcional, são visitas a instituições.

Obrigada, meninos e meninas.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Marina.

Deputada Nilda Gondim.

A SR^a NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Bem, quero cumprimentar a Deputada Presidente, Jô Moraes; a nossa Senadora Ana Rita, Relatora; e a nossa querida Keiko Ota.

Estou vendo aqui que a Paraíba é nos dias 13 e 14. Por mim, em qualquer dia que a Comissão achar por bem, estarei pronta, disposta, para acompanhar, não só para fazer o meu trabalho só como parlamentar, mas também para ciceronear a Comissão, porque, afinal, Campina Grande faz parte da Paraíba. Eu estarei

lá. Tenho um ciclo de amizade grande e disponibilizo tudo que vocês precisarem, com certeza.

Agora, pondero à Presidente, à Senadora que é preciso falar também com o Governador Ricardo Coutinho. Ele não faz parte da nossa aliança política, então quem terá condições de fazê-lo são vocês mesmos, para ver se realmente ele vai ter condições de recebê-las. Parece-me que há na Assembleia Legislativa.

Na Assembleia, posso, inclusive, interceder, porque é uma pessoa nossa, um Presidente amigo, uma pessoa inteiramente simpática. Tenho certeza de que ele não vai criar obstáculo.

Agora, não sei com o Governador, aí não sei. Em Campina, posso tomar conta. Fica a cargo de vocês.

E pondero esse período de eleição. Por mim, não; é pelo Governador e pela Secretária – a nossa Secretária, com quem me dou bem.

Então, fica a cargo de vocês, com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputada Nilda.

Vamos fazer ponderações logo a seguir.

Deputada Keiko Ota.

A SRª KEIKO OTA (PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero expressar minha alegria de estar aqui com a Senadora e a nossa Presidente – com a Senadora Ana Rita e a nossa Presidente Jô Moraes.

Quero dizer que, no meu balanço, quando a CPMI passou por São Paulo, provocou muitas coisas boas.

Inclusive, estive agora com o Alckmin, o nosso Governador, que disse: “Ota, estou aberto para conversarmos”. É sobre aquilo que falamos na reunião, lembra-se? Os quatro pontos que realmente queremos e que precisam ser mudados.

Então, preciso fazer mais uma conversa, para que possamos levar esses pontos. E também percebi que a mídia provocou... passou a noticiar mais essa questão da violência contra a mulher e que as mulheres da periferia, que são menos favorecidas, passaram a entender e a perceber a importância da Lei Maria da Penha. Foi um avanço muito grande. A mídia deu essa abertura, que a CPMI provocou, levando a São Paulo.

Agora precisamos intensificar o trabalho. Já há uma conversa com as deputadas da Assembleia Legislativa, as deputadas estaduais, e com as da Câmara de Vereadores. Nós vamos fazer um trabalho em conjunto, Senadora. Isso, para intensificar o trabalho, para não ficar só no discurso.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputada Keiko Ota.

A proposta da Senadora se divide em um conjunto de audiências públicas internas, para as quais

pediríamos que a Assessoria levantasse as datas. Há, entre elas, algumas muito importantes, tais como a do Ministro da Justiça e do representante do Conselho Nacional de Justiça.

Essa, importante, seria a prioritária da realização, para que pudéssemos discutir e aprofundar mais a nossa acumulação com duas instituições fundamentais no enfrentamento à violência, que é o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça.

O segundo conjunto de propostas de audiências externas nos Estados: é a da Paraíba, a do Amazonas, a do Mato Grosso do Sul e, no caso, acrescenta-se aí a proposta da Deputada Marina, de diligências. No caso de Goiás especificamente, ela pode explicitar se nós realizaremos uma audiência pública no Distrito Federal, já que não há problemas de calendário eleitoral, e realizaremos diligências em outras cidades.

Eu acho que essas quatro audiências públicas, Paraíba, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, particularmente a do Distrito Federal, que tem todas as condições de realizar essa audiência pública sem investimentos muito pesados da própria Comissão e com a presença inclusive... Nós estamos com problema de calendário, porque o esforço concentrado do Senado não coincide com o esforço concentrado da Câmara. Eu acredito que as datas propostas... Falta apenas a data de Mato Grosso do Sul, e nós deveremos verificar se é possível a data de 15 de outubro; já estabeleceríamos uma data na segunda quinzena de outubro para Mato Grosso do Sul. A do Amazonas está adequada; a de Goiás seria estabelecida ainda dentro desse processo até o final de agosto.

Quanto à ideia de diligências, Senadora Ana Rita, eu a acho interessante para, talvez, cobrir um vazio que nós temos no Norte. Talvez possamos fazer isso, porque integra a nossa Comissão, por exemplo, a Senadora Angela Portela. O deslocamento de assessores e funcionários para a realização de diligência é pequeno. Nós poderemos construir com ela a realização de uma diligência em Roraima que complementasse um pouco esse vazio.

No Amazonas, além da audiência pública, nós poderemos também ressaltar esse enfoque, alguma diligência com setores indígenas, que talvez possam ser cobertos. Eu acredito que é possível fazer essa agenda intensificando-se as audiências internas aqui, cujo cronograma nós deveremos estabelecer.

O Marcos está lembrando aqui que nós discutimos muito com a sociedade civil os problemas que estamos enfrentando nos lugares onde estavam sendo realizadas essas obras do PAC. Eu acho que, no caso específico das obras do PAC, também pode ser feito sob a forma de diligência. Eu acho que a nossa visi-

ta não impacta o processo eleitoral, e vamos buscar alguma dessas obras – uma das parlamentares que seja do Estado e integre a Comissão pode realizar. A questão da diligência nas obras do PAC, pelo que nós escutamos durante as audiências públicas com a sociedade civil, necessita de uma resposta. Talvez seja esse um dos vazios que nós temos aqui.

No conjunto da proposta, eu queria apenas lembrar que a Deputada Carmen Zanotto teve de sair para fechar uma comissão – uma audiência pública precisava de um Deputado para concluir os trabalhos e convocar a próxima. Ela teve de ir, mas levantou uma preocupação, que eu registro aqui, que era a de realizar a audiência de Queimadas durante o período eleitoral – não é audiência, é diligência. Como envolve setores, ela pediu para registrar; depois nós podemos fazer essa discussão. É evidente que a audiência pública da Paraíba já está aprovada, mas, quanto à diligência de Queimadas, estamos aguardando quórum para deliberação.

Os demais requerimentos são de convocação de um Procurador, em São Paulo; da Deputada Aline; são as diligências de Goiás; de São Félix, da Deputada Marina; são requerimentos de informações aos Estados que nós já fomos e que não foram enviados, inclusive sobre orçamento; a diligência de queimada; diferentes audiências públicas, grupos de trabalho e convocação do Procurador e do Subprocurador do Espírito Santo quanto, no caso que foi levantado na audiência pública, à perseguição e ameaça em que envolvidos não foram convocados para iniciar o processo. Então, nós teríamos de usar esse instrumento como suporte para a situação de risco a que algumas vítimas lá vivenciam. Por isso que nossa proposta – e eu queria que a assessoria definisse – estaria nas audiências internas todas aqui já previstas nas audiências externas na Paraíba, no Amazonas e no Mato Grosso do Sul, nas diligências em Roraima, em Goiás e audiência pública no Distrito Federal (que é possível), pois já existe requerimento também aprovado. Então, não temos problemas, pois são quatro Estados a realizar audiências públicas, dois Estados a realizar diligências complementares, Goiás e Roraima, e o resultado dos grupos de trabalho estabelecido aqui, sejam os relativos à questão orçamentária como os relativos à legislação vigente.

Temos, inclusive, a presença de dois Procuradores do Distrito Federal que estão dispostos a colaborar com o trabalho que a Deputada Marina coordena no que se refere à diligência. A Comissão Especial de Violência Contra a Mulher, de Minas Gerais, terminou os trabalhos (concluiu os trabalhos) e solicitou uma entrega formal à Comissão do seu relatório. Nós vamos

sugerir que na primeira audiência que realizarmos aqui, que provavelmente será a do Ministério da Justiça e a do CNJ, que nós possamos receber também, apenas para entrega formal, a Comissão de Deputados da Assembleia Legislativa de Minas para a entrega de seu relatório.

Eram essas as propostas que nós estamos aguardando com a possibilidade de quórum para as deliberações. Alguma questão a mais para encaminhar?

Nós vamos... Alguém mais quer...

As questões já foram... Ninguém mais querendo usar da palavra, nós vamos suspender para assegurar uma mobilização que dê garantia ao quórum.

Está suspensa a reunião da Comissão.

(Suspensa às 15 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 50 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Retomamos os trabalhos desta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, lembrando que, no debate do cronograma dos trabalhos, propusemos a realização de audiências públicas na Paraíba, no Amazonas, no Mato Grosso do Sul, no Distrito Federal. Nós propusemos diligências a serem realizadas em algumas cidades de Goiás, na capital de Roraima e em uma obra do PAC – Plano de Aceleração de Crescimento. Quando realizamos as audiências públicas com a sociedade civil, o que ficou mais explícito no depoimento das pessoas é que nessas grandes obras de concentração de trabalhadores, sobretudo homens, a exploração sexual de mulheres e, muitas vezes, a violência estavam em crescimento. Por isso que nós deveremos aprovar também a audiência pública dentro do nosso plano de trabalho prevendo a realização de audiências internas aqui, incluindo a que já está prevista para o mês de novembro com o Ministro da Justiça e com o representante do Conselho Nacional de Justiça.

A par dessas indicações, a Senadora Ana Rita, nossa Relatora, propôs a referência de apresentação do relatório ainda este ano, no mês de novembro, já que ultrapassar a legislatura deste ano seria muito ruim.

Feito esse resumo das indicações do trabalho, coloco em votação as atas da 14ª, 15ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 23ª reuniões, solicitando a dispensa da leitura das mesmas.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estamos colocando em votação essas atas neste momento em que a Comissão alcançou o quórum mínimo exigido.

Estamos apresentando para aprovação ou não os Requerimentos 656, que convoca o Procurador do

Estado de São Paulo; 657 a 659, que aprovam diligências no Estado de Goiás, no Entorno do Distrito Federal e em São Félix do Araguaia; os Requerimentos 660 a 687, de informações dos Estados sobre o orçamento, são requerimentos que já foram enviados para os Estados e esses Estados não apresentaram as suas informações; Requerimentos 688 a 695 de informações também relativas aos Estados; Requerimentos 696 e 697, relativos à diligência a ser realizada em Queimadas; Requerimento 698, de audiência pública; Requerimento 699, do grupo de trabalho; Requerimentos 770 e 701, convocando o Procurador e Sub-Procurador do Espírito Santo, já que na audiência realizada naquele Estado foi solicitada informação acerca de ameaças que estavam se realizando contra vítima de violência sexual e nenhuma providência foi tomada até este momento; Requerimentos 702 e 703, também sobre a diligência em Queimadas; e o Requerimento 704, de informações.

Os Srs. Deputados e as Sras Deputadas, os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos que foram debatidos nesta tarde com os autores e os presentes a esta audiência pública.

Nada mais tendo a tratar, encerramos esta audiência administrativa e convocaremos, em data próxima, audiências internas a serem realizadas nesta Casa.

Uma boa-tarde a todos e a todas.

(Iniciada às 15 horas e 07 minutos, suspensa às 15 horas e 47 minutos, reaberta às 16 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião realizada em 14 de setembro de 2012, às 14 horas e 15 minutos, na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG) e com a presença da Senadora: **Ana Rita** (PT/ES); e do Deputado: **Dr. Rosinha** (PT/PR). Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Marta Suplicy** (PT/SP), **Ângela Portela** (PT/RR), **Ana Amélia** (PP/RS), **Lúcia Vânia** (PSDB/GO), **Maria do**

Carmo Alves (DEM/SE) e **Armando Monteiro** (PTB/PE); e os Senhores Deputados: **Marina Santanna** (PT/GO), **Teresa Surita** (PMDB/RR), **Eduardo Azeredo** (PSDB/MG), **Rebecca Garcia** (PP/AM), **Prof. Dorinha Seabra Rezende** (DEM/TO); **Gorete Pereira** (PR/CE), **Keiko Ota** (PSB/SP), **Sueli Vidigal** (PDT/ES), **Carmem Zanotto** (PPS/SC), **Célia Rocha** (PTB/AL) e **Ademir Camilo** (PSD/MG). Compareceu, também, o Deputado não membro da Comissão: **Luiz Couto** (PT/PB). Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: **Cláudio Coelho Lima**, Secretário de Segurança Pública do estado da Paraíba; **Waldson Dias de Souza**, Secretário de Saúde do Estado da Paraíba; **Iraê Heusi de Lucena Nóbrega**, Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do estado da Paraíba; **Antonieta Maroja Nóbrega Machado**, Juíza Substituta da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher, representando o Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, **Abraham Lincon da Cunha Ramos**; **Roseane Araújo**, Promotora de Justiça de Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher, representando o Procurador Geral de Justiça do Estado da Paraíba, **Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**, e **Vanildo Oliveira Brito**, Defensor Público Geral do Estado da Paraíba.

A SRª PRESIDENTE (Gilma Germano) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa, cumprimentando a Deputada Federal **Jô Moraes**, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; a Srª Senadora **Ana Rita**, que é a Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; o Sr. Deputado Federal **Dr. Rosinha**, que também faz parte da Comissão.

Eu quero cumprimentar, em nome das Mães na Dor, toda a plenária, toda a galeria aqui presente.

Eu quero dizer da honra de esta Casa receber esta CPMI. Eu digo honra, Deputada **Jô Moraes**, porque sabemos o quanto é crucial o trabalho desta Comissão no enfrentamento a este flagelo que é a violência contra a mulher. Recebemos esta Comissão na perspectiva de estarmos diante de um instrumento de luta. Por isso, é bem-vinda esta Comissão.

Ela faz-nos recordar uma canção de **Beto Guedes**, que diz: “a lição sabemos de cor, só nos resta aprender”. A lição, Senadora **Ana Rita**, sabemos muito bem. Temos um dos melhores instrumentos jurídicos no enfrentamento à violência contra a mulher, que é a Lei Maria da Penha, mas a lei sem o aparato do Poder Público é apenas uma lei. E a sua aplicabilidade? Com certeza, esta audiência aqui vai nos lembrar, Delegada, de que precisamos de mais varas especializadas, de que precisamos de mais delegacias da mulher, de que precisamos de mais preparo para os operadores

do Direito, num comprometimento da aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

Eu gostaria muito de o nosso Estado não estar nessa agenda da audiência pública da CPMI, mas, infelizmente, o nosso Estado ocupa o sétimo lugar dos maiores índices de violência contra a mulher, dado constatado no Mapa da Violência 2012 e também facilmente constatado nos noticiários, locais e até nacionais, como o triste episódio de Queimadas, em que mulheres foram ofertadas ao estupro como presente de aniversário, culminando com a morte de duas jovens.

Esta audiência vai nos lembrar de todo esse aparato de que precisamos realmente para enfrentar essa violência, entre tantas outras coisas. Também vai nos lembrar de que, sem precisarmos perder a nossa ternura, precisamos lutar e lutar mais por esse enfrentamento à violência.

Aqui, agradeço a presença de todos aqui, da CPMI, da Presidente Jô Moraes. Um bom trabalho para todos.

No momento, vou passar os trabalhos para a Presidente Jô Moraes.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todas as mulheres e a todos os homens presentes nesta audiência pública, aos profissionais da segurança pública, aos profissionais do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Deputado Luiz Couto, por favor, tome assento à mesa, como Deputado Federal que é e como integrante de todo esse processo.

Eu queria pedir que a Deputada Gilma Germano cumprimentasse o Deputado Ricardo Marcelo por ceder a Assembleia Legislativa para o nosso trabalho. Cumprimento todos os profissionais da Assembleia Legislativa que nos ajudam e ajudaram a todos os nossos consultores e assessores que vieram de Brasília, ao Delegado Renovato, ao Procurador Adonis, à Drª Lindinalva, que estão ajudando a dar sustentação a esta nossa audiência pública.

Sem dúvida nenhuma, a Paraíba é o sétimo Estado em número de homicídios de mulheres. E o que nos assusta mais: a sua capital, João Pessoa, é a segunda cidade, o segundo Município em violência contra as mulheres em todo o Brasil.

Assusta-nos que tenhamos um dado informado pela Secretaria de Segurança Pública, segundo o qual, dos 100 assassinatos realizados neste semestre, no Estado da Paraíba, 47% são na sua capital, evidentemente, com uma particularidade grande, que é o crescimento dos homicídios por razões de droga,

comparativamente aos homicídios por crimes passionais, ainda muito elevados.

Nós, além deirmos cumprir nossa função de CPMI aqui, queremos expressar que a nossa presença aqui é um ato de solidariedade absoluta a todas as vítimas de Queimadas e um protesto, que não tem limites, em relação ao que aconteceu em Queimadas. Aquilo ali tem de ser exemplar.

Quero cumprimentar todas as autoridades que estão tomando as devidas providências, mas dizer que estamos vigilantes, junto com vocês, para que nenhum passo de impunidade possa ocorrer naquilo que aconteceu em Queimadas, singular violência que temos de atacar. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: “A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer.”)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós cumprimentamos a participação ativa de todos os movimentos de mulheres, movimentos feministas, sem os quais nenhum avanço seria realizado neste País.

Esta é a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Por razões regimentais, usarão a palavra, nesta audiência pública, os Parlamentares federais presentes e as autoridades que foram convidadas, conforme aprovado em requerimento, para fazerem uso da palavra.

Quero deixar explícito aqui que as autoridades que foram convidadas e que não estão presentes, para mandar representação, têm de mandá-la por escrito. Entendemos que não basta um telefonema de algum secretário para indicar a sua substituição.

Quero dizer que, para nós, a expressão do compromisso com a causa e com a política se faz com a presença física das autoridades responsáveis. Por isso, nós temos, por tradição, que as autoridades convidadas que não comparecem e que não mandam uma representação à altura serão convocadas para responder por sua responsabilidade com a política pública que deve ser realizada. *(Palmas.)*

Faço essa descrição, para que tenhamos a dinâmica... Também foi aprovado no requerimento o pronunciamento de representação da sociedade civil, que, reunida ontem, com a presença das pessoas, fará o depoimento, incorporado da representação – com a excepcionalidade da importância que vemos – das Mães na Dor.

Neste momento, estão presentes, Senadora Ana Rita, a Secretária de Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, Iraê Helci de Lucena Nóbrega, e o Defensor Público-Geral do Estado da Paraíba, Dr. Vanildo Oliveira Brito.

Cito isso, porque solicito ao cerimonial que as demais autoridades que estão convidadas e que chegarem depois possam se apresentar, porque a primeira pessoa que iria fazer uso da palavra era o Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, que ainda não se encontra presente. Por isso que, neste momento, nós vamos passar a palavra à Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI, que colocará às autoridades as questões que nós viemos buscar. As autoridades aqui presentes devem registrar e serão chamadas, uma por uma, para que possam dar o seu depoimento e a sua contribuição.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, aqui presente, Relatora da CPMI da Violência contra a Mulher.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde.

É um prazer muito grande poder estar aqui com vocês na tarde de hoje.

Quero cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar a Deputada Jô Moraes, Presidenta desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cumprimentar também o nosso Deputado Rosinha, lá do Estado do Paraná, que está aqui hoje também como membro desta Comissão, cumprimentar a Deputada Gilma Germano, deste Estado, e também o Deputado Federal Luiz Couto, nosso companheiro, que também tem colaborado conosco em Brasília.

Também quero aproveitar para fazer um registro, reforçar o registro de que nós estamos com uma equipe de assessores aqui, hoje, mas quero destacar que estamos aqui com a presença do Procurador Federal Dr. José Adônis de Araújo Sá, da Promotora de Justiça Drª Lindinalva Rodrigues e também do policial federal Dr. Revonato Dias. Além deles, outros assessores da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito também estão aqui hoje nos ajudando, nos acompanhando.

Quero aproveitar este momento para agradecer à Assembleia Legislativa, agradecer ao Presidente desta Casa, por nos ceder este espaço, este horário, para que nós pudéssemos aqui, hoje, realizar esta audiência pública.

Vou fazer apenas uma retrospectiva de como foram o dia de ontem e o dia de hoje e, depois, fazer uma introdução rápida sobre o assunto. Em seguida, vamos iniciar nossos trabalhos de ouvir as autoridades aqui presentes.

Esperamos que todos compareçam. Nossa intenção era já ouvir o Secretário de Segurança...

O Secretário de Saúde já está chegando. Que bom!

Muito obrigada.

Mas quero aqui mencionar que nós tivemos uma audiência com o Governador do Estado, Sr. Ricardo Coutinho. Foi uma audiência proveitosa, uma audiência importante, onde nós já tivemos a oportunidade de expressar para ele, um pouco, as preocupações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com relação ao atendimento às mulheres em situação de violência, e o Governador demonstrou que tem compromisso com essa causa e que vai se empenhar cada vez mais para enfrentar essa realidade.

Também realizamos, hoje, cedo, uma diligência na Delegacia da Mulher, onde a equipe que esteve presente pôde ouvir a delegada e os profissionais que lá estavam, conhecendo um pouco melhor o atendimento, como ele está sendo feito no dia a dia, também, um pouco, as principais atividades, e fomos também ao Centro de Referência Ednalva Bezerra, onde também conversamos com toda a equipe técnica que atende no Centro de Referência, juntamente com a Secretaria e a Coordenação das Mulheres daqui do Município.

Realizamos, também, na noite de ontem, uma reunião com o Movimento de Mulheres daqui do Estado, onde diversas entidades estavam representadas. Já apresentaram para nós um pré-levantamento da situação de violência produzido pelo Movimento de Mulheres, que, posteriormente, irá entregar para nós aqui um documento, e tivemos, também, hoje, pela manhã, um encontro bem rápido – vamos conversar um pouco mais no final da tarde de hoje – com as Mães na Dor.

Realizamos, ontem, ainda, uma diligência a Queimadas. É importante destacar para vocês que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada no início do mês de fevereiro, no dia 8, e já nos primeiros dias de trabalho ficamos sabendo do fato acontecido em Queimadas. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tirou este episódio dramático como uma situação emblemática para que pudéssemos acompanhar mais de perto. Sabemos que outras situações muito complicadas, muito difíceis também têm ocorrido em diversos outros Estados, mas consideramos altamente difícil o que aconteceu em Queimadas, uma situação que merece todo o repúdio e que nós procuramos acompanhar um pouco mais de perto.

Diante das informações que fomos obtendo durante todo esse tempo, realizamos ontem uma boa conversa com os familiares, ouvimos atentamente não só algumas das vítimas, mas também as famílias dessas vítimas. Tivemos um relato minucioso de tudo o que aconteceu naquele dia, mas também conversamos com a juíza responsável pelo caso, com o promotor e

com a delegada, que tomou as primeiras providências para que pudéssemos também ouvi-los e esclarecer algumas dúvidas que a Comissão tinha a partir da leitura dos processos.

Foi uma reunião positiva. Obtivemos todas as informações necessárias e podemos afirmar que, na nossa avaliação, o processo caminhou bem até agora, num tempo bom, e acreditamos que também terá um final o mais cedo possível, dentro das possibilidades que a Justiça tem para finalizar os trabalhos.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem, como objetivo, investigar a situação de violência contra as mulheres no País e, em particular, apurar como o Estado brasileiro, por meio de todas as suas instituições públicas, está atendendo às mulheres em situação de violência.

Partimos do pressuposto de que o Brasil tem um conjunto de legislações importantes. Entre essas legislações, a Lei Maria da Penha, uma lei conhecida não só nacionalmente, mas internacionalmente, é considerada a terceira lei mais importante do mundo no que se refere ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Nosso objetivo é justamente identificar por que um país como o nosso, como o Brasil, que tem uma legislação boa, ainda está entre os países com o maior índice de homicídio contra as mulheres. O Brasil é o sétimo país, no *ranking* com os demais países, onde mais se matam mulheres e onde a maioria dessas mulheres morre por causas domésticas, homicídios praticados pelos maridos ou pelos ex-maridos, ex-companheiros, namorados. Então, é preciso realmente compreender essa realidade mais do que nunca, mas buscar formas cada vez mais efetivas para que possamos resolver essa situação.

Estamos hoje aqui, no Estado da Paraíba, porque este Estado está entre os Estados onde se matam mais mulheres. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito definiu os dez Estados com os maiores índices de violência para serem visitados pela Comissão e também os Estados mais populosos. O Estado da Paraíba está entre os Estados com os maiores índices de violência. De acordo com os dados do Instituto Sangari, atualizado agora em 2012, o Estado da Paraíba é o sétimo Estado com maior incidência de homicídio contra as mulheres, com uma média de seis homicídios para cada 100 mil mulheres. A taxa nacional é de 4,6, portanto, o Estado da Paraíba está bem acima da média nacional em homicídio contra as mulheres.

O Estado da Paraíba assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2009, um pacto assinado junto com a SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. No período entre 2007 e 2011, já foram repassados mais

de R\$3 milhões e foram feitas duas repactuações, uma em 2009 e outra em 2011. O pacto e a repactuação preveem diversas ações que o Estado deve desenvolver em conjunto com os Municípios e também em parceria com o Governo Federal.

Diante dessas informações iniciais, eu já vou começar, como Relatora desta Comissão, a fazer os nossos questionamentos, as perguntas para que as autoridades possam responder.

Já contamos aqui com a presença do Dr. Waldson Dias de Souza, Secretário de Saúde do Estado da Paraíba; contamos com a presença da Dr^a Iraê Heusi de Lucena Nóbrega, Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba; contamos também com a Dr^a Antonieta Lucia Maroja Arcoverde Nóbrega Machado, representando o Tribunal de Justiça; contamos também com a presença da Dr^a Rosane Araujo e Oliveira, Promotora, em representação ao Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho; estamos aqui também com a presença do Dr. Vanildo Oliveira Brito, da Defensoria Pública Geral do Estado da Paraíba; e estamos aqui também com a representação da sociedade civil. Ao final das falas das autoridades, serão concedidos 10 minutos a cada representante: a Sr^a Ângela Pereira, representando a Marcha Mundial de Mulheres, e a Sr^a Cristina Lima, da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e Articulação de Mulheres Brasileiras.

O Secretário de Segurança ainda não chegou. Então, faço o convite ao Dr. Waldson Dias de Souza para que venha aqui à tribuna.

Farei, inicialmente, três perguntas para todos vocês. O Dr. Waldson responderá a essas três perguntas, mas também às perguntas específicas da sua área. Na verdade, faço duas perguntas iniciais, que deverão ser respondidas por todos os representantes dos órgãos públicos e pelo Secretário da Saúde. Depois, farei as perguntas específicas para o Secretário da Saúde.

Então, vamos às duas perguntas que serão para todos.

Qual o orçamento de cada instituição para as ações específicas de enfrentamento às violências contra as mulheres em 2012 e 2013? Ou seja, queremos saber qual é o orçamento destinado para cada órgão responsável para atuar na área do enfrentamento à violência contra as mulheres nos anos de 2012 – para este ano – e 2013, conforme o orçamento que já deve estar sendo preparado para o próximo ano.

O que as autoridades presentes, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violências contra as mulheres? O

que vocês estão fazendo individualmente, como profissionais, como Secretários, mas também como conjunto, fazendo parte do sistema de atendimento às mulheres em situação de violência?

Secretário, o senhor já gostaria de respondê-las e, depois, faria as específicas?

O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA – Não. Acho que a questão do orçamento é uma questão conjunta. Nós temos, inclusive, de olhar a peça orçamentária, porque há uma questão específica no campo do Orçamento. Acho que precisamos do documento oficial da peça. Eu posso solicitar para que ele seja enviado para cá até o final da reunião, para que, conjuntamente, as duas Secretarias – a de Saúde e a de Segurança – possam apresentar o mesmo número.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Está bem.

O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA – Se a proposta for acolhida pela Comissão, posso entrar na questão das ações, mas especificamente às ações voltadas para a saúde.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Secretário, só para reforçar, porque é importante isso que o senhor está dizendo, sim, com certeza, mas possivelmente, no orçamento da Secretaria de Saúde, tem um recurso destinado exclusivamente para atender as mulheres em situação de violência.

Então, neste momento, o que nós gostaríamos de saber é o que a Secretaria de Saúde tem previsto no seu orçamento deste ano e para o ano seguinte para atender as mulheres em situação de violência.

O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA – Mas é exatamente essa a questão. Eu estou trazendo, aqui, todas as ações e todos os serviços que nós abrimos, e o número orçamentário e financeiro é o que eu preciso apresentar com toda a segurança e com toda a certeza.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Presidente, Presidente!

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu só queria, se a Presidente e a Relatora aceitarem, fazer um encaminhamento no sentido de que o Secretário fizesse uma exposição das políticas de saúde para a questão de combate à violência, para a questão do atendimento da saúde da mulher. Nós, em seguida, faríamos as perguntas em cima de dúvidas que fossem levantadas. Que concedesse um tempo de 15 ou 20 minutos – V. Ex^a é quem decide, como Presidenta – para que ele fizesse essa exposição.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Acatada a sugestão do Deputado Dr. Rosinha.

O Dr. Waldson poderia usar até 15 minutos, para que nós pudéssemos usar os 5 minutos restantes com

as informações que fossem provocadas pelos membros da CPMI.

Com a palavra, o Dr. Waldson.

O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA – O.k. Eu vou iniciar enquanto o pessoal projeta, mas eu já posso ir adiantando – estou com a apresentação. Eu vou protocolar, também, um relatório das ações da saúde à Comissão.

A gente já tem um relatório, aqui, físico, de tudo que foi realizado, mas eu vou tentar ser objetivo com relações às ações e, logicamente, vai ser exposto no eslaide.

Então, eu vou demonstrar alguns números que vão ser expostos no eslaide. O pessoal está abrindo a apresentação, mas, exatamente do ano de 2009 até 2012, a gente tem um número e um percentual de registro de notificação pelo Sinan.

Em 2009, 257 casos notificados de violência física. Acho que é melhor abrir, porque são números. Em 2010, 362; em 2011, 555; em 2012, até o dia 9 de junho, a 23^a semana epidemiológica, já foram notificados 372 casos.

Pode passar o eslaide. Pode ir passando, por favor. Pode ir adiantando a apresentação. Pode adiantar mais um. Aí.

Esse gráfico demonstra que as três primeiras notificações são exatamente... A primeira, a segunda e a terceira já totalizam mais de 74% dos registros e notificações. No caso, aí, as violências físicas, psicológicas, morais e a violência sexual.

Ou seja, considerando que a gente tem um sub-registro muito elevado no Estado da Paraíba, e isso não deve ser diferente em outros Estados, essas são as três maiores notificações.

No próximo eslaide, você pode observar... Pode passar. Pode passar mais um, por favor.

Isso está em gráfico de colunas, e a gente observa o crescimento do número de violências físicas em todos os anos, desde 2009. Em 2012 não será diferente e, se essa tendência persistir, a gente vai ter praticamente o dobro.

Próximo eslaide.

Segundo as ações que a gente vem desenvolvendo na Secretaria de Saúde, a gente tem priorizado exatamente a implantação, na verdade, de serviços de referência em serviços hospitalares, principalmente serviços que atendem a mulher em situação de gestação.

Todas as nossas ações, desde o ano de 2011, são nesse sentido. Então, fortalecimento na rede materno-infantil e no enfrentamento da violência contra a mulher, mas, principalmente, a criação de um núcleo que trata especificamente, na Secretaria de Saúde, do tema.

Esse núcleo trata de várias ações que vão desde a estruturação de serviço de referência até a implantação de protocolos de atenção às mulheres vítimas de violência, fluxo de atendimento, formação de equipe de referência para composição da rede estadual, publicação desses protocolos, qualificação dos profissionais de saúde.

Pode passar. O próximo eslaide, por favor.

Tudo isso que é papel desse núcleo vem sendo conduzido desde o ano de 2011, inclusive qualificação de profissionais de saúde que atuam nesse serviço de referência de atendimento a mulheres vítimas de violência, principalmente aqui, na capital, no Instituto Cândida Vargas e na Maternidade Frei Damião.

O próximo eslaide é um modelo do nosso protocolo, do protocolo de assistência à mulher, à criança e ao adolescente em situação de violência.

Pode passar um eslaide.

Esse é um dos modelos.

O próximo eslaide também apresenta o fluxo de atendimentos a mulheres e adolescentes em situação de violência.

Ainda continuando as ações desenvolvidas: implantação de formulário de notificação compulsória de violência em todas as gerências regionais. Isso era uma fragilidade da rede. A gente vem trabalhando, articuladamente com a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, a realização de seminários da rede estadual, para atenção integral às mulheres. Implantação do serviço de atenção às mulheres vítimas de violência nesses hospitais especificamente. Aí são serviços novos: Hospital Regional de Sousa, Cajazeiras, Patos, Guarabira e Monteiro. Eram serviços que não existiam na rede estadual de saúde, além dos da capital, que, no caso, são duas maternidades que tratam alto risco em obstetrícia: o Instituto Cândida Vargas, que é gerido hoje pelo Município, e a Maternidade Frei Damião, que é uma maternidade estadual. Esses cinco outros hospitais receberam também serviços de atenção à mulher em situação de violência no Estado.

O próximo eslaide. Pode passar.

A gente tem ainda a organização da rede de atenção às mulheres vítimas de violência nos Municípios de Guarabira, Campina Grande e Santa Luzia, com ações também no período de 2011 até o momento, nesses 20 meses.

A qualificação do serviço de atenção às mulheres vítimas de violência na Maternidade Frei Damião, que eu já falei, com ênfase na reorganização do serviço, tendo em vista que lá não existia.

Pode passar mais um eslaide, por favor.

Ainda no campo das ações, a gente elaborou o projeto para a criação do núcleo de prevenção à vio-

lência contra a mulher, a composição e a realização do seminário estadual para a construção do plano de redução da mortalidade materna, com grupo de trabalho da violência também contra a mulher.

Definimos metas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher como contrapartida solidária. Vou detalhar isso um pouco mais. O Estado da Paraíba, no ano passado, com o Governador Ricardo Coutinho, elaborou uma grande proposta, que foi o pacto pelo desenvolvimento social da Paraíba, que alocou R\$50 milhões para a saúde e para a educação naquele momento, inclusive para fortalecer e estruturar a rede de atenção no campo da saúde e a rede de educação. Na saúde, tivemos disponíveis R\$15 milhões desses 50 milhões e operamos, desses R\$15 milhões, R\$13 milhões. São convênios com 180 Municípios, e a contrapartida desses convênios é exatamente a melhoria de indicadores da condição social daquele Município. O prefeito, na hora em que ele assina, tem um conjunto de metas instituídas pelo convênio, que são exatamente as que eu vou falar em seguida. Elas são direcionadas à área da saúde da mulher e principalmente ao enfrentamento da violência contra a mulher, nos casos dos pactos que fizemos. Então, os 180 Municípios em que temos esse convênio são auditados e acompanhados pelo Tribunal de Contas. A contrapartida desse convênio não é financeira, mas, sim, em indicadores. Caso o Município não cumpra, obviamente, ele vai ser auditado, vai ter rejeição de contas, vai ter toda uma lógica. Então, na área de saúde da mulher, de saúde da criança, na urgência e emergência, na rede de saúde mental e em outras áreas no campo da educação, o pacto foi exatamente esse.

Pode passar mais um eslaide, por favor.

Nesse mapa, todos esses Municípios aí têm metas estabelecidas pelo pacto para realização de oficinas temáticas de violência contra a mulher, para profissionais de saúde. Todos esses Municípios, que, no caso, totalizam aí 69 – 69 são 31% do que foi pactuado no Pacto do Desenvolvimento Social da Paraíba – vão ter que operar oficinas de formação para os trabalhadores de saúde.

Então, todo esse campo verde é onde a gente encontrou fragilidade nessa área.

Pode seguir, mais um eslaide.

O próximo mapa é outro indicador pactuado com os Municípios paraibanos, e aí são mais 30 Municípios, que tiveram como contrapartida solidária a elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Essa foi uma das estratégias que encontramos no ano passado para poder disseminar a atuação nessa área e nesse enfrentamento, e observando os indicadores locais.

E o próximo eslaide, o último: a gente tem aí sete centros referência espalhados ao longo do eixo do Estado. Esses centros estão hoje em hospitais e em serviços de referência municipal ou estadual, a grande maioria em serviços estaduais. Então, a gente tem essa disposição, a gente protocolou, vai protocolar exatamente um relatório de todas as ações – inclusive, o andamento do cumprimento da contrapartida solidária pode ser verificado também junto ao Tribunal de Contas e também junto ao próprio *site* do Tribunal de Contas –, que é exatamente como vem operando e se os Municípios vêm, logicamente, cumprindo com o que o pactuaram nessa área.

Acho que é isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Waldson, desculpe-me interrompê-lo, mas quero registrar já a presença do Dr. Claudio Coelho Lima, Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, que será escutado, com certeza, em seguida.

Obrigada.

Pode continuar.

O SR. WALDSOON DIAS DE SOUZA – Então, esse foi um resumo bem importante de todas as ações desde 2011. Acho que dá para, agora abriremos para os questionamentos. Acho que está O.k.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, eu queria fazer um registro e considerar muito importante a presença não apenas dos que vão depor aqui, mas inúmeras autoridades da segurança pública.

Início pelas representações dos movimentos de mulheres aqui presentes, a Srª Lourdes Meira, Coordenadora-Geral da União Brasileira de Mulheres; a Srª Irene Marinheiro, Coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março; a Srª Ângela Pereira, da articulação política da Marcha Mundial de Mulheres; a Srª Alexandra Camilo, Coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário; a Srª Lúcia Rocha, Secretária Estadual da Mulher, do PCdoB.

Também quero agradecer a presença da Coronel Socorro, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Euller de Assis Chaves; da Drª Maísa Félix, Delegada da Mulher titular em exercício; do Ex^{mo} Sr. Humberto Pontes, Diretor Geral da Polícia Científica, importante parceiro da nossa luta; da Drª Ivanise Olímpio de Almeida, Delegada Geral da Polícia Civil, cumprimentando-a por ocupar um espaço importante na estrutura da segurança pública, como Delegada; a Ex^{ma} Srª Lúcia Silva, Secretária de Políticas para Mulheres de João Pessoa; o Sr. Márcio Leandro, Diretor do Instituto Médico Legal de Campina Grande, também importante parceiro na nossa luta; a Drª Renata Matias, Delegada da Mulher de João Pessoa;

a Srª Liliane de Oliveira, Coordenadora do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra; o Sr. Flávio Fábres, Gerente Operacional do DML de João Pessoa; a Ex^{ma} Srª Juíza Antonieta Lucia Maroja Arcoverde, que aqui se posicionará; o Drª Duciran Farena, Procurador da República no Estado da Paraíba; o Delegado titular de homicídios, Dr. Everaldo Medeiros, com quem tem nós temos toda uma discussão sobre como se trata e se conduzem os homicídios de violência de gênero, acumulados também na mesma área.

Registrando estes aqui presentes, agradecemos a importante presença dos profissionais de segurança pública, cujo registro da presença demonstra uma preocupação com essa área.

Com a palavra, para seus questionamentos, o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Quero até, antes de qualquer pergunta, só fazer um comentário. Quando a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, faz a pergunta sobre o orçamento, acho que, na exposição, fica clara até agora a razão da pergunta. A gente sabe, todos nós, que não há uma rubrica específica para isso, as ações são transversais, dá para se observar. Mas, mesmo sendo transversal a ação, é importante que tenhamos uma medida econômica da efetividade dessa política. E essa pergunta é feita, e fazemos para todos os secretários, em todas as áreas, em todas as audiências porque, através delas, podemos definir prioridade ou mudanças de prioridade. Então, essa é uma razão por que há alguns Estados que sequer conseguem responder, porque não têm uma política. Então, é importante que, se não tiver... (*Palmas*)... os dados para nós agora, Secretário, passá-lo na sequência, até o fim desta reunião ou que seja enviado para nós para que possamos medir, num relatório, qual é a questão orçamentária. É esse o comentário.

Agora, quero fazer alguns esclarecimentos. A primeira questão que é interessante levar em consideração é que esta CPI tem uma característica diferente: não estamos nesta CPML para investigar pessoas, mas para identificar a capacidade ou a debilidade das instituições do Estado brasileiro em executar uma política específica na questão da violência contra a mulher.

Então, isso é tranquilo, não há nenhum sentido de investigação pessoal, porque em outras CPIs investigamos pessoas por crime; aqui, não. Aqui, queremos saber se há debilidade ou não há na política e, se há, o que podemos até sugerir. Então, ela tem outra característica que não é essa de fazer investigação pessoal.

E, na sua exposição, está colocado – e para nós, aqui, não é surpresa, acho que para ninguém – a ques-

tão do sub-registro, da subnotificação. Mas isso está em todo o Estado brasileiro. Agora, é capaz de perceber qual é o nível de subnotificação? Porque, quando se vai planejar um serviço, tem-se uma meta para atingir. Neste planejamento feito, de que não temos conhecimento, é possível medir essa subnotificação? E já emendo a segunda pergunta: quantos Municípios estão, efetivamente, fazendo a notificação compulsória? Porque, se temos o número de Municípios que estão efetivamente fazendo, já temos uma noção também da subnotificação.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Dr. Waldson, Secretário de Saúde.

O SR. WALDSO N DIAS DE SOUZA – Deputado

Dr. Rosinha, primeiro, vou relatar aqui com relação ao orçamento, porque é exatamente esta a condição: até o final... Já pedi aqui as informações oficiais do QDD do próximo ano e também as deste ano, mas o orçamento não é composto somente com rubrica estadual; inclusive, para todas as ações, ele tem uma composição do bloco de financiamento da saúde da mulher, de uma área específica do Ministério, e operamos e executamos essa parte do orçamento, e o Tesouro do Estado também tem feito e promovido ações de implantação de serviço nessa área com recursos próprios. Por isso, não vou me antecipar em números, porque não vou, logicamente, passar informação que divirja do real, mas vou trazer até o final.

A situação do nível da subnotificação. A subnotificação é um cenário muito preocupante para o SUS, não é só nessa área específica; nesta, mais ainda, tendo em vista a dificuldade que se tem, no momento da identificação de um caso de violência, de fazer com que aquela mulher compreenda a importância da notificação. E mais ainda: a quantidade de profissionais de saúde que se deparam com essa situação e não têm também hoje, a condição e a informação necessária de como conduzir o caso. Isso temos visto em praticamente todos os serviços da rede estadual e das redes municipais também. Foi, por isso, que, inclusive, colocamos como um dos pontos de pactuação para convênios que os Municípios preparem profissionais para que saibam, inclusive, conduzir essa situação.

Há, pelo que demonstrei ali, hoje, 69 Municípios preparando e realizando oficinas de formação para trabalhadores e para outros que já operam. Mas, é lógico, quando você me pergunta exatamente quantos Municípios realizam a notificação compulsória, posso dizer que isso é uma regra de todo serviço público, inclusive estabelecida por portaria. Todos os servidores públicos têm que fazer, mas cai-se no sub-registro; o serviço que não se faz é que é um problema. Se me perguntar se quantificamos isso, eu diria que não, não

sei nem dimensionar e acho que qualquer gestor vai ter esse mesmo posicionamento porque, se você ou qualquer pessoa que esteja nesta plenária for olhar o número que temos ali, exatamente do ano de 2009 para o ano de 2012, verá que houve um aumento significativo, mas também verá que houve o aumento de serviços, o aumento de serviço de referência. Antes, não tinha nada, não havia parâmetro. Notificar quem? Avisar quem? Exatamente é esse o número. E se olhar o de 2009, havia 257 casos notificados no Estado da Paraíba, com 223 Municípios. Isso dá praticamente em 1%, 1,5%, 1,2% por mês, por ano, se a gente olhar a média para cada Município. Se olhar 2011, foram 555 casos, o que é praticamente, o dobro; praticamente não, é o dobro dos casos.

Há uma situação de sub-registro muito problemática, mas a atribuo realmente ao acesso aos serviços de enfrentamento, à dificuldade e à responsabilidade que o trabalhador de saúde tem em fazer porque, geralmente, não é uma situação simples. E temos debatido isso dentro dos serviços de saúde em todos os locais. Quando ele se depara, obviamente, ele tem uma rejeição e uma conduta preocupante com relação à condução do caso, inclusive da denúncia.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado.

Secretário, eu até ia fazer um comentário que já foi feito, agora, pelo senhor. Eu observei, na hora em que fez a exposição, que há realmente o aumento da violência. Eu ia até fazer esse registro. Há o aumento da violência, mas também há a melhora da qualidade de captação dos dados; às vezes, a violência está no mesmo patamar, só que estamos captando mais informação.

E, agora, chegou aqui uma cópia por Município. Há alguns Municípios que, entre 2009 e 2012, não registram nada, é zero, coisa que é inacreditável. Por isso, não acredito.

Então – aí vem uma segunda questão –, há as ações que devem ser realizadas nesses Municípios. Acho que cabem ações. Quais são as ações planejadas pela Secretaria Estadual da Saúde, especificamente identificando esses Municípios para serem ativos na busca da informação? Pergunto quais são essas ações?

E vou fazer outra até para que a gente possa ir um pouquinho mais rápido. Observei meio rapidamente, de baixo para cima – então, posso ter me enganado –, quando foi exibido o mapa da Paraíba sobre aquelas oficinas de enfrentamento da violência. No mapa, apresentaram-se as regiões do Estado onde há oficinas. Tive a impressão de que a região metropolitana de João Pessoa é a em que menos ocorrem oficinas, só que é onde está registrado o maior número de homicídios de mulher. Tive essa impressão, não sei.

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – É verdade.

Eu pedi para reprojeter o mapa no momento em que você observa.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Então, eu queria ver até entender por que nessa região não há as oficinas se é o local mais violento.

Há essas duas questões e depois encerro, com mais uma outra questão no final. É só para responder a essas duas.

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – Nesse movimento exatamente, por que eu destaquei esse mapa? Porque ele é fruto de uma pactuação em que identificávamos dificuldades, inclusive no registro. Pode acompanhar no seu mapa – esse é o mapa do Sinan – e olhar, por exemplo, na região de Monteiro, que esses Municípios estão inclusive pactuados.

Então, temos inclusive Municípios pactuados, porque existia uma fragilidade muito grande no enfrentamento e no registro desses números. Então, a identificação é exatamente a partir dos Municípios que não faziam e que não possuíam serviços de referência. Os serviços de referência são sete, hoje, no Estado.

E aí se V. Ex^a me perguntar, Deputado, qual é a necessidade, eu diria que, realmente, a necessidade de serviços de referência é muito maior. Não tenha dúvida. Só neste ano já ampliamos quatro ou cinco – não é, Iracema? – serviços de referência só para enfrentamento dessa situação.

E todos esses que estão aí no mapa são realmente os mais frágeis. No Estado, eles têm esta meta a cumprir: fazer e formar profissionais nessa área. Mas, obviamente, não é ainda o efeito total da ação. Isso é um movimento de construção, inclusive, de olhar o Estado para que consigamos sair.

E o outro termo, o outro mapa é mais objetivo e mais crítico também. Se você olhar o outro mapa também, vai identificar que...

Pode passar mais um eslaide, por favor.

Esses são os Municípios que nem possuíam plano de enfrentamento. Nem plano existia no âmbito municipal. Então, esses estão pactuados e, inclusive, há entre eles alguns críticos, alguns com números muito difíceis, entendeu?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, para registro das notas taquigráficas, o Deputado Dr. Rosinha. E já emende as demais perguntas, para que possamos dar maior agilidade.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Que bom que registrou e identificou onde sequer serviço há para poder executar.

Eu vou terminar agora. Na questão de qualificação de pessoal, Secretário, eu vou fazer três ou quatro perguntas.

Na questão de qualificação de profissional, que tipo de qualificação é feita, com que periodicidade, quem capacita e quem é capacitado? Acho que é interessante para clarear um pouco para nós.

A outra questão é: quais são os serviços de aborto legal que estão em funcionamento? Eu pediria até para o senhor anotar.

A Secretaria de Saúde participa da capacitação de policiais para enfrentamento do caso de violência sexual?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Waldson, essa última pergunta o senhor anotou?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A Secretaria de Saúde participa da capacitação da polícia para enfrentamento de casos de violência sexual?

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – O.k.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É a última pergunta que eu faço é: há registro, denúncia ou queixa de alguma mulher por violência na sala de parto? Porque isso já chegou na nossa CPMI também: violência em sala de parto. (Palmas.)

São essas as questões.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Concluídas essas perguntas, Deputado Dr. Rosinha, com a palavra – agora me informaram que pronunciei incorretamente o nome do Secretário de Saúde – o Dr. Waldson, da Secretaria da Saúde. Peço para agilizar suas respostas, porque a Senadora ainda vai falar.

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – O.k. Vou iniciar aqui pela capacitação, certo?

Todo processo de formação, Deputado, que ocorre é identificado. Primeiro, é feita uma análise do mapa do Estado onde temos identificação de casos prioritários, os Municípios onde haja a maior incidência desses números, desses casos.

O núcleo estadual – em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – atua diretamente junto aos centros de referência. Quem capacita esses profissionais são os técnicos do Estado e também dos Municípios, no caso da parceria, quando há a identificação de Municípios que não têm nem serviço de referência, que são praticamente a maioria, mas que possuem algum tipo de serviço que atenda diretamente à mulher: uma maternidade de pequeno porte, um hospital de pequeno porte, um hospital geral ou serviços de atenção básica, o que, praticamente, todos têm.

Qual é a nossa preocupação hoje? É fazer com que a formação chegue praticamente à quantidade, à totalidade da atenção básica, que é a porta de entrada primeira do sistema. O fortalecimento junto às prefeituras é nesse sentido. Esse mapa que foi passado, a partir do pacto, fortalece principalmente a formação

para os profissionais da atenção básica e, logicamente, às prefeituras parceiras, mas a formação é feita pelos técnicos do Estado e do Município.

Está respondida essa?

A outra questão foi sobre a notificação compulsória, não é isso?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A outra é só sobre....

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputado Dr. Rosinha, repetindo a pergunta.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Só para lembrar: é questão dos serviços de abortamento legal que estão em funcionamento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. Waldson.

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – O serviço de abortamento legal do Estado é a Maternidade Frei Damião. É uma maternidade que é referência em alto risco e obstetrícia aqui no Estado. Esse é o serviço, hoje, de referência para esses casos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A terceira pergunta.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É um serviço para todo o Estado?

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – Há só esse serviço habilitado, tendo em vista que o único lugar onde se encontrava uma UTI materna nesse Estado era a capital. Não havia serviço de alta complexidade em obstetrícia em nenhum Município fora João Pessoa; nem o Município de Campina Grande possuía um serviço de referência para atenção à saúde da mulher com UTI e UTI materna. Então, a gente descentralizou isso para o sertão paraibano e hoje temos uma descentralização em obstetrícia de alto risco que é a Maternidade Peregrino Filho, em Patos. Uma demanda histórica da Paraíba era exatamente não ter serviço de referência em alta complexidade nos casos de gestação de alto risco e de referência à mulher de forma em geral, institutos que fizessem exatamente isso, a não ser as maternidades Cândida Vargas e Frei Damião aqui em João Pessoa.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Então, para o abortamento legal, só há essa maternidade aqui. E as pessoas do interior como é que chegam?

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – A situação, até para o parto normal, as pessoas se deslocavam...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Sr. Waldson, eu repito os nomes aqui. Nas notas taquigráficas têm que ser registradas as palavras de cada um.

Pode falar.

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – Deputado, a gente tinha uma situação em janeiro de 2011 em que, até para o parto mais simples na Paraíba, a população tinha que se deslocar do último Município para a capital ou para o Município de Campina Grande. Essa era uma situação caótica na rede de saúde do Estado.

A gente teve que fazer uma intervenção muito grande na descentralização de serviços de obstetrícia e parcerias com hospitais filantrópicos. A gente abriu uma maternidade de alto risco no Município de Patos, uma maternidade nova, que inclusive foi aberta no mês de abril, e estamos descentralizando várias outras. Abrimos um hospital infantil em Sousa com obstetrícia e abrimos mais leitos de obstetrícia também na região de Cajazeiras. Ou seja, o sertão paraibano era completamente desassistido de qualquer intervenção de alto risco e hoje é contemplado.

Então, no projeto dessa maternidade do sertão paraibano é prevista já a implantação de centro de referência, a implantação de serviços de abortamento legal e outras ações, a exemplo de ambulatório de alto risco, para a gestação de alto risco, porque essa é uma coisa também muito complicada no âmbito do Estado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E tenho as duas últimas perguntas ainda.

A Secretaria de Saúde participa da capacitação de policiais para enfrentamento do caso de violência sexual?

E a última pergunta que eu tinha feito é se há algum registro de violência contra mulher em sala de parto. E fiquei curioso: com o serviço tão precário que estava, qual é o índice de mortalidade materna na Paraíba?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Concluídas todas as perguntas, há três perguntas, Dr. Waldson, para que o senhor possa concluir. A Senadora ainda terá outras questões.

O SR. WALDSO DÍAS DE SOUZA – O.k. A participação da saúde com relação a outras áreas, a exemplo da segurança pública, neste momento, se dá com a participação em eventos, em articulação, que, no âmbito do Governo do Estado, é exatamente de forma pontual em regiões no Estado. A gente ainda possui uma estratégia que precisa avançar nesse aspecto, mas a Secretaria da Mulher e Desenvolvimento da Diversidade Humana tem uma lógica de interação próxima, para que a gente entenda essas necessidades.

A gente não está aqui também dizendo que está acontecendo, nem vai dizer que está acontecendo nada que não seja real, só que a situação de acesso das pessoas no Estado da Paraíba e – diga-se de passagem – das mulheres era muito ruim. Estamos fazendo a inversão de um processo histórico.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A pergunta a respeito da mortalidade materna.

O SR. WALDSO N DIAS DE SOUZA – Sobre a pergunta a respeito da mortalidade eu também vou ter que olhar o *site* agora. A gente tem isso publicado. No ano passado, acho que estávamos com índice de 14% – vou olhar agora. A gente baixou um pouco na mortalidade materna, mas não é satisfatório. Eu vou olhar o dado real, agora, para colocar. Inclusive está no *site* do Governo, mas tanto os de mortalidade materna quanto os de mortalidade infantil são números que a gente vem reduzindo ano a ano. Acho que houve uma redução um pouco maior no número de mortalidade materna do que na infantil.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A violência na sala de parto.

O SR. WALDSO N DIAS DE SOUZA – Olha, eu não posso lhe afirmar exatamente sobre casos de violência em sala de parto aqui neste momento. Não tenho registro e notificação de fato do tipo. Não posso lhe afirmar isso. Caso tenha, é preciso que a gente receba do próprio comitê, mas eu não posso lhe dizer aqui desta tribuna, porque realmente eu não tenho.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. Waldson, nós temos um procedimento: para as informações que forem solicitadas e das quais o senhor não dispuser dos dados no momento, damos um prazo de 1 semana a 10 dias para que o senhor possa informar à CPMI em relação aos dados solicitados. Evidentemente, até o final da audiência, nós podemos realizar.

Podemos passar a palavra para a Senadora Ana Rita, que fará o seu questionamento, com certa objetividade, para que a gente possa escutar todos. São mais sete pessoas, e temos de escutar todas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É apenas uma pergunta, Secretário. Na sua fala, o senhor disse que foram criados sete centros de referência. A minha pergunta é: seria um centro de referência em cada Município? Se é dessa forma, qual o critério utilizado para escolha desses Municípios?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Dr. Waldson.

O SR. WALDSO N DIAS DE SOUZA – O.k. São sete centros de referência. Estão posicionados e foram distribuídos pensando a lógica regional, e não a municipal, até pela capacidade que tínhamos de operar a descentralização desses centros. Então, eles estão localizados, se observarmos o mapa – foi retirado –, veremos que eles estão ao longo do eixo de todo o Estado, posicionados nas regiões de Guarabira, de Campina Grande, de Monteiro, em Patos, em Sousa e Cajazeiras.

Então, não é uma linha equidistante e há um problema muito grande de acesso para os centros ainda, tendo em vista que ainda são sete, embora fosse um número muito menor antes de assumir o Governo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Alguns questionamentos que as pessoas aqui presentes queiram fazer podem ser encaminhados por escrito para a Mesa, para que a gente possa dar uma condução, garantindo os questionamentos necessários.

Senadora Ana Rita.

Nós agradecemos ao Dr. Waldson, lembrando que as respostas, até o final da audiência, podem ser informadas, e as respostas àquelas a que não tiver acesso aqui nós receberemos lá.

Muito obrigada, Dr. Waldson, Secretário da Saúde.

Vamos ouvir agora o nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Claudio Coelho Lima.

Sugiro, que, antes das suas palavras, a Senadora Ana Rita faça alguns questionamentos. Se o senhor preferir, pode anotar, em situação melhor, os questionamentos que ainda não lhe tenham sido passados e, em seguida, o senhor ocuparia o lugar, para que haja mais agilidade nas anotações das questões levantadas pela Senadora.

Aproveito a oportunidade, antes de passar a palavra para a Senadora, para registrar a presença da Srª Rosane Araújo e Oliveira, Promotora da Promotoria da Mulher de João Pessoa; da Srª Gilberta Santos Soares, Secretária Executiva da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana; da Srª Liliane Targino, Ouvidora da Assembleia Legislativa da Paraíba; a Srª Elinaide Alves de Carvalho, Gerente Executiva de Equidade de Gênero; da Srª Gregória Benário, Assessora Jurídica da Promotoria da Mulher de Campina Grande; do Sr. Percival Henriques, Presidente do PCdoB de João Pessoa; do Ex^{mo} Sr. Washington França, Secretário de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba; de todas as autoridades do sistema de segurança pública presentes, o que nos garante um compromisso da estrutura; da Srª Sandra Marrocos, Vereadora de João Pessoa pelo PSB; da Srª Odete Ricardo, Presidente do CEDHOR de Santa Rita; da Srª Tatiana Oliveira, do Conselho Estadual da Mulher de Direitos Humanos da Paraíba; da Srª Lúcia de Fátima, técnica de proteção da Proteção Social Especial; da Srª Cida Ramos, Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado; e da Srª Valdênia Lanfranchi, Ouvidora de Polícia do Estado da Paraíba. Agradecemos a todos e a todas a presença.

Passamos a palavra à Senadora Ana Rita, Relatora, que apresentará seus questionamentos ao Secretário de Segurança Pública, que, após anotar as questões, ocupará o espaço.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Convidamos o Secretário para vir à tribuna. Seria muito bom se, neste primeiro momento, o Secretário fizesse uma exposição do trabalho da Secretaria, com esse recorte de gênero, para que depois possamos fazer nossos questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Ex^{mo} Dr. Claudio Coelho Lima, Secretário de Estado da Segurança e Defesa Social.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, antes de fazer sua exposição, vou repetir aqui duas perguntas que estamos fazendo para todos os Secretários presentes e demais autoridades, para que o senhor possa, na sua fala, responde-las.

Gostaríamos de saber, do orçamento da Secretaria de Segurança, o que está sendo destinado para as ações específicas no enfrentamento à violência contra a mulher. Esse é um dado. Outro dado de que gostaríamos de saber também é o que a Secretaria tem feito para diminuir a letalidade contra as mulheres e as demais violências que são cometidas contra as mulheres. São essas duas perguntas iniciais. Depois, faremos as demais, a partir da fala do senhor.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Claudio Coelho Lima.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Boa tarde a todos e a todas, meus cumprimentos a nossa Deputada Gilma Germano, à Ex^{ma} Deputada Federal Jô Moraes, Presidente desta Comissão Parlamentar, à Ex^{ma} Srª Ana Rita, Relatora da Comissão; ao Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Luiz Couto; ao Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Dr. Rosinha; Srs. Secretários e Srªs Secretárias de Estado. Aproveito para, em nome da minha amiga Cida Ramos, cumprimentar todos os Secretários presentes e servidores estaduais, principalmente em nome das mulheres, cumprimento a minha amiga Cida Ramos, que bem representa a classe das mulheres no Estado da Paraíba.

Srª Presidente, nós elaboramos uma apresentação, mas como não nos foi avisado que poderia ser projetada por meio de PowerPoint, peço licença apenas para falar. Acho que essa apresentação deve estar com o pessoal, mas para não atrasar o andamento da CPI e desses trabalhos, acho que poderemos ter essa conversa com os dados dos quais eu disponho.

O Estado da Paraíba agradece a presença das Srªs Deputadas desta Comissão e, por uma questão de cidadania e obrigação, as recebemos e os recebemos aqui no nosso Estado com o compromisso de prestar os esclarecimentos e, de forma transparente, dizer da nossa preocupação com o tema da violência contra as mulheres.

Nós temos no Estado da Paraíba nos últimos anos, é verdade, um crescimento grande da letalidade, principalmente pelos crimes violentos letais intencionais. Para se ter uma ideia, de 2008 a 2009, os homicídios cresceram em torno de 21%. E nesta mesma Casa Legislativa, nesta mesma Casa que representa o povo da Paraíba, demonstramos que no ano de 2009 para 2010 os homicídios cresceram 24,9%. Isso demonstra preocupação não só com o crescimento, mas com a velocidade do crescimento do crescimento. Um Estado que há 10, 12 anos apresentava menos de 500 homicídios por ano, uns 300 ou 400 homicídios. Esse número cresceu e no ano de 2010 nós contabilizamos 1.563 homicídios; no ano de 2011, na nossa gestão já, 1.680 homicídios. Na nossa gestão cresceu, de 2011 para 2012, 7%, mais precisamente 7,4%. Já, neste ano de 2012, estamos conseguindo reduzir essa curva, é claro, ainda não da forma como desejamos, mas de uma forma muito corajosa com que este Governo vem encarando, numa dificuldade muito grande.

É um Estado que por vários anos acumulou algumas deficiências, principalmente na segurança pública – como em todo o Brasil, aqui não é diferente –, por várias razões, por vários motivos e causas diversas, das quais a gente pode dizer que grande parte em razão do tráfico de drogas. Nesses 8 meses, nós conseguimos reduzir 7,89% dos homicídios em relação ao ano anterior. O Governo do Estado tem um compromisso com a sociedade e uma meta de redução dos crimes de 10% ao ano. Pode parecer pouco, mas se considerarmos um crescimento de homicídios de 25% ao ano, quebrarmos esses 25% e assumir mais uma quebra de 10% é certamente uma meta ousada.

Digo isso porque o tema da violência contra as mulheres está inserido nesse contexto geral. Não há como desconhecer que os homicídios contra a mulher no Brasil – e na Paraíba não é diferente – aumentaram. Nós tivemos coragem. As entidades que defendem e que de certa forma acompanham a criminalidade contra a mulher noticiaram números até menores que o nosso, e nós tivemos coragem de dizer: “Não, a situação ainda é pior do que está sendo noticiado. Precisamos dar as mãos em relação a isso.” Em 2011, foram 146 homicídios contra a mulher na Paraíba. Neste ano, já somamos 100 homicídios. Isso nos despertou e nos preocupou demais.

Mesmo estando diante de uma diminuição dos crimes em geral, até porque em João Pessoa conseguimos reduzir, desse período até agora, em agosto, 13,1%, em Campina Grande, essa redução chegou a 15%. Isso ocorreu em toda a região, em vários Municípios, porque dividimos o Estado em três grandes regiões. A segunda região grande é Campina Grande,

que engloba muitos Municípios, e houve uma redução de 15% naquela regional. Mas essa mesma proporção, esse mesmo percentual não acompanhou os crimes contra as mulheres. Isso serve de preocupação.

Sr^a Presidente, observamos, em alguns Estados – até porque trabalhei em outros Estados – principalmente em Pernambuco, que os homicídios de uma forma geral contra as mulheres, dependendo do Estado, têm variado de 7% a 9%, até quase 10%. Estou me referindo aos crimes em geral, aos homicídios, principalmente, que são os crimes mais graves. Tenho observado que a violência doméstica não pode ser presa apenas ao homicídio. Mas por que tratar o homicídio? Porque é o crime mais grave? Sem dúvida, o maior bem jurídico que merece a primeira proteção é a vida.

Na Paraíba, temos um percentual de 9%, quase 10%, porque nós tivemos até o final de agosto 1.016 homicídios. Se nós tivermos 100 homicídios contra as mulheres, são quase 10%; então, são 9,8%, talvez. Isso demonstrar o quê? Isso vem demonstrar um crescimento. Em Pernambuco, até 2010, essa taxa chegava a mais de 7%. Dos crimes em geral contra os homens, todos os crimes, mais de 7%; chegamos a mais de 9%.

Observamos um fenômeno, um triste fenômeno, e isso vem somar-se a uma situação muito mais preocupante, que é a situação das drogas no País. Em nenhum Estado hoje no Brasil, há uma política eficiente contra as drogas.

O Poder Legislativo é muito importante neste momento que o Brasil passa. Precisamos acordar para o tema gravíssimo, que é o problema das drogas. Por que digo isso vou explicar mais à frente. Não há uma política nacional com essa preocupação, nem nos Estados ricos, sempre cito isso, como São Paulo, e um Estado menor, como é o caso do Espírito Santo, com uma das maiores rendas *per capita* do País, existe uma política eficiente de enfrentamento dessas drogas. E aí a gente observa que as mulheres sofrem hoje a violência doméstica; as mulheres sofrem a ação da criminalidade. E a gente observa cada vez mais o crime também, principalmente do tráfico de drogas, inserindo as mulheres. Era muito difícil uma mulher ser presa no País em razão do tráfico.

Tenho aqui uma estatística, Sr^a Presidente, Sr^a Relatora – já deve ter sido passado para as senhoras esse material, tenho certeza –, que demonstra um trabalho feito pela Secretaria a respeito da motivação, e observamos, por exemplo, aqui, que, em João Pessoa, dos homicídios contra as mulheres, 40% das mulheres foram mortas por causa das drogas. Isso apurado nos inquéritos. São 40%, porque a mulher, de alguma forma, é levada a essa situação. O companheiro que está preso, como exemplo, exige que sua companheira con-

tinue com a atividade criminal. E, por essa razão, hoje, nessa disputa, nessa guerra do tráfico, as mulheres também estão morrendo. Então, a gente observa que, dos crimes em João Pessoa que envolvem violência doméstica, somente 30% – é o que foi apurado nesse trabalho feito – referem-se à violência doméstica. No Estado todo aumenta, porque, no interior do Estado, quando se sai dos grandes centros, há uma característica diferenciada e aí passam de 40% os crimes de violência doméstica.

Essa violência doméstica, que preocupa muito a sociedade e todos nós, depende também de ação articulada. É por essa razão que nós temos aqui conversado muito com a nossa Secretária da Mulher e da Diversidade Humana, tentando articular ações com toda essa rede de proteção. Nós temos aqui a doutora e colega também de vocês, Deputada Iraê Lucena, a nossa Cida Ramos. Nós temos procurado os Municípios; nenhuma ação com êxito pode ser realizada sem a participação das outras Secretarias, e principalmente do Município, razão de traçarmos alguma política em conjunto. Essa ação não depende apenas da ação policial.

Se formos observar os crimes contra a mulher, eles se concentram, na maioria, em alguns Municípios, principalmente nos grandes centros. No nosso caso aqui, é mais na região metropolitana e em alguns Municípios do interior. Em mais de 60% dos Municípios não houve crime, pelo menos de homicídio, contra a mulher. Esse é um dado importante. Isso, de alguma forma, até vem facilitar o trabalho, porque nós temos uma situação mais concentrada. E nós estamos em plena articulação com os Municípios. Esse trabalho vem sendo bem recepcionado pelos Municípios e nós acreditamos que, daqui para frente, nós possamos ter mais êxito, principalmente nesse crime de violência doméstica.

Os casos que envolvem principalmente o tráfico de drogas e outros crimes dependem de uma ação mais forte da polícia. A esses casos, nós esperamos, nos próximos anos, dar uma resposta, dentro de um planejamento, no Governo, de enfrentamento da criminalidade com uma meta de redução de, no mínimo, 10% ao ano. É um compromisso que está escrito no plano de meta, do ponto de vista operacional, de reduzirmos, no mínimo, 10% dos crimes na Paraíba. E o caso das mulheres, sem dúvida, está dentro dessa forma, desse compromisso, desse planejamento assumido. E nós acreditamos que estamos no caminho certo, porque, até agora, em agosto, nós conseguimos reduzir quase 8%; ou seja, 7,89%. Esperamos até dezembro, se Deus quiser, atingir essa meta dos 10%.

Nesses crimes das drogas, observamos cada vez mais a participação de grupos que começam a se organizar, e a mulher acaba sendo vítima deles. Nós estamos investindo na inteligência policial. Nós observamos também que o homicídio contra a mulher, principalmente na violência doméstica, nunca vem dissociado de outros precedentes. E aí eu me refiro à ameaça.

Dentro do planejamento operacional nosso, nós incluímos alguns trabalhos que são permanentes, como, por exemplo, uma operação chamada Contra-ameaça. Ela é uma medida, é um trabalho que procura prevenir o crime contra a vida, do ponto de vista da polícia judiciária, mas ele também tem um diferencial com relação às mulheres.

Qual é esse diferencial? O diferencial é que a gente observa que, no Brasil, há uma cultura muito caótica, muito triste com relação às ocorrências policiais. Muitas mulheres, ao chegarem numa delegacia, muitas vezes, nem querem registrar ocorrência, porque a ideia que se tem, Presidente, é que às vezes a mulher, ao registrar uma ocorrência, reclamando de uma ameaça de seu companheiro ou de alguém da sua proximidade, alguém ache: “Ah, isso é problema de namorado; isso é problema do marido.” E às vezes não querem nem registrar. Na Paraíba, nós obrigamos que a delegacia, através de portaria, registre...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, o senhor daria só uma licença?

A Relatora gostaria de situar algumas questões e o senhor, depois, retomará a continuidade do trabalho.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Fique à vontade.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Claudio, o senhor faz referência ao tráfico de drogas e eu não quero que o senhor passe para outro tema sem eu fazer algumas perguntas com relação a isso.

Realmente, nessa questão do tráfico de drogas, o senhor tem razão. Ele é um problema que está se apresentando como um problema que precisa, de fato, ser trabalhado. Ele é um fenômeno desses últimos tempos, e as mulheres têm sido vítimas desse fenômeno. Só que eu quero fazer aqui uma ponderação. Nós não podemos permitir que esse debate do tráfico de drogas e do envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas venha colocar em menor peso a questão da violência doméstica. (*Palmas.*)

Por que eu digo isso, Secretário? Por que estou dizendo isso?

O Estado da Paraíba hoje, dentro do mapa da violência do Instituto Sangari, se apresenta como o sétimo Estado com o maior índice de violência contra

as mulheres e de violência doméstica. É aquela praticada pelo marido, ex-marido, namorados. (*Palmas.*)

A capital de João Pessoa está em segundo lugar em homicídios contra as mulheres. Também são homicídios, de acordo com o mapa da violência, praticados pelo marido, ex-maridos, e que são caracterizados como violência doméstica. Vitória, capital do Espírito Santo, que é o Estado do qual eu sou originária, está em primeiro lugar.

Então, isso não quer dizer que, ao levantar a questão do tráfico de drogas, nós podemos, de forma alguma, menosprezar esses dados da violência doméstica. É uma responsabilidade do Poder Público enfrentar isso também, como enfrentar também o tráfico de drogas.

Eu queria apenas que o senhor falasse um pouco sobre isso, porque o senhor disse que ainda não há uma política nacional de enfrentamento ao tráfico de drogas, que está matando mulheres. Mas, independentemente, de não haver uma política nacional, é importante que o Estado comece a pensar esse novo fenômeno da violência contra a mulher e que tem esse viés do tráfico de drogas.

Então, esse debate foi muito colocado hoje, pela manhã, quando visitamos o Centro de Referência, porque para pensar a violência contra a mulher, o enfrentamento a essa violência quando se tem também o recorte do tráfico de drogas, é preciso pensar políticas diferentes para fazer esse enfrentamento. Por exemplo, o Centro de Referência, hoje existente na Paraíba, assim como existem em outros Estados, foram criados para atuar no enfrentamento à violência doméstica, que é uma realidade. Quando nós estamos falando do enfrentamento à violência contra a mulher com recorte do tráfico de drogas, a realidade é outra, porque, ao receber uma mulher que está sendo ameaçada dentro de casa e que tem a causa no tráfico de drogas, essa violência pode também chegar ao Centro de Referência, e os profissionais que atendem no Centro de Referência, muitas vezes, ficam vulneráveis diante desse fato. (*Palmas.*)

O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que, além das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, à violência doméstica – e hoje temos Centro de Referência e delegacias que precisam ser cada vez mais fortalecidas, cujos profissionais precisam, de fato, serem capacitados –, é importante saber – e aí faço a pergunta – se a Secretaria já começou a pensar políticas específicas para essa realidade, porque a violência doméstica também está associada ao tráfico de drogas. Essa é uma realidade que o senhor está apresentando aqui e com que nós também também concordamos.

Na conversa, hoje cedo, com o Governador, ele também levantou essa questão, essa problemática. Mas acho que fica o desafio: como criar políticas para que possamos enfrentar a violência doméstica associada ao tráfico de drogas? A minha pergunta é: a Secretaria de Segurança já está pensando sobre isso? Tem feito esse debate? Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer imediatamente. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A palavra está com o Sr. Secretário, para que ele dê continuidade.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Eu parti de um geral, de uma criminalidade geral, para chegar ao especial, que era exatamente a violência doméstica. Eu estava exatamente tratando do tema que precede o mais grave, que é o homicídio contra a mulher. A ameaça, um dos itens que a gente tem observado, contra a mulher e a agressão são os primeiros crimes que as delegacias recebem. Do ponto de vista policial, a agressão, no seio do lar, e o crime de ameaça têm acontecido.

Eu queria dizer exatamente isto: nós estamos agora chegando, na violência doméstica, naquilo que é específico, e estamos trabalhando, sim, preocupados com essa realidade, tanto o é que eu comecei citando aqui Cida Ramos, que é a Secretária de Desenvolvimento Humano e que hoje desenvolve política em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública. A Secretaria Especial da Mulher e Diversidade Humana também está em conjunto com essa preocupação. E, do ponto de vista estritamente policial, nós fomos um dos únicos Estados que obrigamos que a delegacia faça o registro da ocorrência e cuide do caso, mesmo sem nenhuma testemunha, porque sabemos que, por aí afora – e acontecia aqui também, não podemos esconder, não, Presidente –, em alguns casos, quando a mulher chega pela segunda, terceira vez, sequer querem registrar: “Ah, mas a senhora não trouxe testemunha; isso é uma briga de casal.” E para haver essa obrigação, nós assinamos um normativo obrigando que seja recepcionada a mulher de qualquer forma, mesmo sem nenhuma testemunha, e que seja, imediatamente, o suposto agressor intimado e buscado na residência. Isso tem sido feito aqui. Essa é uma primeira preocupação.

Quanto às outras políticas, principalmente a de acolhimento e os encaminhamentos, não há como a polícia fazer sem a articulação com outras secretarias. É o que estamos fazendo. Temos nove delegacias da mulher. Isso é pouco. Mas se considerarmos que Estados mais ricos têm menos do que a Paraíba, um Estado

pobre, nós podemos dizer que estamos no caminho certo. Não podemos, Presidente, abrir delegacias sem efetivo. Encontramos um Estado em que a Polícia Civil, em 2005, tinha 2.500 policiais civis, hoje, tem 1.800.

O Governo do Estado tem contratado policiais civis e militares, mas ainda é muito pouco. Não se contratam policiais da noite para o dia, isso demora, no mínimo, 2 anos. São 6 meses para realização de concurso, mais um tempo de formação, mais um tempo para contratação. E o Estado da Paraíba, é bom que se diga, no primeiro ano, em 2011, foi administrado mediante liminar, porque ele excedia o limite de responsabilidade fiscal, o limite legal, porque a folha de pagamentos não permitia que o Governo pudesse contratar um servidor sequer.

O que acontece é que o Governo vem trabalhando com muita disposição para poder contratar. Contratou uma turma de policial civil no ano passado. Temos outra turma para contratar agora, já foi até formada, estamos em atraso, sim, porque já era para ter contratado. A Polícia Militar já contratou em torno de 700 policiais. Temos deficiências graves e profundas que precisamos consertar ao longo desse período e que vêm sendo trabalhadas.

Eu acho que a ideia, em termos de delegacia, é se passe a criar grupos dentro dos próprios Municípios e delegacias especiais para tratar o tema da mulher. Mas não adianta enganar a população e dizer que vai abrir uma delegacia em cada Município. É um Estado próprio com 223 Municípios. É impossível hoje abrir delegacias em todos os Municípios por falta simplesmente de efetivo. Se fosse para construir um prédio, ou alugar e colocar uma delegacia da mulher seria possível fazer, mas nós não queremos fazer isso. É muito mais importante uma política séria, porque esse tema depende muito mais de policiais capacitados do que de prédios.

É com essa visão que a gente vem encarando essa situação. É o segundo ano de governo. Este tema está sendo muito tratado e articulado com outras secretarias. Até no nosso planejamento este tema é lembrado, como eu falei, que é a operação contra ameaça do ponto de vista policial tratar de forma diferenciada. E estamos avançando, sim. Temos certeza de que este Estado dará resposta na diminuição dos crimes contra a mulher, principalmente na violência doméstica.

Por que comecei falando das drogas? Porque não podemos deixá-la dissociada... Porque, muitas vezes, do tráfico acaba surgindo a violência... Existe um liame muito estreito, às vezes, em alguns casos, a gente notou que não dá para separar isso. A mulher foi morta exatamente em razão disso, dessa situação. Então, há uma linha muito estreita quando a mulher

entra nessa situação e, às vezes, até difícil de identificar. Essa é uma verdade.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só esclarecendo, o procedimento da CPMI realmente é a escuta, a gente ter a informação, o diagnóstico. Nós temos aqui alguns questionamentos depois. Então vamos ter um pouco de paciência para escutar os questionamentos da CPMI e as respostas do Secretário, e depois vamos escutar o movimento social, a sociedade civil, que vai fazer o relato da sua opinião. Porque é uma condução que nos interessa certa tranquilidade para escutar as autoridades, para que a gente saia daqui com uma visão clara das dificuldades que enfrentamos.

Com a palavra, retomando os questionamentos, a nossa Relatora, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Eu quero fazer um registro, Secretário, porque a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está-se propondo, ao final dos trabalhos, eu como Relatora vou apresentar um relatório e vou propor, juntamente com os demais Parlamentares que compõem esta Comissão, que criemos uma comissão especial de acompanhamento dessas situações todas após a CPMI. Uma comissão permanente, para que nós possamos monitorar a política de atendimento às mulheres em situação de violência em todo o País. Então, o Legislativo está se propondo a fazer isso.

Mas eu gostaria também de fazer outra colocação. Nas diligências que nós fizemos, nas reuniões que nós fizemos, no dia de ontem e hoje também, nós ouvimos que há um grande obstáculo quando as pessoas, as mulheres, procuram as delegacias para fazer o registro, porque ainda continua exigindo que – não sei se em todas ou em quais são, mas essa constatação nós a obtivemos –, para fazer o registro da ocorrência, a pessoa precisa levar uma testemunha. E nós sabemos que isso não é necessário. Não precisa haver testemunha. O relato da mulher já é suficiente para fazer o registro.

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre se isso realmente tem acontecido, se isso é real e, se estiver acontecendo, que providências a Secretaria pensa em tomar.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Eu acabei de dizer que isso acontecia. Se algum fato desses ainda estiver acontecendo, eu quero lhe dizer que é contrariamente a uma disposição normativa da Secretaria ao que está determinado. Inclusive eu peço que depois, a nossa delegada geral, que está aqui também e que coordena as Delegacias da Mulher no Estado, que apresente esses documentos à Comissão, a cópia desses documentos publicados no *Diário Oficial*, porque isso é caso de penalidade de servidor.

E o que a senhora perguntou é verdade. Eu recebi uma senhora de quem exatamente foram exigidas duas testemunhas. Eu chamei a Delegada na mesma hora... Fica naquela história do mal-entendido... Mas eu lhe garanto que, hoje, se estiver acontecendo um fato desses é uma exceção, e nós vamos apurar.

A SR^a PRESIDNETE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu quero apenas registrar que nós estivemos na Delegacia de Mulheres de João Pessoa, na qual a nossa delegada geral lá compareceu também, e esse mesmo questionamento nós o fizemos. Foi declarado que não se exigem testemunhas para abrir inquérito.

Acho que é importante nós fazermos essa declaração, porque, se em algum momento isso houver ocorrido ou alguém tenha o testemunho que possa nos informar, nos entregar por escrito para que possa ser apurado se efetivamente houve, qual foi a exigência, qual foi a vítima, porque nós não podemos deixar no ar.

Penso que o Secretário de Segurança tem razão: qualquer caso nesse sentido é caso de punição ao servidor público. Logo, a CPMI está aberta para receber da sociedade civil e para encaminhar à Secretaria de Segurança casos concretos que tenham sido registrados e que possam servir de aperfeiçoamento.

Eu queria dizer também que a Rede Feminista de Saúde nos questiona, inclusive com a palavra do Secretário de Saúde também, sobre a necessidade, Secretário, de haver uma política de intersectorialidade de combate ao enfrentamento da violência. Isso porque o senhor citou que sem essa intersectorialidade não apenas no interior do Executivo, mas também com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria não é possível avançar nesse processo. Outras questões colocadas pela Rede Feminista e eu as retomarei ao final.

Com a palavra, o Deputado Dr. Rosinha para os seus questionamentos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Secretário, obrigado pela presença.

Nós recebemos esse documento da Secretaria, diagnóstico do CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais), contra a mulher na Paraíba, em 2012. Em uma das páginas há um gráfico que diz respeito à motivação do CVLI como vítima do sexo feminino no primeiro semestre de 2012. Aqui, mostra a violência doméstica com 29%; o envolvimento com drogas, 31%; estupro seguido de morte, 3%; vingança, 16% e os demais a definir, 18%.

Quer dizer, esse próprio gráfico da Secretaria demonstra que as vítimas do sexo feminino, no primeiro semestre de 2012, foram 31% das mulheres. Quanto às demais, foram outras as razões de violência.

Claro, V. S^a está dizendo que houve um crescimento do número de vítimas pelo envolvimento com drogas. Mas boa parte destes 31% acabam se envolvendo com drogas, mas a causa da violência ainda acaba sendo a relação de gênero, porque há uma imposição. Então, mesmo que as drogas tenham ganhado peso, nós poderíamos trabalhar que 80% ainda são de violência de gênero, se eu dividir meio a meio. (*Palmas.*)

São dados oficiais da Secretaria. Então, ao fazer essa análise, assim eu os avaliei, porque se estão definidos 18%, estes 18% ainda podem ser decorrentes de drogas ou outras relações.

O que é a classificação de vingança? Vingança do marido, do ex-marido, do namorado, isto é importante esclarecer, porque é um dado que não nos informam corretamente isso.

Então, eu faria esses comentários e perguntaria como o senhor avalia esses dados em função do colocado?

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Deputado, bem colocado. Esses dados são até junho apenas.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, um momento apenas. É que sempre registramos para as notas taquigráficas para que eles possam saber as informações.

Eu aproveito a oportunidade para complementar a pergunta. O levantamento do mapa da violência do Instituto Sangari não mistura homicídio de mulheres por drogas e por crimes passionais. O retrato é da violência de gênero de homicídios. Nós temos, em 2010, a constatação de que, no caso, a Paraíba, que tinha 6.0 por 100 mil habitantes, e por isso era o sétimo no Estado, João Pessoa tinha 12.6 por 100 mil habitantes. Nós não estamos tratando de homicídios no geral. São os “feminicídios”. Eu uso dados de 2010 porque, aqui, o Deputado Dr. Rosinha colocou muito bem, nós não estamos investigando pessoas, nós estamos investigando a ação das instituições, das políticas.

O senhor teria algum indicador de o porquê, no Estado da Paraíba, no ano de 2010, o “feminicídio”, as mulheres assassinadas por seus companheiros, namorados, maridos, em situação doméstica, em João Pessoa, era o dobro em termos dos crimes que ocorriam no interior da Paraíba – Isso como continuidade à colocação feita pelo Deputado Dr. Rosinha–?

E quais são os indicativos de novas políticas responderem a uma presença tão forte da violência doméstica?

Eu gostaria que o senhor pudesse dar algum indicativo sobre quais políticas da Secretaria de Segurança – faço minhas as preocupações da Senadora Ana Rita, assim como expressei para o Senador Ricardo Coutinho que fazemos muita questão de não diluir...

Há uma violência geral? Há. Há o crescimento da violência fruto das drogas? Há. Mas nós temos também um crescimento específico da violência doméstica, que começa, e aí me interessou saber desse serviço que o senhor falou de contra-ameaça, no caso específico da política de enfrentamento da violência doméstica. Esta é uma questão que queremos tratar em separado; a violência decorrente das drogas. Também vamos tratar da interseção das drogas com a questão da violência doméstica.

Por que João Pessoa tem o dobro do percentual de homicídio do Estado da Paraíba?

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Eu gostaria, Deputado, de passar para o senhor esses dados que estão atualizados até agosto, porque esses dados são do primeiro semestre, por isso que tem essa diferença. Por gentileza, eu peço que os receba.

Deputada, eu gostei, Presidente, da intervenção com relação a esses dados. Isso dá uma polêmica danada quando se fala nesse negócio de dados. Eu espero não trazer uma análise diferencial do que eu quero dizer. E o seguinte: no Brasil, não é na Paraíba não, existe uma confusão muito grande em termos de qualificação de dados; quando se fala em quantidade até que se chega próximo. Esses dados que o Deputado apresentou são dados retirados do inquérito policial.

A Paraíba sequer... A senhora me perguntou até 2010. Muito bem. Esse mapa da violência, o Instituto Sangari apurou só até 2010. Esta gestão começou em 2011. Não há como traçar de que maneira esses dados o instituto projetou. Até porque sequer na área de segurança pública – eu me refiro à segurança pública – havia estatística, sequer havia registro. Porque ainda hoje o sistema de segurança não é informatizado. São dados manuais que se pega sei lá de que forma. E pelo que eu sei, o Instituto Sangari buscou esses dados na saúde.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – No Sistema Único de Saúde, nas notificações, em um registro concreto.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Mas, Presidente, os dados da saúde são dados corretos, mas eles não são completos. Porque muitos dados que não passam pelo IML (Instituto Médico Legal) não apareciam. Tanto é que se a senhora me perguntar se esses dados podem ter alguma diferença, podem sim, pelo seguinte, porque esses dados que nós apresentamos são mais quantitativos. Não havia estatística. Só a partir deste ano, o ano passado, que nós construímos grupos de análise criminal estatística. E essa estatística está fundada, a principal fundamentação desta análise criminal estatística, é feita a partir dos registros de

ocorrências e dos inquéritos policiais. Esses técnicos fazem essa análise...

(Falha na gravação.)

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA –... um dado de 18% para esclarecer. Porque, no Estado da Paraíba – no Brasil é assim, podem ter certeza – em grande parte dos inquéritos policiais não chega à autoria. Aqui a gente tinha que os crimes esclarecidos variavam de 5% a 7% só. E pelo Brasil, e por aí afora, essa é a verdade que muita gente não fala, era de 5% a 7%. Hoje nós conseguimos melhorar esses dados sim, mas estão longe... Os crimes contra a mulher a gente chega, dependendo do mês, a 40%, 50%, 60% de esclarecimentos. Mas esses dados que ele citou lá de 18% são exatamente desses inquéritos que não haviam sido concluídos. Nós temos casos que não chegamos à autoria. É verdade. A gente tem coragem de dizer. Só que isso era muito pouco, era de apenas 7%. E o próprio CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, sabe disso. Luta no Brasil, inclusive com a Meta 2, para a conclusão de inquéritos e para que se melhore a eficiência tanto da Justiça como a da polícia. Essa é uma verdade dos casos que saem da polícia. Por isso que nós triplicamos o efetivo da Delegacia de Homicídios e procuramos melhorar, até com capacitação, para melhorar a eficiência da polícia.

Mas, na realidade – isso é no Brasil –, a qualidade dos dados são bastante ruins.

Então, quando a gente discute a motivação, pode ter falha sim, porque essa análise é feita em cima do inquérito policial, principalmente dos inquéritos que chegaram à autoria, porque se tem um registro, se tem um fato, tem uma autoria, tem materialidade e laudo pericial. A partir daí fica mais fácil analisar. Mas pode haver falha, porque, no Brasil, este Instituto Sangari, se ele tivesse uma correta de dados melhor, certamente eles forneceriam mais dados.

Então, eu não tenho como responder de 2010, porque a Paraíba era o segundo pior em 2010. Eu não sei de que de forma era contabilizado isso, porque não havia estatística na Paraíba. É bom que se diga isso. E esta Casa já tem sido muito fértil ao falar dos crimes, mas até 2010, se a Paraíba era segunda, se era terceira, acho que essa discussão é muito ruim para a gente, mas não estávamos aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, a Senadora relatora e o Deputado Dr. Rosinha vão levantar alguns questionamentos.

Vamos fazer o seguinte, em primeiro lugar, temos a confirmação da ausência de inquéritos. É só acompanhar e tomar consciência, pois vamos escutar aqui, dos relatos do grupo Mães da Dor, que tem não

resolvido um conjunto de inquéritos de assassinatos que ainda estão por vir, assassinatos estes que vamos querer encaminhar a partir do dossiê que elas vão apresentar ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, mas que vamos querer a cooperação da Secretaria de Segurança, no sentido de tomarem, em suas mãos, como um compromisso a partir da nossa CPMI (*Palmas*.) de um grupo especial de trabalho para responder essas questões que são apresentadas pelas Mães da Dor.

Vamos passar e informar ao senhor, o Deputado Dr. Rosinha e a Senadora vão elencar uma série de questões que não foram respondidas pelo Secretário. Nós costumamos, Secretário, de dar um prazo – se senhor não tiver as informações solicitadas em mãos, a gente dará um prazo para que o senhor tenha tempo de passar as informações conjuntas.

Quando nós discutimos os atos de 2010, é que não estamos discutindo pessoas, estamos discutindo que há um caso grave aqui, que é essa concentração em João Pessoa, e nós estávamos perguntando ao senhor não responsabilidade, mas qual a política pública que a Secretaria de Segurança está apresentando diante de um dado concreto que está aí. Esta é a nossa preocupação.

Vamos passar a palavra para a Senadora e, em seguida, para o Deputado Dr. Rosinha, que vai elencar inclusive o conjunto das questões que o senhor ainda não respondeu, para o senhor ir anotando, para que possamos ter o resultado.

O Deputado Dr. Rosinha vai elencar o conjunto das questões. Se o senhor tiver oportunidade, se for possível anotá-las para responder ainda hoje, senão a CPMI aguardará.

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É até mais um comentário, porque como eu havia feito um questionamento em cima do gráfico anterior, o Secretário fez o obséquio de me passar os dados mais recentes.

Eu observei que se antes, o envolvimento com drogas, os homicídios eram de 31%, nesses dados que o senhor passou, são 29%. Portanto, confirma-se aquilo que eu havia dito anteriormente. E essa classificação, mostra passional, que eu entendo então passional, fica muito claro que é violência de gênero, que aí são 42%.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Correto.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – De qualquer maneira, o preconceito ou é de gênero, ou é étnico, da cor da pele: 3%. Mas acaba sendo também uma violência de característica também do machismo. Rixa entre duas mulheres, provavelmente não. Provavelmente entre um homem e uma mulher: 6%. Fútil, o fútil é muito compreendido numa relação de gênero também,

isto dão 57%. Fica, depois, erro de pessoa: 9%, e latrocínio: 5%, além daqueles de drogas.

Quer dizer, são dados que demonstram aquele comentário feito pela nossa Presidenta sobre o crescimento da violência contra a mulher, principalmente na região metropolitana de João Pessoa.

E quando o senhor coloca a questão do homicídio como dado incorreto estatisticamente, sabemos que, muitas vezes, algumas mortes não são classificadas como homicídios. Há a tentativa de morte, há a tentativa de homicídio, não morre; vai para o hospital, é internada e depois de algum tempo, por uma infecção, por uma pneumonia ou por qualquer razão, a razão da morte já não é mais o homicídio, mas, sim, o que está registrado no atestado de óbito, que é outro motivo. O que significa que diminui também tanto o homicídio masculino, como o feminino, ou como violência no trânsito. Ou seja, diminuem as estatísticas.

Mas acho que na hora em que vamos fazer um estudo profundo, temos que ter uma Secretaria preparada para fazer esse enfrentamento.

Quando o senhor coloca que abrir delegacias não diminui a violência, concordamos plenamente. A delegacia já é o ponto de denúncia e as primeiras delegacias de que me lembro, pelo menos do meu Estado, era por uma discriminação positiva que se abria delegacia específica, com o papel específico, porque tínhamos que as delegacias totalmente masculinas, no geral, eram uma afronta para a mulher, geralmente eram. E, hoje, às vezes, até alguma delegacia de mulher é afronta na maneira de atender, atende mal. Então, quando a gente tem a preocupação, oportunidade em que perguntei quais são as ações específicas para redução da violência, o senhor disse-nos: “Abrir delegacias”. Não. Abrir delegacias não é uma ação para redução de homicídios.

Aí, pergunto: qual é a ação da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba dentro de um planejamento? Porque o senhor, ao assumir a Secretaria, tem-se de planejar a repressão ao crime, mas tem-se de planejar políticas públicas, transversalmente com outras secretarias, sei que não é sozinha, para a diminuição da violência.

E é importante, o senhor disse bem: eram só 7% das investigações dos inquéritos que concluía. Quanto mais concluir melhor será, porque a impunidade no nosso País é, muitas vezes, a razão do crime. Se “cara” não é punido, ele continua.

Quero só fazer a última intervenção, que é o seguinte: Instituto Médico Legal. Qual é a preocupação do Governo, da sua Secretaria sobre esse tema?

Estamos viajando pelo País e o Instituto Médico Legal é problema em quase todos os Estados. Des-

de a maneira de abordar a pessoa que vai até lá, se for para corpo de delito, até a qualidade dos exames, dos laudos. Inclusive, quero, depois desta audiência, sentar, se possível, com o senhor ou com o diretor do IML, nós queremos nos sentar, para fazer um debate sobre a qualidade de laudos do Instituto Médico Legal aqui da Paraíba.

Então, são esses questionamentos que faço, Sr. Secretário.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Claudio, só para aproveitar, porque aí o senhor responderia em bloco, a Senadora faria os seus questionamento e o senhor poderia...

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Pode ser que eu esqueça. Por isso que eu não estou respondendo, há esse detalhe.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Está bom. O senhor aguarda aí. As questões que ele colocou o senhor já as registrou.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Ele falou a respeito da qualidade das estatísticas, da motivação, da política para as mulheres e mais sobre o laudo, agora.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Isso. A Senadora coloca, e o senhor responde em bloco, para que possamos dar continuidade.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Na verdade, Secretário, existem duas questões que eu gostaria que o senhor pudesse abordá-las.

Vimos que os índices de violência sexual também são muito altos, são altos. A minha pergunta é: há encaminhamento das vítimas que são vítimas de violência sexual para atendimento de emergência, de profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis? A Secretaria de Segurança, as delegacias que atendem as mulheres vítimas de violência sexual fazem esse encaminhamento?

E uma última coisa, eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a capacitação dos profissionais, se há capacitação dos profissionais da área de segurança, especialmente dos profissionais que atuam nas delegacias especializadas e comuns, e se houve capacitação, se o senhor tem como informar quantas vezes aconteceu ou qual o número de profissionais que foi atendido.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor passa... Foram seis questões colocadas. Essas últimas duas, nós até já tivemos as informações na delegacia, mas se o senhor aproveita e dá...

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Deputado, o senhor fez a colocação dos dados, estatísticas e também dessa qualificação. Quando eu me referi a nossa estatística, que a gente não tinha e agora já a temos,

eu me referia à parte de qualificação no sentido de separar cada item, até porque isso precisa criar uma metodologia e, no Brasil, a gente não tem a metodologia única.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou e foi sancionada uma lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Pública. Este Sistema Nacional praticamente obriga os Estados a ingressarem nesse Sistema, informatizar a Segurança Pública, e ele cria alguma metodologia classificando...

O senhor observou que aí tem crime passional; eu não concordo. Eu acho que deveria ser violência doméstica mesmo – até discuti com os técnicos. Os técnicos sentem a necessidade de uma diretriz que possa ser padronizada em nível nacional. Então, muitas vezes, eles classificam de acordo com o Código Penal. Por isso, há rixa aí. O que é rixa? Está muito bem colocado, e concordo com o senhor, mas isso é exatamente por falta de uma metodologia nacional. Se o senhor for a outro Estado, ele vai classificar diferente. Mas, na realidade, aí seria violência doméstica, esse passional. A rixa, ele tira, com certeza, da tipificação do Código Penal. Essa é a razão.

Do ponto de vista quantitativo, nós contamos todos os homicídios. E há mais: nós temos um planejamento operacional que obriga que a Polícia Civil instaure 100% dos inquéritos. Por quê? Porque a gente sabe, Presidente, que no Brasil nem os homicídios eram instaurados, e as delegacias de Polícia Civil neste Brasil, ainda hoje a senhora vai achar, há casos de homicídio que nem sequer foi instaurado inquérito. Isso é inadmissível!

Se a senhora perguntar para mim: isso acontecia aqui? Acontecia aqui, acontece em qualquer Estado e, se a gente cochilar, volta a acontecer. Essa é uma realidade.

Segurança Pública é uma construção. Nós temos de construir essa cultura. É obrigação. E a Corregedoria vai atrás de olhar todos os homicídios e ver se foram instaurados os inquéritos. Até porque existe uma cifra “negra” de alguns crimes no Brasil. Por exemplo,...

(Manifestação da plateia: “Negra não!”)

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Não. É um termo técnico utilizado para os crimes que não são... É uma cifra...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queríamos só esclarecer, Secretário,...

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Sim...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos escutar, é que nós excluimos da nossa linguagem qualquer referência que caracterize e identifique algo que é negativo com a cor (*Palmas.*). Como é um

projeto de conquista da sociedade, nós vamos retirar e compreender o espírito do sentido que o senhor...

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Os documentos especializados...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB/MG) – A proposta é: “cifra oculta”. É essa a informação.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Tudo bem. Mas essa classificação que estou dizendo é em razão de muitas ocorrências nem sequer serem levadas ao conhecimento do Estado para ser ocorrência. Então, no caso dos homicídios, não. Sempre há o registro em algum lugar: hospital, cemitério.

Então, nos casos dos homicídios, eu quero dizer que não existe essa falha, porque tem como instaurar 100% dos inquéritos.

No caso da Paraíba, nós estamos instaurando 100% dos inquéritos. O que a gente precisa cada vez mais avançar é no processo de melhoria da eficiência, para que se chegue à autoria e à materialidade, o que, graças a Deus, nós estamos melhorando, pois você sair de 7% e chegar a 40% ou 50%. O ideal é chegarmos a 100%. Nenhuma polícia do mundo chega a 100%, mas a gente – é claro – tem de lutar sempre pelo ideal, se chegarmos a 80% está bom demais.

Mas, o que eu quero dizer, nessa pergunta que ele fez, é exatamente sobre essa diferença de classificação porque não existe uma metodologia nacional. Podem ir a qualquer Estado da Federação que não vão achar! E digo mais: nós não cometemos essa falha de uma tentativa que vira homicídio não ser registrada. Nós a classificamos inclusive com a sistematização que foi criada no início do século, por volta de 2000 a 2002, quando exatamente se criou o Sistema Único de Segurança Pública e também se criou os “Eventos Letais Intencionais”, por isso está escrito essa sigla CVLI. O que é isso? São todos os crimes de homicídio, todas as lesões corporais seguidas de morte, mesmo que venha a morrer um mês depois, dois meses depois – o pessoal da estatística acompanha –, a lesão corporal seguida de morte, o estupro seguido de morte e todos os crimes intencionais que ocorrem, que não são consumados e passam a se consumir no hospital. Então, essa quantidade, nós não temos esse erro. Quem acompanhar os homicídios na Paraíba – e eu sei que tem gente que já tentou acompanhar –, o nosso é sempre maior. Por isso, porque contamos todos os casos. Os casos que acontecem nos presídios, mesmo onde a polícia não podia agir; os casos que acontecem, por exemplo, um corpo que é encontrado e tem sinais de violência é contato, e só depois de o inquérito policial apurar a verdadeira motivação é que a gente pode tirar, senão não tira, é contado.

Então, do ponto de vista quantitativo a gente pode dizer que não tem esse erro. Ao que me refiro é quando você qualifica a motivação. Essa motivação pode ter diferenciação por isso, porque você não chega em 100% dos casos.

Eu espero ter respondido, não sei, Deputado, a sua indagação com relação a essa diferenciação; é exatamente em razão da falta de uma metodologia e, claro, a estatística, na falta de uma metodologia nacional, ela busca criar uma metodologia própria. Eu até estou pedindo que eles mudem esse negócio de passional. É violência doméstica, como está estabelecida e tipificada na Lei Maria da Penha, é exatamente como está registrado do ponto de vista legal.

A outra questão que o Deputado colocou foi com relação ao IML. Foi isso mesmo?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Isso.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Com relação ao IML, nós demos uma determinação ao próprio IML para que a gente comece a separar o atendimento da mulher. Por que a gente sabe – e aqui nós temos o diretor do IML, que tem recebido... Inclusive, nas nossas reformas e construções, como, por exemplo, em Guarabira, onde estamos montando uma unidade nova do IPC com a unidade do Instituto de Medicina Legal, já separando o atendimento da mulher do atendimento geral. Isso é reconhecimento, isso é obrigação. Uma mulher vítima de violência sexual não pode ser atendida no meio de todo um público que está ali diferenciado. Então, essa é uma das medidas.

Com relação a parte do laudo, Deputado, eu como pessoa que tem uma formação jurídica, formado no Direito, não posso interferir nisso porque não sou técnico. Eu acho que essa questão, eu me disponho aqui, junto com diretor do Instituto de Polícia Científica, a ter uma conversa separada para vermos e conhecermos quais as dúvidas da Comissão, para, a partir daí, recebermos sugestões e vermos o que pode ser melhorado.

Então, no ponto de vista técnica, eu não posso, aqui, dizer o que está diferente ou se há alguma deficiência. Mas, nós nos propomos a tomar conhecimento de alguma situação que os senhores e senhoras tomaram conhecimento e que possam trazer ao nosso conhecimento, para que possa ser melhorado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– As duas perguntas, da Senadora...

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Eu espero ter respondido.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– As duas perguntas da Senadora...

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Se há encaminhamento. Sim, nós procuramos fazer o enca-

minhamento através das secretarias que nós temos contato, através da Secretarias das Mulheres, Saúde, a da ação social por meio da Secretaria de Desenvolvimento Humano, nós temos esses contatos. Temos uma deficiência grave, que estamos procurando consertar, e vou dizer até qual é. Muitas vezes, essa mulher precisa de proteção quando ela entra no sistema de proteção. E nós estamos com o Governo Federal, tentamos pactuar com o Sistema Provita, já estamos bem adiantados. Nós esperamos e estamos aqui com a nossa Deputada, já tratamos dessa situação; já queríamos assinar essa pactuação este ano ainda; mas no próximo ano, se Deus quiser, nós assinaremos essa pactuação com o Provita, para melhorar essa rede de atendimento, porque numa situação em que nos encontramos, nós precisamos ter uma ferramenta a mais para o atendimento à mulher, e essa rede toda precisa ser melhorada, inclusive com o Provita.

A capacitação. Nós estamos traçando agora com a academia e com a nossa delegada geral alguns cursos de treinamento. Nós estamos devendo isso, Deputada. Pode registrar que nós reconhecemos isso.

A capacitação que tem sido feita é por meio de seminários. A nossa própria Secretária da Mulher, aqui, tem nos ajudado muito em alguns seminários com esse tema da violência doméstica, com a situação geral que envolve a proteção às mulheres, nós temos participado de seminários. Mas curso específico nessa área, nós estamos devendo e estamos já com a nossa academia preparando o curso para as delegacias das mulheres, somente o atendimento, porque a gente tem necessidade de, cada vez mais, melhorar o atendimento, a qualidade desse atendimento. Nós achamos que já melhoramos. Eu não sei, as senhoras devem ter presenciado lá na Delegacia da Mulher como é o atendimento, o local, e nós pensamos que é possível a gente melhorar a partir dos cursos que nós fizemos e dos investimentos na melhoria física, que não é só física. Eu acho que o maior investimento que a gente faz é no ser humano. Isso nós estamos trabalhando.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Secretário, nós então, concluímos aqui solicitando algumas questões.

Em primeiro lugar, esse debate sobre qualificação, que é ter no boletim de ocorrência um campo específico, que é um debate nacional, nós fizemos com o Ministério da Justiça, estamos solicitando que nós não fiquemos na proposta que existe aqui de apenas de criar um sistema de informações. Que haja alteração em campo do boletim de ocorrência para materializar a Lei Maria da Penha, crime contra a 11.340.

A segunda solicitação. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito propõe ao Secretário que, em relação

a avançar a autoria e materialidade dos crimes, que é um desafio e uma meta que o senhor se coloca, que o senhor ponha como prioridade no enfrentamento disso os crimes relacionados no dossiê das Mães da Dor; que o senhor pudesse tratar o inquérito de autoria e materialidade, a investigação, começando em dar prioridade aos que são apresentados nos casos relatados às Mães da Dor, das quais vamos receber o dossiê.

Solicitamos especificamente, e vamos aprovar no requerimento na Comissão, até para ter autoridade legal, o esclarecimento e informações sobre as providências que estão sendo tomadas para saber quem matou Rebeca. (*Palmas.*) Materializando como uma das questões que nós...

(Manifestação da platéia: “Violência contra a mulher, não é o mundo que a gente quer!”)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– E por último, Secretário, nós sugerimos – conversamos inclusive com o Governador também – como aproveitar a Acadepol para, efetivamente, em parceria com outras estruturas, como é o caso da Secretaria da Saúde, concentrar e intensificar a qualificação do conjunto dos profissionais de segurança pública que nós temos nesse momento.

Eu queria agradecer a disposição do senhor; queria registrar que para nós é muito importante a presença de uma série de responsáveis pelo sistema de segurança pública aqui presentes. Essa é uma demonstração da disposição deles de também se incorporar à nossa luta. Isso é muito importante.

E queria dar um testemunho, que nós recebemos aqui, de uma das vítimas que fez questão de dizer que foi atendida na delegacia e no centro de referência. E que ela considera que é preciso justificar para mostrar que esses órgãos funcionam, é que no caso dela, especificamente, vítima de violência, eles foram muito importantes para que ela enfrentasse o cotidiano.

Agradeço, e ficamos aguardando as informações, sobretudo, do caso do assassinato da Rebeca.

Muito obrigada e estamos à disposição.

Desculpe-me, Secretário, mas o Deputado Luiz Couto solicitou a palavra, mas, mesmo depois de a gente haver encerrado, como é Parlamentar Federal tem direito à palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, Deputada Jô Moraes, que é paraibana/mineira. Paraibana, como D. José disse, mineiro/paraibano...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nascida em Cabedelo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há uma relação profunda entre a violência que é praticada com a impunidade que, muitas vezes, quase sempre as

pessoas que cometem esse tipo de violência não têm a punição, e também o processo de corrupção, até no inquérito, onde as provas materiais dos homicídios muitas vezes não são identificadas, fica apenas no fato, principalmente das mulheres que são assassinadas no interior, onde não tem IML, onde não são feitos aqueles exames normais, principalmente quando elas são vítimas da violência, do homicídio praticado com arma de fogo. Muitas vezes não acontece o exame de prova de balística para saber de onde foi, ou seja, de onde partiu.

Eu queria saber o seguinte: participo de duas CPIs lá, uma delas, a do tráfico de seres humano. Quais são as vítimas? As mulheres. São as mulheres que são vítimas também do tráfico de seres humanos. Na exploração sexual, também são as meninas, ou seja, desde o início, essa questão da violência contra o gênero está presente. Aí o processo educativo tem que ser algo fundamental no sentido do respeito à questão das mulheres, que muitas vezes vem com os preconceitos existentes com relação à mulher.

Há duas questões que eu queria saber.

No mapa da violência contra a juventude, aparece, na definição, ou seja, os jovens pobres, afrodescendentes e que moram na periferia. Quer dizer, a condição de faixa etária; a questão social que entra aí; classe social, os pobres; a questão da etnia também, afrodescendentes; e a questão de periferia local, de moradia. Pergunto se, nos dados que são identificados pela Secretaria, essas informações aparecem, ou se elas só aparecem naquele mapa da violência nacional.

Segundo, aquela pergunta que, quando entrei aqui muitas vezes já fui procurado para saber: se a Secretaria de Segurança Pública já tem informações de quem matou Rebeca. É importante esse dado, como está o inquérito, se tem evoluído, se já tem a identificação, se isso já passou para a esfera do Judiciário, enfim, é isso que precisamos saber.

A outra informação que eu queria é: na relação dos crimes misteriosos, daqueles crimes, quanto ao percentual que envolve violência contra as mulheres, gostaria de saber se há esses dados ou não. Porque eu me lembro de que a Secretaria de Segurança Pública solicitou inclusive o envio de servidores da Força Nacional para ajudar até a identificar alguns daqueles crimes misteriosos nos quais você tinha vítima, mas não sabia quem eram seus autores. E se tem o percentual de mulheres que foram assassinadas por arma de fogo.

É importante também a questão do tráfico de armas, que também estaria envolvido com a situação. E a questão da punição, que muitas vezes acontece. Aí já passa para a esfera do Judiciário, não é mais da competência do julgamento. Podemos perguntar, no

momento, ao Judiciário o número de mulheres que foram assassinadas e qual o índice daqueles que foram punidos por causa desse ato de violência extrema.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Secretário, nós temos um pouquinho de tempo.

A resposta sobre arma de fogo, inclusive, está aqui no relatório e nós o passaremos.

Eu pediria que o senhor fosse bem sucinto, porque ainda tem bastante gente, se for possível.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Está certo.

Com relação às perguntas da Relatora, a Delegada Geral, Dr^a Ivani, por favor, anote aqui aquela situação do campo da Lei Maria da Penha, para colocar no boletim de ocorrência e no sistema.

Com relação à prioridade dos crimes, a dar prioridade a esses crimes dessa relação que nos vai ser apresentada, especificamente com relação à Rebeca, a que tanto a senhora, Deputada, quanto o nosso Deputado Luiz Couto se referiram, a Rebeca, realmente, foi um desafio grande, uma tristeza também. Foram realizadas muitas e muitas diligências. Quinze suspeitos foram investigados. Se não me falha a memória, foram feitos 16 laudos periciais. A polícia trabalhou muito. Se não me falha a memória, devem ser 15 ou 16 laudos. Inclusive, essas perícias foram feitas, muitas com referência a exame de DNA, e a polícia, embora tendo suspeito, não chegou à autoria definida. Essa é uma verdade. Mas houve todo o empenho, sim; houve todo o empenho. Agora esse inquérito foi passado para uma delegada para que ela faça só ele. Que não seja passada outra coisa para ela, porque, em segurança pública, a elucidação de alguns crimes se torna difícil. E o policial trabalha com dados objetivos.

Eu trabalhei em um Estado chamado Estado do Maranhão, em que um criminoso, um psicopata, matou crianças durante 15 anos, no Pará e no Maranhão, e, no 16º ano, veio a ser descoberto, a polícia conseguiu chegar a essa autoria. E durante esse período – eu estou só dando um exemplo –, muitas pessoas foram injustamente presas. Inclusive, por causa de algumas investigações, o Ministério Público afirmou que era, era, e não era... Era um psicopata. Houve um médico preso no Pará. É o caso dos emasculados do Maranhão. Nesse caso, caberia não só uma boa matéria criminal, em termos – digamos assim – cinematográficos, como até uma obra a respeito de *serial killer*. E muita gente foi presa porque queriam dar uma resposta para a sociedade.

Nós não queremos cometer esse mesmo erro. Nós investigamos 15 suspeitos e, em nenhum caso, nós conseguimos demonstrar tecnicamente quem foi que cometeu o crime. Então, por essa razão, é preciso

esse cuidado. E a perícia trabalhou muito – a Polícia Civil, os investigadores –, mas, nesse inquérito, nós não conseguimos chegar à elucidação. Temos ainda fé em Deus de chegarmos – se Deus quiser – à autoria desse crime. Mas eu lhe confesso que nós não conseguimos. Essa é a verdade. A polícia trabalha com dados reais e objetivos, mas precisa apresentar materialidade e, de preferência, de forma técnica.

Respondendo ao Deputado, com relação ao tráfico de seres humanos, Deputado, nós não temos aqui ainda – isso é uma construção – nem uma ação específica para essa política. O que nós temos aqui, principalmente no tráfico de crianças, é que nós estamos trabalhando com o Governo da Espanha, tentamos com uma universidade uma parceria para trazeremos um banco de dados, trocamos experiências e criamos uma política para esse fim. Inclusive, está em pleno andamento lá esse acordo internacional de que nós estamos tratando com a universidade, uma universidade da Espanha – que pena, me falha a memória, mas o Humberto pode me ajudar... –, Universidade de Granada, é verdade. É um programa chamado Prokids, que estamos tentando trazer para cá. Isso é uma construção.

O que nós temos de dizer é isto aqui: nós estamos inaugurando – se Deus quiser –, no próximo ano, a nova central de polícia, com a delegacia de homicídios nova e, dentro dessa política, nós esperamos instalar um sistema de desaparecidos e, também, essa política – digamos assim – que possa enfrentar o tráfico de pessoas.

V. Ex^a perguntou também se já temos informação sobre quem matou Rebeca. Eu espero ter respondido, viu? Nós não temos a informação, não. Tecnicamente, não.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Secretário, nesse caso específico, é o seguinte: a Secretaria de Segurança Pública indicou uma delegada especializada...

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– ... para tratar esta questão?

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Só desse inquérito. Só desse caso.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Só desse inquérito?

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Só desse caso.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Pode concluir, que a gente tem escutado.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Até porque um conjunto de análises, de natureza sigilosa, estão sendo feitas, e nós acreditamos que não pode ter outro inquérito, outra investigação. O delegado deve ficar

só com um caso. Nesse caso aí, com toda dificuldade, fizemos isso.

Crimes misteriosos. Aí Deputado, V. Ex^a perguntou se, nesses crimes misteriosos, há alguns envolvendo mulheres e a Força Nacional tem de cuidar disso. Não, não foi isso, não. Eu disse no início, naquela minha conversa, quando eu falei da parte geral, que sequer instauravam todos os inquéritos. A gente observou 1.500 casos parados até 2007 na delegacia de homicídios. E naquela ocasião, nós pedimos ajuda à Força Nacional. Recentemente, de 3 anos para cá, a Força Nacional, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, passou a trabalhar também com a política judiciária dos Estados. E nós pedimos auxílio a eles para esses casos parados, que chamamos de passivo, pedimos um efetivo pequeno, algumas equipes para cuidar desses inquéritos antigos – alguns sequer foram instaurados. Então, vieram quatro equipes e depois ficou só uma. E eles cuidaram desses casos até 2007 só, foi isso.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Secretário. O conjunto das informações que ainda ficarem o senhor nos envie. Acompanharemos, com muito carinho, o critério das investigações.

Passaremos, de imediato, a outras pessoas. Agradecemos a discussão e o fato de o senhor ter vindo aqui e ter sido questionado.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Sr^a Presidenta, posso apresentar o material a que me referi?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Sim.

O SR. CLAUDIO COELHO LIMA – Esta aqui é a portaria que obriga a autoridade policial a fazer o registro, independentemente da testemunha. Está aqui. Esta é uma das portarias que foi publicada, obrigando a delegacia a registrar, independentemente da apresentação de testemunha, mulher vítima dos crimes de ameaça e outros delitos. Há também outras portarias aqui que obrigam outros registros. Essa é a mais importante.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Comissão vai receber, inclusive com o testemunho que nós tivemos hoje pela manhã de encaminhamento dos casos de estupro para serem atendidos nos hospitais adequados.

Nós agradecemos, Secretário. Qualquer coisa, nós vamos fazer um monitoramento dessas demandas que apresentei.

Muito obrigada. Obrigada a todos os profissionais da Secretaria de Segurança Pública que estiveram presentes aqui.

A palavra...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sr^a Presidenta, gostaria de fazer um registro.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passo a palavra, para um registro, à Senadora. Em seguida, escutaremos a Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Sr^a Iraê Lucena.

Muito obrigada, Secretário.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita para um registro.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Apenas um registro, Secretário.

Nós recebemos, no dia de hoje, diversos apelos de mães, que inclusive estão no plenário, sobre o assassinato de seus filhos. O que quero informar a vocês que estão aqui e dizer ao Secretário é que, daqui a pouco, vamos receber também, das Mães na Dor, um documento relatando várias situações, alguns casos que não estão diretamente relacionados à violência contra a mulher, mas merecem ser aprofundados. Um deles é o caso da Rebeca. Inclusive, estou com uma carta feita pela mãe. Há outro caso, que não é um assunto relacionado diretamente à violência contra a mulher, mas de um filho, Suênio, que até hoje não teve resposta e outros que tivemos oportunidade de escutar hoje cedo.

O que quero dizer para vocês? Ao receber o documento e essas correspondências que vocês encaminharam, vamos fazer o devido encaminhamento para as autoridades públicas e para o Secretário. Então, ele vai receber da CPMI informações vindas de vocês para que alguns desses casos possam ter a atenção necessária por parte da Secretaria de Estado da Justiça e também por parte de outros órgãos responsáveis pelo encaminhamento.

Então, só para tranquilizar as mães que estão aqui, quero dizer que o que foi entregue terá o devido encaminhamento.

A SR^a PRESIDENTA (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra – mais uma vez agradecemos, Secretário –, a Sr^a Iraê Lucena, Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, a quem solicito que faça as informações no prazo de até 15 minutos. Em seguida, serão feitos todos os questionamentos em conjunto para darmos agilidade, porque o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e a sociedade civil ainda falarão.

Secretária, desde já, agradeço a sua presença.

A SR^a IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA – Gostaria de cumprimentar os membros da CPMI; a Presidente Deputada Jô Moraes; a Senadora Ana Rita; o Deputado Dr. Rosinha; o Deputado Luiz Couto; a Deputada Gilma Germano, que é Presidente, nesta Casa, da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igual-

dade de Oportunidades; o movimento de mulheres aqui presentes; todos que fazem parte dessa construção da política que estamos desenvolvendo no Estado; todas vocês do Mães na Dor, em nome de Hiper, com quem temos dialogado, sempre que possível, para a resolução desses casos ainda com interrogações; nosso Secretário Claudio Lima; nosso Secretário de Saúde Waldson; nosso defensor público; nossa juíza e todos os que estão aqui hoje.

E quero dizer à CPMI da nossa satisfação – é com muita honra que a Paraíba recebe hoje os membros da CPMI, Senadora Ana Rita –, da importância do Congresso Nacional e parabenizar V. Ex^a e todos os membros, dada a importância de ter sido criada, instituída a CPMI da Violência contra a Mulher em um momento tão oportuno. Transmita os meus parabéns ao Presidente do Congresso, Presidente José Sarney.

Que a CPMI, de fato, não termine daqui para dezembro; que possa ter, Senadora, continuidade como uma comissão permanente das duas Casas, como disse o Deputado Rosinha, tanto de Deputadas e Deputados como de Senadoras e Senadores; que possa existir realmente como comissão permanente.

Este momento para nós – movimento, Governo, Poder Judiciário, Poder Legislativo – é único aqui, na Paraíba, e todos devemos aproveitar ao máximo, extrair o máximo.

Senadora Ana Rita, tive a oportunidade de fazer uma exposição em Brasília, acompanhando a nossa Ministra Eleonora Menicucci. Juntamente com dois Estados – Minas e Acre –, compusemos a mesa, onde colocamos a situação hoje e como o Estado vem enfrentando, vem reagindo à questão da violência contra as mulheres aqui na Paraíba.

Eu vou passar... Eu fiz uma exposição. Eu vou falar mais rápido devido ao tempo. O Penaforte me deu aqui uns questionamentos. Eu acredito que todas essas perguntas estarão respondidas na minha exposição, mas fico aqui para ser inquirida, ser perguntada, para o que for necessário. Vamos lá.

Bom, aí nós colocamos que, desde que foi criada, em janeiro de 2011, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, ela vem com seus objetivos de orientar e, principalmente, acompanhar e executar as políticas públicas para as mulheres, para a população negra, para comunidades tradicionais e para a população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais.

Essa Secretaria veio com essa diversidade, como diversidade humana. No Governo passado, no ano de 2009, existia apenas uma Secretaria Especial de Política para as Mulheres, ligada ao Gabinete Civil, e, juntamente com a criação da Secretaria de Estado

da Mulher e da Diversidade Humana, ela veio com um orçamento próprio. Hoje, nosso orçamento é de R\$2.847.000,00 e, na ação – porque nós temos uma ação e uma rubrica própria na questão da atenção à mulher, à população negra e LGBT em situação de violência –, no valor de R\$755.000,00. Inclusive, no ano de 2011, esse valor era de R\$245.000,00, e nós conseguimos, no ano de 2012, Senadora, aumentar. Era R\$505.000,00, e conseguimos emendas, dentro desta Casa Legislativa, que vieram a, inclusive, somar ainda mais os nossos recursos.

Aproveito este momento aqui para fazer um apelo à Deputada Gilma Germano. Assim que chegar o Orçamento a esta Casa, que possa, também, através da Comissão, através da emenda individual da Deputada, ser inserido um recurso, em nossa Secretaria, nessa ação de enfrentamento da violência.

No ano de 2013, nós vamos ter o nosso orçamento próprio. Já está realizado, já foi efetivado e, nessa ação de atenção à mulher, à população negra e LGBT em situação de violência, está no valor de R\$605.000,00, que é, Deputada Gilma, o que nós esperamos para que possa crescer um pouco mais e superar os R\$755.000,00 deste ano.

Nós temos várias gerências. Vocês podem ver aí a Gerência Executiva de Equidade de Gênero e as gerências abaixo: Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Operacional de Enfrentamento à Pobreza e a Gerência de Ações Afirmativas. Temos também a Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT e Gerência Executiva de Equidade Racial.

No próximo, nós estamos falando do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. A Senadora Ana Rita já colocou que esse pacto federativo foi assinado em 2009, no Governo passado, e já foi repactuado aqui no nosso Estado. Atualmente, nós temos 73 Municípios, ainda poucos. Num raio de 223 Municípios, é muito pouco a Paraíba ter apenas 73 Municípios comprometidos com esse Pacto Nacional.

Bom, a adesão ao Pacto – todos nós sabemos disto – implica em responsabilidade não só do Estado, como também no âmbito dos Municípios.

A Câmara Técnica, que logo...

Esses são os Municípios.

Vamos passar.

O próximo...

Pode passar.

São os Municípios que assinaram.

Bom, aí vemos a Câmara Técnica, que foi instalada logo em seguida à adesão ao Pacto. Aí vem a sua composição: sete Secretarias de Estado, Polícia Militar, Ministério Público, Defensoria Pública, duas universidades públicas, uma representação de organismo

de política para as mulheres dos Municípios, duas articulações do movimento organizado de mulheres e o Conselho dos Direitos da Mulher. Essa Câmara Técnica faz a articulação, o planejamento e o monitoramento da implementação do Pacto aqui no Estado da Paraíba.

Bom, logo após a assinatura do Pacto, foram criados vários organismos de política para as mulheres. Criamos o Fórum Estadual de Organismos de Políticas para as Mulheres, que vem funcionando. Nós fazemos reuniões trimestrais. Temos 19 organismos hoje de políticas públicas para as mulheres, 11 secretarias, 7 coordenadorias, duas gerências e uma comissão de apoio à política de direitos da mulher e da diversidade humana, que foi criada na cidade de Queimadas, após o episódio, aquele barbárie.

Dialogamos com o prefeito da cidade Queimadas – inclusive, Queimadas, Senadora, é um Município que também assinou o Pacto e, até então, não tinha desenvolvido ações na questão do enfrentamento à violência. Nós fizemos esse diálogo. Além de darmos toda a assistência aos familiares e às vítimas do episódio, a Secretaria foi lá, com a nossa equipe, capacitar todas as pessoas que estiveram envolvidas nessa tragédia. E o prefeito, nessa mobilização, criou essa comissão que está ligada à Secretaria de Ação Social do Município. Nós fizemos todo esse atendimento às vítimas e tivemos também um diálogo com a própria SPM. Deputado Rosinha, na época, nós trouxemos aqui tanto a Ministra Eleonora Menicucci, como também Aparecida Gonçalves, que é a Secretária Nacional do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. E levamos a Secretária à cidade de Queimadas, onde participamos, um mês após o episódio, de uma passeata pela paz. E a Secretária Nacional Aparecida Gonçalves pôde fazer uma fala lá na Cidade.

O próximo.

Nós temos uma situação, hoje, na nossa Rede de Prevenção e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica. O Governo do Estado firmou com o Município de João Pessoa, ano passado, um convênio que ampliou o raio de atendimento do nosso Centro de Referência Ednalva Bezerra, que hoje atende, além de João Pessoa, os Municípios de Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Conde, que nós chamamos da grande João Pessoa. Houve a implantação também, o ano passado, durante a conferência estadual, da Casa Abrigo Aryane Thais. Há uma implantação em andamento no Estado, o Centro de Referência Fátima Lopes, que, eu acredito, daqui para o final mês, no início de outubro, o Governador estará inaugurando na cidade de Campina Grande.

Bom, nós temos vários convênios com o Governo Federal: o projeto fortalecendo a ação em rede de

enfrentamento à violência contra às mulheres, que vai atingir os 223 Municípios; a capacitação continuada com os profissionais de saúde do Programa de Atenção Integral a Mulheres Vítimas de Violência Sexual, na maternidade Frei Damião; e os sete serviços também de referência em hospitais regionais do Estado para atender mulheres vítimas de violência sexual.

Como somos uma secretaria de articulação, nós estamos sempre fazendo essas ações com as outras secretarias dessas ações intersetoriais. Então, em parceria com a Secretaria de Saúde, foram realizadas várias oficinas de capacitação com profissionais de hospitais e maternidades regionais para estruturar referências no atendimento a mulheres vítimas de violência. E os Municípios foram: Campina Grande, Patos, Guarabira, Cajazeiras, Sousa e Monteiro, num total de 240 profissionais que foram capacitados.

Bom, nós temos também reuniões com os profissionais de rede de atendimento nos referidos Municípios e um seminário estadual com profissionais e gestores da saúde.

Em relação à política de assistência social, foram realizados também: capacitação com os profissionais dos Creas e Cras para qualificação também no atendimento às mulheres vítimas de violência e parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano para a inclusão dos dados de atendimento à violência contra as mulheres na ficha dos Creas, pois não existiam esses dados de atendimento. E atualmente nós estamos fazendo, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Humano, junto com o Secretário de Segurança Claudio Lima, ações emergenciais. Pegamos os Municípios mais violentos, onde as mulheres estão morrendo, e estamos fazendo essas ações emergenciais de capacitação. Estes Municípios foram: Cabedelo, Conde, Mari, Santa Rita, Sapé, Bayeux, São José dos Cordeiros, que atendeu todos os Municípios ali próximos – se não me engano, foram oito –, e João Pessoa.

O grande marco que eu vejo e que a juíza vai colocar aqui foi a instalação da Vara de Violência Doméstica contra as Mulheres na cidade de João Pessoa e na cidade de Campina Grande. Eu costumo dizer que, a partir do momento em que foram criadas essas duas Varas, a Paraíba literalmente tirou a Lei Maria da Penha do papel, uma reclamação muito constante nossa – não só minha aqui nesta Casa, como Deputada Estadual, mas também do movimento de mulheres.

Próximo.

Os serviços da nossa rede. A programação dá atenção integral às mulheres vítimas de violência sexual. Aí estão todos os hospitais: o Instituto Cândida Vargas, em João Pessoa...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA

– ... a Maternidade Frei Damião. Vou acelerar. Esses são todos os serviços. Ao todo, são 17 serviços que integram a nossa rede estadual, e estamos funcionando em parceria.

Próximo.

Vamos passar para a Casa Abrigo.

Pode passar.

Aí está a Casa Abrigo Aryane Thais, que, como eu já disse, foi entregue em outubro do ano passado. É um serviço que visa garantir às mulheres, aos seus filhos e às suas filhas em situação de risco de morte a integridade física e psicológica. Nessa casa, há todo o atendimento psicológico, jurídico. A nossa ideia é justamente, Deputado Rosinha, que essa mulher possa sair dessa casa empoderada. Hoje, na audiência com o Governador, nós falamos sobre a questão de a mulher sair com autonomia financeira e econômica.

Vamos passar aqui.

Próximo.

A Casa Abrigo integra a rede de proteção composta de serviços articulados com a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública, os centros de referência, os centros de referência da mulher, as unidades de saúde, os hospitais maternidades e as organizações de mulheres da sociedade civil. Vinte mulheres são acompanhadas com seus filhos ou suas filhas, dez crianças, totalizando 30 atendimentos ao mês. A segurança é feita por policiais militares.

Agora vou passar rapidamente... Pode passar.

Vamos passar agora para...

Em 12 de março deste ano, nós assinamos o Termo de Cooperação entre a União e o Governo do Estado da Paraíba em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e contamos com a presença da Ministra Eleonora Menicucci, que reafirmou o nosso Pacto.

Vamos passar agora aos convênios firmados com o Governo do Estado no combate à violência.

Hoje existe um convênio entre o Governo do Estado e a Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado para reaparelhar e modernizar o DML, no valor de R\$249.969,00. Há outro convênio para promover a capacitação de profissionais que atuam na rede – está aí o valor na tela. Existem ainda outros convênios: o enfrentamento da violência contra as mulheres, um convênio de implantação do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, a implantação da Casa Abrigo, e o que nós assinamos mais recentemente é o convênio Planejamento Integral Básico (PIB). Esse planejamento vai-nos dar, Dr^a Rosane, uma radiografia da violência contra as mulheres aqui no nosso Estado e, principalmente, nos Municípios. Com esse convênio,

vamos contratar consultorias que vão realizar esses diagnósticos para nós.

Eu posso dizer que há um total de R\$4 milhões conveniados com o Governo Federal, o que nos ajuda no nosso orçamento.

Bom, aí está o Pacto pelo Desenvolvimento Social – só vou citar que o Governador hoje falou com os Municípios para acelerarem –; o projeto de implantação do sistema de registro de dados de violência contra as mulheres nos Estados, que nós estamos fazendo em parceria com um instituto aqui do nosso Estado, o Ideme. Com esse projeto, vamos formar um banco de dados em que serão registradas todas as ocorrências que chegam de mulheres vítimas de violência pelas portas de entrada, que são as delegacias, centros de referências – Creas, Cras, casa abrigo, que vão ter questionários que nos darão esses dados.

Temos também o Empreender Mulher – vocês tiveram oportunidade de conhecer essa linha de crédito também – e o Portal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de que também vocês tomaram conhecimento, que nós lançamos recentemente, na comemoração dos 7 anos da Lei Maria da Penha. Esse portal será mais uma ferramenta na Internet para disponibilizar todos os nossos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. E temos o Disque 197, Disque Denúncia. Fizemos uma capacitação de todos os policiais que atendem o número 197. O Disque denúncia 197 deu a oportunidade desse recorte de gênero, que antes não era feito, de as mulheres poderem acessar e serem atendidas. Fizemos essa capacitação.

Vamos lançar brevemente, até o final do mês, uma campanha publicitária de TV, rádio, *outdoors* e outros veículos de comunicação na questão do enfrentamento à violência contra as mulheres no nosso Estado e, principalmente, Secretário Waldson, na questão de enfatizar que as mulheres têm que denunciar, do Disque Denúncia 197.

E o termo de cooperação que assinamos com a Seap – já estou concluindo, Deputada Jô –, de que vocês tiveram conhecimento também, vai dar oportunidade a essas mulheres que são atendidas pela casa abrigo, em vulnerabilidade social, de poderem ter uma casa, uma “habitabilidade”.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Temos três minutos. A ideia é concentrar as informações globais que nós vamos receber.

A SR^a IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA –

Certo. Então, temos ainda nossas metas e desafios. Quem não tem metas e desafios na vida? Nós queremos interiorizar a rede de atenção às mulheres vítimas de violência, com a ampliação dos serviços de

referência nos Municípios. Nós queremos incentivar os Municípios a não deixar de instalar os centros de referência das mulheres e, também, os organismos de mulheres, fortalecendo as estruturas das DEAMs nos Municípios, fortalecendo nosso diálogo, nossa interlocução com os movimentos feministas e de mulheres, e ampliar isso. Estamos com uma meta muito forte, que é a implementação do I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres no Estado e o Primeiro Plano Estadual LGBT.

Eu gostaria, Deputada Jô, Presidente desta sessão, de passar às mãos, pois sei que ela vai usar a palavra, não sei se agora, mas já passo a ela, porque construímos isso em conjunto com essas mulheres, com Mães na Dor, com Hiper, com todas essas que estiveram lá... Tivemos um diálogo muito importante, um momento muito importante na Secretaria, onde escutamos o depoimento de todas essas mães. Tive oportunidade de ir, pessoalmente, ao Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, o Desembargador Abraham Lincoln, e levei todos esses casos que ainda estão impunes, que são de competência do nosso Judiciário. Tive oportunidade de falar pessoalmente com a Desembargadora Fátima Bezerra, que se prontificou, na hora, em acelerar esses processos. Então, vou passar esse dossiê, que vai chegar às mãos de V. Ex^{as} através da Hiper, que está aqui.

Agradeço mais uma vez esta oportunidade. Que a CPMI possa, ao final – e tenho certeza de que isto vai acontecer, Deputada Jô Moraes, Presidente desta Comissão –, dar muitas respostas e muitas recomendações a todos os Estados brasileiros que vêm trabalhando e tentando enfrentar essa violência que atinge todas nós, mulheres brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Nós vamos receber o dossiê, daqui a pouco, e vamos dar a palavra. A Senadora vai levantar algumas questões a serem apresentadas à senhora. A Hiper pode aguardar que nós receberemos no momento adequado.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Secretária, primeiro, queremos parabenizar pelo trabalho que o Estado vem fazendo, pelo trabalho que a Secretaria vem desenvolvendo, em parceria com as demais secretarias aqui do Estado.

Eu gostaria apenas de fazer três perguntas. Primeiro, vimos que são muitas as ações que estão sendo desenvolvidas, ações previstas no Pacto assinado com o Governo Federal. A minha pergunta é: após a finalização dos convênios que foram firmados com o Governo Federal, com a SPM da Presidência da

República, a Secretaria Estadual terá recursos para dar continuidade a essas ações? Sabemos que esse convênio tem um período de um ano. Após o término desses convênios, a Secretaria terá recursos para dar continuidade a essas ações?

Acerca da outra pergunta, não sei se não captei na sua fala, Secretária, mas não me recordo de a senhora ter falado sobre isso – desculpe-me se não assimilei bem –: das ações previstas, qual a previsão de ampliação das políticas de abrigamento para as mulheres? Há previsão de ampliar o abrigamento? Com relação ao centro de referência, vi que, nos desafios postos ao final, vocês falam dos centros de referência, de potencializar, de fortalecer. Mas a minha pergunta é com relação ao abrigamento para as mulheres com o objetivo de ampliar a rede de proteção.

Por último, já fiz essa pergunta para o nosso Secretário de Segurança, mas eu gostaria de ouvir também da Secretaria de Política para as Mulheres, porque também foi fruto de diálogo que fizemos hoje de manhã no centro de referência, na verdade, trata-se da associação da violência doméstica com o narcotráfico e com o tráfico de mulheres. Eu gostaria de saber como a Secretaria está enfrentando esse problema. Quais as políticas que estão sendo pensadas? Esse tem sido um debate da Secretaria? A Secretaria já está fazendo esse debate? O que a Secretaria visualiza, em termos de políticas públicas, no enfrentamento dessa questão, ou seja, a associação da violência doméstica com o narcotráfico e o tráfico de mulheres?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passo a palavra à Sr^a Secretária para que possa dar essas informações.

A SR^a IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA – Quanto à primeira pergunta, ou seja, continuidade dos convênios, com certeza, sim. Inclusive, um dos convênios, o da Casa Abrigo, já encerrou, já estamos dando continuidade, com recursos próprios do Estado. Sabemos que, quando assinamos os convênios, tanto o Governador, como a Secretaria, fazemos esse pacto de que, após um ano – antes ainda conseguimos fazer alguns aditamentos – iremos arcar com todos esses convênios.

A ampliação da política de abrigamento: logicamente, temos essa vontade. O Governador Ricardo Coutinho e a Senadora Ana Rita colocaram na nossa reunião, na nossa conversa, na audiência, que, às vezes, os próprios prefeitos não querem fazer um convênio em nível federal com a SPM porque, depois de um ano, eles têm que arcar com o custo, e fica um custo muito alto para o prefeito. Então, o que estamos pensando? Em um consórcio, na questão do centro de referência das mulheres, com os prefeitos e em aten-

der ao abrigamento por região. Seria um consórcio na questão do abrigamento. Esse é um diálogo que vamos construir. Estamos deixando passar o processo político eleitoral, deixando que venham os novos prefeitos e novas prefeitas. Que venham com vontade de atender à população e às nossas mulheres. Depois disso, vamos dar prosseguimento a esse diálogo.

Foi também um tema da nossa conversa com o Governador a associação da violência doméstica com o tráfico de mulheres. Inclusive, fui eu que coloquei isso na reunião. Perguntei à CPMI se sairia alguma recomendação acerca da questão da violência doméstica e desse traço, esse recorte de as mulheres estarem hoje envolvidas com o tráfico. A nossa preocupação é grande. Eu tive a oportunidade de fazer uma visita ao nosso Centro de Referência Ednalva Bezerra. Não sei se a Lila está aqui, eu não a estou vendo. A Lila, que é a Coordenadora do Centro, colocou essa preocupação. Contudo, essa preocupação – não é, Dr^a Rosane? – não é só da Lila, mas de todas nós, porque a nossa rede tem funcionado muito efetivamente, reunindo-se uma vez por mês. E essa nossa preocupação, já na próxima reunião, agora segunda-feira, será o tema, ou seja, a questão da violência doméstica e a mulher que, sofrendo hoje dessa violência, está envolvida com tráfico de drogas, às vezes até pela posição do seu companheiro. Nós até traremos como convidada, aqui de uma cidade próxima, vizinha, do Estado de Pernambuco mesmo, uma pesquisadora sobre o tema, a Dr^a Ana Paula Portela. Ela virá aqui fazer uma explanação, na nossa próxima reunião da rede, no dia 17, justamente sobre esse tema, porque nós precisamos avançar.

E, sobre essa questão, o Governador Ricardo Coutinho, hoje, deixou bem claro o seu posicionamento, ou seja, de que a essas mulheres vítimas de violência, mesmo estando envolvidas com o tráfico, o Estado tem que dar o amparo. E a nossa obrigação, como Secretaria, como equipe que temos lá, com profissionais trabalhando, é acolher essa mulher. Agora, sabemos todas que temos, hoje, um regulamento, que vem da política nacional, da SPM, na questão do abrigamento, pelo qual mulheres envolvidas com o tráfico não podem ser abrigadas nas casas-abrigo.

Essa é uma discussão que nós já travamos em nível nacional, nas nossas reuniões sobre o pacto nacional, que a SPM está pensando nessa política sobre essas mulheres em contexto de tráfico e violência doméstica.

Eu acho que eu respondi todas, Deputada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada, Secretária...

A SR^a IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA –

Eu vou também entregar a vocês um documento, que

é essa minha exposição, e vou entregar ainda algumas coisas, inclusive os resultados do fórum interpoderes que realizamos. E, hoje, a Senadora Ana Rita comentou sobre a importância da parceria do Poder Judiciário com o Poder Legislativo. Então, nós fizemos esse fórum, justamente porque nós, hoje, aqui no Estado, não estamos, o Poder Executivo, trabalhando isoladamente, mas em parceria com o nosso Poder Judiciário e com o nosso Poder Legislativo.

Vou passar esse material às mãos de V. Ex^{as}. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Muito obrigada, Secretária. Parabéns pelo trabalho e pelo esforço conjunto.

Nós passamos, neste momento, a palavra à Dr^a Rosane Araújo, Promotora de Justiça do Juizado Especial de combate à violência doméstica contra a mulher. S. S^a fará a sua exposição e, em seguida, a Senadora Ana Rita apresentará os seus questionamentos.

Nós queríamos registrar que recebemos aqui, para que conste dos autos da CPMI, o relatório do Centro de Referência da Mulher, que apresenta as suas contribuições e o seu diagnóstico acerca da questão.

Com a palavra a Dr^a Rosane.

A SR^a ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA
– Boa tarde a todas e a todos!

Saúdo a Ex^{ma} Sr^a Deputada Jô Moraes, Presidente desta Comissão; a Ex^{ma} Senadora Ana Rita; bem como a nossa anfitriã, a Deputada Gilma Germano; e as demais autoridades aqui presentes, mulheres do movimento de mulheres, companheiras, parceiras; Dr^a Antonieta; delegadas, enfim.

Antes de tudo, eu queria registrar este momento único. Pode até parecer um chavão, mas é sair da Constituição para a ação esse Estado democrático de direito. Neste momento, uma sexta-feira à tarde, e a gente aqui discutindo espaços de cidadania com todos esses olhares – isso é processo de construção de cidadania. A gente vive nessa democracia formal, mas precisamos ampliá-la e dar efetividade a essa democracia real, tão sonhada e tão desejada.

Ao tratar da problemática da violência e ao tratar da problemática da segurança pública, a vida toda, o Estado brasileiro entendeu e enfrentou a segurança pública como um direito do Estado. A segurança pública nunca foi entendida historicamente como um direito humano fundamental. E esse é um grande avanço. Para se ter uma ideia, nessa caminhada, houve, em 2010, a I Conferência Nacional de Segurança Pública, e, aí, há uma mudança de paradigmas.

Estamos aqui, sobretudo, os atores envolvidos com o sistema de segurança pública, envolvidos com a questão do enfrentamento à violência, um fenômeno

que acompanha a humanidade. Ela é atávica, acompanha a humanidade. É preciso entender essas causas. Ao mesmo tempo em que a humanidade, de forma incessante, luta pela virtude e pela paz, por outro lado, é inerente à condição humana esse lado violento. É preciso compreender isso. Para que os órgãos que compõem o Estado, a sociedade organizada e nós possamos fazer esse enfrentamento, é preciso, antes de tudo, que se compreenda o fenômeno da violência.

Questiono muito, sobretudo nós que fazemos parte – vou fazer um corte – do sistema de Justiça. A Justiça foi entendida, está sendo entendida ou é entendida sempre pelo lado da repressão pela repressão. É preciso que a gente faça uma ampliação. Para a gente poder bem punir, é preciso que a gente compreenda como esse processo de violência ocorre.

No Ministério Público da Paraíba, a nossa Promotoria de Defesa da Mulher foi criada em novembro de 2011, fruto de um convênio com o Ministério da Justiça. Hoje, ou melhor, na próxima segunda-feira, assumirei a titularidade. Estou, por designação, respondendo pelo Juizado de Combate à Violência Doméstica, que seria parte da repressão criminal, das medidas protetivas. E há a Promotoria de Articulação das Políticas Públicas e de Defesa dos Direitos Difusos. Foi aprovada a nossa lei, e estou assumindo na próxima segunda-feira.

Foi me pedido aqui que eu dissesse sobre... Não sei se, para sistematizar minhas respostas, essas perguntas dirigidas ao Ministério Público, que não encaminharam o relatório, devem ser respondidas por mim no relatório ou se eu teria de responder sobre a estrutura que temos hoje, se ela é a desejada. Eu queria só que a Mesa...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A senhora apresenta um resumo aqui, e o desenvolvimento da informação a senhora manda por escrito.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – O.k.!

Hoje, há essa Promotoria única, que tem tanto atribuição no Juizado de Combate à Violência Doméstica, como atribuição na área de Direitos Difusos, na articulação de políticas públicas. Há um promotor, que serei eu. Mas há um único auxiliar para cobrir toda essa demanda. É a estrutura desejável? Obviamente, não. Obviamente, não.

Costumo dizer que tratar essa questão da violência contra a mulher no seu aspecto jurídico, vamos dizer assim, é o lado mais simples da questão. A gente precisa fazer esse mergulho e tratar dessas questões históricas, antropológicas, sociológicas, porque nós, mulheres, historicamente, fomos coisificadas. Onde nós estávamos no correr da história? Onde nós estávamos no correr da história? Então, desconstituir essa cultura

de sermos ainda um cidadão de segunda categoria parece-me ser o maior desafio. É mais desafiante do que simplesmente reprimir aquele fato ilícito, um ilícito penal, porque aí o dano já ocorreu. Nesse caso, estamos correndo apenas atrás do prejuízo. Para mim, o maior desafio é a desconstrução dessa cultura.

Então, a estrutura do Ministério Público é essa.

Foi perguntado também sobre a questão de orçamento. Especificamente, nós não somos órgãos prestadores de serviço. Há ações e projetos dentro do nosso planejamento estratégico voltados, de forma difusa, para a violência doméstica. Eu até achei muito interessante isso. Vou levar isso ao Procurador-Geral como uma demanda, para que se entenda isso. Ele até já me respondeu. Quando eu disse que isso estava sendo perguntado, ele disse: “Tenho R\$123 mil”. Vamos nos aposar disso!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Rosane, peço-lhe um minutinho.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Senadora gostaria de fazer um questionamento.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Aproveitando, Drª Rosane, que a senhora está falando sobre orçamento, o que queremos saber é se há previsão de orçamento no Ministério Público para a criação de mais núcleos especializados, se há previsão de orçamento para capacitação de pessoal. É um pouco sobre isso que a gente quer saber.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Retoma a palavra a Drª Rosane Araújo.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – Não há criação de novas promotorias. Inclusive, estou assumindo a Promotoria com multiatribuições. Isso é fruto de modificação legislativa recente. Inclusive, havia um núcleo. Havia até o Juizado de Violência Doméstica, que, na Paraíba, foi criado no final de janeiro.

Então, esse combate, na parte penal, criminal, era feito de forma difusa nas diversas promotorias criminais. E, na hora em que foi criado o Juizado, houve a necessidade de se deslocar um promotor de justiça. Até hoje, tenho sob minha titularidade uma promotoria civil, mas, em razão da nossa modificação legislativa recente, foi criada a Promotoria de Defesa da Mulher, com esse grande guarda-chuva.

Não há previsão. Essa vai ser uma demanda. Isso vai ser necessário, tenho certeza. Até por conta dos projetos existentes, estamos pensando numa gestão proativa, não só reativa. Nós desejamos criar um Núcleo de Justiça Terapêutica e propiciar essa capacitação permanente, no sentido de, como eu falava hoje com a Deputada, criar essa ideologia ou de difundir a

doutrina da Lei Maria da Penha, que criou um sistema processual apaixonante e moderno, que traz a vítima como ator importante, dando todas as garantias ao defensor quanto ao acompanhamento. Não é aquela figura meramente inerte, vamos dizer assim, como acontece no processo penal tradicional, em que ela é mera declarante, sem ter uma maior participação. Levar essa ideologia que tem a Lei Maria da Penha, com esse viés assistencial, com esse viés punitivo e com esse viés de proteção, levar essa cultura para membros do Ministério Público e do Poder Judiciário e para os outros atores delegados não é fácil.

Por isso, sempre insisto, na minha fala, na minha luta, que é preciso desconstituir a cultura de que a repressão nos basta, de que, quando chega aquela demanda, vamos correr atrás etc. e tal. E, depois, ficamos nessa vala comum, tratando a violência com questão de números.

Depois, se houver oportunidade, precisamos entender a questão da letalidade contra as mulheres na Paraíba, em João Pessoa. Eu estava vendo que, das 105 mulheres que foram assassinadas até segunda-feira, 86 – pelo menos, é o número que tenho em mão – foram vitimadas com arma branca.

Então, nessa tese – ouvir, Dr. Claudio? –, a gente precisa mergulhar. Quando se fala do narcotráfico, nós operadores do Direito entendemos exatamente isso como causa. Todas essas causas concorrem para isso. A mulher vai para o narcotráfico para vender pedrinha, em detrimento de vender bijuteria de forma espontânea, por ela ter feito opção por uma atividade econômica? É claro que não! Isso pode acontecer, mas essa não é a regra.

Em razão disso, estamos criando um grupo de estudos, de trabalho, exatamente para monitoramento e acompanhamento dessa questão dos homicídios, que nos tem preocupado de forma muito forte. E a gente não só vai acompanhar e monitorar, mas, sobretudo, identificar as causas dessa violência e propor e identificar estratégias eficientes para o seu combate. Sem dúvida alguma, isso é importante.

Essa parceria nós iremos fazer com diversos órgãos internos, como o Gaeco, que é um grupo de combate às organizações criminosas, como a Promotoria do Júri e a Promotoria da Mulher. Nós vamos envolver a Universidade, o Centro de Direitos Humanos e Gênero da Universidade. Então, queremos fazer esse trabalho. E reputo isso de fundamental importância se a gente quer erradicar a violência. Como disse a Prof^a Sílvia Pimentel, que esteve aqui, a nossa luta não é para minimizar, mas, sim, para erradicar.

Como é que vamos materializar esse Estado democrático de direito se a nossa sociedade é tão hie-

rarquizada, onde há cidadãos de primeira categoria e cidadãos de segunda ou terceira categoria? Essas minorias, compostas por mulheres, por negros, por índios, enfim, nós sempre estamos a reboque. Então, é preciso, sim, que nós, como integrantes de um sistema, possamos repensar nisso e fazer esse mergulho profundo. É muito fácil – quem me conhece sabe que sou promotora há 21 anos – a gente fazer relatório, não é? Há essa cultura do brasileiro, mas, quando fazemos esse mergulho, para que tenhamos resposta de forma consistente, diante da problemática que se apresenta, é outra história.

Eu queria pontuar... Eu já disse que nossa Promotoria foi criada em 2011. Fizemos capacitação, sim, no ano passado, e há uma para se realizar até o final do ano.

Esse núcleo de justiça terapêutica é a menina dos meus olhos. Nesse olhar...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Doutora, deixe-me tirar uma dúvida aqui, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – A senhora está falando em Justiça Terapêutica. Na verdade, a senhora está dizendo que também é um sonho da senhora, mas como criar a Justiça Terapêutica e não criar mais promotorias para atender às mulheres? (*Palmas.*)

A SR^a ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – É um desafio, é um desafio. Veja só, nós vamos criar dentro da Promotoria de João Pessoa – isso vai ser piloto, é um desafio...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Mas é para atender à mulher em situação de violência, a Justiça Terapêutica, no âmbito da violência doméstica?

A SR^a ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – Sim, sim, fazer um acompanhamento; a Justiça Terapêutica vinculada à Promotoria de Defesa da Mulher. Com esse olhar da Lei Maria da Penha, que ela tem um olhar muito mais amplo, inclusive para o agressor, porque é desejo que tanto a mulher saia desse ciclo de violência doméstica quanto o próprio homem, que ele não possa replicar, em outros relacionamentos, esse comportamento agressivo. E a Lei Maria da Penha traz esse viés, inclusive impõe que seja criado esse centro de educação do agressor, que aí é outra história para lutarmos, que às vezes assusta quando eu faço essa colocação.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Há previsão de ampliação dos núcleos de atendimento à mulher, tem previsão?

A SR^a ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – *A priori*, não.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Não tem previsão?

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– *A priori*, não. Quer dizer, onde existe promotoria especializada de defesa da mulher é só aqui em João Pessoa, na capital, e em Campina Grande. Nos demais, é feito por distribuição pelas diversas promotorias que têm competência criminal.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não tem previsão de criação?

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Não tem, até agora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E a capacitação?

A senhora falou em capacitação, mas não ficou muito claro se o Ministério Público faz capacitação, como está o nível de capacitação, quantas pessoas estão sendo atendidas; quem são essas pessoas atendidas pela capacitação e se tem previsão de fazer mais.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Esse é o projeto. No ano passado houve uma capacitação e este ano temos um planejamento para fazer essa capacitação, já em razão da gestão que estamos assumindo a partir segunda-feira. Tem que ser, Senadora. Isso é vital, para que possamos levar essa ideologia da questão da defesa do direito da mulher. Porque nós sabemos muito bem que há o preconceito de que padecem as mulheres, e padecem do reconhecimento da importância da Lei Maria da Penha.

Só para ilustrar, essa semana foi preso um motorista de uma certa instituição e uma certa autoridade me ligou dizendo: “Não, Rosane, não quero nada, quero apenas que agilize o pedido de liberdade provisória, até porque ele só fez ameaçar”. E eu conhecendo a pessoa, que tem comprometimento com as lutas democráticas, então eu digo: como?! Só porque ameaçou?!

Então, precisamos desconstituir isso, de forma muito urgente, porque, historicamente, o lugar dado à mulher no direito foi um lugar nenhum; o da história foi de eterna ausência.

Hoje, conversando até com um colega, ele disse: “Rosane, você está com um discurso muito ideológico; esse viés sociológico...”

Eu digo: gente, pelo amor de Deus, não é discurso ideológico nem sociológico. É claro que, quando vamos tratar de uma questão tão complexa, multifatorial como é a violência, vamos ter necessariamente essa preocupação e esse estudo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Rosane, veja bem, estamos aqui insistindo nessa questão da Justiça Terapêutica, porque a Lei Maria da Penha não prevê a criação, pelo menos no que eu conheço, não prevê a criação de Justiça Terapêutica. A senhora a está querendo criar no âmbito do atendimento à mulher de violência doméstica.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Seria esse acompanhamento.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Acho que são duas coisas. Qual o embasamento que a senhora está tendo para criar Justiça Terapêutica? Se tem embasamento na Lei Maria da Penha, porque eu acho que não tem. E eu gostaria de receber o projeto da senhora, para que possamos avaliar.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – O.k.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É possível?

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – Sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque para nós da CPMI é muito importante que se criem as promotorias de atendimento às mulheres em situação de violência. Se não tem previsão de criação das promotorias, mas vai ter recurso para criar...

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– O que talvez eu queira dizer com Justiça Terapêutica é a criação de núcleos de equipes multidisciplinares que possam fazer esse acompanhamento, tanto do agressor quanto da mulher vitimizada e fazer esse acompanhamento de forma sistemática, entendeu? É nesse viés. Por exemplo, São Paulo tem experiências interessantes junto ao JECrim, ao Juizado. E fazer esse acompanhamento inclusive pós- processo penal. É nesse sentido de restauração. É nesse sentido. Sei que é um desafio...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Por isso é importante que a senhora nos passe o projeto, se puder, porque quando falamos em Justiça Terapêutica, nós visualizamos uma coisa; quando falamos em equipes multidisciplinares, na nossa opinião, é diferente de Justiça Terapêutica. Então, talvez seja interessante recebermos cópia do projeto para que possamos conhecer e ter mais informações.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA – Nós estamos fazendo isso de forma ainda embrionária. O quanto antes nós iremos mandar. Porque isso não é fácil. Não é fácil. Estou aqui até publicizando que é uma ação da Promotoria. Quando eu entrar em exercício, que possamos implementar isso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Rosane, só para finalizar a preocupação que estou tendo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só para não ficar nenhuma dúvida, Drª Rosane. Quando vem algo novo, que não está previsto na legislação, a gente vê com certa preocupação. Isso não quer dizer que estamos fechados a uma nova política. Com certeza não. Mas é importante conhecermos, porque também não po-

demos correr risco de ter um desvirtuamento da Lei Maria da Penha.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Sim, sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A Lei Maria da Penha precisa ser implementada em sua plenitude. Então, criar novos mecanismos sem que a Lei Maria da Penha esteja sendo cumprida no rigor, isso nos preocupa. (*Palmas.*)

Muitas vezes, conforme a senhora disse, não há recursos previstos para se criar promotorias, mas criar um novo projeto também vai depender de recursos. Em síntese, qual é a nossa preocupação? Precisamos assegurar a real implementação da Lei Maria da Penha por todos os órgãos públicos, inclusive pelo Ministério Público. Então, antes de se pensar em algo novo – e reconhecemos o esforço da senhora, a preocupação da senhora, também estamos vendo com bons olhos –, fica a preocupação de que a Lei Maria da Penha prevê uma série de coisas que precisam ser implementadas, inclusive pelo Ministério Público.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Essas ações articuladas, o art. 35 diz para se criar todos esses...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra a Drª Rosane.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– De criar esses centros de educação, de reabilitação. É nessa perspectiva que partimos para isso. Não é que vamos desvirtuar e perder o foco no combate à violência doméstica. Em hipótese alguma. Em hipótese alguma.

Eu queria só ressaltar uma das ações do Ministério Público, já que estamos aqui neste debate franco, aberto, não na perspectiva de fazer crítica à toa para qualquer órgão, mas no sentido de que está havendo uma caminhada. A casa abrigo aberta recentemente, no final do ano passado, foi uma ação de articulação do Ministério Público, que precisou, inclusive, entrar com uma ação civil pública, e aí, no atual Governo, houve uma receptividade, e antes que a ação civil pública fosse julgada, houve a criação e a instalação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu acho que se alguém quiser...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Concluiu?

Senadora Ana Rita, mais alguma questão?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu tenho uma questão...

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Essa capacitação tem que ser feita, Senadora, de forma permanente, todos os anos, no propósito de se criar essa doutrina de defesa, de combate à violência doméstica, que ainda é pouco entendida e, às vezes,

fica com aquela... Ainda perpetua aquela cultura de que a violência ocorrida no âmbito doméstico e familiar diz respeito apenas ao núcleo familiar. É preciso desconstituir isso. E a capacitação é fundamental, tem que ser feita de forma permanente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Senadora Ana Rita.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Lançamento de cartilha, isso está feito. Enfim...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Drª Rosane, nós então aguardamos que o relatório completo, mais minucioso das informações que solicitamos possa chegar às considerações da Senadora Ana Rita, nossa Relatora.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Eu queria apenas aproveitar a oportunidade, porque é uma angústia nossa, do dia a dia, e já que vai haver um relatório final e serão lançadas propostas, devemos também aproveitar, já que está havendo a reforma do Código Penal, para que possa ser, por exemplo, crime... Porque a Lei Maria da Penha descuidou-se de ter crime em espécie. Então, no nosso dia a dia, aquela ameaça, aquela violência psicológica continuada, às vezes, há dificuldade em tipificá-las. E aí entramos na vala comum da ameaça, lesão corporal, art. 132. Então, para que possa, nessa reforma o Código Penal, ser tipificada essa violência psicológica. E no caso do crime de ameaça, que ele possa ser, como foi feito com o art. 129, lesão corporal, em se tratando de violência contra a mulher ou violência doméstica, que haja um agravamento dessa pena, porque o número de processos prescritos é um absurdo, porque a pena máxima da ameaça são seis meses, e muitas vezes o agressor fica mais de seis meses preso.

Então, eu queria lançar isso e mais uma outra, se for possível, de ação penal em relação à violência doméstica ser como é o caso do Estatuto do Idoso, em que é toda pública incondicionada. Se o idoso é vitimizado, qualquer ação é penal pública incondicionada. É uma sugestão que eu queria pontuar.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Rosane, só para também informar a senhora. Na Comissão do Código Penal, de que eu e outros Parlamentares fazemos parte, e no nosso gabinete, nós já estamos discutindo como contribuir, ajudar a apresentar sugestões para que o Código Penal possa tratar de questões que estão afetas à violência contra a mulher também.

Se a senhora tiver alguma sugestão para nos encaminhar, será muito bem-vinda.

Nós já informamos hoje aqui que, a partir dos trabalhos da CPMI, vamos dar continuidade a esse processo de discussão, criando uma comissão especial no Senado. Hoje, na Comissão Parlamentar Mista

de Inquérito, nós criamos três comissões de trabalho, e uma delas é uma comissão de trabalho para discutir essa questão da legislação, e o Código Penal está sendo avaliado também por ela. Estamos fazendo um diálogo com a SPM, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, já estamos programando agendamento de reuniões para fazer o debate sobre este tema, para que, na reforma do Código Penal, nós possamos avançar e oferecer uma boa contribuição.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Isso, porque é uma angústia diária nossa.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E se a senhora tiver alguma sugestão para nos encaminhar, será muito bem recebida, para que o GT possa se apropriar dessa sugestão da senhora e fazer os devidos encaminhamentos que poderemos fazer na discussão do Código Penal.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Para as suas considerações finais, a Drª Rosane.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– É importante dizer que, aqui em João Pessoa, na Paraíba, a gente tem trabalhado nessa articulação, para fortalecer a rede, mas precisamos ainda avançar por demais.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu quero também dizer, Drª Rosane, que várias informações que solicitamos ao Ministério Público aqui do Estado não chegaram à CPMI. Eu não sei se a senhora tem alguma explicação a dar, mas, de qualquer modo, nós queremos receber essas informações no prazo máximo de sete dias, a contar da data de hoje, para que elas constem do nosso relatório. (*Palmas.*)

Porque isso foi encaminhado com bastante antecedência para o Governo do Estado, para o Poder Judiciário e também para o Ministério Público. Só que o Ministério Público não respondeu, não se justificou e eu não sei se a senhora tem alguma explicação a dar.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Drª Rosane.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós vamos dar a palavra final. Nós insistimos, nós repetimos o nome das pessoas para que as notas taquigráficas possam ter um registro factível.

A senhora apresenta suas razões finais e nós aguardaremos as informações por escrito.

A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA

– O.k. Eu quero pedir desculpa, mas eu não tinha esse conhecimento. Eu estou no órgão de execução, estou no *front*, fazendo audiências de segunda a sexta, lá no juizado. E sou muito sincera, não vou argumentar, deve ter sido efetivamente encaminhado e, tão logo

isso chegue às minhas mãos, será respondido com a maior presteza e senso de responsabilidade.

Eu não sei em que mesa ou em que mãos parou e não foi avante. Até hoje, não seria a rigor a minha pessoa, a minha promotoria a responsável, porque eu estava só no juizado, na parte de repressão e medidas protetivas. Mas não se preocupe, porque eu vou dizer lá em casa que levei um puxão de orelha na frente de todo mundo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos, Drª Rosane, o início do seu trabalho de construção. A secretaria da CPMI enviará diretamente para a senhora as solicitações que foram apresentadas, para que seja cumprido no tempo previsto. Nós agradecemos mais uma vez e damos por encerrada a sua oitiva.

Nós queríamos registrar aqui a presença da Jôana D'Arc Barbosa, Secretária Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Patos; da Luciana Barroso Barbosa, Cunhã e Rede de Mulheres e Articulação de Mulheres do Brasil; a Terlúcia Silva, da Bamidelê, Rede de Mulheres e também da AMB; e Edvania Macedo, Rede de Mulheres e também da AMB; Geisa Garcia, Rede de Mulheres; Raquel, da Marcha das Vadias; e a Srª Uema, membro da UBM.

Nós vamos passar a palavra, numa excepcionalidade, por cinco minutos, por uma solicitação das Mães Na Dor, que nos encaminharam a solicitação de que elas entregassem pessoalmente o dossiê.

Nós vamos, excepcionalmente, dar a palavra por cinco minutos, para recebermos formalmente das suas mãos o dossiê aqui apresentado.

Em seguida, passaremos a palavra para o Dr. Vanildo Oliveira Brito, Defensor Público Geral do Estado da Paraíba.

A senhora, por favor, identifique-se, com seu nome completo.

A SRª HIPERNESTRE CARNEIRO – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Hipernestre Carneiro, a mãe de Aryane Thaís.

Ex^{ma} Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes, o meu abraço também à Vice-Presidente da CPMI, a Deputada Keiko Ota, como mãe na dor; à Senadora Ana Rita; ao Deputado Dr. Rosinha, que não se encontra; à Deputada Gilma Germano; à Secretária Iraê Lucena e a todas as mulheres que levantam a bandeira pela paz.

Vou pedir licença a vocês para convidar algumas pessoas para participarem dos últimos momentos desta conferência. Entre por aquela porta a jovem Gerlane do Nascimento Lima; entre por aquela porta a jovem de 21 anos Aryane Thaís; que também entre por aquela porta a jovem de 15 anos Rebeca Cristina; que tam-

bém entre a jovem de 14 anos Andrezza Batista; que também entre a jovem Rita de Cássia; que também entre Wélia Gomes, de 28 anos, Marcilene Roseno, de 17 anos; Vanessa Maria de Oliveira, de 18 anos; Jéssica Laís, de 19 anos; a Professora da Universidade Federal da Paraíba Briggida Rosely, de 29 anos; a jovem Luciana de Souza correia, de 35 anos; a jovem Lucila Leite Lordão, de 28 anos. Podem sentar-se as mães e aguardem as filhas chegarem. Elas não vão chegar. Por quê?

Peço desculpa a todos pela ausência das mesmas, mas, infelizmente, essas jovens foram tiradas, arrancadas brutalmente dos nossos braços pelos seus companheiros.

Existem casos aqui, senhores e senhoras, que ainda se encontram, há mais de dois anos, em inquérito policial. Existem casos aqui que o assassino pede para não ser filmado; para que, numa audiência, a imprensa não o filme, e o Ex^{mo} Sr. Juiz diz: “Pedimos a compreensão da imprensa para que não filme o réu, porque a imprensa será punida”.

Então, Dr^a Ana Rita, estamos com uma forte dor no coração em saber que, mais uma vez, estamos aqui nas ruas, clamando, como sempre fazemos, e parece que ninguém nos ouve. Ninguém nos ouve! Todo mundo é surdo para ouvir a nossa voz, o nosso clamor. E nós estamos aqui de coração erguido, de coração gratificado pela vinda da CPMI à Paraíba. (*Palmas.*)

Hoje, para nós, vocês representam uma luz no fim do túnel; uma luz no fim do túnel. E que essa luz no fim do túnel apareça para que a justiça na Paraíba seja feita.

Eu quero dizer que nossas filhas e filhos queriam simplesmente uma coisa: viver. Nossos filhos queriam viver, e tomaram a iniciativa de ceifar-lhes a vida. E ninguém faz nada, Senadora. Ninguém faz nada!

Somos mães desabrigadas, desamparadas. Nós não temos um psicólogo, nós não temos um serviço social, nós não temos direitos humanos. Pergunte a qualquer uma daqui qual foi o representante de direitos humanos que bateu à nossa porta para perguntar: D. Tereza Cristina, como é que a senhora se encontra? Ana Romário, você precisa de um apoio? Andréia, você precisa de alguma coisa? Nunca! Nunca! Nós só sabemos através de imprensa, de televisão, de qualquer outro tipo de palavras que existem direitos humanos, mas, na Paraíba, para nós, não existem. Eles fingem não nos ouvir.

Vou aproveitar o momento para falar a respeito do caso Aryane.

Quando o Juiz de Direito Dr. Marco Wiliam pronunciou que o Luiz Paes de Araújo Neto, que foi devido a todas as... Tudo que foi feito foi confirmado, que

ele realmente foi o assassino de Aryane Thaís – e não posso dizer que ele era o assassino até o momento do julgamento. Então, ele recebeu uma carta do advogado de defesa que diz assim – só um trechinho:

O juiz precisa, antes de tudo, de uma calma completa, de uma serenidade inalterável, porque o acusado apresenta-se diante dele sob a paixão violenta e a paixão de opinião. O crime repelente e abjeto desperta, em toda alma delicada, um natural sentimento de indignação e revolta.

Aí eu digo: e nós estamos revoltadas, indignadas, sofridas porque ninguém nunca pediu para a Justiça sequer fazer alguma coisa por nós. Se nós não estivermos nas ruas clamando... O caso da minha filha, Senadora, o caso da minha filha adiantou um pouco, porque eu clamei, diante àquele corpinho inerte, branquinho, de 21 anos, que passou a noite toda numa BR, tomando chuva, com o filho no ventre. Eu clamei diante daquele corpo: “Minha filha, enquanto eu respirar, eu vou lutar por justiça”.

Então, é este o meu trabalho: clamo por justiça, sabendo que a minha filha não volta; clamo por justiça por essas mães. Mas clamo por justiça porque eu tenho hoje duas netas e quero um mundo melhor para as minhas netas e para os filhos de vocês. Por isso eu estou aqui. (*Palmas.*)

E vem uma última pergunta. Aborto é crime. Aí eu pergunto: aborto é crime? É, mas, e matar mãe com filho no ventre é o quê? É o quê?! (*Palmas.*) Se uma mulher hoje praticar um aborto ela é punida, e o assassino da minha filha encontra-se atrás de um birô, como secretário, no interior da Paraíba. (*Palmas.*)

Quero agradecer, Deputado. Quero agradecer a todos que me deram esta oportunidade de falar em nome de todas as mães e quero terminar o meu momento repetindo o que diz a Deputada Jô Moraes no seu *folder*: “A mudança está em nossas mãos”. Que mude!

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação das galerias.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Como nós já informamos, a CPMI encaminhará esse dossiê para o Conselho Nacional de Justiça, para o Conselho Nacional do Ministério Público e encaminhará requerimento, aprovado em nossas reuniões administrativas, para acompanhamento rigoroso.

Vamos voltar a encaminhar também por aprovação aquilo que, quando o Dr. Claudio estava aqui, nós solicitamos dele, que, na agilização dos processos de apuração, os casos dos dossiês Mães Na Dor possam ser prioridade na apuração.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Vanildo Oliveira Brito, Defensor Público Geral do Estado da Paraíba, agradecendo porque, desde o início, muito cedo, já estava aqui presente.

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Sr^a Presidente, permita-me, em sua pessoa, cumprimentar todos os componentes da Mesa; demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, a Defensoria Pública tem como trabalho principal oferecer meios para que as pessoas que não têm condições de contratar um advogado possam chegar até a Justiça.

Evidentemente que parte dos nossos trabalhos é voltada para o agressor: agressor de homens, agressor de mulheres, de crianças. Enfim, nós não podemos ter um trabalho só para defender as mulheres vítimas de violência. Esse seria, desde o início da criação da Defensoria Pública, a parte menor das nossas atribuições, porque somos defensores públicos.

A partir do ano passado, quando assumi a Defensoria Pública, eu incrementei no nosso orçamento a quantia de R\$100 mil para ser gasta com problemas sociais. Entre esses problemas, nós criamos, provisoriamente, um núcleo – eu digo “provisoriamente”, pois não havia ainda a lei, que só foi sancionada em maio deste ano –, para atender às mulheres vítimas de violência. Lá contamos com o apoio de uma psicóloga e de uma assistente social.

Esse trabalho é embrionário, insuficiente para atender todas as pessoas que nos procuram, não só em João Pessoa como no restante do Estado.

Em Campina Grande, nós temos também uma Vara Especializada de Crimes Contra a Mulher, como temos em João Pessoa, e lá também temos uma assistente social e uma psicóloga, que trabalham diretamente com o juiz da execução penal.

No nosso núcleo em Campina Grande, nós não temos ainda psicólogo ou assistente social para acompanhar a mulher que nos procura não só para requerer aquelas medidas protetivas, porque isso aí nós fazemos, mas para dar acompanhamento através de um psicólogo ou de um assistente social, para ir lá, para verificar, quando se trata de criança, se aquela criança tem uma situação boa, um convívio social normal, propício para uma pessoa de sua idade. Enfim, estamos tentando inserir essas medidas no nosso orçamento deste ano, que ainda está sendo apreciado pelo nosso Conselho, que teve sua primeira reunião na terça-feira passada.

Pedimos ao Governador – aliás, não pedimos, foi uma resposta a um ofício que nos foi enviado pelo Sr. Governador. Ele nos perguntava o que nós precisávamos, em termos de investimento por parte do Estado, para prestarmos melhor atendimento à população de forma geral. Incluímos nesse orçamento

que pretendemos levar para a equipe econômica do Governo ainda na próxima semana – acredito que o Conselho deva aprovar na próxima semana –, onde estamos pedindo em torno de R\$4 milhões a R\$5 milhões, para fazermos os implementos necessários para que possamos, entre outras coisas, contratar 68 psicólogos, 68 assistentes sociais, para alugarmos ou comprarmos núcleos, imóveis físicos que possam abrigar os núcleos nas demais comarcas do Estado. Porque nós temos alguns fóruns que nos cedem uma sala, mas é um compartimento pequeno, onde não se pode colocar ali defensor público, assistente social e psicólogo; mal dá para o defensor público atender as pessoas que nos procuram.

Nós temos 47 comarcas vagas em todo o Estado da Paraíba, e um dos pedidos que fizemos ao Sr. Governador foi que aumentasse o nosso orçamento acima do que permite a lei, para que possamos fazer concurso público e, assim, preencheremos essas comarcas vagas. Porque nós sabemos da importância de um defensor público em uma comarca para atender também as mulheres vítimas de violência. Sozinho é impossível, o trabalho não fica completo; mas acompanhado de um assistente social, de um psicólogo, nós poderemos fazer um trabalho de melhor qualidade.

Temos um núcleo para assistir as pessoas que são vítimas de crimes homofóbicos. Destinamos também a importância de R\$100 mil para esse núcleo. Nós temos um atendimento diário de três a quatro pessoas. É um núcleo novo, que ainda não foi também constituído legalmente, mas que vem funcionando no Anexo da Defensoria Pública.

Na semana passada, nós demos entrada, acredito, na primeira petição, nos fóruns da Paraíba, para que uma pessoa mude o seu nome do sexo masculino para o sexo feminino. Não sei como a Justiça vai entender isso, mas nós entendemos que uma pessoa que se sente uma mulher, não é pelo simples fato de ter um órgão genital masculino que ele vai ser um homem; ele se sente uma mulher. Isso eu acho que é uma coisa muito importante que a Justiça vai começar a apreciar agora em João Pessoa e em todo o Estado da Paraíba, se houver oportunidade.

Quanto ao que nós pretendemos fazer, o que eu tinha a dizer no momento é isso.

Estou à disposição dos senhores componentes da Mesa para qualquer esclarecimento.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr. Vanildo, e passamos a palavra para a Relatora, nossa Senadora.

Antes, quero dizer que a Defensoria Pública é um dos maiores desafios do Estado brasileiro. É o setor, o poder que tem menos apoio, menos recursos e

desafios enormes. Temos menos de 700 Defensores da União para dar conta de tantos problemas que a Justiça, sobretudo para os pobres, enfrenta.

Agradeço e cumprimento por sua presença aqui. Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Vanildo, primeiro, quero parabenizá-lo pelo esforço de realmente equipar a Defensoria Pública, cobrando concurso público para que novos profissionais sejam contratados.

Na verdade, a CPMI também encaminhou pedido de informações para a Defensoria Pública, mas as informações que obtivemos não foram muito completas. As respostas que obtivemos foram, de certa forma, bastante frágeis. Se houver possibilidade, nós gostaríamos de receber maiores informações do trabalho da Defensoria Pública. Se for possível, Dr. Vanildo, encaminhar para nós um relato das ações desenvolvidas pela Defensoria Pública, inclusive apontando quais são essas dificuldades, esses problemas e que iniciativas a Defensoria está tomando para superar esses problemas.

Eu teria três perguntas para fazer ao senhor. Na verdade, são duas perguntas e informações a respeito de um caso muito específico.

Não sei se o senhor tem esses dados agora, mas gostaríamos de saber quantas mulheres foram atendidas pela Defensoria Pública com medidas protetivas. Quantas medidas protetivas foram solicitadas e quantas foram de fato aplicadas?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Até agosto, 69 mulheres foram atendidas no Núcleo da Defensoria Pública. Agora, quantas medidas protetivas, no momento, não disponho desse dado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Certo. Então, ficaremos aguardando essa resposta, posteriormente, do senhor.

Nas audiências de que as vítimas têm participado, dos casos de violência doméstica, em todas elas há a presença de um defensor ou defensora?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Não. A Defensoria Pública só tem, no Juizado da Violência contra a Mulher, uma defensora designada para acompanhar a mulher. Nas outras audiências, nas outras Varas do Estado, existe o defensor para acompanhar o acusado, não a mulher vítima de violência. Não temos, nos nossos quadros, pessoal suficiente para fazer esse trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Acabou de falar o Defensor, Dr. Vanildo.

Retorno a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Estou recebendo aqui da Assessoria que são mais ou menos 1.500 inquéritos e apenas 60 atendidos pela Defensoria. Como

é que o senhor explica isso? Qual é a avaliação que o senhor faz?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Inquérito não é competência da Defensoria apreciar. Nós trabalhamos em processos. Inquérito é do âmbito da Delegacia de Polícia. Quando chega na Justiça é que a Defensoria Pública vai trabalhar no processo, não no inquérito.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Os inquéritos não são transformados em processos, doutor?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – São transformados, mas não com a presença da Defensoria Pública, a não ser nos casos de prisão em flagrante que nós pedimos relaxamento. Mas o inquérito policial em si é feito na delegacia de polícia. Quando uma pessoa precisa se apresentar numa delegacia para ser ouvida num inquérito, ela procura a Defensoria e nós designamos um defensor para acompanhá-la até a delegacia. Mas, em regra geral, o defensor público não trabalha em inquérito, só se procurado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E essas mulheres que foram atendidas, as 60 mulheres que foram atendidas, elas foram atendidas em que momento?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Elas são atendidas quando são vítimas da violência e se dirigem primeiro à Defensoria Pública. Nós temos uma equipe multidisciplinar para atendê-las. Se elas forem primeiro à delegacia, lá será atendida pela delegacia. Aí nós não temos conhecimento desse fato. Só vamos ter conhecimento desse fato quando esse inquérito for transformado em processo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Essas 60 mulheres que foram atendidas...

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Sessenta e nove.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sessenta e nove? Elas foram atendidas em que período de tempo?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – De janeiro a agosto deste ano.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – De janeiro a agosto deste ano.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para ajudar as notas taquigráficas, informo que estão fazendo uso da palavra o Dr. Vanildo e a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, na verdade, estamos tirando aqui uma média: de janeiro a agosto, são 6 meses e 60 mulheres, o que dá uma média de 10 mulheres por mês.

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Mais ou menos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mais ou menos isso. Há outra questão, doutor, que eu gostaria de perguntar, porque nós recebemos também uma denúncia

do movimento de mulheres e eu gostaria de obter informações atualizadas sobre o caso de Antônia Maria Alves Pereira, que foi atendida pelo Defensor Público, de acordo com as informações que recebemos, chamado Tota, no Município de Monteiro. Segundo nos foi relatado na reunião de ontem, ela continuaria a ser perseguida e ameaçada pelo ex-companheiro, que inclusive ficou com a guarda dos filhos. O senhor tem informações sobre isso? Essa mulher corre risco de vida e está solicitando, inclusive, medida protetiva.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Dr. Vanildo.

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Ela foi atendida não por um defensor público, mas por um advogado que estava requisitado para a Defensoria Pública na cidade de Monteiro. Ele foi retirado da cidade de Monteiro a pedido da juíza local. Nós o removemos para a cidade de Prata onde ele, habitualmente, exerce suas funções.

O marido, o agressor, ele é revel no processo. A Defensoria não tem como chegar até ele. Caso a Polícia consiga prendê-lo, nós poderemos fazer alguma coisa, porque o réu é revel, nós não temos como chegar a ele.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas que providência a Defensoria está tomando?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Não podemos garantir a integridade física dessa mulher, porque nós não temos como fazer isso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas não tem como a Defensoria Pública cobrar do Poder Judiciário que dê medida protetiva a ela, para que ela possa ser protegida?

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Nós podemos requerer, se é que já não foi requerido – eu não tenho conhecimento do total teor do processo. Pode requerer as medidas protetivas, mas obrigar que o Estado ofereça essas medidas protetivas nós não podemos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. Vanildo...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Parece que ela já tem medida protetiva, segundo a Cleide aqui, que ouviu também as mulheres ontem. Ela já tem medida protetiva, só que a medida protetiva não foi aplicada. E aí, em minha opinião, acho que a Defensoria Pública tem de agir em defesa dessa mulher, tem de cobrar essa medida protetiva. (Palmas.) O advogado tem de fazer isso. Para quem não tem advogado particular, é à Defensoria Pública que cabe fazer isso. Se a Justiça está sendo lenta para aplicar a medida protetiva, se a concedeu, mas ela não está sendo aplicada, quem vai defender essa mulher? Em minha opinião, é o Estado, por meio da Defensoria Pública.

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Eu estou sabendo desse caso neste momento. A partir de segunda-feira, eu vou mandar uma corregedora até a cidade de Monteiro para verificar o processo e o que pode ser feito.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutor, então vamos acertar o seguinte: acho que seria muito bom que a Defensoria Pública pudesse verificar *in loco* como está a situação do processo dessa senhora, tomar as providências e informar à CPMI sobre as providências que foram tomadas. Está bem? (Palmas.)

O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO – Eu informarei.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós lhe agradecemos, Dr. Vanildo.

Dispensa-se a aprovação do requerimento de informações, porque na audiência pública já foi formalizado o requerimento pela Relatora, Senadora Ana Rita, e nós ficamos aguardando as informações da providência que o senhor acaba de nos informar, que é enviar a corregedora para verificar *in loco*. Assim que tivermos a informação, nós a repassaremos para as pessoas interessadas.

Muito obrigada, Dr. Vanildo, por ter chegado cedo e ter ficado até agora.

Nós queríamos lembrar ao Secretário de Saúde – também lhe agradecendo pela sua manutenção –, em primeiro lugar, a Rede Feminista de Saúde lembra que, quando o senhor falou em centros de referência, usou esse termo, confundiu-se com serviços de referência na Rede SUS. É para que a gente faça certa modificação. Elas solicitam também – se não tiver a informação, o senhor pode passar para a CPMI – as ações intersetoriais que se refiram ao combate e o enfrentamento da violência; solicitaram também que o senhor nos passe o Plano Estadual de Saúde na operação no que diz respeito à receita orçamentária e às iniciativas de violência contra a mulher. Isso nos foi encaminhado pela Rede Feminista de Saúde e Socorro Borges.

Lembramos ao senhor que aguardaremos – não sei se chegou a informação do Orçamento, acredito que não – as informações que o senhor possa nos passar.

Passamos a palavra, agora, para a representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, a Drª Antonieta Nóbrega Machado, que disporá de até 20 minutos.

Se o Secretário tiver as informações, poderá passá-las para nós, e as colocaremos.

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Peço licença à Deputada Jô Moraes para, na sua pes-

soa, saudar todos os componentes da CPMI e reiterar as palavras da Dr^a Rosane, manifestando minha felicidade de compartilhar deste momento de materialização do Estado democrático de direito, com a presença de vocês aqui.

Minhas senhoras, meus senhores, como a Presidente já falou, estou aqui representando o Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba. Devo dizer aos senhores que não me conhecem ainda: sou Juíza de Direito da Comarca de Santa Rita, na Grande João Pessoa, e fui a instaladora do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher aqui na capital. Por isso, acredito que tenha sido convidada pela Presidência para estar aqui hoje. A juíza titular daquele Juizado está de férias e, por isso, certamente não pôde comparecer ao ato, assim como o Presidente, por compromissos profissionais, também não pôde estar presente.

Minha fala já vai ser respondendo às perguntas que foram dirigidas. Depois, fico à disposição da Mesa e de quem mais tiver perguntas a fazer ao Judiciário.

Vou começar pela segunda pergunta: o que tem feito o Poder Judiciário para diminuir a violência letal contra a mulher? Na verdade, temos procurado otimizar o serviço prestado à sociedade. Como está sendo essa busca de otimização? Em 2010, foi feita a nova Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba, que criou algumas varas, entre elas o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital e de Campina Grande, as duas maiores comarcas do Estado.

Além disso, também foram colocadas, nas demais comarcas de segunda e terceira entrância, varas especializadas. Então, a gente tem aqui duas varas privativas e a gente tem a especialização em varas que têm outras atribuições também nas demais comarcas.

Nas comarcas de primeira entrância, a gente conta com varas únicas, por isso não houve a especialização.

Essa criação foi em 2010. Em março de 2011, entrou em vigor a nova Lei de Organização Judiciária e, então, as varas especializadas nas comarcas de segunda e terceira entrância começaram a funcionar com essa especialidade.

Em outubro de 2011, foi instalado o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campina Grande e, em 31 de janeiro deste ano, 2012, foi instalado o Juizado da capital. Quanto a esses Juizados, a título de esclarecimento, o da capital, hoje, tem 2.118 feitos em tramitação; o de Campina Grande tem 1.083 feitos em tramitação. No da capital, já foram arquivados 542 processos e, no de Campina Grande, já foram arquivados 835 processos.

O que mais o Judiciário tem feito? Foi criada a Coordenadoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A Desembargadora Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, que é a próxima presidente do Tribunal, teve a iniciativa de convidar para uma reunião os principais atores de proteção da mulher. Nessa reunião, foi combinado o Fórum do qual a Dr^a Iraê já falou, o I Fórum Interpoderes sobre Violência contra a Mulher. Foi criado também um grupo de trabalho, que é o Grupo de Gestão Integrada de Gênero, para que, mensalmente, essas pessoas que querem colaborar, não somente autoridades públicas, mas também pessoas do público em geral que queiram colaborar para o enfrentamento da violência contra a mulher, possam participar. E esse grupo trabalha em parceria com a Rede, que, sob a batuta da Dr^a Iraê Lucena, já funciona muito bem.

Eu queria até registrar que acho que os números da violência na Paraíba são até contraditórios ao trabalho que vem sendo feito, porque a Dr^a Iraê Lucena – eu sou testemunha – vem fazendo um trabalho primoroso à frente da respectiva Secretaria. Eu fico impressionada com a dedicação dela e com seu esforço para fazer efetivar as políticas públicas.

No âmbito do Município, enquanto estive à frente da Vara, vi também um esforço muito grande do Município para fazer valer as políticas públicas de proteção à mulher.

No Ministério Público, temos a Dr^a Rosane, que, como vocês viram rapidamente, é uma pessoa vocacionada e que tem interesse não somente na resposta, na repressão, mas também na prevenção. Então, acho que a Paraíba realmente está de parabéns com esse trabalho preventivo.

Infelizmente, essa mudança cultural é lenta. Nós contamos aqui com a sociedade civil organizadíssima. O Centro 8 de Março, o Grupo de Mães, todos esses grupos de mulheres são organizadíssimos e fazem um trabalho belíssimo. Acredito que essa mudança cultural seja uma questão de tempo, porque, afinal de contas, mudança cultural não é rápida. E é uma cultura mundial, não é uma cultura privativa nossa essa da violência contra a mulher, infelizmente. Mas acredito que nós estamos progredindo bastante.

O Tribunal de Justiça também tem tentado melhorar as suas atividades por meio da Escola da Magistratura, que tem feito cursos breves, não somente autônomos, mas também em parceria com a Defensoria Pública, por exemplo, e com outros órgãos.

Quanto à capacitação, que foi perguntada a outros órgãos, a gente teve, pelo Poder Judiciário, apenas na instalação das Varas. Então, quando da instalação

das Varas, foram feitas capacitações para os servidores e magistrados.

No quesito orçamento para 2012 e 2013, não existe previsão orçamentária específica para os juizados de violência doméstico-familiar contra a mulher ou para a coordenadoria. O próprio Conselho Nacional de Justiça proíbe os tribunais de vincularem verbas para matérias que não sejam ligadas à sua atividade-fim. Então, para políticas públicas que sejam direcionadas a essa matéria o Tribunal fica impedido de dirigir outros tipos de verbas orçamentárias.

Outras perguntas que foram feitas.

“As informações fornecidas pelo Poder Judiciário estão pouco detalhadas. Gostaria que fossem especificadas, como, por exemplo, quantas medidas protetivas foram concedidas; quantas prisões preventivas foram decretadas; quantas sentenças condenatórias.”

Eu sinto informar que o nosso sistema não está apto a dar essas informações pormenorizadas. O nosso sistema tem condições de dizer quantas decisões foram proferidas. Então, dentro de decisões, há decisões de decretação de prisão preventiva, decisões de concessão de liberdade e decisões de concessão de medidas protetivas, mas não há o número especificado. Nas Varas que são privativas, talvez a gente consiga, arcaicamente, esses números, olhando nas pastas, mas, em nível de Estado, eu acho impossível fornecer esses números.

A título de esclarecimento somente – a senhora perguntou ao Dr. Vanildo a respeito das medidas protetivas e à diferença tão grande do número de inquéritos para o número de atendimentos –, eu gostaria de dar uma contribuição e dizer à senhora que essas medidas protetivas são solicitadas, mormente, pelas delegadas. Então, há um grande volume de solicitações de medidas protetivas, mas direcionadas pelas delegadas.

Normalmente, o que acontece? Quando as mulheres vítimas de violência procuram a Defensoria Pública, a Defensoria, para instruir seu pedido, pede que a mulher vá à delegacia. Quando a mulher está na delegacia, a delegada não somente toma por termo as suas declarações e faz o procedimento para instauração de inquérito, mas também faz o requerimento das medidas protetivas. Até porque, no início, na instalação do Juizado aqui da capital, começaram a chegar muitos casos, vindos da Defensoria, de pedido de separação de corpos sem que houvesse um histórico de violência. Cheguei a conversar com a Defensora Pública que a gente não estava ali em substituição às Varas de Família. Separação de corpos que não envolve violência contra a mulher não é matéria de Juizado de Violência contra a Mulher. É matéria de Vara de Família. Se a gente começar a aceitar esse

tipo de ação, a gente vai inviabilizar o Juizado e descharacterizar a instituição. (Palmas.)

Então, não aceitei. Por isso, talvez, a maior parte das medidas protetivas chegue via delegacia.

Se há previsão orçamentária para ampliação das Varas ou Juizados Especializados, considerando a realidade da violência contra a mulher no Estado? Não, infelizmente não há previsão orçamentária para ampliação dessas Varas.

Conversei com o Presidente do Tribunal. Ele me disse que gostaria, inclusive, que fosse informada à CPMI a dificuldade que ele está tendo atualmente até mesmo para nomeação dos servidores para essas Varas. A realidade atual é que esses servidores são relotados de outras Varas, porque existia uma determinação do Conselho Nacional de Justiça de que os servidores do último concurso do Estado da Paraíba não podiam ser nomeados. Agora que houve a liberação para a nomeação desses servidores, o Conselho Nacional orientou que deveria ser priorizada a nomeação de servidores para atividade-fim. Por isso, inclusive, o setor multidisciplinar não está ainda completo. Então, trago essa informação também.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só uma pergunta. Por orientação do CNJ?

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Do Conselho Nacional de Justiça. Exatamente.

Aqui V. Exªs concedem o prazo de uma semana para que sejam enviados os documentos a esse respeito. Depois, vou até pedir que me digam para quem devo encaminhar, endereço, esse tipo de coisa.

Prosseguindo, tem aqui outra pergunta: “recebemos informação de que as medidas protetivas não estão sendo concedidas no prazo legal de 48h, conforme determina a Lei Maria da Penha” e, para exemplificar, cita o Processo nº 200, aqui está 2.021, mas deve ser 2012, 101.569-3, de autoria de Viviany Basílio Ramos, que foi distribuído em 13/08 e até 12/09 ainda não havia sido concedida. Um mês, e não houve essa concessão. Realmente, não sei explicar, porque, desde o dia 16 de julho, não estou mais na Vara. Então, não sei explicar o que aconteceu com esse caso concreto. Como essa pergunta só me chegou quando eu já estava aqui e o expediente forense já tinha sido encerrado, não tenho como explicar, mas enviarei a resposta. Acredito eu que tenha alguma dificuldade diante do volume de serviço, da escassez de funcionários. Acredito eu que seja algo que esteja por aí, mas não tenho como realmente dar a explicação mais concreta do caso.

Além disso, a juíza titular estaria exigindo, para a concessão das medidas protetivas, os antecedentes criminais do réu e a manifestação do Ministério Público, que, segundo a lei, deve se manifestar após

o deferimento das medidas, especialmente para pleitear a complementação das mesmas, se necessário. Bom, quando eu estava à frente da Vara, eu concedia a medida e, somente depois, os autos iam com vista ao Ministério Público. Atualmente, está sendo a assessora da juíza de lá uma senhora que foi minha assessora na época em que fui juíza corregedora. Ela me acompanhou aqui no início da tarde e me informou que esse posicionamento já está sendo modificado e me pediu inclusive algumas orientações para que ela possa repassar para a colega que recém chegou na matéria e que não tinha ainda muita familiaridade com a matéria. Acredito eu que esse seja um posicionamento que esteja sendo revisto. O Tribunal de Justiça se compromete, por meio da coordenadoria, a fazer uma orientação aos magistrados de todo o Estado, para que esse tipo, de fato, não volte a ocorrer.

Eu gostaria de saber a razão dessa demora, porque a lei prevê que a decisão seja proferida em 48 horas, em virtude de ser medida de urgência, e por isso mesmo sem necessidade de outra medida. Essa pode ser a razão para o aumento de mortes no Estado.

A resposta é essa mesma – não é? –, de que o assoberbamento de serviço muitas vezes impede que o magistrado seja tão célere quanto gostaria.

Em algum momento aqui – acho que deixei de ler –, falava-se em 5 meses para concessão de uma medida protetiva. Eu me sinto até obrigada a falar que, quando foi instalado o Juizado de Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher aqui na capital, nós recebemos processos de 12 varas diferentes. As varas que funcionavam no Fórum Criminal Central aqui da capital estavam com os processos mais ou menos em dia. Mas nós temos aqui um fórum distrital, que é o Fórum Distrital de Mangabeira, que cobre toda a região sul da cidade, que são talvez os bairros mais populosos da cidade – Mangabeira, Valentina, Bancários, Geisel e vários outros.

O que acontece?

Lá nós tínhamos três Varas e um Juizado para atender a uma população que acho que, hoje, é igual ou até superior à população da zona norte, que existiam mais de 50 Varas para atender. Essas Varas estavam sobrecarregadas e realmente existiam processos que estavam sem um provimento judicial desde 2009 ou 2010.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Antonieta, para esclarecimento.

As 12 Varas não eram Varas especializadas, não?

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Nenhuma delas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eram Varas comuns que enviaram os processos relativos à Lei Maria da Penha?

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – A Lei Maria da Penha, para o novo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quantos Juizados tem aqui?

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Somente um aqui na capital.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E na Paraíba?

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Na Paraíba, Juizado privativo nós temos dois: um em João Pessoa; um em Campina Grande. Nas demais Comarcas de 2ª e de 3ª Entrância, nós temos as Varas que têm competência especializada na violência doméstica e familiar, mas que não são privativas unicamente desta matéria.

Então, realmente, aqui na capital, a gente tinha nessas Varas do Fórum Distrital de Mangabeira uma situação bastante lastimável; não por desídia de algum magistrado ou outro, de algum funcionário ou outro, mas por uma situação realmente impossível. Eram Varas que tinham, em média, 7 mil processos – uma delas tem mais de 15 mil processos –, com 2 ou 3 funcionários e um magistrado para funcionar. Então, realmente, era impossível.

Ao chegar esses processos no Juizado, procuramos dar a celeridade possível. É claro que, com uma demanda que chegou toda de uma só vez, de 12 Varas diferentes, e ainda chegando inquéritos novos, nós não podíamos dar o vencimento ideal, mas acredito que estávamos dando uma coisa bem próxima do que seria ideal. A celeridade realmente foi real. Não foi ideal, mas foi assim próxima do ideal.

Também nos foi informado que a juíza titular do Juizado de Violência Doméstica de João Pessoa está viajando há cerca de duas semanas e que não estão sendo realizadas audiências em virtude disso.

Pergunta: “Por que não foi nomeada uma juíza substituta para permitir a realização das audiências e a consequente proteção das mulheres?”

Bom, a juíza realmente está de férias, e foram nomeadas juízas substitutas. Contudo, a primeira juíza que foi nomeada teve que dar prioridade a audiências de réus presos. Lá no Juizado, não havia audiência de réu preso, então ela deu prioridade à audiência de réu preso.

A segunda juíza que foi nomeada, por causa da preocupação do Tribunal em virtude de a primeira não estar indo realizar essas audiências – foi até ela que me ligou e me pediu para que eu entrasse no circuito

para eu vir aqui para esta reunião hoje –, ela estava realizando audiências concentradas.

Então, na realidade, as juízas que foram designadas estavam realizando audiências que têm prioridade ditada em lei.

Nós temos um quadro bastante reduzido de juízes substitutos aqui no Estado da Paraíba. Vamos melhorar a partir de agora, com a nomeação de novos juízes. Recentemente foram nomeados 20 e agora mais 8, e estão todos em processo de capacitação para ingressarem nas novas Varas. Acredito que essa situação vai melhorar, mas infelizmente essa questão realmente passou pela impossibilidade da administração.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós vamos passar, Drª Antonieta, a palavra para a Senadora Ana Rita e para o Deputado Dr. Rosinha.

Eu solicitaria que a senhora fizesse os registros para as respostas em bloco.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Queremos agradecer a presença da juíza aqui.

Todas as perguntas que nós gostaríamos de fazer a senhoras já as respondeu, mas há uma pergunta que também é importante nós obtermos a resposta. Nós tivemos informações, a partir das reuniões que foram feitas com as entidades e as visitas aos equipamentos também, de que a juíza titular da Vara aqui está marcando de ofício as audiências do art. 16 da Lei Maria da Penha, incentivando as mulheres a desistirem dos processos, contra a lei, e também a decisão recente do STJ.

O que a senhora tem a dizer sobre isso?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para que a senhora responda em bloco.

O SR. DR. ROSINHA (PR – PT) – Doutora, só farei um breve comentário, até porque a pergunta era a mesma. Foi numa visita que nós fizemos hoje ao movimento de mulheres e delegacias que chegou essa denúncia para nós sobre esse tipo de interpretação da lei, que não é uma interpretação que entendemos legal.

Mas, quando foram feitas as perguntas por escrito, aquelas questões que nós colocamos, ou seja, quantas medidas protetivas, quantas prisões preventivas, esse tipo de questão, só para compreender – e nós estamos fazendo essas perguntas para o Brasil todo: a mulher vai a uma delegacia, faz a denúncia, abre-se inquérito e, porém, qual é o destino? Então, é para medir o tamanho da impunidade ou o tamanho da punição. E nós queríamos isso quantitativamente. Por isso, essas perguntas por escrito, que são as mesmas que foram feitas aqui e em qualquer um dos Estados que vamos. Elas não têm uma razão abstra-

ta. Podem dizer: “Mas por que querem saber aqui na Paraíba isso?” Não, nós queremos saber no Brasil inteiro, para sabermos a efetividade institucional do Estado brasileiro. Ele cumpre ou não cumpre com as suas obrigações legais?

Era essa a razão dos dados estatísticos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós estamos aqui, então, para as suas conclusões. Estamos inclusive com um registro, havia uma pessoa reclamando, porque teve o filho, o marido e um cunhado assassinados em situação de trânsito e há lentidão para que o tribunal do júri marque o seu julgamento, com um componente que a gente encaminharia à Secretária da Mulher aqui, porque isso demanda um apoio às mulheres no sentido de que elas possam ter um espaço onde possam se referenciar.

Nós queríamos questionar, Drª Antonieta, porque nós temos dois desafios. Um é este desafio do acompanhamento da efetividade da medida protetiva: se a senhora tem alguma proposta concreta para que haja talvez uma notificação imediata de retorno às delegacias e que, num protocolo, as delegacias possam acompanhar a efetivação das medidas protetivas; se a senhora considera isso uma possibilidade.

Em segundo lugar, temos um enorme desafio no Poder Judiciário do Brasil inteiro, que é uma certa, eu diria, tendência de caminhar para uma política de conciliação como um instrumento para reduzir os inquéritos. Nossa preocupação ao questionar, o que a Senadora Ana Rita fez, em relação a essa situação que chegou até nós, da juíza, é exatamente porque é uma política. O Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais dizia – inclusive porque alguns de seus juízes tinham essa preocupação, a de uma política de conciliação: “Depois de um tapa, não há possibilidade de conciliação”. (*Palmas.*) Esta é a lógica que nós queremos implantar. (*Palmas.*) Por isso, deixamos como referência a construção de protocolos que deem controle e viabilidade à efetivação de medidas protetivas. Parece-me que aqui, nos casos de assassinatos de mulheres, são três os casos em já havia medidas protetivas; no Brasil, há várias outras situações. No caso específico da falta de controle, nós não temos ainda resposta sobre isso,

Para suas considerações e respostas finais, desde já agradecendo e lhe cumprimentando pela objetividade das respostas, solicitando que o relatório vá para a Secretaria de Comissões, Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanente e Parlamentares de Inquérito – isso no *site* do Senado Federal.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Srª Presidente,

houve uma orientação no sentido de que quem quisesse

se perguntar passasse o bilhete para nós. Chegaram dois bilhetes aqui que achei interessante. Entre aqueles dados iniciais, que falamos que são importantes estatisticamente, há uma pergunta – é lógico que não vai ser respondida agora, mas se puderem depois nos enviar: Dos processos arquivados, para quantos foram determinadas as penas e quais os motivos dos arquivamentos desses processos todos? Para nós, é interessante como dado. O outro é justamente quando se joga com a conciliação: Por que da utilização de Bíblia cor-de-rosa sobre a mesa de audiência? O Estado é laico, vamos nos lembrar.

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – A Bíblia cor-de-rosa é minha. (*Risos.*)

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O Estado é laico.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos a palavra...

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – O Estado é laico, mas o juiz pode ter a sua fé e a sua religião. Nunca impus nem nunca abri a Bíblia. Nunca impus a minha religião a ninguém. Eu tinha a Bíblia como fonte de inspiração e nunca abri a Bíblia para ler na presença de quaisquer das partes. Sobre isso desafio quaisquer das partes a dizer que tenha visto isso. Aliás, vejo que estão aqui pessoas das práticas afro. Acredito que, na única audiência que tivemos, presidida por mim lá, todas elas foram muito respeitadas por minha pessoa. Então, acredito que a minha Bíblia não tenha ofendido ninguém.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos dar a palavra para as respostas... (*Manifestações no recinto.*)

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – É um objeto pessoal meu. Nós temos o direito de ter.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Antonieta, já foi registrado. Não estamos questionando, aqui, a liberdade religiosa de nenhuma pessoa, o que é um direito inalienável, sagrado e individual das pessoas. (*Palmas.*) Estamos discutindo políticas que orientem o trabalho de enfrentamento à violência. Nossa preocupação é a de que, no Brasil, em outros Estados e em outras situações, havia a intervenção direta em situações concretas do enfrentamento à violência, nas quais o juiz presente fazia uso da sua opção religiosa. Não temos nenhuma informação, não recebemos, a CPMI, formalmente, nenhum ato concreto que coloque essa questão posta.

Por isso, nós retiramos qualquer referência ao direito e à liberdade religiosa. Estamos discutindo, apenas, que, nas práticas dos julgamentos das intervenções, a política de conciliação, muitas vezes, é influenciada por algumas opções filosóficas pessoais. Essa não é a questão que está em debate.

Nós solicitamos que a senhora, então, veja a questão da prática de conciliação, as respostas do controle das medidas protetivas e algumas outras questões que já foram postas aqui, dizendo que se nós recebermos formalmente qualquer referência de intervenções outras, nós questionaremos o Poder Judiciário. Não recebemos formalmente, por isso...

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Com certeza, até porque, quanto a isso, fico muito tranquila, porque volto a dizer: tenho o meu direito à liberdade de religião como todas as pessoas, todo cidadão brasileiro tem e jamais fiz qualquer referência a religião, seja nos meus julgados, seja em audiência verbal ou por escrito.

Então, jamais usei a religião como forma de tentar convencer ou de tentar conciliar, ou de tentar julgar quem quer que seja. Quanto a isso eu fico muito tranquila. Tinha minha Bíblia, como tinha vários outros livros, em cima da minha mesa, em cima do meu birô.

Bom, com relação às questões, à audiência do art. 16. Foram designadas, na época em que eu assumi o juizado – não sei qual é a prática que está sendo realizada hoje... Quando eu assumi o juizado, eu, por política criminal e por economia processual, passei a designar audiência do art. 16 em todos os processos que datassem de mais de 6 meses e que fossem de crimes de ação pública condicionada.

Por que eu fiz isso como questão de política criminal e de economia processual? Porque, como eu falei a V. Exªs anteriormente, eu recebi processos que estavam parados há muitos anos e, quando o Ministério Público oferecia denúncias e nós chegávamos na audiência de instrução e julgamento, as pessoas se viam constrangidas. Diziam que já tinham procurado o Judiciário várias vezes, que queriam ter desistido daquele processo, que não tinham interesse, que já estavam em outras relações ou que já tinham feito aquela relação, que o Judiciário tinha demorado demais e que aquilo ali não fazia sentido.

Então, nos processos antigos, efetivamente, foram marcadas por mim as audiências do art. 16 nos crimes de ação pública condicionada à representação.

Nos crimes de ação pública incondicionada, jamais, porque havia uma prática, na época em que os processos tramitavam na varas criminais, de mesmo em se tratando de ações públicas incondicionadas, serem designadas essas audiências, mas porque não eram varas especializadas, porque eram varas em que os juízes tratavam de todo e qualquer processo criminal. Então, não havia uma política direcionada.

Hoje, eu não sei qual é o critério que está sendo usado para designação dessas audiências.

Nos meus últimos meses lá no juizado, os processos novos, os processos que iam chegando não tinham audiência do art. 16 designada, a não ser que houvesse uma manifestação expressa da vítima.

Outra coisa que é preciso ser registrada é que as vítimas, quando procuravam a Defensoria Pública ou a delegacia para dizerem que queriam se retratar da representação anteriormente feita, eram informadas de que só podiam fazer isso em audiência; e essa notícia foi trazida também para nós no início do juizado.

Então, esse foi mais um motivo de terem sido designadas essas audiências nos processos antigos, porque as vítimas eram informadas de que não tinham direito de fazer isso senão em audiência, quando fossem intimadas para isso.

Então, foi feito isso até para não tirar o direito de quem quisesse se retratar. De forma alguma, em audiência, essas vítimas eram – digamos assim – incentivadas a se retratar. Ao contrário. A conversa lá era bastante franca. Volto a dizer: estou aqui falando do período em que eu estive instalando a vara, até o dia 16 de julho. De 17 de julho para cá, eu realmente não posso responder, porque não era eu que estava à frente da vara. Até 16 de julho, as vítimas eram ouvidas individualmente e não eram incentivadas a se retratar. Elas, ao contrário, eram conscientizadas de seus direitos. Então eu acredito que fazíamos, sim, como questão de política criminal, sim, mas não por uma política de conciliação, mas por uma política até mesmo de proteção desse direito dessas mulheres.

A outra questão que foi colocada pela Deputada é como acompanhar essas medidas protetivas. No início, concedíamos essas medidas protetivas e não sabíamos bem para quem mandar. Depois, passou-se a mandar para as delegacias de polícia para acompanhamento. Acho mesmo que essa é a melhor solução, Deputada, mas, infelizmente, as nossas delegacias não têm pessoal, não têm material, não têm transporte, não têm um aparelhamento suficiente para acompanhar todas essas medidas. Então, nós fazemos, nós comunicamos, mas, infelizmente, não sei se há como dar efetividade a todas essas medidas. Infelizmente.

E aí, acrescentando a uma questão que Drª Rosane falou e foi questionada pela Senadora a respeito dessa justiça terapêutica de que Drª Rosane falou. Não sei se foi isso que ela quis dizer também, mas no início do juizado, nós recebemos uma proposta da Universidade Federal da Paraíba. Inclusive a minha saída do juizado estava tramitando administrativamente no Tribunal de Justiça. Não teria custo algum para o Tribunal de Justiça. A Universidade Federal da Paraíba propunha, através de estagiários do curso de Psico-

logia e dos seus professores, oferecer um tratamento cognitivo comportamental para os agressores.

Essa política eu acho bastante interessante porque, como falou Drª Roseane, para aquele agressor se corrigir e deixar de agredir, seja aquela mulher ou outra mulher, é preciso um tratamento. Sabemos que a evolução é lenta, que o resultado é quase nenhum, mas se existe a disponibilidade, através de um serviço gratuito, que está sendo oferecido pela Universidade Federal, eu acho bastante interessante. E esse acompanhamento chegou a ser oferecido em audiências do art. 16. Foi oferecido e eu tinha planos de, com arrimo no art. 45 da Lei Maria da Penha, que modifica a Lei de Execuções Penais, tornar esse acompanhamento obrigatório como pena.

Não cheguei a efetivar isso porque não chegou a sair o convênio do Tribunal de Justiça com a Universidade Federal, mas isso era um projeto meu para o futuro, porque não era um projeto escrito, mas era... Bom, escrito está lá, tramitando no Tribunal, o projeto da Universidade Federal; mas era um plano que eu tinha para efetivar como pena.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bem, nós agradecemos, Drª Antonieta, sugerindo duas questões.

Em primeiro lugar, como a senhora esteve aqui representando o Presidente do Tribunal de Justiça sobre essas questões que foram solicitadas, que a senhora disse que não sabe se continuam, a orientação da rigorosa incondicionalidade nas definições dos processos das medidas protetivas sugerimos que possa ser informada para nós, a partir do Presidente do Tribunal, porque essa é a orientação predominante no Tribunal de Justiça da Paraíba.

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E, evidentemente, também que a política de conciliação e de justiça terapêutica não seja a política predominante no enfrentamento do processo. Nós pediríamos, então, que as informações fossem mandadas, agradecendo mais uma vez a disposição da senhora de estar aqui presente.

A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO – Eu que agradeço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos partir imediatamente para escutar a representação da sociedade civil. E cada uma terá 10 minutos. No caso, não cabe à Comissão inquirir a sociedade civil. Vamos escutar o depoimento da sociedade civil para orientar as medidas que deveremos tomar em seguida. Por isso, cada uma dispõe de até 10 minutos para a sua intervenção e vamos cumpri-los.

Com a palavra Ângela Pereira, da Marcha Mundial de Mulheres.

Este relatório é um produto do Movimento de Mulheres – muitas aqui estão presentes – para ser apresentado à Comissão.

A SR^a ÂNGELA PEREIRA – Bom, primeiro, boa noite. A gente estende aí, entrando na noite, esta audiência.

Cumprimento aqui todas as presentes e todos os presentes. Cumprimento a CPMI. Mais uma vez, agora, registramos à CPMI e aos presentes o quanto é importante a vinda da CPMI para a Paraíba e o esforço que o Movimento de Mulheres, o Movimento Feminista tem feito para que este momento seja um momento para se fazer as denúncias e as reivindicações da realidade de enfrentamento à violência contra as mulheres no nosso Estado.

E aproveito também para fazer denúncia. Começo fazendo uma denúncia de que, apesar de a audiência estar se estendendo, o Secretário de Segurança Pública não continuou presente, bem como outras autoridades que se fazem importantes, para ouvir também a sociedade civil, ouvir os movimentos. (*Palmas.*)

A gente está aqui para falar com a CPMI. E não só com a CPMI, mas com outras autoridades. E, aí, também aproveitar para registrar que a gente precisou que a CPMI viesse à Paraíba para sermos ouvidas, porque a gente tem tentado há um bom tempo falar com o Governo do Estado, com as várias mobilizações, abrir mesa de negociação e não temos esse espaço. E é importante registrar isso.

Assim, começamos falando que há cerca de cinco meses, desde que se iniciou a movimentação e após o incidente lá do caso de Queimadas, a gente começou a se reunir enquanto movimento para construir um dossiê; e não só construir um dossiê, mas toda movimentação que vem sendo feita, as articulações, a própria ida a Queimadas, entendendo que se fazia importante este momento.

Então, foi construído um dossiê, pelas organizações feministas. Está aqui o dossiê. Daqui a pouco vou repassar. E neste dossiê a gente saiu pontuando alguns serviços, algumas instituições, a partir do nosso olhar, um olhar político. Talvez não um olhar tão técnico, porque não cabe ao movimento essa questão técnica, cabe a gente se apropriar... Mas, pela nossa experiência de luta, pela realidade das mulheres, pela emoção que foi colocada aqui das mulheres que estão morrendo... porque nós, a cada mulher morta, sentimos as dores dessas mulheres, dessas mulheres estupradas. Então, a gente entende que esse relatório é extremamente legítimo, pelo acúmulo que o Movimento de Mulheres, o Movimento Feminista tem.

E, aí, já começo a colocar alguns elementos em relação ao Juizado, várias questões que foram feitas aqui, não só em relação ao Juizado, à Delegacia, mas colocar que o movimento tem entendido a necessidade de se ampliar o número de juízes. Pela demanda se sabe que existem 1.800 processos, e pela orientação do Conselho Nacional de Justiça já caberiam dois mil processos para dois juízes. Então, existe a necessidade de se ampliar o número de juízes.

Outra questão é qual é o perfil desses juízes que estão sendo indicados? Como a gente consegue ter juízes que, de fato, estejam preparados para atender às demandas, às reivindicações e à realidade de violência contra as mulheres?

Em relação ainda ao Juizado, a gente vem destacar a necessidade do cumprimento da equipe multidisciplinar. Foi citada, aqui, a presença de estagiários da Psicologia, fazendo... mas a gente tem essas informações também do Juizado, é bom registrar. Para o movimento foram dadas informações, a partir da Dignitatis Assessoria Jurídica Popular, que esteve em visita e elaborou um relatório preliminar que trouxe vários elementos para nós que estão subsidiando essa fala, aqui.

Então, quanto ao espaço físico do local onde as mulheres estão sendo atendidas, várias mulheres acabam tendo que ficar na mesma sala de espera juntamente com os agressores. Isso é um absurdo! Isso não pode existir! A própria estrutura não dá conta da necessidade, conforme a própria definição do Conselho Nacional de Justiça.

E aí eu vou passar para o ponto das delegacias especializadas. Os números já foram colocados, mas sabemos que, para além dos números, a gente tem a vivência das mulheres, dos movimentos feministas e de mulheres que têm ido a esses serviços, ouvido as usuárias e também pessoas que trabalharam na rede e têm condições de trazer mais elementos.

A gente levanta, por exemplo, acúmulo de inquéritos policiais incompletos: dos 600 inquéritos iniciados na DEAM-capital, muitos não chegam a ser terminados, a ser concluídos; a inexistência da investigação de casos necessários que apontam a preocupação quanto à invisibilidade da violência doméstica e contra a mulher junto ao tráfico.

Eu aproveito também, nesse ponto – já foi feito um debate aqui –, para a gente enfatizar qual é a leitura do movimento em relação à associação da violência contra as mulheres com o tráfico. A gente sabe que as mulheres... uma ideia de uma nova modalidade de violência... mas, na verdade, a gente sabe que as mulheres são vitimadas, são assassinadas, porque exis-

te... elas são usadas, de certa forma, como escudo no momento em que a situação se complica.

E aí a gente também tem que destacar a precarização do trabalho dos servidores públicos das DEAMs. Como você vai fazer um atendimento e não tem recursos, não tem viatura, não se tem viatura para efetivar. Então, se não tem a viatura para efetivar, como vai fazer a intimação dos agressores? E, muitas vezes, a partir de relatos dos trabalhadores, a gente fica sabendo que a intimação é feita por telefone próprio, dos delegados. Isso é bastante preocupante para a gente.

A gente tem relatos no dossiê, a partir de algumas... da realidade de Guarabira e Cajazeiras, mas a gente vem centrando especialmente na capital e em Campina Grande, porque é o nosso âmbito de atuação.

Em relação ao centro de referência, a gente tem também informações, denúncias de que a estrutura física não garante a necessidade da atuação do serviço. Existe uma casa que foi comprada e que, ainda, não... Funciona alugado. Funciona num local que é alugado. Uma casa foi comprada, mas, infelizmente, ainda não está funcionando nessa casa que foi comprada.

No tocante às condições de trabalho, eu acho que é importante enfatizar que a maioria das trabalhadoras do centro de referência são prestadoras de serviço, o que implica... pode implicar em dificuldade de efetivação do serviço, com mudança, rotatividade dessas mulheres no serviço, dessas trabalhadoras no serviço; e também – por que não colocar – situações de conjunturas eleitorais dificultam o trabalho. Essas pessoas podem ser, enfim... Pode-se aproveitar do fato de existir prestadora de serviço para essa conjuntura eleitoral e as mulheres sofrerem, sim, represálias pela sua posição política ou...

É importante também destacar...

(A Srª Presidente faz soar a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um minuto.

A SRª ÂNGELA PEREIRA – ...a sobrecarga de trabalho dessas mulheres diante do pacto que foi efetivado pelo Governo do Estado. Existe a necessidade da criação de um centro de referência estadual. A gente sabe que na condição de não existir o centro de referência, que estaria atendendo a uma demanda da Região da Grande João Pessoa, isso irá sobrecarregar as trabalhadoras do centro de referência.

Queria só pedir mais um tempo para destacar... a outra companheira vai trazer mais elementos. Em dez minutos a gente não consegue trazer o que elaboramos. Mas destaco informações em relação ao caso de Queimadas, porque o Movimento Feminista o tem acompanhado de forma presente, fazendo contato com

familiares, indo à cidade. A gente entende que, assim como a CPMI e outras pessoas colocaram, esse caso não pode passar em branco. A gente tem tido receio, tem tido medo de que, de fato, as pessoas envolvidas no caso não sejam... Isso. Não sejam absolvidas. E aí a gente tem questões em relação aos próprios mentores.

Existe uma tendência de só se indiciar, de só se julgar um mentor, no caso o Eduardo; e a gente entende, a partir do contato com as informações, do contato com os processos, que não é só o Eduardo o responsável pelo crime. Há outras questões importantes que têm relação com a situação em que a cidade se encontra.

Estivemos em Queimadas várias vezes, estivemos fazendo mobilização lá e a gente sabe que as pessoas estão aterrorizadas. As pessoas não se sentem à vontade para dizer, para se colocar. A nossa maior preocupação é, em havendo um júri popular em Queimadas, se existe a possibilidade de ser absolvido. Existe grande possibilidade de ser absolvido sim, porque a população está temerosa, está receosa. Uma das nossas questões, das nossas reivindicações, é o desaforamento. A gente tem esses elementos, tanto do receio da cidade como de outras informações que constam no processo, que indicam, sim, a necessidade de desaforamento. Isso a gente já colocou para a CPMI, já colocou até para o promotor do caso.

Tem também outras questões, que aparecem no processo e dizem respeito ao próprio armamento que foi encontrado com os agressores. A que ponto? Por que não se fez perícia? Como se pode fazer isso de fato para poder investigar questões que estão por trás do crime sexista, da violência sexista. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos à Ângela pelas suas informações, lembrando que para nenhuma autoridade, nem para a sociedade civil, em 20 minutos dá para colocar o quadro. Nós pedimos que seja entregue o relatório como está sendo feito agora. E que as autoridades, as pessoas, apresentem um resumo.

Com a palavra a Srª Cristina Lima, da Articulação de Mulheres Brasileiras, para completar suas informações, por um período de até dez minutos, colocando as questões essenciais do relatório que estarão contempladas.

A SRª CRISTINA LIMA – Boa noite à Mesa. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Jô Moraes. Boa noite a todas e a todos da plenária; em especial, boa noite às companheiras do movimento feminista e às mães que estão aqui e na pessoa de Hipernestre colocaram toda a sua dor e toda a dificuldade que é lidar com a questão da impunidade em relação aos crimes de mulheres na Paraíba.

Foi muito emocionante, porque quando a gente vem para tratar da questão da violência contra a mulher temos que lembrar que não são números, são mulheres que foram retiradas cruelmente de suas vidas, de seu cotidiano. Eu acho que a gente nunca pode se esquecer disso quando se trata de crimes. Por isso a impunidade é tão cruel com a vida das pessoas que ficam e também com todas as mulheres que ainda estão passando e podem passar por situações de agressões e, fatalmente, serem levadas à morte.

Em primeiro lugar, quero colocar que todas as políticas... entendemos que as políticas e serviços que existem hoje no enfrentamento da violência contra as mulheres são resultado de 30 anos de luta do movimento feminista brasileiro, que se capacitou, que se profissionalizou técnica e politicamente para fazer essa discussão.

Hoje temos a Lei Maria da Penha, que é resultado dessa construção do movimento feminista com as legisladoras; hoje ela é uma realidade, a partir dessa luta, desse caminho que começou há três décadas.

Queria colocar alguns pontos sobre a questão da violência, porque ela, na verdade, é reflexo de uma sociedade patriarcal, machista, racista, lesbofóbica. As mulheres estão morrendo porque elas são mulheres; elas são mulheres e têm, como foi citado aqui, uma categoria inferior a dos homens; elas são consideradas propriedade e podem, por isso, ser agredidas psicologicamente.

Temos que reforçar que os crimes contra as mulheres não são só os homicídios. As mulheres sofrem diariamente crimes psicológicos, assédio moral; as trabalhadoras domésticas vivem sendo oprimidas – na maioria são negras – por seus patrões. Acho que a gente deve pensar sobre isso: por que o aumento de serviços, o avanço das políticas não está sendo proporcionalmente igual à redução de crimes contra as mulheres? Porque existe machismo na nossa sociedade, existe racismo e lesbofobia. Por isso nós mulheres estamos sendo eliminadas da sociedade. A prova disso, dessa...

Uma coisa que a gente tem discutido muito nesses processos de construção do dossiê é a questão da intersectorialidade de serviços. Hoje fiquei perplexa, porque apesar de 30 anos de uma luta feminista, a gente vem para uma discussão com gestores e percebemos que se desconhece, não se tem sensibilidade para tratar das questões de violência contra mulher nesse Estado, ainda. E isso é muito preocupante, porque a gente sabe que uma secretaria específica não vai dar conta de erradicar a violência contra as mulheres. Precisamos ter ações intersectoriais, ações que avancem para o interior do Estado e isso a gente ainda não tem.

Ainda não temos unidades de saúde que façam esse reconhecimento.

A gente teve uma apresentação de ... a gente sabe que existe uma preocupação da própria secretaria especial com isso e achamos válido, mas ainda não temos a intersectorialidade na questão da violência contra a mulher como uma prioridade com relação às outras pastas deste Governo.

Então, ficamos muito preocupadas não só quanto ao Governo do Estado. Há isso nas prefeituras municipais, porque existem diversos mecanismos de políticas para mulheres e cabe a nós aqui pensar e refletir se realmente esses mecanismos estão trabalhando a questão da intersectorialidade. Se em uma escola está sendo realmente feito um trabalho educativo e preventivo. Porque se estamos falando de mudanças culturais, precisamos fazer um trabalho nas escolas, estar com as gerações que estão vindo por aí, debater que as mulheres não são propriedade dos homens e os seus corpos não podem estar à mercê de ciúmes, de crimes passionais, como foi colocado aqui. Entendemos que a violência contra a mulher é um crime como qualquer outro, então queremos punição. Aqui na Paraíba e em todo o Brasil eu acho que isto é uma realidade: a impunidade persiste.

Eu queria colocar uns pontos especificamente com relação à questão da instalação da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana. Sabemos que houve toda uma discussão aqui, mais cedo, sobre a questão orçamentária; e a gente, no movimento, discute desde o início que foi um retrocesso incluir três pastas de lutas tão importantes (*Palmas.*) numa só secretaria. Cabe refletir se R\$145 mil anuais dão conta de enfrentar o racismo na Paraíba; se R\$700 mil dão conta de enfrentar a lesbofobia e a homofobia em nosso Estado. Então, lutamos por uma política específica para mulheres, uma secretaria específica para mulheres; e queremos também que os movimentos de população negra e de populações tradicionais tenham garantia e orçamentos próprios e condizentes com o tamanho dessa luta.

Inclusive, acho que vale aqui colocar a questão da invisibilidade da violência contra as mulheres lésbicas, que além de sofrerem com a questão da violência, ainda sofrem com a invisibilidade, com a subnotificação dos casos, porque nós vivemos em uma sociedade conservadora, que não suporta que existam mulheres que gostem de mulheres, que amem mulheres; e homens que amem homens. (*Palmas.*) Isso, à beira do século XXI, é inaceitável.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a CRISTINA LIMA – E as políticas têm que ter esse recorte. Então, na verdade, uma questão em relação ao orçamento que queríamos colocar é: esse orçamento dá conta da luta das mulheres? Ele dá conta da luta das pessoas da população LGBT? Ele dá conta da luta da população negra e das comunidades tradicionais?

Bom, outra questão é que infelizmente ainda não estamos... esperamos ter logo o plano estadual de políticas para mulheres e os planos municipais, porque tentamos mapear. Não sei se existe algum Município que tenha plano municipal de políticas para mulheres na Paraíba, mas no que tentamos mapear, não encontramos. E esperamos ter logo o plano estadual, os planos municipais, aqui de João Pessoa, de Campina Grande e de todas as cidades que têm e que ainda vão ter mecanismos de políticas para mulheres, porque é a partir desses planos que vamos, como sociedade civil, poder monitorar e acompanhar a aplicação dessas políticas e a execução desses orçamentos.

Vou falar mais um pouquinho, só mais um pouquinho.

Eu queria só me deter um pouquinho na questão da violência sexual na Paraíba. Aqui no dossiê, tivemos o cuidado de fazer uma sondagem. Eu venho de uma organização, que é a Cunha Coletivo Feminista. Nós temos uma trajetória de 22 anos aqui e temos um trabalho de pesquisa na atenção às mulheres que chegam em situação de abortamento nos serviços de saúde.

Então, nesse sentido, eu queria abordar um pouco como está a situação aqui na Paraíba, porque eu fiquei preocupada, Secretário, quando o senhor não teve como responder precisamente sobre esses dados aqui no nosso Estado.

Existem quatro centros de referência especializados para prestar assistência às mulheres que sofreram violência sexual. São dois em João Pessoa. A gente tem um em Campina Grande e um em Patos. E aí nos surpreendeu... Só para dar um exemplo de como ainda falta divulgação sobre os serviços, como ainda falta conhecimento por parte da população sobre esses serviços, em Patos, no ano de 2012, um serviço que tem uma estrutura própria, montada para receber mulheres em situação de violência sexual, só recebeu um caso de violência sexual. Estamos em setembro e eu acredito que deve ter havido mais casos de violência sexual naquela região. Então, ficamos preocupadas sobre em que nível esses serviços estão sendo divulgados e as pessoas estão se apropriando desse tipo de serviço oferecido às mulheres em situação de violência sexual. (*Palmas.*)

Só mais uma coisa, falando de violência sexual. Eu me senti muito contemplada na sua fala, Hipernes-

tre, porque realmente, no Brasil, as mulheres que têm que recorrer ao aborto são criminalizadas, presas, processadas. E nós temos cerca de 2% de criminosos, no Brasil, que matam mulheres estando condenados. Isso é muito sério, porque se uma mulher precisa passar por uma situação ou tem direito ao aborto legal, por conta da questão do estupro, ou então se ela precisa recorrer ao aborto inseguro, essa mulher – no caso do aborto legal não – em situação de aborto inseguro pode ir para a cadeia. E nós achamos que quem tem que está na cadeia são os criminosos, os assassinos de mulheres. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Concluindo aí, Cristina, por favor.

A SR^a CRISTINA LIMA – Vou encerrar. Desculpe, eu me empolguei.

Então, em relação a essa questão da violência sexual só queríamos fazer algumas recomendações.

De quatro serviços, nós só temos oito Municípios que se utilizaram desses serviços, numa realidade de 223 Municípios na Paraíba. Então, isso significa 5% do total de Municípios na Paraíba dando resolubilidade aos casos de violência sexual.

Para fechar, queríamos questionar sobre essa questão que tem a ver com a questão do aborto, que é o Estado laico. Defendemos a laicidade do Estado. Hoje já tivemos uma discussão aqui sobre a questão da religião na execução da função pública. Vivemos num Estado laico, mas hoje estamos aqui na Assembleia Legislativa e temos um símbolo cristão acima de nós nos olhando. E eu queria saber até onde essa laicidade que temos na Constituição chega à realidade das mulheres.

Quando uma mulher recorre a um serviço de aborto legal, quando uma mulher vai a uma delegacia, quando ela vai a um juizado, pensamos como as questões culturais, religiosas, posicionamentos conservadores dos servidores que estão lá podem atingir essas mulheres. Então, isso impacta nos procedimentos que são realizados. Isso impacta, inclusive, quando tratamos de reconciliação, porque é questão cristã manter a família nuclear unida, acima de tudo, até acima da vida das mulheres.

Então, queria colocar, mais uma vez, que nós do Movimento Feminista... Esse documento foi construído coletivamente. Marcha, AMB, Rede de Mulheres, Fórum de Mulheres, UBM, várias articulações e organizações se juntaram. Nós podemos não acompanhar os serviços diretamente, mas estamos técnica e politicamente habilitadas para avaliar a situação de violência contra as mulheres no Estado e nos Municípios.

Só queria fechar colocando para vocês um lema do movimento, por mim, por nós e pelas outras: Todas e todos contra a violência contra as mulheres.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Cristina.

Queremos agradecer à Cristina, à Ângela e ao conjunto dos movimentos feministas, os movimentos de mulheres, que aqui apresentaram um relatório bastante abrangente da situação da violência contra a mulher e que será nossa referência.

Deixamos de registrar a Srª Irismar Batista, Coordenadora de Política para Mulheres de Santa Luzia; e a Srª Suêldes Araújo, Coordenadora de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher de João Pessoa.

Passamos, imediatamente, a palavra para as considerações finais ao Deputado Dr. Rosinha. Em seguida, à Senadora Ana.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigada, Presidenta.

Quero só registrar a importância desta audiência pública para nós da CPMI. Como disse, na minha primeira intervenção, nós não estamos para investigar ninguém, mas, sim, para observar as falhas do Estado brasileiro na execução de políticas públicas, e no caso específico, principalmente, de uma política pública contra a violência contra a mulher. É extremamente importante para nós.

Se vocês observarem, todos nós, na Mesa, ou entregamos as perguntas já feitas ou fizemos muito poucas perguntas, porque o objetivo nosso é mais ouvir do que perguntar, é mais obter documentos, obter informação do que perguntar. Então, as perguntas vinham no momento que entendíamos necessário para algum esclarecimento ou para acumular mais informações.

Sei que a visita de uma CPMI gera expectativas em vocês e em nós, porque nós também temos alguns limites e vamos tentar, com o relatório da nossa Relatora, Senadora Ana Rita, a quem vamos ajudar nesse relatório, aprová-lo. Que seja um relatório com um diagnóstico bastante próximo da realidade e com muitas propostas para serem analisadas pelos governantes estaduais, municipais, nacionais; e colocadas em prática. Então, o nosso objetivo é esse.

Hoje, com a demanda criada – e podemos dizer que passamos um pouco da metade da CPMI –, já estamos perguntando para nós mesmos: depois dela, que papel nós vamos assumir? Porque o Parlamento brasileiro também tem que assumir um papel concreto nesse processo. Se estamos fazendo uma análise da instituição pública, do Estado brasileiro, o Parlamento brasileiro está nesse contexto. Então, estou achando

que estamos trabalhando para gerar mais trabalho para todos, inclusive para nós.

Muito obrigado pela presença de todos e todas. (Palmas.)

Foi extremamente importante essa audiência pública. Fico muito agradecido. Ontem, um jornalista me perguntou como eu voltava de Queimadas e eu disse que voltava com a alma queimada, e não menti, porque...

(Interrupção da gravação.)

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 37 minutos)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 29ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião realizada em 29 de agosto de 2012, às 10 horas e quarenta e quatro minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as): José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB/GO), Cidinho Santos (PR/MT) e Sérgio Petecão (PSD/AC) e dos (as) Deputados (as): Candido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), **ONYX LORENZONI** (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira (PSC-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as): Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) e os (as) Deputados (as): Gladson Cameli (PP-AC), Síl-

vio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) e Deputados Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP), Bruno Araújo (PSDB-PE), Jilmar Tatto (PT-SP) e Antônio Imbassahy (PSDB-BA). Na oportunidade foram chamados a depor o Sr Paulo Vieira de Souza, que compareceu acompanhado de seu advogado, Glaucio Balduino dos Santos – OAB 29072/DF, e o assistente João Francisco Lopes Brontes – RG 24.725.774-6/SSP-SP, posteriormente, o Sr. Fernando Cavendish, amparado pelo HC 114.859 e acompanhado de seu advogado, Tércio Lins e Silva – OAB/RJ 16.165, oportunidade na qual valeu-se de sua prerrogativa de permanecer em silêncio; e, por último, **O SR. GILMAR CARVALHO MORAES** prestou seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito a V. Ex^{as} que tomem os seus lugares. Bom dia a todos. São 10 horas e 44 minutos. Peço à assessoria para se posicionar. Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem os seus assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Havendo quórum, antes de iniciamos os nossos trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 28ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está aprovada.

Informação importante a V. Ex^{as}. Esta Presidência comunica que, na manhã de hoje, o Secretário da Comissão, Dr. Dirceu Vieira Machado Filho, recebeu uma ligação telefônica da Sr^a Roseli Pantoja, que depôs nesta CPMI no dia 15 do corrente mês. De acordo com a Sr^a Roseli, no dia de ontem, por intermédio de um telefonema, ela e sua família foram brutalmente ameaçadas. No contato com o Dr. Dirceu, a Sr^a Roseli informou ainda que o seu ex-marido, o contador Gilmar Carvalho de Moraes, também vem, reiteradamente, sofrendo ameaças.

Lembro a V. Ex^{as} que, depois do depoimento da Sr^a Roseli, vários requerimentos foram aprovados no sentido de que também o contador Gilmar deponha nesta Comissão.

Esta Presidência solicitará, como já o fez, em expediente, ao Ministério da Justiça e aos órgãos competentes, proteção policial para a Sr^a Roseli Pantoja, seus filhos e seu ex-marido, ao mesmo tempo em que determina à Polícia do Senado para que, em regime de urgência, faça contato com o Sr. Gilmar Carvalho de Moraes para saber se há possibilidade da sua presença, em caráter extraordinário, nesta Comissão.

Feitos esses esclarecimentos e esses informes...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos às palavras pela ordem, para que todos nós possamos começar os nossos trabalhos.

Pela ordem, visualmente, Vanderlei Macris, Leonardo Picciani, Randolfe Rodrigues.

Vanderlei Macris, com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, ainda ontem, tivemos oportunidade de levantar, no final da reunião, esta questão da ameaça sendo feita ao Sr. Gilmar Carvalho de Moraes, que mostrou claramente que tem algo a falar, que está sofrendo esse tipo de ameaça e que pretende comparecer à Comissão. Então, seria importante que esse requerimento nosso, assinado por mim e pelo Relator Odair Cunha, que já foi aprovado, pudesse se resumir na convocação imediata do Sr. Gilmar, porque essa ameaça realmente é algo que precisa ser, de alguma maneira, considerado por esta Comissão e para que nós tenhamos a possibilidade de ele, estando presente, explicar, explicitar quais foram os caminhos seguidos pela organização criminosa dentro dessa face trágica e complicada de uma organização que, pelo que já foi dito, claramente se tem consubstanciado de forma mafiosa. E está aí mais um ponto que confirma esse tipo de postura por parte da organização criminosa.

Portanto, acho importante que ele seja convocado, se possível, ainda para hoje, para esse depoimento. Sem dúvida nenhuma, tem o apoio da nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está certo. A Polícia do Senado está localizando o Sr. Gilmar imediatamente. Posso garantir a V. Ex^a que, em comunhão com o Sr. Relator e com o Sr. Vice-Presidente, o primeiro novo depoimento da Comissão será o do Sr. Gilmar Carvalho.

Com a palavra o Sr. Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu creio que a providência de tentarmos fazer a oitiva da testemunha hoje é importante. Ela é uma boa medida.

Parabenizo a decisão de V. Ex^a, apoiada aqui pelos nossos pares, mas acho que temos outra obrigação.

A Sr^a Roseli veio a esta Comissão, prestou seu depoimento, colaborou com aquilo que foi solicitado pela Comissão. Salvo engano, ela veio até desacompanhada de advogados.

Acho que nos cumpre informar, via ofício, ao Serviço de Proteção a Testemunhas, do Ministério da Justiça, para que a vida e a integridade física dessas pessoas, desses cidadãos, possam ser preservadas.

Acho que essa é uma providência que esta CPI deve fazer, e deve fazer de imediato, uma vez que não devemos subestimar as ameaças.

Era essa a ponderação que gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a luminar orientação de V. Ex^a. A Secretaria me informa que o ofício já foi feito, mas a alusão mostra a inteligência e a sabedoria de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, no mesmo sentido, a inclusão de D. Roseli e do Sr. Gilmar no Programa de Proteção a Testemunhas. E considero que é fundamental e urgente ouvirmos, o quanto antes, aqui na CPI, o Sr. Gilmar, que me parece ser peça chave para os depoimentos que se têm de seguir.

Segunda questão, quero só reiterar a V. Ex^a e ao Relator a necessidade de apreciarmos, na próxima reunião deliberativa ou na reunião deliberativa que for marcada, os oito requerimentos, que ainda não foram apreciados, das empresas de fachada que receberam recursos da empreiteira Delta.

Por fim, Sr. Presidente, só uma indagação a V. Ex^a. Pergunto qual vai ser a ordem dos depoimentos agora, nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As indagações de V. Ex^a já foram anteriormente respondidas. A primeira...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PSOL – AP) – A última, a ordem dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A ordem dos depoimentos. Vou fazê-lo.

Primeiro, vamos chamar Paulo Vieira de Souza, que está aqui para falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero fazer uma observação, até porque a minha expectativa é de que nós possamos dar sequência a esses trabalhos e ter, enfim, o que o povo brasileiro espera de todos nós, que é um resultado que beneficia o País.

Houve uma manifestação, e eu ontem não me dirigi a V. Ex^a e a toda esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. Fazendo soar a campanha.) – Por favor, silêncio, para ouvir o Sr. Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não me dirigi, porque, quando chegou a minha vez de falar, o Líder do PT, Jilmar Tatto, já não estava aqui, e acho fundamental que ele ouça essa consideração para o bem dos trabalhos desta CPI. E diria mais, a nossa responsabilidade é com o País.

Eu diria que fiquei, não só chocado, mas, num primeiro momento, até revoltado. Apenas constatei algo que vínhamos dizendo, quando vi a declaração que foi publicada ontem no *Valor Econômico*, com aspas, atribuída nominalmente, de maneira clara, à fala do Líder do PT, que vai ao encontro, que traduz aquilo que era, foi e continua sendo a preocupação, não primária; a nossa maior preocupação é cumprir a nossa missão, é fazer com que a CPI produza os resultados.

E quero destacar que V. Ex^a tem sido extremamente imparcial, correto e tem cumprido a sua missão, dando o exemplo da grande figura pública que é.

Não quero diminuir nenhum dos outros pares nesse sentido, mas, desde o primeiro momento, manifestamos a preocupação de que sentíamos, percebíamos, por parte de alguns, uma busca de perseguição partidária, de querer fazer com que esta CPMI fosse dirigida a um partido. E, ontem, o Líder Jilmar Tatto me saiu com uma declaração extremamente infeliz, mas que traduz e justifica a preocupação que tivemos desde o início. Ele disse, de forma textual, abro aspas: “A CPMI do ponto de vista político cumpriu o seu papel ao fazer sangrar o PSDB. Com o fim do julgamento do STF, o que vai sobrar é a CPI. Para o PT, prorrogar é continuar sangrando o PSDB”. Ou seja, para o PT, prorrogar a CPI é continuar sangrando, é dirigir o trabalho do conjunto do Congresso Nacional para fazer uma perseguição política.

Portanto, peço ao Líder Jilmar Tatto que possa rever esse tipo de conceito, de posicionamento, porque eu até entendo que a CPMI começou a ganhar contornos mais produtivos. E é preciso que a gente vá nessa direção.

Quanto ao PSDB, não há de nossa parte nenhuma dificuldade de prorrogar. Pelo contrário, se alguém tentar nos sangrar, teremos sempre a tranquilidade de mostrar que temos o compromisso com a ética, com o trabalho, com a seriedade. Entendemos que ela pode justificar sua prorrogação para investigar mais a Delta, as empresas fantasmas e apurar aquilo que interessa ao País, que é o desvio do dinheiro público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir V. Ex^a.

Deputada Íris de Araújo.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, além das observações que foram feitas, inclusive com a informação que V. Ex^a nos traz a respeito da Sr^a Roseli Pantoja, eu, que conheço bem essa região aqui do Entorno, que é considerada, inclusive, uma das mais violentas do País, hoje a primeira notícia que ouvi na televisão é de que a Força Nacional vai passar a atuar aqui, auxiliando o Governo de Brasília. Causam-me bastante preocupação essas ameaças que estão acontecendo há muito tempo – já tive oportunidade de fazer aqui um relato a respeito –, mas principalmente no caso da Sr^a Rosely, porque ela veio aqui totalmente desguarnecida, sem advogado, sem segurança, sem nada. Pegou o ônibus e veio para cá. É uma mulher do povo. E ela pode estar sujeita, sim, a um acontecimento dessa natureza e que em nada vai contribuir para nós, membros da CPI, para a CPI como instituição.

Então, acho que essas providências, como disse o Deputado Picciani, devem ser tomadas. Devemos encarar isso com muita seriedade. Ao mesmo tempo, temos de levar em consideração que, como disse a Procuradora, o crime organizado continua organizado.

Essa é a observação, a contribuição que eu gostaria de fazer, aqui, com essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Invocando o art. 14, Líder do PT, Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras, faço uma avaliação positiva desta CPMI, diferente, muitas vezes, daqueles que acham que ela não está cumprindo seu papel. Ao contrário, esta CPMI, a sua instalação e a produção de várias reuniões fizeram, por exemplo, com que em nenhum momento pudesse haver a necessidade ou a manobra da cassação, por exemplo, do Senador Demóstenes Torres, do DEM. Esta CPMI conseguiu e está conseguindo apurar, através da transferência de sigilos e através das análises do trabalho que o Relator está fazendo e de todos os outros Deputados e Senadores, no sentido de aprofundar a investigação relacionada ao crime organizado do Carlinhos Cachoeira e principalmente daqui do centro do Estado.

Nobre Deputado Domingos Sávio, quando eu dei essa declaração ao jornal *Valor*, eu dei essa declaração com tristeza, porque eu tenho uma avaliação política, e a apuração da CPMI está deixando cada vez mais claro o envolvimento muito forte de políticos do PSDB; do DEM, mas do PSDB. E são políticos de alto escalão, a começar pelo Governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB. E, quando dei essa declaração... Que veio

aqui, inclusive, fez um *show*, pirotecnia. Acho, inclusive, que tem de voltar aqui de novo. Acho que tem de voltar aqui de novo.

A declaração que dei ontem foi em função do que o irmão dele... Veja: o Carlinhos Cachoeira foi preso na casa que ele vendeu ou comprou. É uma confusão aquela casa, que pelo amor de Deus... Está certo?

Os delegados que estiveram aqui disseram claramente que uma parte do Governo do Marconi Perillo, que é do PSDB... Por isso, falei que o PSDB está sangrando. E falo isso com tristeza, porque é muito triste um partido do naipe do PSDB, o segundo ou terceiro Partido do País, estar envolvido nessa quantidade de maracutaia. E todos os indícios do crime organizado estão envolvendo gente do PSDB.

Por último, o irmão... Veja, nós já falamos da casa do Perillo, falamos de várias secretarias envolvendo o esquema do Cachoeira no Governo do PSDB de Goiás, e, agora, o irmão do Governador Marconi Perillo servindo como tráfico de influência.

Por isso, dei uma opinião política. A minha opinião política, que vai ser objeto de uma reunião administrativa, que nem discuti com a minha bancada e sobre a qual vamos, evidentemente, conversar, é a de que temos de ouvir o Relator, principalmente, para saber se haverá tempo e condições de se apurar tudo que está sendo levantado em relação a essa investigação.

Foi nesse sentido que dei a declaração. Dei a declaração e não sou daqueles que ficam torcendo para arrumar maracutaia; não sou daqueles que ficam torcendo para procurar irregularidade; não sou daqueles que ficam torcendo para que políticos estejam envolvidos em crime organizado, de forma alguma!

Acho que esta CPI está no rumo certo, está ouvindo todo mundo. Acho, inclusive, como falei da outra vez, que temos de chamar o Policarpo Júnior. Isso nada tem a ver com liberdade de imprensa, porque isso nós temos de defender. Todos os depoimentos aqui, todos, todos. Ontem mesmo, o Pagot. O Pagot, ontem, veio aqui e falou desse jornalista. Sobre ele há mais de 200 citações, e esta CPI, por enquanto, ainda não convocou o Policarpo Júnior. Por que ele é jornalista? Ué, se nós estamos convocando Senador, governador, se estamos chamando empresários, se estamos chamando deputados, por que não chamar um jornalista?

Então, em função disso, fiz uma avaliação política, porque ainda tenho esse direito, conforme o mandato que o povo me deu. Falo o que eu acho que devo falar. E acho realmente que o PSDB está sangrando. Vejo com tristeza isso, mas é um dado da realidade.

Sávio, eu respondi?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Invocando o art. 14...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Sr. Presidente, em seguida, tenho uma comunicação inadiável a fazer a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– V. Ex^a o fará em seguida.

Invocando o art. 14 do Regimento, tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, para a minha tristeza, vejo que de todos nós e acho que do País, ao ter a preocupação de trazer o assunto, eu o fiz, porque eu tenho absoluta clareza de que o objetivo desta CPMI, e o que o País espera de nós, é que possamos nos aprofundar nas investigações que envolvam, não só o crime organizado a partir da quadrilha do Sr. Carlinhos Cachoeira, mas, especialmente, desvio do dinheiro público, atos de corrupção ativa e de corrupção passiva.

Quando trago a matéria – e a trago de forma clara, transparente, direta, sem ofensa –, eu o faço para que a gente retome o caminho do respeito, do trabalho em prol do País. E o que ouço de volta é mais agressão ao meu Partido, agressão absolutamente infundada! A colocação feita de que políticos do PSDB estão envolvidos é absolutamente absurda!

Foi feita uma colocação imputando ao Governador de Goiás envolvimento de natureza direta, e ficou absolutamente provado o contrário! Ficou absolutamente provado que a única razão pela qual ele veio aqui foi por ter vendido uma casa de sua propriedade, o que ele anunciou publicamente, fazendo toda a transação de maneira pública e explícita. Chegou-se ao ponto de se convocar até o decorador dessa casa, para tentar imputar alguma relação ou culpa, e nada, absolutamente nada se provou! Tentou-se requestrar, agora, novamente, algum tipo de agressão, atribuindo ao seu irmão um diálogo de um possível pedido que jamais se consumou, que jamais se realizou, que nenhuma relação tem e que sequer ocupa qualquer cargo dentro da estrutura do Governo de Goiás. Absolutamente agressivas as palavras que acabo de ouvir, mas eu não comentarei sequer, apenas dizendo são injustas, são absurdas.

E, ao atacar o PSDB, dizendo que o PSDB está sangrando, a gente vê a tática que sempre ocorreu de simplesmente desviar as coisas. O que nós estamos vendo, neste momento, é o País inteiro assistir ao julgamento do mensalão. No passado, dizia-se que quem estava acusando, quem estava apontando o dedo, quem estava dizendo que havia crime de corrupção era a oposição, era o PSDB; hoje, é o Supremo Tribunal Federal, com absoluta imparcialidade, isenção, dessa

Corte – composta de vários ministros nomeados pelo próprio Presidente Lula que respondem a uma acusação formada pelo Procurador-Geral, que foi nomeado pelo Presidente Lula, e com a imparcialidade que deve ser da Justiça –, que prova para o povo brasileiro: houve, sim, corrupção; houve, sim, todo tipo de desmando. E, agora, nós é que estamos sangrando.

Neste momento, o que queremos com esta CPMI é que ela investigue, como ocorreu na CPMI dos Correios. Naquela ocasião, muitos brasileiros diziam: “Não vai dar em nada, vai dar em *pizza*!”. Hoje, nós estamos vendo que a *pizza* vai assar no xadrez, para aqueles que roubaram o povo brasileiro. Vão presos, sim. Essa é a nossa esperança, e o Supremo caminha para isso. Esta CPMI tem que ir nesta direção: apurar os desmandos.

E, hoje, está prevista a vinda do Sr. Fernando Cavendish. Agora, que nós queremos nos aprofundar nas contas fantasmas, queremos nos aprofundar no desvio do dinheiro público, vem, novamente, essa linha de ataque de dizer: “Ah, o PSDB está sangrando.”, “Olha, essa CPMI é para investigar o quintal da casa do fulano ou do ciclano.”.

Esta CPMI não pode ter essa coloração partidária, Sr. Presidente. Eu, aqui, não me referi, nominalmente, a ninguém nesta minha fala, mas apenas destaco e defendo o meu Partido – e nem me referi a nenhum outro partido –, mas defendo o meu Partido, porque tenho a consciência tranquila de que o PSDB cumpre a sua missão para com o País, ao ser, aqui, hoje, eu diria nem oposição, resistência. É tão diminuto o nosso número que nós somos resistência, para que o País ainda possa dizer: “Respiramos democracia.”.

É por isso, Sr. Presidente, que é algo absurdo atribuir esse sangramento que a gente vê ao PSDB.

O que nós queremos – e que, de repente, desvia a conversa – é que o Sr. Relator convoque, agora, sim, o tesoureiro da campanha da Presidenta Dilma, porque, num primeiro momento, ele achou que não precisava. O depoimento de ontem provou o equívoco. Ontem, o depoente deixou claro: o Sr. Paulo não pediu nada para a campanha, mas o Sr. De Filippi pediu, pediu que ele fosse a campo, e, mais do que isso, isso se consumou. O dinheiro foi arrecadado de empresas que tinham empenhos a serem pagos ainda, com propósito eleitoral. Ou será que podemos dizer, claramente, eleitores? Então, convoquemos o De Filippi. Isso não é fazer perseguição partidária, é trabalhar com os fatos, com a realidade.

Portanto, se há alguém sangrando, não é o PSDB. E a imprensa, no Brasil, felizmente, é livre, ainda, e está atenta, não vai se deixar levar por esse tipo de provocação ou de cortina de fumaça. Enquanto se descobrem os malfeitos, tenta-se trazer, novamente,

com determinados tipos de arroubos, a colocação de que quem sangra é o PSDB.

Então, eu não vou me referir a partidos ou a colegas Deputados. Eu me refiro ao princípio da verdade, da ética. Que esta CPMI siga o seu caminho, sem perseguição partidária, para sangrar A ou B com esse tipo de interesse.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, comunicação...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Questão de ordem. Não, eu não estou fazendo o pedido da inscrição. Eu estou pedindo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – (Inaudível)...Identificável, é o Deputado Glauber Braga que está me pedindo a questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a, com todo o respeito e admiração que tenho a V. Ex^a, vai me dizer o artigo.

Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, eu estou fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a vai me dizer o artigo, porque, agora, eu só aceito questão de ordem com o artigo proveniente do Regimento Comum. E vou fazer uma concessão única e última a V. Ex^a, pela admiração que tenho a V. Ex^a. V. Ex^a vai me pedir a palavra pela ordem, e eu vou dar a palavra pela ordem a V. Ex^a, porque somente assimilarei se V. Ex^a me disser, nominalmente, o número do artigo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com todo o respeito que eu tenho a V. Ex^a e pelo comportamento que V. Ex^a tem tido também nesta Comissão, de maneira isonômica com todos os Parlamentares, espero que V. Ex^a não tenha para com este Parlamentar um comportamento diferente do que tem tido em todos os meses de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Faço aqui uma questão de ordem, sim, que tem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Invocando qual artigo, Deputado?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Posso invocar aqui um conjunto de artigos, o nº 95, seja ele qual for. Posso, aqui, dizer, inclusive, que é uma questão de ordem que tem natureza sistêmica, onde você vai avaliar o Regimento da Câmara com o Regimento do Senado, em conjunto com o Regimento Comum.

Mas eu, antes até de fazer a questão de ordem, me dirijo com todo o respeito a V. Ex^a, pedindo que a sua postura seja também isonômica, porque eu não

vi de V. Ex^a esse mesmo comportamento, nos últimos meses, com os vários Parlamentares que fazem o pedido de questão de ordem, aqui nesta Comissão. Então, peço minimamente o respeito de V. Ex^a.

Em segundo lugar, não estou aqui como Parlamentar e como Deputado para protagonizar ou para ficar verificando. Isso, sim, exigiria de V. Ex^a uma postura bastante contundente, pois seria o caso de um Parlamentar fazer uma crítica a outro Parlamentar ou a outro partido para, depois, invocar o art. 14 e, dessa forma, ficar monopolizando uma discussão que em nada vai contribuir com a CPMI. As discussões políticas são da natureza da política, são da natureza da CPMI também, agora, isso não quer dizer, de forma alguma, que eu, como Parlamentar, não tenha o direito de saber o procedimento que vai ser adotado para a oitiva que vai ser realizada hoje: quem vai ser ouvido; se a relação de inscrição que está sendo feita aqui é única e exclusivamente para os Líderes partidários ou para aqueles que se inscreveram; se essa relação vai esperar que os depoentes possam, aqui, entrar para que dêem seus depoimentos.

Então, espero de V. Ex^a que tenha com este Parlamentar um comportamento isonômico, porque nunca vi V. Ex^a – esta é a primeira vez que tenho a oportunidade de ver – dispensar um tratamento pouco isonômico com um Parlamentar nesta Casa.

Dessa forma, faço a minha questão de ordem a V. Ex^a, que, basicamente, é a seguinte: qual vai ser o procedimento adotado na reunião de hoje? Nós vamos ouvir os depoentes? Nós vamos ouvir a lista de inscrição de todos que estão aqui colocados, com os Líderes partidários em primeiro lugar? Ou nós vamos esperar que os depoentes possam, aqui, fazer o seu pronunciamento para que, aí, sim, os Líderes partidários e as inscrições sejam obedecidos?

É única e exclusivamente uma questão de ordem para saber qual o procedimento que será adotado na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a tem toda a razão de questionar o ordenamento dos nossos trabalhos e aí poderia fazê-lo em questão de ordem. A dificuldade de V. Ex^a foi em relação ao assessoramento para me dizer, e, assim, deferir a questão de ordem, porque esta Presidência precisa saber do Parlamentar que questiona a ordem dos trabalhos o artigo sobre o qual está questionando.

O que pedi a V. Ex^a, com a isonomia e a elegância com que trato todos os Parlamentares, é exatamente que me traga o número do artigo a que se refere, ou do Regimento Comum ou dos outros Regimentos, da Câmara e do Senado. V. Ex^a sabe que, durante a primeira parte dos nossos trabalhos, nós tivemos uma afluência

muito grande das questões de ordem. Na segunda parte dos nossos trabalhos, estamos oferecendo, a cada um e a todos os Parlamentares, a palavra, indistintamente, pela ordem, porque achamos melhor, para o exercício e o fluxo dos nossos trabalhos, o Parlamentar pedir a palavra, pela ordem, porque imediatamente eu transfiro ao Parlamentar a palavra, pela ordem, e não faço ao Parlamentar a invocação do artigo regimental, facilitando, assim, o fluxo do nosso trabalho.

Por isso, tenho dito, aqui, de uma forma muito isonômica, usando o termo de V. Ex^a, que, quando o Parlamentar me questiona pela ordem, facilita a dinâmica desta Presidência com o Parlamentar. Mas V. Ex^a me arguiu o encaminhamento e o ordenamento dos nossos trabalhos. E aí V. Ex^a tem toda razão, porque é o ordenamento e o encaminhamento dos nossos trabalhos, que vão continuar sendo, Deputado Glauber, da mesma forma como o foram desde a primeira reunião.

E eu tenho, aqui, ainda, para ouvir o Deputado Miro Teixeira, o Senador Pedro Taques, o Senador Alvaro Dias, o Deputado Mendes Thame...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues... E vou ouvir todos pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Porque são os senhores que decidem o destino desta reunião.

Eu tenho aqui alguém que não veio com *habeas corpus*, chamado Paulo Vieira de Souza.

Tenho aqui Paulo Vieira de Souza, que não veio com *habeas corpus* e quer falar. Por isso que, monocraticamente, ele vai falar primeiro. É decisão desta Presidência, para beneficiar quem quer falar.

Depois, para comunicação, inclusive foi em atenção ao Deputado Miro Teixeira, que me trouxe, de pronto, a sugestão, tenho agora a notícia da Polícia do Senado de que o Gilmar Carvalho foi localizado e está vindo depor, hoje, na CPI.

Agora, se os senhores abrirem mão, imediatamente eu trago aqui os depoimentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou abrindo mão, Sr. Presidente, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, efetivamente, a disciplina...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me terminar, por favor, a questão de ordem, aceita por esta Presidência, do Deputado Glauber.

O ordenamento dos nossos trabalhos será o seguinte, como sempre foi: chega; nós vamos receber; vamos definir; a testemunha vai falar; o Relator vai arguir; os autores vão questionar; depois V. Ex^{as}, que estão inscritos, vão questionar; os Líderes, após três questionamentos, vão fazer. Exatamente como foi durante todas as reuniões. Não há nenhuma alteração. A única alteração é que eu prestigiei quem quer falar, colocando hoje.

Está aceita a questão de ordem de V. Ex^a, com a reiterada admiração à sua juventude e à sua inteligência.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Eu reitero também, Presidente, a admiração por V. Ex^a e tenho certeza de que o tratamento isonômico a todos os Parlamentares foi sempre o comportamento de V. Ex^a e vai continuar sendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade, é o meu postulado e é o meu compromisso com esta Comissão. É o meu postulado e é o meu compromisso.

Deputado Miro, com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com relação ao caso da D. Roseli e do Sr. Gilmar, que já estão vindo aí, eu ia propor a V. Ex^a até que requisitasse helicóptero da Polícia Federal, mas me parece que é desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Polícia do Senado é competente e já vai trazer.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já está providenciado.

A outra coisa, Presidente, é com relação à transferência dos nossos sigilos para o Ministério Público, porque ficou aprovado aqui quando esteve a Dr^a Léa presente. Gostaria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não recebi ainda nenhum comunicado do Ministério Público solicitando o compartilhamento. Foi isso que eu acordei com o Ministério Público. Eles precisavam pedir o compartilhamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Além da manifestação verbal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Além da manifestação verbal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E, finalmente, nós recebemos 260 ou 280 mídias, totalizando um 1 terabyte de dados. Isso está sendo injetado em três computadores. Há 12 parados ou 10, que dependeriam da ordem de V. Ex^a para o rompimento do lacre do plugue USB, para que possa ser injetado em todos, de tal maneira que os Parlamentares tenham acesso a esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A ordem já está dada imediatamente. V. Ex^a já deu a ordem por mim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está passada diretamente, aqui, ao Dirceu. Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, rapidamente, sem me preocupar com o sangramento do PT ou do PSDB, estou preocupado com o fato de que essa senhora pode sangrar com um tiro na cabeça, alguma coisa assim. Ela será trazida aqui?

É muito mais efetivo – além de ofício; ofício vai demorar, vai para o Correio, demora – que ela possa ser trazida aqui para que possamos, rapidamente, na sala da CPI, fora, saber efetivamente o que ocorreu. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi entregue à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas ofício é muito pouco; isso demora, Sr. Presidente; é uma burocracia. Há algo mais efetivo? Que ela venha, fique na sala da CPI, e que nós possamos ouvi-la e encaminhá-la, fisicamente, antes que ela morra e sangre.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., o.k.

Obrigado, Pedro.

Mendes, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, muito rapidamente quero dizer que participei, nestes meus seis mandatos e inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito, algumas que tiveram, inclusive, um grande resultado, como a do Mensalão, essa dos Correios, que gerou um relatório que foi encaminhado ao Ministério Público e está hoje resultando nesse julgamento histórico do Supremo.

E fico surpreso com as declarações do Líder do PT. O Líder do PT é Líder do PT durante 24 horas. Depois das 18 horas, ele não deixa de ser Líder do PT e passa a ser um mero Deputado como qualquer um de nós. Ele é Líder do PT o tempo inteiro. Então, as suas declarações são as que refletem a Liderança do PT, e a sua última declaração revelou uma distorção e um desconhecimento das funções do Congresso, das funções da Câmara dos Deputados e deste instrumento, que é a CPI.

A CPI é um instrumento de fiscalização, visando a melhorar o Estado brasileiro, a fortalecer as instituições, a melhorar a vida das pessoas. Não é um instrumento de vindita, nem de perseguição de um partido.

É evidente que, no decorrer da CPI, um partido pode auferir ganhos políticos, mas essa não é a finali-

dade. Colocar como finalidade de uma CPI a instalação de um procedimento de uma CPI, até a prorrogação ou não da CPI, colocar como finalidade fazer sangrar um partido adversário é uma gravíssima distorção. Durante todos esses anos, nunca vi uma declaração política tão sórdida, tão deletéria quanto essa do Líder do PT.

Por isso, acredito que V. Ex^a tem um papel fundamental: tomar esta CPI o rumo devido.

O rumo devido qual é?

É seguir o dinheiro, procurar o dinheiro, fazer a quebra do sigilo das oito contas que ainda não foram quebradas, requerimento do Senador Alvaro Dias, quebrar para saber não apenas se o dinheiro foi desviado da Delta para essas contas fantasmas, para essa citrografia imensa que caracteriza essa empresa que se apossou, que conseguiu abocanhar, conseguiu capturar uma parte do Estado brasileiro, mas saber daí dessas contas fantasmas para onde foi o dinheiro.

Se nós não fizermos isso, é sinal de que esta CPI está de joelhos, está com medo, não está querendo realmente investigar. Esse é o objetivo fundamental nosso agora e, se necessário, de uma prorrogação.

Por isso, temos de ouvir os depoentes, deixar esses casos, como essa declaração do PT, como algo absolutamente insólito, mas não pode ditar o andamento desta CPI. Solicito que V. Ex^a use o seu poder como Presidente para dar início às oitivas de hoje e dar encaminhamento a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, solicitei reinscrição, porque trago informação importante para esta CPI.

Já se encontra na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o documento da 5ª Vara da Justiça Federal do Estado de Goiás, de S. Ex^a o Dr. Alderico Rocha dos Santos, Juiz de Direito, relativo aos atos de constrangimento que S. Ex^a sofreu da Sr^a Andressa Mendonça, esposa do Sr. Carlos Cachoeira.

Junto a esse documento, que já se encontra na CPI, está o famoso bilhete de ameaça da Sr^a Andressa e o auto de apreensão de documentos na residência da Sr^a Andressa, de documentos e de equipamentos de mídia eletrônica. Dentre esses equipamentos, há um aparelho de telefone celular, *tablet*, computador pessoal, mas chama a atenção, no auto de apreensão, o Documento nº 16, um instrumento de procuração, tendo como outorgante Mestra Administração e Participações Ltda, e outorgada, Andressa Alves de Mendonça Moraes.

Esses documentos, Sr. Presidente, são indispensáveis para esta Comissão Parlamentar de Inquérito; em especial, essa procuração.

Então, a solicitação que faço a V. Ex^a e ao Relator é para, o quanto antes, comunicar à Polícia Federal que, tão logo se proceda à perícia por parte da Polícia Federal, sejam encaminhados para esta CPI os CDs, mídias eletrônicas, cópia do conteúdo do *tablet* da Sr^a Andressa e, em especial, essa procuração, visto que essa procuração se refere a uma procuração outorgada à empresa Mestra, já citada e envolvida nas investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ainda, Sr. Presidente, dos sigilos chegados a esta CPI, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr. Senador, me permita... Por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São duas etapas, e é importantíssima a arguição que V. Ex^a faz, como todas as arguições que faz.

V. Ex^a está formalizando essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já formalizou ou estaria formalizando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não, eu estou comunicando à CPI. Agora, de imediato, posso formalizar para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, faça isso, até para conhecimento do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já requisitou?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, esse material foi requisitado na última reunião administrativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O auto de apreensão?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Inclusive. Não, não o auto de apreensão, o material apreendido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O que foi apreendido, após periciado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Porque é muito importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Porque esse material é da maior importância para esta CPI. Reitero: em especial essa procuração.

A outra, a segunda parte, dos sigilos chegados a esta CPI, acabei de ser informado de que não chegou ainda o sigilo da empresa Adécio & Rafael. O sigilo, em especial, do banco Itaú Unibanco. Esse sigilo, que é importante, indispensável para esta CPI, ainda não está aqui. Eu solicito ao senhor, à Presidência e

ao Relator da CPI, reiterar: entre os sigilos da Adécio & Rafael, também existe o sigilo no Sicoob. E a informação que tenho é que o Banco Central, ao pedir o sigilo da Adécio & Rafael, não solicitou o sigilo desse banco. Eu peço a V. Ex^a para alertar o Banco Central para proceder à imediata comunicação para encaminhamento dos sigilos que estão faltando a esta CPI.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós aprimoramos a nossa relação; nós já estamos fazendo diretamente ao banco, no caso o banco Itaú Unibanco. Já vamos fazer diretamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. O segundo é do Sicoob. O Sicoob é que está fora. O Itaú Unibanco ainda não recebeu a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos fazer diretamente ao Sistema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ótimo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aos dois bancos diretamente, porque o fluxo diretamente da CPI ao banco tem uma dinâmica maior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ótimo. Característica da competência de V. Ex^a na condução desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado. Divido com V. Ex^a.

Convido para compor a Mesa o Sr. Paulo Vieira de Souza, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 522. *(Pausa.)*

Esta Presidência relembra a V. Ex^{as} que cada depoente, convidado ou convocado, recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo.

Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões do seu comparecimento perante este colegiado e pode preparar a sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais de se manter em silêncio.

Em decorrência do Requerimento nº 522, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, comparece a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Sr. Paulo Vieira de Souza.

Resumidamente, os argumentos apresentados no Requerimento do Deputado acima mencionado são os seguintes – abre aspas:

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE – SP) abriu investigações [...], com o objetivo de apurar indícios de superfaturamento nas obras de ampliação da Marginal Tietê, em São Paulo (SP), entre as quais às do denominado Lote 2, realizadas pelo Consórcio

Nova Tietê, do qual a Delta Construções Ltda. fez parte.

Ainda segundo o Deputado Dr. Rosinha – aspas:

Paulo Vieira de Souza, [...] Diretor de Engenharia da Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A, no período de 2007 a 2010, foi um dos responsáveis pela contratação do Consórcio Nova Tietê.

Para a obra de ampliação da Marginal Tietê, ainda consoante o requerimento do Deputado Dr. Rosinha – abrem aspas:

Aparecem como responsáveis por este contrato, conforme atesta publicação do Tribunal de Contas 13 de setembro de 2011, Délson José Amador, que foi Superintendente do DER e da Dersa, e Paulo Vieira de Souza [...] Ambos são citados na Operação Castelo como suspeitos de terem recebido, enquanto agentes públicos, propinas da construtora Camargo Corrêa.

Aduz, por fim, o Deputado Dr. Rosinha que, segundo a matéria publicada na revista *Istoé*, Luiz Antônio Pagot, ex-Diretor do DNIT, afirmou, em meados de 2009, que o então Diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza solicitou uma audiência no DNIT, com o propósito de convencê-lo – a ele, Pagot – a liberar mais recursos para a conclusão do trecho sul do Rodoanel.

O depoente, na condição de convocado, o Sr. Paulo Vieira de Souza, comparece a esta CPI, sem haver solicitado *habeas corpus* ao Poder Judiciário – repito, sem haver solicitado *habeas corpus* ao Poder Judiciário.

Esta Presidência tem a expectativa de que S. S^a contribua para as investigações.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Vieira de Souza para, no tempo que achar conveniente e necessário, expor as suas razões.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, é na condição de testemunha. É isso, não é? (Pausa.)

Obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Bom dia a todos.

Exmo **O SR. PRESIDENTE**, Senador Vital do Rêgo, Exmo Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira, Exmo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, Exmas Sr^{as} Senadoras, Exmos Srs. Senadores, Exmos Srs. Deputados, Exmas Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras, uma vez convocado a prestar testemunho perante esta CPMI, não poderia deixar de comparecer e agradecer a oportunidade de prestar os esclarecimentos solicitados, como também sobre as sucessivas acusações

inverídicas, através de fatos reais e verdadeiros, com documentos comprobatórios a serem entregues na presença de todos no dia de hoje.

Compareço com o espírito de colaboração, com o máximo respeito aos Srs. Deputados e Senadores, visando esclarecer quaisquer dúvidas que possam restar quanto às questões que foram objeto da minha convocação.

O que conquistei em minha vida, nos estudos e no campo profissional, nada mais é do que a minha gratidão pelas oportunidades que recebi. Decidir e assumir, eis um binômio que sempre pautou a minha vida. Jamais me furtei às minhas responsabilidades, aos meus compromissos, na defesa da minha crença e do que acredito.

Assumi livremente, e não por qualquer imposição, o desafio de participar da gestão da construção de uma das maiores obras de infraestrutura deste País: o Rodoanel Trecho Sul e a nova Marginal Tietê, entre tantas outras que tive o prazer e a satisfação de participar. Participei de uma equipe multidisciplinar que acreditou e se empenhou ao máximo, derrubando o paradigma de que a burocracia estatal não poderia ser vencida pela inteligência humana e pela satisfação pessoal de realizar e tornar reais projetos importantíssimos para o desenvolvimento do Brasil.

Por ter assumido o desafio e alcançado resultado, posso afirmar que a satisfação foi infinitamente maior do que todas as críticas, inverdades e ilações que foram veiculadas.

Dificuldades foi o que mais tivemos, mas a superação e a firme disposição em enfrentá-las e buscar a perfeita interação e integração entre as várias áreas e esferas do governo foi o que prevaleceu.

O respeito a todos, estrita legalidade, a transparência de conduta, o atingimento ao interesse público, o comprometimento com os prazos, o cumprimento de metas e a coragem para assumir desafios, creio que tudo isso foi o que permitiu o êxito do nosso trabalho.

Prestar esclarecimentos, comparecer perante o Senado da República, perante a Câmara dos Deputados, perante o Ministério Público, perante as Cortes de Contas, perante a Procuradoria-Geral do Estado, enfim, todas as áreas e esferas do Governo foram caminhos que sempre percorremos por acreditarmos e estarmos convencidos de que foi feito o necessário, e não apenas o que era possível.

Existem homens que lutam 1 dia e são bons; existem outros que lutam 1 ano e são melhores; existem aqueles que lutam muito, e muito mais, e são muito bons, porém, existem os que lutam toda a vida. Esses são imprescindíveis. Quando você passa a ser uma pessoa diferenciada na administração, tendo influência

na decisão pertinente, quando sua palavra é respeitada e desfruta da confiança de todos, ninguém está imune a ataques e a enfrentar turbulências, dilúvios, quando você opina e decide. Quando se está no olho do furacão, em pleno combate, com adrenalina a mil, enfrentando lutas sucessivas, podemos nos machucar. É muito difícil resistir a uma saraivada de denúncias mendazes, loucas e caluniosas. Terá que ser muito forte para resistir à calúnia.

Cada homem é o ferreiro da sua própria sorte.

Eu pediria licença aos Srs. Senadores e Deputados, se me permitirem, para ler o meu breve currículo profissional, se vocês, se V. Ex^{as} acharem que é o momento exato.

A minha primeira atividade profissional foi aos 10 anos, quando eu resisti ao traste de engraxate de rua, na cidade de Taubaté, na qual a Praça Dom Epaminondas era dominada, e eu resolvi trabalhar lá como engraxate. Se passaram anos, me formei professor, dei aula em todos os colégios nos quais estudei.

Sou formado em Engenharia Civil pela Universidade de Taubaté. Durante 20 anos, atuei no setor privado, construí a grande maioria de Shopping Centers Iguaçu do Brasil, fui sócio de Alfredo Mathias e, depois disso, construí 3 mil apartamentos no Estado de São Paulo, de baixo padrão, médio padrão e alto padrão.

Fui fundador... Trabalhei 2 anos como funcionário em duas empresas, uma como ícone de São Paulo, Construtora Alfredo Mathias, e a outra, a Engeral Engenharia e Obras.

Fui fundador de seis empresas. Em todas elas, eu assumi a função de gestor, fui fundador, criador e executor, e todas elas estão fora da atividade, no momento em que eu decidi, por livre e espontânea vontade, por convite, assumir a gestão pública.

Todo o meu patrimônio que consegui na minha vida, já quando assumi o setor público, já faz parte da minha declaração de Imposto de Renda.

Fui convidado a trabalhar no Metrô de São Paulo como Diretor de Custos e Planejamentos durante 4 anos pelo Presidente Antonio Sergio Fernandes.

Fui responsável pela aprovação, no Banco Mundial, da Linha 4 do Metrô.

Após isso, fui para o Ministério das Comunicações, não no Ministério, mas na Companhia Telefônica Borda do Campo, a convite de Sérgio Motta, para se iniciar a privatização do sistema.

Após isso, por indicação do hoje Senador Aloysio Nunes Ferreira, vim ao Palácio do Planalto, trabalhei na Casa Civil da Presidência, com um dos gestores que eu considero um ícone do setor público, Ministro Pedro Parente. O que fiz ali? Fui coordenador de cinco programas: Programa Brasil Empreendedor, naquela

época, em 1999, pouco se falava em recursos, foram 30 bilhões, coordenando, do segundo escalão, 17 Ministérios e 12 autarquias no Palácio do Planalto, no 4º andar; Programa Brasil Empreendedor, Programa de Crédito Orientado; na crise energética, cuidei de 30% do reabastecimento da crise em conjunto com o Ministro Pedro Parente. Fui também coordenador do Trabalho Solidário, fui indicado também conselheiro da Valec. Fiquei lá por um ano e meio.

Após a presidência, passei a ser convidado por Dario Rais Lopes, Secretário e Presidente da Dersa e fui trabalhar na função de Diretor de Relações Institucionais. Durante dois anos, a única obra que o governo Geraldo Alckmin aprovou, executou e inaugurou foi exatamente Jacu-Pêssego em um consórcio, em um convênio – me desculpem – com a Prefeitura de São Paulo.

Após isso, em 2007, tornei-me Diretor de Engenharia da Dersa e cuidei dos seguintes empreendimentos: Rodoanel Mário Covas – trecho sul, Nova Marginal Tietê, Complexo Viário Jacu-Pêssego – trecho sul, Complexo Viário Jacu-Pêssego – trecho norte, Parque Jacuí, Trevo da Ragueb Chohfi, Estrada Parque, implantação da ciclovia em São Paulo, restauração de toda pavimentação do Centro Expandido, ligações entre a Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto, prédios do Pelotão da Polícia Ambiental, Agência Ambiental, obras e serviços em todos os Municípios limítrofes ao Rodoanel, travessia Santos-Guarujá.

E, assim mesmo, creio ser um desconhecido da classe política.

Recebi em nome da minha equipe – uma equipe que trabalhava matricialmente, apelidada carinhosamente como Pelotão de Elite da Dersa – os seguintes títulos, em homenagem à minha equipe porque, como todos nós sabemos, quem faz gestão no Brasil não faz gestão sozinho. Fui o único engenheiro do interior do Estado e na história do Instituto de Engenharia que não era governador, nem prefeito, nem secretário e nem presidente. Recebi o título de Engenheiro Eminentíssimo do ano de 2009. Sou o único engenheiro do interior do Brasil que recebeu esse título. Recebi o título de Líder Empreendedor da Confederação Latino-Americana do Comércio. Recebi a medalha em nome da minha equipe e em nome pessoal do cinquentenário da Polícia Ambiental. Talvez seja um dos poucos engenheiros da área civil que tenha essa honraria. Recebi a medalha do cinquentenário também da Polícia Rodoviária, Troféu Top of Business dos dez melhores gestores públicos.

Todos esses títulos, nada mais nada menos, representam o reconhecimento de todos os órgãos por uma equipe que trabalhou realizando obras de grande porte. Calculo eu que, em termos de rodovia, executa-

mos, em 34 meses, 400km de rodovia. Vou me silenciar, porque eu vim aqui com espírito – e é o meu dever como cidadão – de prestar esclarecimento ao Senado, ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados e não me furtarei em responder uma única pergunta, principalmente, relativa ao tema da minha convocação. E agradeço a delicadeza de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, agradecer a disposição do Sr. Paulo Souza de comparecer à CPMI e, como V. S^a bem assinalou, com espírito colaborativo, e, para nós, é importante essa decisão de V.S^a.

O senhor falou aqui a sua profissão na sua qualificação. Há perguntas obviamente que eu farei e que o senhor já tratou na sua exposição inicial, mas para nós é importante que ela seja fracionada. Sua profissão é qual mesmo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sou engenheiro civil, Excelência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor se tornou diretor da Dersa? Quem o indicou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu entrei na Dersa em 2005, no governo de Geraldo Alckmin.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem o indicou para lá? Como foi o processo de ascensão do senhor para este cargo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Dersa estava iniciando um trabalho de viabilidade logística da Marginal Tietê sobre concessão. Eu fui convidado pelo presidente e secretário, que acumulava os cargos, Dario Rais Lopes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem era presidente da Dersa quando o senhor assumiu o cargo de diretor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Dario Rais Lopes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele era presidente da Dersa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Presidente e Secretário dos Transportes; ele acumulava as funções.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A mídia noticiou que comumente o Sr. Paulo Souza é tratado como Paulo Preto. A pergunta que faço a V. S^a é: como o senhor prefere ser chamado? E é verdade o que a imprensa disse, que o senhor não gosta desse apelido? Eu queria que o senhor colocasse isso para a Comissão, até para que os membros tenham a oportunidade de saber como devem se dirigir ao senhor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu responderei. Os detratores da acusação feita do PSDB, na revista Istoé, para mim, abduziram, porque eles negam

em qualquer instância do Poder Judiciário. Esse apelido, eu não tenho nada contra apelido, o Pelé é o Pelé. O que ocorre é o seguinte: é pejorativo, para magoar e para macular a minha imagem, porque ser descendente, no Brasil, da raça negra, 80% da população... Poderia ter sido chamado carinhosamente pela minha mãe, pelos meus irmãos, pelos funcionários; não existe um único funcionário na minha história profissional, na Dersa ou no governo, que me tratasse por esse apelido. Devo reconhecer que foi uma grande jogada da mídia, mas eu não me curvarei a isso. Eu direi aos senhores: Paulo Preto não foi convocado a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Paulo Vieira de Souza, Paulo Souza, Souza estou aqui à disposição dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados para responder qualquer tipo de pergunta que os senhores acharem devida à minha convocação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Repassando essa ideia que o senhor traz aqui da sua trajetória profissional, eu queria só separar os cargos que o senhor ocupou na vida privada e os cargos que o senhor ocupou na vida pública. Cargos públicos que o senhor ocupou; o senhor falou que foi assessor da Casa Civil...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor gostaria...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só os cargos públicos.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os cargos públicos: primeiramente, eu fui diretor de custo e planejamento da Companhia do Metrô de São Paulo, em que fiquei 4 anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode precisar o tempo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – De 90 a 94.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k. Em seguida?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Em seguida, fui à Companhia Telefônica da Borda do Campo, de 96 a 98, ou 99. Se isso for necessário, eu pego precisamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, não é preciso essa precisão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Após a Companhia Telefônica da Borda do Campo, eu vim para a Presidência da República. Fui assessor especial do Ministro-Chefe Aloysio Nunes Ferreira durante um ano e meio ou dois. Depois passei a ser assessor do Ministro Pedro Parente até o final, e fiz a transição de governo ao governo do Presidente Lula até o mês, mais ou menos, de fevereiro. Participei da transição. Depois, em 2005, fui convidado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor ficou, então, 4 anos na iniciativa privada, praticamente?

Quando o senhor saiu aqui, em 2002, 2003, 2004, o senhor ficou na iniciativa privada?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Na minha vida, desde o momento em que eu assumi ser um gestor público, eu nunca mais tive uma atividade privada no intervalo, por uma questão pessoal de ética, por uma questão pessoal minha. Eu nunca quis misturar empresa privada com empresa pública. Eu ficava sem desempenhar função profissional, mesmo porque o meu patrimônio, antes de entrar no governo até hoje – e eu já apresentei e posso em seguida responder –, durante os últimos 20 anos da minha vida, é declarado e entregue.

Depois, no governo do Sr. José Serra, eu passei a diretor de engenharia, em maio de 2007. Fiquei, então, 5 anos e fui exonerado pelo Governador Goldman em 2010, 9 dias depois do Rodoanel ser entregue à população.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 2010. O senhor já foi filiado a algum partido político?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca participei, não participo, porque não quis nunca misturar com a minha atividade, é de foro íntimo, profissional e pessoal. Sou um gestor privado ou um gestor público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas filiação partidária o senhor nunca teve?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca fui filiado a nenhum partido político.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já fez doações financeiras a partidos políticos ou a candidatos, à pessoa física ou a alguma de suas empresas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Fiz uma doação ao Governador Geraldo Alckmin, de R\$5 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A doação foi à pessoa física ou...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pessoa física.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pessoa física. O senhor foi procurado, em algum momento, por empresários para doar recursos para campanhas eleitorais?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu, como gestor público, nunca atuei na área financeira de campanha política de nenhum candidato e com nenhum empresário. Não é minha função. Eu sou um gestor público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aqui tem duas questões que eu queria que o senhor esclarecesse. Uma coisa é o senhor ser procurado pelas empresas. Olha, eu gostaria de doar para a campanha deste deputado, daquele prefeito, esta ou aquela pessoa. Outra coisa é o senhor procurar as empresas. Alguma dessas circunstâncias aconteceu?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nenhuma das duas, Excelência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, como o senhor explica a matéria da revista Istoé, de agosto de 2010, onde há a informação de que, durante a campanha presidencial de 2010, pessoas do PSDB afirmaram que o senhor desapareceu com 4 milhões que haviam sido arrecadados para a campanha do então candidato José Serra? Estou me fixando aqui na matéria da revista.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. A convocação específica tem uma finalidade, a questão da Marginal Tietê e a questão do Rodoanel. Se me permite, V. Ex^a não está no escopo daquilo que foi colocado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu posso só dizer o seguinte. Nós não estamos cerceando o Relator em quaisquer das suas perguntas, em quaisquer dos dias, com quaisquer dos depoentes. Então, devolvo a palavra ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu explico, Presidente. Eu perguntei no genérico ao depoente. Ele não especificou. Agora, não posso fazer que não existe matéria da revista Istoé, de agosto de 2010, quando há inferências de que aditivos do Rodoanel teriam sido para a campanha. Esse é o link. Ai indago de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só para acalmar o Deputado Carlos Sampaio no seguinte sentido, certamente há um link...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não preciso ser acalmado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sei, mas eu quero dizer o seguinte...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele disse que o link foi feito. Eu concordei com ele. V. Ex^a nem precisava interceder, para ser bem sincero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só quero dizer que eu gostaria que não houvesse qualquer tipo de interrupção à palavra do Sr. Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não está havendo, e V. Ex^a não precisa dar essa lição de moral, porque é impertinente, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas é que houve essa intervenção de V. Ex^a. Cabe a mim presidir a Mesa. Estou presidindo a Mesa e peço que seja respeitada a palavra do Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está sendo respeitada, Sr. Presidente. A sua palavra foi inoportuna, me perdoe a sinceridade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, queria de novo me reportar ao Sr. Paulo Souza. Se o senhor não arrecadou, se o senhor não foi procurado

por empresas, a que o senhor atribui essa matéria da revista Istoé?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Excelência, a infraestrutura do governo Serra no que diz respeito a rodovias de classe zero, com relação a toda a parte da estrutura eu era o gestor. Pessoas que nunca me viram, nunca me cumprimentaram, nunca estenderam a mão para mim, colocaram essa matéria na Istoé. Eu poderia responder, se o senhor me permitir, de duas maneiras. Eu movo hoje sete processos criminais, nove processos por danos morais, duas vezes a revista Istoé. Dos nove processos por danos morais, já ganhei, na segunda instância, em cinco processos. E queria – não sei o protocolo porque realmente não estou familiarizado – entregar a essa Mesa, neste momento, os 16 processos que movo nas duas áreas, no caso criminal, com escritórios – posso citar?– do José Luiz de Oliveira Lima, conhecido pelos amigos pelo apelido de Juca. Danos morais, no Escritório Edgard Leite; danos morais, pelo Escritório Fernando Lottenberg e Schwartzman. Desses processo que movo, cinco já ganhei em segunda instância, e o único caminho que me resta, como cidadão – se fosse possível em outra arena – seria afrontar cara a cara, mas a coverdia deles não me permite. Então, sigo aquilo que a lei me permite: processá-los. E estou nesse caminho, que só termina quando acaba. Vou entregar à Mesa, todos os processos, com o despacho de S. Ex^a o juiz. Eu poderia, se V. Ex^{as} permitissem, ler os despachos. Diz: “mentirosos e mendazes”, “abuso de autoridade”.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É para mim? Então, eu responderia, Sr. Relator...

O SR. JILMARTATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Sei que há uma inquietação muito grande de alguns Parlamentares, mas está atrapalhando os trabalhos. Em um primeiro momento, atrapalham o Relator; agora, o depoente, inclusive com falta de respeito ao depoente: o depoente falando, as pessoas rindo, “tirando sarro” dele, notadamente pessoas de quem o depoente tem falado na relação. Então, peço, por favor, mantenha a discricção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eui gostaria de terminar minhas perguntas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, temos que aclamar o Líder do PT para o nosso Relator trabalhar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ...admiração e respeito pela atitude firme do nosso depoente.

Sr. Presidente, tenho que contestar a posição do Líder do PT. Ele usou a expressão “tirando sarro”, e eu não vi absolutamente de nenhum colega fazendo isso. Se houve alguma exclamação, foi de admiração

à firmeza com que ele respondeu. A calúnia só se pode responder com processo. Ele teve até o ímpeto de responder de outra forma, mas se conteve e está respondendo de maneira adequada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como Presidente, assumindo a Presidência, já que não sou presidente efetivo, faço dois pedidos a todos os Srs. Parlamentares: o primeiro pedido é que não interrompam o Sr. Relator. O segundo é que possam prestar atenção ao depoimento. Então, gostaria de pedir essas duas questões. Se alguém tiver que impugnar alguma pergunta do Relator aqui, que tenhamos calma para fazê-lo. Então, devolvo a palavra ao Sr. Relator e recebo do Sr. Paulo Vieira os documentos trazidos a esta Comissão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Obrigado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Paulo Souza, a que o senhor atribui a frase que o jornal disse que teria sido de V. S^a: “não se larga um líder ferido na estrada a troco de nada.” O senhor, não tendo arrecadado para as campanhas eleitorais e, pelo que os senhor fala, os recursos não tendo sido frutos dos aditivos do Rodoanel, pergunto: por que o senhor disse isso então?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, não sei se seria permitido eu esclarecer um pouco mais. Fui acusado de fugir, de roubar R\$4 milhões. Quatro milhões que eu teria chegado para um empresário, que abduziu – não existe esse empresário – e dito:

– Olha, estou aqui pedindo R\$4 milhões, veja bem.

– Para quem é?

– Não, são R\$4 milhões porque estou interessado etc.

– É para campanha política?

– Não, não, dá para mim R\$4 milhões.

Olha, na minha vida empresarial, conheço todas as grandes empresas deste País. Conheço todos os presidentes de empresas deste País e nunca vi, nunca vi nenhum empresário – já fui 20 anos empresário – fazer oficialmente alguma contribuição para campanha sem consultar diretamente quem de direito: o candidato. Mas eu, Paulo Souza, com uma, quem sabe, simpatia total, pedi R\$4 milhões, como se não fosse nada, e o empresário falou:

– Vou lhe entregar, venha cá, meu querido, leva R\$4 milhões. Para quem é?

– Não vou dizer, vou para casa.

Eu atribuo má-fé eu atribuo tudo de injúria com relação à minha frase: “Não deixe um líder ferido na estrada a troco de nada”. É a ingratidão que eu recebi

de pessoas que nunca me viram na vida, que nunca me cumprimentaram, e a mim simplesmente me restava um clamor, porque, na verdade, o Senado e a Câmara do meu País estão dando ao líder ferido, pela primeira vez, o direito de vir aqui e comprovar. Eu não saio desta Casa sem entregar todos os documentos, todos, exatamente todos os documentos comprobatórios do que eu falar. Não há uma fala minha que não tenha aqui um documento. Eu pedi a Deus para ser convocado por esta CPI, porque acho que os incompetentes devem continuar com medo de mim, porque aqui estou. E essa frase é para todos aqueles que foram ingratos. A ingratidão humana... Que arma eu tenho contra a ingratidão?

Eu fui demitido oito dias após entregar as três maiores obras do País, com um detalhe: em 34 meses. Não conheço, no Brasil, similar. Nunca antes, neste País, ninguém realizou, em 34 meses, três obras do porte do Rodoanel – a mais difícil na minha opinião, ao contrário do que muita gente pensa –, da Marginal Tietê, Jacu Pêssego e Tamoios, num espaço de 34 meses. Evidentemente, eu vou ser arguido e vou responder em que condições elas foram entregues.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à última fala de V. S^a, a matéria da Folha de S.Paulo, de julho de 2012, informa que V. S^a teria enviado mensagens de texto a empresários dizendo que seria um bom momento para esclarecer os fatos verdadeiros.

O senhor fez essas mensagens? E os fatos verdadeiros se referem, por exemplo, ao contrato da Delta na Marginal Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu mandei, numa mensagem por meu celular, a todos os meus amigos, a todos os amigos que eu tenho – e graças a Deus são muitos – na área empresarial, na área privada e na área esportiva... Eu sou triatleta; disputei nove Ironman, 45 maratonas e duas ultramaratonas; e sou medalha de prata. Só na área do triatlão eu tenho 270 conhecidos; na área de maratona, mais 400; na área empresarial, conheço todos os empresários. Eu diria o seguinte: ontem o Sr. Luiz Antônio Pagot colocou dez; talvez eu conheça vinte da área da empresa privada.

Mandei uma mensagem de que tudo que eu queria era – e posso deixar também a mensagem aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – a oportunidade, única na minha vida, de poder prestar esclarecimentos do que ocorreu comigo.

Eu tenho vinte anos de setor público; tenho vinte anos de empresa privada, e, de repente, um determinado ET chega, numa matéria, depois que eu estava fora do governo há quatro meses: “Ele sumiu com quatro milhões”. Aí vem o Deputado José Aníbal dizendo: “Ele fugiu!” Eu nunca saí de São Paulo; eu não preciso

fugir de ninguém, por isso estou aqui hoje, sem *habeas corpus*, sem advogado. Eu não tenho medo de mim. Não tenho medo! Eu tenho o meu sigilo bancário quebrado; eu já o trouxe comigo. Ninguém me perguntou, porque eu não tenho medo de absolutamente nada, Aliás, pago um preço alto por isso.

Digo ao senhor que matéria da *Istoé*, *Carta Capital*, *Época*, que eu processo, é mentirosa, leviana. Eles negam no Poder Judiciário; não querem entregar a fita. O Sr. Eduardo Jorge, ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso, nega na imprensa e nega no Judiciário. Evandro Losacco, que é tesoureiro adjunto, nega na imprensa e nega no Judiciário. Quer dizer: quem me acusou? Todos que me acusaram negam. O que eu posso fazer?

Eu digo ao senhor o seguinte, Sr. Relator, essa minha luta só termina quando acaba. Eu mando que eles assistam ao *Gladiador*, mas eles não querem assistir ao *Gladiador*. Só vai terminar quando acabar. E não vai ser pouco.

Não tem acordo comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora uma pergunta clara. É o seguinte: uma nota na Folha de S.Paulo, de março deste ano, informa que o senhor estaria preparando o dossiê para ser distribuído nas eleições, que dá a entender que teria a ver exatamente com pagamento de propina da empresa Delta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpa; agora é que eu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não viu essa nota? De que o senhor estaria elaborando um dossiê a ser distribuído no período eleitoral de agora.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sr. Relator, eu trouxe aqui, se for permitido, 25 DVDs, que eu gostaria de deixar aqui de tudo o que eu vou falar aqui, além de todos os documentos do que eu vou falar, para entregar aos Srs. Senadores e Deputados. Antes que me perguntem, foi custo meu, comprei na Santa Efigênia, preparei, porque tenho capacidade para preparar, custou R\$70,00, não vou precisar declarar no Imposto de Renda nem a nota Simples Paulista, mesmo porque não sei nem se vou ser reembolsado. Está entregue. Vou deixar nesta Comissão.

Com relação ao assunto Delta – é que eu não sei, eu perco um pouco da formalidade, sou muito criticado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Fique à vontade.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Fico à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode ficar à vontade, porque o tempo para resposta é seu e a formalidade é sua.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

Eu diria o seguinte: a empresa Delta, se é a hora oportuna, eu conheço, sim. O Sr. Fernando Cavendish eu o conheço, sim. Jamais fiz essa declaração. Porque a imprensa fala tudo, porque eles acham que esse factóide, este Paulo Preto, essa personagem pega bem. Então, eu sou assediado todos os dias. Eu fico até espantado, de manhã, quando eu vou na *Folha*, no *Poder* ou no *Estadão* e vejo a minha entrevista. Eu dei entrevista à revista *Poder*. O que está lá foi o que eu falei *ipsis litteris*. Eu dei entrevista, que sai domingo no *Estadão*. E quando eu dou entrevista eu declaro a entrevista. E, via de regra, ainda bem que nas minhas entrevistas eu sou respeitado. O próprio dono da *Istoé*, que pedala comigo na USP, me ligou e disse: “Paulo, vai sair uma matéria contra você”. Eu falei: “Matéria de quê?” “Vai sair uma matéria contra você”. Eu falei: “Não. Mas qual é o assunto?” “Não posso te dizer”.

Dei entrevista na matéria da *Istoé*, na qual os Srs. Evandro Losacco, Eduardo Jorge e a alta plumagem, que não sei onde está, que não aparece, por covardia, porque eu estou aqui, eu não tenho covardia, não aparecem. “Você deu entrevista, Paulo?” Eu dei entrevista. Basta olhar. A revista *Istoé* está aqui, a minha entrevista está aqui e eu falei: “Caio, se tiver uma vírgula minha, aí eu e você é na USP. Aí não é na reportagem”. E ele me conhece o suficiente. Quem me conhece sabe como é que eu sou. Aí, é o seguinte: eu dei entrevista, e ele colocou, o diretor de redação da *Istoé*, eu posso dizer que ele foi, na minha fala, ele foi correto.

Então, Deputado, eu tenho dificuldade... Sabe o que é: eu queria saber quem é o meu inimigo. Eu não consigo saber. Eu gostaria que um empresário deste País viesse aqui e dissesse: “Eu dei dinheiro pra ele”. Por que são quatro? Por que não são oito? Por que não são quinhentos? É um número cabalístico.

Agora, se passaram dois anos, 2010, 2011. Quarenta anos e eu nunca fui acusado. Tive, no Planalto, na mais alta graduação que eu podia chegar no País. Recebi todos os prêmios da engenharia; estive na iniciativa privada, construí. De repente, de uma luz, este Sr. Evandro Losacco, que é Tesoureiro Adjunto, covardemente – tenho uma carta que eu não posso acusá-lo, porque ele não assina, porque ele não assina, então eu não posso dizer; e o meu advogado diz que eu não posso adjetivar porque senão eu serei processado –, e, como se passaram dois anos, eu não tenho um processo contra mim.

É inacreditável.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG.) – O senhor conhece o Sr. Délcio José Amador? O senhor é amigo dele? Trabalhou com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Conheço o Delson Amador, que foi Presidente da Dersa. O cargo que ele ocupava no DER era o de Superintendente do DER. Enquanto eu estive na Dersa, passaram por ali Dario Rais, Presidente; Tomás de Aquino, Presidente; Delson, Presidente. Aí eu já estava durando demais, e resolveram me exonerar. Passaram quatro Presidentes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor tem notícia de que o Sr. Delson, em algum momento, trabalhou como arrecadador de campanha?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não posso dizer, porque eu conheço o Delson, eu o conheci como Presidente da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe se as empresas do Sr. Delson ou de familiares dele participaram como contratadas ou subcontratadas nas obras do Rodoanel ou da nova marginal do Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, eu nunca nem soube que o Delson ou familiares dele tinham empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na época de V. S^a, como já falou aqui bem, os Presidentes... No último período, quem eram os diretores da Dersa, junto com o senhor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os diretores?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – V. Ex^a gostaria de saber de que período?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor saiu, em 2010.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – No início do Governo Serra, o Presidente era Tomás de Aquino.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. E os demais diretores no último período? Quando o senhor saiu, quem eram os diretores à época?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando eu saí, o Delson era o Presidente; Max, o Diretor Financeiro-Administrativo. A Diretora Jurídica era a Dr^a Aleksandra. Ele me soprou aqui, porque eu me esqueci, Deputado. E o Diretor de Operações era o Dr. Nelson, que foi Presidente da CET. Esses eram os diretores da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Luiz Antônio Tavalaro?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Luiz Antônio foi diretor...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É Tavalaro.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Tavalaro foi diretor na época em que eu era Diretor de Relações Institucionais. Ele estava no Governo geral do Alckmin. Foi diretor na época de Dario Rais Lopes e saiu na época do Governo José Serra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se foi ele que elaborou o edital de licitação dos contratos do Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu poderia explicar a estrutura da Dersa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É claro!

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os editais da Dersa... Existe uma equipe de profissionais. Eles preparam editais, pela experiência que existe em outras obras e no próprio Rodoanel, no Rodoanel Oeste. É preparada e levada à diretoria. Com certeza, a Dersa sempre trabalhou em colegiado. Nada na Dersa se aprova se não for por toda a diretoria colegiada e por unanimidade. Enquanto não há unanimidade, não há aprovação. Com certeza, o diretor jurídico... Não posso afirmar, mas é normal que o diretor jurídico aprecie e opine sobre o edital.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que a decisão é colegiada na Dersa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sempre.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O edital, tudo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A diretoria inteira é responsável pelos atos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E os termos aditivos?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor quer que eu fale do geral?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero saber o seguinte: o termo aditivo é aprovado pela diretoria? Quem aprova o termo aditivo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem propõe é o diretor da área. Como a Dersa é uma empresa de engenharia, normalmente o diretor de engenharia propõe a maior quantidade de aditivos. Se houver um, é ele. Se houver dois, é ele e, depois, o diretor de operações. Normalmente, acho que ficam entre a área de engenharia e de operações os aditivos, principalmente no que diz respeito a valor. É proposto à diretoria, e a diretoria, em colegiado, aprova aquele aditivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voltando, o senhor tem notícia de que o Sr. Luiz Antônio Tavoraro atua no ramo de inspeção veicular, de inspeção de automóveis?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu soube pelos jornais, por conhecê-lo, evidentemente, da problemática que houve em inspeção veicular num edital, acho, fora de São Paulo. Não sei detalhes, por que não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de que ele, o Sr. Luiz Antônio, comprou terrenos no entorno do Rodoanel também?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Olha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como se deu esse processo de desapropriação do entorno do Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Posso me estender?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – No Rodoanel, são 11,5 milhões de metros quadrados. É a maior desapropriação da história do País, e, quando eu o digo, não estou fazendo sofisma. Em sete meses, eu era – eu era – no sistema matricial... Foi criada, dentro da Dersa, uma equipe de 30 profissionais; 10 equipes, sete fixas, três itinerantes, com advogado, com engenheiro e com administrador.

Todas as áreas do rodoanel, no seu eixo como um todo, foram avaliadas. Eu, pela reclamação do rodoanel trecho oeste, em que não houve a participação da Cajufa, que é o centro de apoio do Judiciário, fui à Cajufa com o Presidente e pedi que ele participasse da desapropriação do Rodoanel, à qual ele se colocou totalmente favorável.

Levei todos os projetos, todas as avaliações, todo o estudo dos 61 quilômetros, proprietário por proprietário, área por área, valor por valor, e a Cajufa começou a estudar.

Foram nomeados juízes, que depois foram demitidos, porque tinham sido nomeados juízes parentes, e o Poder Judiciário tirou a Cajufa.

Assumimos, dentro da Dersa, a desapropriação. Como ela era feita? Ela era feita... Noventa e um por cento da desapropriação do Rodoanel trecho Oeste foi feita administrativamente; 9% foram feitos juridicamente, e até hoje se encontra no Poder Judiciário uma boa parte, acho que uns 4%.

Por que, Excelência? A empresa privada, no Brasil, a construtora, obra eles fazem e fazem bem. É um patrimônio nacional, na minha opinião. Frente de obra cabe ao gestor público, por quê? O que é frente de obra? Meio ambiente, desapropriação, reassentamento, cadastramento e interferências.

Nós criamos na Dersa um grupo, eu criei na Dersa um grupo chamado MAI-CADER. Era a sala dos 35, onde se reuniam – ali – o pessoal do meio ambiente do Governo – participava da reunião –; o pessoal do Poder Judiciário – participava da reunião –; o pessoal da interferência – na reunião. E como nós fazíamos? Fazíamos um levantamento, e a equipe ia em campo. Criei uma imobiliária dentro da Dersa para a negociação das áreas. Todas elas, com três opções.

Valor de mercado. Esse valor... Estou falando de 11,5 milhões de metros quadrados, de 1.258 ou 1.352 propriedades. O rodoanel, em sete meses – só vou fazer um comparativo, sem nenhuma maldade,

para mostrar a dificuldade. Em sete meses – me veja a tabela, a tabelinha.

O rodoanel sul – vou fazer uma comparação – começou em maio de 2007. Em junho... Em maio de 2007, ele tinha 20% da desapropriação realizada sob a minha gestão. Fui nomeado Diretor de Engenharia, deu-se o início do rodoanel no dia 1º de junho. Nesse momento, em seis meses, nós fizemos – e vou entregar aqui à Comissão – 80% da desapropriação; num único mês, nós fizemos 472 imóveis desapropriados.

A nossa desapropriação foi reconhecida pelo Banco Mundial como também o nosso reassentamento. Hoje, é modelo no Banco Mundial. E vou entregar também esse documento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com relação a...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Vou esperar o senhor pegar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Por gentileza. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Acho que, depois, V. Sª pode entregar os documentos que restarem, para darmos velocidade às perguntas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta é se o senhor tem notícia, se o Sr. Luiz Antonio Tavaloro...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Tavaloro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tavaloro, italiano.

Se ele foi desapropriado neste processo do Rododanel; se ele tinha imóvel.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Exª...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor dizia aqui que são mais de mil imóveis. Talvez o senhor se lembre.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu desconheço. O único imóvel que conheço de pessoa próxima é do Deputado Orlando Mourano ou alguém da família que não foi – está na justiça até hoje – porque o valor era indevido com relação a nossa avaliação. É o único que conheço.

Não vou afirmar ao senhor porque não quero incorrer no erro de ser leviano. Em minha opinião, é a primeira vez que ouço essa colocação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Fernando Cavendish, o senhor o conheceu quando?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu conheci o engenheiro Fernando Cavendish, levado por um diretor dele, André em torno de 2008.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem que tratava dos assuntos da Delta com o senhor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O diretor dele André. Eu tenho o nome dele completo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É bom pegar, por favor.

O Sr. Heraldo Puccini Neto tratava com V. Sª?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Em São Paulo, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em São Paulo, não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Posso ter visto uma vez, se tanto, na Dersa, por ocasião talvez de alguma assinatura. Não tenho nenhum relacionamento com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nenhum?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem notícia de que ele tenha decreto de prisão na Operação São Michel aqui no Distrito Federal?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu, pelos jornais, tomei conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Cláudio Dias Abreu, o Sr. conhece? Diretor...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só pelos jornais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só pelos jornais. Ele nunca tratou nada com o Senhor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Comigo?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Acho que nunca foi à Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Senhor conhece o empresário Rossini Guimarães?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Rossini Guimarães.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De uma construtora de Tocantins.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Rossini?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Que eu saiba, na Dersa com certeza absoluta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não atuou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Acho que nunca atuou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não tenho a mínima idéia de quem seja.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Gleibe Ferreira?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não tenho a mínima idéia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Lenine Araújo?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Do mesmo jeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Jaime Rincón?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Jaime Rincón?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor ou alguma empresa do senhor participou de algum contrato ou de alguma licitação na Agetop – Agência de Transporte e Obras de Goiás?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Desculpa, Ex^a... Minha empresa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma empresa do senhor, da sua família?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – As minhas empresas estão paradas desde 1990. Eu tenho uma empresa de gerenciamento, outra que sou sócio do ex-dono da Natura, Jean Pierre Berjeaut, que é a JPB; a outra de gerenciamento; a outra incorporadora e construtora e nunca nenhuma delas trabalhou para nenhum órgão público no País. Mesmo porque, na minha época não se pagava em dia e não tinha interesse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então essa matéria, essa nota que saiu hoje no painel da Folha de S.Paulo, em que o Sr. Wladimir Garcez dialoga com o Sr. Toninho Perillo, fazendo referência à divisão de uma licitação possivelmente na Agetop, onde você teria um lote 22 e um lote 29, e nesse diálogo eles falam... O Toninho fala: “Fala para continuar no 22, porque no 29 tem o Paulo Preto”; aí depois ele continua, ele fala: “Paulo Preto, depois Alexandre Preto, Alexandre Preto”.

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Graças a Deus esse factóide não sou eu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não é o senhor?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não sou eu. Para mim isso não existe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor nunca teve contrato lá no Goiás?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não tenho a mínima idéia, uma ligeira idéia, assim 0,1%.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ainda às obras da Marginal Tietê...

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Ex^a, eu posso interromper?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Da Construtora Delta: duas vezes estive comigo o Dr. Fernando

Cavendish; André Ferreira Machado várias vezes, era o gestor dele em São Paulo, assim que ele saiu, mudou de empresa, quando iniciou a Marginal se desentendeu com o Fernando Cavendish, o André apresentou o Rocha, que até hoje se encontra na Delta de São Paulo. Somente essas três pessoas trataram, e Fernando Cavendish tratou comigo duas vezes: uma se apresentando, outra para dizer que cumpriria o contrato, como cumpriu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque nós temos informação aqui de que o contrato da Marginal Tietê foi assinado pelo Sr. Heraldo Puccini. Talvez o senhor não...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É verdade. Eu tenho o contrato aqui. É verdade, o senhor está com a razão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas essa foi uma oportunidade em que o senhor se encontrou com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Eu nem acredito que foi nessa, porque os empresários não assinam o contrato no mesmo dia. A diretoria primeiro assina e deixa lá à disposição – é lógico, não fica lá... fica dois dias, três dias. Eu trouxe aqui também o contrato, é verdade o que o Senhor está colocando. Tem a minha assinatura, tem a assinatura do Delson, mas se o Heraldo Puccini vier aqui, um dia, ele vai confirmar o que eu estou falando.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem que achá-lo primeiro. Ele está foragido, com ordem de prisão aqui no Distrito Federal.

Em relação ainda à Marginal Tietê, como é que se deu a decisão de promover as obras na Marginal Tietê? Essa decisão foi uma decisão colegiada, lá da Dersa, foi uma decisão de governo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Posso explicar?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, na sequência, eu queria que o senhor explicasse também como se deu o processo de licitação dessa obra.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Então, eu vou explicar como esse sonho tornou-se realidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois eu queria que o senhor me dissesse se a Delta ganhou algum lote neste contrato, nessa licitação, aliás.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Como se deu a Marginal: eu fui ao governo de 2005 para estudar a Marginal, através de convite de Dario Rais Lopes, como obra pedagógica, uma via segregada como pedágio. Estudei, durante dois anos. Eu coordenava o Estado e a Prefeitura, através de um convênio. Convênio esse que possibilitava a coordenação, porque a Marginal é controlada pela CET. Técnicos da CET, de experiência

muito maior que os da própria Dersa, mas foi um convite levado para a Dersa que o poder de execução da Dersa em obra, em rodoviária, é o melhor do Estado de São Paulo, sem concorrente.

Bom, comecei a estudar, e esse estudo ficou pronto. Ela poderia ser pedagiada, pedágio urbano com uma via segregada. Assim que o Governador Serra assumiu, talvez a primeira vez em que eu estive com o governador na presença de todos, eu apresentei o projeto Marginal. O governador decidiu que ela não seria pedagiada – ou o governador, ou o governo, a posição que eu tive é que não seria pedagiada, pelo Dr. Francisco Vidal Luna, Secretário do Planejamento.

Aí, nós começamos a elaborar a Marginal para não ser pedagiada. Pegamos o mesmo projeto e transformamos esse projeto em via não pedagiada. O que ocorreu – para tentar esclarecer a V. Ex^a? Para que fosse feita a licitação, foi feito um convênio, lá no início, convênio esse que só pode existir entre Estado e Prefeitura. Houve uma “confusão” – entre aspas – na mídia de que a Marginal foi aditada em 75%. Não é verdade. O convênio só pode ser feito entre órgãos governamentais. À medida que se foi mudando o projeto, foi-se adequando um convênio aos valores necessários para a sua execução. Assim que se definiu que ela não seria pedagiada, nós partimos para a licitação.

Dezoito empresas adquiriram o edital.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, do primeiro projeto da Marginal Tietê até o projeto final que foi licitado, este acréscimo de 75% se deve a ajustes no projeto a ser editado, é isso o que o senhor está dizendo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – E eu queria entregar em suas mãos não só todos os convênios assinados por mim, assinados pelo governador, assinados pelo prefeito, assinados pelas autoridades competentes, com esse aditamento em todos eles, sendo que o último aditamento eu já não estava mais na Dersa. Do convênio. Só estou falando de convênio, por enquanto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ah, aditamento de convênio.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – De convênio. Não existe a Licitação 866. Não existe nada. É convênio. Podia pegar no final, não vai fazer a Marginal, guarda no arquivo morto e acabou o convênio. Não aconteceu nada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, nós tivemos aqui um aditamento de convênio na relação do Estado com a Prefeitura?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Corretamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E esse convênio também foi aditado quando o senhor saiu?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Um aditamento após a minha saída. Ou convênio. Porque a obra tem que estar equivalente ao convênio. Se houve um aditamento de obra, é necessário o aditamento do convênio para que as ações se casem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas não deveria ser primeiro o aditamento do convênio e depois o aditamento da obra?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Exatamente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou é concomitante?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, faz concomitantemente. Porque se chega à conclusão... O convênio, veja bem, Deputado, ele é assinado em meia hora. Estou exagerando. Um dia. A licitação não. E o aditamento também não. Convênio, basta se chegar ao valor de custo e aditar o convênio. Agora, às vezes, se o senhor me permite, pode ter feito um convênio a maior do que a licitação. Vamos supor que eu fizesse um convênio – digo eu, o governo; estou falando aqui Estado e Prefeitura – de 2,5 milhões. No convênio. Se gastasse 1,5 milhão, não tem nenhum problema. Convênio é intenção de. Licitação não. Licitação é 866.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas e na licitação e no contrato, houve aditamento? Durante a gestão do senhor e depois dela?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Às vezes, eu pago por falar demais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nos dois lotes ou em um lote só?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Houve aditamento na Marginal Tietê de 24,9%, nos dois lotes só, e eu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vinte e quatro vírgula nove nos dois lotes? Ou vinte e quatro em um e vinte e quatro em outro?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É. O percentual permitido pela lei é 25%. Foi próximo ao permitido pela lei. Eu, pelo que conheço da Dersa e da Marginal, que, para mim, é a maior obra viária deste País, passando 1,25 milhão carros/dia, sem parar um dia, é a obra da minha vida. Eu testemunho, fora da Dersa, foi assinado quatro meses após a minha saída, que eu teria total dificuldade para não acreditar que esse convênio é corretíssimo e necessário, mas não assinei. Estou só dando um testemunho meu, como profissional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas quando o senhor estava lá, esse...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não houve aditamento na Marginal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele se vislumbra necessário?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, porque foram solicitações de complemento de obra. Porque quando eu saí da Dersa, deixei inaugurado o Rodoanel. Porque, não sei se os senhores sabem, 1.035 dias antes do Rodoanel, contrário a muita gente, eu anunciei a inauguração do Rodoanel. Dia 27 de março de 2010. E também foi anunciada a inauguração da Marginal. Eu confesso que, na Marginal, eu errei por uma hora. E no Rodoanel o governador mandou prorrogar por dois dias.

Então, o que eu quero dizer com isso? Só depois que eu saí que, por necessidade da Marginal, ficou para se concluída a ponte do Tamanduateí e aquela ponte estaiada que chega no Anhembi. Então, por conta disso, como eu me afastei, fui exonerado no dia 8 de abril, eu não participei de nenhuma tratativa nem da intenção de. Não posso nem dizer ao senhor que vislumbrava a mínima necessidade. Porém, não acredito que tenha a mínima possibilidade de não ter sido necessário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, por que essas obras não foram previstas no projeto original?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu diria...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está chamando de obras acessórias, não é?, ou adicionais?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu diria para o senhor o seguinte...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpe a pergunta. É porque ela vai nos 24,9%, que é exatamente o limite.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Excelência, eu fico... O senhor não imagina...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Parece que é um acerto de conta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor não imagina a felicidade que eu tenho de o senhor me perguntar tudo isso. Só me deixa feliz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor podia nos ajudar respondendo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Marginal Tietê é o projeto mais itinerante que eu conheci na minha vida profissional. Eu vou explicar ao senhor por quê. A cidade de São Paulo – pasmem! –, na verdade, a infraestrutura, o que está debaixo, temos pouco conhecimento. Lá tem tubo de fibra ótica, Petrobras, Sabesp, DAEE, Eletropaulo. Aí a gente está seguindo o projeto, a tubulação de gás aqui – o gás é o mais perfeito. “Vou pegar o da Eletropaulo. Então vamos aqui”. Só que o tubo está lá. Aí você vai para cá e o tubo foi para trás. Então foi feito um projeto itinerante com a CT.

Desapropriação – nós tínhamos que pegar ali a churrascaria O.K. Eu diria para o senhor o seguinte, excelência: eu mudei pessoalmente. Eu sou o respon-

sável técnico pela Dersa. Eu assumo toda a responsabilidade das obras da Dersa na pessoa física, não na pessoa jurídica, física, eu sou o responsável, o engenheiro responsável.

Eu diria ao senhor que ele foi modificado no decorrer da obra, para sair de desapropriação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas esse não tem nada a ver com aditivo, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Veja bem, não, o que estou tentando explicar ao senhor é o seguinte. Isto tudo, com certeza, se gerou... O aditivo eu trouxe aqui para o senhor. Eu pedi por ofício à Dersa o aditivo, para trazer aqui à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e entregar ao senhor todo o aditivo, o que eu não assinei e o que assinaram, para mostrar simplesmente. Eu posso inclusive me deter a ele e qualquer esclarecimento prestar a respeito dele, pelos profissionais da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas eu estava buscando uma opinião do senhor em relação a esse aditivo, às obras adicionais, por que isso não foi previsto no... Porque uma ponte, por exemplo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não, ponte não tem a mínima possibilidade de não ser prevista. São ingerências dentro, que aparecem. Deixe eu tentar explicar, talvez eu tenha até dificuldade. O senhor imagine o seguinte. Eu vou pegar o Rodoanel como exemplo: 61 quilômetros o senhor faz sondagem. O que se imagina, no popular? Que todo mundo sabe o que está ali debaixo. Aí, a cada quilômetro, faz uma sondagem. No meio do lote 5 do Rodoanel, na distância de um quilômetro e meio, apareceu uma pedreira, mas uma pedreira que no final foi a nossa salvação. Mais uma pedreira que ninguém previu, porque é impossível alguém prever. Quem falar o seguinte, “nós prevemos tudo que está no subsolo”, se for engenheiro, mente, porque não consegue prever. E isso gera um aditivo e gera preços não previstos.

Quando a obra – e eu vou ter oportunidade de falar de obra a preço global, eu espero – é a preço unitário, paga-se o que se faz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então essa licitação aqui da Marginal Tietê foi em preço unitário ou foi em preço global?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Preço unitário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Preço unitário.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Preço unitário. E era impossível alguém propor que não teria... o preço... a concorrência seria majorada em 40% e ninguém a faria a preço global. Por quê? Era o desconhecido. Era totalmente o desconhecido. A Marginal Tietê nós começamos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor licitou dois lotes. A Dersa licitou dois lotes.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eram quatro lotes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Marginal Tietê.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quatro lotes. A Dersa licitou dois. As extremidades eram das concessionárias, porém, a gestão foi da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesses dois lotes, quem ganhou os lotes que a Dersa licitou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu posso detalhar?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Lote um: EIT, a líder, com 61%, R\$278 milhões. A titular: Egesa, R\$39 milhões, 39%, me desculpem, R\$178 milhões. Lote dois: A Delta ganhou, como líder, o menor lote: R\$172 milhões, e a Sobrenco, R\$114 milhões. O lote no qual a Delta ganhou, o lote inteiro, deu um total de – vamos arredondar – R\$300 milhões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o percentual da Delta nesse consórcio aí?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ela era a líder: 60%.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sessenta por cento.

O senhor tem condições de nos informar o CNPJ desse consórcio? Se não tiver aí, depois.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor me desculpe, eu não estava preparado para o CNPJ.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está aqui já no documento que o senhor entregou.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Agora, eu gostaria... Será que eu posso falar alguma coisa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu gostaria de colocar aos senhores o seguinte: eu licitei na Dersa, a valores de 2010, como responsável, 11,5 bilhões. Onze bilhões e meio. A valores atualizados, 13 bilhões. Gostaria que o senhor...Eu vou entregar aqui para o senhor também. A Delta participou de todas as licitações colocadas à praça. Por incrível que pareça, diferente do que ouvi ontem aqui no depoimento, ela perdeu todas por preço maior. A única obra, a única obra que a Delta tem na Dersa é a obra da Marginal, que representa 1,9% dos valores licitados. Todas as demais, e ela está aqui, ela perdeu por preço maior. Quer dizer, diferente de tudo que eu ouvi até hoje. E eu vou entregar esse quadro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora outra pergunta que eu teria para o senhor aqui é a seguinte:

como era o processo de subcontratação na Marginal Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como era o processo de subcontratação na Marginal Tietê? Como era essa previsão? O senhor pode dizer quais empresas foram subcontratadas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deixa eu colocar ao senhor o seguinte. Tem duas modalidades dentro dos contratos da Dersa. Quando é consórcio, tem o líder e o titular. Previsto em contrato a possibilidade de subcontratação paga diretamente pela Dersa. Quando paga pela Dersa, a empresa subcontratada tem que ser aprovada pela Dersa, e ela recebe diretamente da Dersa. Quando a empresa não recebe da Dersa, a Dersa não tem opinião nenhuma sobre os seus subcontratados, a não ser que o serviço não esteja andando bem. Eu não vou cobrar subcontratado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora no edital da Marginal Tietê previa-se a subcontratação de 30%? Ou era só do Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com certeza o Rodoanel previa e eu diria com quase 90% de certeza que a marginal também previa a subcontratação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então o senhor pode nos informar quais empresas foram subcontratadas? Agora, quando o edital prevê essa margem de 30%, é obrigatório que todas as empresas subcontratadas estejam nessa margem de 30%, ou seja, a empresa só pode subcontratar até 30% do seu contrato? Ou ela só pode receber diretamente da Dersa 30% do seu contrato?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando a gente permite a subcontratação, Deputado, me desculpa se eu não estou sendo extremamente preciso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, eu entendi que pode receber direto da Dersa, mas o senhor paga direto...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu vou tentar. Se for 20%, ela pode subcontratar até 20%. Esse subcontratado tem o direito de faturar diretamente a Dersa. Por uma questão de quê, Deputado? De atestado. Porque o subcontratado ele não quer simplesmente obra, ele quer atestado de obra. Então, o que ocorre? Quando é permitido isso, acontece o que o senhor está colocando. Ele pode sim ser subcontratado. A anuência é responsabilidade da Dersa e ele fatura diretamente contra a Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode um consórcio desse contratar outras empresas, ou seja, subcontratar e receber direto do consórcio, sem que a Dersa tenha conhecimento?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pode ocorrer, porque...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E isso pode ultrapassar o limite de 30%?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Vamos até exagerar por absurdo. As empresas ganharam essa obra. Aí, não era a obra, a obra é dela. Aí ela pega e resolve subcontratar 90% do contrato. Noventa. E a obra está andando.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fica preocupado com a qualidade do serviço?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem vai faturar contra a Dersa não é esse pessoal do noventa. Tem que ser a construtora que ganhou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O consórcio.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Porém, porém, eu digo para o senhor o seguinte: eu, em quarenta anos de profissão como gestor, eu nunca vi ninguém passar um melado desses na minha vida. Se tiver 90%...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, é claro que não é 90%.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não dura, não dura. Nem vinte dura. Não dura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Paulo Souza. Mas a...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se não for permitido...Sabe por quê? O senhor imagina o seguinte, eu contrato uma... Rodoanel. Norberto Odebrecht. Aí a Norberto Odebrecht resolve pegar a 15ª e põe lá. Não há possibilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas não precisa pegar para fazer 90%, mas pode fazer 5%, 3%.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pode. Tem toda autoridade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E aí é uma forma... A suspeita que existe é de que uma forma de se pagar propinas – suspeita-se – é exatamente através das subcontratações. Por isso eu estou esclarecendo com o senhor, aqui...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor está perfeito agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A clareza de como funciona ou não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor está perfeito. Qualquer construtora, num consórcio, fora do faturamento direto, contrata quem bem entender, do jeito que quiser. Ninguém dá palpite. Não é contra a lei. O cara pode até nem aparecer lá na obra e se pagar. É um direito. A obra ficou pronta?

Eu sou gestor público. Ganhou Delta e Sobrenco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor só controla os 30%, se for para a Dersa pagar diretamente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Não são os 30%. Eu controlo os 100%, porque mesmo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor identifica as empresas só de 30%.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu só identifiquei, porém se eu tiver tocando pagode e eles dançando valsa, não vai dançar, não vai durar, não vai. Vai tomar paulada, porque a responsabilidade é minha de gestor público. Ele contratou 30%, eu fiz a licitação. Ele vira pra mim: “Vai lá, Dr. Paulo Souza; é o subcontratado”. Ele nem chega a falar isso pra mim. Não há a mínima possibilidade. Zero.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se o Sr. Rogério Cumplido participou como contratado ou subcontratado na execução das obras da Marginal Tietê? Empresas dele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me permitir, Deputado, eu quero entregar aqui todo o levantamento da minha história na Dersa com relação especificamente – porque evidentemente eu sabia que essa pergunta poderia vir – à Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. Mas o que o senhor está entregando em relação à Delta?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quanto à Delta... Porque eu vi nos jornais que a Delta faturou 800 milhões, que a Delta fez isso, que ela mergulha no preço e depois sobe o aditivo.

A história, em São Paulo, na Dersa... Eu não falo de outro lugar, eu falo da Dersa, na qual eu fui gestor, tem essa história.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, nessa linha, o aditivo eu posso... É possível se afirmar que nesse aditivo de 24,9% a Delta ou o consórcio da Delta foi o mais privilegiado, ou o mais atendido? Ou o senhor não tem essa informação aqui?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me perguntar se eu garanto, eu digo o seguinte: com certeza absoluta, em termos da história, o aditivo é dado para o consórcio principal. Para o consórcio principal! Fatura: Dersa e o consórcio principal. Está certo? Agora, se houve lá um subempreiteiro para quem eles deram 2%, 10%, 5%, eu me comprometo a trazer esse dado para o senhor, se isso for permitido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sem nenhuma dificuldade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em relação ao Sr. Rogério Cumplido? O senhor conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem é Rogério Cumplido?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, não. Eu conheço Roberto Cumplido, Diretor da Norberto Odebrecht.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. É irmão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Irmão? Até onde eu sei, ele não tem irmão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele tem um primo na Camargo Corrêa, que também é Cumplido. Os dois Cumplido. Um é da Camargo e outro é da Odebrecht. Se tem outro Cumplido, esse eu não conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta é essa: o senhor não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não conheço. Não tenho a mínima noção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem ideia de quanto, qual montante de recursos a Dersa repassou para o Consórcio Nova Tietê, até o final da sua gestão?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, Deputado, a Delta... O senhor quer saber do consórcio?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do consórcio.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Delta teve um contrato inicial de 172 milhões. Com o aditivo – e eu posso entregar ao senhor agora – de 25%, os 172 foram para 215. Então, vamos dizer, daria uma diferença de 15 com mais 30, 45 milhões. A Sobrenco, que é a consorciada dela, de 114 foi para 143. Então, o valor total do aditivo corrigido para valor atual dá em torno de 80 milhões. Estou errado, Deputado?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É, pelo seu dado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Duzentos e quinze é o valor da Delta corrigido, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, em relação ao Rodoanel, o Termo de Ajustamento de Conduta feito com o Ministério Público foi feito com qual motivação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu pediria um pouco de paciência para poder esclarecer esse assunto.

Talvez uma das maiores obras que eu realizei dentro da Dersa chama-se Termo de Ajustamento de Conduta. O Termo de Ajustamento de Conduta diferente, eu vou detalhar o que o Dr. Pagot falou ontem, porque talvez ele tenha muita coisa, muita informação, e a participação dele no Rodoanel é só repassador de recursos, nada além disso. Eu vou me detalhar a este tema.

Nós estávamos executando o Rodoanel. Do Rodoanel em sua execução, um terço é Governo Federal, dois terços são Governo de São Paulo. Da obra, como ele colocou corretamente, de 3,6 bilhões, há o

TAC, o Ministério do Transporte, o DNIT repassariam 1,250 milhão. E o Governo de São Paulo, em torno de 2,4 milhões... Eram 33% pelo Contrato 0499, que vem desde o Rodoanel oeste.

Bom, Deputado, o que ocorre nisso? Nós fomos executando a obra. Todo ano, existe um relatório do Tribunal de Contas da União, que se chama Fiscobras. O Fiscobras faz o estágio da arte da obra e encaminha ao Congresso Nacional para liberação ou não dos recursos. Num determinado momento, o Tribunal de Contas começou a entender que teriam irregularidades no Rodoanel.

Bom, eu vim ao Tribunal de Contas da União, que, no meu modo de entender, tem profissionais de alto gabarito, na minha opinião, para discutir o desentendimento que eu tinha com o Tribunal de Contas da União. Qual era? Nós executamos o Rodoanel a preço global. Assim que eu me tornei Diretor de Engenharia da Dersa, já era Diretor, de janeiro até abril, eu era Diretor de Relações Institucionais, cuidava do MAI-CADER, frente de obra, e tinha outro diretor de engenharia tocando a Dersa, que, por sinal, com todo o respeito ao Dr. Karabolad, ele não era do ramo, ele cuidava da manutenção da Sabesp, mas foi indicado, estava lá. Eu, numa reunião dentro do Palácio, com todos os Secretários, disse ao Governador e aos Secretários que faria o Rodoanel em 35 meses. Depois de 15 dias, fui nomeado Diretor de Engenharia.

Bom, o Rodoanel, por um decreto do Governador, no início do ano, era para serem realizados todos os contratos, no qual, por um decreto também do Governador, foi dado à Dersa a autonomia para renegociar o contrato. O decreto está aqui do Governador e a base legal também. Queria entregar aos senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria saber o seguinte...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu vou... é que este assunto é importante para o Brasil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode falar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O que ocorreu? Qual o desentendimento com o Tribunal de Contas da União? O Tribunal de Contas da União achava que uma obra a preço global deveria ser solucionada da seguinte maneira: serviço que a empreiteira fizesse a maior, por conta dela. A menor, devolvia ao Erário. Qual a minha postura? Dessa forma, não.

Lucro ou prejuízo por conta da empresa. Se custar 20% a mais, problema teu. Se você for à Alemanha, trouxe uma forma, e eu aprovei como Diretor de Engenharia, e economizar 30%, parabéns. Na alegria, na tristeza, na saúde, na doença.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só uma pergunta, nessa questão. Por que o senhor, então, não adotou esse mesmo critério na Marginal Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É tudo que eu gostaria, Deputado. Só que para...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque se era imprevisível na Marginal, não seria imprevisível também...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não. Eu vou dizer para o senhor o seguinte...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... no Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu defendo o modelo preço global a melhor licitação de um país. Quais são as dificuldades? Meio ambiente resolvido, interferências resolvidas, desapropriação resolvida, reassentamento resolvido e projeto executivo pronto. Se V. Ex^a não chegar à licitação com essas ferramentas, não existe preço global.

Mais uma coisa: pagamento em dia. O que é a empresa? Qualquer falha do gestor público é desequilíbrio econômico-financeiro. E no preço global a possibilidade de ele ser é zero. Nessa ocasião do TAC, as empresas estavam reivindicando a mim 38% de reajuste, e eu falei “é zero”.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que já estava licitado, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Já estava em andamento. Nós estávamos nisso aí em 2009. E ia inaugurar depois de oito meses o rodoanel, no dia 27 de março. A minha discussão com o TCU. Nós fomos ao Ministério Público Federal, por conta do inquérito do rodoanel, trecho oeste, o Inquérito 0499. Nunca foi criado inquérito para o sul.

Chegando lá, o Dr. José Roberto Pimenta, Procurador do Ministério Público Federal, apadrinhou com uma solução salomônica. Qual era? Vamos fazer encontro de contas. O que está em projeto e o que foi feito na obra, que é maior ou menor? Falei: “Dr. José Roberto Pimenta, eu tenho medo de que o final dessa história dê aditivo para as empresas, ao contrário do que o Dr. Pagot colocou ontem”. Não que ele não saiba, mas ele tem muita coisa. Primeiro faz o TAC, para depois fazer o aditivo. Não é que faz aditivo, para depois fazer o TAC.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esta foi a ordem: fez o TAC, depois fez o aditivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Aí vou colocar – e com todo respeito a ele, porque ele sempre me recebeu nunca na pressão, eu não o vi falar, mas na gestão, muito bem, quatro vezes em que estive lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele disse que o senhor o pressionou para assinar o TAC e fazer.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. A única diferença é pressão para gestão, mas vou dizer, e vocês julguem.

Houve 11 reuniões do Ministério Público Federal, quem participou? Dr. José Roberto Pimenta, coordenador dos trabalhos, com o seu auditor, Dr. Avelino Marques, que está aqui. Dersa: Paulo Vieira de Souza sou eu; Marcos de Oliveira, meu Gerente de Planejamento. Do TCU: André Kresch, Henrique Magnani, seis reuniões cada um. Eu e Dr. José Roberto Pimenta, 11 reuniões. DNIT – talvez o engenheiro Pagot também tenha se esquecido, muita coisa que ele tem. Do DNIT, participou dessas reuniões: Ricardo Rossi Madalena, Luís Munhoz Prosel, Paulo de Tarso Freitas, Cleveland Sampaio Lofrano.

Seria muito evasivo da minha parte falar uma coisa e pedir que os senhores acreditassem. Depois disso, eu fiz umas seis reuniões no Tribunal de Contas da União e mais dez reuniões com os empresários. A única coisa que eu posso dizer é que aqui estão as 11 atas das reuniões assinadas com a participação do DNIT. Que disse o DNIT? No dia da assinatura, mandou o seguinte *e-mail*. Eu vou dizer os nomes – ele fica nervoso porque a gestão é jogo duro comigo. Primeiro *e-mail*, Dr. Fábio Duarte, ele é Procurador-Chefe Nacional do DNIT, eu vou poupá-los e só vou ler o seguinte:

O Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC, no âmbito do DNIT, está sendo objeto de análise pela área técnica competente, com a chancela para assunto “tenha curso urgente”, havendo, inclusive, a informação de que a referida análise seria submetida ao conhecimento dessa procuradoria ainda no dia de hoje. Autarquia não possui autonomia necessária para celebrar o próprio TAC, não só pelo interesse da própria União, via Ministério dos Transportes, como também não temos [desculpem-me].

Nos termos da Portaria 690, de 20/5/2009, do Sr. Advogado-Geral da União, a matéria deve ser submetida ao prévio conhecimento do Sr. Subprocurador-Geral. Visando dotar a Diretoria Colegiada do DNIT das condições necessárias para a deliberação.

O DNIT não tem autoridade para assinar um TAC, como a Dersa também não tem com a PGR. Este é o primeiro *e-mail*; são seis.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, mas a questão. O senhor pode resumir, para dizer o seguinte: O.k., o DNIT, como era repassador de recursos, se recusou a assinar o termo de ajustamento de conduta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu nem usaria esse termo pesado, Deputado. Ele não se recusou; ele não foi autorizado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que ele disse aqui e o que...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu não estou dizendo, Deputado, estou provando com documento. A diferença é esta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que estou dizendo para o senhor é o seguinte: ele não assinou o TAC.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor está corretíssimo, ele não tinha autorização para assinar um TAC.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Dersa assinou o TAC e viabilizou o aditivo. Correto? O aditivo foi feito?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Foi feito. Se o DNIT tivesse assinado – o senhor vai ver no TAC que eu vou entregar aí, que tem a minha letra, escrito “retira” o DNIT. Estou entregando aqui o TAC –, se o DNIT tivesse assinado o TAC, e não precisaria assinar o aditivo, porque ele não assina o aditivo da Dersa, ele teria que contribuir neste momento com um terço do valor do aditivo.

Só para fazer conta redonda, se o senhor me permitir, de 260 milhões, se dividirmos por três, vai dar em torno de 85 ou 90 milhões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, uma questão central é o seguinte: se foi feito por empreitada global, não seria admitido então o aditivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Correto. Está perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recorreu ao Tribunal de Contas para dar guarida a isso. Foi isso?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu não recorri ao Tribunal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou ao Ministério Público Federal.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, o Tribunal de Contas divergia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas isso no início do processo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não, em 2009, no Fiscobras, e não no início do processo. No início do processo, nós fizemos preço global, o DNIT acompanhou. Ele acompanha a obra em 2007, 2008 e também em 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez preço global, por isso, redundou numa economia de previsão de recursos de que montante?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando nós transformamos, Deputado, o Rodoanel de preço unitário, 866, para preço global, eu fiz um desconto para o Governo. Quando eu fiz... Talvez eu queira... A diretoria da Dersa, mas quem fazia a negociação sempre

fui eu, e aprovada em colegiado. Foi um desconto de R\$100 milhões no início, só para assinar preço global.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cem milhões. E o aditivo foi de quanto?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com a seguinte condição. Tinha uma condição: se vocês economizarem e eu aprovar o projeto modificativo na mesma qualidade de toda a forma, sorte de vocês; se der prejuízo, azar de vocês. Só que, para entregar o Rodoanel em 34 meses, cujo contrato já tinha passado 14 meses, eles tinham que investir em tecnologia mais cara – em vez de tubulão, perfil metálico.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. Mas, aí, o aditivo foi de quanto?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Duzentos e sessenta e quatro milhões, por uma posição do TCU, que quis encontro de contas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Duzentos e sessenta e quatro. Então eu posso dizer que houve um acréscimo, ao final, de 164.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor pode dizer e com certeza está correto. É o menor aditivo de obra pública no Brasil. É a primeira vez numa obra que existe uma empresa, a Camargo Corrêa, de um consórcio cujo aditivo é negativo. Eu vou entregar ao senhor, e com documento – 039. E os aditivos estão aqui.

O maior aditivo foi de 3,69, e o maior deles, que é o da OAS, 17%, cuja média – e eu tenho aqui o Fiscobras 2009, a posição do Ministro Aroldo Cedraz – é a maior celeridade e o menor aditivo aprovado no TCU, dá 6,22%.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu entendi. Agora, por que foi necessário então o aditivo nesse regime de execução global? Porque eu posso questionar os 24,9% da Marginal Tietê, em que a Delta é a maior beneficiada e tal, é no limite. Agora, no preço global, não se admitiria o aditivo. Ele ocorreu em razão de quê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, o senhor está correto nessa segunda colocação. Por que nós fomos para o TAC? Por que o TAC gerou aditivo? Por uma postura técnica do Tribunal de Contas da União, que, como falei inicialmente, achava o seguinte: preço global, para nós, você tem que fazer medições. E eu diria que não. Preço global é turn key, está fechado, paga aquilo e não paga mais nada. Como ele, junto ao Ministério Público Federal propôs o encontro de contas, o que fez a mais e o que fez a menos, o que fez a mais e o que fez a menos, no caso da Camargo foi negativo, no caso da OAS foi positivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, então eles fizeram... Ao final eles fizeram um preço unitário.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não fizeram.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque fez o encontro de contas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não fizeram. Deputado, se for o preço unitário o Rodoanel, nem o aditivo de 40% resistiria. Foi o maior... Olha, tudo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas eles pegaram o preço unitário das coisas e fizeram o encontro de contas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, mas não foi assim. Talvez eu não esteja conseguindo ser...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não entendi.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele não, não é que tudo... Eles pegaram o projeto e quando foi verificado, queriam o serviço a maior. Desequilíbrio econômico financeiro.

O Sr. Deputado, eu vou dizer só de janeiro até março, choveu 47 dias em São Paulo, o maior índice pluviométrico da história. Eu dei ordem no Rodoanel, num compromisso moral que eu tenho aqui assinado no primeiro dia de obra. O Rodoanel terminou pedra sobre pedra, pararam todas as pedreiras de São Paulo para cumprir o prazo contratual, que era 27 de março.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas aí o senhor mesmo disse que faça sol ou faça chuva, se der lucro ou se der prejuízo, no global, o risco é de quem aceita fazer a licitação.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, o Tribunal de Contas da União...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. E o Ministério Público Federal aprovou, eu estou concordando com o senhor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É isso Deputado. O senhor imagina qual a autoridade que eu posso ter, a Dersa, perante o Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Procuradoria-Geral do Estado. Eu não sei quem faltou, acho que não faltou ninguém para aprovar o TAC. Só o DNIT por não ter a autorização da AGU.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por não concordar, segundo, ontem, o Pagot. Segundo o Pagot, por não concordar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Mas ele não concordou, ele não tem autoridade, ele não tem autoridade para fazer. Então ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tudo bem! É o que a AGU disse. Agora o Pagot disse outra coisa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só que é o seguinte Deputado, eu estou mostrando cinco e-mails do DNIT, dizendo que ele – e também da Advocacia-Geral da União – “você estão desautorizados a assinar o TAC”. Se a PGE fizesse isso comigo, eu como gestor público, a minha caneta nem sairia da gaveta.

Não é que eu não quis assinar, eu não podia assinar, eu não tinha autoridade para tal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação agora, o nome do senhor aparece na Operação Castelo de Areia, segundo matérias da imprensa. O que é que o senhor tem a dizer sobre isso? A que o senhor atribui essa citação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, eu nunca fui chamado, não trouxe aqui, nunca fui citado, nunca recebi um telegrama, nunca fui comunicado, vi pela revista Veja uma lista que eles colocam – para mim apócrifa –, independente de estar isso no Poder Judiciário trancado, mas vou esclarecer porque tenho a obrigação, escrito: Aro e Paulo Souza. Aí vem um glossário: Aro é Rodoanel, Paulo Souza; aí passa umas linhas, está escrito: quatro valores de uma primeira lista; numa segunda lista: TAC, está escrito aqui TCU/TAC – PAC, me desculpem – TCU/PAC. Numa outra lista está escrito Valdemar Costa Neto, Milton Montes.

Deputado eu não tenho a mínima condição profissional de declarar nada sobre essa lista que está aqui. Desconheço, não faço parte de relatório, nunca fui chamado, nunca fui arguido. Para mim, é um assunto que eu, se alguém tem que explicar é a Camargo Corrêa que fez a lista.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, quando o Vice-Governador de São Paulo Alberto Goldman assumiu o governo em abril de 2010, o senhor já fez referência aqui, o senhor foi exonerado do cargo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Correto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes, notícia da imprensa também, dá conta de que ele manda um e-mail para o então Governador José Serra dizendo: “Parece que ninguém consegue controlá-lo”. A que o senhor atribui esse e-mail e a sua exoneração logo após?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Esse e-mail foi em torno da queda da viga da Régis Bittencourt. O Dr. Goldman, como autoridade, como Governador, tem todo direito de simpatizar ou não com as pessoas. É um direito que cabe a ele. O Dr. Goldman, na inauguração do Rodoanel, publicamente, na presença de empresários, disse: “Esta obra só saiu por conta do comandante Paulo Souza”. O Dr. Goldman mandou esse e-mail dizendo, e é verdadeiro, eu recebi esse e-mail, não o mandou para mim, mandou ao Secretário Mauro Arce, alguém da Secretaria que, naturalmente, gostava muito do Mauro Arce, mandou o e-mail dizendo: “Gestor, veja o e-mail contra você, gestor nota 10, Secretaria dos Transportes. Recebi em envelope lacrado”. Ele diz, nesse e-mail, que eu sou vaidoso – e ele está correto –, que eu sou arrogante – S. Ex^{as} podem me achar arrogante porque falo o que penso, ele também está correto –, ele diz que sou um super-homem – aí ele

errou, eu sou o ironman –, mas, pior do que isso, disse que o governo me tratava como super-homem. Aí ele também errou. Mas o governo, na minha gestão, com 13 bilhões de obras, eu não era o Robin, eu podia ser o Batman. É isso que eu penso. É o direito que ele tem, ele é Governador. Simplesmente, o Secretário Mauro Arce falou: “Paulo, peça a conta”. Quem me conhece sabe que eu nunca saí de uma prova, que eu não peço conta de lugar nenhum, estou até com meu currículo à disposição do Brasil, se a televisão estiver vendo, está certo? Porque acontece o seguinte, se precisarem de um incompetente, não me chamem; se precisarem de alguém que não tem opinião, não me chamem. Agora, se quiserem obra no prazo, sobre gestão pública, podem me chamar. Paga bem, eu estou dentro, independente de partido, de clero, de religião. Eu sou esse cara que ninguém gosta. Não ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor atribui esse fato a sua exoneração?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Dr. Goldman não simpatiza pelo gestor público Paulo Souza. É um direito que ele tem. Aliás, vou ser criticado, quando sair daqui, porque eu deveria ser ponderado: “Ele pediu, você devia falar diferente”. É desse jeito que eu sou, é desse jeito que eu falo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – O senhor conhece o Sr. Adir Assad?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Conheço. Adir Assad é triatleta. Conheço ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Qual é a sua relação com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só de provas. Encontro... Todos os triatletas treinam em único lugar, na USP.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Ele trabalhou no Rodoanel ou empresas dele no Rodoanel ou na Marginal Tiête...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desconheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – ...como subcontratado?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desconheço. Eu não conheço... Olha, se eu falar que não li, tem matérias e matérias...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Mas ele trabalhou com o senhor...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele nunca entrou na Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Presidente, é o que eu tinha. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Sr. Relator.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros desta CPML, gostaria apenas de fazer duas ponderações com relação ao relato feito pelo Sr. Paulo Souza. A primeira, Sr. Relator, se me permite, ele tentou mostrar o e-mail que recebeu da AGU na qual o Sr. Pagot instou a AGU para se posicionar, e a AGU disse: o senhor está desautorizado a assinar. Esse e-mail foi entregue ao Presidente. Faço apenas esta constatação de que, apesar de o Sr. Pagot, eu entendo, ele disse aqui “eu não quis”, ele pode ter dito isso, mas o que houve é que ele foi desautorizado por um órgão que ele próprio consultou. Devo assinar? Não pode assinar e, portanto, não assinou. Então, apenas uma recomposição com relação a esse item.

Com relação à questão do TCU, eu ia dizer aquilo que V. Ex^a, o próprio Relator, já disse ao final. Veja, às vezes, me assustam questionamentos sobre a postura do Sr. Paulo Souza na questão do TAC. Ele foi chamado para a questão do TAC, do Rodoanel, no trecho oeste. Ele era do trecho sul. Não havia nada contra ele, mas o Ministério Público quis que ele intercedesse, ele gestor público Paulo Souza, para resolver e pôr um fim ao inquérito inaugurado no trecho oeste. Ele é instado. O Ministério Público chama o TCU. Participa o TCE. O pedido das empreiteiras era de um aumento de aproximadamente 30%. Fecha-se um aumento nos 6%, assinado – médio de 6% –, onde uma das empresas teve – 0,39, foi dito aqui. Assina-se esse termo e algumas pessoas questionam a postura do gestor, que foi chamado a dar uma solução para o Ministério Público. E o Ministério Público subscreveu. Então, por vezes, eu acho que a coisa passa até da lógica e do bom senso.

Mas eu queria dizer aos meus pares, e confesso aqui, que não conhecia o Sr. Paulo Souza, vim a conhecê-lo por ocasião desta CPI. E queria deixar claro aqui um registro. Primeiro, elogiar a postura de V. S^a. Não ter vindo com advogado. Eu sei que tem alguém que o assessora, na condição de assistente, para lhe dar os documentos, mas não está assistido por advogado. Não pediu *habeas corpus*. Fez questão de dizer: Eu estou disponível para todo e qualquer tipo de pergunta.

A forma como V. S^a se contrapôs aos seus detratores foi oportuna, verdadeira e sincera. A clareza com que V. S^a respondeu a todas as perguntas do relator, repito, a todas as perguntas do relator, não deixa dúvida sobre a sinceridade de V. S^a aqui hoje.

E, por fim, disse isso e fui até criticado à época, a uma pessoa que integrava o governo do Distrito Federal, a quem faço oposição. A sua postura aqui só demonstra o seu caráter. O senhor, de fato, é um tocador de obras, gosta do que faz e se pessoas tentaram

macular o seu nome ou ofendê-lo, hoje V. S^a passou a limpo essa questão.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. S^a, apenas cumprimentá-lo pelo seu proceder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O próximo inscrito é o Senador Alvaro Dias; depois o próximo inscrito é o Deputado **ONYX LORENZONI**.

Indago se o Senador Pedro Taques quer fazer uso da palavra, já que é o segundo inscrito.

Então com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Boa tarde.

O senhor conhece o Assad? O senhor fez referência a uma prática desportiva. Ele faz o quê da vida?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu conheço o Assad como triatleta.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, mas ele vive de quê, o senhor sabe?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu não sou amigo dele íntimo, não tenho relacionamento com intimidade.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Ele é procurador da República, Senador. O senhor sabe o que ele é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu li pelos jornais que ele é engenheiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Engenheiro. O senhor sabe se ele tem empreiteira, aloca máquinas para empreiteira?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não conheço, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor trabalhou na Dersa quanto tempo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Cinco anos, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Cinco anos.

O senhor trabalhando na Dersa cinco anos o senhor tem que conhecer as pessoas desse mercado: empreiteiro, quem faz locação de máquina, equipamentos.

Como funciona a locação de máquinas, se é essa a expressão correta, para as empreiteiras construírem uma obra como essa que o senhor tocava?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Rodoanel, Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qualquer obra, assim no gênero, por gentileza.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu vou responder ao senhor. O Rodoanel alugou... O Rodoanel, na obra do Rodoanel, foram alugados pelas empreiteiras 2.750 equipamentos.

A Dersa nunca, não loca equipamento. Esse mercado de locação de equipamentos, seja motocraper,

seja guindaste, seja caminhão, não faz parte do escopo da Dersa em contratação em obra.

Então nenhum locador de equipamento frequenta a Dersa, em nenhum nível, para propor serviço de locação. No Rodoanel, na Marginal, na Jacu-Pêssego, na Tamoios, é locado diretamente, sem autorização, independe de autorização da Dersa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, é feito o negócio diretamente com a empreiteira, o senhor está a dizer.

O senhor conhece alguma pessoa jurídica que faz locação de máquinas dessas que o senhor citou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu não atuo, eu conheço as empreiteiras, Senador. Locador...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria que ele respondesse a minha pergunta de forma objetiva. Eu quero saber, objetivamente: o senhor conhece ou não conhece, objetivamente?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não conheço, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não conhece. Muito obrigado.

Eu gostaria de saber, Sr. Presidente – ele está há cinco anos na Dersa –, se ele ouviu falar o nome de alguém, algum empresário que loca máquinas. Em cinco anos, ele nunca ouviu falar? É isso.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Indago se V. Ex^a...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nunca ouviu?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nunca ouviu falar?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouviu falar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo. O senhor sabe como funciona esse mercado de locação dessas máquinas a que o senhor fez referência? Comumente, quais são as máquinas que são locadas? O senhor pode citar três máquinas? Eu não sou engenheiro, eu não sei.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pois não, Senador. No Rodoanel, moscraper, caminhão, guindaste. São esses equipamentos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Uma máquina dessas custa quanto? O senhor tem idéia, por gentileza?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não é a minha área.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não tem ideia. Já perguntaram se o senhor conhece o Cachoeira, não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Sr. Carlos Augusto Ramos?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, senhor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, senhor. Não conheço.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi nada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor já participou de reunião com o Cavendish?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O engenheiro Cavendish esteve uma vez na Dersa, em 2008, e outra vez, talvez, em 2009.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – As empreiteiras, como a Delta, Odebrecht, O.S., Camargo Corrêa, essas empreiteiras vão fazer uma obra como essa da Dersa – que a Dersa tocava duas grandes obras que o senhor está falando aí –, essas empreiteiras, comumente, têm essas máquinas ou elas locam?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Há empreiteiras que possuem o equipamento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor sabe se a Delta possuía?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Veja bem, eu só conheço a Delta dentro de uma prestação de serviço do contrato dela. Eu não conheço a Delta profundamente, e nenhuma empreiteira. Eu nem sei o portfólio de equipamentos das empreiteiras.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ah, sim.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não é minha função. E nem da Dersa, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. No contrato em que ocorre a adjudicação do objeto da licitação, a empreiteira não precisa ter uma capacidade técnico-operacional para realizar a obra?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Precisa, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Precisa. E essa capacidade técnico-operacional não envolve máquinas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Envolve todos os equipamentos necessários.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, o senhor faz a análise desse material, ou o setor responsável na Dersa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O setor, o senhor não tenha dúvidas que faz.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Faz. O senhor nunca viu, nesse caso da Delta, se ela tinha essa capacidade?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, eu trouxe, inclusive, o contrato aqui, todos os contratos aditivos em que consta tudo o que é necessário. Eu posso pedir de volta e ler ao senhor, mas eu não tenho de cabeça.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não precisa, eu leio depois. Esse Assad, o senhor já viajou para fora do Brasil com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nunca. Só essas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O próximo inscrito é o Senador Alvaro Dias, não o vejo aqui. Deputado Onyx Lorenzoni.

Peço ao Deputado Vaz de Lima, se puder, para assumir, por um minuto, a Mesa.

ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Paulo Vieira de Souza, eu tenho uma pergunta para o senhor que diz respeito ao seguinte: meu objetivo aqui é ir atrás de tudo aquilo que envolva, talvez, o maior esquema de corrupção na área pública que o Brasil já foi capaz de desvendar. E tem nome e sobrenome: Fernando Cavendish e a Delta. Minha dúvida é zero, depois desses meses todos, como disse o Senador Pedro Simon ontem, nós estamos diante do primeiro corruptor que tem rosto, tem marca e tem provas aqui. Então, eu quero perguntar para o senhor: nas obras em que o senhor estava presente lá na Dersa, em quais obras a Delta estava vinculada?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só no lote 2 da Marginal Tietê, Deputado.

ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Em alguma circunstância, a Delta lhe procurou para qualquer tipo de composição financeira, quer para ter um aditivo, quer para repactuação de contrato, havia qualquer iniciativa nesse sentido?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca houve com a minha pessoa, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O.k.

Sr. Presidente, eu sei que o relator está me ouvindo neste momento e quero aproveitar porque eu tenho ainda 9 minutos aqui que não terei diante do Sr. Fernando Cavendish. Eu preparei um conjunto de documentos aqui e gostaria de saber, sim, do Sr. Cavendish por que a Delta adquiriu a Sigma e por que ela venceu uma licitação de R\$130 milhões na Petrobras sem ter capacidade nem *expertise* para fazer isso. Será que isso aconteceu, lá na Petrobras, porque ela contratou o consultor Sr. José Dirceu? Essa é a minha pergunta.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer é: que ações o consultor José Dirceu adotou em relação a essa empresa, que hoje eu não tenho nenhuma dúvida de que é bandida, chamada Delta, para que ela conquistasse contratos junto ao Governo Federal?

Segundo uma reportagem que foi publicada – e eu queria perguntar para ele –, o Sr. José Augusto Quintella e Romênio Marcelino Machado, que ainda não vieram aqui e que eu espero que um dia se sentem onde está o Sr. Paulo Souza, para prestarem esclarecimentos, disseram e afirmaram que providenciaram notas frias para justificar gastos com propinas. Não foi o Deputado de oposição, mas o sócio do Sr. Fernando Cavendish que disse que ele mandou arrumar nota fria para pagar propina na Petrobras. E essa propina não foi pouca; foram R\$5 milhões.

Hoje nós temos a Petrobras com dificuldades. Quanto das dificuldades da Petrobras não são por contratos assemelhados ao da Delta ou da GDK, lá no passado? Quando foi feita a inspeção extraordinária do TCU, a GDK tinha um superfaturamento de R\$130 milhões na Petrobras.

Eu também queria perguntar para o Sr. Fernando Cavendish sobre as intercepções telefônicas da Operação Monte Carlo da Polícia Federal que dizem que o Dadá, que era homem de confiança da articulação do Sr. Cachoeira e do Cláudio Abreu, a diretoria da Delta no Rio, no dia 31/03 do ano passado, participou da campanha de Agnelo e está cobrando a fatura. Qual é a fatura que o Governador do Distrito Federal pagou para a Delta? Da mesma maneira, esse conjunto extraordinário de mais de R\$460 milhões, que nós aqui, na CPMI, já conseguimos listar, que foi transferido da Delta para essas empresas que estão listadas aqui, Sr. Presidente. Tenho certeza de que o relator me ouve atentamente, porque sei da diligência do Deputado Odair Cunha, mas ele está justamente fazendo um lanche, mas está ouvindo. Aqui há a Décio e Rafael, Alberto & Pantoja, BW Serviços de Terraplanagem, Brava Construções, JM Comércio de Pneus, Insttale Engenharia e Consultoria, JSM Engenharia e Terraplanagem, Legend Engenheiros Associados, Mamuti Transporte e Locação, Power to Ten Engenharia, ASB Serviços de Terraplanagem, SM Terraplanagem Ltda., SP Terraplanagem Ltda., Soterra Terraplanagem, WCR Produção e Comunicação, WS Serviço de Terraplanagem, JR Prestadora de Serviços. E eu me dei ao trabalho de verificar, nos dados que até agora estão disponíveis aqui – faltam dados –, que da Delta, só no ano eleitoral de 2010, de que nós já temos os registros aqui, para essas empresas que citei, foram R\$170 milhões. Que campanhas eleitorais foram irrigadas? A campanha da Presidente Dilma foi irrigada

com esse dinheiro? Essa é a pergunta que tem que ser feita. Afinal, se havia um *modus operandi* em que o diretor-geral do DNIT, que fez insinuações a seu respeito, Sr. Paulo Souza, ontem aqui, mas assumiu publicamente que pediu doação, que foi atrás de doador, que os doadores mandaram a ele boletos de que haviam pago a campanha da Presidente Dilma. Se esse era o *modus operandi* e se ele disse aqui que ele não cuidou das grandes, quem cuidou das grandes? O Sr. José de Filippi deveria estar aqui, porque ele cuidou das grandes. E o Governo Federal, que transferiu, via DNIT, para a Delta R\$3 bilhões e ela, a partir de 2006 e em 2007, particularmente em 2008. Mesmo se o senhor juntar – o senhor tem 40 anos de engenharia, pelo que eu entendi – a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão, a OAS – está faltando uma das grandes de que não me lembro – a Camargo Corrêa, a Delta chegou a ter no DNIT, no ano de 2009, o triplo do faturamento das cinco juntas. No ano de 2010, ela teve quase o triplo e, no ano de 2011, tem quase o dobro. Como explica isso? Que margem ela fez para se transformar nessa empresa superpoderosa?

E, aí, ela se associa ao Sr. Fernando Cavendish. Associou-se com a máfia do Sr. Cachoeira, e o Sr. Cachoeira vem lá do jogo do bicho, das maquininhas. E, aí, ele se dá conta de que a expertise de comprar inspetor de polícia, de comprar proteção nas cidades onde operava as maquininhas ele podia trazer para minar governos estaduais, ele podia se relacionar com o Governo Federal. E a Delta, em conluio com o Sr. Fernando Cavendish, em conluio estreito com o Sr. Cachoeira, montou um esquema de acessar, saquear os cofres públicos brasileiros.

Eu queria poder, Sr. Presidente, Sr. Relator, perguntar isso ao Sr. Fernando Cavendish. Lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal parece não se dar conta de que esta CPMI em nenhum momento constrangeu, em nenhum momento foi deselegante, em nenhum momento, Sr. Relator, desrespeitou o princípio constitucional de que a salvaguarda do direito individual protege para ninguém produzir prova contra si e dá *habeas corpus*. Volto a dizer – o Senador Pedro Simon está há 40 anos aqui – que, na CPI dos Anões, foi feito um acordo para, primeiro, processar e cassar os Deputados e, depois, ir atrás dos corruptores.

Pois eu quero dizer que vai sentar aqui hoje e vai ficar calado, porque o Supremo Tribunal Federal protegeu, o maior corruptor da história moderna do Brasil, e os dados que esta CPMI já tem vão comprovar o que estou dizendo. Não tenho nenhuma dúvida de que o Sr. Fernando Cavendish é um corruptor de alto escalão. Associou-se com bandido para quê? Para praticar crime. Nós ver sentado aqui um criminoso que, lamen-

tavelmente, vai ser protegido por uma decisão equivocada do Supremo Tribunal Federal. E mais equivocada ainda é a decisão que tomamos aqui – não com o meu voto – de impedir que nós pudéssemos. São dezenas de ações, empresas, transferência de recursos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para concluir, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Apenas para essa empresa Alberto & Pantoja, no ano eleitoral, foram R\$25 milhões. O Sr. Geovani sacou R\$9 milhões na boca do caixa, Sr. Relator. O que ele foi fazer com esse dinheiro? Se pegarmos o sigilo bancário dele, perdão, o sigilo bancário dele que esse dinheiro aparece lá.

Então, Sr. Presidente, eu concluo, passando às mãos este estudo que a competente assessoria do Democratas fez para que o nosso Relator, Odair Cunha, possa trabalhar, possa, mesmo sob a tentativa ou seguramente sob o silêncio do bandido Fernando Cavenish, ele tente questionar em nosso nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E, principalmente, os dados que nós compilamos e que apontam, sem dúvida nenhuma, que dentro de poucos instantes, vai sentar aqui aquele, talvez, seja o maior corruptor da história moderna deste País.

O SR. PRESIDENTE (Vaz de Lima. PSDB – SP) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani. (Pausa.)

Não o vejo aqui. (Pausa.)

O Deputado está aqui. Está entrando na sala o Deputado Leonardo Picciani.

Todos entendem que estamos tomando um lanche, por rodízio.

Concedo a palavra ao Deputado Picciani. (Pausa.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone.*) – O lanche é só para a elite?

O SR. PRESIDENTE (Vaz de Lima. PSDB – SP) – Não. V. Ex^a também, se a assessoria o trouxer, tem todo o direito de usá-lo aqui, ao fundo. Desde que o traga, V. Ex^a pode fazer um lanche na sala que está disponibilizada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone.*) – Está esclarecido.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Paulo de Souza, depoente nesta CPI, tenho poucas perguntas a fazer. Acho que o Relator esgotou um leque grande de questionamentos, que foram respondidos pelo Sr. Paulo de Souza. Alguns são úteis a esta Comissão; outros não me parecem tão úteis assim a esta Comissão. Mas eu queria aqui fazer algumas perguntas.

Primeiro, o Sr. Paulo de Souza disse que havia alguns detratores. Inclusive, sugeriu aos detratores que eles assistissem ao filme Gladiador. Eu perguntaria ao Sr. Paulo de Souza se ele pode dizer quem são esses detratores.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os que estão em todas as revistas. O senhor gostaria que eu dissesse nominalmente?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Como V. S^a desejar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A revista Istoé; a CartaCapital; a Época; os ex-Ministros Fernando Henrique e Eduardo Jorge; o Tesoureiro-Adjunto do PSDB, Evandro Losacco; o candidato a prefeito de São Paulo Celso Russomanno; a Delegada de Polícia que saiu da 15^a DP, Nilze Baptista Scapulatelli.

Se o senhor me permite, há mais gente. É que os 16 processos eu os entreguei. Mas me deixe recordar.

Ainda há o Paulo de Tarso Venceslau, dono do *Jornal Contato*; Paulo Henrique Amorim, dono do *blog Conversa Afiada*, ou fiada, porque, para mim, não muda nada.

Todos esses são pessoas que mentiram a meu respeito, que vão à Justiça e que negam. Uns jogam a culpa na revista, a revista joga a culpa neles. O juiz, agora, determinou à revista Istoé que entregue a fita, e eles alegam que havia mais pessoas, que era segredo de imprensa. E, agora, deu uma ordem definitiva, para que separem as pessoas e entreguem as fitas.

Esses são os detratores que macularam minha imagem de 40 anos, com um passado como cidadão, como pai de família e como brasileiro, sem uma única prova. Aliás, no Brasil, é difícil entender como você é acusado, e cabe a você o ônus de provar que é inocente. A mim, como estamos numa idade moderna, só me cabe processá-los.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O senhor deixou a diretoria da Dersa em qual período?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu não a deixei. Eu fui exonerado pelo Governador Alberto Goldman.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Em qual período?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Em 2010, no dia 9 de abril de 2010.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – De 2010 até a presente data, V. S^a retornou, V. S^a ocupou novamente algum cargo público ou não?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nos 20 anos em que estou no setor público, assim que eu deixei qualquer cargo, nunca voltei à atividade nenhuma, nem de assessoria, nem empresarial, de forma nenhuma, porque eu não me sentiria à vontade. Eu não

me sentiria à vontade de voltar ao setor público tendo uma empresa no intervalo de um ano.

Aliás, se o senhor me permitir, o dono da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, disse, na revista *Veja*, que, só na minha cabeça, havia o sonho de trabalhar na Odebrecht por conta do Estádio do Corinthians. Eu sou conselheiro do Corinthians, sou corintiano, gosto do Corinthians, mas nunca, nem no sonho, estou dando, através da CPI, um recado ao Sr. Marcelo Odebrecht, herdeiro da Marcelo Odebrecht, empresa que eu sempre respeitei... E a *Veja* foi proibida de publicar a minha resposta. Saiu da *Veja* Patury, que hoje está na *CartaCapital* ou na *Época*, não sei, dizendo que só na minha cabeça tem um sonho.

Eu não tenho, nunca tive um sonho, nem quero ter sonho, nem quero ser convidado por construtora alguma do País.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas qual a sua atividade atual? O que o senhor faz atualmente?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, em termos... Deputado?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pois não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Leonardo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Assim que eu saí da Dersa, ando numa metralhadora giratória, sem nenhum processo, no qual eu vendi um apartamento que tenho na Vila Nova Conceição – eu construí o prédio – e vivo de recursos desse apartamento. E tudo que tenho, graças a Deus, na minha vida...

Eu fui ao Ministério Público estadual. Eles me pediram os quatro últimos Impostos de Renda. Eu levei 20. O Procurador desanimou e disse: “Não, isto aqui é demais. Só deixe quatro aqui e pode embora.” Fiquei quatro horas com ele.

Tenho o meu sigilo bancário quebrado e entrego aqui a esta CPI; tenho o meu Imposto de Renda e o que o senhor desejar mais.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Apenas duas perguntas, para finalizar: uma, com relação aos dois convidados de ontem.

Primeiro, com relação ao Sr. Pagot. O Sr. Pagot deu notícia – ele usou até o termo – de que teria tido com V. S^a uma conversa de bêbado a respeito da possibilidade de um termo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu sou triatleta, Deputado. Eu não bebo nem vinho. Eu sou um Ironman.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Então, quero perguntar a V. S^a o seguinte: qual o último Ironman de que o senhor participou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu fiz nove Ironmans. Comecei minha atividade como Ironman aos 53 anos, pesava 102 quilos. Não é o assunto daqui, mas só para mostrar a minha determinação. Aprendi a nadar em cinco meses, fui podium no primeiro Ironman. Em 10 anos, nos últimos, de 53 a 63 anos que tenho, fiz 10 Ironmans. Sou tricampeão brasileiro, medalha de prata na África. E outros currículos mais. Eu sou um atleta amador.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Sr. Adir Assad – que o senhor disse aqui ser também um praticante – participou de alguma prova junto com o senhor? De alguma prova do Ironman ou de outra prova do triatlo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele participou... O ninho da água do Ironman é Florianópolis, cidade maravilhosa. Só lá é possível haver Ironman no Brasil, pela organização, pela estrutura, pela decência, pela maravilha.

Todos os triatletas, a tribo do Ironman o senhor encontra em Jurerê Internacional.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Ele participou com o senhor da prova de Florianópolis, do Ironman Brasil?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele participou... Não, o Ironman é solitário, isolado. São 17 horas ininterruptas.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Não, a pergunta que fiz...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele participou em dois Ironmans.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – ... é se ele participou também.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Participou. Ele é triatleta.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – No Havaí, ele participou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele não tem índice para isso.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O senhor participou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu participei na Austrália. É preciso ter índice para ir. Vai um de cada categoria.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu conheço. Sou praticante de ciclismo em estrada e conheço um pouco...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Então o senhor sabe que é jogo duro.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Exatamente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É mais difícil que vir à CPI.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas, então, o senhor participou de prova já, junto com o Sr. Assad – prova de que ele participou também –?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Cem mil e quinhentos atletas em Floripa, todo ano.

Aliás, vou dizer para o senhor uma coisa que as pessoas não gostam de ouvir de mim. O Rodoanel foi tocado como o Ironman. Tinha dia, mês, ano e hora para terminar. Isso irritava profundamente as pessoas, porque a data era imutável. Assim eu coloquei no Rodoanel: era data retroativa em todos os canteiros de São Paulo inteiro e dentro da Dersa. O Rodoanel é a maior prova da engenharia do Ironman.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Paulo, eram esses os esclarecimentos. Chamou-me apenas a atenção um fato. E aqui deixo...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É um prazer imenso responder ao senhor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Na verdade, o que eu lhe faria como pergunta – já foram feitas.

Agora, apenas concluindo a minha fala, no minuto que me resta, casou-me só uma certa estranheza... Pode ser apenas um entendimento da minha parte, não sei se tem alguma coisa a ver.

O senhor, aqui, narrou um currículo exemplar, um currículo bastante consistente como profissional na área de Engenharia, demonstrou o conhecimento dos atores desse mercado da Engenharia, mas mostrou o desconhecimento da atividade do Sr. Assad, que, ao que nos consta aqui, também foi convocado a esta CPMI, por atuar, também, neste mercado como um empresário, como um empreendedor deste mercado, e é uma pessoa que o senhor conhece também dos treinos e da atividade esportiva.

Pode não ter nada a ver, mas eu deixo aqui registrado, elogiando aqui a conduta de V. S^a, que respondeu prontamente tudo que lhe foi perguntado, mas esse fato eu creio que, para mim, causou estranheza, alguém tão bem informado no mercado neste aspecto, neste caso em si não estar tão informado assim.

Era isso, Presidente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor permite que eu possa fazer uma colocação ou não?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Deputado, eu conheço a construção pesada do Brasil inteiro, todas as grandes, todos os donos, todos os

diretores executivos que foram até mim – isso quando era Diretor do Metrô –, no Palácio do Planalto – já na CTBC não, porque é um mercado pequeno de subempreiteiro lá, lá da região do ABC – e na Dersa. Locação de equipamento, empresa de engenharia pequena, que não tem a mínima condição, o Senhor imagine o seguinte: eu tinha um helicóptero à minha disposição para tocar as três maiores obras, e únicas obras, inauguradas no País desse porte. Só para o Senhor ter um ideia, só no...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O senhor considera uma empresa de engenharia pequena uma empresa que fatura até quanto anualmente?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, se faturar até...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – A partir de que faturamento o senhor consideraria uma empresa como de médio porte?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – De médio porte? Vamos dizer, uma empresa que fature aí R\$40 milhões ao ano, R\$40 milhões ao ano.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – E de grande porte?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Aí é só a Odebrecht. Trinta por cento da Odebrecht é maior que todas as empresas nossas. É a única empresa mundial.

O senhor imagine o seguinte, só no Rodoanel, Deputado, com respeito ao senhor, só no Rodoanel, tinha 134 pontos de viadutos, multiplicados pelas duas pistas são 268 no Brasil inteiro, o Brasil inteiro, pode somar o Brasil inteiro, feitos em 34 meses. O senhor imagine, eu andava – alguns me chamavam lá de maluco e continuam me chamando –, eu andava nas obras, eu começava, pela manhã, rodando as obras – somente é possível de helicóptero, é impossível de outro jeito – com um helicóptero alugado, evidentemente com concorrência, a R\$1,5 mil a hora – a Marginal Tietê, e todo mundo sabe disso – por isso, a minha mágoa, não é mágoa não... por isso... Às 11 horas da noite, e todo mundo sabe que os donos – os donos, não é que era mais ou menos, o único dono que não aparecia era o Sr. Fernando Cavendish, porque era o André que cuidava de São Paulo – corriam comigo a obra das 11 da noite às 3 da manhã, porque a Marginal foi feita em sete meses, passando 1,250 milhão carros por dia, sem parar um único dia – diferentemente do que gostariam, ela não foi inaugurada num dia só; a cada dois meses e meio eu liberava um trecho, desviava o tráfego. Nunca parou a obra.

Tem outro índice: 40 mil funcionários no Rodoanel. O senhor imagine, numa obra de 40 mil funcionários, mais Marginal, mais Jacu-Pêssego, nós tivemos uma morte na Marginal – uma árvore caiu na cabeça de

um senhor por conta da chuva – e no Rodoanel, uma única morte, porque dois amigos ligaram o digestor depois do horário e um triturou o outro.

Eu tenho o maior orgulho, apesar de ter sofrido tudo que estou sofrendo nesses dois anos, o maior orgulho de ter realizado o que eu realizei na minha vida. Eu voltaria a fazer tudo novamente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Sr. Assad sabia da sua função na Dersa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já concluiu, Deputado?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu acho quase impossível um engenheiro de São Paulo não saber quem é Paulo Souza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a já concluiu, Deputado?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Conclui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria que o Sr. Paulo Souza declinasse o nome do Sr. André. O tempo inteiro o senhor fala do Sr. André, que é diretor da Delta, em São Paulo. André...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu já falei, mas vou voltar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou André.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu já dei e entreguei o papel, inclusive. Mas eu volto. De novo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós não anotamos aqui.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu sou preparado, em São Paulo, para... Eu vou, de novo, dizer ao senhor, com todo respeito. André Ferreira Machado, Fernando Cavendish...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não. Só André Ferreira Machado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu entrego. Eu queria, se o senhor me permitir, Relator, para não sair daqui sem isso, entregar todos os e-mails e, se o senhor me permitir, não sei se o senhor permite, no qual o Ministério Público manda, sim, no caso do TAC.

“Dr. José Roberto Pimenta, encaminhando a V. S. Ex^a demonstrativo provisório dos valores considerados adequados pelo TCU e Ministério Público Federal – Paulo Souza – na certeza de que o senhor resolverá os impasses para a assinatura do TAC”. Depois de dois dias estava anunciado, na Imprensa, a assinatura do TAC.

Aqui estão todos os e-mails da Advocacia-Geral da União proibindo o DNIT da assinatura do TAC. Quero

entregar aqui, e o senhor pode verificar que não tem nenhuma teoria no que estou aqui colocando.

Com respeito ao Dr. Pagot, não tenho absolutamente nada contra ele. Eu só estou afirmando que o TAC não foi assinado por conta de uma determinação da Advocacia-Geral da União porque o DNIT, e é verdade, nunca tocou a obra do Rodoanel. Ele é repassador do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, membros da Mesa, está ao lado do Sr. Paulo Souza uma pessoa que, até agora, não foi nominada, como sempre, em respeito às pessoas que estão aqui na Mesa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Cabe a mim isso?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. Cabe ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – João Brantes trabalha comigo desde os 17 anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – João Brantes? É advogado, está na função de advogado ou...?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não. Pretendo que ele se forme em engenheiro daqui a dois anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Paulo Vieira de Souza, o Ministério Público de São reabriu, no último dia 2 de maio, uma investigação percorrendo os contratos que o Governo fez com a Delta Construção. E esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito começou em virtude das graves denúncias que envolviam o Sr. Carlos Cachoeira e o mundo do crime em que ele participava e participa. Participa tanto que continua dentro da prisão da Papuda a emitir ordens para o jogo aqui em volta de Brasília, a poucos quilômetros o Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Esta investigação, esse inquérito civil, foi pedido pelos Deputados João Paulo Rillo, Adriano Diogo e Ênio Tatto, do PT de São Paulo, deputados estaduais. Eles pedem apuração porque diz neste pedido que a Delta teria tido ampliada a execução da sua obra em R\$1,750 bilhão, tendo um aumento do valor inicial de 75%. Daí o Ministério Público ter reaberto esse inquérito civil para investigar esses contratos.

Fala, inclusive, do senhor, fala do Sr. Delson José Amador, fala dos lotes, dos valores. Eu queria que o senhor pudesse aqui esclarecer esta investigação que agora o Ministério Público de São Paulo está fazendo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu agradeço, Deputado. Eu gostaria de fazer uma colocação ao senhor. Primeiramente, eu queria já deixar aqui na CPI a minha resposta 24 horas após essas declarações dos jornais, na qual esclareço ao Ministério Público essa colocação do aditivo de 75%. Os Deputados do PT têm razão com relação ao aditivo de 75%, porém é no convênio. Quem é autorizado pela lei a fazer convênio, é entre governo, prefeitura, Estado, União. Não tem nada a ver com licitação.

O que eles misturaram, não sei por que motivo, ou a imprensa, é que houve um aditivo de 75%. Quero colocar ao senhor, Deputado, com todo o respeito, que a Delta teve sim aditivo de 24,8%, que eu também já entreguei a esta Comissão, só que fazia 4 meses que eu havia sido exonerado e se coloca na matéria como, além de 75%, eu como responsável.

Já entreguei a esta comissão os aditivos, já entreguei a esta comissão os convênios, e entrego agora a minha representação no Ministério Público de São Paulo, se for permitido.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor foi responsável aí por obras mais ou menos no valor de R\$6,500 bilhões.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quanto, Deputado? Eu não ouvi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – De R\$6,500 bilhões daqueles dados que eu levantei, e que o senhor teria pago empreiteiras antes do prazo, de forma antecipada.

O senhor pode falar sobre isso?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor só está se referindo ao Rodoanel ou a todas obras que eu...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, é exatamente... Isso o TCU identificou.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, só do Rodoanel.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Tribunal de Contas da União teria identificado, e teria dito que do volume de seis bilhões e meio de reais que o senhor estava gerenciando, parte disso teria sido antecipado. Esses pagamentos teriam sido antecipados.

Por isso eu estou perguntando ao senhor o que o senhor pode falar sobre isso.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me permitir, não estou querendo corrigi-lo, mas só esclarecer. O Rodoanel, a valores atualizados, são 5 bilhões. Nessa ocasião do TCU, que é por conta do Fis-cobras 2008, como a obra era uma obra preço global...

Para tentar ver se eu consigo esclarecer o senhor, ela não é medida serviço por serviço. Ela é feita por avaliação. Vou pegar um exemplo mais simples. Se nós fôssemos reformar esta sala a preço global,

eu não mediria quantos metros quadrados de piso, metros quadrados de parede, metros quadrados de pintura. Eu simplesmente avaliaria dentro de um cronograma pré-estabelecido. Foi executado da sala 30%. Liberaria. Quarenta.

O TCU entendeu que o nosso critério de medição a preço global não era adequado, coisa que eu não concordei.

Por esse motivo, numa divergência entre Dersa e TCU, que, por conta de um inquérito do Rodoanel Oeste, nós fomos ao Ministério Público para fazer o quê? Encontro de contas. O que é o encontro de contas? Vamos medir na verdade quantos metros quadrados tem o viaduto, quantos metros quadrados tem o piso, serviço por serviço. Durante sete meses, a equipe competente do TCU e a da Dersa fizeram esse levantamento.

Resultou contrário ao que eu gostaria, resultou no termo de ajustamento de conduta favorável, na média, em 6 e 22. No caso do lote quatro, foi negativo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu preciso, Sr. Presidente, como o meu tempo está se esgotando, fazer as perguntas. Pediria que o senhor anotasse para poder responder no seu tempo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me permite, um minuto só.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor já respondeu sobre isso, mas eu tenho aqui uma pergunta um pouco diferente.

Na eleição de 2010, a então candidata Dilma Rousseff fez uma acusação, no debate da Rede Bandeirantes, que o senhor teria recolhido, enfim, arrecadado R\$4 milhões e teria fugido com esse dinheiro, que seria para a campanha do então candidato José Serra.

Então eu gostaria que o senhor falasse sobre isso, se é verdade o que a candidata falou a respeito do senhor.

Gostaria também que o senhor falasse sobre as ameaças. Tem aí uma ameaça de que o seu partido, ou o partido com que o senhor trabalhou em São Paulo, aqui na CPMI não teria conseguido resolver para que o senhor não viesse à CPMI, e, com isso, o senhor ia denunciar setores. Seria importante falar sobre isso, já que o senhor é um homem que tem essa disposição de falar. E é tido, em vários momentos, como um homem bomba, então eu acho que é importante falar sobre isso.

Aqui tem outro dado também que eu não vi, pelo menos, ser perguntado – fiquei todo o tempo aqui –, que fala da questão de um bracelete de brilhantes que o senhor teria... O senhor estaria sendo processado como receptor de joia. Estou perguntando não é

para constrangê-lo, quero que o senhor saiba disso, mas é para dar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não entendi. Não, não tem a ver com escopo, é evidente, mas como tem acusações de 4 milhões, que fugiu, que tem isso, que tem aquilo, eu acho que é um momento importante, talvez, até para o senhor poder esclarecer, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – E agradeço, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E aí também fala que há indícios de que o senhor praticava tráfico de influência quando a sua filha, advogada dessas empresas, estaria lá fazendo... Enfim, a banca em que ela trabalhava, em busca de contratos do trecho sul do Rodoanel, não é? Então, eu queria que o senhor falasse sobre isso, não é?

E, finalmente, o senhor fala de ingratidão. O senhor fala de ingratidão, cita os momentos dessa ingratidão. Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso.

E eu, finalmente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós estamos aqui diante do grande financiador, o grande financiador, a empresa Delta, que tem um lobbista chamado Carlos Cachoeira, motivo da CPMI. E mais grave que isso, a Polícia Federal identifica o Sr. Carlos Cachoeira como sócio oculto da Delta. E nós temos que desvendar isso, aprovar os requerimentos de quebra de sigilo bancário e fiscal, que estão aqui há tempos, nós estamos cobrando para colocar na ordem. Já encaminhei o pedido de preferência ao Relator, ao senhor, para que venham aqui o Sr. José Augusto Quintella Freire e o Sr. Romênio Marcelino Machado, que são figuras que estão envolvidas em denúncias de tráfico de influência da Delta. Aquilo que traz a Delta e seus contratos com a Cedae do Rio de Janeiro, que parece que é outro emaranhado, porque desfilou em todos os cantos do mundo, fazendo autopromoção e escárnio perante a sociedade brasileira. O Sr. José Francisco das Neves, o Juquinha, contrato de 500 milhões com a Delta. E a Vitapan também, que tem contratos com Estados, Municípios e a União.

Então, finalmente, essas perguntas eu gostaria que o senhor respondesse. Se por acaso tiver alguma dúvida, eu me dirijo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quero agradecer ao Deputado as perguntas e vou...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para finalizar, Presidente, eu fiquei com uma dúvida aqui. Até anotei no fim.

O senhor falou de média empresa no setor de construção em termos de um faturamento de 40 milhões/ano. É isso que o senhor falou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É, perguntou a minha opinião.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sua opinião, claro. Aqui, o Sr. Adir Assad e suas empresas faturaram mais de 200 milhões, inclusive envolvidos com essas obras de São Paulo. Então, eu gostaria que o senhor aprofundasse um pouco mais com essas empresas do Sr. Adir Assad e pudesse responder um pouco mais porque, afinal, já não é uma média empresa, já está aí para grande empresa, faturando nessas obras desses contratos de São Paulo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pois não, Deputado. Posso começar a responder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com relação à primeira pergunta: a Presidente Dilma Rousseff. A Presidente, num debate com o candidato José Serra, perguntou a ele sobre o seu assessor que fugiu com 4 milhões. Isso foi numa tréplica. Teve intervalo, e, naquele momento, o candidato José Serra não respondeu. Eu espero imensamente, Deputado, que a Presidente do País, um dia, pela amplitude que tem a imagem de um presidente, reconsidere essa postura, porque foi numa campanha. Mesmo porque, com todo o constrangimento que me cabe como cidadão, eu tenho uma representação, pelo Dr. José Luiz Oliveira Lima, contra a Presidente da República, o que muito me constrange, porque tenho certeza absoluta de que a Presidente fez isso baseada numa informação mentirosa da Istoé e de integrantes do PSDB. Coisa que a mim não me faz bem algum, mas eu espero que a Presidente do meu País um dia avalie se é justo essa afirmação. Eu gostaria imensamente que a Presidente tivesse dito, baseada na revista Istoé, que Paulo Vieira de Souza, que nunca foi assessor do Governador Serra, e sim foi gestor, diretor de engenharia da Dersa, sumiu com 4 milhões. É tudo que eu pedi que a Presidente fizesse vendo a televisão. Infelizmente, por qualquer lapso da assessoria dela, ela deixou de citar a ISTOÉ.

Acredito ter respondido essa sua pergunta, Sr. Deputado.

Com relação à ameaça de não vir à CPI, tudo que eu pedi nos últimos 60 dias é que me deixassem vir a esta CPI. Se eu sou ameaça, eu sou aos incompetentes. A CPI me deu uma oportunidade única na minha vida. Talvez tenha mudado para muitos o paradigma de uma CPI, porque se diz que aqui eu seria maltratado, que aqui eu seria avacalhado, que aqui eu seria xingado, que daqui eu poderia sair preso. E

eu não quis vir, e tenho um dos melhores advogados do Brasil, tenho cinco escritórios... Eu quis vir com o João Brantes, que começou a trabalhar comigo como *office-boy*, e passar a possibilidade de que tudo isso acontecesse.

Saio daqui, do Congresso Nacional, com tudo aquilo que eu esperava que o Senado e a Câmara fizessem. Eu tive aqui, até o momento, o maior respeito desta Casa. Sinto-me na obrigação de responder qualquer tipo de pergunta, esteja ou não no escopo. É a oportunidade da minha vida.

Com relação ao homem-bomba, eu acho que eu sou super-homem, na opinião do ex-Governador Goldman; sou Batman, sou homem-bomba, homem-dinamite, sou o que quiserem que seja. Na verdade, eu sou um cidadão brasileiro, engenheiro civil, professor de matemática, sou triatleta, sou *ironman*, e cumprio aquilo que falo. Mas a imprensa acha bonito homem-bomba, acha bonito factóide.

Sou amigo pessoal do hoje Senador Aloysio Nunes, amigo pessoal de família, tenho o maior respeito por ele; eu o acho um dos ícones da política brasileira e jamais negarei. Quando me foi perguntado: “Ele é seu amigo?”. Eu disse: “Pergunte ao Senador”. Privo, com o maior privilégio, da sua amizade.

Bracelete de brilhante: tudo que eu podia agradecer ao senhor. O diretor atual da Dersa, Pedro Silva, no Dia dos Namorados, numa sexta-feira, ligou para mim e falou, entre outras conversas: “Olha, estou com um bracelete de um amigo aqui de Campinas, joalheiro; é um bracelete maravilhoso e eu não vou comprar porque não me interessa. Você tem interesse em ver?”. Eu falei: “É bonito, Pedro?”. “É.” “Manda para mim.” Mandou pelo motorista. Era um bracelete da Gucci.

No sábado, quando eu saí da cidade universitária, eu fui ao Shopping Center Iguatemi São Paulo, que eu construí a ampliação; fui à loja da Gucci. Não é em Santana, na Mooca, atrás da noite – na Gucci. Cheguei à Gucci e falei: “Vocês poderiam avaliar este bracelete, se ele é verdadeiro ou não? Porque eu tenho interesse em comprar”. O que a vendedora falou? “Pode deixar, vamos verificar.” Depois de 10 minutos, veio o diretor da Gucci no Brasil e falou: “O senhor é o dono do bracelete?”. Eu falei: “Não. É uma pessoa que me indicou para comprar”. “Então, eu gostaria de falar o seguinte: este bracelete foi roubado por um funcionário; só há 80 peças dessas no mundo; foi roubado por um funcionário da Gucci e há um BO na polícia”. Eu falei: “Não é possível”. Liguei para o Pedro, hoje diretor de engenharia da Dersa, e falei: “Pedro, eu estou com um mico aqui na mão, mico leão dourado, aqui no Iguatemi. Isto aqui é roubado?”. Ele falou: “De jeito nenhum, eu conheço o dono da joalheria”. “E onde está

esse dono?” Falou: “Espera aí que eu vou ligar para ele”. Depois de meia hora, o dono do bracelete foi à loja da Gucci. E o diretor falou: “Olha...” Ele chegou lá: “Não, o bracelete é meu, não conheço esse senhor, ele está fora.” Nunca me viu na vida. Vamos à delegacia”. E eu falei: “Não, calma aí. Eu que trouxe o bracelete. Eu vou junto. Eu trouxe o bracelete e como é que...” Pensei comigo: eles vão à delegacia e eu que trouxe o bracelete. Negativo! Peguei meu carro, depois de 20 minutos, fui à delegacia. Parei o meu carro em frente à porta da delegacia, 15ª DP.

Fiquei aguardando lá, aparece o amigo Joaquim Grava, médico do Corinthians: “Pô, o que você está fazendo aí, Paulo?” “Estou aqui porque vou ser testemunha no caso de um bracelete” – isso eram cinco horas da tarde, a delegada lá de plantão. Aí ele falou: “Olha, está estranho esse negócio, você está aí para dar testemunho, a delegada está aí e não quer...”.

Passam-se quarenta minutos, chega a delegada desvairada, Nilze Baptista Scapulatiello: “Flagrante, todo mundo preso”. Eu e o Joaquim... O Joaquim, quando viu, pulou pela primeira porta. O joalheiro correu para a esquerda, e eu, o mico-leão-dourado, fiquei lá, fui preso e fiquei nu. Fiquei preso três dias como receptor de joia roubada, sem telefone, sem poder ligar. O carcereiro foi lá para me colocar algema para sair para falar com a delegada. Ela falou assim – ela me botou pelado, não sei qual é o desejo sexual da delegada –, ela voltou e falou: “Devolve a roupa para ele”. Por que ela prendeu a minha roupa? Porque eu tinha um dinheiro na roupa, porque eu fui ao Iguatemi para comprar o presente da minha esposa – comprei na Vivara e ela apreendeu. Aí, foram tirar o meu carro, que era uma Z4, o pessoal da delegacia procurou a chave e não a achou, não sabia como ligar o carro. Ela voltou e autorizou que voltasse a roupa para mim. Coloquei – desprendeu a roupa –, pus a calça, pus a camisa, fui para a rua, peguei o meu carro, coloquei no estacionamento – ela começou a vistoriar o meu carro porque tinha sido assaltado o Shopping Cidade Jardim e, não sei por que, ela pôs na cabeça que eu devia ser o chefe do assalto ao Shopping Cidade Jardim. E eu, preso na delegacia, fiquei preso de sábado para domingo, domingo para segunda, segunda para terça.

Isso eu entrei... A delegada fez um bem para São Paulo porque não está mais na delegacia, foi processada por mim. Eu não tive processo: três a zero no Ministério Público; três a zero no Tribunal de Justiça, com abuso de autoridade, com a mínima possibilidade... E o proprietário da joia apresentou documento e recibo.

Aí a minha mágoa: eu não fui um engenheiro do governo, eu não fui um qualquer do governo, bastava uma ligação, não para me proteger, mas para não se

deixar cometer injustiça comigo. Infelizmente, porém, só cabia a mim ir para o lado da lei. Nesse caso – está aqui, já entreguei à Comissão –, estão todos os que eu processo. E me falaram: “Não processa a delegada porque ela manda te matar”. Falei: “Que mate, não tem problema”. Está condenada, saiu da delegacia: livre São Paulo de uma delegada desvairada. Talvez ela precisasse ter prendido uma pessoa como eu para que São Paulo se livrasse dela. Mas, no julgamento, ela estava uma beleza, penteada, uma graça!

Espero ter respondido o caso do bracelete.

Tráfico de influência.

Desculpe-me, Deputado, pela indelicadeza, mas é que esse assunto da delegacia me irrita profundamente e eu agradeço ao senhor... Eu tenho um amigo que diz: “Esse cara tocou 14 milhões, foi num tribunal americano e falou – pasmem – que ele foi preso porque foi avaliar uma joia na Gucci”. Disse: “Seu mané, por que você foi avaliar? Devia ter comprado e ficado quieto”. Mas não, eu...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não tenho nada a reparar, nem a questão sexual, nada, nada, não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Tráfico de influência, Sr. Deputado. O que o senhor gostaria... Eu não entendi o que eu deveria... O senhor me falou em tráfico de influência e em ingratidão. É que eu não sei o que eu faria...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A filha, que á advogada, a questão do tráfico...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Agradeço ao senhor.

Minha filha, Tatiana Arana de Souza... Vou aproveitar a pergunta do Deputado e falar das duas. Minha filha Tatiana Arana de Souza trabalhava no cerimonial do Palácio dos Bandeirantes. Essa eu vou revelar aqui. Vão me criticar. Vou sair daqui e não sei o que vai me acontecer. Trabalhava com a Cláudia Matarazzo. Um assessor dela, quando a minha filha estava lá – e ela adora a Cláudia – passou a mão em suas nádegas. A minha filha ligou. Nesse dia, infelizmente, Deputado, eu estava preso. Por sorte do cara. Porque aí não tem acordo comigo.

Eu fui e liguei para o Senador Aloysio e disse: “Ou esse cara está fora, ou esse cara nunca mais vai trabalhar em lugar nenhum na vida”. Ele foi demitido. Esse é o caso da minha filha, que trabalhou no cerimonial do Palácio do Governo.

O caso da outra filha. Mas esse eu só aproveitei e peço perdão ao senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por favor, ninguém está perguntando...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É que eu tenho duas filhas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Aliás, quando eu falei sobre o tráfico de influência, eu nem citei o nome da sua filha. Eu só disse do tráfico por ser um membro da família.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Mas eu vou falar da outra filha. Minha filha... Não. Eu agradeço. Desculpe, até, Senador... Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não. Eu não sou Senador.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado.

A outra filha minha trabalhava no Escritório Edgard Leite.

O Escritório Edgard Leite faz 25 anos e é talvez o quarto ou quinto maior escritório administrativo do País.

Ela tem oito anos de formada. Trabalhou lá. Esse escritório nunca prestou um único serviço à Dersa. Ele só trabalha com empresa privada.

Tamanho é o desgosto dessa filha minha, depois de quatro anos lá, que o mês passado, quando começou de novo o assunto de CPI – e que eu queria e elas me contestam –, ela simplesmente saiu também.

O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte: eu gostaria que alguém provasse, em alguma instância, alguma dessas acusações. Ou que tivesse a ousadia de me processar, porque não é normal tanta calúnia e não ter um processo. É a ingratidão. Essa é a ingratidão. Essa é a ingratidão na minha vida.

Eu, há 40 anos, sou profissional. Não pretendo terminar minha vida profissional manchada por incompetentes, por maldosos, antes que isso termine; nem que eu dedique o resto da minha vida para que a justiça seja feita.

Eu sei que ser alvo de uma campanha presidencial nada mais irá reparar. Mas eu irei a todos os canais de televisão com todos os processos vencidos e me dedicarei *full time* a fazer justiça pela minha família, pelos meus amigos e, antes de mais nada, por mim, pelo que eu plantei na minha vida.

É essa a ingratidão, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O senhor não me respondeu se essa empresa Edgard Leite Advogados Associados, que presta serviços, há mais de dez anos, às empresas contratadas pela Dersa, especialmente no trecho sul do Rodoanel? Essa é a pergunta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É isso a pergunta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Edgard Leite não presta e nunca prestou nenhum serviço para a Dersa no Rodoanel.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. Às empresas contratadas pela Dersa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Há 25 anos, ela defende as empresas. Não teve nenhuma defesa que ela fizesse. Aliás, eu diria...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Está respondido. Para mim não há essa dificuldade. É mais objetivo, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Está bom. Está bom.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o senhor não disse da ingratidão. Os nomes de quem o senhor sentia a ingratidão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Digo ao senhor, com o máximo prazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu tenho total prazer em fazer isso. Ex-Ministro do Fernando Henrique, Eduardo Jorge; ex-tesoureiro adjunto do PSDB, Evandro Losacco.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor já declarou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu vou declarar e...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com todo prazer que o senhor possa imaginar. Eu peço que o senhor me permita concluir.

O Sr. José Aníbal, que eu não pude processar, porque, pelo que ele falou, eu não tive como processá-lo. Fiquei sabendo da história desse cara.

Eu não tive como processá-lo. Fiquei sabendo da história desse cara. Parece que ele sumiu, desapareceu. Eu nunca sumi de lugar nenhum, eu não desapareço. Tem – e todos aqueles que poderiam não deixar a injustiça ocorrer, com um gestor como eu, em uma delegacia. É essa a injustiça.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Presidente, ficou uma dúvida. Viu, Presidente? Aquela questão da média empresa do Assad; quando o senhor falou de 40 milhões, e ele faturou mais de 200 milhões. Essa pergunta o senhor não respondeu.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Vou tentar responder ao senhor. Eu soube, pela Veja; de repente, um se tornou empresário, Adir Assad, de bilhões, milhões (é assustador o número). Porque a Delta o Brasil inteiro conhece, mas Adir Assad é de deixar perplexo. Bilhões e ninguém conhece! Porque ele não presta serviço pela matéria a nenhum órgão do País – é só

empresa privada. Como um gestor público vai conhecer... É empresa, pelo que leio nas matérias, empresa de show, empresa de locação, empresa... Eu leio a matéria e é impossível um gestor público conhecer uma dimensão... Porque se o senhor perguntar: “O senhor conhece a Delta? Conheço. Conhece a Sobrenco? Conhece a EIT? Conhece a Camargo? Conhece a S.A. Paulista? São empresas que trabalham no setor público. Eu estou há 20 anos no setor público, Deputado! Vinte anos! Cinco anos no Metrô; cinco anos na Presidência da República; cinco anos na Companhia Borda do Campo, cinco anos na Dersa e nunca ouvi falar! Olha e nunca soube disso! De repente... Daqui a pouco é a sétima empresa do País. Brincadeira, o senhor perguntar isso para mim. Infelizmente, é assustador!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Vanderlei Macris, com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente; Srs. Deputados; Sr. Paulo Vieira de Souza. Eu queria, primeiro, agradecer muito sua presença, porque, desvestido de *habeas corpus*, de advogado, se propôs a vir e falar integralmente sobre as questões atinentes a esta CPI. Eu, da mesma forma que o Deputado Carlos Sampaio, o conheci uma única vez, quando o visitei na presidência da Dersa e ali pude ver o entusiasmo de V. S^a quando mostrava o mapa do andamento da obra do Rodoanel. Foi naquele momento que pude perceber sua determinação com obras desse tamanho, dessa magnitude.

Eu queria dizer que as pessoas não têm ideia, Sr. Paulo Souza, como nós lá de São Paulo, especialmente os Deputados de outros Estados, da grandiosidade que foi essa obra, as marginais de São Paulo também, a Jacu-Pêssego. Obras de vulto com milhões e milhões de reais investidos pelo Governo de São Paulo; V. S^a, que foi o gestor dessas obras, as entregou dentro do prazo especificado.

Por que o senhor está aqui hoje? Na minha opinião, está aqui hoje porque – de maneira injusta, na minha opinião –, primeiro, uma denúncia em uma revista, o Sr. Antônio Pagot disse, claramente, com relação ao Sr. José de Filippi, que esta Comissão quis evitá-lo; mas fez questão, em um contraponto, de trazê-lo para cá em função de uma declaração do Sr. Luiz Antônio Pagot. Qual a declaração? A declaração foi a seguinte: “Cuidado com esse aditivo! [Disse o Sr. Pagot, ontem]. Esse aditivo tem a finalidade de contribuir com campanhas em São Paulo.” Ele mesmo disse: “Isso é uma conversa de bêbado. Isso é uma conversa de boatequim. Isso é uma conversa que não se pode provar.”

E aí, ele insiste e diz que o repórter usou as palavras que ele quis e não as que ele disse. Ele próprio ontem, Sr. Paulo Souza, aqui, nesta CPMI, mostrou

claramente que o que ele falava era uma conversa de terceiros a respeito de V. S^a. Só isso, ontem, foi suficiente para mostrar aqui nesta Comissão que a sua presença aqui valeu muito mais para o seu desabafo, para as suas explicações – que talvez não tivesse sido dada oportunidade de fazer em outros momentos sobre todos os fatos que aqui o senhor relatou –, mas que, na verdade, mostram claramente que há um jogo político aqui também nesta Comissão pela maioria da base governista quando não quis trazer o Sr. José de Filippi. Ele mostrou claramente na declaração aquilo que vou dizer agora. Diz o Sr. Antônio Pagot:

Eu apresentei uma lista completa de todas as empresas que tinham contrato com o DNIT, que é uma lista imensa. E até não perdi muito tempo. ‘Olha, com as maiores aqui, você [pode não] se preocupar, porque [o comitê de campanha vai trabalhar], porque isso aqui é assunto do comitê central. Você escolha umas trinta ou quarenta empresas [diz o Sr. José de Filippi para o Sr. Pagot] e vai atrás para ver se eles têm possibilidade de fazer alguma doação.’ [Aí diz o Sr. Pagot] E foi o que eu fiz.

Confessou aqui ontem, disse claramente, usando, evidentemente, o poder do Estado para impingir contribuição de campanha para a Presidente Dilma Rousseff. Essa, sim, é uma questão que tinha que ser aprofundada aqui na CPMI, não conversa de botequim, não conversa de terceiros, como foi colocado e que trouxe V. S^a para cá.

E aqui, todos nós pudemos sentir: situação, oposição. Talvez houvesse interesse de muitos que aqui estão frustrados hoje de tirar boas imagens para a campanha eleitoral. Mas não foi o que aconteceu. O senhor aqui mostrou conhecimento, sinceridade, competência técnica, transparência até com bom humor, atuou e mostrou as suas razões em relação aos episódios que aqui foram colocados.

Portanto, quero apenas dizer, nessa manifestação que fiz, que, sem dúvida nenhuma, o que precisava ser esclarecido aqui já foi, o senhor já deu todas as explicações e eu me sinto absolutamente convencido. A sua presença aqui, Sr. Paulo Vieira de Souza, foi muito mais um rigorismo, rigorosamente uma disputa política do que efetivamente fatos que pudessem comprometê-lo.

Então, Sr. Presidente, fico por aqui e agradeço muito ao Sr. Paulo Vieira de Souza, porque o senhor não faz parte do pacto de silêncio que esta Comissão aqui está averiguando em relação à organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira. Pelo menos até aqui, não tivemos nenhuma possibilidade de confrontar a sua

presença, a sua participação em todas essas questões, que não fosse meramente política.

Muito obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se eu pudesse responder ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. S^a.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, é verdade. Nos meus cinco anos de Dersa, ele esteve uma única vez comigo. Nem achava que ele se lembrava disso. Pela sua lisura, Deputado, o senhor não foi lá solicitar absolutamente nada, o senhor foi lá simplesmente para tomar conhecimento como Deputado. Eu tenho por sua pessoa – apesar de não tê-lo no meu rol de amizade – o maior respeito como homem público, como pessoa e como ser humano. Agradeço em meu nome e, quem sabe, em nome da minha família as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, por cinco minutos, Mendes Thame. (Pausa.)

Está dispensado.

Como Líder, Jilmar Tatto, cinco minutos.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Paulo Vieira de Souza, parabéns pela explanação e pelos esclarecimentos.

Eu queria... O senhor ficou cinco anos na Dersa e teve um contrato que movimentou em torno de R\$13 bilhões e fez essas obras todas que o senhor elencou. O senhor foi convocado alguma vez a comparecer à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre essas obras?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. No tempo de líder não se pode fazer indagação alguma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Líder não pode perguntar, o Líder não pode fazer indagações, Sr. Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Outra pergunta que eu queria fazer: quantos processos o senhor tem...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele gostaria de fazer e está fazendo a pergunta.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Quantos processos o senhor tem...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É preciso deixar claro que ele não precisa responder nenhuma pergunta e não deve responder nenhuma pergunta. Não deve porque, como Líder, não pode fazer perguntas.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Eu entendo a apreensão do nobre Líder do PSDB, mas quantos processos o senhor tem no Ministério Público estadual?

Por que faço essa pergunta, Sr. Paulo Souza? Porque tem a conversa de bêbado, mas tem a conversa de pessoas cujo governo o senhor serviu e do partido com o qual o senhor tem relação, como o Aloysio Nunes Ferreira, que é do PSDB. Inclusive, parece que o senhor emprestou dinheiro para ele – nada contra, não estou fazendo nenhum juízo de valor. Mas tem conversas que não são de bêbado, mas de membros do PSDB, que dizem o seguinte: num local daquele, o Dersa, com contratos – montante de todos os anos da ordem de 13 bilhões em obras, é evidente que ali era um foco de financiamento de campanhas do PSDB.

A relação de empresas que prestam serviços para o PSDB, para o PT, que contribuíram para campanhas, isso aí é público, inclusive essas grandes. Todos nós as conhecemos, está no TSE, não há problema algum. Mas, inclusive, relacionado ao caixa dois. E pergunto se o senhor teve alguma participação no processo de prorrogação das concessões do governo do Estado de São Paulo. Qual é a participação da Dersa nesse sentido?

Eu digo isso porque, num determinado... O senhor é competente, como mostram as obras que fez lá, a sua própria exposição, o seu currículo, e prestou esse serviço ao PSDB, ao governo do Estado, ao Alckmin e ao Serra. De uma hora para outra – e talvez seja esse o motivo de sua indignação –, o senhor foi chutado, sem muita explicação, ainda que em nenhum momento tenha deixado de prestar o serviço.

Pessoas do PSDB – não é papo de bêbado – falam que, em algum momento, o senhor, além de ser um organizador do caixa dois do PSDB, ou de parte do PSDB, também começou a ter recursos próprios, quer dizer, usou do seu cargo para poder usar recursos próprios, e que parte dessas denúncias, do José Aníbal e de outros que apareceram aqui no jornal ou da Polícia Federal, do relatório da Camargo Corrêa...

Eu digo isso, Sr. Paulo Souza, porque não tenho nada contra a pessoa do senhor. Eu digo isso porque isso é voz corrente. É voz corrente. Houve uma blindagem em relação a apurar possíveis irregularidades das obras da Dersa, porque as CPIs na Assembleia Legislativa, todas, foram blindadas, nunca aconteceram; a atuação do Ministério Público no Estado de São Paulo – por isso fiz a pergunta para o senhor para saber quantos processos o senhor tem. Porque um gestor, por mais competente que seja, por mais honesto que seja, conhecendo a legislação brasileira, fazer uma obra de R\$13 bilhões – Rodoanel, Tamoios, Jacu-Pêssego, as marginais, todas essas – com um monte de aditivos, todo mundo sabe que termina com processo. Se não termina com processo é porque não faz, porque tem gente que não tem processo porque não faz. Geral-

mente, quem faz tem processo em cima disso, e não vejo isso como algo que deponha contra a sua pessoa.

Mas há uma blindagem política em relação a isso e se fala também que o aditivo pós-TAC era financiamento do PSDB de caixa dois de que V. S^a participou.

Infelizmente, na qualidade de Líder, não posso ter minhas perguntas respondidas, o senhor tem a prerrogativa de responder se quiser, mas são indagações que eu gostaria de ver respondidas até porque não é uma conversa de botequim. Nós estamos conversando e está sendo televisionado. Eu gostaria que o senhor falasse sobre essas perguntas que eu fiz, em que pese essa inquietude por parte do promotor, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca. Ausente. Deputado Vaz de Lima, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu peço a V. Ex^a para falar como Líder, depois.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Obrigado, Excelência.

Bem, eu ia usar apenas um minuto ou dois talvez da minha fala, Sr. Presidente, mas, depois da fala do nobre Deputado Jilmar Tatto, eu me vejo na obrigação de dizer umas coisinhas a mais.

Estamos aqui, todos estão imbuídos da melhor das intenções. Agora, é ruim quando fica uma palavra apenas jogada assim. Tenho grande respeito pelos Tattos, como nós chamamos em São Paulo. Agora, como aqui precisa ficar um registro, eu preciso dizer.

Não dá para aproveitar um momento desses para dizer coisas, ainda que numa linguagem tranqüila e tal, sem agressividade, como foi o tom do nobre Deputado. Por exemplo, nós ouvimos dizer, a toda hora, que o maior escândalo deste País se deu na Casa Civil do Presidente Lula, inclusive com a participação da atual Presidente Dilma. E nós não estamos falando disso, porque, senão, vira um negócio político.

Ah ouviu dizer, fala-se que... Não, aqui nós estamos numa coisa concreta, Deputado Macris. Aqui veio o que se falou. E se falou aqui de coisas pessoais do depoente. Pessoais! E não se furtou a falar.

Então, se pudesse – e nós não podemos fazer isso –, o ideal seria deletar a palavra do Deputado Tatto, até porque não seria possível, mas se pudesse... Mas ele tem direito de falar, como o Deputado Onyx falou.

Eu presidi 500 vezes reuniões de tudo e acho que é direito de falar, mas a gente precisa fazer pelo menos esse contraponto, para não ficar, lá na frente, quem sabe, a imprensa utilizando isso para dizer apenas a palavra. Então, não quero. Se pudesse, deletaria a minha também. Não quero ficar registrando aqui que a Presidente Dilma está sob esse foco de ter sido tam-

bém alguém que, dentro da sua função lá na Casa Civil, ou como mãe do PAC, tenha sido a grande gestora de um grande processo de corrupção. Então, eu queria fazer, primeiro, esse registro apenas por contraponto.

Agora, venho falar aquilo que preciso falar ao seu Paulo Vieira de Souza.

Todos sabem, neste País, da minha ligação com o Governador José Serra. E todos sabem da minha ligação com o Ministro Aloysio Nunes, histórica, antiga. Eu queria fazer aqui uma constatação. Eu o conheci, Sr. Paulo Preto... Paulo Vieira – chamam-no assim, pejorativamente, de Paulo Preto. Até fiquei sabendo, nem sei se é verdade, que passaram a chamá-lo assim porque lá na Dersa tinha outro com pele mais clara e de repente, para diferenciar... E, pejorativamente, começaram a chamá-lo assim.

Eu o conheci em março de 2010, na antessala do então Secretário da Casa Civil, Aloysio Nunes. Foi a primeira vez que o vi. Sabia do seu trabalho, sabia do que o senhor fazia lá no Governo, na Dersa. Todos falando da sua competência, desse seu espírito obstinado por fazer as coisas. Depois, o vi outra vez na inauguração e nos encontramos em outra vez, em um restaurante. Coisas assim. Duas, três, quatro vezes.

Estou fazendo esse registro para dizer que também nunca privei da sua intimidade. Mas estou falando isso para ressaltar uma coisa, Sr. Paulo: a sua coragem. A sua enorme contribuição a este País, dada nesta manhã e tarde. Oxalá, todos fizessem isto: viessem à CPI para responder abertamente, ainda que, às vezes, se expondo, no pessoal, para contar tudo o que sabe, tudo o que viu, tudo o que conhece, causando, inclusive, em algum momento aqui, uma descontração na CPI.

Então, quero lhe fazer um cumprimento: este deveria ser o papel de todo cidadão que quer prezar sua dignidade, que quer prezar a dignidade de sua família, de seu currículo e que quer prezar essa função importante e nobre que se tem quando se ocupa uma função pública. O senhor não se furtou a responder absolutamente nada. Ousado, muitas vezes; tocado pela emoção, outras vezes, porque atingido na honra. Muitos outros não fizeram isso, Sr. Paulo. Muitos outros, como o próximo, que deverá estar sentado aí onde o senhor está, está aqui, em silêncio. Talvez o homem que mais corrompeu – talvez, estou dizendo talvez – esta Nação está aqui. Vai se sentar aí, vai entregar um documento e não vai falar.

E nesse particular, nobre Presidente Vital, queria aproveitar e fazer também o elogio, que não pude fazer ontem, ao Sr. Pagot, que se sentou nesse mesmo lugar em que o senhor está e não se furtou; que fez questão de vir; conversou de tudo; falou de tudo: isso eu sei; isso eu não sei. Isso é coisa de gente grande!

Isso é coisa de pessoas que querem contribuir com a Nação. De minha parte, fico absolutamente satisfeito com seu depoimento. Se algum problema o senhor tiver e vier a ser processado ou se tiver algum processo, a Justiça vai apurar; mas o senhor deu contribuição. Uma belíssima contribuição!

Tenha convicção de uma coisa, Paulo, você sai daqui maior do que entrou. Muito maior do que entrou! Porque teve coragem de dizer detalhes. Uma coisa que o senhor disse aqui e todo o mundo sabe que o seu relacionamento tentaram colocar como de intimidade, de proximidade, de quem priva do dia a dia, do Governador Serra. E o senhor disse que não. Está aqui, está escrito! Eu o vi, profissionalmente, algumas vezes, porque já fazia parte, inclusive, da equipe anterior. Quiseram dizer que o senhor era lá de dentro. “Não, eu sou um profissional que servi.” E agora há pouco disse aqui que poderia servir a outros governos também com sua competência e com seu currículo. Isso o engrandeceu. Como engrandeceu ontem, também, o Sr. Pagot. Oxalá, nós pudéssemos ter pessoas que tivessem essa coragem e não ficassem se escondendo atrás de um direito legítimo, constitucional, de ficar calado, mas quase sempre – e termino aqui –, se escondem atrás desse instrumento constitucional e legítimo aqueles que devem e não querem se expor, porque sabem que podem ter problema na própria vida.

Não tenho pergunta a lhe fazer, tenho registros a fazer. E os fiz aqui como pai e como avô que também sou e como alguém que, se tivesse, porventura, a honra assacada, iria, como o senhor, às últimas consequências, para provar minha inocência.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado, Deputado. O que me conforta é estar nas duas maiores Casas do País, no Senado da República e na Câmara dos Deputados, e ter cumprido, no mínimo, a minha obrigação de prestar todos os esclarecimentos que o Congresso Nacional achou por bem me chamar a apresentar.

Muito obrigado por suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Emiliano.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente; Relator Odair Cunha; Deputado Paulo Teixeira, Vice-Presidente, Sr. Paulo Vieira de Souza, em primeiro lugar, quero parabenizar V. S^a por sua presença aqui, pela disposição de falar e dialogar com os Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas.

Em segundo lugar, quero dizer que me situo na defesa imediata de meu Líder, Deputado Jilmar Tatto, que, em momento algum, quis agredi-lo. A fala dele foi uma fala... Esta é uma casa – e V. S^a sabe disso

– diversa, com pensamentos diversos, e ele apenas levantou os pontos que considera pertinentes.

Eu, ao tempo em que ressalto a qualidade do papel de V. S^a ao vir e se dispor, levanto algumas questões – V. S^a disse que está disposto a enfrentar qualquer problema que lhe seja posto.

A primeira é uma dúvida: nós estamos numa casa política, e V. S^a, durante esses anos todos de vida pública, trabalhou – e não há como esconder isso – ligado a um partido, o PSDB. Quanto a isso, não há dúvida alguma, porque os fatos estão aí para comprovar: V. S^a trabalhou com um partido, subordinado a um partido e chamado por um partido, o PSDB. Isso é algo mal? Não. Estou dizendo apenas que essa é uma verdade da vida política. Não há o técnico solitário que inexistente para além da política; o senhor trabalhou esses anos todos vinculado ao PSDB – até disse que poderia eventualmente servir o País em outro partido. Essa é outra discussão, mas V. S^a, sem dúvida alguma, trabalhou com o PSDB, e trabalhou no governo de São Paulo no PSDB e com o PSDB.

Para mim ficou a dúvida do por que essa atitude de dizer: “Eu não tenho nada a ver com isso, não tenho nada a ver com o PSDB”? Só tem, na minha avaliação. Então, a primeira questão é esta: gostaria que V. S^a explicasse melhor suas relações com o PSDB. Já foi dito de sua relação com o Senador Aloysio Nunes Ferreira e também, numa declaração recente, V. S^a disse que o ex-governador Serra foi sua bússola.

Também aproveito para dizer que V. S^a destacou o ressentimento que tem com aqueles que o de fenestraram, da forma como de fenestraram. Aliás, esta é uma pergunta que eu queria fazer: quais as razões que levaram o Governador Alberto Goldman a dizer que V. S^a era uma pessoa fora do controle? Completamente descontrolada, no raciocínio dele, como ele declarou. Por que houve essa conspiração – porque foi isso o que ocorreu – contra V. S^a? Essa é a primeira questão.

Também, durante o debate presidencial da TV Bandeirantes, foi perguntado a José Serra quem era Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto – assim chamado à época. Para nossa surpresa, o Serra desconversou e, no dia seguinte, ao ser indagado pela imprensa, negou que o conhecia. Por que V. S^a acredita que o Serra estava escondendo a relação com o senhor? Do que o Serra tinha medo ali? Ele acreditava que o senhor sabia de alguma coisa que pudesse prejudicar a imagem que ele vinha construindo há tanto tempo?.

O que o senhor sentiu quando ele negou que o conhecia? Afinal, pelo tom de sua resposta, que ficou famosa: “Não se abandona um líder na beira da estrada”, o senhor parecia evidentemente magoado e, quem sabe, com bastante razão. Quando o senhor disse ao

Serra para lembrá-lo que ele o conhecia muito bem, “que não se abandona um líder ferido na beira da estrada”, nós ficamos em dúvida se não existia ali algo embutido, se essa estrada era o Rodoanel. Se isso era uma espécie de recado para o antigo Governador Serra.

Queria também, embora V. S^a já tenha tentado explicar, porque se insista a sua qualidade de não se recusar a responder nenhuma pergunta, mas confesso que eu não entendi o que teria havido com a questão da joia. Quem armou o episódio da joia? Porque é absolutamente estranho, uma coisa de filme policial... Alguém armou isso, então! Porque V. S^a caiu em uma armadilha... E os nomes, não estão claros, de quem teria armado essa armadilha para V. S^a que o levou a um constrangimento tão profundo como o levou.

A outra pergunta, a outra questão é – e nada aqui é pessoal – sobre seu patrimônio. Quem é homem público está inteiramente à vista do público, sempre. Do que se sabe, o senhor mantém um padrão de vida elevado, muito acima, em princípio, de quem passou boa parte da carreira em cargos públicos. É dono de um apartamento, na Vila Nova Conceição, em um edifício duplex, com dez vagas na garagem. É o que se diz – eu não tenho todos os elementos aqui em mão –, sauna *prime* e habitado por banqueiros e *socialites*. Pela média de preço na região, V. S^a há de negar ou confirmar, um apartamento nesse prédio não custa menos de R\$9 milhões. Quero saber se esses dados serão confirmados ou não. E gostaria – e sei que V. S^a não se recusará fazê-lo – de saber qual é seu patrimônio atual. E, mais ainda: face sua completa disponibilidade aqui hoje revelada, se o senhor abriria mão de seu sigilo bancário e fiscal para esta CPMI?

Outra questão é: na operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, o senhor é apontado como tendo recebido milhões de reais de empreiteiras que realizavam obras para o Governo do PSDB em São Paulo. É da operação Castelo de Areia da Polícia Federal. Este é o momento para V. S^a explicar essas revelações da operação Castelo de Areia.

V. S^a já respondeu, rapidamente, o fato de sua filha trabalhar em um escritório que cuidava das empresas ou que representava os interesses das empresas que trabalhavam para a Dersa. Mas eu ainda gostaria que V. S^a detalhasse isso, porque há uma zona de sombra nessa relação. Volto a dizer que não tem nada de pessoal nisso. Estou falando com um homem público.

O ex-Diretor do DNIT, o Sr. Pagot, aqui ontem falou na cobrança de dinheiro na obra do Rodoanel para abastecer o comitê de campanha de José Serra. Disse que tinha sido pressionado a liberar um aditivo de 264 milhões para as obras do trecho sul do Rodoanel e que ele não quis assinar. Embora V. S^a tenha

rapidamente falado sobre isso, eu gostaria que o senhor também respondesse. Ele dizia que as empreiteiras que tocaram a obra sustentaram a campanha de Serra à Presidência. Disse que teve informações de um empreiteiro, que ele não quis revelar o nome, que 8% do valor do aditivo seriam destinados a Serra, se aquele aditivo acontecesse, e a seus aliados – o Prefeito de São Paulo, o Gilberto Kassab, e o Governador Geraldo Alckmin. Esses aditivos seriam desviados do Rodoanel e então divididos entre Serra, Kassab e Alckmin. Eram 60% para o Serra, 20% para o Kassab e 20% para o Alckmin.

Para concluir: o que o senhor sabe a esse respeito?

Era só isso, Sr. Paulo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Eu gostaria de ouvir, sem a tentativa de censura, nenhuma espécie de censura, nem de V. Ex^a nem de outros Deputados, as respostas a essas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu apenas faria uma ponderação, porque talvez o Deputado não tenha comparecido durante todo o período dessa longa sessão, que talvez 90% das perguntas feitas foram respondidas não mais ou menos, mas de forma amíúde.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Eu não me ausentei desta sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente irá se pronunciar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou me dirigindo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente irá se pronunciar e quanto às perguntas e às respostas que já foram mencionadas ele haverá de se posicionar.

Com a palavra o Sr. Paulo Souza.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu fico um tanto quanto constrangido em respeito ao Senado e à Câmara dos Deputados, dos quais todas essas perguntas eu respondi exaustivamente, detalhadamente – detalhadamente – todas essas perguntas, talvez com exceção de uma única, que é uma novidade: com relação a eu prestar serviço ao PSDB ao longo dos 20 anos.

Eu gostaria, Deputado, de responder a essa pergunta. De 90 a 94 me consta que o governo de São Paulo era do PMDB. Se o senhor afirmar que eu trabalhei depois de 94 na CTBC a convite de Sérgio Motta, na Presidência da República, a convite de Aloysio Nunes Ferreira e, nesse último mandato, na Dersa, a convite

do presidente, do secretário, que era o Dario Rais, o senhor vai verificar que, na verdade, durante dois trabalhos meus na Presidência da República eu trabalhei a convite do hoje Senador Aloysio Nunes Ferreira.

No primeiro trabalho estatal, a convite de Antonio Sérgio Fernandes, foi onde conheci o atual Senador Aloysio Nunes Ferreira. Depois trabalhei até por contato com a Hidrobrasileira, do finado Ministro Sérgio Motta; fui como diretor administrativo e financeiro na CTBC e, por último, a convite do Dario Rais.

Com relação à bússola, como o senhor citou, que também é a primeira vez que me perguntam, o governador de São Paulo, e eu creio que qualquer governador de Estado, qualquer prefeito, é o homem – se não é, deveria ser – que dá as diretrizes do seu governo, cabe ao governador dá as diretrizes; cabe ao governador dá as decisões junto com o seu secretário.

Eu, no governo, fui o quarto escalão. Tem o governador, o secretário, o presidente e o diretor. Não nego, em lugar algum, que eu fui o gestor desse volume de obra, porque a Dersa é uma empresa de engenharia, ela não é empresa química, não é uma empresa de manufaturado. E, lá, 90% dos assuntos são engenharia. Então, o governador é quem dá as diretrizes, e quem não quiser cumprir as diretrizes saia do governo.

Com relação à minha exoneração, eu fui exonerado pelo Governador Dr. Alberto Goldman. Disse enfaticamente que a simpatia, o desejo ou não do governante é uma coisa dele. Ele declarou isso em e-mail. Acho que o senhor não teve oportunidade de me ouvir, mas eu vou lhe colocar, se possível, Excelência. Eles me acham vaidoso, e é verdade; arrogante, porque falo talvez o que penso, e é verdade; que eu sou um super-homem, e eu não sou, sou *ironman*; e que o Governo me tratava assim.

É um direito do Governador e não cabe a mim decidir se fico ou se não fico.

Com relação à joia, exaustivamente eu já coloquei a injustiça feita. Ninguém armou, eu fui o ferreiro da minha própria sorte. Infelizmente, pela minha personalidade, eu quis ir à delegacia para ser testemunha porque fui eu que levei a joia na Gucci. O meu ressentimento é com relação a que o Governo, sabendo quem eu era – eu estava fora do Governo –, poderia – poderia! – ter avocado o processo daquela delegacia e me colocar como testemunha, porque o Ministério Público Federal, o Tribunal de Justiça de São Paulo, nem processo moveu e a delegada não faz mais parte da 15^a, foi afastada, além de processada e condenada.

Com relação a meu patrimônio, que é uma matéria do *blog* Conversa Afiada, do Paulo Henrique Amorim, eu gostaria de colocar o meu apartamento à venda por três milhões, e pode pagar em duas vezes.

Ele tem 270m², são dois por andar. É verdade que moram personalidades do mundo do *show*, como Daniela Cicarelli – é verdade, ela mora lá. Porém está à venda ao Brasil que tem o mínimo interesse em comprar.

Não sei... O Paulo Henrique Amorim colocou que o apartamento tem 10 vagas. Eu fiz três mil apartamentos em São Paulo e não conheço um prédio em São Paulo que tenha 10 vagas. E ainda mais: o Paulo Henrique Amorim fez descer helicóptero em telhado, porque lá não tem heliporto. Ele me deu de presente, só que ele não entrega, porque ele é conversa fiada, um jaguar blindado – e eu não tenho esse carro. E ele está condenado na primeira e segunda instância, o conversa fiada. Esse é o apartamento de 10 milhões.

Castelo de Areia, apesar de estar proibido pela justiça, existe uma lista na qual põem ARO e o meu nome; e logo em uma das listas está Valdemar Costa Neto, Park, está DNIT – DNIT não, minto –, está Park, aí tem TCU... Essa resposta só a Camargo poderia dar.

Escritório de advocacia Edgard Leite, talvez o quarto ou quinto maior escritório do País, há 25 anos trabalha na área de empresa. A minha filha, oito anos formada, trabalhou lá durante três anos e não tem um único contrato com a Dersa o escritório Edgard Leite. Agora, com as empresas do Brasil tem. A Dersa não tem absolutamente nada com isso. Não tem nenhuma causa no escritório Edgard Leite contra absolutamente nada contra a Dersa. Nem contra nem a favor.

Com relação ao Sr. Pagot, na minha opinião, um profissional respeitado, que me recebeu quatro vezes aqui em Brasília, não declarou “eu vou me aprofundar na conversa de bêbado”, que não é o meu estilo, porque eu sou um triatleta e não bebo; mas, na conversa de bêbado que a imprensa quis unificar, a conversa de bêbado com Paulo Souza, ele ontem mesmo disse aqui na CPI que as empreiteiras reivindicam, fazem pressão por aditivos. Talvez até amenamente, eu não fiz pressão – termina em ão, mas chama-se gestão – e de seis reuniões participaram quatro diretores do DNIT, numa corte que eu tenho o maior respeito, que é o Ministério Público Federal. Ainda bem que o Ministério Público Federal (...)

Ainda bem, ainda bem que o Ministério Público Federal entrou na decisão do TAC, onde as empreiteiras tentavam receber 38%. Não receberiam, se eu estivesse na Dersa, como não receberam; mas poderiam entrar na justiça. No TAC, proíbe, em definitivo – em definitivo –, a possibilidade de as empresas reivindicarem judicialmente os valores que ela coloca. Existe, aliás, uma certa “ponderância” no TAC: se houvesse serviços a partir daquela data não previstos no TAC e comprovadamente no Ministério Público Federal e no TCU, podia ser avaliado. E eu posso declarar ao senhor,

Deputado, que isso ocorreu. O Rodoanel foi terminado pedra sobre pedra, e o próprio Dr. José Roberto se propunha a analisar a possibilidade de pagamento desse diferencial. Por quê? Talvez é a única obra no Brasil terminada no estilo de Roma: pedra sobre pedra, por conta dos consórcios.

Espero, Senador, com toda educação...

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA. *Fora do microfone*.) – Deputado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpe-me, Deputado. Eu espero, com toda...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É que eu fico olhando para o Dr. Pedro Simon, um Senador que a vida inteira...

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Dos mais respeitáveis.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – ...eu aprecio a sua postura, e me enganei, Deputado.

Eu espero ter colocado ao senhor, de coração, todas as mesmas respostas que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Paulo Vieira, o depoimento de V. S^a, o que o senhor tem dito no dia de hoje desde o início, contradiz, em muitos aspectos, o que foi dito ontem aqui pelo Sr. Luiz Antônio Pagot. O senhor aceitaria uma acareação com o Sr. Luiz Antônio Pagot?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com todo prazer, Senador. Tenho no engenheiro Pagot, na minha concepção, o melhor nível técnico, respeitado. Porém, do Rodoanel, por ele nunca ter participado, nem ele nem o DNIT, só como repassador dos recursos, eu até ficaria muito à vontade, acho que ele ficaria em desvantagem, porque, no Brasil, ninguém conhece mais do Rodoanel do que eu. Mas, onde quiser, o horário que quiser, no lugar que quiser, pelo respeito que eu tenho ao engenheiro Pagot e pela forma como ele sempre me recebeu – ele sempre me recebeu em sala que, no mínimo, no mínimo, 15 pessoas, a estrutura dele. E eu nunca vim falar com o Dr. Pagot com menos de quatro engenheiros, porque era assim que a Dersa era tocada. Aliás, somos muito parecidos na forma de gestão, e eu tenho por ele todo respeito. Aliás, eu aceito acareação com qualquer pessoa do planeta Terra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Eu acho que o encaminhamento, Sr. Relator, Sr. Presidente, a ser dado por esta CPMI.

Sr. Paulo Vieira, em uma matéria da revista *Veja* que tratava sobre a Construtora Delta e a transferência de recursos dessa empreiteira para empresas fantasmas no Rio de Janeiro, o Sr. Fernando Cavendish... O senhor já respondeu aqui que conhece ou conheceu o Sr. Fernando Cavendish, certo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, se eu conheço o engenheiro Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim. O senhor conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Conheço o engenheiro Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois bem, nessa matéria da revista *Veja*, o Sr. Fernando Cavendish afirmou “que a utilização de empresas fantasmas é algo comum e recorrente entre as construtoras que atuam em obras públicas, com a finalidade de repassar recursos referentes a propinas e doações ilegais para campanhas eleitorais”.

O senhor, como ex-Diretor da Dersa, teve conhecimento já ouviu falar, mesmo no âmbito da Dersa ou no âmbito de São Paulo, já ouviu falar desse *modus operandi* de transferência de recursos para empresas de fachada e elas transferirem, por sua vez, para propinas e/ou transferirem para campanhas eleitorais? O senhor tem conhecimento desse procedimento?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não precisa ser no âmbito do Estado de São Paulo, no âmbito da Dersa. Assim, se o senhor foi procurado, em primeiro lugar, para fazer esse procedimento ou, se no meio, no âmbito em que o senhor atua, o senhor já ouviu falar em algum lugar sobre a existência desse procedimento.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, como eu já disse aqui por várias vezes, eu tive dois contatos com o Presidente da Dersa, Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Da Delta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpa. É que ontem o Pagot falou tanto Dersa e Delta que eu também cometi o mesmo equívoco. Eu tive dois contatos com o Presidente da Delta, em 2008 e outro na inauguração da marginal.

Com relação a apoio político para campanha, o que os 40 anos da minha vida profissional, 20 no Governo, e, baseado até num Senador que prezo pela amizade que tenho, ele sempre, eu sempre ouço as empresas falarem e vejo no noticiário e vejo depois apoio à campanha política. O Senador Aloysio, por exemplo, do qual sou amigo íntimo, pede diretamente às empresas, porque ele acha... As empresas são públicas; basta o senhor entrar em qualquer *site*, todo

mundo sabe quem trabalha para a Dersa. Não precisa do apoio de ninguém para descobrir essa façanha. Basta ir no Rodoanel, já entreguei hoje aqui declarado na marginal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, permita-me, Sr. Paulo, é que o meu tempo também é limitado. Eu pergunto sobre o procedimento, transferência para empresas laranjas. O senhor tem conhecimento...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não tenho, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...desse *modus operandi*?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não tenho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor nunca ouviu falar, no âmbito da construção civil, no âmbito das empreiteiras no Brasil, a utilização desse procedimento?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, senhor. Eu ouvi agora pelas matérias valores, assim, assustadores, que eu não sei até que ponto, porque tenho as minhas dúvidas com relação a quase toda matéria que ouço, porque vejo entrevista minha – esta semana tive umas três – e eu não sei quando fui entrevistado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. O senhor alguma vez foi assacado para entregar alguma obra para determinada empreiteira? O senhor sofreu algum tipo de assaques dessa natureza, pressão, qualquer coisa do tipo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Olha, na minha vida privada ou pública, nunca um deputado, senador ou empresário chegou a mim com reivindicação de determinar que obra deve ser dada a alguém. Basta lhe colocar, Senador, que a empreiteira Delta, que é o caso em questão, participou de 11,5 bilhões de licitações na Dersa, cujo gestor fui eu, cujo diretor técnico fui eu, e ela teve um contrato de 1,9%, considerando o aditivo que não assinei, e nem por isso digo que é ilegal. Acho correto, dentro dos 11,5 bilhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixa eu lhe perguntar. O senhor afirmou aqui, no início de seu depoimento, que conhece todas as empresas que atuam no Estado de São Paulo, notadamente as empresas ligadas à área da construção civil. Com esse nível, então, de informação precioso que V. S^a disse ter, eu gostaria de fazer perguntas sobre algumas empresas e sobre as informações que o senhor tem dessas empresas. Perfeito?

Então, iniciando, a empresa JSM Engenharia e Terraplanagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor não ouviu falar? Essa empresa recebeu quarenta milhões, trezentos e setenta... Trezentos e setenta milhões da empreiteira Delta. O senhor nunca ouviu falar? Tem sede no Estado de São Paulo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Que obra pública ela executou, essa empresa, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não tenho a relação das obras aqui. Ela recebeu da empreiteira Delta esse valor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu conheço qualquer empresa de grande porte que tenha trabalhado em São Paulo para o setor público, no que diz respeito à Metrô, Dersa... Em São Paulo, são essas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Deixa eu lhe perguntar de outras, então. Soterra – Terraplenagem e Locação de Equipamentos.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Essa recebeu da empreiteira Delta 35 milhões, 222 mil. Power To Ten Engenharia Ltda.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– S.B. Terraplenagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– B.W. Serviços de Terraplenagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu posso lhe afirmar, categoricamente, que, nos cinco anos da Dersa, nenhuma empresa dessa fez um único serviço para a Dersa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixe-me perguntar. Não. Não precisa ter feito serviço para a Dersa. A pergunta que faço é se o senhor tem conhecimento dessas empresas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, o que ocorre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixe-me citar a última: WS Serviços de Terraplenagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desconheço, Senador.

O que ocorre nas... Eu estou colocando ao senhor as maiores obras do País, que são Rodoanel...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – ... Marginal Tietê e Jacu-Pêssego, que dão em torno de, comparadas com qualquer rodovia – duas pistas e acostamento –, 400 quilômetros em 34 meses. Uma empresa que não for de grande porte não tem a mínima chance, a

mínima chance de executar uma obra dessas. Não passa nem na licitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Mas, em relação a essas empresas, o senhor também nunca teve notícias da existência dela em São Paulo? Da atuação dela em qualquer campo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu desconheço essas empresas como construtoras nos meus 40 anos de São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

Sr. Presidente, Sr. Relator, a empresa J.S.M. recebeu da Delta R\$40 milhões; Soterra, R\$35 milhões; Power to Ten, R\$43 milhões; S.B. Terraplenagem, R\$46 milhões; B.W., R\$7 milhões; WS, R\$7 milhões, totalizando R\$180 milhões. Do total já verificado por esta CPI de transferências da Delta para empresas laranjas, a maior quantidade das transferências são para empresas de São Paulo, e, notadamente, o sigilo dessas empresas ainda não foi quebrado por esta CPI, o que eu espero que ocorra na próxima reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pretendia até não fazer uso da palavra, mas, ao ouvir o Líder Jilmar Tatto fazer as ponderações que fiz, eu me vi na obrigação de fazer uso da palavra.

Ele, talvez tentando fazer alguma *performance* para a televisão, fazia perguntas descabidas e, muitas vezes, infundadas, além de afirmações levianas. Lamento o fato de ele não estar aqui agora. Lamento sinceramente o fato. Ele me chamou de promotor, profissão da qual tenho muito orgulho. Sei que ele é um historiador. Hoje me pareceu, aliás, um contador de histórias, Sr. Presidente.

Seria o mesmo que eu afirmar, usando as mesmas palavras do Líder Jilmar Tatto, que, na época em que ele foi Secretário de Transportes da Marta, se ouvia dizer que a Secretaria de Transportes era quem alicerçava e dava recursos para a então Prefeita Marta Suplicy. Afirmação leviana, convenhamos. Foi o que ele disse sobre a campanha de José Serra, à época em que o Sr. Paulo de Souza era da Dersa. Ele afirmou que havia vários processos contra o Sr. Paulo de Souza. Não há nenhum! Há processos contra o Líder Jilmar Tatto, quando ele era gestor na época da Marta. Não sei se estão arquivados, mas há processos contra ele.

Ele vem a esta Comissão demonstrando – aqui peço mais uma vez vênha pelo uso do trocadilho – uma total falta de tato e afirma que o PSDB sangra.

O PT sangra, Sr. Presidente, na linha de raciocínio do Líder Jilmar Tatto, quando esta CPI descobre que o

tesoureiro da candidata Dilma foi a um órgão público chamado DNIT, num ato confesso de improbidade administrativa, e pediu a listagem de empresas. Isso faz sangrar o PT. Como faz sangrar o PT hoje... Imagino a vergonha que o candidato Patrus Ananias tem hoje de saber que foi Vice do Ministro Hélio Costa, porque o Sr. Pagot veio a esta Comissão e disse: “Fui pressionado pelo Ministro Hélio Costa para poder liberar recursos para a campanha dele, e, quando não liberei, ele me disse: ‘Vou ser Governador e vou demiti-lo do DNIT’”. Então, o PT sangra porque o PT apoiou o candidato Hélio Costa. É possível fazer essa ilação? O PT sangra quando se descobre que o braço financeiro apontado por procuradores, por policiais federais e por nós, na CPI, da organização criminosa era a empresa Delta, a grande parceira da mãe do PAC, então Ministra Dilma Rousseff. Motivos não faltam, Sr. Presidente, para o PT sangrar nesta CPI. Não faltam.

Eu confesso que eu preferia não estar dizendo absolutamente nada sobre isso, hoje, mas a postura deselegante e inadequada do Líder, que chegou a afirmar, para a tristeza, eu imagino, do Relator, do Presidente e minha, integrantes desta CPI, que a CPI já cumpriu a sua missão, já fez sangrar o PSDB. Talvez ele nunca tenha integrado uma comissão parlamentar de inquérito e não saiba da abrangência de uma CPI, que é de cunho investigativo e elucidativo. CPI não se presta a sangrar partido algum, em que pese, evidentemente, a CPI dos Correios, por via indireta, ter sangrado o PT – vejamos a situação, hoje, em que se encontra o partido, respondendo no STF sobre o Mensalão. Condenações virão e muitas. E sabe por que, Sr. Presidente? Porque estão afirmando os Ministros, corretamente, que provas realizadas pela CPI – e eu fui o sub-relator geral da CPI dos Correios – valem. Essas provas valem. Então, eu só lamento, mais uma vez, o fato de o Líder Jilmar Tatto não estar aqui, mas fiz este apontamento, Sr. Presidente, em defesa desta CPI e para que ela nunca mais seja utilizada, nunca mais, como instrumento político do Líder Jilmar Tatto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, nossa referência sempre presente do PMDB gaúcho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na verdade, Sr. Presidente, eu me inscrevi para fazer a pergunta ao Sr. Cavendish, porque, quando eu fiz a assinatura, era ele a pessoa que iria depor em primeiro lugar.

Eu, sinceramente, acho uma situação muito interessante a de V. Ex^a. Eu sou muito amigo do ex-governador, o Alberto, e estranho a forma como o senhor se refere a ele e a forma como ele teria se referido a V. Ex^a. Esta comissão saiu tão longe das suas obriga-

ções originais e terminou fazendo os entendimentos de partido para partido, e, agora, nós estamos partindo para uma segunda etapa, que ainda é mais nova para a gente, dentro das novidades que a comissão está apresentando, nós estamos partindo para discussões de facção com facção. Agora, não é mais o MDB com o PT versus PSB com não sei o quê. Não, agora é o próprio PSDB, com o ex-governador com o atual governador, e, dentro do PT, a mesma coisa.

A verdade é que – se V. Ex^a me permite – o senhor está respondendo as perguntas e eu sou muito sincero, eu gostei muito das suas respostas. V. Ex^a é muito firme, muito categórico. Não tenho autoridade para abalizar as respostas porque eu não estou acompanhando a questão referente a V. Ex^a, mas acho, Sr. Presidente – eu aproveitaria este momento –, que V. Ex^a e esta comissão ainda estão a tempo de não deixar consolidar um fato que nunca aconteceu. Primeiro, eu acho que há um certo exagero do Supremo nos *habeas* que ele dá para as pessoas que vêm depor aqui. Se não quiser, não fale. Isso é um direito. Mas há uma questão que é importante: isso sempre aconteceu. Mas, se é um direito o Sr. Cavendish dizer que não vai falar, isso não me tira o direito de, como inscrito, perguntar para ele. Eu pergunto e digo aquilo que eu acho que deva perguntar; e a imprensa, a ata e as pessoas que estão aqui, meus colegas, vão ficar sabendo daquelas perguntas que acho importante que ele deva responder; e ele assuma a responsabilidade de que não quer responder.

Agora, pelo fato de ele pedir, então quem vai decidir o nosso comportamento é o cidadão que vai decidir se depõe ou não depõe! Convocamos fulano para depor, ele não quer responder e entra com *habeas*, o Supremo permite que ele não responda o que não quer responder. O que o Supremo decidiu: não responda o que não quer responder, mas o Supremo não me impediu de fazer a pergunta. A minha pergunta eu tenho direito de fazer. E, no contexto geral, nós viemos aqui para quê? Vou fazer pergunta de bobo, porque vou perguntar e ele não vai responder nada.

Então, ele está nos fazendo de bobo – a mim ele não está fazendo de bobo. Há pessoas que podem vir aqui e não querer responder, mas tenho muito a perguntar, e que fique na ata que foi perguntado e que ele não quis responder. V. Ex^a respondeu. Mas concorda V. Ex^a que teve muita pergunta que, se V. Ex^a não quisesse responder, V. Ex^a iria ficar muito mal. Respondeu e respondeu bem, mas respondeu.

Então, acho que ainda é tempo, agora que vem o Sr. Cavendish, de nós alterarmos essa decisão para não criar um fato provado. Daqui a pouco estamos criando uma norma. Não, a norma foi criada pela pró-

pria comissão. E vai ficar marcada e carimbada que foi a nossa comissão que criou uma nova norma, na qual para o cidadão que pedir que não quer responder e o Supremo permitir, eu não posso perguntar.

Tenho muito a perguntar. O Sr. Cavendish não vai responder? Não vai responder. Como foi aquela festa lá em Mônaco? Afinal, foi assim, foi assado. Quem estava presente? Aquela festa de Mônaco é interessante. “Ah, não quero contar” é outra coisa; mas a opinião pública vai ficar sabendo, a ata vai ficar sabendo.

Agradeço, porque é fora de tempo, mas só peço que mantenha minha inscrição para o Sr. Cavendish e quero dizer, com toda a sinceridade, que gostei do seu jeito. João Preto não sei o quê, o Paulo Preto não pega; afinal, nós estamos, todos os brasileiros, mais para preto do que para branco.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Para mim é um privilégio na minha vida ouvi-lo, Senador. A minha vida inteira acompanho as suas declarações, minha mulher é sua eleitora assídua e é um privilégio poder ouvi-lo aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sua mulher é uma pessoa muito inteligente. (*Risos.*)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Sr. Paulo Vieira de Souza, colegas Parlamentares, Sr. Paulo, sou do PSDB, sou Vice-Líder do PSDB. Eu estou conhecendo o senhor aqui agora e, em momento algum, durante todo o período em que estivemos aqui, houve da parte do PSDB – e digo isso porque frequento todas as reuniões da Liderança do PSDB, da bancada do partido – qualquer possibilidade de se obstacular ou protelar a vinda do senhor, até porque o partido votou desde o início porque sabia dessa disposição do senhor de vir. Eu só não fazia ideia o tão importante para o senhor e, diria mais, para o País que pudéssemos ouvi-lo. Se eu soubesse da importância para o senhor, até em respeito ao senhor, eu também teria me empenhado mais para agilizar, mas acho que foi extremamente oportuno. Comungo com o sentimento do Senador Pedro Simon, aí de forma mais profunda, porque venho acompanhando, como membro da CPI e até pelas acusações sistemáticas que tentaram imputar ao Partido com o propósito de sangrar o Partido, a ponto de estabelecerem para o senhor um codinome, um apelido, uma alcunha – e o senhor mesmo disse que não tem nada contra apelidos, fez até referência ao rei, ao orgulho de todos nós brasileiros, embaixador do Brasil...

Sr. Presidente, vejo que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço silêncio. Há manifestação do Sr. Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É o adiantado da hora e a ausência do almoço. Na verdade, isso se repete todos os dias, mas eu sinto que a CPMI tem que persistir, para que nós cheguemos aos nossos objetivos.

E eu ia dizendo que o que esse depoimento nos traz, entre outras coisas, é o absurdo a que se chegou. Eu ouvi, inclusive do Senador Aloysio Nunes, figura exemplar desta Casa, que, numa determinada reunião recente, quando dizíamos da vinda do senhor, alguém comentou que ele o conhecia, e ele não só disse que o conhecia, mas que o conhecia bem e que o admirava. E eu, na ocasião, fiz referência, usando a alcunha que tem sido usada pela imprensa, Paulo Preto, e ele, de pronto, disse que não, que não é assim que ele o trata. E o senhor lembrou aqui que poderia ser um apelido natural, se a sua mãe, seus irmãos, seus familiares assim o tivessem tratado, que não haveria nenhuma dificuldade, não seria pejorativo – não seria pejorativo.

Mas, feito agora e associado à calúnia, aí mostra que este caso envolve pessoas que não têm sequer esse escrúpulo, não têm escrúpulo nenhum; atuam até de uma forma racista, porque, quando fazem dessa forma, é racismo, é desrespeito ao povo, à Nação brasileira. Como foi lembrado pelo Senador Pedro Simon, é uma ação essencialmente com laços profundos e com a formação a partir da raça negra, sim, com muito orgulho para todos nós. Mas eu quero dizer que o mais importante é que o senhor vem para nos demonstrar o seguinte: o senhor não é filiado ao meu partido, mas serviu a ele em alguns momentos, e eu não tenho dúvida, pelo o que o senhor descreveu, pela firmeza, serviu muito bem.

É surpreendente e muito possivelmente movido pelo conjunto de notícias, pela orquestração de calúnias e pelas publicações de que o Governador Goldman tenha feito a exoneração do senhor. Não vou aqui fazer uma reflexão sobre ela. Mas foi feliz o Presidente Fernando Henrique, a partir do Senador Aloysio Nunes, quando esteve no Governo Federal; foi feliz o Governador Geraldo Alckmin; foi feliz o Governador José Serra de tê-lo. E o senhor aqui lembrou que se orgulha muito do que fez.

Eu acredito que tudo isso nos ajuda – e até o senhor, com muita propriedade, destacou o orgulho que tem de ser um triatleta. Aliás, eu acho que isso ajuda a compreender a disciplina que o senhor tem. O senhor mostrou aqui, inclusive na forma de se manifestar, ser um homem extremamente disciplinado. Nós precisamos disso na vida pública, em que pese o

senhor mesmo ter lembrado que, muitas das vezes, o seu jeito de ser, a sua natureza pode lhe causar algumas dificuldades. Mas é assim na vida humana para todos nós. Nós não conseguimos, estamos longe de conseguir a perfeição, ou pelo menos a perfeição aos olhos dos outros. Cada um tem o seu jeito de ser. Mas eu não creio que, para a vida pública, o prioritário, o mais importante seja necessariamente o comedimento com as palavras, mas, sim, a verdade nas palavras.

O objetivo de o senhor estar aqui foi, originalmente, uma declaração atribuída ao Sr. Pagot de que – e na mesma declaração ele fazia referência ao senhor – o senhor poderia ter, de alguma forma, participado de um processo de arrecadação ilegal – porque, com o uso da estrutura pública, é ilegal, é tráfico de influência –, que o senhor poderia ter participado. Mas, ontem, o Sr. Pagot, de forma clara e categórica, descartou isso, disse que não; que ele jamais disse, que o repórter, de alguma forma, torceu as suas palavras, que ele fez referência a uma conversa de botequim e que essa conversa de botequim é que fazia essa especulação. E ele próprio, o Sr. Pagot, disse ter dito ao repórter que isso não era algo que merecesse ter credibilidade.

Ao mesmo tempo, nessa reportagem em que o Sr. Pagot fez referência ao senhor, ele fez referência ao De Filippi, ao então Deputado De Filippi, que era o coordenador financeiro, o tesoureiro da arrecadação da campanha da Presidenta Dilma. Na mesma reportagem, fez referência ao De Filippi; e, ao contrário do senhor, o De Filippi, de fato, operou a estrutura pública, para arrecadar dinheiro. Foi ao DNIT, pediu a lista e, mais do que isso, pediu ao Pagot que ele próprio arrecadasse. E o Sr. Pagot confirmou que ele próprio entrou em contato com as empresas que tinham dinheiro a receber do Governo Federal. É uma diferença gritante, salta aos olhos, agora aos ouvidos, e não vai dar para calar esse barulho de trem no ouvido.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, na minha manifestação, já caminhando para a conclusão, cumprimentá-lo, agradecer-lhe. Isso esclarece ao País. Olha que uma mentira repetida inúmeras vezes começa a ser colocada como verdadeira! Essa tática tem sido usada! Essa tática tem sido usada de maneira permanente no Brasil e fizeram do senhor uma dessas vítimas. Repetiram inúmeras vezes, criaram um codinome, criaram um apelido para o senhor, criaram toda uma celeuma; ninguém provou nada, até os que acusaram agora já dizem que não falaram aquilo que está na reportagem.

No entanto, o senhor pode ter certeza, Sr. Paulo de Souza: amanhã vai ter Deputado que, para sangrar o PSDB, vai continuar dizendo que o senhor é suspeito. Não se incomode com isso. Teve oportunidade aqui

de, olhando no olho do senhor, falar alguma coisa ou provar; não falou, não provou, mas vai dizer para a imprensa, vai repercutir nos discursos, e alguns veículos da imprensa, alguns repercutem uma mentira repetida tantas vezes até que ela vire verdade, ou que encubra aquilo que realmente interessa ao País, que é investigar os desmandos e abusos.

Aí, eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que ontem o Sr. Pagot disse que, além do De Filippi, o então Senador à época, terminando o cargo de Ministro da República, o procurou e disse: “Eu quero que o senhor me ajude a arrecadar dinheiro com as empresas que estão prestando serviço aqui ao DNIT”, e, na negativa do Sr. Pagot, ele, de dedo em riste, o ameaçou. E o Sr. Pagot disse que ele deveria procurar partidos. Eu sei que o Vice dele, candidato em Minas naquela época, era o Patrus Ananias, também um ex-Ministro.

É preciso que a gente convoque aqui o Sr. Hélio Costa para dizer se ele foi atrás do partido, se ele não teve êxito ali, que convoque aqui o De Filippi. O Sr. Hélio Costa deve uma satisfação ao Brasil e deve uma satisfação a nós, mineiros, pela atitude que teve.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu queria só agradecer ao Deputado. Muito obrigado pelas suas palavras com relação a minha pessoa e com relação ao que o senhor ouviu de mim, com relação aos meus esclarecimentos. Agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, no uso do seu tempo, a Deputada Íris de Araújo.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu sou a última, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados – eu gostaria até de poder dizer Srs. e Sr^{as} Deputados, mas estou praticamente sozinha aqui, a minha companhia, que é a Senadora Vanessa, marcou lugar, mas deve ter tido algum contratempo que impediu que ela aqui viesse –, Sr. Paulo Vieira de Souza, eu nem precisaria me manifestar com nenhuma pergunta, porque aqui nesta Comissão a quantidade e a qualidade das perguntas que foram feitas a V.S^a ajudaram com antecedência a me esclarecer um pouco a respeito desse caso, que tenho lido na imprensa, tenho acompanhado, até porque é meu dever como integrante desta Comissão. Mas eu me manifesto por dois motivos, digamos três.

Primeiro, eu queria dizer a V.S^a que o seu nome, Paulo Vieira de Souza, e o seu apelido, Paulo Preto, eu discordo. Eu acho que Paulo Preto é um nome so-

noro, ele é quase que artístico, ele pega – Paulo Preto. Então, eu não vejo demérito nenhum. Eu até brincava aqui com o Deputado que está aqui ao meu lado que, quando mocinha, eu estudei durante muito tempo em colégio interno, brincava muito, tomava muito sol – eu sou morena, sou filha de paulista e de baiano – e eu era chamada de Pretinha. Eu achava lindo ser chamada de Pretinha. Pena que não pegou; não continuou. É apenas um registro a respeito disso.

Outra coisa que eu queria dizer a V.S^a é que eu fiquei muito impressionada com o seu depoimento numa comissão em que nós estamos acostumados, aqui, a um desfile de personalidades que chegam, sentam, não dizem nada, invocam o seu direito constitucional – direito que nós temos que respeitar –, mas alguns falam. Há poucos dias estive aqui uma pessoa que falou, e ela vai retornar. Veio sem advogado, sem nenhuma proteção. E V. S^a também respondeu a todas as perguntas. Fiquei impressionada com a rapidez do seu raciocínio, com a contundência daquilo que o senhor colocou. Acho que o senhor é um comunicador nato, sabe se comunicar tanto que, em determinado momento, um dos parlamentares mais atuantes desta Comissão, que considero um dos mais perspicazes, o Deputado Rubens Bueno, levado pela sua argumentação, pela história que o senhor contou – por sinal uma história gostosa de ser ouvida, apesar de ser trágica, mas o senhor floreou, colocou tanta coisa que prendeu a atenção –, o Deputado Rubens Bueno se esqueceu que o senhor não havia respondido a uma pergunta que ele havia feito.

Mas o que me faz ficar aqui intrigada... E eu não poderia deixar de fazer esse registro, porque, além de ser, atualmente, a única Deputada que está aqui, eu sou a única Deputada goiana; e essa questão que nós estamos aqui examinando, investigando, procurando encontrar realmente a verdade dos fatos, diz muito respeito ao meu Estado, o Estado de Goiás. E, quando a coluna Painel, da *Folha de S. Paulo* de hoje traz – e aí o nosso Relator, inclusive, se referiu ao fato de uma gravação telefônica que foi feita pela Polícia Federal, e não é uma especulação jornalística, o que está aqui é uma gravação que traz um diálogo entre o Toninho, irmão do Governador Marconi Perillo, e o Wladimir Garcez. Nesse diálogo, o Toninho orienta o Wladimir para continuar participando da licitação aberta pela Agetop, porém indicando que apresente somente proposta para o Lote 22. Isso por quê? O Relator já disse isso e o senhor respondeu: “O Lote 29 já está reservado para o ex-Diretor da Dersa, Paulo Vieira de Souza.”

O senhor disse que não. Mas eu pergunto: o senhor participou dessa licitação? Com que empre-

sa e que trecho de estrada abrigava o Lote 29 de tal licitação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senadora...

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputada. Já passei pelo Senado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, Deputada. Desculpe-me.

Deputada, é que eu não sei, eu não sei... Primeiro, eu não tenho empresa alguma, eu não presto serviço para empresa alguma.

Eu estou achando uma coincidência. Isso daí é uma gravação da Polícia Federal, na qual cita o meu nome, Paulo Vieira de Souza; se é homônimo ou não. Eu não sei nem que órgão é esse que a senhora está colocando.

Eu fui a Goiás acho que duas vezes na minha vida, fui ver jogo de futebol; nem conheço o governador. Eu não sei que órgão é esse, nem qual é a empresa. E estou à disposição, Deputada. O que pedirem para mim: querem meu sigilo telefônico, querem... Não tenho por que... Não tem a mínima possibilidade, Deputada, a mínima possibilidade de eu ter algum tipo... Eu estou há dois anos me defendendo na Justiça; há dois anos eu estou me dedicando a exatamente isso.

Quer dizer, eu posso assinar qualquer documento, qualquer responsabilidade da mínima possibilidade de eu ter qualquer tipo de contato, Deputada, com alguma coisa que não sei nem que órgão, não represento empresa; me recuso a fazer empresa de gerenciamento, depois que saí do governo, para evitar qualquer tipo de mau entendimento, porque na minha área conheço todo o mercado. Se eu me aliar, como exemplo, Deputada, à Camargo Correa, a Odebrecht vai cair de paulada em cima. Porque eu conheço muito o mercado. Conheço por obrigação de ter sido gestor há 20 anos. Não é que o conheci no Rodoanel; conheço do Metrô, conheço da Presidência da República, e continuei conhecendo no Rodoanel.

É a primeira vez que eu trabalho na Dersa.

Eu não tenho a mínima chance. Não tenho a mínima, mínima... Eu até gostaria de ser informado, porque eu não conheço o órgão, não conheço a empresa. E eu, na minha vida, Deputada, tive um homônimo que tinha protestos. E aquilo me incomodava terrivelmente. Entrei com um advogado, fiquei conhecendo a pessoa, e ele devia no Anglo-Latino. E eu disse: “Eu gostaria de saber, porque nós somos homônimos...”. E, naquela época, não era tudo na base do CIC. “Eu queria te pagar a conta, para me livrar desse pesadelo.” E ele disse: “De jeito nenhum! Eu quero é ficar devendo.” E eu carreguei isso durante anos com o homônimo. Eu gostaria de ter um homônimo milionário, que não me desse dor de cabeça. Eu faço qualquer tipo de indaga-

ção que a senhora achar conveniente, ou a CPI, com relação a esse assunto.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Minimamente, Sr. Paulo, acredito até que o senhor queira também saber por que...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com toda... Isso aí saiu hoje, Deputada?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Saiu aqui hoje, na Folha de S. Paulo, na coluna Painei.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Será que...

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – E é uma gravação da Polícia Federal em que o irmão do Governador cita o seu nome.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – E qual é o nome do irmão do Governador?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Toninho Perillo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu nunca o ouvi na vida. Eu vou processar mais um jornal! Eu não estou resistindo mais, Deputada! Mais um agora: a Folha!

Olhe o que eu processo: *Istoé*, duas vezes; *CartaCapital*; *Época*; jornal *Contato*. Daqui a pouco, vou ter que mudar do Brasil. Imaginem eu processar a *Folha* e o *Estadão*! Não sobrou ninguém! Eu não consigo...

Eu tenho todo o interesse, coloco à disposição desta Comissão – o pessoal diz assim: “Não fale isso que você vai desagradar” –, e muito me agradou vir aqui. Por incrível que pareça, saio feliz daqui. E gostaria de saber o que vou fazer. O advogado meu, José Luis de Oliveira Lima, vai interpor judicialmente a *Folha*, até para que eles digam: “É você ou não é você.” Tem CIC? Porque fica difícil. É o meu nome.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Mas é uma gravação. É isso que estou dizendo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ótimo, mas eles vão ter que dizer quem...

E aí? O que eu poderia fazer?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas a gravação fala em Alexandre também. Repete.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – É. No final, realmente, ele repete Alexandre Preto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi confusão de nomes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada, para concluir.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – O.k. Para concluir, agradecendo...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Preto tem muitos! (Risos.).

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só para colocar...

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o Presidente permitir, eu não tenho absolutamente nada contra apelido de pessoas. O que me magoa é colocarem um apelido... Não tem um funcionário da Dersa – e a Dersa tem 600 funcionários – que uma única vez tenha se referido a mim ou para alguém... Antes de vir aqui, eu disse: “Me diga o seguinte: alguém alguma vez me chamou aqui de Paulo Preto?”. “Não.”

Por que Preto? Por que não é alemão? Paulo Japonês? Não tenho nada contra apelidos; eu tenho contra o tom pejorativo para magoar a mim, à minha família, de uma coisa... Em nenhum local em São Paulo, em nenhum local que eu frequento, no clube de que sou sócio há 35 anos, alguém... Os caras até brincam comigo: “Quem inventou isso?”. Ninguém se refere hoje a mim por apelido. Imagine o Pelé, que idolatro em minha vida, estive com ele na Copa do Mundo; é o Rei Pelé, certo? O problema é o tom pejorativo para magoar. E pegou bem na imprensa. E a Presidenta Dilma Rousseff, quando me questionou no debate, que eu gostaria que o Governador tivesse respondido, quando ela colocou, ela não colocou apelido. “Ela falou: “José Serra, o seu assessor, Paulo Vieira de Souza, sumiu.” E eu lamento. Lamento porque eu admiro a Presidente. Acho ela uma gestora.

Estive no Palácio, cuidando do ferroanel. Hoje, talvez uma das pessoas que mais entendem de ferrovia seja o Diretor Geral dessa megaempresa de 130 milhões, que é altamente capaz.

Aproveito para dizer que quando eu disse que trabalharia, eu prestei serviço mais até vinculado ao hoje Senador Aloysio, independente... Não que eu seja contra partido. Eu sou brasileiro, mas queria só colocar que não tenho nada contra. Tenho amigos que são petistas, na Dersa tem vários, PSDB, PCdoB.

Sou gestor público, Deputada. É isso que eu coloco para a senhora. Eu agradeço as suas palavras. Muito obrigado.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu agradeço também.

Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Paulo Vieira de Souza, esclareço que considero muito importante o senhor ter vindo, mas a minha posição pessoal, que é conhecida no Brasil por quem está interessado na CPI e por esta CPI, é que nós temos um foco, que é a organização criminosa do Sr. Carlos

Cachoeira, e que esta CPI deve – e está fazendo isso bem, além de ter extrapolado para onde acho que não deveria – explorar, aprofundar e ajudar a dismantelar a quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira. E pessoalmente sou favorável à prorrogação da CPI, porque estão chegando vários dados e nós temos muito que avaliar.

Em relação ao depoimento de V. S^a, há algumas contradições que eu gostaria de destacar para posteriormente ouvir a opinião de V. S^a, porque tem questões que passam ao largo. E as pessoas vão falando, um fala uma coisa, outro fala outra, ou levam para lados que não devem ou têm uma briga partidária que é o povo quem resolve. Aqui as pessoas se exaltam e tal, mas é o povo quem resolve. O povo sabe separar o joio do trigo. Então vou pegar a nossa investigação.

Esta CPI entendeu, contra a minha vontade, que deveria ser investigada a Delta nacional e que todos os investimentos da Delta nacional estão sob suspeita ou sob investigação. Não é a minha posição, mas essa é a posição da CPI e vou contribuir no diálogo com V. S^a.

E aí não adianta... O que eu acho que V. S^a fez, que não é correto: pega um orçamento geral executado em São Paulo e diz que é 1%. Não é 1%, foi muito mais. Mas isso não vem ao caso.

O maior contrato da Delta em São Paulo foi feito por V. S^a. Corrigidos os valores, para a Marginal do Tietê, seria um contrato de R\$415.078.940 – isso com valores corrigidos, deveriam ser 300 e poucos no começo. E houve um aditivo de R\$71 milhões e 622. Não estou falando aqui da obra do Rodoanel, que é outra contradição de que vou falar depois.

Qual é o problema disso aqui? O problema é o seguinte. V. S^a disse: “Eu fui para a Dersa porque...”. E na discussão aqui, V. S^a disse o seguinte: “A minha entrevista é o que vale.”

Na sua entrevista há uma acusação grave ao PSDB. Eu não vou citar o nome dos políticos, porque há alguns amigos meus e acho que não tem nenhum problema, pelo menos levantado até agora, como o Senador Aloysio, que V. S^a disse que responde para ele, depois fala para o Luna.

Como é que V. S^a foi parar na Dersa? Aí o mercado queria fazer a Marginal. Preste atenção. “Aí o mercado queria fazer a Marginal. As empresas Andrade, Camargo, etc. – não cita quais – precisavam de um profissional. Eu ia ser vice-presidente da Dersa, que é o pior cargo do mundo. Não aceito ser vice em lugar nenhum.” Aí foi para presidente. “A Marginal começou a ir para frente, conheci o Luna, aí dei a ideia da Jacu-Pêssego, parada desde o Jânio Quadros com problemas do TCU. Consegui fazer convênio e trazer a obra da Dersa.”

Então, nesse trecho, V. S^a diz o seguinte: “Eu fui para a Dersa, indicado por essas empresas, para fazer a Marginal.”

Pode não ter nexos o que estou falando. Estou lendo o que V. S^a disse e os dados que tenho aqui. “Não pode, só porque os tucanos são tucanos, quando se vai avaliar o Estado, dizer: ‘Em tal Estado, teve 100 milhões de investimento da Delta ou um bilhão.’ Mas, em São Paulo, só na Marginal, teve 415 milhões”, o senhor já tendo adiantado que tinha ido indicado pelo mercado e com esse aditivo.

Essa é uma contradição que precisa ser explicada. E como a CPI está investigando todos os gastos da Delta, a CPI tem de investigar esse aqui. Se teve problema, se não teve correlação com o Cachoeira; se teve influência, se não teve. Não é, inclusive, a minha posição; é a posição da CPI, de todos, principalmente a dos tucanos.

A outra questão é a seguinte: V. S^a falou da empreitada global. Eu sou totalmente favorável a que todas as contratações de obras públicas sejam por empreitadas globais; inclusive, sou contra até a ter o projeto básico. Acho que temos de fazer uma grande mudança na Lei nº 8.666. Só que não foi feita ainda. Eu tenho projetos, inclusive, para mudar. Não acho que a gente tem de se basear no menor preço; acho que temos de buscar o melhor preço. Mas essa é outra discussão.

O fato é que tinha uma contratação no Rodoanel, por empreitada global, e que teve um aditivo. Não importa se tem TAC, se não tem TAC. Empreitada global não concebe aditivo. Inclusive, tomei informação disso aqui agora, porque não fico esmiuçando, procurando onde está... Para isso, cabe uma investigação do Ministério Público. Vou estudar se entro com a denúncia ou não, estudar melhor o caso. Se V. S^a tiver informações, pode passar para mim, porque para isso cabe uma investigação mais profunda.

V. S^a pode não ter participado, mas quando você faz um acordo, quando faz um contrato que é de empreitada global – inclusive, tivemos uma discussão pesada com a maioria dos tucanos aqui e com uma parte da oposição, porque queríamos fazer esse sistema para a Copa; e fizemos, aprovamos uma lei para a Copa nesse sistema – não cabe aditivo. É inconcebível pensar no aditivo, quando você faz a contratação por empreitada global. É condição *sine qua non*, inclusive, para ser empreitada global.

Para simplificar e o povo entender, vai se pintar uma parede e trata com o pintor o seguinte: eu vou te pagar R\$150 por essa parede. Aí ele diz: “Está bom... Não, me pague 170.” “Está bom, te pago 170.” Aí depois ele diz: “Não, o senhor vai ter de me pagar 200, porque tinha um mofo aqui.” O problema é dele! Foi feito um

contrato entre duas partes, definido um valor. Então, não tem justificativa. E se a AGU não autorizou... Aqui não importa se o Pagot assinou ou não assinou, não quis ou não pôde. O fato é que estava certo quem disse que não deveria fazer. E o fato é que tem problema ter tido esse aditivo. Não é ético e não é correto com o serviço público um aditivo num tipo de contratação desse tipo. E se V. S^a participou, V. S^a também tem de responder. Mas isso aqui não tem nada a ver com esta CPI, nem com o Cachoeira. E acho, inclusive, que Deputados, como eu, se acham que tem problema, devem investigar melhor e fazer uma denúncia mais qualificada no Ministério Público. Tomei conhecimento disso aqui agora.

Por fim – ainda tenho mais dois minutos e pouco –, o problema de ter processo, não ter processo, tem de ver. V. S^a disse também que não tinha nenhum processo, e tem. Mas são coisas da vida pessoal; são coisas de outro tempo que não quero citar aqui. Quero só pegar o seguinte e deixar bem claro: a sua entrevista, aquela que o senhor entende como a entrevista que expressa o que o senhor disse, e não o que disse Pagot, não o que disse aquela conversa de bêbado, porque ontem o Pagot disse que não foi que não teve problema, ele disse que um bêbado disse para ele que o aditivo do Rodoanel era para campanha eleitoral e não falou do senhor. Falou que era para campanha eleitoral, que foi negociado com o senhor. Foi isso o que ele disse.

Mas isso foi conversa de bêbado. Eu nunca acreditei nessa conversa, mesmo antes de saber que era conversa de bêbado. Agora, essa informação de que a sua ida para a Dersa foi para viabilizar, porque as empresas precisavam de uma pessoa para viabilizar a Marginal e outras obras, pode ser um dito maldito – e é hora de o senhor corrigir –, e pode também ser coisa que o jornalista incluiu ou aumentou, mas está aqui na sua entrevista para a *Folha*, para Andréa Michael, se não me engano foi esse o nome da jornalista.

Por fim – tenho apenas meus 28 segundos – eu acho que V. S^a poderia contribuir com esta CPI, porque V. S^a colocou uma série de questões genéricas, tipo foram meus inimigos, ou foram os meus detratores, ou foram pessoas, e citou pessoas do PSDB que estavam com inveja, ou foram ETs. Se V. S^a pudesse dar o nome dos ETs que falaram que o senhor roubou 4 milhões ou o nome dos detratores, ajudaria muito o trabalho da CPI.

Terminei no tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PB) – Suspendo os trabalhos por alguns instantes para que o depoente possa satisfazer as suas necessidades fisiológicas, embora sendo um Iron Man, mas não dá para

ficar tanto tempo! Eu o consultei e perguntei, porque, afinal de contas...

(Suspensa às 15 horas e 59 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 02 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retomando os nossos trabalhos, com a palavra o depoente para as considerações atinentes à fala do Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, além de conhecê-lo pela televisão, eu o conheço pelas solicitações que o senhor faz ao Ministério Público. Não tomo isso de forma nenhuma como uma... Faz parte da sua postura política. E acho que o senhor acaba me dando chance de poder esclarecer. Prefiro desta forma: ter o direito à resposta. Vou tentar responder os seus questionamentos.

Com relação à Dersa, quando o senhor coloca que eu fui indicado pela Camargo Corrêa, pela Odebrecht ou sugerido meu nome...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, é a minha entrevista... Não, não. Não, Deputado, com todo o respeito: a minha entrevista... Eu vou colocar ao senhor o seguinte: o mercado da construção civil, o que eles necessitam, seja do partido do PT, PSDB, PCdoB, qualquer partido, não quero falar todos, porque não lembro, não vou lembrar... Eles precisam de gestor público. O gestor público é a mola mestra do lucro das empresas. Não tendo gestor público, dificilmente eles conseguem implementar uma obra, uma obra na qual eles têm interesse em participar, em realizar, em ter lucro.

Jamais negaria ao senhor que o meu nome é ventilado pelas empresas, sugerindo ao gestor público para que a obra seja realizada. Isso a mim é... Eu tomo como elogio do mercado. Posso afirmar ao senhor que tudo o que o senhor colocou na minha entrevista é verdadeiro. O engenheiro Dario Rais, que é um politécnico – eu sou quase perto dele, eu sou de Taubaté, ele é um politécnico, ele é do ITA –, me chamou e convidou para eu ser vice-presidente.

Por que eu disse aquilo? Quando eu cheguei à Dersa, e os diretores já estavam lá e ele queria me nomear vice-presidente, eu tomei tanta paulada na primeira semana que eu voltei a ele e falei: “Dario, eu vou embora. Eu, vice-presidente, aqui não fico”, porque todos os diretores se sentiram ofendidos de eu entrar hierarquicamente acima deles. Eu falei: “Ou, Dario, você em arruma uma diretoria qualquer...”. Ele falou: “Mas não tem diretoria; então, vou abrir uma diretoria.” E ele abriu a Diretoria de Relações Institucionais. Esse é o motivo.

Em nenhum momento, Deputado, eu acho que as empresas não têm indicado meu nome. Mas o senhor veja quais é o destino. Nenhuma dessas grandes empresas conhecidas nacionalmente participa da Marginal. Estão todas elas fora. Nenhuma delas participou ou ganhou a obra na Marginal. Se houvesse algum vínculo, elas teriam ganhado.

Então, eu posso dizer ao senhor, afiançar ao senhor que possivelmente eu sou indicado. O Marcelo Odebrecht disse à *Veja* que o meu sonho era trabalhar no Corinthians, porque eu sou corintiano e sou amigo do Andrés Sanchez. Aí eu disse a ele... Ele falou assim: “Isso é só na sua cabeça.” Hoje eu disse aqui a ele: conheço o Júnior, que também é corintiano da Odebrecht – que, por sinal vai entregar antes do prazo o estádio do Corinthians –, eu nunca desejei trabalhar numa grande empresa porque eu estava no setor público.

Então, eu posso dizer ao senhor que a minha entrevista é verdadeira. Eu não refuto aquilo que falei na entrevista. É verdadeira, Deputado.

Com relação à Marginal Tietê que o senhor coloca – e é verdadeiro também –, com relação ao aditivo da Marginal, que é, valor corrigido, vamos dizer 420, 430 milhões, que também é verdadeiro, Deputado, quando eu coloquei a Delta, eu coloquei que eu licitei, a valor presente, como tal, os 400. Eu licitei 13,5 bilhões de obra. A Delta não participou? Participou de todas, Deputado; em todas as licitações esteve a Delta presente e em todas elas ela perdeu por preço. Até diria para o senhor, Deputado, que o mercado dela não era São Paulo. Ela não tinha influência alguma em São Paulo, mas participou de todas e perdeu todas. Ela ganhou a Marginal? É verdadeiro o que o senhor coloca. O aditivo houve? Também é verdadeiro, Deputado. Eu não assinei, mas fatalmente, pelo que eu conheço da Delta, se eu estivesse lá, Deputado, fatalmente eu assinaria.

Com relação ao que o senhor coloca de preço global, o senhor está perfeitamente correto. Preço global não tem que ter TAC, nem aditivo. Aí eu coloco para o senhor o seguinte. O exemplo que o senhor colocou na parede, preço global, o que é que é? Para pintar esta sala é 10 mil! Acabou a conversa. Ah, mas agora passou ali o Senador Aloysio, o pintor quer que... Não interessa, é 10 mil. É a minha opinião também, Deputado. Só que, contrário à minha opinião e eu estou dando nome aqui, o Tribunal de Contas da União, que tem uma equipe, dos que eu conheci na minha vida, de alta qualidade, se aprofundam, chegou-se à seguinte posição: você está favorecendo as empresas, a preço global, porque eu defendi de unhas e dentes o preço global. Por quê? No Rodoanel Oeste, Deputado, o aditivo do Rodoanel Oeste de São Paulo, do PSDB, foi 83%, considerado legal. E eu nesta época estava

na Presidência da República. Não querendo cometer o mesmo risco que um Deputado que falou aí agora e saiu, acho que é o Deputado Jilmar Tatto, que tudo que é aditivo dá problema, eu não querendo problema, defendi o preço global no Governo, fiz 32 reuniões. Não é que teve o Governo inteiro fazendo reunião, eu fiz 32 reuniões. O Governo apoiou, por decreto do Governador virou preço global. Aí o TCU, em 2009 – fiz cobrar em 2008 para sair em 2009 – coloca que vamos avaliar que isso aí não está bem. Você deve estar pagando a mais. Eu falei: “Pessoal, preço global não se discute, não paga um tostão a mais.” “Não, não.”

Você tem coragem de entrar num encontro de contas, Deputado? O que é um encontro de contas? O senhor sabe o que eu estou falando. Mede o que está no projeto e mede o que está na obra.

Deputado, eu não sou acima do Ministério Público Federal. Eu tenho juízo, Deputado. Quem coordenou onze reuniões foi o Procurador, estou dando o nome, Doutor José Roberto Pimenta. DNIT participou com quatro diretores.

Agora, eu não posso querer jogar uma mínima culpa no DNIT, porque o DNIT não executou a obra. A responsabilidade é da Dersa, não era do DNIT. Aí o Doutor Pagot, que eu tenho o máximo respeito pelo profissional, como me atendeu... Eu vinha toda vez... Qual é a minha função? Um terço do dinheiro é do DNIT, PAC e Ministério.

Eu não vim pressionar o Dr. Pagot, eu vim fazer gestão, porque nós queríamos o dinheiro. Cada vez que eu vinha: “Calma aí, você está louco? A obra está andando desse jeito. Calma aí. Não dá para liberar...”. “Pagot, eu queria te mostrar o andamento da obra.” “Não, mas não é normal!”. Eu falei: “Mas é normal.” O Rodoanel é a maior obra da América Latina. Nunca antes na história deste País se fez uma obra de 120 quilômetros em 34 meses.

Eu desafio mostrar uma única obra, com todos os prêmios da engenharia civil, com o menor aditivo da engenharia brasileira, negativo à Camargo Corrêa, que por sinal é o assunto Castelo de Areia. Negativo 0,39, Deputado, mas eu, apesar de ser falante, apesar de ter a maior vibração pelo que eu fiz na minha vida, eu tenho juízo com o Ministério Público Federal, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA – Mas, Sr. Paulo, Sr. Paulo Souza, o senhor está dizendo que o termo, o aditivo, na empreitada global, o senhor acha que não deve ter aditivo, mas quem o levou a fazer esse aditivo foi o Tribunal de Contas da União? Foi isso que o senhor disse aqui.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Estou afirmando que, em discordância do preço global, nós nos sentamos, e ficou um impasse: eu dizia que não tinha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Tribunal de Contas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu dizia que não tinha, o Tribunal de Contas dizia que tinha que fazer o encontro.

Eu falei: “Calma aí, pessoal. Se no resultado final der contra o valor da obra, Dr. José Roberto Pimenta, o senhor banca?”. Banco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Roberto Pimenta é o Procurador do Ministério Público Federal.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É. Nunca me viu na vida. Não é que é meu amigo de longa data.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas estou perguntando se foi o Ministério Público Federal ou foi o Tribunal de Contas da União que o motivou na celebração do aditivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Quem nos chamou lá por conta do inquérito do Rodoanel, o S que deu 83% de aditivo, e o impasse criado entre Dersa e TCU... Impasse de filosofia. Para mim, preço global é o que o Deputado Vaccarezza está colocando, não se discute. É a minha tese. Eu concordo em gênero, número e grau com o que o senhor está falando. Mas o TCU achava, vamos medir. Falei: “Se começar a brincadeira, ela vai ter fim. Não tem este negócio, ‘minha mãe está chamando’.”

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Dr. Paulo, deixe-me fazer uma intervenção.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quer ir? Vai até o final; quer encarar, vai até o final. Eles: “Vamos encarar.” O Dr. José Roberto bancou, e eu fui para o encontro de contas. Quando deu 280 milhões... Tem um e-mail dele aí a mim pessoalmente, não é que estou divagando, entreguei à Comissão. Paulo Souza, dia 21: “O impasse está criado. Só você é capaz de resolver com as empresas.” Que eu chamo de irmandade. E a irmandade ataca em leque e defende em caracol. Chamei todo mundo para a Dersa. Falei: “Acabou a brincadeira. Ou vocês assinam o TAC ou o bicho vai pegar dentro da obra. Vocês estão com brincadeira. Vai assinar esse negócio.” E um assina, outro faz de conta que não é com ele... Eram sete advogados das empreiteiras discutindo comigo. Até recebi o título honoris causa porque eles achavam que não ia assinar. Apostavam que o Rodoanel não assinaria o TAC. Aí o TAC virou o grande instrumento para coibir as empreiteiras de pedir os 38% que eles queriam. Só que ia ser na canetada. Não ia receber. Agora, se o senhor me perguntar o que eu acho do TAC, é a maior obra que eu fiz dentro do Rodoanel. Eu quero ser o pai do TAC, eu assumo a responsabilidade, só que apadrinhado pelo Dr. José Roberto Pimenta, Procurador do Ministério Público Federal, aprovou Procuradoria-Geral do Esta-

do, e o Dr. Pagot, depois da assinatura do TAC, tenho seis e-mails da AGU aí proibindo a ele, dizendo assim: “Dr. Pagot” – vou fazer no popular – “olha, vocês só são responsáveis pelo repasse, se quiser assinar, assina.” Se estou no lugar do Pagot, não assino nunca! Nunca, nunca! Quando vi a entrevista do Dr. Pagot, eu falei: ele foi correto. Só que eu não fiz pressão, fiz gestão.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Dr. Paulo... Pela ordem, Presidente, quero só fazer uma indagação ao Paulo.

Dr. Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Jayme Campos, que nunca indaga, por isso que estou abrindo esse espaço em deferência ao Senador Jayme Campos.

Senador Jayme Campos com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só para entender melhor. O senhor disse que tinha preço fechado a obra. A indagação do Deputado Vaccarezza era em relação à questão de preço fechado. Entretanto, depois do andamento da obra, o próprio Tribunal de Contas da União, pela manifestação do Procurador-Geral da República, ou seja, lotado, imagino, lá no Tribunal de Contas da União, o preço deixou de ser preço fechado, o que deu esse aditivo fantástico que o senhor disse aí.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Fantástico.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Fantástico.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Negativo à Camargo Corrêa 6,22. Não existe, na história do País, obra pequena que tenha 6,22.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas aí tem que olhar o total.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É fantástico, Senador Jayme, o valor insignificante numa obra como o Rodoanel.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Estou entendendo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O senhor me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espera aí, espera aí. A liberalidade da Presidência tem um limite.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Estou só concluindo aqui, só para eu entender melhor. Nesse caso, o preço...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Pois não, Paulo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não, apenas esse aditivo negativo...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – É negativo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ... só deu na Camargo Corrêa, teve um percentual de 15 a 18% em outras empresas trazidas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A média foi 6%, a média foi 6%.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Média, teve 18%.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas aditivo de 6% como média não é nada de fantástico.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não, ele falou negativo na Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos organizar, por favor. Por favor!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Ficou entendido que licitação de obras públicas, pela própria Lei 8.666, 25%.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As dúvidas estão sendo tiradas. Por favor, por favor!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só para eu entender melhor, porque, na medida em que havia um preço fechado – o questionamento do Deputado Vaccarezza era em relação ao preço fechado –, mas, no decorrer da obra, o próprio Tribunal de Contas da União achava que estava errado e teria que fazer o quê? Nesse caso, pergunto: onde fica o Tribunal de Contas da União e o próprio Procurador-Geral da República, que fez todo esse encaminhamento em relação a esta obra. Nesse caso, V. S^a está com salvo-conduto, em sua plenitude, e não tem ninguém a condenar. Se alguém tivesse que pagar alguma coisa, era o próprio Tribunal de Contas da União.

Então, quando o Deputado Vaccarezza faz a indagação, acho que ela não tem fundamento nenhum, é muito relativa essa questão de fazer preço de obra fechada. Confesso, já fui quatro vezes de Executivo, ou seja, três vezes prefeito, governador do Estado, e confesso que essa criação de preço de obra fechada, confesso que nunca vi, porque na própria obra, no seu andamento, por si só, aparecem os aditivos. O senhor disse, daqui a pouco, passa fulano de tal, e diz: “Olha, não quero mais essa tinta, já está pintada de vermelho, mas tem que passar a ser azul agora ou cor-de-rosa.” Alguém vai ter que pagar e quem tem que pagar é o Poder Público que contratou a empreiteira; eu não vou, depois que pintar de azul, passar a ser vermelho sem cobrar de alguém. Então, nesse caso, o Tribunal de Contas da União que teria que prestar um esclarecimento em relação, claro, natural, às obras do Rodoanel. Acho que, aqui, a indagação do Vaccarezza podia até ter fundamento, mas, nesse caso, particularmente, com a resposta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ... do Paulo Preto, está, para mim, bastante entendido.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, vou aproveitar a fala do Senador Jayme Campos. V. Ex^a tem razão no que diz aqui. O grande questionamento que se faz é que, numa auditoria do Tribunal de Contas feita na obra, já havia, claro, o pedido para se fazerem os aditivos. O que é de se estranhar é que, num regime de empreitada global – porque é bom lembrar que o regime era outro, era de preço unitário, mudou-se o regime fechado –, o Tribunal de Contas, acobertado pelo Ministério Público Federal, dá uma aparente legalidade para um aditivo que as empresas pleiteavam. Então, se há uma questão a ser levantada aqui é também o procedimento do Tribunal nessa questão, se é global, porque a grande questão é que antes era preço unitário. Com a anuência do Ministério Público, deu-se, então, uma legalidade a um aditivo de 264 milhões, a questão é essa, de 6%. Mas aí o problema não é ser 6, ou 20, ou 1, o proceder do nível de entendimento provocado pelas empresas. Agora, bem disse aqui o Sr. Paulo Souza quando vem aqui e diz: “Olha, esse entendimento aqui, o meu entendimento era diferenciado.” Agora, a auditoria, o Tribunal de Contas, o Ministério Público o levaram a outro movimento. Então, creio que é fundamental um questionamento nosso, da Comissão, ao Tribunal de Contas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sr. Relator, seria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Vice-Presidente está com a palavra. Só um minuto.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Apenas para dizer o seguinte: os aditamentos, papéis entregues pelo Sr. Paulo Vieira, foram, na média, 6,22; teve aditamento para a OAS, Mendes Júnior, de 17,82; teve para a Queiroz Galvão de 7,83. E uma segunda coisa: acho que esta CPI, na minha opinião, deveria pedir explicações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Quero encaminhar esse pedido de questionamento. Como dois órgãos dão um ar de legalidade a algo que, na minha opinião... É isso. Por isso, queria encaminhar, Sr. Presidente, um pedido de explicações ao Tribunal de Contas e à Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito a V. Ex^a, na condição de membro da CPI e não na condição de Vice-Presidente, que, no exercício de suas atribuições, faça o encaminhamento necessário.

Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sr. Senador, eu só gostaria de fazer uma pequena colocação. O que o TAC coibiu no instrumento com o Procurador? Porque o TCU não assinou o TAC. Quem assinou foi o Ministério Público Federal, as empresas. A Dersa e o DNIT também não. O que ele coibia? Qual é a grande cláusula do TAC? Proibiu as empresas de, em quaisquer circunstâncias, pedirem na Justiça valores em desequilíbrio. O que ficaria na situação anterior? Eu não pagaria no preço global. As empresas – só o cenário – entrariam na Justiça e, com certeza quase que absoluta, ganhariam na Justiça por desequilíbrio econômico, mesmo sendo preço global. Coisa que o Oeste foi, nessa mesma batida – lá foi unitário –, foi 83%, considerado legal. Só estou colocando aos senhores que o TAC proíbe as empresas de ingressarem na Justiça solicitando reivindicação. Esse é um grande benefício. E, na assinatura do TAC, se reduziu – e vou arredondar o número se os senhores me permitirem – 372 milhões, uma redução para que se assinasse. Na verdade, eles queiram um total de 550 milhões, mas assinaram em 264 milhões. Só essa ponderação, que, com certeza, o TCU colocará.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Indago ao senhor se essa redução dos valores é API ou é final de contrato. Ou já dão preços iniciais da obra? O preço API foi reduzido dos 300 e poucos milhões, não é isso?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpe-me, Senador. Não...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O senhor disse aí que foi reduzido em 370 milhões. É API, preço inicial, ou preço final, depois de sofrer algum aditivo? A obra tem um preço inicial.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, o Rodoanel só teve um aditivo, não teve dois. O único aditivo do Rodoanel foi o aditivo gerado através do TAC. Não teve dois aditivos, só teve um único aditivo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Na conclusão da obra?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Para a conclusão da obra. E foi cumprido o TAC. Vi perguntarem ao engenheiro Pagot: “Engenheiro Pagot, o senhor sabe se concluíram o TAC ou não?”.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Ele não é engenheiro, é administrador de empresas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, é administrador? Me desculpe.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Está bom, para frente. Isso não interessa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Já o promovemos agora, a reunião toda.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – É a mesma coisa. Está bom.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, diria para o senhor o seguinte. Ele disse que não sabia, que não tinha conhecimento. Mas digo ao senhor que o TAC foi cumprido até o dia 25 de março de 2010, quatro dias antes da inauguração. E as empresas só receberam trinta dias após. Ele foi totalmente cumprido porque, senão, estaríamos na ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias para suas indagações, em 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, até dispensarei o Sr. Paulo de Souza de responder a novas indagações. A convocação dele foi um equívoco político, tinha determinado objetivo, mas acabou sendo favorável a ele, que veio aqui fazer um passeio nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Passeou como se estivesse na USP, ao lado de seus colegas triatletas. Por que houve um equívoco? Porque foi com base em uma conversa de bêbado. Não há fato determinado que justificasse a convocação do Sr. Paulo de Souza. Ele veio como testemunha e prestou a sua colaboração a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e pôde desabafar. E fez muito bem.

Algumas afirmações ouvidas aqui já foram respondidas, e muito bem respondidas, pelo Deputado Carlos Sampaio. São afirmações descabidas resultantes de uma frustração, porque a convocação do Sr. Paulo de Souza, para alguns, se transformou num tiro no pé. O objetivo não foi alcançado. Mas a convocação dele nos autoriza a pedir agora, com insistência, com veemência, em nome de toda a Bancada do PSDB, a convocação do Sr. José de Filippi, o tesoureiro do PT, que, ao lado de outras pessoas, como a atual Ministra Ideli Salvatti e o ex-Ministro Hélio Costa, pretenderam transformar o DNIT no comitê financeiro da campanha eleitoral.

Muito grave, Sr. Presidente. Improbidade administrativa explicitada. O Sr. Pagot afirmou taxativamente que foi procurado para captar recursos para a campanha eleitoral. Portanto, as justificativas sobram para a convocação do Sr. de Filippi. Mas, se preferirem, podemos até sugerir uma acareação entre Filippi e Pagot. Se há a negativa de Filippi de que não é verdade que foi ao DNIT buscar recursos, cabe uma acareação.

Nós vamos propor inicialmente a convocação. Se entenderem ser melhor para o Sr. de Filippi a acareação, nós transformamos essa convocação em acareação entre o tesoureiro José de Filippi e o Sr. Pagot.

Nós ouvimos aqui a afirmação, também resultado de frustração, de que o PSDB estaria sangrando e se defendeu até a prorrogação dos trabalhos desta CPI. Não sei qual é a posição do meu Partido, mas, pessoalmente, apoio a prorrogação desta CPI.

O PSDB não tem por que temer a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada tem a esconder. Ao contrário: nesse monumental desvio de dinheiro público da Delta para as empresas laranjas, que são 18 já, e nós estamos insistindo na quebra de sigilo de 12... A quebra do sigilo de 12 empresas laranjas não aconteceu ainda – vai acontecer, certamente –, porque essas empresas atendem outras regiões do País. Seis empresas que atendem a Goiás tiveram o sigilo quebrado. E a corrupção não mora em Goiás apenas. Ela mora em outros pontos do País. Há que se quebrar o sigilo dessas 12 empresas laranja, empresas-fantasmas, que não vendem produtos e equipamentos, que não prestam serviços, que não realizam obras e recebem milhões de reais de dinheiro público.

Há poucos dias, a Advocacia-Geral da União celebrou um acordo com o Sr. Luiz Estevão, Senador cassado, da ordem de R\$468 milhões. E anunciou bombasticamente que a União está recuperando R\$468 milhões. Em nenhum momento, o Advogado-Geral da União fez referência ao fato de que essa recuperação de recursos se deve ao trabalho de uma CPI. A origem das providências para a recuperação de R\$468 milhões foi uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, o Supremo Tribunal Federal julga o mensalão. É preciso lembrar que esse julgamento se dá com provas, com uma avalanche de provas, de laudos, de perícias, de provas testemunhais, de confissão. Isso tudo ocorre tendo origem numa Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional.

Nós estamos fazendo referência a esse fato para destacar a importância desta CPI. Só em recursos transferidos para as empresas laranjas já somamos hoje mais de R\$413 milhões, recursos, provavelmente, destinados ao pagamento de propina em razão do tráfico de influência, do superfaturamento de obras, de aditivos que extrapolaram os limites da legislação e de obras em licitação, inclusive, enfim, em um esquema de corrupção complexo, sofisticado, comandado, de um lado, por Cachoeira, e, de outro lado, por Fernando Cavendish, que deve sentar, daqui a pouco, no banco dos réus desta CPI.

Já que aqui se destacou o receio do PSDB, é bom afirmar que, dos valores repassados à Delta, apenas 6% dizem respeito a gestões realizadas pelo PSDB. O PSDB governa oito Estados e centenas de Municípios, mas, dos R\$9 bilhões de dinheiro público repassados à Delta, apenas 6% dizem respeito às administrações do PSDB. Oitenta por cento dizem respeito a governos de partidos da base de sustentação política do Governo Federal, sendo que 40% na área do Ministério dos Transportes.

Portanto, Sr. Presidente, é essencial agora a quebra de sigilo dessas empresas fantasmas, já que depoimentos de investigados não produzem; depoimentos de testemunhas, como Paulo de Souza, produz, porque fala, porque enfrenta, porque revela, porque mostra, porque não esconde. Mas determinadas pessoas investigadas celebram o pacto do silêncio e não falam, escondem.

Nós temos que trazer já, Sr. Presidente, é uma outra sugestão que faço à Mesa, o Sr. Cachoeira. Está na hora de o Sr. Cachoeira voltar. Ele esteve aqui em um primeiro momento e anunciou que só falaria depois que falasse à Justiça. Ele já falou à Justiça, ou não falou à Justiça, mas está na hora de trazê-lo de volta, mesmo que seja para ficar em silêncio, se é o desejo dele, porque o silêncio, muitas vezes, compromete muito mais do que a palavra; o silêncio, às vezes, fala mais alto do que qualquer discurso. Tem que vir o Sr. Cachoeira novamente. Quem sabe os remédios que esteja tomando para depressão possam produzir algum outro efeito e soltar a sua língua. Em determinado momento de aflição e angústia, já que, certamente, ao perceber que sobre os seus ombros é que estão recaindo o peso maior de eventuais penalidades futuras, quem sabe ele queira compartilhar com outros o ônus do crime praticado em quadrilha.

Por isso, Sr. Presidente, não temos nenhuma indagação a formular ao Sr. Paulo de Souza. Mas queremos oferecer a mesma oportunidade que oferecemos a ele ao Sr. José di Filippi Júnior, que tem de se defender aqui. Ele foi acusado. Ontem ele foi acusado; uma acusação que se confirmou na data de ontem. Ele precisa ter a oportunidade de se defender diante dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parabéns ao Sr. Paulo de Souza pela *performance* nesta CPI.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Gostaria de agradecer ao Congresso Nacional, a todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, por mim, pela minha família. Eu diria que o Congresso Nacional... Queria agradecer a delicadeza, a educação, por tudo que passei hoje aqui e dizer a todos os senhores, com todo o meu respeito e humildade, que vocês estão resgatando na minha vida um líder ferido. Vocês cometeram o acerto de me possibilitar aqui poder esclarecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como representante desta Comissão, Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente e demais Parlamentares, eu vou poupar o depoente e todos nós de mais perguntas, até porque

me dou por satisfeito com as respostas já dadas pelo depoente.

Apenas registrar que, mais uma vez, tivemos aqui um depoente com disposição de falar. E isso realmente nos empolga e nos deixa satisfeitos de saber que os depoentes que chegam aqui com a verdade não têm nada a temer e estão dispostos a falar.

Eu queria parabenizar o Sr. Paulo Vieira de Souza, agradecer pela aula que nos deu aqui. Tanto ontem o Pagot como o senhor aqui me fizeram aprender que, se eu for gestor público amanhã, eu não vou assinar aditivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Boa tarde, Dr. Paulo. Eu acompanhei aqui os companheiros que votaram o convite ao senhor. Eu não percebia qualquer razão para trazê-lo aqui, porém eu não considero que deslustre uma pessoa vir ao Congresso Nacional de seu País. Exatamente o que o senhor acabou de dizer. E é claro que é nosso dever todo mundo mesmo com lhanza. Nós não somos pessoas agressivas. Lamentamos até que muitos cheguem aqui com habeas corpus. Nós não vamos desacatar a nossa Constituição. Se alguém quiser ficar calado, que fique calado. Não há esse embaraço. Não seria seu caso, pois aqui o senhor não veio na qualidade de réu, vem na qualidade de testemunha.

Os réus têm o direito de não se incriminarem, tem o direito de permanecerem calados.

O senhor disse aqui – e não tem nada a ver com obras, não tem nada a ver com o TAC –, e eu não faria esta intervenção, a não ser para lhe dizer que não passou pela minha cabeça, em nenhum momento, que o senhor tivesse algum problema de explicar aqui na CPI porque eu estudo esses autos, eu vejo ali o que nós temos de quebra de sigilo e não percebi, em nenhum momento, nas quebras de sigilo, a presença ou a digital de V. S^a. Porém o senhor falou de processos que move na justiça contra três revistas, se não me engano, ou contra jornalistas de três revistas: da *Istoé*, da *Carta Capital* e da *Época* e disse que estava ganhando todos.

Eu tenho uma posição muito ostensiva de defesa da liberdade de imprensa e entendo que não cabe – até entendo e tenho um modesto trabalho publicado sobre isso, já sustentei isso da tribuna do Supremo Tribunal Federal – processos de injúria, difamação e pedidos de indenização por parte do agente público quando a crítica, até mesmo injusta, até mesmo rude, com palavras duras, é feita sobre o seu desempenho.

Claro que a intimidade e a vida privada são bens jurídicos tutelados lá nas Garantias e Direitos Individuais, mas, por força – e só digo isso para lhe explicar o porquê venho a esse assunto – dessa ligação, eu obtive dados, primeiro, e vou obter os outros depois, da revista *Istoé*, que não batem com os dados que o senhor trouxe aqui.

E eu vou pedir, então, a juntada aos autos desta Comissão, porque, dos dados que recebi, estão aqui as fitas de tramitação do Tribunal de Justiça de São Paulo, há três ações contra a *Istoé*, sendo que o senhor perdeu a primeira em primeiro grau de jurisdição e fez apelação para o Tribunal de Justiça e ainda não foi julgada. E as outras duas não foram julgadas no primeiro grau de jurisdição.

O que não quer dizer que o senhor esteja certo ou o senhor esteja errado, porque não há trânsito em julgado. Porém, como o senhor fez essa afirmação, e eu obtive esses dados, eu poderia, pura e simplesmente, juntar ali com o relator. Mas não, eu prefiro fazer aqui do microfone, para que o senhor também possa se manifestar sobre a veracidade ou não desses dados que foram acessados pela Internet.

É o que tenho a dizer. Acho que já vai longe o depoimento e vou parar por aqui, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu posso lhe afiançar, Deputado, que o senhor está absolutamente correto. Em nenhum momento aqui – e, se o fiz, se deixei a entender, eu peço desculpas.

Eu não disse em nenhum momento que eu havia ganhado. Eu disse que havia processos contra os jornalistas. As empresas que eu ganhei até hoje, em primeira e em segunda instâncias, repito novamente: Paulo Henrique Amorim, Delegada Nilze Scapulatiello, *Jornal Contato*, de Taubaté, e o candidato a Prefeito, em primeira e segunda instâncias, Celso Russomanno.

O senhor está absolutamente correto quando se refere à *Istoé*. É verdade o que o senhor coloca que eu perdi em 1^a instância; recorri. Mantenho os processos contra os jornalistas, não porque eu não respeito a imprensa; simplesmente porque eu quero saber quem mente. Quem deu a entrevista diz que quem colocou a notícia foi a *Istoé*. Eu sou amigo pessoal do dono da *Istoé*. Eu não privo de amizade. Ele é atleta como eu. E o senhor está absolutamente correto no que coloca.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu teria mais quatro minutos, mas não vou usar, não, Presidente. É só a título de ilustrar aqui esse diálogo que travamos.

A prova jornalística é absolutamente diferente da prova processual. Há um formidável trabalho de Barbosa Lima Sobrinho, o saudoso Barbosa Lima Sobrinho, sobre isso! E, quando entramos no campo do Direito

Comparado, já em alguns países, a começar pelos Estados Unidos da América, onde a Suprema Corte americana já decidiu que não cabe injúria, não cabe difamação. Calúnia é outro caso. Agora, indenização nem pensar a agente público, porque a indenização vai para o bolso do agente público, inclusive.

Porém, eu vou deixar com o Relator e fica a critério do Relator juntar aos autos ou não, já que houve o restabelecimento, eu não diria nem o restabelecimento da verdade, eu diria foi dirimida a dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu ouvi **O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA** longamente, todas as falas dele. Eu quero só deixar aqui duas sugestões para esta CPI. A primeira sugestão é: esses procedimentos feitos pelo Tribunal de Contas da União e pela Procuradoria-Geral da República ou por um procurador da República, na minha opinião, são procedimentos ilegais. E, se isso vira moda, nós podemos gerar um grande prejuízo à sociedade brasileira. Então, eu quero que esta CPI peça as explicações ao Procurador-Geral da República José Luiz...

O SR. PAULO VIEIRA SOUZA – Dr. José Roberto Pimenta.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – José Roberto Pimenta, para sabermos em qual legislação ele se baseou para assinar esse termo de ajustamento de conduta. Por quê? Porque se ajustou um contrato de empreitada global. Ora, empreitada global? O final desse contrato já está ajustado. Não se pode fazer um aditamento a algo que já foi pago. Então, na minha opinião, isso gerou um dano ao Erário. E eu acho que o Tribunal de Contas excedeu-se na sua competência ao indicar esse procedimento, e igualmente o Procurador-Geral da República, gerando, na minha opinião, um dano ao patrimônio público ao permitir um aditamento a esse contrato. Então, eu quero registrar que esse é o primeiro questionamento e o que quero solicitar a V. Ex^a.

O segundo questionamento é uma investigação do Tribunal de Contas a um aditamento de 25%, que é o topo dos aditamentos que nós já vimos em contratos da Delta aqui, porque ontem o Sr. Pagot disse aqui que a média de aditamento de obra nova era de 8%. O que foi feito ali? Um aditamento de 24,9%, isto é, foi ao limite do aditamento numa obra em que não havia essas intercorrências; é na beira da Marginal.

Portanto, eu queria trazer esses dois questionamentos, porque, em minha opinião, esses dados tra-

zidos aqui pelo **SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA** são esclarecedores de como o Estado acabou agindo mal, o Estado na esfera pública, seja dos agentes permanentes, seja de governos.

Portanto, eu queria trazer esse questionamento aqui, porque acho que os esclarecimentos trazidos pelo **SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA** me dão conta de que esta CPI deve levá-los em consideração, porque, em minha opinião, o Estado, a sociedade brasileira perdeu nesses dois resultados.

O Deputado Carlos Sampaio pede um aparte.

Nunca deixei a minha tribuna para falar como Deputado, mas, pela primeira vez...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ...cedo aparte a V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É para dizer o seguinte. Apesar de aprioristicamente, Sr. Presidente, não concordar que há ilegalidade, concordo plenamente com o Deputado Paulo Teixeira que tem que haver um esclarecimento a esta CPI. Então, subscreverei juntamente, se for da concordância dele, o ofício para o Ministério Público Federal e para o TCU solicitando as informações, para daí, sim, dizermos se houve ou não qualquer equívoco.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – E farei em relação aos dois contratos, tanto do Rodoanel como da Nova Marginal.

Agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As providências serão tomadas, Sr. Deputado Paulo Teixeira, com a subscrição do Sr. Deputado Carlos Sampaio.

Com a palavra, como não membro, o Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Paulo Vieira de Souza, o senhor vê, na realidade, o que se dá, o que se pode dar em uma CPI. Uma conversa de bêbado o trouxe aqui, e a decisão dos sóbrios deixou de fora o José di Filippi. Isso é o que se estabeleceu ouvindo ontem o Sr. Pagot e ouvindo hoje esse depoimento de V. S^a.

V. S^a teve muita paciência. V. Ex^a pode ser *iron man* de corpo, mas não de alma. É difícil para qualquer um aguardar dois anos uma oportunidade de poder, talvez mais do que falar para o Brasil, falar para sua família e para seus amigos. Esses dois anos em que V. S^a aguardou para esse momento, esse fardo que carregou, seguramente, V. S^a se livra dele.

Com o maior respeito a todos os Pares que compõem esta Comissão, acho que o maior exemplo que V. S^a leva é a fala da referência do atestado do Senador

Pedro Simon. Isso é algo que absolutamente enobrece a passagem de V. S^a pelo dia de hoje.

Mais uma vez, me apego ao que disse, com muita clareza, o Senador Álvaro Dias, nosso Líder no Senado. O que é que se deu? A Delta teve uma participação de menos de 2% das obras que foram licitadas pela empresa da qual V. S^a foi diretor em São Paulo. A Delta tem mais de 80% de seu faturamento de obras públicas com o Governo Federal. É nessa cota que não se deixa a CPI avançar. É nesse aprofundamento, nesse volume de ações da relação com o Governo Federal que há um grande trabalho para evitar que se avance em todas essas ponderações.

Portanto, o registro nosso de hoje é que fica também aí um ensinamento: talvez se o PAC tivesse um *iron man*, talvez se o PAC tivesse Paulo Vieira de Souza, estaríamos falando do PAC 5 ou 6 ou 7, e não do PAC das obras do Governo Federal que não andam.

Cumprimento V. S^a pela tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estão encerradas as inscrições.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Queria fazer mais três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora passo a palavra ao Sr. Relator e, depois do Sr. Relator, ao orador. Ele vai responder as perguntas. Se esclarecidas, fará as suas considerações finais, e encerramos esta parte. Temos mais dois depoentes hoje aqui e vamos ouvi-los, depois de ouvir o Sr. Paulo Vieira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, agradecendo a contribuição de V. Ex^a, quero apenas pedir ao Dr. Paulo Souza que identifique no tempo, para melhor compreensão nossa, o seguinte: a mudança no regime de execução se deu antes ou depois da licitação? Quando o senhor produziu a licitação, no caso do Rodoanel, produziu-se a licitação em que regime?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A licitação, Deputado, foi em regime de preço unitário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A mudança do regime foi depois da licitação, então?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É. O decreto do Governador pedia que se reverificassem os contratos, e um decreto específico autorizou à Dersa a renegociação dos contratos. Se deu antes do início da obra, mudando para regime a preço global.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, depois da negociação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Corretamente, Deputado. A licitação não foi feita a preço global.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque o senhor disse aqui que, quando se busca o preço global,

tem-se que ter resolvida a questão ambiental, o senhor disse outra coisa e disse projeto executivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Projeto executivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando se mudou aqui o regime de execução, o projeto executivo já estava pronto?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nós tínhamos 85% do projeto executivo pronto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, mudou-se, então, o regime para global sem estar com o projeto executivo 100% pronto.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, em termos de engenharia, se o senhor tem 85% do projeto pronto executivo... O normal, em obras de construção civil se começa a obra com 30% do projeto ou só com o projeto básico.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando é com preço...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Unitário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... unitário.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando se tem a possibilidade de ter 85% de um projeto executivo pronto, eu tocaria qualquer obra no Brasil a preço global, porque eu tenho a alma do projeto, a definição do projeto pronta. Mesmo porque, num período de 2 meses da hora que se inicia se conclui o projeto. Entreguei dados exatamente quando o projeto ficou 100% pronto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A mudança na solução técnica de pontes e de pavimento rígido para asfalto se deu em que momento? Quando o senhor licitou, era pavimento rígido. Mudou depois?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se eu puder, faço uma colocação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Rapidinho, por favor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Rapidinho? Então, vai ser bem rápido.

A Europa usa o pavimento preto, o asfalto; os Estados Unidos, o pavimento branco, o concreto; o Rodoanel Oeste foi feito todinho em pavimento de concreto, do que eu discordo tecnicamente. O pavimento de concreto tem que ser feito onde nós temos cortes sem movimentação de terra para que não haja trinca. Basta verificar o Oeste, que tem trinca. E, onde há movimentação e aterro, usa-se pavimento preto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa mudança se deu quando?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Essa mudança se deu com a minha gestão, porque eu não permiti que fizessem todo o pavimento em concreto,

contrário até ao desejo da Associação Brasileira de Cimento Portland.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso quer dizer que o senhor mudou isso...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Na execução da obra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... na execução da obra, com o projeto executivo dizendo outra coisa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, o projeto executivo já foi colocado nessas condições.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Considerações finais de V. S^a.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É final para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É final.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Vou estar liberado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Finalmente, é final.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu queria agradecer, mais uma vez, de coração, a oportunidade, a chance, a gentileza e a ponderação dos senhores. O que me resta agora – pelo menos para minha família, para mim e para os meus amigos – é que, se na época o líder ficou ferido, o líder está no processo de cura e agradeço isso a todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado ao depoente pela colaboração.

Há alguma questão de esclarecimento de V. Ex^{as} antes da convocação da outra ...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... da outra testemunha, até para que nós...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... não estejamos em nenhuma desarmonia...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... no plenário?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, meu queridíssimo companheiro e Líder democrata, **ONYX LORENZONI**.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... quando esteve aqui o Sr. Jayme Rincón, a pedido do Deputado Miro Teixeira, o Sr. Relator fez o procedimento que, data venia, considero correto. Ou seja, o Sr. Relator leu o elenco de questionamentos que ele tinha, e o Sr. Jayme Rincón ouviu. Só depois da manifestação do Relator é que ele foi liberado. Eu peço que, por simetria – se preciso, faço solicitação formal –, haja, por isonomia, a mesma coisa no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A informação que o relator me passa é que o Sr. Jayme Rincón fez uma preliminar. Não foi isso? Foi assim?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas o Sr. Relator perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator, para as considerações.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Deputado Odair Cunha perguntou, e eu gostaria que perguntasse hoje. Só isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu, sinceramente, estou concentrado aqui nas próximas perguntas. Presidente, eu não ouvi direito o que o Deputado Lorenzoni falou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O que eu estou dizendo é que a testemunha que vem aqui vem com habeas corpus, evidentemente, não vai falar. Então, dentro daquela premissa de que é muito importante a gente poder, dentro da comissão, construir o elemento probatório, seria importante que o Sr. Relator lesse as suas perguntas. É só isso. Como é que a testemunha vai julgar o que o senhor vai perguntar? Como foi feito com o Sr. Jayme Rincón, o senhor faria igual. É isso.

Só estou pedindo que se repita o mesmo processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, em relação a ler perguntas, se eu for ler as perguntas, nós estaremos discutindo o rito. Pode ser a decisão. Agora, a questão que está colocada é que, no caso do Jayme Rincón ou em outro caso, eu elenquei os motivos que traziam o depoente aqui. Isso me parece que o Presidente está fazendo. Agora, eu posso fazer também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é a minha função. Essa vai ser a minha função agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso o Relator poderia fazer também. Acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa vai ser a minha função, Sr. Deputado Onyx.

Os motivos que originam a presença do Sr. Fernando Cavendish a esta comissão quem vai lê-los sou eu, na condição de Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E isso foi o procedimento daquela vez, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Sr. Jayme Rincón também.

Está esclarecido o caso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, aquela vez eu fiz os motivos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, não, não. Houve uma mudança aí, a pedido do Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está esclarecido.

Nada mais. Mais algum esclarecimento?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Se ele fizer uma premissa, então o Relator vai perguntar tudo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Agora, se fizer alguma premissa, passamos ao relator para as suas indagações.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Até que, depois, ele diz que fica em silêncio e aí vai embora.

Não, mas eu acho importante que o Relator possa ler, até porque eu entreguei um conjunto de perguntas ao relator, porque eu tenho muita curiosidade de ver a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa também é da Presidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, tenho também só algumas perguntas, que eu vou encaminhar ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encaminhe-as agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... para, sendo o caso, serem feitas ao próximo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode fazê-lo, neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já encaminharei. Já encaminharei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor quer fazê-lo agora, pode fazê-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não. Estou dizendo que, ao próximo depoente, eu tenho perguntas para que o Relator faça a ele, ao próximo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ao Gilmar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ao nosso próximo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se houver, efetivamente, aqui o debate.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu queria sugerir algo a V. Ex^a. Nós temos perguntas aqui a serem feitas a ele, todos têm. Eu creio que nós poderíamos adotar o procedimento de fazer as perguntas ao Relator, para o relator optar em fazer as perguntas ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa matéria nós vamos discutir, meu queridíssimo Senador Randolfe, na próxima sessão administrativa. E me comprometo, mais uma vez, com V. Ex^a: irei novamente pôr o rito em julgamento, pela terceira ou quarta vez, para que a Comissão, de forma colegiada, ainda, novamente, discuta o rito. Farei isso em respeito às vozes dissonantes do rito, porque é essa a minha posição.

Não há mais nenhuma questão de esclarecimento.

Determino a presença do Sr. Fernando Cavendish à Comissão. *(Pausa.)*

Está presente à Comissão o Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, na companhia do seu advogado Tércio Lins e Silva.

Em decorrência dos requerimentos de autoria dos Srs. Congressistas Onyx Lorenzoni, Carlos Sampaio, Filipe Pereira, Rubens Bueno, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Íris de Araújo, Ronaldo Fonseca e Maurício Quintella aprovados por esta Comissão, comparece a esta CPMI o Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares.

Resumidamente, os fundamentos expressos pelos Parlamentares requerentes da convocação de V. S^a são os seguintes: as operações Vegas e Monte Carlo, de acordo com o requerimento do Deputado onyx Lorenzoni, revelaram – aspas – “negócios do empresário Carlos Cachoeira com empresas que têm contratos com o Poder Público” – fecha aspas, entre elas a Delta Construções S. A.

Ainda consoante, o Deputado Lorenzoni – abre aspas – “a suspeita é de que” – fecha aspas – Cachoeira e a Delta – abre aspas – “subornavam servidores públicos e de que tenham participado de arrecadação ilegal, para custeio das campanhas eleitorais de 2010”. Nos termos do requerimento do Deputado Carlos Sampaio, – abre aspas – “as investigações da Polícia Federal revelaram que o grupo criminoso, liderado por Cachoeira, mantinha contatos com a empresa Delta Construções S.A. Segundo noticiado na imprensa, a referida construtora realizou movimentações financeiras em favor de empresas de fachada pertencentes à organização criminosa” – fecha aspas.

O Deputado Filipe Pereira solicitou que o depoimento do Sr. Fernando Cavendish seja tomado na condição da testemunha. Foi aprovado nesta Comissão.

O Deputado Rubens Bueno argumentou que – abre aspas:

Segundo relatório de inteligência da Polícia Federal, na operação Monte Carlo, há indícios de que a maior parte dos valores que entram nas contas de empresas fantasmas ligadas ao grupo do empresário Carlos Cachoeira são [sic] oriundos da empresa Delta Construções.

Para o Senador Álvaro Dias, – abre aspas:

Entre os diversos elementos das investigações da Polícia Federal, que vieram a público, há uma série de ligações entre o Sr. Carlos Augusto Ramos e a empresa Delta Construções, de propriedade do Sr. Fernando Soares Cavendish, inclusive de repasse para empresas de fachada [fecha aspas].

Nos termos expressos pelo Senador Randolfe Rodrigues, – abre aspas – “o principal agente privado que aparece nas gravações da Polícia Federal, tendo fortes vínculos com a organização criminosa, liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira, é, sem sombra de dúvida, a empresa Delta Construções Ltda” – fecha aspas.

O propósito expresso pela Deputada Íris Araújo, em seu requerimento, de que a oitiva do Sr. Fernando Cavendish sirva – abre aspas – “para prestar esclarecimentos sobre atividades comerciais de sua empresa, notadamente contratos firmados com o Governo Federal, com o Governo do Distrito Federal e com o Governo do Estado de Goiás e doações de campanha, bem como o seu relacionamento com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.”

O Deputado Ronaldo Fonseca e o Deputado Maurício Quintella, além de recordarem essa declaração do Sr. Cavendish, afirmaram que “a convocação do ex-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Delta Construções [...] – reticências – “tem a finalidade de elucidar eventuais suspeitas e prestar informações sobre a participação da Delta Construções nos inquéritos das Operações Monte Carlo e Vegas, da Polícia Federal”.

O depoente, na condição de convocado por esta CPMI, Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, encontra-se amparado por medida cautelar no Habeas Corpus nº 114.859, do Supremo Tribunal Federal, cujo Relator é S. Ex^a o Ministro Cezar Peluso.

E, finalmente, indago a V. S^a, como fiz com outros depoentes aqui presentes: caso não pretenda prestar seu depoimento em reunião aberta, o faria na hipótese de esta reunião passar a se realizar também reunião secreta. Tudo no intuito de a presença de V. S^a colaborar para os fins que a CPI procura nesta importante investigação para o País.

Nada obstante, a Presidência desta CPI, com grande expectativa de que S. S^a possa contribuir para os avanços das investigações, passa a palavra ao Sr. Cavendish para expor as suas informações e alega-

ções a respeito dos motivos elencados nos requerimentos e nas justificativas aqui apresentados por esta Presidência.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Cavendish; depois, passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO CAVENDISH SOARES – Boa tarde, Presidente.

Por orientação do meu advogado, eu permaneço em silêncio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Qual é a indagação pela ordem de V. Ex^a?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Creio que há uma preliminar que V. Ex^a deve submeter ao depoente. É uma questão de hombridade obter dele a resposta a uma acusação que fez ao Senado Federal. Afirmou que comprava com R\$6 milhões um Senador, e nós gostaríamos que ele apontasse qual Senador que comprou por R\$6 milhões ou que Senador ele compraria por R\$6 milhões.

Impetrei, Sr. Presidente, uma interpelação judicial, e a Justiça do Rio de Janeiro informou que não encontrou o Sr. Fernando Cavendish para intimá-lo. Portanto, é a oportunidade que ele tem, é uma preliminar que submeto a V. Ex^a para que ele possa responder. É uma questão de hombridade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...ele responder que Senador ele compraria por R\$6 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Senador Alvaro Dias, a preliminar de V. Ex^a eu acato e aceito em homenagem e em respeito à instituição de que eu faço parte e, por isso, antes de dispensar a testemunha, como faço com qualquer testemunha, eu me refiro e transponho ou transmito a sua indagação, em nome do Senado da República, ao Sr. Fernando Cavendish. Em nome do Senado Federal.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO CAVENDISH SOARES – Esse assunto, em momento oportuno, que judicialmente está em curso, eu responderei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado. O senhor está dispensado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, na mesma linha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na mesma linha, eu já respondi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele falou de 30 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já respondi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Qualquer contrato do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já respondi.

O senhor continue com a palavra. Com a palavra, pela ordem, o senhor. Fiz em homenagem ao Senado Federal, Sr. Senador.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, mas o senhor não fez homenagem à Câmara.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor está presidindo uma Comissão Parlamentar Mista. Ele falou de 30 milhões, que compra qualquer político para ter negócio com o Governo. Eu estou entre aqueles...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Deputado, eu não sabia que denegria a imagem da Câmara não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Está aqui nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Deputado Bueno. Desculpe-me. Foi publicizado que era o Senado.

Nada mais havendo...

Desculpem-me, nós temos o Gilmar agora.

Gilmar Carvalho de Moraes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, e a pauta da próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ainda vou discuti-la. Divulgo amanhã. (Pausa.)

Peço aos Srs. Parlamentares...

Deputado Miro, o Gilmar chegou.

Quanto à D. Roseli, eu já pedi para tomar a termo o depoimento dela na Polícia do Senado e encaminhá-lo para o Ministério da Justiça.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, enquanto ele entra, será que V. Ex^a poderia explicar para nós todos, para evitar cada pergunta, se já foram tomadas as providências – que já devem ter sido tomadas para a segurança, para a garantia de vida tanto do Sr. Gilmar quanto da D. Roseli.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço silêncio. Essa solicitação do Deputado Miro Teixeira é importante.

Há um casal que está sendo vítima de ameaça: a ex-esposa do depoente que está aqui presente veio de forma absolutamente colaborativa a esta Comissão, mas hoje fomos informados que ela sofreu ameaça, e o seu ex-marido também. Procuramos imediatamente contatar a testemunha aqui presente, e ele veio. Há mais de duas horas, ele se encontra aqui. Todas as pro-

vidências, me informa a Secretaria, foram tomadas. Já estamos solicitando que o Ministério da Justiça inclua as duas testemunhas no rol de testemunhas protegidas pela Justiça. Estamos solicitando a tomada a termo, como estamos fazendo agora com o Sr. Gilmar, também da Sr^a Roseli, para que o Estado brasileiro possa cumprir com as suas obrigações para com cidadania brasileira, que, em um gesto de profunda colaboração com esta CPI, vem para dizer o que sabe a respeito desse processo.

Por isso, espero que o Ministério da Justiça possa imediatamente tomar as providências que a CPI já solicitou. (Pausa.)

Sr. Gilmar Carvalho de Moraes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É só Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gilmar Carvalho de Moraes.

O SR. GILMAR CARVALHO DE MORAES – Moraes. Gilmar Carvalho Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gilmar Carvalho Moraes.

Eu gostaria de passar a palavra para que V. S^a...

Vamos tomar o termo de compromisso dele. Ele já assinou.

O SR. GILMAR CARVALHO DE MORAES – Estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...possa falar o que sabe a respeito da sua participação nesse episódio, como V. S^a entrou nesse processo, o que V. S^a sabe a respeito dessa organização, como o seu nome apareceu nessa história. Então, se dirija aos membros e ao Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, por favor, para uma observação que pode ser útil ao Sr. Gilmar, cuja presença temos o prazer aqui de receber.

A grande segurança que o senhor terá para a sua vida será falar tudo, não deixar nada oculto. Qualquer coisa ocultada poderá – eu lhe falo com a experiência de alguns cabelos brancos – ser um estímulo àquele agente criminoso que ainda está preservado praticar um ato contra o senhor. E aqui o senhor terá todo apoio das instituições, a começar pelo próprio Congresso Nacional. Gostaria de observar que a sua segurança basicamente depende de o senhor falar tudo, porque a segurança do Estado lhe será dada, mas a segurança real vem daí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, acrescento ao Sr. Gilmar se ele poderia trazer detalhes sobre a ameaça que ele ou a sua ex-esposa sofreu nas últimas horas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Vamos organizar o depoimento do Gilmar, porque o Relator terá a palavra.

Gilmar, com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, se me permite, antes do Sr. Gilmar, creio que é importante, Sr. Gilmar, ao vir a esta CPMI, na linha do que disse o Deputado Miro Teixeira, ter a atenção da Comissão em relação a qualquer tipo de ameaça que o senhor ou alguém da sua família possa estar sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Vamos passar a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Um segundo, Presidente.

É importante que ele esclareça também por que há empresas fantasmas que estariam em nome dele. Como isso aconteceu?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Finalmente vamos ouvir o depoimento do Dr. Gilmar.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Pode falar. Fique à vontade.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quando fiquei sabendo de toda essa situação, foi através de um repórter que me ligou, perguntando sobre a Srª Roseli e tal. Falei: “Sim, conheço.” “Ah, porque vocês estão envolvidos... Você está sabendo que você está envolvido no caso do Cachoeira e tal?” Falei: “Não, não estou sabendo não.” Aí ele falou: “Pois é. A gente poderia conversar?” E ficou insistindo, esse repórter insistindo para a gente conversar. Aí fiquei preocupado, e fui na Internet ver. Cheguei lá e vi a situação que estava.

Aí eu me lembrei que tinha uma pessoa, tempos atrás... Eu trabalho com contabilidade e eu devia, tinha uma dívida com essa pessoa. Ele me procurou e falou: “Você vai me pagar a dívida?” E eu, naquela época, sem condições de pagar. Ele praticamente me ameaçou. Isso eu estava guardando por quê? Porque esperava ser chamado aqui. Quando a minha ex-esposa esteve aqui, que ela esclareceu que nós não conhecemos esse pessoal, o povo, no caso, as pessoas do Cachoeira... Igual um repórter colocou na Internet. O que eu falei para ele? Eu quero que me provem uma ligação minha, uma filmagem minha, um encontro meu com qualquer um desse povo, dessa organização.

Então, essa pessoa a quem eu devia, eu acredito, o que ele fez? Acredito, não, tenho certeza. Ele usou o meu CPF, usou o meu documento e fez CPF, porque ele me trazia o processo pronto e falava: dá entrada na junta comercial, porque ele pensava que para dar entrada na junta comercial precisava de um contador.

Então ele levava até a mim, eu tinha que levar lá, e ele me ameaçava ainda.

Então, essa pessoa... Eu trouxe aqui inclusive, e gostaria já, como um dos Senadores falou... Me desculpe, é que eu... Então o que ocorreu? Está aqui, e eu gostaria que a Justiça hoje encontrasse essa pessoa para eu tentar recuperar a minha família, que eu perdi, entendeu? Essa pessoa está aqui. Agora ele desapareceu, porque eu já tentei entrar em contato com ele, não consigo, e eu quero que a Justiça faça...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Fora do microfone.) – Quem é ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu vou passar aqui. Não sei para quem eu passo.

Valdeir Fernandes Cardoso. Inclusive ele botou o meu endereço lá em Vicente Pires, sendo que eu nunca morei lá. Pode chegar lá e perguntar para vizinhos, entendeu? Fez toda essa armadura aqui em cima de mim. E, na época, eu até tive conhecimento, porque ele me trouxe um processo com o CPF meu diferente. Eu falava para ele: rapaz, isso aqui vai dar problema. Eu não vou mexer com isso aqui, não. Ele falou: você quer me pagar ou não quer? Aí eu passava dois dias sem dar entrada no processo, ele me mandava mensagem ameaçando. E eu ficava numa situação difícil. Agora, daí para a frente, desse cara, quem ele conhece lá para a frente, eu não sei. Agora, esse cidadão aqui que eu estou com a xerox aqui é que eu quero localizar e faço questão... Faço questão, não. E peço à Justiça para me ajudar, porque eu quero recuperar a minha família, para mostrar que eu não tenho culpa nisso aqui.

Então está aqui. Eu não sei para quem eu vou passar.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pode passar para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Valdeir Fernandes Cardoso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele morava em Vicente Pires na época. Eu nem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Para a assessoria tomar as providências.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, convocá-lo imediatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Calma! Deixem-me concluir a participação do senhor Gilmar.

O SR. RUBENS BUENO – Enquanto é tempo.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, se quiser perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mais alguma...

O relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que ele ameaçava o senhor? O Sr. Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso. Não, praticamente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Neste tempo agora, o Sr. Valdeir fez algum tipo de contato? Ou outra pessoa fez contato com o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fez. Ele fez. Outra pessoa não, mas ele fez.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesse período agora da CPI?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, agora. Por quê? Eu tentei falar com ele, quando vi esse tumulto todo aí, e ele desapareceu, não atendia mais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas ele fez contato com o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí ele fez contato comigo. Ele fez contato comigo, aí...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Dizendo o quê?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – “É, porque cê tá vendo aí...” Eu falei: “Pois é, como é que você me coloca numa situação dessa, cara? Eu não tenho nada a ver com isso, eu não peguei dinheiro, eu não levei dinheiro! Pode fazer levantamento, abre a minha conta pra ver minha situação aí! Quebra meu sigilo bancário, meu sigilo telefônico! Como é que você me faz um negócio desses?”

Eu me estressei com um repórter um dia desse. O repórter.... Eu disse: “Meu amigo, é o seguinte: você vai fazer minha segurança?”

O que aconteceu? Depois que eu falei com essa repórter que o cara divulgou coisa lá que não tem nada a ver, entendeu? Que eu acho que a imprensa fica é atrapalhando as investigação, e divulgou coisa lá que não tinha nada a ver. O que aconteceu? Ameaçaram na casa de uma irmã da minha esposa, foram uns caras lá dizendo que era Polícia, não se identificou, não deixou nada... Daqui a pouco, os caras estão atrás de mim. E aí? É queima de arquivo de um cara que não tem nada a ver com a situação?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E os caras não eram policiais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não eram, não se identificou de onde era. Por isso é que ontem a gente... Aí, hoje pela manhã, a gente entrou em contato com um cara aí que deu o cartão pra minha ex-esposa, que eu falei que queria vim aqui. Porque eu não sei. Vai que os caras vai atrás de mim aí! Vai que esse Valdeir mandou os caras atrás de mim!

Então, a gente tem que localizar esse Valdeir! Eu faço questão! Igual eu estou falando: eu estou procurando e quero que a Justiça também me ajude.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro!

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque, se a gente localizar ele, vamos botar os pratos... Quem me causou isso aí foi esse camarada aí. Igual ao que estou falando: dou total liberdade pra Polícia, quem quiser, ver se eu tenho algum envolvimento com esse negócio de Cachoeira aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor pediu uma procuração pra sua ex-esposa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para abrir empresa no nome dela? Por qual motivo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Para abrir a empresa dela. E veja a data da procuração que ela me passou e veja a data dessas empresas que ele abriu aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, foi antes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi bem antes! Essa procuração que minha esposa passou é uma procuração legitimada no cartório porque eu ia abrir a empresa pra ela lá, na Feira dos Importados.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de que o senhor tem... Só no nome do senhor, o senhor tem quatro CPFs. Como é o nome da mãe do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Veneranda Tereza Carvalho Moraes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor tem quatro CPFs com nome seu e o nome da sua mãe. E ainda mais dois com o nome de uma senhora chamada Maria Carvalho Moraes e outra Gilca Carvalho Moraes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, Seu... Seu... Sr. Relator?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado só.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Odair. Pode falar de qualquer jeito.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí é justamente o que estou questionando aqui: eu quero que vocês me ajudem a gente localizar esse cidadão aí, para que se possa fazer justiça, porque isso aí...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem seis CPFs no nome do senhor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, porque ele fez isso aí, e hoje eu estou prejudicado, perdi minha família, e é por isso que eu faço questão da gente localizar ele!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Valdeir que fez isso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O Valdeir. O Valdeir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor entregou a procuração para o Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele não era contador?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é técnico em contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalha atualmente como?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Autônomo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Autônomo? O que o senhor faz?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Atualmente eu tô até sem... Porque, depois desse escândalo aí, as pessoas praticamente nem me procuram mais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Depois desse escândalo, praticamente as pessoas nem me procuram mais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem eram as pessoas que lhe procuravam?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pra abrir empresa... Eu tenho meu cartão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalhava como contabilista?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu usava... Eu sou técnico.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é técnico em contabilidade? O senhor tinha um escritório de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, eu era autônomo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E abria empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essas empresas aqui o senhor não abriu?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor faz imposto de renda?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Faço.

Ah! Interessante! Interessante o seu questionamento. Relataram aí que eu declarei imposto de renda da empresa em 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É. Consta aqui, no sigilo fiscal no imposto de renda da Alberto & Pantoja...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso. Aí eu te faço uma pergunta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Adércio & Rafael o senhor teria feito...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O imposto de renda...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O imposto de renda dessas duas empresas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu te faço uma pergunta aqui: faça um levantamento dentro da Receita e vê se eu declaro empresas, se eu declaro imposto de renda de empresas. Não faço isso, nunca fiz, nunca declarei imposto de renda de empresas! Declaro de pessoas físicas! Nunca declarei de empresa. E apareceu isso aí. Você pode fazer um levantamento lá e vai ver que não tenho nenhuma declaração de pessoa jurídica lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, a questão é que apareceu lá.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, mas o cara pegou o meu CRC e usou. E aí?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele usou os dados do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu nunca declarei Pessoa Jurídica.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalhou, foi sócio-administrador, ou administrador de uma empresa chamada Centro-Oeste Atacadistas de Cereais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca trabalhou nessa empresa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Carlos Alberto de Lima?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Carlos Alberto? (Pausa.) Não. Carlos Alberto que eu conheço é o irmão da minha esposa. Supostamente, inclusive, esse Valdeir, na época, pegou uma Xerox da identidade de um primo meu e abriu uma empresa. Aí, a polícia, na época, foi na casa do meu primo. Aí, o rapaz nem sabia do que se tratava; e ele havia aberto a empresa em nome do meu primo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece um senhor chamado Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu, agora, depois de todo esse...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, antes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Antes, não. Eu só ouvi falar de nome. Aí, quando ocorreu isso aí eu fui procurar ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes o senhor ouviu falar, de nome...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ouvi. Esse Valdeir falava nele, mas eu não tinha amizade com ele; nunca tive. Agora é que fui procurar por ele para saber se ele sabia desse Valdeir, depois que eu vi todo esse tumulto aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Valdeir, então, falava para o senhor do Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Falava.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, nós estamos... O senhor conhece o Sr. Lenine Araújo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Gleiber Ferreira da Cruz?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Rubmaier o senhor já falou que sim.

O Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem alguma empresa no nome do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Tenho uma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – A de contabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem um escritório de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, porque tem que ter uma empresa para você atuar; tem que ter o CF/DF, que é o registro, a inscrição estadual; tem que ter para poder atuar, tem que ter a etiqueta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E como é que se chama?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Gilmar Carvalho Moraes, porque é individual; é uma empresa individual que você abre para você ter a etiqueta lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Carvalho e Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Carvalho e Lustosa Comércio de Peças?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, mais uma vez um esquema de criação de empresas fantasmas muito bem evidenciada. Resta-nos, agora, buscar esse Sr. Valdeir.

Se o puder nos deixar o telefone dele, o endereço dele...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O endereço dele eu não tenho, mas me parece que – e isso

eu observei no meu cadastro, lá no CRC – o endereço meu está de lá que ele botou. De alguma forma ele alterou o endereço e fui lá observar o endereço, eu não tenho o endereço dele, mas no CRC, no cadastro do meu CRC está o endereço lá...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor mora em Vicente Pires?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Nunca morei lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É ele que morava lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele morava lá.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, ou mora ainda. Não sei. Eu não sei o endereço, mas no meu cadastro, no meu CRC deve ter. No meu cadastro, me parece que o endereço é de lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele colocou no CRC do senhor o endereço dele. O senhor supõe.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, tem um endereço aqui. Posso... Gilmar, tem um endereço aqui, Colônia Agrícola Vicente Pires, Rua 8, Chácara 227, Lote 03. Você já procurou o Valdeir nesse endereço, ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, ainda não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a empresa dele LV Comércio Atacadista de Pneus?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Já procurei ele lá. Já fui procurar por ele lá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa empresa você conhece.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu já conheço. Eu procurei por ele lá e os funcionários falaram que ele havia vendido e saído de lá; os caras que estavam lá; os funcionários que eram dele falaram: “Não, ele vendeu para mim, aqui...”

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Você conhece o João Luis Miranda, ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sócio do Valdeir?

DuPneus Comercial?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Presidente, Sr. Presidente, só uma questão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu estava inscrito, eu tenho a impressão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enquanto o nosso relator fala, eu vou anotar as inscrições...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É só para explorar aqui...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu já estava inscrito, eu tenho a impressão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor teve contato, então, com o Sr. Valdeir. Ele lhe pediu o quê? Pediu o CPF do senhor? Os documentos do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Quando na época que eu estava...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que devia para ele...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu tinha uma dívida com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como ele pediu ao senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Aí ele trouxe... Ele pegava...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como seria a forma de pagamento?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falou assim... Inclusive ele falava assim: “Vamos fazer as empresas aqui, e você quita aquela dívida comigo”.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Fale aqui no microfone.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – “Vamos fazer as empresas aqui, e você quita aquela dívida comigo”. Eu falei: “Rapaz, isso aí vai dar problema”. “Não. Não vai dar problema, não”.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, eu não ouvi, eu não ouvi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta é o que o Sr. Valdeir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu não ouvi a resposta dele. Eu ouvi a sua pergunta, mas não ouvi a resposta dele.

Você pode repetir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me trazia a documentação e falava: “Você faz lá, leva na junta comercial.” Eu falava: “Rapaz, isso aqui vai dar problema.”, porque eu via o meu CPF diferente lá.

Eu falava: “Rapaz, isso aqui vai dar...” “Rapaz, você quer pagar a dívida ou não quer?”. Ele falava deste jeito: “Você quer pagar a dívida ou não quer?” E algumas vezes até mostrou uma arma para mim. Ocorreu uma vez de me mostrar uma arma. Eu ficava dois dias sem dar entrada no processo porque eu ficava... “Não vou mexer com isso aqui, não”. Ele mandava mensagem para mim, ameaçando para mim (*sic*) dar entrada no processo. Então, na época, eu me senti coagido com

essa situação e preferi pagar a ele porque ele estava me pressionando.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor devia a ele o quê?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Devia R\$7 mil de uns cheques que eu troquei com ele, quando ele tinha essa empresa que o senhor me perguntou agora de pneus.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Rubmaier, ele falava o quê?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falava que era contador, que esse Rubmaier era contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhava com o Sr. Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu acredito que poderia fazer serviço lá, porque ele falava nesse cara. E depois surgiu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele era contador também?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não. Ele não é contador, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu passo agora a palavra aos seguintes Parlamentares: Deputado Rubens Bueno, Miro Teixeira, Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Luiz Pitiman.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quem é autor do requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quem foi o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O autor foi V. Ex^a, é verdade. V. Ex^a acha incomum... A sua pergunta exatamente exige que V. Ex^a seja o primeiro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Acho que deve haver outros autores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra... Parece-me...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Deve haver outros autores aí de requerimento do Sr. Gilmar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foram coletivos? Foi coletivo?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Não, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não tenho muito a...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Foi individual.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu não tenho muito a dizer a não ser fazer alguns esclarecimentos um pouco mais detalhados em relação ao que foi feito em termos de pergunta pelo Deputado Odair Cunha.

Sr. Gilmar, o senhor devia R\$7 mil para o Sr. Valdeir.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor conhecia o Sr. Valdeir desde quando?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Desde 2006.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – 2006.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E quando foi a dívida que o senhor contraiu com ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi mais ou menos nesse ano de 2006.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – 2006.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – De 2006 para 2007 começou. Só que ele colocava juros sobre juros, e teve uma época que ele chegou a dizer que estava chegando em R\$20 mil, colocando juros sobre juros, dizendo que já estava chegando em R\$20 mil. “Já está chegando em R\$20 mil, só por causa dos juros aí.” Estava naquela situação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor devia R\$20 mil para ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, eu não devia R\$20 mil.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sim, mas ele dizia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele dizia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele alegava juros sobre juros.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E ele cobrava insistentemente para o senhor pagar essa dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Ele ficava me pressionando, cobrando.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pois bem. Aí uma forma de ele chegar ao senhor era dizendo: “Olha, vamos liquidar essa dívida”. Ele pedia ao senhor: “Vamos montar essas empresas aqui. Você usa a sua empresa etc., para registrar na junta comercial. Era isso que estava...”

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi basicamente isso aí.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E quantas empresas ele pediu para o senhor...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Rapaz, eu me recordo de umas quatro.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quatro empresas. O senhor lembra o que dizia essas empresas? Qual era a função de cada uma delas? Uma era sobre pneus. O que mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Uma de pneus, uma de negócio de construção.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – De construção.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O que mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Construção e transporte.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Transportes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Era transporte, construção e pneus.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Algumas ligadas...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso aí. Transporte, construção e pneus.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eram quatro. Falta uma aí. O senhor tem mais alguma...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não me recordo, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem. O senhor assinou essa documentação toda por pressão dele. O senhor fez o pedido de registro dessas empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pedido de?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor não disse que tinha que fazer... Ele pedia para o senhor fazer em seu nome, porque ele não podia fazer...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Ele já trazia para mim pronto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para o senhor assinar, mas era em seu nome que ia ser feito isso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é. Eu que assinava para ele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele só levava para registrar, mas era em seu nome.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Quem levava para dar entrada na junta era eu.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ah, o senhor mesmo levava?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Aí eu questionava com ele: “Olha, isso aqui vai dar problema, porque...”

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas o senhor levava?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Por pressão dele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Por pressão dele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para resolver o problema da dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu ficava dois dias com processo, e ele me mandando mensagem...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – ... me ameaçando, mandando mensagem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que tipo de ameaça ele fazia, Sr. Gilmar?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falava: “Olha, e aí? Quer que a gente resolva de outra forma?” Eu tenho algumas coisas até gravadas aí. “A gente tem que partir para outro lado.” Assim, umas coisas, umas indiretas, entendeu?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – “E aí, tu não deu (sic) entrada ainda? Quer que eu resolva de outra forma? Quer que eu parta para outro lado?”

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Bom, o senhor sabe o nome das empresas e os sócios dessas empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não me recordo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor não se lembra.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu só sei dessa aí que apareceu que é a...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor tem algum documento dessas empresas em mão ainda ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não tenho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ficou tudo na mão dele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Tudo na mão dele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor só assinava...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exato.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – ... e dava entrada, e o resto ele tocava.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele é que...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Aí o tempo passou, não é isso? Isso Ele sumiu da sua frente. Ele considerou quitada a dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele basicamente não sumiu, não; de vez em quando ele me ligava, mas não me perturbava mais, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas considerou quitada a dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Acredito que sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Depois que o senhor assinou essas empresas, quanto tempo passou até ele voltar a falar com o senhor de novo, recentemente.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não demorou, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quanto?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Depois que assinei as empresas?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me ligava toda semana, uma vez, duas vezes por semana.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sem cobrar mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sem cobrar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor tinha idéia de que essas empresas tinham volume de dinheiro em 20, 25 milhões de reais de movimentação financeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – De forma alguma.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor não tinha noção?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Nem me passa pela cabeça um negócio desses.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor imagina o que foi feito com o senhor nessa história aí?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É como relatei. Quebrem meu sigilo bancário, olhem minhas contas, olhem o que quiser aí para ver se eu recebi...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem. Eu estou acreditando no que o senhor está dizendo. Acho que o senhor foi simplesmente usado nessa história. O senhor mesmo reconhece isso.

Agora vou lhe pedir mais uma informação. Essa volta dele a falar recentemente com uma preocupação maior em função das notícias que estavam sendo dadas, quando foi esse encontro seu com ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me ligou...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quando foi?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ontem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ontem. Foi ontem que ele ligou, depois das notícias de jornais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Ele me fez uma ligação de orelhão.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O que ele disse? O senhor repita, por favor, em detalhes o que ele disse. Com calma.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falou assim: “E aí, rapaz, como é que está?” Eu falei: Valdeir, cara, você não está vendo o que está acontecendo, não, cara? Olha em que situação você me colocou. Ele falou: “Depois eu te ligo, depois eu te ligo. Quero encontrar com você.” Aí eu tentei puxar assunto: rapaz, você não está vendo a situação, o que está ocorrendo aí, não? Perdi minha família, minha ex-esposa foi lá na CPI, meus filhos estão todos chateados comigo... Comecei a desabafar com ele, e ele bateu o telefone. Quando foi à noite, ontem à noite, minha ex-esposa me ligou, umas dez horas da noite, tinha esses – dizem – policiais, estavam na casa do irmão dela, queriam porque queriam me encontrar, e faziam ameaças e tal.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que tipo de ameaças fizeram a sua ex-esposa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, ex-esposa, não. Na casa do irmão dela, que esses policiais foram lá. Que tinham que me encontrar de qualquer jeito, vivo ou morto, e que ia sobrar para eles se eles não me localizassem. Foram os relatos que ainda consegui gravar. Aí eles foram lá e fizeram essa ameaça. Por isso entrei em contato. Porque eu estava esperando vocês me convocarem. Depois daquele dia em que minha ex-esposa esteve aqui, eu estava esperando a CPMI me convocar. Mas diante do que ocorreu ontem, eu entrei em contato com eles aqui hoje pela manhã.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor tem mais alguma coisa a dizer que o senhor ache importante? O senhor está se sentindo ameaçado e gostaria de manter essa proteção?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque é assim, a minha contribuição aqui para nesse Valdeir, porque daí para frente não conheço ninguém ligado a ele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Então, por isso acho que a gente teria que localizar esse cidadão aí pra gente botar, pelo menos...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Esse aí é quem sabe tudo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Da minha parte...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Das empresas, ele sabe tudo, os detalhes, porque ele pedia para o senhor assinar etc.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Depois dessas ameaças, se for realmente – e eu acredito que seja – só tem uma pessoa, só pode ser ele porque eu nunca tive negócios com o pessoal, com esse povo do Cachoeira. Por que é que esse cara iria me ameaçar, se nunca fiz negócios com os caras? A única pessoa que vejo é ele aí.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu agradeço muito, Sr. Gilmar, muito obrigado. Nós agradecemos muitíssimo. O senhor está dando o caminho das pedras para que esta CPI desvende definitivamente este mar de lama que se tornou a formação dessas empresas laranjas que movimentaram milhões e milhões de reais através da Delta, que repassava esses recursos aí. E nós vamos localizar esse Sr. Valdeir.

E peço agora ao **O SR. PRESIDENTE** que todas os esforços devem ser envidados. É fundamental que esta CPI tenha o Sr. Valdeir aqui explicando a forma pela qual ele montou essas empresas e quem era o interlocutor dele dentro desse processo. Esta pessoa Valdeir Fernandes Cardoso provavelmente é quem tem a solução desta questão, ou seja, quem são os interlocutores do Sr. Valdeir na formação dessas empresas laranjas dentro da organização criminosa. É fundamental que se mobilize a Polícia Federal e todo o movimento e aparato policial do Estado para localizar este Sr. Valdeir porque aí está a solução deste grande problema, desse laranjal montado a partir dessa organização criminosa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vanderlei Macris, está aceita a provocação de V. Exa. Nós tomaremos todas as providências nessa direção, em relação a esse senhor aqui mencionado, assim como a Presidência está tomando todas as providências para dar segurança tanto ao **O SR. GILMAR CARVALHO MORAES** como à Sr^a Roseli Pantoja.

Passo, então, a palavra...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Talvez, Sr. Presidente, se me permite mais uma questão, que ele possa colaborar para que a Polícia inicie um processo investigativo de localização desse Sr. Valdeir...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Estou à disposição.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – As informações de onde ele morava, quem são os paren-

tes dele, se ele tem conhecimento de parentes, primos ou onde é que ele circulava. Enfim, acho que a Polícia vai precisar de informação pessoal dele para poder localizar esse Sr. Valdeir. Ele deve ter muita informação capaz de poder facilitar a vida da Polícia Federal na localização do Sr. Valdeir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem. Eu passo agora a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Gilmar, eu queria apenas, rapidinho, eu queria entender porque eu não consegui entender a sua explicação. Esse cidadão Valdeir, o senhor, para pagar uma dívida com ele, ele solicitou o senhor como contador que desse entrada e assinasse a abertura dessas empresas. É isso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Assinar eu não assinava porque não precisa hoje – o senhor tem conhecimento. Na junta comercial, você não precisa assinar a entrada de uma empresa. Você pode ir lá como cidadão comum e dar entrada.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas o senhor via lá o seu nome.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É eu via o meu nome. Aí eu questionava com ele. Aí ele falava: você quer resolver a situação ou não quer? Você quer resolver a dívida ou não? Aí eu ficava com o processo lá, demorava um dia, dois dias, três dias, e ele ficava mandando mensagem ameaçadora.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor lembra quantas empresas foram?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quatro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Quatro empresas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Essas outras ele deve ter feito por outro lugar.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E quando ele lhe pedia isso, quando lhe fazia esse pedido, ele, em algum momento, falou para o senhor que alguém estava pedindo para ele fazer isso? O nome de alguém: olha, eu estou lhe pedindo não é para mim, não. É porque o fulano me pediu.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falava que era o esquema dele. Mas não abria nomes. Não falava nomes, porque, se eu soubesse nomes, eu falaria. Ele não falava nomes.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas ele falava que estava num esquema?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Do esquema dele lá. E não falava nomes.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor, nesse período que o senhor estava dando entrada na abertura dessas empresas, em nenhum

momento o senhor ouviu falar o nome de Cachoeira, de Cláudio Abreu?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, como eu acho que 99% dos brasileiros ouviu falar no nome de Cachoeira depois...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas o senhor estava dando entrada em...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não vi.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor estava dando entrada em empresas laranjas que seriam usadas por ele.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Supostamente, né?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Então, esse Valdeir nunca falou nesses nomes para o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Nesses nomes aí, não. Esse Fernando...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas o senhor tinha consciência, como contador, o senhor entende, o senhor tinha consciência de que o senhor estava fazendo alguma coisa errada?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim. Tanto é que estou te falando: eu fui pressionado com isso por essa dívida e não tinha outra saída, porque ele estava me ameaçando. Foi o que ocorreu no momento.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E, nessa época em que o senhor foi pressionado e o senhor foi fazer abertura dessas empresas, o senhor conversou isso com alguém, o senhor se aconselhou, perguntou para alguém se deveria fazer ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Eu assim... Eu não fiz comentários com ninguém. Geralmente essas coisas de trabalho eu não comento com ninguém.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ok, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Ronaldo Fonseca.

Passo... Eu tive que colocar os autores do requerimento. E o terceiro dos autores é o ilustre Senador Randolfe Rodrigues. Depois, inscritos, o Deputado Miro Teixeira e o Deputado Luiz Pitiman.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Gilmar, deixa eu só procurar entender. Você tinha uma dívida com o Valdeir, certo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim. Certo

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sabe me dizer de quanto era essa dívida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Vou repetir novamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Por favor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Era por volta de R\$7 mil. E isso ele foi acumulando, dizendo que tinha juros todo mês e tal e tal. Um dia ele chegou para mim e disse que estava em R\$18 mil e R\$20 mil. Só que a dívida era em torno de R\$7 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Entendi. Qual foi o tempo em que essa dívida se alongou de R\$7 mil para R\$18 mil?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Uns dois anos. Eu acredito que uns dois anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ele cobrou um juros um pouco acima.

Me diga outra coisa: aí ele disse que para pagar a dívida, você tinha que assinar uns documentos?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, vamos fazer esse serviço aqui

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Que resolveria a dívida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Vamos resolver a situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí começou o processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você tinha que dar o seu CPF, os seus documentos e tal. Deixa eu te perguntar: tu não pensaste em denunciar à polícia, não? Já que estava sendo vítima dessa achaque por parte dele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – A gente... Passa pela cabeça. Acho que sim. Não sei... Você já foi ameaçado algumas vezes?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sim. Muitas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – E o que você fez?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Fui à Polícia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Você, assim, tem esses recursos. A gente, muitas vezes... Tem pessoas, cidadãos que não têm esse recurso, que moram em situações que você não tem segurança devida para isso. Então, assim, onde eu morava, na verdade – eu moro no Entorno –, onde eu morava, eu não tenho segurança devida para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Você não tinha segurança com a polícia?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exatamente, porque a própria polícia está mostrando aí o que está ocorrendo. Todos os dias a gente está ven-

do aí, inclusive têm conchavos aí. Então, eu não tinha segurança para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Me diga uma coisa: ele, nas conversas dele contigo, ele citava o Rubmaier. Você não o conheceu?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Citou poucas vezes, acho que uma ou duas vezes só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Consegue lembrar e dizer para nós em que contexto ele citava o Rubmaier? Como é que ele falava do Rubmaier? Onde é que o Rubmaier entrava na história?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Que esse Rubmaier era contador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Era contador?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – “Ah, eu tenho um contador lá no Cruzeiro. Se você não fizer, eu vou fazer com o contador, porque é o seguinte aí...”.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E o contador era o Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, ele falava nesse Rubmaier.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Entendi. Mas ele só falava do Rubmaier para você como contador?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Só, só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Só nesse contexto que ele colocava.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu nem conhecia ele, conheci agora, igual eu te falei, nos últimos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Me explique aí: e o nome da sua ex-esposa, esposa, ex-esposa, como entrou aí? Do Giovani você não ouviu ele falar? Ele falou para você do Giovani, não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, nunca falou, não. Desse Giovani aí ele nunca falou, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O Giovani se tornou procurador da Roseli. Você sabia disso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Você não sabe explicar como ele se tornou procurador da Roseli sem anuência e autorização da Roseli.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, aí teria que ser ela, né? Anuência para a pessoa ser procurador ela é que deveria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– É, mas ela disse aqui que também não tinha conhecimento.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Então, eu também não tenho, porque não tem como eu pas-

sar uma procuração para ele de você. Eu vou passar procuração para ele... Não tem como, não tem lógica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sim, exatamente.

Você não sabe, então, relatar como a Roseli foi colocada na história, foi trazida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Na empresa, colocou da mesma forma que ele pegou as xerox dos documentos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pegou os teus e pegou os dela.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, porque ele precisava de duas pessoas. Ele pegava o meu e o dela para fazer isso. As quatro empresas que eu fiz, foi isso aí. Esse Valdeir pegava. Agora essa procuração para lá, eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Entendi.

Me desculpa, como você conheceu o Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi através de um amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Você o conhecia há muito tempo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O Valdeir.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, foi em 2006, mais ou menos em 2005 e 2006, entre 2005 e 2006; eu o conheci através de um amigo, que se chamava, o apelido era Bandeira, lá pela região onde eu morava, no Novo Gama

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Você mora onde? Novo Gama?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Entendi. Esse amigo se chamava como? Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ban-

deira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Foi ele que lhe apresentou...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – José Francisco Bandeira, parece. Ele já foi funcionário aí do Senado, parece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Foi ele que lhe apresentou o Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Entendi. Sabe relatar para nós como foi o contexto em que ele foi apresentado, onde vocês estavam, como ele foi apresentado?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não...

Me apresentou: “Aqui é o Valdeir, ele está querendo fa-

zer imposto de renda” e, na época, a gente começou a amizade, troquei os cheques com ele e criei essa dívida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ah, entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O contexto é esse aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Você foi criando, construindo uma dívida com ele.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

A partir... Mas você trabalhava para ele, ele trabalhava para você? Como é que é? Como você criou essa relação de confiança para a criação da dívida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele tinha uma troca de cheque no banco, né? E trocava os cheques para mim lá. Aí foi voltando cheque, aí foi dando problema, eu não acertava com ele e foi criando isso aí, essa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Tá. A sua esposa, ex-esposa Roseli tem uma loja...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Na Feira dos Importados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Na Feira dos Importados.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Bijuterias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sabe me dizer o endereço da loja com detalhes?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Conjunto E...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Conjunto E...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Feira dos Importados, Conjunto E, Box 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Box 14.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Só que lá parece que chama Fecab. Inclusive eu que registrei a empresa para ela lá, como ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Como é que se chama lá?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fecab é a feira que é por trás da Feira dos Importados. É o nome do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A loja tem algum nome lá?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Hekate Rock. É um nome meio... Hekate Rock

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Tá bom. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor tem como soletrar esse nome?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – H-E-K-A-T-E.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Rock depois.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Esse é o nome fantasia, mas está no nome dela mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Foi você que abriu a empresa.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você registrou...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que é com que você trabalha, não é?, abrindo empresa, registrando.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E foi por isso que ele lhe procurou.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Além do Valdeir e do Rubmaier, que foi dito no contexto, que foi falado, que se ouviu, o senhor ouviu algum outro nome?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Carlos Cachoeira? Giovani?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Como eu falei agora há pouco, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nenhum desses nomes que têm sido falados aí?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O único nome que o senhor ouviu foi desse Rubem Maia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Na época, ele falava: “Se não fizer aí, eu vou dar outro jeito e faço com outra pessoa, um contador amigo meu.”

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor podia detalhar mais uma vez para nós como foi a ameaça agora, recentemente, a última ameaça agora que fez o senhor vir aqui à CPI.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Essa não foi comigo, foi lá na casa do irmão da minha ex-esposa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Do irmão da Roseli?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso. Os caras foram lá procurando por mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Os caras eram policiais? Se apresentaram como policiais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Se identificaram como policiais. O que eu achei estranho foi eles terem ido me procurar lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque eu acho que, se fosse a polícia, eu não estou fugindo de ninguém. Estava, inclusive, esperando vocês me convocarem para vir aqui. Se fosse a polícia, me localizam, ué! Não entendi, por isso a minha preocupação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. E eles disseram alguma coisa lá na casa do seu ex-cunhado?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque era um repasse de informações: a mulher do cara ficou nervosa, do irmão dela, passou para ela como os caras falaram, ameaçaram, que me iam me ameaçar de qualquer forma, vivo ou morto e tal; aí ela passou essas informações. Se falou outras coisas lá, ameaçou ela, parece que a mulher quase chorou lá, aí teria que conversar com ela para pegar esses detalhes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Esse Valdeir, desde quando o senhor não o vê? Qual foi a última vez que o senhor esteve com ele, em contato com ele e onde foi?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Deve ter uns três meses atrás.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E onde foi que o senhor encontrou com ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi lá na Feira dos Importados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele que o procurou ou o senhor que o procurou?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me procurou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fazer um serviço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Um outro serviço?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor já não tinha visto que estava enrolado esse primeiro serviço?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Aí não tinha saído esse boato todo ainda não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, o senhor não sabia de nada disso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Mas eu não fiz, na época, para ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, perfeito. Mas o senhor já tinha feito esse serviço

da Alberto & Pantoja, certo? O serviço da Alberto & Pantoja foi quando?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Como? Foi quando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O serviço da Alberto & Pantoja foi quando? A data que o serviço de montar a Alberto & Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi em 2007. Eu não me recordo muito bem, mas parece que foi nessa data aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Depois que o senhor fez o serviço da Alberto & Pantoja, ele o procurou para assinar, porque a empresa – o senhor sabe – tem que pagar imposto de renda, essas coisas. Ele o procurou novamente para assinar algum documento?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor montou a empresa, pronto e ele não o procurou mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor também não procurou saber o que ele ia fazer com a empresa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Uma vez eu procure para ele. E ele falou: “Pode ficar tranquilo porque nessa empresa a gente não vai fazer nada não.” Falou desse jeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. E há três meses, quando ele o encontrou, o senhor não tinha notícia de como estava sendo utilizada a empresa dele? A empresa que o senhor montou?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não tinha não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Obrigado por sua colaboração, Sr. Gilmar. Quero dizer o óbvio, que todos já disseram, Presidente, da importância que temos de buscar, o quanto antes, o Sr. Valdeir e o Sr. Rubem Maia, para virem a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Eu passo ao próximo inscrito, penúltimo orador, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu acho incrível que o Rubem Maia não tenha sido localizado ainda. Não existe mais ninguém foragido no planeta, é facilímo localizar.

Eu queria pedir uma providência à Comissão e à Secretaria da Comissão: para apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, se V. Ex^a me permite, o Rubem Maia é um contador e ele já esteve aqui e...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ah, tudo bem, não é aquele que está foragido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não, não. Ele já esteve aqui, o Rubem Maia, e tem um escritório de contabilidade aqui no Cruzeiro e ele acusou um de seus funcionários...o senhor se lembra?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso. Agora, eu sintonizei. Eu imaginei que fosse aquele que está foragido.

A minha questão é com aquele que está foragido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aquele se chama Giovane.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse Giovane me parece que é uma espécie de mola mestra nessa história toda, porque o Valdeir também não parece ser uma pessoa de proa numa organização criminosa, assim como o Giovane – me lembrei agora quem é – também não parece ser.

Acho que está havendo um certo desleixo – que não é da Comissão em relação à localização daquele dito foragido. Não é possível que isso esteja acontecendo!

Agora, Gilmar, a Alberto & Pantoja mexeu com R\$63 milhões. Isso aí quer dizer muito cheque para lá, para cá. Você nunca teve que assinar um cheque?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Nunca.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Você não botou sua assinatura na ficha de abertura da conta da Alberto & Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não. Nunca.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, Sr. Presidente, eu acho que, além das informações já do sigilo quebrado... Não sei se veio junto esse sigilo, a abertura da conta. Penso que não. Não me lembro de ter visto aí, aliás, em todos os sigilos quebrados, o procedimento de abertura da conta.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quem foi o gerente que abriu. Os caras devem ter levantado isso aí.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, penso que é muito fácil nós requerermos até para todos, todas essas fantasmas aí, pelo menos. Pedir que a comissão requiera a transferência também desses dados relativos à ficha de abertura da conta. E eu me preocupo em fazer a condução coercitiva do Valdeir, com a busca e apreensão dos seus laptops ou computadores, se existirem, pelos endereços também, porque eu não estou percebendo aí nenhum grande agente do crime. Acho que podemos estar numa linha de sexto ou sétimo escalão, que nunca teve contato mesmo sequer com Dadá ou Cachoeira, etc., etc.

Não tenho mais nada a falar com o Gilmar. Agora, se se sentir ameaçado, se essa proteção da polícia não for permanente, você vem aqui e nos procure...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É justamente por isso que eu estou falando...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu digo além de hoje. Hoje você já está aqui, o senhor já está aqui.

Essa proteção tem que existir, tem que existir. E o fato de o senhor ter falado já vai lhe garantir bastante a vida. Porque – o Valdeir sabe –, se alguma coisa lhe acontecer, o primeiro suspeito é ele, é ele. Não ficará impune.

Então, eu acho que, a partir desse momento, você pode ficar com a alma mais tranquila.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Agora, o ilustre Deputado Luiz Pitiman, último orador.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Gilmar, o senhor sabe que eu sou um Deputado Federal pelo Distrito Federal. Tenho, então, a maior preocupação de juntos nós tentarmos resolver isso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É de extrema importância que o senhor tenha consciência dos riscos e da responsabilidade que o senhor está passando e que, ao assinar como técnico em contabilidade, o que me parece, o senhor assim o fez.

Quantos anos o senhor foi casado com a Sr^a Roseli Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Por volta de 13 anos, a idade da minha filha.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Treze anos. O.k.

Parece que ela comentou aqui que faz um ano aproximadamente que o senhor está...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, dez meses, desde que mudamos do entorno, a gente se separamos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ela também informou que o senhor passou, que ela passou uma procuração ao senhor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E foi com essa procuração, então, que o senhor abriu essas empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Essas empresas, não. Com essa procuração que ela me passou, abri a empresa dela.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A empresa dela.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso, a que, hoje, ela atua lá.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, quer dizer... E como foi que foi aberta a empresa no nome dela? Ela assinou também? O senhor levou os documentos para ela assinar?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi, porque a pessoa assina e você leva a procuração junto lá para...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, mas, então, ela passou uma procuração?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Para o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, efetivamente, ela passou uma procuração para o senhor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Passou. A gente entregou aqui na comissão...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E aí o senhor abriu as empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, abri a empresa dela, não abri as empresas. Com a procuração que ela me passou, eu abri a empresa dela, que hoje está constituída lá. E a procuração nem serviu, porque, na época, o cartório chegou lá ficou com muito questionamento, e eu levei o contrato para ela assinar, eu não precisei nem da procuração. E ela me pediu, depois que ela esteve aqui, a procuração, e eu vim aqui e entreguei para o Dirceu aí – parece que foi... Entreguei a procuração aí.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Veja só, o que está acontecendo com o senhor não me parece de um homem inexperiente. Quanto tempo o senhor tem de técnico de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Que eu fiz o curso técnico de contabilidade.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Que eu fiz o curso técnico tem mais de 20 anos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E há quanto tempo o senhor exerce a profissão de técnico de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí que eu tirei o meu CRC deve ter pouco tempo. Deve ter uns três anos, dois anos, mais ou menos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor tirou o CRC antes ou depois de abrir a empresa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Da Roseli?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não. Que o senhor...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Dessas empresas aí?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi antes, antes.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Que o senhor tirou CRC. Então, o senhor sabia que, ao tirar o CRC, ia assinar pelas empresas, o senhor teria responsabilidade de contador dessas empresas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.k. Então, novamente, as responsabilidades de contador dessas empresas são responsabilidade do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Porque...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não. Veja bem. Porque lá, quando você dá entrada, não tem a responsabilidade do contador. Na Junta Comercial, qualquer cidadão comum...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Contador tem que assinar também.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não. Qualquer cidadão comum dá entrada na Junta Comercial com processo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, mas...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – E na Receita também, sem que o contador assine.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor levou junto com essa pessoa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Levei, porque eles já me traziam pronto e eu levava lá. Então, qualquer cidadão comum dá entrada. Não é o contador que dá entrada.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E o senhor levou junto?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Oi?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor levou junto os documentos?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim, foi o que ele me questionou na época, para eu levar...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É, mas a sua responsabilidade e da Sr^a Roseli é grande e, como o senhor ainda tem, de qualquer maneira, filhos com ela, é importante também que o senhor preserve a integridade dela. Por isso, eu lhe pergunto aqui o seguinte: se o senhor fosse ouvido numa reunião secreta, reservada, o senhor estaria disposto a falar mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Mas falar mais o quê? Eu já falei tudo aqui. O meu casamento acabou, meus filhos estão contra mim, o senhor quer que eu fale mais o quê?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, o senhor já falou o que o senhor entende?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Já falei! Estou falando o quê?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.K. Então, a minha outra pergunta. Eu estou verificando aqui na Internet que o Sr. Valdeir Fernandes Cardoso tem algumas ações na Justiça. Algumas das ações... Uma, inclusive, tem um advogado chamado Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, com OAB 17.384, aqui do Distrito Federal, que o está defendendo. O senhor conhece esse advogado, Dr. Ronaldo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Nem sabia dessa ação...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A ação que ele tem é contra a Fazenda Nova Querência – Empresa Agropecuária Ltda. O senhor já ouviu falar nessa fazenda?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu pediria ao **SR. PRESIDENTE** e ao Relator que anotassem tanto a fazenda quanto o nome do advogado, Fazenda Nova Querência Empreendimentos Agropecuários Ltda. e Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que o defende nessa causa na Justiça do Trabalho. Contador: Dr. Ronaldo Ferreira... Não, advogado dele, Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, OAB 17.384-DF. É o advogado do Sr. Valdeir Fernandes Cardoso, que, neste momento, está já sendo procurado, até por ter ameaçado.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, é, imagino que seja, porque não tenho... Meu vizinho não ia me ameaçar. Não tem motivo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Temos a entender que sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ele está movendo uma ação contra a Fazenda Nova Querência Empreendimentos Agropecuários Ltda.

O senhor disse que o conhece há sete anos e o conheceu pelo José Francisco Bandeira. Depois, disso... E parece que esse José Francisco Bandeira foi ou é funcionário do Senado. É isso que o senhor disse?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Acho que ele foi.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não é mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não é mais.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor, depois disso, encontrou em conjunto muitas vezes ainda com o próprio Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Encontrei, algumas vezes.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Qual foi a última vez que o senhor o encontrou?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Deve ter... Foi nessa última vez, uns três meses atrás, que ele estava...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Há uns três meses, ele estava junto com José Francisco Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. O Valdeir.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O Valdeir estava junto com o José Francisco Bandeira.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exato.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, eles continuam ainda se encontrando junto?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Supostamente, sim, né.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É importante sabermos aqui se o José Francisco Bandeira continua ou não funcionário do Senado, mas, de qualquer maneira, tem as fichas dele aí e...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Acho que não. Acho que ele não é mais funcionário... Acho que já foi.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tudo bem. Mas tem o endereço, ficha e tudo mais.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A sua esposa conhecia essas pessoas que o senhor citou, o Valdeir, o José Francisco Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, eu nunca deixei, assim, trabalho relatar...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não conhecia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, o Bandeira ela já tinha visto lá, porque ele morava próximo da minha casa lá, na época, no Novo Gama.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.k. Mas estou ainda querendo entender aqui como é que tem lá, ou por procuração, ou por assinatura dela mesma, como é que ela faz parte da empresa. O senhor levou documento para ela assinar?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pois é, mas e como é que ela faz parte da empresa se o senhor não levou o documento e o senhor não tem a procuração dela para isso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí tem que explicar, assim, ou um laudo ou uma perícia, tem que explicar, ou então esse Valdeir fazer a explicação aqui, pra gente ver o que ele fez!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantas empresas mais o senhor registrou nesses últimos três ou quatro anos, em que o senhor tem o CRC?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Para outras pessoas?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É. Vinte, trinta, cinquenta, cem?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Umas vinte, trinta... Umas vinte e poucas. Não foi mais do que isso não. Não, eu acho que não chegou a vinte não. Umas vinte mais ou menos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Umas vinte. Eu pediria que o senhor as relacionasse todas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí eu não tenho de...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor assina como contador.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Hum, hum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é técnico em contabilidade, sabe das responsabilidades de contador.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Hum, hum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Impossível que o senhor não tenha um documento de qual foram as empresas que o senhor assinou!

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu não tenho os documentos porque eu não sou responsável por essas empresas. Você, para ser responsável pela empresa, você... A abertura de uma empresa não há necessidade de um contador. Você não está entendendo. A abertura de uma empresa não há necessidade de um contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pegou esses papéis, levou lá na Junta Comercial?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Dei entrada e entreguei para o cliente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Além da Junta Comercial, uma empresa precisa estar registrada...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Na Receita.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Receita.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Você envia para a Receita o DBE, quando sai, você pega o CNPJ...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é preciso ter o nome de quem é responsável, sim, e é o contador, é o técnico de contabilidade.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso está na legislação.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, na Receita não precisa. Eu provo ao senhor que não. Precisa na Secretaria de Fazenda. O CF/DF é que precisa da etiqueta do contador, mas, na Receita e na Junta Comercial, não precisa – o que eu acho uma falha muito grande do sistema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E aí o senhor levou...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – E, como eu estava falando, o Imposto de Renda da pessoa jurídica, se você verificar, eu não tenho nenhuma empresa, eu nunca declarei Imposto de Renda de pessoa jurídica. Por quê? Porque hoje...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Secretaria da Fazenda, foi o senhor que levou também?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Não, porque lá precisa da responsabilidade do contador. E eu não fui responsável.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu continuo achando que o senhor e a sua esposa estão muito enrolados.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E aí eu queria lhe dizer o seguinte: talvez a sua salvação seja esta CPMI. É importante que a gente tenha todos os dados. E não só dessas quatro empresas que estão aí, mas das vinte que o senhor registrou.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí o senhor tem que fazer o pedido lá pra ver se eu sou responsável por elas ou não, não é?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É, mas nós gostaríamos que o senhor, até para sua segurança, providenciasse toda essa documentação que o senhor tem...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Mas eu não tenho, porque não sou responsável dessas empresas. Eu abro a empresa e entrego para o cliente! O contador é responsável quando ele tira a inscrição estadual. Até o CNPJ, o contador não é responsável. Qualquer cidadão comum vai lá e abre uma empresa!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está afirmando aqui, mas nós vamos checar.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu provo! A gente pode checar!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós vamos checar isso.

Na sua empresa de contabilidade, o senhor tem funcionários?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, sou autônomo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sozinho?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sozinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Muito bem. Não tenho mais nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Inicialmente, quero dizer que nós verificamos que esse

é um tema importante da CPI, isto é, a possibilidade da existência de empresas fantasmas e a necessidade de o sistema ter mecanismos mais efetivos de controle para se evitar a formação de empresas fantasmas, laranjas ou como se queira dizer. Isso é um tema importante, e nós temos que cercá-lo.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fazer só um comentário aqui: hoje se observa uma situação muita falha dentro do sistema nosso. Eu vejo muitas pessoas prejudicadas junto à Receita Federal com o Imposto de Renda; por quê? Porque eles chegam em qualquer lan house e fazem o Imposto de Renda. É um absurdo! O cara, para fazer o Imposto de Renda dele, deveria ter um contador registrado e ter o registro lá na Receita. Então, eu vejo diversas pessoas com problemas na Receita; por quê? Porque vão à lan house e fazem o Imposto de Renda! É justo um negócio desse? Isso, antigamente, as pessoas jurídicas também eram assim. Agora, não: a jurídica tem que ter um contador responsável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, inicialmente, esse é um tema importante para ser trabalhado. Além da investigação concreta da formação dessas empresas, da responsabilização de quem as utilizou, outro tema é como evitar que se formem, que existam empresas fantasmas, empresas laranjas no sistema brasileiro.

Em segundo lugar, quero dizer que somos gratos a V. S^a, porque nós temos aqui na CPI dois tipos de pessoas: umas que vêm acompanhadas de advogado, com um *habeas corpus*, e que nada falam.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Se eu tivesse R\$1 milhão na conta, pode ter certeza que eu vinha com dois. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E a segunda pessoa que... Eu estou querendo elogiar! Não estou criticando.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, mas eu não critiquei. Eu não fiz a crítica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E o segundo tipo de pessoa são pessoas como o senhor, que procuraram a CPMI, que vieram para a sua contribuição, assim como a sua ex-esposa, dona Roseli Pantoja, que veio de ônibus para cá, e como o senhor.

Só uma discordância. Quando ela fez o depoimento dela, ela já disse que já estava há muito tempo separada do senhor. Então, a nossa CPMI não teve qualquer contribuição para esse desfeito matrimonial.

E, terminando, eu quero só colocar duas questões aqui.

A primeira questão é: nós precisamos tomar as providências, e elas estão sendo tomadas pelo Senado Federal, pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, pelo Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo, para que o senhor tenha a sua vida, a sua integridade protegida, e também da sua ex-esposa. Essa providência está sendo tomada pela assessoria do Sr. Relator, Deputado Cunha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas para informar ao Sr. Gilmar que, claro, ele querendo, ele vai sair daqui agora e vai até o Departamento de Polícia Federal para ser incluído no Programa de Proteção à Testemunha. Lá será informado de todo o procedimento, de como isso será feito.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, mas quando eu entrei em contato, hoje, pela manhã, com o Dirceu, ele falou que eu podia vir que já providenciava isso...

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor vai sair daqui agora e vai para lá...

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor vai sair agora com um policial federal, e o senhor vai direto para o Departamento da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, para ser incluído no Programa de Proteção à Testemunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem uma ficha cadastral...

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É, tem que passar por uma burocracia. Então, isso será feito imediatamente.

Ao mesmo tempo a CPMI tomará as providências para que esse senhor aqui mencionado, que foi o Sr. Valdeir; todas as providências em relação sejam tomadas igualmente.

Então, nós queremos agradecê-lo, o senhor nos dá uma contribuição importante...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Estou à disposição.

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...e nós, assim, somos gratos pelo seu gesto. Então, muito obrigado ao senhor.

Não havendo mais o que tratar, damos por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 15 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 30ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 30ª Reunião realizada em 04 de setembro de 2012, às 10 horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença do Senador: Álvaro Dias (PSDB/PR), e dos (as) Deputados (as):** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-PB), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Gladson Cameli (PP-AC), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correia (PMDB-RO) e Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE). Na oportunidade foi chamado a depor o Sr. André Teixeira Jorge, que compareceu acompanhado de seu advogado, Rodrigo Lustosa Victor – OAB 21059/GO, o depoente valeu-se de sua prerrogativa de permanecer em silêncio. Deixou de comparecer como convidado o Deputado Federal Carlos Leréia, alegando motivos pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom dia a todos. Peço aos Srs. Parlamentares que ocupem os seus lugares.

Havendo número regimental para a abertura dos nossos trabalhos, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Não posso deliberar sobre a ata da 29ª Reunião, tendo em vista a ausência clara e evidente de quórum na Câmara e no Senado.

Peço à Secretaria as informações necessárias.
(Pausa.)

Bem, registro oficialmente aos senhores – a imprensa já divulgou no dia de ontem – ofício enviado a esta Presidência pelo Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia, em atenção ao encaminhamento do Ofício nº 725, de 2012, desta CPMI, recebido em 30/08/2012.

Sirvo-me do presente ofício para comunicar a impossibilidade de comparecer à presente reunião, a ser realizada no dia 4 de setembro do corrente ano, em razão de importantes e inadiáveis compromissos pessoais anteriormente assumidos.

Manifestando profundo respeito por esta Comissão e a cada um de seus membros, reitero, nesta oportunidade, meu interesse em colaborar com os trabalhos desta Comissão, como já tive ensejo de declarar nos Ofícios nºs 134 e 135 [do gabinete do Sr. Deputado].

Solicito ainda que esta Presidência determine nova data para realização do depoimento, colocando-me integralmente à disposição desta Comissão a partir do dia 18 de setembro deste ano.

Certo de contar com a compreensão desta Presidência, agradeço e envio os meus cumprimentos.

Esse é o ofício do Sr. Deputado Carlos Leréia, em atenção ao convite que lhe foi feito. Estamos exatamente reagendando para o dia 18 de setembro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugira uma data, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Gostaria tão somente que fosse analisada aí a melhor data, tendo em vista que temos, primeiro, uma combinação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugira uma data, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A primeira semana de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a concorda, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sugiro, Sr. Presidente, que, na mesma data, se agende a presença dos outros Parlamentares que estão também convidados a depor na CPI, para que não passe a ideia de estar havendo dois pesos e duas medidas, já que são de partidos diferentes. A data fica a critério de V. Ex^a, mas essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sugestão fica a critério desta Presidência a partir da indicação do Sr. Deputado Carlos Sampaio.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Vice-Presidente, Sr. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, concordando com o Deputado Carlos Sampaio e com o Senador Alvaro Dias, quero sugerir que seja na segunda semana de outubro se assim puder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta Presidência haverá de definir a melhor data.

Convido para se apresentar a esta Comissão o Sr. André Teixeira Jorge, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nº 57, de autoria do Deputado Carlos Sampaio; nº 319, de autoria do Senador Alvaro Dias; e nº 478, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

Esta Presidência, antes de chegar ao recinto o Sr. André Teixeira Jorge, convida os Srs. Parlamentares representantes dos partidos e dos blocos que compõem esta Comissão para uma reunião de Lideranças, hoje, às 16 horas, na sala do nosso gabinete, para definirmos uma pauta comum e consolidarmos essa pauta comum de uma possível reunião administrativa que poderemos ter na reunião de amanhã.

Eu entendo que a reunião administrativa só poderá acontecer, tendo em vista o baixo quórum de deliberação que temos, se houver um amplo acordo entre os líderes partidários. Por isso peço que as Lideranças estejam, às 16 horas, no nosso gabinete, para que, cada um, representando bloco ou partido, possa convergir para uma pauta comum para que amanhã, se possível, haja uma reunião administrativa já absolutamente acordada. Esse é o objetivo da reunião.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Permite uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira, com prazer.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Faço a sugestão de já se fazer um corte preliminar e só levar para a reunião matéria que ainda não foi examinada pela Comissão, para não ficarmos repetindo o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acato, aceito e agradeço a sugestão de V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica a sugestão do Deputado Miro Teixeira como sugestão desta Presidência.

Às 16 horas, portanto, no nosso gabinete, terei o prazer de recebê-los lá.

A Presidência relembra, como sempre faz, a V. Ex^{as} que cada depoente, convidado ou convocado, recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo.

Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões de seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais e se manter em silêncio.

De acordo com os requerimentos de convocação aprovados por esta Comissão, de iniciativa dos Srs. Congressistas Carlos Sampaio, Alvaro Dias e Onyx Lorenzoni, comparece a esta CPMI André Teixeira Jorge.

A presença de S. S^a deve-se sucintamente, conforme expresso de forma idêntica nos Requerimentos n^{os} 57 e 319, ambos de 2012, respectivamente do Deputado Carlos Sampaio e do Senador Alvaro Dias, ao fato de que – abre aspas – “O Sr. André Teixeira Jorge está envolvido nas atividades ilícitas praticadas pela organização criminosa de Carlos Cachoeira, sendo um ‘importante’ – abre aspas novamente – ‘laranja’ do grupo” – fecha aspas.

Na mesma linha de raciocínio, o Deputado Onyx Lorenzoni argumentou que, de acordo com – abre aspas – “a investigação da Polícia Federal na Operação Monte Carlo” – fecha aspas – há fortes indícios de que o Sr. André Teixeira Jorge, mais conhecido como Deca, seria – abre aspas – “membro da organização criminosa comandada por Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira” – fecha aspas.

Ainda consoante ao Deputado Lorenzoni, a investigação da Polícia Federal concluiu que – abre aspas:

“André Teixeira Jorge possui evolução patrimonial e movimentação financeira incompatíveis com os seus rendimentos.

O fato de André Teixeira Jorge ter sido empregado da empresa Vitaplan entre os anos 2002 a 2006, e, em 2010, admitido como funcionário de baixo escalão da empresa Delta Construções, aliado ao fato de suas movimentações financeiras incompatíveis terem iniciado a partir de 2006, bem como o registro da evolução patrimonial incompatível ter iniciado em 2008, são indícios de que possivelmente André Teixeira Jorge esteja inserido na organização criminosa, comandada por Carlos Cachoeira na função de ocultar movimentações financeiras e bens oriundos da atividade criminosa” [fecha aspas].

Para depor sobre os motivos elencados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI e fornecer outras informações que entenda úteis ao desenvolvimento dos nossos trabalhos, e ainda questionando na mesma linha de raciocínio e de inquirição que fiz aos outros depoentes, deixando ao Sr. André a liberdade e a faculdade de transformar esta sessão em sessão secreta, com o objetivo de lhe dar maior con-

forto no sentido de colaborar com os membros desta Comissão, no sentido de que S. S^a possa trazer informações úteis ao nosso trabalho, eu passo a palavra ao Sr. André Teixeira Jorge para as suas considerações.

O SR. ANDRÉ TEIXEIRA JORGE – Bom dia.

Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente. Penso que seja uma comunicação extremamente relevante à nossa CPMI.

Aqui, Sr. Presidente, está consubstanciada uma notícia crime que irei fazer o seu protocolo na Procuradoria-Geral da República contra o Sr. Luiz Antônio Pagot. Porque a minha convicção, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou interromper V. Ex^a por um minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está dispensada.

Desculpe-me V. Ex^a, mas eu precisava tomar o mesmo rito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É uma questão administrativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a tem toda a razão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu a referendo e respeito.

Mas quero trazer essa informação a V. Ex^a, ao Sr. Vice-Presidente e ao Sr. Relator de que pude identificar no depoimento aqui na 28^a Reunião desta CPMI o cometimento dos crimes de concussão, corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência, além, evidentemente, de improbidade administrativa.

Então, essa queixa-crime que vou fazer na Procuradoria-Geral da República, assim que for protocolada, será entregue uma cópia da sua íntegra para o Sr. Relator, visto que acredito firmemente que esta conclusão a que cheguei deverá fazer parte do relatório final do nobre Relator Odair Cunha. Porque o depoimento do Sr. Luiz Antônio Pagot não deixa nenhuma dúvida do cometimento – para mim, e para os advogados que me assessoram nesse processo – desses crimes, porque ele estava aqui sob juramento. Eu tenho a ata, na íntegra, da reunião da CPMI e creio que o Ministério Público vai levar adiante essa investigação, que me parece absolutamente pertinente. Como era uma informação relevante e importante, eu queria comunicar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É relevante e importante. Esta Presidência solicita que, tão logo V. Ex^a protocole isso junto ao Ministério

Público Federal, encaminhe a esta Presidência para, de pronto, encaminharmos a S. Ex^a o Sr. Relator.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado e amigo Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, uma pena, já de pronto, instalar e dispensar o Sr. André Teixeira Jorge, porque está muito parecido com um prontuário o seu currículo, tamanhas as novidades que recebemos com os documentos que estão na nossa CPMI.

Esta é a relação de valores creditados e debitados da sua conta, o que mostra que ele não só sacava no dia a dia, mas sobretudo no período pré e pós-eleitoral, especialmente da conta do Sr. Cláudio Abreu, Diretor da Delta para o Centro-Oeste. Está-se vendo aqui que, em cada momento, é um volume tão grande de dinheiro... E o que é mais grave: dinheiro sacado na boca do caixa. Não era um pagamento para poder dar um documento de banco a banco ou de empresa a empresa; era sacado na boca do caixa, como foram sacados R\$800 mil do Sr. Cláudio Abreu para o Sr. André. E o Sr. André vem aqui, senta e vai embora; não há nenhum questionamento para poder dizer se quer responder ou não ou até para dizer ao Relator se isso aqui pode ajudar ou não. Ou isto aqui é uma CPI de brincadeira. É isso que nós estamos vendo. Quer dizer, não há uma consideração maior com o Parlamento e com o direito de questionar, de falar.

Então, Sr. Presidente, fico muito entristecido com mais esse episódio – afinal, não é o primeiro – em que temos aqui, por exemplo, Clube Nextel: o Sr. Heraldo Puccini Neto, Diretor da Regional Sul, em São Paulo, da Delta, fazia parte do Clube Nextel do Cachoeira, e aí era só o Centro-Oeste; aquela coisa de discurso, longo do tempo, não é verdade. Os documentos que estão na CPMI provam isso. Então, estamos vendo que não há uma vontade maior de se buscar, efetivamente...

Portanto, eu vou preparar um relatório de acompanhamento para saber se, no final, será tudo aquilo que se falou, que haveria aqui um grande acordo; nós vamos denunciar até o final da CPI.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero responder ao ilustre Deputado Rubens Bueno que esse procedimento de convocar testemunha, trazer aqui os principais pontos relacionados à acusação e solicitar o esclarecimento e, depois, aguardar a decisão da testemunha é um procedimento usado aqui e usado igualmente no Poder Judiciário. Nós não temos como extrapolar os limites legais que são dados a nós e ao Poder Judiciário.

Em segundo lugar, nós sabemos que as investigações correm seja por depoimentos, seja por quebra de sigilos, investigações que estão sendo feitas seja pelos Srs. Deputados, como tão bem trouxe aqui o Deputado Rubens Bueno, como pela equipe do Sr. Relator, e todos esses dados constarão do relatório final do Sr. Relator.

Portanto, estamos conduzindo – falo em nome do Presidente efetivo, Vital do Rêgo Filho, e do Relator Odair Cunha – de forma a elucidar todos os fatos. Há um trabalho intenso sendo feito, agora, ele será sistematizado no relatório final. O acompanhamento de V. Ex^a, e não só o acompanhamento de V. Ex^a como a contribuição de V. Ex^a para o relatório final, assim como de todos os Srs. Parlamentares, essas contribuições serão decisivas para que nós elaboremos um relatório consistente para dismantelar essa organização criminosa e levar todos aos tribunais e aqueles que também, de alguma maneira, foram envolvidos por ela.

Então, creio, Deputado Rubens, que o procedimento de hoje não tinha como ser diferente, tendo em vista que, inclusive, quando estiveram aqui os Procuradores Federais e foram indagados do seu procedimento no caso de silêncio dos réus ou dos investigados, eles disseram que o procedimento judicial é idêntico ao procedimento que estamos tendo. O que restará aqui é a necessidade de enorme competência investigativa que não dependa só dos depoimentos que sejam feitos aqui ou não. Nós temos os instrumentos de afastamento do sigilo bancário, nós temos ouvido as escutas telefônicas, nós temos feito, inclusive com técnicos, o encontro das contas, dos fluxos financeiros, e, certamente, quando for entregue o relatório, todos aqui poderão contribuir para que esse relatório seja completo. Então, é assim que eu creio: não haveria como proceder de maneira diferente com a pessoa que está aqui, tendo em vista que ele vem munido de um *habeas corpus* e que há um princípio constitucional que lhe garante o silêncio.

Portanto, creio que o nosso procedimento de maneira alguma vai comprometer o resultado final. Assim, incentivo todos os Srs. Parlamentares a ajudarem para que, no final, nós possamos, com todos esses trabalhos com que as assessorias aqui estão contribuindo, elaborar um relatório da melhor qualidade.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho três inscritos. Eu vou inscrever os quatro agora. Primeiro o Senador Alvaro Dias, depois o Deputado Domingos Sávio, depois a Deputada Íris de Araújo e depois o Deputado Miro Teixeira.

Então, com a palavra V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Posso passar por três minutos para cada...?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Três minutos... Suficientes.

Até na linha do que V. Ex^a discorria anteriormente, a importância da quebra do sigilo bancário das empresas que nós consideramos laranjas ou fantasmas. São doze, localizadas em várias regiões do País. Já quebramos de seis delas, localizadas no Estado de Goiás. Essas empresas não produzem, não fabricam equipamentos, não vendem equipamentos, não prestam serviços e não realizam obras e recebem valores extremamente significativos.

Em homenagem à nossa assessoria, que tem trabalhado com muita dedicação e entusiasmo, apresentamos aqui o nosso décimo relatório, já superando a cifra de R\$421 milhões de repasses da empresa Delta a essas supostamente empresas laranjas, que são coadjuvantes no esquema de ocultação de valores, e exatamente em relação ao que o Deputado Rubens Bueno afirmou, do saque na boca do caixa. Boa parte desses recursos foi repassada a essas empresas e, depois, recebida na boca do caixa. Repasse de empresa a empresa, exatamente o esquema do mensalão, o esquema do valerioduto.

O exemplo do valerioduto passou a ser adotado aqui com o mesmo objetivo: o repasse de recursos a destinatários desconhecidos, já que recursos sacados da boca do caixa e em espécie, recursos que seriam, depois, obviamente, repassados a pessoas como pagamento de propina, como resultante do tráfico de influência, a colaboração prestada para o superfaturamento de obras, enfim, esse esquema que nós já identificamos bem, que estabeleceu essa relação entre Cachoeira e a empresa Delta, do Sr. Fernando Cavendish.

Portanto, é fundamental quebrarmos o sigilo. Eu pedi a palavra para registrar esse novo relatório que já ultrapassa a casa dos R\$421 milhões repassados pela empresa Delta a essas empresas laranja. Naturalmente esse é o dinheiro desonesto, esse é o pagamento pelo serviço sujo prestado por pessoas que integram o esquema de Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, Sr. Presidente, o senhor foi extremamente claro, e não tenho dúvida, absolutamente correto na reflexão que fez sobre o direito constitucional do depoente. Essa é

uma matéria vencida, mas cada vez que ocorre, e vai continuar ocorrendo, ela reforça o princípio de que essa CPML que já se iniciou um farto material produzido pela Polícia Federal, deve aprofundar-se na investigação do caminho, do dinheiro envolvido com o crime e do dinheiro que seguramente, pelos indícios, e até pelas provas já detectadas, é fruto de corrupção, de prejuízo aos cofres públicos.

Então eu reforço, Sr. Presidente, um apelo para que nós possamos, se não hoje, eu defendo que seja hoje ainda que suspendêssemos a sessão e tentássemos acordos entre líderes, mas que quando muito, na sessão de amanhã, tenhamos a votação dos requerimentos para a quebra do sigilo bancário das demais empresas laranjas de todo esse esquema de quadrilha, que não se resume àquela estrutura envolvida com o jogo ilegal. O Brasil inteiro já viu isso, nós todos sabemos. Nós temos um dever para com o país de aprofundar essa investigação em cima da vertente do crime que se especializou em roubar dinheiro público.

É claro que nós não estamos colocando para debaixo do tapete o crime e até mesmo a contravenção do jogo do bicho ou de qualquer outro tipo de jogatina que havia. O Carlinhos Cachoeira já está preso, bem como vários dos seus comparsas, e as provas que a Polícia Federal reuniu para lhe dar vários anos de cadeia quanto a esse tipo de crime são robustas. O que nós precisamos é aprofundar a investigação em cima das empresas fantasmas associadas à Delta, e a Delta, por sua vez, como a maior empreiteira do PAC, como a grande empreiteira do DNIT e também de outros governos estaduais e municipais, precisa de ser investigada profundamente.

Eu protocolei, na última reunião, um requerimento, porque eu já fiz a minha manifestação pessoal à Polícia Federal. Mas eu protocolei um requerimento para que esta Comissão, de maneira formal, usando as prerrogativas que possui, acione a Polícia Federal para que a Polícia Federal aprofunde as investigações sobre a Delta, sobre todas as empresas fantasmas e sobre todo esse braço financeiro da quadrilha. Se nós não fizermos isso, nós vamos prestar um desserviço ao País. Se, por outro lado, fizermos, e eu tenho a convicção que haveremos de fazê-lo, nós estaremos estabelecendo um divisor de águas na história do nosso País.

Está evidente que isso que a Delta fez, e eu concluo, Sr. Presidente, está se tornando uma prática em nosso País. Grandes empreiteiras, se valendo de tráfico de influências, de editais de cartas marcadas, de superfaturamento e depois de medições fraudulentas, roubam o dinheiro público e depois saem distribuindo não só para campanha, mas para pagar propina. Tem que ser enfrentado isso. Não dá para a gente dizer:

“Olha, tem umas empresinhas fantasmas aqui que passaram R\$400 milhões da Delta para elas e sacaram na boca do caixa. E um deles, o Sr. Giovani está foragido e o outro veio aqui e fica calado”.

Ora, isso é crime organizado para roubar o dinheiro público. E eu insisto que a gente, numa sessão específica de aprovação de requerimentos, Sr. Relator, tenha da sua parte a iniciativa de propor a quebra do sigilo bancário das demais empresas que faltam. Com certeza, haverão de ser aprovados por unanimidade, sob pena de estarmos sendo coniventes com o crime.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Próxima inscrita, a ilustre Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu quero fazer aqui uma reflexão a respeito de tudo o que nós estamos vivendo aqui nessa CPMI. Digamos que eu seja...

Digamos que eu seja, na CPMI, além de a única mulher ultimamente a participar, marinheira de primeira viagem, mas, durante esse período todo em que eu estive aqui, até num aprendizado importante para a minha vida política, eu tenho tirado algumas lições. Uma delas, aqui neste momento, ficou bem clara.

Eu tenho que concordar novamente com o Deputado Rubens Bueno e com outros Deputados que têm reclamado a respeito do fato de os depoentes invocarem o direito constitucional de permanecerem calados – eles o fazem, e nós respeitamos.

Aqui nesta CPMI há muitos juristas, promotores, advogados, mas eu tenho que deixar aqui uma consideração que julgo importante: nós somos todos políticos, com mandato delegado pelo povo. E o povo colocou os seus olhos, com muita esperança, no início desta CPMI, no sentido de que nós, políticos, que somos Parlamentares... O Parlamentar deve *parlar*, falar, dar voz ao povo, dar oportunidade, para que, através daquilo que nós recebemos, nós possamos aqui cumprir o nosso papel e dizer aquilo que deve ser dito.

Então, independentemente da presença e da invocação constitucional que cada um tem o direito de fazer aqui, nós também teríamos que ter o direito, Sr. Presidente, como Parlamentares, de apresentar as nossas perguntas, mesmo que elas não fossem respondidas. Não serão respondidas, mas provocarão lá fora reflexões, porque eu acredito que o povo ainda está nos assistindo. Eu tenho a esperança de que nós tenhamos uma resposta realmente à altura daquilo que esperam aqueles que representamos e que mantiveram os olhos muito abertos para o início desta CPMI.

Então, eu tenho que falar aqui da minha frustração. Cada vez que um depoente, com indícios muito

claros, como mostrou aqui o Deputado Rubens Bueno, de depósitos, de saques na boca do caixa, simplesmente dissesse “invoco o meu direito constitucional de permanecer calado” e fosse embora, nós teríamos que ter, pelo menos, a oportunidade de fazer as nossas perguntas e contribuir, para que aqueles que nos outorgaram o nosso mandato popular tirassem também as suas conclusões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputada Íris de Araújo.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, uma observação, primeiro, em relação à metodologia aqui utilizada para a oitiva de depoimentos. Não concordo que a praxe seja essa, não.

Nós obtivemos, aqui mesmo na CPI, a informação mandada pela Polícia Federal sobre a oitiva da Srª Vanessa, senhora do Cachoeira – Andressa. A Srª Andressa foi depor na 5ª Vara Federal, e está aqui a transcrição das quatro ou cinco perguntas. Em todas elas, ela manifesta que não quer falar, mas ouviu as quatro ou cinco perguntas. É claro que há um juiz perguntando e uma pessoa respondendo. Aqui nós somos muitos, e cada um não faria só três ou quatro perguntas.

Existe realmente um embaraço, que poderia ser administrado até o fim desta CPI. Poderíamos deixar uma sugestão para as futuras CPIs, como uma espécie de jurisprudência em função da experiência que estamos vivendo aqui.

Há divergências. Nós conversamos sobre um determinado mecanismo de procedimento e depois passamos para outro. Não me lembro quem foi que, no depoimento do Cachoeira, disse: “Bom, já que é assim, é melhor que ele vá embora. Vamos sair daqui, isso é uma palhaçada”. Bom, eu não concordo que seja uma palhaçada, não; acho que é um direito ficar calado, não precisa de *habeas corpus* também não, pode ficar calado. Agora, o procedimento tem que se aproximar, pelo menos, do procedimento utilizado na Justiça: as pessoas só podem definir que uma resposta sua pode incriminá-la depois de ouvir a pergunta. Essa é uma observação, eu teria outras que podem ser úteis aqui para nós.

Há muitos dados, e há uma assessoria técnica, que está à disposição do Sr. Relator, parece-me que veio gente da Polícia Federal, não sei direito de onde veio, Tribunal de Contas, porque não sei se eles já estão fazendo o seu trabalho de uma minuta de relatório, digamos, e penso que está na hora, para evitarmos aquelas disputas de vamos tentar fazer um relatório, ou vamos fazer emendas a um relatório, de começarmos a trabalhar em torno de um desenho, pelo menos,

de relatório, de um *layout* de relatório do Relator da Comissão. Parece-me que, se ficarmos, nesse mundo aleatório, cada grupo, cada chave, contratando uma empresa, duas empresas, três empresas para leitura do cruzamento de dados, vamos acabar organizando uma batalha entre grupos, o que não é o objetivo, já está tudo tão claro, tudo o que se passou, os avanços desta CPI são enormes, são enormes, maiores do que se pode imaginar, e depende de como tratarmos esse material.

Então, não vejo embaraço algum, para começarmos a trabalhar em torno desse material. Acho que ganharemos mais tempo do que se ficarmos a discutir se vamos chamar um laranja ou um fantasma, porque não percebo também que alguém vai chegar aqui e confessar; eu, pelo menos, nunca vi. Agora, como Comissões Parlamentares de Inquérito não prendem, graças a Deus, não fazem busca e apreensão, acho que podemos começar outra fase, deixo como sugestão ao Relator, que é uma fase de cruzar os dados e trocar as experiências e as informações que cada um tem.

Agora, por exemplo, chegaram 260 mídias, linguagem usada tanto pela Polícia Federal quanto pelo Ministério Público e já usada pela CPI, eu chamaria de suporte, mas ninguém sabe o que tem dentro. Não sei se o Relator teve, em separado, relatórios periciais dessas 260 mídias, o conteúdo de cada uma delas. Asseguro-lhes, é muito pesado o arquivo, estamos aqui com uma tecnologia, parece-me que está um pouco defasada, talvez o Senado esteja precisando até de recursos para fazer algo, porque, para copiar 600 GB, está-se levando quase 20 horas. Isso é uma coisa que me parece ultrapassada.

Acho que, se começarmos a definir objetivos comuns, para chegarmos a uma relatório, estaremos avançando bastante e impedindo ou tentando impedir uma partidarização dessa discussão do relatório. Isso aí não vai nos conduzir a nada, vai nos conduzir a uma bate-boca pura e simplesmente e não seremos úteis ao Parlamento ou ao nosso País.

Agora, V. Ex^{as} que compõem a Mesa é que podem, se julgarem relevante alguma dessas sugestões, tocar o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Miro Teixeira, tanto pela fala de V. Ex^a quanto pela do Deputado Domingos Sávio. Teremos uma reunião hoje, às 16h, na sala do Presidente, exatamente para pensar o calendário. Creio que, no calendário, teremos que resolver a questão colocada por V. Ex^a, que será a definição de uma data para apresentação, digamos, de um pré-relatório, um relatório parcial, isto é, na medida em que ele for entregue,

todos os Srs. Parlamentares poderão, ao lê-lo, ver se ele tem qualquer aspecto que precisa ser melhorado, para que, quando nós apresentemos o relatório final, quando o Sr. Relator apresentar o relatório final, ele seja completo.

Então, eu acho que nós podíamos fazer essa metodologia e sugiro ao Sr. Relator que, hoje à tarde, ele apresente um cronograma de apresentação do seu relatório, que podia ser um relatório, na minha opinião, que fosse em partes. Ele não precisa ser um relatório já abrangendo todas as questões. Ele poderia apresentar uma parte do relatório relacionada a um aspecto específico, depois outra parte e o relatório final. E nós completarmos, porque o que vejo é que cada Sr. Parlamentar também empreendeu um esforço particular, individual junto à sua assessoria, junto aos partidos, para contribuir. E esse relatório poderá, digamos assim, incorporar essas contribuições de cada um dos Srs. Parlamentares.

Então, a minha sugestão é que, hoje à tarde, o Sr. Relator apresente um cronograma. Nós estamos, aqui, marcando uma oitiva para a segunda semana de outubro, que foi definida no começo da reunião, e, a partir daí, eventualmente, nós possamos já fazer o enfrentamento desses temas trazidos pelo Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Permite-me um aparte ligeiríssimo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que a experiência da denominação “relatório parcial”, aqui na Casa, não é boa. Eu acho que isso que nós chamamos de minuta é uma mera tecnicidade. Minuta, porque não dará a impressão de que nós queremos aprovar primeiro uma coisa e depois outra, como houve, aqui, numa CPI, que não deu muito certo, penso eu. Só como sugestão ao Relator: o que ele apresentar é uma minuta, é um ato de compartilhamento com os companheiros dessa responsabilidade que cabe a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Deputado Vanderlei Macris e passo ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes do Deputado Vanderlei, talvez eu possa ajudar. Primeiro, eu julgo importante esse compartilhamento. Se nós vamos fazer minuta... Só que minuta também parece... Tem que ser alguma... Vamos achar um termo mais adequado pelo qual a gente crie esse compartilhamento das informações, porque, na verdade, a espinha dorsal do nosso relatório foi apresentada quando da aprovação do nosso plano de trabalho. Toda a nossa preocupação, agora, é exatamente fazer essa composição.

O que eu julgo importante, também, levar para a reunião das 16 horas – nós já estamos trabalhando nisto – é um balanço de tudo o que a CPMI já recebeu e o que ainda precisa receber, para os nossos cruzamentos de dados, porque isso se tornou muito mais importante diante do código de silêncio da organização criminosa. Então, esse balanço eu também quero apresentar hoje, na reunião das 16 horas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)
– Último inscrito, ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero reafirmar a manifestação que tenho feito aqui, nesta CPMI, de que os depoimentos, que até agora foram realizados, muito pouco acrescentaram àquilo que as investigações da Polícia Federal já tinham feito. Esse movimento de se recusar, no código de silêncio, a fazer o depoimento e a contribuir com a Comissão me traz a impressão de que muito pouco avançaremos do ponto de vista dos depoimentos.

O que eu tenho dito muito claramente, e não só eu próprio, mas outros colegas aqui da Comissão, é que o grande avanço desta CPMI foi o fato de constarmos – não em relação ao *affair* Cachoeira, que, em minha opinião, já está absolutamente identificada qual era a mecânica, qual era o funcionamento da organização criminosa, gente presa, ele próprio preso, isso tudo está muito bem identificado – descobrir a *holding* financeira que tinha o Sr. Carlos Cachoeira como uma parte da organização. Essa *holding* chama-se Delta. Eu tenho impressão de que ficou muito clara, ao longo do trabalho da CPMI, essa questão da Delta.

Nós temos aqui, na bancada do PSDB, dez relatórios já sobre o cruzamento de dados dessas empresas. Nesse último relatório, nós tivemos o seguinte: identificamos fontes de recursos que abasteceram as contas bancárias da Delta, no período compreendido entre os anos 2002 e 2012. Vale registrar, por oportuno, que, em meados do mês de julho, declarações de Imposto de Renda retidas na fonte constatarem claramente o volume de recursos movimentados pela empresa Delta. Todavia, cabe ressaltar, por relevante, que essas referidas declarações refletem uma parte daquilo que movimentou a empresa Delta.

Por exemplo, esses R\$21 bilhões movimentados em dez anos, têm transferências interbancárias – 10 bilhões –, lançamento avisado – 4 bilhões –, transferência em contas – 1,7 bilhão –, resgate de aplicação – 1 bilhão –, e assim por diante, constituindo R\$21 bilhões. Esse número de 21, em tese, serve apenas e tão somente para explicar a movimentação financeira

a crédito da empresa, compreendida entre os anos 2002 e 2012.

Todavia, para se chegar a esse número mais realista, acerca das fontes de recurso, tem que se fazer o expurgo das operações que não refletem necessariamente ingresso de efetivo nas contas bancárias da empresa. Feitas essas deduções, Sr. Presidente, aí vem a questão. Chegamos a um montante de R\$9 bilhões. Esse seria, em tese, o valor que efetivamente aportou nas contas bancárias da empresa Delta, entre os anos 2002 e 2012, provenientes de terceiros, considerando a posição do sigilo bancário de 24 de agosto último.

Se perquirirmos esses 9 bilhões, Sr. Presidente, é muito fácil chegar à seguinte conclusão: 5,6 bilhões desses 21 vêm de recursos públicos, evidentemente de obras, e 996 bilhões, mais um bilhão, que compõem R\$6,4 bilhões desses 21 bilhões em recursos públicos. Recursos privados: 312 milhões e, sem identificação de origem, R\$2 bilhões. Isso mostra claramente que a empresa Delta abasteceu-se prioritariamente de recursos públicos, e como temos R\$421 milhões já identificados em seis empresas fantasma, das quais doze nós precisamos da quebra de sigilo, para fazer efetivamente o mapeamento geral de recursos sacados na boca do caixa, muito provavelmente, já tendo identificado nos nossos relatórios R\$421 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, não dá para esta Comissão caminhar se não forem quebrados os sigilos dessas doze empresas, para que a gente possa fechar definitivamente o cerco desses recursos envolvidos da empresa Delta para essas empresas laranja e, a partir, daí identificar o saque desses recursos da ordem já de 421 bilhões, que nós identificamos nos nossos relatórios. Portanto, Sr. Presidente, é mister que esta Comissão, nessa reunião administrativa de hoje, decida efetivamente quebrar o sigilo dessas doze empresas, para que a gente, nas 18 já identificadas, possa fazer esse mapeamento generalizado. Caso contrário, nós vamos ficar com um movimento capenga, sem um fecho completo do que foi essa movimentação financeira da empresa Delta com recursos federais, principalmente com recursos federais, no abastecimento da organização criminosa.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui a minha manifestação. Acho importante que isso seja feito e que V. Ex^a dê também uma explicação de como ficou a convocação de uma sugestão feita na última reunião que fizemos, no depoimento feito por aquele contador que aqui esteve, dizendo o nome de uma outra pessoa que estaria responsabilizada como aquela que organizou as empresas fantasma, quatro delas. Seria importante que a Comissão trouxesse essa pessoa também. Se é que há necessidade de um requerimento, eu o farei,

mas primeiro, constatar como essas empresas eram constituídas e quem mandava constituir. Segundo, votar os requerimentos das quebras de sigilo das doze empresas. Com isso, nós estaremos com as informações todas completas para poder apresentar um bom relatório nessa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado. Eu peço licença de V. Ex^a para responder hoje à tarde. Convocação dependerá de uma nova reunião administrativa, mas nós tínhamos tomado outras providências na sexta-feira. Vou informá-lo e vou informar à Comissão, amanhã, a respeito dessas providências que foram pedidas em relação àquela pessoa mencionada no último depoimento do ex-marido da Sr^a Roseli Pantoja.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 31ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião realizada em 09 de outubro de 2012, às 15 horas e sete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores:** Pedro Taques (PDT-MT), Cyro Miranda (PSDB-GO), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados:** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA), Dr. Rosinha (PT-PR), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-PB), Sér-

gio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correia (PMDB-RO) e Deputados: Bruno Araújo (PSDB-PE), Jovair Arantes (PTB-GO), Paulo Freire (PR-SP) e Sandes Júnior (PP-GO). Na oportunidade foi realizada a oitiva do Deputado Federal Carlos Leréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Boa tarde a todos os companheiros Parlamentares. Solicito a presença... *(Pausa.)*

Peço a V. Ex^{as} que tomem seus assentos. *(Pausa.)*

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem seus assentos. *(Pausa.)*

Agradeço a presença de V. Ex^{as}, atendendo à convocação desta Presidência.

Conforme ficou deliberado na última reunião do nosso Colégio de Líderes, estaríamos imediatamente aqui após a conclusão do processo eleitoral em primeiro turno no Território Brasileiro.

Estamos reiniciando as nossas reuniões administrativas e de oitivas com convidados e convocados. Hoje, teremos um convidado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Neste momento, havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Não há ainda quórum para a leitura ou para a dispensa da leitura e aprovação das nossas atas.

Já apresento o colega Deputado Federal Carlos Leréia como convidado desta CPMI, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nº 200, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, e o de nº 230, de 2012, de autoria do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Preliminarmente, vamos passar a palavra àqueles Parlamentares que a solicitaram pela ordem. Com precedência, ao Senador Randolfe Rodrigues, que a pediu inicialmente, depois ao Senador Alvaro Dias.

Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, obrigado.

Serei breve. Eu só queria comunicar a esta CPMI, a esta relatoria e aos Srs. Membros da CPMI que estamos protocolizando já hoje e iniciando a coleta de

assinaturas em requerimento de nossa iniciativa e de autoria de outros Parlamentares desta Casa, do Senador Pedro Taques, do Deputado Miro Teixeira, do Deputado Rubens Bueno e outros Parlamentares desta Comissão, pedindo a prorrogação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quero só comunicar a V. Ex^a que já vamos iniciar a coleta de assinatura para obter o número regimental de um terço dos membros do Senado e de um terço dos membros da Câmara para tal fim, de prorrogação desta CPMI, por considerarmos inevitável a sua prorrogação, diante de fatos novos que temos, diante de fatos novos que existem, diante dos notórios fatos de amanhã termos quase 500 requerimentos para apreciarmos. Portanto, torna-se inadiável, torna-se uma necessidade, melhor dizendo, a prorrogação desta CPMI, no nosso entender.

Ao mesmo tempo, pergunto ao nobre Relator se V. Ex^a já tem informações sobre a solicitação de compartilhamento dos dados desta CPMI, notadamente relativos às empresas fantasmas que receberam recursos da empreiteira Delta, por parte do Ministério Público Federal, Subseção do Estado de Goiás. Eu gostaria de V. Ex^a e desta CPMI um esclarecimento nesse sentido.

Era o eu que tinha, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator – e ele tomará exatamente as anotações devidas para responder a V. Ex^a –, eu gostaria de registrar a nossa honra pela presença de um extraordinário companheiro, o Deputado José Carlos Araújo, Presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, meu colega, meu amigo, fraternal companheiro, Deputado Federal pelo Estado da Bahia.

Senador Alvaro Dias, com a palavra. Depois, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente para, em nome do nosso Partido, o PSDB, rechaçar a hipótese aventada de acordo para encerrar esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Seria uma afronta.

Nós não concordamos com o encerramento desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito antes que possamos avançar nas investigações sobre aquilo que é essencial: desvio de dinheiro público, monumental desvio de dinheiro público através da empresa Delta.

Apenas iniciamos as investigações. Há inúmeros requerimentos que pedem a quebra do sigilo bancário de 12 empresas-fantasmas ligadas à Delta. Apresentamos na semana passada requerimentos que dizem respeito a mais 17 empresas, que, segundo o Coaf,

tiveram movimentação financeira atípica no relacionamento com a empresa Delta.

Portanto, é um desafio que esta Comissão tem pela frente investigar o desvio de dinheiro público através da empresa Delta, que alcança bilhões de reais. Recursos repassados para empresas-laranjas da Delta diretamente já ultrapassam R\$500 milhões, supostamente recursos utilizados para o pagamento de propina como consequência do tráfico de influência. Esse é o desafio e a responsabilidade desta CPMI.

Por isso, nós já comunicamos no plenário do Senado a posição do nosso Partido e vamos assinar o requerimento que pede a prorrogação dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao final, Sr. Presidente, sugiro, em função da certeza de ausência de quórum no dia de amanhã para deliberar, que V. Ex^a e o Relator aceitem a sugestão de transferirmos esta reunião deliberativa para a próxima terça-feira. A Câmara dos Deputados terá reunião apenas na parte da manhã, e, provavelmente, teremos ausência de quórum inclusive entre os Parlamentares da Câmara. Em relação ao Senado, já não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa é uma certeza: não teremos quórum para deliberar amanhã. Então, sugiro a V. Ex^a e ao Relator a transferência da reunião para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com relação à primeira etapa do pronunciamento de V. Ex^a, que não foi nem pela ordem, mas um verdadeiro pronunciamento, como V. Ex^a tanto faz – e bem! – nesta CPI, eu me reservo o direito de, na forma congressual, receber as manifestações dos Parlamentares.

Com relação à solicitação que V. Ex^a me faz, eu – não sei se V. Ex^a estava presente, mas, se não foi, se fez representado –, na última reunião dos líderes, havia determinado que, na primeira semana após o processo eleitoral, nós estaríamos aqui com reunião administrativa também. Por isso, marquei. Mas fica a critério de um entendimento de V. Ex^{as} junto com os líderes para que eu aceite ou não. A tendência é aceitar, se V. Ex^{as} assim determinarem.

Passo a palavra ao meu queridíssimo Deputado Miro Teixeira – prazer em revê-lo, um mês de saudade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É um prazer para mim.

Presidente, a iniciativa do Senador Randolfe é bem-vinda, mas eu penso que, pelo menos na Câmara dos Deputados, essa questão de prorrogação dos trabalhos é uma discussão iniciada na própria Comissão. Se nós começarmos a recolher assinaturas pura e simplesmente, eu assinarei, como conversei com o

Senador Randolfe. Mas eu penso que isso tem de ser objeto de deliberação da Comissão a partir de diversas premissas.

A primeira delas: vamos quebrar o sigilo dessas 12 empresas? Teremos trabalho novo pela frente? Concorro com o Senador Alvaro Dias: na Delta, há quase tudo para se investigar. Mas será que, se nós encaminharmos desde já ao Ministério Público os sigilos quebrados, nós não estaremos fazendo um entrosamento ótimo, exemplar das instituições do Estado brasileiro para mais rapidamente se chegar a resultados?

Então, na Câmara dos Deputados, pelo menos, nós temos essa percepção. Eu não sou muito de participar de CPIs, mas, em plenário, mais de uma vez, já votei por prorrogação de CPI.

Há essa percepção de que a Comissão votando a prorrogação e encaminhando à Presidência da Casa, a Presidência da Casa submete ao Plenário, que aprova, às vezes – quase sempre, aliás –, pelo voto simbólico, sendo uma percepção da comissão a necessidade de prorrogação dos trabalhos. A comissão é que diz isso aí.

Então, falei pela ordem, mas quase como questão de ordem, que V. Ex^a poderá examinar essa possibilidade de nós discutirmos na Comissão e encaminharmos à Presidência do Congresso o que for a deliberação da Comissão, sem prejuízo do direito de um Parlamentar de requerer a assinatura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faremos esse exame, Deputado Miro.

Com a palavra, o Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a e igualmente os nobres pares.

Quero falar sobre três assuntos. O primeiro deles, rechaçar uma matéria da *Folha de S. Paulo* que reputo fantasiosa, que, nesta manhã, disse haver um acordo para que esta CPMI nada investigue. Ora, nós estamos aqui exatamente para investigar e dar os resultados ao nosso País. Portanto, sem saber ainda o conteúdo do relatório, sem saber algo em relação ao futuro, acho que, em relação a essa matéria, só uma pessoa poderia chegar à conclusão tamanha: a própria pessoa que a fez.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria concordar com o Senador Alvaro Dias – em algum momento, eu preciso fazê-lo; e eu tenho feito. (*Risos.*) Eu tenho concordado, porque esta semana ele deu declarações em relação ao Paraná com as quais eu também concordo. Mas eu gostaria de concordar e solicitar a V. Ex^a que pudesse jogar a reunião administrativa para terça-feira da semana que vem.

E em terceiro lugar, eu sugiro que V. Ex^a possa, na semana que vem, talvez, jogar a administrativa para quarta e, na terça-feira, nós fazermos uma reunião das Lideranças relacionada à condução da CPMI.

Portanto, são essas as três questões que eu gostaria de tratar aqui, tendo em vista que eu acredito que esta CPMI já deu, está dando e dará todos os resultados que a sociedade brasileira aguarda dela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O PT e o PSDB encaminham de forma conjunta essa solicitação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma coisa está errada neste País, Presidente? PT e PSDB... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei. Vou só aqui tomar a minha decisão, já que o PT e o PSDB concordam. Vou aproveitar este momento, talvez seja importantíssimo para o País. (*Risos.*)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vou piorar: o PDT também concorda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O PMDB concorda, o PDT concorda.

Na próxima terça-feira, haverá uma reunião de líderes para discutir a prorrogação da CPMI e, na quarta-feira, faremos essa reunião administrativa que estava marcada para amanhã. Concordam? O PDT concorda? Estamos todos acordes? (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O PSOL de acordo também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O PSOL de acordo.

A manifestação do PSDB e do PT leva, efetivamente, a um momento único nesta CPMI.

Então, a reunião de líderes será terça-feira, pela manhã, no meu gabinete.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor me esclareça: na reunião de líderes, debateremos a prorrogação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos discutir a prorrogação, especificamente a prorrogação dos nossos trabalhos, atendendo a um requerimento de S. Ex^a, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Fico lisonjeado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, na quarta-feira pela manhã, faremos a reunião administrativa que estaria sendo marcada para amanhã.

Ouçoo o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, já que a maioria está indicando a alteração do calendário para a semana que vem, eu vou registrar que eu gostaria que a reunião fosse realizada amanhã.

Não há por que justificar essa alteração, como também não houve por que justificar a alteração de adiamento das reuniões das semanas anteriores, exatamente em cima daquilo que declarei publicamente. Isto registrei em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*: “Quem quer acobertar os corruptores do País?” Essa é a pergunta que fica. E essa pergunta fica exatamente porque vimos, naquele dia, que aqui não deu quórum no plenário, mas, logo depois, no seu gabinete, deu quórum, lá estava presente a maioria da Comissão. Ali deu para perceber exatamente que caminhava a CPMI para o fim, em um grande acordo que ninguém assume neste momento. Então, eu gostaria de ver essa reunião realizada amanhã, mas, pela maioria aqui, não vai acontecer. Fica registrada, no entanto, a nossa posição.

Prorrogar a CPI é o assunto do dia. Vai até haver uma reunião de líderes na semana que vem para tratar disso. Poderia ser tratado hoje ou amanhã, já que ela é informal e, portanto, poderia ser realizada hoje. Temos muitas dúvidas a serem esclarecidas. Por exemplo, os negócios envolvendo este relatório e esta CPMI falam em R\$36 bilhões. Os bancos até hoje não enviaram seus relatórios de R\$3 bilhões. Não é pouco, é muita coisa em que a CPMI não chegou ao seu final e que precisa ser investigada e apurada. Temos dinheiro no paraíso fiscal. A Delta mandou dinheiro para paraíso fiscal, e também não foi apurado. Os R\$174 milhões da MB – Serviço de Terraplanagem, em Saquarema no Rio de Janeiro, também até hoje não foram devidamente justificados, e nada foi feito a respeito disso. Então, Sr. Presidente, apenas para registrar que nós, aqui, estranhemos a forma como veio nas últimas semanas. Fui voto vencido, mas permaneço, mesmo com voto vencido, dizendo que a CPMI tem que continuar com seu trabalho até o fim. Se não for possível investigar, como aqui está proposto, até 4 de novembro, que se faça a devida prorrogação para que possamos dar uma satisfação à sociedade brasileira sobre esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Íris, com a palavra.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, nobres Deputados, considero importante tudo o que aqui foi colocado e concordo com o Senador Alvaro Dias – aliás, várias vezes tenho mostrado essa concordância, até porque fomos colegas no Senado. Acho importante a iniciativa do Senador Randolfe até porque já assinei inclusive – sou a primeira a assinar pela Câmara – a prorrogação da CPMI. Considero que temos uma quantidade de dados a serem verificados. Pessoalmente, hoje, tive acesso – não vou dizer a quê – a um dado novíssimo dentro do que estamos investigamos. Então, não é possível que, em 15 dias, possamos terminar esse trabalho. Não acredito.

Quero colocar o meu posicionamento pessoal aqui e, acredito, do nosso Partido. Acerca da questão de um possível acordo, como se está falando, acho que essa possibilidade... Estamos em uma CPMI, Sr. Presidente, estamos às claras, a imprensa está presente, todos os participantes estão tendo a oportunidade de expressar seu posicionamento, buscando, através dos dados, chegar àquilo que a sociedade está querendo: a verdade desses fatos que nos desmerecem, que desmerecem o mundo político que está envolvido na contravenção.

Portanto, quero manifestar aqui o meu posicionamento. Já assinei inclusive pela prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, é um prazer ouvi-lo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Deputados e Senadores, falar em encerrar esta CPMI agora, Sr. Presidente, como consta nas notícias de jornal – não ouvi isso ainda de V. Ex^a, nem do Relator, é bom que se diga – é entender que a sociedade brasileira pode ser enganada. A sociedade brasileira não pode cair nesse conto do vigário, nesse conto da carochinha de que esta CPMI deve encerrar-se agora.

Temos a obrigação parlamentar, a obrigação moral de continuar no afastamento do sigilo bancário dessas empresas que receberam dinheiro do Tesouro Nacional. Do Tesouro Nacional vai para a Delta, da Delta vai para os laranjas, e onde foi parar o dinheiro? Temos que seguir o caminho do dinheiro, Sr. Presidente, porque o dinheiro tem cheiro, sim, e o cheiro que aqui está se exalando não é um bom cheiro, é o cheiro podre da corrupção. Por isso, desde logo, quero aqui manifestar o desejo da Bancada do PDT no Senado – e sou o Líder do PDT no Senado, como V. Ex^a bem sabe – pela continuidade, prorrogação dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu ouvi notícias via imprensa, não ouvi do Sr. Relator, que já estaria se preparando um relatório para ser apresentado na semana que vem. Eu quero crer que essa não é a vontade do Sr. Relator, que tem demonstrado nesta CPMI o seu empenho e o seu trabalho. Agora, se nós encerrarmos esta CPMI tendo em conta questões político-eleitorais do ano de 2012, nós estaremos desmoralizando não só a instituição CPMI como o Congresso Nacional e cada Parlamentar que assim assinar, respeitando a independência do Parlamentar, que tem sua independência constitucional.

Portanto, Sr. Presidente, desde logo quero manifestar o desejo da prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Esta é a vontade dos Parlamentares do PDT no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra o Deputado Silvio Costa, e aí encerramos os questionamentos pela ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, todos sabemos que esta CPMI começou às avessas. Ela já veio da Polícia Federal, veio do Ministério Público Federal... E a gente, definitivamente, tem tido muita dificuldade aqui de avançar nos trabalhos. É claro que eu sou daqueles que não quero encerrar, a gente tem de prorrogá-la por mais três meses.

Agora, qual é a agenda desta CPMI? De um lado, o PT querendo pegar Perillo; do outro, o PSDB querendo pegar Agnelo. Por outro lado, a gente errou em convocar primeiro o Cachoeira, eu mesmo fui contra: “Não vamos convocar Cachoeira”. Convocaram, e o Cachoeira pautou todo mundo. Todo mundo que veio aqui ficou calado, usando a prerrogativa constitucional.

Vamos prorrogá-la por mais três meses. Eu estou com pena do Relator. Eu não sei o que ele vai inventar, ou vai fazer – inventar não, não é a palavra –, vai colocar nesse relatório. Porque até agora, sinceramente, eu estou com pena de V. Ex^a. V. Ex^a está numa saia justa. A gente tem de dar respostas à opinião pública, sim; tem de dar. Mas, sinceramente, em seis meses de CPMI, o que a gente conseguiu apurar? Nada. A gente viu aqui a mulher de Cachoeira ficar calada; Cachoeira ficou calado; nos depoimentos mais importantes, ficaram calados. Os governadores vieram aqui. Não se avança.

Essa tal dessa sala secreta, eu mandei meus assessores lá, é tão secreta, tanto papel, tanto rolo que ninguém consegue *link* de nada!

Eu quero perguntar aqui: qual é o Parlamentar que já conseguiu seguir alguma trilha? Por exemplo, a trilha do dinheiro? O Joaquim Barbosa lá não seguiu a trilha do dinheiro? A gente precisava, aqui, seguir a trilha do dinheiro. Ninguém conseguiu ainda.

Eu acho que a gente tem de prorrogar sim. Entretanto, temos de ter uma nova tecnologia de investigação nesses três meses, o que a gente vai fazer. Porque, se for para prorrogar e ficar neguinho pedindo aqui pela ordem, questão de ordem e tal, não vai avançar, não vai trabalhar. Tem pra mais de 600 requerimentos aí! Quantas pessoas nós convocamos? Umas 80, 90. Em suma, quantas nós ouvimos?

Moral da história: vamos prorrogar sim!

Agora, qual vai ser o novo critério de trabalho desta CPMI? É a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Passo a palavra ao Relator.

Antes, quero fazer menção à memória e à saúde de um funcionário aqui do Senador, Nagib Silveira Costa, que faleceu no último dia 29 de setembro.

Ele recebia os senhores aqui, juntamente com outros companheiros, com simpatia, generosidade, com grandeza, sempre com uma atuação irreparável para com o serviço público. Nagib faleceu vítima de um infarto fulminante.

Portanto, em nome de todos os senhores, nós queremos prestar esta homenagem ao Sr. Nagib Silveira Costa e desejar que ele repouse em paz.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, primeiro, em relação à questão que o Senador Randolfe levanta sobre o compartilhamento dos dados da CPMI relativos às empresas-fantasmas que são objeto de interesse do Ministério Público Federal, nós mantivemos diálogo com o Dr. Daniel no sentido de colocar foco no nosso trabalho naquilo que é interessante ao trabalho do Ministério Público, mas entendemos que, por questão de segurança jurídica, era melhor haver uma reunião administrativa e nós, formalmente, deliberarmos pelo compartilhamento dos dados, sob pena de uma ação em que o Ministério Público vier a ingressar ser declarada nula, não havendo uma decisão formal de compartilhamento.

Há uma decisão política já expressa aqui por todos nós, mas não há uma decisão formal. Então, o nosso entendimento é o de que, numa próxima reunião, o trabalho, a preocupação do Ministério Público já é foco da nossa ação aqui, ou seja, nós estamos prontos para entregar o que o Ministério Público deseja. Contudo, achamos melhor esperar uma decisão formal desta CPMI.

Em relação à questão da prorrogação – é importante eu dizer isto aqui, Sr. Presidente –, eu não me manifestei ainda, como o Senador Pedro Taques levantou aqui, por compreender, primeiro, que essa decisão, muitas vezes, a gente antecipa... Prazo existe para ser cumprido, senão não precisava de prazo. Nós temos o prazo de 4 de novembro para produzir o nosso trabalho. Até 4 de novembro, nós temos de decidir se é necessário ou não prorrogação.

Então, eu trabalho com o prazo. Como trabalho com o prazo, é claro que trabalho com a apresentação do relatório, porque não posso ficar na incerteza de a CPMI terminar e de não haver relatório. Então, quando digo que estou fazendo o relatório, não estou admitindo nem negando a prorrogação, estou fazendo o relatório. O tema, é claro, precisa ser debatido e dialogado com os líderes do Congresso Nacional, porque é um tema que interessa a todos eles.

Quero fazer outra ressalva aqui, porque, às vezes, os temas são tratados como regra.

A Comissão Parlamentar de Inquérito é uma Comissão temporária. Os órgãos de investigação permanente são permanentes. A Polícia Federal, o Ministério Público, as Comissões de Fiscalização das Casas Legislativas, estes são permanentes. Aqui, a Comissão é temporária. Nós podemos chegar ao entendimento, mais adiante, de que é necessário ampliar esse tempo. Mas é importante termos a clareza de que sempre uma investigação vai levar a outra. Eu, então, trabalho com o prazo, mas quero me manifestar adiante sobre a necessidade ou não dessa prorrogação. Enquanto isso, é importante que os líderes partidários das duas Casas tenham a oportunidade de dialogar, e é claro que estou conversando com eles também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.!

A Presidência relembra a V. Ex^{as} que cada depoente convidado ou convocado recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo. Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões de seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais e se manter silente.

De acordo com os requerimentos de convite aprovados por esta Comissão de iniciativa do Senador José Pimentel e do Deputado Carlos Sampaio, comparece a esta CPMI o Deputado Federal Carlos Alberto Leréia.

A Presidência deve esclarecer ainda que o depoimento do Deputado Carlos Leréia deveria ter ocorrido no dia 4 de setembro. Entretanto, é importante recordar que, no dia imediatamente anterior à reunião, S. Ex^a comunicou que deixaria de comparecer – abro aspas – “em razão de inadiável compromisso pessoal anteriormente assumido”. Na mesma correspondência, S. Ex^a o Sr. Deputado colocou-se – abro aspas – “integralmente à disposição desta Comissão a partir do dia 18 de setembro”.

Por essa razão, a Presidência desta CPMI expediu, no dia 4 de outubro, ofício para que o Deputado Leréia, “em consonância com os termos por ele mesmo expressos em 3 de setembro, comparecesse a esta reunião”. A presença de S. Ex^a deve-se... Conforme a argumentação contida no Requerimento 200, do Senador Pimentel, que – aspas –,...

Disse o Senador Pimentel: “Conforme apurado pela Polícia Federal, há indícios de relacionamento do Sr. Deputado com Geovani Pereira da Silva, que recebia ordens diretas de Carlinhos Cachoeira. Pelo que se apurou, Geovani era tesoureiro da organização criminosa.”

Na mesma linha de raciocínio, o Deputado Carlos Sampaio argumentou que o depoimento “é imprescindível à consecução das investigações a cargo desta Comissão, uma vez que o Deputado Carlos Alberto Leréia, tudo indica, mantinha relações muito próximas com Carlos Cachoeira, chefe da organização criminosa”.

Para depor, atendendo a nosso convite, sobre os motivos elencados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI e fornecer outras informações que entenda úteis ao desenvolvimento dos nossos trabalhos, passo a palavra, por tempo indeterminado, ao Sr. Carlos Alberto Leréia.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Quero cumprimentar o Presidente desta CPMI, Senador Vital do Rêgo; o Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira; o Relator, Deputado Odair Cunha; cumprimentar os senhores representantes do Congresso, Senadores, Deputados e Deputada, profissionais de imprensa, colegas de trabalho aqui do Congresso Nacional.

Primeiro, quero justificar que, com exceção dos representantes de Brasília, todos nós envolvidos aí nessas campanhas municipais dos últimos dias, eu peguei um tremendo resfriado. Peguei calor de 46 graus no Norte, depois, chuva. Estou resfriado, mas aqui estou para que a gente possa pontuar aqui e esclarecer aquilo que for questionado.

A justificativa já foi apresentada pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo, de que eu não pude comparecer naquele dia. Mas gostaria de lembrar aos colegas Parlamentares que desta CPMI eu faço parte, porque assinei e votei favoravelmente, é bom que... Gostaria que vocês se lembrassem disso. Eu tanto assinei quanto votei. E manifestei interesse de aqui vir, através de ofício ao Sr. Presidente Vital do Rêgo e ao Relator Odair Cunha, até porque eu via que era uma oportunidade para esclarecer algumas coisas. Ou gravações descontextualizadas ou a maneira que apresentaram não era verdadeira. E muitas coisas ali são verdadeiras. Por isso vi que era o local para eu fazer aqui uma manifestação junto aos colegas de trabalho nesta Casa, com os quais convivo desde 2003.

Aqui cheguei, fui eleito, em 2002, sempre pela oposição. Não dei a sorte que muitos deram aqui de ter o Governo Federal do lado, representante congressista, de ter o governo do lado. Não dei essa sorte. Sempre a turma do Odair é que está ganhando aí. O Fernando Henrique foi presidente por dois mandatos, mas eu era deputado estadual. Estava restrito ao meu Estado: um mandato fazendo oposição ao governador e outro do lado do governo. E lhes confesso que é muito melhor ser governo do que oposição. Só que eu tenho por princípio respeitar o resultado das urnas.

E aqui neste convívio pude exercer a grata função de presidir três comissões, convivendo com Parlamentares de todos os partidos, do meu e de outros partidos, e convivendo respeitosamente, durante esse período. Fui Presidente da Comissão de Minas e Energia, Presidente da Comissão de Viação e Transportes e, recentemente, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal. E pude exercer um trabalho atendendo aos interesses, porque sei fazer esse discernimento. E acho extremamente importante que a gente não misture a questão partidária nos trabalhos desta Casa.

Então, em relação às gravações, quando surgiu o nome do Sr. Carlinhos Cachoeira, eu tinha certeza de que o meu nome apareceria. Porque não é novidade que sou dele amigo. Se vocês acessarem o *site* da Câmara ou do Congresso, eu não sei, está gravado.

Em 2004 ou 2005, eu não me lembro bem – mas isso está gravado e é bom que registrem –, o Deputado Paulo Marinho, então Deputado do PR do Maranhão – parece que foi prefeito de Caxias, mas hoje não é mais Parlamentar –, em depoimento – o Deputado José Carlos Araújo, se não me falta a memória, estava lá e aqui está presente – se dirigiu a mim, num depoimento que dei como testemunha no Conselho de Ética, naquele episódio do Deputado Sandro Mabel e da ex-Deputada Raquel Teixeira, perguntando se eu tinha ligação com o Sr. Carlos Cachoeira. E eu afirmei, aqui no Congresso, numa sala, que era amigo do Carlinhos Cachoeira. Podem buscar isso porque está lá. Então, não é novidade.

Eu não tinha nenhuma reunião com o Carlinhos em porão. Eu me encontrava com o Carlinhos em Goiânia, em restaurantes, e aqui em Brasília, sem nenhum problema – sem nenhum problema.

Sou amigo dele desde a década de 80. Eu vim do interior. Nasci em Minas Gerais e meu pai mudou-se para Goiás quando eu ainda era menino. Foi para uma cidade que sequer tinha energia elétrica. A minha cidade veio ter energia em 1985; fórum, em 86. Hoje é uma cidade próspera. Já recebeu a visita... só o Fernando Henrique esteve lá duas vezes, como Presidente da República. O Lula lá já esteve, porque há duas grandes hidrelétricas e também uma mina, uma mineração muito grande. A maior reserva de amianto está lá.

Então, naquela época, quando vim para Goiânia, conheci, através de um amigo comum, o Carlinhos Cachoeira. E sempre mantive com ele amizade, inclusive com a família.

O Carlinhos Cachoeira é uma pessoa muito ativa. Isso aí, quem conviveu com ele ou convive com ele sabe. É uma pessoa ativa, uma pessoa que quer saber de tudo. E ele teve algumas fases em Goiás em

que angariou sucessos. Uma delas foi quando montou, comprou o laboratório. Porque esse setor... Depois do crescimento econômico que aconteceu no Brasil, após a posse do Presidente Itamar Franco e continuou com o Presidente Fernando Henrique, que consolidou a estabilidade da moeda, e depois com o Presidente Lula e, agora, com a Presidente Dilma; a economia do Brasil prosperou. Temos divergências, somos de partidos diferentes, mas temos que reconhecer isso. E o setor de medicamento é um setor que cresceu muito, não só em Goiás.

Em Goiás, há empresas hoje... Eu sei de uma empresa que já foi vendida em Goiás para um grupo estrangeiro, vizinha a do Carlinhos Cachoeira, que já foi vendida por mais de R\$2 bilhões – mais de R\$2 bilhões. Então, esse setor de medicamentos genéricos movimentou... E o Carlinhos tem uma empresa dessas. Ele é sócio de um laboratório de referência. O que é? Sei lá de... É uma coisa, o nome quase que assim, eu não sei o nome. É aquele laboratório para você fazer pesquisa quando vai botar um medicamento. Era ele e mais dois grupos dele. Agora, não sei o que a pessoa tem no nome, o que não tem no nome.

Em 95, eu tinha ficado suplente de deputado estadual. Assumi em 96.

Em 95, o Carlinhos conseguiu um contrato com o governo de Goiás, na época governado pelo atual prefeito de Aparecida de Goiânia, o ex-Governador Maguito Vilela, e foi aprovado – é bom que se lembrem disso. Foi aprovado pelo Tribunal de Contas, e eu não sei se precisava de aprovação da Assembleia, eu não me lembro, mas, de qualquer maneira, foi dentro dos critérios legais. Conseguiu a legalização, o convênio da sua empresa, de que ele detinha o controle, a Gerplan, para gerenciar os jogos, aqueles permitidos, que não é jogo do bicho. Jogos permitidos. Era negócio de bingos, essas coisas aí, esses eletrônicos. Isso durou até 2004, se não me falta a memória – ou 2003. Mas existem dados.

Eu sei dizer que passou pelo governo Maguito, continuou o convênio aprovado pelo tribunal. Passou pelo governo Naphtali, que era vice do Maguito, que saiu para se candidatar a Senador da República. É uma incoerência da lei brasileira, da nossa lei que tem que mudar. Para se candidatar à reeleição, fica no cargo; para se candidatar a deputado estadual, tem que renunciar. Essa é uma lei que nós temos que mudar. Este é outro assunto em que temos que entrar. O Deputado Miro, que gosta dessas questões, e até já conversei com ele. Tem que mudar isso. Aí o Maguito saiu, assumiu o seu vice, o Naphtali, e continuou o convênio. O Naphtali foi para o Tribunal de Contas do Estado, as-

sumiu o Helenês Cândido, Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, e continuou.

Ganhamos a eleição de maneira surpreendente. Todos lembram. O Iris Rezende, uma das maiores lideranças do Centro-Oeste brasileiro, tinha 70%. O Marconi entrou na eleição e ganhamos a eleição. O Marconi ganhou e continuou o convênio. Marconi foi reeleito e continuou o convênio.

Eu sei dizer... E é bom que estas coisas sejam aqui colocadas. Os advogados que o defendem farão isto na Receita Federal, não sei onde, na Polícia Federal, no Ministério Público etc..

No último ano, a empresa do Carlinhos Cachoeira – isto tem dados, o Estado recebeu – pagou para o Estado R\$1 milhão, mais de R\$1 milhão – eu não lembro se é 2004 ou 2003; tem que ver –, totalizando R\$15 milhões naquele ano. Ele pagou com o convênio. Se ele pagou com o convênio, evidentemente que ele ganhou muito dinheiro. Isso ele pagou para o Estado. Não atrasava, não. Todos os meses. Inclusive havia esses convênios em outros Estados da Federação. Ele pagou para o Estado, no último ano, R\$15 milhões. Se pagou, com certeza, ele ganhou muito dinheiro. Não tenham dúvida disso. Não tenho dúvida!

Então, quando falarem “é amigo do Carlinhos”, sou amigo do Carlinhos Cachoeira. É uma pessoa que conheço; conheço sua família, conheço seus irmãos, tive amizade com sua mãe, com seu pai, que já está bem idoso. Agora mesmo, o sobrinho dele é vereador lá em Anápolis. Reelegeu-se com expressiva votação. Na campanha passada me ajudou.

Durante as minhas campanhas a Deputado Federal, eu tive duas vezes reunião lá na empresa, quando visitei o parque industrial de várias delas. Fui ao Teuto; à Neo Química; à empresa dele, à Vitapan, pedindo votos. Houve até um período em que podia dar um café da manhã. Depois, já não podia mais dar nem o café da manhã. Eu me lembro que teve uma eleição em que serviram lá um café da manhã. Depois, mudou a lei. Tomamos só água mesmo. Pedi voto.

Toda pessoa com a qual eu mantive e mantenho... “Ah, mas o sujeito errou”. Eu não tenho esse tipo. Eu não tenho hipocrisia na minha vida. Meu pai era garimpeiro e eu fui criado no interior. Morei em garimpo muitos anos. Não tenho hipocrisia. Fazer favor para os outros e receber favor faz parte do meu cotidiano e do meu meio de vida, que não escondo. Esse é o meu meio de vida. Fazer favor, então, em política, é uma coisa que...

À época em que comecei a fazer campanha, no interior, era da seguinte maneira: você tinha até comida para dar para o eleitor, porque o sujeito vinha de jipe, de caminhonete. Estava no garimpo. Até comida hoje

é proibido. Essas coisas eram permitidas; e graças a Deus consegui os mandatos, lutando, trabalhando, sempre enquadrando e respeitando as leis. Isso eu sempre procurei fazer.

Agora, em relação à amizade com o Carlinhos Cachoeira, mesmo que ele tiver cometido erros, não vou deixar de ser amigo dele. Desculpem-me. Eu não faço isso, porque se eu tiver... Eu tenho filhos, eu tenho irmãos, eu tenho amigos, eu tenho parentes. Se alguém falhar, vai ter que responder, mas não vai deixar de ser meu amigo. Um filho não vai deixar de ser filho, um irmão, porque cometeu um erro. Então, em relação a isso, eu fico muito tranquilo. Por isso eu tive condições de subir à tribuna da Câmara e dizer isso, porque seria muita hipocrisia da minha parte dizer: “Eu não conheço, eu nunca vi, de vez em quando...”. Essa conversa é para boi dormir.

Eu tenho fotos, porque ele ia a aniversário de filho meu. Eu tenho fotos; eu e minha mulher em aniversários de filho dele, porque temos filhos da mesma idade, que estudam na mesma escola. Eu e Carlinhos temos mais ou menos a mesma idade. Então, fiquei muito tranquilo em relação a isso, muito tranquilo em relação a essa questão.

E eu vi o propósito da CPI para investigar a questão do jogo. Eu lhes confesso que fiquei satisfeito, mas, como surgiram muitos outros fatos... Há casos da Delta, tem nome de governadores, tem nome de Senadores, não foi... Mas a questão do jogo no Brasil... Eu respeito as opiniões de todos. Aqui tem representantes do Ministério Público; tem gente que já foi prefeito, governador, sabe o que estou dizendo. Nesse interior do Brasil é rara uma cidade em que não haja uma banquinha de jogo. É raro. É raro. Eu sou de Minas Gerais. Nasci lá. Tenho parentes e de vez em quando ainda vou lá. Eu ando muito aqui, em Goiás, nas cidades todas. É raro. Já fui a Pernambuco, ao Ceará. É raro. Às vezes não tem o jogo do bicho, mas o jogo de baralho sempre tem.

Uma coisa que nós temos que começar a pensar: um País fronteiro como o nosso, isso eu acho importante discutir. Eu sou daqueles da legalidade, mas também sou pragmático. O navio ancora aqui, já que autorizou; a legislação nossa autorizou os navios de passageiros. É uma pergunta que quero deixar. Eu disse isso até ao Ministro e ex-Senador Aloysio Mercadante. Nesses tempos eu estive no Ministério e disse isto a ele. Os navios ancoram aí. Pegam os passageiros, fazem de Santos não sei para onde, de Santos para Vitória, vão para Porto Seguro, não sei para onde, para o Recife. Durante... Ele não sai das 200 milhas náuticas, o cassino está funcionando, e o Governo brasileiro não recebe. Eu acho isso errado. Tinha de receber, mas, para isso tinha de legalizar,

porque, na verdade, o jogo existe no Brasil. Vamos lembrar bem que o jogo existe; não é permitido que a iniciativa privada o explore, mas algumas modalidades o Governo Federal tem.

Eu até deixo algo para a gente fazer uma reflexão: eu lhes diria que jogo dá mais lucro no Brasil do que no Paraguai, na Argentina e no Uruguai, que são países vizinhos aqui no Mercosul para os quais não se precisa nem de passaporte para ir. Com a Carteira de Identidade se vai a qualquer país desses hoje; por causa do acordo do Mercosul, não há necessidade de passaporte. Isso ocorre porque lá se paga imposto e aqui não se paga. Então, eles têm lucro. Por isso é que há essa briga para bancar jogo e não acaba. Você acha que o sujeito deixou o jogo, e ele não deixa. Essa é uma luta. Eu sei que, quando o meu avô era menino, já havia essa luta com esse negócio de jogo. E a turma não muda muito. Se você vir qual é a turma que mexe com jogo... Em todos os Estados existe. A Polícia sabe o nome de todo mundo. Vocês sabem disso! Há gente aqui que foi Governador e sabe disso. Se você vai ao Paraná, há. Agora, eu sou da legalidade: ou a gente não faz esse faz de conta – isso compete ao Executivo – ou se legaliza, sem haver proliferação. Existem maneiras.

Por exemplo, o Brasil compra... Qual é o país que mais nos vende? Aliás, o que mais compra de nós hoje? É a China. Em segundo, os Estados Unidos. Em ambos há jogo, mas não há proliferação; há organização. Na China, há em Macau, que foi colônia portuguesa; os Estados Unidos têm em colônia indígena, na Flórida, na Califórnia, não sei mais onde, perto de Nova York e assim vai, mas não é proliferado. Então, alguma coisa tem de ser feita.

A Internet: hoje se abre um computador, Senador Randolfe, e a pessoa aposta pela Internet; e o País não está recebendo recursos. Ou a gente proíbe – não sei se proibir, porque fere a questão da liberdade de expressão, não sei quê e podem dizer que é fundamentalismo, igual ocorre no Irã – ou algo tem de ser feito.

O que não pode é essa hipocrisia de desconhecer, de dizer que não há, se existe o jogo, que está em todos os Estados da Federação. Em todos os Estados! Nos mais de 5 mil Municípios que existem – eu não tenho dados, mas é fácil –, eu diria para vocês que em 90%, há um joguinho ou algum tipo de jogo. Isso é algo que o Congresso tem de fazer. O que tem de ser feito? Então, vamos proibir para valer ou vamos legalizar. Há maneiras. Por exemplo, quanto ao jogo do bicho a Caixa, de repente, poderia bancar um jogo semelhante. Acabava, porque, se for legalizado, a turma do jogo ilegal vai sair do mercado, pois vira uma atividade comercial.

Nos Estados Unidos, há cassinos cujos donos são fundos de pensão associados com índios. Sei lá. Cada país tem o seu. Com a liberdade que tem, a economia crescendo e o povo viajando, como o nosso... O povo viaja. A Argentina recebe um número enorme de turistas, o Uruguai recebe, os Estados Unidos... Poxa, o que tem de gente indo para Miami e Orlando! Naquela região há cassinos e os brasileiros vão. A televisão brasileira faz propaganda de cassinos. Eu já vi do Conrad, em Punta del Este, já vi de Las Vegas. Na televisão brasileira a cabo eu já vi campeonato, com o cara ganhando 1 milhão. Isso na tevê a cabo. Vi campeonatos de pôquer em que se ganha 1 milhão, 2 milhões.

Um dia eu estava em Washington com o ex-Embaixador. Estávamos o Henrique Meirelles e eu na mesma sala. No outro dia ele virou Presidente do Banco Central; eu era Deputado Federal eleito. O Embaixador do Brasil à época em Washington – esqueço-me do nome dele agora; ele já se aposentou – disse que uma funcionária brasileira ganhou US\$1 milhão em um cassino em Las Vegas, naquela maquininha. Sabe por quê? Lá ela pôde ganhar, porque lá a aposta é aleatória; o Governo fiscaliza. Se o cara fraudar aquela maquininha, ele responde criminalmente e se fecha o cassino dele. Aqui, essas maquininhas não são fiscalizadas, porque elas são clandestinas. É para explorar o coitado.

Então, não sei qual a modalidade, qual o modelo. Agora, não se vai segurar o sujeito para não embarcar e ir a cassinos. O sujeito pode ir com a família para o Conrad, para Punta del Este; posso jogar no Uruguai, posso jogar na Argentina e assim por diante.

O Brasil tem ligação com a comunidade europeia. Agora, há dispensa de visto e muita gente vai para lá. Quase todos da nossa origem: Portugal tem, Itália tem, Espanha tem, França tem. Onde mais vendemos há cassino, o Mercosul tem.

Um dia, a querida ex-colega nesta Casa, Denise Frossard – podem perguntar a ela, eu não minto; ela era do PSDB e eu Deputado Federal –, botou os bicheiros do Rio de Janeiro na cadeia. Um dia, conversando com ela na sala da Liderança, ela falou: “Leréia, eu botei os bicheiros... e alguma coisa eu posso dizer: os bicheiros não mexem com droga”. Ela afirmou. E ela é contra o jogo. Todos sabem disso, da sua história. Mas com droga eles não... Porque jogo dá tanto lucro que eles não mexem com droga. É como o álcool. O álcool – todos se lembram da lei seca americana, que proibiu – você faz de jaca, você faz pinga, você faz de cana, você faz de mandioca, você faz de tanta coisa, de jabuticaba... Então, proíbe, o nego vai fabricar por aí.

E o jogo é um negócio terrível, porque se as pessoas se reúnem, cinco ou seis, vão jogar. Isso é algo

muito difícil de fiscalizar. Então, o que o Governo tem que fazer, no meu entendimento? Maneira de fiscalizar tem: maquininha. Você pode fazer a concessão como a de rádio, de televisão e não deixar ter proliferação. Quantas casas de bingo cabem em Brasília? Sei lá: uma, duas, três? Vendam alto, coloquem na lei – coloquem na lei que aquele que se meter... – como nós votamos algumas leis para a questão da droga. Vocês lembram que, se antes prendiam um avião transportando droga, ele apodrecia lá no pátio da Polícia Federal, da Justiça, e não era usado. Hoje, não. O avião já fica usado. Quantos Governadores aí receberam aviões, no Governo Federal, que estão sendo úteis, porque nós mudamos a lei? Fizemos a lei do abate, tráfico de drogas... Se o cara tiver uma fazenda e plantar maconha lá, com o conhecimento dele, perderá a propriedade. Vocês sabem disso. Já estará pronta para reforma agrária.

Então, a gente tem que criar a lei sem permitir a proliferação, deixar ter um bingo aqui, uma maquininha em toda esquina organizadamente, e não deixar na mão da prefeitura. A prefeitura não dá conta de fazer isso. Aí tem ingerência política. Alguma coisa tem que ser feita, porque a tendência é aumentar o número de brasileiros com dinheiro que saem daqui e vão jogar fora. Jogam lá – e aí o Brasil não está recebendo nada –, na Internet, nos navios. E aí o Brasil... E esse dinheiro já devia ser carimbado. Para onde ele vai? Para a segurança pública, para a saúde, inclusive para ajudar no tratamento daqueles viciados compulsivos que existem também, como existe no álcool. Eu, por exemplo, tenho um vício terrível. Eu estou aqui, estou resfriado e luto – já parei muitas vezes, mas não larguei – contra o cigarro. Coisa terrível. Existe, é uma realidade e eu sou pragmático.

Então, essa questão do jogo eu queria apenas deixar para a reflexão. Sei daqueles que são contra. Ou então a gente proíbe, mas para valer. E aí vamos... Porque o Ministério Público se esforça trabalhando. Na polícia, há os que acabam sendo corrompidos e há os que trabalham sério, mas acabam não dando conta, porque se tem o aumento do consumo de drogas por este País afora.

E quanto à questão do jogo, acho que o Governo sozinho bancar, o Governo que está atrás de parceiro para fazer aeroporto, atrás de parceiro para mexer com estrada, talvez trazendo a iniciativa privada, com essas leis todas, vendendo a concessão... Se o cara mexer com lavagem ou droga, perde o patrimônio, perde a concessão, responde criminalmente e coloca-se um *chip*.

Nos Estados Unidos, cada cassino daqueles tem uma pessoa da receita federal lá, porque o imposto é

sagrado. E os impostos não são baratos. Quando é o estrangeiro que ganha numa maquininha daquelas é uma taxa. Quando é americano, é tipo assim: americano paga 20%, 30% de imposto, o próprio apostador. Quando é estrangeiro, meu amigo, é 60%, senão a maquininha não abre para a próxima aposta. Alguma coisa tem que ser feita.

Eu gostaria de esclarecer esse assunto e fico aqui à disposição. Esta CPI é representada por Parlamentares que têm origem em vários Estados da Federação, homens e mulheres experientes, que sabem o que estou dizendo, a realidade em relação ao Brasil. Nós temos que enfrentar essas coisas sem hipocrisia, concordando ou não. Eu sou deste tipo: sou uma pessoa legalista, mas sou pragmático e não sou burro. Eu acho que a gente poderia tirar dinheiro especificamente para investir em algumas áreas importantes para a sociedade.

Gostaria de agradecer a oportunidade e de ficar à disposição para as perguntas que dirigirem a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares... Podiam aumentar este microfone. Acho que está baixo. Está baixo o volume do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Aumente o som do microfone e diminua os ruídos da assistência, aí equaliza melhor. Aumente o som do microfone e diminua o som da assistência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero agradecer a V. Ex^a e apenas lembrar o Deputado Leiréia que V. Ex^a traz um tema que já foi debatido nesta Casa e é recorrente: a discussão da legalização ou não dos jogos.

A questão do jogo é a origem primeira da investigação da Polícia Federal: a jogatina, a importação de equipamentos, o contrabando de equipamentos para essas, como o senhor diz aqui, maquininhas. Mas a questão central é que, neste caso, o Carlos Cachoeira montou uma organização que controlava a força policial. Isso que o senhor disse aqui, da proliferação das maquininhas, é o que diz a Polícia Federal, na área de domínio da organização do Cachoeira, a Polícia Militar e Civil deixavam abertas só as máquinas ligadas ao Cachoeira, ou seja, ele fazia o papel do Estado. Esse é... Parece que a discussão é só do jogo ou não jogo. Aliás, o jogo é contravenção exatamente porque a sociedade é tolerante com ele. Mas aqui estamos falando de corrupção policial, de fraude de licitação, é mais grave.

Por isso, pergunto a V. Ex^a... O senhor já falou aqui da sua relação com o Sr. Carlos Cachoeira. O senhor é amigo dele desde quando?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu o conheci o Carlinhos em 1987, apresentado por um cidadão que foi deputado. Na época, não era nem do Estado, ele era de Goiânia, Anápolis, depois foi Deputado Estadual do Estado de Tocantins. E na campanha de Deputado Federal havia um dele, Ubi-ratan Cavalcante, que morava em Anápolis, era de Natividade, hoje Tocantins. Eu o conheci, apresentado por ele, e ficamos amigos e temos mais ou menos a mesma idade. Foi em 1987.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal dá conta que o senhor conversava com o Sr. Carlos Cachoeira em um aparelho Nextel, que o senhor teria esse aparelho Nextel, que seria o modo de comunicação entre as pessoas vinculadas ao Sr. Carlos Cachoeira.

V. Ex^a tinha esse aparelho?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixe-me contar uma história. Tenho não um aparelho, mas cinco aparelhos Nextel. E um deles é este aqui.

Este aparelho aqui tanto faz ele estar ligado... Estou pagando na faixa de... Tenho cinco, fica um com o motorista de Brasília, um com o motorista de Goiânia, fica um no gabinete aqui e outro no meu escritório em Goiânia. Está no meu nome, no meu CPF.

Este aparelho tanto faz estar ligado, eu falando 24 horas, que vou pagar o mesmo tanto, porque ele não é um telefone. Então pode ligar dos Estados Unidos para cá, ligar de qualquer lugar para onde tem a linha. Não tenho telefone, tenho só o rádio. Tenho cinco. Por que eu uso esses telefones? Porque economiza. Todos nós temos um limite de gastos no telefone. Então, ligo no gabinete para chamar o motorista. Ao invés de fazer, eu chamo... Eu pago quinhentos e pouco nos cinco.

Uma vez, eu viajando para os Estados Unidos – e é bom porque essas coisas saíram na imprensa, mas quero contar para vocês... Isso funciona também como um *walkie talkie*. É *walkie talkie* mesmo, não é? Não sou bom em inglês. Depois que inventaram isso aqui, você não briga mais com mulher. Eu levei meus meninos, a minha mãe, a minha esposa, e tenho meninos adolescentes, tenho pequenos, para a Disney. Peguei esse meu aparelho, o aparelho do meu motorista de Goiânia, porque ele ia ficar esse período à toa, o de Brasília e levei três. Deixei um com a minha mulher, um com a minha filha, e outro com a minha mãe, para conversarmos naqueles parques.

Quem já foi lá sabe... Você está em um local, “estou aqui”. Você se perde. Nem sabia, porque eu

tenho os meus no Brasil, os meus são habilitados no meu CPF. Peguei um telefone... Você pode ver que das gravações que citam meu nome, noventa e tantos por cento é do meu telefone. Mas na imprensa saiu... E quando cheguei devolvi para ele. Ele funciona como *walkie talkie*: alô, você está aí? Estou no parque tal. E dentro de *shopping* a mesma coisa, porque você não acha as mulheres dentro de *shopping*. Então, para ninguém se perder. Ninguém fala inglês na minha família e o Carlinhos... Por causa disso e também para me proteger. Ele tem essa facilidade e tenho, portanto, cinco aparelhos Nextel.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E um aparelho Nextel dado pelo Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele me emprestou para esse período que eu viajei e fiquei nos Estados Unidos, levando meus filhos. Depois eu devolvi para ele. Eu nem sabia que esse telefone era dos Estados Unidos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando foi essa viagem?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deve ter sido... Tem que lembrar. Ou é 1998 ou 1999. Você pode saber porque tem lá naquela primeira investigação. Desse período não tem nenhum. Se fosse para mim, não teria cinco. Conversar uma coisa em secreto. Eu não tinha reunião clandestina com Carlinhos Cachoeira, conversava com ele abertamente, não como outros que procuravam escondê-lo da sua relação. Graças a Deus nunca tive esse problema. Se é amigo meu, serve para andar comigo em qualquer lugar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho esse tipo de comportamento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Leréia, o senhor voltou dos Estados Unidos e devolveu o telefone para ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Assim que eu voltei, eu liguei, mas ele falou: “Pode ficar aí com você um tempo”. Depois, eu o encontrei e devolvi. Não sei exatamente as datas, mas é fácil pegar. Você vai ver que das gravações – é até bom vocês levantarem isso – que lá tem, noventa e tantos por cento é deste aparelho meu aqui no meu CPF.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E depois de quanto tempo que o senhor voltou dos Estados Unidos que devolveu o telefone para ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aí eu não sei precisar... Mas não devem ser mais que dois meses... Um mês, dois meses, três meses... Não sei! Depois, eu... Quando voltei para cá, não tinha necessidade. Meus telefones só existem para isso. Em casa, não uso rádio. Eu uso para trabalho porque

economiza, por isso eu uso este Nextel. Daqui para Goiânia e Anápolis, por exemplo, você fala o trajeto todinho. No interior, já não pega! Só pega em Catalão, em Itumbiara. Nesse trajeto aqui é ótimo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esses cinco telefones Nextel que o senhor tem, paga com a verba indenizatória. É isso o que entendi.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu pago no meu CPF.. São telefones que estão no meu nome e não estão no nome de ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Entendi.

O senhor teve notícia de que do Sr. Carlos Cachoeira se pediu, na CPI dos Bingos, em 2006, o indiciamento dele por formação de quadrilha, corrupção passiva?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Tenho. E mais um dos motivos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG). – Assim mesmo o senhor manteve relação com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Mais um dos motivos também, porque, olha só... Eu lembro quando o Carlinhos trouxe aquela fita que foi divulgada, que tinha o Waldomiro, e o Carlinhos saiu na *Veja* e saiu na televisão. O Carlinhos, naquela época – sei de amigos dele –, que tiveram negócio com ele, outras pessoas, que foram investigadas naquela época. A vida dele foi toda devassada naquela época. Mexeram no Imposto de Renda dele naquela época... Mais uma tranquilidade que fiquei, porque, se o sujeito tem alguma coisa ilegal, já tinha de ter sido punido, uai! Como é que fica esse tempo todinho! Foi em 2005! Algo meio estranho... Mais uma tranquilidade que me deu... Porque ele divulgou uma fita... Ou alguém divulgou na *Veja*, aquela coisa... E eu fiquei mais tranquilo com relação a isso. E ele disse para mim que estava sendo achacado, foi a justificativa dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor encontrava o Sr. Carlos Cachoeira, com frequência, onde?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, na casa dele; na minha casa ele já esteve algumas vezes. Sua ex-esposa é muito amiga da minha mulher. Depois, ele se separou... E aí sempre o encontrava no restaurante, eu encontrei com ele no escritório da Delta, sem nenhum problema... Não tinha motivo para esconder.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A partir de que momento o senhor começou a se encontrar com ele no escritório da Delta?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Quando ele separou... Ele estava atendendo lá no escritório da Delta. E também não achei estranho, porque a atividade...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tinha uma sala na...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, ele não tinha sala. Atendia lá... Tinha uma sala lá fora assim, tem uma sacada... Conversei com ele lá algumas vezes. E não achei estranho também, porque ele sempre foi ligado a essa área. Você vai ver no Imposto de Renda aí que tem um período em que ele tem uma empreiteira. Eu não sei o nome... Consultora, sei lá, de limpeza... Também não achei estranho. Carlinhos é empresário, lá em Goiás, relacionado com meio mundo de gente. Olha que, talvez, seja o sujeito mais bem relacionado em Goiás com vários partidos, gente da Justiça, gente das artes, pois já vi com ele cantores. É uma pessoa relacionada com meio mundo! Empresário respeitado... Então, eu não via dificuldade nenhuma. Um cidadão com família estabelecida, com endereço estabelecido. Se fosse com pessoa clandestina, não! É pessoa que frequentava as questões normais lá no Estado. Então, eu nunca me preocupei com isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor ia ao escritório da Delta... O senhor não sabe dizer se ele tinha uma sala lá... O que ele dizia...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu conversei que lá tinha uma mesa lá, uma mesa grande... Tem uma sacada na cobertura de um prédio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Uma mesa de reunião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, aquelas mesas que ficam fora. Lá tem uma sacada... Tem um acrílico. Eu conversei com eles umas vezes. Acho que duas, três ou quatro vezes, não sei exatamente. Lá em cima na sacada é aberto, até porque eu fumo e sempre sentava lá porque é aberto e se pode fumar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele explicava ao senhor a relação dele com a Delta?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Um dia eu perguntei, e ele não quis me falar. E aí eu também não vou insistir, porque é o seguinte: é como procurar a idade de uma pessoa, de uma mulher, por exemplo. Não quer falar... Eu perguntei assim: “Carlinhos, que negócio você tem com a Delta?”. Ele não quis me falar, deixa isso pra lá: não quis me falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E que tipo de assunto o senhor tratava com ele na sede da Delta? Era assunto de algum interesse da Delta no Governo do Estado, no Governo Federal?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca me pediu nada em Delta, pode ver a gravação. Nunca me pediu nada sobre negócio de Delta. Eu conversava com o Carlinhos... Nunca vi... O Carlinhos queria saber até do problema do Vietnã, queria

saber lá do... Nunca vi! Ele quer saber de tudo! Esse é o estilo dele. É aquele tipo de coisa... Quer saber... Esse é o estilo dele, por isso... Se tiver assunto sobre Medicina quer saber, assunto sobre a ida a Marte, quer saber e assim vai... Futebol, música... Ele quer saber de tudo! Nunca vi desse jeito. Gosta de se inteirar das questões todas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia se alguma emenda parlamentar do Orçamento que o senhor apresentou alguma empresa do Sr. Carlos Cachoeira foi beneficiada?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixa eu lhe dizer: sobre a questão de emenda que eu apresentei, é a loteria, porque nas cidades que eu mais tive voto, eu pedia para pagar e pagaram cidade em que tive pouquinho voto. Você sabe, Deputado de oposição por emenda é lotérico: paga só um pouquinho e, mesmo assim, muitas vezes, nem é a cidade.

Quem sou eu, Deputado de oposição, para direcionar uma emenda para onde quer que seja? Nunca, na minha vida.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a empresa Delta não foi beneficiada?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca, nunca, nunca, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nem outra empresa do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca. Essa relação... Até porque, se tem um deputado a quem eles não vêm pedir sou eu. Os empresários pedem, normalmente... Se um lá tivesse ganhado o governo, com certeza viria no meu gabinete, mas eu nem sou visitado por empresário para pedir isso, o que é normal. Eu não tenho força para tirar emenda!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o Carlos Cachoeira pediu o que para o senhor nesses constantes encontros, conversas?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, o Carlinhos não pedia nada a mim, a não ser essas coisas assim... Eu também pedi para ele arrumar um estágio lá no laboratório dele. Arrumei, porque para político, as pessoas pedem emprego para a gente, pedem estágio. Isso aí é normal, ainda mais eu, que tive voto... A minha cidade está a 500km de Goiânia. Eu tive voto em todos os Municípios de Goiás, fazendo campanha da minha cidade, de onde a outra lá do extremo, Aragarças, onde tive voto, dá mais de mil quilômetros. Então, aqui no entorno, eu tive 30 mil votos. O que eu já tive de pedido... E o Carlinhos como uma pessoa qualquer.

Eu me lembro de um amigo, Moacir Tocafuldo, que eu arrumei, porque eu estava na oposição... Marconi ganhou a eleição, nós ganhamos o governo. O

governador atual, o ex-governador, brigou conosco e tal, e rompeu, tirou a minha turminha que estava lá no governo, todinha. Aí, eu pedi para voltar. Eu pedi uns 500 lá para o Marconi. Pedi uns 500 empregos. Deve ter atendido 40, porque eu sou muito amigo dele e aí é que ele não atende mesmo. É mais fácil os que aderiram arrumarem, porque é desse jeitinho o governo. Eu nunca vi.

A Presidente Dilma, eu imagino, também atende mais os aliados do que a turma do PT. Isso é sempre assim. A coisa... É mais fácil arrumar o adversário. E eu tenho, lá, pedido que eu nunca vi.

O Carlinhos Cachoeira também pediu para mim, para uma pessoa que chamaria José. Pediu emprego para mim...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor arrumou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) –... uma dona de casa, professora, sei lá, que tinha sido demitida no governo anterior. E eu... Ela está, lá, ganhando dois mil e trabalha. E me pediu para o Moacir Tocafuldo... O Moacir Tocafuldo é meu amigo e também amigo do Carlinhos. Pediu... Depois, ele teve um câncer de próstata. Ganha R\$1 mil por mês, mil e pouco. Teve um câncer de próstata, aí, ele pediu para melhorar o salário e até hoje não se atendeu. Teve um câncer de próstata e pediu para melhorar o salário. Não consegui até hoje. O cara está doente e não consegui, porque o sujeito precisa de medicamento, aquelas coisas todas.

Então, essa questão de pedidos, várias pessoas já me pediram emprego, e o Carlinhos fez esse pedido para mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas vamos concentrar aqui. O senhor se encontrava, sistematicamente, com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, encontrei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aqui, está dito. O senhor diz, aqui, que o senhor tem relações pessoais com ele. Então, se o senhor se encontra com ele, tem vínculos pessoais, eu estou, aqui, trabalhando com essa hipótese, mas as relações pessoais implicam o senhor ir ao escritório dele, implicam o senhor ir à Delta conversar com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nenhum problema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sem ele lhe pedir? A única coisa que ele lhe pediu foram nomeações?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A única coisa que ele me pediu foi esse emprego, esse emprego para essa pessoa, que está lá,

trabalhando no Estado. É uma pessoa que tinha sido demitida e eu voltei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, tudo bem.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E me fez...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Moacir e a Maria José?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E eu fiz ofício. Tenho assinado o ofício. Fiz ofício, porque essas coisas têm documento, está datado da época, está protocolado. E teve outra pessoa que estava sendo demitida, pelo menos é a informação que tive. Eu tenho até os ofícios feitos à época. Estão aqui. Há uma outra pessoa que estava sendo demitida, que estavam demitindo, gente do ... Eu fiz um ofício, não sei se fui atendido.

Foram essas três questões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou bem aí: a pessoa que estava sendo demitida seria a secretária do Aredes, que é uma pessoa vinculada ao Sr. Carlos Cachoeira. O senhor pediu para...?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Fiz ofício. Fiz o pedido por ofício.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A quem?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Fiz ao governador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ao governador ou ao secretário João Furtado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixe-me ver: ao governador ou ao João Furtado? Eu tenho os ofícios aqui. Tenho de olhar. Ao João Furtado. Fiz ao Secretário de Segurança Pública. Está aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E qual era a relação do senhor com o Secretário, aliás, ex-Secretário João Furtado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, ele é secretário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Atual ainda?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – É Secretário.

É uma relação que tenho, conheço há muito tempo. É advogado, ele é militante do nosso partido. Eu conheço ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Secretário João Furtado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, sim. Até imagino que ele tenha votado em mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor pediu a manutenção da secretária?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Porque a informação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, por que o Carlos Cachoeira pediu ao senhor e não o Aredes pediu diretamente ao senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, eu não sei. Só ele é que pode dizer. Eu sei dizer que o Carlinhos é amigo de meio mundo e ele fez esse pedido, dizendo que ela estava sendo perseguida.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor é amigo do Aredes?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu falei: “Eu não concordo com perseguição”. E fiz o pedido. Se foi atendido eu não sei, não acompanhei, porque é uma pessoa que eu nem conheço. Agora, o Carlinhos eu conheço e fiz o pedido, como fiz vários pedidos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o Aredes, o senhor tem relação com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Se passar aqui, eu não quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não conhece o Aredes?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não conheço. Se passar, eu não sei quem é. Vi a foto dele pela... Eu não tenho ligação com polícia. Não tenho essa ligação. Conheço...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só com o Secretário de Segurança.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele não é polícia. Ele é advogado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ...militante. Ele eu conheço. Muito pouca... Outro dia, eu estava fazendo um discurso na minha cidade...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, só para dizer para você. Aí eu falei lá “não conheço”, e eu voto lá, tenho propriedade lá, tenho emissora lá, tenho fazenda. Eu disse: “Olha, não conheço o delegado da cidade”, fazendo discurso, porque não sei quem... Aí logo o rapaz que tem lá, um rapaz com cara de 20 anos. Veio do Maringá, Paraná, e é delegado de polícia da cidade. Não tenho essa ligação, até porque cada um cumpre as suas obrigações. Não me meto nessas áreas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Carlos Cachoeira pediu ao senhor para retirar, já que o senhor falou aqui de polícia? Porque os diálogos da Polícia Federal dão conta de que o senhor avisou ao Carlos Cachoeira da saída do delegado Hylo. Ele pediu ao senhor para que o delegado fosse removido porque ele estaria extorquindo as pessoas da organização ali na região?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)

– Deixe-me lhe dizer algo. Sobre essa questão das gravações vejo nelas que há muitas descontextualizadas. Estão fora de contexto. O delegado Hylo, deixe-me só lhe dizer de quem se trata. Em 1974, ele era da polícia militar. Naquela época, em 1974, e se vão muitos anos, ele era policial militar. Naquela época, eu era menino, sequer tinha... Nossa cidade nem Município era. Era só um distrito. Ele era o chefe da polícia lá. Amigo do meu pai naquela época. Depois disso, ele virou prefeito, em 1988, onde tem a mina de esmeraldas, em Campos Verdes. Então, a pessoa mantém relação de amizade com a minha família e comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O delegado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O delegado Hylo. O Carlinhos também tem amizade com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, esse policial o senhor conhece?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Conheço, e muito. Esse eu conheço desde menino. Tenho amizade com ele desde menino. Meu pai foi assassinado, em 2002, por ladrões que fizeram um assalto na fazenda dele, em dezembro de 2002. Meu pai era amigo pessoal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pediu a saída do Hylo?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu pedi a saída?! Esse é meu amigo pessoal...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que o senhor informou ao Carlos Cachoeira, então, a saída dele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque... Antigamente, delegado você trocava. Botava até o tal de calça curta. Hoje, delegado não se troca. Não tem esse mecanismo. Em Goiás, os delegados cumprem religiosamente dentro das delegacias. Não tem mais interferência política em delegacia. Isso acabou há muito tempo. Há uns anos, tinha até aquele tal de calça curta: nomeava um companheiro político para ser delegado. Isso acabou há muitos anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Isso aí são gravações fora de contexto.

Gostaria de esclarecer a esta Comissão – e meu advogado aqui está, o Dr. Getúlio, a quem quero cumprimentar mais uma vez – e dizer o seguinte: até hoje sequer, a não ser pela imprensa, tive acesso a qualquer gravação. Tem as que eles consideram relevantes e tem as não relevantes. Em uma gravação dessa eu quero ver o não relevante. Onde está esse contexto? Se, há muitos anos, nem na minha cidade, onde voto, moro, tenho propriedade, eu não sei quem é delegado, por que eu vou me meter em delegado de outra

cidade? É uma área em que não atuo. Confesso, você pode procurar em Goiás: uma área em que não tenho muita aproximação é essa área.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nega que tenha ligado para o Sr. Carlos Cachoeira, negando aqui essa interceptação?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim. Ela está fora de contexto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o que... Tudo bem. Vamos admitir que ela esteja fora de contexto, mas a interceptação dá conta de que o senhor liga para o Sr. Carlos Cachoeira e avisa que o delegado Hylo estaria saindo de Águas Lindas. O senhor não fez essa ligação?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pode ser até que o Hylo, pode até ser... Tem que ver o contexto como um todo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor pode ter avisado.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pode ser até que o Hylo me falou saindo em viagem ou saindo da delegacia, mas eu pedir para tirar delegado? Não, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tudo bem. O senhor não pediu para tirar o delegado...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...mas o senhor avisou o Sr. Carlos Cachoeira que o delegado estava saindo?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Tenho que ver a gravação como um todo. Eu não vi. Vi só esse trecho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não se lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não me lembro. Tenho que ver como um todo. A única coisa que posso afirmar é que o Hylo eu conheço há muitos anos e que o Carlinhos Cachoeira é meu amigo. Então, fico muito tranquilo em relação a isso.

Quero aqui mais uma vez falar o seguinte. Eu aguardo essas gravações, os não relevantes. Para mim, são muito importantes, e para esta Comissão também, porque, senão, fica fora de contexto. E outra coisa: para não constranger nenhum colega – e tem aqui o Líder do meu Partido, o Bruno, que aqui está, os colegas do meu Partido, e a todos com os quais tenho amizade –, nunca fiquei perguntando a Deputado o que tem lá e o que não tem. Eu preciso, porque é necessário, e até hoje não tive acesso, a não ser pela mídia, pelos sites e pelas notícias que saíram nos jornais, nas televisões e nas rádios. Até hoje, e ele foi um dos primeiros que protocolou, eu não tive acesso. Estou fazendo

esse apelo para que – já que está no Supremo – eles passem para mim, e quero os não relevantes, porque são fundamentais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Leréia, concordo com V. Ex^a quando diz que é importante a contextualização das conversas sempre, em qualquer circunstância. O que eu estou perguntando a V. Ex^a, se V. Ex^a não se lembra, é outra coisa. Com isso eu não estou imputando que o senhor tenha pedido para que o delegado seja removido, até porque o senhor está dizendo aqui que ele é seu amigo e não teria razão para querer prejudicá-lo. A questão é: o senhor, em algum momento... O próprio Delegado Hylo pode ter avisado o senhor que estaria saindo – uma hipótese. O que causa estranheza é o senhor avisar a saída de um delegado para o Carlos Cachoeira. A interceptação mostra isto: o senhor avisou que a pessoa de Águas Lindas estava de saída. Então, estou perguntando a V. Ex^a se V. Ex^a se lembra desse diálogo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, eu acabo de reafirmar a você: se eu não vir o contexto como um todo, é muito complicado. Eu sei dizer que o Hylo é meu amigo, o Carlinhos é meu amigo, e não sei em que contexto se deu essa conversa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E da relação do Hylo com o Carlos Cachoeira, o senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu sei que eles são conhecidos. Não sei com que grau de afinidade... Até porque o Carlinhos, em Goiás, eu diria para você, é amigo de tanta gente, mas de muita gente; ele é uma das pessoas mais bem enturmadas em Goiás.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, há uma questão de que é importante V. Ex^a e o seu advogado terem ciência: é que esta CPMI tem os áudios brutos. Então, penso que o Presidente pode disponibilizar para V. Ex^a os áudios brutos facilmente aqui, de todas as pessoas...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu fico agradecido se o advogado tiver acesso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Até para que V. Ex^a tenha oportunidade de fazer a sua defesa nos lugares adequados.

V. Ex^a conhece o Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, Geovani, eu conheço, estive com ele em festa de aniversário do filho do Carlinhos. Estive com ele umas três ou quatro vezes, mas eu sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor esteve com ele três ou quatro vezes em razão de quê? Uma vez o senhor falou que foi em um aniversário. E as duas outras vezes?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Contando em festas... Foi sempre em festas, alguns eventos, até porque ele era funcionário do Carlinhos e sempre...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o papel dele? Ele fazia o que para o Carlinhos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu até imaginava que ele trabalhava num laboratório, porque o Carlinhos tem um laboratório só dele e, do outro, ele é sócio. Eu sei que ele trabalhava lá, mas não sei qual era a atividade dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há diversas conversas de Carlos Cachoeira nas quais ele indica repasse de dinheiro a V. Ex^a. A título de que eram esses recursos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixa eu lhe dizer. Eu fiz um financiamento rural no ano de 2011, e o dinheiro foi creditado na minha conta através do Bradesco – eu tenho os documentos aqui. Numa ação – por meio da qual até hoje eu não consegui reaver o dinheiro – movida pelo ex-Governador de Goiás Alcides Rodrigues e o ex-Secretário da Fazenda, o juiz determinou que se bloqueasse o meu dinheiro por causa de uma entrevista que dei, o que acho uma aberração, já foi julgado no Supremo, e o dinheiro está retido. Era um financiamento rural, e eu tinha de fazer os investimentos conforme a planilha... Quando você faz um financiamento daquele – foi tirado no Bradesco, eu tenho cópia aqui... O dinheiro ficou retido, e eu pedi socorro ao Carlinhos, para me emprestar até sair, mas até hoje não saiu. Eu, inclusive, estou devendo ao Carlinhos; na hora em que ele sair da prisão, eu tenho que pagá-lo; até hoje não paguei por isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor se refere a um empréstimo. O senhor pediu um empréstimo ao Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu... Não foi... Ao Carlinhos, estou devendo a ele R\$120 mil; devo a ele pessoalmente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pediu a ele um empréstimo de R\$400 mil? As interceptações também dão conta de que o senhor teria pedido a ele... Há aqui um diálogo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca pedi, nunca pedi, você pode verificar nessas gravações. O empréstimo que eu pedi a ele foi um de R\$200 mil, que ele arrumou para mim. Inclusive, ele fala da cobrança de juros com o Sr. Michel – é um rapaz da colônia árabe em Anápolis –, eu tenho aqui os documentos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Michel Aidar.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A esse, inclusive, eu já paguei; eu fiz um finan-

ciamento na Caixa Federal e paguei já. Tenho o recibo dele, paguei a ele integralmente. O Carlinhos eu só não... Fiz um financiamento na Caixa agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pagou o Sr. Michel Aidar?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu já paguei a ele. Tenho um recibo, paguei a ele, fiz um saque na Caixa..., fiz o financiamento de um imóvel meu e já paguei a ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pagou quando?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Tenho a data aqui: dia 16 de julho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deste ano?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deste ano! Eu fiz o financiamento, eu tirei R\$600 mil da Caixa Econômica Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 16 de julho.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Agora, recentemente, para pagar. E ao Carlinhos eu só não paguei porque está na prisão, senão eu já tinha pagado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez, em 16 de julho de 2012,...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O pagamento ao Sr. Michel Aidar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pagou os R\$400 mil que o senhor teria...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, R\$200 mil. R\$400 mil nunca houve. R\$200 mil, sim, o Carlinhos ajudou a intermediar para mim um empréstimo com o Sr. Michel Aidar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, a princípio, pediu ao Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, o Carlinhos é meu amigo! O Michel eu conheço. E o Michel é ligado ao setor atacadista lá em Anápolis. O Carlinhos arrumou, na confiança. Eu dei o cheque, depois resgatei, fiz o saque na Caixa...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Michel deu a V. Ex^a um empréstimo em cheque?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, ele fez... Eu estava devendo uma conta para o Sr. Renato Campos, e ele depositou diretamente para a empresa do Renato Campos. Disso tudo eu tenho documentos, inclusive.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o senhor explica, então, esse diálogo de 24... Esse empréstimo é em agosto, com Michel Aidar. Em março, há diálogo do Geovani e do Carlos Cachoeira, em que Carlinhos pede para Geovani mandar os 25 do Leréia. A que se referiam esses 25?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A esses R\$120 mil que estou devendo para ele. Aí, fala que são R\$65 ao todo, mas não é. No total, são R\$120 que eu devo para ele, porque, como eu tinha compromisso de pagar por causa do financiamento, aí, eu peguei com ele. Tem de R\$ 20. No total, deu R\$120. Das gravações, eu achei R\$ 65...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor afirma que esses pagamentos...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, eu devo R\$120 mil para ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esses pagamentos mensais em que o Carlos Cachoeira mandava sempre entregar o dinheiro ao senhor se referem a um empréstimo que o Carlos Cachoeira fez ao senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Que eu fiz para ele por causa do meu dinheiro retido, que está até hoje e do qual eu tenho documento. E esse aí... Eu estou devendo a ele R\$120 mil, ao Carlinhos. Na hora em que ele sair da cadeia, eu vou pagar a ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele entregava esse dinheiro ao senhor como?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Oi?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Geovani ou o Carlos Cachoeira lhe entregavam esse dinheiro – aqui temos áudios de março, de abril, de julho, de agosto –, ele entregava esse dinheiro para o senhor como?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Entregou-me em dinheiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em dinheiro ou transferiu?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Em dinheiro, entregou-me em dinheiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pessoalmente?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pessoalmente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O próprio Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Carlinhos, peguei com ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Geovani lhe entregou alguma vez?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tenho que lembrar. Eu sei que o Carlinhos entregou. O Geovani eu não me lembro, mas tenho que lembrar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No restaurante Piquiras. O senhor se lembra se ele lhe entregou o dinheiro no restaurante Piquiras?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – No restaurante, na garagem, quando nós terminamos de almoçar, o Carlinhos falou: “Aquele dinheiro que você pediu está aqui.” Pegou e me entregou. E estou devendo a ele R\$120 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há diálogos em que, segundo a Polícia Federal, V. Ex^a alerta a Carlos Cachoeira sobre o risco de operações policiais. Precisamente no dia 15 de agosto, às 18h26, por exemplo, ocorreu uma ligação nesse sentido. O que V. Ex^a tem a dizer sobre isso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Bom, esse é um assunto bom para esclarecer. Isso foi manchete de um jornal em Goiás. Vejam os senhores: que ligação eu tenho com Polícia Federal para saber de operação? E a própria Polícia sabe que, nessa data, eles não tinham operação.

O que aconteceu foi que eu estava numa festa de aniversário do Sr. Luiz Alberto Bambu. Vou dar aqui os nomes. Se quiserem aprofundar, vocês vão buscar. Chegou para mim o Sr. Marcos Martins, que é suplente de deputado estadual e delegado de polícia. Foi chefe da Polícia Civil em Goiás. Chegou e me chamou num canto...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como é o nome?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Marcos Martins, delegado de polícia e suplente de deputado estadual.

Chegou e falou: “Olha, eu tenho uma notícia para te dar.” Aqueles mesmos que eu falei que entraram com uma ação. Porque a campanha lá em Goiás foi guerra. Falou: “O Braga – que é o Sr. Juscelino Braga – encomendou você para morrer. Queima de arquivo. Vai mandar te matar.” Foi o secretário de Fazenda do governo anterior que moveu uma ação contra mim.

Bom, a informação veio de um delegado de polícia, e lá havia 20 testemunhas. Peguei e falei: Marquinhos, esse negócio de crime de encomenda, quando é bem encomendado, e o pistoleiro é bom, mata mesmo, porque já atiraram no Papa, no presidente dos Estados Unidos. O que eu posso fazer? “Não, mas você tem que ficar atento e tal. Você está encomendado.”

Bom, meu amigo, esses assuntos, se eu viesse para a tribuna aqui chamar a atenção, é um fato complicado. Como é que eu vou dizer isso da tribuna? E se não for verdade? Se eu for dar uma entrevista?

Uma das pessoas que têm muita amizade em Goiás, é meu amigo, porque eu confio, é o Carlinhos. Falei: “Carlinhos, chegou essa informação para mim e veio de uma pessoa ligada a esse povo aí.” E, quando eu digo “esse povo aí”, é aquele pessoal que tinha

sido preso em Goiás, os policiais lá, naquela operação da Polícia Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sexto Mandamento.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Sexto Mandamento.

Ora, um policial traz para mim essa informação de que eu estava encomendado de morte. Eu estava preocupado com a minha vida. E o Carlinhos é muito amigo de meio mundo. Eu falei: “Pode descobrir isso para mim.” Porque se eu viesse à tribuna e fizesse uma acusação dessa? Então, essa é a preocupação. Isso aí é a coisa mais fácil de investigar, porque a própria polícia sabe que não houve nenhuma operação nesse período. Então, isso aí já foi colocado, virou manchete de jornal para sacanear. Todos eles sabiam disso, que não havia operação... E que acesso eu tenho à Polícia Federal, Deputado de oposição?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só vou lembrar a V. Ex^a que existia essa operação aqui em curso.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Essa já tinha sido feita. Esse pessoal já estava preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 2011...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não. Esse pessoal estava preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, a Operação Sexto Mandamento.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – É, exatamente. A operação que diz é essa aí. Você vai ver que, na gravação, ele conversa com o Edivaldo e diz: “Ó, aquele negócio do Braga lá eu fui ver, não é verdade.” Nas próprias gravações, está aí, mas, na imprensa, ficou... Como eu sou... Que dia que eu... Gente, se já sentei com algum delegado de Polícia Federal na minha vida foi em algum evento aqui. Não tenho amizade com policial federal, nem conheço. Que acesso que eu tenho, Deputado de oposição? Se eu tivesse esse acesso, pode ter certeza que eu teria evitado, inclusive, pegar o empréstimo com o Carlinhos. Eu saberia dessas operações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, esse delegado foi a única pessoa que lhe falou sobre esse assunto?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim. Ele é um delegado conceituado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas só ele o alertou sobre isso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aí eu fui conversar. Conversei com o Carlinhos. Falei: “Dá uma checada para mim.” Depois, conversei com outras pessoas, o que é normal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas eu quero perguntar a V. Ex^a o seguinte: quem lhe avisou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Delegado Marcos Martins.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele me avisou, numa em que havia 20 pessoas. É uma pessoa séria, delegado, depois chefe de Polícia Civil, foi chefe do grupo antissequestro de Goiás. Você sabe que, nesse meio aí, esse pessoal tem essas relações. Eu estava preocupado com a minha vida. E até hoje eu não morri... Porque, se tivesse encomendado, já tinha prazo para morrer várias vezes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou só lembrar aqui a V. Ex^a, no diálogo de V. Ex^a com Carlinhos Cachoeira.

Leréia: *Ó, eu conversei com o rapaz lá. Eu ouvi um zum-zum-zum. Sabe de uma pessoa aí desses que participaram dessa operação aí, que é amigo dele e tal e alertou, entendeu? Então, já é a segunda pessoa com a mesma coisa. Então, tem um fundo de verdade mesmo.*

Carlinhos Cachoeira: *É, mas são diferentes.*

Leréia: *É, mas é gente do mesmo, da mesma origem, entendeu? Ele conhece bem esse pessoal aí. Inclusive ele ajuda esse povo aí que foi detido naquela operação. Uma dessas pessoas é que alertou ele.*

Porque V. Ex^a disse aqui que V. Ex^a foi avisado por uma pessoa só. E essa segunda pessoa aqui quem seria?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Essa outra pessoa foi o Marouan, que é um amigo meu pessoal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, não é uma só.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foram duas pessoas.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu chequei com o Marouan também. O Marouan falou: “Ah, tem que tomar um certo cuidado.” Foi o único caso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o Marouan lhe informou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não, não. Só pedi a ele para dar uma checada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor que foi a ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, sim. Olha, eu só não ia fazer discurso da tribuna, até porque, desses aí que foram presos, alguns foram soltos, entendeu? E aí a acusação que pesava contra essas pessoas era negócio de assassinato, de queima de arquivo. E eu, o ex-Secretário da Fazenda,

homem poderoso, chega a notícia para mim, eu também não ia fazer estardalhaço. Eu fui me informar com quem eu confio para checar. E lhe confesso que... E quem poderia ter acesso? O Carlinhos eu sei que tem amizade com muita gente ligada à polícia. Isso eu sei que ele tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, quem é... O senhor falou aqui: “Inclusive ele ajuda esse povo aí.” Quem que ajuda esse povo aí e que foi detido?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não. Aí o Marcos Martins, que é polícia. Eu me referi ao Marcos Martins aí, porque ele é policial. Ele é colega deles. E ele me deu essa informação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor foi avisado desse risco por uma pessoa só?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Por uma pessoa. E depois eu fui checar. Conversei com o Carlinhos e conversei com o Marouan.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aí o senhor conversou com o Carlos Cachoeira e com mais outra pessoa.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E, depois, conversei com algum colega parlamentar, que não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que aqui, no diálogo, V. Ex^a está falando que foi avisado por duas pessoas e não por uma.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Exatamente. Exatamente o que eu falo aí... Aí está truncada a conversa, mas é isso aí. Quando eu me refiro a alguém, é ao Marcos Martins, porque é do meio. E você sabe que, quando há crime de encomenda... Ainda mais num período daquele. Porque me parece que era mentira. Eu não posso aqui... Porque, se houve essa intenção, eu acho que, pelo menos, ela não vingou. Senão, não estaria aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a nomeação de pessoas, o Carlos Cachoeira pediu que o senhor nomeasse quantas pessoas que o senhor lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Carlos Cachoeira?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A única pessoa que pediu para mim foi o Moacir Tocaundo. Ele pediu para melhorar o salário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Maria José?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A Maria José foi a única pessoa que me pediu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – São as duas únicas pessoas...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E o Moacir Tocafuldo não pediu para eu nomear, não. Pediu para mim... Eu que pedi. O Moacir estava nomeado, surgiu um câncer, e aí o Carlinhos: “Ah, ajuda o Moacir, está ganhando mal.” E até hoje não resolveu também. Está lá ganhando mal, porque Estado, cargo comissionado... Efetivado em serviço público ganha relativamente bem; comissionado, a não ser o cargo de Secretário, o resto, todos sabem que os salários são muito baixos, principalmente da parte executiva.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Wladimir Garcez pediu que o senhor fizesse algum tipo de nomeação, indicasse...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, a mim, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor se encontrava...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque eu nunca tive o poder de nomear ninguém. Eu só fazia pedir, como agente público que sou. Nunca tive... A não ser do meu gabinete, que indico, e a Câmara nomeia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a questão da Srª Conceição Aparecida Malveira Maia, que era secretária do Sr. Aredes, V. Exª disse aqui que não tem notícia sobre se ela foi mantida no cargo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu não tenho. A única informação que chegou para mim foi a de que ela estava sendo demitida por perseguição. E fiz um ofício – vou deixar cópia – na época, entendeu? Então eu tratei... Não foi clandestinamente: assinado como Deputado Federal, pedindo... Porque, primeiro, discordo de fazer perseguição, ainda mais a funcionário que... Esse pessoal secretário deve ganhar mais do que mil e quinhentos, dois mil contos, em Goiás, essas secretárias de auxiliar. Não ganham bem. E eu discordo, por causa de política de perseguir algum funcionário, principalmente comissionado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E, quando vai perseguir, persegue normalmente os pequenos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, em algum momento, pediu ao Governador Marconi Perillo que mantivesse na Secretaria de Segurança Pública o Sr. João Furtado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque... Nunca precisou pedir, até porque o João Furtado foi uma escolha pessoal do próprio Marconi...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do próprio Governador.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – João Furtado foi Procurador no governo anterior. É uma pessoa que tem relação com Marconi diretamente, não precisava fazer nenhum pedido, até porque ele lá chegou pelos seus méritos e porque o Governador confia nele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor teve alguma... O senhor tem notícia de algum tipo de relação do Sr. Carlos Cachoeira com o Sr. João Furtado Neto?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles são amigos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não sei se são amigos. Imagino que não. Devem ser conhecidos, mas amigos, não, até porque conheço muitos dos amigos do Carlinhos, e nunca vi João em nenhuma roda com Carlinhos, em lugar nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cláudio Abreu, num desses diálogos interceptados, pede a Carlos Cachoeira, reclama a Carlos Cachoeira que o senhor estaria batendo na CCL ou CCE, em relação a um contrato da Delta. V. Exª tem notícia disso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, se for o que eu ouvi, é o seguinte: foi feito um viaduto lá em Goiânia pela Delta – com parceria, não sei –, inaugurado pelo ex-Prefeito Iris Rezende Machado. O viaduto fica na T63 com a 85. E, logo depois de inaugurado, ele teve um problema. E eu fui, não me lembro se a um programa de televisão ou rádio ou jornal, e fiz uma cobrança: obra recém-inaugurada, uma obra muito bonita, pomposa, mas cuja qualidade me parece que não é boa. E ele começou a descolar, e caiu uma parte lá. E fiz uma crítica a isso aí. Isso aí é verdadeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Carlos Cachoeira ligou para o senhor, para manear?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não me lembro. Não me lembro. E, se ligou também, o que ia adiantar? Porque a crítica que faço tinha sentido. Depois eles consertaram, e agora está dando defeito de novo. Uma obra feita... Foi inaugurada... Inclusive, parece que o...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não se lembra se o Carlos Cachoeira... Porque ele disse ao Cláudio Abreu que falaria com o senhor. O senhor não se lembra se ele falou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não me lembro se ele falou comigo. Se falou, não me lembro, porque é tão irrelevante isso. Obra que governo faz, dinheiro público, que dá defeito... Eu, como agente público, tenho que cobrar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro.

O senhor fez algum favor para o Carlos Cachoeira em relação a vistos para a família dele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já explicou isso, acho que era importante...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Em relação a visto, é o seguinte: todos sabem que o Estado de Goiás – isso está mudando, graças a Deus –, entre as que... Acho que Minas Gerais deve ser líder, mas depois deve vir Goiás, eu imagino. Colônias especialmente dos Estados Unidos, pessoas que lá foram para trabalhar. Mas, com a estabilidade da moeda, com a economia forte, têm voltado. E Goiás tem muito...

O que recebi de... Até porque... Recebi: “Olha, o parente está precisando de um visto.” E qual a explicação que dei? Eu falei: olha, tem de fazer... E toda a Assessoria da Comissão de Relações Exteriores fazia o pedido para a embaixada e aí explicava para a pessoa qual é o procedimento, porque nem nós, parlamentares... Isso foi noticiado como se eu tivesse interferência. Nem nós, parlamentares... Quando precisamos de visto, precisamos fazer o procedimento via lá, 2ª Secretaria. Não é a Comissão de Relações...

Agora, você pedir à Assessoria para encaminhar... E aí eu respondia. Inclusive, tenho *e-mail* em que foi feito o pedido, e a resposta, dizendo que tinha de passar pelo procedimento de entrar na... Está aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Internet?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Na Internet, aquela coisa toda. O Carlinhos, como amigo... Parece que há uma ligação em que ele fez, pedindo: “Ah, você é o cara dos vistos”, não sei o quê... Isso é tão normal pedir, como pedem emprego para a gente, pedem para passar em concurso público. Há gente... Eu sempre procuro, quando vou conversar com os eleitores e amigos pelo Estado afora, dizer: olha, gente, as coisas mudaram. Antigamente, Deputado tinha poder – se bem que não cheguei nessa época; quando cheguei, já eram bem definidas as coisas. Eu não fui Deputado nessa época. Mas, hoje, o Deputado, o poder é muito limitado. O que você pode, como agente político, é fazer o pedido. E pedir emprego, essas coisas, é normal do nosso trabalho. Como devem pedir à Presidente Dilma lá; pedem emprego, pedem, enfim... E aquilo que pode e o que não pode. Então,

isso ocorreu. Agora, noticiou como se eu usasse... E aqui há Parlamentares que pertenceram à Comissão e pertencem, tanto a essa quanto a... Presidi com a maior dedicação e cumprindo o dever que a mim foi conferido pelos colegas da Casa. Jamais a Comissão interferindo em qualquer atividade fora desta Casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Leréia, V. Ex^a, em 2009, recebe um cheque de R\$100 mil da Linkmidia Tecnologia da Informação e Editoração Ltda. Esse cheque foi, depois, coberto com recursos de empresas ligadas à organização do Sr. Carlos Cachoeira. Eu indago de V. Ex^a o motivo do recebimento desse cheque.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, isso aí é uma outra notícia que foi veiculada tão fácil de esclarecer.

Eu sou radialista também, aprendi mexendo, fazendo locução no interior. Aprendi fazendo locução naqueles carros de som, naquele tempo era um Fusca. Aí, depois, fui trabalhar em rádio, fui por esse caminho aí. E eu tenho emissora de rádio, que foi depois da Constituinte, na minha cidade do interior. E até ser Parlamentar, eu fazia até programa lá na emissora de rádio. E aí o que acontece? Há o Sr. Leo Teixeira, que é um advogado aqui de Formosa, uma cidade aqui próxima, de quem eu tive apoio, próxima a Brasília. Ele ganhou, ele é advogado, e ganhou uma ação, que estava tramitando, para que ele tivesse direito a uma parte da rádio de uma emissora que foi da viúva – da viúva, não – da ex-esposa do ex-Deputado Paulo Mandarino, que acho que, hoje, ainda é vivo; é vivo sim. Paulo Mandarino, da ex-esposa dele. E ele ganhou uma parte e quis me vender. Eu até tive vontade, mas rádio do interior dá muito trabalho. Eu encaminhei, porque o Carlinhos gosta dessa atividade, o Carlinhos gosta desse meio, o Carlinhos tem parte em rádio pelo Estado afora, gosta de jornal, essas coisas. Encaminhei para o Carlinhos. Eles deram para ele dois cheques ou um cheque, não sei, que não teve fundos. Aí ele ligou para mim e eu estive com o Carlinhos, ele pediu para falar com o Wladimir, para pagar o Leo. Nunca recebi cheque de Linkmidia. Nunca usei, tenho documento disso aqui, tenho o contrato. Quero deixar... Mas saiu na imprensa como isso aí. Como saiu na imprensa que eu sou dono de um terreno com o Carlinhos, e nunca tive terreno com ele. Podia até ter tido. Podia falar. As coisas que tenho estão declaradas no meu Imposto de Renda. Mas saiu na imprensa. E aí a imprensa não é culpada. Pelo contrário. Da maneira como colocaram as fitas.

Então, esse assunto é um assunto tão fácil. O Leo é uma pessoa conceituada; além de ser advogado, tem

empresas. Mas saiu dessa maneira. Então, fica... E é boa essa oportunidade, para esclarecer esse assunto.

Tenho aqui, inclusive, o contrato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só uma questão, Deputado Leréia. Quem lhe deu o cheque da Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu nunca tive cheque de Linkmidia, nunca tive, nunca tive. O cheque foi do Carlinhos, não sei de quem era o cheque, dele, está lá, para o Sr. Leo Teixeira. E como eu havia intermediado o negócio, o Sr. Leo ligou para mim: “Olha, o cheque voltou sem fundo.” E aí eu fui atrás do Carlinhos. Falei: “**Carlinhos**, aquele cheque que vocês deram lá...”. Não sei se é um ou dois. Pode ter certeza que essa é a verdadeira história, e tenho documentos aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É porque há áudios em que V. Ex^a repassa os dados da Linkmidia...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Passo os dados...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...para que fosse feito o depósito.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ...para eles depositarem, porque o cheque havia voltado sem fundo. Há cópia disso aí, há tudo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há, exatamente. Aí foi feita a cobertura do cheque...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...de R\$100 mil, que o Carlos Cachoeira arrumou para o senhor.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Arrumou para mim, não; para pagar o Leo. Aí há documentos que provam isso aqui. Para mim, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E por que o senhor estava no meio dessa relação?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu acabei de dizer. O Leo ofereceu para mim, tive até vontade de comprar. Queria vender para mim a parte. Depois, eu não tinha como, recursos para pagar. E aí o Carlinhos comprou essa parte. Ele tem essa parte na...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem comprou, então, foi o Carlos Cachoeira. É dele.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Carlos Cachoeira, sim, senhor. Eu intermediei o negócio, apenas isso. Até porque eu sou dessa área.

Por isso que eu digo para você que tem que haver os relevantes e os não relevantes. E esses dados que passarão ao meu advogado serão... Se eu os tivesse pegado, pode ter certeza que facilitaria muito o diálogo aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a nega, aqui, que tenha relações patrimoniais com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu não tenho nenhuma...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse, aqui, que não é sócio dele naquele terreno de 800 mil...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não existe o terreno, nunca tive.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...a que os autos fazem referência.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tinha um terreno no Alphaville e vendi. Tinha uma casa no Granville e vendi. Hoje eu tenho um apartamento na Rua 9, no Setor Oeste, por causa do trânsito em Goiânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tem sociedade com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nenhuma?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pode investigar, porque eu não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor não tem sociedade com o Sr. Carlos Cachoeira num avião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixa eu lhe contar: eu moro numa cidade a 500 quilômetros de Goiânia. Na minha cidade, gasolina custa R\$3,30 o litro. Gasolina de avião custa R\$3,70. Para evitar estar pedindo avião a... Quem tem avião é empresário. Por causa do mandato de Deputado, para não estar... Eu entrei como sócio num avião com o dono da Francar, o Sr. Francisco Santos. Está declarado no meu Imposto de Renda desde 1987. Custou US\$250 mil divididos por três. E eu continuo tendo a parte. O Chiquinho já vendeu a parte dele, eu não sei se foi para Carlinhos, irmão de Carlinhos. Eu sei que hoje o meu sócio é o Sr. João Ricardo, um empresário de Goiânia. A minha parte continua, está no meu Imposto de Renda de 2007; está a mesma aeronave até hoje. Porque, para mim, enquanto eu tiver mandato, é muito útil. Eu tenho voto... A minha cidade é a 500... O dia em que eu não tiver, não tem sentido!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu entendo a utilidade.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Para evitar estar pedindo avião a empreiteiro, exatamente para isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, o Carlos Cachoeira nunca foi sócio do senhor nesse avião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Bom, meu não. Ele pode ter sido do Chiquinho. Eu

não sei, aí o Francisco tem que dizer. Porque a minha parte eu comprei e botei no meu nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E está até hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em algum momento ele foi sócio do senhor nesse avião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele e o irmão dele tinham um negócio lá com o Francisco. Eu não sei. Porque a minha parte está no meu nome, vocês podem comprovar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tudo bem. Mas como se trata de um bem único, uma parte é do senhor, a outra parte é...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não. Isso aí você pode ter certeza. Eu comprei uma parte do Francisco. Eram US\$250 mil dólares na época, ou US\$270 mil, não sei, e eu entrei com um terço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Carlos Cachoeira comprou a outra parte?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não sei se o Chiquinho vendeu para ele. Imagino que não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é amigo do Carlos Cachoeira e o senhor não consegue ver se tem um avião com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, mas espera aí. Veja só, o avião, a parte minha eu pus no meu nome; o irmão do Carlinhos, o Paulinho, é sócio na outra parte. Teve um momento em que ele entrou com o Chiquinho, lá na parte do Chiquinho, para lá – entendeu? –, mas não da minha parte.

E avião você voa da seguinte maneira: o piloto voa; aquele que voa entrega cheio; e divide o salário por mês. Eu sempre prestei conta. Depois, o Chiquinho vendeu a parte dele também. Hoje deixou com o João Ricardo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vendeu para quem? O João Ricardo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Chiquinho vendeu para o Renato, depois vendeu para o Zé Vitti e depois vendeu para o João Ricardo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma dessas pessoas é parente do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não. Nenhum deles. Pode verificar que tem todo o processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É empregado ou funcionário do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, nenhum tem negócio com ele. Nenhum tem negócio com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas e essa história, então, do irmão do Carlos Cachoeira, que eu não entendi?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Chiquinho e ele tinham negócios, ou têm negócios, eu não sei. Parece que teve um momento em que o Chiquinho vendeu uma parte para o irmão, para o Paulinho – entendeu?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para o irmão de?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Do Carlinhos Cachoeira, o Paulinho. O Paulinho Ramos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, em algum momento teve uma sociedade, deste avião, com o irmão...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Com o Paulinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer por quanto tempo que o senhor manteve essa sociedade?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aí eu não sei. Tem que ver pelos documentos. Eu sei dizer que a parte que tenho está no meu nome, declarada no meu Imposto de Renda – você pode verificar. E eu continuo tendo a parte, porque para mim é importante. Agora mesmo, nessa campanha, eu usei a aeronave – entendeu?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu, agora, passo aos Srs. Parlamentares inscritos, pelo tempo regulamentar de 10 minutos. E o primeiro inscrito é o Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, salvo engano, o procedimento que vem sendo adotado é passar a palavra aos autores e em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que aqui não consta o roteiro. V. Ex^a tem...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na verdade, nem vou fazer pergunta, é apenas para registro. Eu não farei pergunta, eu farei como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a tem razão. É que isso não me foi passado. Mas eu peço um minuto para que a Secretaria passe...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas para registro, na verdade eu não farei pergunta, eu farei como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ótimo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É porque tem outros autores, parece-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bem, eu queria, então, só um minuto, para pedir aqui a inscrição, porque não me foi dada.

Passam-me aqui que os autores são o Senador Alvaro Dias e o Deputado Carlos Sampaio.

Bom, os autores do requerimento de convocação do Deputado Federal Carlos Leréia, de convite ao Deputado Carlos Leréia são os Srs. Senador José Pimentel, que não se encontra neste momento aqui, e Deputado Carlos Sampaio, que não quer usar a palavra na condição de autor. Portanto, vou passar aos inscritos, como já tinha feito aqui.

Passo, então, ao ilustre Deputado Rubens Bueno, pelo tempo regulamentar de 10 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Convidado, Deputado Leréia, eu tinha aqui elencado algumas perguntas de todo o relatório que pesquisamos junto à assessoria, mas algumas delas o Relator já perguntou e V. Ex^a já respondeu. Mas eu gostaria que o senhor pudesse falar dessa relação com o Carlinhos Cachoeira, de sua amizade já foi falado, se tem também alguma relação profissional, alguma sociedade – o senhor falou sobre avião –, alguma outra coisa. Nenhuma sociedade, nenhuma relação profissional, nada além da amizade pessoal?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Além da amizade pessoal, não tem nenhuma atividade – podia até ter, não tem nenhum problema – até porque o Carlinhos como dono daquele laboratório de pesquisa lá... Ele tem sociedade com outros dois grandes laboratórios, com aquele laboratório de pesquisa equivalência de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, e tem o outro laboratório de pesquisa, que é aquele que pesquisa quando se vai botar um medicamento no mercado. Ele é sócio de dois outros grandes grupos lá. Não teria nenhum problema, mas eu não tenho nenhuma sociedade com ele e não podia ter...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguém perguntou, não sei se foi perguntado ao senhor, sobre um terreno de R\$800 mil em uma sociedade...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca tive terreno com ele. Falam em Aldeia do Vale, eu não sei de onde surgiu isso, das gravações. Nunca tive terreno em Aldeia do Vale. Nunca tive casa... Eu já tive casa no Granville e lote no Alphaville e já vendi as duas propriedades para adquirir outro imóvel, onde moro hoje.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Do cartão de crédito o senhor chegou a falar hoje sobre ele?

Que o senhor teria usado o cartão de crédito do Carlinhos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, isso daí também eu ouvi; a imprensa colocou.

Veja você: a uma pessoa que você tem amizade, eu já passei meu cartão. Para reservar um hotel, você passa o número, senão, não faz a reserva, depois você vai e paga. Eu já fiz isso para a esposa de amigo meu quando vai viajar. Já também recebi para reservar o hotel lá no nome. Mas, nesse caso, não foi nem hotel. Deixe eu lhes contar a história verdadeira. Podem investigar se teve despesa do cartão.

Eu tenho esse iPad, como muita gente tem. Meus meninos gostam daqueles joguinhos. Um dia, basta ver a gravação para descobrir a data, vai descobrir, eu comprei nos Estados Unidos e comprei US\$100,00 de crédito, US\$100,00 de crédito da Apple para baixar os joguinhos. Baixou, aí não consegui mais baixar depois que estava aqui no Brasil. Aqueles aplicativos, aqueles joguinhos para a criança brincar. Aí, um dia – e o Carlinhos é um cara muito inteirado desse negócio de computador, essas coisas, inteiradíssimo nessas coisas –, peguei e liguei para ele. Falei: “Carlinhos, como é que faz para comprar esse crédito aqui? Eu estou precisando baixar um joguinho dos meninos aqui e não consigo”. Ele falou: “Uai, seu cartão”. Eu falei: “Não estou conseguindo”. Depois, eu fui me informar, hoje até já mudou, ouvi até uma gravação de quem estava reclamando e não conseguia, aí ele passou o cartão para eu tentar comprar também e não consegui. Mas isso aí saiu como se eu usasse o cartão dele. E ficou isso aí.

Podem verificar que não tem compra nesse dia. Eu tenho cinco cartões de crédito ou mais, não sei, jamais usaria cartão de alguém para fazer compra. Isso é uma questão de relação de amizade e também não consegui baixar, podem verificar. É muito fácil a Polícia Federal investigar se, naquele dia, esse cartão com esse número teve alguma compra. É muito fácil. Mas, de qualquer maneira, a notícia está colocada. Essa é uma relação de amizade. Passou o cartão para eu tentar e também não consegui baixar, Deputado. Essa é a verdadeira história. Pode até a pessoa falar: “Mas...”. Só com uma pessoa de amizade que, no telefone, você passa.

Esses tempos, eu estava viajando para o Nordeste e eu lembro que passei o meu cartão para a esposa de um amigo meu. Ela: “Ó, tem que reservar o hotel lá”. Peguei e passei. Eu estava lembrando agora. Passei e, depois, cheguei lá e paguei. Porque você passa o cartão para fazer a reserva, depois chega lá, quem pagou a conta fui eu. Mas faz parte. Só em relação de amizade para acontecer algo assim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor negou aqui, na pergunta do Relator, com relação à intervenção sua...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Parece que o senhor está sem som, Deputado. O senhor está sem som, não?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, é o som aqui que não está...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tenho problema auditivo. Só ouço no ouvido direito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim. O senhor teria negado a pergunta do Relator sobre uma operação policial que o senhor teria anunciado com antecedência ao Carlinhos Cachoeira. O senhor negou. A pergunta...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque vai ver que esse diálogo ele depois da... O pessoal, alguns já estavam sendo soltos. Não é que eu neguei, é porque não é verdade. O que eu falei com ele foi a respeito da pessoa que chegou para mim com a notícia de que eu estava sendo encomendado de morte. E o senhor, que é o homem experiente, sabe que crime de encomenda, quando é para fazer, faz. E a gente fica preocupado, mas também sem fazer nenhum estardalhaço. Eu não vou fazer até porque depois iriam dizer que eu estava usando isso, que era uma questão política e, com certeza, não se concretizou; eu estou aqui conversando com V. Ex^{as}...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E aí também tem, Deputado, a informação dessas gravações – que nós fizemos aqui as degravações –, que chegaram aqui para a CPMI, de que teria sido pedido com urgência um pagamento de R\$25 mil ao contador Giovanni para o senhor.

A minha pergunta é sobre se isso aconteceu. E se aconteceu, por quê? Houve algum serviço? Houve alguma relação de negócio? Isso era constante? Ou de fato não aconteceu?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu vi isso aí ser noticiado e imagino ser do recurso que o Carlinhos me arrumou, que não foi só de uma vez. Eu falei: Carlinhos, o meu dinheiro está bloqueado. Ele falou: “Quando você precisar você me fala.” E aí, estou esperando desbloquear o meu, que está bloqueado – podem ver que há uma ação judicial por causa de uma entrevista que dei contra esse mesmo Braga, que é aí do ex-governador, que são meus inimigos hoje –, já foi julgado; a Ministra Carmen Lúcia foi relatora de um, e o outro, acho que foi o Ministro Ayres Britto. Eu não consigo retirar o dinheiro, e foi um empréstimo bancário para cumprir. Quando você faz um empréstimo bancário para fazer atividade rural, você tem o compromisso de pagar. Não sei por que

tinha que pagar, se era cerca, desmatamento, não sei; é para essas coisas. E aí o Carlinhos me emprestou. Imagino que seja isso. Porque não tem voz minha aí, mas o Carlinhos me emprestou dinheiro sim, e não foi só uma vez; e eu devo a ele.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, era só isso. Eu só gostaria, antes de encerrar, de agradecer e insistir aqui na nossa tese da CPMI, Sr. Relator. Nós já discutimos aqui – fizemos aqui, no início, uma conversa boa – esta reunião marcada para terça-feira, que poderia ser feita hoje ou amanhã, convocando os líderes. Mas, infelizmente, ficou para a semana que vem.

Com relação à prorrogação dos prazos de entrega de relatório para o dia 4 de novembro, porque tem muita coisa a ser apurada, muita coisa a ser apurada que nós ainda não chegamos às verdadeiras informações, especialmente aquelas que tratam de mais de R\$200 milhões que a Delta repassou às doze empresas laranjas, que até agora não tiveram os seus sigilos bancários e fiscais quebrados, e que têm toda uma informação – e todos os números indicam isso –, as datas que aconteceram no ano de 2010, coincidentemente no ano eleitoral de 2010.

Então, é de fundamental importância que a CPMI possa concluir esse trabalho, sabendo que a Polícia Federal, ao entregar o seu relatório, disse no seu relatório que o Sr. Carlos Cachoeira é sócio oculto da Delta. Se ele é sócio oculto da Delta e a Delta tem empresas laranjas que envolvem bilhões de reais, e repasse de milhões para empresas laranjas, isso tem que ser melhor investigado.

Por isso peço e insisto na tese da prorrogação do prazo da CPMI, para que possamos chegar, finalmente, àquilo que é o melhor, que é a informação concreta, com investigação a mais perfeita possível, para que apuremos e indiquemos ao Ministério Público, para que o Ministério Público possa encomendar ao Judiciário as sanções que porventura possam ser feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Passo a palavra, agora, pelo tempo regulamentar de 10 minutos, ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Deputado Leréia, depoente convidado desta tarde, eu queria dizer ao Relator e ao Presidente que não tenho nenhuma pergunta a fazer.

Assim como disse o Deputado Rubens Bueno, as perguntas que foram formuladas pelo Relator, de forma muito oportuna, e completadas em alguns aspectos pelo Deputado Rubens Bueno, V. Ex^a respondeu de forma sincera, objetiva, não deixando a menor dúvida

de que a sua relação de amizade – nunca negada; ao contrário, divulgada, eu diria – não pode ser contextualizada como alguém que participa de uma ação criminosa porque convive com alguém que, efetivamente, teve uma conduta criminosa que se descobriu depois. Até por vezes, realmente, nessa relação de amizade, muito do que V. Ex^a disse aqui, para não dizer tudo, acontece na relação entre amigos. Isso é real. Por vezes, até nos assusta quando a pessoa diz assim: mas, mesmo sabendo disso, você manteve a amizade? Sim, porque nós estamos sabendo hoje quem é ele ou a atuação que ele teve. E, mesmo assim, V. Ex^a mantém a amizade. Porque ele errou, vai pagar pelos seus erros, mas mantém. Mas, em 2006, em 2007, com muito mais razão, era para manter essa amizade, porque não se tinha nada de concreto.

Nós estamos vivendo um episódio aí, o episódio do mensalão. Eu fui da CPI dos Correios, fui Sub-Relator de Sistematização, apuramos o envolvimento, à época, do Ministro José Dirceu, do Presidente do PT, José Genoino, de todos aqueles que estavam ligados, do Delúbio, todos eles com um relação pessoal do Presidente Lula e, em momento algum, qualquer pessoa ouviu da minha boca, àquela época, que tinha envolvimento do Presidente Lula. Nunca disse, como Sub-Relator. Por quê? Porque as provas não evidenciavam uma relação de amizade, ou melhor, do envolvimento do Presidente Lula, mas, sim, uma relação de amizade. São coisas completamente distintas.

O Presidente Lula ser amigo daqueles que se envolveram com o mensalão é uma coisa, ter participado é outra. Fatos novos surgiram na *Veja*, nem se sabe se isso é real ou não é real. É uma coisa que tem que ser verificada, porque nem se sabe se isso foi fruto de uma entrevista ou foi fruto de uma conversa onde se foi captando ideias colocadas pelo Marcos Valério, se é que elas foram colocadas.

Mas, enfim, eu quero usar esse exemplo porque, à época, a relação de amizade não nos fez concluir na CPI que o Presidente Lula tivesse qualquer envolvimento. Quanto à amizade, era existente, evidente e notória entre ele, Delúbio, Zé Dirceu, que era o capitão do seu time, em suas palavras, o Genoino, todos eles, todos eles. Então as coisas não se confundem.

Eu sugeriria a V. Ex^a aqui, até pela minha formação como promotor de Justiça, que extraísse cópia do seu depoimento de hoje e juntasse na Câmara Federal, onde V. Ex^a tem um procedimento de investigação lá, que talvez tivesse esclarecido tudo o que esclareceu aqui hoje, Deputado Leréia. V. Ex^a sequer estaria sendo sindicado na Câmara, porque explicou de forma muito coerente, sincera e verdadeira.

Então, cumprimento V. Ex^a por ter tido esse desprendimento de dizer “eu quero ir, eu quero ser ouvido, eu quero falar”, porque não é possível o achincalhe público sem que V. Ex^a possa se manifestar. E V. Ex^a se manifestou.

Eu encerro aqui, agradecendo ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo inscrito é o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Paulo Teixeira, Sr. Relator, Odair Cunha, Sr. Convidado, Deputado Carlos Leréia, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, também na mesma linha do Deputado Carlos Sampaio, sinto-me extremamente satisfeito até porque o nosso Relator, Odair Cunha, explorou em profundidade todas as questões que estão sendo investigadas. Foram respondidas, pelo Deputado Carlos Leréia, com o coração aberto. Ouvi e sinto uma franqueza tremenda do Deputado em não esconder nada.

Também no meu Estado nunca soube, antes desta CPMI, algum fato que denegrisse a imagem do Deputado, desde quando Deputado Estadual. Não tenho na lembrança nada que o incriminasse ou levasse a uma conduta diferente do que ele disse. É pragmático e legalista. Agora, amizade todos nós temos com gente que, às vezes, destoam e saem fora caminho. Nem por causa disso, deixou de ser amigo. Então, eu o parabeno por sua conduta e me sinto extremamente satisfeito.

Agradeço ao Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Próxima inscrita é a ilustre Deputada Íris de Araújo.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colega Deputado Carlos Leréia, eu não posso dizer que estou satisfeita com o depoimento de V. Ex^a, até porque eu tenho dúvidas ainda e gostaria de tentar esclarecê-las aqui ouvindo um pouco mais de V. Ex^a.

Uma coisa que me chamou atenção e eu fiquei tentando entender, V. Ex^a fala que tem cinco rádios. Eu também tenho. Concordo com V. Ex^a a respeito da praticidade de usar o rádio, no meu gabinete eu tenho pelo menos cinco com toda a assessoria até porque, concordo, diminui a conta telefônica.

O que me chamou a atenção – talvez eu tenha me confundido – foi quando V. Ex^a disse que usou o radinho emprestado do seu amigo Cachoeira nos Estados Unidos. Solicitaria lá em viagem com a família. E eu faço a pergunta: O Sr. Carlos Cachoeira estava com o senhor lá?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não.

Só para esclarecer à ilustre Deputada, as gravações existentes são do meu rádio. E como ele estava aqui no Brasil, ele não estava nos Estados Unidos... Estavam lá minha mãe comigo, minha esposa e meus três filhos, que foram comigo... Um pequeno... E nós, para não deixar o gabinete, pois estava precisando sempre falar com o gabinete e com o escritório de Goiânia, levei os dois motoristas, fez dois; com o meu, três; eu precisava de um quarto rádio. E aí, eu peguei emprestado, porque eu tenho uma filha maior, já moçinha, um filho ficou com a minha mãe, outro com a minha mulher e outro comigo. Então, fiz os quatro, para ele estar conversando lá, porque funciona como *walkie-talkie*. A senhora pode verificar aí – vocês têm mais acesso do que eu – que das gravações, eu gostaria de repetir, 90% foram com meu rádio. Então, se eu tivesse alguma coisa para esconder, eu não teria conversado com rádio meu. Aliás, eu até acho que negócio de gravação só tem uma maneira de não gravar: é não falar. Quem tiver alguma coisa... Quem tiver alguma coisa para esconder, para conversar... Porque, para mim, telefone, não tem negócio de telefone seguro. Isso é besteira. Eles têm capacidade, a tecnologia tem capacidade para gravar. Agora, se não falar, não grava, porque hoje há capacidade para tudo. Então, quem tem algo para conversar escondido, eu acho que aparelho nenhum está imune a grampo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Entendi. V. Exª usou o rádio de Carlos Cachoeira para se comunicar com sua filha lá nos Estados Unidos. É isso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A gente estava viajando junto, funcionava como um *walkie-talkie*, porque não é um telefone.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – O senhor levou daqui do Brasil o rádio? Ele emprestou aqui?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Levei daqui para lá. Daqui para lá.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ah, entendi, está certo. Porque esse rádio realmente tem um longo alcance, a não ser Paraguai e Uruguai, até no Chile ele funciona.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Na Argentina e no Chile.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – E, perfeitamente, nos Estados Unidos, é como se a gente estivesse aqui.

Agora, Deputado, a partir das primeiras gravações da Operação Monte Carlo que flagraram conversas de V. Exª com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, não digo que o senhor passou a se apegar; o senhor está dizendo aí que é amigo pessoal do contraventor – o senhor

deixou isso bem claro –, com quem mantém profundas ligações familiares até. Foi isso o que o senhor disse. Como amigo que desfrutava da intimidade de Cachoeira, naturalmente, o senhor tinha absoluta consciência a respeito dos negócios que ele comandava, ou V. Exª não tinha conhecimento? Vou completar a pergunta, depois o senhor responde.

Nos áudios gravados pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo consta o seguinte diálogo entre V. Exª e Carlos Cachoeira:

Carlos: *Leréia, vem aqui na Delta. Eu tô aqui, te esperando aqui. Só tá eu aqui, vem cá. [Isso, Cachoeira.]*

Leréia: *Tenho audiência no Palácio, pode ir para sua casa, ou sua sala, ou sair, ou então nós fala [sic] quando terminar. Achei que você tava aqui. Você não tava em casa, eu vim correndo. Tenho uma audiência com o presidente da Eternit.*

Carlos: *Então, volta logo, porque eu tenho que ir para o Rio de Janeiro e vou embora ao meio-dia.*

Vou continuar.

Diante desse diálogo, para esclarecer – isso está no inquérito –, quantas vezes V. Exª se encontrou com Carlinhos Cachoeira no Palácio? E seria o Palácio das Esmeraldas?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu, primeiro... A primeira pergunta que a senhora disse eu quero responder primeiro; depois, essa daí. Qual foi a primeira que a senhora disse?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu perguntei sobre a sua amizade e que o senhor teria consciência...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ah, sim. Bom, das atividades. Deixe-me dizer: eu tenho três irmãos e mais um irmão de criação. Então, somos quatro. Tenho vários tios, do lado da minha mãe e do lado do meu pai, etc. Eu não sei as atividades, sei onde meu irmão mora, essas coisas. Você não tem como estar sabendo. Eu sei que Carlinhos é dono de Vitapan, dono de laboratório, a família toda tem negócios, atividades no setor imobiliário, essas coisas. Essas coisas são até deselegantes. Para ser sincero, perguntar como é a sua Declaração de Imposto de Renda, essas coisas eu não pergunto. Eu não sei o que o meu irmão declara no Imposto de Renda. Eu sei da minha. Então, essas coisas nós não perguntamos às pessoas. Agora, uma coisa eu posso dizer: para as pessoas que vêm da atividade – isso mostra a própria história, podem buscar na Internet –, para as pessoas que são ligadas a determinadas atividades é muito difícil sair delas.

A questão do jogo no Brasil. Você vai ver que tem famílias ligadas ao jogo no Rio de Janeiro – onde os Estados, no jogo... – que passam do avô para o neto.

Vão observando lá que a coisa vem da época do Getúlio e está com a mesma família, ali. Então, é muito difícil sair dessa.

Agora, eu não tenho como estar especulando, ainda mais de amigo. De inimigo fica muito ruim, imagine de amigo! “Ô, cara, você tem o quê, no seu nome? Como é a sua declaração?” Essas coisas não existem. Então, não tem como, ilustre Deputado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Só interrompendo um minutinho, antes que o senhor responda. Sobre o que V. Exª está dizendo, essa questão... Eu não conheço Carlinhos Cachoeira. Nós somos do mesmo Estado. Mas era voz corrente que Carlinhos Cachoeira... Isso toda vida, até menino de Grupo sabia que ele comandava o jogo do bicho. E V. Exª, que tinha relações de amizade inclusive familiares me diz aqui que sabia que ele tinha relações com empresas de remédios, como V. Exª está acabando de dizer, vem me dizer que não sabia, pelo menos de ouvir falar, que Carlinhos Cachoeira comandava o jogo do bicho em Goiás?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixe-me terminar os detalhes.

Inclusive, eu dei entrevista, ilustre Deputada. Eu dei entrevista que saiu na *Folha de S. Paulo* e saiu no iG. A senhora vai verificar que eu afirmo que tinha conhecimento. Inclusive, o primeiro contrato dele com o jogo foi assinado no Governo...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Maguito.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Do Maguito, em 2005. A senhora sabe disso. O contrato comandou essa atividade em Goiás.

Agora, o jogo. Eu acabei de dizer aqui algumas coisas para vocês fazerem uma análise. É muito difícil, para quem está nessa atividade, deixá-la. Jogo, no Brasil, dá mais lucro do que na Argentina e nos Estados Unidos, porque lá paga-se imposto e aqui não se paga. É muito difícil quem está nessa atividade deixá-la.

Não compete a mim, nem à senhora e a nenhum de nós Parlamentares fiscalizar jogo. Essa não é a nossa competência. Podemos até propor leis para mudar. Aprovar ou sei lá. Agora, compete ao Ministério Público, à polícia. Não é nossa função. E ele ganhou muito dinheiro nessa atividade ilegal. Ganhou muito dinheiro. Além de ser dono de laboratório, que vale muitos recursos.

Outra pergunta que a senhora fez e que eu gostaria de deixar claro. Nunca estive com o Carlinhos em palácio. Nenhum palácio. Nem da Esmeralda, nem da Liberdade, nem das Laranjeiras, nem da... Nunca estive. Nós estivemos juntos em restaurante, em residências, em bares, enfim. Mas em palácio nunca estive.

Ele nunca me pediu para levá-lo em palácio nenhum. Isso eu posso afirmar a V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois bem.

A minha segunda pergunta, Deputado, diz respeito ao que V. Exª já explicou ao nobre Relator a respeito do depósito que foi feito através da Emprodata. V. Exª apenas intermediou.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Linknet, não é?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – É. Então...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Linknet? Não. É Linknet? Linkmidia.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Linkmidia. Tem, inclusive, aqui o comprovante do depósito feito pela Emprodata na conta da empresa indicada por V. Exª.

A terceira pergunta diz respeito a quando V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminou o tempo de V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Terminou meu tempo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Mas deixa a Deputada fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode concluir.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual faço parte como membro titular, chefio a Comitativa Parlamentar Brasileira que participou da reunião entre os Parlamentos da União Européia e do Mercosul.

Eu vou saltar uma porção de coisas aqui e vou chegar ao que me causou estranheza, quando V. Exª teceu comentários sobre a viagem – num telefonema para o Sr. Carlos Cachoeira dizendo da sua ausência no casamento do ex-Senador Demóstenes Torres – e sobre a cidade de Praga, capital da República Tcheca. E outros comentários que não vêm ao caso aqui mencionar. Mas um assunto chama atenção. Em dado momento, V. Exª diz o seguinte: “Rapaz, eu arrumei um negócio para você aqui agora. Um tal de Grupo Casino” – referindo-se ao grupo empresarial. E V. Exª

continua: “Aí eu pensei: cassino é negócio de jogo. Estamos aqui em Paris, rapaz!”

O diálogo demonstra, Deputado, claramente, que V. Ex^a tinha pleno conhecimento das atividades ilegais de Carlinhos Cachoeira.

Eu estou certa disso, ou V. Ex^a tem uma outra visão a respeito?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Terminou, Deputada?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Terminei.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, em relação à questão... Porque Carlinhos é amigo meu, e eu liguei e falei: Casino... Porque lá na França o Grupo Casino – que a gente fala cassino, mas é Casino, em francês – é o grupo que detém o controle, hoje, do Pão de Açúcar. E eu fiz um tom de brincadeira, dizendo que cassino lá é supermercado, porque é o Grupo Casino. Porque lá você chega para comprar naqueles mercadinhos e está lá Grupo Casino. Eu fiz uma brincadeira.

Agora, sobre a atividade dele, eu nunca neguei, ilustre Deputada. Inclusive eu colaborei, quando ele tinha o contrato com o Estado, para que pagasse mais ao Estado. Eu mesmo estive com o Carlinhos, quando o jogo era legal, com o Secretário da Fazenda. Foi no ano, eu era Deputado Estadual, no ano de 1999. Sem nenhum problema! E ele pagou no governo que V. Ex^a apoiou, pagou no governo que eu apoiei, e ganhamos, até um período... E acabei de dizer que, no último ano, ele pagou R\$15 milhões; não sei quanto ao todo, nesse período, mas deve ter pagado uma bagatela de alguns milhões de reais.

Eu sabia que mexia com o jogo legal. Agora, depois que o jogo, essa atividade, ele tinha esse controle... Eu não acompanho a vida. Por exemplo, eu tenho parentes que acompanham a vida, depois ele fica acompanhando a atividade da pessoa. Essas coisas não são do meu meio. A minha ligação com ele, a senhora vai ver lá que não tem essa questão de jogo. Porque eu sei, a família, ele nunca negou... Você viu a entrevista que o pai dele deu? A senhora viu? Acho que foi no jornal lá do Rio Grande do Sul. Ele disse ao *Zero Hora*: “Sempre mexi com essa atividade...”. Nunca negaram essa atividade. Por isso é que eu fiz aquela explanação inicial que a questão do jogo tem que ser tratada... Porque o pessoal não deixa essa atividade. Quem lá encostou, ilustre Deputado... É igualzinho... Eu venho de garimpo. O sujeito é difícil de deixar garimpo. É uma dificuldade! Entrou nessa atividade, ele está sempre falando de pedra, aquela coisa atada. Minha família toda era ligada a esse meio. E jogo é mais ou menos isso.

E eu também não sou hipócrita, porque eu entendo perfeitamente que nós precisamos enfrentar isso: ou vamos arrumar meios, instrumentos para que o trabalho do Ministério Público e da Polícia não fique em vão, o jogo desapareça do Brasil, ou não fica esse discurso. Então, eu fico muito tranquilo em relação a isso.

Isso foi apenas um tom de brincadeira, esse negócio de cassino, porque casino e cassino não têm nada a ver, casino e cassino, a que me referi aí.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado, eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputada, o tempo de V. Ex^a concluiu. Eu só concedi poucos minutos para a conclusão da pergunta, e ele se estendeu na resposta. Mas o tempo acabou, e eu agradeço a compreensão de V. Ex^a.

Passo a palavra, agora, ao ilustre Deputado Vanderley Macris.

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, estou acompanhando atentamente detalhes da manifestação do Deputado Leréia, que é do meu partido, sobre essa questão.

Eu queria dizer, em princípio, que me sinto absolutamente contemplado com as questões levantadas aqui pelo Deputado Carlos Sampaio. Mas eu queria deixar, Deputado Leréia, uma questão apenas.

Primeiro, eu senti, como de resto já era conhecido, muita sinceridade de parte de V. Ex^a. V. Ex^a me parece muito transparente na questão quando tem respostas em relação às perguntas apresentadas aqui, muita transparência, não esconde nada. Eu acho que isso é uma coisa boa, porque isso mostra para os membros da CPMI que tem razão de ser cada uma das questões das gravações aqui colocadas respondidas por V. Ex^a.

Então, muita sinceridade. Não vi nada de novo apresentado aqui nos debates da CPMI com V. Ex^a. Nada de novo, a não ser esclarecimentos sobre cada um dos questionamentos feitos pelo Deputado Odair Cunha, como Relator, em relação a essas supostas ligações de V. Ex^a, que, de maneira muito transparente, com muita tranquilidade, assume a sua relação pessoal com ele.

Eu queria deixar apenas uma pergunta a V. Ex^a: V. Ex^a tinha conhecimento ou tem conhecimento das ações praticadas pelo Sr. Carlos Cachoeira em relação à Delta com as empresas laranjas que estão colocadas aqui, na transferência de dinheiro, de recursos da Delta para essas empresas laranjas? V. Ex^a tinha conhecimento de que havia esse movimento todo da Delta, passando por Carlos Cachoeira, nessa relação promíscua da Delta com as empresas fantasmas? V. Ex^a tinha esse conhecimento?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca Carlinhos Cachoeira falou comigo a respeito disso. Uma vez que eu perguntei “Que negócio você tem com a Delta?”, ele não quis me responder e falou: “Deixe isso para lá.” Eu não quis insistir, porque se tratava de uma conversa entre amigos e você vai insistir...? Fica um negócio meio deselegante, parece que está querendo investigar. Eu nunca soube, ele nunca quis comentar comigo e eu perguntei uma vez.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer.

Estou contemplado pelas manifestações do Deputado Carlos Sampaio também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, agora, a palavra ao ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, as perguntas que eu faria já foram feitas pelo Relator e por outros companheiros, mas há uma questão que eu vi que o Deputado Leréia deu muita ênfase, que é a questão do jogo.

Eu começo pedindo licença para divergir do uso da expressão “hipocrisia”. Eu, pessoalmente, não a uso em relação a quem quer que divirja das minhas ideias. Podem divergir e não serem hipócritas. Também não uso a expressão “imoralidade”, a não ser que eu indique a imoralidade e quem é o imoral.

Eu divirjo de V. Ex^a com relação aos bingos, o que não quer dizer que eu não me disponha a discutir jogos. A defesa do bingo é a defesa do cassino com o monopólio de modalidade de jogo. Só tem aquela máquina. Os exemplos que V. Ex^a citou, dos Estados Unidos ou de Monte Carlo ou de onde quiser, são exemplos de cassinos que são *resorts*, que têm shows, que têm empregos para artista, para músico, para garçom, para dono de restaurante; que são fiscalizados, sim, pela polícia e que são em locais determinados, contidos, limitados.

Eu penso até que o Congresso poderia discutir. Acho que as discussões que foram aqui encaminhadas chegaram sempre por *lobbies*, o que considero um erro, já que o *lobby* não é regulamentado no Brasil. Mas, se um Deputado ou um Senador ou um conjunto de Deputados quiser trazer uma discussão publicamente posta, eu acho que não há nenhum problema de discutir e de juntar contrários à ideia para apresentar seus pontos de vista.

O Paraguai tem jogo. Isso não faz do Paraguai um país desenvolvido. A Argentina tem jogo. Isso não faz da Argentina um país desenvolvido.

Nos navios que andam por aí, parece que têm o jogo explorado também por grupos que não são lá

muito ortodoxos das boas práticas, tanto que há aqui documentos e gravações do próprio Carlinhos Cachoeira tentando se relacionar com grupos que exploram jogos em navios.

Eu não considero hipocrisia a divergência às minhas ideias, a qualquer das minhas ideias; eu considero divergências. Posso considerar oposição a uma ideia. Na advocacia, nós temos a figura da oposição, até que intervenhamos em ações que têm litigantes diversos, sobre uma coisa determinada em que você chega lá e diz assim: “Nem uma parte nem outra. Espera lá. Eu tenho oposição aqui ao pleito das duas partes”. Bom, mas isso é assim mesmo. Mas não vamos considerar...

Eu divirjo – peço licença para divergir – desse enfoque relacionado ao bingo: é um cassino com o monopólio de modalidade de jogo. Aí passa a ter o dono da máquina, que aluga as máquinas... Aí há a discussão de máfia coreana, de máfia italiana por trás dessas máquinas. É diferente, muito diferente dos cassinos que V. Ex^a exemplificou.

Ou seja, eu aproveito aqui a presença de V. Ex^a para abordar esse assunto, que estava, de certa maneira, me incomodando até por outras intervenções. “O jogo existe no Brasil e é uma hipocrisia.” Não, não. Não é uma hipocrisia, não. Pode haver uma autoridade relapsa e até corrupta. Se o jogo existe onde não é autorizado, alguém está deixando existir. É outra coisa.

“Bom, o governo explora jogos.” Explora, sim. É verdade, é verdade. Há jogo para todos os gostos; há jogo para todos os gostos. Na Internet também há jogo para todos os gostos. Mas não é essa a nossa discussão.

Eu era Líder no governo Lula quando surgiu aquele vídeo do Carlinhos Cachoeira – foi a primeira vez que eu ouvi até falar do Carlinhos Cachoeira – com o Waldomiro Diniz; e não tinha nada a ver com governo federal. Era uma discussão até da Loterj, da loteria do Estado do Rio de Janeiro, em tempo anterior mesmo ao próprio governo Lula. Nada tinha a ver. Mas ali já estava claro que o Carlos Cachoeira é um príncipe das gravações. Ele é um Peter Arnett. Ele grava tudo. Eu tenho muita curiosidade de saber que gravações ele tem que ainda não foram descobertas. Se V. Ex^a tiver sido convidado para alguma sessão, para assistir a algumas, poderá dar uma boa colaboração a esta Comissão, descrevendo-as.

Obrigado. Eu não tenho perguntas.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu gostaria só de acrescentar, porque eu não falei com essa... Eu disse que o jogo existe. Mesmo com esta CPI funcionando... O Carlinhos está preso. Há ações da polícia aqui em Brasília e em Goiás prendendo pessoas.

Bom, o jogo está solto pelo Brasil afora. Você vai ao Estado do Ceará... Nesses tempos, eu vi, chegando à Câmara – depois até um *site* desses aí mostrou –, a banquinha. Foi nessa intenção. E também eu não tenho nenhum modelo para...

Eu acho que nós temos uma realidade. Já que o Brasil é ligado ao Mercosul... Lá existe. Nesses países todos, o jogo é legalizado. Se vende mais para a China, para os Estados Unidos, para o mercado europeu e em quase todos os países existe o jogo, eu acho que nós tínhamos que estudar.

Uma coisa urgente que temos que fazer é encontrar uma maneira de cobrar dos navios que ancoram nos portos brasileiros. O povo está apostando nas águas brasileiras, e não há como o governo cobrar. Deveria ter uma lei para cobrar o imposto desse pessoal. E é muito dinheiro que circula naquele cassino.

Era isso, ilustre Deputado.

Agradeço a interferência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Nobre Deputado Luiz Pitiman. (*Pausa.*)

Não o vejo aqui.

Ilustre Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Também não o vejo aqui.

Passo a palavra ao ilustre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu estou satisfeito com boa parte das perguntas feitas pelo Relator.

Minhas perguntas, na verdade, são mais lateralizadas. Eu queria, antes de iniciar as perguntas propriamente, Sr. Relator, Sr. Presidente, só destacar uma questão que levantei antes do depoimento do Deputado Carlos Leréia...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Quero só pedir permissão ao ilustre Presidente,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ... senão minha bexiga vai estourar aqui. Eu tenho que ir ao banheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não. É o tempo para fazer... A questão que falarei aqui antecede e não tem relação com o depoimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu suspendo a reunião por três minutos.

Eu só digo a V. Ex^a que eu tenho que computar o seu tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se até lá ele não voltar, eu terei que considerar o tempo de V. Ex^a como utilizado. Então, se for fazer algum diálogo com ele, sugiro a V. Ex^a que o aguarde.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, vai ser pior, porque ele pode se reinscrever. É melhor deixá-lo falar logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou suspender por três minutos a reunião.

(*Suspensa às 17 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 32 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou retomar a reunião e assim conceder o tempo de dez minutos ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, antes mesmo de perguntar ao Deputado Carlos Leréia, eu queria perguntar a V. Ex^a e ao Relator.

Eu fiz um pela ordem no início desta reunião, antes do depoimento do Deputado Carlos Leréia, que se refere ao compartilhamento de dados com o Ministério Público.

Tenho informação de que o Ministério Público Federal de Goiás já solicitou a esta CPI o compartilhamento de dados. Quero só lembrar a V. Ex^a, ao Relator, à Presidência desta Comissão que anteriormente, quando foi levantada a necessidade do compartilhamento de dados, o Sr. Presidente, Senador Vital, chegou a destacar, nessa reunião, que já havia tido deliberação para isso, que não precisaria de deliberação, que tão logo o Ministério Público fizesse a solicitação do compartilhamento de dados, esta CPI os forneceria.

Digo isso, Sr. Presidente, porque não me parece que seja necessária a essa altura uma nova deliberação para algo que, em primeiro lugar, é o dever ser desta CPI: fazer o compartilhamento de dados. Em segundo lugar, já é objeto inclusive de decisão, de comunicação do Presidente em relação a esses dados.

Então só queria trazer essa questão mais uma vez à Mesa desta CPI, à relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT/SP) – Senador Randolfe, vou remeter essa questão de V. Ex^a ao Senador Vital do Rêgo para uma resposta oficial na próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço-lhe, Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, só para informar ao Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não. Só peço, logicamente, a acolhida do meu tempo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A grande verdade é que nós tomamos uma decisão conservadora para evitar qualquer tipo de nulidade no processo, porque uma das questões centrais da defesa das pessoas envolvidas com a organização é exatamente buscar a nulidade processual. Então consideramos mais adequado obedecer a um rigoroso rito. É claro que o Presidente pode mudar o entendimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E eu gostaria de acrescentar que, em outra oportunidade, o Relator se pronunciou favoravelmente, teve, inclusive, um contato direto – parece-me – com os membros do Ministério Público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. Mas sem a entrega de documentação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

Mas penso que na reunião administrativa isso se repetirá. Teremos a opinião ou o parecer favorável do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT/SP) – Vou retornar ao tempo de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Relator.

Deputado Carlos Leréia, antes das perguntas, V. Ex^a poderia disponibilizar a esta CPI os seus sigilos bancário e telefônico, os sigilos de que V. Ex^a...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Todos os de que a CPI necessitar, ilustre Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...dispõe?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Todos os sigilos, de e-mail, telefônico, o que quiserem, estão à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Deputado. Isso demonstra a disposição de V. Ex^a em contribuir com as investigações.

No depoimento de V. Ex^a me chamou a atenção que o senhor pediu para o Governador Perillo 500 cargos, ocupações no governo. Ele deu 40.

O senhor sabe me dizer quanto o Sr. Carlos Cachoeira pediu para o Governador?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não sei se ele pediu e, se pediu, quanto, Sr. Senador. Eu não tenho esses dados. Eu sei que todos os que eu pedi foram através de ofícios. Se quiserem eu posso passar cópia. A cidade em que você é votado. Aí tem lá aquele... tem que assumir lá a chefia do Detran. Aí o parlamentar mais votado, vem lá o prefeito da cidade e você faz a ele a indicação. Os que eu pedi, disponibilizo todos que a CPI quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Diga-me uma coisa: o senhor relatou que o Sr. Car-

los Cachoeira tem relações com diferentes agentes políticos em Goiás.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Agentes públicos não só ligados à política...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, agentes políticos, agentes públicos.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ... ligados a Ministério Público, Justiça, polícia, cantor. Ele é um sujeito enturmado. É uma pessoa que tem... Eu diria para você: até esses episódios aí, uma pessoa conceituada. Mesmo naquele episódio do Waldomiro, que teve a gravação, ele ainda saiu... O que Waldomiro estava achacando. Então, mesmo naquilo lá, ele continuou a ser uma pessoa muito enturmada no Estado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor saberia descrever o nível de relação com as autoridades que eu vou citar aqui? Se o Thiago Peixoto, Secretário de Educação de Goiás; se o Sr. João Furtado, Secretário de Segurança Pública ou ex-Secretário de Segurança Pública; se o Sr. Alexandre Baldi, Secretário de Indústria e Comércio; Sr. Vecchi, se não me engano, Secretário de Gestão e Planejamento; Sr. Leonardo Vilela, Secretário de Meio Ambiente; Sr. Edivaldo Cardoso, do Detran; e Sr. Jayme Rincón, da Agetop.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Todos são conhecidos, mas amigo dele, de convívio, Edivaldo. E o Alexandre Baldi tem um parentesco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Edivaldo é do Detran, amigo de convívio.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E o Alexandre Baldi tem um parentesco indireto com ele, porque o Alexandre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o Procurador do Estado Sr. Bicca, se não me engano?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Esse não é... A pessoa que foi nomeado procurador, eu não estava mais lá em Goiás, não tenho muito conhecimento, não sei. Agora, o Alexandre Baldi, como é casado, a esposa é de Anápolis, eles têm até uma ligação de parentesco indireta. Mas todos aí são conhecidos.

Em Goiás, eu diria para você que em todos os partidos o Carlinhos Cachoeira é conhecido, tem ligação com gente do partido de V. Ex^a, do meu partido, do PMDB, do PT, isso é habitual dele. Claro, depois desse episódio, não sei se muitos ainda manterão. Eu pessoalmente confesso, como sou amigo dele de muitos anos, se errou vai ter que, depois desse processo todo, vai ter que pagar, mas eu continuarei amigo dele. Não concordo com as coisas erradas, mas não vou deixar de ser amigo por causa disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A relação com o Governador Perillo?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB –

GO) – Só ligação de conhecimento. Não tem amizade. Eu sou amigo do Marconi e sou amigo do Carlinhos. O Marconi não tem amizade com ele, não. Eu tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O Sr. Geovani Pinheiro, se não me engano, que é apontado como tesoureiro da quadrilha.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)

– Esse eu conheço, não tenho amizade, mas conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas a relação dele com o Carlinhos Cachoeira, com agentes políticos...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)

– Ele é funcionário do Carlinhos. Eu não sabia nem o que ele fazia. Para mim, ele trabalhava em laboratório, eu vejo ele sempre com o Carlinhos. O Carlinhos tem vários funcionários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito. O senhor diz que tem um empréstimo que, obviamente, vai pagar ao Sr. Carlos Cachoeira assim que ele sair da prisão. O senhor tem maiores informações sobre, na ausência do Sr. Carlos Cachoeira, quem fazia a cobrança desses empréstimos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)

– Não, meu contato era com ele. Depois disso não tive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

O senhor não tem informação sobre a atuação da Sr^a Andressa, esposa do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB –

GO) – Não, não. Eu conheci a Andressa quando ela era esposa do Senador Wilder Moraes. Depois ela se separou, e conheço a pessoa que é de Goiatuba, conheço porque o pai dela também é ligado à política, foi até vereador pelo PMDB, ainda o é porque o mandato acaba agora em dezembro. Então, a pessoa eu conheço. O pai dela é ligado a política lá em Goiatuba, e eu conheço. A Andressa era casada com o Wilder, que agora entrou na política, em 2010, então, eu também mantenho amizade, mas não acompanho...

A minha ligação com o Carlinhos é com ele mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Nós temos informações aqui nesta CPI de que na ausência do Carlos Cachoeira, a Sr^a Andressa teria assumido a condução dos negócios, inclusive os negócios de cobrança de empréstimos. O senhor tem informação a esse respeito?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB –

GO) – Eu ouvi alguma coisa na imprensa, mas não tenho informação a esse respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

O senhor chamou a atenção também para o episódio em que o senhor foi advertido pelo delegado Márcio Martins...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB –

GO) – Marcos Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Marcos Martins, de que haveria uma tentativa de tocaia a V. Ex^a, sendo preparada pelo Sr. Juscelino Braga.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB –

GO) – ...que o Juscelino Braga havia me encomendado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB –

GO) – E essa notícia chegou, evidentemente, eu fui me informar, até porque se eu viesse aqui para a tribuna fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

O senhor me diga uma coisa: qual seria o motivo que levaria o Sr. Juscelino a encomendar a sua morte?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB –

GO) – Porque eu fui... A história política do Goiás. Em 2006, nós elegemos, ajudamos a eleger o ex-governador Alcides, que de repente, ao sentar na cadeira, se voltou contra nosso grupo político e virou inimigo. Eu fui o principal crítico do seu governo. Desde 2000 e... Pode pegar pela imprensa, tanto é que ele me processou, e a turma dele foi para o porrete. Tanto é que depois ele se voltou contra o Marconi, que o elegeu.

Então, eu não iria fazer estardalhaço daquilo, mas fui me informar se era verdadeiro ou não. E quero repetir. Acho que verdadeiro não era, porque estou vivo até hoje. E agora, depois de ser noticiado isso, eu acho que jamais vão me matar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

Eu acho, Presidente, que os dados aqui apontam até a necessidade de nós apreciarmos a necessidade da convocação do Sr. Juscelino Braga pela CPI, pela gravidade da informação que é trazida aqui. E, antecipo a V. Ex^a, será objeto de requerimento nosso.

Só para concluir, aproveitando os três minutos que restam, Deputado Carlos Leréia, em relação ainda aos agentes políticos. V. Ex^a fala que o Sr. Carlos Cachoeira tem relações, contatos, com agentes políticos de diferentes partidos, diferentes agremiações partidárias, com diferentes autoridades públicas do Estado de Goiás, não é? O senhor tem alguma informação sobre a participação, o envolvimento deles, as relações deles com as autoridades do Governo do Estado de Goiás, como já foi noticiado e como já tem sido elemento de investigação desta CPI?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho informação. Agora, essas amizades não surgiram de 2011 para cá. O Carlinhos é uma pessoa conhecida, ligado às pessoas em Goiás há muitos anos. Não tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E ser amigo não é razão para crime. O que nós estamos investigando e procuramos identificar, e é o trabalho desta CPI, é se os negócios do Sr. Carlos Cachoeira tinham um nível de relações com os agentes públicos, com os agentes políticos.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não posso afirmar nada a esse respeito. O que eu sei, o que posso afirmar aqui é a respeito da minha ligação. Essa eu sei qual é, como é que se deu. Dos outros eu não sei, dos parlamentares, mas nas gravações tem muitas coisas em que vocês vão se debruçar e, com certeza, chegarão a uma conclusão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nobre Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É só uma questão que eu queria que o Deputado Leréia, que V. Ex^a, Deputado, esclarecesse melhor aqui, para que a gente tenha condições de entender o que ocorreu em relação a esse cheque de R\$100 mil, cuja beneficiária foi a Linkmidia. A rádio era da Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não. O Sr. Leo Teixeira ganhou ou estava transitando uma ação em que ele passaria a ter direito a uma parte dessa emissora de rádio. Mas como é que é eu não entendo, eu não sou advogado, eu nem faculdade fiz... eu não entendo, mas aí... eu tenho os documentos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o Leo é dono da Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – É o filho do Leo Teixeira. E aí foi dado, ele veio me oferecer essa parte dessa emissora de rádio. Se ele ganhasse, eu teria a metade. Se ele ganhasse a ação, um negócio meio assim. Eu até, num primeiro momento, tive até interesse, depois eu não tive interesse e falei: “Olha”... Conversei com o Carlinhos: Carlinhos, tem um negócio assim. Você tem interesse? O Carlinhos: “Tenho.”

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aí ele deu o cheque para o senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Para mim, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor é que entregou o cheque para Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não entreguei cheque nenhum. Deu o cheque, não sei quem deles entregou para o Leo Teixeira, não sei se é um ou dois cheques, tem cópia aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque eles falam aqui...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Os cheques foram depositados – ou o cheque, eu não sei, mas tem os documentos – e não tiveram fundo. Em vez de depositar a segunda vez, porque o cara ligou, tinha feito compromisso com o dinheiro...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depositou direto na conta.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eles depositaram, porque senão demora mais cinco dias para compensar, aquela coisa, dez dias, eu não sei. Mas eu tenho os documentos que mostram tudo isso. Está aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que documentos o senhor tem aí?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aqui tem a ação que estava transitando em julgado. Tem aqui os extratos bancários com o cheque que voltou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem o contrato de venda da rádio? De compra?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, até porque ele só estava vendendo uma possibilidade. Foi juntado, está na Comissão, mas eu vou deixar tudo com V. Ex^a. Se precisar juntar mais algum documento, eu fico à disposição.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A promessa de venda não foi assinada? Como é que alguém vende sem dar documento nenhum? Como é que entrega um cheque para a Linkmidia? Como é que o Carlos Cachoeira entrega um cheque para a Linkmidia sem ter contrato?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, tem o contrato, existe um documento sim. Agora, como é que está juntado, eu não sei, mas tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque as interceptações dão conta de que V. Ex^a teria recebido os cheques.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, em momento nenhum; pode verificar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, não foi o senhor que recebeu?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca recebi. Agora, eu intermediei e porque eu intermediei, ligou para mim: “Olha, o cheque não tem fundo”. Aí, fui ao Carlinhos, ele cobriu o cheque. Em vez de cobrar uma segunda vez, eles cobraram...

Fizeram um novo depósito, e aí devolveram os cheques. Tem cópia dos cheques aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Entendi. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Domingos Sávio.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Teixeira, prezado Relator, Deputado Odair Cunha, prezado Deputado Carlos Leréia, convidado desta CPMI, demais Parlamentares, Sr. Presidente, eu me senti contemplado pelas diversas perguntas e eu digo que fiquei atento. Muitas dessas perguntas eu gostaria de fazê-las, até porque eu, desde o primeiro momento, pela razão de ter o Deputado Carlos Leréia como colega de partido, acompanhei atentamente a preocupação dele, mas o local, o foro apropriado, seria aqui. Mas, já no início desta CPMI, ele manifestou, tanto internamente, no partido, como manifestou de público o desejo de vir até esta CPMI.

Por essa razão, inclusive, eu fui um dos autores do primeiro requerimento, na ocasião, inclusive, com a indicação de convocação, porque, em momento algum, nós, do PSDB, nos furtamos à responsabilidade que teríamos de ouvir o Deputado Carlos Leréia. E para nossa tranquilidade, desde o primeiro momento, o Deputado Carlos Leréia disse, de maneira clara, que queria vir e por algumas vezes chegou a manifestar comigo, aqui nos corredores desta Casa, o seu desejo de fazer isso de pronto e a sua convicção de que ele jamais iria cometer o absurdo de negar uma amizade de décadas. Fez isso inclusive na tribuna da Câmara e fez uma manifestação nesse sentido logo no início também desta CPMI, usando daquele procedimento regimental de rápidas comunicações.

Eu já, àquela ocasião, tinha sido indicado e estou fazendo essa referência porque acho que esse depoimento de hoje é extremamente importante. Para mim, é fundamental na vida a questão da coerência. E eu fiquei atento a todas as perguntas, o Relator foi bastante incisivo, buscou de maneira clara esclarecer aquilo que poderia gerar qualquer dúvida. E quero cumprimentar o Deputado Carlos Leréia pela coerência desde o primeiro momento e também por essa postura que, no meu entendimento, é extremamente correta, adequada.

E eu não agiria de forma diferente, se tendo alguém de sua relação, seja um amigo de longa data, seja um parente próximo, que porventura tenha se envolvido na irregularidade, nós não temos que ter a convivência com a irregularidade, não temos que aceitar a irregularidade, não temos que ser complacentes

sequer, teremos que ter atitude e firmeza de querer a punição, seja até para um filho nosso, mas isso também não nos dá o direito de ser hipócritas e dizer: nunca vi, não conheço. Ou até virar as costas a alguém pelo fato de que aquele alguém está submetido a um julgamento.

Portanto, eu acho que a sua atitude nesse aspecto mostra um caráter firme, a sua disposição de vir e agora, prontamente, responder com clareza, com segurança, com a sua naturalidade, com o seu jeito natural, que nós conhecemos da convivência, do dia a dia, jeito franco, direto, objetivo, sem muitos rodeios, de dizer exatamente o que ocorreu, o que vivenciou. E é óbvio que qualquer cidadão no seu juízo perfeito e com o mínimo de senso de justiça não poderá nunca imputar culpa em alguém por ter amizade ou ter relacionamento ou se relacionar com outro alguém que venha a cometer um ilícito. Seria realmente o fim dos tempos se nós pudéssemos estabelecer uma espécie de contágio: olha, alguém cometeu um crime, então as pessoas do seu relacionamento ou da sua família estão automaticamente imputadas também naquele mesmo crime ou deverão ser tratadas com corresponsáveis.

O exemplo dado aqui pelo Deputado Carlos Sampaio ajudou a ilustrar bem, ele voltou no tempo quando relembrou os episódios da CPI dos Correios em que ficou evidente, e hoje o Supremo vem constatar isso de uma maneira cabal, para que não haja aquela velha colocação de que isso é mera perseguição partidária ou política, quando vem condenando aqueles que se envolveram com o crime, com a corrupção no episódio do mensalão, e eram todos amigos do Presidente Lula, do convívio diário com eles, e nem por isso significava imputar ao Presidente Lula a culpa ou a corresponsabilidade naqueles atos.

Mas eu trago para os dias atuais e para o episódio propriamente envolvendo o Sr. Carlinhos Cachoeira algo que eu testemunhei, nós todos assistimos aqui nesta CPMI. Nós tivemos aqui a visita, como convidado também, de governadores, e um deles, o Governador Agnelo, Governador do Distrito Federal aqui esteve. A ele foi perguntado se ele havia, de fato, estado na empresa do Sr. Carlinhos Cachoeira quando ele era diretor da Anvisa. Eu lembro, com boa precisão, talvez não com uma precisão absoluta, mas com boa clareza, da resposta do então Governador Agnelo Queiroz, dizendo o seguinte, aliás serviu para fazer contraponto a algum tipo de achincalhe que se fazia quando um outro governador havia se referido ao Sr. Carlos Cachoeira como empresário, o Governador Agnelo respondeu prontamente dizendo: “Eu visitei a empresa do empresário Carlos Augusto, Carlos Cachoeira. Eu visitei a empresa. E não havia razão para não fazê-lo, afinal, o Sr. Carlos Cachoeira era tido por mim ali

apenas como empresário, dentre outras atividades, do ramo farmacêutico, do ramo de laboratórios” etc.

Então, o Governador Agnelo, do PT, recentemente veio aqui dizer que foi àquela empresa fazer uma visita, tendo ali sido recebido pelos proprietários, dentre eles o Sr. Carlos Cachoeira, que lá estava. E não vii nisso absolutamente nada de anormal. E nem posso eu atribuir alguma anormalidade na visita do Governador a uma empresa de medicamentos, porque alguns meses, algum período depois, constatou-se que aquele cidadão, até então tido como cidadão empreendedor, gozando de relacionamento com autoridades de diversos partidos políticos, do PSDB, do PT, do PMDB, que a visita àquela empresa pudesse constituir da parte do Governador, à época diretor da Anvisa, uma conivência ou qualquer atitude que merecesse hoje um reparo ou uma suspeição.

É claro que, tendo havido várias gravações entre o senhor e ele, era razoável, era mais do que isso, necessária a sua vinda aqui. Mas também absolutamente natural e compreensível que alguém que priva de uma convivência de amizade há mais de 20 anos converse com a outra pessoa no telefone. Isso é absolutamente natural. Portanto, eu acho que esse tipo de audiência, de depoimento, contribui para que se esclareçam as coisas.

E, por fim, Sr. Presidente, nesses dois minutos, houve, por parte de V. Ex^a, Deputado Carlos Leréia, em determinado momento, a colocação como sendo hipocrisia, como sendo uma atitude com a qual não devemos compactuar essa de ignorarmos o jogo do bicho. Num determinado momento, o Deputado Miro até entendeu de uma forma e eu entendi de outra. Entendeu que seria uma discordância de V. Ex^a com relação à opinião de A ou B. Eu não entendi dessa forma. Eu entendi, e até tenho também esse sentimento de ignorarmos a existência do óbvio e não tratarmos o assunto com a responsabilidade que nos é delegada pelo povo brasileiro é inaceitável. E olhe que esse assunto vem sendo objeto de controvérsias!

O Presidente Lula mandou uma mensagem em 2003, e dentro do texto diz o seguinte: “O financiamento da carreira de atleta de alta performance, embora já incluída a peças estatutárias em tramitação, caminha em paralelo em projeto de lei, que necessita de rápida aprovação”. E aqui termina dizendo: “Projeto esse que prevê inclusive o disciplinamento de fonte de recursos, como é o caso dos bingos”, ou seja, pedindo aprovação, naquela ocasião, da regulamentação do jogo de bingo como uma forma de financiamento.

Não estou dizendo com isso que o Presidente Lula continua pensando que deve regulamentar e aprovar o jogo do bingo. Eu acho que é preciso, depois inclusive

disse em 2004, que ele não concordava, depois que surgiu o episódio do Waldomiro, eu entendo que de fato regulamentar jogo de maneira generalizada é um desserviço para o País. Eu não compactuo com isso. Mas também fingir que não existe. Ora, aqui, próximo da Câmara Federal, divulgou-se recentemente banca de jogo do bicho. Na Assembleia Legislativa de Minas, onde fui Deputado até pouco tempo, recentemente divulgou-se, Deputado Odair, nos jornais de Minas, banca do jogo do bicho lá do lado, rotineiramente. Isso para não citar, não é Deputado Miro, o Rio de Janeiro, que faz parte quase da cultura do Estado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que inaceitável é diferente de hipocrisia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Claro. Agora, é inaceitável.

Aí concluo, Sr. Presidente, fazendo aqui o meu registro de que esse depoimento foi, para mim, extremamente importante. E Deputado Carlos Leréia, eu o cumprimento pela coerência, pela clareza e porque, desde o primeiro dia, não foi hoje não, o senhor deixou claro: “Sou amigo sim. Fui amigo durante 20 anos. Não vou negar uma amizade em razão de que este amigo se envolveu na criminalidade e nem sou conivente com essa criminalidade e nem participei disso”.

Portanto, me senti contemplado pelas respostas que o senhor trouxe. E acredito que devemos levar com firmeza, mas ao mesmo tempo com serenidade, para não cometer injustiça nessa CPMI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo agora ao ilustre Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Não o vejo aqui no plenário, então passo para o ultimo orador inscrito, o Deputado Dr. Rosinha, por dez minutos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Quando o Deputado Leréia relatou a história de que ele foi avisado pelo delegado, eu me lembrei de uma música de Chico Buarque: há um homem no vão da escada, chamem o ladrão, chamem o ladrão. O delegado avisou que ele estava correndo um risco e ele foi justamente procurar o outro lado. É estranho isso, porque o correto é chamar a polícia justamente para investigar, e não chamar aquele que está sendo investigado para buscar a proteção.

Bom, eu quero aqui dizer que concordo que há sinceridades, porém a sinceridade nem sempre esclarece. Por isso, sou obrigado a fazer algumas perguntas. Li aqui na *Folha de S. Paulo* do dia 14 de abril deste ano, em uma entrevista, é feita a pergunta ao Deputado

Leréia: “O senhor tinha conhecimento do envolvimento de Cachoeira com contravenção ou foi surpreendido?”. A resposta: “Ah, se eu falar para você que não tinha conhecimento de que ele mexia com jogo é hipócrita, eu não posso nem falar. Ele mexia com o jogo”.

Daí, eu faço uma pergunta: um deputado federal, uma autoridade pública tem conhecimento de que está existindo uma organização criminosa e não é seu papel – eu pelo menos o faria, eu denunciaria às autoridades competentes e pediria a investigação –, não é o papel de um deputado federal, ao tomar conhecimento de que existe a suspeita de uma operação criminosa comandada por alguém, pedir investigação? Quem deve investigar, Deputado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ilustre Deputado Dr. Rosinha, o que aconteceu foi o seguinte: quando eu respondi essa parte, V. Ex^a não estava e não ouviu. O Carlos Cachoeira teve o jogo, um contrato com o jogo em Goiás durante quase dez anos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu não estou falando do contrato. Estou falando *a posteriori*. Isso aqui é 2012.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não, mas quando me referi na entrevista eu falei isso. Se o senhor interpretou de outra maneira ou reproduziram... Eu disse que ele teve controle de jogo, sim. Isso é do conhecimento. A família dele, ele teve. Foi a isso que me referi, ilustre Deputado. Foi exatamente com essa intenção.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A pergunta seria: “O fato de o senhor ser um homem público e saber que ele tinha negócios ilegais não era motivo para romper a relação? De maneira nenhuma. Pelo contrário”, responde o senhor. Portanto, entrou em contradição com a resposta que acabou de me dar; está na *Folha de S. Paulo*.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Inclusive eu respondi mais aí nessa pergunta, porque digo: “Olha, não é função minha, de Parlamentar, isso é do Ministério Público e da polícia, eu estar denunciando banca de jogo, ilustre Deputado”. Isso não é coisa minha, não compete a minha função aqui, não, ilustre Deputado. Nem a mim, nem a V. Ex^a.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu discordo, porque...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque não precisa mais denunciar. A polícia está vendo onde está o jogo, para todo lado tem. Você vê banca...Eu denunciar? Perder tempo com isso?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu discordo, porque se eu vejo, mesmo não estando...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Então, o senhor tem serviço demais para fazer, porque só se no Paraná não tiver. Aqui temos demais.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, sou eu que estou com a palavra e faço a pergunta. Ele deve me responder na hora em que eu perguntar. E eu disse o seguinte: eu penso de maneira diferente. Eu, como cidadão comum, se há indícios de crime, eu denuncio a quem deve investigar, sim. Mesmo como cidadão. Não preciso nem estar no exercício do mandato.

Eu, agora, faço a segunda pergunta: qual foi o montante que o senhor recebeu do Sr. Carlos Cachoeira? E vou ler aqui:

Carlinhos Cachoeira, em uma conversa com o Geovani, no dia 24 de março de 2011:

[Diz] **Geovani**: “Mandar os 25 do Leréia”.

Geovani: “Alô”.

Carlinhos: “Geo, os 25 do Leréia. Você se lembra, né? Mandar amanhã”, diz o Geovani.

Carlinhos: “Se você tiver de manhã”.

Isso aqui foi no dia 24/03/2011.

No dia 28/04/2011, Carlinhos e Geovani, portanto, 24 de abril, praticamente um mês depois: *Carlinhos [ele com o Geovani], aqueles 15, você lembra?, e os 20 do Leréia, 35, você tem hoje? Portanto, anteriormente, era 25. Agora, já é outro montante, é 35.*

Geovani: “Não, os 15 já, né? Já tinha reservado agora o outro. Amanhã, né?”.

Carlinhos: “Dez do Marco e 5 meu, tá? Traz aqui.”

Aí vem, no dia 1º de julho de 2011 – portanto, quase três meses depois –, Carlinhos e Geovani:

Carlinhos: *Tem do Leréia, né? Vinte. Você podia trazer. Está vindo para a festa, né?*

Geovani: *Eu vou ver. Se eu não for, eu mando o Deca levar.*

Carlinhos: *Não vai vir? Ah, então eu vou, né?*

Aí vem, em 1º de agosto de 2011 – um mês depois –, Carlinhos e Geovani:

Carlinhos: *E o trem lá do Leréia? Você podia mandar para mim? Eu estou aqui no Adriano.*

Geovani: *Uai, então deixa. Eu estou fazendo aqueles depósitos aqui. Você ainda vai demorar um pouquinho?*

Continua, numa outra ligação, no mesmo dia:

Carlinhos: *Onde você está?*

Geovani: *Carlinhos, estou indo embora amanhã. Eu estou com o Gleibom [que é o Gleibe].*

No telefonema seguinte:

Carlinhos: *Diz que é para o Gleibe [aí a conversa é entre Carlinhos e Gleibe] colocar os R\$ 20 mil em um saco ou jornal.*

Quer dizer, esse total, esse que é entregue no Piquiras, é o total dos empréstimos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)

– Eu já respondi essa pergunta, feita pelo nobre Relator. Eu disse que eu devo ao Carlos Cachoeira R\$120 mil, porque eu fiz um empréstimo rural, no Bradesco, e o meu dinheiro está bloqueado por causa da ação do Sr. Juscelino Braga e do Sr. Alcides, por determinação do juiz. Essa ação eu já ganhei aqui no Supremo – um dos Relatores foi o Ministro Ayres Britto, a outra foi a Relatora Carmen Lúcia – e, até hoje, não liberaram o meu dinheiro. E, no dia que liberarem e o Carlinhos sair da cadeia, eu vou pagar. Eu devo a ele não esse valor: são R\$ 120 mil que ele me passou, parcelado, conforme eu estava precisando. Isso é verdade, ilustre Parlamentar.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E tem o comprovante desses empréstimos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Oi?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tem o comprovante?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, isso é questão pessoal. Eu botei no meu Imposto de Renda, porque eu não dei conta de pagar a ele no ano passado. No meu Imposto de Renda, eu tenho. Está declarado que eu devo a ele R\$ 120 mil.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Outra questão...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu declarei porque eu não consegui pagar no ano passado, porque, senão, não precisava nem declarar, porque é do mesmo exercício. Agora, eu declarei porque eu não consegui pagar no ano passado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Porque no dia 17 de agosto há a questão do empréstimo dos R\$400 mil.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, eu peguei, ele arrumou para mim R\$200 mil, com o Michel, em Anápolis. Esse eu já paguei. Tenho o recibo, tenho o empréstimo que fiz na Caixa Federal. O Michel, que é empresário em Anápolis, emprestou-me um dinheiro para que pudesse pagar uma dívida ao Sr. Renato. Isso eu também tenho aqui a documentação, está no meu Imposto de Renda. Tudo legalizado, ilustre Parlamentar.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Há uma conversa do Carlinhos com o Michel:

Carlinhos: *Michel, eu vou estar com o Leréia daqui a pouco. Você mantém naqueles 3%, né?”*

Michel: *O.k., pode ficar tranquilo.*

Carlinhos: *Eu vou falar que você que emprestou, mas não é para falar para os outros e para ele, que depois fica sabendo que eu organizei com você, viu?*

Quer dizer, ele está dizendo aqui que não foi o Michel que emprestou.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)

– Aí ele está dizendo uma conversa em que eu não estou no meio. Eu paguei ao Michel, dei um cheque a ele, resgatei meu cheque – eu tenho aqui o recibo assinado por ele –, fiz o saque – para fazer um saque desse montante, você tem que citar o nome – e entreguei para ele em espécie, ilustre Deputado.

Agora, a conversa, inclusive, está dizendo sobre o juro, para V. Ex^a ver que não é propina, conforme foi noticiado. Inclusive, tem até juro aí. Está sendo bem citado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor declarou que é proprietário de uma rádio?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tenho concessão de uma emissora de rádio na cidade de Minaçu. Há muitos anos – inclusive, foi depois da Constituinte nova – e precisou da aprovação desta Casa, porque antes não precisava. Eu sou radialista profissional e talvez seja um dos poucos que detenha a concessão de apenas uma emissora de rádio na cidade de Minaçu, uma FM.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, são essas as perguntas. Eu quero só fazer aqui alguns comentários.

Agora há pouco foi feito referência ao Presidente Lula. O Presidente Lula realmente mandou uma medida provisória para cá com objetivo de regulamentar o jogo do bicho. Logo em seguida, também mandou outra medida provisória para não regulamentar. É engraçado que o pessoal só fala de um lado, não fala do outro lado.

Portanto, há que se dizer que o jogo do bicho foi proibido sob a Presidência do Presidente Lula. É importante saber disso.

E esse escândalo que está ocorrendo agora no governo do PSDB, que tem o seu mensalão enfiado nas gavetas do Tribunal de Justiça, o qual não julga há mais de 12 anos? É importante que se saiba disso

e que, agora, a organização criminosa está trabalhando junto com o governo tucano, do PSDB, do Perillo, em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a terminou.

Eu, então, consulto o Sr. Relator se quer fazer uso da palavra.

Eu ainda não terminei a reunião.

Consulto o Sr. Leréia se quer fazer as suas conclusões.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ilustre Presidente Paulo Teixeira, Relator Odair, este documento eu enviei para cá. Mas é apenas para lembrar os Ilustres colegas Parlamentares: isto aqui, que vem do Ministério Público Federal, diz o seguinte:

Os contatos telefônicos relativos ao Deputado Carlos Alberto Leréia da Silva não guardam relação com a exploração de jogos ilegais e giram em torno dos seguintes assuntos: amizade, viagens, acordos políticos, nomeações, demissões no Governo do Estado, agilização de visto, operações financeiras detalhadas.

E diz mais:

Por todo o exposto, verifica-se que, em princípio, não há elementos mínimos que demonstrem que as autoridades supracitadas, que possuem foro de prerrogativa, teriam, de alguma forma, participação direta com o objetivo da investigação, que é a questão da exploração de jogos.

E aqui há outro, também do Ministério Público, que diz:

Os contatos registrados com o Deputado Leréia davam-se através do seu telefone Nextel, número tal. Como se verificará abaixo, os contatos não abrangem qualquer assunto de interesse para a presente investigação.

Apenas estes aqui são os documentos que estão lá juntados.

Eu gostaria de agradecer aos Parlamentares que me deram esta oportunidade, aos profissionais de imprensa e aos colegas de trabalho, e, de maneira muito especial, cumprimentar todos os colegas Deputados Federais e Senadores que participaram desta reunião, em nome do Presidente, Deputado Paulo Teixeira, e do Relator, Deputado Odair Cunha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, damos por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 08 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 28ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião realizada em 27 de junho de 2012, às oito horas e quarenta minutos, na Sala nº 02 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Paulo Davim, Ângela Portela e Lídice da Mata. Na ocasião, foi realizada Audiência Pública com o Sr. Hélio Bicudo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no âmbito da vigência da Convenção de Palermo.

Em votação a Ata da 27ª Reunião, ao mesmo tempo em que solicito a dispensa da leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Nós temos, hoje, uma audiência pública e eu quero dizer da nossa alegria, da nossa satisfação de ter essa pessoa que não prestou, mas continua prestando grande serviço para o nosso País, que é o Dr. Hélio Bicudo, que publicou, recentemente, num jornal de circulação nacional, uma matéria muito importante a respeito de uma parte da nossa investigação, que é o tráfico para fins de extração de órgãos. E é uma pessoa que trabalha com os direitos humanos. Então, já aprovamos requerimentos convidando-o para vir até aqui e conseguimos, enfim, acertar nossas agendas.

Então, quero convidar o Dr. Hélio para compor a Mesa conosco e iniciaremos logo o nosso trabalho.

Entretanto, quero comunicar às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Senadores e aos presentes que nós estamos ainda na pendência do agendamento de uma audiência pública com os Ministros de Estado da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo, de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e do Combate à Fome e à Miséria, Tereza Campello, além da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Seria uma audiência pública conjunta que estava prevista, inicialmente, para hoje. Mas, na data de hoje, foi confirmado o lançamento do Plano de Segurança, o novo Plano de Segurança Na-

cional, que está acontecendo em Alagoas, e grande parte desses Ministros, senão todos, imagino, estão lá acompanhando a Presidenta Dilma no anúncio desse novo Plano. Acontece em Alagoas porque é o Estado que apresenta os piores índices de violência do Brasil.

Então, nós precisamos, a partir de hoje, talvez em contato com a CPMI da Violência contra as Mulheres, tentar ver se podemos fazer conjuntamente e marcar a data antes do nosso recesso. É muito importante que seja antes do nosso recesso.

Antes de passar, Dr. Hélio, a palavra a V. S^a, passo a palavra à nossa Relatora, Lídice, para fazer as considerações que considere necessárias antes do nosso convidado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todos, bom-dia, Dr. Hélio Bicudo.

Queremos ressaltar a nossa alegria em poder contar com o depoimento desse grande defensor dos direitos humanos, das liberdades públicas em nosso País, eu quero ressaltar, Senadora Vanessa, a importância de nós introduzirmos esse novo tema entre as questões relacionadas com o tráfico de pessoas que nós já levantamos. Já tivemos uma reunião, após a nossa visita aos Estados Unidos, uma reunião com a equipe e a consultoria, para avançarmos na consolidação do nosso relatório final, que nós pretendemos, como já havíamos combinado, apresentar logo no início do mês de agosto. Ou seja, voltando à questão que diz respeito ao nosso cronograma de trabalho, nós devemos encerrar os nossos trabalhos no dia 17 de julho, quando se dará o recesso parlamentar, retornaremos no início de agosto e, a partir daí, eu creio que na primeira quinzena de agosto nós devemos apresentar o nosso relatório e, imediatamente, aprová-lo.

Acho que o depoimento do Dr. Hélio Bicudo, por todo o trabalho que desenvolveu e a excelência que tem no tema, certamente, não vai se restringir apenas ao tráfico de pessoas para fins de retirada de órgãos, mas tem condição de abordar, talvez, toda a questão que nós estamos investigando, o tráfico de pessoas, tráfico de mulheres e homens, para fins de exploração sexual, de trabalhos forçados, enfim toda essa gama de assuntos que esta Comissão tem se dedicado a estudar, a tratar e acompanhar.

Portanto, eu acho que um dos grandes momentos da nossa Comissão é este em que vamos poder ouvi-lo. Pena que não tenhamos condição de fazer com a participação mais intensa das Sr^{as} Senadoras em função dos trabalhos da Casa, que, aproximando-nos do final do período de trabalho nosso, nós estamos com muitas medidas provisórias em análise nas comissões, nas comissões especiais mistas, e, agora, com o funcionamento da CPMI chamada de CPMI do

Cachoeira, que é diária e já movimenta cerca de trinta Senadores diariamente, isso dificulta muito a presença dos Senadores nas comissões diversas.

Então, eu gostaria apenas de fazer essa referência, dizer que nós já temos, Senadora, em mãos aquilo que solicitamos à Comissão, que é um resumo das nossas atividades realizadas nos Estados Unidos, feito pela Secretaria da Mesa, que nos acompanhou na viagem, e que, com isso, nós vamos poder, também, trabalhar e dar conhecimento a todas as entidades que têm acompanhado o nosso trabalho aqui na Comissão.

Por mim, é só. Vamos iniciar os trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, passo a palavra agora para o nosso ilustre convidado, Dr. Hélio Bicudo.

O SR. HÉLIO BICUDO – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de saudar as Sr^{as} Parlamentares e o Sr. Parlamentar presentes a esta audiência e vou me escusar se não for completa a minha manifestação a respeito desses importantes assuntos que são o tráfico de pessoas, o tráfico de órgãos, que tem... Eu acho essa preocupação muito importante por parte do Congresso brasileiro, por parte do Senado, para encontrar, na verdade, medidas que possam atenuar a gravidade do problema.

O tráfico de órgão, por exemplo, se manifesta muito na eliminação de pessoas, de meninos, de meninas, de crianças, para a fruição dos órgãos desses seres. Eu acho que isso é uma coisa em que precisamos bater muito firme, para que isso não aconteça no sentido de você aumentar...

Quando se fala na necessidade dessa permuta de órgãos, eu fico meio apavorado com os resultados dessas campanhas, que vão redundar, muitas vezes, na eliminação de crianças ou de pessoas em situação de risco.

Eu pediria permissão para me manifestar lendo uma manifestação que eu já fiz há tempos e que consta dessa pequena revista *Violações de Direitos Humanos no Brasil*.

Eu começo dizendo o seguinte:

O art. 231 do Código Penal Brasileiro – que foi alterado não faz muito tempo, em março de 2005 – trata especialmente da questão do tráfico de pessoas destinado à exploração sexual. Essa mudança na lei representa uma conquista significativa para a sociedade brasileira. Até 2005, o art. 231 do Código Penal conceituava somente o ato de facilitação ou tráfico internacional de mulheres visando à exploração sexual comercial. A partir de 2005, a vítima desses crimes pode ser qualquer pessoa, independentemente do seu sexo.

O tráfico interno de pessoas também foi incluído na lei. Agora, na nova definição penal, o tráfico de pessoas consiste em:

“Art. 231. Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha a exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro.

Art. 231-A. Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha a exercer prostituição.”

Apesar dessa importante alteração, o art. 231 ainda está inserido no Código Penal sob o Título VI, Dos Crimes contra os Costumes.

A pesquisa sobre tráfico de mulheres e crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil revela uma estreita relação entre pobreza e exploração sexual comercial, uma vez que as rotas de tráfico estão estabelecidas nas regiões mais pobres do País, normalmente Norte e Nordeste.

A região Norte mostra a maior concentração dessas rotas, seguida pelo Nordeste, com uma pequena diferença no número total de rotas encontradas, 69 rotas. A seguir aparecem as regiões Sudeste, com 35, Centro-Oeste, com 33, e Sul, com 28.

A pesquisa apurou um total de 241 rotas de tráfico. Há 110 rotas relacionadas com o tráfico interno, intermunicipal ou interestadual, 93 delas envolvendo principalmente adolescentes. O tráfico internacional, por sua vez, conta com 131 rotas, 120 delas envolvendo exclusivamente mulheres.

Isso significa que as rotas dirigidas a outros países visam sobretudo ao tráfico de mulheres adultas. Já as rotas domésticas têm como foco principal meninas e adolescentes.

Entre os casos identificados de mulheres e meninas traficadas no Brasil, 53% são mulheres adultas, a maioria com idade entre 23 e 24 anos, e 47% são adolescentes, com idades, predominantemente, entre 16 e 17 anos.

Embora se tenha revelado que a maior concentração de rotas de tráfico para exploração sexual está no Norte e no Nordeste, de todas as denúncias recebidas, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, 50,75% vêm da região Sudeste e 26,48% da região Nordeste.

Além disso, segundo estatística ainda da Abrapia, 13,28% das denúncias dão conta de que o explorador é um parente da vítima.

Geralmente, é pai, padrasto, tio e, às vezes, a própria mãe, que traz a filha para se prostituir nos grandes centros.

Na prática, os traficantes raramente são apanhados, porque, para isso, teriam que ser flagrados no ato de vigiar com traficar. As vítimas, por medo de represálias, impedem essas últimas de solicitarem intervenção da polícia ou de testemunhar contra os seus aliciadores.

As medidas judiciais são principalmente direcionadas a coibir o crime e punir o aliciador, traficante, enquanto que a proteção e assistência às vítimas são negligenciadas.

Quer dizer, as jovens, os jovens entram no comércio da prostituição sem que haja a menor proteção para esse tipo de atividade.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigado ao senhor, Dr. Hélio.

Então, agora passo a palavra à nossa Relatora, para fazer alguns comentários ou questionamentos que entender necessários ao nosso...

O SR. HÉLIO BICUDO – Se me permite...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. HÉLIO BICUDO – Eu gostaria de entregar aqui um pequeno trabalho sobre essa questão que acho que vai ser interessante para a Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – MUITÍSSIMO interessante.

Eu dizia ao Dr. Hélio Bicudo, Senadora Lídice e Senador Davim que insistimos na vinda dele, visto que até agosto a gente deve apresentar o relatório, a nossa Relatora, Senadora Lídice, e que é muito importante que suas observações constem dele, até mesmo para que a gente possa chegar a algumas conclusões a que não é simples chegar.

Muito obrigada.

Senadora Lídice.

O SR. HÉLIO BICUDO – Eu é que agradeço.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quero agradecer, mais uma vez, ao Dr. Hélio Bicudo. Acho que, pelo que já pude perceber aqui, do seu trabalho, é um trabalho extremamente importante, que julgo indispensável que conste do relatório, porque ele apresenta, na verdade, uma pesquisa, pelo que pude perceber, com um verdadeiro mapa da situação do tráfico de pessoas no Brasil, um mapeamento das modalidades de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil, além das rotas nacionais de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

As observações feitas também no relatório, no documento, Senadora Vanessa e Senador Davim, incluem rotas internacionais do tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual passando

pelo Brasil e trata de uma questão com que eu tenho uma relação muito grande em função do meu trabalho na Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, que é o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 18 de maio.

Nós, todos os anos, num movimento de defesa da criança e do adolescente, marcamos, nos Paramentos e na sociedade civil organizada, um importante momento que a Bahia deu, para minha satisfação, uma contribuição muito grande, através do Cedeca, com uma pesquisa detonadora desse processo de denúncia da exploração sexual infanto-juvenil no Brasil, com uma pesquisa realizada lá no nosso Estado, no Município de Salvador, a respeito desse assunto há alguns anos. A partir daí, formatou certo movimento e a proposta da criação do dia 18 de maio e da mobilização que ocorre todos os anos.

Desse período para cá, além da formação dos Centros de Defesa de Crianças e Adolescentes, Cedecas, no Brasil inteiro, nós tivemos o Governo Federal, antes do Presidente Lula e após o Presidente Lula com maior intensidade, assumindo, todos os anos, durante o carnaval, uma campanha especial de combate à exploração infanto-juvenil nesse momento no Brasil e incorporando personalidades da música, personalidades culturais nesse processo de mobilização.

Eu acho que foi um trabalho muito importante que nós temos que manter vivo com essas iniciativas como essa da nossa CPI e outras.

Mas, nesse momento, Dr. Hélio, nós, eu e a Senadora Vanessa, estivemos, nos Estados Unidos, em contato com entidades não governamentais e entidades governamentais para tratar desse assunto. E na sua exposição nós já podemos destacar aquilo que percebemos na discussão nos Estados Unidos. A lei americana tem duas vertentes: a primeira é a da punição ao traficante, ao tráfico propriamente dito, e a segunda, que nos parece mais avançada em termos de prática social do que no Brasil, é a da proteção à vítima, que é desenvolvida com uma participação muito intensa, financiada pelo governo, estimulada pelo governo, em parceria total com o governo, diferentemente até do que alguns dizem aqui no Brasil, que, fora do País, as organizações não governamentais não têm recursos governamentais. Não é isso. Elas têm recursos governamentais federais, estaduais e municipais, muitas vezes, além de terem o seu financiamento mais ou menos garantido por outras contribuições empresariais e individuais existentes naquele país.

E uma das tarefas que temos, se o senhor puder contribuir, é justamente o desafio de nós adequarmos a nossa legislação para que ela possa cumprir melhor

esse papel da prevenção, da punição e da proteção, que já identificamos necessário. Essa vertente da proteção está muito fora da nossa lei.

Nós percebemos, no discurso da legislação americana, no entanto, uma postura, muito mais do ponto de vista legislativo, no contato que tivemos no congresso, muito enfatizada numa punição, numa legislação que prevê uma punição rigorosa, inclusive, em alguns casos, a não possibilidade de liberdade condicional.

Mas, agora, este é um momento extremamente rico para que possamos ter esse debate e avançar, rapidamente, na apresentação de uma proposta, porque é o momento em que o Senado Federal faz justamente uma revisão do Código Penal. Hoje, ele vai apresentar o projeto piloto, digamos assim, dessa primeira discussão e modificação feita por algumas pessoas escolhidas para compor uma comissão na Casa voltada para a revisão do Código Penal. Os criminalistas e os especialistas no Direito Penal do Brasil inteiro estarão com seus olhares voltados para a discussão do Código Penal. Então, é um momento muito importante para que avancemos na elaboração. E nós gostaríamos de contar com sua contribuição, enviando-lhe já o texto que começamos a discutir da elaboração dessa legislação.

O SR. HÉLIO BICUDO – Com o maior prazer.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Uma das questões que nós vimos, imediatamente, é o aumento da pena, que, no Brasil, é minúscula, é ridícula. Nos Estados Unidos, se não me engano, a pena é de 15 a 30 anos. É uma pena muito pesada. Eles caracterizam o crime a partir da ocorrência da situação de coerção, força física ou não, uma coerção psicológica, chantagem para caracterização do crime.

O SR. HÉLIO BICUDO – É, fato consumado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

Então, são esses pontos que vamos tentar perseguir na nossa proposta de revisão, principalmente a ideia de que possamos ter a penalização maior. Mas é também importante, no caso brasileiro, principalmente, a ideia, sobre a qual gostaria de consultá-lo, de incluímos, na penalização, na punição do tráfico, o tráfico para fins de trabalho doméstico forçado, o trabalho doméstico, que é muito comum no Brasil. Nós gostaríamos que pudesse ser incluído nesse processo de penalização.

Eu gostaria de ouvir sua opinião.

O SR. HÉLIO BICUDO – Eu acho, sem dúvida nenhuma. É quase o trabalho escravo. Na realidade, existe no Brasil, muito disfarçado, o trabalho das domésticas, que vão trabalhar para as donas de casa e tal e, na verdade, é um trabalho sem a menor forma-

lização. E, por ser não formalizado, ele leva, muitas vezes, até, vamos dizer, aos extremos do que a gente poderia considerar como trabalho realmente escravo, quer dizer, independente da vontade da pessoa.

Eu gostaria de passar esta pequena publicação, patrocinada, vamos dizer assim, por nós mesmos, que trata sobre os direitos humanos e, inclusive, todas essas questões.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – De nossa lavra. E, só para puxar um pouco o saco do trabalho do meu Estado, destaco aqui que é uma publicação feita pelo Cedeca Bahia.

O SR. HÉLIO BICUDO – Isso, em conjunto com a OMCT – Organização Mundial Contra a Tortura.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada. Serão de muita relevância para o nosso trabalho esse relatório e essa publicação.

Portanto, Senadora Vanessa, creio que o depoimento do Dr. Hélio Bicudo, assim como a sua disposição de contribuir com o nosso trabalho, vai elevar muito a qualidade do que vamos poder apresentar. E hoje vai ser um dia importante, com a apresentação desse piloto do Código Penal para que possamos, rapidamente, analisá-lo e apresentar essa nossa proposição.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria também, Senadores, de levantar uma questão. Não há dúvida de que a sua presença e a sua contribuição, porque o relatório deverá ser apresentado até agosto, serão de grande valia, mesmo porque nós estamos avançando nas nossas ideias, principalmente a Senadora Lídice, no que diz respeito a proposituras da legislação para o enfrentamento. Fora o Código Penal, nós não temos uma lei específica que trata do combate, do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Isso seria muito importante. O que nós temos é um plano, assinado por diversos Ministérios, estabelecimento de uma comissão interministerial, mas, salvo engano, feito por decreto. Não dá para comparar a força de uma lei com a força de um decreto.

E, mesmo na questão da conceituação, a Senadora não expôs, mas uma das reuniões que considerei muito importante lá foi a nossa ida à Unicef, que trata de crianças. Um representante da Unicef disse quais as expectativas da comunidade internacional em relação ao Brasil, porque temos o Protocolo de Palermo, que é a convenção internacional que trata do assunto, mas isso não significa dizer que as nações, os países tenham que se limitar ao que ali está exposto. Podemos e devemos avançar muito mais.

Por exemplo, a questão da prostituição. V. Exª, Dr. Hélio, falou a respeito do Código, leu alguns artigos. Agora, o art. 231-A, a que o senhor se referiu: “Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional,

o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição...” Uma análise mais detida a isso faz com que o próprio intermediário, o próprio aliciador, como chamamos, o cafetão, a cafetina, possa estar enquadrado aqui, mas a nossa cultura não o enquadra aqui, não é?

O SR. HÉLIO BICUDO – Exemplo de favorecimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Qualquer tipo é tráfico. E nós temos, porque o termo tráfico é muito maior, é muito mais impactante do que o termo intermediador: cafetão, cafetina. É muito mais impactante. Por exemplo, sob o aspecto dos direitos humanos, é claro que temos falhas, temos defeitos, mas a forma como Brasil encara o problema da prostituição é muito mais avançada do que países que, teoricamente, se dizem mais adiantados que nós ou mais avançados.

O SR. HÉLIO BICUDO – Só que nós não aplicamos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Só que nós não aplicamos. Nos Estados Unidos, a maior parte dos Estados considera crime a prostituição. Nós não. Nós encaramos a prostituição, pelo menos as nossas leis, como uma agressão ao ser humano, como uma questão de direito humano. O criminoso ou a criminosa são aqueles que intermedeiam. Mas é preciso que a gente faça mudanças na legislação que deixem isso mais claro, porque nós temos que parar de tratar esses cafetões, essas cafetinas como agenciadores. E quantos foram penalizados? Eu acho que daria tempo para fazermos um bom levantamento sobre isso, pelo menos nos principais Estados. Quantos foram penalizados, criminalizados por essa prática?

O SR. HÉLIO BICUDO – Acho que a polícia faz vistas gordas a respeito.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Perfeito.

O SR. HÉLIO BICUDO – E aí o Ministério Público não age.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Passar papelotes de droga é tráfico. Agora, negociar pessoas não é visto dessa forma – e pessoas que, no geral, são vítimas, porque, se se expõem para negociar o seu próprio corpo, é porque estão com necessidade, não é? Então, é isso. Vamos fazer um pacto aqui.

O Senador Paulo Davim gostaria de falar antes que a gente possa chegar às nossas conclusões?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu só ouvi atentamente o Prof. Hélio e quero dizer da satisfação de contar com a sua presença aqui, na nossa

Comissão – será extremamente importante o auxílio que ele possa dar a esta Comissão, sobretudo no relatório final –, e dizer que estamos na reta final, professor, trabalhando em cima de um tema que é muito real no cotidiano das pessoas da sociedade. Esse crime passa despercebido aos olhos da sociedade, das autoridades, mas é muito mais frequente do que se imagina, não só na área do tráfico com objetivos de exploração sexual, mas também em outras áreas.

Eu tive a satisfação de ir para o lançamento da cartilha do Ministério da Justiça, muito importante, porque esse crime se aproveita do sonho das pessoas, do anseio de ascensão social. Eu fiquei muito tocado quando li a cartilha do Ministério, que foi lançado há 20, 25 dias, sobre os jovens que acalentam o sonho de serem jogadores de futebol, de irem para o exterior. Isto está na alma do brasileiro: o futebol, o esporte. E eles vão acalentados por esse sonho e, lá chegando, se deparam com uma realidade completamente diferente, cruel, absurda, desumana. Da mesma forma, aquelas jovens, movidas pelo sonho das passarelas, do glamour, da beleza, sobretudo da ascensão social, são tragadas por esse crime, por essas pessoas inescrupulosas. Enfim, esse é o tipo de crime que permeia a sociedade brasileira de forma imperceptível.

Então, agradeço, mais uma vez, sua presença aqui e essa colaboração que o senhor está dando para todos nós.

O SR. HÉLIO BICUDO – Eu acabei de dizer à Senadora Lídice que estou à plena disposição da Comissão para o que der e vier. Nós estamos aqui para trabalhar. E é um tema que me atrai muito, porque sempre, sempre, sempre está no dia a dia dos jornais, nos desfiles de moda e tal: o que tem por detrás disso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Graziottin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, mais alguma coisa?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Vanessa, creio que a vinda do Dr. Hélio Bicudo aqui é a realização de um sonho desta Comissão, porque é um encontro indispensável para que o nosso trabalho se dê com sucesso. Então, em função de todas as atividades que temos e que ainda estamos para completar, votando hoje, nas comissões, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO – inclusive, sou relatora na Comissão de Educação, o Deputado Paulo Davim, também, em outra Comissão –, nós estamos pressionados pelo tempo para que possamos correr às comissões e relatar. Foi, realmente, um esforço importante a realização desta audiência e a oportunidade que tivemos de receber a contribuição inspiradora desse trabalho que todos os movimentos de direitos humanos fazem no Brasil, hoje, que é o do Dr. Hélio Bicudo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Graziottin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada a todos.

Dr. Hélio, suas considerações finais.

O SR. HÉLIO BICUDO – Quero agradecer o convite que esta Comissão me faz e que me faz retornar aos trabalhos parlamentares, porque fui Deputado por duas legislaturas e tive a honra de pertencer à Câmara dos Deputados do Brasil. Eu acho que esse trabalho que está se desenvolvendo é da maior importância. Acho que isso é para registrar a atuação desta Comissão e, dentro desta Comissão, da própria Câmara dos Deputados.

Quero me congratular com as Srªs Senadoras e com os Srs. Senadores por este trabalho da maior importância. Muitas vezes, essas questões da prostituição e da atração por alguns pontos de moda passam despercebidas, mas, na verdade, são o fundamento da degradação das pessoas, através da prostituição.

Eu quero, mais uma vez, agradecer e me pôr à disposição desta Comissão para aquilo que me for cabível.

Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Dr. Hélio, só um reparo. O senhor teve a honra de estar no Congresso Nacional, mas foi o Congresso Nacional que teve a honra de tê-lo como seu integrante.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Graziottin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, agradecemos ao nosso convidado. Sabemos que não foi fácil para ele se deslocar de São Paulo até aqui, mas ficamos muitíssimos agradecidos por isso.

O SR. HÉLIO BICUDO (*Intervenção fora do microfone.*) – A idade...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Graziottin. Bloco/PCdoB – AM) – Olha, essa parte a gente pula. Esse caso a gente abafa. A idade, na nossa fase, já não é a coisa mais importante, Dr. Hélio. Mas ele dizia assim: “Com 90 anos.” Então, para a gente é uma alegria muito grande tê-lo conosco, principalmente o senhor se dispondo a nos ajudar. Sem dúvida nenhuma, precisamos muito da sua experiência.

Senador Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Hélio Bicudo, quando o senhor externou, tornou pública a sua idade, que nós não sabíamos – sou um menino ainda –, eu me lembrei do poeta Thiago de Mello, quando disse que não era mais moço. Ele disse: “Olhe, preste bem atenção. Existe uma diferença entre juventude e mocidade. Eu não sou mais moço, mas todo dia eu acordo mais jovem.” É o seu caso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Graziottin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, com essa citação do nosso

querido poeta amazonense Thiago de Mello, queremos agradecer a audiência de todos.

Convocaremos, posteriormente, a nossa próxima reunião, na semana que vem. Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 19 minutos.)

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião realizada em 12 de abril de 2012, dez horas e quarenta e três minutos, no Gabinete de Audiências da Presidência do Senado Federal, oportunidade em que foi instalada a Comissão pelo Presidente do Senado Federal José Sarney com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Nelson Jobim, Bernard Appy, João Paulo dos Reis Velloso, Everardo Maciel, Ives Gandra da Silva Martins, Adib Jatene, Luís Roberto Barroso, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho, Fernando Rezende, Sérgio Roberto Rios do Prado, Manoel Felipe do Rêgo Brandão e Marco Aurélio Marrafon.** Deixou de comparecer o Senhor **Bolívar Lamounier.** Fizeram o uso da Palavra o Presidente do Senado Federal José Sarney e o Presidente da Comissão de Especialistas, Ministro Nelson Jobim.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia.

Damos início à solenidade de instalação da Comissão de Especialistas, criada por meio do Ato nº 01, de 2012, do Presidente do Senado, com a finalidade de analisar e propor soluções para questões relacionadas ao sistema federativo.

Pedimos a gentileza de desligarem ou silenciarem os seus aparelhos de telefones celulares neste momento.

Esta Comissão, integrada por catorze destacados profissionais, que será presidida pelo Exmº Sr. Ministro Nelson Jobim, é composta também pelos Srs. Economista Bernardo Appy; Ministro João Paulo dos Reis Velloso; Professor Everardo Maciel; Ministro Ives Gandra da Silva Martins; Ministro Adib Jatene; Professor Luís Roberto Barroso; Professor Michal Gartenkraut; Professor Paulo de Barros Carvalho; Dr. Bolívar Lamounier; Professor Fernando Rezende; Professor Sérgio

Prado; Procurador da Fazenda Nacional Manoel Felipe do Rêgo Brandão, e Professor Marco Aurélio Marrafon.

Neste instante dar-se-á à assinatura da lista de presença da instalação da Comissão pelo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, e pelos senhores membros:

Sr. Ministro Nelson Jobim (*Pausa.*);

Economista Bernardo Appy (*Pausa.*);

Ministro João Paulo dos Reis Velloso (*Pausa.*);

Professor Everardo Maciel (*Pausa.*);

Ministro Ives Gandra da Silva Martins (*Pausa.*);

Ministro Adib Jatene (*Pausa.*);

Professor Luís Roberto Barroso (*Pausa.*);

Professor Michal Gartenkraut (*Pausa.*);

Professor Paulo de Barros Carvalho (*Pausa.*);

Professor Fernando Rezende (*Pausa.*);

Professor Sérgio Prado (*Pausa.*);

Procurador da Fazenda Nacional Manoel Felipe Rêgo Brandão (*Pausa.*) e,

Professor Marco Aurélio Marrafon. (*Pausa.*)

Neste instante, fará uso da palavra o Exmº Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente da Comissão de Especialistas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Sr^{as} e Srs. Senadores; prezados membros desta Comissão; senhoras e senhores, em nome da Comissão e de seus membros, quero agradecer a V. Ex^a, Senador Sarney, pelo convite para a execução dessa tarefa, tarefa evidentemente histórica no Brasil, no sentido de que desde o Império se discute a integração brasileira, quer pelo pacto imperial, realizado em 1831, quer pelas confusões todas do processo político à época do Império, quer pela figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que teve um trabalho extraordinário no sentido de assegurar a unidade nacional. A unidade nacional foi assegurada, Sr. Presidente – V. Ex^a sabe muito melhor do que nós –, pelos trabalhos da família Orleans e Bragança.

Foi exatamente a genialidade de D. Pedro II que fez com que a América portuguesa permanecesse unida, contrariamente à América espanhola, que se dividiu em diversas nações.

O Brasil, com os seus 14 ou 15 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, a América portuguesa manteve-se unida e, em área, era maior que a América espanhola. A América espanhola dividiu-se, quer o norte pela figura de Bolívar, Sucre, quer pelo sul, com San Martín e O'Higgins, mas, nós, continuamos unidos.

Todo o trabalho inclusive da renúncia, inclusive, de D. Pedro I foi para assegurar a unidade nacional.

Tivemos aquele período da maioridade, o período da menoridade, que era o período da Regência, e que

foi uma experiência semirrepublicana. Depois, veio o regresso, em que, inclusive, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que era pela implantação de um movimento de distensão e de acolhimento das elites locais no sentido governo, acabou voltando ao regresso e tentando a unidade nacional com a Lei de Interpretação ao Ato Adicional de 1931.

Tudo isso, Sr. Presidente, há um grande perpasso histórico. Era 1891, em que a República, que nasceu de um golpe de Estado contra o Gabinete Imperial do Visconde de Ouro Preto, e que não era, inicialmente, a derrubada do Imperador, se transformou na derrubada do regime depois, no processo político, tudo aquilo fez com que, em 1891, nós tivéssemos uma grande ascensão dos Estados federados. As antigas Províncias, agora Estados federados, tinham um *status* em que o governador de hoje era o presidente do Estado; em que o postulado positivista do Brasil de Miguel Lemos pretendia, na Constituição de 1991, que as pátrias brasileiras reuniam-se para constituir o Brasil.

Aquele momento de distensão e poder dos Estados desaparece com a Revolução de 30 e começa um processo centralizador na União Federal para, manter na visão de Getúlio Vargas, esvaziar o poder dos Estados. Os Estados reduzem a sua capacidade. É quebrado o braço armado dos governadores dos Estados com a submissão das polícias militares ao Exército nacional. É quebrada a dependência dos prefeitos municipais aos governadores, tendo em vista a possibilidade da intervenção da União nos Estados que não respeitassem a autonomia dos Municípios e, portanto, os prefeitos passaram para o guarda-chuva do Presidente da República, saindo da tutela dos governadores. Depois tivemos, em 1946, que se distende; depois tivemos 1964, em que se concentra e que se contenta enormemente, inclusive a receita pública fica toda concentrada, os Estados ficam exclusivamente para o pagamento das suas folhas, e as decisões de investimentos dependiam sempre do Estado central; depois veio 1988, em que se procurou desenhar um entendimento em relação a isso tudo.

Ocorre, Sr. Presidente – e V. Ex^a, como Presidente da República, quando da promulgação da Constituição de 1988, sabia muito bem – que o processo inflacionário nos impedia de ver os nossos problemas. Tudo se resolvia no dia a dia, em regras em que não se enxergava a realidade. Quando, com o Plano Real, começou a redução da inflação, começamos a enxergar os problemas. E, ao enxergarmos os problemas, começamos a ver que tínhamos um enorme desafio a fazer com o País, ou seja, tornar o País capaz de se apresentar ao mundo.

A abertura do Governo, a abertura do País, da economia brasileira, feita de forma rápida e, às vezes – dizem –, voluntarista no Governo Collor, fez com que o Brasil precisasse se expor. E agora nós temos que pensar o Brasil não mais o Brasil para os acertos internos, mas o Brasil para ter condições de produzir no futuro. E isso depende de um grande reexame, com lucidez, do pacto federativo.

Este é o trabalho, Sr. Presidente, que V. Ex^a nos encomendou.

Não queremos, evidentemente, senhores membros da Comissão, substituímos, em hipótese alguma, e não há nenhuma condição para isso, as Comissões do Senado. O que nós queremos fazer é trazer ao Senado uma colaboração. Uma colaboração que seja não uma construção política, porque esta Comissão não será para construções políticas, mas que seja a construção de uma fórmula que possa, no debate, ser enviada ao Congresso, ao Senado, e ser trazida a V. Ex^a, Sr. Presidente, para que possa, então, ver se é possível ou não se construir politicamente.

Nós sabemos, claramente, que todas as propostas sempre funcionam como teto. E as soluções políticas sempre puxam para baixo essas possibilidades. Nós precisamos, então, ousar, ousar no sentido da revisão dessas propostas.

Lembrem-se bem de que nós temos um sistema tributário que beneficiou o Sul e o Sudeste. Durante muitos anos, os Estados produtores do Sul e do Sudeste tributaram a poupança consumida dos Estados do Norte e do Nordeste, com uma transferência brutal de rendas desde o Império, passando principalmente pela Velha República. Isso tudo, hoje, tem de ser reexaminado, tem de ser visto, tem de ser discutido exatamente, Sr. Presidente, qual a atuação e qual a possibilidade de força do Governo central em relação a condicionar as ações dos Governos estaduais.

O Everardo Maciel sabe muito bem que todos os benefícios e subsídios que a União Federal concede são exatamente em cima dos impostos, cuja parcela desses impostos pertence aos Estados. E os aumentos tributários se dão por vias das contribuições sociais em detrimento dos Estados federados.

Todos os pactos e programas que se fazem preveem contrapartida estadual, sem que os Estados tenham a possibilidade de dar essa contrapartida, porque não é prevista orçamentariamente. Ou seja, temos problemas.

Evidente que a construção política e solução desse problema compete ao Congresso Nacional, ao Governo, à classe política.

A função esta Comissão, Sr. Presidente – creio que é esta a função que V. Ex^a nos transmite –, é

exatamente trazer o problema, apontar caminhos e oferecer análises e caminhos para que o Congresso eventualmente possa construir. Mas lembrando bem que cada um dos Estados federados e a União dificilmente desejam abrir mão de suas situações.

Daí por que há a necessidade de se pensar também mecanismos de compensação, que viabilize uma transição, em que os governadores e os Estados federados possam ter condições de se lembrarem de que o desenvolvimento do País não pode ser o desenvolvimento de uma região em detrimento das demais.

É isto que, talvez, Sr. Presidente, nós devemos pensar. Nós devemos pensar afastados das nossas origens estaduais, quer eu do Rio Grande do Sul, quer os senhores do Rio, de São Paulo, do Norte, do Nordeste. Temos que pensar o desenvolvimento do País e nos lembrar de que, determinados Estados, ou determinados subsídios ou benefícios que estabelecem determinadas indústrias, ao fim e ao cabo beneficiam somente os Estados que sediam essas indústrias. Não obstante, um Estado que não sedia nada disso acaba também contribuindo para o desenvolvimento de coisas que não são dele. Isso é justo? Não sei. É isso que nós precisamos debater, e precisamos conversar, e precisamos tirar de debaixo do tapete tudo que, eventualmente, nós ocultamos.

A vantagem de uma comissão dessa natureza é que nós não temos responsabilidade política. A responsabilidade política é do Congresso. Temos, isto sim, o dever de provocar a discussão daquilo que, eventualmente, não se queira ver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, inclusive já peço aos senhores membros da Comissão que, logo após, nós possamos nos reunir para já debatermos, inicialmente, uma agenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos, agora, as palavras do Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP) – Sr. Presidente desta Comissão que estamos instalando, Nelson Jobim; economista Bernardo Appy; Prof. João Paulo dos Reis Velloso – é com grande satisfação que eu o vejo aqui –; Prof. Everardo Maciel; Prof. Ives Gandra da Silva Martins – eu acrescentaria poeta, porque eu sei que muito agrada a ele dizer-se isso –; Ministro Adib Jatene – que aceitou participar desta Comissão, trazendo a sua experiência, o seu conhecimento e o seu nome para esses trabalhos que vão ser feitos –; grande mestre constitucionalista, Prof. Luís Roberto Barroso; Prof. Michal Gartenkraut, que tantos trabalhos tem feito pela universidade brasileira, inclusive como reitor do ITA; Prof. Paulo de Barros Carvalho; o

Dr. Bolívar Lamounier não está presente porque teve um problema de saúde; Prof. Fernando Rezende; Prof. Sérgio Prado; Sr. Procurador da Fazenda Nacional, Manoel Felipe Rêgo Brandão; Marco Aurélio Marra-fon; Srªs Senadoras e Exmºs Srs. Senadores, meus colegas; senhores funcionários da Casa; jornalistas e todos que honram, com suas presenças, esta reunião, eu quero saudar os eminentes brasileiros que aceitaram fazer parte desta Comissão, cujos objetivos fundamentais são o estudo das questões federativas e, sobretudo, que até hoje nós não pensamos numa avaliação mais profunda sobre o que está acontecendo com a Federação brasileira, no esgarçamento que todos nós sentimos, cada vez mais, desse processo que, sem dúvida, é a base e a síntese da República, tanto que a nossa Constituição estabelece que esses dois pontos são intocáveis, estão acima das cláusulas pétreas, para se constituírem na diretriz da formação do País, da Constituição: a Federação e a República.

Todos, como nós sabemos, trata-se de homens de grande qualificação e a escolha é, sobretudo, difícil, num País como o nosso, de tão grandes talentos, ao procurarmos escolher aqueles talentos que se interessam profundamente por esse assunto e se dedicarão, sem dúvida, a uma função que é a que nós não temos oportunidade de fazer no dia a dia, que é a de pensar.

Esta Comissão, sobretudo, Presidente Nelson Jobim, eu penso que tem por finalidade pensar no País pensando na Federação. E pensando na Federação, estamos pensando na República.

Como todos sabem, e o Ministro Nelson Jobim teve a oportunidade de aqui falar, no Império, nós não tínhamos as províncias independentes. Tínhamos todas elas dependentes.

Apesar da flexibilidade que nós tivemos na Constituição de 1924, que viria a permitir a implantação do parlamentarismo, foi preciso uma emenda constitucional, o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, para que as províncias adquirissem o direito de eleger as suas assembleias legislativas.

Isso já era um grande avanço, mas ficava reservado ao Imperador nomear o presidente dessas assembleias, ao mesmo tempo em que podia demiti-los, de acordo com a sua conveniência.

Uma lei interpretativa, depois do ato adicional, viria, sem dúvida, estabelecer alguns limites que eles achavam necessários aos poderes que tinham as assembleias, que foram dados às assembleias legislativas.

É assim que Joaquim Nabuco, em 1885, já diz:

A Federação é um fenômeno do nosso passado todo. Nós a encontramos no crescimento gradual e lento do nosso País, encontramos-la associada às antigas capitanias; encontramos-la antes da Independência, e a

despeito dela, durante todo o Primeiro Reinado, durante toda a Regência, e para perdê-la de vista é preciso atravessar os 45 anos [dizia ele naquele tempo] deste Reinado, em que a centralização se aperfeiçoou e fez desaparecer completamente da superfície o espírito que aviventa toda a história brasileira.

Aqui, eu quero fazer um parêntese para dizer que, realmente, é uma coisa extraordinária, e que sempre aguça a indagação dos historiadores e pensadores sobre o nosso País: como nós tivemos condições de manter a unidade nacional neste vasto, imenso território, no qual, naquele tempo, nós não sabíamos nem onde eram as nossas fronteiras, nem onde terminava e começava verdadeiramente o País. E, com uma diferença – e aqui foi feita uma referência pelo Ministro Jobim – da América espanhola. A América espanhola foi uma construção militar. Foi feita em batalhas sangrentas com aqueles generais de que ele falou aqui, como Bolívar, O’Higgins, San Martín e os outros todos, nas grandes batalhas de Carabobo, de Ayacucho, o Brasil foi uma construção civil.

Podemos dizer que o “jeitinho” brasileiro começa quando transformamos um príncipe português em rei, imperador do nosso País, e é ele quem faz a independência.

Qual é o primeiro ato que ele faz? Justamente tentar institucionalizar, através de uma assembleia constituinte.

Naquele tempo, o constitucionalismo começava a pegar de uma maneira grande, a começar pela Constituição de Cádiz – está, aqui, o mestre e não quero falar de Constituição na frente dele –, que era a La Pepa e que, realmente, foi inspiradora para nós e chegou a ser a Constituição do Brasil durante um dia, quando havia um vazio. D. João já era D. João IV, e não Príncipe Regente, e ele, então, decreta que a Constituição do Brasil era a Constituição espanhola de Cádiz.

Esses homens iam para a Assembleia Constituinte de 1823 a cavalo, amarravam seus cavalos, em carruagens pequenas daquele tempo, alguns deles, nós podemos pensar, mas se reuniam, e pensavam em quê? Eles pensavam, já, na formação de um grande país. Discutiam a magistratura quando não tínhamos, naquele tempo, os predicamentos da magistratura. Discutiam a liberdade de imprensa quando não tínhamos prelo. Discutiam a liberdade de ir e vir quando o rei absoluto poderia condenar à morte, fazer o que ele quisesse.

Esses homens, então, começam a construir a visão do País e, sob a égide civil, da construção civil, eles constroem o Brasil. E o Brasil passa a ser, desde esse tempo, uma construção civil. Essa maneira de ver consegue abranger a unidade nacional.

Os historiadores procuram saber: a que nós devemos? Primeiro, devemos à unidade que foi sonhada, mas que não era uma realidade. E como ela se tornou uma realidade de coesão? Eles dizem que duas coisas foram muito importantes para isso. A primeira delas era o Poder Moderador, que conseguiu que as rupturas políticas não fossem feitas, porque ele tinha o poder de, na hora, equilibrar as situações. Esse poder que se dava ao Imperador mudava sem que houvesse as rupturas políticas que podiam importar na divisão do País. Em segundo lugar – quase todos os historiadores apontam isto, que, hoje, é um anacronismo; nem se pode falar –, o Senado da República era um Senado vitalício. Por quê? Porque ele dava uma visão de perpetuidade, de continuidade, de permanência.

Com o Poder Moderador e com o Senado do Império, foi possível, então, o Brasil atravessar esse tempo todo e consolidar o território que aqui existia, unindo esses Estados, que, naquele tempo, eram províncias. Isso era possível justamente por meio da representação do Senado, que tinha a mesma função que teve o Senado dos Estados Unidos, quando este foi pensado.

Há uma história que vale a pena sempre repetir: os constituintes de Filadélfia estavam profundamente preocupados. Como eles eram ingleses, eles tinham na sua memória a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns. E eles se perguntavam: como fazer a Câmara dos Lordes numa República? Houve uma discussão muito grande. Não encontraram solução. Eles, que eram religiosos, tomaram uma decisão, dizendo: “Vamos rezar, para que, amanhã, Deus nos inspire a encontrar uma solução”. Por isso, Afonso Arinos dizia: “O Senado foi uma inspiração de Deus”.

Então, no dia seguinte, veio a solução: havia uma Câmara que podia representar os Estados. Cada um dos que, nos Estados Unidos, tinha independência total procurou fazer a unidade por meio justamente da instituição do Senado.

Também no Brasil, embora aqui não houvesse a função que havia nos Estados Unidos de regiões de soberania, cumprimos a função de que essas províncias se tornassem unidas e representadas igualitariamente dentro de uma instituição, como era o Senado. Daí a expressão de que “somos guardiões da República, da unidade nacional”. Essa unidade nacional é muito importante. Se a recebemos no passado, não podemos pensar em termos de futuro. Devemos pensar não o Brasil de 50 ou de 100 anos, mas devemos pensar em termos de perpetuidade, de eternidade, para que este País mantenha os fundamentos da sua unidade, para que nunca o gérmen da secessão possa realmente criar essa divisão dentro do nosso território.

Nesse processo histórico, a ideia do federalismo existia com força. Devemos dar grande destaque ao fato de que, quando ela realmente começou a surgir, Tavares Bastos, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco resolveram incutir a ideia do federalismo, embora eles não pudessem incutir a ideia da República, porque eles participavam ainda da Câmara do Império. Todos eles ainda achavam melhor o regime monárquico do que a República. Mas, no Partido Republicano, que já existia, a Federação já estava sendo pregada na sua independência total, enquanto ainda os nossos maiores teóricos do Império pleiteavam que o desenvolvimento não deveria ser feito, como dizia Nabuco, não somente num só tronco, mas numa árvore que tivesse troncos, ramos, flores e que pudesse alcançar a sua totalidade.

A pregação não era, para seus três principais defensores, um processo do debate; ainda a tinha como ponto-chave, como eu disse. Mas havia províncias como, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos – o Senador e o Presidente Jobim são de lá –, que sabiam que o jornal do Rio Grande, do Castilhos, chamava-se *A Federação*.

Então, vinda à República, Rui é o principal autor, na Constituição, nessa fórmula que tinha uma nítida inspiração norte-americana. Nesse sentido, o Senado transformou-se de pronto, com a incumbência de representar os Estados federais e de ser a Casa onde se equilibravam as forças desiguais que as populações mais amplas, para não falar do poder econômico, expressavam na Câmara dos Deputados.

Eu andei fazendo umas improvisações e havia escrito um texto. De maneira que pensei que tivesse dito.

Esta República Federativa é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Nos quatro artigos – era isto que eu estava procurando, achei que já havia dito – que constituem os princípios fundamentais da República Federativa, um único ponto na nossa Constituição, que diz respeito direto à Federação, está no art. 3º, inciso III, que diz: “Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, porque este é, sem dúvida, o núcleo da coesão territorial do País. Enquanto tivermos divisões, regiões absolutamente condenadas à pobreza, regiões condenadas a viver permanentemente submetidas a um regime de dependência, evidentemente que se esgarça a coesão do País, e, sem dúvida alguma, isso esgarça a Federação, e há consequência no próprio processo político da República.

Esta Comissão, portanto, deverá examinar o balanço que fizemos e o quanto estamos longe de alcançar esse sonho republicano.

O artigo atual dizia que ia reduzir as desigualdades regionais, e Rui dizia que era necessário tratar desigualmente os desiguais para se assegurar a igualdade.

Se a riqueza nacional tem sido uma distribuição justa, que é o objetivo da Seção IV da Constituição, repartição das receitas tributárias, portanto, que dispõem sobre fundos com os critérios previstos na lei complementar, esses fundos, sem dúvida alguma, são instrumentos que nós lançamos. Mas essa é uma das coisas que a Constituição tem que lançar, que esta Comissão tem que pensar: como encontrarmos um equilíbrio no qual essa maneira possa servir à igualdade do País inteiro. Basta ver que se fala muito no Fundo Participação dos Estados e Municípios, mas representa 1,15% do PIB nacional. Se pensarmos bem, veremos quanto esforço o País ainda precisa fazer para alcançar esses objetivos, que são fundamentais para o País. Talvez seja o caso de encontrarmos outros elementos que assegurem uma queda rápida da desigualdade entre os diversos entes da Federação.

Sabemos que, em relação ao critério da redistribuição de renda, nessa área, nós avançamos muito pouco. Condições especiais de crédito, preferência na implantação de obras de infraestrutura, investimentos especiais em formação e capacitação de recursos humanos estão entre algumas medidas que podem ser examinadas.

Eu, aqui, acho que uma das coisas nas quais a Constituição deve pensar bem é que nós temos que, cada vez mais, dar continuidade, para que se torne uma realidade profunda à integração física, econômica, política entre as unidades da Federação, que constituem os nossos Estados. Cada vez mais vamos verificando que o Brasil vai se tornando ilhas isoladas, sem que esse princípio de unidade nacional seja consolidado.

Quero voltar à imagem de Joaquim Nabuco, da árvore e dos seus galhos.

A beleza da árvore está no desenvolvimento harmônico de suas ramificações – ainda bem que a árvore de que estou falando não é aquela da qual os juristas falam: da árvore podre, que gera frutos podres –, de maneira que todas frutifiquem por igual. Não cabe, na Federação, um desequilíbrio que possa ruir todo o seu conjunto. O princípio de dar mais aos que menos têm é o que fará equilibrar, na balança da justiça social, o princípio federativo.

Foi nosso desejo, portanto, entregar nas mãos, na competência dos senhores desta Comissão pensar os tipos de desintegração que podem germinar no Brasil em termos de futuro.

Eu me lembro que, quando tive uma audiência com Deng Xiaoping, ele começou a conversar comigo, e eu lhe perguntei: “Como o senhor vê os 50 anos

do futuro da humanidade”? Ele me respondeu: “Não, Presidente. Vamos ver os 100 anos. Vamos ver o futuro”. E começou a falar na China de 100 anos como se falasse na madrugada do dia seguinte.

Eu acho que é isto que, no Brasil, estamos precisando resgatar: a utopia da perpetuidade nacional. Muitos de nós, no dia a dia, não o fazemos. E não cabe, realmente, na luta política, que aqui dentro é natural, dos partidos e que fomenta a democracia, debruçar-se sobre esses assuntos, mas os senhores poderão se debruçar sobre eles. É esse pensar na Federação e na República que me levou, conversando com outros membros da nossa Casa, a constituir uma Comissão de homens tão notáveis, que tivessem condições de pensar nessas questões, que o dia a dia não nos deixa refletir sobre elas.

Portanto, aos senhores, quero entregar essa tarefa, para nos dar subsídios, sugestões, pensar sobre esses assuntos, e como teremos condições de fazê-lo. Não falo do dia de manhã; quero também falar na perpetuidade, nas formas de argamassar aquilo que nós constituímos, o fundamental, que é a unidade nacional, a unidade feita não na desigualdade, mas a unidade feita na igualdade entre todos os entes da Federação.

Por esse sonho é que estou convocando todos aqui para esta Comissão. Com o trabalho desta Comissão, sem dúvida alguma, tenho a impressão, Ministro Jobim e todos os membros da Comissão, de que nós poderemos constituir um documento que seja importante para o estudo não só de agora, do presente, mas para o futuro do Brasil. Que ele seja um instrumento de referência, um subsídio que seja recolhido sempre que se quiser pensar, e que nós comecemos a pensar nesses problemas com essa grande antecedência.

Sob a invocação daqueles que fizeram este País, sob a invocação daqueles homens que construíram esta Nação é que eu declaro instalada esta Comissão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Esqueci-me de dizer que não houve nenhuma intenção, nem preparação para que hoje fosse instalada a Comissão, mas, na realidade, coincidiu com o aniversário do Presidente Jobim, que é no dia de hoje.

O SR. MESTRE DE CRIMÔNIAS – Senhoras e senhores, a presente solenidade está encerrada.

Agradecemos a presença de todos.

Informamos que haverá uma reunião de trabalho na Sala nº 3, da Ala Alexandre Costa. *(Pausa.)*

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

Ministro **Nelson Jobim**, Presidente.

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião realizada em 12 de abril de 2012, às onze horas e trinta e oito minutos, na Sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Bernardo Appy, João Paulo dos Reis Velloso, Everardo Maciel, Ives Gandra da Silva Martins, Adib Jatene, Luís Roberto Barroso, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho, Fernando Rezende, Sérgio Roberto Rios do Prado, Manoel Felipe do Rêgo Brandão e Marco Aurélio Marrafon**. Deixou de comparecer o Senhor **Bolívar Lamounier**. Na oportunidade foi discutido o Cronograma de Atividades da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Vamos dar início à nossa Reunião.

O objetivo desta nossa Reunião preliminar e prévia é tentarmos, pelo menos, fixar uma agenda inicial, que não seja uma agenda rígida, mas que, creio eu, deverá ser flexibilizável no sentido de introduzir determinados temas, a depender do andamento das discussões que viermos a fazer; mas, pelo menos, que tenhamos uma diretriz inicial para fixar nossa agenda de trabalho.

Agora, o que também importa saber, antes de chegarmos a isso, é que é muito sensível aos Senadores, principalmente às comissões especiais, a criação de comissões dessa natureza, porque a tendência é que a imprensa e alguns setores possam tentar ver nesse tipo de trabalho ou nesse tipo de comissão um sentido de sobrepor as Comissões Permanentes do Congresso e do Senado. Assim, temos que ter uma absoluta cautela de que isso não é uma comissão decisória. Não temos nenhuma função de decisão política, de construção política do chamado Pacto Federativo. O que precisamos deixar muito claro é que temos de nos conduzir, coletiva e individualmente, por essa perspectiva para evitar exatamente quaisquer conflitos que possa haver.

Lembrem-se de que, logo que o Presidente Sarney anunciou a constituição desta Comissão, houve manifestações de alguns Senadores exatamente nessa linha, e nós temos que evitar esse tipo de situação que só nos leva, digamos assim, ao desgaste.

Eu creio que uma das metodologias iniciais que nós poderíamos adotar – e estou sugerindo uma linha de discussão, antes de falar da agenda propriamente dita – é que, primeiro, nós devemos trabalhar “nós”. Se tivermos que ouvir ou conversar com alguém, que sejam conversas informais. Não devemos tentar fazer uma espécie de audiência pública ou coisa parecida, porque isso não dá certo, não funciona e estaria exatamente entrando na linha das tarefas das demais Comissões. Então, o que nós deveríamos fazer era nos restringirmos a nós mesmos, evidentemente obtendo subsídios de terceiros, em diálogos informais, mas nada de algo que seja formalizável, porque não é exatamente essa a nossa tarefa. A nossa tarefa é produzir subsídios que nós venhamos a entender como as linhas ideais para uma solução momentânea ou pelo menos um processo de transição para um Pacto Federativo ideal.

Eu quero lembrar que toda sugestão que se faz tem que estar no teto, porque, se ela estiver no piso, a solução final vai ficar no subsolo. Então, nós precisamos trabalhar no sentido não da perspectiva daquilo que seja viável, mas da perspectiva do ideal. Devemos ter o pé no viável, mas devemos ter também aquilo de puxar para cima o debate, porque, quanto mais nós levantarmos a linha de solução, mais você puxa o debate para cima. Ou seja, isso funciona como teto do debate.

É claro, por exemplo, que vários temas que estão – ou estarão – dentro da temática desta Comissão estão em andamento no Congresso. O Senado está discutindo... Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania rejeitou parecer do relator e nomeou um novo... Enfim, aprovou a constitucionalidade do Projeto de Resolução nº 72, que enfrenta a questão relativa às importações, ou seja, o problema dos portos, a chamada “Guerra dos Portos”. Esse tema está com a Comissão de Assuntos Econômicos, onde, creio, é Relator o Senador Eduardo Braga, que já apresentou seu parecer. Isso será votado, creio, na semana que vem para enfrentar a temática específica.

E quero deixar bem claro que, no momento que o Congresso resolveu, através de um projeto de resolução, enfrentar o problema dos portos, onde está embutido o problema da origem/destino em relação ao ICMS, ele resolveu ir por esse caminho porque era aquilo que o Senado entendia viável para o enfrentamento, ou seja, que não poderia fazer um enfrentamento global do tema. E nós precisamos examinar tudo isso, não no sentido de negar as funções absolutas do Congresso, do Senado, que não temos função para isso, mas criarmos expectativa sobre quais as soluções que podemos ter nas questões que, digamos, neste primeiro momento, é o que mais urtantemente provoca os Estados: a divisão da renda nacional. Ou seja, como

é que se divide a renda nacional entre os Estados e quais são os critérios para isso?

Eu me lembro de que, há algum tempo, conversando com o Governador de um Estado – eu estava no Supremo, não me lembro mais –, que dizia assim: “Mas o que é que eu tenho a ver com os subsídios que o Governo dá à indústria de automóveis, se no meu Estado não há nenhuma indústria de automóveis? E isso acaba reduzindo o IPI que compõe a base do Fundo de Participação dos Estados do qual o meu Estado depende muito”. Esse tipo de tema nós teremos de examinar.

Será que nesse problema de a União outorgar subsídios ou benefícios em cima de impostos partilháveis ela não precisaria ter a anuência dos Governadores? E, se dispensar a anuência dos Governadores, o ônus atribui-se exclusivamente à parcela da União e não atinge as parcelas que compõem o Fundo? E, se algum Estado desejar isso, o Estado terá de partilhar os ônus com todos os Estados ou este será partilhado exclusivamente com aquele Estado diretamente beneficiado? E aí alguém dirá: “Mas assim estamos beneficiando o País todo”.

Eu estou apenas fazendo indagações; não estou fazendo nenhuma afirmação.

E outros ainda dirão: “Ah, não; mas essa solução vai beneficiar o País todo, pois vai aumentar o emprego”. Mas aumenta o emprego de quem? Dos Estados que sediam as fábricas. Isso é verdade! E mais: como o ICMS é na origem, vai beneficiar o Estado da produção e não o do consumo.

Vejam, pois, que há uma série de situações. Eu me recordo que isso começou – o uso de benefícios fiscais em cima do Imposto de Renda e do IPI – no Governo Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro Malan. O Everardo tem um nível de responsabilidade sobre isso ou, pelo menos, sabe bem disso. E o aumento dos tributos se dava sempre nas contribuições, mas se reduzia e se dava benefícios nos impostos partilháveis. Esse é um tema que temos de pensar.

Será que é assim? Será que o Presidente da República e o Ministro da Fazenda podem tomar unilateralmente decisões que oneram os Estados? É isso legitimado no critério de estrutura federativa? E também os Municípios que estão na base dessa história?

Ou seja: tudo isso nós vamos ter que pensar. E é fundamental que lembremos que temos de pensar nisso sem emoções; temos de pensar isso no sentido daquela perspectiva de tempo referida pelo Presidente Sarney, para não confundirmos o tempo da nossa geração com o tempo da Nação, que é muito diferente. E é esse o tema que está sendo discutido.

Eu havia pedido algumas sugestões a alguns daqueles com quem pude ter contato antes, sugestões sobre temáticas, e o Professor Everardo Maciel, juntamente com o Professor Fernando Rezende, o Dr. Manoel Felipe, o Sr. Michal Gartenkraut, o Professor Sérgio Prado e o Dr. Bernardo Appy fizeram algumas sugestões de temas focados na divisão de renda, ou seja, na receita. Eles sugeriram que nós fizéssemos o exame, como também o fez o Ministro João Paulo, em relação à chamada “Guerra Fiscal”. Mas só que o Ministro João Paulo emite um juízo valorativo e chama o “labirinto do sistema do ICMS”, que está dentro, que está abrangido, nessa temática, pela chamada “guerra fiscal do ICMS”. Só que ele não chamou de guerra fiscal, chamou de labirinto do sistema do ICMS.

Outro tema que também foi sugerido por esse grupo foi a revisão dos critérios de distribuição dos recursos de participação dos Estados. Aqui, há um problema grave, o Senado sabe muito bem disso. O problema grave é que o Supremo Tribunal Federal considerou incompatível com a Constituição de 1988 o critério de distribuição dos recursos do fundo de participação, que era estabelecido por uma lei anterior à Constituição de 1988, e que não respeitou – perdão, é posterior à Constituição – o critério básico que era a equalização e o desenvolvimento dos Estados, etc. Assim, declarou inconstitucionalidade, adotando um critério alemão, germânico, estabelecendo um prazo para manter a vigência da lei e, a partir de então, não teremos distribuição do fundo de participação. Isso até 30 de dezembro deste ano. Se não me engano, a decisão do Supremo é nesse sentido, seria dia 31 de dezembro.

Então, o Congresso precisa votar isso. Se não votar esse tema, será um caos, porque, aí, se congela o fundo. Congela-se o fundo, aguardando uma decisão. Então, vejam, dentro desse conjunto, tenho a impressão de que se devem considerar certas urgências existentes, mas sabemos da imensa dificuldade de se ter um critério para isso. Inclusive o Professor Ministro João Paulo refere que o segundo tema, além do labirinto sistema fiscal, da questão fiscal, seria o Fundo de Participação dos Estados, orientação geral, PIB *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Social, IDS, um critério básico para o desenvolvimento, etc., o Fundo de Participação dos Municípios, e ainda refere mais. Um tema agudíssimo, que está sendo debatido aqui, no Congresso, é a revisão dos critérios de distribuição dos recursos dos *royalties* do petróleo, revisão dos critérios de correção das dívidas estaduais e refinanciação, todos esses assuntos são de uma agenda de ontem e que agora começou a pressionar muito mais.

Então, eu queria ouvir dos senhores qual a sugestão que poderíamos ter desse conjunto, dessa miríade de problemas que temos, além das questões exclusivamente fiscais.

O Professor Doutor Adib Jatene deve ter sugestões de uma pauta que possa também definir certos critérios em relação às funções da União e dos Estados, uma temática que lhe é conhecida. O Professor Barroso tem ideias também a respeito do assunto.

Evidentemente, podemos definir dois tipos de conjuntos: o conjunto dos temas que têm urgência e o conjunto dos temas que podem ter maior *delay*, ou seja, maior demora. O tema urgente, evidentemente, considerando a decisão do Supremo, é o Fundo de Participação dos Estados. Paralelamente, há o problema do ICMS, que se impõe, mas há um problema que me foi sugerido e foi referido pelo Everardo, qual seja, o fato de que é difícil tratar isso isoladamente. O tratamento isolado disso impõe perdas sem perspectivas de compensações. Então, refere o Everardo a necessidade de se pensar em mexer no sistema do ICMS, mas estabelecendo um mecanismo em que possa haver compensação e eventualmente o de transição em relação a essa situação. Por quê? Porque se tratarmos isoladamente os temas, acaba não se conseguindo construir nada, já que a construção depende de concessões recíprocas em temas paralelos e conjuntos.

Era tudo isso que eu gostaria de ouvir dos senhores. Vamos abrir essa conversa, que tem como objetivo, pelo menos, fixarmos uma agenda prévia inicial, não fechada e, em um segundo momento, definirmos também uma metodologia de trabalho porque, evidentemente, não podemos nos reunir todos os dias tendo em vista que a maior parte dos senhores também não reside em Brasília. Então, definimos uma forma de comunicação moderna, como *e-mails*, e estabelecemos uma metodologia, talvez a divisão em grupos e subgrupos que possam tratar de temas específicos e propor sugestões de forma a que possamos, depois de ter essas sugestões circuladas entre os membros, faremos uma reunião, aqui em Brasília ou em outro lugar para debatermos aquele tema e acertarmos definitivamente uma linha de posição. Agora, evidentemente, precisamos ter um foco inicial.

Everardo, por favor.

O SR. EVERARDO MACIEL – Antes de entrar diretamente nesse assunto, abordo algumas pequenas questões, que são fundamentais no plano, vamos chamar, técnico-administrativo. Precisamos definir algum tipo de apoio administrativo para a Comissão, uma coisa bem definida, para não acontecer o que ocorreu com meu amigo Ives, que financiou a passagem com o seu próprio bolso para vir para cá, na falta de

um contato direto. Estou tomando a liberdade de abrir esse assunto para dizer que essas questões...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Ainda bem que foi o Ives, que não tem problemas com isso, não é? (*Risos.*)

O SR. EVERARDO MACIEL – A segunda questão também é relativa ao apoio técnico. Quando digo apoio técnico, quero me referir ao seguinte: temos algum tipo de proposição. Em que área? Rateio de *royalties*, rateio do Fundo de Participação dos Estados, guerra fiscal ou qualquer coisa desse tipo. E precisamos que sejam feitas simulações. Então, creio que seria importante que ficasse claro e bem definido: qual seria o contato técnico dentro da Consultoria do Senado ao qual iríamos fazer essas demandas para termos essas informações?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Perfeito.

O SR. EVERARDO MACIEL – Nesse sentido, começando logo, levantando todas essas proposições que versam sobre – vou falar em seguida – uma proposta de agenda, aquilo que está em tramitação no Congresso. Outro ponto: acho que deveríamos trabalhar – de certo modo, você já falou isso, Jobim – no sentido de ser uma comissão fechada; fechada para que não se traga ninguém. Poderíamos até veicular a ideia de um ou outro, mas, senão, fica aberta, e temos muito pouco tempo para isso.

Se vamos trabalhar dessa forma, não vamos – vamos dizer assim, vamos informar – ser guiados, direcionados por aquilo que está em debate no Congresso Nacional, porque não podemos estar em uma linha de concorrência. Somos uma comissão que vai apresentar proposições, subsídios. Então, não posso dizer “olhem, foi votado tal projeto”, e esse tal projeto passa a ser um elemento para balizar o que vai ser feito. Não. Minha proposta é trabalharmos de forma independente.

Outra questão administrativa: local de reuniões. Temos que ter um local bem definido e fechado. Quer dizer, posso até ajudar nisso, mas poderíamos ter um local de reunião bem definido e fechado.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Inclusive não nesse formato de...

O SR. EVERARDO MACIEL – Não. Fica muito formal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Senão, não conseguimos conversar.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – (*Fora do microfone. Inaudível.*) ...comissões. Por exemplo, se determinados temas forem dados para uma determinada comissão entre os 14 – até por uma questão geográfica – que seja mais fácil trabalhar e tenham conhecimento do tema, poderíamos superar

essa fase inicial de trabalharmos e aprofundarmos em alguns assuntos, Everardo, sem necessidade de reunião global. Seriam subcomissões, por exemplo: em São Paulo: Paulo de Barros Carvalho, eu, você mesmo, que está sempre conosco lá no conselho. Podemos trabalhar determinados assuntos para só fazermos uma reunião conjunta quando já tivermos apresentado para a Presidência sugestões concretas. Isso seria mais fácil, talvez, não é Presidente?

O SR. EVERARDO MACIEL – Seguindo a linha de raciocínio, temos, em princípios, sessenta dias de prazo para apresentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Prazo, para as decisões do Congresso, nunca é decisão preempatória. Os prazos são “dilatatórios”. (*Risos.*)

O SR. EVERARDO MACIEL – Significa dizer que temos, a rigor, oito semanas, algo assim.

Então, eu estava querendo propor que tivéssemos uma reunião formal de dia inteiro a cada sexta-feira de quinze em quinze dias. Ou seja, em outras palavras: quatro reuniões. Quatro reuniões em quatro sextas-feiras, quando estivéssemos todos presentes. Temos rigorosamente esses sessenta dias. Então, se marcarmos, a cada quinze dias, uma sexta-feira de reunião o dia inteiro, facilitaria a vida de todos aqui, já que todos aqui têm compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Uma agenda prévia.

O SR. EVERARDO MACIEL – Uma agenda prévia, sexta-feira. Todos se programariam para isso. Teríamos essa reunião a cada quinze dias. Ao todo, faríamos quatro reuniões conjuntas, quando todos estariam presentes.

Agora, em relação às questões de proposições e apresentação de soluções, eu entendo, Jobim, que nós, não necessariamente, deveríamos apresentar uma solução para cada um desses assuntos. Nós podemos ter divergências aqui, e essa divergência é produtiva. Então, em relação a determinado assunto, existem dois tipos de proposição, e cada um apresenta as vantagens e as desvantagens de cada proposição, ou seja, para não eleger por maioria ou por qualquer outro critério, eleger uma determinada proposição, porque isso sacrifica a criatividade e a possibilidade, portanto, de se oferecerem alternativas para a questão.

Evidentemente, todas as questões que envolvem pacto federativo...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Nessa temática, então, a proposta do Everardo é a seguinte: é que nós não tenhamos necessidade de decidir sobre divergências que possam ocorrer dentro da Comissão, ou seja, que a Comissão acolhesse as propostas divergentes, e a quem cabe escolher uma ou outra não

seríamos nós, mas seria o Congresso, e, com isso, facilitaria, porque evitar-se-ia votação, qual é que vai ganhar, quem é que vai perder, etc.

A proposta do Everardo tem esse sentido, de que possamos, com isso, colher todo o conjunto de proposições.

Michal.

O SR. EVERARDO MACIEL – Michal, eu queria só para encerrar aqui o meu...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – É o mesmo assunto. É só uma parte intercorrente.

O SR. EVERARDO MACIEL – Evidentemente que sem prejuízo – eu já disse o que eu queria falar – de buscar uma convergência, de buscar um consenso. Mas, se não houver consenso, que floresçam todas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Claro, essa é a sua sugestão. Agora, peço que...

O SR. EVERARDO MACIEL – É a última questão que eu queria abordar dentro desse raciocínio é o que deveria constituir uma agenda prioritária. Pacto federativo é muito aberto. Cabe tudo nessa discussão, desde representação política, federalismo fiscal e o que for. Eu acho que nós podíamos imaginar como primeiro tempo para enfrentar esses assuntos definir questões relevantes e urgentes de interesse do federalismo fiscal, para as quais eu entendo – como entendem vários outros com quem nós conversamos – aquelas sugestões...

Jobim, faltou eu dizer que eu submeti à apreciação de quem eu tinha o e-mail – o Ives, o Paulo de Barros Carvalho e o Adib Jatene – eles têm conhecimento daqui, e, lá fora, o Ministro João Paulo dos Reis Velloso. Todos tiveram conhecimento. Foi partilhado com todos. Eles não assinaram porque foi encaminhado posteriormente ao momento em que havíamos assinado, mas eu falei, por telefone, com cada um deles.

Então, o que é relevante e urgente? Nós poderíamos tratar, como eu disse, de inúmeras coisas. Sobre o prazo de 60 dias vamos admitir como sendo o prazo que temos a mão neste instante. Então, eu acho que nós deveríamos conferir prioridade a questões importantes e relevantes no âmbito do federalismo fiscal. Aí eu apontaria, nessas questões, quatro delas: critérios do Fundo de Participação dos Estados; não abordar neste instante os critérios do Fundo de Participação dos Municípios – que, aliás, são tão inconstitucionais quanto o foram os do Fundo de Participação dos Estados, e nós poderíamos complicar o problema aqui.

Segundo, a questão dos critérios de rateio dos *royalties* de petróleo. É preciso lembrar que um projeto que foi aprovado diz que os critérios de rateio dos *royalties* do petróleo são os do Fundo de Participação

dos Estados, que foram considerados inconstitucionais pelo Supremo. Então, nós temos uma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Uma inconstitucionalidade por arrastamento.

O SR. EVERARDO MACIEL – Por arrastamento.

A terceira questão: a guerra fiscal do ICMS. Não um tipo particular de guerra fiscal, mas a guerra fiscal do ICMS. Isso como tema para debatermos. Tem que existir guerra fiscal? É bom? É ruim? É indispensável? O que fazer diante disso? Como é que eu trato estoque? Como é que eu trato futuro? Quais são os meios que eu tenho para operar qualquer uma dessas soluções?

Enfim, há muitas alternativas sobre isso.

Quarta questão: não é uma questão que tem o mesmo peso dessas outras, mas pode ser um instrumento importantíssimo para viabilizar os outros: o indexador da dívida dos Estados com a União.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – O IGPI.

O SR. EVERARDO MACIEL – Então, esses quatro elementos – poderíamos acrescentar alguma outra coisa, a depender do pensamento das pessoas – poderiam ser o núcleo central daquilo que deveria ser uma agenda prioritária para se tratar. E, então, em função desses assuntos, nós poderíamos marcar uma sessão, mas nós entendemos, como muitos entendem aqui, que essas questões não dão para ser tratadas separadamente. Ainda que sejam questões distintas, elas são de tal sorte interligadas que a possibilidade de mitigar perdas que possam ter entidades federativas nesse processo só pode se dar por um processo de compensação cruzada: perde aqui e ganha acolá. “Pode fazer isso, mas, em compensação, você fará aquilo.” É uma maneira de encontrar uma solução de maior equilíbrio, reduzindo, portanto, as possibilidades de conflitos de interesse entre essas entidades federativas.

Então, isso é o que eu queria falar como primeiro tópico.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Michal, depois o Ives, depois o Appy e o Fernando.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Muito obrigado.

Eu só queria complementar a proposta das alternativas, de que eu gostei muito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Só um pouquinho: eu não vou tratar nada de senhoria aqui, está certo? Senão nós vamos acabar tendo de ter uma sala fechada, com mesa. Então, eu não vou ter senhoria com ninguém, também não tenho senhorias comigo. Está bem, Professor?

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – OK.

Complementando essa proposta de buscar alternativas, para evitar cair em verdadeira armadilha, que é a busca da solução única, eu acho que isso

também resolve essa questão de termos uma imagem de superposição com as Comissões no Senado. Quer dizer, não é nosso papel achar a solução única, mas propor alternativas e principalmente – e aí vem a complementação – avaliá-las tecnicamente, de modo que ao decisor tenhamos oferecido subsídios para que ele possa decidir, é claro, politicamente, mas com fundamentos técnicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Obrigado. Ives Gandra.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Eu concordo plenamente com a proposta do Everardo – e, aliás, discutimos os quatro pontos. Mas eu considero que há um ponto que me parece o mais urgente de todos, até porque esse já está com uma resolução aprovada ontem na CCJ, que é a Resolução nº 72 – amanhã, o Gilmar, eu e o Calabi vamos falar especificamente sobre isso –, e o Supremo Tribunal, que você presidiu, Nelson, está cuidando de dar às decisões sobre a “guerra fiscal” o efeito de súmula vinculante, o que representaria, sem termos uma solução, um problema seriíssimo para todos aqueles que estiverem... E o outro dado: a possibilidade de, a qualquer momento, começarem a entrar com reclamações das novas leis, o que representaria um problema maior, porque monocraticamente os Ministros do Supremo poderiam decidir.

Então, o que eu estava pensando como assunto prioritário, como o mais prioritário de todos, seria enfrentar, de imediato, esse problema da “guerra fiscal”, onde nós podemos dar uma contribuição extremamente rica para o debate, na medida em que eu tenho absoluta certeza de que, com a Resolução 72 aprovada, a primeira coisa que os Estados que forem lesados vão fazer, se não houver compensações, será entrar no Supremo, e a Resolução é de duvidosa constitucionalidade. Eu tenho ouvido inúmeros constitucionalistas e tributaristas que têm a mesma posição. Eu mesmo e o Hamilton publicamos um artigo na *Folha*, que o Everardo deve ter lido, analisando o seguinte: entre uma inconstitucionalidade regional, que é prejudicial ao País, e uma nacional, que beneficia o País, eu preferiria a inconstitucionalidade nacional, mas continuaria inconstitucionalidade, o que representa que poderiam ir ao Supremo Tribunal Federal.

Então, eu tenho a impressão de que, adotada a metodologia, como é que vamos nos reunir, de que maneira, se vamos fazer subcomissões ou não, seria importante que considerássemos como assunto prioritário, a ser decidido de imediato, a questão da “guerra fiscal”, principalmente a “guerra dos portos”, porque, se não houver uma compensação, se não houver um

acordo – e não está fácil, até porque é difícil um indexador para as dívidas dos Estados... Hoje o Alckmin dizia que ele achava a taxa SELIC uma taxa boa. É uma taxa inviável para os Estados também, que não têm condições de pagar. A maior parte dos Estados. Eu nem sei se São Paulo teria, porque acho que ele não fez o cálculo da dívida indexada pela SELIC.

Então, Nelson, esse seria, a meu ver, o mais importante dos assuntos, independentemente de tratarmos simultaneamente os outros, mas sem a mesma urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Appy com a palavra.

O SR. BERNARDO APPY – Eu, na verdade, queria completar o que o Dr. Ives está colocando. Eu até entendo a urgência que o senhor está colocando, mas eu queria reforçar dois pontos colocados pelo Everardo. O primeiro: eu acho que faz sentido tratar os quatro temas conjuntamente, porque eles se compensam. Então, por exemplo, dependendo da solução que for adotada para a “guerra fiscal”... Uma solução tradicional aventada é a atenção para o destino. Se for escolhida a atenção para o destino, os Estados que são ganhadores na transação do destino podem eventualmente ser perdedores numa mudança do FPE, que o torna mais racional, e uma mudança na distribuição dos *royalties* que a torna mais racional.

Então, tratar os temas conjuntamente, na verdade, ajuda você a, provavelmente, encontrar uma solução em que se reduza o grau de ganhos e perdas entre os Estados em função desses impactos. Esse foi um dos motivos pelos quais foi proposto tratar os quatro temas conjuntamente.

A questão da indexação das dívidas seria, obviamente, uma das formas de participação da União para alcançar esse objetivo.

Eu queria, então, reforçar um pouco a proposta do Everardo. Sessenta dias é um prazo, e vamos ser honestos, bastante curto para tratar desses quatro temas, mas é o que nós temos. Vamos tentar fazê-lo nesse período. Mas já existem soluções. E boa parte das pessoas, aqui presentes, já tem ideias de como tratar as questões, mas eu acho que é adequado.

Ministro Jobim, eu acho interessante porque, ao se tratarem esses temas, necessariamente vai aparecer, como horizonte, como norte desses temas, o que a comissão entende deve ser o desenho federativo do País.

É impossível discutir esses temas de um ponto de vista estritamente técnico e de ganhadores e de perdedores. Acho que não é isso, não existe uma discussão que feche isso em si, porque aí não tem solução. Se você for simplesmente ganhar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Está trocando seis por meia dúzia.

O SR. BERNARDO APPY – Está trocando seis por meia dúzia. Eu acho que, necessariamente, esta Comissão, na discussão dos temas, vai acabar tendo que ter pelo menos uma noção do que ela entende que deveria ser o norte para o desenho federativo do País, e isso deve orientar a discussão dos temas pela Comissão.

Então, é isso. Acho que a única sugestão que eu faria é a de, talvez, junto com a discussão dos quatro temas, uma primeira apresentação para pensar um pouquinho quais são as razões do esgarçamento da questão federativa do País. O Prof. Fernando Rezende é especialista no tema. Ele poderia nos dar uma apresentação rápida sobre o tema, que ajudaria a gente a, talvez, pensar, de forma mais estruturada, o que seria esse norte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Eu creio que a manifestação do Ives não é excludente do que disse, o que ele mostra é que os assuntos são todos eles inter-relacionados. E o que sustenta o Everardo, também com o apoio do Appy, mas também reconhecido pelo Ives, é que não dá para se enfrentar isoladamente os temas porque aguçam a impossibilidade de solução. Ou seja, acelera, agrava a impossibilidade de solução, tendo em vista as perdas que possam determinar as soluções, digamos, otimamente recomendáveis.

Então, o que estava referindo o Ives era exatamente o fato de que temos temas que são urgentes, quer a questão dos portos da PRS 72, quer o problema relativo ao fundo de participação, que já tem uma data marcada, quer as decisões que o Supremo já tomou em relação à questão da “guerra fiscal”, ou seja, do uso do ICMS para efeito de estímulos a deslocamento de indústria etc.

Vejo que não há nenhuma divergência em relação à posição do Ives. Ou seja, nós temos, portanto, aqui, com o Appy também, três manifestações no sentido dessa temática, desses quatro temas básicos do federalismo fiscal, que seriam os mais urgentes, considerando não a urgência por essencialidades, mas a urgência tendo em vista as circunstâncias.

O Prof. Marrafon primeiro? Não, primeiro o Prof. João Paulo. Ministro João Paulo, depois o Marrafon, depois o Luís Roberto e o Fernando.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Sr. Presidente, eu queria que fosse distribuída a todos uma sugestão que nós fizemos de subsídios para formulação, e, na sugestão que eu fiz, haveria quatro temas.

Ainda que nós não possamos resolver todos os assuntos relativos a esses quatro temas, nós tomaríamos conhecimento deles e a respeito deles diríamos

alguma coisa. E dentro de cada tema destacaríamos o que é mais urgente.

Entre os quatro temas, está, primeiro, o da União e a questão fiscal. Na União, eu colocaria um contexto, é o que chamo aí de questão, é a pergunta: não há uma excessiva concentração de recursos na União? Porque a União tem excesso de gastos correntes e, por isso, um excesso de carga tributária. Agora, há duas coisas mais específicas. Uma é o problema da indexação da dívida dos Estados. Como é está errado, por isso que surgem as propostas. Você não pode usar o IGP-DI. Primeiro, trata-se de estabelecer uma taxa de juros, não é de fazer uma indexação. Nós estamos querendo nos livrar de indexações. IGP-DI é uma indexação, e é uma indexação errada, porque não significa nada do ponto de vista técnico. Duvido que alguém me diga o que quer dizer IGP-DI, porque você toma um índice em que 60% são preços por atacado; 30%, preços de varejo; e 10%, preços de construção. O que quer dizer isso? Ninguém sabe. A Fundação Getúlio Vargas começou a usar isso em 1946 e ela própria não sabe. Eu perguntei, e ninguém me explicou. Então, está errado. Agora, vamos procurar ter uma taxa de juros – é disso que se trata – para corrigir a dívida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Isso significa que o Ministro Velloso já concorda, na linha que foi sugerida pelo Everardo, que entramos com o tema fundamental e, dentro desse tema, a indexação da dívida dos Estados.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – E a questão dos *royalties* do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Também, a mesma coisa.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Começando com a consideração de que a Constituição é muito clara quando diz: “São bens da União: [...] V – os recursos naturais da plataforma continental [...]”. Isso é o ponto de partida para podermos discutir *royalties* de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Então, também está na temática sugerida pelo Everardo. Temos coincidência até agora.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Depois vem, em segundo lugar, as guerras fiscais do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Também está na linha.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – O Supremo, como já foi mencionado, realmente já está com uma proposta de súmula vinculante que talvez até faça sentido. É que o Estado não pode tomar a iniciativa de mexer na alíquota sem aprovação daquele tal de Conselho Nacional de Política Fazendária.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Ou seja, o que é mais amplo do que a questão da “guerra dos portos”.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – É. E ainda existe a tal “guerra dos portos”.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Se houver uma súmula vinculante sem que haja uma composição, teremos um problema seriíssimo, porque a súmula vinculante, Nelson – você presidiu – vincularia toda a Administração, tanto o Executivo como o Judiciário, sem que estivessem todas as empresas que lá foram, os incentivos que gozaram, a aplicação da Lei Complementar 24; quer dizer, os efeitos é o que nós teríamos que estudar nesta Comissão para auxiliar o próprio Supremo Tribunal Federal na definição com efeitos prospectivos; na própria súmula dizer quais são as aplicações que se poderiam dar.

Por isso que digo que é importante auxiliarmos o Supremo até com essa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – O que o Ives está dizendo é importante, porque a simples mudança, ou seja, o enfrentamento da “guerra fiscal” tem de levar em conta que vários cálculos econômicos foram feitos considerando o *status quo*. Como é que a gente trata isso? Vai desconsiderar a existência de que algumas empresas deslocaram a sua fábrica, enfim, a sua base produtiva para um determinado local e calcularam tudo, inclusive na formação dos custos, os preços dos seus produtos etc., e vamos desconsiderar isso? Temos que examinar essa hipótese, qual é a consequência em relação a essas empresas que fizeram investimentos considerando um patamar de custos do ICMS dentro da formação dos preços.

O SR. EVERARDO MACIEL – Precisamos ver que, no Brasil, a Lei Complementar nº 24, que estabeleceu esse regramento que hoje está vigente, tratou de convalidar situações pretéritas que foram praticadas em desacordo com o que está sendo decidido por essa Lei Complementar nº 24. As pessoas às vezes não vêm os outros artigos, onde tem uma porção de similaridade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Sim, acontece que estamos falando de alguma coisa mais complicada. É que o Supremo Tribunal, decidindo por efeito, sem hipótese de deixar de considerar isso, se ele não decidir um problema fora de compensação. Percebeu?

Nós já estamos entrando, digamos, nas questões para decidir mérito. Eu queria me restringir, por ora, na agenda, antes de chegarmos ao mérito.

Por favor, professor.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – A ideia é que o Fundo de Participação dos Estados tenha um sentido de redistribuição de renda. Por isso nós

propomos dois indicadores, que podem ser discutidos. Mas, colocamos em discussão a ideia.

Finalmente, quarto tema, a questão da política de desenvolvimento regional, do Nordeste e da Amazônia.

Nós temos um Ministério da Integração Nacional, com licença, que não sabe para que existe. Simplesmente, isso eu disse ao Ministro, quando ele veio me apresentar a divisão do Brasil em microrregiões. Eu disse: calma, o senhor devia estar cuidando de Nordeste e Amazônia e em termos de oportunidades. Nós até juntamos aqui um trabalho que foi feito pelo Roberto Cavalcante de Albuquerque, como sugestão – são os dois anexos –, só para mostrar. São oportunidades para o Nordeste e oportunidades para a Amazônia; para ver se damos uma função à nova SUDENE, à nova Sudam, ao Ministério da Integração Nacional; se temos um plano diretor para essas duas regiões e os órgãos que vão transformar em realidade esse plano diretor. Senão continua essa coisa fantasmagórica que está aí, órgãos que não sabem para que existem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Então, vejamos. O Ministro Velloso coincide, na essência, com a pauta proposta pelo grupo do Everardo, mas faz também uma ampliação no sentido de discutir depois problemas de desenvolvimento de regiões, ou seja, mais amplamente essa temática.

Agora, Marrafon.

O SR. MARCO AURÉLIO MARRAFON – Eu gostaria apenas de contribuir um pouquinho com uma sugestão de quase encaminhamento, para trabalharmos essa metodologia, porque também aí – deve ser um acordo geral que o coração é o problema fiscal, o coração de todo nosso trabalho – nós temos os quatro temas do Dr. Everardo.

Além disso, eu gostaria de fazer coro com o Dr. Appy da necessidade de uma projeção de um desenho federativo, por quê? Nós precisamos manter certa política de coerência até no desenvolver dos estudos fiscais, e quando passarmos para a segunda etapa essa coerência é um argumento importante de legitimidade política porque não podemos parecer, de certo modo, discricionário, mudar de critério quando entrarmos nas desigualdades, superando o problema das políticas fiscais.

Assim, eu imagino que, de certo modo, é consenso trabalhar essa questão do coração fiscal, pois o centro de políticas públicas pode se irradiar a partir daí, para, no passo seguinte, quem sabe já extrapolando os dois meses, porque não teríamos condições de tratar de tanta coisa, também desenhar as questões do problema cooperativo em relação aos temas das políticas públicas. E temos três grandes temáticas que estão além da desigualdade regional, que é o proble-

ma da completa ausência de cooperação entre saúde, educação e, especialmente, o quadro caótico de segurança pública, onde nem de troca de informação entre órgãos estaduais e federais nós temos hoje de maneira decente.

Então, utilizando um desenho federativo, previamente delimitado, abordar a questão fiscal para, no passo seguinte, se conseguirmos a prorrogação e o desenvolvimento dos trabalhos, porque a tarefa é gigante, trabalhar nesse problema das questões federativas, especialmente lá no art. 23 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Luís Roberto; depois o Professor Paulo Carvalho.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – Eu gostei tanto da sistematização do Everardo que a gente quase podia designá-lo para fazer uma minuta geral e debater uma ideia dele.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Você não entendeu que é isso que ele está sugerindo? (*Risos.*)

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – Na verdade, acho que nesses quatro temas do Everardo, pontuado um deles pelo Professor Ives e depois pelo ex-ministro Reis Velloso, a minha proposta é muito simples e é de encaminhamento também. É que acho que as pessoas da Comissão têm nível diferente de informação sobre cada um desses quatro temas.

Uma preocupação que eu teria seria que as pessoas comparecerem a cada uma dessas reuniões com o seu grau de conhecimento mais ou menos nivelado. Por exemplo, eu entendo, ou penso que entendo, ou estudei a questão dos *royalties*, mas não estudei essa questão particular da resolução, que ontem foi aprovada. Tenho notícia pela imprensa. Então, provavelmente, a gente podia ter sobre cada tema um *kit* básico de informação que a gente pudesse circular ou pelo menos indicação, seja do material legislativo existente, seja o que cada um de nós já andou trabalhando sobre isso, porque aí as reuniões seriam mais produtivas, quer dizer, o sujeito não vai chegar à reunião para aprender o assunto. Ele já chegaria lá informado e eventualmente até com alguma ideia.

Então, a minha proposta objetiva, Jobim, é que tenhamos um *kit* de remissões, ou de materiais sobre cada um dos quatro temas que o Everardo propôs, para chegarmos informados às reuniões e com capacidade de contribuir, e evidentemente tendo lido.

Objetivamente, é esta a solução: fazermos um *kit* com leituras ou informações básicas sobre cada um desses quatro temas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Professor Barros, o Fernando tinha pedido a palavra antes; depois eu passo ao senhor.

Fernando.

O SR. FERNANDO REZENDE – Eu queria exatamente abordar um pouco esse tema que acabou de ser mencionado, nivelar o conhecimento sobre as várias questões – cada um aqui estudou os assuntos em perspectivas diferentes – porque isso, além do objetivo em si que tem, é fundamental para reforçar a proposta de por que essas questões precisam ser tratadas conjuntamente, não é apenas porque elas estão hoje na pauta do debate, é porque elas refletem as várias dimensões da questão fiscal federativa que precisam ser tratadas conjuntamente, para encontrar uma solução que equilibre os diversos interesses. Isso está na origem do federalismo fiscal brasileiro, construído em 1965, onde o fundo de participação, o ICM, a política regional e os investimentos partem de um modelo concebido integralmente. Claro que a realidade mudou e a situação mudou, e nós perdemos essa visão coletiva dos instrumentos fiscais que garantem o equilíbrio da federação.

Então, não é por acaso que chegamos a este ponto que estamos aqui. E não vejo nenhuma contradição na sugestão que o Ives acabou de mencionar de dar atenção ao que está sendo discutido no momento com relação ao tema da guerra fiscal, porque isso também ajuda a proposta de reforçar exatamente a tese.

Porque, veja, mesmo que eventualmente alguma coisa aconteça – isso vai gerar novos ruídos, novas demandas de inconstitucionalidade – vai levar necessariamente à conclusão de que, sim, o assunto é importante, mas a solução, talvez definitiva, para o assunto vai depender de ele estar inserido nesse debate conjunto de todos os temas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Perfeito. A manifestação do Fernando está dentro do conjunto.

A manifestação do Luís Roberto Barroso está pedindo, e corretamente, que tenhamos um *start* inicial respondendo à pergunta: “Do que se trata?” Ou seja, que tenhamos um desenho de cada um dos quatro problemas básicos que estamos referindo aqui, que foram mencionados pelo Ministro Velloso e também pelo Everardo.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – E se tratam de informações... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Sim, claro, lógico, dos conjuntos. Do que se trata e mais os seus desdobramentos.

Professor Barros.

O SR. EVERARDO MACIEL – (*Fora do microfone. Inaudível.*) ...centralizando em alguém. Todos que detêm informações sobre esse tema mandariam para um só local e, depois, haveria uma compartimentagem por cada um desses temas que seria distribuído

para todos. Cada um mandaria o que tem sobre esse assunto para um determinado e-mail.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Depois, nós decidimos, porque vejamos: o consultor Marcos G. Mendes vai nos acompanhar, e o serviço da Consultoria Legislativa do Senado vai centralizar esse tipo de trabalho. Então, nós temos exatamente que conversar, depois, com o consultor, com o chefe, com o consultor geral, para que ele possa, recebendo esse material, fazer, digamos, esse mapeamento e distribuir aos demais. OK?

Professor Barros.

O SR. PAULO BARROS DE CARVALHO – Minha contribuição, Ministro, é no sentido de estabelecer duas observações (*falha na gravação*) de natureza metodológica. Uma, apesar de apreciar muito a relação desses temas pelo Dr. Everardo Maciel, vendo neles, na “implicitude” dessa relação, um eixo de intersecção, onde está a federação, onde estão todas as nossas preocupações. Mas a apreciação conjunta briga com o tema da urgência, como foi salientado pelo Prof. Ives. A urgência pode afastar num determinado momento a apreciação conjunta desses temas.

A segunda é que, dada a formação heterogênea da comissão, o que é um aspecto positivo, seria interessante um ajuste conceitual. Porque há uma série de conceitos que apresentam discrepâncias entre os autores, por exemplo, o que seja desenvolvimento regional, o que seja benefício fiscal, o que seja a própria federação. De modo que esse ajuste me parece imprescindível, para que possamos falar na mesma linguagem.

São essas as observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Manoel Felipe.

O SR. MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO – Ministro Jobim, eu acho que, em relação aos outros temas, eu concordo com todos eles. Há um ponto que me causa preocupação: a forma como a comissão vai conduzir e até mesmo a denominação do tema...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Não está falando como Procurador da Fazenda, não é? (*Risos.*)

O SR. MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO – Eu estou falando com a minha experiência de Procurador da Fazenda.

É o tema de renegociação das dívidas, que o Prof. Paulo de Barros Carvalho chama de renegociação e o Ministro Reis Velloso chama de indexação da dívida.

Esse tema causa urticária no Ministério da Fazenda, notadamente na minha Procuradoria da Fazenda e na Secretaria do Tesouro Nacional. Eles têm uma interpretação de uma literalidade quase perversa

do art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite a renegociação de dívida entre os Estados.

Eu apenas me pergunto se a União, até pelos princípios de moralidade e de legalidade – que tenho dúvida da legalidade dessa cláusula que estabelece IGP-DI mais 6% –, e não sei se a vedação que está lá é de fato uma vedação, ou se essa vedação também se aplicaria a um simples reconhecimento pela União de que, em determinado momento – e alguns economistas dizem que ele já era perverso lá quando foi fixado e, agora, ele chega a ser quase imoral –, quando um ente da federação, e o ente maior é a União, pratica esse tipo de encargo com os seus Estados, o que realmente me parece absurdo. Mas eu tenho medo que a gente chame isso de renegociação e provoque uma reação adversa dentro do Governo porque eles temem, de toda forma, que esse artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal venha, em algum momento, ser alterado e as consequências sejam danosas, sejam muito ruins para a União e para a relação dela com os Estados.

Então, para a gente ter cuidado na condução desse tema, até mesmo para ver se a gente encontra, nos debates da comissão, uma solução que não passe necessariamente pela via legislativa; se é possível a União com o Senado Federal e os Estados encontrarem uma mudança nisso, sem que isso caracterize a renegociação vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era só para chamar atenção para esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Bom, mais alguma observação? Professor Adib.

O SR. ADIB JATENE – Eu queria primeiro dizer que me sinto meio deslocado nesta comissão...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Mas vai salvar todos nós.

O SR. ADIB JATENE – Porque eu não sou da área econômica e nem da área tributária, mas eu tenho uma vivência na área de saúde. E o Ministro falou no Ministro Malan, na época eu discuti muito com o Ministro Malan...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Eu me lembro, eu estava junto.

O SR. ADIB JATENE – (...) e cheguei até a criar um tributo novo...

O SR. PAULO DE BARROS CARVALHO – Desvirtuaram.

O SR. ADIB JATENE – Desvirtuaram, e eu saí.

Mas o que eu queria colocar é que, por exemplo, na área da saúde, na capital de São Paulo, nós temos um déficit de 12 mil leitos. Isso seriam 60 hospitais de 20 leitos. Nos últimos 10 anos, construíram dois.

Então, o que nós vamos discutir aqui é o que existe e nós aceitamos os tributos existentes e nós vamos discutir a distribuição nos entes federativos. É só isso?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Não, não necessariamente. Mas, pelo menos, foi posto como questão urgente.

O SR. ADIB JATENE – Foi o que eu entendi do que ouvi até agora, que vamos discutir a distribuição nos entes federativos, estabelecer um pacto federativo com os tributos existentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – No que diz respeito ao federalismo fiscal.

O SR. ADIB JATENE – Sem mexer em nada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Mas não necessariamente. Nós podemos discutir essa temática, não há dúvida nenhuma. Veja: como eu havia dito, o que nós estamos discutindo, Adib, é algo flexível no sentido de que temos algumas coisas que são prementes, considerando as circunstâncias de o Supremo estar decidindo sobre o ICMS, já tem uma decisão sobre a distribuição do fundo, já temos um problema sobre a discussão dos *royalties*. Ou seja, há assuntos, digamos, que já estão na pauta. Mas há assuntos que vão entrar na pauta, e é exatamente essa temática que o senhor se referiu.

O SR. ADIB JATENE – Mas eu digo, por exemplo, Fundo de Participação dos Estados, 21,5% do Imposto de Renda e 21,5% do IPI. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Sim, mas é a distribuição entre os Estados...

O SR. ADIB JATENE – Ou seja, ele retira uma parte do Estado para ampliar a parcela dos Estados e para cobrir essas deficiências.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Bom, tudo depende. Aí depende de uma sugestão. Aí é uma questão de discutir mérito. Não tenha dúvida nenhuma de que está aberto para essa discussão de mérito.

O SR. ADIB JATENE – OK.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Bem, creio que nós já... Pois não, Appy.

O SR. BERNARDO APPY – É só uma questão de encaminhamento, Ministro Jobim.

Nós vamos ter, em princípio, se for aceita a proposta, teria uma próxima reunião, daqui a 15 dias, algo assim. Acho que a idéia do Professor Barroso de distribuir textos para homogeneizar é interessante, mas eu acho que a primeira reunião poderia ser voltada também para esse processo de homogeneização, de certa forma com alguma liberdade para cada um dos membros da comissão apresentar sua visão sobre os quatro temas. Aí, sim, o único pedido seria falar sobre os quatro temas e, obviamente, sobre a diretriz de federalismo (*ininteligível*) que orienta a posição de cada um sobre esses quatro temas.

Porque isso ajudaria também a gente ter... Eu sei, a gente pode tentar ser mais organizado e falar:

“Ah, vamos fazer a primeira reunião sobre diagnóstico, a segunda sobre não sei o quê...”. Temo que não seja, até pelo nosso prazo, o ideal tentar segmentar demais a reunião.

Por exemplo, nesta primeira reunião, se as pessoas, com alguma liberdade, dentro do escopo do que está definido, apresentarem suas posições, isso ajudaria a gente a definir de forma mais clara a pauta subsequente.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – Bernardo, antes de nós uniformizarmos, vai ficar um “achismo” danado.

O SR. BERNARDO APPY – Não, não. O senhor tem toda a razão. Distribuir antes dessa próxima reunião, já fazer essa homogeneização do material escrito existente e, na próxima reunião, para as pessoas apresentarem as suas posições para buscarmos exatamente homogeneizar pelo menos a compreensão de quais são os temas.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Se nós adotássemos essa sugestão, Luís Roberto, Nelson – como o Everardo levantou esses quatro problemas, nós discutimos, por telefone, com o Paulo de Barros e com outros –, de que ele mesmo fizesse uma espécie, como relator, uma primeira proposta global do que ele apresentou e já mandasse, por *e-mail*, para todos? Isso nos permitiria, por exemplo, Luís Roberto, no caso de qualquer dúvida, que se ligue diretamente e diga: Everardo, eu não entendi isso, de que forma você tratou, o que você pensou... Iríamos trocando essas informações para que a próxima reunião pudesse ser bem objetiva. Porque daí nós iríamos trabalhar sobre um texto, sobre uma proposta concreta e já discutida eletronicamente com todos os membros.

Porque meu receio é na formação. Por exemplo, vamos ter de 15 em 15 dias... É evidente que todos nós temos uma pauta, que não é pequena, e vamos saber: Será que teremos as sextas-feiras, de 15 em 15 dias, livres? Será que não teremos compromissos? Valeria a pena, talvez, eletronicamente, utilizarmos de um projeto básico, que seria um anteprojeto, a partir da aprovação hoje dessa temática mais urgente, independente de uma temática mais ampla, como disse o Presidente Sarney, que serve para pensar no Brasil do futuro; porém, a mais urgente é aquela que o Supremo está discutindo, que o Senado está discutindo e que terá que ser solucionada de imediato, porque é o tema central das discussões tributárias hoje e que nós poderemos, eletronicamente, avançar. Quando estivéssemos com as dúvidas solucionadas, nós faríamos uma reunião já com uma pauta pré-determinada, mas sabendo o que vamos discutir, o que teria evidentemente mais eficácia a reunião.

Era isso o que me pareceria, Nelson, o ideal, porque já estaríamos trabalhando com o relator, que seria o Everardo, que foi o homem que levantou os quatro temas.

Eu acho excelente, Everardo. Se você levantou, nós fazemos até justiça, para quem levantou a ideia que tenha o trabalho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Há um princípio do técnico de futebol que é o seguinte: quem se desloca é quem pega a bola. Quem se deslocou recebe o passe; quem fica parado não recebe passe nenhum. Uma forma de pedir é se deslocar. (*Risos.*)

Para fecharmos esse assunto, temos o seguinte: como prévia inicial, como pauta inicial e sujeita aos seus desdobramentos, inclusive àquele aspecto referido pelo Dr. Adib em relação à questão de saúde, inclusive, mas, como *start* do nosso tema, nós teríamos quatro questões, que foram elencadas como revisão dos critérios e revisão dos fundos. Em segundo lugar, a revisão dos critérios e distribuição dos recursos dos *royalties*, que está tudo em andamento. Em terceiro lugar, a guerra fiscal do ICMS. Em quarto lugar, a revisão dos critérios de correção das dívidas estaduais. Tratados em conjunto, considerando que cada um dos temas tem as suas peculiaridades, mas que deverão ser tratados em conjunto. Esse é o dado número um.

Dado número dois: o Luís Roberto se refere à necessidade de uma homogeneização não só conceitual, mas também uma homogeneização do que se trata, que problema é esse.

O Manoel Felipe se refere aos problemas de condicionantes de viabilização em relação à alteração da indexação da dívida consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um tema, digamos, de natureza legal que pode ser examinado pelo Dr. Luís Roberto, pelo Ives, pelo Manoel Felipe e pelo Dr. Paulo em relação a que tipo de condicionamento a Lei de Responsabilidade Fiscal determinaria para a solução.

Então, podemos dividir as coisas da seguinte forma: tendo em vista o voluntarismo manifestado pelo Everardo, nós acolhemos o seu voluntarismo. E o Everardo ficará designado para o seguinte: ele vai trabalhar na forma que bem entender, discutindo com o Fernando na elaboração de proposta para esses quatro temas.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – (*Manifestação fora do microfone.*) Jobim, eu posso cutucar o Everardo? Por exemplo, o que eu proporia no nosso *kit* sobre *royalties*, era assim: o Governo mandou...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Não, só um pouquinho, isso é outra coisa. Eu já vou chegar no *kit*, só um minutinho.

Uma coisa é o *kit*, que será organizado pela consultoria Legislativa do Senado, eu peço que os senhores todos – e o Marcos será a nossa ligação com a Consultoria do Senado, o Marcos vai distribuir o seu *e-mail*, nós temos o *e-mail* de todos, e o senhor se encarregaria de mandar para todos os membros da comissão o estado da arte desses quatro assuntos na tramitação em relação ao Senado e algum subsídio que também existir.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – (*Manifestação fora do microfone.*)... é um parágrafo. Por exemplo, *royalties*, proposta do Governo, mudança que o Congresso introduziu na proposta do Governo, a posição do Estado do Rio e do Espírito Santo e a posição dos demais Estados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Está bem. Ou seja, ele quer uma síntese e a referência do tempo.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – Se quiser mais pode se aprofundar, mas isso o sujeito já vai saber o que está acontecendo.

O SR. EVERARDO MACIEL (*Fora do microfone.*) – É fazer uma síntese e encaminhar o material.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Não tem problema nenhum. Quem quiser usar o material. Por isso mesmo que é possível fazer a síntese com o material. OK?

Fariamos uma síntese, por exemplo, o tema é a sugestão do Congresso, do Governo, enfim, da autoria inicial é X, o debate é Y e a controvérsia é Z. E aí identifica onde está o problema; depois a gente avança nessa temática.

O SR. EVERARDO MACIEL (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria que, na próxima reunião que fizermos, eu estou mais com a tese levantada pelo Bernardo, que seria cada um de nós, em lugar de já chegar com uma proposta, somar o seu entendimento sobre os diferentes assuntos, quem quiser fazer exposição faz a exposição: sobre esse assunto penso isso.

Então, ouvimos todos porque nós temos a condição de, partindo daquele pressuposto de poder apresentar propostas...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Sim, tudo bem. Agora, a experiência que eu tenho, pelo menos a experiência que a gente tem nesse tipo de coisa, sem ter um papel escrito, e ficando um papel em branco, fica muito difuso o debate.

Então, acharia importante que se fizesse pelo menos um boneco inicial e, nesse boneco inicial, a manifestação de cada um sobre o boneco inicial vai dar a posição de cada um.

O SR. EVERARDO MACIEL – O que receio é que pela impossibilidade de construir este tipo de solução, porque será sempre uma solução em que vai ter muita divergência sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Exatamente, com a divergência, identifica-se tudo. E aí você tem um elemento que produza a divergência.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – O Everardo talvez pudesse chegar a uma solução intermediária. Quer dizer, durante uma semana, cada um mandaria para você sobre os quatro pontos o que pensam. E você terá elementos para fazer uma proposta a partir daí.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Perfeito.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – A outra é você apresentar e nós vamos discutir. *(Risos.)*

O SR. (Não Identificado) – Acho que talvez poderia simplificar a tarefa do Everardo e ele dizer assim: as divergências existentes sobre esses pontos são essas, essas. Esses são os pontos que temos de enfrentar. Pronto.

O SR. EVERARDO MACIEL – Eu preciso ouvir antes.

O SR. (Não Identificado) – Então, a gente mandaria para o Everardo quais são, a nosso ver, as questões controvertidas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Está OK? Concordam com isso?

(Manifestação fora do microfone. Incompreensível.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – OK com essa sugestão? OK, Michal?

O SR. MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO – Como você não vai conseguir escapar dessa, eu me ofereço para ajudá-lo. *(Risos.)*

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Só queria fazer um comentário, porque pode ter parecido que além dos quatro temas, temos mais dois aqui, que é a questão do desenho federativo, mencionado pelo Appy, e a questão do desenvolvimento regional, que foi bem lembrado aqui pelo Ministro Velloso.

Tenho a impressão de que esses dois temas estão em níveis superiores, são quase premissas para a análise. É como se fossem panos de fundo para que se pudesse fazer uma análise bem feita desses tópicos, que são muito específicos.

Desenvolvimento regional, nas atribuições que o ato do Presidente do Senado colocou aqui para a comissão, permeia praticamente todas as atribuições, fala em redução de desigualdades e, até onde eu sei, a redução de desigualdades que ocorreu até agora foi muito pequena, se é que houve.

Então, nós continuamos com a Federação muito desigual, apesar...

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – O meu receio é se nós...

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Estou propondo que não seja tratado como um tópico, e sim, como pano de fundo.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Mas se for por premissa, dificilmente nós conseguiremos enfrentar, porque esses problemas que temos agora são problemas urgentes, imediatos. Quanto ao outro, que eu acho fundamental, a nossa comissão terá que trabalhar. Mas esse outro já representa um problema de uma dimensão maior, com evidentemente, divergências e convergências que vão aparecer. E maior dificuldade, inclusive, da própria discussão entre os Parlamentares.

Eu considero extremamente importante, mas não o mais urgente.

O SR. PAULO DE BARROS CARVALHO – Mas subjacente a isso está o problema regional evidentemente. Agora a questão é que não dá para tratar toda a problemática regional num primeiro momento.

Ao refletir sobre essas questões, nós estamos refletindo sobre o problema regional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Exatamente. A proposta basicamente é cada dia com sua agonia. É uma proposta bíblica.

Com isso a gente conquista o Ives integralmente, incitar com uma proposta bíblica. Bem, o fato é o seguinte...

(Manifestação fora do microfone. Incompreensível.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Não, não, você não verá isso. Ou seja, há um momento...

(Manifestação fora do microfone. Incompreensível.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Entendi, Michal. Não haverá, não há hipótese alguma que possa esquecer isso. Agora, o fato é o seguinte: temos algumas coisas que têm premência não, digamos, essencialista, mas premência conjuntural; ou seja, nós temos um conflito sobre o problema do fundo de participação, temos uma decisão do Supremo, temos o problema da “guerra fiscal”, que tem decisão do Supremo. Há coisas que são conjunturalmente urgentes e que vai levar efetivamente ao fim e ao cabo a essa discussão de fundo, fundamental, que é repensar o pactuamento fiscal, o pactuamento federativo, não só no aspecto fiscal, como também no aspecto de competência, etc.

Quer dizer, há que pensar, inclusive, em situações, como alguém me falou certa feita, de que determinadas decisões que importem em juízo de desenvolvimento regional tenham que passar por um colégio de governadores. É o caso dos alemães, ou seja, coisas amplas, no sentido de que isso é algo para discutir. O modelo alemão é assim, o *bundesrat* alemão é chamado exatamente para vetar determinado tipo de situações. E o *bundesrat* alemão nada mais é do que uma comissão de governadores; de primeiros-ministros dos estados das *länder* federadas não é eleito, é designado pela *länder* como representante, ou seja, coisas que temos

que, eventualmente, chegar lá. É uma coisa mais longa evidentemente.

Agora, creio que podíamos partir dessa situação inicial.

Everardo, nós teríamos o seguinte, talvez isso possa ser uma linha de consenso médio: cada um de nós mandaria ao Everardo as suas observações sobre os quatro temas básicos iniciais. Paralelamente a isso o Senado enviaria também para cada membro, o Dr. Marcos José Mendes, que é o Consultor designado para assessoria direta da comissão, mandaria aos senhores o estado da arte do debate, ou seja, o que tem de existente, quais são as propostas e alternativas oferecidas, fazendo menção, Dr. Marcos, à fonte, porque se alguém quiser aprofundar, poderá. E não importa também que o senhor mande uma fonte primária, que depois cada um pode ir à busca de seus temas. E também onde está o ponto de divergência. Ou seja, está dada a proposta e as divergências existentes já manifestadas.

Isso o senhor tem mapeado. Esse mapa é fundamental, dando as fontes. Isso seria uma coisa.

Outra coisa seria cada um de nós enviarmos os nossos pontos, as nossas percepções, maiores ou menores em relação a esse tema. E aí o Everardo faz uma síntese da coisa, e nos produz isso e reenvia para todos.

O que eu não gostaria é a gente se reunir aqui para apresentar algo novo. Não. Quando nos reunirmos aqui, já sabemos o que vai vir, ou seja, já temos um trabalho prévio, um debate prévio, individual, já teríamos meditado sobre o assunto.

O que vocês acham? Está bem assim? *(Pausa.)*

Bom, e quanto tempo o senhor precisaria para mandar esse kit, Dr. Marcos? *(Pausa.)*

Quatro dias. Hoje estamos no dia doze, então, em quatro dias... O senhor tem os *e-mails* de cada um?

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Seria interessante mandar para todos os membros (*Manifestação fora do microfone.*)..., os *e-mails*, telefones...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Sim, copiar, mandar para todos esses.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – O ideal seria se a gente pudesse se comunicar reservadamente e diretamente. Isso em um *e-group*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Está bom. Não tem problema nenhum.

(Discussões paralelas. Fora do microfone.)

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – Eu mando um *e-mail*...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – E copia para todos. Fala com todos ao mesmo tempo. Manda para o Everardo copiando para todos os outros.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – Na verdade, vai ter um grupo: comissão de deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Enquanto não tivermos isso, usamos o *e-mail* do próprio Everardo. OK? Pediu levou. *(Risos.)*

Com isso, Everardo, quanto tempo cada um de nós poderá mandar as nossas observações sobre esses quatro assuntos? Uma semana?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Uma semana está bem, Everardo?

O SR. EVERARDO MACIEL – Quero dizer o seguinte. Nós teríamos, caso sigamos aquele cronograma, uma reunião no dia 27 de abril. Então, significa dizer que, na próxima semana, portanto até o dia 20, eu teria todas essas informações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Se a reunião for sempre assim... a maneira ideal de ter pouca presença, pela experiência...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Vamos fazer o seguinte. Vamos deixar o problema da fixação; primeiro, vamos produzir esses textos e imediatamente faço contato com todos e marcamos uma data comum. Fica mais fácil.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Com relação ao texto, nós vamos também opinando por *e-mail* sobre o próprio texto, e vai melhorando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Para formalizar o mais possível o trabalho da comissão, tendo em vista a urgência. Não há a necessidade da presença física, mas sim o... Está bem assim?

O SR. (Não identificado) – A reunião vai ser aqui?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Não. Nós vamos ter uma sala na Biblioteca do Senado para as nossas reuniões, que é uma espécie de mesa redonda, oval, enfim, que evita esse problema de ter esse distanciamento. Teremos uma sala especial na Biblioteca do Senado; o Consultor Marcos José Mendes é o nosso contato com a Consultoria Legislativa do Senado; o Consultor-Geral é o que está presidindo a Mesa, e o Consultor Administrativo é o Dr. Dirceu Machado, que vai dar o apoio administrativo e resolver os problemas que, indiretamente, estão angustiado o Everardo, mas que atingiram de forma muito leve o Ives Gandra. O que significa que o Everardo está preocupado com o problema dele e usou o Ives para manifestar o seu problema. *(Risos.)*

Então, o apoio do problema administrativo...

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – *(Fora do microfone.)*...ocorre que foi suspenso e a minha secretária avisou que eu viria para cá e por essa razão é que não tivemos contato. Então, estou inocentando a administração do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Inocentando o Everardo? O Everardo é difícil de inocentar.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS – Isso é impossível. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jobim) – Estamos combinados, então, dessa forma? Em quatro dias, o Dr. Marcos envia esse material e em uma semana todos nós enviamos ao Everardo, enquanto não surgir essa sofisticação do Dr. Luís Roberto, tipicamente do Rio de Janeiro, em relação ao *e-group*. Faremos isso e mandaríamos para o Everardo esse material; o Everardo, depois de uma semana, num tempo x, redistribuiria, voltaria com uma espécie de boneco em relação a esse problema. O boneco você administra da forma que você entender e, imediatamente após, faço contato com todos para acertar a data de uma reunião. Ou seja, cada dia com sua agonia. Vamos tomando as decisões à medida que o barco anda ou que pelo menos que a carroça corra. OK?

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião. Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

Ministro **Nelson Jobim**, Presidente.

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião realizada em 11 de maio de 2012, às dez horas e seis minutos, no Miniauditório do Interlegis, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Bernard Appy, Everardo Maciel, Adib Jatene, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho, Fernando Rezende, Sérgio Roberto Rios do Prado, Manoel Felipe do Rêgo Brandão e Marco Aurélio Marrafon**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: **João Paulo dos Reis Velloso, Bolívar Lamounier, Ives Gandra da Silva Martins** e

Luís Roberto Barroso. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.)

Ministro **Nelson Jobim**, Presidente.

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião realizada em 28 de maio de 2012, às dez horas, no Miniauditório do Interlegis, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Bernard Appy, Everardo Maciel, Fernando Rezende, Ives Gandra da Silva Martins, Luís Roberto Barroso, Manoel Felipe do Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho, Sérgio Roberto Rios do Prado**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: **Adib Jatene, Bolívar Lamounier, João Paulo dos Reis Velloso, Maílson da Nóbrega**. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)

Ministro **Nelson Jobim**, Presidente

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião realizada em 11 de junho de 2012, às dez horas, no Miniauditório do Interlegis, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Everardo Maciel, Fernando Rezende, Luís Roberto Barroso, Manoel Felipe do Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marrafon, Paulo de Barros Carvalho, Sérgio Roberto Rios do Prado**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: **Adib Jatene, Bernard Appy, Bolívar Lamounier, Ives Gandra da Silva Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Maílson da Nóbrega**

e Michal Gartenkraut. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 56 minutos.)

Ministro **Nelson Jobim**, Presidente

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião realizada em 03 de julho de 2012, às nove horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Reuniões da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Paulo de Barros Carvalho e com a presença dos Senhores membros da Comissão: Bernard Appy, Everardo Maciel, Fernando Rezende, Manoel Felipe do Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut e Sérgio Roberto Rios do Prado. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: Adib Jatene, Bolívar Lamounier, Ives Gandra da Silva Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso, Mailson da Nóbrega e Nelson Jobim. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 32 minutos.)

Paulo de Barros Carvalho, Presidente

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião realizada em 12 de julho de 2012, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Miniauditório do Interlegis do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Paulo de Barros Carvalho e com a presença dos Senhores membros da Comissão: Everardo Maciel, Fernando Rezende, Manoel Felipe do Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut e Sérgio Roberto Rios do Prado. Deixaram

de comparecer, justificadamente, os Senhores: Adib Jatene, Bernard Appy, Bolívar Lamounier, Ives Gandra da Silva Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso, Mailson da Nóbrega e Nelson Jobim. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.)

Paulo de Barros Carvalho, Presidente

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião realizada em 2 de agosto de 2012, às quinze horas e um minuto, no Miniauditório do Interlegis do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: Bernard Appy, Everardo Maciel, Fernando Rezende, Manoel Felipe do Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho e Sérgio Roberto Rios do Prado. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: Adib Jatene, Bolívar Lamounier, Ives Gandra da Silva Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso e Mailson da Nóbrega. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.)

Nelson Jobim, Presidente.

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 3 de agosto de 2012, às dez horas e treze minutos, no Miniauditório do Interlegis do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: Bernard Appy,

Everardo Maciel, Fernando Rezende, Ives Gandra da Silva Martins, Manoel Felipe do Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho e Sérgio Roberto Rios do Prado. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: Adib Jatene, Bolívar Lamounier, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso e Maílson da Nóbrega. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos)

Nelson Jobim, Presidente.

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2012, às nove horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Reuniões da Diretoria do Interlegis do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: Bernard Appy, Everardo Maciel, Fernando Rezende, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho e Sérgio Roberto Rios do Prado. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: Bolívar Lamounier, Ives Gandra da Silva Martins, João Paulo dos Reis Velloso,

Luís Roberto Barroso e Manoel Felipe do Rêgo Brandão. Na oportunidade foi discutida pauta administrativa.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.)

Nelson Jobim, Presidente.

Comissão de Especialistas, criada nos termos do Requerimento nº 25 de 2012, do Senador Pedro Taques, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião realizada em 1º de outubro de 2012, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Miniauditório do Interlegis do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Nelson Jobim e com a presença dos Senhores membros da Comissão: Everardo Maciel, Fernando Rezende, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut e Sérgio Roberto Rios do Prado. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores: Bernard Appy, Bolívar Lamounier, Ives Gandra da Silva Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso, Manoel Felipe do Rêgo Brandão e Paulo de Barros Carvalho. Na oportunidade foram aprovadas as minutas das proposições legislativas pertinentes ao tema objeto da Comissão, bem como as Atas da 1ª a 11ª Reunião.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

Nelson Jobim, Presidente

Edição de hoje: 422 páginas

(OS: 15253/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

